

ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE
PAISAGISMO EM ESCOLAS DE
ARQUITETURA E URBANISMO
NO BRASIL (ENEPEA)



Campos dos Goytacazes – 2020
17, 18, 19 e 24, 25, 26 de Novembro

RUPTURAS OU CONTINUIDADES?



XV ENEPEA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
CAMPUS CAMPOS CENTRO
NÚCLEO DE PESQUISAS ATELIÊ DE PESQUISAS DA PAISAGEM (APPA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPGAU-IFF)
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM ARQUITETURA DA CIDADE: SUAS DEMANDAS
E TECNOLOGIAS
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ANAIS DO XV ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL:
RUPTURAS OU CONTINUIDADES?

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
2020



Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons. Desde que citada a fonte, para fins de estudo e pesquisa, autorizamos a reprodução e divulgação deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico.

Os artigos assinados nesta publicação, assim como a revisão textual e o uso adequado das Normas de formatação da ABNT, são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56 Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Anais do XV ENPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: Rupturas e Continuidades? [recurso eletrônico] / Instituto Federal Fluminense *campus* Campos Centro; Organizado pelo Ateliê de Pesquisas da Paisagem (APPA). — Campos dos Goytacazes, RJ, 2020.

Livro eletrônico.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://https://enepea2020.wixsite.com/emcasa>>

ISBN 978-65-00-13207-6 (e-book)

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Ensino. 3. Paisagismo. 4. Políticas. 5. Processos. I. Instituto Federal Fluminense. II. Ateliê de Pesquisas da Paisagem (org.). III. Título.

CDU 72

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Inez Barcellos de Andrade – CRB-7/4465

Instituto Federal Fluminense
Campus Campos Centro
Rua Dr. Siqueira, 273 - Parque Dom Bosco
Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro
CEP: 96506-322
Telefone: +55 (22) 2726-2800 / (22) 2726-2906

REALIZAÇÃO

Instituto Federal Fluminense Campos campus Centro (IFF)
Ateliê de Pesquisas da Paisagem (APPA)

PATROCÍNIO



APOIO

Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP)
A.u.E. Software
Canal ArqIFFTube
Escritório Burle Marx
Fundação Pro-IFF
Kriart Design
Rio Books



COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL

Danielly Cozer Aliprandi
Presidente

Ana Paula Pereira de Campos Lettieri
Antonio Leandro Crespo de Godoy
Daniela Bogado Bastos de Oliveira
Fagner das Neves de Oliveira
Erwin Wagner Filho
Aline dos Santos Portilho

SUPORTE TÉCNICO DE TRANSMISSÃO

Zander Ribeiro Pereira Filho
Paolla Clayr de Arruda Silveira

DELEGADOS

Amanda de Oliveira Cunha
Alexandre Machado Santana
Aracelli Gomes Soares
Betânia Vieira da Silva Domingos
Cândido Francisco de Paula Neto
Caroline Fernandes Cabral
Daiane Marins da Silva
Elisa Araujo Crispim
Felipe Nogueira de Oliveira
Giovana Cabral de Castro
Lara Machado Ruiz
Layra Ribeiro Azeredo
Leticia Mota de Oliveira
Maria Carolina Alves Medeiros
Maria Cecília Teixeira Mello
Maria Clara de Freitas Moura Alvarenga
Maria Lis Paula de Moraes dos Santos
Monique Mota Pessanha
Núbia Santanna Vieira
Rayssa Alves Rodrigues

EDIÇÃO E REVISÃO

Comissão Organizadora





COMISSÃO CIENTÍFICA

- Alessandro Filla Rosaneli (UFPR)
- Alex Assunção Lamounier (UFRJ)
- Alina G. Santiago (IMED-Passo Fundo e UFSC)
- Aline Couto da Costa (IFF)
- Ana Paula Rabello Lyra (UVV)
- Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (UFPE)
- Antenora M. da Mata Siqueira (UFF-Campos)
- Denise de Alcantara Pereira (UFRRJ)
- Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)
- Eugênio Fernandes Queiroga (USP)
- Fábio Mariz Gonçalves (USP)
- Francine Mariliz Gramacho Sakata (USP)
- Glauco de Paula Cocozza (UFU)
- Heitor de Andrade Silva (UFCC)
- Homero Marconi Penteado (UFES)
- Jonathas Magalhães P. da Silva (PUC Campinas)
- Lucia Maria Sá Antunes Costa (UFRJ)
- Luciana Bongiovanni M. Schenk (IAU-USP São Carlos)
- Lucimara Albieri de Oliveira (UFT)
- Luis Guilherme Aita Pippi (UFMS)
- Mario Márcio Queiroz (ISECENSA)
- Rita de Cássia Martins Montezuma (UFF-Niterói)
- Rogério Goldfeld Cardeman (UFRJ / UVA)
- Silvio Soares Macedo (USP)
- Stael de Alvarenga Pereira Costa (UFMG)
- Valdir Júnior dos Santos (UCAM)
- Verá Regina Tângari (UFRJ)
- Veronica Garcia Donoso (UFMS)
- Wilson Ribeiro dos Santos Junior (PUC Campinas)



O ENEPEA tem um importante papel, contribuindo para reunir professores e pesquisadores de todo o país para debater seus métodos, suas referências, tanto teórico quanto práticas, trocar experiências e conhecimentos, evitando a perda de conteúdo, de especificidades e de espaços. As quatorze edições do ENEPEA vêm colaborando com as reflexões na área e a ação, sejam elas no ensino, na pesquisa, na extensão e na prática profissional, aprimorando a formação na área do paisagismo, ampliando e aprofundando possibilidades metodológicas e de fundamentação teórico-crítica, buscando lacunas que possam existir nas diretrizes curriculares do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e nos Projetos Pedagógicos dos cursos em Arquitetura e Urbanismo do país, que crescem em número a cada ano, reforçando a importância do paisagismo na formação do arquiteto e urbanista e valorizando o objeto central de atuação da arquitetura paisagística, ou seja, os espaços livres de edificação ou de urbanização.

O XV ENEPEA, com o tema "RUPTURAS OU CONTINUIDADES?", vêm com o objetivo de dar prosseguimento a todas essas discussões, buscando identificar as atuais contradições e perdas, mas também as permanências e aquilo que resiste. Quais foram os sucessos e os fracassos até o momento na manutenção da qualidade no ensino e na prática da arquitetura paisagística no país? Quais foram os recuos, as perdas e quais as atualizações na área que se fazem necessárias neste momento? Adicionam-se, neste momento, outras questões, a partir de um contexto pandêmico que se instalou no país e no mundo: Como isso afeta nossa relação com os espaços livres? E como estes espaços podem colaborar no enfrentamento do problema?

Para ajudar a responder essas perguntas, o evento é composto por três linhas temáticas (LT):

- LT 01: Processo e método de ensino. O que estamos ensinando?
- LT 02: Estratégias e processos projetuais. Como estamos atuando?
- LT 03: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?



SUMÁRIO

LT 01 - LINHA TEMÁTICA 01

Educação e Paisagem: um ensaio projetual para recuperação paisagística do Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II	13
<i>Isabela Dominguez Gonzalez</i>	
Cidades biofílicas e inteligentes como conteúdo curricular em academias de Arquiteutra e Urbanismo	24
<i>Luan da Silva Klebers; Luis Guilherme Aita Pippi; Raquel Weiss; Silvia Farias</i>	
Plano de massas: exercício demonstrativo como método de ensino do projeto paisagístico	36
<i>Homero Marconi Penteado</i>	
Exercícios gramaticais como ferramenta metodológica no ensino de paisagismo	46
<i>Glauco de Paula Cocozza</i>	
O Ensino de Paisagismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA: reflexos nos Trabalhos Finais de Graduação	57
<i>Lucienne Rossi Lopes Limberger; Verônica Garcia Donoso; Letícia de Castro Gabriel; Raquel Weiss; Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
Repensando a cidade com a infraestrutura verde: limites e caminhos. Resultados do workshop Rethinking the Green City	66
<i>Francine Sakata; Camila Sant'Anna; Evy Hannes</i>	
O que as paisagens restingueiras ensinam? Idas e vindas de um projeto de pesquisa.	84
<i>Marta Raquel da Silva Alves; Juna Borges Vital e Silva; Arina Borges Vital e Silva; Naia Alban Suarez</i>	
Paisagismo em praças. Processo e método de ensino no Centro Universitário de Patos (PB)	103
<i>Fernando de Oliveira Morais</i>	
O ensino de projeto paisagístico: uma experiência com metodologia ativa. Uma contribuição de estudo de caso para o processo projetual	121
<i>Livia Santana da Silva; Caroline da Silva Oliveira; Fernanda Dias Alcântara de Oliveira; Fernanda Dias Alcântara de Oliveira</i>	
O ensino da paisagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da UFSM: Campi Cachoeira do Sul e Santa Maria	135
<i>Lucienne Rossi Lopes Limberger; Verônica Garcia Donoso; Letícia de Castro Gabriel; Raquel Weiss; Luis Guilherme Aita Pippi</i>	

LTO2 - LINHA TEMÁTICA 02

Princípios paisagísticos baseados na relação afetiva entre a vegetação urbana e as pessoas	148
<i>Taís Alvino da Silva</i>	
Arquitetura paisagística e agricultura urbana. Uma metodologia de projeto para	155



hortas na cidade

Mariana Castañeda Díez; Ana Paula da Rocha Menezes

Espaços livres públicos e características do espaço construído: estudo de caso da caminhabilidade no entorno da Praça do Santíssimo Salvador na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

167

Thais Ferreira Torres; Késia Rocha Araujo; Luma dos Santos Martins; Marina Roma Ribeiro de Oliveira Silva

Entre a praia e o porto: Análise e estratégia de projeto ambiental-urbano para Itapoá, Santa Catarina

185

Rafael Rosseto Ribeiro; Carla Martins Olivo; Nadyeska Bruna Copat da Silva; Karin Schwabe Meneguetti

Análise da permeabilidade urbana como método de ação projetual Uma experiência prática na Rua Vitalino do Santos Valadares, Vitória, ES.

198

Ana Paula Rabello Lyra; Izabela Uliana Pellegrini; Nayra Carolina Segal da Rocha

Os benefícios dos jardins terapêuticos com ênfase em hospitais e clínicas médicas

211

Gustavo de Paula Lima; José Roberto Merlin

A Permeabilidade Urbana e Visual como Processo Projetual. Uma estratégia de análise aplicada ao bairro Praia das Gaivotas, Vila Velha, ES

223

Izabela Uliana Pellegrini; Ana Paula Rabello Lyra; Larissa Letícia Andara Ramos

Mapeamento de Processo de Projeto Urbano. Experiência Piloto em Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo

236

Dimitri Costa Castor; Heitor de Andrade Silva; Natália Miranda Vieira de Araújo

LT 03 - LINHA TEMÁTICA 03

Sistemas de espaços livres: Contribuições para a metrópole contemporânea brasileira

250

Eugenio Fernandes Queiroga

A ocupação de Espaços Livres Públicos. O Caso das Praças Ocupadas por Clínicas da Família na Zona Oeste do Rio de Janeiro

260

Ana Paula da Rocha Menezes; Douglas Santos Silva; Mariana Castañeda Díez; Vera Regina Tângari

O parque linear como estratégia de planejamento para rios urbanos em cidades amazônicas. O caso de Manaus e o igarapé do Mindu

274

Luana Silva; Caren Michels

A gênese dos espaços livres: investigando a persistência dos espaços públicos de exceção no centro de Vitória

294

Flavia Ribeiro Botechia

Os sistemas de espaços livres e a cidade: A percepção da população em relação às praças próximas às intervenções olímpicas do Rio de Janeiro

306

Felipe Buller Bertuzzi; Grace Tibério Cardoso

A Paisagem Urbana Histórica da Rua da Aurora: um olhar sobre a ação da legislação no desenho da paisagem

316

Milena Torres de Melo Silva; Ana Rita Sá Carneiro

A Rua e os Espaços Livres como Potenciais Educadores. Um estudo da Avenida Francisco Glicério, Campinas-SP.

330

Juliana Damas de Carvalho e Silva; José Roberto Merlin





Praça São Salvador como elemento estruturador da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ	341
<i>Carol Rangel Maciel</i>	
Entre práticas e representações: A construção paisagística na Paisagem Cultural Carioca	354
<i>Alda de Azevedo Ferreira</i>	
Parques lineares da região norte: conflitos e avanços em Macapá, Amapá	366
<i>José Marcelo Martins Medeiros; Brenda Beserra Uliana</i>	
Hortas Comunitárias Urbanas como ferramenta de desenvolvimento e inclusão socioespacial. O projeto da CEHAB em Itaperuna – RJ	378
<i>Maria Carolina Alves Medeiros</i>	
Percepção urbana: ensaio a partir da experiência de vazios urbanos na cidade de Erechim – RS	390
<i>Luciana Sobis Alves; Ayrton Portilho Bueno; Evandro Fiorin</i>	
Lazer em ruas de São Paulo. Considerações a partir de programas municipais vigentes	403
<i>Isabella Maria Davenis Armentano; Camila Motoike Paim</i>	
Desafios para superação de conflitos socioambientais em assentamentos precários sobre várzeas. O caso do Rio Aribiri, em Vila Velha (ES)	422
<i>Gustavo Zamproni Gomes</i>	
Expansão Urbana e Sistema de Espaços Livres do município de Campos dos Goytacazes/RJ: Análise e proposta de requalificação urbana	434
<i>Allan Soto Faes; Danielly Cozer Aliprandi</i>	
Espaços de possibilidades: Reflexões sobre as micropolíticas culturais de ativação dos baixios de viadutos na cidade do Rio de Janeiro	455
<i>Maria Castilho Maron Pettersen</i>	
Paisagem simbólica da Baía de Guanabara (RJ): Uma análise alternativa à cultura dominante	466
<i>Bárbara Boy Oliveira</i>	
A Paisagem de Veias Abertas. Parques com cicatrizes de violência estatal e a geração de identidade no Brasil e na Argentina	474
<i>Marina Sandeville Stávale Joaquim; Sérgio Ricardo Lessa Ortiz</i>	
Diversidade como potência. Apropriações públicas em São Paulo	487
<i>Camila Motoike Paim; Isabela Sollero Lemos; Talita Micheleti Honorato da Silva; Juliana Reis Lima Dias</i>	
Arborização Urbana e o Sistema Viário. Relação dos diferentes tipos de vias com a arborização – uma análise na rua Major Gote	503
<i>Eduardo Cardoso de Araújo; Glauco de Paula Coccozza</i>	
A valorização imobiliária por meio da apropriação da natureza: o caso dos edifícios verticais residenciais em Palmas-TO	524
<i>Lucimara Albieri; Beatriz Senna; Pedro Gomes; Thaianie Saueressig; Douglas Tavares; Bruno Lopes</i>	
Avaliação das Rupturas Urbanas através do Mapeamento Comportamental: um estudo em Vila Velha/ES	543
<i>Nayra Carolina Segal da Rocha; Caroline Crys da Silva Teixeira; Débora Firme Santana Vaz; Ana Paula Rabello Lyra</i>	
A abordagem sobre espaços livres públicos nos planos diretores da cidade de Teresina, Piauí	555
<i>Larissa de Fátima Ribeiro Mesquita; Emmanuele de Alencar Araripe; João Angelo Ferreira Neto; Wilza Gomes Reis Lopes; Karenina Cardoso Matos</i>	



O espaço público da Praça: Proposição de instrumental metodológico para análise de cobertura em Curitiba	574
<hr/> <i>Nathália Oenning Ribeiro; Alessandro Filla Rosaneli</i>	
Expansão do perímetro urbano e sistema de espaços livres (SEL): Notas sobre o Plano Diretor Municipal de Viana-ES	587
<hr/> <i>Juliano Prata Honorato; Martha Machado Campos</i>	
A arborização e a legislação urbana: Relevância, gargalos e eficiências para o município de Campos dos Goytacazes	598
<hr/> <i>Gabriela Carvalho Nascimento; Danielly Cozer Aliprandi</i>	
O Papel da Praça Veríssimo de Mello na Transformação da Paisagem Urbana da Região Central de Macaé - RJ	616
<hr/> <i>Fernanda de Abreu Pereira; Danielly Cozer Aliprandi</i>	
Hiato Verde - Por uma leitura ecossistêmica da vegetação. Alguns desafios de abordagem para a instrumentação urbana	630
<hr/> <i>Matheus Maramaldo Andrade Silva</i>	
O sentido de urbanidade do espaço público. Estudo das práticas sócio-espaciais da praça Costa Pereira, Vitória/ES	642
<hr/> <i>Tatiana Caniçali Casado; Michella Sagrillo Pegoretti; Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
Jardins Selvagens e resiliência da paisagem: uma proposta de gestão para as áreas verdes do Campus do Fundão- UFRJ.	655
<hr/> <i>Beatriz Emilião Araújo; Patricia Maya Monteiro</i>	
Legislações urbanistas e seus impactos sobre espaços fluviais: O caso de Ipaba, no vale do rio Doce.	667
<hr/> <i>Romulo Croce; Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
Microintervensões Urbanas Colaborativas. Uma alternativa à falta de espaços públicos qualificados	685
<hr/> <i>Suzany Rangel Ramos; Larissa Leticia Andara Ramos; Ana Paula Rabello Lyra</i>	
Os Baixios da "Rambla Carioca" de Manguinhos. Morfologia urbana, paisagem e atmosferas	695
<hr/> <i>Isabela Correia de Queiroz; Vera Regina Tângari; Alex Assunção Lamounier</i>	
História e planejamento dos espaços livres em cidades pequenas do Rio Grande do Sul. Panambi, Palmeira das Missões, Garibaldi e Ivorá	710
<hr/> <i>Verônica Garcia Donoso; Nadiane Dias Joris; Eduarda Perini Farias; Kauana Kracilovski Aires; Henrique Sanches Barboza de Oliveira</i>	
O Conceito de placemaking aplicado a reinvenção dos espaços públicos de São Paulo: uma análise das praças Victor Civitá e Horácio Sabino	723
<hr/> <i>Virginia Candido Lemes Benavent Caldas; Gabriela Moraes Gomes</i>	
Permanências, apagamentos e transformações na Prainha, Vila Velha-ES	737
<hr/> <i>Cláudia Inez Resende Melo; Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
Córrego Botafogo: sistemas de áreas verdes subordinado ao sistema viário em Goiânia - GO	752
<hr/> <i>Sandra Catharinne Pantaleão; Ana Clara Martins Pires</i>	
Arborização de ruas centrais de traçado colonial: O caso da Rua das Árvores em Maceió/AL.	772
<hr/> <i>Fernanda Madeira Calheiros; Geraldo Majela Gaudêncio Faria</i>	

LT 01

Processo e método de ensino. O que estamos ensinando?

Esta linha ficará mais focada no ensino, propriamente. Busca discutir: o papel do paisagismo na formação do arquiteto e urbanista; a relação entre ensino, pesquisa e extensão; abordagens multidisciplinares no ensino de paisagismo; novas tecnologias; conteúdos e referências teóricas utilizadas.





Educação e Paisagem: um ensaio projetual para recuperação paisagística do Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO. O QUE ESTAMOS ENSINANDO?

GONZALEZ, Isabela Dominguez;

(1) Arquiteta e Urbanista, FAU-UFRJ, isabeladominguezgonzalez@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos do século XX, a sensibilidade ambiental e cultural favoreceu a proteção de muitos espaços e paisagens, mediante leis de proteção e tombamento. No entanto, com os novos processos de planejamento participativo e movimentos de fortalecimento da identidade local surgem novos modelos de desenvolvimento sustentável pautados mais na ação e gestão do que na simples proteção destes espaços. Dentro desse modelo, o valor educativo da paisagem tem sido reconhecido progressivamente, com cada vez mais intensidade à medida que se estendem à preocupação com o meio ambiente e a valorização do patrimônio. Este artigo integra uma pesquisa de dissertação em andamento que tem como objetivo compreender como o projeto paisagístico pode contribuir com a sensibilização e conscientização sobre a importância de ações de proteção, gestão e reconstrução da paisagem na perspectiva do desenvolvimento sustentável. A pesquisa pretende utilizar como estudo de caso o Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II.

PALAVRAS-CHAVE: educação; paisagem; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As experiências educacionais relacionadas com a paisagem se caracterizam por uma grande diversidade, já que o próprio conceito de paisagem foi sendo construído ao longo do tempo e abrange diferentes epistemologias. No final do século XIX e início do século XX a paisagem passa a ser entendida cada vez mais como um resultado da interação entre homem e meio, e não apenas como um processo evolutivo. Com a contribuição de autores como Carl Sauer (1925) há essa preocupação cada vez maior em investigar como a cultura humana transforma o seu meio a partir da análise morfológica da paisagem.

Já a partir da década de 1980, autores como James Duncan (1980), Denis Cosgrove (1984) e Augustin Berque (1994) enfatizam em seus estudos a abordagem simbólica; a paisagem é considerada não só como artefato construído pelo homem, em sentido concreto, de construção em si mesma, mas também em sentido figurado, de leitura dos significados, que são construídos de acordo com as práticas passadas e anseios futuros de cada indivíduo e comunidade. Segundo Berque, a paisagem é simultaneamente uma marca, que é impressa pela sociedade na superfície terrestre, e ao mesmo tempo matriz, na medida em que as suas estruturas e formas contribuem para a perpetuação de usos e significados entre as gerações. Nesse sentido, reconhecer a paisagem é reconhecer aquilo que determina e é determinante de quem somos como coletividade. É a sua consideração como bem coletivo, como recurso coletivo, como a manifestação coletiva sobre o território físico/funcional, que lhe dá caráter e a esse se soma, conformando a paisagem que deriva da cultura humana sobre a natureza, a paisagem cultural. (TARDIN, 2010)

Na perspectiva do patrimônio, a discussão sobre paisagem cultural ganhou projeção a partir de 1992 quando a Unesco adotou o conceito como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. No contexto brasileiro, em consonância com a Unesco, o IPHAN regulamentou a



paisagem cultural como instrumento de preservação por meio da Portaria nº 127 de 2009, que definiu paisagem cultural como uma *“porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”*. Podendo qualquer pessoa física ou jurídica instaurar um processo administrativo visando a Chancela da Paisagem Cultural, a portaria propõe um pacto de gestão que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada a fim de proteger essa porção simbólica do território.

No âmbito europeu, os debates entorno do tema tiveram como desdobramento a criação da Convenção Europeia da Paisagem em 2000. Conforme aponta Ribeiro (2007), diferente da Unesco, os documentos europeus trabalham em uma dimensão mais abrangente e próxima do cotidiano das populações. A paisagem é reconhecida como um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida cotidiana. A contribuição desses documentos é alertar para a importância da gestão, do planejamento e da proteção à paisagem a partir de seus diferentes significados culturais.

A Convenção Europeia considera que os problemas das paisagens contemporâneas não podem ser enfrentados apenas a partir da dicotomia transformação x proteção da paisagem, e que os modelos de gestão e ordenamento devem propor estratégias mais amplas que as atuais, sugerindo aos países assinantes que adotem medidas de sensibilização, formação e sobretudo educação. Assim como na Portaria do IPHAN, é destacada a importância do compromisso direto da população, de modo que a responsabilidade com a paisagem não seja somente dos políticos e técnicos, mas de todos os cidadãos com vontade participativa. Nesse sentido, a educação surge como uma importante ferramenta para a difusão de novos valores e ações de sensibilização e diálogo entre os diversos segmentos da sociedade para a construção de paisagens mais sustentáveis, com respeito aos recursos naturais. Conforme aponta Zanirato (2009), num cenário onde cada vez mais os interesses em prol do privado se sobrepõem ao do público, a educação converte-se no único meio capaz de capacitar as populações e seus representantes na participação ativa e coletiva no âmbito das discussões sobre os valores patrimonial e ambiental representativos da paisagem enquanto bem comum.

O caso do Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II é um dos exemplos que apenas a proteção de espaços e paisagens mediante leis de proteção não tem sido suficiente para garantir uma boa gestão. Inserido em um bairro de origem industrial, bastante denso e com grandes problemas de poluição e altas temperaturas, o Mini Horto é um importante espaço dentro da matriz urbana consolidada do bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. No entanto, apesar de estar protegido por lei municipal, o Horto vem sofrendo um novo processo de abandono e degradação, devido, entre outros motivos, à descontinuidade de gestões, à ausência de orçamento destinado para sua manutenção, mas sobretudo ao desconhecimento e desvalorização deste espaço como importante espaço livre e espaço verde para a comunidade escolar e para o bairro.

Nesse sentido, utilizando o Mini Horto Botânico como estudo de caso, a pesquisa de dissertação em andamento pretende a partir do desenvolvimento de diferentes eixos teóricos e práticos aprofundar os estudos sobre a importância de ações educacionais como forma de conscientização e contribuição para ações mais sustentáveis na proteção, gestão e reconstrução da paisagem. Como produto final da pesquisa, pretende-se desenvolver um ensaio projetual para o Mini Horto Botânico visando sua requalificação paisagística e sua promoção como espaço de difusão do valor educativo da paisagem.



2 EDUCAÇÃO E PAISAGEM

No ano 2000, como curador da exposição *Le jardin planétaire* (no Grande Halle La Villette, em Paris), Gilles Clément se propôs a materializar o seu conceito de Jardim Planetário, com um percurso lúdico-pedagógico através de distintas épocas, culturas e continentes. Sob o lema “agir com a Natureza e não contra ela”, os visitantes da exposição eram convidados a percorrer os temas daquela história, dividida em três etapas. Primeiramente, no Jardim do Conhecimento, onde aprendiam a observar e a compreender, logo após no Jardim da Experiência, onde aprendiam a agir com responsabilidade, e por último no Jardim da Utopia, onde lhes era dado um espaço e um tempo para sonhar.

O conceito de Jardim Planetário de Clément é uma forma de considerar a Ecologia integrando o homem (o jardineiro) no menor dos seus espaços, o jardim. Essa palavra, que deriva do termo germânico ‘*garten*’, significa ‘recinto’, aquilo que protege um espaço. Na metade do século XX, com o advento da Ecologia e a consciência do planeta como um espaço finito, há uma maior reflexão sobre o papel do homem e sua posição em relação à natureza. Para Clément, a tarefa reservada ao homem é a mesma do jardineiro junto ao seu jardim: proteger a vida dentro do seu recinto, que é a biosfera. Nessa concepção o homem possui um papel primordial no processo de construção e gestão da paisagem enquanto seu habitat. A visão holística do Jardim Planetário presta-se à análise inventiva da paisagem e à gestão ecológica da mesma. Aqui a paisagem não é mais um objeto que precisa ser cuidado, mas também se torna uma fonte de contribuições para o crescimento tanto do indivíduo como da sociedade.

Na mesma perspectiva, James Corner (1999) entende que a paisagem possa ser um agente enriquecedor e de produção cultural, e não apenas um produto da cultura. Conforme explica, a paisagem pode ser entendida ao mesmo tempo como “substantivo” e como “verbo”, à medida que pode ser vista como uma cena, um lugar, uma obra, e ao mesmo tempo como uma ação, atuação e processo, transformando e sendo transformada pela cultura ao longo do tempo. Segundo Corner (1999, p.4), *“a paisagem tem a capacidade de chamar criticamente os programas políticos e metafísicos que são postos a uma sociedade. Ela não é simplesmente um reflexo da cultura, mas um instrumento ativo nos moldes da cultura moderna.”*

Por seu papel de mediador entre natureza e cultura e pelo seu caráter necessariamente simbólico, Corner afirma que a arquitetura paisagística é a disciplina que sempre teve uma posição privilegiada na sociedade. Por isso, acredita que o projeto paisagístico pode melhorar o modo como a cultura se desenvolve e como indivíduo e sociedade se relacionam com o mundo, e conseqüentemente com a natureza e a importância de sua preservação. Para o autor, não se trata de focar esforços na criação de uma nova estética paisagística, mas de aumentar o alcance do projeto paisagístico no meio social.

Inspirado no percurso lúdico-pedagógico da exposição de Clément e no papel ativo do projeto paisagístico defendido por Corner, a pesquisa de dissertação em andamento foi estruturada a partir do desenvolvimento de dois eixos teóricos principais (Educar sobre a Paisagem e Educar para a Paisagem), fundamentais para o exercício do projeto paisagístico e a construção de uma nova cultura por meio do valor educativo da paisagem. Para aprofundar cada eixo teórico, buscou-se referenciais teóricos dentro da disciplina da Arquitetura da Paisagem, refletindo sobre as várias questões implicadas, e norteando os estudos no sentido de contribuir para as diferentes atividades educacionais e diretrizes projetuais a serem implantadas no Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II.



2.1 Educação sobre a Paisagem

Cidades sustentáveis são baseadas em sistemas naturais. Precisamos de cidadãos que entendam os conceitos ecológicos e tomem decisões sábias com base nesses conceitos. A educação é fundamental para esse objetivo. (HOLLWEG, 1990, p.268)

No final do século XX, o interesse pelas questões ambientais aumentou e deu impulso à ciência da Ecologia. Em meados da década de 1980, Richard Forman e Michel Godron (1986) publicaram o livro *Landscape Ecology*, onde lançaram os princípios da ciência que se tornou de fundamental importância para o desenvolvimento do Planejamento Ecológico da Paisagem. As novas tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas do século XX, em especial o sensoriamento remoto, possibilitaram um conhecimento inédito do ambiente global e suas alterações, tornando-se possível planejar a paisagem de maneira mais eficaz, tanto para prevenir como para mitigar os impactos negativos.

O conceito de ecossistema da Ecologia teve grande impacto nos estudos do planejamento da cidade. Para Anne Spirn (2011), o conceito forneceu uma ferramenta poderosa para entender o ambiente urbano, pois permite perceber o efeito das atividades humanas e suas inter-relações. Segundo a autora, o ecossistema urbano, como qualquer ecossistema, consiste de todos os organismos que nele habitam (incluindo humanos) e suas interações entre si e com seu ambiente físico, e engloba todos os processos que fluem dentro e através da cidade: processos culturais, processos naturais, fluxos de capital, pessoas e bens, bem como fluxos de água, ar, nutrientes e poluentes.

Para Anne Spirn (2005) a paisagem é a soma de incontáveis diálogos, que já se iniciam antes mesmo de um novo autor entrar na conversa. Quando alguns planejadores não entendem esses diálogos em andamento oferecem respostas irrelevantes, ou até mesmo interrupções grosseiras na paisagem. Para que isso não ocorra é necessário reconhecer os diálogos existentes, dominar a composição da paisagem – os elementos da linguagem paisagística, o contexto e a gramática que governam seu significado. Para Spirn, esse reconhecimento dos diálogos resume-se na capacidade de “ler” a paisagem, o que não requer capacidades técnicas nem tampouco ferramentas, apenas olhos treinados. A alfabetização paisagística como denomina, permite ao leitor ver aquilo que não é evidente.

De 1996 a 2001, Anne Spirn desenvolveu um projeto para o bairro de Mill Creek na Filadélfia que reuniu seus alunos da Universidade da Pensilvânia e centenas de crianças da Sulzberger Middle School, escola local do bairro. As crianças possuíam de 11 a 13 anos, idade suficiente segundo a autora para compreender ideias relativamente sofisticadas e para trabalhar em projetos de construção da paisagem, e jovens o bastante para que uma experiência educacional tenha uma influência importante. O processo de alfabetização na paisagem permitiu que os residentes de Mill Creek lessem as questões ambientais, sociais, econômicas, políticas e históricas embutidas em sua paisagem local e lhes possibilitaram uma maneira de formular novas histórias, imaginar como transformar sua vizinhança, desafiar e trabalhar com os órgãos públicos.

Estudar as características naturais e construídas do seu bairro trouxe o sentido de lugar vivo para os estudantes de Sulzberger. A compreensão de sua própria paisagem também abriu perspectivas mais amplas, introduziu-os a questões sociais, políticas e ambientais e promoveu outros aprendizados.

Assim como a alfabetização verbal, a alfabetização paisagística é uma prática cultural que envolve tanto a compreensão do mundo quanto a sua transformação. Uma diferença entre a alfabetização verbal e a alfabetização paisagística, no entanto, é que muitos profissionais responsáveis por



planejar, projetar e construir a cidade não são alfabetizados na paisagem. Após seis semanas de investigação da história do bairro, as crianças eram mais alfabetizadas que muitos profissionais, e algumas de suas propostas para o bairro eram mais astutas. (SPIRN, 2005, p.410).

Como explica Marc Treib (2011), como qualquer sistema simbólico, a paisagem exige educação e compreensão tanto do meio quanto da mensagem. Diferenças na cultura, na educação, na experiência de vida ou em nossa experiência de natureza podem modificar nossa percepção do projeto paisagístico. Nesse sentido, podemos concluir que a Educação sobre a Paisagem compreende mais do que um conhecimento mais profundo dos recursos e dos processos da paisagem, mas também o entendimento de nossa influência nestes processos dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável, e uma consequente maior consciência diante de toda complexidade do que é visto.

2.2 Educação para a Paisagem

A responsabilidade não pode ser atribuída a ninguém em particular, dilui-se entre milhares, não só no sentido horizontal, mas também no vertical (isto é, no sentido do encadeamento das causas e efeitos, das necessidades, das ordens e sua execução). Aí reside a dificuldade no tocante à preservação. A mudança que se precisa operar não é no plano individual – é a mentalidade coletiva em face do agenciamento dos recursos naturais que precisa ser revista. (BURL MARX, 1976, p.149)

A Convenção Europeia da Paisagem estabelecida no ano 2000 surge como um grande diferencial em relação às outras políticas de proteção da paisagem ao destacar a importância do papel das pessoas, reconhecendo que estas têm tanto direitos como responsabilidades na proteção, gestão e ordenamento da paisagem. O geógrafo e diretor do Observatório da Paisagem da Catalunha Joan Nogué destaca a convenção como um importante marco para a nova cultura de ordenamento do território baseada na gestão prudente e sustentável dos recursos naturais.

No artigo "El retorno al paisaje" (2010), Nogué destaca que, se nossa consciência ambiental ou cultural permitiu proteger - através de figuras jurídicas diversas - determinadas porções do território especialmente valiosas pela sua riqueza ecológica ou patrimonial, hoje é necessário ir mais longe e superar essa visão protetora da paisagem sob forma de 'manchas de óleo', ou seja, de espaços protegidos dispersos pelo território. Para o autor, é necessário haver uma consciência da paisagem similar à consciência ambiental que permita proteger e contemplar as paisagens que nos rodeiam, sem a necessidade de haver outra demanda oculta (de atrair mais turistas ou ser parte de um ambicioso plano estratégico), apenas simplesmente pela necessidade de ter um entorno físico atrativo, agradável e esteticamente harmônico gerando consequentemente maior qualidade de vida aos cidadãos. No entanto, para Nogué (2010, p.134), sem a participação cidadã *"é impossível avançar até uma nova cultura territorial baseada na gestão sustentável dos recursos naturais e patrimoniais e em um novo tratamento e consideração da paisagem em seu conjunto."*

Nos últimos anos, alguns autores têm defendido o chamado desenvolvimento regenerativo que contrapõe a ideia do desenvolvimento sustentável baseado na relação "neutra" do ambiente construído com o mundo natural. Esses autores defendem que os ambientes construídos devem ser projetados para produzir mais energia e recursos do que consomem.

A definição de sustentabilidade do ambiente construído está mudando rapidamente. Ainda que buscar a neutralidade ou redução dos impactos em termos de energia, carbono, resíduos ou água são metas válidas, está ficando claro que o ambiente construído deve ir além disso. É preciso alcançar efeitos positivos para o mundo vivo. (ZARI e JENKIN, 2009, p. V)

Nesse contexto, Mang (2009) defende a necessidade de uma transformação ‘psicoespiritual’, que vai além da boa tecnologia ou boa engenharia e que possa conectar as pessoas de volta ao espírito do lugar, de uma maneira que elas sejam vitalizadas por ele e se tornem intrinsecamente motivadas a cuidar dele.

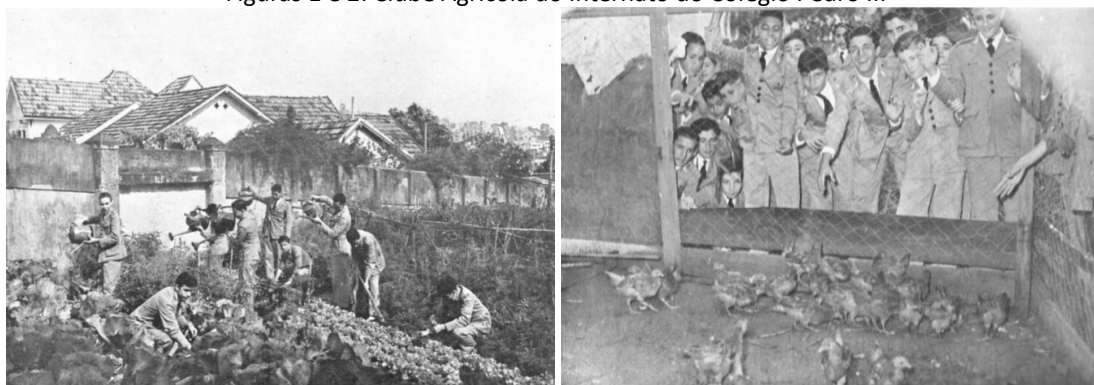
Sem a vontade de mudar, sem o comprometimento cuidadoso de nossos cidadãos e sem uma renovada conexão com o mundo natural, nenhuma quantidade de boa tecnologia ou políticas públicas podem provocar a transformação de nossas cidades em lugares que estimulem a vida e sejam regeneradores. (MANG, 2009, p.6)

Nesse sentido, Educar para a Paisagem implica em fomentar o compromisso direto das pessoas com a paisagem, isto é, a cidadania como detentora da responsabilidade sobre a paisagem. Essa responsabilidade surge aqui em um duplo sentido: por um lado, à semelhança da responsabilidade do proprietário, que não pode aceitar que ninguém altere ou degrade aquilo que lhe pertence, e por outro lado, responsável no sentido de ocupar-se dela, ao ter com ela uma relação construtiva e não destrutiva, de gerenciamento do que lhe é mais favorável, na medida que a paisagem é também parte de nós e determinante para a qualidade de nossas vidas.

3 ESTUDO DE CASO

Inaugurado em 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino do Brasil. A sua segunda unidade mais antiga encontra-se presente no bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro desde 1889. Nesta unidade, apesar das inúmeras transformações na paisagem do bairro, uma cobertura vegetal de aproximadamente 9.000m² foi permanecendo ao longo dos anos em contraste à malha urbana densa do seu entorno. Trata-se do Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II, que durante diversas partes da história contribuiu de diferentes modos para o conteúdo pedagógico da escola.

Figuras 1 e 2: Clube Agrícola do Internato do Colégio Pedro II.



Fonte: Revista O Internato, 1950.

Durante o período ainda como internato, dentre as várias atividades extracurriculares da instituição, destacava-se o Clube Agrícola (figuras 1 e 2), inaugurado em 1950. Além de cooperar com as atividades intelectuais, o clube contribuía para despertar vocações ligadas à agronomia e à ecologia. Com o apoio do Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, os produtos obtidos na horta do Internato eram vendidos à firma que fornecia a alimentação dos alunos, tendo assim o controle de sua qualidade.

O desenho atual do Mini Horto Botânico corresponde ao projeto de 1976 de autoria do engenheiro e professor Edson Chini que contou com a assessoria do paisagista Roberto Burle Marx. O projeto incluiu a construção de lagos e cascatas artificiais ao longo dos seis patamares do Horto e a

construção de uma estufa de hidroponia, cujas estruturas permanecem até os dias atuais.

Após permanecer desativado durante 15 anos, sofrendo em consequência ampla degradação, deu-se início no final da década de 90 um movimento de pressões interna e externa para a recuperação e preservação do espaço que culminou na elaboração da lei ordinária nº 3.157 no ano de 2000, onde ficou determinada a preservação para fins de proteção da memória construída da cidade o Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II. Apesar da lei, a recuperação da área degradada do Horto apenas deu início com a criação em 2001 do Projeto Área Verde (figuras 3 a 8), que iniciou a reconstituição e recomposição dessa área com comunidades vegetais da Mata Atlântica em um projeto piloto com a participação de alunos do ensino médio, e que culminou na reinauguração do Horto em 2002.

Figuras 3 a 8: Fotos das atividades do Projeto Área Verde.



Fonte: Acervo Projeto Área Verde.

O trabalho pedagógico que vinha se desenvolvendo neste espaço através de disciplinas eletivas e oficinas variadas deu origem em 2004 ao primeiro Programa de Iniciação à Pesquisa Científica do Colégio Pedro II – o IPC/CP II, direcionado aos alunos do ensino médio de todas as unidades escolares do colégio. Mais tarde, entre os anos de 2006 e 2007, o colégio implantou na unidade escolar São Cristóvão o curso técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio. As primeiras turmas formadas concluíram o curso em dezembro de 2009. Com o curso técnico, e os programas de eletiva e iniciação científica, o Horto Botânico passou a ser um espaço de estudos e investigações principalmente para o ensino médio nas áreas de Botânica, Recuperação de Solos, Ecologia, Artes Visuais e Educação Ambiental.

Entretanto, atualmente o Horto encontra-se novamente em um novo processo de abandono e degradação. Com parte dos lagos desativados, muitas árvores caídas, sem luz e água, e sem contrato de jardinagem, o Mini Horto fica impossibilitado de receber os alunos de forma adequada (vide figura 9). Coordenado pelo Prof. Sergio Eduardo da Silva, as visitas ao Horto, que são normalmente agendadas por e-mail, muitas vezes são negadas devido à infraestrutura atual precária, principalmente quando se trata de receber os alunos menores por conta do risco de acidentes. Mesmo assim, por iniciativa de professores de diferentes disciplinas, algumas aulas

ainda são realizadas quando possível no espaço do Horto.

Figura 9: Planta de situação do Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II.



Fonte: Fotos e mapa produzidos pela autora.

4 METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada na pesquisa em andamento pretende se dividir em três etapas de forma análoga às três etapas da exposição Le jardin planétaire de Gilles Clément, nas quais será aplicada a fundamentação teórica desenvolvida no capítulo 2. Como estratégia de pesquisa qualitativa pretende-se utilizar o Mini Horto Botânico do Colégio Pedro II como estudo de caso aproveitando a sua vocação histórica para abrigar atividades educacionais, a sua importância como importante instituição pública e por estar inserido num tecido urbano consolidado com potencial socioambiental para desenvolver os eixos teóricos estudados.]

Na primeira etapa como instrumento de Educação sobre a Paisagem, pretende-se elaborar um exercício voltado para os alunos do Colégio Pedro II de leitura e percepção da paisagem, semelhantes às atividades criadas por Castiglioni (2011) e os mapas cognitivos de Azevedo, Rheingantz e Tângari (2011). O exercício consiste no preenchimento de formulários e deverá ser realizado em duas partes. Na primeira parte, será solicitado aos alunos que façam um desenho a



partir da sua percepção da paisagem do bairro de São Cristóvão, e em um segundo momento será solicitado a identificação dos principais elementos desta paisagem, suas relações de dominância e dependência, e as sensações que despertam. Na segunda parte, após um aprofundamento histórico do lugar, será proposto aos alunos identificar as principais mudanças dessa paisagem no tempo, para que em seguida possam imaginar e planejar sua evolução no futuro. Com este exercício pretende-se analisar a percepção que os alunos têm do bairro e instigá-los a perceber as diversas dinâmicas existentes nesta paisagem tanto culturais como naturais.

Na segunda etapa como instrumento de Educação para a Paisagem, pretende-se acompanhar as atividades educacionais voltadas para a paisagem já existentes na unidade escolar do Colégio Pedro II. A partir da observação participativa (Eyles, 1992), serão acompanhadas as ações nas diferentes hortas do colégio e as aulas ministradas no espaço do Mini Horto Botânico, a fim de observar como funciona a gestão destes espaços, os usuários mais frequentes e suas expectativas.

Por último, numa terceira etapa pretende-se a partir dos resultados encontrados nas duas primeiras etapas realizar um projeto paisagístico para o Mini Horto Botânico. As diretrizes do projeto serão pautadas nas pesquisas documentais sobre o local, em referências projetuais, em entrevistas com a comunidade escolar e do entorno e na análise sistêmica da paisagem conforme a metodologia de Tardin (2008), onde serão analisadas as dinâmicas biofísicas, urbanas e socioculturais com o intuito de compreender o papel do Horto na paisagem do bairro de São Cristóvão. O objetivo do projeto consiste na recuperação do espaço degradado do Horto para a comunidade escolar e do entorno e sua promoção como um importante espaço de difusão do valor educativo da paisagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a maior parte das paisagens existentes são resultado das modificações realizadas pela sociedade ao longo do tempo para obter recursos para satisfazer suas próprias necessidades e anseios. Esta atuação tem dado lugar ao surgimento de uma grande variedade de paisagens, muitas de grandes riquezas e valor, que são dignas de proteção, e outras porém bastante degradadas e sem diversidade natural.

É importante compreender que a construção dessas paisagens é realizada por um sujeito coletivo, composto por diferentes segmentos da sociedade com diferentes interesses. Dessa forma, ao se pensar na paisagem como produto das relações humanas com o ambiente, a educação surge como uma importante ferramenta para a difusão de novos valores e ações de sensibilização e diálogo entre esses diversos grupos da sociedade para a construção de paisagens mais sustentáveis. Como aponta Zanirato (2009), a educação visando a participação efetiva-se no reconhecimento da pertença coletiva dos bens, e a representação e identificação com esses bens é um passo decisivo para a sua proteção e melhor gestão.

O presente artigo busca discutir o papel do paisagismo não apenas na formação do arquiteto paisagista mas de toda a sociedade, que também atua e é impactada pela paisagem. Utilizando o Mini Horto Botânico como estudo de caso e os métodos propostos de Educar sobre a Paisagem e para a Paisagem espera-se com a pesquisa ampliar o alcance da discussão entorno do projeto paisagístico no meio social, e aprofundar os estudos sobre a importância de ações educacionais como forma de conscientização e contribuição para ações mais sustentáveis na proteção, gestão e reconstrução da paisagem.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; RHEINGANTZ, Paulo Afonso. TÂNGARI, Vera Regina (organizadores). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2011.

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural**. In: Rosendahl, Z. e Côrrea R. L. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 (1984).

BURLE MARX, Roberto. **Arte & Paisagem (conferências escolhidas)**. Org. José Tabacow. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CASTIGLIONI, Benedetta. **L'educació en paisatge des de l'óptica del Conveni europeu del paisatge i noves perspectives**. In: Nogué, J., Puigbert, L., Bretcha G. e Losantos, A. Paisatge i Educació. Observatori del Paisatge de Catalunya, Departament d'Ensenyament de la Generalitat de Catalunya, 2011.

CLÉMENT, Gilles, **Le Jardin Planétaire**. Catalogue de l'Exposition Parc de la Villette, Paris 1999-2000. Paris: Albin Michel, 1999.

CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM. Florença, 2000. Disponível em <<https://rm.coe.int/16802f3fb7>>. Acessado em 23/04/2019.

CORNER, James. **Contemporary Landscape Architecture**. New York: Princeton Architectural Press, 1999

EYLES, John. **Interpreting the Geographical World: Qualitative Approaches in Geographical Research**. In: Eyles, J. e Smith, D. Qualitative methods in Human Geography. Cambridge: Polity Press, 1992.

HOLLWEG, Karen S. **Ecology Education for City Children**. In: Platt, R., Rowntree, R. e Muick, P. The Ecological City. The University of Massachusetts Press, 1994.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009**. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Brasília: Diário Oficial da União, seção 1, p.17, 2009.

JENKIN, S.; ZARI, M. P. **Rethinking our built environments: Towards a sustainable future**. Nova Zelândia: Ministério do Meio Ambiente da Nova Zelândia, 2009.

MANG N. **Toward a regenerative psychology of urban planning**. São Francisco: Saybrook Graduate School and Research Center, 2009.

NOGUÉ, Joan. **El retorno al paisaje**. Enrahonar: an international journal of theoretical and practical reason, ISSN 0211-402X, ISSN-e 2014-881X, Nº 45, 2010.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. **A Convenção Europeia da Paisagem**. Cienc. Cult. [online]. 2015, vol.67, n.4 [cited 2019-06-26], pp.64-65. Available from: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000400021&lng=en&nrm=iso>. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000400021>.

OLIVEIRA, Ana Rosa de. **Gilles Clément e o jardim planetário**. São Paulo: Vitruvius, Arquitectos, ano 01, n. 002.03, jul. 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007.



SALGADO, Luiz Gustavo e PESSOA, Denise. **Projeto Área Verde: A Educação Científica e Ambiental em Foco**. III EREBIO, 2015.

SAUER, Carl. **A morfologia da paisagem**. In: Rosendahl, Z. e Côrrea R. L. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 (1925).

SPIRN, Anne W. **Restoring Mill Creek: landscape literacy, environmental justice and city planning and design**. Landscape Research, 2005.

SPIRN, Anne W. **The Language of Landscape**. New Haven: Yale University Press, 1998.

TARDIN, Raquel. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

TARDIN, Raquel. **Ordenação sistêmica da paisagem**. Rio de Janeiro: ENANPARQ – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010.

TAVARES, Felipe Alberto Simões. **Fundamentos e estrutura conceito-metodológica do Desenvolvimento e Design Regenerativo**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

TREIB, Marc. **Must Landscape Mean?** In: Treib, M. Meaning in Landscape Architecture and Gardens. Routledge, 2011.

ZANIRATO, Silvia. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural**. Presidente Prudente, SP: Revista Patrimônio e Memória (UNESP), 2009.



CIDADES BIOFÍLICAS E INTELIGENTES COMO CONTEÚDO CURRICULAR EM ACADEMIAS DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO: O QUE ESTAMOS ENSINANDO?

Klebers, Luan da Silva (1); PIPPI, Luis Guilherme Aita (2); WEISS, Raquel (3); FARIAS, Sílvia (4).

- (1) Arquiteto e Urbanista, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM) luan.klebers@hotmail.com
 (2) Arquiteto e Urbanista, vice-coordenador no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM) guiamy@hotmail.com
 (3) Arquiteta e Urbanista, docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM) rweissarqui@gmail.com
 (4) Arquiteta e Urbanista, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (PPGAUP/ UFSM) sisilviafarias@gmail.com

RESUMO

A rápida rotina do século XXI alterou a maneira com que se vive, imediatismo e agilidade tornaram-se algo natural e o reflexo disto molda a maneira com que experienciamos e projetamos a cidade. Difundido cada vez mais no cotidiano a palavra "inteligência" perde o sentido, visto sua vasta utilização (desde cidades até celulares, relógios, televisões e até mesmo tênis inteligentes), todavia esta suposta inteligência imposta separa-se cada vez mais dos conceitos de sustentabilidade e natureza, agregando somente conceitos tecnológicos para seu rol de diretrizes. Desta forma surgem e estudam-se conceitos sobre a inteligência das cidades e o resgate do convívio com o natural, implicando de uma maneira simbiótica nas cidades biofílicas e inteligentes. Este trabalho busca através de uma breve revisão de literatura, questionar docentes e acadêmicos de pós-graduação sobre seus conhecimentos acerca destes temas e verificar através destes dados o que se está sendo trabalhado junto à academia de arquitetura e urbanismo de algumas universidades (privadas e federais) do Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades inteligentes; cidades biofílicas; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A maioria de nós vive em cidades - mais de 50% da população mundial é urbana; no Brasil, já somos mais de 85% de "urbanóides". A cidade atrai não só por oferecer empregos mais bem remunerados, mas também porque gostamos e precisamos conviver com outras pessoas para trocar afetos, conhecimentos e realizar "coisas" juntos. Essas necessidades e hábitos datam de longo tempo, como demonstra nossa história enquanto espécie humana. (HERZOG, 2013, p. 23)

Estudar e compreender as diversas formas e transformações que o urbanismo se dissolve sempre foram de suma relevância tanto para gestores quanto planejadores do espaço público. Com o surgimento e avanço das tecnologias e da informação o modelo de vida mundial sofrerá grandes mudanças, impulsionando-os cada vez mais a, devido às ofertas e possibilidades de um suposto padrão de vida elevado e uma maior oferta de nichos (de necessidades básicas, trabalho, lazer e recreação), a maioria das pessoas optar por morar em centros urbanos. De acordo com estimativas feitas pelas Nações Unidas, se o desenvolvimento urbano seguir neste ritmo, em 2050 aproximadamente 70% da população mundial estará vivendo em cidades (AHERN, 2011). Já no Brasil aponta-se um reflexo mais preocupante, visto que de acordo com o censo do IBGE (2010)



82% da população brasileira já estaria vivendo em áreas urbanas. Dados como estes assustam, pois trazem com eles desafios inimagináveis para planejadores e gestores, para setores como educação, mobilidade, e saúde, preocupando moradores de centros urbanos, que buscam através de inovações minimizar os problemas causados, principalmente pela dispersão urbana e pela rápida urbanização desenfreada, apoiada pela especulação imobiliária e fomentada pelos grandes gestores de capital.

O somatório destes fatores acarreta em uma possível alta fragilidade ambiental, empurrando cada vez mais a porção da população de baixa renda para as margens, obrigando-os a transpor Áreas de Preservação Permanentes (APPs) e até mesmo colocando-se em zonas de risco para que possam ter uma chance de usufruir da cidade. Estes problemas são cada vez mais comuns em grandes cidades, e acabam criando estruturas urbanas poli nucleadas e com baixa conectividade peatonal em seus interlúdios. Este fenômeno assola grandes e médias cidades do mundo todo e é chamado de dispersão urbana.

Há três décadas, sabemos como tornar as cidades melhores e mais habitáveis - depois de termos esquecido por quatro décadas - e, mesmo assim, não fomos capazes de melhorá-las. Jane Jacobs, que escreveu em 1960, em 1980 já havia conquistado os urbanistas. Mas os urbanistas ainda têm de conquistar a cidade (SPECK, 2017, p. 13).

Este trabalho objetiva responder, através de questionários, se, dentre os desafios já propostos nas atuais grades curriculares, ainda assim, os conteúdos referentes a cidades biofílicas e inteligentes são tratados dentro das academias de arquitetura e urbanismo. Se sim, de que forma? E quais áreas desta narrativa os docentes consideram mais relevantes.

2 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho apoia-se em duas etapas, sendo a primeira um breve referencial teórico acerca de cidades biofílicas e inteligentes, revisitando alguns conceitos e a evolução dos temas até o presente momento das cidades. A segunda etapa é uma pesquisa qualitativa realizada através da plataforma livre Google Formulários e tendo disseminação via e-mail voltado a docentes de algumas universidades privadas (URI/FW, UPF e UFN) e públicas (UFRGS, UFSM/SM e UFSM/Cachoeira do Sul) verificando o conhecimento destes profissionais sobre o tema e se o inseriam em suas disciplinas, que prontamente o responderam e deixaram seu feedback, com 10 respondentes nas universidades privadas e 27 nas públicas.

Como seguimento do procedimento metodológico fora desenvolvido um questionário voltado a docentes de cursos de Arquitetura e Urbanismo de algumas universidades privadas e públicas. O referido questionário tinha o tempo médio de resposta de 7 minutos e contemplava perguntas abertas (onde sobrepunha-se a opinião do questionado), questões de múltipla escolha e questões de valoração, objetivando entender destes itens citados na tabela 2, qual o grau de importância os docentes os atribuíam.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A nomenclatura *Smart City* fora em suas primeiras citações, aparecida em meados dos anos noventa a fim de conceituar o fenômeno de desenvolvimento urbano dependente de tecnologia,



inovação e globalização (GIBSON, KOZMETSKY, & SMILOR, 1992). Inicialmente o discurso acerca de Cidades Inteligentes era unilateral com seu foco completamente nas Tecnologias de Informação da Comunicação (TIC), progressivamente evoluindo à uma visão holística, evidenciando três grandes fatores: A Tecnologia (infraestrutura de hardware e software, vinculado a inovação), pessoas (criatividade, diversidade, educação) e instituições (política e governança) de forma que apenas cumprindo estes três itens a cidade daria seus passos rumo à inteligência. (LEE *et. Al.*, 2013). Desta forma, para ilustrar a transformação de sua conceituação e construção de seus métodos através do tempo, pode-se observar na Tabela 1.

Tabela 1: Conceitos de cidades inteligentes de 2003 a 2016.

Odendaal (2003)	Uma <i>Smart City</i> é aquela que capitaliza sobre as oportunidades apresentadas pela TIC na promoção de sua prosperidade e influência.
Giffinger et al., (2007)	Uma <i>Smart City</i> é uma cidade que está em franco desenvolvimento nestas seis características: economia inteligente; pessoas inteligentes; governança inteligente; mobilidade inteligente; ambiente inteligente; vida inteligente, construídos com uma combinação de doações e autogerenciamento, com cidadãos independentes e conscientes.
Caragliu et al., (2009)	Uma cidade pode ser considerada uma <i>Smart City</i> quando os investimentos em capital humano e social e a tradicional e moderna infraestrutura de TIC serve como impulsionadora de um crescimento econômico sustentável e de uma elevada qualidade de vida, com uma gestão prudente dos recursos naturais através da governança participativa.
Nam & Pardo (2009)	Uma <i>Smart City</i> integra tecnologias, sistemas, infraestruturas, serviços e recursos em uma rede orgânica que é suficientemente complexa para desenvolver propriedades emergentes inesperadas.
Komninos, Schaffers, & Pallot et al. (2011)	O conceito de <i>Smart City</i> está ligado às noções de competitividade global, sustentabilidade, capacitação e qualidade de vida, apoiados por redes de banda larga e tecnologias modernas.
Batty et al., (2012)	Uma <i>Smart City</i> é uma cidade em que as TICs são mescladas com infraestruturas tradicionais, coordenando e integrando o uso de novas tecnologias digitais. <i>Smart Cities</i> também são instrumentos para melhorar a competitividade de tal forma que a comunidade e a qualidade de vida são reforçadas.
Meijer & Bolívar; Anthopoulos (2015)	Inovação com base nas tecnologias de informação e comunicação (TIC) auxiliando a vida urbana em termos de pessoas, economia, meio ambiente, mobilidade e qualidade de vida.
IEEE (2016)	Tecnologias, governo e sociedade.

Fonte: Adaptado de Rizzon *et. Al.* (2017) e Júnior *et. Al.* (2017) pelos autores (2019).

De acordo com Caragliu *et. Al.* (2009) apenas quando os investimentos são impulsionadores do crescimento econômico sustentável, ou seja, gerando elevação na qualidade de vida e prudência de utilização dos recursos naturais através de governança participativa, pode-se considerar a cidade realmente inteligente.

Em torno da metade da década de 2000 o conceito de cidade inteligente amplificou-se devido ao início dos debates científicos. Giffinger *et. Al.* (2007) desenvolveram uma metodologia de cidade inteligente composta por seis características difundidas sob a combinação inteligente de atividades



e autogerenciamento e cidadãos conscientes. Este método baseava-se em: Economia Inteligente; Pessoas Inteligentes; Governança Inteligente; Mobilidade Inteligente; Ambiente Inteligente e Vida Inteligente.

Pode-se compreender a partir da Tabela 1 a diversidade de definições que o significado em si de cidades inteligentes sofrera com o passar do tempo, e, até hoje vem sendo alterado bem como o surgimento de novas lacunas de conhecimento acerca. Em sua origem o órgão propulsor desta ideia eram os programas de inovação e desenvolvimento tecnológico, sendo, segundo Júnior *et. Al* (2017) proveniente de gigantes empresas do ramo, como IBM, CISCO, *Qualcom* e *Oracle*, o que fomentou o mercado e incentivou diversas outras companhias a desenvolverem sistemas e dispositivos com o intuito de melhorar a qualidade de vida urbana, para só então as questões de governança e poder público começarem a entrar no diálogo.

Neste norte, a narrativa que necessita atenção especial da parte de planejadores e gestores do espaço público é a esfera biótica. Por muito tempo deixou-se de lado e ignorou-se o espaço que se tomava de matas, florestas e redes hidrográficas, suprimindo estas áreas e fragmentando-as até que o nível de escassez afetasse os seres humanos. Neste diálogo entram as Cidades Biofílicas, que ensinam como conviver com a natureza.

Beatley (2010) define uma Cidade Biofílica como, em sua totalidade, uma cidade verde, com natureza em abundância, sistemas naturais que são visíveis e acessíveis ao usuário corriqueiro (aquele que conhece o local) e ao usuário acidental (aquele que por ventura passou pelo local). São condições físicas que fazem parte do desenho urbano, a conectividade entre as manchas vegetadas e a integração com o espaço público urbanizado.

Os conceitos de biofilia são, geralmente, considerados como abundância de biodiversidade, isto é, pluralidade de biótipos vegetais, pluralidade de fauna e avifauna, bem como de diversificadas forrações vegetais e amplas infraestruturas (verdes, azuis, amarelas...), ou seja, um ambiente cercado de natureza, local onde os usuários seguem seu curso normalmente (indo ao trabalho, a áreas de lazer, residências) porém são capazes de enxergar, sentir e vivenciar a rica diversidade que os rodeia (plantas, árvores, animais - ambos grandes e pequenos - o topo de arvores, invertebrados, etc.) e aproveitam de todo o ecossistema que está presente, caracterizando assim a cidade. É sobre integrar as novas formas de natureza dentro do planejamento de cada projeto - residências, prédios, indústrias (...) e principalmente as intervenções urbanas de fato. (BEATLEY, 2010).

Biofílico pode estar em todos os lugares, nos edifícios, por exemplo, através de telhados verdes, clarabóias, paredes verdes (...) mas também nas quadras, ruas, bairros e comunidades também, através de praças, *pocket* parques, canteiros centrais, florestas urbanas, hortas comunitárias, calçadas verdes, promovendo a conexão da paisagem (BEATLEY, 2010 p. 48)

Seguindo os conceitos de Cury (2016) uma cidade somente é inteligente quando está ligada em sua totalidade aos conceitos básicos de sustentabilidade e consegue conviver em harmonia com a natureza, aproveitando desta relação ecossistêmica e simbiótica, ou seja, prover de ambientes onde a conscientização seja em suma partida de uma sociedade que preze pela relação harmoniosa com o meio ambiente, utilizando e reaproveitando de forma consciente e racional todos os recursos ambientais.

Desta forma vê-se a necessidade de uma revisão sistemática dos conceitos encontrados acerca de Cidades Biofílicas e Inteligentes, considerando todas as óticas das disciplinas já visitadas

(engenharia da computação, análise de sistemas, administração, história, gestão da informação, etc) e adicionar o ponto de vista da arquitetura e urbanismo, pontuando e ponderando alguns novos itens.

Visando a sistematização de uma tabela metodológica onde seja identificado todos os itens e subitens referentes a uma cidade biofílica e inteligente, incrementando e resumizando os trabalhos já referenciados, no que tange a compreensão lógica das cidades, fora desenvolvido a Tabela 2.

Tabela 2: Itens necessários para cidades biofílicas e inteligentes

TECNOLOGIA	Uso intenso de Geotecnologias
	Uso correto de energias renováveis
	Uso avançado de TIC's
MOBILIDADE	Sistema de transporte público
	Sistema de transporte alternativo
	Acessibilidade universal
CONFORTO	Conforto termo acústico no quesito urbano
	Permeável X impermeável
	Construído X Livre
SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES	Espaços planejados
	Áreas de produção e serviço
	Áreas em potencial
ECOLOGIA	Biodiversidade de fauna e flora
	Abundância de infraestruturas bióticas
	Mobilidade biótica
ECONOMIA	Infraestruturas físicas
	Sistemas naturais
	Capital social
TURISMO	Turismo convencional
	Turismo rural
	Ecoturismo
PATRIMÔNIO	Patrimônio natural
	Patrimônio construído
	Patrimônio histórico

Fonte: Os autores (2019).

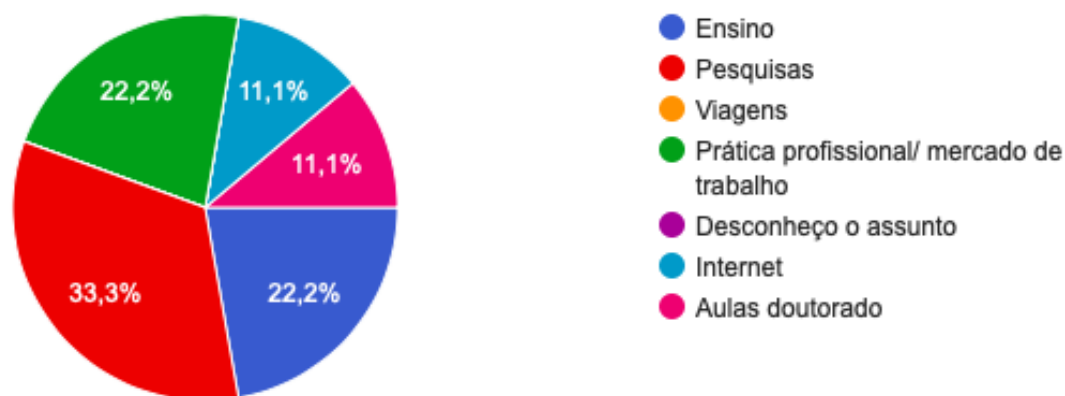
Estes itens possuem uma relação ecossistêmica entre eles, entrelaçando-os e gerando possibilidade de inúmeros subitens, porém, de maneira rápida estes são os provedores do conceito, onde o grande item requer a utilização inteligente e consciente dos subitens.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos itens previamente analisados e discutidos foram então formuladas as questões que serão apresentadas nesta seção, tendo caráter qualitativo e quantitativo, demonstram o grau de importância que os docentes das academias de arquitetura e urbanismo entendem acerca do tema bem como a relevância dos estudos nesta área.

O nível de escolaridade dos entrevistados fora o primeiro questionamento, sendo que 88,9% possuem doutorado completo ou em andamento e apenas 11,1% são mestres. 74% nunca haviam ouvido falar de uma cidade biofílica, enquanto 85,2% já eram previamente familiarizados com os conceitos de cidades inteligentes. Quando perguntados onde haviam conhecido o termo cidades biofílicas e inteligentes, a resposta é ilustrada pela Figura 1.

Figura 1: Onde foram apresentados a cidades biofílicas e inteligentes



Fonte: Os autores (2019)

Observa-se pela Figura 1 que 33% dos entrevistados obtiveram conhecimento acerca do tema em pesquisas, enquanto no ensino apenas 22,2%, empatado com prática profissional e mercado de trabalho. Isso reforça a necessidade de estes assuntos serem tratados dentro da sala de aula para que, quando se tornem agentes planejadores do espaço público, estejam munidos destes conceitos e os utilizem em prol de melhorias de infraestrutura e conectividade urbana e biótica.

As perguntas seguintes foram bastante similares, sendo qual seria a primeira palavra que vem imediatamente à sua mente quando se fala “cidade biofílica” e, subsequentemente, qual a primeira palavra que vem à sua mente quando se fala em “cidade inteligente”. Os resultados são apresentados respectivamente (primeiramente biofílica e depois cidades inteligentes) através de uma nuvem de palavras, ilustrados pela Figura 2.

Figura 2: Nuvem de palavras cidades biofílicas e de cidades inteligentes

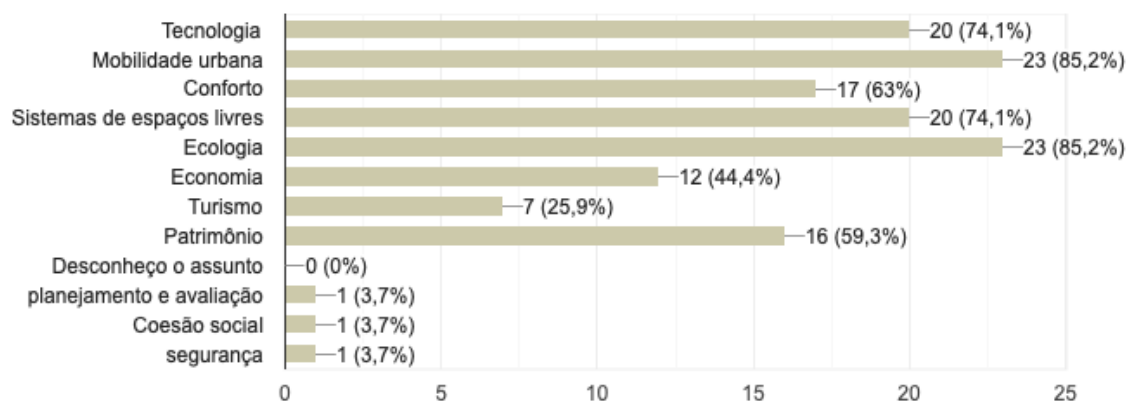


Fonte: Os autores (2019).

Observa-se que quando está se falando de cidades biofílicas as palavras que surgem estão relacionadas ao ambiente natural, como natureza, integração, ecologia, sustentabilidade e recursos (...) isto retoma a ideia de a biofilia ensinar a conviver com o meio ambiente. Enquanto as palavras citadas em cidades inteligentes em sua maioria resultam em processos dinâmicos e antrópicos como automação, tecnologia, resiliência, integração, multifuncionalidade e TIC.

Com o seguimento nas questões, as próximas duas também apresentam corpo similares, sendo diferenciadas pela terminologia da cidade, onde pedia-se para que, em múltipla escolha, de acordo com os itens ilustrados na Tabela 2, o (a) entrevistado (a) marcasse qual (quais) considerava pertinentes. Em gráficos distintos as respostas estão nas Figuras 3 e 4.

Figura 3: Itens considerados importantes em cidades inteligentes

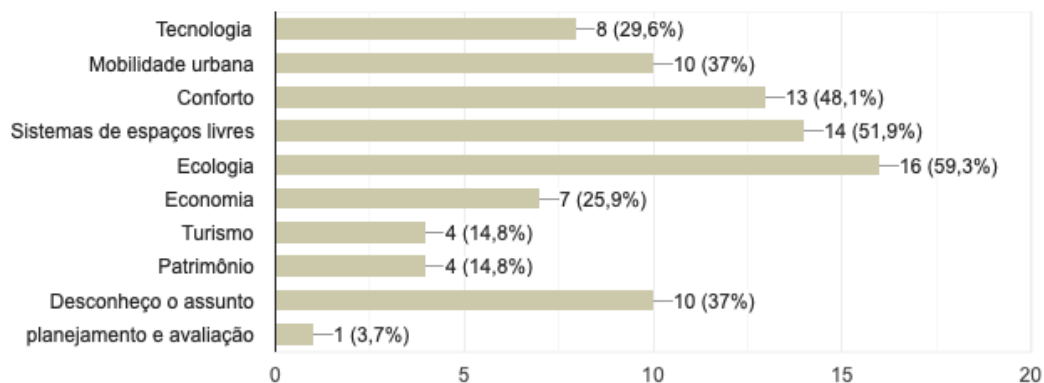


Fonte: Os autores (2019).

Percebe-se que para cidades inteligentes a compreensão dos docentes preza, empatados em primeiro lugar, pela mobilidade urbana e ecologia, afirmando a necessidade de o planejamento voltar a unificar as cidades e não as segregar mais ainda. Em segundo lugar empatados tecnologia e sistemas de espaços livres, novamente identificando a fragmentação da paisagem e do

planejamento urbano. Três itens foram adicionados, sendo planejamento e avaliação, coesão social e segurança, estes de suma importância também para o bom funcionamento de uma cidade inteligente.

Figura 4: Itens considerados importantes em cidades biofílicas

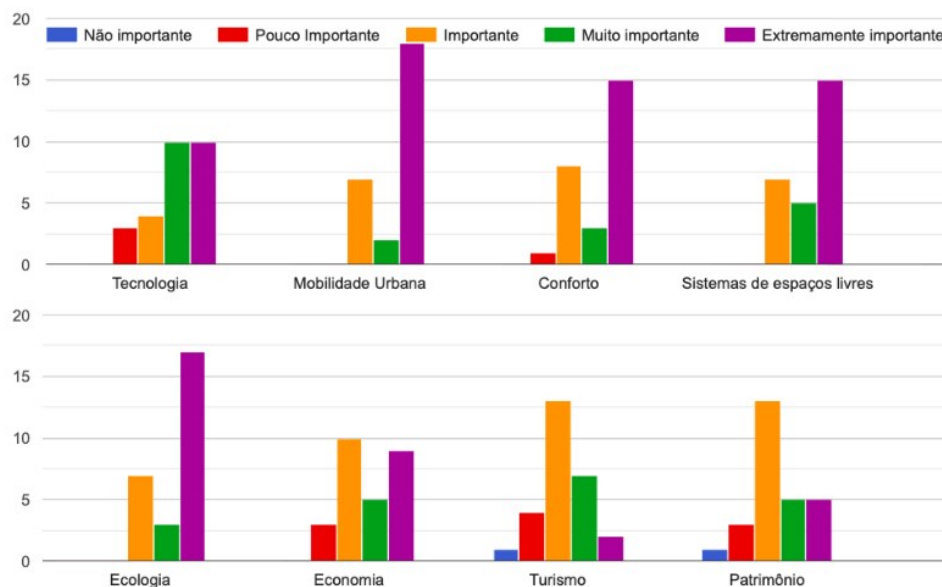


Fonte: Os autores (2019)

Enquanto para cidades biofílicas o primeiro lugar ainda se mantém o item da ecologia, seguido de sistemas de espaços livres e de conforto. O item adicionado fora novamente planejamento e avaliação, reiterando o diálogo de ser necessário cada vez mais estes conceitos estarem implantados no âmago dos planejadores e gestores urbanos. 37% optaram por demarcar a caixa que dizia “desconheço o assunto”, mostrando como a ideia de uma cidade biofílica ainda não está sendo tratada dentro das universidades avaliadas.

Por fim, a última questão ilustrava uma escala de valorizações em 5 graus de importância (não importante, pouco importante, importante, muito importante e extremamente importante) e o questionamento fazia jus a cada um dos itens de forma com que, de acordo com a opinião do (a) entrevistado (a), efetuasse a avaliação. Os resultados são ilustrados pela Figura 5.

Figura 5: Grau de importância dos itens propostos



Fonte: Os autores (2019).



Portanto, partindo dos dados fornecidos pela Figura 5, percebe-se que os itens considerados menos importantes são turismo, patrimônio e economia, este gráfico é completamente ligado às Figuras 3 e 4, confirmando seus resultados e evidenciando que, para os docentes avaliados, a mobilidade urbana e ecologia são os itens mais importantes para a cidade biofílica e inteligente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia o ambiente construído encontra-se totalmente fragmentado em zonas desconexas: casas para um lado, árvores para outro [...] zonas totalmente desligadas umas das outras, como uma série desarticulada de notas musicais tocadas no piano com um único dedo. (CULLEN, 1983 p. 55).

Apesar de iniciar seus diálogos nos anos 90, o debate sobre cidades inteligentes, mais especificamente ajustado à sustentabilidade, através de cidades biofílicas e inteligentes, está apenas iniciando. No Brasil a citação de Cullen (1983), a qual refere-se do meio urbano como zonas desconexas, faz-se demasiadamente pertinente. A ideia do planejamento urbano e pólo industrial a muito tempo é vista com maus olhos, porém é um reflexo do que se tem no panorama atual: bairros para se morar, bairros para se trabalhar, bairros para preservar (...), isso desconfigura qualquer conceito de biofilia e inteligência.

A dificuldade de aplicação e implementação destas ideias está vinculada à quantia de atores que necessitam ser alterados para que funcione de maneira plena, isto vai desde a conscientização dos usuários até a noção plena dos conceitos da parte dos gestores e da governança das cidades. É vital que, para o bom funcionamento da cidade, isso ocorra de forma sistêmica, conectando e integrando todos os fatores (bem como permeando entre os próprios itens citados na Tabela 2).

O presente artigo teve como objetivo principal testar e mensurar o nível de conhecimento dos docentes sobre cidades biofílicas e inteligentes, a partir de uma breve revisão de literatura e elencar, através da mesma, a evolução dos conceitos e atribuir, através de itens, o que seria necessário ser abordado de maneira inteligente para que obtenha-se sucesso no planejamento e implementação das cidades. A fragmentação da paisagem ocorre de forma histórica na sociedade e o potencial destas áreas inexploradas deve ser aproveitado de forma com que não destrua, mas sim construa a biofilia, ainda mais que o somatório de áreas urbanizadas no mundo todo é referente a não mais que 5% de toda a área do globo terrestre (ANGEOLETTO, 2011), isto é, tem-se uma grande área ainda para remediar e consertar o que as gerações anteriores não conseguiram.

Desta forma, constatou-se que de forma majoritária, os docentes ainda não estão familiarizados com os conceitos de biofilia, contudo ao trazer este assunto à tona em sua totalidade tiveram palavras e pensamentos que remetiam a verdadeiros e positivos preceitos do tema. É uma fraqueza que apenas 22,2% dos entrevistados aprenderam sobre esta narrativa em seus referidos ambientes de ensino, e ainda mais por desconhecerem o termo “cidade biofílica”, o que é resultado principalmente do grande enfoque pelas mídias sociais na ideia de “cidades inteligentes”, o problema é que nem sempre tem-se a compreensão do que este tema realmente ilustra.

Percebe-se, ao trazer os itens analisados com base nos autores referenciais acerca do tema que patrimônio, economia e turismo não se fazem tão atrativos para os docentes, embora deva-se levar em consideração que estes são um dos maiores movimentadores da economia de cidades turísticas, sendo assim criando, trazendo e provendo de manutenção para a vivacidade dos espaços urbanos. É um erro pensar que todos estes itens representam coisas separadas dentro das cidades, quando na verdade o somatório de todos eles (ou ausência dos mesmos) é o que forma a



cidade como conhecemos.

Reitera-se que, embora não sejam conteúdos obrigatórios da grade curricular de arquitetura e urbanismo, as cidades biofílicas e inteligentes fazem parte do panorama mundial de discussões sobre o urbanismo, de forma com que cabe ao senso crítico individual a separação dessa narrativa como “bom urbanismo” ou até mesmo “mau urbanismo”. Embora a obsolescência da tecnologia seja cada vez mais uma realidade para o nível do usuário diário, sua aplicabilidade nas tomadas de decisões do âmbito urbano é praticamente inexistente, deixando assim a lacuna e o questionamento: de que forma aplicar estas tecnologias em prol de melhorias públicas?

Em contraponto o debate de cidades biofílicas corre em lado oposto, geralmente exprimindo as tecnologias e tentando cada vez com mais vigor retornar às origens do primórdio natural, e é exatamente nesta abertura, onde cada conceito puxa para lados opostos, que a narrativa de biofilia inteligente ganha força, buscando pesquisa e desenvolvimento para fomentar o ponto de equilíbrio entre estes conceitos não tão antagônicos quanto parecem.

O estudo possui algumas limitações pelo fato de o questionário ser aplicado em uma escala muito pequena do país (focado somente em algumas universidades da região sul), e também o baixo número de respondentes, o que mais uma vez reitera a necessidade do incentivo à pesquisa e extensão por meios de integrações entre universidades e auxílio nos estudos em andamento. Sugere-se o aprimoramento e aplicação desta pesquisa em âmbito nacional, uma vez que somente assim pode-se ter um panorama que realmente reflita o estado do conhecimento acerca de cidades biofílicas e inteligentes em todas as academias de arquitetura e urbanismo do território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN J. **From fail-safe to safe-to-fail: Sustainability and Resilience in the New Urban World.** Landscape and Urban Planning, Volume 100, Issue 4, 341- 343. 2011.

ANGEOLETTO, F., SELEM, S., MARTINS, N., MORENO, M. **PLANEJAMENTO PARA O INCREMENTO DA DIVERSIDADE VEGETAL DOS QUINTAIS DE SARANDI - PR.** 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277786154_PLANEJAMENTO_PARA_O_INCREMENTO_DA_DIVERSIDADE_VEGETAL_DOS_QUINTAIS_DE_SARANDI_-_PR. Acesso em 28 de out. de 2019.

ANTHOPOULOS, L. **Defining Smart City Architecture for Sustainability.** Electronic Government and Electronic Participation: Anais do Ongoing Research and Projects of IFIP WG 8.5 EGOV ISSN 140–147. <http://doi.org/10.3233/978-1-61499-570-8-140>. 2015.

BATTY, M., AXHAUSEN, K. W., GIANNOTI, F., POZDNOUKHOV, A., BAZZANI, A., WACHOWICZ, M., OUZOUNIS, G., & PORTU- GALI, Y. **Smart City of the future.** The European Physical Journal - Special Topics, 2012, ISSN 214, 481–518. Disponível em: <https://www.bartlett.ucl.ac.uk/casa/pdf/paper188> acesso em: 20 de out. de 2019.

BEATLEY, T. **Biophilic Cities: Integrating Nature into Urban Design and Planning.** Washington, DC, Island Press, 2010.

CARAGLIU, A., DEL BO, C., & NIJKAMP, P. **Smart cities in europe.** Anais do the 3rd central europeu conference no regional science, 2009 p. 1-15. Disponível em:



http://www.intaainv.org/images/cc/urbanism/background%20documents/01_03_nijkamp.pdf
acesso em: 20 de jul. de 2019.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Architectural Press, 1983.

CURY, M. J., MARQUES, J. A. L. F. **A Cidade Inteligente: uma reterritorialização**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 102-117, dez. 2016. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8476>>. Acesso em: 12 jan. 2018. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v22i1.8476>.

GIBSON, D. V., Kozmetsky, G., & Smilor, R. W. **The Technopolis Phenomenon: Smart Cities, Fast Systems, Global Networks**. Rowman & Littlefield, New York. 1992.

GIFFINGER, R., FERTNER, C., KRAMAR, H., KALASEK, R., PICHLER-MILANOVIC, N., MEIJERS, E. Smart Cities: Ranking of European Medium-Sized Cities. Vienna, Austria: Centre of Regional Science (SRF), Vienna University of Technology 2007. Disponível em: http://research.ku.dk/search/?pure=files%2F37640170%-2Fsmart_cities_final_report.pdf acesso em: 20 de out. de 2019.

HERZOG, C. P. **Cidades para Todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Sinopse do Censo Demográfico (2016)**. Recuperado em 22 de junho de 2016, de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>

IEEE – **Smart Cities**. (2016) Disponível em: <https://smartcities.ieee.org> acesso em: 20 de out. de 2019.

JUNIOR, L. P., CAVALHEIRO, L. D. **Smart Cities: A Research Agenda of The Brazilian Smart Cities**. 10.5748/9788599693131-14CONTECSI/PS-4646. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317279309_Smart_Cities_A_Research_Agenda_of_The_Brazilian_Smart_Cities. Acesso em 12 de jun. de 2019.

KOMNINOS, N., SCHAFFERS, H., PALLOT, M. **Developing a Policy Roadmap for Smart Cities and the Future Internet**. IIMC International Information Management Corporation, Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE). 2011. Disponível em: http://www.urenio.org/wp-content/uploads/2008/11/2011-eChallen_ges_ref_196-Roadmap-for-Smart-Cities-Publied.pdf acesso em: 19 de jul. de 2019.

LEE, J. H., PHAAL, R., LEE, S. H. **An integrated service-device-technology roadmap for smart city development**. *Technological Forecasting and Social Change*, 80, 286–306. 2013. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162512002582> acesso em: 19 de fev. de 2019.

MEIJER, A., BOLÍVAR, M. P. R. **Governing the smart city: a review of the literature on smart urban governance**. *International Review of Administrative Sciences*, 2015, p. 1–17. <http://doi.org/10.1177/0020852314564308>



NAM, T., PARDO, T. A. **Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions.** Anais do 12th Annual International Digital Government Research Conference on Digital Government Innovation in Challenging Times. 2011. Disponível em: https://inta-aiavn.org/images/cc/Urbanism/background%20documents/dgo_2011_smartcity.pdf Acesso em: 20 de jul de 2019.

ODENDAAL, N. **Information and communication technology and local governance:** understanding the difference between cities in developed and emerging economies. Computers, Environment and Urban Systems, 2003. P. 27, ISSN 585-607. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0198971503000164> acesso em: 14 de ago. 2019.

RIZZON, F. et. Al. **Smart City:** Um Conceito em Construção. Revista Metropolitana de Sustentabilidade. v. 7. n. 3 p. 123-142. 2017. Disponível em: <http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1378>. Acesso em 20 abr. 2019.

SPECK, Jeff. **Cidade Caminhável.** São Paulo: Perspectiva, 2017.



Plano de massas: exercício demonstrativo como método de ensino do projeto paisagístico

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO. O QUE ESTAMOS ENSINANDO?

PENTEADO, Homero Marconi

Doutor em Arquitetura da Paisagem, Universidade Federal do Espírito Santo, homeropenteado@gmail.com

RESUMO

O projeto paisagístico é desenvolvido em uma sequência de etapas que culminam com sua implementação. Dentre essas etapas está o plano de massas, momento de decisão acerca das formas, dos volumes e dos vazios que compõem o projeto, utilizando, primordialmente, vegetação. Como forma de auxiliar a compreensão de todo o processo de projeto e o desenvolvimento do plano de massas, adotou-se um exercício, desenvolvido pelo docente em sala de aula, para demonstrar a execução de um projeto em pequena escala, em sítio com condições hipotéticas. Este artigo descreve esse exercício, bem como as etapas e os conceitos adotados. Resultou em uma melhor compreensão do processo de projeto, de suas etapas e do raciocínio que fundamenta as decisões tomadas na configuração de espaços livres. O exercício foi também documentado em vídeo e compartilhado em rede social.

PALAVRAS-CHAVE: plano de massas; projeto; método.

1 INTRODUÇÃO

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, no âmbito do ensino de paisagismo, possui uma disciplina obrigatória, Paisagismo 1, e uma optativa, Paisagismo 2. Na primeira, busca-se introduzir os conceitos básicos, referências históricas, teóricas e de projetos, os instrumentos do uso de vegetação na concepção espacial e método de projeto, ou seja, os fundamentos do paisagismo. A segunda disciplina busca aprofundar os conhecimentos teóricos e prossegue com o desenvolvimento do método adotado, evoluindo para o projeto executivo, detalhamento e documentação de projeto.

Paisagismo 1 divide-se em duas fases ao longo do semestre: uma inicial de embasamento conceitual e teórico do campo disciplinar, seguida por uma fase de aplicação dos conhecimentos em um projeto, que culmina em um estudo preliminar para uma área de aproximadamente 5.000 m². Essa segunda fase da disciplina inclui conteúdo referente ao método de projeto; organiza-se de acordo com as etapas de desenvolvimento de um projeto paisagístico exemplificador que será discutido mais adiante. Ou seja, o aluno não somente aplica o conteúdo teórico de paisagismo e das outras disciplinas do curso, mas adquire também uma base teórica e prática a respeito do próprio método.

Ressalta-se, aqui, o pressuposto da adoção do ensino ativo nas disciplinas de projeto defendido por Silva (1986), ao contrário da prática ainda vigente do ensino de projeto, em que o aluno apresenta soluções a um problema e o professor apresenta críticas e conselhos. No ensino ativo, cabe ao professor transmitir conhecimentos e teorias a respeito da prática do projeto; o aluno então desenvolve propostas que suscitarão críticas fundamentadas no repertório previamente fornecido ao aluno. Concorda-se com o autor, para quem a “projeção arquitetônica envolve técnicas e rotinas instrumentais que são perfeitamente codificáveis e transmissíveis por intermédio da

abordagem teórica” (SILVA, 1986, p. 26). Portanto, o exercício aqui apresentado encaixa-se na ideia de que o projeto pode e deve ser ensinado. A adoção de instrumentos e técnicas ajudam não somente na compreensão do processo pelo aluno, como no próprio desenvolvimento e comunicação das propostas.

Inicia-se um projeto paisagístico com o entendimento dos objetivos do cliente, das necessidades dos usuários e das características do sítio; as informações levantadas são documentadas por meio de um programa, um inventário do sítio e uma análise do mesmo; em seguida, desenvolve-se um conceito baseado em ideias direcionadas ao melhoramento do sítio (REID, 2007). Esse percurso metodológico conduz ao desenvolvimento de um partido arquitetônico, de um plano de massas e, posteriormente, de um estudo preliminar a ser apreciado pelo cliente.

Este artigo trata do plano de massas como um instrumento de investigação das configurações espaciais decorrentes do desenvolvimento do partido adotado no projeto, onde se explora o uso de volumes vegetais e/ou edificados para qualificar os vazios que configuram os espaços. Considera-se, aqui, o plano de massas como a etapa que antecede o estudo preliminar. Intenciona-se também que este texto sirva de recurso para estudantes de paisagismo. O objetivo é descrever uma experiência de ensino de projeto paisagístico, na disciplina Paisagismo 1, focada no desenvolvimento da etapa referente ao plano de massas. Há vários semestres, vem-se demonstrando, por meio da execução diante dos alunos de um pequeno projeto (Figura 1), o desenvolvimento das etapas do processo projetual até a elaboração do plano de massas, importante instrumento de composição arquitetônica. Nesses exercícios, parte-se de um sítio com condições hipotéticas, passando pelas etapas de análise, formulação de um partido, chegando, por fim, ao plano de massas e uma ilustração, realizada por meio de uma perspectiva axonométrica. A partir desta experiência, discute-se brevemente o método adotado, suas várias etapas, bem como as definições empregadas para cada etapa.

Figura 1: Dois momentos do exercício: à esquerda, desenvolvimento do partido arquitetônico da paisagem; à direita, definição do desenho (geometria) dos espaços e dos volumes vegetais (plano de massas).



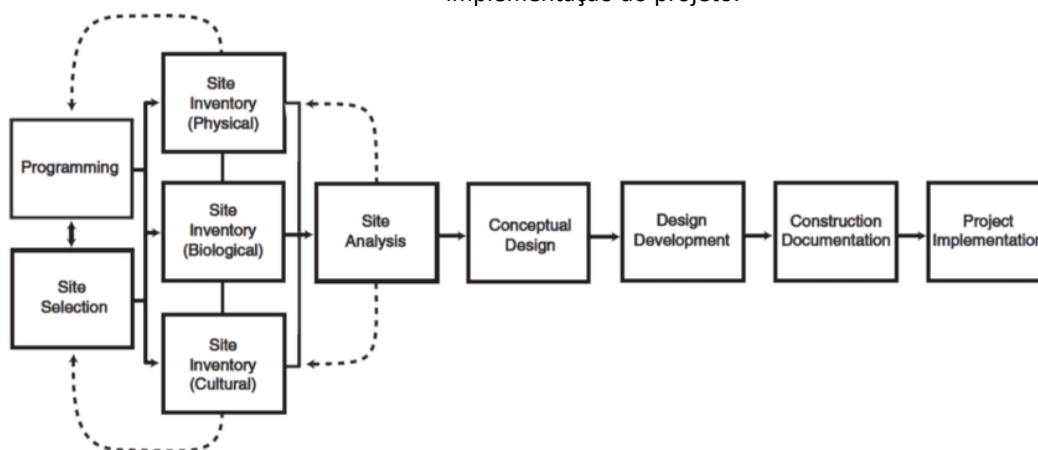
Fonte: Arquivo Janaína S. Baptista, 2014.

2 MÉTODOS DE PROJETO

Inúmeros autores tratam de métodos e processos de projeto paisagístico como uma sequência de estágios (LYNCH e HACK, 1984; LYLE, 1985; BOOTH, 1990; Mcharg, 1992[1969]; LAGRO, 2001; ABBUD, 2006; REID, 2007; entre outros). Há vários elementos em comum entre eles, mas com algumas variações. LaGro (2001) propõe uma sequência linear de projeto que se inicia com a

definição de um programa e a seleção de um sítio, passa pelo inventário das características físicas, biológicas e culturais do sítio, pela adoção de um conceito, pelo desenvolvimento do estudo preliminar e do projeto executivo, pelo detalhamento e termina com a implementação (Figura 2). Esse método é adotado como base para organizar a disciplina Paisagismo 1, principalmente pelo seu caráter sequencial e potencial didático. Cada etapa é alvo de uma aula específica, seguida de exercício de aplicação da mesma, demonstrando-se uma ferramenta efetiva no ensino e na prática de projeto na disciplina.

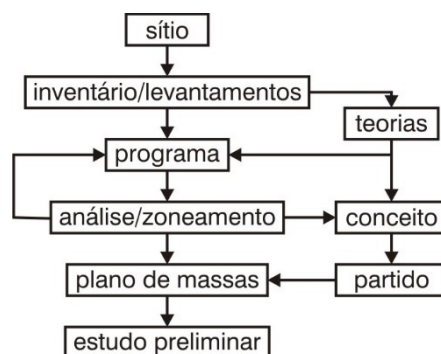
Figura 2: Diagrama elaborado por Lagro, que delinea as etapas que compõem o processo de projeto: programa e seleção do sítio; inventário do sítio – físico, biológico e cultural; análise do sítio; desenvolvimento do projeto (estudo preliminar); documentação da construção (projeto executivo e detalhamento); e implementação do projeto.



Fonte: LAGRO, 2001.

Entretanto, na prática, pode-se seguir caminhos distintos, como procura demonstrar o diagrama abaixo (Figura 3). O método de LaGro foi adaptado para incorporar uma sequência que se considerou mais didática, com a introdução de conteúdos teóricos sobre a formulação de espaços livres, elaboração de programas e a etapa de plano de massas, não presente explicitamente naquele método e que é a base para o desenvolvimento do estudo preliminar, produto final da disciplina. Introduce-se, também, nomenclatura mais comum entre autores brasileiros, como por exemplo os termos levantamento e zoneamento (ABBUD 2006), equivalentes, respectivamente, a inventário e análise.

Figura 3: Etapas de projeto, da definição do sítio ao estudo preliminar.



Fonte: Autor, 2019.

3 PLANO DE MASSAS

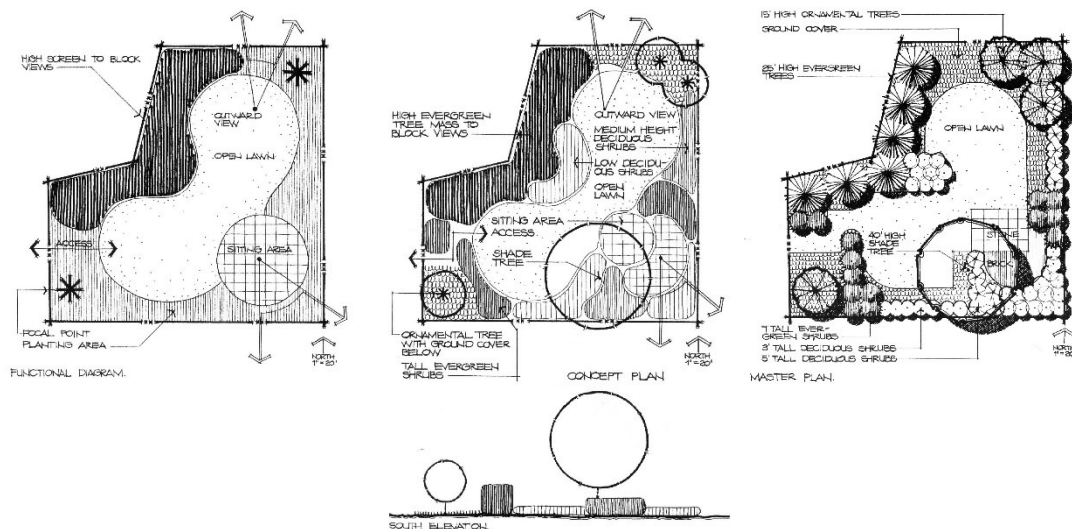
Como dito anteriormente, o objetivo deste artigo é relatar uma experiência de demonstração de um projeto realizado com foco no plano de massas. O plano de massas é uma ferramenta de projeto que permite, por meio de diagramas, uma primeira configuração espacial e um arranjo preliminar dos volumes que constituem os espaços em um projeto paisagístico. No processo de desenvolvimento de um projeto, o plano de massas ocorre concomitantemente ou, preferencialmente, após o desenvolvimento de um partido arquitetônico da paisagem.

Macedo (1989) define plano de massa como o estudo preliminar da paisagem. Abbud (2006) também entende estudo preliminar e plano de massas como uma mesma etapa. Para o paisagista, estudo preliminar “é o momento em que se inicia o plano de massas vegetais, com a especificação das principais plantas que comporão a proposta, o detalhamento de suas características em termos de cores, época de floração, aromas, textura de folhagem, tipo de caule, etc.” (ABBUD, 2006, p. 187). Entretanto, propõe-se que o plano de massas anteceda a elaboração e a apresentação do estudo preliminar. Didaticamente, em particular, é mais eficiente tratar o plano de massas em termos mais gerais e utilizando tipos vegetais, em vez de espécies. É uma evolução do partido arquitetônico, momento em que se decide a composição arquitetônica e que se determina a opção geométrica adotada no projeto. O estudo preliminar que o sucede é uma evolução do plano de massas, quando se refina o desenho dos espaços, dos conjuntos e implantação de indivíduos vegetais e se associam espécies aos volumes vegetais anteriormente definidos, além dos materiais e outros elementos que compõem o projeto.

Concorda-se, porém, com Macedo (1989, p. 9), ao afirmar que é quando “se define a estrutura básica dos espaços a serem produzidos, suas características de uso, forma, cor, textura, os caminhos, etc.”, bem como com Abbud (2007, p. 187), para quem “ainda não é preciso nem é interessante fechar completamente a especificação botânica”. Assim, nessa etapa definem-se os tipos vegetais que vão compor o projeto. Por tipo vegetal, adotam-se as categorias determinadas por Salviati (1993): arbóreas (que inclui árvores e palmeiras), arbustivas, trepadeiras e herbáceas (herbáceas, forrações e pisos vegetais). O autor ainda classifica plantas atípicas, que não se incluem nos quatro grupos anteriores, que em geral se destacam das demais e podem ser adotadas como elementos escultóricos, ornamentais ou pontos focais. No plano de massas configuram-se tanto os vazios quanto os cheios que os qualificam. Em um projeto paisagístico, os principais volumes são obtidos com o uso de vegetação, porém não exclusivamente, podendo também ser configurados por volumes edificados.

Para Booth (Figura 4), a determinação de volumes vegetais evolui esquematicamente a partir de um zoneamento (*functional diagram*), seguindo com a definição de um partido arquitetônico (*concept plan*), que antecede a etapa correspondente ao plano de massas (*master plan*), de definição dos tipos vegetais que irão compor os volumes vegetais e os vazios do projeto (BOOTH, 1990). Para o autor, “é incorreto estudar e usar plantas ao final do processo de projeto como ornamentação (...), após as principais decisões terem sido tomadas sobre função, locação e formas dos outros elementos físicos de um projeto” (BOOTH, 1990, p. 115). A vegetação desempenha papéis arquitetônicos que influenciam na concepção espacial, proporcionando abrigo, sombra, impulso visual, cercamento, controle dos ventos, enquadramentos, entre outros.

Figura 4: Etapas de elaboração de um projeto. O desenho da esquerda representa uma etapa preliminar, similar à etapa de análise (ou zoneamento); o desenho central, com planta e elevação esquemática, corresponde à elaboração de um partido arquitetônico; à direita tem-se o que denominamos plano de massas, com um refinamento da etapa anterior e indicação de tipos vegetais, onde define-se a composição dos maciços e pisos, mostrando os indivíduos vegetais.



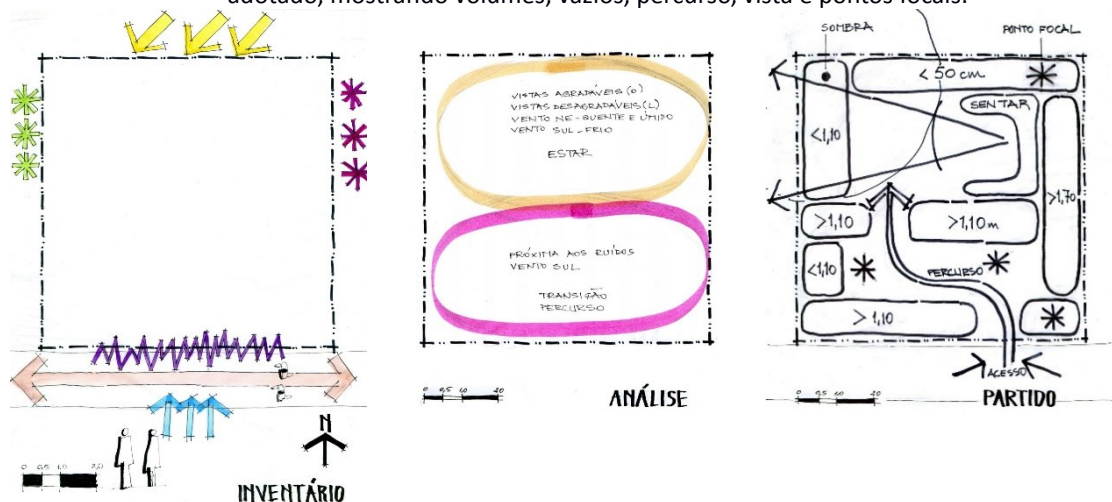
Fonte: BOOTH, 1990.

4 O EXERCÍCIO

O exercício apresentado abaixo foi desenvolvido em sala de aula de maneira a exemplificar cada etapa do processo de projeto até o plano de massas. Definiu-se um sítio hipotético para o qual representaram-se as etapas de inventário, análise, partido e plano de massas, finalizando com o desenho de uma perspectiva axonométrica simplificada.

A etapa correspondente ao inventário simula o levantamento de dados documentados em visitas ao sítio (Figura 5, imagem da esquerda). No caso apresentado, tais informações resumiram-se à orientação, aos ventos dominantes vindos de nordeste (agradável) e sul (frio), à presença de visuais aprazíveis a oeste e de visuais indesejáveis a leste, bem como de um caminho de pedestres ao longo da face sul. Determinou-se um programa simples – um espaço de estar, ou permanência, com certa privacidade. O desenvolvimento da análise ou zoneamento levou à determinação de uma área a norte, recuada do caminho, acessível por um percurso situado em uma zona de transição, responsável por atribuir privacidade (Figura 5, centro). Não cabe, aqui, uma discussão sobre a aplicação de ideias ou conceito, optando-se por desenvolver o projeto como síntese processual (sítio > inventário > análise > projeto), conforme alternativa apresentada no diagrama da Figura 3. Os alunos são envolvidos no processo de desenvolvimento do partido arquitetônico, discutindo-se como as características do sítio influenciam nas decisões quanto à distribuição de maciços vegetais, do percurso de entrada (e saída), bem como as relações desejadas com o entorno (Figura 5, imagem à direita). Nesse momento, não se define espécies, mas os possíveis tipos de vegetação que podem ser utilizados para conseguir os volumes desejados.

Figura 5: À esquerda, o sítio e suas características: setas amarelas indicam incidência de ventos dominantes de nordeste, azuis ventos vindos do sul; a oeste, vistas para a paisagem e pôr do sol, a leste, vista para elementos desagradáveis a ser barrada; a sul, alguma perturbação advinda do caminho existente; ao centro, distribuição das duas áreas principais (programa) em função das condições do sítio; à direita, partido adotado, mostrando volumes, vazios, percurso, vista e pontos focais.



Fonte: Autor, 2019.

Assim, a leste definiu-se um maciço com altura maior do que a de um adulto em pé ($> 1,70\text{ m}$) para bloquear a vista indesejada, que poderia ser composto por um conjunto de arbustos, herbáceas ou por uma estrutura que sustentasse uma trepadeira. A norte, optou-se por um maciço baixo que permitisse a passagem dos ventos, que poderia conter arbustos baixos ou forrações, com altura inferior a 50 cm ; a oeste, um maciço que não obstruísse a vista para pessoas sentadas, também podendo conter arbustos, forrações, ou herbáceas inferiores a $1,10\text{ m}$. Uma árvore é inserida para sombreadar a área de estar no período vespertino. No espaço de transição na porção sul, configura-se um percurso ente maciços de altura maior que $1,10\text{ m}$ que criem sentido de privacidade para os usuário da área de estar e os proteja do vento frio. Para criar pontos de atração, insere-se ao longo do percurso elementos que contrastem com o maciço descrito anteriormente (asteriscos na planta). O contraste pode resultar das texturas, cores ou mesmo da utilização de elementos ornamentais que acrescentem interesse visual para quem percorre o espaço, ou mesmo crie uma demarcação para o acesso ao sítio. O partido, portanto, auxilia nas definições preliminares referentes ao uso da vegetação para compor espaços, criar fechamentos e aberturas e, conseqüentemente, enquadramentos e percursos, além de estabelecer limites, criar “tetos” e sombras e elementos de referência ou ornamentais.

A etapa seguinte, o plano de massas propriamente dito, inicia-se com a definição da composição dos espaços por meio da escolha de formas geométricas e dos maciços e tipos vegetais – quais maciços serão compostos por arbustos ou herbáceas, árvores, palmeiras ou elementos ornamentais. Nesse exemplo, optou-se por representar dois tipos de arbusto nos volumes mais altos, forrações e herbáceas nos volumes mais baixos. Uma palmeira demarca a entrada, uma árvore propicia sombra e uma atípica cria um ponto focal ao fundo do sítio (Figura 6). Ressalta-se, aqui, a importância da correspondência entre as formas dos pisos e a disposição dos conjuntos vegetais como recurso para dar formas aos espaços e enfatizar a arquitetura das áreas livres. No exemplo abaixo, optou-se por uma composição baseada em retas e arcos de circunferência para o desenho de percursos e espaços, estratégia que se reflete na definição dos volumes vegetais.

Figura 6: Plano de massas, com a indicação da disposição espacial e dos possíveis volumes vegetais; Planta do projeto com a adoção de uma geometria de linhas retas e arcos de circunferência; à esquerda, axonométrica mostra esquematicamente os volumes vegetais.

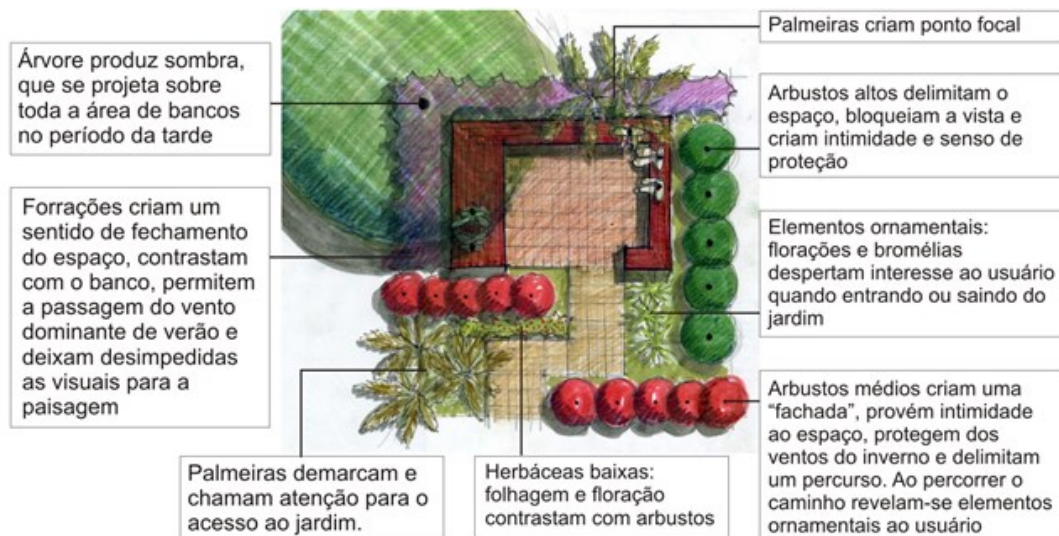


Fonte: Autor, 2019.

O exemplo abaixo (

Figura 7) apresenta uma solução alternativa com geometria ortogonal e descrições acerca das funções desempenhadas pelos diferentes tipos indicados.

Figura 7: Planta explicativa: razões para a escolha de cada tipo vegetal.



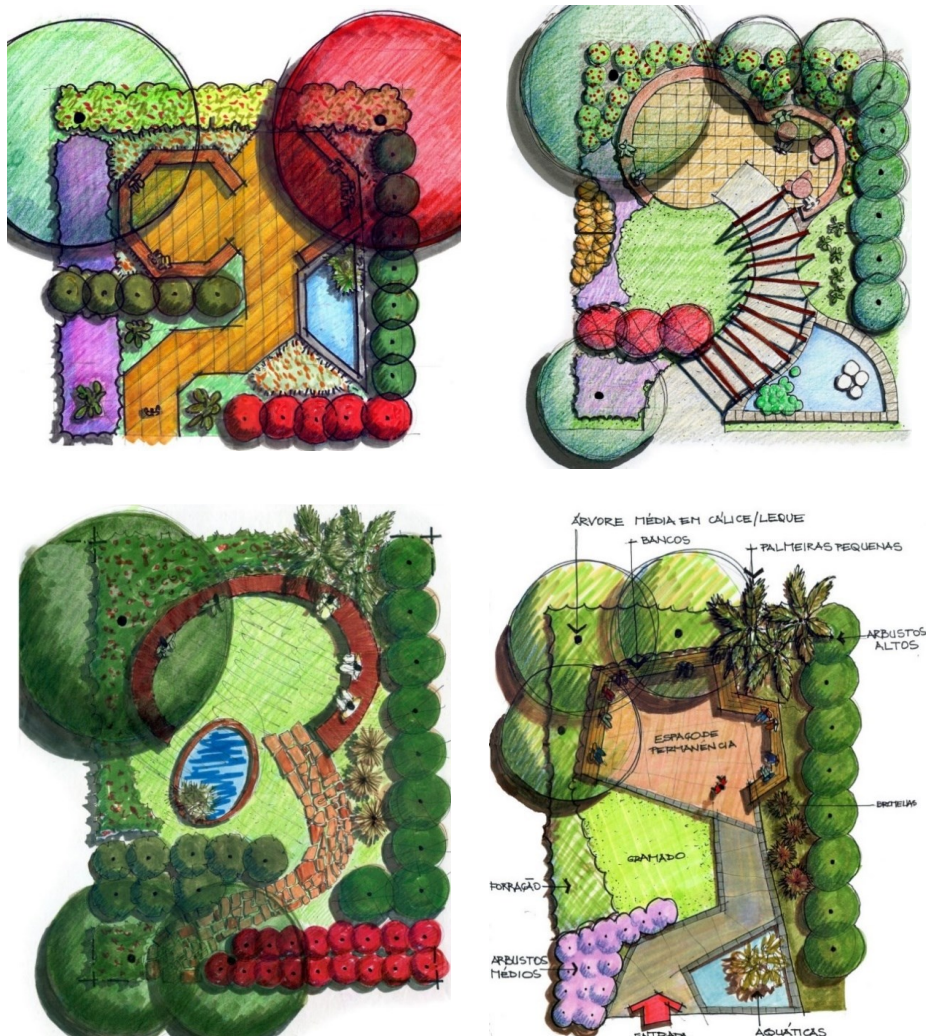
Fonte: Autor, 2016.

Composição Arquitetônica

O desenvolvimento do plano de massas permite também explorar múltiplas possibilidades compositivas, ou seja, examinar diferentes escolhas para cada elemento que compõe o projeto, incluindo aspectos relativos aos elementos geométricos e às massas vegetais que configuram os espaços. Os exemplos abaixo (Figura 8) demonstram algumas possíveis variações formais que adotam geometrias distintas a partir do mesmo conjunto de condicionantes documentados no inventário e de partidos arquitetônicos similares, ainda que os sítios utilizados nos diferentes exemplos possuam pequenas variações dimensionais.

Em cada semestre experimenta-se alternativas distintas, de maneira que se somem e constituam um repertório de soluções que auxiliem alunos a entender a evolução do partido e como, a partir de decisões sobre composição, geometria adotada e escolha de vegetação, chega-se a desenhos distintos que produzem espaços com qualidades diferenciadas.

Figura 8: Exemplos de desenvolvimento de plano de massas a partir de partidos arquitetônicos similares, com a adoção de geometrias e volumes vegetais distintos. À esquerda, ao alto, adotou-se uma geometria octogonal; à direita, arcos de circunferência compõem o plano de massas. Abaixo, à esquerda, projeto apresenta formas sinuosas enquanto, à direita, formas retilíneas compõem uma geometria irregular.





Fonte: Autor, 2015, 2013, 2014, 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de projeto de arquitetura – e por extensão de paisagismo – segue, tradicionalmente, o modelo reativo, no qual o aluno apresenta uma proposta para um problema arquitetônico e o professor reage com críticas e conselhos (SILVA, 1986). A experiência apresentada parte da premissa de que é possível e desejável ensinar projeto por meio da apresentação de teorias, métodos e ferramentas que o aluno aplica ao desenvolvimento do projeto, apresenta propostas ao professor e recebe, a partir de então, críticas e conteúdo adicional.

A ideia do exercício surgiu como resposta a uma demanda dos alunos que consideravam insuficientes os feedbacks do professor e não possuíam exemplos acerca da prática projetual, mas também do entendimento que é necessário sistematizar o processo para facilitar o aprendizado. Desde o início da aplicação dessa prática, tem-se obtido respostas positivas com uma melhor compreensão das várias etapas de projeto e da importância do desenvolvimento de cada uma delas. Observa-se também o aumento da habilidade dos alunos de entender as conexões entre as etapas e o produto final e mesmo a melhora na capacidade de comunicação do processo nas apresentações dos projetos.

O exercício desenvolvido a mão, na prancheta, diante dos alunos, procura demonstrar o pensar arquitetônico por meio de desenhos – utilizando a representação como expressão das decisões a respeito das qualidades desejadas para qualificar os espaços – e ensinar como compor a paisagem e conduzir as experiências dos usuários, ação que passa pelo estabelecimento e aplicação de critérios para seleção de volumes vegetais e, conseqüentemente, dos vazios. O exercício demonstrativo desenvolvido permitiu que os alunos apreendessem as etapas de projeto e entendessem as razões que embasaram as decisões relacionadas à distribuição de áreas e percursos, bem como a escolha dos tipos de vegetação.

Estudantes relataram que, após a apresentação, passaram a compreender melhor o processo de projeto e se sentiram mais confiantes no desenrolar da atividade de projeção. Uma das críticas recebidas de uma aluna, que se pretende considerar em experiências didáticas futuras, indicou que o exemplo poderia ser mais complexo e incluir árvores existentes, de maneira que incorporasse algumas das dificuldades encontradas na prática profissional. Acredita-se que o *feedback* dos alunos é fundamental para aprimoramento do processo de ensino e, por isso, deve ser considerado como um caminho possível para potencializar a transmissão e a troca de conhecimento. Por fim, como forma de disseminação dessa prática e democratização do ensino de paisagismo, o exercício foi também documentado em vídeo e compartilhado em rede social ([youtube.com/homeropentead0](https://www.youtube.com/homeropentead0)).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens - guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Senac, 2006.

BOOTH, Norman K. **Basic Elements of Landscape Architectural Design**. Prospect Heights, Ill.: Waveland, 1990.

LAGRO, James A. **Site Analysis: Linking Program and Concept in Land Planning and Design**. New York: John Wiley, 2001.

LYLE, John Tillman. **Design for Human Ecosystems: Landscape, Land Use, and Natural Resources**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.

LYNCH, Kevin; HACK, Gary. **Site Planning**. 3rd ed. Cambridge, Mass.: MIT, 1984.

MACEDO, Silvio S. Plano de massas – um instrumento para o desenho da paisagem. In: **Revista Paisagem Ambiente**. v.3. São Paulo: FAUUSP, 1989.

MCHARG, Ian L. **Design with Nature**. New York: J. Wiley, 1992.

SALVIATI, E.J. Tipos vegetais aplicados ao paisagismo. In **Paisagem ambiente: ensaios**. v.5. São Paulo: FAUUSP, 1993.

SILVA, Elvan. Sobre a renovação do conceito de projeto arquitetônico e sua didática. In: COMAS, Carlos Eduardo (org.). **Projeto arquitetônico: disciplina em crise, disciplina em renovação**. São Paulo, Projeto, 1986.



Exercícios gramaticais como ferramenta metodológica no ensino de paisagismo

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO: O QUE ESTAMOS ENSINANDO

COCOZZA, Glauco de Paula (1)

(1) Professor Doutor, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU-UFU, e-mail: glauco_cocozza@yahoo.com.br

RESUMO

Esse artigo apresenta uma reflexão sobre exercícios gramaticais como ferramenta de ensino em disciplinas de paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo. O principal objetivo do artigo é debater as principais vantagens e desafios de tais procedimentos metodológicos, e assim analisar sua eficácia como ferramenta para abordar diferentes temas dentro de um conteúdo programático de uma disciplina. Esse artigo continua uma discussão iniciada em 2012, na qual foram aprimoradas algumas experimentações realizadas até então, e incorporados novos exercícios segundo as considerações do trabalho anterior. O artigo se estrutura inicialmente em uma conceituação sobre o tema e sobre métodos de ensino, passando pelas experiências adotadas no curso de arquitetura e urbanismo e finalizando com uma discussão sobre as potencialidades e conflitos da aplicação de tais procedimentos. Esse artigo se justifica pela contínua busca de propostas de ensino que instigue alunos a refletir sobre questões projetuais no paisagismo de modo mais dinâmico, interativo e com maior senso crítico.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de paisagismo; exercícios gramaticais; metodologia de ensino.

1 INTRODUÇÃO

Propor e discutir novas metodologias de ensino é uma necessidade constante em disciplinas práticas de ensino de arquitetura e urbanismo. As disciplinas práticas são a espinhal dorsal da grande maioria dos cursos no Brasil e se estruturam de modo muito semelhante nas mais de quatrocentas escolas brasileiras. De certa maneira, ainda reproduzimos um processo metodológico que aprendemos e nos foi passado por gerações, que formatou um modelo de ensino que é eficaz, e que formou gerações de arquitetos e urbanistas em todo o Brasil, porém que tem suas limitações, e compreendemos que ensinar é algo que requer atualizações constantes na busca por novas e cada vez melhores formas de produzir e transmitir o conhecimento.

Isso não quer dizer que as práticas consagradas de ensino de projeto não se atualizem, mas diante de uma realidade cada vez transformadora e plural, seja pelas novas tecnologias e modos de enxergar a realidade, cabe a nós, educadores, rever, e se for o caso, propor novos modelos de pensar e projetar o objeto arquitetônico. É um constante questionamento e autorreflexão sobre nossas práticas metodológicas, e de novas possibilidades de se atingir determinados objetivos seguindo os conteúdos programáticos em disciplinas de paisagismo.

“As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de



materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa.” (MORÁN, 2015, p. 17)

Inúmeros casos são relatados em textos acadêmicos, e cada vez mais, encontros e congressos discutem sobre experiências e diferentes métodos de ensino em disciplinas de projeto, ou ateliês, como são muitas vezes denominadas as aulas práticas, tanto de arquitetura, como de urbanismo, e principalmente de paisagismo, já que nesta última geralmente há pouco espaço nas matrizes curriculares dos cursos. Geralmente é preciso passar muito conteúdo em poucas horas de aula. Esse debate é crescente e de extrema importância dentro do âmbito acadêmico, e para que se possa cada vez mais aperfeiçoar nosso processo metodológico, devemos refletir sobre modos mais interativo e menos passivo de ensino.

“Podemos fazer mudanças progressivas na direção da personalização, colaboração e autonomia ou mais intensas ou disruptivas. Só não podemos manter o modelo tradicional e achar que com poucos ajustes dará certo. Os ajustes necessários – mesmo progressivos – são profundos, porque são do foco: aluno ativo e não passivo, envolvimento profundo e não burocrático, professor orientador e não transmissor” (MORÁN, 2015, p. 22)

Nos ateliês são comuns exercícios de reflexão e análise antes da realização de uma proposta projetual, onde geralmente se coloca um determinado problema, dependendo do nível e perfil da disciplina, porém ainda seguindo muitas vezes um modelo linear de análise-inspiração-criação-apresentação, onde o aluno desenvolve um projeto segundo seus levantamentos iniciais, suas inspirações e seus conhecimentos, com orientações individuais ou em grupo, ao longo de um determinado período, com apresentações em etapas e geralmente explanativas.

“O ensino do projeto de Paisagismo tem se colocado nos métodos tradicionais de ensino de arquitetura de edificação onde comumente são obedecidas as etapas clássicas do projeto – do levantamento de campo ao estabelecimento de programas, do estudo preliminar ao anteprojeto e, finalmente, o projeto propriamente” (MACEDO, 1998, p 74)

Nos formamos assim e ainda formaremos muitos profissionais, mas nem por isso devemos nos contentar e nos acomodar, e nos questionarmos constantemente passa a ser um ato de reconhecimento de nossas próprias virtudes e fragilidades como professores. Um dos pontos de reflexão é em relação ao modo com que alguns conteúdos, que são inerentes ao processo projetual, são trabalhados dentro desse modelo de ensino tradicional. Para se projetar são necessários alguns conhecimentos transversais, que devem se exercitados e apreendidos para que o resultado final e o processo projetual propicie ao aluno novas formas de reflexão e execução de sua proposta espacial.

“A introdução de exercícios gramaticais foi a solução encontrada na FAUUSP, para se fazer uma ponte entre os exercícios de leitura e avaliação da paisagem e os exercícios projetuais. Basicamente se atém à discussão de questões simples, reduzido seus fatores mais relevantes, e priorizando ao máximo a experimentação formal” (MACEDO, 1998, p. 73)



Algumas ferramentas metodológicas buscam proporcionar uma nova perspectiva e experiência didática sobre diferentes questões abordadas em disciplinas de projeto. Criar nem sempre é um ato automático e fácil, que começa do zero em uma folha em branco, e a partir de um programa e objetivo propostos pelos professores.

Segundo Macedo (1998), os exercícios gramaticais são experiências didáticas que propiciam através da abstração de uma determinada realidade, estimular o aluno a criar espaços condicionados por elementos que definem um projeto da paisagem. Cada exercício reforça a ideia de que a experimentação é parte do processo de projeção-aprendizado, de modo a apreender melhor a tridimensionalidade do espaço que se está projetando e introduzir elementos. As experiências de professores da FAUUSP nos anos 80 revelaram que a incorporação desses exercícios, que exercita diferentes habilidades do aluno, é um modelo a ser trabalhado e considerado por demais professores de universidades brasileiras, para que sejam discutidas novas experiências e que se amplie o debate sobre o tema.

2 EXERCÍCIO GRAMATICAIS: APLICAÇÕES E RESULTADOS

Os casos apresentados a seguir ocorreram na disciplina de Paisagismo I (5º semestre), entre os anos de 2015 a 2018, na qual diferentes propostas de exercícios gramaticais foram sendo testadas e aplicadas dentro de um processo pedagógico mais interativo. Na FAUeD-UFU, até o momento presente, há somente duas disciplinas de paisagismo na grade curricular, paisagismo I e II. A primeira introduz questões mais conceituais e de base para o projeto de paisagismo, focado na escala do jardim e do lote. No paisagismo II (6º semestre) há uma alteração de conteúdo e de objetivo, com foco na criação de um sistema de espaços livres públicos na escala intraurbana.

Após alguns anos de experimentações, com algumas bem sucedidas e outras nem tanto, os exercícios gramaticais se consolidaram como principal ferramenta de ensino da disciplina introdutória de paisagismo, na qual desde o primeiro exercício até o final é dividido em etapas, que vão incorporando gradualmente os conteúdos do programa estabelecido pela disciplina, que foca na apreensão da teoria e história do paisagismo, métodos de concepção espacial, botânica, representação, elementos compositivos e organização espacial junto a uma edificação. Para cada conteúdo há um exercício, nem sempre gramatical, porém que possibilita ao aluno exercitar de forma coletiva e interativa as discussões levantadas pelas aulas expositivas sobre cada tema.

Todo a disciplina é estruturada para que a maquete física tridimensional seja a principal ferramenta de trabalho, com experimentação projetual e apresentação coletiva, trabalhada em distintas escalas e com diferentes graus de qualidade na sua execução. Parte-se da premissa que através dos elementos plásticos de um modelo tridimensional, a elaboração e visualização do espaço construído pela vegetação é amplamente facilitada, e proporciona ao aluno um processo projetual que não se inicia pelo desenho. Este é um elemento essencial no projeto, porém ele geralmente é utilizado como esboço, ficando o desenho de apresentação para ser elaborado após a confecção das maquetes e de toda a criação espacial.

O primeiro exercício gramatical da disciplina é o exercício chave dessa discussão, que originou todo esse questionamento sobre novas formas de aprendizado, e foi se aperfeiçoando ao longo dos últimos anos. Esse exercício é uma adaptação de um exercício proposto por professores da FAUUSP, na qual trabalhavam com os elementos de composição por planos verticais e horizontais (MACEDO, 1998). O exercício já fora apresentado no ENPEEA 2012 em Campo Grande, e desde então é aprimorado como proposta pedagógica, para que os alunos possam compreender seu

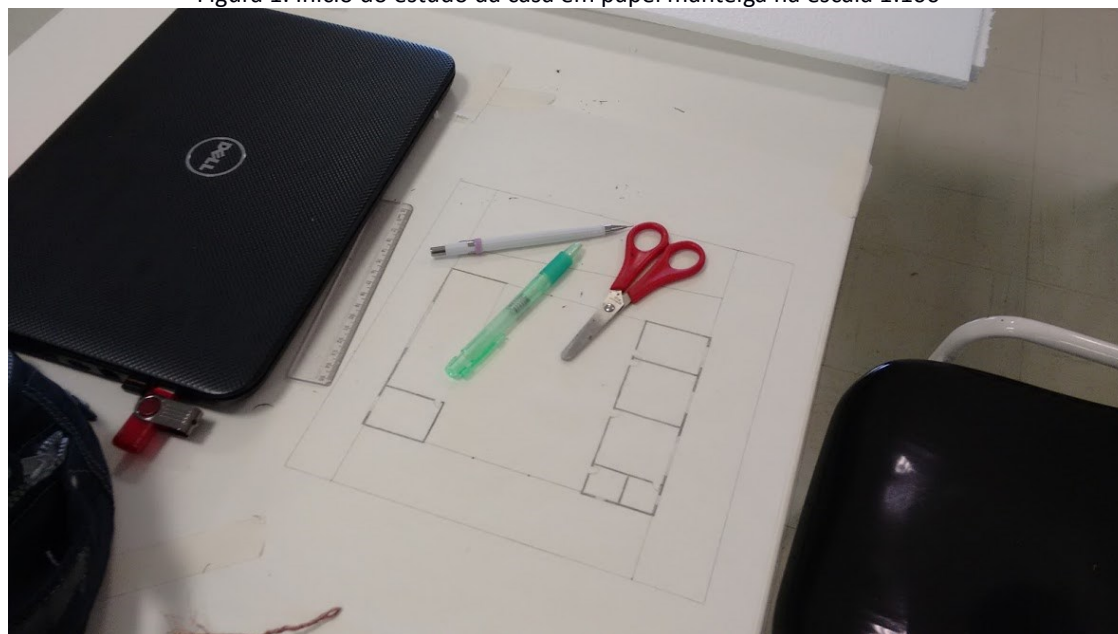
objetivo principal, que é ter uma nova desenvoltura projetual e questionar o arcabouço teórico para concepção de espaços livres.

Esse exercício parte do pressuposto de que o estudante de arquitetura e urbanismo apresenta nesse momento do curso, mais destreza e conhecimento teórico-prático para projetar espaços edificados do que para projetar espaços livres. Mesmo sabendo que essa afirmação possa ser controversa, a ideia é utilizar a facilidade que o aluno de quinto período tem em resolver rapidamente um objeto arquitetônico de pequena escala, visto que até esse momento o aluno praticamente não projetou um espaço livre, a não ser como uma moldura ou complemento de algum edifício.

Por isso o exercício parte de uma proposta de projetar rapidamente uma residência térrea com um programa básico: três quartos, sala, cozinha e banheiro, criando assim ambientes com distintas dimensões, em um lote fictício de 50x50, dimensão essa que é metade de uma placa de isopor. O isopor é o principal material de construção do exercício, pois é um material barato, fácil de cortar em sala de aula, e fácil de suportar materiais que irão compor a vegetação.

A carga horária da disciplina é de 3h semanais, e as duas primeiras horas, cada dupla deve desenvolver o projeto no papel, e na hora seguinte, construir uma maquete da mesma na escala de 1:100 com o restante da placa do isopor, porém somente com as paredes, ficando-as com palitos de dente para que possa ser facilmente removida. Ao todo, são necessárias duas aulas para finalizar o exercício.

Figura 1. Início do estudo da casa em papel manteiga na escala 1:100

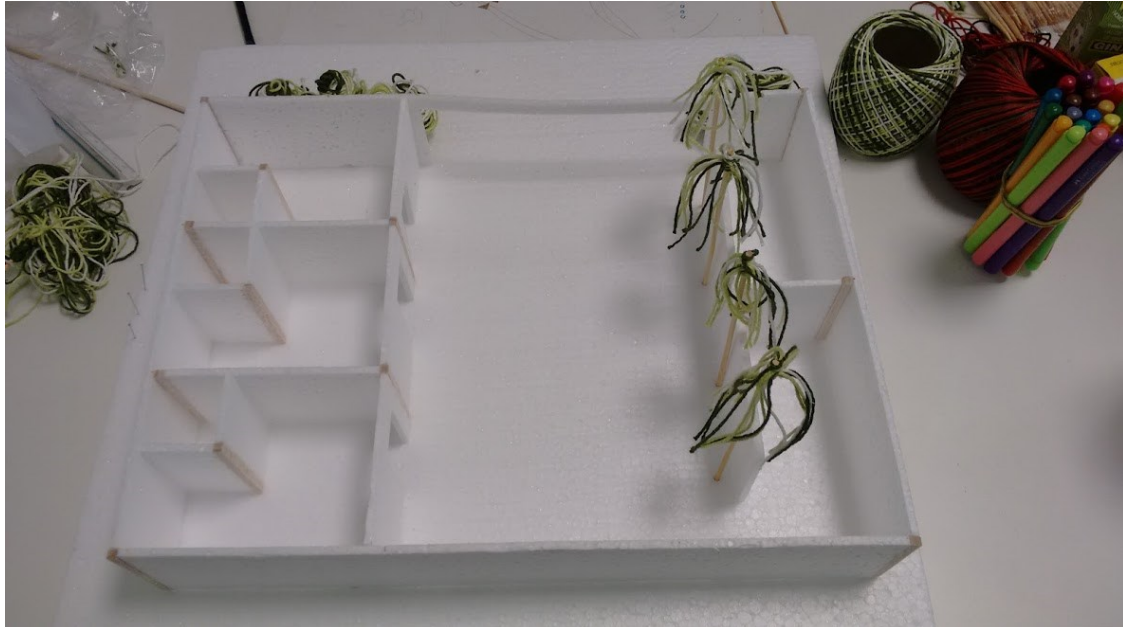


Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2015

No final da primeira aula e após a finalização da maquete da residência, o aluno é surpreendido ao ser solicitado que remova todas as paredes da base e as substitua por vegetação. Ao ser pego de surpresa, cada dupla se depara com uma enorme frustração. Ao projetar e implantar a residência, imaginavam que iriam fazer o paisagismo da área restante do lote, e projetam a pensando na sua relação com o espaço que “sobrou”, mas ao invés disso, são direcionados a utilizarem a estrutura espacial da residência para dispor diferentes tipos de vegetação, e assim criar um projeto de

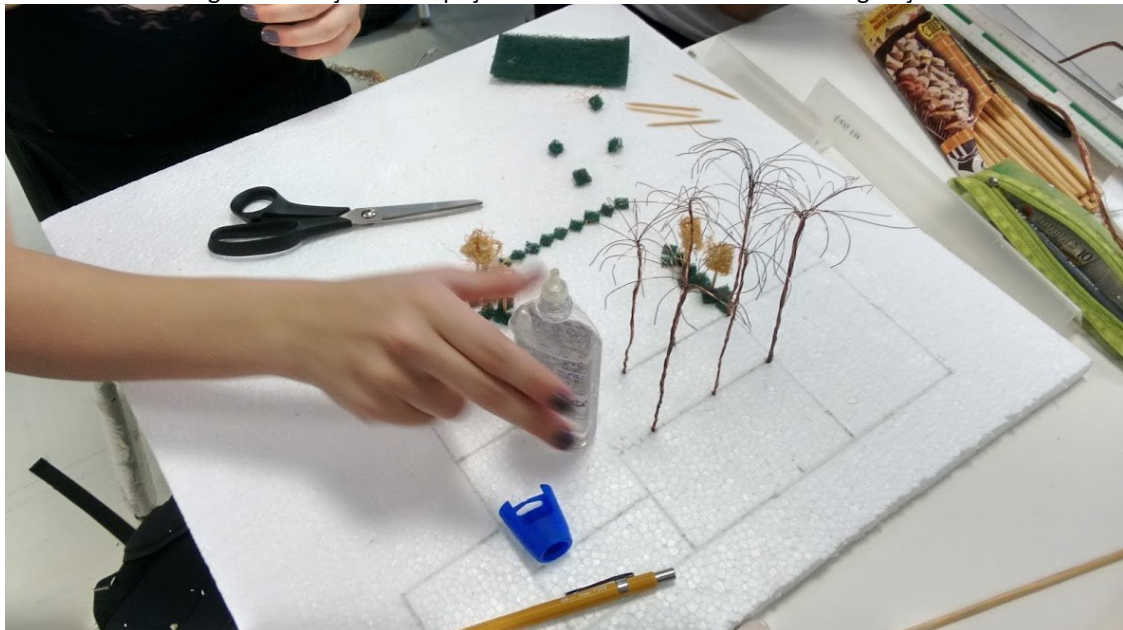
paisagismo na mesma posição das residência, e nos ambientes criados para a residência. Por já ter a espacialidade definida, os alunos rapidamente compreendem as espacialidades criadas e começam a intervir.

Figura 2. Momento de Substituição das paredes da casa por vegetação



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2015

Figura 3. Criação dos espaços com diferentes elementos da vegetação



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2015

A segunda aula é dedicada a construção da maquete e exposição final de forma coletiva, junto com uma análise final do exercício. A construção espacial com vegetação é feita através de elementos simples, como varetas, bolas de isopor, buchas, papel crepom, raspas de lápis para forrações e até

galhos de plantas, experimentando na maquete as diferentes possibilidades de uso da vegetação como construtora e definidora do espaço. Como até o momento as aulas sobre vegetação não foram ministradas, não é cobrado o conhecimento de espécies, porém ele já começa a ter os primeiros contatos com os diferentes elementos: forração, arbustos, árvores e palmeiras, sempre pensando na escala da vegetação, e na escala humana para construir o espaço.

Figura 4. Maquete do resultado final do Exercício 1



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2015

Dois pontos merecem destaque. O primeiro é a facilidade e rapidez na execução de um projeto paisagístico, e principalmente por ser através de uma maquete, onde a rapidez é maior, já que esse jogo de dispor a vegetação aqui e ali permite a finalização em apenas uma aula. O segundo ponto a ser destacado é o resultado obtido, pois em duas aulas, e de forma muito intuitiva e interativa, um projeto é realizado de forma muito substancial e com alto grau de complexidade para um exercício inicial.

O segundo exercício gramatical proposto tem como objetivo aprimorar o senso crítico e conceitual, através de elementos compositivos de um projeto paisagístico. Nessa fase o aluno já tem o conhecimento sobre vegetação e representação, na qual criou um repertório de espécies, e fez exercícios de representação. Esse exercício foi adaptado de uma atividade realizada pelo professor Leandro Schenk (UNIARA-SP), na qual o conceito do projeto deve ser exercitado, com a organização espacial de um pequeno espaço livre junto a um pavilhão. O objeto do exercício é um jardim para uma pequena galeria, onde ocorre a exposição de obras de algum artista contemporâneo.

O trabalho propõe um projeto de paisagismo relacionado com arte. O aluno deve compreender o processo criativo e os conceitos utilizados nas obras de cada artista, e transmiti-los ao espaço destinado ao jardim. Uma referencia clara para esse exercício são os projetos e desenhos de Burlle Marx, onde paisagismo e arte se fundem de uma forma muito especial e substancial.

Através de uma lista prévia de artistas, cada dupla elege um que irá estudar, e após leituras sobre sua obra, cada dupla inicia a execução do projeto através de uma maquete. Nesse exercício a área

é menor, porém tem um pequeno pavilhão de dimensões 12(L)x6(P)x3(A) metros, a ser implantado na ponta do terreno de 12x40 metros, deixando o restante da área para a intervenção paisagística. A ideia é que o terreno se pareça como qualquer lote urbano de uma quadra central de qualquer cidade brasileira. A base novamente é feita de isopor, mas a edificação pode ser feita de qualquer material rígido para que tenha maior estabilidade.

Figura 5. Foto da maquete do Exercício 2



Fonte: Glauco de Paula Coccoza, 2018

Figura 6. Foto da maquete do Exercício 2



Fonte: Glauco de Paula Coccoza, 2018

Com o conceito pré-definido pela obra do artista, cada dupla tem a liberdade de criação, sem precisar definir um programa específico, pois o intuito é que, diferente do primeiro exercício, onde os espaços eram definidos pelos ambientes de uma residência, aqui devem ser definidos por sua expressão artística. Curvas podem ser caminhos, e linhas podem ser bancos, ou vice e versa. Um exercício semelhante é executado na Lincoln University na cidade de Christchurch, na Nova Zelândia, porém ao invés de artistas, os alunos elegem um filósofo e criam um espaço que remete

as suas teorias. Há outras possibilidades de conceitos que podem ser utilizados, substituindo artistas e filósofos, por músicos, cientistas e outros.

O resultado surpreende pela criatividade e pela incorporação dos conceitos de cada artista no espaço proposto. Novamente dois pontos merecem destaque. O primeiro é a facilidade de criação a partir de um conceito pré-estabelecido, fazendo com que o aluno busque nos próximos exercícios inspirações que possam dar maior identidade ao projeto. O segundo ponto é a percepção do jardim como um objeto artístico elaborado com elementos paisagísticos já definidos pelo aluno, criando matizes de cores, texturas e formas que se potencializa com a inclusão de um conceito. Além dessa discussão, há a incorporação do objeto construído como elemento que norteará o espaço, no sentido de ser uma extensão do pavilhão de exposições.

Figura 7. Foto da maquete do exercício 2



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2018

O último exercício proposto é o projeto final da disciplina, onde desde 2018 foi transformado em exercício gramatical, com o objetivo continuar as experimentações metodológicas. O exercício se baseia em uma experiência bem-sucedida e realizada desde muitos anos na FAU-USP na disciplina de paisagismo, e que tem como objetivo principal projetar um espaço livre em um conjunto formado por maciços edificadas. Esse exercício é um dos principais realizados pelos professores da FAUUSP, e é um exemplo de que os exercícios gramaticais apresentam resultados satisfatórios.

O exercício é realizado em um terreno de 50x100 m, sendo que a área onde pode conter edifícios corresponde a metade da área do lote. O conjunto edificado é realizado através de primas de 6x9x3 metros, podendo utilizar no máximo 10 para configurar um conjunto edificado. A outra metade do terreno deve ser um espaço livre de acesso público aos edifícios, e com conexão ao espaço público urbano. Cada dupla tem a liberdade de elaborar o próprio programa para o paisagismo, sendo que este deverá ter continuidade até a área dos edifícios.

Nessa fase espera-se que o aluno compreenda o papel do paisagismo na organização e implantação dos volumes edificadas, seja pela sua complementariedade e ou por sua relevância na composição espacial. Após realizar os exercícios anteriores, é possível que o aluno consiga desenvolver o projeto paisagístico com a mesma destreza com que realizou os demais, com maior liberdade e criatividade, através de uma maquete de estudo e apresentação. O espaço é pensando

tridimensionalmente pela maquete, através de sua estruturação espacial, composição de elementos vegetados e construtivos, escolha de materiais, e somente após essa etapa o aluno partirá para o desenho mais elaborado do projeto para entrega final.

Figura 8. Foto da maquete do Exercício 3



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2018

Figura 9. Foto da maquete do Exercício 3



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2018

Figura 10. Foto da maquete do Exercício 3



Fonte: Glauco de Paula Coccozza, 2018

Nessa etapa é esperado uma melhor qualidade da maquete e do projeto, contemplando todos os conteúdos apreendidos na disciplina, de forma a relacioná-las com as atividades práticas, com as discussões teóricas e conceituais sobre um projeto de paisagismo, com os conhecimentos em botânica e composição de elementos da paisagem, e assim contribuir para a construção de processos criativos e mais interativos na fase projetual. No final da disciplina há uma apresentação das maquetes de forma coletiva, sendo convidados a falar sobre o resultado final, mas também sobre o processo de desenvolvimento, como forma de auto avaliação dos projetos apresentados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exercícios gramaticais são propostas metodológicas que tem como principal mérito instigar novos processos projetuais em disciplinas de paisagismo, tornando-as experiências didáticas que apresentam uma visão mais transversal dentro do curso de arquitetura e urbanismo, pois permite ao aluno desenvolver em sala de aula, através de modelos, e de uma forma muito lúdica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo mais “livre”, um projeto de paisagismo, porém sem perder o foco que é transmitir todo o conteúdo necessário dentro de um programa de disciplina.

Os três exercícios apresentam o mesmo fundamento metodológico: a maquete física como instrumento de projeção. É através dessa base que se constrói toda uma narrativa de como se construir espaços, permitindo outras formas de aprendizado, diferentes dos modelos mais tradicionais. Cada exercício cumpre seu papel dentro da metodologia proposta, e cada vez mais há uma busca por novas experiências interativas para que cada aluno possa desenvolver o seu próprio caminho para projetar utilizando diferentes ferramentas.

Embora se verifique que os resultados finais ocorram de maneira eficiente, e há uma resposta positiva dos alunos em relação a proposta metodológica, pairam algumas dúvidas sobre sua real eficácia além do ambiente dessa disciplina. Outras questões merecem se levantadas: será que o aluno realmente está aprendendo os conteúdos de paisagismo? Será que consegue verificar a importância de cada exercício para seu aprendizado? O aluno consegue fazer uma interlocução e



aplicação desses processos em outras disciplinas?

Algumas dessas respostas precisam de maior debate para se conseguir chegar a uma análise mais consistente, porém percebe-se que o aprendizado ocorre e de forma consistente, e mesmo ficando algumas lacunas em virtude da pouca carga horária, nos semestres seguintes e no trabalho final do curso, a importância do projeto paisagístico é visível, seja na incorporação do tema nos trabalhos ou pela escolha da área como tema central. Outro aspecto é que nesse processo o professor deixa de ser um orientador individual de um trabalho, para ser um organizador de uma discussão de aprendizado mais coletivo, incentivando os alunos na resolução de problemas. Alguns alunos repetem alguns processos dos exercícios em experiências posteriores, porém de maneira ainda tímida, e com isso percebe-se que não é algo que eles conseguem incorporar totalmente no seu processo projetual.

Mesmo assim, a busca por melhorias na forma de transmitir conhecimento deve fazer com que nos questionemos sempre sobre nosso papel como educador, e novas experimentações devem e podem ser testadas em sala de aula, como ferramentas metodológicas mais eficientes e condizentes com a rápida transformação por qual passamos. O certo é que devemos seguir testando e aplicando novas experiências metodológicas para que novos debates possam ocorrer, e que a disciplina de paisagismo possa ser um laboratório de novos métodos de ensino e discussão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica B. e TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Ed. Senac, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. **Exercícios gramaticais como instrumento de aprendizado**. Anais. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Universitária José Bonifácio, 1998.

MORÁN, José. **Mudando a Educação com metodologias ativas**. Coleção Mídias Contemporâneas. Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens. Vol. II] Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales (orgs.). PG: Foca Foto-PROEX/UEPG, 2015

PAISAGISMO. **Anais do I Encontro de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura**. Introdução. Rio de Janeiro: UFRJ FAU, FUJB, 1994. 220p.

REID, Grant W. **From concept to form in landscape design**. Universidade da Califórnia: John Wiley & Sons, 2007.

TABACOW, José. **Arte e Paisagem**. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

WATERMAN, Tim. **Fundamentos de Paisagismo**, 1ª ed. Bookman Companhia Ed, 2011.



O Ensino de Paisagismo na Faculdade de Arquitetura da UFBA: reflexos nos Trabalhos Finais de Graduação

LINHA TEMÁTICA: PROCESSOS E MÉTODOS DE ENSINO

CARVALHO, Maria Lúcia Araújo M de (1); CARDOSO, Maria Ângela Barreiros (2); ALMEIDA, Keylane Dias Santos (3)

(1) Doutora, LACAM-TEC/UFBA, carmarialucia@gmail.com

(2) Mestre, LACAM-TEC/UFBA, dangecardoso@gmail.com

(3) Arquiteta, LACAM-TEC/UFBA, keylane.dias@gmail.com

RESUMO

O ensino do Paisagismo nos cursos de arquitetura e urbanismo brasileiros tornou-se obrigatório no ano de 1994. Neste artigo, examinam-se o rebatimento que essa determinação legal teve no processo de implantação da matéria no âmbito da Faculdade de Arquitetura da UFBA e as possíveis influências da introdução desse saber sobre a paisagem da Cidade do Salvador, Bahia. Como método de trabalho, optou-se pela observação dos Trabalhos Finais de Graduação (TFGs) produzidos pelos concluintes do curso e entendidos como síntese do aprendizado e documentos suficientes para credenciar os egressos a atuarem profissionalmente seja como autônomos, agentes governamentais ou professores de cursos de arquitetura, urbanismo e paisagismo. No universo de aproximadamente 1.500 trabalhos, foram selecionados 314 TFGs, que focam como seu objeto de estudo temas referentes à Paisagismo. Numa pesquisa exploratória sobre esses trabalhos, verificou-se que existe uma tendência ao desenvolvimento de abordagens variadas, mas que algo em comum encontra-se implícito nas proposições. Todos eles optam por soluções integrativas, tendo o Paisagismo como elemento mediador. Os Trabalhos Finais de Graduação, em suas características analíticas e propositivas, oferecem subsídios atualizados sobre partes do todo urbano, que podem abrir os caminhos integrativos entre a academia, a sociedade e o Estado por um comprometimento de gestão que consiga identificar e calibrar as contradições e perdas, sem deixar escapar as permanências e aquilo que resiste.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Paisagismo; TFG-FAUFBA; Paisagem urbana.

1 INTRODUÇÃO

O ensino do Paisagismo foi oficializado no Brasil por decisão institucional do MEC, Portaria 1770, de 21 de dezembro de 1994, que tornou a matéria obrigatória, bem como os Estudos Sociais e Ambientais e o Trabalho Final de Graduação, o TFG (FEGHALI, 2014; MACEDO, 2014). Embora o processo de implantação tenha ocorrido de forma diversificada nas várias escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras, na Faculdade de Arquitetura da UFBA, única do Estado da Bahia na época, a matéria foi incluída na reforma curricular de 1996, para ser ministrada nas diversas disciplinas do Ateliê de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, em todos os seus níveis. Não obstante, após alguns anos da reforma em curso constatou-se a necessidade de uma complementação de carga horária específica sobre Paisagismo, tendo sido criadas duas disciplinas optativas para atender à demanda discente: Introdução à Arquitetura da Paisagem e Paisagem Urbana.

Observa-se que tal formalização tem-se constituído como uma força propulsora do desenvolvimento da matéria e tem motivado os concluintes dos cursos a se dedicarem ao tema, pois o Paisagismo e os problemas ambientais urbanos tornaram-se uma questão urbana inquietante. Esta percepção da qualificação urbana, a partir do ensino do Paisagismo e de seus benefícios para o cidadão e sua relação com a natureza, constituiu-se em objeto de investigação e



estudo entre os alunos por ocasião do Trabalho Final de Graduação – TFG, desde então.

Cabe perguntar: o que torna o Paisagismo Urbano, um assunto imprescindível para a formação do arquiteto e urbanista, e o que faz desse conhecimento um fato curioso de um fenômeno desejável? A importância do ensino do Paisagismo, nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, atravessa as questões acadêmicas e aproxima o aluno de si mesmo e também do outro, pois, ao pensar em conforto e natureza, salubridade urbana, a técnica por si só já não basta, é necessário que ela esteja associada a um estudo e a uma prática que se lembrem de colocar em primeiro lugar não apenas o ser humano, mas também o meio ambiente do qual ele é parte.

São essas e outras questões que nos levam a desenvolver este artigo, que busca discutir a necessidade de resgatar não apenas os espaços livres de edificação ou de urbanização como um meio de requalificar a vida urbana, mas também o ensino do Paisagismo como uma ferramenta.

Nos cursos de Arquitetura, os alunos vêm desenvolvendo suas percepções do verde urbano como sendo este um elemento de ligação entre os seres humanos e a natureza, devido à sua necessidade de sobrevivência, ao reconhecimento do valor da vegetação, estimulando assim a criação filosófica, a 'invenção' da paisagem peculiar a que se refere a filósofa Anne Calquelin (2007, p.11). Nesse sentido, o fenômeno da transformação da paisagem existente em um espaço produzido tende a requalificar o meio urbano. Os Trabalhos Finais de Graduação da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBa), pós-1994, podem mostrar como isso foi pensado para ser refletido no espaço urbano das cidades. Espera-se que os referidos TFGs, produzidos na FAUFBa, consigam pontuar as atuais contradições, ganhos e perdas, indicando continuidades e/ou rupturas, uma vez que, em sua própria natureza, são propostas livres e criativas.

2 O ENSINO DE PAISAGISMO E AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS DA INTRODUÇÃO DESTE SABER SOBRE A PAISAGEM DE SALVADOR- BA

Como citado acima, a matéria sobre Paisagismo foi fragmentada ao ser inserida nos Ateliês de Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. Os TFGs, por sua vez, representam e refletem a síntese dos conteúdos absorvidos durante a graduação dos formandos, incluindo as contribuições relativas ao Paisagismo. Dessa forma, buscando-se uma primeira aproximação do Objeto, foi idealizada uma Pesquisa Exploratória. O processo investigativo desenvolveu-se em três etapas: [1] levantamento e seleção dos TFGs cujos títulos indicam processos de transformação da paisagem existente; [2] compreensão do processo educacional ocorrido em que se consideram a criatividade e a técnica como base compositiva da paisagem produzida; [3] contribuição que os referidos estudos e trabalhos podem trazer como ganhos para os diversos *loci* na paisagem das cidades.

3 RESULTADOS

3.1 PANORÂMICA DOS TFGs SELECIONADOS.

Em um primeiro passo, trazemos à luz o levantamento feito em fontes documentais primárias, constantes da coleção de monografias depositadas na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura-UFBA, onde se encontram aproximadamente 1.500 TFGs. Entre esses, após 25 anos, verificou-se um grande número de estudos e pesquisas relevantes, em diversas escalas e portes, desde áreas residenciais, até parques regionais e urbanos, orlas, espaços de sociabilidades, espaços livres privados em tecidos verticalizados, espaços corporativos e outros (institucionais, esportivos, condominiais). Foram selecionados 314 trabalhos, que apresentam conexões com o tema

Paisagismo, representando 21% do total.

A Figura 1 mostra a distribuição anual do número absoluto de TFGs produzidos que contemplam títulos referentes ao Paisagismo.

Figura 1: Quadro do ensino de paisagismo na FAUFBA.

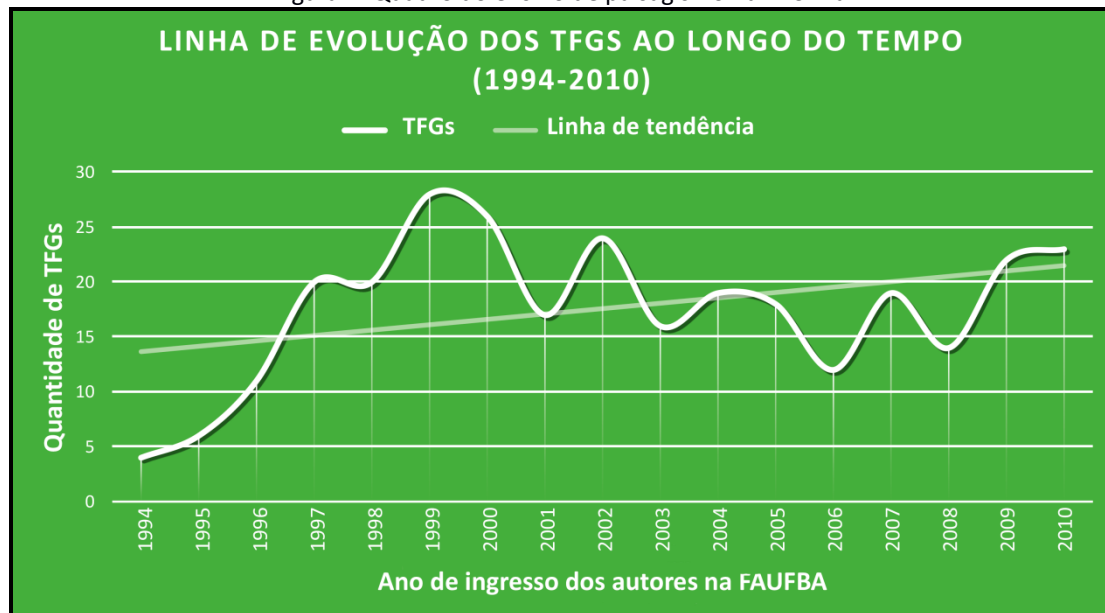


Gráfico da linha de evolução dos TFGs ao longo do tempo (1994-2010) na FAUFBA.

Fonte: Desenvolvido pelas autoras (2019) a partir de planilha disponibilizada no site da FAUFBA.

A partir do gráfico acima, pode-se perceber que o número de TFGs que envolvem o tema das Áreas Verdes Urbanas e do Paisagismo tem crescido consideravelmente desde que o MEC instituiu como obrigatório o ensino da matéria nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 1994. Nota-se também que, apesar dos picos de altos e baixos que começam a partir do ano de 1998, o número de trabalhos nessa temática tem aumentado – como aponta a linha de tendência. Isso mostra que o ensino de paisagismo tem influenciado no direcionamento do tema dos TFGs dos formandos da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

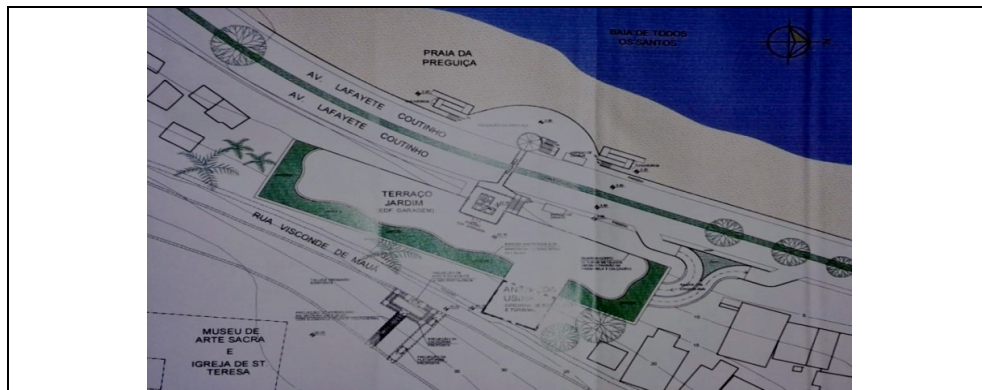
4 DESDOBRAMENTOS – UMA AMOSTRAGEM INDICATIVA

Na segunda etapa, que se está iniciando, pretende-se aprofundar a investigação examinando-se o conteúdo dos trabalhos selecionados, com os seguintes objetivos: verificar se estes correspondem aos títulos; se as metodologias adotadas estão compatíveis com a leitura e a interpretação da paisagem existente; se as propostas dos autores são compatíveis e apropriadas; e, ainda, se existem possíveis rebatimentos entre as propostas formuladas, que contribuam positivamente na produção do Paisagismo Urbano como um agente estimulador da qualidade ambiental e reformulação da paisagem dos *loci* tomados como objeto. O 12º ENEPEA (2014) já chamava atenção para esse tópico quando adicionou, à discussão sobre ensino do Paisagismo, o debate sobre as políticas públicas voltadas para a paisagem.

A seguir, apresenta-se o fichamento de três trabalhos, como uma amostragem, no universo dos TFGs selecionados, a exemplo da tarefa proposta para esta segunda etapa.

1. DÓRIA, Silvia Amélia. **Usina Cultural da Contorno**: um contraponto à comercialização e à elitização da frente de água na Avenida Lafayette Coutinho. Salvador: UFBa, 2003.

FAUFBa – Colegiado de Curso	Câmara de TFG	Data de Defesa: 17 de junho de 2003	76p.
Autor: Silvia Amélia Dória/Título: Usina Cultural da Contorno : um contraponto à comercialização e à elitização da frente de água na Avenida Lafayette Coutinho.			
Orientador: Prof. Valdinei Lopes do Nascimento/Banca examinadora: Profª. Anete Régis Castro de Araújo, Prof. Marcos Antônio Queiroz, Arqtª. Maria Ângela Barreiros Cardoso.			
Introdução: O contexto apresenta o Projeto da Usina Cultural da Contorno, mas também documenta o Processo metodológico do TFG, das inquietudes, organização de ideias que surgiam confusas, incertezas desde a escolha do tema e o projeto. Nesse sentido, o papel do orientador é muito importante, por se restringir a orientar e deixar a cargo do aluno tomar as decisões.			
Ideia: Propor um equipamento cultural, como um lugar dinâmico, socialmente democrático, de lazer e entretenimento, cultura e arte, associado à educação.			
Escolha do Local: À beira da Baía de Todos-os-Santos, valorizar e contemporizar a beleza da paisagem do local.			
Metodologia: Foi adotada uma metodologia que nos deu disciplina e suporte para todo o trabalho.			
Passos adotados: Tema, local, orientador, visita ao local, coleta do material teórico, cronograma.			
Fontes de pesquisa: Livros, revistas, jornais, internet, fotos, mapas, plantas, vistas, entrevistas.			
Conhecimento da área de entorno: História, elementos naturais, topografia, aterros, clima, vegetação, relação entre o mar e a praia, aspectos urbanísticos, paisagísticos, sistema viário, edificações existentes.			
Conceito: Arte-educação, lazer criativo e democracia sciocultural.			
Etapas do projeto: Programa, pré-dimensionamento, partido, paisagem, implantação, conforto ambiental, arquitetura, sistema construtivo, limites respeitados, horizontalidade, escalas e perspectivas, cores, símbolos, segurança, infraestrutura urbanística necessária,			
Gestão do empreendimento: Parceria público-privada (PPP).			
Considerações finais: Uma nova identidade, social, cultural, coletivo, da cidade e um ganho para a bela paisagem da orla da Baía de Todos os Santos			
Referências: Livros e Anais (21); periódicos e mimeos (19); TFG (03); Entrevistas e Consultorias (10); Internet (13); Visitas direcionadas: Bahia (06); S. Paulo (03); Espanha (07). Imagens utilizadas (25)			
Documentação Gráfica (Anexo 1) – Mapas e desenhos: Localização, evolução dos aterros, evolução da ocupação, base atualizada, morfologia, uso do solo, gabarito, qualidade do tecido urbano, sistema viário, legislação, vegetação, cadastro das edificações. Situação, Usina, edifício garagem (02).			
Conceituações: Frentes de Água (Anexo 1); Lugar: uma análise contemporânea (Anexo 2); Lei Municipal 3.289/83 (Anexo 4); parâmetros da LOUS (Anexo 5); pré-dimensionamentos do espaço e estimativa de público (Anexo 6);			
Área do projeto: 14.000,00m ²			
Planta geral:			



2. RIBEIRO, André Duarte de Ávila. **Requalificação do Largo do Papagaio**. Salvador: UFBA, 2012.

FAUFBa – Colegiado de Curso	Câmara de TFG	Data de Defesa: 26 outubro 2012	57p.
Autor: André Duarte de Ávila Ribeiro.	Título: Requalificação do Largo do Papagaio. Salvador: UFBA.		
Orientadora: Prof ^ª . Dra. Maria Lúcia Carvalho/Banca examinadora: Prof ^ª . Maria Aruane Santos Garzedim, Prof. Fábio Macêdo Velâme, Arqt ^ª . Maria Ângela B. Cardoso.			
Objetivo Geral: Requalificação do Largo do Papagaio, criando uma área de convivência, contemplação e lazer para os moradores da área e para todos os habitantes da cidade que compartilham essa área tradicional e histórica.			
Objetivos específicos: Avaliação do largo: conservação, deficiências e potenciais; necessidades dos usuários, aprimoramentos e consequências; reposição de novo projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico; proposição de novos equipamentos, uma nova identidade visual do largo, atratividades; proposição de uma edificação como sede de eventos do local.			
Metodologia: 1 ^a etapa: Pesquisa de dados e informações; 2 ^a etapa: projeto urbanístico e paisagístico; 3 ^a etapa: projetos arquitetônicos; 4 ^a etapa: projetos do mobiliário urbano.			
Contextualização histórica: O Largo do Papagaio como espaço agregador e de convivência para a população da região, no contexto da Península de Itapagipe. O nome deriva da existência de aves 'papagaio', ou do clube de futebol 'Os Papagaios', cujo campo se localizava nesse largo. O PLANDURB o caracteriza como "Área de Recreação", na categoria de parque de vizinhança. Ali existem árvores antigas e de grande porte que protegem do sol e reduzem os ventos na praça, em cujo centro foi erguido o busto de Ernesto Simões Filho, o fundador do Jornal <i>A Tarde</i> .			
Relação com o mar e espaços públicos: Proximidade com a praia da Ribeira dos Galeões e com outros espaços públicos, como A Praça Divina, O Campo do Lasca, o Largo da Madragoa e o Largo da Baixa do Bomfim.			
Área de Estudo – entorno: Itapagipe, origem com a Igreja da Penha (século XVI), o Forte e o Farol de Monte Serrat (século XVII); e com o desenvolvimento industrial (século XIX). Atualmente, é uma zona residencial.			
Dados estatísticos do IBGE: Informações geopolíticas da península de Itapagipe			
Relatório de fotos: Península de itapagipe; entorno do largo; usos e atividades; conservação do largo.			
Projeto atual: Setorização das áreas: mobiliário, palco de apresentações, monumento, pista de skate, quadra poliesportiva, parque infantil, bancas, áreas de permanências, de circulação e de sombreamento.			
Diagnóstico da situação encontrada: Deficiência de equipamentos; má localização dos pontos de permanência e do parque infantil; arborização insuficiente.			
Proposta e programa: Criação de espaço verde voltado para o lazer contemplativo;			

distribuição dos espaços: circulação (20%), verdes (40%), esportes (10%), estar (15%), apresentações (10%), eventos (5%), paque infantil (5%).
Conceito: Criar um lugar acolhedor através da forma curva (ondas do mar), que abraça e acolhe; a imagem da vela do barco como forma de agregar a vegetação nos jardins e canteiros.
Evolução do Partido em 3 sequências.
Projeto final com formas simples, mantendo o conceito original do espaço existente.
Elementos do projeto: Parque infantil, pista de <i>skate</i> , equipamentos de ginástica, quadra de futsal, espaço de eventos coberto, esculturas grafitáveis. Circulações abertas, paredes grafitáveis. Pavimentação. Via compartilhada. Mobiliário (bancos, lixeiras, ponto de ônibus, esculturas grafitáveis). Iluminação pública.
Especificações: Pisos, postes, luminárias, mobiliário, vegetação.
Considerações finais: Uma nova identidade para o Largo do Papagaio como um ganho para a bela paisagem local.
Perspectiva : Vista aérea do projeto.
Referências: Livros (07); Internet (09).
Apêndice 1 – Praças estudadas: Salvador (04); São Paulo (02); Belo Horizonte (02).
Apêndice 2 – Questionário com 50 pessoas entre moradores e transeuntes.
Documentação Gráfica (Anexo 1) – Mapas e desenhos: situação atual; planta geral; espécies vegetais/iluminação; diagramação do piso; drenagem e abastecimento; equipamentos; quadra de futsal; espaço de eventos; detalhes.
Área de projeto: 11.130,00m ²

Plano geral:



3. FREIRE, Ana Laura. **Lar Verde Lar**: Núcleo de Difusão de Ecotécnicas para Habitação Popular. Salvador: FAUFBa, 2008.

FAUFBa – Colegiado de Curso	Câmara de TFG	Data de Defesa: 12 de dezembro de 2008	28 p.
Autor: Ana Laura Freire/Título: Lar Verde Lar : Núcleo de difusão de ecotécnicas para habitação popular.			
Orientador: Prof. Cláudio Bastos Lisias/Banca examinadora: Prof ^a . Débora Cristiane Teixeira Rocha, Prof ^a . Márcia Rebouças Freire, Arqt ^a . Maria Ângela Barreiros Cardoso.			
Síntese: Elaboração do Núcleo de Difusão de Ecotécnicas para Habitação Popular, constando de coleta seletiva, reciclagem do lixo, permacultura e alimentação dos participantes do núcleo e vizinhanças. A própria edificação traduz as técnicas construtivas da reutilização de materiais.			
Justificativa: Redução do impacto ambiental, amplitude sobre a conscientização da vida			

no planeta Terra, por um processo educativo de tecnologias de baixo custo, de alcance para a população e da construção de habitação popular.
Localização do projeto: Bairro de São Cristóvão, nas imediações da Avenida Paralela, em torno da bacia do Rio Jaguaripe, região com maior potencial de desenvolvimento habitacional de baixa renda.
Terreno escolhido: Localizado na Rua Estela Mares, um vazio urbano que foi desmatado e onde urge uma recuperação da vegetação extinta.
O projeto: O Lar Verde Lar se propõe a oferecer cursos de especialização em Bioarquitetura, manejo e aplicação do bambu, aplicação e manutenção de teto verde, técnicas vernaculares, permacultura, reciclagem de resíduos.
Público-alvo e funcionamento: Homens, mulheres, moradores locais e vizinhanças.
Gestão: Trata-se de um empreendimento de iniciativa público-privada.
Partido arquitetônico e conceito – a partir do número áureo de proporção equilibrada entre matemática e biologia, assim traduzido através de uma arquitetura humana e do ambiente natural como partido adotado.
A edificação: Sistema modular interligados por rampas e coberturas verdes, constando de área de convivência, oficinas, biblioteca, salas de aulas, maquetes, administração.
Ecotécnicas aplicadas: Ventilação e iluminação naturais, estrutura em madeira certificada, vedação de bambu, teto verde, captação de águas de chuva, de energia solar, tratamento de águas residuais, compostagem, horta orgânica.
Considerações finais: Uma nova identidade para o bairro de São Cristóvão como um agente potencializador da Bioarquitetura, um ganho para a paisagem local.
Referências: Livros (04), consultoria (01), internet (08), fotos, mapas, plantas, vistas,
Documentação Gráfica – Mapas e desenhos: Localização, desenhos de arquitetura, detalhes do sistema de permacultura.
Área do projeto: 2.000,00m ²

Planta geral:



Pela análise das fichas, pode-se perceber que os três trabalhos apresentados têm conteúdos correspondentes aos títulos e ao sentido da abordagem metodológica adotada, além de estarem compatíveis com a leitura e a interpretação da paisagem existente de forma integrativa quanto à arquitetura, urbanismo e paisagismo. Nesse item, observa-se que os caminhos adotados, de forma diferenciada, entre os autores, conduzem ao objetivo geral de absorver o estudo como 'área focal do pensamento paisagístico'. Tais caminhos orientam o autor a entender o fenômeno por si e a partir do conhecimento sobre o objeto tomado, e de como esse processo se realiza para cada pessoa (autor), de forma livre e criativa. Em Dória (2003), o tema orla é dominante, no limite entre a Baía de Todos-os-Santos e a escarpa da Cidade Alta, ambos elementos constituintes da paisagística de Salvador e tombados como Patrimônio Ambiental e Cultural da Bahia. Em Ribeiro (2012), o tema da sociabilidade é preponderante, no sentido de assegurar o espaço de uso para os



cidadinos. Em Freire (2008), a questão da qualidade ambiental urbana se destaca diante das mudanças de paradigmas que requerem novas atitudes educacionais, tecnológicas, entre outras formas de mitigação dos problemas ambientais urbanos. Algo em comum encontra-se imbricado nos três conteúdos, ou seja, a opção dos autores em propor soluções integrativas, tendo o Paisagismo como elemento mediador, e esse fato demonstra que as propostas em pauta estão compatíveis e apropriadas.

5 O TFG COMO UMA PERSPECTIVA DE FUTURO

A terceira etapa busca comparar a real situação do espaço escolhido pelo aluno, como 'área focal do pensamento paisagístico' e a possível contribuição que os referidos estudos e trabalhos podem acrescentar como ganho aos diversos *loci* da paisagem de Salvador, Bahia.

Os três TFGs trazidos como exemplo na amostragem, na segunda etapa, são uma parte do universo de TFGs contidos no repositório da Biblioteca da FAUFBa, uma documentação valiosa que representa a síntese do conteúdo apreendido pelos discentes durante o curso de graduação. Disponibilizar tais documentos para os meios externos, ou seja, os órgãos de planejamento da cidade, as comunidades e os cidadãos em geral, seria uma forma de coletivizar a produtividade acadêmica no âmbito das propostas paisagísticas para a cidade. O TFG é um documento que trata sobre a evolução individual do aluno em sua vida acadêmica, um passaporte para a vida profissional. Não obstante existem ainda restrições a essa prática.

Com relação aos possíveis rebatimentos entre as propostas formuladas, que contribuam positivamente para a produção do Paisagismo Urbano, pôde-se observar que as propostas analisadas apontam para possíveis contribuições, direta ou indiretamente, na produção do Paisagismo Urbano, sob uma visão reformuladora e ativa. Do ponto de vista do recém-formado, essa interação poderá contribuir com seu portfólio profissional.

6 COMENTÁRIOS FINAIS

A introdução da matéria Paisagismo nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo é um fenômeno do final do século XX, que se consolida a partir do século XXI, haja visto que em 1994 havia uma única opção como ensino público na Faculdade de Arquitetura da UFBA, e que os primeiros egressos que receberam essa formação foram graduados em 2001. Não obstante, desde que a Portaria foi publicada, houve simultaneamente um crescente interesse na profissão e, ao longo de 25 anos que se seguiram, foram criados na Bahia, em torno de 30 cursos novos em faculdades privadas e um curso novo (noturno) dentro da própria FAUFBa. Em todos os novos cursos a matéria Paisagismo ganha *status*, uma vez que é introduzida desde a idealização do Projeto Pedagógico. Esse desdobramento do ensino vem alcançando cidades de médio e grande porte, com influências para as pequenas cidades do interior do estado. Isso pode ser considerado como um ganho, tanto para os profissionais, como para a coletividade.

Outro ganho indireto é que o Paisagismo, enquanto matéria dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBa, vem estimulando o prosseguimento de estudos dos egressos em cursos de pós-graduação, notadamente a disciplina de Áreas Verdes Urbanas da PPG-AU, que tem contribuído, com créditos formais, para a qualificação de professores de Paisagismo, a fim de suprir as demandas surgidas com a criação dos novos cursos. Isso evidencia a necessidade da continuidade e ampliação do processo de formação na graduação e na pós-graduação.



A inserção do Paisagismo como matéria na formação dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo traz, à luz do pensamento paisagístico, uma nova concepção de espaço e de novas tecnologias que possibilitam a requalificação da paisagem urbana. Assim, a peculiaridade do paisagismo contemporâneo, provindo da produção acadêmica, revela acúmulo de conhecimento técnico significativo, expresso em *loci* específicos e utópicos. Os exemplos selecionados, em quatro (4) DESDOBRAMENTOS, são uma amostragem indicativa de exercícios acadêmicos, em que se vislumbra a possibilidade da melhoria da qualidade de vida das cidades, por inserirem conceitos avançados e princípios ambientalistas no manejo dos espaços livres das edificações urbanas.

REFERÊNCIAS

CALQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (FAUFBA). **Repositório**: lista de TFG. Disponível em: <https://arquitetura.ufba.br/pt-br/biblioteca/servicos-oferecidos>. Acesso em: 20 set.2019.

FEGHALI, Maria Elisa. Considerações sobre o ensino de paisagismo no Brasil e no exterior. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL (ENEPEA), 12., 2014, Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES: UFES, 2014. 270 p. ISBN: 978-85-63765-05-5.

MACEDO, Silvio Soares. Ensino de paisagismo, procedimentos e métodos: o caso da FAU.USP. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL (ENEPEA), 12., 2014, Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES: UFES, 2014. 170 p. ISBN: 978-85-63765-05-5.



Repensando a cidade com a infraestrutura verde: limites e caminhos Resultados do workshop Rethinking the Green City

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO

SAKATA, Francine (1); SANT'ANNA, Camila (2); HANNES, Evy (3)

(1) Professora. Universidade de São Paulo. francinesakata@gmail.com

(2) Professora. Universidade Federal de Goiás. cgomessantanna@gmail.com

(3) Professora. Universidade Paulista (UNIP). evyhannes@yahoo.com.br

RESUMO

O debate sobre infraestrutura verde vem despertando o interesse de diferentes campos disciplinares: arquitetos paisagistas, urbanistas, engenheiros, geógrafos, biólogos, entre outras formações. A infraestrutura verde constitui-se em uma ferramenta de planejamento, projeto e gestão que visa não apenas conectar física e ecologicamente a rede de verde do território, como também articulá-la com as demais infraestruturas construídas. O conceito foi cunhado em contexto americano, ainda muito centrado em sua colaboração para a preservação das áreas de interesse ambiental, por meio do desenho de corredores verdes. O Reino Unido secunda ampliando sua abordagem para a escala da região e visando não apenas a promoção das unidades de conservação, como também o desenho de novos espaços livres. No Brasil, os estudos sobre o tema já vêm sendo desenvolvidos há algum tempo. Em abril de 2019, o seminário “*Rethinking the Green City*” reuniu 36 jovens doutores e doutorandos brasileiros, predominantemente da área de Paisagem e Ambiente das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, e ingleses, com formações mais diversas, a fim de definir o estado d’ arte da pesquisa e do ensino de planejamento da paisagem com a infraestrutura verde desenvolvida no Reino Unido e no Brasil. O objetivo desse artigo é apresentar sucintamente um panorama do que foi discutido no seminário, a partir do olhar de três professoras e pesquisadoras de Teoria e Prática em Arquitetura da Paisagem que participaram do workshop, a fim de discutir o estado da arte dos ensinos de Arquitetura de Paisagem sobre Infraestrutura Verde no Brasil e na Inglaterra em 2019, seus avanços e limitações.

PALAVRAS-CHAVE: Infraestrutura verde; Rethinking the Green City Workshop; Serviços ecossistêmicos; Paisagismo.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas na área de Infraestrutura Verde (GI, do inglês: Green Infrastructure) ou também como são recentemente nomeados *nature based solutions*¹ (NBS, do inglês: *Nature Based Solutions*) são,

¹ Conhecidas em língua inglesa como *nature based solutions* (NBS), as soluções baseadas na natureza prefiguram como estratégias da agenda de pesquisa e política de inovação “Soluções Baseadas na Natureza e Renaturalização das cidades” desenvolvidas pela Comissão da União Europeia, com o intuito de promover soluções construídas baseada nos processos naturais para contribuir para a renaturalização da paisagem das cidades. Mell; Clement (2019), no artigo “*Rethinking Urban Nature : the rise and value of nature-base solutions* (NBS) in Europe, debate que o conceito organiza e aprofunda o que já havia sendo discutido sobre infraestrutura verde. Para mais informações acesse o link: <https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1038&context=fabos>. Para mais informações sobre as soluções baseadas na natureza desenvolvidas pela União Europeia acesse o link:



em 2019, objeto de trabalho de arquitetos paisagistas, urbanistas, engenheiros, geógrafos, biólogos, entre outras formações.

No contexto inglês o tema já foi incorporado nas estratégias de planejamento e projeto da Paisagem há algum tempo e o Reino Unido tem uma produção de grande relevância sobre o tema. Prof. Ian Mell do Department of Planning & Environmental Management da School of Environment, Education and Development (SEEDS) da University of Manchester (UoM)², foi quem organizou os pressupostos conceituais sobre Infraestrutura verde no país com a sua tese de doutorado Green infrastructure: concepts, perceptions and its use in spatial planning e tem livros e artigos em revistas especializadas sobre o assunto. Ele ministra a disciplina de mestrado PLAN 30852/ 60852: Green infrastructure & Sustainable Cities e é coordenador do grupo de pesquisa Green Infrastructure & Sustainable Cities, que desenvolve projetos de pesquisa no contexto britânico e no mundo com grande engajamento do poder público e do terceiro setor. No entanto, ainda não possuía pesquisas engajadas no contexto brasileiro, havia apenas participado do Workshop Renaturing cities em 2016 em Goiânia- GO.

No Brasil, mesmo que tenha uma legislação avançada em termos urbanos e ambientais, a prática de desenvolvimento de planos de infraestrutura verde, diferentemente da experiência britânica, não é uma exigência ao planejamento das cidades. O grupo de pesquisa em Gestão Ambiental Urbana g-GAU da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), coordenado pela Profa. Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra, assim como outros laboratórios brasileiros, vem desenvolvendo estudos que discutem o desenho da paisagem e a contribuição da infraestrutura verde com o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática com o intuito de criar bases de colaboração com órgãos de públicos, organizações não-governamentais e outras universidades.

Com o intuito de aproximar essas pesquisas desenvolvidas no contexto das duas universidades e mapear a rede de jovens pesquisadores que desenvolve estudos sobre o tema no contexto de brasileiro e inglês, foi organizado o workshop *“Rethinking the Green City”*, em abril de 2019, financiado pela Newton Fund, o British Council e Fundação do Distrito Federal- FAP-DF, organizado pelo Prof. Dr. Ian Mell e pela Profa Maria do Carmo de Lima Bezerra.

Reuniram-se jovens doutores e doutorandos brasileiros e ingleses, a maioria atuando já como professores, com pesquisas na área ou correlatas, a fim de compreender quais são os perfis dos pesquisadores- professores e suas práticas de ensino e pesquisas. Entre os pesquisadores

<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/fb117980-d5aa-46df-8edc-af367cddc202/language-en>

² A Universidade de Manchester está entre as 20 melhores da Europa e é muito bem avaliada no *Russell Group university*. É chamada de “universidade de tijolos vermelhos”, em alusão ao fato de ter sido criada na primeira cidade industrial do mundo. Tem quase 38.0000 alunos cursando cursos de graduação e pós-graduação. Ela integra o grupo chamado “Diamantes de Ouro”, os cinco maiores centros de pesquisa acadêmica do Reino Unido, juntamente com Cambridge, Oxford, Imperial College London e University College London.



brasileiros, havia predominância daqueles da área de Paisagem e Ambiente das Faculdades de Arquitetura e Urbanismo e, entre os ingleses, as formações eram mais diversas. Este artigo visa apresentar sucintamente um panorama dos trabalhos apresentados no seminário e as atividades desenvolvidas a fim de discutir o estado da arte do ensino e da pesquisa em Infraestrutura Verde contemporâneos no Brasil e na Inglaterra, seus avanços e limitações.

O termo infraestrutura verde é de origem anglo-saxônica e foi cunhado pela Comissão de Corredores Verdes da Flórida em 1994. A infraestrutura verde (GI) é um conceito emergente e ainda em construção (AHERN, 2007). Hoje, ele é entendido como um processo de planejar com a paisagem que integra valores ecológicos e socioeconômicos em uma abordagem holística de preservação, projeto e gestão (MELL, 2010).

Na prática e no campo disciplina da Arquitetura da Paisagem, a infraestrutura verde tem sido debatida nos últimos 15 anos como ferramenta no planejamento de cidades mais verdes e resilientes, adaptadas às mudanças climáticas. O conceito é abrangente e carrega em sua raiz a forma de repensar o planejamento urbano e sua relação com o meio ambiente, por meio dos conformantes da paisagem, tão debatida por Ian McHarg, principalmente em sua obra icônica *Design with Nature*, que completou 50 anos em 2019. A infraestrutura verde traz, ainda, como complemento, questões ligadas à ecologia urbana, ecologia humana, participação popular e parcerias inovadoras entre academia, poder público, iniciativa privada e comunidade.

O debate sobre a infraestrutura verde surge como uma forma de repensar a prática de ensino da Disciplina de Arquitetura da Paisagem de modo a instrumentalizar o planejamento da paisagem, promovendo uma ocupação do solo em consonância com a capacidade suporte do meio ambiente.

Para tanto, uma revisão do conteúdo programático da disciplina de Arquitetura da Paisagem (PELLEGRINO; MOURA, 2017; AUSTIN, 2014; MELL, 2010; FIREHOCK, 2010; AHERN, 2007) é necessária, promovendo uma maior integração com as disciplinas de infraestrutura urbana, desenho urbano, economia, patrimônio, planejamento e desenho urbano, desenvolvendo no aluno a capacidade de atuar em uma abordagem multidisciplinar que parta da valorização dos sistemas naturais, verdes e azuis, existentes na sua área de intervenção.

Dentro desta perspectiva, segundo Pellegrino(2017), os seguintes conteúdos passariam a ser abordados: paisagens como sistemas flexíveis; o urbanismo ecológico e as paisagens multifuncionais; a ecologia das paisagens: o manejo dos recursos hídricos; fluxos e permanências : uso e apropriações de paisagens; serviços ecossistêmicos acumulativos: resiliência às mudanças; a conformação de uma infraestrutura verde: estratégias de implantação; modos de representação e desenvolvimento de projetos integrados de paisagem, principalmente com a implementação da ferramenta GIS.

No contexto brasileiro, algumas faculdades, como a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), vêm introduzindo disciplinas de graduação e pós-graduação, com o intuito de desenvolver estúdios de projetos experimentais que explorem como as paisagens desempenhar múltiplas funções, com o aproveitamento do potencial dos sistemas naturais e construídos existentes nas diversas escalas, com ênfase nas disciplinas de Paulo Renato Pellegrino



e Maria Assunção Franco (Grupo de pesquisa Labverde) e Alexandre Delijaicov, André Takiya e Milton Braga (Grupo de pesquisa Metrópole Fluvial). De forma a trazer o debate para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, a Profa. Bezerra no primeiro semestre de 2018, juntamente com a Profa. Giselle Chalub e a Profa Camila Gomes Sant’ Anna (como assistente docente) ministrou a disciplina de p s-gradua o Ateliê de Planejamento Urbano – infraestrutura verde.

Estas questões, todavia, também estão presentes nos debates dos planos políticos e pedagógicos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo mais recentes. Na 6a Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2017, na sessão temática 07, Ambiente Construido e sustentabilidade, inquieta es projetuais: métodos construtivos e intera es tecnológicas, No mia Oliveira Figueredo, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mencionou que na reformula o do plano político pedagógico da universidade onde leciona, havia um debate sobre incorpora o dos conceitos, princípios e técnicas de estruturas verdes em disciplinas de planejamento e projeto da paisagem. A inten o seria criar uma disciplina de gradua o intitulada infraestrutura verde, que discutisse, dentre outras coisas, parâmetros morfológicos de tecido urbano para o entorno das áreas protegidas: uma proposta de zona de amortecimento para as estruturas verdes da cidade, incorporando os apontamentos expostos sobre o tema em sua tese de doutorado sob a supervisão da Profa. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto (Coordenadora do LEAU, Laboratório de Estudos de  guas Urbanas), realizada no Programa de Pós-gradua o em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ).

Um dos grandes desafios a incorpora o da infraestrutura verde como ferramenta de Planejamento e de Projeto em atividades de ensino e de pesquisa está na dificuldade de criar estratégias metodológicas que abordem um de seus principais princípios: a multifuncionalidade. Esse princípio visa favorecer o maior número de serviços ecossistêmicos – ecosystem service(ES). Em rela o aos serviços ecossistêmicos, segundo a Avalia o Ecossistêmica do Mil nio, que é considerada como ponto chave para a populariza o do conceito de serviços ecossistêmicos (ORTEGA et al., 2015), estes podem ser entendidos como os benefícios que as pessoas recebem através dos processos e ciclos do ecossistema que incluem a produ o de alimento, água, combustíveis, serviços de regula o do clima, das enchentes, ciclos de nutrientes, benefícios est ticos, de lazer, culturais e espirituais. O Conselho de Avalia o Ecossistêmica do Mil nio divide os serviços do ecossistema em 4 categorias, sendo elas: serviços de abastecimento, incluindo a produ o de produtos às pessoas como alimento e energia; serviços de regula o, que cuidam de regular os processos naturais como controle do clima e manuten o do ciclo da água; serviços culturais, que abrangem os benefícios relacionados ao lazer, est tica e enriquecimento espiritual e serviços de apoio, que ajudam a manter os outros serviços com a forma o de matéria prima, como o oxig nio(AM, 2005).

Para os organizadores do workshop “Rethinking the Green City”³, outro grande desafio do planejamento e projeto da paisagem com a infraestrutura verde é promover o uso sustentável da terra e a gestão governamental que levem ao desenvolvimento social, econômico e ecológico. O

³ O workshop foi organizado por Ian Mell (Universidade de Manchester) e Maria do Carmo Bezerra (Universidade de Brasília).



uso das soluções aprendidas com a natureza está se tornando uma prática fundamental na construção de cidades resilientes e sustentáveis e ilustra um movimento dos pensadores urbanos que explora como gerenciamos cidades para lidar com o clima e as mudanças demográficas. (RETHINKING..., 2019)

Com o intuito de contribuir para este debate, O workshop buscou o debate de experiências de ensino e pesquisa britânicas, brasileiras e internacionais sobre como a natureza poderia ser incorporada em soluções inovadoras de renaturalização das cidades para lidar com aumento dos impactos socioambientais em especial com o aumento das variações climáticas. Seus quatro objetivos principais foram apresentados da seguinte forma:

- a. promover discussões entre engenheiros, planejadores, arquitetos paisagistas e urbanistas em âmbito acadêmico para examinar as formas como a natureza urbana, a infraestrutura verde e a interpretação das condições socioculturais das paisagens urbanas podem ser usadas para resolver os problemas associados a mudanças rápidas;
- b. promover o intercâmbio de conhecimentos em ensino e pesquisa sobre as melhores práticas e a inovação na abordagem, metodologias e soluções entre um grupo multidisciplinar de especialistas;
- c. desenvolver cenários de última geração que possam ser promovidos aos tomadores de decisão do governo, desenvolvedores e designers colocando o conhecimento ambiental no centro de desenvolvimento urbano;
- d. criar diálogo entre as partes interessadas para promover mudanças comportamentais em termos de como a água, a biodiversidade e a infraestrutura verde são consideradas no planejamento urbano. (RETHINKING..., 2019)

Para as autoras deste artigo, entre os resultados, alguns pontos devem ser destacados. Assim, o texto foi estruturado em três partes:

- a. Sobre o formato do evento, a formação dos participantes, a organização e os pontos positivos deste formato;
- b. Sobre as apresentações dos pesquisadores-professores, com destaque para algumas das questões levantadas;
- c. Sobre a atividade projetual, sob formato de charrete, desenvolvida durante o workshop com os pesquisadores/professores reunidos em três grupos e que teve como objeto de estudo o Jardim Botânico de Brasília, a partir de três escalas de abordagem.

2 DO WORKSHOP “RETHINKING THE GREEN CITY”

2.1 Formato

O workshop foi estruturado em torno de uma questão fundamental: como as lições da natureza podem ser usadas para melhorar a funcionalidade sociocultural, econômica e ecológica das cidades? A questão central foi divulgada com antecedência e os pesquisadores/professores participantes puderam organizar suas apresentações em torno dela, de modo que cada pesquisador pudesse conhecer melhor a pesquisa do outro e propor possíveis parcerias futuras.



Os pesquisadores que desejassem participar do workshop inscreviam-se para seleção com o preenchimento de um formulário de inscrição pela internet. Foram selecionados 17 pesquisadores de universidades inglesas e 17 pesquisadores de universidades brasileiras⁴. Três professores ingleses, três professores brasileiros e 20 estudantes da Universidade de Brasília (UnB) deram suporte ao encontro, que foi realizado em Brasília, na Fundação Darcy Ribeiro na Universidade de Brasília, de 22 a 26 de abril de 2019. Para as viagens e hospedagens foram utilizados recursos do Newton Fund mas o evento também contou com o patrocínio do British Council, CONFAP e da FAPDF.

Buscando incluir reflexões sobre como as estruturas verdes sensíveis à água são usadas, as redes de paisagens e o clima, buscou-se reunir engenheiros, designers, arquitetos paisagistas e urbanistas.

A programação dos 4 dias foi dividida da seguinte forma:

- a. Dia 1 (terça): abertura, palestras sobre planejamento urbano em Brasília e apresentação de trabalhos dos pesquisadores;
- b. Dia 2 (quarta): visita ao plano piloto de Brasília, com professores da UnB, e ao Jardim Botânico, com guias do local oriundos de outros campos disciplinares (figura 1);

⁴ Os palestrantes e mentores foram: Maggie Roe (University of New Castle), Danielle Sinnett (University of the West of England), Gabriela Tenório (Universidade de Brasília) e Sergio Koide (Universidade de Brasília). Os participantes da Inglaterra foram: Angela Connelly (Manchester School of Architecture), Christopher Maidment (Anglia Ruskin University), Danielle MacCarthy (Queen's University), Goran Erfani (University of Sheffield), Helen Hoyle (University of the West England), Jo Birch (University of Sheffield), Jo Phillips (Manchester Metropolitan University), Mark Usher (University of Manchester, UM), Matluba Khan (University College London), Nate Millington (UM), Paul Brindley (University of Sheffield), Philip Black (UM), Razieh Zandieh (UM), Samuel Hayes (University of Salford), Siân de Bell (University of Exeter), Solene Guenat (University of Leeds) e Yiag Li (University of Gloucestershire). Os participantes brasileiros: Alessandro Filla (UFPR), Anna Carolina Carmina (SUP), Caio Frederico e Silva (UnB), Camila Sant'Anna (UnB), Carme Machí-Castañeris (USP), Daniel Medeiros (UFMG), Demetrius Rodrigues (UFPE), Evy Hannes (USP), Francine Sakata (USP), Luciana Schwandner (USP), Luis Guilherme Aita Pippi (UFES), Mariana dos Santos (Unicamp), Patricia Mara Sanches (USP), Paula Barros (UFMG), Sergio Moraes Rego (UFRJ), Veronica Garcia (UFES) e Viridiana Gabriel Gomes (Uniceub).

Figura 1: Visita técnica ao Jardim Botânico de Brasília



Foto: Francine Sakata, 2019.

- c. Dia 3 (quinta): pela manhã, palestras e apresentações de trabalhos, e à tarde, a “charrette” ou exercício projetual para o desenvolvimento de cenários para o Jardim Botânico de Brasília, com os participantes do workshop divididos em três grupos (figura 2);

Figura 2: Grupo de trabalho durante a charrete



Foto: Francine Sakata, 2019.

- d. Dia 4 (sexta): pela manhã, apresentação dos resultados dos três grupos e, à tarde, articulação e consolidação dos resultados.



A despeito das diferentes origens dos participantes, os quatro dias de intensa convivência em torno de temas de pesquisa comuns favoreceram a criação e o fortalecimento de vínculos entre os pesquisadores/professores. A apresentação das pesquisas de cada um, as visitas de campo e o exercício realizado em três equipes expõem realidades e estratégias convergentes entre seus desempenhos acadêmicos e também aquelas divergentes e o embate de ideias remete a novas reflexões e possibilidades para pesquisa, ensino e prática.

Os organizadores buscaram, de fato, impulsionar o debate sobre a carreira acadêmica em torno deste tema, com discussões sobre como publicar, como desenvolver um projeto de pesquisa, como utilizar novas tecnologias.

2.2 Apresentações dos pesquisadores

Os participantes foram divididos em sessões e apresentaram trabalhos com temas variados e abrangendo diversas questões relacionadas ao tema das cidades verdes como infraestrutura verde, saneamento, trabalho com a população para recuperação de margens de córregos degradadas e espaços livres públicos. Dentre os trabalhos brasileiros vamos destacar os desenvolvidos pelas autoras deste artigo e dentre os trabalhos ingleses, o de Jo Phillips e Nate Millington.

Evy Hannes apresentou sua pesquisa intitulada "Infraestrutura verde como estratégia para comunidades ecológicas: **um plano para a Vila Amélia**", que mostra a infraestrutura verde como ferramenta capaz de transformar o espaço urbano e reconectar o homem com os espaços verdes da cidade, colocando os elementos naturais e os processos ecológicos como estruturadores de um novo pensamento que usa os sistemas fluviais e os fragmentos verdes como espinha dorsal da malha urbana. O trabalho explorou a possibilidade de usar a infraestrutura verde como ferramenta para criação de comunidades ecológicas e, através de estudos de casos de bairros ecológicos e ecovilas nos Estados Unidos e Europa, apresenta as boas práticas já implantadas nas mesmas. A pesquisa focou na região norte de São Paulo, na bacia hidrográfica do córrego do Índio e na Vila Amélia, agrupamento residencial inserido em meio à área do Parque Estadual Alberto Lofgren, o Horto Florestal. O estudo propõe algumas diretrizes que podem contribuir para a criação de uma comunidade que respeite as características naturais e capacidade de suporte de seus ecossistemas.(figura 03). Por fim salienta as impressões a aceitabilidade do mesmo pelos moradores do bairro bem como as ferramentas que estes dispõe para iniciar a transformação do espaço através de se suas próprias intervenções.

Figura 3: Plano de infraestrutura verde para a bacia do córrego do Índio onde a linha tracejada vermelha representa a bacia hidrográfica do córrego do Índio, a linha tracejada laranja mostra o limite do Horto Florestal, a linha tracejada cinza o limite da Vila Amélia, o vermelho mostra as novas trilhas elevadas ao longo dos cursos d'água.



Trabalho de Evy Hannes sobre base Geosampa.

Fancine Sakata desenvolve sua apresentação apoiada em três tópicos: a conexão cultural entre as pessoas, os jardins e parques nas cidades brasileiras; os desafios de manutenção do espaço urbano verde e a tomada da natureza, em bairros modestos, como um ativo e não como um problema. Apresenta panorama de como o verde se apresenta nas cidades brasileiras, através da arborização urbana, de canteiros de avenidas, parque e praças, mostra também a grande ausência deste através de calçadas sem nenhuma vegetação e do solo excessivamente permeabilizado das cidades e a grande tolerância da sociedade brasileira à poluição das águas. Mostra que, muitas vezes, as áreas verdes de lazer são criadas não onde são mais necessárias e sim onde há oferta de terra disponível, como no caso do parque da Juventude que foi implantado na área desocupada pelo presídio do Carandiru e fala sobre a constante falta de verba para criação e zeladoria dessas áreas. Finaliza mostrando casos onde áreas anteriormente vazias e que geravam problemas às comunidades vizinhas sendo transformadas e transformando os espaços e vidas ao seu redor.

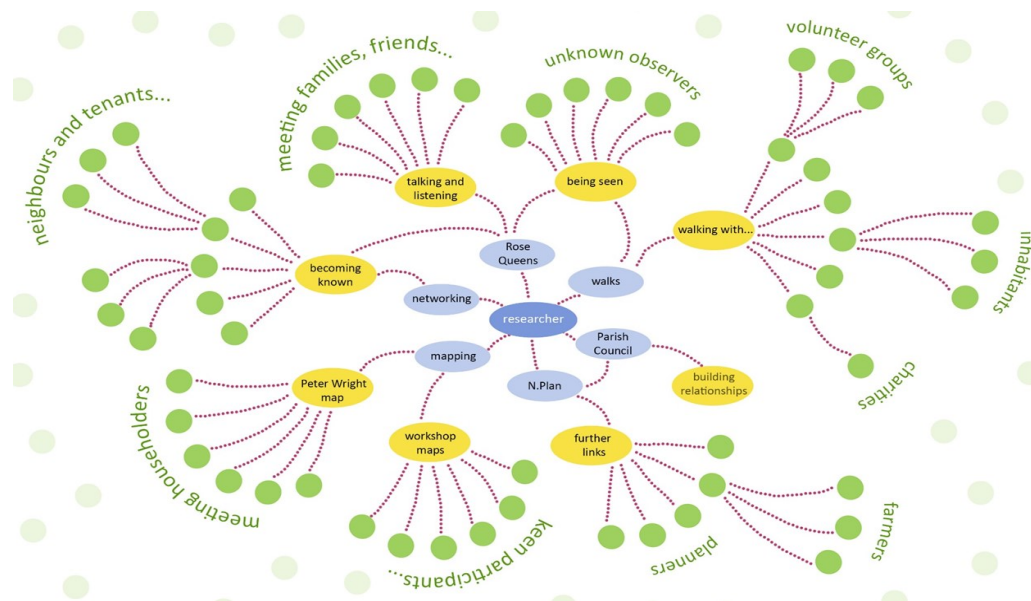
Figura 4: Parque Mestre Chico na cidade de Manaus.



Foto: Quapá, 2015.

Jo Phillips, em seu trabalho "Manifestações, complexidade e engajamento público com a paisagem", analisa as causas do baixo relacionamento entre população e preservação da paisagem, apesar do seu conhecimento sobre problemas decorridos do não cuidado com a mesma, como enchentes e perda de biodiversidade. Investiga como melhorar esse relacionamento e como tais ações poderiam criar um futuro com paisagens mais resilientes. Enfatiza a importância da avaliação dos desejos e necessidades da população, bem como de sua participação nos projetos ao invés da tradicional imposição de projetos prontos. Faz recomendações de como deve acontecer a participação popular nos processos de desenvolvimento de projetos envolvendo comunidades como: abordagem ecológica do envolvimento com a paisagem, diversa e divergente, não monocultural; utilização de processo rizomático (figura 5), não linear, troca de conhecimentos através da rede de agentes envolvidos, sustentada por um longo período, inclusiva e fundamentada na paisagem.

Figura 5: Diagrama das relações ecológicas e seu formato rizomático entre os processos e agentes envolvidos em projetos de transformação da paisagem.



Desenvolvido por Jo Phillips.

Nate Millington apresentou trabalho desenvolvido sobre as questões hídricas da cidade de São Paulo: "São Paulo em Manutenção: Mudanças Climáticas, Crise Hídrica e Urbanização Periférica em uma Megacidade Contemporânea", onde apresenta como a coexistência de inundações e escassez tem sido produzida pela forma urbana de São Paulo, como tem sido as respostas aos alagamentos e escassez e qual as implicações para os moradores de diversas regiões. Faz breve análise sobre as tecnologias e práticas de adaptação aos desafios de inundações e escassez em São Paulo, tanto no bairro e escala municipal, sobre as novas formas e tecnologias da prática estatal e da sociedade civil, o compromisso da governança de São Paulo após a crise de escassez de 2014-2015 e as infraestruturas centralizadas de São Paulo para o abastecimento de água e gerenciamento de inundações, especialmente aqueles localizados no intersticial, marginais e periféricos da cidade.

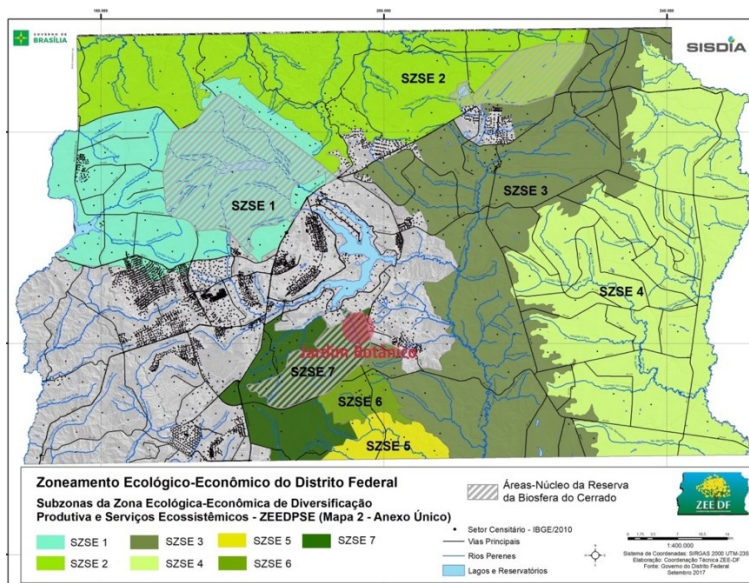
2.3 Estudo de caso: proposta para o Jardim Botânico de Brasília

O exercício desenvolvido na charrete teve como objeto o Jardim Botânico de Brasília. Material cartográfico sobre a área foi separado com antecedência pelo grupo organizador local que trabalha no governo do Distrito Federal (figura 6). Os pesquisadores foram divididos em três grupos a partir da escala da intervenção: micro, meso e macro. O objetivo da proposta era pensar sobre a cidade verde a partir dessas três escalas tendo a infraestrutura verde como ferramenta, visto que a multiescalaridade é uns dos princípios que norteiam o planejamento com a Infraestrutura verde.

SAKATA e HANNES participaram do grupo da microescala⁵ e optam por descrever a atividade deste grupo, que consideram proveitosa para o desenvolvimento de planos de gestão e projetos de parques e espaços livres públicos.

⁵ Fizeram parte do grupo de trabalho: Jo Phillips (Dr., Manchester Metropolitan University), Helen Hoyle (Profa. University of the West Engalnd), Matluba Khan (Reseracher University College London), Solene Guenat (Dra. University of Leeds), Siân de Bell (Researcher University of Exeter), Danielle Sinnett (Profa. University of the West England), Francine Sakata (Profa. FAUUSP), Evy Hannes (Profa. Unip/ SP), Luciana

Figura 6. Material Cartográfico fornecido, com localização do Jardim Botânico no Distrito Federal.



Fonte: Editado a partir de <http://www.zee.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/mapa-02-minuta-final.jpg>. Acesso em 20/09/2019.

O exercício aplicado na escala de abordagem da microescala visava investigar como incrementar os Serviços Ambientais do Jardim Botânico de Brasília com o uso da infraestrutura verde. A metodologia discutida e adotada pelo grupo foi:

- A descrição dos serviços ecossistêmicos (ES) prestados ou que poderiam vir a ser prestados pelo Jardim Botânico;
- Estabelecer uma relação entre eles.

A atividade foi desenvolvida com os pesquisadores reunidos em uma sala, com post-its e anotações à mão em papéis na parede, para que todos pudessem contribuir. A condução da dinâmica foi feita por Rubens do Amaral e o método foi sugerido em grande parte pelas pesquisadoras inglesas, em especial, Jo Phillips, Solene Grenat e Helen Hoyle.

A discussão das relações gera subsídios para o desenvolvimento de um novo programa de atividades e também para a distribuição destas atividades na área do Jardim Botânico, a medida que indica quais delas são correlatas. A partir disto, o desenho paisagístico poderia ser revisto.

A visita a campo havia levantado questões específicas do Cerrado: sua difícil regeneração, a imagem que durante muito tempo teve de campos passíveis de exploração para a pecuária e para a monocultura, a necessidade de mudar esta imagem que ainda sobrevive e valorizar esteticamente a flora da região. Apenas em 2017, já com 75% de sua área tomada pela expansão agropecuária e muitas espécies já consideradas condenadas à extinção, o Cerrado passa a ser tratado como *hotspots* mundial de biodiversidade.⁶

Foram listados os serviços de regulação, suprimento (ou abastecimento), culturais e de apoio (ou suporte). Os serviços de regulação são responsáveis pela manutenção dos ciclos ecológicos e entre estes podemos citar o ciclo do ar e sua filtragem através da fotossíntese. Em relação ao clima,

Schwander Ferreira (doutoranda FAUUSP), Ana Carolina Carmona (Profa. IFSP), Mariana dos Santos (Profa. UNICAMP) e Rubens do Amaral (Doutorando UnB).

⁶ <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado> e <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39358966>

vários são os fatores que influenciam sua regulação, como cobertura do solo que afeta a taxa de precipitação e temperatura e o sequestro e emissão de gases do efeito estufa que estão relacionados ao aumento das temperaturas na Terra. A regulação do ciclo da água é outro importante serviço dos ecossistemas. Aqui os elementos dos ecossistemas são responsáveis por drenar água das chuvas, abastecer os aquíferos subterrâneos, mananciais e lençol freático e umidificar o ar. O controle de erosão é também um de seus serviços, sendo efetuado pelas plantas nas bordas de rios e morros, que os mantém estáveis. Também ajudam na filtragem das águas que percolam no solo ou que passam pelas matas ciliares e áreas de *wetland*. (AM, 2005; GOLDMAN, 2010; DAILY et al., 1997; ANDRADE e ROMEIRO, 2009; GROOT et al., 2002). Para o Jardim Botânico de Brasília, foram elencados serviços como a mitigação das ilhas de calor e das inundações (localmente), a melhoria da qualidade do ar e da água e a captura de CO₂ (um benefício climático que pode ser considerado global) (figura 7).

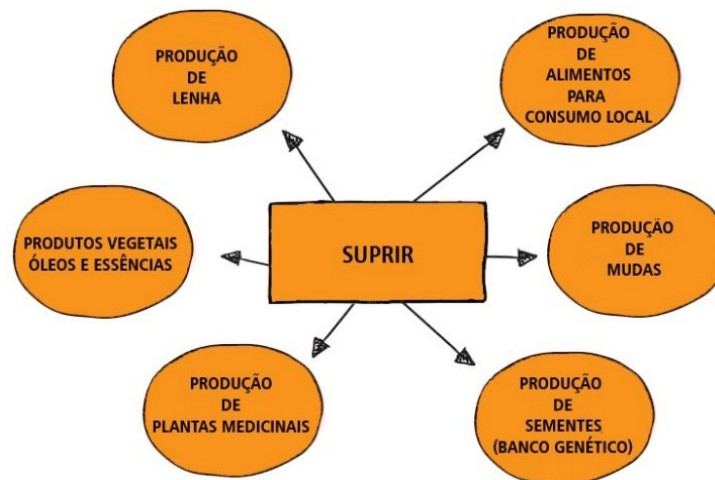
Figura 7: Serviços ecossistêmicos de regulação



Desenho do Autor

Como colocado pela AM (2005), os serviços de abastecimento são responsáveis pela oferta de produtos ao homem como: alimentos e fibras que abrangem uma ampla oferta de produtos alimentícios derivados das plantas e animais, bem como materiais providos pelas espécies vegetais, como madeira, fibras para produção de tecidos e outro bens que são importantes como matéria prima na construção de abrigo, móveis e outros produtos; combustível como madeira e biomassa; produtos bioquímicos e medicamentos naturais como as plantas. (AM, 2005; DAILY et al., 1997; ANDRADE e ROMEIRO, 2009; GROOT et al., 2002). Na categoria de abastecimento ou suprimento (figura 8), foram consideradas a produção de alimentos para consumo local, de sementes, de mudas, de plantas medicinais, de óleos vegetais e essências e de lenha.

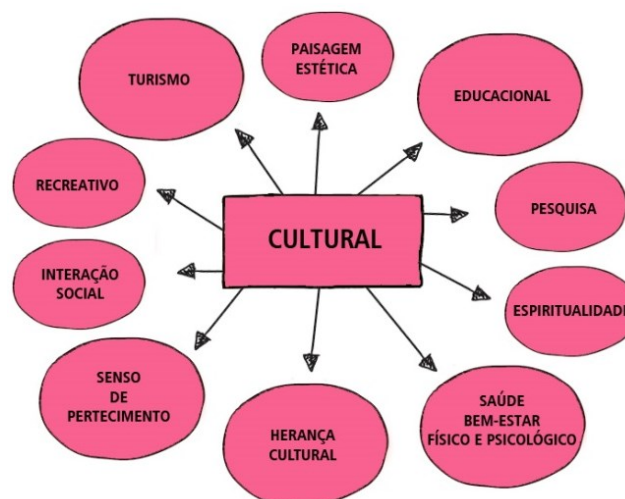
Figura 8: Serviços ecossistêmicos de abastecimento



Desenho do Autor

Os serviços culturais são aqueles relacionados às experiências de recreação, estéticas e espirituais que incluem valores como a diversidade cultural e sua relação com os ecossistemas locais; valores espirituais, religiosos e folclóricos associados aos ecossistemas como as lendas; a inspiração que fornecem para a arte, folclore, símbolos nacionais, arquitetura e outras atividades; valores estéticos ligados à paisagem, às árvores e às águas; herança cultural; recreação e ecoturismo que são atividades ligadas à natureza e variam conforme o tipo de bioma onde estão inseridas, contribuindo também para a saúde e bem estar humanos. (AM, 2005; ANDRADE e ROMEIRO, 2009; GROOT et al., 2002). Para o Jardim Botânico de Brasília, nesta categoria (figura 7), fizeram parte tanto as atividades que se voltam para as questões de educação e lazer convencionais (tais como ensino, pesquisa, recreação, saúde), como àquelas ligadas ao bem-estar psicológico, à identidade e à espiritualidade (por exemplo, a interação social, a possibilidade de apreensão estética da paisagem, a criação de um senso de pertencimento, o reconhecimento da herança cultural).

Figura 9: Serviços ecossistêmicos culturais



Desenho do Autor

Os serviços de apoio são aqueles que dão suporte aos demais e que são necessários para que esses aconteçam e têm impacto indireto sobre o homem, como a formação e recomposição da fertilidade do solo que é base para a produção de alimentos, para o ciclo da água e nutrientes, mas que não tem relação direta com as atividades humanas. Outros exemplos de serviços de apoio são a formação de oxigênio, o ciclo de nutrientes, o ciclo da água, a decomposição de resíduos e a manutenção da biodiversidade. (AM, 2005; DAILY et al., 1997; ANDRADE e ROMEIRO, 2009). Na categoria apoio ou suporte (figura 10), foram considerados a manutenção da biodiversidade, abrigo de vida selvagem, produção de sementes, polinização, conservação do solo, abastecimento de água, reciclagem de nutrientes.

Figura 10: Serviços ecossistêmicos de suporte

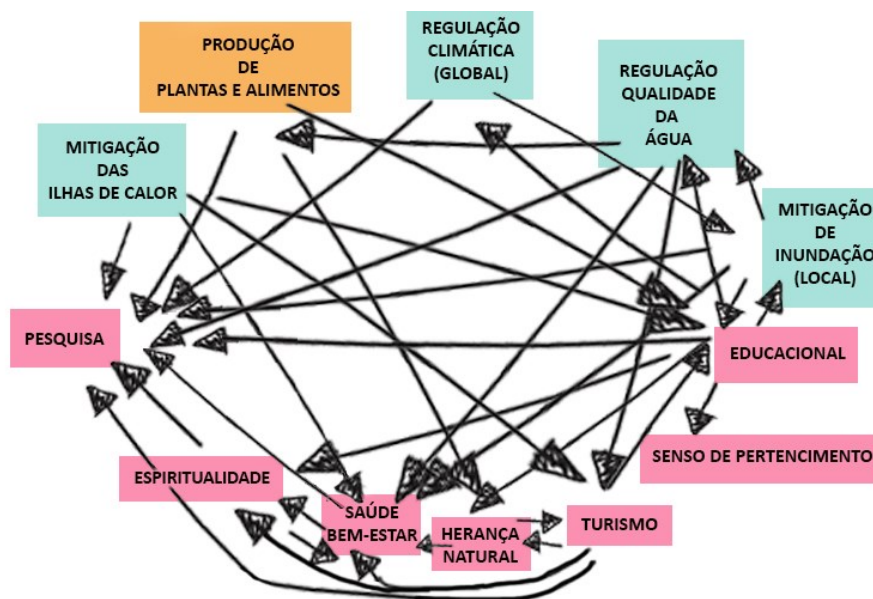


Desenho do Autor

A partir daí estes foram classificados em outras três categorias: o que deve ser mais estimulado, menos estimulado e não estimulado, sendo estes os que poderiam impactar de forma negativa outros serviços. Na sequência foi montado diagrama de relacionamento entre esses serviços (figura 11). A produção de alimentos, por exemplo, poderia se relacionar com o ensino e a pesquisa. A regulação da qualidade da água pode se conectar com a mitigação das ilhas de calor, a educação, o turismo e a saúde e o bem-estar. A educação e a pesquisa foram os serviços que mais se relacionaram com os demais.

Todas estas relações poderiam ser distribuídas pelo parque e isto a base de trabalho para uma nova setorização de funções e atividades do Jardim Botânico e possivelmente um novo desenho, que potencializasse a prestação de serviços ecossistêmicos.

Figura 11: Diagramas de relacionamento entre os Serviços Ecosistêmicos do Jardim Botânico



Desenho do Autor

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O workshop “Rethinking the Green City” foi estruturado de forma muito eficiente para proporcionar troca de informações e possibilidades de parcerias entre pesquisadores/ professores, com apresentações de trabalhos, visitas a campo e uma charrete. Entretanto, é preciso considerar as limitações de custos para eventos deste tipo financiado por uma parceria inglesa e brasileira.

Ainda que não tenha sido possível discutir a fundo as questões das limitações e do futuro das pesquisas em infraestrutura verde, o conjunto das apresentações e das discussões deixa claro que as questões culturais e técnicas devem ser enfrentadas pelos pesquisadores e pela sociedade de modo geral, para que as lições da natureza sejam incorporadas ao planejamento urbano. No Brasil, a questão da provisão habitacional e do descrédito no poder público para agenciar este serviço soma-se àquelas.

De modo geral, as pesquisas europeias em GI e ES tiveram impulso com a discussão das mudanças climáticas e da necessidade de incrementar a resiliência das cidades. No Brasil, a discussão das mudanças climáticas ainda não tem tanta força, possivelmente porque estamos discutindo questões políticas e o impacto ambiental da supressão de florestas, da poluição ambiental decorrente de atividades da mineração e da agricultura e com a questão habitacional e questões de gestão das cidades muito distantes de serem equacionadas. As enchentes e as crises hídricas são problemas brasileiros de grande relevância, mas a pauta tem sido ampla e os estudos nestes temas não avançam como seria necessário.

A economia da civilização humana depende dos serviços oferecidos gratuitamente pelo ecossistema e eles são avaliados anualmente em trilhões de dólares. (DAILY et al., 1997). A falta de consciência desses valores por parte da civilização humana vem cada vez mais transformando ambientes naturais em sistemas dominados pelo homem, onde os ecossistemas perdem ou diminuem drasticamente sua capacidade de produção de serviços, o que acarreta na perda do bem-estar humano e na criação de graves problemas para a sobrevivência da vida no planeta.



No entanto, até os dias de hoje não se tem claro quais seriam as estratégias metodológicas de planejamento e projeto com GI e ES em resposta aos impactos socioeconômicos agravados com o aumento das variações climáticas que poderiam ser aplicadas na construção de um arcabouço teórico que poderia ser discutido no contexto de pesquisa e extensão, mas principalmente de ensino.

Na charrete, o grupo que trabalho na escala mais local encontrou uma chave para o projeto de parques e espaços livres que passa, antes, pela discussão dos serviços ambientais e suas relações e, depois, no programa de atividades e sua espacialização e desenho. Demonstrou-se, assim, que os serviços ambientais e de suas relações podem e devem ser utilizados a base conceitual para as etapas seguintes do projeto. No caso do Jardim Botânico de Brasília – e que pode ser extrapolado para a maioria dos parques urbanos – questões culturais e educacionais tem um grande peso dentre os Serviços Ecosistêmicos. Levar as pessoas a conhecer o local; relacionarem-se espiritualmente com a terra, a fauna e a flora; transformarem a relação convencional e predatória do homem com o meio ambiente são funções importantes dos parques urbanos. Esta experiência poderá ser recuperada e discutida e melhor desenvolvida em sala de aula.

A infraestrutura verde e a prestação de serviços ecossistêmicos são ferramentas para projetar e para planejar cidades, principalmente com a promoção dos seus valores ambientais e culturais. A arquitetura paisagística, como campo de estudos, abarca o GI e os ES. Pode e deve continuar sendo uma das principais disciplinas a tratar destes temas. No contexto inglês, eles já foram incorporados no plano político e pedagógico da maior parte dos cursos, já no brasileiro este processo ainda está em construção. Mas, para que haja avanços, é imprescindível que a sociedade conheça e dê suporte às construções baseadas em GI e os ES principalmente no âmbito acadêmico e que também a técnica das construções e as normas que regem os projetos e obras de infraestruturas evoluam e incorporem as soluções de infraestrutura verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHERN, J. **Green Infrastructure for Cities: The Spatial Dimension**. In: Novotny, V. ; Brown, P. (orgs.). *Cities of the Future – Towards Integrated Sustainable Water Landscape Management*. London: IWA Publishing, 2007.

ANDRADE, Daniel C. e ROMEIRO, Ademar R. **Capital Natural, Serviços Ecosistêmicos e Sistema Econômico: rumo a uma Economia dos Ecossistemas**. Texto para discussão 159, Instituto de Economia da Unicamp, 2009.

AUSTIN, G. **Green Infrastructure for Landscape Planning: Integrating Human and Natural Systems**. New York: Routledge, 2014.

BARNETT, R. **Emergence in landscape architecture**. London: Routledge, 2013.

CONSELHO DE AVALIAÇÃO ECOSSISTÊMICA DO MILÊNIO (CAEM). **Ecossistemas e bem estar humano**. Estrutura para uma avaliação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.

DAILY, Gretchen C. **Nature's Services: Societal Dependence on Natural Ecosystems**. Washington: Island Press, 1997.

FIREHOCK, K. **Strategic green infrastructure planning: a multi-scale approach**. Washington: Island Press, 2015.

GROOT, Rudolf S. de; WILSON, Matthew A.; BOUMANS, Roelof M. J. **The Dynamics and Value of Ecosystem Services: Integrating Economic and Ecological Perspectives**. A typology for the



classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, Special Issue, v. 41, p.393–408, 2002.

HANNES, Evy. **Infraestrutura verde como estratégia para comunidades ecológicas: um plano para a Vila Amélia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2018.

McHARG, Ian. **Design with Nature**. New York: History Press, 1969.

MELL, I. C. **Green infrastructure: concepts, perceptions and its use in spatial planning**. Liverpool, 2010. Unpublished PhD Thesis, University of Newcastle.

ORTEGA, Julia Martin; FERRIER Robert C.; GORDON, Lain J.; KHAN Shahbaz. **Water Ecosystem Services – A Global Perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PELLEGRINO, P.; Moura, N. B. **Estratégias para uma infraestrutura verde**. Barueri (SP): Manole, 2017, p.336

RETHINKING THE GREEN CITY WORKSHOP. 22nd - 26th April, 2019. Universidade de Brasília, Brasília, Brazil. Brasília, 2019. Folheto



O que as paisagens restingueiras ensinam? Idas e vindas de um projeto de pesquisa

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO. O QUE ESTAMOS ENSINANDO?

ALVES, Marta Raquel da Silva (1); SUAREZ, Naia Alban (2); SILVA, Juna Borges Vital e (3); SILVA, Arina Borges Vital e (4);

(1) Professora Assistente, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, martaraquelsa@gmail.com

(2) Professora Titular, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, naialban@gmail.com

(3) Graduanda, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, junavital@hotmail.com

(4) Graduanda, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, arinavital@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho descreve o percurso, métodos e resultados obtidos pelo projeto de pesquisa e estudos em paisagem de restinga, iniciado em 2017, com o intuito de propor um canteiro experimental de paisagismo em restinga. O projeto surge com o nome “Restinga: estudo e reinserção do bioma na paisagem urbana de Salvador” e objetivo de questionar a degradação do ecossistema de restinga, responsável pelo equilíbrio do ambiente costeiro. Frente às intervenções de “requalificação” da orla marítima de Salvador e ao paisagismo exercitado nos espaços públicos e abertos da cidade, o projeto tem como primeiro objetivo a experimentação prática em canteiros deteriorados, utilizando espécies nativas adaptadas à restinga soteropolitana, soluções ecológicas de conforto ambiental e preservação de biodiversidade e incorporando características que reflitam a identidade da população local. Com a necessidade de estudar o ecossistema de restinga e as espécies de flora e fauna e a relação dos elementos naturais e culturais. Além da importância da área de estudo escolhida, já que a APA Lagoas e Dunas do Abaeté é o maior remanescente de restinga de Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: restinga; preservação; paisagem

1 INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa e extensão Paisagens das Restingas começa em 2017, diante da observação das áreas de restinga e frente às intervenções de “requalificação” da orla marítima de Salvador e ao paisagismo executado nos espaços livres e canteiros públicos da cidade, que pouco se relacionam com a paisagem originária da costa atlântica soteropolitana. Tínhamos em vista os seguintes objetivos a execução de um canteiro de experimentação paisagística em área de restinga, e também a produção de um catálogo de espécies da restinga local, sinalizando a importância de se conhecer estas espécies e difundir os resultados deste estudo. A ideia era simples: encontraríamos um canteiro público de pequeno porte, próximo à orla e sujeito a todas as intempéries às quais os canteiros da orla atlântica plantados pela prefeitura raramente resistem



mais de poucas semanas. A partir desses incômodos, somados à necessidade de entender essa paisagem e como ela gostaria de ser tratada, o projeto foi dividido em duas frentes: uma de análise e diagnóstico urbano em áreas sob influência da restinga; outra de levantamento de espécies botânicas com potencial paisagístico.

A restinga é considerada um ecossistema de transição entre continente e litoral. A vegetação de restinga fixa dunas e mangues, resistindo à erosão causada por ventos salinos (FUENTE, 2011). O solo poroso é um desacelerador de águas pluviais, diminuindo a erosão do solo causada pelas chuvas e permitindo a filtragem e o escoamento das águas em direção aos lençóis freáticos, que, por sua vez, alimentam lagoas e nascentes. O nome *restinga* é empregado por pesquisadores de ecossistemas litorâneos tanto para se referir à topografia formada por dunas quanto à vegetação que faz delas assento. Popularmente, é conhecida como *yundú/jundú*, a vegetação de borda de praia e cordões arenosos. A proposta de um catálogo botânico surge como uma aproximação inicial à essa paisagem tão caracterizada pelo conjunto de dunas e moitas. Tendo como premissa a valorização de espécies locais, o catálogo é também um esforço de compreender as relações que constroem a paisagem das restingas tomando como ponto de partida as plantas. Como essa vegetação se estrutura? Que tipo de paisagem ela cria? Como se dão as relações com outros seres vivos? Não vivos? Com o entendimento de que a paisagem de restinga guarda soluções próprias tecidas ao longo do tempo para habitar onde habita, buscamos entendê-la a partir da arquitetura paisagista.

1. Paisagem restingueira

As paisagens do litoral brasileiro são marcadas pela presença de longas faixas de areia modeladas pelos ventos marítimos em forma de dunas. A fatura de areia no litoral vem de períodos antigos, há cerca 40.000 anos, quando o oceano atlântico avançou e recuou algumas vezes sobre a zona costeira, fenômeno chamado de transgressões (e regressões) marinhas (MENEZES, 2007). As idas e vindas do mar, junto à ação dos ventos, rios e tempestades, criaram uma topografia complexa, delicada e composta por camadas de areia sedimentada e empilhada, formando montes e cristas.

As cadeias de dunas ora represam rios, lagoas e lagunas, ora cedem espaço para as fozes, estuários, mangues e planícies secas, criando ambientes muito diversos, habitados por comunidades de outros seres vivos que se associam ao local. Estes areais são cobertos por uma vegetação

característica, bastante variada e resistente, reconhecida pelos aglomerados de textura e cores diversas, formados por troncos retorcidos, moitas, emaranhados de galhos e arbustos de folhas grossas, espinhos, bromélias, cactos. A estes conjuntos de comunidades e formações geomorfológicas, dá-se o nome de *restingas*.

Esta diversidade de ambientes é observada mesmo quando tratamos de uma “única” restinga. Uma das características da paisagem de restinga é a formação de faixas que acompanham a borda do mar, criando um gradiente ambiental (fig. 1) perpendicular à linha da praia (ROCHA, 1994). As faixas mais próximas da praia oferecem condições mais agressivas: ventos salinos e abrasivos que carregam areias, movem dunas, compondo um ambiente mais instável. À medida que os areais se afastam do mar em direção ao continente, a vegetação é se torna densa, incorporando árvores de porte e aspecto de mata fechada, até o momento em que a vegetação transiciona para florestas de mata atlântica, com quem as restingas fazem fronteira.

Figura 1 – Distribuição da vegetação de restinga
DISTRIBUIÇÃO DA VEGETAÇÃO DE RESTINGA



Fonte: 1 – Elaborado pelas autoras

2.1 Areias e águas

Formadas por areia, as dunas podem ser móveis ou fixas; responsáveis por conformar lagoas, regular os lençóis freáticos e conter a erosão do continente pelos ventos. À medida que o sistema dunar adentra o continente, transfigura-se em outras formações, como a floresta ombrófila.



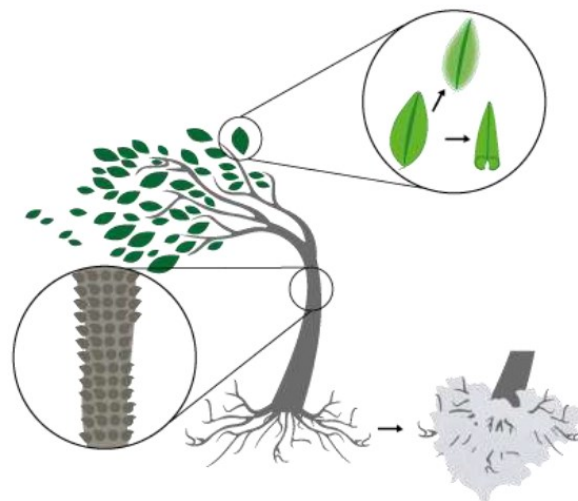
Por ser muito permeável, a areia age como filtro para águas de chuva que alimentam lençóis freáticos, lagoas e rios, permitindo que esta escoe com velocidade adequada para não sobrecarregar corpos d'água. Existem, nas restingas, regiões de lagoas de água doce e lagoas de água salobra, podendo ser perenes ou temporários espelhos d'água que se formam em áreas baixas, durante os períodos de chuva intensa que encharca e satura o solo – um substrato composto principalmente por areia. A influência do substrato no desenvolvimento das espécies de restinga é determinante, como diz Christiano Menezes (2007).

As características dos depósitos arenosos quaternários ao longo da costa brasileira variam de acordo com sua origem, o que por sua vez, determina características edáficas muito importantes para o desenvolvimento das plantas como, por exemplo, a textura do substrato, ou pelas suas distintas fisiografias e topografias, fatores estes muito influentes no desenvolvimento das espécies vegetais de Restinga. A diversidade de ambientes ao longo das planícies arenosas do litoral brasileiro suporta uma vegetação com características distintas entre si, no que se reflete em fisionomias vegetacionais complexas e dinâmicas. (MENEZES, 2007)

2.2 A vegetação das restingas

Da vegetação restingueira, que faz assento das dunas, cristas e bancos de areia, poucas são as espécies endêmicas das restingas. A maioria tem origem em biomas como o da mata atlântica, cerrado e caatinga. As restingueiras são espécies resistentes, capazes de lidar com as condições encontradas nos bancos de areia salina (figura 2) e, geralmente, pobres em nutrientes; o clima quente, com longos períodos de estiagem e o sol forte que ainda é refletido pela areia branca.

Figura 2 – Ilustração de adaptações presentes em arbustos de restinga: folhas enceradas, espinhos e raízes fixadoras.



Fonte: Elaborado por membros do grupo de pesquisa

As restingueiras aperfeiçoaram técnicas sofisticadas para habitar o litoral. O modo como elas se associam às águas, minerais e ventos dá pistas sobre como funcionam as relações da vida na restinga. Através dessas parcerias, a vegetação desenha a paisagem de restinga.

Se as características do substrato influenciam na ocupação das areias pelas plantas, também as plantas buscam espaço e oferecem estabilidade às dunas através do trapeamento: ao fazer moradia em um banco de areia, elas criam uma espécie de rede que segura os grãos de areia soprados pelos ventos. A areia se acumula, formando barreiras que erguem novas dunas, e criam ambientes protegidos, onde espécies vegetais de maior porte podem prosperar e, por sua vez, conter camadas maiores de sedimento, repetindo o processo que forma as faixas do gradiente ambiental da restinga. Outra associação fundamental é a que desenvolvem entre plantas e fungos do gênero micorriza. As micorizas parecem com fios de cabelo ou teias de aranha. Elas se fixam às raízes de vegetais e degradam compostos do substrato arenoso, liberando nutrientes que são absorvidos pelas plantas, em um solo tão normalmente pobre e instável. Há também os animais – o que inclui seres humanos (Figura 3b), que dispersam sementes, polinizam flores e espalham matéria fértil para faixas de areia de solo mais pobres.

Figura 39 – Paisagem de restinga em: a) Abrantes; b) Itapuã



Fonte: Fotografias pelas autoras

2. A PAISAGEM COSTEIRA DE SALVADOR

Quando os portugueses invadiram e assentaram território que mais tarde batizariam de Cidade do Salvador, escolheram como lugar de ocupação uma região localizada na Baía de Todos os Santos, de posição privilegiada do ponto de vista militar e náutico, chamando a atenção dos colonizadores pela vocação natural para a instalação de um porto. A Cidade do Salvador, fundada pelos colonizadores em 1549, empoleirava-se no alto de uma falha geológica, um grande degrau de pedra que dividiu a cidade portuguesa em dois níveis: abaixo a Conceição da Praia e zona portuária do Comércio, acima o Centro Histórico de Salvador. Na região da Baía de Todos os Santos, da ponta do Farol da Barra e adentrando até a Península de Itapagipe, predomina a vegetação densa de mata atlântica.

Figura 4: Trecho de Mapa da cidade de Salvador mostrando Itapagipe e Itapuã

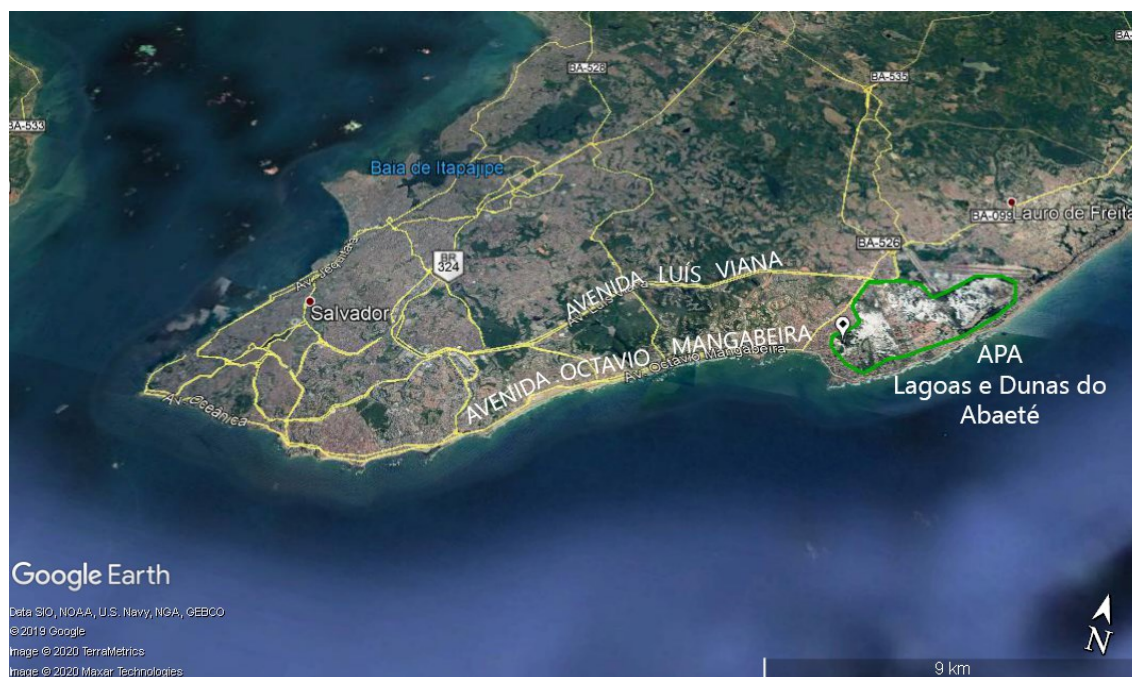


Fonte: Recortes de mapa de Luís Teixeira, 1574

Por sua vez, a faixa litorânea que tem início no bairro do Rio Vermelho, seguindo até a Praia do Flamengo, bairro que está no limite municipal entre Salvador e Lauro de Freitas, é chamada de costa atlântica ou mar aberto. Diferentemente da baía, a costa atlântica está submetida a arrebentações, maresia e ventos costeiros intensos e é também onde se registram os índices de agressividade ambiental¹ mais altos em toda a cidade. Originalmente, a costa atlântica de Salvador era recoberta de restingas das quais restam poucos remanescentes, dentre os quais a Área de Proteção Ambiental – APA – das Lagoas e Dunas do Abaeté (fig. 5) é a maior, com areais que se estendem entre os bairros de Itapuã, Stella Maris e Praia do Flamengo. Outras remanescência de restinga são encontradas nos bairros do STIEP, Armação, Pituba e Santa Cruz.

¹ A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) determina classes de agressividade ambiental para se referir às condições físicas e químicas que atuam sobre as estruturas de concreto. Este é um fator determinante no dimensionamento de peças estruturais de edificações, na escolha do traço de concreto e das armaduras utilizadas. São quatro classes de agressividade, desde “insignificante” a “elevado”. (ABNT, NBR 6118)

Figura 5: Mapa de Salvador indicando a APA das Lagoas e Dunas do Abaeté



Fonte: Elaborado pelas autoras sobre base cartográfica do *Google Maps*

Ainda que sob posse da municipalidade de Salvador desde antes de sua fundação (figura 4), a região do mar aberto só foi efetivamente incorporada e conectado ao tecido urbano estabelecido no centro da cidade, no século XX, com a construção da Avenida Octávio Mangabeira (figura 5), na década 1940, ligando os bairros de Amaralina e Itapuã pela orla marítima. Esta intervenção marca o vetor de interesse imobiliário na vocação da costa atlântica como balneário turístico e zona de veraneio. Neste mesmo período, a cidade passou por intervenções de modernização urbana: o EPUCS², na década de 1940, a construção de conjuntos habitacionais pelo BNH dos anos de 1960 e o PLANDURB³, em meados de 1970. Este último destaca-se por ter sido primeiro plano de desenvolvimento urbano a mapear áreas verdes, maciços vegetais e corpos hídricos remanescentes do município e por incluir, como política pública de planejamento, a criação de parques urbanos.

² O Escritório de Plano Urbano da Cidade de Salvador desenvolveu o primeiro plano urbanístico da cidade, entre 1942 e 1947.

³ O Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Salvador – PLANDURB – começou a ser idealizado em 1975 e seus trabalhos se estenderam até 1979. Foi, o último grande plano de ordenamento urbano de desenvolvido em Salvador, cujo impacto é comparável apenas ao EPUCS, da década de 1940.



Figura 6– Avenida Octávio Mangabeira na década de 1970, construída sobre dunas primárias na borda da praia



Fonte: Disponível em <http://www.bahia-turismo.com/salvador/salvador-antiga.htm>, acessado em 19/12/2019

Figura 7 – Orla do Bairro de Costa Azul no presente



Fonte: Google Street View (2017)

Sobre criação de Parques Municipais, Ângelo Serpa (2007) sinaliza que políticas de instalação de parques públicos e operações de “revitalização” de determinadas zonas metropolitanas são usadas como instrumento de valorização fundiária e higienização urbana, disfarçados sob a premissa de integração social e espacial da cidade. A orla marítima de Salvador, que concentra ocupações de média e alta renda, é onde a maior parte dos parques urbanos das décadas de 1970 e 1990 foram implantados (figura 7), além de ser, repetidas vezes, alvo de projetos de reforma e adequação como foi o caso mais recente “Nova Orla”, do programa municipal Salvador 360⁴. Somadas às virtudes dos Parques e espaços públicos, as demandas geradas pelo turismo incentivam o consumo dos espaços da cidade, facilitando a adoção de uma identidade visual que possa ser reproduzida e consumida em massa – mas apenas para aqueles que possam pagar, excluindo assim grande parcela da população, a despeito da importância histórica do mar e da praia justamente para não-abastados e não-brancos.

Figura 8 – Mapa de Parques Municipais de Salvador



Fonte: Confeccionado pelas autoras sobre fotografia de satélite do Google Earth

⁴ O programa Salvador 360, executado pela Prefeitura Municipal na gestão do Prefeito ACM Neto, destinando investimentos para o que foi chamado de “obras estruturantes” na cidade. São 10 eixos de intervenção com medidas de planejamento estratégico, sendo um deles a Orla de Salvador, dando continuidade às obras de requalificação e urbanização da orla, iniciadas em 2013. As intervenções incluem a instalação de novos quiosques, restaurantes e “vilas” gastronômicas, equipamentos de apoio ao esporte, lazer e recreação, além da implantação de ciclovias, calçamentos, bolsões de estacionamento e toda a estrutura necessária para receber visitantes. As requalificações se concentram principalmente em trechos valorizados pela especulação imobiliária e turística, como o Farol de Itapuã, Rio Vermelho, Ondina e Barra.

Figura 9 – Trechos da Nova Orla de Salvador



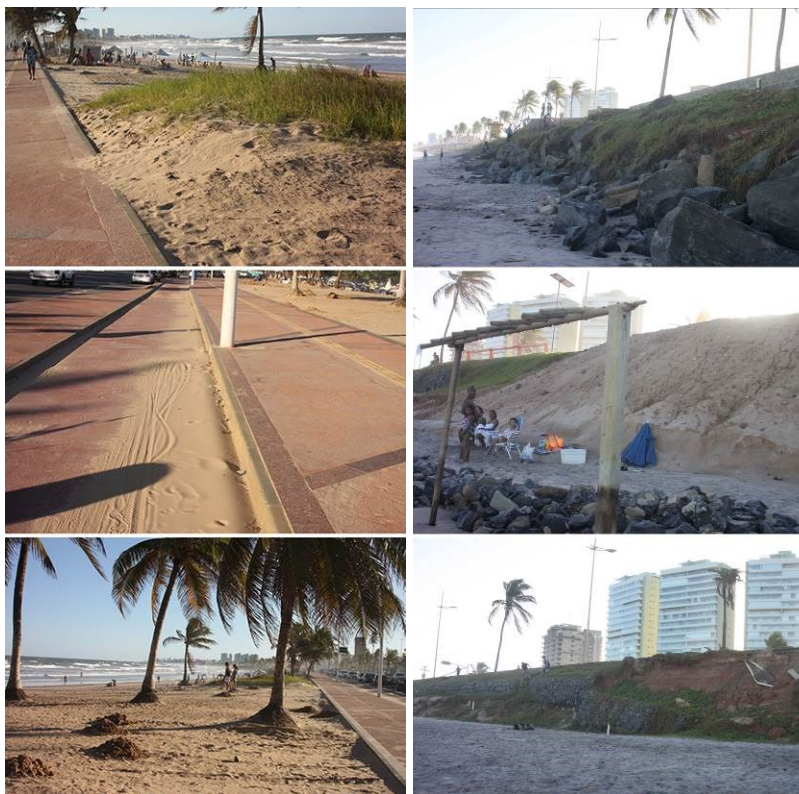
Fonte: Disponível em <http://novaorla.salvador.ba.gov.br/>

A “Nova Orla” (figura 8) segue o mesmo processo de homogeneização da linha de praia e dos calçadões através de intervenções replicadas de ponta a ponta da cidade. Da Suburbana à Itapuã – extremos dos limites municipais, somada à repetição de um padrão construtivo que em nada se relaciona com a paisagem nem responde de forma satisfatória às questões socioambientais colocadas pela supressão histórica dela. As primeiras atividades foram de reconhecimento do objeto de trabalho, com visitas em campo para realização de registros fotográficos e diários de bordo da área de estudo. Também nas visitas foi realizada a identificação de: problemas conflitos de uso, conflitos ambientais, degradação, poluição; potenciais de usos diversos, beleza e peculiaridades da paisagem; e sintomas da degradação do ambiente: enchentes, spray marítimo e vendavais de areia na orla atlântica (figuras 9 e 10).



Figura 10– Tríptico mostrando areias retomando calçadão na praia de Piatã.

Figura 10 – Tríptico com visão serial de contenções de pedra arruinadas em trecho da praia de Jaguaribe.



Fonte: Fotografias pelas autoras

Pensamos também em cenários possíveis para ruas, lotes, calçadões, praças e outros espaços, em que a paisagem pudesse protagonizar através de técnicas construtivas como jardins de chuva, bacias de retenção de água, e reconstituição de dunas e moitas de vegetação nativa (ALVES et al, 2018), com uma forma de viabilizar o reaparecimento das relações intrínsecas à restinga e àqueles que vivem com ela.

2.1 Unidades de conservação

Figura 12 – Principais localidades visitadas durante os registros fotográficos em Salvador e Região Metropolitana. 1) Abaeté, APA Lagoas e Dunas do Abaeté; 2) Praia do Flamengo, APA Lagoas e Dunas do Abaeté; 3) Vila de Abrantes, APA Joanes – Ipitanga; 4) Praia do Forte, APA Litoral Norte



Fonte: Google Earth

De maneira similar, a criação de reservas ecológicas e áreas de proteção e preservação são políticas públicas com tanto potencial para a hegemonia quanto a criação de parques públicos, pois promovem o mesmo tipo de polarização que isola indivíduos uns dos outros e não os considera em sua rede de relações. Os espaços verdes e APAs tornam-se o que Serpa (2007) chama de “guetos preservados”, cujas margens são ponto de conflito constante entre homem e natureza.

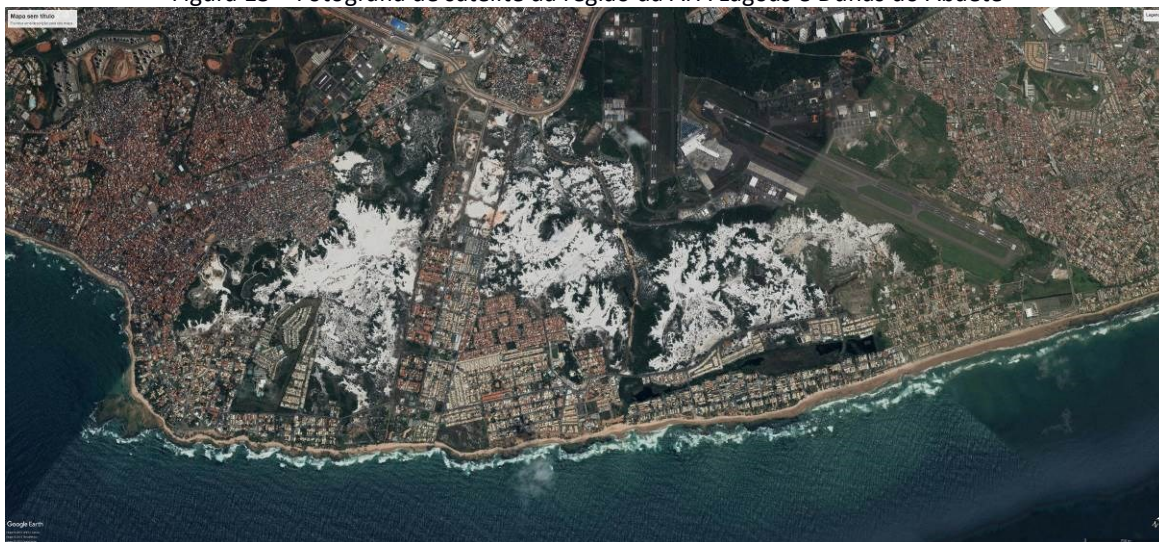
Sob esse ponto de vista, enfatiza-se a oposição entre “natureza” e “cultura”, relega-se a “natureza” a superfícies limitadas do Planeta, transformando espaços naturais em guetos “preservados”. Assim a natureza é considerada algo inconciliável com a experiência humana, devendo ser protegida das ações resultantes dos processos econômicos e políticos” (SERPA, p. 123, 2007)

As tensões políticas e territoriais não apenas afetam a paisagem, como também produzem um tipo de paisagem específica. Sob a justificativa de proteger uma área que estas mesmas políticas e processos econômicos fragilizaram, permite-se novas políticas de extinção de modos de vida. Neste sentido, Diegues (2000), falando coincidentemente de áreas litorâneas, indica que a boa conservação ecológicas de algumas áreas estava relacionada com a ocupação humana.

Foi justamente nesses espaços territoriais litorâneos, de mata tropical úmida, habitados por essas populações tradicionais que se implantaram grande parte as chamadas áreas naturais protegidas, a partir dos anos 30, no Brasil. [...] Essas áreas foram, em grande parte, ecologicamente bem conservadas pelo modo de vida dessas culturas e de nenhum modo eram “desabitadas”. (DIEGUES, 2000)

Isto explica, por exemplo, a situação de APAs como a das Lagoas e Dunas do Abaeté. Criada, em 1987, esta APA (figura 12) tinha como objetivo reduzir as ações humanas predatórias que poderiam destruir o sistema dunar e lagunar do Abaeté. Caracterizado como patrimônio de uso coletivo, o “ambiente” foi entendido como “um conjunto de conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”⁵. A APA criou uma zona controlada por legislação específica e rigorosa, destinada à conservação ambiental, o que, sem dúvidas, desacelerou os avanços da ocupação das dunas pela especulação imobiliária. Mas cercar e isolar a área reforçou também as tensões nas margens, história comum às margens de unidades de conservação.

Figura 13 – Fotografia de satélite da região da APA Lagoas e Dunas do Abaeté



Fonte: Google Earth, 2017

⁵ Decreto Estadual 351/1987 de criação da APA Lagoas e Dunas do Abaeté.



5. Sobre a paisagem

Presumir a existência de uma paisagem natural, onde não houve ação humana, remete ao mundo-sem-os-humanos discutido por Danowski e Viveiros de Castro (2014), que é o mundo-para-os-humanos numa perspectiva edenista, onde “os humanos são os últimos a chegar, e são, nesse sentido, o ‘fim’ (a finalidade) do mundo”. Esta ideia traz mais entraves do que soluções para questões de preservação, pois vislumbra, como estado máximo de conservação, uma “natureza selvagem”, intocada por nós e que espera intacta e inerte por nossa intervenção. Diegues (2000) fala sobre a noção de natureza selvagem, que, assim como nosso conceito de parques e reservas ambientais, deve muito ao termo originário dos EUA “*wilderness*” e seu significado (vida selvagem). A criação de parques nos Estados Unidos, no fim do século XIX, era um contraponto considerado necessário ao caos dos centros de cidades de urbanização voraz. A ideia de natureza selvagem entende que estas grandes áreas destinadas à preservação são “desabitadas”, à despeito do genocídio indígena e expulsões ocorridas tanto nos EUA quanto aqui. Estas terras, que nunca foram desabitadas, passam por um processo de grilagem e simplificação em forma de “paisagem para contemplação”.

A noção reinante, em inícios e meados do século XIX, de que havia recursos naturais ilimitados nas regiões onde havia “natureza selvagem”, não levava em conta ocupação indígena, pois era considerada diferente da dos colonos. Os nativos americanos eram, muitas vezes, migratórios e observavam a propriedade comunal da terra, em vez da propriedade particularizada. Desde a chegada dos puritanos até 1890, quando os últimos índios foram levados para reservas, os colonos se sentiam no direito de ocupar aquelas “terras vazias”. (DIEGUES, 2000, p. 25)

A ideia de natureza selvagem justifica a ocupação dessas terras ditas vazias, desconsiderando a pré-existência de outras formas de vida. Estas estariam abaixo de humanos, ainda que exerçam um papel fundamental na manutenção da vida como um todo: um rio, árvores, frutos e animais específicos, o solo, o ar não são considerados como agentes da paisagem, reduzida a uma fonte de recursos inesgotável e capaz de se autoproduzir quase como se não houvesse qualquer manejo envolvido. O discurso preservacionista perde a força, pois além de propor um ideal impossível, a saber, o de reverter a paisagem ao estado anterior aos humanos, acaba por cair na tentação de isolar completamente aquilo que se quer preservar da ação antrópica, determinando de forma



taxativa que não há possibilidade de vivermos com outras formas de vida sem arrasá-las por completo...

Por sua vez, o conceito de paisagem cultural, que pretende superar a fragmentação da paisagem, é definido como um recorte territorial significado e trabalhado socialmente, onde há o “uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano”⁶. Se a possibilidade de uma paisagem natural, um mundo-antes-de-nós já foi excluída, não há justificativa para se manter a oposição entre natureza e humanos, a não ser para enfatizar uma separação hierárquica entre ação humana e “fatores naturais”. Essa divisão só pode permanecer quando olhamos o mundo a partir do conservacionismo que falha ao tentar isolar recortes territoriais e estancar as transformações da paisagem, atribuindo apenas aos humanos – e somente alguns deles – a possibilidade de agenciar, interferir, mudar e construir, e à natureza o papel de matéria manipulável.

Dessa forma, a proposta de um catálogo de espécies botânicas precisaria refletir o esforço de não tratar as plantas em relação à paisagem. Assim, foram atribuídos ícones indicando alguns aspectos da respectiva espécie que indiquem uma relação importante, como atrair pássaros, ser interessante para a arborização urbana, medicinal ou de uso vernacular. Também foram levantadas algumas associações entre plantas da restinga que se integram bem e são frequentemente vistas em conjunto, a exemplo do guajirú (*Chrysobalanus icaco*) e Agarista (*Agarista revoluta*) (figura 13), muito encontrados com o Caxundé (*Allagoptera brevicalix*) e pirunga (*Erythroxylum Leal-Costa*).

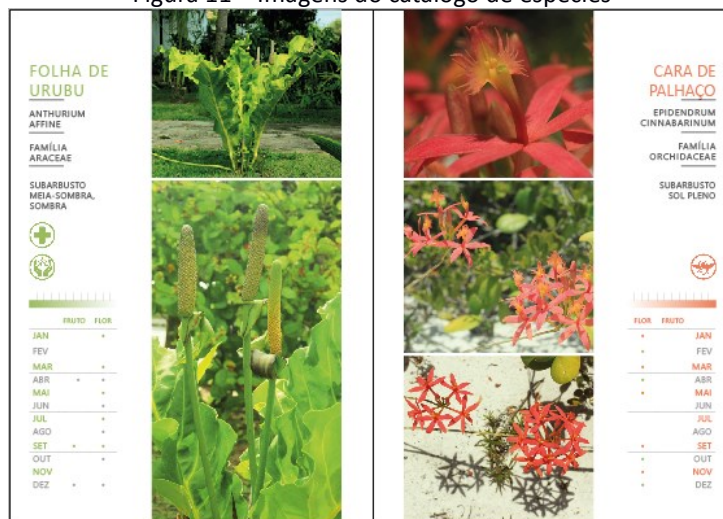
⁶ Definição de “paisagem” cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

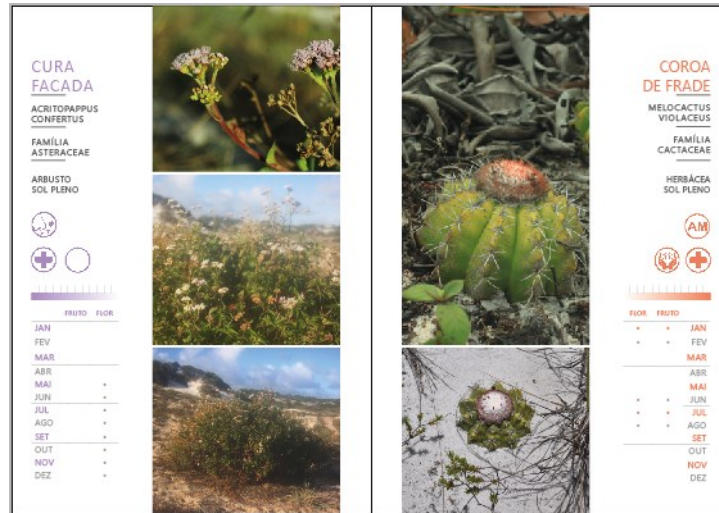
Figura 14 – Guajirú (*Chrysobalanus icaco*) e Agarista (*Agarista revoluta*)



Ao todo, foi gerado um banco de imagens com mais de 140 espécies, incluindo também aquelas consideradas “invasivas”. O produto final, porém, conta com 70 espécies entre herbáceas, arbustivas, arbóreas, palmeiras, cactáceas e orquídeas de restinga (figura 14).

Figura 11 – Imagens do catálogo de espécies





Fonte: elaborado pelas autoras

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem não é estática, e não pode ser lida de forma linear, sob um único aspecto. Quando se faz isso, grandes são as chances de haver uma tentativa de massificação de paisagens por trás da simplificação. Neste projeto, mais especificamente nesta etapa, foi necessário recuar alguns passos, ou demorar mais em algum outro aspecto da paisagem que não havíamos considerado antes. Em algum momento surgiu a dúvida: será que um levantamento de flora não seria também uma simplificação da paisagem? Mas ele se mostrou fundamental, pois a partir das plantas foi possível rastrear interações e presenciar encontros improváveis com outros seres, vivos, não vivos, visíveis, invisíveis e encantados. Acabamos nos afastando da execução do canteiro experimental – que ainda não aconteceu, mas conseguimos articular alianças e tecer uma rede de cooperação fundamental para as próximas etapas, tangenciamos questões de racismo ambiental, discutimos território e conflitos no âmbito do paisagismo. Ao longo do processo, ficou claro que o canteiro seria um objetivo de longo prazo, pois, antes da experimentação, era de grande importância sedimentar algum conhecimento sobre esta paisagem de restinga... e sobre a arquitetura da paisagem como lugar de estudo, tão pouco discutido dentro da própria arquitetura.

Se disciplinas como a arquitetura, que não pretende pensar espaço e paisagem sem humanos, mas que segue pensando-os sempre *para* os humanos de forma isolada – e na verdade, para um recorte ainda mais restritivo que esse. Nessa perspectiva, a preservação enxerga humanos como os únicos arquitetos possíveis, plasmadores e configuradores do mundo, da matéria prima e dos



recursos. Nos eximindo de pensar sobre estes temas e propor cenários possíveis, também fazemos a manutenção da fragmentação e da morte por estagnação, através de ferramentas problemáticas de preservação. O processo contínuo de exploração de paisagens pretende suprimir as várias camadas de que elas são formadas, simplificando as relações existentes ali, não por ignorância sobre os agentes atuantes – mas pela conveniência que quer domesticar lugares e transformá-los em recurso, fonte de renda e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marta Raquel S.; SILVA, Juna Borges Vital.; SUAREZ, Naia Alban; SILVA, Arina Borges Vital. **O papel dos espaços livres na preservação ambiental: O caso da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, Salvador – BA.** In: XIV ENEPEA 2018 Escalas da paisagem - dos fragmentos à reconectividade, 2018, Santa Maria - RS. Anais XIV ENEPEA - ST2 Multifuncionalidade da paisagem e dos usos e atividades nos espaços livres, 2018.

BAHIA, Estado. **Decreto estadual Nº 351 de 22 de setembro de 1987.**

CEP – **Convenção Europeia da Paisagem.** Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>, acessado em 25 out 2018.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** Florianópolis, Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

Diegues, Antônio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocável** – 3ª edição – São Paulo, HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 169 p.

MACEDO, Sílvio Soares. **Litoral, Urbanização, Ambientes e seus Ecossistemas Frágeis.** Paisagem e Ambiente, FAUUSP, São Paulo, v. XII, 1999.

MENEZES, Christiano Marcelino. **A vegetação de restinga no litoral norte da Bahia, influência da evolução quaternária da zona costeira:** estudo de caso fazenda riacho das flores, Mata de São João, Bahia. UFBA, Salvador, 2007

SCIFONI, Simone. **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>, acessado em 25 out 2018.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo, Contexto, 2007.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima.** Cosac Naify, São Paulo, 2015.

TSING, Anna. **Margens indomáveis,** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 02 – 11, 2018.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins.** 2015



PAISAGISMO EM PRAÇAS

Processo e método de ensino no Centro Universitário de Patos (PB)

LINHA TEMÁTICA: Processo e método de ensino

MORAIS, Fernando de Oliveira (1)

(1) Mestre, Centro Universitário de Patos [UNIFIP], moraiss.fernandoo@gmail.com

RESUMO

O Brasil é um país apresenta uma grande variedade de projetos paisagísticos em diversos lugares distintos em contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais diferentes. Dentre essas distinções este artigo observa a (re)produção generalista de praças que indicam a falta da participação popular no processo projetual e a aplicação de princípios paisagísticos sem considerar as especificidades do local pelo poder público. Questiona-se quais metodologias podem ser aplicadas para modificação desse cenário enquanto agentes de formação de futuros arquitetos, urbanistas e paisagistas. Desta maneira, busca-se a reflexão crítica e a mudança desses paradigmas a partir do ensino da disciplina de paisagismo nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a exemplo das experiências de ensino no Centro Universitário de Patos, localizado na cidade de Patos no sertão do Estado da Paraíba, no intuito compartilhar os conteúdos e métodos utilizados em aula que objetivam a formação de profissionais com maior criatividade espacial, sensibilidade com os usuários dos espaços públicos e cientes das potencialidades do uso de espécies vegetais nativas. O artigo apresenta os resultados desenvolvidos pelos discentes a fim de demonstrar a importância da disciplina na formação dos mesmos na medida em que trata da concepção paisagística de praças no âmbito arquitetônico e botânico.

PALAVRAS-CHAVE: método; ensino; paisagismo.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país apresenta uma grande variedade de projetos paisagísticos em diversos lugares distintos em contextos sociais, econômicos, culturais e ambientais diferentes. Nesta diversidade e abrangência territorial constatou-se que no ano de 2015 o país possuía 466 cursos de Arquitetura e Urbanismo em 27 unidades da federação e 210 cidades de acordo com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura (ABEA) (PETRINI, 2017, p. 27), isto é, cabe a representatividade da categoria profissional a responsabilidade pela concepção projetual das praças brasileiras, enquanto o poder público é o responsável pela execução e manutenção desses espaços livres públicos. De acordo com Maragno:

A profissão é regulamentada em nosso país desde 1933 através inicialmente do Decreto nº 23.569 com a engenharia e agrimensura e posteriormente da lei 5.194/1966 com engenharia e agronomia. Depois de árdua e longa luta os arquitetos e urbanistas organizados através de suas entidades no Colégio Brasileiro de Arquitetos – CBA alcançaram a almejada legislação própria, a lei 12.378/2010 que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU. Um dos principais aspectos desta lei é definição clara das atividades e atribuições (MARAGNO, 2013).

Data-se desde 1994, nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Arquitetura e Urbanismo (Res. CNE 02/2010, reafirmando Res. CNE 06/2006 e Port. MEC 1.770/1994), o ensino do paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo como obrigatório por decisão institucional do Ministério da Educação (MEC), mais especificamente tal disciplina encontra-se na categoria de conhecimentos

profissionais, composta por campos de saber destinados à caracterização da identidade profissional do egresso.

Ressalta-se que o projeto de paisagismo é atribuição exclusiva do arquiteto e urbanista, e não é adquirido por meio de pós-graduação ou cursos de jardinagem, pois o trabalho de paisagismo é diferente da jardinagem, que se destina ao cultivo, à execução ou à manutenção dos jardins. A formação de um paisagista é geralmente fomentada em um meio multidisciplinar: arquitetura e urbanismo, agronomia, geografia, belas artes e biologia, enquanto suas atribuições estão ligadas, de forma mais ampla, à concepção morfológica do espaço livre, isto é, o paisagista atua na paisagem, portanto deve ter tanto conhecimentos técnicos como conhecimentos estéticos e cognitivos de espaços abertos, fechados, públicos e privados, a exemplo das praças: “espaços livres urbanos, utilizados como local público, que têm como principais funções incentivar a vida comunitária e o lazer” (LIMA NETO et al., 2007, p. 23).

Porém, estas sucumbem sob o peso de um urbanismo selvagem, em detrimento do lazer e do interesse coletivo (ANGELIS et al., 2009), no qual a degradação desses espaços é presente principalmente nos equipamentos públicos e nos cuidados com a vegetação que compõe o lugar, sendo a criação e a manutenção dependentes da gestão pública, portanto, impactados por questões políticas e orçamentarias presentes na ação projetual e na tomada de decisões, resultando na (re)produção generalista das praças que indicam a falta da participação popular no processo projetual e a aplicação de princípios paisagísticos sem considerar as especificidades do local, isto é, surgem praças sem identidade e com um programa de necessidades básico de modo a ser copiado sem critério.

A exemplo pode-se observar algumas estratégias: a composição de praças “secas”, sem arranjos arquitetônicos (conceito e partido) ou paisagísticos, geralmente com pouca manutenção dos equipamentos e baixa atratividade, proporcionado assim, a mínima permanência e o desestímulo para o encontro de usuários ou, até mesmo, o desuso das mesmas. Os projetos costumam apenas contemplar os equipamentos de ginástica, postes e bancos instalados em espaços que recebem insolação direta na esperança que sejam o suficiente para gerar a vitalidade do espaço, implicando na “receita do bolo” utilizada em algumas praças brasileiras, a exemplo de praças nas cidades de Sousa e Patos, ambas localizadas no sertão paraibano (figura 1).

Figura 1: Praças “secas” nas cidades de Sousa e Patos (PB)



Sousa



Sousa



Patos

Fonte: Acervo do autor, 2019.

Neste cenário, este artigo busca a reflexão crítica e a mudança desses paradigmas, encontrados nas concepções iniciais dos discentes da disciplina de Projeto de Paisagismo II, do curso de Arquitetura de Urbanismo do Centro Universitário de Patos, em relação aos projetos de praças e dos seus programas de necessidades que refletem um repertório limitado, já que as suas referências provêm da realidade dos mesmos. A partir da percepção da fragilidade, a ação inicia-se na sala de aula com o ensino, seguida da observação de campo, identificação de problemáticas e soluções, pesquisa de correlatos e finaliza-se com a ação projetual. Os resultados desenvolvidos pelos discentes demonstram a importância da disciplina na formação dos mesmos na medida em que trata da concepção paisagística de praças no âmbito arquitetônico e botânico local.

Desta maneira, espera-se contribuir com este estudo por meio do compartilhamento dos conteúdos e métodos utilizados em aula que objetivam a formação de profissionais com maior criatividade espacial, sensibilidade com os usuários dos espaços públicos e cientes das potencialidades do uso de espécies vegetais nativas adaptadas ao semiárido brasileiro.

2 DESENVOLVIMENTO

O curso de bacharelado de Arquitetura e Urbanismo foi aberto no ano de 2013, na modalidade de educação presencial, no bairro do Belo Horizonte, no campus I das Faculdades Integradas de Patos (FIP), atualmente Centro Universitário de Patos (UNIFIP), uma instituição de ensino superior privada brasileira, com sede em Patos, no sertão da Paraíba. A abertura do curso destacou-se pelo pioneirismo na região, e até mesmo em outros Estados, pois Patos possui uma posição geográfica

estratégica, proporcionando que muitas cidades do sertão tivessem os seus primeiros arquitetos e urbanistas.

As disciplinas de Paisagismo estão presentes em dois momentos do curso: em Paisagismo I, no quarto período, abordando a criação do paisagismo residencial; e em Paisagismo II, no quinto período, onde propõe a ação projetual de paisagismo em praças, sendo este último, o tema deste artigo. Ambas estão incluídas na classificação de disciplinas de projeto e contam cada uma com duração de 60 horas semestrais divididas em 3 horas semanais.

O projeto pedagógico da disciplina de Paisagismo II tem como objeto a compreensão do papel da paisagem no elemento arquitetônico e urbano, produzindo projetos que integrem o homem à natureza, enquanto possui como objetivos gerais: a) Disseminar conceitos básicos, instrumentos e metodologia de intervenção em paisagismo e no desenho ambiental; b) Desenvolver projetos paisagísticos fundamentando-se nas diferentes tendências contemporâneas e sua relação com a paisagem urbana, considerando-se aspectos como ambiência, identidade sociocultural e aspectos ecológicos; e específicos: a) Capacitar o aluno para a realização de leituras paisagísticas partindo dos conceitos de construção de cenários; b) Habilitar o aluno para uma avaliação crítica e para a correta utilização do mobiliário e da vegetação; c) Capacitar o aluno na linguagem projetual e linhas conceituais de projetos paisagísticos urbanos; para formar habilidades: a) Desenvolver habilidades que permitam o profissional atuar em projetos de arquitetura e urbanismo com foco no planejamento urbano e ambiental; b) Dominar as práticas projetuais e soluções tecnológicas para preservação das cidades, utilizando o conhecimento adquirido de técnicas corretas para o uso dos elementos naturais e arquitetônicos no Paisagismo.

O corpo docente conta com dois professores: um com formação em arquitetura e outro em biologia, proporcionando dinamismo e diversidade de abordagem as disciplinas. A presença do profissional da área da biologia em sala de aula agrega novos valores relativos a botânica que não fazem parte da formação tradicional de arquitetos e urbanistas. A parceria resulta na mútua colaboração e troca de saberes integrados que compõem o conteúdo programático, dividido em três unidades, cada qual com sua respectiva avaliação (figura 2):

Figura 2: Conteúdo programático da disciplina de Paisagismo II da UNIFIP

Unidade I	Unidade II	Unidade III
Introdução ao desenho urbano História do paisagismo urbano no Brasil Métodos de diagnóstico de espaços públicos Arborização Urbana: características das espécies arbóreas Análise da Paisagem Urbana Legislação Ambiental	Desenho ambiental e a representação gráfica Conceito projetual Intervenção: construção de cenários paisagísticos	Aspectos de projetos urbanos Anteprojeto paisagístico

Fonte: Acervo do autor, 2019.

A metodologia de avaliação tem como foco a concepção projetual para a disciplina de Paisagismo II, sendo dividida em três fases (figura 3):

Figura 3: Metodologia de avaliação para a disciplina de Paisagismo II

Fase 1	Pesquisa de campo, diagnóstico sócioespacial do terreno e do seu entorno (GEHL, 2013; GEHL; SVARRE B, 2018)	Levantamento de medidas
		Pontos focais
		Análise de infraestrutura
		Levantamento botânico
		Fluxos
		Metodologia participativa: projeto praça e entrevistas (MORAIS; FIGUEIREDO, 2018)
Fase 2	Conceito e Partido (NEVES, 1998)	
	Referências de Correlatos	
	Croquis (primeiros estudos)	Plano de necessidades
Fase 3	Anteprojeto (ABBUD, 2010; MASCARÓ, L; MASCARÓ, J. L., 2010; PAIVA, 2008)	Setorização
		Planta-baixa
		Implantação
		Cortes
		Maquete eletrônica
		Estudo de insolação
		Representação gráfica
		Taxa de permeabilidade
		Aplicabilidade do conceito e partido
		Botânico
	Memorial	Pisos e revestimentos
	Mobiliário e equipamentos urbanos	

Fonte: Acervo do autor, 2019.

Adiante pode-se observar os resultados produzidos pelas turmas do quinto período no semestre 2019.1 do curso de arquitetura e urbanismo da UNIFIP. O terreno selecionado para a elaboração do anteprojeto da praça está delimitado pelos logradouros: Rua Luís José, Rua José Carlos, Rua Francisco Moreira e Rua Manoel Medeiros, no bairro Belo Horizonte na cidade de Patos (PB). O terreno possui uma configuração triangular (figura 4), com área de 3302,36 m² adotando-se uma topografia plana como parte da concepção do projeto, e, abriga a Unidade Básica de Saúde (UBS) Verônica Vieira e a Escola Estadual Auzanir Lacerda.

Figura 4: Terreno proposto para a ação projetual



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Antes de iniciar um anteprojeto é importante conhecer o local *in loco* para ter ciência dos condicionantes projetuais, dos elementos preexistentes e do entorno. Desta maneira, uma visita de campo foi realizada com as turmas dos turnos diurno e noturno, sob a supervisão dos dois docentes da disciplina. Posteriormente os alunos foram divididos em grupos para compreensão e levantamento da área, sendo eles: 1) Levantamento de medidas; 2) Pontos focais; 3) Análise de infraestrutura; 4) Levantamento botânico; 5) Fluxos; 6) Pesquisa de campo com aplicação de entrevistas com os moradores e transeuntes do local. O primeiro grupo ficou responsável pelo levantamento de medidas do terreno e do entorno, incluindo a confecção de um mapa em AutoCad e uma maquete eletrônica no SketchUp (figura 5).

Figura 5: Localização e medidas do terreno



Fonte: Acervo do autor, 2019.

O segundo grupo realizou o estudo dos pontos focais do entorno do terreno, realizando mapas dos focos acompanhado de fotos, mapa de uso do solo e maquete eletrônica de gabarito (figura 6).

Figura 6: Mapa de pontos focais, uso do solo e gabarito



Acervo do autor, 2019.

Fonte:

O terceiro grupo apresentou a análise da infraestrutura e os problemas urbanos: o local onde está localizado o terreno em análise encontra-se com baixa infraestrutura urbana, para iluminação do local existem apenas 4 postes locados na avenida principal e todos com iluminação voltada para a rua, lado oposto ao terreno, 1 deles de encontra sem funcionamento (figura 7).

Figura 7: Problemas urbanos no terreno

PROBLEMAS URBANOS



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Adiante o quarto grupo fez o levantamento e o registro das espécies vegetais encontradas no terreno em tipo e quantidade, além de realizar uma maquete eletrônica com a localização das mesmas. Foram identificadas as espécies de flamboyant, espirradeira, nim indiano, figueira, mangueira, craibeira e cacto (figura 8).

Figura 8: Levantamento de espécies vegetais



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Enquanto o quinto grupo inicialmente foram no terreno para observar a diversidade de fluxos em dias e turnos diferentes, resultando em mapas por tipos de fluxos: pedestre, automóveis, motos, ônibus e bicicletas, além dos trajetos que eram realizados (figura 9).

Figura 9: Levantamento de fluxos

Fluxos meio-dia

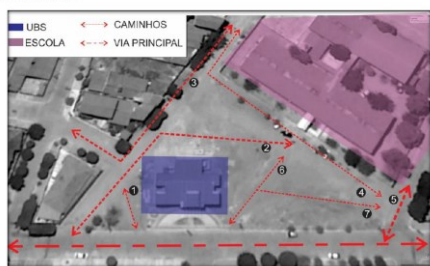
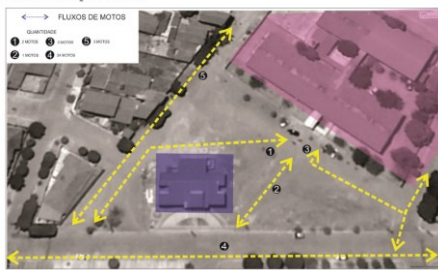


Gráfico caminhos tarde



Fluxo de motos pela tarde



Fonte: Acervo do autor, 2019.

E por fim, o sexto e último grupo realizou um curto documentário com entrevistas com os usuários do entorno do terreno: moradores, transeuntes, usuários da USB e da Escola. Destaca-se que conhecer os usuários do anteprojeto é de suma importância para a realização de uma metodologia participativa, e tal ação de filmar foi inspirada no trabalho desenvolvido em vídeo por estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Projeto Praça, que aborda a proposta de requalificação da praça Carmindo Quadros, localizada no centro do bairro de Nova Parnamirim, na cidade de Parnamirim, na região da grande Natal (RN), no ano de 2015. Os benefícios dessa metodologia aplicada em projeto foram descritos no artigo de Moraes e Figueiredo (2018). As entrevistas foram realizadas no dia 28 de março de 2019 e continham cinco questões:

1. Como você caracteriza esse espaço?
2. Você vê potencial no local para a implantação de uma praça?
3. O que você gostaria que fosse implantado na praça?
4. Se sente seguro neste local?
5. No caso da implantação de uma praça, você a utilizaria?



A visita resultou num vídeo que mostrou: não existe a manutenção do terreno; o ambiente á noite é hostil e resulta na falta de segurança dos alunos, professores e funcionários que frequentam a escola, além das vendedoras da loja que se localiza na frente do terreno e dos moradores que residem no local. Dessa forma todos os entrevistados alegaram que a construção de uma praça seria uma solução excelente para a segurança do local, pois com a movimentação do setor, haveria diminuição nos casos de assaltos, além de proporcionar o convívio social para todos.

Após as apresentações e o compartilhamento das informações colhidas por todos os grupos, cada qual elencou o plano de necessidades de acordo com suas percepções. Abaixo pode-se contemplar um exemplo de um dos grupos e o seu processo de desenvolvimento projetual, composto pelas alunas: Hévila Andrade, Maria Gabriela Salvador e Vanessa Berto. O plano de necessidades desse grupo propôs: área de espera para UBS; área de jogos de mesa; espaço para projetos escolares de sustentabilidade; playground; atividades físicas; coreto; praça de alimentação; espaço para piqueniques.

O primeiro passo após a definição do plano de necessidades foi o estabelecimento do conceito e partido em arquitetura. De acordo com Neves (1998) o conceito pode ser entendido como o momento em que a subjetividade psicológica do arquiteto define, por meio de um rabisco (croqui) o partido do projeto, na disciplina, entende-se como a escolha de uma palavra que possua uma representação (cores, formas, volumes, sentimentos, etc.) e que possa ser materializado no anteprojeto, enquanto partido, seria a geometria dessa representação (linear, curva, angular, etc), embora seja tratado aqui de forma um pouco reducionista que se restringe apenas a sua geometria, mesmo admitindo que sua compreensão seja ainda mais ampla quando se trata de projeto paisagístico. A importância do estabelecimento de um conceito e um partido na parte projetual é o diferencial de um projeto que deixa de ser apenas básico e preocupado apenas com o aspecto funcional, o conceito se reveste da arte, cuja adoção de cada elemento tem uma justificativa dotada de personalidade, identidade visual e sensações conceituais.

O conceito escolhido pelo grupo foi o quebra-cabeça, um jogo que consiste em combinar diferentes peças para que com elas formem um todo, que pode ser uma figura, um mapa, uma frase etc. A escolha se justificou como conexão entre todas as partes (setores) de um todo (praça completa). Assim o contato entre as pessoas usufruindo da praça é que completariam ela. Enquanto o partido arquitetônico foi definido pelos caminhos lineares interligados, onde eles delimitam as partes da praça (que funcionam como peças de um grande jogo) e estão conectados e contínuos, partindo de diferentes pontos focais (árvores de grande porte).

Os correlatos foram escolhidos a partir do programa de necessidades, do conceito e do partido escolhidos: 1) Área de convivência e esportes da Unilab; 2) Wantou & Vanke Paradise Art Wonderland; 3) Parque Urbano Zighizaghi (figura 10).



Figura 10: Projetos Correlatos



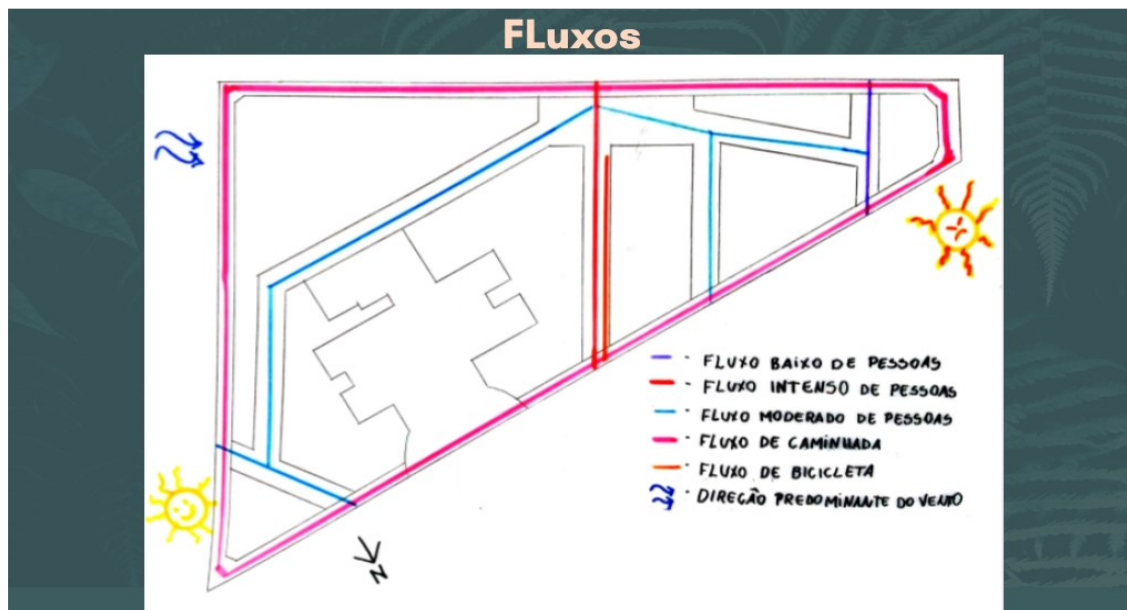


Fonte: Acervo do autor, 2019.

Em seguida se apresentam o desenvolvimento dos croquis, incluindo a setorizações, os fluxos e a adoção do conceito e partido (figura 11). Compreende-se que os croquis são ferramentas fundamentais para o processo de idealização de um projeto, seja ele paisagístico ou arquitetônico. Através desse meio, pode-se proporcionar a essência e a funcionalidade do projeto, bem como transmitir todas as informações que farão parte do mesmo, além de estimular as técnicas de representação e a criatividade.

Figura 11: Croquis





Fonte: Acervo do autor, 2019

E, por fim, a equipe desenvolveu o anteprojeto, com o aperfeiçoamento gráfico, escolha de vegetação adequada ao clima e consulta aos princípios adotados por Abbud, 2010; Mascaró, L; Mascaró, J. L., 2010; Paiva, 2008. Escolha de pisos e revestimentos que realçassem o efeito do quebra-cabeças e da união entre peças, do mobiliário e equipamentos urbanos com o uso de materiais sustentáveis, estudo de insolação enfaticamente em áreas de permanência para trazer conforto térmico e criação de microclima, atendimento as normas de permeabilidade, além de

demais detalhamentos projetuais (planta-baixa, implantação, cortes, maquete eletrônica, representação gráfica) (figuras 12, 13, 14 e 15).

Figura 12: Escolhas projetuais

ESPÉCIES

As espécies implantadas são, na maioria, nativas. As espécies exóticas se adaptam bem ao clima e região, além de serem fácil de encontrar. Outras espécies já são presentes no terreno, então foram aproveitadas.

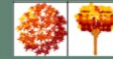
Foram escolhidas espécies que florescem em determinadas épocas do ano, para trazer mais cor e dinamismo à praça.

Há presença de cinco espécies frutíferas, implementando o conceito de pomar urbano.



FLAMBOYANT

Delonix regia



Tipo: Árvore
Origem: África
Floração: Primavera e verão
Cor: avermelhado
Diâmetro: 10 m
Altura: 12 m
Quantidade: 02



PISOS

Para escolha dos pisos, baseou-se em alguns critérios:

Pisos de encaixe
Antiderrapantes
Contínuos
Área permeável
Azul - Amarelo - Vermelho



PISOGRAMA

Paraíba Pisos

Acabamento: Natural
Dimensões: 80x15x30cm
Área no projeto: 145,68 m²

FULGET NATURAL

Pugliese pisos e revestimentos técnicos

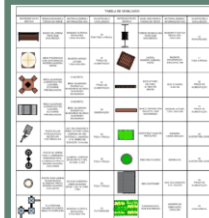
Acabamento: Natural - antiderrapante
Dimensões: adequa-se a área de projeto
Área no projeto: 362,67 m²



MOBILIÁRIOS

Para escolha dos mobiliários foi priorizado:

Estética
Conforto
Sustentabilidade
Convivência



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 13: Implantação



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 14: Cortes

CORTES



Fonte: Acervo do autor, 2019.

Figura 15: Maquete eletrônica



Fonte: Acervo do autor, 2019.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observou-se a importância da metodologia de projeto para a disciplina de paisagismo, levando em consideração os benefícios que o paisagismo exerce na cidade: das sensações que ele provoca e do que é mais tangível, os efeitos diretos das técnicas aplicadas, no bem-estar das pessoas devido à percepção de espaço que ele proporciona, na limpeza do ar e da água, na amenização das temperaturas urbanas, na conservação da fauna e da flora, entre outros (WATERMAN, 2011).



Em adição a metodologia de aprendizagem apresenta um processo sistemático a partir de uma análise do terreno e do entorno enquanto etapa pré-projetual que inclui uma metodologia participativa que indica um compromisso ético com os moradores, dando oportunidade que cada um tivesse o direito de se manifestar e indicar os seus anseios em relação à praça, mesmo que a mesma não venha a ser efetivamente materializada, o ato de ir a campo demonstra um requisito essencial para o atendimento das necessidades das pessoas e da cidade. Dessa forma, os estudantes trabalham também com a complexidade do espaço e seus desafios enquanto espaço que aglomera múltiplos indivíduos de diferenças características. Assim como a possibilidade do exercício de se trabalhar com a aplicabilidade de conceito e partido na arquitetura, tão exigidos por se destacarem enquanto arte e envolverem o “espírito” do projeto.

Ainda, o estudo teve como finalidade treinar a representação gráfica, pesquisar as espécies vegetais nativas ou exóticas adaptadas ao semiárido brasileiro e obter soluções como proposta para o projeto paisagístico de uma praça. Por fim, nota-se que o uso de espécies adaptadas ao semiárido brasileiro são fundamentais para o enriquecimento do paisagismo regional, além de não exigir muitos cuidados, a escolha de espécies nativas contribui para a amenização do clima, o embelezamento e valorização da flora e da fauna local, assim como traz benefícios de bem-estar aos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBUD, B. **Criando Paisagens**: Guia de Trabalho em Arquitetura Paisagística. 4ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- ANGELIS, B. L. D; CASTRO, R. M. D; DE ANGELIS NETO, G. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. In: **Engenharia Civil**, 4(1), p.57-70, 2004.
- GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GEHL, J.; SVARRE B.. **A vida na cidade**: como estudar. São Paulo: Perspectiva, 2018.
- LIMA NETO, E. M. et al. Análise das áreas verdes das praças do bairro centro e principais avenidas da cidade de Aracaju-SE. In: **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v.2, n.1, p.17-33, 2007.
- MARAGNO, Gogliardo Vieira. Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil. In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 14, n. 161.07, Vitruvius, out. 2013. Disponível em: <<https://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4930>>. Acesso em: 29 Jan. 2020.
- MASCARÓ, L; MASCARÓ, J. L. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre. 3ªed, 2010.
- MORAIS, F. O.; FIGUEIREDO, C. F. . Projeto praça: o projeto participativo em vídeo. In: **4º Simpósio de Arquitetura e Urbanismo das FIP**, 2018, Patos. Anais do 4º Simpósio de Arquitetura e Urbanismo das FIP, 2018. v. 1. p. 324-334.
- NEVES, L. P.. **Adoção do partido na arquitetura**. Salvador: Edufba, 1998.
- PAIVA, P. D. de. O. **Paisagismo**: Conceitos e Aplicações. Lavras: Editora UFLA, 2008.



PETRINI, L. S.. **Considerações sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no modo de produção capitalista no estado de São Paulo.** 2017. Dissertação (Mestrado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WATERMAN, T. **Fundamentos de paisagismo.** Porto Alegre: Bookman, 2011.



O ENSINO DE PROJETO PAISAGÍSTICO: UMA EXPERIÊNCIA COM METODOLOGIA ATIVA.

Uma contribuição de estudo de caso para o processo projetual

LINHA TEMÁTICA: Processo e método de ensino. O que estamos ensinando?

OLIVEIRA, Caroline da Silva (1); OLIVEIRA, Fernanda Dias Alcântara de (2); SILVA, Livia Santana da (3); VIANA, Paulo Victor Pinto (4).

(1) Acadêmica, Universidade Federal do Amapá, silvacaroline20@gmail.com

(2) Acadêmica, Universidade Federal do Amapá, ferdiasolv@gmail.com

(3) Acadêmica, Universidade Federal do Amapá, livia.stn@hotmail.com

(4) Acadêmico, Universidade Federal do Amapá, victorpinto3737@gmail.com

RESUMO

Partindo do princípio da análise metodológica através da técnica de metodologia ativa, dando ênfase em como ela pode contribuir para a transmissão de conhecimento em sala de aula, o artigo aborda como a metodologia pode auxiliar na compreensão da matéria de Projeto em si. Para tanto, utilizou-se como objeto de estudo a disciplina de Projeto de Paisagismo II, do Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP. O objetivo deste artigo é transmitir conhecimentos através das exposições de trabalhos, pensamentos e ideias que surgiram a partir do contexto abordado. Ressalta-se que a proposta metodológica escolhida possibilita aos discentes um contato direto com um objeto de estudo real, criando a oportunidade de utilizar um método projetual aplicado em condições que poderão ser encontradas futuramente na área profissional. Essa técnica fornece base para um princípio de concepção paisagística que trabalha com diferentes pontos de análises, contribuindo para uma compreensão mais abrangente antes das tomadas de decisões projetuais. Sendo, assim, o trabalho foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas embasada nos autores apresentados ao longo do semestre, destacando os estudos que contribuíram de forma direta na elaboração da temática. O trabalho que se destacou para a criação deste artigo iniciou com a divisão dos alunos em grupos, que posteriormente realizaram pesquisas sobre pontos específicos na elaboração de um projeto paisagístico. As pesquisas basearam-se na coleta de informações a respeito do tema, através de análises e interpretações que possibilitaram seu entendimento e sua resolução. Após os estudos prévios, como resultado, foi proposto a elaboração de um projeto paisagístico, contendo textos, desenhos técnicos, e imagens para uma região de várzea da cidade de Macapá/Amapá: o canal do Beiril. Com o objetivo de estreitar relações entre a academia, as instituições e a população que vivencia a paisagem urbana, os trabalhos foram expostos em sala de aula, bem como para a comunidade que reside no entorno do canal e para a Prefeitura Municipal de Macapá, através de um abaixo assinado. Dessa forma, a turma conseguiu mostrar na prática a aplicação dos conceitos, das técnicas e soluções previamente estudadas. Assim, conclui-se que a metodologia aplicada permite a busca por ideias e soluções que possuam um resultado satisfatório, além de aumentar o campo de conhecimento dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: *Metodologia, Soluções, Aplicação e Prática de ensino.*

ABSTRACT

Starting from the principle of methodological analysis through the active methodology technique, emphasizing how it can contribute to the transmission of knowledge in the classroom, the article addresses how methodology can help in understanding the subject of the Project itself. For this purpose, the subject of Landscape Design II, of the Architecture and Urbanism Course of the Federal University of Amapá, Macapá/AP, was used as object of study. The objective of this article is to transmit knowledge through the expositions of works, thoughts and ideas that emerged from the context approached. It is important to point out that the methodological proposal chosen allows students a direct contact with a real object of study, creating the opportunity to use a projectual method applied in conditions that may be found in the future in



the professional area. This technique provides the basis for a principle of landscape design that works with different points of analysis, contributing to a more comprehensive understanding before making project decisions. Thus, the work was developed through bibliographic research based on the authors presented throughout the semester, highlighting the studies that contributed directly in the elaboration of the theme. The work that stood out for the creation of this article began with the division of students into groups, which later carried out research on specific points in the development of a landscape project. The researches were based on the collection of information about the theme, through analysis and interpretation that made possible its understanding and resolution. After the previous studies, as a result, it was proposed the elaboration of a landscape project, containing texts, technical drawings, and images for a floodplain region of the city of Macapá/Amapá: the Beiril waterway. In order to strengthen relations between the academy, institutions and the population that experiences the urban landscape, the works were exposed in the classroom, as well as to the community that lives around the canal and to the City Hall of Macapá, through a petition. In this way, the class was able to show in practice the application of the concepts, techniques and solutions previously studied. Thus, it is concluded that the methodology applied allows the search for ideas and solutions that have a satisfactory result, besides increasing the students' field of knowledge.

KEYWORDS: Methodology, Solutions, Application and teaching Practice.

1 INTRODUÇÃO

O mundo passa por modificações constantemente, sejam elas físicas ou sociais, porém é importante entender que tais mudanças nem sempre são percebidas de forma clara e objetiva.

Assim como a paisagem, que pode sofrer mudanças ao longo do tempo, a forma de aprendizado dentro de sala de aula também se modifica, por meio estético ou metodológico, são mudanças que podem ser analisadas durante um determinado espaço-tempo. Com a evolução das técnicas de ensino dentro do ambiente acadêmico, o docente vem oferecendo espaço para que o aluno se torne protagonista no processo de aprendizado, ou seja, ele se faz mais ativo na geração de conhecimento, tendo a oportunidade de apresentar suas habilidades e competências dentro do meio. A técnica abordada para que o aluno se torne mais presente no processo de construção do conhecimento, é chamada de metodologia ativa, que em prática é a participação do aluno de forma presente na elaboração do conteúdo bem como na aplicação, seja de forma projetual ou intelectual.

No curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, por exemplo os alunos são desafiados durante os semestres a produzirem projetos arquitetônicos autorais, dando a possibilidade de estarem mais próximos do mercado de trabalho. Essa técnica metodológica vem rompendo o modelo tradicional fazendo o aluno assumir um papel principal na elaboração do trabalho, criando a capacidade de desenvolver um senso crítico e competências de conhecimento. Partindo desta breve análise do que seria a metodologia ativa, o docente que acompanhou a turma durante toda a disciplina de Paisagismo II do curso de Arquitetura e Urbanismo, buscou estimular os acadêmicos, aplicando este método de ensino-aprendizagem, tendo como base:

O conhecimento das estratégias para conciliar a preservação da Natureza com a produção do espaço, mediando a importância do direito individual em prol do direito coletivo à vida de qualidade, representa um grande desafio[...]este desafio pode ser vencido com criatividade e pesquisa. (PRADO, 2016, p. 11).

Portanto, a proposta metodológica vem explanar o conteúdo programático da disciplina e apresentar a capacidade que os alunos, enquanto estudantes e futuros profissionais possuem na modificação de um determinado espaço, dando ênfase na responsabilidade que advém destas transformações para uma sociedade. Para este desafio, apresentou-se a turma AU2017 na



disciplina de Projeto de Paisagismo II, do 6º semestre do curso de Arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Amapá, a elaboração de um projeto paisagístico para a região de várzea conhecida como Canal do Beírol, localizada na cidade de Macapá no estado do Amapá, com o intuito de gerar experiências metodológicas próximas a realidade projetual arquitetônica vivenciada fora das academias, dando a oportunidade para o discente adquirir conhecimento através de um processo projetual mais conciso e desenvolvido.

2 METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Apresentada a metodologia proposta em sala de aula, iniciou-se a discussão de como o trabalho que teve como denominação, “Projeto Paisagístico para o Canal do Beírol”, seria desenvolvido. Com uma turma composta por 53 discentes, dividiram-se em equipes, com até 05 integrantes cada, para abranger toda a demanda de um projeto deste nível.

Os estudos relacionados ao paisagismo, foram introduzidos na disciplina de Planejamento da Paisagem, onde iniciou a incitação ao pensamento da paisagem urbana através do embasamento teórico, porém é a partir da disciplina de Projeto de Paisagismo I que os alunos aplicam os conhecimentos de forma prática. Na disciplina em questão, aplicou-se a participação ativa do aluno como ponto principal da matéria. Segundo Barbara Prado, “Perceber, selecionar, interpretar, conhecer, são etapas da cognição. Há nisso uma organização do processo do conhecimento que parte da percepção. E a percepção, nem todos a têm igualmente.” (PRADO, 2016, p. 11). Ademais, partindo do pressuposto que possuímos diferentes formas de análises, a disciplina introduziu aulas de apresentação de referências, para que os grupos pudessem buscar uma maneira de trabalhar que melhor se adequassem ao estilo e ao tema referente. Relacionada a temática de cada equipe, foi definido que cada uma ficasse com uma área de estudo do projeto, buscando alternativas que poderiam substituir o material existente, apresentando os motivos dessa modificação. A esta etapa projetual, definimos como primeira fase.

Posteriormente, iniciamos a etapa de estudo de caso, que envolve os levantamentos, análises e diagnósticos que nortearam as propostas finais de cada equipe. É a partir dessa etapa que se pode constatar a necessidade e a realidade do local de uma forma mais crítica. Foram estudados aspectos históricos, relações urbanas, aspectos climáticos, caracterização demográfica e elementos da paisagem. É importante visualizar que este estudo é responsável pela compreensão do local, pois a morfologia e a fisiologia de um espaço exprimem a individualidade deste, permitindo identificá-lo. Por seguinte, o programa de necessidade, a princípio se deu, com o parcelamento paisagístico em temáticas para apresentação, de cada equipe, das propostas e diagnóstico, sendo elas:

- Subsolo/ solo / estrutura de contenção
- Aspectos culturais
- Legislação / plano urbano / parcelamento de
- Solo
- Águas/sistema de drenagem
- Tráfego / mobilidade
- Vegetação
- Pavimentação
- Iluminação; mobiliário urbano; programação visual
- Serviços; lazer

Assim, a metodologia de seminário foi adotada como forma de apresentação do parcelamento paisagístico proposto por grupo, ampliando a prática para então articular conceito e forma. A finalidade não é manter as questões apenas no âmbito do discurso, mas ancorar o projeto em uma



experiência através das alternativas apresentadas de acordo com cada temática. O exercício, relativamente simples, associa conceito e projeto, pois seu uso contínuo nas disciplinas, permitiu ser uma metodologia ativa de ensino, possibilitando que cada um identifique aspectos particulares no espaço.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o andamento da disciplina de Projeto de Paisagismo II do CAU/UNIFAP¹, ofertada para a turma AU2017, no início do semestre foram repassados materiais (textos: livros, artigos.) referentes a temática paisagem, como embasamento teórico para discussões em sala, e entendimento do que é paisagem e como ela pode ser projetada pelo arquiteto urbanista, discutindo novas formas de olhar o espaço.

Com base nas bibliografias, pôde-se debater o tema e sua construção de significado ao longo da história, seus elementos constituintes e a forma como cada componente da paisagem pode ser empregado de forma satisfatória dentro de projetos.

Prado (2016), expressa como o conhecimento do paisagismo foi sendo construído, e até hoje está em contínua transformação, demonstrando através da reflexão de vários pensadores, pautada em: filósofos, geógrafos, antropólogos etc. para tentar formar o conceito de paisagem, e as relações entre o homem e a natureza. Seguindo a linha de raciocínio, a autora fundamenta que, paisagem é algo que merece atenção e percepções dos indivíduos, uma vez que ela destaca a individualidade do lugar de forma que, mesmo elementos compositivos existentes em determinados lugares, existam em outros, não existirá da mesma forma, o que caracteriza a individualidade local.

Essa abordagem leva a análise do paisagismo de forma mais aprofundada, do que era paisagem antes, para o que pode ser considerado hoje. “A paisagem como pintura ou imagem de um lugar, apareceu no século XVIII, na França. Em 1844, o termo paisagista designava as pessoas que pintavam paisagens” (PRADO, 2016, p. 17). Havendo ainda hoje uma concepção formada por muitos, de que paisagem é uma imagem ‘bonita’, pintada ou fotografada, que retrata alguma vista digna de admiração.

Hoje o paisagismo tende a estudar a paisagem, baseada nos elementos naturais, sociais e as transformações ocorridas no espaço, com o auxílio de outras disciplinas como as ciências humanas e biológicas, na tentativa de uma melhor concepção do que seria de fato a paisagem, como ela é, e como pode ser transformada.

Assim como os elementos naturais, deve-se considerar na percepção paisagística a interação do homem com o meio, pois ele é um agente transformador que se adapta ao local onde vive, com suas relações históricas e antropológicas no ambiente natural. Nessa construção do termo paisagem, há a interdisciplinaridade, onde uma ciência contribui com outra no entendimento e formação do tema, Prado enfatiza:

A paisagem é multidisciplinar e seu enfoque varia dependendo do referencial e percepção do observador. Se para a Geografia o conceito de paisagem é efetivo, para a Arquitetura Paisagística ainda é um saber em construção. Mesmo que, após a década de 1960, as questões ecológicas tenham se apresentado pouco nas decisões arquitetônicas e urbanísticas. (PRADO, 2016, p. 21).

1 Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá.

4 PERCEÇÃO ATUAL

O cenário atual da capital amapaense, reflete o quadro de desestruturação urbana provocado por administrações no âmbito das políticas urbanas em ações pontuais e fragmentadas, mesmo com a existência de planos elaborados para a cidade, estes foram negligenciados. “Esses planos, mesmo com suas fragilidades, não foram postos em prática pelo Poder Público.” (SOUZA, 2019, p. 56). Nesse âmbito, ressalta-se a importância do arquiteto urbanista e paisagista, e sua responsabilidade na esfera de práticas que incidem sobre a proteção e a gestão da paisagem urbana como um bem comum, a ser respeitado e transformado dentro de princípios ativos das legislações ambientais.

O bairro do Beiril, situado na zona sul da cidade de Macapá-AP que compreende a área em estudo, desenvolveu-se no entorno do canal a partir da década de 1950. Atualmente o local, sofre grandes problemas ambientais como: Despejo de resíduos sólidos e esgoto não tratado nas margens do canal, conforme mostra a figura 01, tornando o ambiente propenso a transbordamentos ocorridos, principalmente, no período de inverno amazônico, o que impulsiona a degradação ambiental ao leito aquático.

Figura 1 – Lixo Inorgânico no canal do Beiril



Fonte: SELES NAFES

Em pesquisa no local, constatou-se: O adensamento populacional próximo as áreas de ressaca, que podem prejudicar a saúde pública, deixando a população sujeita a patologias, devido à ausência de esgoto sanitário; O uso de pontes de madeira, improvisadas como passarelas, apresentam algumas partes quebradas, ver figura 2, e oferecem insegurança para o fluxo de pessoas. Consequentemente, a falta de manutenção e a deterioração do material com o tempo, torna corriqueira atividades como reparos e improvisos inadequados que são feitos pela própria população. Ademais, observa-se o estado das ruas paralelas ao canal, estas encontram-se em alguns trechos com buracos profundos e outros sem pavimentação. Dentro desse conjunto de complexidades e riscos, a falta de uma barreira de proteção (guarda corpo) no entorno, oferece insegurança para todos, e a presença de um elemento como este evitaria acidentes de pedestres e, por vezes de veículos, que são recorrentes no local.

Figura 2 – Passarelas do Canal do Beirol



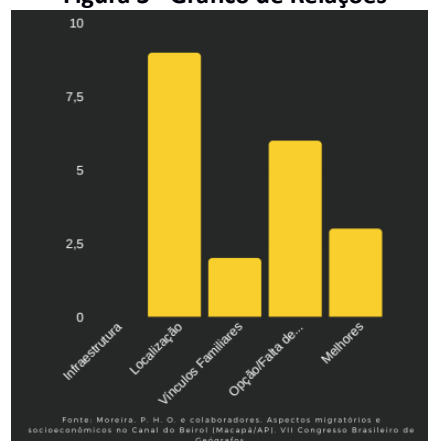
Fonte: PREFEITURA DE MACAPÁ

5 APRESENTAÇÃO DAS ANÁLISES PELA PERSPECTIVA DOS ACADÊMICOS

Nesta etapa da disciplina os conteúdos expostos, servirão como base para a elaboração projetual a qual será utilizada para a fase final da matéria. Iniciaremos a explanação dos trabalhos de apresentação que ocorreram em sala de aula, no período de 30 de setembro à 20 de outubro de 2019. O primeiro grupo apresentou, no dia 30 de setembro, sobre os aspectos culturais existentes no estado bem como no local, pautando a origem da nomenclatura do município, bem como conceitos e costumes dando ênfase as heranças amapaenses: Marabaixo, as artes Maracá e Cunani, o Batuque e o tradicional bloco de carnaval conhecido como “aki nós bébi aki nós kai”.

Outro aspecto levado em consideração na pesquisa, se deu na importância a qual o Rio Amazonas apresenta na cidade, como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Como estratégia para verificar o diagnóstico atual, foram utilizados pela equipe gráficos que apresentam os motivos que os moradores escolheram para se fixar no local, essas informações estão contidas na figura 3, e os principais vínculos e serviços que estão ligados ao local, como: o apego ao local, a boa localização, a proximidade com a família e até mesmo a economia local com a variedade de lojas de materiais de construção, oficinas de carro e pontos de açai. Por fim, o grupo tem como proposta a valorização da identidade cultural e do elemento água na paisagem, bem como, a potencialização do patrimônio ambiental, a qualificação dos espaços públicos livres e conscientização através dos moradores em relação ao despejo correto de resíduos sólidos.

Figura 3 - Gráfico de Relações



Fonte: GRUPO 01²

Seguindo as apresentações, do dia 30 de setembro, iniciou-se a explicação do tema legislação, plano urbano, parcelamento de solo e edificações. Para essa temática foi abordado o estudo da legislação atual do município. Como subtópico de apresentação a primeira vertente utilizada se deu pela exposição de dois capítulos sobre a legislação urbanística do município de Macapá, o qual são eles o capítulo VII das atividades exercidas e o capítulo VIII dos logradouros públicos e da autorização de seu uso. Como parâmetros gerais o grupo apresentou o plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá, o qual está subdividido em estratégias que são: estratégia para proteção do meio ambiente, para melhoria da mobilidade, para qualificação do espaço urbano e para gestão democrática urbana e ambiental.

Fora apresentado como o município se estrutura, partindo de um sistema ambiental, de mobilidade e zonas urbanas, que utilizam de instrumentos de controle urbano e ambiental, dando ênfase onde a gestão desses setores se enquadra. Como estudo dos aspectos atuais, realizou-se o estudo do parcelamento de solo e das edificações através de mapas esquemáticos, como podemos observar na figura 4.

Figura 4 - Mapa Esquemático de estudo do solo



Fonte: GRUPO 02³

² Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Ana Caroline Murrieta, Cícero Silva, Edmundo Barreto, Lorenna Lima, Roberta Sousa.

³ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Arício Nascimento, Fernanda Pinheiro, Ivie Martins, Luanna Menezes, Símyli Serique.

A partir disso, o grupo propõem para o local a desobstrução das calçadas, pinturas em paredes e muros cegos para promover a cultura local, proibição do uso do acostamento como estacionamento, utilização de vegetação que seja 80% nativa, valorização das visadas de contemplação do canal, desapropriação das bifurcações das vias, terrenos sem uso devem ser utilizados como áreas de lazer, diminuição do IPTU para moradores que mantem a permeabilidade e vegetação em seus quintais, permissão somente para o tráfego de veículos leves e gabarito de até três andares até a avenida dos Xavantes.

Finalizando o primeiro dia das apresentações, o tema exposto foi: subsolo, solo e estrutura de contenção. Iniciou-se com a explicação das camadas e características do solo e subsolo presente no local, a partir desse estudo passou-se para a proposta do grupo, que se deu em elementos de contenção em solo reforçado geossintético que se adequa as características locais, a utilização desse método foi explanada através das suas propriedades, funções, vantagens, desvantagens bem como sua manutenção. Dando ênfase, ao baixo custo do produto, a dispensa de mão de obra especializada, longevidade da estrutura e suas características paisagísticas.

Para o segundo dia de apresentação que ocorreu no dia 07 de outubro de 2019, o primeiro grupo apresentou sobre o estudo da vegetação abrangendo à existente e a que será utilizada posteriormente na proposta, o grupo trabalhou a apresentação com a divisão em 4 tópicos: tópico 1: As características da área de várzea, apresentando e classificando o local estudado, ressaltando as características que compõem uma área de várzea, como, a baixa diversidade de vegetações, a alta concentração de biomassa, e as inundações periódica dos rios. Partindo da conceituação, foram apresentados mapas que mostravam a arborização existente nos trechos do canal, vide figura 5. Tópico 2: Critério para a escolha das espécies, nessa etapa utilizaram-se o estudo das características físicas do terreno, a arquitetura das espécies e a resistência ao sol. Após esse estudo o grupo trouxe como proposta seis tipos de vegetações que são: *Allamanda cathartica*, *Ficus pumila*, *Lophantera lactescens*, *Pachira aquática*, *Jasmim manga* e *Vitex agnus-castus*.

Figura 5 - Mapa Esquemático de Vegetação



Fonte: GRUPO 03 ⁴

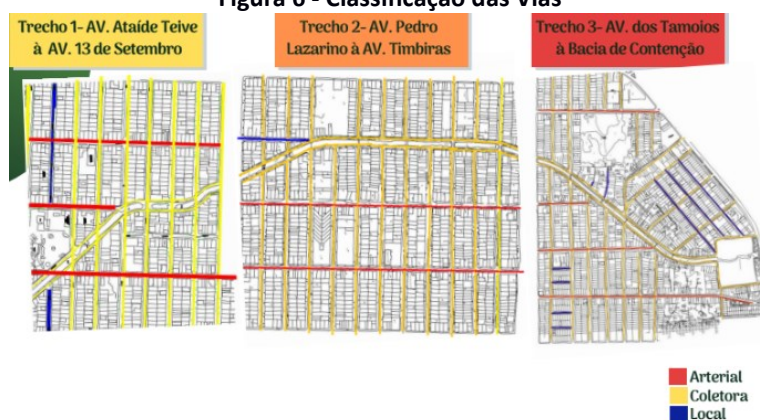
Tópico 3: Referencial teórico, nesta etapa foram apresentados os princípios do livro: Paisagem Urbana de São Luiz, da Barbara Prado, e exemplos de dois projetos já construídos, o primeiro foi o parque da maternidade, Rio Branco-Acre e O Landschaftspark Duisburg-Nord em Duisburg-Meiderich. Tópico 4: a apresentação encerrou com a proposta de projeto, onde o grupo apresentou suas conclusões e suas futuras modificações, como valorizar as espécies locais, utilização de muros verdes nas pontes de concreto, diversificação de espécies, integração com o Museu sacaca, criação de espaços de lazer e valorização dos canteiros centrais das vias adjacentes ao canal.

Prosseguindo as apresentações, a temática abordada foi: vias, tráfego e mobilidade. Apresentou, inicialmente, as vias em torno do perímetro, como pode ser observado na figura 6, elas foram

⁴ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Alcides dos Santos, Evandro Nascimento, Jessica Siqueira, Luiz Henrique, Marcos Judá.

divididas e classificadas em arterial (caracterizada por interseções em nível, geralmente controladas por semáforos), coletora (destinada a coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arteriais) e local (caracterizada por interseções em nível não sinalizadas, destinadas apenas ao acesso local ou a áreas restritas), nesse primeiro momento foram destacados também pontos como pontes em concreto e em madeira, bem como as bifurcações. Foi explicado também o tráfego das vias o qual foi dividido em fluxo de veículos, fluxo para ciclistas e circulação de pedestres, finalizando a apresentação, abordou-se a mobilidade urbana como a facilidade de deslocamento das pessoas e bens na cidade e posteriormente apresentou-se a proposta de intervenção, a qual se deu através do remanejamento do menor número possível de pessoas para criar caminho para um fluxo. Tornando as vias existente de mão única, além da criação de um espaço para o passeio público, bem como ciclovia e faixa de serviço.

Figura 6 - Classificação das Vias

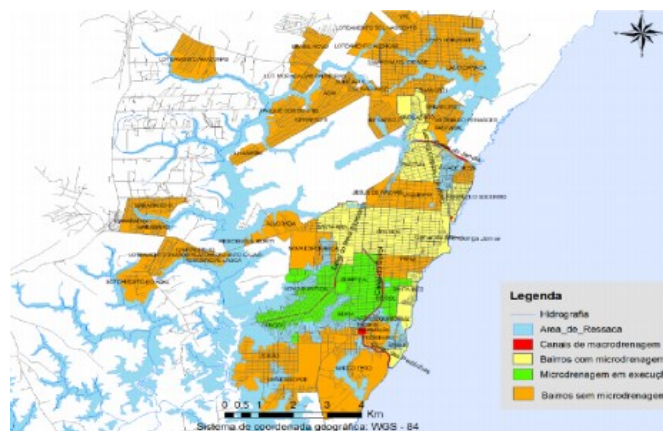


Fonte: GRUPO 04⁵

O terceiro dia de apresentação que ocorreu no dia 14 de outubro de 2019, iniciou com o tema: águas e sistema de drenagem urbana. Partindo da exposição dos objetivos da drenagem urbana, como, a proteção dos corpos hídricos, manutenção do tráfego de veículos e pedestres, minimização da interrupção das atividades urbanas cotidianas, prevenção de danos as propriedades privadas e públicas e proteção da vida humana e redução das enchentes. O assunto abordou de forma enfática o contexto geral da drenagem em Macapá e suas precariedades, como pode ser observado na figura 7, que se apresenta com curto alcance dos sistemas de microdrenagem, e problemática caracterizada pelo clima amazônico com precipitações o ano todo, além dos meses de março e abril, quando as chuvas são mais intensas a cidade vem sofrendo com constantes alagamentos e inundações. Mesmo com todos esses problemas o grupo ainda chamou atenção para diversos agravantes que Macapá possui o que dificulta ainda mais o processo de drenagem urbana, os mais nocivos são as ligações clandestinas, descarte de resíduos, assoreamento dos canais e ocupação das áreas alagadas.

⁵ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Ana Alice Assunção, Amanda Almeida, Eliana Mamede, Isabela Freitas, Rivia Costa, Wellen Gonçalves.

Figura 7 - Mapa de drenagem de Macapá

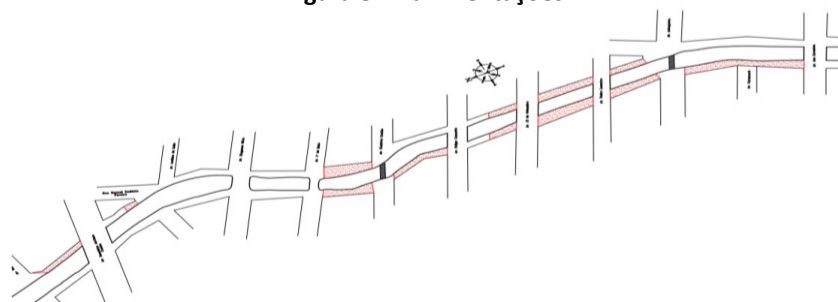


Fonte: GRUPO 05⁶

Para tanto, o grupo apresentou sua proposta baseada em soluções de drenagem sustentáveis e a reutilização das águas pluviais, que se deu através de jardins drenantes e canteiros pluviais que são rasas depressões de terra, que recebem águas do escoamento superficial e tem como vantagens aumentar a beleza paisagística da rua e reduzir parte do volume do escoamento superficial, além de serem eficientes na remoção de sedimentos finos, metais, nutrientes e bactérias. Outra proposta foi a utilização de pisos de bloco de concreto poroso e placas drenantes ou a utilização do piso ecopavimento.

Para finalizar o ciclo de apresentações, no dia 21 de outubro de 2019, abrimos as apresentações com o tema: pavimentação. Partindo da análise atual do local, que se apresenta em alguns trechos em estado precários pois não há presença de nenhum tipo de pavimentação, como podemos observar no esquema da figura 8, a apresentação se deu em mostrar elementos que poderão ser utilizados no local. Sendo assim, foram expostos em sala cinco diferentes tipos de pavimentação. A primeira foi a fotocatalítica apresentada em duas formulações diferentes, a primeira como argamassa que poderá ser aplicada nas vias complementares a do canal que já possuem pavimentação asfáltica e a segunda como bloco fotocatalítico empregado nas avenidas que atravessam o canal e em alguns perímetros das ciclovias. A segunda pavimentação apresentada foi o ecopavimento drenante, que é um piso feito em base com grelhas alveoladas de plástico reciclado, que pode ser associada a utilização tanto de grama quanto de brita, sendo a grama escolhida como opção. Essa pavimentação foi escolhida pelo grupo para ser implantada nas faixas de serviço.

Figura 8 – Pavimentações



Fonte: GRUPO 06⁷

⁶ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Caroline Oliveira, Fernanda Oliveira, Livia Santana, Paulo Viana.

A terceira pavimentação foram os painéis solares, composto por placas fotovoltaicas, um sistema novo capaz de absorver e transformar energia solar em eletricidade para abastecer a sinalização do perímetro do canal. A equipe propôs os painéis solares somente em pequenos trechos da ciclovia que contorna o canal por conta do seu alto custo para implantação e da vegetação de grande porte em algumas áreas. A escolha foi estratégica pois ao longo do canal apresentam-se espaços que não possuem vegetação criando locais que recebam muita incidência solar. A quarta pavimentação foi o Drenac, um piso desenvolvido por Benedito Abbud em parceria com a Gytoku, é um piso altamente drenante e confortável, que permite, o tráfego de pessoas calçadas ou descalças, implantação de piso tátil, tráfego de pessoas com salto alto e tráfego de carrinhos de bebê, por esses motivos esse piso foi o escolhido da equipe para o calçamento. A quinta e última pavimentação que a equipe apresentou foi uma pavimentação já existente, a madeira, destinada para as pontes que atravessam o canal com tráfego exclusivo de pedestres. Foram citadas na apresentação dois tipos de madeira, a maçaranduba e a cumaru.

Dando continuidade as apresentações do último dia de apresentações, o grupo explanou o tema: iluminação, mobiliário urbano e programação visual. A apresentação iniciou explicando o conceito de programação visual, que possui como capacidade a transmissão de pensamentos através de elementos abstratos de forma mais clara e instantânea que outros, bem como os tipos de ferramentas comunicacionais existentes. O grupo realizou um mapeamento das programações visuais já existentes no perímetro, visualizar figura 9.

Figura 9 - Programação Visual



Fonte: GRUPO 07⁸

Prosseguindo a apresentação o grupo expõe sua proposta, com identificação das placas de serviços, placas direcionais, placa com identificação do canal, contador de percurso, mapas e placas com identificação das vias. Posteriormente foi explicado a iluminação pública, foram explicados também meios que levam ao desperdício dessa iluminação. Após esse momento foram apresentados os tipos de iluminação pública que o grupo pretendia usar, são eles, postes simples, postes duplos, balizadores e refletores. A proposta de iluminação pública do grupo beneficia todos os elementos pertinentes ao canal, além de seus frequentadores, dos veículos e pedestres até as vegetações. O terceiro e último tópico apresentado pelo grupo foi o de mobiliário urbano, a ABNT (1986), Mourthé (1998) e Freitas (2008) classificam o mobiliário urbano de acordo com critérios funcionais dos elementos, são eles, circulação e transporte, infraestrutura, ornamento da

⁷ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Caroline Oliveira, Fernanda Dias, Livia Santana, Paulo Victor.

⁸ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Amanda Patrício, Jean Ribeiro, João Pereira, Matheus Moreira, Rebeca Perez.

paisagem e ambientação urbana, cultura e religião, esporte, descanso e lazer, segurança pública e proteção, e por fim comunicação. Por fim a proposta de mobiliário urbano do grupo foi voltada para bancos, lixeiras, paradas de ônibus, bebedouros e bicicletários.

O terceiro grupo a apresentar no dia 21 de outubro, foi o grupo com o tema serviço e lazer. Iniciou com a apresentação do diagnóstico atual através de mapa, vide figura 9, e no momento seguinte citou os diversos serviços existentes hoje ao redor do canal, onde destacam-se, postos de gasolina, oficinas de automóveis, lojas de autopeças, panificadoras, cooperativa de taxi, motéis, minibox e bateadeiras de açai.

Figura 12 - Diagnóstico Atual



Fonte: GRUPO 08⁹

Finalizando as apresentações apresentou-se o tema gestão urbana. O início da apresentação se deu através da explicação conceitual do termo gestão urbana, que é o processo de planejamento, intervenção, regulação e mediação que se aplica para o desenvolvimento dos espaços públicos.

No segundo momento da apresentação esse conceito foi apresentado com modelos e exemplos, entre eles foram citados os órgãos públicos, entidades do terceiro setor, empresas, concessão de serviço público de uso de bem público, parceria público-privado, parceria com o terceiro setor, adoção e autogestão. A proposta adotada pelo grupo foi a de parceria público-privada, e seus objetivos foram divididos em duas esferas, os objetivos para a esfera pública e os objetivos para a esfera privada, na esfera pública é onde aconteceria a revitalização do Canal e da área no seu entorno, a abertura de Concorrência Pública para a gestão do espaço e a requalificação do IPTU. Já na esfera privada o grupo cita acontecimentos como, manutenção do espaço e promoção de ações sociais com a comunidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir das atividades realizadas em sala de aula baseada na técnica de metodologia ativa, que estimula os estudantes a terem iniciativas não somente na parte projetual como na busca por conteúdos teóricos que proporcionaram sustentar a sua proposta, a figura do professor atua como mediador, orientador e incentivador para decidir e refletir sobre as indecisões no caminho. O artigo apresenta ao longo do seu conteúdo como a análise da paisagem é feita através de um trabalho universitário, mostrando a capacidade dos alunos em perceberem como a natureza

⁹ Autores - acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo: Andre Alverne, Evelyn Bessa, Mailze Teles., Sandressa Moraes, Paulo Sérgio de Souza.



se modifica e quais são as suas reais necessidades em uma relação histórica, apresentando como o homem é capaz de modificá-lo. Para entendermos melhor, Milton Santos exprime a ideia de que um espaço é constituído da paisagem seja natural ou cultural mais a sociedade que habita nela, esse aspecto foi evidenciado no primeiro grupo apresentado quando ele aborda a temática “aspectos culturais”, onde apresenta os motivos que os moradores do entorno escolheram aquele local para morar e mostra a relação espaço-homem, onde a estruturação urbana se torna produto da ocupação populacional. Para Barbara Prado, “A paisagem é multidisciplinar e seu enfoque varia dependendo do referencial e percepção do observador” (PRADO, 2016, p. 21). A partir desta ideia podemos observar como foi viável a divisão realizada anteriormente nas temáticas, pois com essa separação podemos obter diversas perspectivas sobre temas variados de um mesmo local e compreender como a dinâmica do espaço funciona.

O espaço escolhido para a proposta da disciplina, possibilitou aos acadêmicos uma independência e apropriação da temática, pois criou relações que são aplicadas em escritórios e órgãos públicos competentes, gerando um estreitamento nas relações entre a academia, as instituições e a sociedade que vivenciam a paisagem urbana.

A última etapa consistiu na elaboração do projeto em sua totalidade, com orientações em sala para seu desenvolvimento e finalização. O projeto trouxe a criação de um espaço mais adequado para a população do entorno, a valorização e a conservação da paisagem de um elemento do cotidiano macapaense que carrega a identidade ribeirinha, apresentando as potencialidades que agregam aspectos patrimoniais estaduais e contribuem para uma educação ambiental.

Em linhas gerais, a proposta visa alternativas que sejam possíveis de serem aplicadas considerando a realidade da cidade e a atuação do poder público, na construção de uma paisagem urbana de qualidade para seus cidadãos. Como finalização da disciplina levamos o projeto à população do local e tivemos reações positivas em sua maioria, mostrando o interesse na valorização da região.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pelo total empenho em prol de seus alunos.

A professora e Ms. Francianny Keyla Cabral Moraes, arquiteta urbanista, por toda dedicação durante a disciplina de paisagismo 1, disciplina fundamental para a construção da nossa base projetual paisagística.

Ao professor e Dr. Pedro Tércio Pereira Mergulhão, arquiteto urbanista, que ministrou as disciplinas de paisagismo 1 e 2, por todo apoio, incentivo e confiança em seus alunos na construção deste trabalho.

A todos os professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNFAP, que se dedicam a incentivar e repassar conhecimento, em nossa formação, enquanto futuros profissionais, como pessoas críticas e como pessoas agentes de transformação.

A todos que direta ou indiretamente estão fazendo parte da nossa formação, nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERBERL, Neusi Aparecida Navas. **As metodologias ativas e a promoção da autônoma de estudantes**, 2011. PROIAC.UFF. Disponível em: <www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf> Acesso em: 10 out. 2019



MACAPÁ-AP. histórico, IBGE. Disponível em.
<biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amapa/macapa.pdf> Acesso em: 02 out. 2019

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do pdsa na cidade de Macapá (AP)**, Belém, 2006.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. **Paisagem urbana de São Luís: transformação das formas e arranjos naturais na Ponta D'Areia**. São Luís: Editora BIWP, 2016.

SOUZA, Luana Rocha de. **Cartografia das controvérsias [manuscrito]: entre ação direta e luta institucional na produção de uma ocupação informal em palafitas na cidade de Macapá (AP)**, Belo Horizonte, 2019.



O ensino da paisagem nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da UFSM: *Campi Cachoeira do Sul e Santa Maria*

LINHA TEMÁTICA: PROCESSO E MÉTODO DE ENSINO. O QUE ESTAMOS ENSINANDO?

LIMBERGER, Lucienne Rossi Lopes (1); DONOSO, Verônica Garcia (2); GABRIEL, Letícia de Castro (3);
WEISS, Raquel (4); PIPPI, Luis Guilherme Aita (5)

(1) Doutora, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Santa Maria, lulimbe@gmail.com

(2) Doutora, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, veronica.donoso@ufsm.br

(3) Doutoranda, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, leticia.gabriel@ufsm.br

(4) Doutora, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, raquel.weiss@ufsm.br

(5) Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Santa Maria, guiamy@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta a experiência do ensino da paisagem nas disciplinas dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria, nos *campi* de Cachoeira do Sul e Santa Maria. Discutem-se as estratégias metodológicas do processo e método do ensino da Paisagem, destacando as particularidades de cada campus da Universidade e as diferentes estratégias do ensino. Para o campus de Cachoeira do Sul, apresentam-se as propostas das disciplinas semestrais Projeto Urbano e da Paisagem I, II e III; para o campus de Santa Maria, apresentam-se as propostas das disciplinas semestrais Projeto de Paisagismo 2 e 4. Os cursos apresentam Projetos Pedagógicos distintos e autonomia na elaboração dos currículos, mas os docentes têm procurado as aproximações possíveis para abordar de forma similar os temas da paisagem e sistema de espaços livres no ensino do paisagismo.

PALAVRAS-CHAVE: paisagismo; paisagem; ensino.

1 INTRODUÇÃO

Na Universidade Federal de Santa Maria existem dois cursos de Arquitetura e Urbanismo: o primeiro foi criado em 1993 no campus sede, em Santa Maria, e o segundo foi criado em 2014 no campus de Cachoeira do Sul, ambos no Rio Grande do Sul.

Ambos os cursos têm, nas disciplinas do projeto da paisagem, grande influência dos conceitos de Miranda Magnoli¹ e de seus discípulos², além da inserção de outros conceitos de autores nacionais,

¹ O ensino da paisagem no Brasil foi grandiosamente influenciado pelo trabalho desenvolvido por Miranda Magnoli na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) a partir de 1970, quando a docente assumiu a disciplina de Paisagismo no curso de graduação e aplicou seus conceitos, como espaços livres e paisagem (MACEDO, 2006). Estes conceitos avançavam no projeto paisagístico a partir da compreensão da paisagem como resultado dos processos sociais e ambientais, da ação do homem sobre um determinado meio biofísico, que se altera no tempo e espaço. O paisagismo, então, passou a ser ministrado como sendo muito mais do que o projeto com espécies vegetais, pois parte da complexidade da paisagem.

² Magnoli foi responsável pela consolidação conceitual e metodológica do ensino do paisagismo, e seus ensinamentos foram difundidos em escolas de arquitetura e urbanismo de todo o país, principalmente a partir dos ENEPEAs, que possibilitaram maior intercâmbio entre professores e pesquisadores e ampliaram o papel do paisagismo.



como Macedo (2006), e internacionais para a abordagem de temáticas específicas, como a ecologia da paisagem a partir dos autores Forman (1995, 2008), Forman, Olson e Dramstad (1996) e infraestrutura verde a partir do trabalho de Benedict (2006) e Hellmund e Smith (1993) e Steinitz (2012, 2014).

Assim, abarcam-se discussões tradicionais e contemporâneas e em contínua renovação que refletem no método de ensino.

Os exercícios buscam desenvolver práticas de modelagem físico tridimensional e aplicar novas tendências, como o uso de ferramentas digitais e geotecnologias, abordando as especificidades das paisagens do Rio Grande do Sul, em particular das cidades pequenas e médias do Estado, oportunizando aos discentes o aprendizado nas diferentes escalas do projeto da paisagem: regional, urbana e local.

A seguir, apresentam-se as diferentes estratégias metodológicas e particularidades do ensino da paisagem nos *Campi* da Universidade Federal de Santa Maria.

2 A PAISAGEM NO CAMPUS CACHOEIRA DO SUL

A paisagem é abordada no campus de Cachoeira do Sul em três disciplinas: Projeto Urbano e da Paisagem I, II e III, também conhecidas como PUP I, II e III, e oferecidas respectivamente no 6º, 7º e 10º Semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo, que é ofertado no período noturno, com conclusão em 12 semestres. O curso aborda a paisagem em diferentes escalas de abordagem até o domínio do território, iniciando com exercícios de composição com espécies vegetais e projeto de um parque urbano, passando pelo parcelamento do solo em vazios urbanos ou áreas de expansão em cidades de pequeno porte, transformando a paisagem pela inserção de um loteamento urbano, e se encerrando com o planejamento da paisagem, em escala regional ou municipal, abordando o sistema de espaços livres tanto rural quanto urbano a partir da definição de unidades de paisagem (UPs).

Quadro 1 - Escalas, temas de abordagem da paisagem no Campus de Cachoeira do Sul

Escala	Objeto de estudo	Tema	Disciplina	Semestre
MICRO e MESO	Quadra/bairro/cidade	Composição com vegetação, parque urbano, SEL	Projeto Urbano e da Paisagem I	6º
	bairro/cidade	Loteamento urbano, parcelamento do solo, SEL, infraestrutura	Projeto Urbano e da Paisagem II	7º
MACRO	cidade/região	Planejamento da paisagem e unidades de paisagem	Projeto Urbano e da Paisagem III	10º

Fonte: Donoso, 2019

2.1 PUP I

Em Projeto Urbano e da Paisagem I acontece o primeiro contato dos discentes com o projeto paisagístico. O objetivo é torná-los aptos a conceber projeto paisagístico de um parque, respondendo às necessidades e condicionantes do local e compreendendo a dinâmica dos

sistemas de espaços livres. A metodologia mescla conteúdos expositivos dialogados e atividades práticas em uma mesma aula, de forma que o conteúdo da aula expositiva seja sempre aplicado no mesmo dia, potencializando o aprendizado. Assim, na aula em que se ministram conteúdos expositivos sobre a escolha de espécies vegetais, por exemplo, logo em seguida se realiza a seleção das espécies do projeto paisagístico. Tal metodologia tem permitido que os alunos tenham maior evolução nos conhecimentos aprendidos, além de melhor aproveitamento do tempo da aula.

O primeiro exercício é baseado na maquete física volumétrica para composição espacial somente com espécies vegetais, não sendo permitida a construção de elementos arquitetônicos. Essa estratégia busca auxiliar os alunos a compreenderem a vegetação como elemento espacial, podendo atuar como barreira, marco visual, entre outros, para criar diferentes sensações para quem vivencia o espaço.

Neste momento os alunos ainda não têm conhecimento de botânica ou de especificação de vegetação e, portanto, devem projetar o espaço somente a partir dos diferentes portes, proporções e cores das possíveis espécies. Os diferentes extratos vegetais – forrações, arbustivas, árvores de pequeno, médio e grande porte e palmeiras – são trabalhados buscando cenários, criando diferentes visuais para o pedestre e buscando composições vegetais harmônicas para o espaço como um todo. O exercício é feito na escala de 1:100, em um cenário fictício e tem, na maquete, o principal elemento metodológico, pois é a partir desta que se percebem os diferentes cenários criados a partir da composição com vegetação. Finalizado o exercício, os alunos são convidados a unir os diferentes cenários criados (fig. 1), buscando uma unidade paisagística, que pode ser relacionada a um projeto paisagístico de maior escala, como uma praça ou parque.

Figura 1 - Exemplo de metodologia em sala de aula na disciplina PUP I



Fonte: Verônica Donoso e material produzido pelos acadêmicos do 6º semestre de 2019.

O segundo exercício é o projeto de um plano de massas de um parque, que é trabalhado na escala de 1:1000. Neste exercício o objetivo é auxiliar o discente a compreender a unidade paisagística a partir de um conceito norteador do traçado e do projeto. A escolha do local para o projeto tem sido justificada por uma demanda e particularidade local do município de Cachoeira do Sul, que se localiza junto ao rio Jacuí, e que tem sido explorado no exercício do projeto de um parque de orla.



O exercício junto ao rio acrescenta maiores complexidades ao projeto do parque, como questões sociais, políticas e ambientais, por ser uma área de preservação permanente, com a presença de ocupações irregulares e, também, de áreas de extração de areia.

O terceiro exercício é um detalhamento do parque acima comentado, sendo realizado na escala 1:200. Neste momento os discentes aprendem a projetar o parque de forma mais completa, especificando as materialidades dos espaços construídos, selecionando as espécies vegetais, realizando projeto luminotécnico e mesmo um detalhe técnico.

Assim, em PUP I os exercícios têm procurado tornar o discente apto a realizar projeto paisagístico na escala urbana, compreendendo a sua importância enquanto espaço livre para a prática social.

2.2 PUP II

A disciplina de Projeto Urbano e da Paisagem II propõe-se a discutir o parcelamento do solo em cidades de pequeno porte do interior do Rio Grande do Sul cujas características do território são de transição urbano-rural ou rururbano, oferecendo alternativas de habitar a cidade com parâmetros morfológicos, infraestruturais e de uso do solo relacionados ao morar e ao cultivar.

O processo metodológico de desenvolvimento das atividades inicia com subsídios teóricos, conceituais e abordagens legais a respeito do subdividir o solo, uma vez gleba, tornando-o adaptado ao suporte biofísico e com atributos de paisagem urbanizada de baixas densidades habitacionais (em torno de 20 habitantes por hectare).

Os primeiros exercícios visam conhecer as diferentes possibilidades de parcelar o solo e discutir qual a viabilidade de aplicar tais parâmetros às realidades locais, assim como diagnosticar, urbanística e paisagisticamente, o entorno e a área de intervenção a serem trabalhados. Para definir as diretrizes e zonear as diferentes densidades, usos e formas de ocupação, os alunos realizam a análise dos condicionantes tendo como apoio imagem obtida via drone e maquete de estudo na escala 1:1000. São, assim, levantados o contexto e a caracterização da cidade, do entorno e da gleba, priorizando o entendimento do suporte biofísico como balizador - compreendido como a matriz geradora - para o lançamento morfológico e infraestrutural da proposta.

Considerando o loteamento como provocador de impacto sobre o meio natural e construído, o tipo de traçado é fundamental para o desempenho das funções urbanas, socioeconômicas e ambientais. Nesse sentido, os alunos verificam como a malha urbana conforma-se às condições topográficas, climáticas, do tipo de cobertura do solo e de escoamento das águas. Cada via, quadra, lote e o edificado do plano de massas é testado manualmente na maquete, verificando como resultará a paisagem e como se desenvolverá, concomitantemente, o lançamento da rede de drenagem urbana, abastecimento de água, esgotamento sanitário, rede de distribuição de energia elétrica, e como ocorrerá a oferta dos serviços públicos de educação, saúde, segurança, coleta de resíduos e de transporte.

Todos os detalhes legais e técnicos, tanto no desenho quanto na paisagem simulada, são averiguados e discutidos, a saber: declividade das ruas conforme hierarquia viária; regime urbanístico a fim de garantir a densidade habitacional, permeabilidade do solo, insolação e a ventilação; gravame das áreas de preservação permanente e seu devido diálogo com os elementos morfológicos e acessibilidade da coletividade; infraestrutura verde como alternativa ou complementar à drenagem; e modos de cultivar e processar alimentos como o reconhecimento

dos valores culturais do campo atuando sobre o urbano.

Figura 2 – Proposta de Loteamento em Cachoeira do Sul, RS, alunos Pablo Ceolin e Thales Severo.



Fonte: Letícia de Castro Gabriel e material produzido pelos acadêmicos do 7º semestre de 2018.

2.3 PUP III

A disciplina de Projeto Urbano e da Paisagem III tem como objetivo o planejamento e projeto da paisagem a nível de escala macro-meso, trazendo como enfoque das discussões levantamentos e propostas tanto dos espaços rurais quanto urbanos de um município ou de uma região.

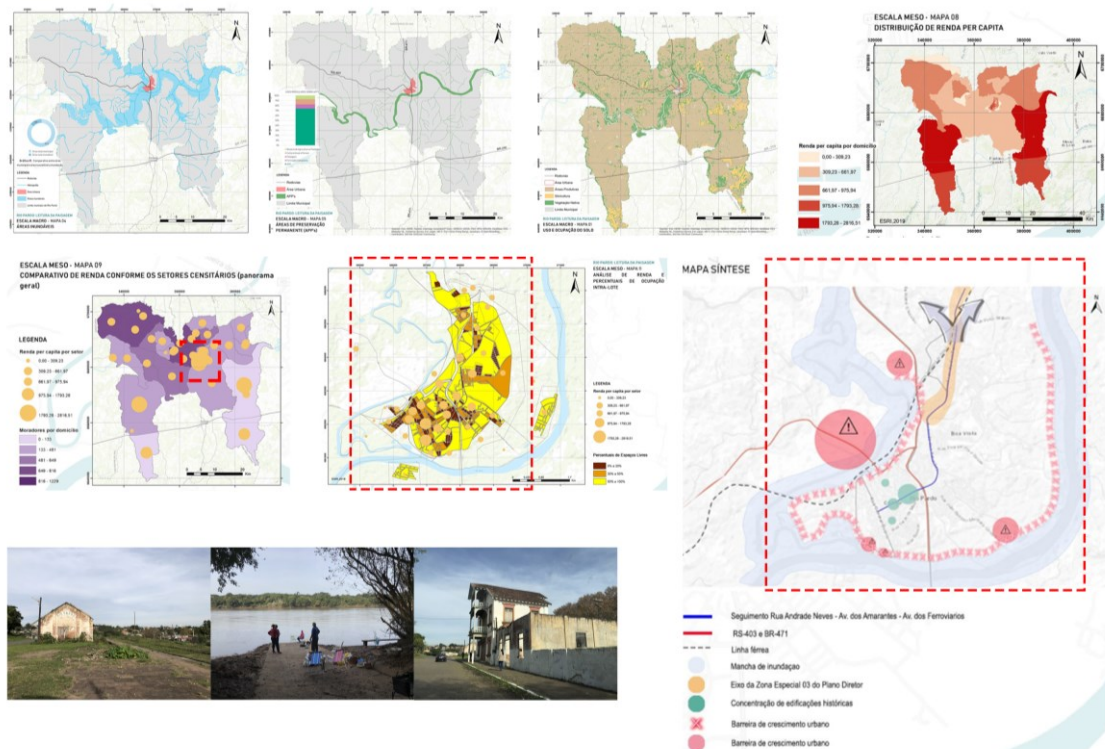
As etapas de desenvolvimento se iniciam com o embasamento teórico e a discussão do conceito chave da disciplina, a ecologia da paisagem. A partir disso, os alunos elaboram um quadro síntese das diferentes áreas de pesquisa e aplicação que abordam a temática, os principais teóricos da área e as diferentes metodologias aplicadas. Posteriormente, com a compreensão teórica, os discentes trazem estudos de caso mostrando efetivamente a aplicação de Unidades de Paisagem (UPs), matrizes de confrontação indicando níveis de sensibilidade ecológica e antrópica e a classificação da paisagem em matrizes, corredores e fragmentos.

Em um segundo momento são aplicados pequenos exercícios onde os alunos empregam os princípios e métodos, especialmente no estudo e definição das UPs e a definição de suas matrizes, manchas e corredores. Finalizando o exercício, são estabelecidas algumas métricas da paisagem e o levantamento de alguns índices de uma determinada classe de uso, como por exemplo, as áreas verdes, indicando o quantitativo de área, zonas de amortecimento (*buffers*), áreas núcleos e o índice da complexidade da forma. Assim, geram-se indicadores quantitativos e qualitativos visando identificar critérios para a definição da estrutura da paisagem e de suas conectividades espaciais, objetivando fornecer base aos alunos para a aplicação da metodologia na área de estudo da disciplina.

A etapa intermediária de PUP III é destinada ao diagnóstico, com o levantamento de componentes bióticos, abióticos, físico-ambientais, socioculturais, econômicos, políticos e legais. Os levantamentos destacam os tipos de uso do solo, a relação com o sítio em termos de geomorfologia, quais os impactos ambientais e como estes diferentes fatores moldam a estrutura e configuração da paisagem municipal. A partir dessa apreensão da paisagem são definidas as UPs como objetos de reconhecimento da variabilidade do território e como unidades de planejamento e projeto que destacam as características, problemas e potencialidades.

O processo finaliza com o recorte de uma UP para a definição de diretrizes de planejamento e ações propositivas na paisagem. A abordagem é feita com enfoque na composição e conectividade estrutural, considerando o uso de matriz, corredor, fragmento e métricas da paisagem, além das relações de fluxos, mobilidade e as inter-relações e inserções de sistemas de espaços livres.

Figura 3 - Exemplo de trabalho da disciplina PUP III para o município de Rio Pardo-RS



Fonte: Raquel Weiss; Verônica Donoso e material produzido pelos acadêmicos do 10^o semestre de 2019.

3 A PAISAGEM NO CAMPUS DE SANTA MARIA

A paisagem é abordada no campus de Santa Maria em quatro disciplinas obrigatórias e uma disciplina complementar, a saber: Projeto de Paisagismo 1, 2, 3 e 4, oferecidas respectivamente no 3º, 4º, 7º e 8º semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo e da disciplina complementar de graduação (DCG) Estudo Plástico da Vegetação ofertada a partir do 5º semestre. Nestas disciplinas a paisagem tem sido abordada nas diferentes escalas, como pode ser observado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Escalas, temas de abordagem da paisagem no Campus de Santa Maria

Escala	Objeto de estudo	Tema	Disciplinas com que acontece a interação ao longo dos 10 semestres do Curso da UFSM	Semestre
MICRO	lote	paisagismo residencial	Projeto de Arquitetura e Urbanismo 1 (residência unifamiliar)	3º
MESO	quadra	praça	Projeto de Arquitetura e Urbanismo 2 (edifício de baixa complexidade até 4 pavimentos)	4º
	bairro/cidade	parque urbano	Planejamento Municipal	7º
MACRO	cidade/região	sistemas de espaços livres	Planejamento Regional	8º
LIVRE	paisagem	espaço público	Paisagismo 2, 3 e 4 Projetos de Arquitetura e Urbanismo	a partir 5º

Fonte: Limberger; Pippi, 2019.

Os projetos de paisagismo, com exceção do residencial, têm sido desenvolvidos em grupos. A seguir, são apresentadas as metodologias aplicadas em duas destas disciplinas desenvolvidas no segundo semestre de 2019, a saber: Projeto de Paisagismo 2 (4º semestre) e Projeto de Paisagismo 4 (8º semestre).

3.1 Projeto de Paisagismo 2

Nesta disciplina acontece o primeiro contato dos discentes com o projeto paisagístico na meso escala. O objetivo é torná-los aptos a conceber o paisagismo de uma praça, respondendo aos condicionantes físicos-ambientais e atendendo às necessidades dos moradores do entorno (bairro) e comunidade em geral. A metodologia compreende uma parte teórica de fundamentação: construção conceitual, funcional e evolutiva das praças na história (CARMONA, 2003; ROBBA, MACEDO, 2003) e uma parte prática para subsidiar a elaboração do programa de necessidades e desenvolvimento do projeto de paisagismo: análise de outras praças, levantamento físico-ambiental, socioeconômico, cultural, condicionantes legais, pré-dimensionamento, exercícios gramaticais (Quadro 3).

Quadro 3 - Exercícios práticos desenvolvidos na disciplina de Projeto de Paisagismo 2

Exercícios práticos	Descrição/Objetivo dos exercícios
1. Estudo de Referência	Assimilar referenciais formais e compositivos para desenvolvimento do projeto.
2. Levantamento físico ambiental, socioeconômico e legal	Conhecer os métodos e instrumentos básicos para intervenção em espaços livres públicos.
3. Exercícios gramaticais	Espacializar através de modelagem volumétrica a praça (Quadro 4 e Figura 4). O objetivo é auxiliar no processo projetual do partido geral.
4. Partido Geral	Espacializar e apresentar as ideias, conceitos, diretrizes projetuais, zoneamentos e estudos compositivos-formais (plano de massas, vegetação, técnica-construtiva e proposição contextual (lugar) e usuários - escala 1:200.
5. Anteprojeto	Elaborar a solução compositiva formal final através de planta baixa geral, cortes, elevações gerais, croquis e perspectivas, quadro de vegetação (memorial botânico e técnico), planta técnica de locação dos elementos construídos e da vegetação (etapa individual) na escala 1:100 e estruturas físicas na escala 1:50. As plantas técnicas e ampliações e especificações pertinentes a proposta (detalhamento) são desenvolvidas individualmente entre membros do grupo –escalas 1:20 ou 1:10.

Fonte: Limberger; Pippi, 2019.

Quadro 4 - Etapas do Exercício Gramatical Compositivo da Praça.

Etapas	Objetivo	Desenvolvimento
1. modelagem tridimensional do terreno	compreender o terreno e possibilitar o entendimento táctil das curvas de nível	consiste em modelar a topografia da área a sofrer intervenção, organizando os níveis conforme .
2. inserção da vegetação	entender a importância da vegetação na conformação e estruturação da praça	consiste em especializar tridimensionalmente a vegetação, conforme estrutura e formato das espécies, configurando planos de massas (forrações, arbustos, arbóreas e palmáceas) e clareiras destinadas a usos/atividades
3. espaço construído	entender a relação entre os elementos naturais e construídos responsáveis pela conformação e estruturação da paisagem da praça	Representar tridimensionalmente as estruturas físicas /elementos construídos como: pontes, passarelas, coberturas, edificações, espelhos d'água, decks, playgrounds, outros e mobiliários urbanos (bancos, lixeiras, postes iluminação, bicicletários, etc).

Fonte: Limberger; Pippi, 2019.

Figura 4 - Etapas do Exercício Gramatical Compositivo da Praça



Fonte: Limberger; Pippi e material produzido pelos acadêmicos do 4º semestre de 2019.

Ainda tem sido estimulada a participação de discentes e egressos do Curso e Pós-graduação, ministrando palestras ou minicursos, bem como a interação dos discentes que cursam as disciplinas de Paisagismo com comunidade a ser atendida, através de aplicação de questionários e exposições para apresentar as produções paisagísticas, trabalhando o viés extensionista.

3.2 Projeto de Paisagismo 4

Nesta disciplina acontece o primeiro contato dos discentes com o projeto paisagístico na macro escala, isto é, no sistema de espaços livres da cidade ou região (área rural, suburbana e rural). O objetivo principal da disciplina é conhecer e aplicar as variáveis compositivas no âmbito do paisagismo macro, para diagnosticar, planejar e projetar a conformação territorial e morfologia urbana dos diferentes sistemas de espaços livres da cidade ou região. Ainda a disciplina usa como objeto de estudo a mesma área/região da disciplina de Planejamento Urbano e Regional buscando promover a integração curricular através de um mesmo eixo de concepção no 8º semestre.

A metodologia compreende a fundamentação conceitual, formal, funcional e metodológica no âmbito da ecologia da paisagem (FORMAN, 2008; FORMAN; OLSON; DRAMSTAD, 1996; MCHARG, 1996) e do sistema de espaços livres (TÂNGARI; ANDRADE; SCHLEE, 2009), e parte prática, diagnóstico e proposições de mapas temáticos representativos e projeto e planejamento da paisagem (unidades e subunidades), estrutura e sistema de espaços livres (categorias e conectividades - morfológicas e funcionais), através de mapas temáticos (caracterização, descrição,



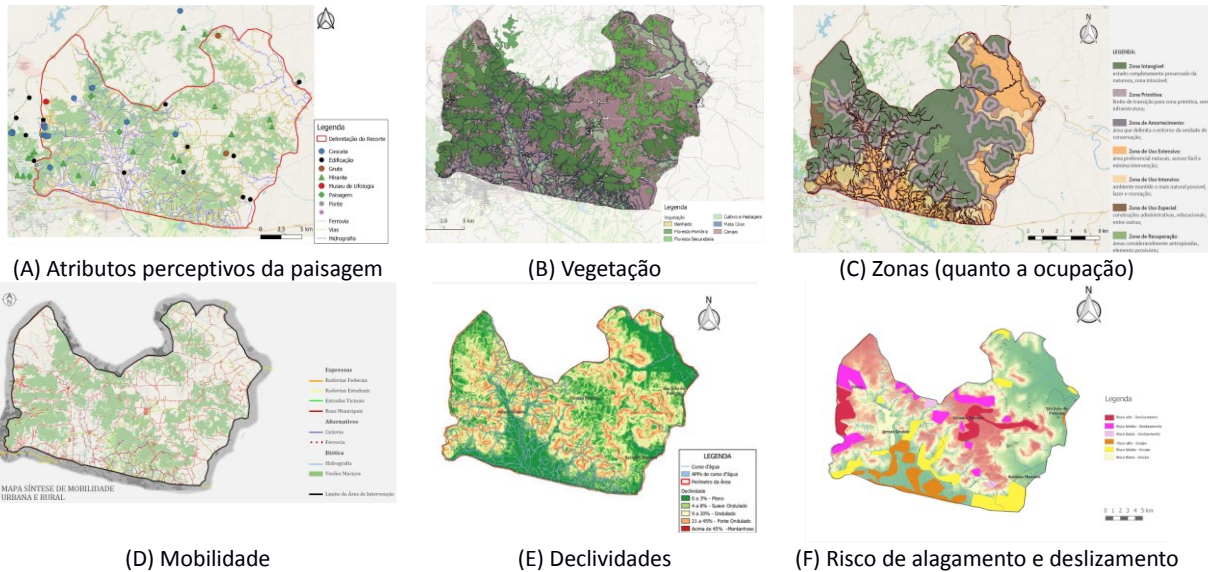
organização e espacialização). O exercício final é em nível de partido geral, no qual o grupo propõe uma espacialização e gerenciamento da paisagem e sistema de espaços livres cidade/região através de mapas temáticos, quadros e croquis representando a nova dinâmica ecológica e urbana (Quadro 5 e Figura 5):

Quadro 5 - Exercício prático diagnóstico da cidade/região

Etapas	Diagnostico	Partido
Método	Desenvolvimento de mapas temáticos e quadros de análise das categorias tipológicas de espaços livres intraurbanos, unidades e subunidades da paisagem, agentes e legislação vigente.	
Conteúdo a serem contemplados	Pré-existência	Proposto
	Planejamento da paisagem; Ecologia da paisagem; Sistema de espaços livres; Mobilidade urbana e biótica; Uso e apropriação do espaço público; Relações entre plano e projeto da paisagem; Morfologia da paisagem; Padrões de configuração urbana; Legislação ambiental e gestão da paisagem.	
Elementos de entrega (mapas temáticos e quadro)	Pré-existência	Proposto
	Topográfico; Altimétrico; Declividade; Recursos hídricos; Vegetação; Mobilidade; Acessibilidade; Área de risco; Matriz, fragmentos e corredor; Atributos perceptivos da paisagem (cênicas= componente visual de qualidade intrínseca; áreas de emergência visual; fundo cênico= imagens panorâmicas da cidade – cima para baixo de baixo para cima; marcos históricos= naturais e construídos); Usos urbanos, suburbanos e rurais; Quadro síntese condicionantes, deficiências e potencialidades (CDP) mapa dos impactos e potencialidades.	Zoneamento e quadro (Unidades e Subunidades de Paisagem); Avaliação paisagístico-ambiental (notas: 0 a 3); Vetores de expansão urbana; Acessibilidade, mobilidade biótica preservação/conservação (corredores verdes e azuis); Mapa síntese e quadro com diretrizes para o plano da paisagem, com indicação das áreas de conservação, preservação e proteção da paisagem local e suas interconectividades; Zonas de sensibilidade ecológica (níveis preservação, conservação e urbanização).
Escala (área hectare)	1:25.000 e/ou 1: 50.000	

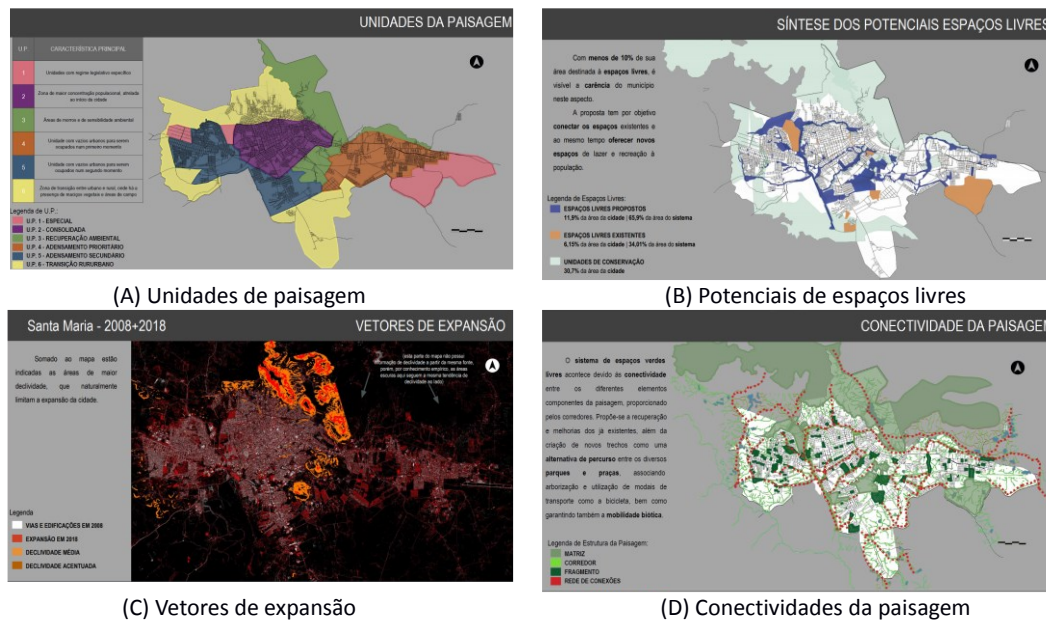
Fonte: Limberger; Pippi, 2019.

Figura 5 - Mapas temáticos de Diagnóstico de recorte de 53.000 hectare na região da Quarta Colônia, RS



Fonte: material produzido pelos acadêmicos do 2º semestre de 2019.

Figura 6 - Mapas temáticos de Partido Geral com as proposições para o município de Santa Maria, RS



Fonte: material produzido pelos acadêmicos do 2º semestre de 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os Campi se preocupam em desenvolver diferentes metodologias, técnicas e abordagem para com o planejamento, percepção e espacialização da paisagem. Contudo, os discentes em Cachoeira iniciam sua trajetória de apreensão e percepção da paisagem pela meso escala (praça ou parque), enquanto em Santa Maria pela micro escala (lote). No entanto, em ambos os Cursos existe uma preocupação recorrente de abordar diferentes escalas do Paisagismo ao longo da formação acadêmica, utilizando metodologias recorrentes, integradoras e criativas, que estimulam



a importância do tratamento da paisagem nas diferentes disciplinas ao longo do Curso, inclusive nos Trabalhos Finais de Graduação. Ainda, tal especificidade se reflete nas pesquisas e projetos de extensão desenvolvidas na graduação e pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDICT, M. *Green infrastructure: linking landscapes and communities*. Washington: Island Press, 2006.

CARMONA, Matthew. et. al. *Public Spaces: urban spaces, the dimensions of urban design*. Boston: Elsevier Architectural Press, 2003.

FARR, Douglas. *Urbanismo Sustentável. Desenho Urbano com a Natureza*. Porto Alegre, RS: Bookman, 2013.

FORMAN, Richard T. T.; OLSON, J. D.; DRAMSTAD, W. E. *Landscape Ecology Principles in Landscape Architecture and Land-Use Planning*. Harvard University Graduate School of Design. Island press. American Society of Landscape Architects, 1996.

FORMAN, Richard T. T. *Land Mosaics: The Ecology of Landscapes and Regions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. *Urban Regions: ecology and planning beyond the city*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

HELLMUND, P.; SMITH S., (Org.). *Ecology of Greenways: design and function of linear conservation areas*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

MACEDO, Silvio Soares. O ensino de paisagismo na FAUUSP e a figura de Miranda Magnoli. *Paisagem e Ambiente: ensaios* – n. 21. São Paulo. p. 43-54, 2006.

MASCARÓ, Juan Luis. *Loteamentos Urbanos*. Porto Alegre, RS: Masquatro, 2005.

MCHARG, Ian. L. *Design with Nature*. New York: Doubleday/Natural History Press, 1996.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças brasileiras*. São Paulo: USP, 2003.

STEINITZ, Carl. *A Framework for Geodesign: Changing geography for Geodesign*. ESRI Press, Redlands, CA, 2012.

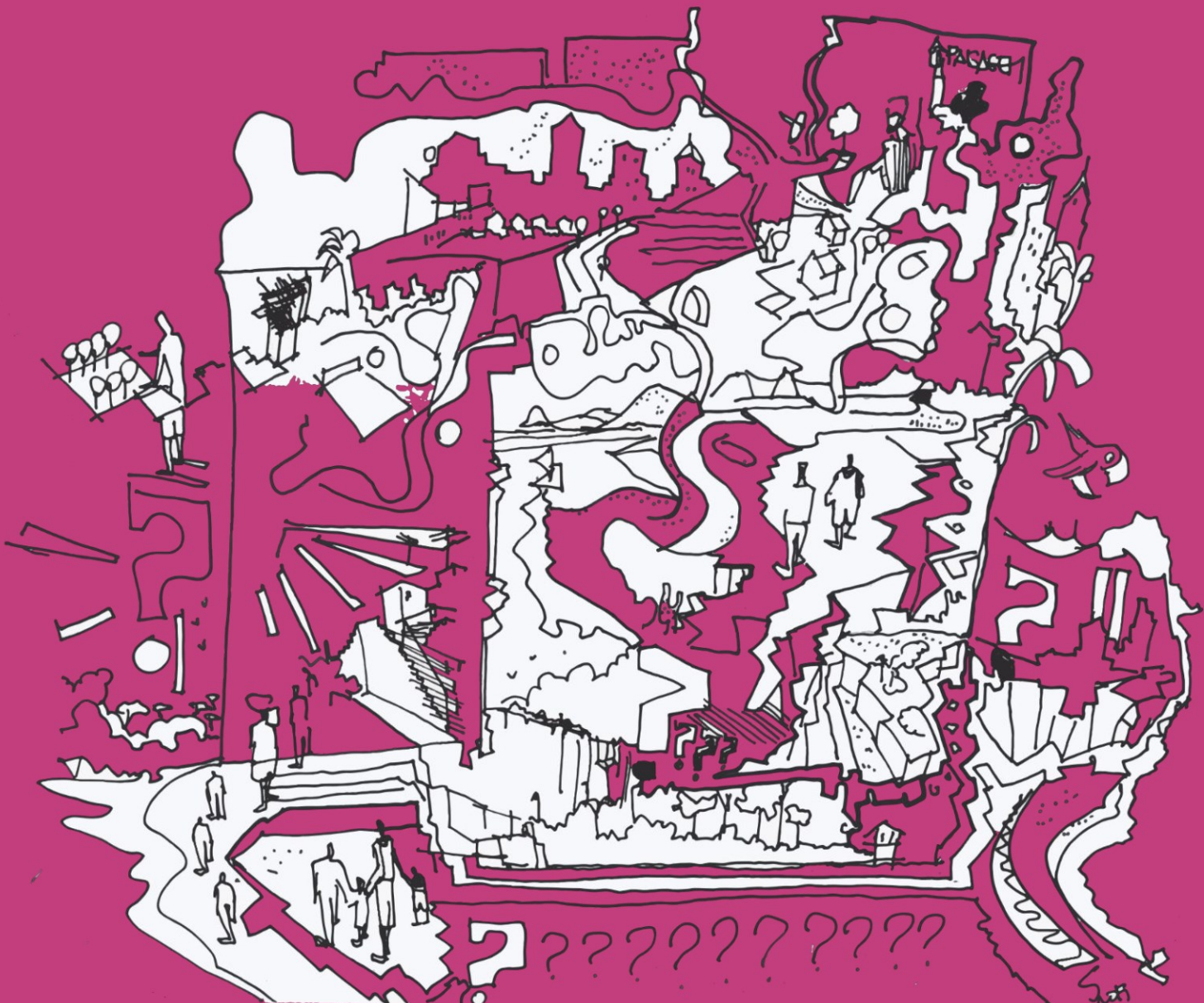
STEINITZ, Carl. Which Way of Designing? In: LEE, D.; DIAS, E.; SCHOLTEN H. (Eds.), *Geodesign by Integrating Design and Geospatial Sciences*. Springer, 2014, pp. 11-43.

TÂNGARI, Vera R.; DE ANDRADE, Rubens; SCHLEE, Monica B. (Org.). *Sistema de Espaços Livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: FAUFRJ, 2009.

LT 02

Estratégias e processos projetuais. Como estamos atuando?

Esta linha será direcionada à prática, buscando discutir métodos aplicados a ação projetual; inserção no mercado; papel das instituições e associações da área; o reflexo na prática profissional das formas de ensino.





Princípios paisagísticos baseados na relação afetiva entre a vegetação urbana e as pessoas

LINHA TEMÁTICA: LT- 2 ESTRATÉGIAS E PROCESSOS PROJETOVAIS

SILVA, Taís Alvino (1)

(1) Mestre em Arquitetura Paisagística, UNESP, taisalvino@gmail.com

RESUMO

A abordagem da paisagem urbana, a partir das questões sensíveis, consiste na busca pela construção de uma paisagem detentora de características que favoreçam a criação de elo afetivo entre suas partes integrantes – usuários e meio físico – na perspectiva de alcançar o conceito de paisagem afetiva. Esse artigo indica princípios para o projeto paisagístico que tenham como base as características da paisagem afetiva, a partir da ênfase na vegetação urbana pelo seu caráter de destaque na paisagem como elemento de atribuição de diversos valores e significados pela população. Em meio a complexidade da pluralidade de valores e significados transmitidos pela vegetação, o caminho metodológico se deu através de três dimensões (simbólica, memorial e do ambiente) como suporte teórico. Sendo assim, o artigo revelou diferentes condutas sensíveis na concepção do projeto paisagístico a partir da vegetação como elemento forte na paisagem afetiva.

PALAVRAS-CHAVE: vegetação urbana; paisagem afetiva; princípios.

1 INTRODUÇÃO

A paisagem urbana pode ser compreendida como fruto da configuração social e espacial associada aos processos naturais em um contexto geográfico, histórico e cultural. Ou seja, é uma construção em constante processo de transformação, com a ação de agentes diversos envolvendo múltiplos campos disciplinares, alcançando expressão na forma de vivência cotidiana das pessoas. De acordo com Joan Nogué (2009, p.22), “nós vivemos emocionalmente através da paisagem não somente porque existem elementos tangíveis nela, mas porque existem construções sociais e culturais impregnadas com denso conteúdo intangível geralmente acessível somente pelo mundo das emoções.” Isto a torna composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas, sobretudo, por aquilo que se esconde em nossas mentes, o imaginário social.

O imaginário social consiste em representações do mundo real, tendo como perspectiva os saberes sociais, trazidas pelos sentidos de forma a compreender a realidade e percebê-la desta ou daquela forma. Essas representações abarcam os sonhos, os desejos, os temores, o inalcançável e também o real de forma a ter um forte poder de qualificar o mundo. É, então, o agente de atribuição de significados, atuando como o propulsor da ação do homem ao longo da sua existência (PESAVENTO,2007).

De acordo com James Corner (1990), a arquitetura paisagística é a disciplina que sempre teve uma posição privilegiada na sociedade, alicerçado no seu papel de mediador entre a natureza e a cultura e pelo seu caráter intencional necessariamente simbólico. E a sua atuação, a partir dos aspectos sensíveis da paisagem, favorece a exploração dos valores e significados atribuídos pela população.



Nessa mesma perspectiva, Lúcia Costa (2015,p.271) destaca o uso da vegetação na prática profissional da arquitetura paisagística como agente ativo e transformador da experiência paisagística contemporânea. De acordo com a autora, a vegetação tem papel central como “infraestrutura para novas experiências urbanas e territoriais, expansão de biodiversidade, e definição de formas urbanas”, de forma a materializar a complexa interação entre a sociedade e a natureza.

A conscientização da necessidade de uma perspectiva sensível sobre a paisagem leva ao direcionamento da arquitetura paisagística ao seu caráter de atribuição de significado à existência humana. Essa atribuição se dá por meio da construção do conceito de lugar marcado por sentidos positivos de pertencimento, proteção e segurança. Ou seja, na concepção de um lugar que possibilite a criação de elo afetivo com ele, uma paisagem afetiva, “aquela que tem a capacidade de atrair, envolver e emocionar os habitantes urbanos” (FARAH, 2006, p.02). Uma investigação da paisagem a partir de um olhar direcionado pelos aspectos de revalorização dos potenciais sensíveis, buscando os significados da paisagem que fortaleçam os elos com as pessoas. Esta perspectiva compreende a arquitetura como um meio para conceder uma base existencial ao homem (NORBERG-SCHULZ,1980) e, portanto, encara a necessidade humana de experienciar as situações da vida cotidiana como providas de significado. Isto é, uma lente de observação que tem como propósito transformar o meio físico, a partir da revelação dos seus potenciais significados ali construídos pela sociedade.

De acordo com Sansot (1995), observa-se a existência de uma pluralidade de paisagens potenciais em um mesmo lugar, que de acordo com a singularidade de cada pessoa em envolver-se e emocionar-se, elegem e se deixam afetar em um dado dia por uma dessas paisagens (SANSOT,1995 apud FARAH, 2006). Entre a pluralidade de paisagens e a singularidade das pessoas, a vegetação urbana, “pela sua capacidade de se moldar a diversas expectativas, suscitar significados os mais variados, evocar associações, despertar lembranças”, proporciona uma gama de possibilidades na construção do laço afetivo. Dentre as diversas possibilidades, a presença da vegetação e dos elementos naturais promove prazer através da experiência sensorial (capaz de abarcar os cinco sentidos), agrega temporalidade através da relação tempo e transformação biológica e possibilita equilíbrio psicológico e social pela qualidade estética, oportunizando que o ambiente urbano se transforme sensivelmente aos sentimentos humanos e facilite a comunicação entre as pessoas e a cidade (FARAH, 2006, p.02). Cabe, sobretudo, ao arquiteto paisagista compreender como ocorre o laço afetivo entre a população e a vegetação urbana para, então, identificar os elementos que devem ser incorporados na concepção do projeto, a fim de conceber uma paisagem enquanto “veículo de acontecimentos emocionalmente fortes” (TUAN, 2012, p.136), permitindo, assim, que a afetividade e os laços estabelecidos com o ambiente culminem em uma paisagem que reflita essa sociedade criadora de significado.

Sendo assim, a articulação entre a diversidade de significados atribuídos à vegetação urbana pela sociedade e o papel profissional do arquiteto paisagista como investigador e produtor da paisagem propõe-se, nesse artigo, através da construção de princípios projetuais. A elaboração desses princípios ocorre com base no privilégio da demanda qualitativa em detrimento a quantitativa, na visão de construção da paisagem afetiva, no papel da sociedade como agente criador de significado e na utilização e valorização da vegetação como elemento que expresse os elos entre as pessoas e a paisagem urbana.

Entende-se o afeto, nesse artigo, diferentemente da noção romântica de sentimento terno de afeição por algo ou por uma pessoa. Admite-se a perspectiva de Tuan (2012) do afeto enquanto sentimento de resposta aos estímulos sensoriais do ambiente material que acometem os seres humanos. A noção de afetividade como “manifestações específicas do amor humano” (2012,



p.135) fruto daquilo que nos afeta prazerosamente na vivência do espaço urbano.

Outro importante ponto a ser explicitado é que o olhar em relação à vegetação urbana destina-se aos diferentes extratos de exemplares vegetais (arbóreo, arbustivo, herbáceo), de forma que a vegetação urbana é compreendida enquanto elemento de composição do espaço urbano.

Para a construção desses princípios, a pesquisa partiu da compreensão da vegetação quanto aos seus diversos papéis no imaginário urbano, a partir da revisão bibliográfica dos estudos existentes de autores como Armando Silva (2001), Laura Rival (1998), Simon Schama (2009), Herbet Schroeder (2011), Kevin Lynch (1997), Ivete Farah (2008), Norberg-Schulz (1980), Yi-Fu Tuan (2012), entre outros.

Dada a complexidade desse universo, utilizou-se da elaboração de dimensões, a fim de estruturar e direcionar a ótica investigativa, já que valores e significados atribuídos à vegetação urbana podem ser analisados a partir de diversas lentes. As dimensões foram desencadeadas a partir das categorias propostas por Farah (2006) no estudo da constituição de uma paisagem afetiva: árvore-tempo, árvore-memória, árvore-símbolo, árvore-identidade, árvore-natureza. Associado a essas categorias, a interpretação de teóricos voltados ao olhar sensível da paisagem, como Yi-Fu Tuan (2012), Kevin Lynch (1997) e Marc Treib (2011), teve papel importante para alcançar a divisão em três dimensões: simbólica, memorial e do ambiente. De forma geral, essa estruturação apontou que a dimensão simbólica abarca a construção de mitos e símbolos na relação entre a vegetação e a população. Enquanto a dimensão memorial explora a rememoração e o poder da imaginação na experiência da paisagem, sendo a vegetação urbana o condutor desse processo. E a dimensão do ambiente abrange as especificidades de cada espaço urbano e a busca pela compreensão das características que o tornam único na vivência da população.

2 PRINCÍPIOS PROJETUAIS

A intenção da estruturação de princípios paisagísticos atrelados à relação afetiva entre a vegetação urbana e as pessoas consiste na construção de um caminho de atuação para a intervenção na paisagem pautada pelo ideário de construção da paisagem afetiva. É importante salientar, apoiando-se no posicionamento de Laurie Olin (1988, p. 57) que, apesar dos diversos instrumentos e estratégias para alterar o espaço, “uma certa quantidade de sentimento e instinto em relação ao meio e seus mecanismos são necessários.” Ou seja, esses direcionamentos gerais são indicações para aguçar o olhar do arquiteto paisagista à essa abordagem de intervenção e também são orientações e rumos a serem pautados durante a concepção do projeto, sem ignorar a sensibilidade individual e particular da observação perante ao espaço.

A construção desse caminho inicia-se com a postura do arquiteto paisagista diante do espaço urbano de intervenção. Seamon (2000 apud FARAH, p.63, 2008) aponta uma abordagem de aproximação ao objeto de estudo na qual “é necessário que o pesquisador não desenvolva um olhar crítico com relação ao objeto, procurando uma abertura”, de forma que essa abordagem livre alcance momentos de “*insight*” e de descoberta e, conseqüentemente, torne mais claro o fenômeno estudado. Para tanto, Seamon (2000 apud FARAH, p.64, 2008) indica dois aspectos determinantes para o método: “o envolvimento direto do pesquisador com o fenômeno”, ou seja, a construção de uma relação de familiaridade e intimidade a partir de uma exposição prolongada; e “uma postura assumida do pesquisador de não conhecimento do fenômeno”, isto é, considerar-se inexperiente e aprendiz no processo de estudo da paisagem a intervir.

Além dessa postura que permeia toda a abordagem da paisagem afetiva, as dimensões atuam como facilitadores e estruturadores durante a imersão na paisagem. A partir do suporte teórico da dimensão simbólica, acredita-se que as principais indagações se referem: à percepção da



presença/ausência e da força da vegetação no contexto; como a vegetação urbana é visualizada pelos usuários; como pano de fundo do cotidiano, como conjunto arbóreo, como elemento de destaque na paisagem, como parte integrante da paisagem, como suporte para atividades, dentre outras possibilidades; qual a relação da vegetação urbana no contexto de intervenção com mitos, rituais ou mesmo símbolos locais; e quais as analogias da vegetação urbana expressadas/explicitadas pelos usuários em relação ao contexto urbano ou em relação às suas vivências.

Já a dimensão memorial tem como essencial a imaginação como recurso do projeto paisagístico. Valer-se das possibilidades de fortalecimento de imagens da paisagem, da restauração de paisagens na memória do usuário, da recaptura de experiências vivenciadas, da imersão do usuário no próprio imaginário individual e, ainda, da revisitação e da vivência da experiência mesmo sem, de fato, estar no local a partir do poder da imaginação. Trata-se de um aspecto relacional e associativo no qual a vegetação desempenha o papel de elemento de conexão entre o presente e o passado.

E a dimensão do ambiente contribui, especialmente, para o reconhecimento do contexto de intervenção na perspectiva de que o espaço físico e concreto comunica inclinações culturais de uma determinada comunidade e um conjunto natural específico: absorver o que o espaço físico conta. A assimilação do contexto também engloba notória atenção à afetação dos sentidos (visão, audição, olfato, paladar e tato) na paisagem, ou seja, ponderar quais as impressões sensoriais desencadeadas durante a experimentação da paisagem. Além disso, observar as principais marcas do lugar (traços, vestígios, memórias etc.) que determinam o seu caráter e, conseqüentemente, que o tornem mais compreensível ao usuário. E ainda captar e identificar as principais trocas entre os usuários do espaço e os seus acontecimentos sociais e culturais mais relevantes, a fim de entender a influência de um sob o outro na vivência desse espaço.

Esse caminho de imersão pautado pela interpretação das dimensões direcionou a construção de quatro princípios para o projeto paisagístico que atuam como sensibilizadores e aguçadores no processo de elaboração da intervenção, sob a ótica de construção de uma paisagem afetiva.

O primeiro princípio atrela-se a noção de referência simbólica dos exemplares da vegetação urbana. A consciência da possibilidade de experimentação acerca do deleite estético, da notoriedade, da força e das sutilezas proporcionadas pelos exemplares vegetais como caminhos de expressão da coletividade, em detrimento a outros recursos do projeto paisagístico. Encarar essas características da vegetação como oportunidades para explorar os seus significados simbólicos (misticismo, universalidade, religiosidade, verticalidade, temporalidade, entre outros). Além disso, essas características podem evidenciar e potencializar mitos, rituais e símbolos locais, ou ainda facilitar a conexão com a essência da vida e com as fases/ciclos da vida humana. Atentar para as possibilidades sensoriais e interpretativas da vegetação, seja a partir da sua presença potente ou da sua organização espacial e formal como ferramenta de alusão às diferentes ambiências e às qualidades do espaço, como potencializador de visuais da paisagem urbana, dos elementos arquitetônicos e, ainda, como indutor de relações entre os usuários e entre os exemplares-usuários.

Já o segundo princípio trata do proveito da vegetação como recurso conceitual, porém de forma associada à consciência do poder da imaginação para a construção e/ou reforço de ambiências com intenções preestabelecidas. Ou seja, utilizar-se da imaginação enquanto ferramenta de composição projetual através das categorias “edição mental”, “viagem no tempo” e “transposição para outros lugares” (propostas por SCHROEDER, 2010). Essas categorias podem configurar possibilidades de composições paisagísticas que evidenciem características definidoras da paisagem ou ainda remetam à contextos urbanos e/ou históricos atrelados à essa paisagem.



Além disso, articular essa ferramenta com a diversidade de significados da vegetação para possibilitar sensações prazerosas em relação ao espaço e, também, promover diferentes ambiências a fim de estimular a troca entre o espaço urbano e os usuários. Com esse princípio, a intenção é expandir a utilização da vegetação urbana enquanto elemento de projeto paisagístico. Atrelar a sua capacidade formal (construção de superfícies, planos, relevos, etc) às suas possibilidades polissensoriais (cheirar, ouvir, olhar, saborear e tocar) e imaginativas (associações com aspectos culturais da coletividade). Nessa perspectiva de amplificação da vegetação como elemento paisagístico, valer-se do papel da vegetação (considerando as partes que a formam, os seus processos naturais e os culturais a ela atrelados, a sua força e a sua notoriedade no meio urbano) na leitura e interpretação do *genius loci* do espaço. Analisar a sua inserção no contexto por meio da reflexão sobre como a vegetação atua na qualidade peculiar da experiência e vivência dele, de forma que ela expresse as particularidades do espaço que o tornam único e o cotidiano dos seus usuários.

Já o terceiro princípio refere-se a identificar e reconhecer as marcas características da paisagem a intervir que são determinantes para a construção do seu caráter - vegetação, visuais, densidade, traçado urbano, sensações e impressões, usuários, relações interpessoais, acontecimentos culturais, vestígios das transformações ao longo do tempo, entre outros -, sem perder a visão do conjunto dessa paisagem. Perceber quais os atributos fazem desse lugar um espaço diferenciado de outros. Dentre os atributos característicos do espaço, avaliar a relevância da vegetação e a sua relação e/ou importância com os outros atributos na construção dessa diferenciação a fim de ponderar as decisões de projeto quanto à sua utilização como elemento transmissor de valores e significados. Essa identificação e esse reconhecimento do caráter do espaço são possíveis encaminhamentos para a estruturação das intervenções. O caráter pode direcionar a intensidade de intervenção, o estilo de ambientes e ambiências a serem potencializados e/ou elaborados, as preferências culturais e a hierarquização e delimitação do espaço físico, constituindo-se como ferramenta de planejamento para a composição formal do projeto. Para tanto, experimentar o espaço com frequência, proximidade, olhar atento e sem preconceitos na expectativa de que o espaço exponha as suas necessidades e anseios.

O quarto princípio trata de se aproximar das especificidades, particularidades e preferências do lugar quanto aos valores culturais e as experiências cotidianas como ferramenta para reconstrução e/ou reforço da identidade do grupo social, a fim de alcançar o sentimento de pertencimento e segurança, reconhecimento do contexto cotidiano e, ainda, o autoconhecimento em meio a esse espaço. Para tanto, extrair desse espaço urbano os elementos que compõem a experiência cotidiana, sejam eles os grupos sociais e as suas relações, os elementos arquitetônicos, os ícones paisagísticos, os cheiros, os sons, as texturas, dentre outras sutilezas presentes. Além disso, familiarizar-se com essas particularidades se relacionam com os usuários, ponderando o nível de envolvimento dos usuários com o espaço, os diferentes públicos que vivenciam o lugar, as interações e os distanciamentos proporcionados por esse caráter cultural. Especificamente em relação à vegetação, atentar para os exemplares vegetais existentes, perceber as suas características botânicas (formato das folhas, cores das flores, composição das copas, cores e formato do caule) e a relação dessas características com os outros elementos que conformam a paisagem, deixar-se envolver pelos aromas, pelos sons, pelos enquadramentos visuais e pelos movimentos desencadeados pela vegetação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses direcionamentos trazem uma abordagem generalista, uma vez que acredita-se que a subjetividade da temática seja a grande potencialidade a ser explorada. Por isso, não se



estabeleceu padrões formais a partir de, por exemplo, um guia rígido e restritivo. A ideia é que eles forneçam rumos e auxílio no processo de projeto e não um conjunto de regras a serem seguidas.

As indicações atuam na tentativa de aguçar a subjetividade perceptiva da paisagem, através da experiência sensível do espaço. Essa experiência sensível é a peça chave para alcançar a essência dos valores e significados atribuídos à vegetação na perspectiva de construir espaços urbanos capazes de atrair, envolver e emocionar os usuários.

Considera-se, para tanto, a experiência sensível como um processo perceptivo norteado pelos cinco sentidos humanos. Entende-se percepção, através do conceito defendido por Yi-Fu Tuan, como “resposta dos sentidos aos estímulos externos (...), na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem” (TUAN, 2012, p. 18). Olhar, cheirar, ouvir, tocar e saborear são canais de comunicação através dos quais interagimos com o espaço. Porém como os estímulos são muitos e simultâneos na paisagem, seleciona-se aqueles que provocam maior atenção e esses são mais facilmente percebidos. Então a consequência desse estímulo, fruto da interpretação e da organização dos canais sensoriais (os cinco sentidos humanos), de prazer ou desprazer dá origem às emoções associadas ao espaço. E toda referência permeada de emoção é mais facilmente armazenada na memória que, assim, pode influenciar a interpretação da percepção.

Além disso, a articulação entre os exemplares da vegetação urbana e o afeto é uma atribuição dos usuários na experiência da paisagem, então alerta-se para a importância pela apreciação da paisagem junto às pessoas que vivenciam esse espaço urbano. Em todos os princípios, acredita-se que o contato com as pessoas proporciona maior profundidade de envolvimento e maior diversidade de leituras e conexões com a paisagem. Elas são fontes de extrema importância na revelação dos referenciais simbólicos, das relações imaginativas e memoriais, das marcas características e das qualidades da vivência cotidiana da paisagem urbana.

Acredita-se que com essa perspectiva interpretativa os direcionamentos podem auxiliar a percepção da paisagem e instigar e/ou suscitar relações, associações entre os usuários, a vegetação e o espaço urbano. Esses princípios são a base para o desdobramento de proposições como a criação de planos e superfícies, a manipulação do relevo, a delimitação de ambientes e ambiências, entre outras ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Lúcia Maria Sá; PELLEGRINO, Paulo Renato M. **Perspectivas da arquitetura paisagística no Brasil** in: Arquitetura Paisagística contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

CORNER, James. **A Discourse on Theory II: Three Tyrannies of Contemporary Theory and the Alternative of Hermeneutics**. Landscape Journal. 21 Set 1990, p. 115-133.

FARAH, Ivete Mello Calil. **Rio de Janeiro e árvores urbanas: uma paisagem afetiva**. In: Pinheiro Machado, Denise B. (org.) Sobre Urbanismo. Coleção Arquitetura e Cidade. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora/Editora PROURB, 2006, p.159-173.

FARAH, Ivete Mello Calil. **Poética das árvores urbanas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NOGUÉ, Joan. **Geografias emocionales**. Culturals. La Vanguardia. Maio, 2009.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture**. Nova York,



Rizzoli,1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Revista Brasileira de História, São Paulo,v.27, n.53, p.11-23, Junho 2007.Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882007000100002&lng=en&nr m=iso>. Acesso em 18 Jul 2016.

RIVAL, Laura (Organizadora). **The social life of trees: anthropological perspectives on tree symbolism.** Berg: Oxford, New York, 1998

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos.** São Paulo: Perspectiva,2001.

SCHROEDER, Herbert W. **Does beauty still matter? Experiential and utilitarian values of urban trees.** In: Trees, people and the built environment. Proceedings of the Urban Trees Research Conference. Edgbaston, Birmingham, UK. Institute of Chartered Foresters, 2011.

SCHROEDER, Herbert W. **The role of imagination in experiencing natural environments.** In: Watts, Clifton E., Jr. Fisher, Cherie LeBlanc, eds. Proceedings of the 2009 Northeastern Recreation Research Symposium. Gen. Tech. Rep.Newtown Square, PA: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Northern Research Station, 2010.

TREIB, Marc (Org). **Meaning in landscape architecture & gardens: four essays, four commentaries.** Nova York: Routledge,2011.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

Arquitetura paisagística e agricultura urbana Uma metodologia de projeto para hortas na cidade

LINHA TEMÁTICA: Estratégias e processos projetuais.
Como estamos atuando?

SILVA, Douglas (1); CASTAÑEDA, Mariana (2); MENEZES, Ana Paula (3).

- (1) Mestre em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ. douglas.archi@gmail.com
(2) Mestra em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ, mariana.casta87@gmail.com
(3) Mestra em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ, anapaularm@gmail.com

RESUMO

Desde a última década, a agricultura urbana (AU) tem sido apontada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) como uma estratégia fundamental para contribuir com o desenvolvimento socioambiental das cidades, tocando em questões importantes como preservação do meio ambiente e segurança alimentar. No entanto, como estão atuando os arquitetos paisagistas nesta questão? Como os projetos têm sido elaborados? Este artigo busca apresentar estratégias metodológicas adotadas na realização de uma proposta de arquitetura paisagística para uma horta urbana. Dentro da lógica que contempla o espaço subjetivo e critérios qualitativos, o método que será apresentado incorporou uma multiplicidade de procedimentos, que inclui revisão bibliográfica e pesquisa documental, estudo de caso, observação participativa, entrevistas informais, dinâmica em grupo, questionários, fotografias, esquemas, croquis e desenhos. A diversidade de procedimentos contribuiu para ressaltar, de diferentes modos, fragilidades, potencialidades e desejos atrelados ao espaço investigado. As diversas informações coletadas através desse método formaram as bases para a construção da proposta paisagística fluida e multifuncional elaborada para a horta da Escola Municipal Rodrigo Otávio, associada ao Programa Hortas Cariocas (PHC), da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: método; projeto paisagístico; agricultura urbana; horta urbana; escola pública.

1 INTRODUÇÃO:

O método que apresentaremos é parte da pesquisa de dissertação de mestrado em arquitetura paisagística intitulada “Alimento, cidade e desenho: a poética do projeto paisagístico na agricultura urbana” (SILVA, 2019), apresentada ao Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística do PROURB – FAU/UFRJ. A pesquisa completa trouxe uma discussão sobre a produção de alimentos na cidade e a arquitetura paisagística, problematizando o desempenho socioambiental da horta urbana a partir da ausência/ existência do projeto de arquitetura paisagística. Em termos teóricos, tocou nos conceitos de *paisagem multifuncional* (DE GROOT, 2005), *topofilia* (BACHELARD, 1957), *habitar* (HEIDEGGER, 1951) e nos demais *processos* inerentes às paisagens (CORNER, 2006 e WALL, 1999). Em termos metodológicos, utilizou uma triangulação de procedimentos. A dissertação buscou contribuir para um melhor entendimento do papel do projeto de arquitetura paisagística na ampliação do desempenho socioambiental da horta urbana. Ao final, trouxe uma proposta



paisagística *fluida* para uma horta escolar, baseada no tripé *paisagem multifuncional; topofilia e habitar*; e nos *processos* da paisagem.

Nesse artigo, apresentaremos todos os passos metodológicos para a realização dessa investigação. Dentro da lógica que contempla o espaço subjetivo e critérios qualitativos, a metodologia utilizada incorporou uma multiplicidade de procedimentos que inclui revisão bibliográfica, estudo de caso, observação participativa, dinâmica em grupo, entre outros. Os procedimentos metodológicos adotados objetivaram dialogar com os conceitos trazidos na dissertação, e criar encaminhamentos para a construção de uma proposta paisagística que considere as dinâmicas físico sociais, o imaginário, os valores e os desejos individuais e coletivos. Inicialmente será realizada uma apresentação do estudo de caso, discutindo sua adequação e as razões da sua escolha. A partir daí, serão apresentados os demais procedimentos empregados no estudo. É importante destacar que a ordem dos procedimentos listados não condiz com a ordem cronológica em que foram executados, até porque, alguns desses mecanismos foram realizados simultaneamente ou no decorrer de toda a pesquisa.

2 COMBINANDO PROCEDIMENTOS QUALITATIVOS

2.1 Estudo de caso

Tratando-se de uma pesquisa de mestrado, o estudo de caso da horta da Escola Municipal Rodrigo Otávio foi adotado com a finalidade de apoiar a análise teórica e de oferecer, na prática, uma proposta paisagística como um dos frutos do trabalho. Para apresentar a horta da instituição, antes, falaremos um pouco sobre o Programa Hortas Cariocas, do qual ela faz parte.

2.1.1 O Programa Hortas Cariocas (PHC)

Desde 2006, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro vem desenvolvendo o Programa Hortas Cariocas (PHC), com o objetivo de incentivar a agricultura urbana e extrair os diversos serviços socioambientais inerentes à prática. Criado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), pela Gerência de Agroecologia e Produção Orgânica (GAP), o projeto busca incentivar a prática agrícola, sobretudo em áreas carentes, propiciando postos de trabalho, capacitação profissional, redução dos índices de ocupação irregular de terrenos ociosos, inclusão social, oferta de gêneros alimentícios de qualidade e uma atenção especial a grupos sociais em situação de insegurança alimentar (O'REILLY, 2014).

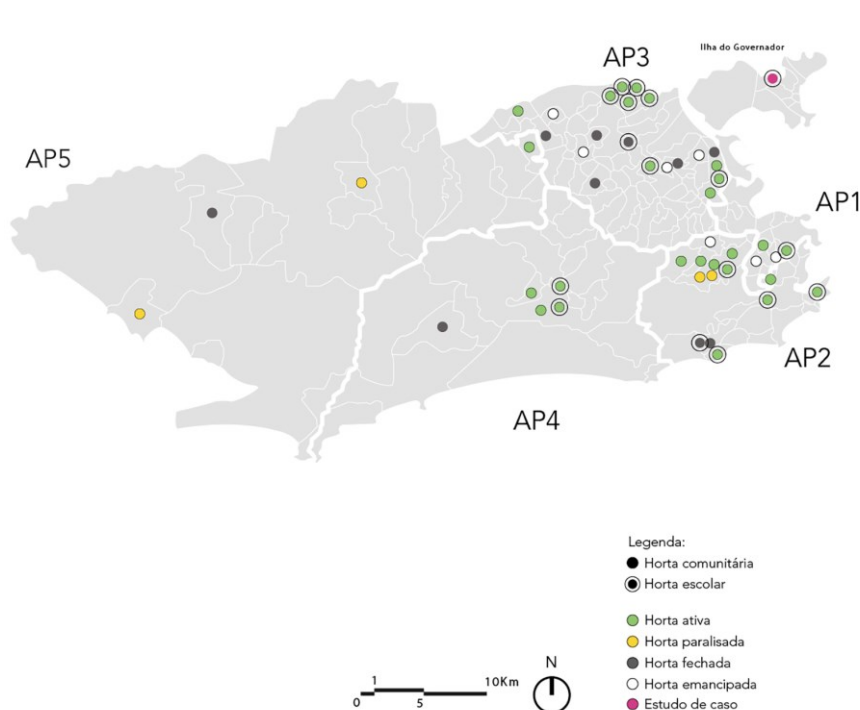
Segunda BARROS, engenheiro agrônomo idealizador do projeto, atualmente, a iniciativa abrange cerca de 40 hortas distribuídas pela cidade (Figura 1). Parte localizada em áreas socialmente vulneráveis e parte localizada em escolas municipais da rede pública de ensino. Em entrevista para a GMF (Green My Favela), BARROS (2015) destaca que um dos principais objetivos da iniciativa é popularizar o consumo de alimentos orgânicos pela população de baixa renda, e dar acesso aos benefícios embutidos no consumo desses alimentos.

A iniciativa, que já vem resistindo a diferentes gestões municipais, ampara predominantemente práticas sociais instituintes e, portanto, para que seja iniciado o apoio da prefeitura é necessário que os cidadãos de determinada área - passível de se implantar e gerir horta urbana e comunitária - demonstrem o interesse em cultivar alimentos ou em obter ajuda para uma unidade de produção já iniciada. A ideia é que o protagonista seja o cidadão e que a criação das hortas seja realizada "de

baixo para cima", pela iniciativa da comunidade e com posteriores subsídios técnicos e financeiros da prefeitura (SILVA, 2019).

A equipe que desenvolve as tarefas nas hortas é majoritariamente formada por membros da própria comunidade ou por funcionários e alunos, nos casos das hortas localizadas em escolas da rede pública. O tamanho da equipe varia de acordo com o tamanho da unidade e é necessário que cada grupo possua um encarregado com conhecimentos prévios em horticultura (O'REILLY, 2014). De acordo com BARROS (2015), o projeto visa que as hortas associadas ao projeto ganhem autonomia com o tempo e, assim, possam ser emancipadas por se autossustentarem. Desvinculando-se do apoio dado pela prefeitura, as hortas emancipadas dão espaço para que outras iniciativas sejam assistidas pelo projeto.

Figura 1: Distribuição espacial do Programa Hortas Cariocas (PHC)



Fonte: PAISA-FAU-UFRJ, 2018.

Para BARROS (2015), um diferencial do programa é a existência de uma ajuda financeira aos trabalhadores das hortas. O trabalho desenvolvido nas unidades de produção é estimulado pela Prefeitura do Rio com remunerações de acordo com a função desempenhada pelo trabalhador (de encarregado ou de hortelão). Segundo o idealizador, em depoimento para a GMF (2015), "ações de voluntariado em comunidades muito pobres tendem a se esvaziar, porque as pessoas precisam ter uma renda para suprir necessidades básicas".

Somada a ajuda financiada pela prefeitura, através das bolsas, os trabalhadores também recebem insumos e os recursos gerados com a comercialização dos alimentos produzidos na horta. O projeto estabelece que metade da produção deve ser doada para creches, asilos, abrigos ou famílias em situação de pobreza. As unidades de produção ficam livres para realizar a comercialização da outra metade, no entanto, o projeto orienta o reinvestimento de parte do lucro

e a venda dos produtos orgânicos a preços acessíveis. (O'REILLY, 2014). No caso das hortas dentro de escolas públicas, não há a comercialização dos vegetais. Todos os alimentos são utilizados na merenda escolar ou doados para os alunos, funcionários e professores da instituição (SILVA, 2019).

2.1.2 A horta da Escola Municipal Rodrigo Otávio

Conforme mostra o Mapa de distribuição (Figura 1), de 2018, 16 hortas foram estabelecidas em escolas da rede municipal de ensino. Tais hortas surgem como uma possibilidade de revitalização e/ou transformação de áreas improdutivas da instituição em espaços de cultivo, socialização e aprendizado. Entre essas hortas, encontra-se a unidade de produção da Escola Municipal Rodrigo Otávio, na Ilha do Governador, vinculada ao projeto no ano de 2012. A escolha do estudo de caso deu-se a partir dos desdobramentos das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisas em Arquitetura Paisagística PAISA-PROURB/UFRJ junto ao PHC.

A horta da escola instituiu-se a partir das prerrogativas do Projeto Escola Sustentáveis para posteriormente ser, também, vinculada ao Projeto Hortas Cariocas, no ano 2012. Ocupando uma área anteriormente subutilizada nos fundos da unidade, a horta sofreu uma pequena expansão nos últimos anos. Segundo a própria direção, atualmente, a horta da escola tem influenciado outras instituições da região no que toca a agricultura urbana.

Figura 2: Vista panorâmica da horta nos fundos da escola e desenho dos canteiros existentes.



Fonte: SILVA, 2019.

Além de possuir uma escala desejável para a realização do estudo, a horta da escola Rodrigo Otávio dispôs de outros requisitos que a fizeram ser escolhida como estudo de caso. O vínculo formalizado entre ela e o PHC, sem dúvida, é um desses requisitos. No início desse estudo, a administração, o controle, a rentabilidade e a logística de uma horta urbana sempre se colocavam como entraves para uma proposta paisagística de agricultura urbana sustentável e factível. A existência de um projeto vinculado à prefeitura, de caráter instituinte e que já dispõe de recursos materiais e humanos nas áreas da agronomia e da administração pública, de certa forma, apoiam a proposta paisagística oferecendo subsídios que não estariam no alcance do arquiteto.

Além disso, a direção da escola também se mostrou fundamental para a construção interdisciplinar e coletiva da horta e de uma possível proposta paisagística para a mesma, a partir do momento que fomenta e incentiva os alunos para a prática da agricultura urbana através dos conteúdos voltados à educação ambiental. Por fim, a localização da horta foi mais um requisito determinante,



visto que está localizada em um bairro predominantemente residencial e com uma grande oferta de quintais aptos para o desenvolvimento e propagação de outros exemplares de hortas na cidade.

2.2 Revisão bibliográfica e pesquisa documental

A revisão de literatura destaca-se como um procedimento central para qualquer pesquisa (MOREIRA & CALEFFE, 2006). No estudo, a partir da revisão de literatura foi factível uma aproximação com as referências contemporâneas sobre a agricultura urbana e o projeto paisagístico e, desse modo, a possibilidade de ampliação e de aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre o tema e sobre os conceitos utilizados na pesquisa, além do desenvolvimento da capacidade de avaliar criticamente as investigações até aqui realizadas.

Além disso, objetivou-se na revisão bibliográfica definir com maior precisão o recorte do trabalho, principalmente ao perceber, na produção existente, a pouca reverberação do tema (agricultura urbana) associado ao projeto de arquitetura paisagística e, da importância do desenho para a ampliação dos serviços socioambientais dos espaços agrícolas urbanos. Com a revisão da literatura foi possível identificar as principais tendências de pesquisa na área de interesse, as eventuais lacunas e os conceitos importantes que estão sendo usados (MOREIRA & CALEFFE, 2006).

Dentre a diversidade de fontes de informação existentes para a consulta de literatura, foram utilizados, principalmente, materiais publicados, como livros, artigos científicos, monografias e dissertações de mestrado, sempre analisando a relevância do material em relação ao tema da pesquisa. Para explanar alguns conceitos foi imperativo divagar em literatura complementar, de outras áreas do conhecimento, utilizando poemas e músicas por exemplo. Também foram realizadas algumas consultas pela internet - em páginas oficiais - de projetos relacionados à agricultura urbana, ao projeto paisagístico e ao estudo de caso, como as páginas do Programa Hortas Cariocas¹ e da Escola Municipal Rodrigo Otávio² no Facebook .

Com o objetivo de conseguir ainda mais informações sobre o objeto de estudo, também foram feitas algumas consultas a órgãos públicos. O contato com a Gerência de Agroecologia e Produção Orgânica, formalizado a partir do grupo de pesquisa PAISA, viabilizou a busca de dados documentais a respeito do Programa Hortas Cariocas. Junto à RioUrbe, empresa pública responsável pela construção da Escola Municipal Rodrigo Otávio, o objetivo da pesquisa documental foi conseguir os desenhos técnicos oficiais do projeto executivo da escola, de modo que, somados ao levantamento *in loco*, servissem de base para a elaboração da proposta paisagística para o espaço da horta.

2.3 Observação participativa

A observação desses espaços, inicialmente, aconteceu de forma natural e instintiva, já que tal procedimento está indiscutivelmente associado às bases do projeto arquitetônico e internalizado na rotina do arquiteto projetista. A observação das hortas, no âmbito do PHC, corroborou para a definição precisa do estudo de caso e do recorte da pesquisa, que convergiram para a hipótese da ampliação dos ganhos socioambientais da agricultura urbana através do projeto de arquitetura paisagística.

¹ www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas

² www.facebook.com/EM-Rodrigo-Ot%C3%A1vio-1704860363086557



A observação da horta e do comportamento dos seus colaboradores aconteceu desde o primeiro contato com o PHC. A primeira visita em uma unidade de produção foi realizada na horta da favela de Manguinhos - implantada sob linhas de transmissão de energia elétrica - localizada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Como a horta de Manguinhos, boa parte das unidades do PHC estão localizadas em áreas com graves problemas de segurança e, por isso, foi fundamental o apoio da prefeitura - através da equipe do programa - para a entrada nessas unidades.

Aproximando-se do estudo de caso - a horta da E. M. Rodrigo Otávio - e tendo como referência os estudos de ZEISEL, em "*Inquiry by design*" (2006), foi realizada uma observação do ambiente e do comportamento dentro dos limites da horta da instituição. Tal observação atentou para os traços físicos presentes no espaço, e foi conduzida pelas seguintes categorias de observação do ambiente elencadas por ZEISEL (2006, p.100): *produtos do uso* (desgaste, restos e traços ausentes); *adaptações para o uso* (ornamentos, separações e conexões); *marcas de identidade* (personalização, identificação e identidade de grupo) e *mensagens manifestadas* (mensagens oficiais, públicas e não autorizadas).

"Esta maneira de olhar é indicada para aumentar nossa capacidade de intervir através do projeto e fazer as configurações mais adequadas para o que as pessoas realmente fazem dentro do ambiente no qual estão inseridas" (ZEISEL, 2006, p.110).

No que toca a "observação do comportamento e o ponto de vista do observador" (ZEISEL, 2006, p.112), foi adotada a posição participante. O método de coleta de dados na observação participativa consistiu na vivência, por parte do pesquisador, nas atividades cotidianas relacionadas ao objeto de estudo. O interesse foi compreender a dinâmica e os processos do lugar por meio da observação e da participação direta nos seus eventos e em seus contextos naturais, mantendo sempre uma postura totalmente ativa, envolvendo-se com o fenômeno analisado e com a identidade e os objetivos revelados.

Com a finalidade de participar das atividades relacionadas à horta, foi estabelecida uma meta inicial de visitas à escola de, pelo menos, um dia em cada semana, durante dois meses. Cumprindo exigências da Secretaria Municipal de Educação (SME), tais visitas deveriam ser previamente comunicadas à direção da escola ou pessoal responsável, e realizadas de modo que não atrapalhasse a rotina escolar. Por falta de um ritmo marcado de atividades com os alunos na horta, as visitas foram realizadas mais espaçadamente e estendeu-se por um semestre. A partir de um contato estabelecido previamente, toda atividade realizada na horta e pertinente à pesquisa era comunicada pela professora envolvida no projeto.

Para a observação participativa, além dos instrumentos relacionados às atividades executadas *in loco*, foram utilizados como ferramentas de registros: anotações, croquis e fotografias. Por não possuir autorização específica, as fotografias tiradas dentro da escola não poderiam expor os alunos e, por isso, focaram apenas na execução das atividades ou foram submetidas a algum filtro para não revelar a identidade das crianças.

2.4 Entrevistas informais

Combinadas à observação participativa, as primeiras entrevistas informais realizadas nesse estudo aconteceram, também, a partir das visitas às hortas de Manguinhos, do Morro da Formiga e do Jardim Anil, na companhia de profissionais da equipe do PHC, no âmbito das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa PAISA.

Para tal procedimento metodológico, assemelhando-se muito a uma conversa comum, não é exigido nenhum planejamento prévio. As questões surgem espontaneamente no decorrer da entrevista (COHEN et al., 2017) e, em alguns casos, a condução da entrevista acaba por ser partilhada entre entrevistador e entrevistado. A existência do interesse pela busca de informações sobre o tema de investigação e sobre o estudo de caso é o que diferencia a entrevista informal de uma conversa comum. No estudo, todas as conversas com os indivíduos ligados ao recorte objetivaram elucidar tópicos relacionados à prática da agricultura urbana.

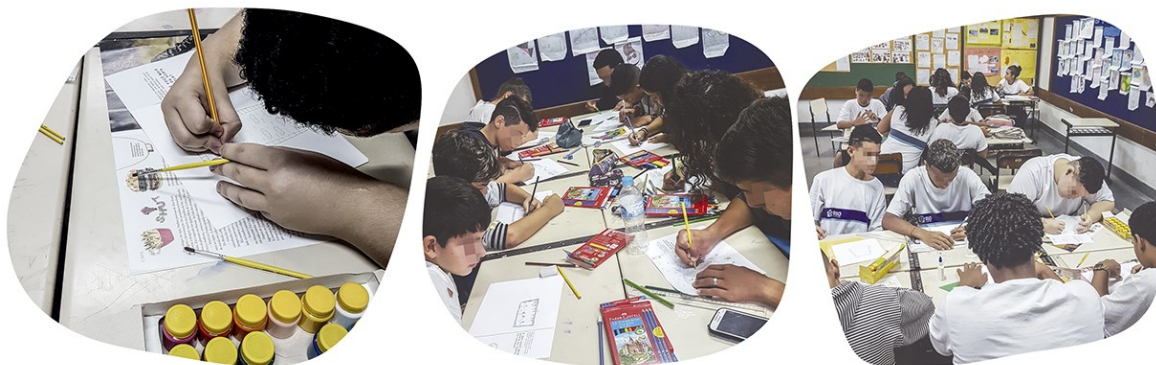
Pode-se dividir o alcance desse procedimento em três níveis. O primeiro, como já mencionado anteriormente, relacionado ao PHC. Nesse nível, além do contato com a equipe responsável pelo programa e de uma aproximação com algumas hortas do projeto, buscou-se, também, uma aproximação com seus respectivos colaboradores. O objetivo foi compreender a iniciativa, suas problemáticas espaciais e o que ela representa na vida e rotina de alguns envolvidos.

O segundo nível engloba a E. M. Rodrigo Otávio, tendo em conta os responsáveis pela horta da instituição, a direção, os funcionários, os alunos e os professores. Já no terceiro nível, destaca-se o entorno imediato, incluindo a praça vizinha à escola. Em todos os casos, as entrevistas informais foram utilizadas objetivando um envolvimento entre entrevistador e o entrevistado mais descontraído, que viabilizasse uma maior troca de informações e que abrisse brechas para o pesquisador inteirar-se de assuntos antes não conhecidos. O procedimento foi registrado, principalmente, através de anotações livres, e grande parte das informações foram primordiais para o entendimento do contexto do objeto estudado.

2.5 Dinâmica em grupo

Com o objetivo de ouvir alguns alunos a partir de um procedimento mais lúdico, optou-se pela realização de uma dinâmica em grupo com alunos do 8º e do 9º ano da E. M. Rodrigo Otávio. O objetivo do *workshop* - intitulado “Nossa horta: fragilidades, potencialidades e desejos” (Figura 3) foi identificar, através de atividades artísticas (desenhos, colagens, textos ou outras formas de expressão) a relação de vínculo positivo (afeto) ou negativo (repulsa) entre os estudantes e o espaço da horta da escola e, também, os desejos de cada um no que toca a construção da proposta paisagística para a área.

Figura 3: Montagem de fotos do *Workshop* “Nossa horta”, realizado com alunos da E. M. Rodrigo Otávio.



Fonte: SILVA, 2019.



A dinâmica foi guiada por três eixos principais:

Eixo um - “Faça um desenho, colagem, texto ou outra atividade artística que preferir que revele o que você menos gosta da horta da escola.”;

Eixo dois - “Faça um desenho, colagem, texto ou outra atividade artística que preferir que revele o que você mais gosta da horta da escola.”;

Eixo três - “Faça um desenho, colagem, texto ou outra atividade artística que preferir que revele o que você mais gostaria que tivesse na horta da escola.”

Tal procedimento foi estruturado - com cerca de um mês de antecedência - em parceria com a direção da escola e com a professora responsável pelos tempos de aula cedidos. Durante a sua realização foi disponibilizado aos estudantes todas as ferramentas necessárias para a sua execução. As ferramentas oferecidas incluíam - além de papel, lápis e borracha - material para desenho, material para pintura e material para a confecção de colagens, ficando a escolha do aluno a atividade ou as atividades de sua preferência.

O *workshop*, realizado durante um turno (tarde), contou com a turma do “Projeto Acelera”, composta por alunos em defasagem escolar. Segundo a professora responsável pela classe, nessas turmas a horta é utilizada como ferramenta para desenvolver e ampliar o interesse dos alunos pela escola e pelas tarefas curriculares.

2.6 Questionários

Há algumas décadas, os questionários se destacam como um importante procedimento no desenvolvimento de pesquisas de caráter científico. Os mesmos têm demonstrado ser um método muito útil para identificar motivações e necessidades rápidas das pessoas em relação aos espaços e aos contextos nos quais estão inseridas (COSTA, 1992). Comumente, tais questionários são formulados com perguntas fechadas e, na maioria dos casos, com questões de múltipla escolha.

No entanto, tem-se percebido que a utilização desse tipo de questionários não é a maneira mais apropriada para compreender, com certa profundidade, as necessidades mais complexas das pessoas em relação aos lugares (COSTA, 1992). Como um exemplo de procedimento quantitativo, tais questionários não são capazes de explorar, por si só, a profundidade das experiências, dos elos afetivos e dos apegos das pessoas aos lugares, nem revelar o significado dessas áreas em suas vidas.

Esse fundamento motivou, nessa investigação, a produção de questionários mais flexíveis - que contemplassem questões abertas - com a finalidade de ampliar a troca de informações entre pesquisador e consultado. As questões abertas admitem respostas diversas e o alcance a opiniões, sentimentos, crenças e atitudes. Esse alcance mais profundo ao indivíduo e ao elo com o espaço é, sem dúvida, importantíssimo para a manutenção ou para a construção do espaço genuinamente habitado (Heideggeriano).

Os questionários foram divididos em quatro grupos, levando em consideração a relação entre os indivíduos e o estudo de caso e suas respectivas expectativas na construção de um projeto paisagístico para o local. Por envolver uma área de horta em uma instituição de ensino e uma praça em um bairro predominantemente residencial, foram produzidos questionários para os responsáveis pela horta, para os alunos e professores da escola e para os transeuntes do entorno e da praça. Cada questionário trouxe, em média, 25 questões abertas e fechadas.



Além das perguntas específicas para cada um dos quatro círculos de indivíduos, os questionários destinados aos alunos, professores e responsáveis pela horta contaram com três perguntas padrões relacionados à horta da escola,

O que você mais gosta da horta? Por quê?;
O que você menos gosta da horta? Por quê?;
Você teria sugestões para melhorá-la? Quais?

Os questionários foram produzidos de modo que as perguntas mais simples ficassem no início (geralmente as fechadas), com o objetivo de facilitar o desdobramento da consulta e de causar o mínimo de desconforto até que o entrevistado pudesse se sentir mais à vontade. Todas as questões foram previamente estruturadas e impressas em formulários específicos para cada grupo de indivíduos. As entrevistas duraram, em média, dez minutos e foram registradas nos próprios formulários com o uso de caneta e prancheta. No total, objetivando uma aproximação ao local e sem fim estatístico, foram ouvidas cerca de 100 pessoas. Para a sistematização dos resultados dos questionários as respostas foram agrupadas por questão e dispostas em formato de lista.

2.7 Fotografias, esquemas, croquis e desenhos

Tratando-se de uma dissertação no campo da arquitetura paisagística, foi imperativo, durante todo o processo da pesquisa, o uso de fotografias, esquemas, croquis e desenhos. Habitualmente utilizados na elaboração de projetos na área da arquitetura e da indústria criativa em geral, tais procedimentos contribuem no processo de criação e na apresentação de uma ideia aos possíveis interessados (clientes). Na pesquisa completa, estes procedimentos permearam todos os capítulos, marcando uma maior presença nos resultados (Frutos), principalmente junto à proposta paisagística elaborada para o objeto de estudo.

As fotografias foram indispensáveis para registros espaciais ou de atividades, como também, na forma de base para estudos projetuais, quando associadas aos esquemas e aos croquis. As fotografias - autorais ou do grupo PAISA - utilizadas na pesquisa, foram feitas com câmera portátil ou pela câmera do celular. Os esquemas e os croquis foram primordiais para as análises espaciais e para as soluções de projeto adotadas durante o desenvolvimento da proposta. Com eles foi possível dar vida às diversas decisões projetuais, desde o gesto mais marcante do plano geral até os menores detalhes construtivos empregados. Os desenhos, que constituem a essência do projeto arquitetônico, foram realizados de duas formas: à mão livre e com o uso de softwares no computador.

Tais desenhos são fundamentais para dar forma às ideias e, a partir dessa substancialização, permitem que qualquer pessoa consiga, com certa facilidade, entender espacialmente e participar de uma proposta de arquitetura paisagística em suas diversas fases, principalmente quando tais desenhos são feitos em três dimensões. No que toca a construção do espaço de forma coletiva e interdisciplinar, a possibilidade de compreender - através dos desenhos - o processo de concepção da proposta e do resultado almejado é primordial para a elaboração do projeto de acordo com as expectativas e as críticas dos diversos usuários envolvidos (SILVA, 2019).

2.8 Autorização para a pesquisa

É importante ressaltar que, por se tratar de um trabalho realizado dentro dos limites de uma instituição pública de ensino, para o acesso à escola e a realização de todos os procedimentos de



pesquisa citados até aqui, foram necessárias algumas etapas burocráticas anteriores com o objetivo de conseguir uma autorização junto à Secretaria Municipal de Educação (SME).

A partir da apresentação de uma carta que detalhava todo o projeto de pesquisa em um padrão oferecido pela própria SME, foi criado um protocolo e dado sequência em um processo para a liberação de uma autorização. Após uma análise interna, foi emitido o Termo de Anuência, por parte da própria SME. Tal termo declarava o consentimento para a realização do estudo, no entanto, também solicitava o parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para a emissão da autorização.

Segundo a própria plataforma³, CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, com *munus* público, que deve estar presente nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Foi criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - Res. CNS 196/96,II.4). A submissão do projeto de pesquisa no CEP, via Plataforma Brasil, é composta por, aproximadamente, sete etapas. Dentro dessas etapas foi necessário descrever o projeto, detalhadamente, e anexar, entre outros documentos, o Instrumento de Coleta de Dados e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). No Instrumento de Coleta de Dados deve constar a descrição dos procedimentos metodológicos escolhidos para a pesquisa e, no caso de uso de questionários ou de entrevistas semiestruturadas, é necessária a apresentação prévia de todas as perguntas que serão feitas para cada grupo de indivíduos durante a consulta.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) deve anteceder a consulta ao entrevistado, funciona como uma autorização para a realização da entrevista. Também deve conter todas as informações do projeto, possuir uma linguagem de fácil compreensão e ser impresso em duas vias. No caso de menores de idade, deve ser usado, também, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE). Nesse caso, o TALE não anula a necessidade do TCLE, pois o último também deve ser assinado pelo responsável legal do menor para que a consulta possa ser realizada.

O processo total de aquisição da autorização para a pesquisa durou cerca de três meses, desde a abertura do processo na SME até a retirada da autorização na 11ª Coordenadoria Regional de Educação, na Ilha do Governador.

2.9 Diário Onírico

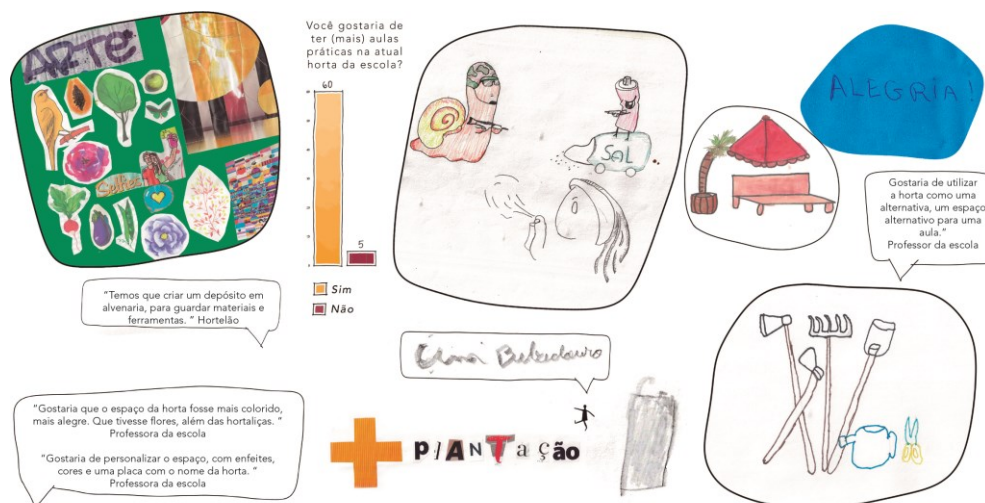
As diversas informações coletadas foram separadas em três eixos temáticos e cada seção foi preenchida com os relatos dos indivíduos ligados à escola (coletados através dos questionários, de fotografias tiradas na observação do espaço, de anotações e depoimentos das conversas informais e das colagens, pinturas em guache e desenhos feitos pelos próprios alunos). Essa sistematização foi chamada de "Diário Onírico", que segundo MURAD (2006, p.233) "Consiste em poetizações, narrativas livres que testemunhem as observações de campo, as evasões devaneadoras do pesquisador nas múltiplas frequências sobre o objeto de investigação".

Os três eixos temáticos do Diário Onírico foram estruturados da seguinte forma: "sobre o que encanta na horta da escola"; "sobre o que incomoda na horta da escola;" e "sobre os desejos para a horta" (Figura 4).

³ Disponível em <http://plataformabrasil.saude.gov.br>

Figura 4: Alguns recortes das diversas informações que compuseram o “Diário Onírico”.

Destacamos abaixo parte dos dados exibidos no eixo “sobre os desejos para a horta”. Muitos desejos foram lançados para a reflexão e reconstrução do espaço compreendido pela horta da escola. Parte desses desejos tocaram nas fragilidades atuais e nas suas possíveis soluções, como por exemplo, o desejo de acabar com a lama e com os caramujos que destroem as hortaliças e oferecem perigo à saúde.



Fonte: SILVA, 2019.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os procedimentos aqui apresentados contribuíram para reafirmar, de diferentes maneiras, fragilidades, potencialidades e desejos atrelados ao espaço da horta da Escola Municipal Rodrigo Otávio, sendo muito relevantes para a elaboração da proposta. Após a realização do diagnóstico, sintetizado através do Diário Onírico, o propósito do projeto paisagístico foi formalizar os resultados obtidos a partir de todos os questionamentos e conceitos elucidados no decorrer da pesquisa. A solução de desenho do espaço aberto apresentou-se como a maior contribuição por parte do arquiteto paisagista e um dos principais objetivos da investigação. A proposta foi desenvolvida com um impulso menos voltado para a resolução formal e mais para os processos públicos de projeto e de apropriação futura. Preocupando-se com a evolução da superfície ao longo do tempo e propondo um tipo de paisagismo que antevê mudanças, flexibilidades e negociações (CORNER, 2006, p.3.).

Para ver resultados e mais informações sobre a pesquisa acesse a dissertação na íntegra no banco de dissertações e teses da UFRJ, disponível em <https://minerva.ufrj.br/>.

AGRADECIMENTOS

À professora Lucia Costa pela generosidade e afetuosidade em compartilhar saberes preciosos sobre arquitetura paisagística e metodologia em pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisas em Arquitetura Paisagística PAISA-PROURB/UFRJ, pelas contribuições no estudo sobre agricultura urbana e arquitetura paisagística.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

BARROS, Júlio Cesar. Hortas Cariocas, Rio de Janeiro. Entrevista concedida a GlobalCAD/Green My Favela. GMF, 2015. Disponível em: www.greenmyfavela.org. Acesso em: 19/09/2019.

BONI, Valdete & QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2005, p. 68-80.

COHEN, Louis., MANION, Lawrence., & MORRISON, Keith. *Research methods in education*. Londres: Routledge, 2007.

CORNER, James. Terra fluxus. In C. Waldheim (Ed.), *The landscape urbanism reader*. Princeton NJ: Princeton Architectural Press, 2006. p.21-33.

COSTA, Lucia M. S. A. Popular values for urban parks: a case study of the changing meanings of Parque do Flamengo, in Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Paisagismo, University College London -UCL, Londres, 1992.

DE GROOT, Rudolf. Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multifunctional landscapes. *Landscape and Urban Planning*, 75, 2005, p.175-186.

HEIDEGGER, Martin. [*Bauen, Wohnen, Denken*] (1951) Conferência pronunciada por ocasião da "Segunda - Reunião de Darmstadt", publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954.

MOREIRA, Herivelto & CALEFFE, Luiz G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MURAD, Carlos A. *A criação no pensamento da imagens*. In: PINHEIRO MACHADO, Denise B. (Org.). *Sobre urbanismo*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006, p.223-239.

O'REILLY, Érika de Mattos. *Agricultura Urbana – Um Estudo De Caso Do Projeto Hortas Cariocas Em Manguinhos, Rio De Janeiro*. Projeto de graduação do Curso de Engenharia Ambiental, Escola Politécnica/UFRJ, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. *Horticultura Urbana e Periurbana, Cidades mais verdes*, 2015. Disponível em: www.fao.org/ag/agp/greencities/pt/hup/meios_de_subistencia.html.

PROGRAMA HORTAS CARIOCAS. Prefeitura do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC. Disponível em: www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas. Acesso em: 19/09/2019.

SILVA, Douglas S. Alimento, cidade e desenho: a poética do projeto paisagístico na agricultura urbana. Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagística, FAU-UFRJ, 2019

WALL, Alex. "*Programming the Urban Surface*," in CORNER, James (Ed.), *Recovering Landscape: essays in contemporary landscape architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1999.

ZEISEL, John. *Inquiry by Design: Tools for Environment-Behaviour Research*. Cambridge : CUP Archive, 1984.



Espaços livres públicos e características do espaço construído: estudo de caso da caminhabilidade no entorno da Praça do Santíssimo Salvador na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

LINHA TEMÁTICA: Estratégias e processos projetuais. Como estamos atuando?

TORRES, Thais Ferreira (1); ARAUJO, Késia Rocha (2); MARTINS, Luma dos Santos (3); SILVA, Marina Roma Ribeiro de Oliveira (4).

(1) Mestre em Engenharia Ambiental, Instituto Federal Fluminense, thais.torres@ifff.edu.br

(2) Pós-graduanda em Arquitetura da Cidade, Instituto Federal Fluminense, kesiarochaa@gmail.com

(3) Pós-graduanda em Arquitetura da Cidade, Instituto Federal Fluminense, luma.santos.martins@gmail.com

(4) Pós-graduanda em Arquitetura da Cidade, Instituto Federal Fluminense, marinaroma.arq@gmail.com

RESUMO

A Praça do Santíssimo Salvador está presente na paisagem da cidade de Campos dos Goytacazes desde sua formação inicial, quando ainda era denominada Vila de São Salvador. Atualmente, por sua grande relevância histórica, consolidou-se como um ponto de referência, localizada no centro da cidade, próxima aos principais terminais de transporte público, sendo um importante local de passagem com intenso fluxo de pedestres durante todo o dia. Neste trabalho, é apresentada uma análise da caminhabilidade das calçadas no entorno da Praça do Santíssimo Salvador, considerando as características do ambiente urbano, as situações e dimensões das calçadas, a percepção de segurança pública, as condições de segurança viária e outros aspectos. Todas as características são avaliadas através da ótica do pedestre, de forma a averiguar se estas produzem uma boa caminhabilidade, ou seja, se favorecem e influenciam na motivação para deslocamentos a pé e utilização desse espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Caminhabilidade; Pedestre; Praça do Santíssimo Salvador.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento urbano desordenado afeta o meio ambiente das cidades, através da aglomeração de edificações e pessoas, do aumento do tráfego de veículos nas áreas centrais, da impermeabilização do solo, entre outros aspectos que envolvem o complexo desenvolvimento das cidades (NUCCI, 2008).

O deslocamento a pé vem sendo reduzido e substituído pelos modos motorizados desde a Revolução Industrial. Enquanto a infraestrutura de vias ganha cada vez mais espaço, as calçadas e ciclovias ficam negligenciadas ou em segundo plano. É neste contexto que a maioria das cidades perde espaço para a escala humana e toma para si a escala motorizada, deixando, portanto, de proporcionar uma vida urbana mais agradável, cujas cidades sejam para pessoas e não para veículos (GEHL, 2015).

Lefebvre (2001) defende o “direito à cidade”, que consiste no direito às condições de moradia e à vida urbana, transporte e uso dos equipamentos públicos. Quando esse direito não é assegurado, acontece o que o autor chama de “destruição da urbanidade”, com limitação do acesso e uso dos espaços de encontro e de convívio, representando danos no exercício da cidadania.



O conceito de caminhabilidade foca nas condições do espaço urbano sob a ótica do pedestre. De acordo com o Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento – ITDP (2016), pode ser definida como as características do ambiente urbano que favorecem a sua utilização para deslocamentos a pé. Em uma perspectiva mais ampla, uma infinidade de novas oportunidades sociais e recreativas podem aparecer quando se realizam deslocamentos a pé. Caminhar é uma forma de interagir com outras pessoas e de compartilhar o espaço público como uma plataforma e estrutura. (GEHL, 2015).

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no norte do estado do Rio de Janeiro e possui a maior extensão territorial do estado, possuindo uma população estimada para o ano de 2018 de, aproximadamente, 500 mil habitantes, segundo dados do IBGE Cidades. Pode ser considerada uma cidade de médio porte, haja vista a oferta de bens e serviços.

A partir do conceito de caminhabilidade e baseado na metodologia desenvolvida ITDP, foi realizada uma análise das condições de caminhabilidade no entorno da Praça do Santíssimo Salvador, cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. A escolha da área analisada se deu por conta de ser um local de passagem com grande fluxo de pedestres, além de estar na região central da cidade, ser um ponto de grande relevância histórica e estar próxima a importantes terminais de transporte público – terminal Luiz Carlos Prestes (Av. XV de Novembro) e Rodoviária Roberto Silveira.

Com isso, o presente trabalho teve como objetivo analisar a caminhabilidade no entorno da Praça do Santíssimo Salvador. O estudo utilizou pesquisa bibliográfica, documental e levantamento de campo, onde foram avaliadas as condições atuais da praça, além de registro fotográfico.

Este trabalho vem estruturado em mais duas seções de contextualização, uma com apresentação dos resultados da análise da caminhabilidade no entorno da praça, além desta introdução e das considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Espaços públicos

Para tratar do conceito de espaço público, deve-se defini-lo como um termo complexo e multidimensional, permitindo que essa reflexão compreenda uma discussão mais ampla que traz conotações subjetivas e objetivas. No âmbito físico pode-se considerá-lo um vazio urbano que se configura de acordo com os volumes das zonas centrais da cidade, constituindo muitas das vezes um espaço onde se observa maior incidência de áreas verdes. A sua forma subjetiva compreende o aspecto do espaço público enquanto local de direito dos cidadãos e da expressão política por excelência. Outra característica importante é a sua capacidade de conectar lugares e pessoas de todo tipo e procedência, em qualquer momento. Portanto, o espaço público é intrinsecamente o mais democrático da cidade (ALOMÁ, 2013).

Segundo Balula (2011), são três as dimensões centrais que podem ser encontradas dentro do conceito de espaço público: social, funcional e simbólica. A dimensão social trata sobre a vocação do lugar para a vida em sociedade, a funcional se refere ao exercício de diversas funções no lugar, e por sua vez a simbólica trata da constituição local que agrupa diferentes significados partilhados por grupos sociais diversos. Esses “lugares” dependem da existência de um espaço físico onde possam coexistir; espaço esse que se torna “palco no qual os atores sociais se movimentam” (BALULA, 2011, p. 95).



As atividades sociais da comunidade costumam ser direcionadas para espaços públicos não lineares, como parques, jardins e praças; que por sua vez têm seu papel determinado pela localização e usuários, assim como a natureza e o conteúdo da sua interação. Podem passar a fazer parte do desenho urbano de forma intencional ou casual, sendo entendidos, do ponto de vista da concepção espacial, como resultado de intervenções na cidade (GEHL; GEMZOE, 2000).

De uma forma geral, pode-se considerar que o espaço público é, de forma genuína, o espaço de vida coletiva urbana, o local do imprevisto, da espontaneidade, dos encontros, das rotinas, dos desacordos, do diálogo, do que se expõe e reivindica (CARLOS, 2001). Sendo, portanto, complementado pela ideia que muitas vezes é confundida com o conceito de espaço público ideal para a população geral, que classifica como uma extensão do morar, do brincar, das atividades de lazer, formado por diferentes usos e apropriações.

Para que se possa alcançar o objetivo de promover o encontro entre pessoas e atividades de lazer e entretenimento, o espaço público deve englobar uma combinação ideal de equipamentos, materiais e tudo o que seja necessário para alcançar condições que garantam o conforto e consequentemente possibilitem as atividades ao qual se destina. Um dos principais condicionantes é a avaliação de questões ambientais, que possuem importância e pertinência direta nos fenômenos de uso e apropriação do espaço público. Dependendo do efeito desses condicionantes, se desfavoráveis, podem agir como ameaça à vivência e sustentabilidade nesses espaços.

2.2 O pedestre e a caminhabilidade

As ruas e calçadas compõem um dos principais palcos da vida cotidiana. É o local onde as pessoas transitam para ir de um local a outro, ou apenas para passar o tempo. Independente do propósito, uma caminhada pelo espaço urbano propicia as trocas e atividades sociais, que são parte integrante das atividades do pedestre durante o percurso (JACOBS, 2001).

Pedestres são pessoas que se deslocam a pé, incluindo crianças, adultos e idosos, com suas diferentes capacidades de percepção e agilidade. Eles podem ainda apresentar limitações físicas, como deficiências motoras e de visão; e limitações de locomoção, permanentes ou temporárias, como o transporte de carrinhos de bebês, carrinhos de compras, cadeira de rodas e crianças de colo (ITDP, 2016).

A atual forma de organização das cidades e a concepção dos espaços urbanos, voltados para o deslocamento do veículo individual, reduz o papel, anteriormente protagonista, do pedestre na vitalidade da cidade. Mesmo o pedestre sendo elemento prioritário no sistema de transporte, observa-se que a infraestrutura urbana existente não incentiva seu deslocamento, visto que as calçadas não ofertam condições mínimas para a realização do caminhar, sendo normal encontrar calçadas estreitas, com buracos e obstruções (SPECK, 2012).

Se as ruas e vias estiverem ocupadas por pessoas e os serviços e recursos buscados estiverem devidamente localizados, caminhar pode ser o modo mais produtivo e gratificante de se deslocar pela cidade (D'ALMEIDA, 2017).

A partir disso, o autor Jeff Speck (2012) pontua que para que um trajeto a pé seja atraente, ele deve ser seguro, confortável e interessante. O autor atenta para o fato que uma cidade caminhável deve ser encarada como algo simples, uma solução prática para problemas que encaramos rotineiramente.

Jane Jacobs (2001) conclui que a rua é um elemento essencial para o bom funcionamento da estrutura social das cidades, pois permite a formação da comunidade, que por sua vez, é o meio

mais eficaz de garantir a segurança. Além disso, a autora pontua que a rua potencializa encontros e ajuda a criar um sentimento de pertencimento e identidade com a cidade.

O ITDP conceitua caminhabilidade, *walkability* em inglês, como as condições que o espaço urbano apresenta sob a ótica do pedestre. A caminhabilidade compreende características que tenham influência na motivação para as pessoas andarem com mais frequência e utilizarem o espaço urbano. O foco não é apenas em elementos físicos, mas também em atributos do uso do solo, da política ou da gestão urbana que contribuem para valorizar os espaços públicos, a saúde física e mental dos cidadãos e as relações sociais e econômicas na escala da rua e do bairro (ITDP, 2016).

Quando abordamos a caminhabilidade, pode-se perceber que o pedestre deve se sentir convidado a caminhar pela cidade e a permanecer em espaços públicos. Para tal, deve-se iniciar um processo de melhores e mais seguras condições para o tráfego e permanência, que irá refletir em novos padrões de uso da cidade (MARQUES; BATISTELA, 2016).

2.3 Contexto histórico das mudanças de usos da Praça São Salvador

Em 28 de março de 1835, a então vila de São Salvador, foi elevada à categoria de cidade de São Salvador de Campos dos Goytacazes. Nessa época “a cidade possuía uma Praça (a Principal ou da Constituição), quatro Largos (Rosário, Pelourinho ou Capim, Rocio e das Verduras), dezenove Ruas e seis Travessas, quase todas sem pavimentação, crivadas de atoleiros” (FREITAS, 2006)

Figura 1: Praça do Santíssimo Salvador em 1879



Fonte: Acervo da Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, 2019

A Praça Principal ou Praça da Constituição passou a ser denominada como Praça do Santíssimo Salvador a partir do ano de 1867. A expressão “São” utilizada por grande da população se tratava como os portugueses assim chamavam em abreviação à expressão “Santíssimo” (JORGE, 2015).

No ano de 1870, quando iniciou a Guerra do Paraguai, o primeiro batalhão a ser organizado por uma cidade se concentrava na Praça para as solenidades (MOTTA; SOUZA, 2010). Já no ano de 1883, com a chegada da energia elétrica a Campos, a Praça do Santíssimo Salvador foi contemplada com iluminação através dos postes com energia elétrica, recebendo nesta época a visita do então Imperador D. Pedro II (FARIA, 2006).



Motta e Souza (2010) informa que no ano de 1893, a praça foi ajardinada e fechada por gradis. E Rodrigues (2014) relata que no ano 1901, o então presidente da Câmara Municipal o médico Benedito Pereira Nunes contratou o Engenheiro Sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito para promover um plano de saneamento da cidade. Além de melhorar as condições de higiene e saúde, o plano também visava do embelezamento do espaço urbano.

No ano de 1904, o Chafariz Belga é instalado na Praça Quatro Jornadas conforme relata Motta e Souza (2010). Na década de 1910, os gradis foram retirados, retornando novamente acesso livre aos jardins pela população (JORGE, 2015).

Na década de 1930, a praça passou por mais um período de reforma, trazendo aos projetos urbanísticos a modernidade; nos anos de 1940 é colocada na praça uma estátua em homenagem aos heróis campistas mortos na II Guerra Mundial (MOTTA; SOUZA, 2010).

Nos anos de 1960, o entorno da Praça sofre mais uma modificação, ocorrendo a demolição da antiga Santa Casa de Misericórdia de Campos e da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens. No final da década de 1970, em consequência do aumento da frota dos coletivos, o ponto de ônibus é retirado da Praça Quatro Jornadas e deslocado para a Avenida XV de Novembro, a Beira-rio (JORGE, 2015).

Motta e Souza (2010) narra que no final da década de 1980 mais um processo de revitalização ocorre nas Praças do Santíssimo Salvador e Quatro Jornadas. A proposta da revitalização era ampliar os espaços e unir ambas as praças à Catedral. O conceito adotado ainda era de uma praça de permanência e lazer. No ano de 2005, com a justificativa de atender às necessidades dos comerciantes, a prefeitura conclui a reforma mais significativa da praça, os jardins praticamente eliminados, e o uso da praça passou para predominantemente de passagem.

No ano de 2014, o chafariz belga foi completamente restaurado (JORGE, 2015), porém atualmente este se encontra danificado e inativo.

3 A CAMINHABILIDADE E AS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO CONSTRUÍDO NO ENTORNO DA PRAÇA DO SANTÍSSIMO SALVADOR

Analisar a caminhabilidade no entorno da praça permite avaliar as condições do espaço urbano e acompanhar o impacto de ações de qualificação do espaço público, indicando em que medida favorecem ou não os deslocamentos a pé. Esta análise teve como propósito promover um novo olhar sobre o meio urbano sob a ótica do pedestre e foi dividida em seis diferentes categorias: calçada; mobilidade; atração; segurança viária; segurança pública; e ambiente.

O trabalho foi baseado na metodologia desenvolvida pelo ITDP. Os dados e imagens foram coletados durante semana, no período vespertino.

3.1 Categoria Calçada

A categoria calçada incorpora a dimensão de caminhabilidade relativa à infraestrutura, considerando dimensões, superfície e manutenção do piso adequado ao pedestre. As características analisadas constam na Tabela 01.

Tabela 01: Características analisadas na categoria calçada

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Calçada	Condição do piso (Regular, Nivelado e Antiderrapante)	Adequado
		Parcialmente adequado (1 ou 2 características inadequadas)
		Inadequado (todas as características inadequadas)
	Largura	Adequada (igual ou maior que 2,0m)
		Parcialmente adequada (Entre 1,50m e 2,0m)
		Inadequada (menor que 1,50m)
	Barreiras	Sem barreiras
		Obstrução de parte da passagem
		Obstrução total da passagem
	Piso tátil	Possui piso tátil
Não possui piso tátil		

Fonte: Autoria própria, 2019

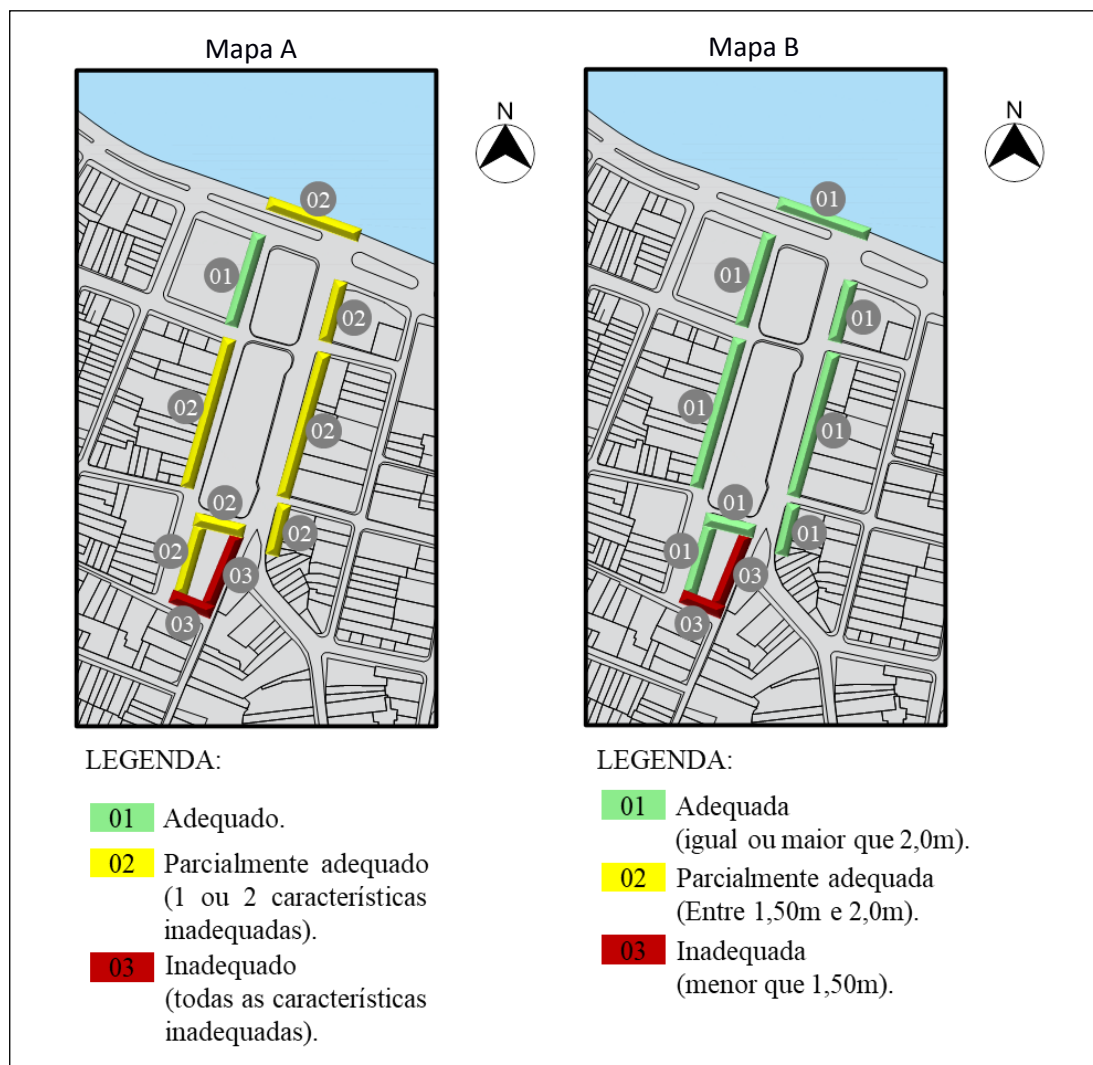
A primeira característica analisada foi a condição do piso, onde foi verificado se o piso da calçada é regular, nivelado e antiderrapante. A segunda característica analisa foi a largura das calçadas, onde os trechos foram divididos em: calçadas com largura maior que 2,00m; calçadas com largura entre 1,50m e 2,00m; e calçadas com largura menor que 1,50m. A Figura 02 ilustra o tipo de calçada existente no entorno da praça.

Figura 2: Calçada no entorno da praça



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Figura 03: Mapas de condição dos pisos (A) e largura das calçadas (B)



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Conforme apresentado na Figura 03 – Mapa A, a condição dos pisos da maioria das calçadas é parcialmente adequada, sendo o principal problema encontrado o material não ser antiderrapante. Os trechos nas laterais da catedral estão em pior estado, apresentando buracos, desníveis e materiais quebrados.

Conforme apresentado na Figura 03 – Mapa B, a maioria das calçadas possuem largura adequada e, assim como na condição do piso, apenas as calçadas na lateral da catedral são inadequadas, com trechos de calçada com, aproximadamente, 1,10 metros (FIGURA 04).

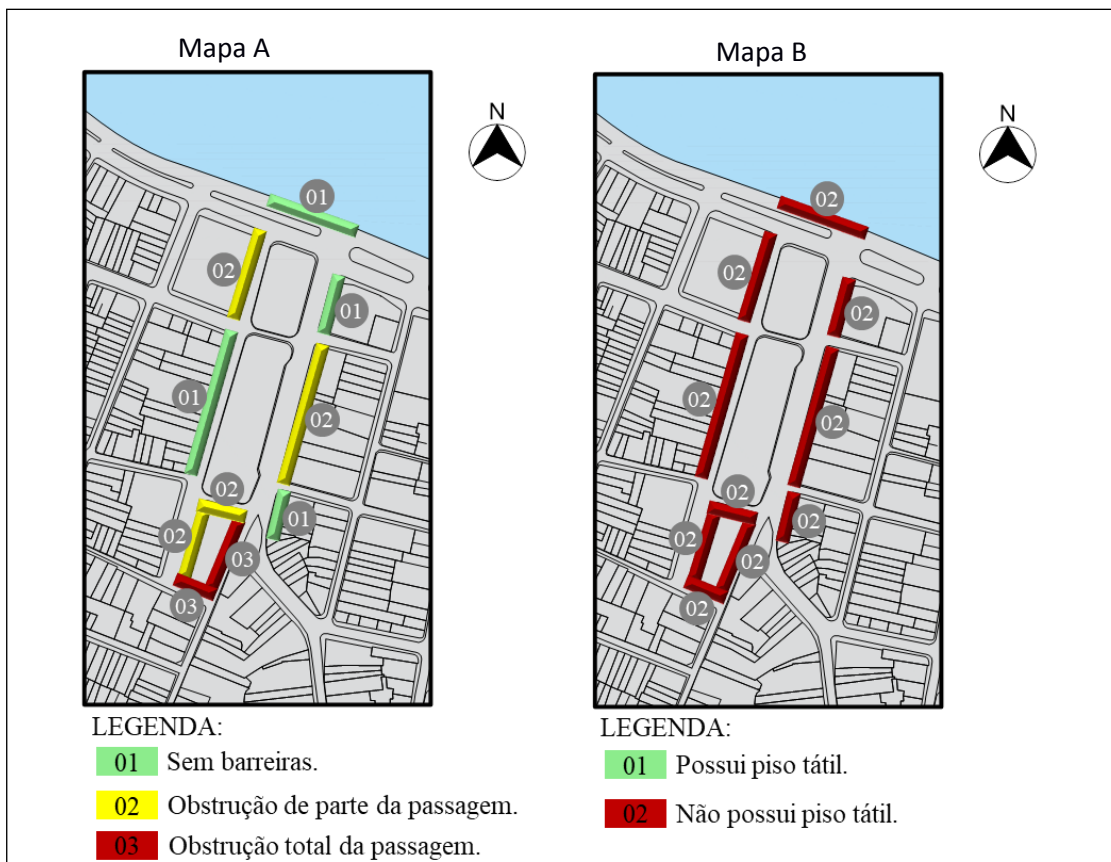
A seguir foram verificadas se existiam barreiras que atrapalhavam a faixa livre de circulação dos pedestres (Figura 05). Quanto ao piso tátil, foi verificado se existiam ou não nas calçadas analisadas. Os resultados foram apresentados nos mapas da Figura 06.

Figura 04: Calçada com largura inadequada e Figura 05: Obstáculos nas calçadas



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Figura 06: Mapas de barreiras (A) e piso tátil (B)



Fonte: Acervo das autoras, 2019

As obstruções são constituídas por mesas de restaurantes, barracas de venda de produtos variados e postes de iluminação. Além disso, por ser um local de grande incidência de pessoas em situação de rua, há nas calçadas muitos colchões e cobertores. Quanto ao piso tátil, foi verificada sua inexistência em todos os trechos.

3.2 Categoria Mobilidade

A categoria Mobilidade está relacionada à disponibilidade e ao acesso ao transporte público. Avalia também a permeabilidade da malha urbana. As características analisadas nessa categoria são apresentadas na Tabela 02.

Tabela 02: Características analisadas na categoria mobilidade

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Mobilidade	Dimensão das quadras	Lateral da quadra tem 110m ou menos de comprimento
		Lateral da quadra tem entre 111m e 130m de comprimento
		Lateral da quadra tem entre 131m e 150m de comprimento
		Lateral da quadra tem mais de 150m de comprimento
	Distância a pé ao transporte	A distância máxima a pé até uma estação de transporte público é de 500m ou menos
		A distância máxima a pé até uma estação de transporte público é entre 501m e 750m
		A distância máxima a pé até uma estação de transporte público é entre 751m e 1000m
		A distância máxima a pé até uma estação de transporte público é 1001m ou mais
	Rede cicloviária	Segmento possui condições seguras e completas para o uso de bicicletas
		Segmento não possui condições seguras e completas para o uso de bicicletas

Fonte: Autoria própria, 2019

A primeira característica analisada nesta categoria foi a dimensão das quadras, onde foram verificadas se as quadras possuem menos de 110 metros de comprimento, favorecendo à locomoção dos pedestres. A dimensão deve colaborar para uma melhor mobilidade do pedestre, permitindo oportunidades de cruzamentos e proporcionando rotas mais diretas. Foi constatado que todas as quadras da região analisada possuem dimensão adequada, garantindo a permeabilidade nas quadras e favorecendo a locomoção dos pedestres na área central da cidade.

Posteriormente, foi verificada a distância a pé ao transporte público. A proximidade ao transporte constitui um fator importante para facilitar o acesso do local para o pedestre. Constatou-se também que a área é bem atendida pelo transporte público, por conta da proximidade com o terminal Luiz Carlos Prestes (Av. XV de Novembro) e também da Rodoviária Roberto Silveira, localizada a, aproximadamente, 850 metros da praça.

Quanto à rede cicloviária, foi verificada a inexistência em todos os trechos centrais, sendo inclusive este um problema de toda a região central da cidade.

3.3 Categoria Atração

A categoria Atração avalia atributos do espaço construído que podem ter um impacto decisivo na intensidade do uso das rotas de pedestres e na sua distribuição ao longo do dia ou semana. As características analisadas nessa categoria são apresentadas na Tabela 03.

Tabela 03: Características analisadas na categoria atração

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Atração	Fachadas fisicamente permeáveis	5 ou mais entradas por 100m de face de quadra
		De 3 a 4 entradas por 100m de face de quadra
		De 1 a 2 entradas por 100m de face de quadra
		Nenhuma entrada por 100m de face de quadra
	Usos mistos	50% ou menos da área útil total é ocupada pelo uso predominante.
		Entre 51% e 70% da área útil total é ocupada pelo uso predominante.
		Entre 71% e 90% da área útil total é ocupada pelo uso predominante.
		Mais de 90% da área útil total é ocupada pelo uso predominante
	Uso público diurno e noturno	50% ou mais de uso público tem período maior ou igual a 10 horas de funcionamento diário
		Entre 40% e 49% de uso público tem período maior ou igual a 10 horas de funcionamento diário
		Entre 30% e 39% de uso público tem período maior ou igual a 10 horas de funcionamento diário
		Menos de 30% de uso público tem período maior ou igual a 10 horas de funcionamento diário

Fonte: Autoria própria, 2019

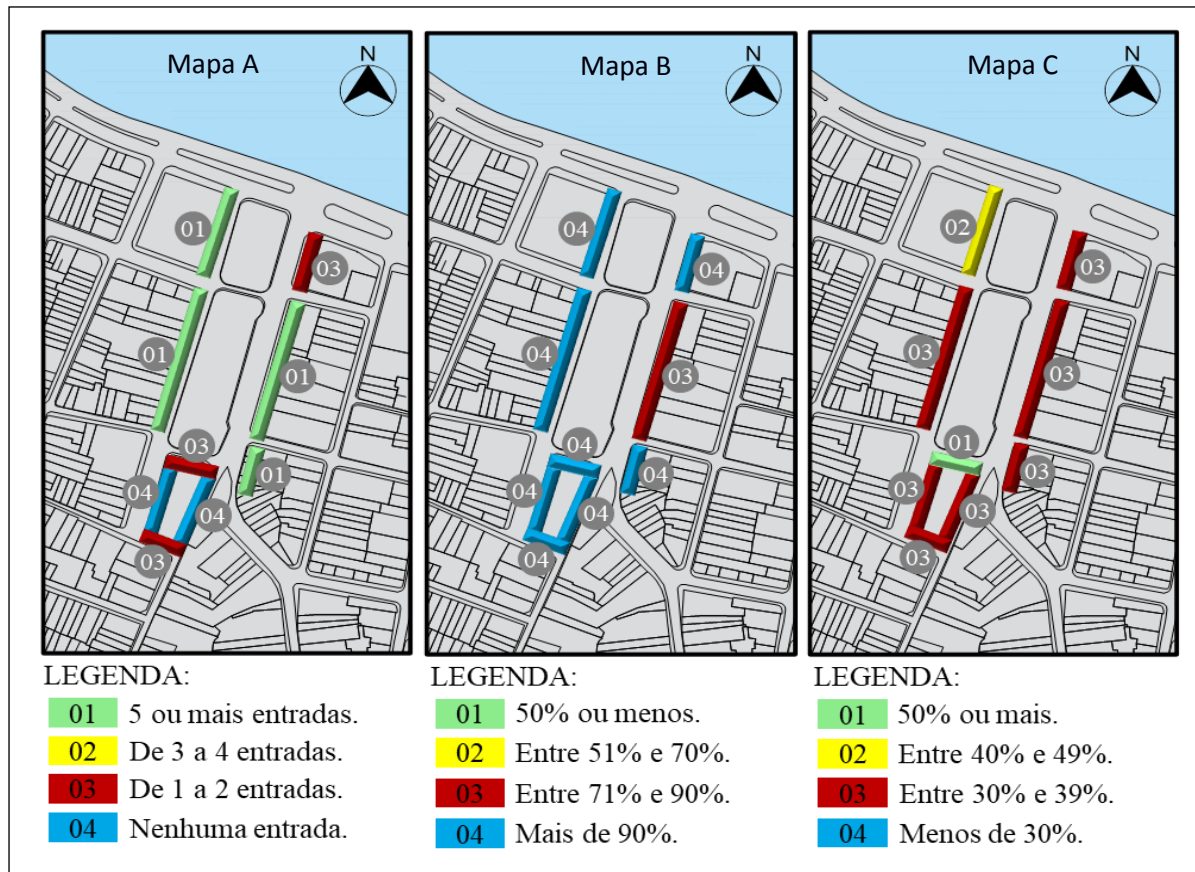
A primeira característica analisada nessa categoria foi a permeabilidade das fachadas (Figura 07 – Mapa A), onde foram analisadas as quantidades de entradas por fachada de quadra. Para a avaliação de entradas e acessos que favorecem a atração de pedestres, são contemplados elementos como aberturas nas frentes de lojas, entradas de restaurantes e cafés e entradas ativas de serviço.

Em seguida foi analisada a característica dos tipos de uso (Figura 07 – Mapa B), verificando se existem ou não usos mistos na região. Quando há uma combinação equilibrada de usos e atividades complementares, propicia-se a formação de um ambiente adequado ao pedestre, em que a necessidade de deslocamentos e as distâncias a serem percorridas são reduzidas. A mistura de usos colabora, ainda, para a animação e segurança dos espaços públicos.

A avaliação da característica de uso público diurno e noturno está indicada no Figura 07 – Mapa C e nele foi verificado o percentual da área útil total que é ocupada pelo uso predominante. O uso público pode ser entendido como o conjunto das atividades de utilização pública - seja em áreas públicas, seja em áreas particulares - que torna a ocupação dos espaços públicos mais frequente. Um ambiente se torna atrativo ao pedestre quando seu uso é público e pode ser realizado em diferentes horários durante o dia e à noite.

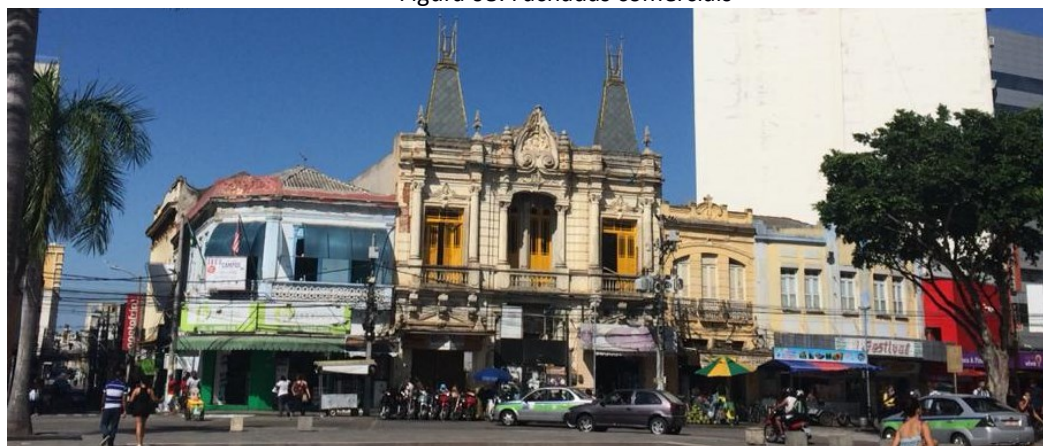
A característica comercial e com fachadas permeáveis pode ser observada na Figura 08.

Figura 07: Mapas de fachadas permeáveis (A), usos mistos (B) e uso público diurno e noturno



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Figura 08: Fachadas comerciais



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Através da Figura 07 – Mapa A, pode-se perceber que a região estudada é bastante permeável, principalmente por conta dos comércios. Os trechos menos permeáveis são onde se localizam a catedral e um banco, que ocupam a fachada inteira da quadra.

O entorno da Praça do Santíssimo Salvador não possui um uso diversificado (Figura 07 – Mapa B), sendo constituído quase em sua totalidade por comércios. Essa característica se dá por se tratar da área central da cidade, onde existe baixo uso residencial, mas alto uso comercial e de prestadores de serviço.

Apesar de se tratar de uma área comercial e de serviços, o funcionamento dos estabelecimentos ocorre predominantemente durante o dia (Figura 07 – Mapa C), mesmo a região tendo potencial para ser também utilizada durante a noite. A praça, principalmente durante os finais de semana, tem um grande uso para funções de lazer durante a noite. Poderiam existir mais restaurantes e opções de lazer no entorno da praça, que explorassem esse uso noturno.

3.4 Categoria Segurança Pública

A categoria Segurança Pública agrupa características que exploram a influência do desenho urbano e das edificações no número de ocorrências e na sensação de segurança transmitida aos pedestres. As características analisadas nessa categoria são apresentadas na Tabela 04.

Tabela 04: Características analisadas na categoria segurança pública

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Segurança Pública	Iluminação	Adequada
		Inadequada
		Inexistente
	Fluxo de pedestres	Baixo: até 4 pedestres por minuto
		Moderado: entre 5 e 13 pedestres por minuto
		Alto: acima de 14 pedestres por minuto

Fonte: Autoria própria, 2019

A primeira característica analisada foi a qualidade da iluminação das vias. Uma calçada bem iluminada cria condições de utilização noturna dos espaços públicos e favorece a percepção de segurança pelos pedestres. A iluminação da Praça do Santíssimo Salvador foi considerada adequada (FIGURA 09), pois possuem alturas variadas e fluxo luminoso que garantem a boa utilização do ambiente, além de não possuírem obstrução, tendo esta parte sido reformada junto com a última reforma da praça. Os trechos nas laterais da Catedral estão parcialmente adequados por possuírem apenas iluminação em posteamento alto, com fluxo de iluminação mais fraco e obstrução da iluminação em alguns pontos, devido ao grande número de marquises.

Figura 09: Vista da Praça do Santíssimo Salvador





Fonte: Acervo das autoras, 2019

Quanto ao fluxo de pedestres, a presença de pessoas em horários diferenciados do dia e da noite funciona como elemento de vigilância natural e tende a atrair outros pedestres, incentivando utilização da rua. Por outro lado, a aglomeração excessiva de pedestres em horários e locais específicos pode ocasionar desconforto ou riscos relativos à segurança pública.

Toda a região analisada possui um fluxo significativo de pedestres, tendo seus trechos classificados de moderado a alto. Os trechos de calçada onde existe maior concentração dos comércios e serviços são os trechos com maior fluxo de pedestres. A área é caracterizada como um local de passagem, próxima a importantes terminais de transporte público e de forte uso comercial, o que justifica a alta concentração de pessoas na região.

3.5 Categoria Segurança Viária

A categoria Segurança Viária agrupa características referentes à segurança de pedestres em relação ao tráfego de veículos motorizados, assim como a adequação de travessias a requisitos de conforto e acessibilidade universal. As características analisadas nessa categoria são apresentadas na Tabela 05.

Tabela 05: Características analisadas na categoria segurança viária

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Segurança Viária	Tipologia das ruas e calçadas	Vias exclusivas para pedestres
		Vias com calçadas segregadas e de uso exclusivo para pedestres
		Vias compartilhadas de forma segura pelos diferentes modos com limites de velocidade de 15km/h
		Inexistência de calçada
	Travessias	Existe travessia adequada para chegar/sair do trecho
		Existe travessia inadequada para chegar/sair do trecho
		Não existe travessia para chegar/sair do trecho
	Velocidade Máxima Permitida	30km/h ou menos
		Mais de 30km/h
		Não possui placa indicativa

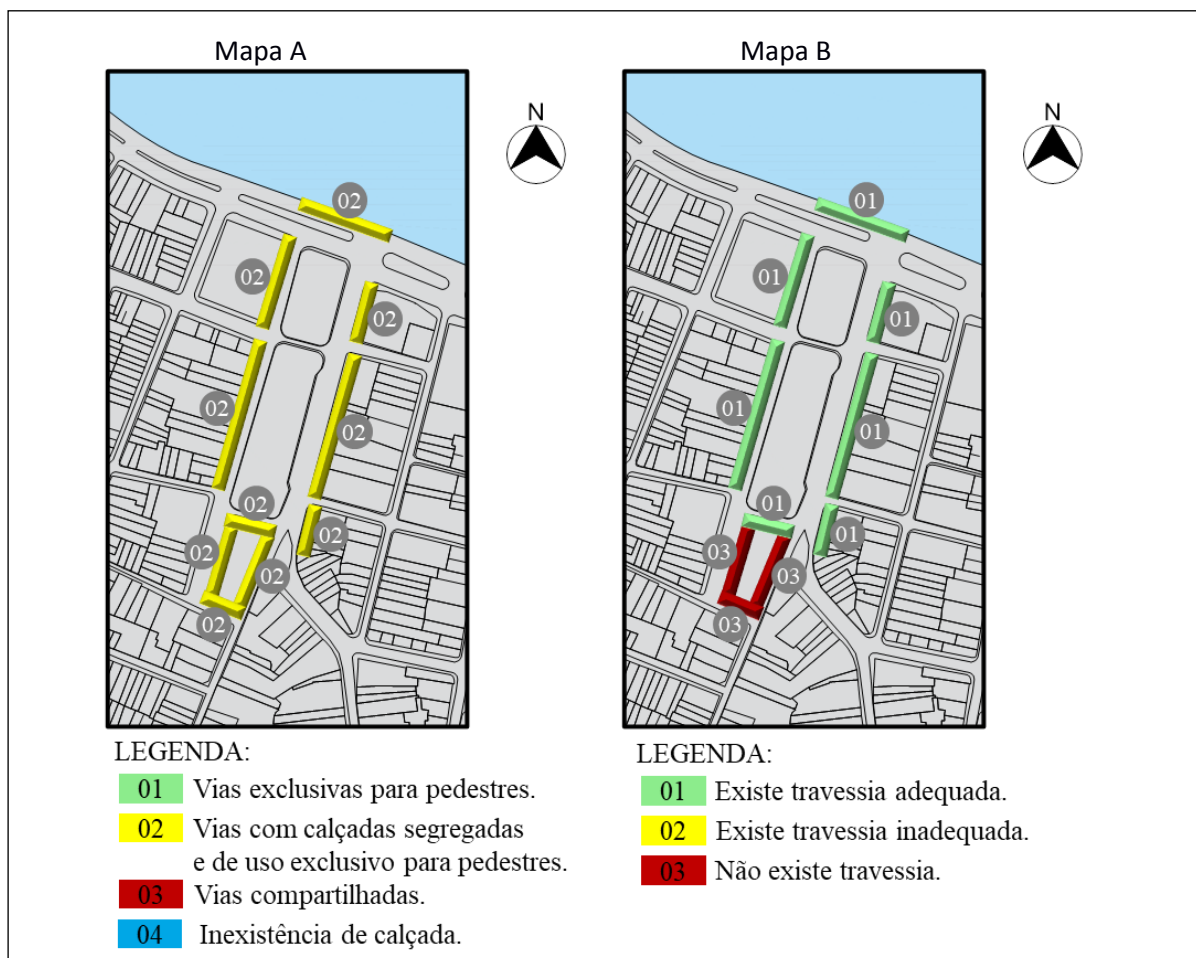
Fonte: Autoria própria, 2019

A tipologia das ruas e calçadas afeta diretamente a experiência do caminhar do pedestre. Uma tipologia não adequada é aquela na qual a calçada não é dedicada ao uso exclusivo e de forma segura do pedestre, ou não é devidamente protegida do tráfego de veículos motorizados.

Conforme apresentado na Figura 10 – Mapa A, todas as calçadas do entorno da praça do Santíssimo Salvador são do tipo segregadas e de uso exclusivo de pedestres. Porém, como apresentado anteriormente, os trechos na lateral da catedral possuem largura e obstáculos que impossibilitam a passagem dos pedestres, gerando fluxo de pedestres nas vias destinadas a veículos motorizados.

Quanto às travessias (Figura 10 – Mapa B), é imprescindível que a rede de calçadas seja completa e atenda aos regulamentos ou normas locais de acessibilidade, e para isso travessias seguras são elementos essenciais.

Figura 10: Mapas de tipologia das vias (A) e travessias (B)



Fonte: Acervo das autoras, 2019

A maioria das calçadas do entorno da praça possibilita uma travessia adequada, existindo faixa de travessia (FIGURA 11), travessias elevadas e rampas de acesso à calçada.

Figura 11: Faixa de pedestre no entorno da praça



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Quanto à velocidade máxima permitida de veículos motorizados, constatou-se que não existe placa indicativa da velocidade permitida em nenhuma das vias, o que gera insegurança aos pedestres.

3.6 Categoria Ambiente

A categoria Ambiente agrupa características relacionadas a aspectos ambientais que possam afetar as condições de caminhabilidade de um espaço urbano. As características analisadas na categoria são apresentadas na Tabela 06.

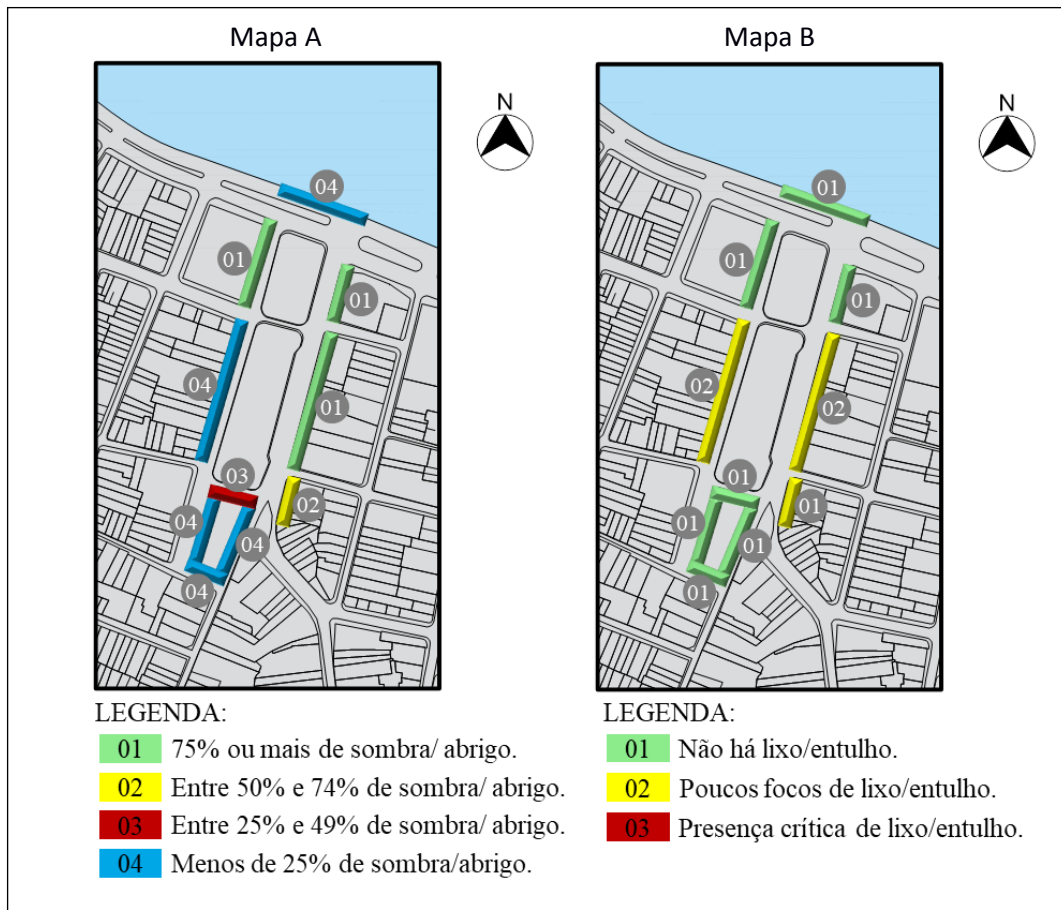
Tabela 06: Características analisadas na categoria ambiente

Categoria	Característica analisada	Critério de avaliação
Ambiente	Sombra e abrigo	75% ou mais do segmento da calçada tem elementos adequados de sombra/ abrigo
		Entre 50% e 74% do segmento da calçada tem elementos adequados de sombra/ abrigo
		Entre 25% e 49% do segmento da calçada tem elementos adequados de sombra/ abrigo
		Menos de 25% do segmento da calçada tem elementos adequados de sombra/abrigo
	Limpeza das vias (presença de sacos de lixo ou entulhos)	Não há presença de lixo/entulho
		Poucos focos de lixo/entulho
		Presença crítica de lixo/entulho

Fonte: Autoria própria, 2019

Calçadas sombreadas são definidas como caminhos de pedestres que possuem sombra adequada durante a estação mais quente. A sombra pode ser fornecida por vários meios, como árvores, edifícios ou estruturas independentes.

Figura 12: Mapas de sombra e abrigo (A) e limpeza das vias (B)



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Figura 13: Sombreamento



Fonte: Acervo das autoras, 2019

Este trabalho avaliou o percentual do segmento da calçada que possui elementos adequados de sombra/abrigo. O sombreamento proveniente de árvores é praticamente inexistente na região.



Porém, alguns trechos de calçada possuem um bom sombreamento proveniente dos edifícios e de estruturas tipo marquises, como pode ser observado na Figura 12 – Mapa A.

Quanto à limpeza das vias (Figura 12 – Mapa B), na maioria dos trechos não foi constatada presença de lixo ou entulhos. Alguns trechos estavam com sacolas de lixo na rua, aguardando a coleta realizada pela prefeitura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo apresentado, foi possível constatar que a Praça do Santíssimo Salvador é muito utilizada pela população campista, por sua localização próxima aos terminais rodoviários e da área central da cidade. O local possui fluxo intenso e diversidade de usos durante o dia, entretanto, poderia ter seu uso mais explorado no período noturno.

Os espaços destinados ao deslocamento de pedestres possuem a maioria dos critérios do método de avaliação empregado. Os trechos no entorno da catedral possuem as principais exceções e são onde se localizam muitos problemas, como buracos, largura e manutenção de pisos inadequados, além de diversos obstáculos. Tais características tornam o deslocamento extremamente difícil.

A praça, ao longo do tempo, teve seu uso direcionado à circulação. Pensando nesse aspecto, os mobiliários e as vegetações existentes estão de acordo com a finalidade de uso da mesma, e tornam a caminhabilidade possível nesta área da cidade. Entretanto, se seu uso tivesse por finalidade a permanência e contemplação, este espaço demandaria de novas medidas que trouxessem conforto para os que ali circulam.

REFERÊNCIAS

- ALOMÁ, P. R. **O espaço público, esse protagonista da cidade**. ArchDaily Brasil, 2013. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>> Acesso em: 27/07/2018
- BALULA, L. **Planejamento urbano, espaço público e criatividade**. Estudos de caso: Lisboa, Barcelona e São Paulo. Caderno Metropolitano, São Paulo, v.13, n.25, p.93-122, jan-jun2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/5983/4326>> Acesso em: 27/07/2018
- BARBOSA, B. M. P.; LINHARES, R. C. B.. **Praça do Santíssimo Salvador – século XXI transformações no espaço urbano: permanências e rupturas**. Monografia de conclusão do curso de licenciatura em Geografia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEFET-CAMPOS, 2007.
- CÂMARA DE VEREADORES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES - **CAMPISTANA FOTOGRÁFICA**. Disponível em: <<http://www.camaracampos.rj.gov.br/campos/campistana-fotografica>> Acesso em: 13/08/2019.
- CARLOS, A.F. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.
- D'ALMEIDA, U. G. **Caminhabilidade e os Conjuntos Habitacionais Populares: o caso do conjunto Santa Rosa em Campos dos Goytacazes/RJ**. In: I SiBOGU - Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana, 2017, Evento Online. Anais do I SiBOGU - Simpósio Brasileiro Online de Gestão Urbana. Tupã/SP: ANAP, 2017. p. 236-249.



FREITAS, C. R. B. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública.** Carlos Alberto Bastos Freitas, Campos dos Goytacazes, UENF, 2006.

GEHL, J.; GEMZOE, L. **Novos espaços urbanos.** Tradução de Carla Zollinger. Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona. Espanha. 2000.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas.** Trad. Anita Di Marco. 3ª Edição. São Paulo, Perspectiva, 262 p., 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – BIBLIOTECA. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>> Acesso em: 13/08/2019

ITDP, Instituto de Políticas de Transportes e Desenvolvimento. **Índice de Caminhabilidade – Ferramenta.** 48 p. Brasil, 2016.

JACOBS, J. **Morte E Vida De Grandes Cidades.** São Paulo, WMF Martins Fontes, 2001.

JORGE, C. S. **As transformações na Praça do Santíssimo Salvador em Campos dos Goytacazes RJ (2005).** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Literatura, Memória Cultural e Sociedade, Campos dos Goytacazes/RJ, Instituto Federal Fluminense, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MACIEL, C. R. **A Praça do Santíssimo Salvador como elemento estruturador da cidade de Campos dos Goytacazes RJ (2019).** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu Arquitetura da Cidade: Suas demandas e tecnologias, Campos dos Goytacazes/RJ, Instituto Federal Fluminense, 2019.

MARQUES, T. H. N.; BASTISTELA, T. S. **Percepção da caminhabilidade no entorno da interseção das avenidas Engenheiro Caetano Álvares e Imirim.** Revista eletrônica LABVERDE, p. 151-177, 2016.

MOTTA, N. A. L.; SOUZA, J. H. A. **A transformação espacial da Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes/RJ (2004/2005).** Monografia de conclusão do curso de licenciatura em Geografia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEFET-CAMPOS, 2010.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP).** Curitiba, 150 p., 2008.

SPECK, J. **Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time.** 1st Edition. New York: Farrar, Straus and Giroux, 306 p., 2012.



Entre a praia e o porto:

Análise e estratégia de projeto ambiental-urbano para Itapoá, Santa Catarina¹

LINHA TEMÁTICA: Estratégias e processos projetuais. Como estamos atuando?

RIBEIRO, Rafael Rossetto (1); OLIVO, Carla Martins (2); DA SILVA, Nadyeska Bruna Copat (3);
MENEGUETTI, Karin Schwabe (4);

- (1) Arquiteto e Urbanista, Universidade Estadual de Maringá, rafaelrossetto.arq.urb@gmail.com
(2) Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, olivo.carla@gmail.com
(3) Mestre em Engenharia Urbana, Universidade Estadual de Maringá, nbcopat@gmail.com
(4) Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá, ksmeneguetti@uem.br

RESUMO

As paisagens litorâneas são certamente as que mais sofreram alterações ao longo do processo de ocupação do território brasileiro com o crescimento dos núcleos urbanos, a implantação de áreas industriais e portuárias, e o aproveitamento turístico da orla marítima. Estas são as principais formas de atuação antrópica sobre o território que rapidamente transformam sua configuração morfológica-ambiental, exigindo para sua implementação a destruição de parcelas significativas dos ecossistemas litorâneos. Paralelamente a estas perdas uma nova paisagem antrópica está sendo diariamente construída e muitas vezes sem a avaliação da importância dos recursos ambientais e paisagísticos que estão sendo eliminados. Visando exemplificar esta dinâmica no litoral brasileiro, o presente artigo busca propor uma estratégia de projeto ambiental-urbano tendo como fundamento o entendimento do processo de transformação da paisagem urbana de uma nova cidade portuária. Para tanto, tendo Itapoá, Santa Catarina, como objeto de estudo, parte-se da compreensão das relações entre urbanização e espaços livres para cidades litorâneas de pequeno porte a partir de uma perspectiva ambiental. Tendo em vista as particularidades do caso estudado, a estratégia apresentada apoia-se no potencial do “projetar com a natureza” para a proposição de cenários alternativos futuros nesse contexto.

PALAVRAS-CHAVE: cidade portuária; transformação urbana; ecologia da paisagem; cenário alternativo; infraestrutura verde.

1 INTRODUÇÃO

Ian McHarg publicou seu livro “Projetar com a natureza” em 1969. “O mar e a sobrevivência” é o título de um dos textos do livro, onde o autor explica o mecanismo natural de produção da orla através da ação do vento, e da vegetação como elemento fundamental de estabilização da paisagem. O autor menciona que “se trata de um conhecimento do qual depende a sobrevivência” (1969, p.07), tanto do ecossistema quanto do próprio homem. Configura-se a primeira lição de como pode-se projetar com a natureza, defendendo o entendimento e o respeito ao processo ambiental como chave para boas práticas de uso da terra. Esse autor e essa publicação colaboram com a fundamentação do pensamento de caráter sustentável para a arquitetura da paisagem: propondo equilíbrio entre a natureza, o homem e a urbanização. Apesar de não ser novo, notando-

¹ Este trabalho foi publicado como: MENEGUETTI, K.M.; RIBEIRO, R. R.; OLIVO, C. M.; SILVA, N. B. C. Reflexões sobre planejamento ambiental em uma nova cidade portuária: o caso de Itapoá. In: MAGAGNIN, R.C.; CONSTANTINO, N.R.T.; BENINI, S.M. (Orgs.). Cidade e o planejamento da paisagem. 1ed. Tupã: ANAP, 2019. v. 1. p. 11-26.



se o caráter moderno do pensamento ecológico, o tema da sustentabilidade é proeminente para a pesquisa e prática da disciplina num cenário contemporâneo. Steiner (2016) menciona que se somaram a McHarg diversos outros autores como Spirn, Hough e Forman a fim explicar como o conhecimento sobre ecologia e processos naturais poderiam ser utilizados pelo design, tanto na escala regional quanto na escala local. E, aponta que as cidades podem não apenas consumir, mas também realçar e produzir os sistemas e serviços ecológicos, e para isso o design ecológico (convergindo planejamento e projeto) pode valer-se da infraestrutura verde como estratégia para a produção de paisagens atrativas e melhores para o futuro: com equilíbrio ecológico, cultural e econômico (STEINER, 2014).

Partindo da compreensão das relações entre urbanização e espaços livres para cidades litorâneas de pequeno porte numa perspectiva ambiental, tendo Itapoá (SC) como objeto de estudo, e baseando-se nesses princípios que se situa a discussão de um cenário alternativo futuro, o trabalho aponta uma estratégia de projeto ambiental-urbano embasando-se no entendimento do processo de transformação da paisagem urbana de uma nova cidade portuária. Entende-se aqui por nova cidade portuária à perspectiva daquelas cidades que não são associadas a atividade portuária desde sua gênese, sendo receptora desse tipo de equipamento anos após a sua formação.

A relação entre o processo de transformação da paisagem urbana e o planejamento ambiental delinea o estudo, visando a possibilidade de proposição de paisagem reconhecível e participativa, mediante um planejamento que não seja apenas operativo (PELLEGRINO, 2000). Tardin (2008) defende a não polarização entre proteção (isolamento) e desenvolvimento (consumo) da paisagem, e que os espaços livres podem ser protagonistas na construção do território, dado a sua complexidade (por sua variedade de atributos: biofísicos, perceptivos ou urbanos) e característica sistêmica. Nesse sentido, o projeto pode ser pensado em termos de recursos ecológicos e morfológicos que podem formar relações complementares ou catalisadoras entre regiões (PRADO, 2016). Para tanto, Tardin (2008) propõe uma metodologia de projeto que não dista das análises de adequação propostas por McHarg e nem do reconhecimento da ideia de padrão e processo notados pela ecologia da paisagem, pautada em: reconhecer e analisar, avaliar e ordenar.

O presente artigo se vale do contexto teórico acima para entender as estruturas ambientais e urbanas de Itapoá através do tempo, a fim de formar a estratégia de projeto ambiental-urbano apresentada. Nesse sentido os verbos apresentados por Tardin (2008) são apropriados como estratégias: acrescentar, demarcar, conectar, adequar, articular e enlaçar. Neste sentido, a proposta apresentada por este trabalho partiu dos dados disponíveis, tratando-os, porém, com o olhar do planejamento ambiental. Respondendo aos verbos citados por Tardin (2008), o *reconhecer* e *analisar* partiu da base de dados e dos mapas temáticos apresentados pelo Plano Diretor de Itapoá (2016). Em seguida, o *avaliar*, esteve condicionado a uma noção sistêmica entendendo a ecologia da paisagem como fonte de uma análise de padrão (matriz, mancha e corredor) e processo.

2 O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM NO LITORAL BRASILEIRO

O processo de ocupação do litoral brasileiro remonta ao início da colonização do país, porém, foi somente a partir do início do século XX que novas urbanizações foram formadas, de modo espontâneo ou intencional, visando o aproveitamento turístico da orla marítima. O mar como valor cênico e a praia como espaço de lazer foram incorporados ao imaginário urbano brasileiro. A partir disso, ocorreu a difusão de dois modelos de ocupação do litoral: o primeiro através dos bairros de



veraneio atrelados aos grandes centros urbanos costeiros; e o segundo, e mais recorrente, por meio da expansão dos pequenos núcleos urbanos que, situados em meio a um ambiente ainda rústico e de difícil acesso, são aparelhados para receber contingentes de veranistas “ávidos do contato com a natureza” (MACEDO, 1998).

Segundo Macedo (1998), praticamente toda a ocupação da costa brasileira por urbanizações voltadas a balneabilidade litorânea seguem um mesmo padrão, seja qual for a localização geográfica em que é implementada: (1) possui caráter extensivo, definindo manchas urbanas contínuas, que se estendem linearmente pela linha costeira sempre estruturadas por uma via de acesso que mais ou menos corre paralela ao mar; e (2) a forma de loteamento em xadrez é a mais comum, onde as edificações são geralmente implantadas em lotes relativamente amplos, com recuos entre si, e espaços livres intralotes que reproduzem os padrões de ajardinamento em voga. Esse processo de rápida urbanização da costa litorânea brasileira, aliado à industrialização e à exploração turística são as principais formas de atuação antrópica sobre o território que rapidamente transformam sua configuração morfológico-ambiental. Na maioria dos casos, estas atividades geram em suas implementações a destruição de parcelas significativas dos ecossistemas litorâneos. Paralelamente a estas perdas, uma nova paisagem está sendo constantemente construída, abrigando novos contingentes populacionais que muitas vezes não avaliam claramente a importância dos recursos ambientais e paisagísticos que estão eliminando (MACEDO, 1999).

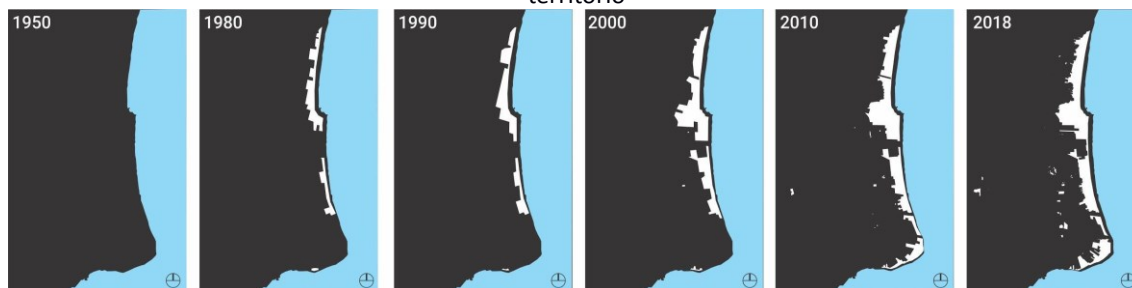
2.1 O processo de urbanização em Itapoá, Santa Catarina

O processo de urbanização em Itapoá, como do litoral norte catarinense, encontra-se dentro do panorama de exploração da orla marítima brasileira para o uso recreativo. Apesar de alguns focos de ocupação humana relacionada à prática da pesca artesanal e de subsistência acontecerem desde o final do século XIX, somente com a idealização de um novo balneário de veraneio pela Sociedade Imobiliária, Agrícola e Pastoril (SIAP), é que se inicia um processo de efetiva ocupação urbana nesta porção do território.

Até o final de década de 1950 a ocupação urbana estava restrita um território de mata fechada e preservada e com poucos e difíceis acessos terrestres. A partir de então a mata Atlântica que ali se encontrava teve seu espaço tomado por: (1) a construção de grandes bairros de segunda residência, destinados a serem utilizados basicamente no período de férias de verão ou nas épocas de grandes feriados; e (2) por novas vias que recortam o território urbano-regional na tentativa de facilitar o acesso dos “novos moradores” ao balneário.

O processo de ocupação do território em Itapoá segue a lógica da exploração máxima dos valores paisagísticos ligados à praia e ao mar (figura 01). Assim, por estes serem os focos de atração, a expansão urbana se estrutura linearmente ao longo da linha costeira. As áreas planas junto às praias, por apresentarem maior facilidade de acesso ao mar e por serem mais atrativas ao mercado imobiliário, são as primeiras porções a serem loteadas e ocupadas. Somente quando esgotados tais espaços é que se percebe um processo de ocupação de áreas mais internas à costa marítima.

Figura 1: Série histórica da expansão urbana de Itapoá (SC) pelo território



Fonte: RIBEIRO, BELOTO (2019). Adaptação e interpretação pelos autores.

O processo de urbanização é potencializado pela implantação de um terminal portuário pela iniciativa privada na porção sul da cidade, a partir da década de 1990, mas que se efetiva com a sua construção em 2007 e inauguração em 2011. Concomitante ao estabelecimento do terminal portuária forma-se uma área retroportuária no município com a instalação de áreas industriais e logísticas. Este processo resultou, enquanto forma urbana, no aparecimento de pequenos e médios fragmentos no território e um novo dinamismo econômico que não está diretamente vinculado ao lazer. A formação dessa área de retroporto acontece devido ao fato de que no panorama contemporâneo, os portos e suas estruturas complementares se inserem numa cadeia produtiva, formando uma rede logística de abrangência regional, nacional e internacional. Assim, o funcionamento da atividade portuária não está somente vinculado ao terminal, mas a outros equipamentos espalhados pela sua hinterlândia (RIBEIRO, BELOTO, 2019).

Esse processo de transformação da paisagem que ocorre em Itapoá é verificado em casos semelhantes de urbanizações voltadas à balneabilidade do litoral brasileiro, conforme descreve Macedo (1998). Contudo, no caso de Itapoá, tal processo é potencializado e alcança outras proporções devido ao estabelecimento da atividade portuária em seu território. O impulso econômico consequente da implantação portuária trouxe consigo um salto de 4.007 habitantes em 1991 para 19.963 habitantes em 2018 em uma área de 248,409 km², um crescimento demográfico municipal que superou as taxas de crescimento do próprio Estado de Santa Catarina. A figura 02 estabelece uma linha temporal da transformação evolutiva da paisagem, através de imagens aéreas de 1939 até 2019. Nesta sequência de fotografias se verifica que a dinâmica de ocupação do território acontece em um movimento em que a matriz ambiental é gradativamente suprimida pelo avanço da mancha urbana.

Figura 2: Processo de transformação da paisagem em Itapoá (SC)

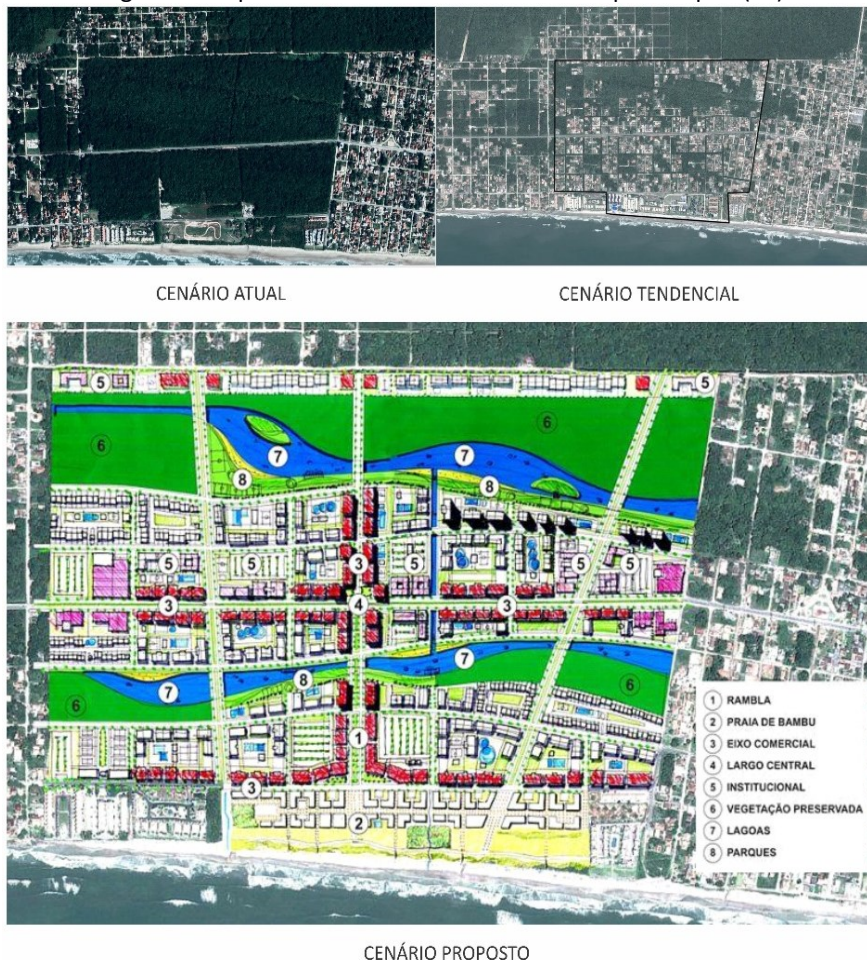


Fonte: Elaborado pelos autores com base nas imagens do Google Earth e aerofotografias da Secretaria de Estado do Planejamento - Diretoria de Estatística e Cartografia do Estado de Santa Catarina.

2.2 O “velho novo” modelo de ocupação urbana em Itapoá

O mercado imobiliário, em reflexo ao cenário de transformação da paisagem urbana e principalmente ao novo dinamismo econômico gerado pela inserção da atividade portuária no território, passou a repensar o modelo de ocupação urbana vigente em Itapoá. O expressivo aumento populacional intensificou o processo de alteração na forma de organização territorial, que foi condicionada pelas demandas e anseios de agentes produtores do espaço urbano interessados prioritariamente na elevação do valor do solo. Assim, atendendo ao convite do mercado imobiliário local, o escritório comandado pelo arquiteto curitibano Jaime Lerner propôs um loteamento para uma área central da cidade, de propriedade privada, que atualmente se constituiu como um grande vazio urbano e remanescente florestado ainda preservado, devido a especulação imobiliária, em meio ao espaço urbano (figura 3).

Figura 3: Proposta de novo loteamento urbano para Itapoá (SC)



Fonte: Riviera Santa Maria (2019).

Denominada Riviera Santa Maria, a proposta busca uma melhor coexistência do homem com o ambiente natural, repensando o tecido urbano recorrente na cidade, a quadrícula xadrez, e a ocupação antrópica predatória que elimina gradativamente os elementos constituintes do ecossistema local, conforme pode ser observado nos cenários atual e tendencial para a área (figura 03). Para tanto, o arquiteto propõe uma ocupação urbana mais concentrada, verticalizada e com maiores espaços livres, além da manutenção de boa parte da mata Atlântica preservada existente, qualificando-a como grandes parques urbanos. Nesse terreno em específico, destinado ao projeto, fica clara a proposição de uma costura entre os potenciais naturais – orla e remanescente vegetativo - através de “ramblas” e de um eixo urbano de caráter comercial. Eixos desse caráter servem também para conectar o tecido urbano de leste a oeste. Assim, foram permitidas tanto as conexões humanas como garantidos os fluxos ambientais pela área do projeto.

A intervenção utiliza-se de modelo de quadra de ocupação periférica (com porosidade central) e de verticalização a fim de uma maior densidade urbana – destoando do modelo de ocupação de baixa densidade e gabarito, isolado e tradicional visto na cidade. Nesse sentido, a proposta parece propor uma perspectiva menos individual e particular para a produção do espaço urbano, mas não menos turística.



Diante disso, pode-se questionar a real necessidade de ocupação urbana da área pela vontade imobiliária. Afinal, a área do projeto de Lerner não se caracteriza apenas por ser um grande vazio urbano, que pela sua posição central no território deve ser ocupado prioritariamente. Mas sim, configura-se por um grande espaço livre com potencial ambiental de preservação, que deveria ser repensado dentro do espaço urbano para que atinja tal função. Diversos são os exemplos em que grandes áreas florestadas inseridas na mancha urbana foram preservadas, como o Central Park em New York, o Balboa Park em San Diego, o Phoenix Park em Dublin e a própria floresta da Tijuca no Rio de Janeiro.

Ainda, embora o projeto Riviera Santa Maria tenha em seu escopo um novo modelo de ocupação urbana com preceitos ecológicos para uma cidade que se transforma rapidamente, a estratégia projetual se limita às divisas do loteamento proposto, evidenciando seu agente propulsor: os interesses privados. Principalmente na questão ecológica, a proposta não parece estabelecer conexões ambientais com o restante do território. De igual modo, percebe-se que a municipalidade não observa, dialoga ou aproveita os potenciais do projeto de Lerner para promover uma estratégia de planejamento ambiental que oriente a crescente transformação da paisagem no município.

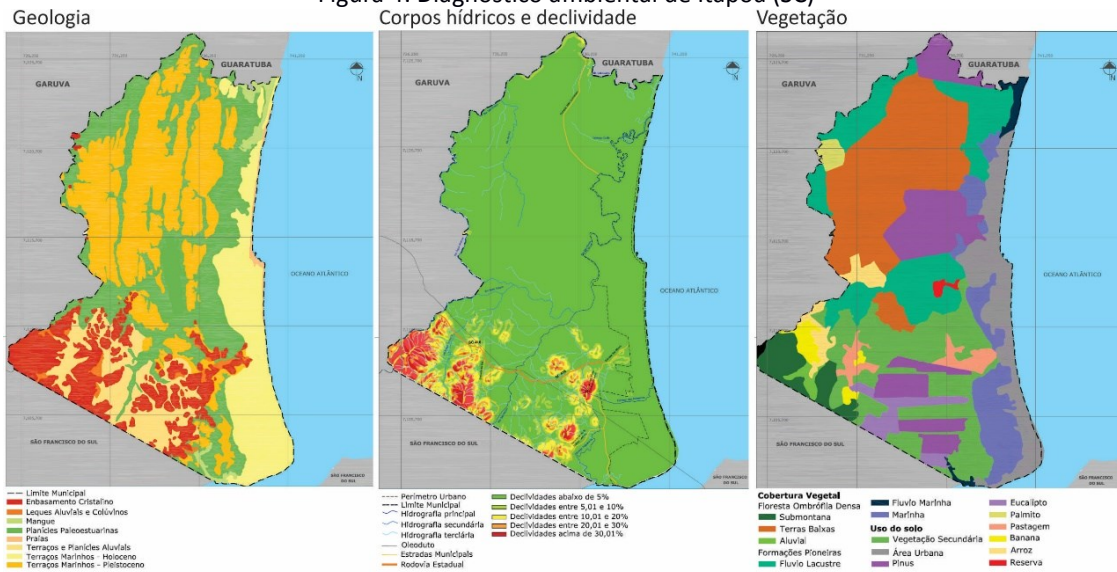
3 UMA ESTRATÉGIA DE PROJETO AMBIENTAL-URBANO PARA ITAPOÁ

As transformações urbanas de Itapoá certamente refletem dois grandes interesses: a praia e o porto. O apelo turístico tem influência notável na configuração do espaço urbano permitindo construir uma narrativa de ocupação que ainda é dual. Ao mesmo tempo que se valoriza uma ideia de cenário natural – a paisagem da orla – se explora o ativo natural ao máximo e despreocupadamente. O fenômeno de urbanização recreativa da orla, explicado por Macedo (1998), junto a um planejamento operativo, ao mesmo tempo que expande a cidade favorece uma dinâmica e qualidade espacial urbanas bastante precárias, nesse caso. Adiante, pode-se observar que a instalação de uma grande e nova estrutura na trajetória urbana itapoense, o porto, teve o potencial de animar relações locais e regionais de caráter socioeconômico, e que isso carregou a configuração de novas espacialidades, com projeções de mudanças significativas a médio e longo prazo.

Questionar o caráter da configuração urbano-territorial pós implantação portuária certamente se configura como uma questão de pesquisa importante, e torna-se evidente que, em se seguindo a perspectiva histórica, certamente continuará a urbanização predatória vigente. Nesse sentido, entender a forma da cidade, seus valores e transformações, e ao mesmo tempo perceber as formas ambientais existentes pode contribuir para o planejamento de relações futuras que visem uma maior adaptação e resiliência entre homem e natureza.

A partir da investigação da realidade urbana de Itapoá e dos dados e mapas disponíveis pela prefeitura no diagnóstico elaborado para seu Plano Diretor Municipal (2016) (Figura 04), sob o olhar do planejamento ambiental, verificou-se as potencialidades e fragilidades do território. As informações ambientais - geológicas, dos corpos hídricos, das declividades e da vegetação existente – foram sobrepostas ao entendimento do processo de expansão urbana permitiram uma análise sistemática e valorativa do conjunto.

Figura 4: Diagnóstico ambiental de Itapoá (SC)



Fonte: Plano Diretor Municipal de Itapoá (2016).

Se apreende que o tecido urbano de Itapoá (SC) está condicionado à duas fronteiras naturais: a da orla marítima e a da vegetação. Fatos históricos e econômicos já mencionados, ressonantes do turismo e da instalação da área portuária, conduzem a uma ocupação linear no sentido norte e sul prioritária, mesmo que fragmentada. Mesmo assim, a tendência à urbanização de oeste para leste parece bastante importante. Na fronteira leste – a da orla – se percebe que há o potencial avanço do nível do mar, ligado a questões climáticas de ordem global, o que somado a uma ocupação desconexa em tecido e acesso, e desrespeitosa à faixa de restinga faz com que o grande atrativo cênico-ambiental da praia se enfraqueça. Na fronteira oeste, nota-se o avanço dos loteamentos sobre a matriz vegetada com irregularidade: nesse caso a urbanização vai conquistando os espaços naturais. Assim há a gradual substituição de porções remanescentes da mata atlântica por malha urbana ou ainda a conversão de área vegetada em área de caráter rural. Ainda, a instalação do porto tanto conduz a cidade para o sul como prevê a instalação da área retroportuária numa porção territorial de diversidade e coesão entre vegetação, topografia e recursos hídricos.

Nesse contexto, o tecido urbano se expande por acréscimos de partes de traçado xadrez, mais graduais ou fragmentadas, mais ou menos consolidadas. A trama rentável propicia uma paisagem urbana que é homogênea e pouco legível e que admite uma infraestrutura urbana que é ainda precária. É interessante notar que nas quadras urbanas consolidadas os espaços livres e a vegetação intralotes são pouco relevantes e mesmo a arborização urbana é intermitente. Quadras menos consolidadas apresentam lotes vacantes com remanescentes de vegetação nativa, que pela lógica local será eliminada. Esse tecido poroso parece bastante interessante espacialmente, e na síntese foi denominado como corredor verde fragilizado. Para além da área de projeto original da cidade são poucos os espaços livres de uso público, os equipamentos coletivos e urbanos. Ainda, é importante considerar que o sistema viário condiz com a lógica da expansão, favorecendo uma via urbana norte-sul, paralela à orla, onde se converge as dinâmicas de comércio e serviço locais para além do tráfego urbano. Nesse sentido, pode-se considerar que o protagonismo está no perfil turístico, que somente utiliza do espaço urbano local em função da balneabilidade do litoral, e que segundo dados da Prefeitura Municipal de Itapoá (2016), tem uma população flutuante em aproximadamente 200 mil veranistas durante os meses de alta temporada. Assim, a economia local

é pautada pelo turismo, através do comércio e serviço, representando 75,62% do PIB municipal, sendo o restante subdividido em outras atividades econômicas, como a indústria (15,38%) e a agropecuária (7,7%). A figura 5 apresenta a síntese da problemática descrita por esta abordagem.

Figura 5: Síntese da problemática ambiental-urbana para Itapoá (SC)

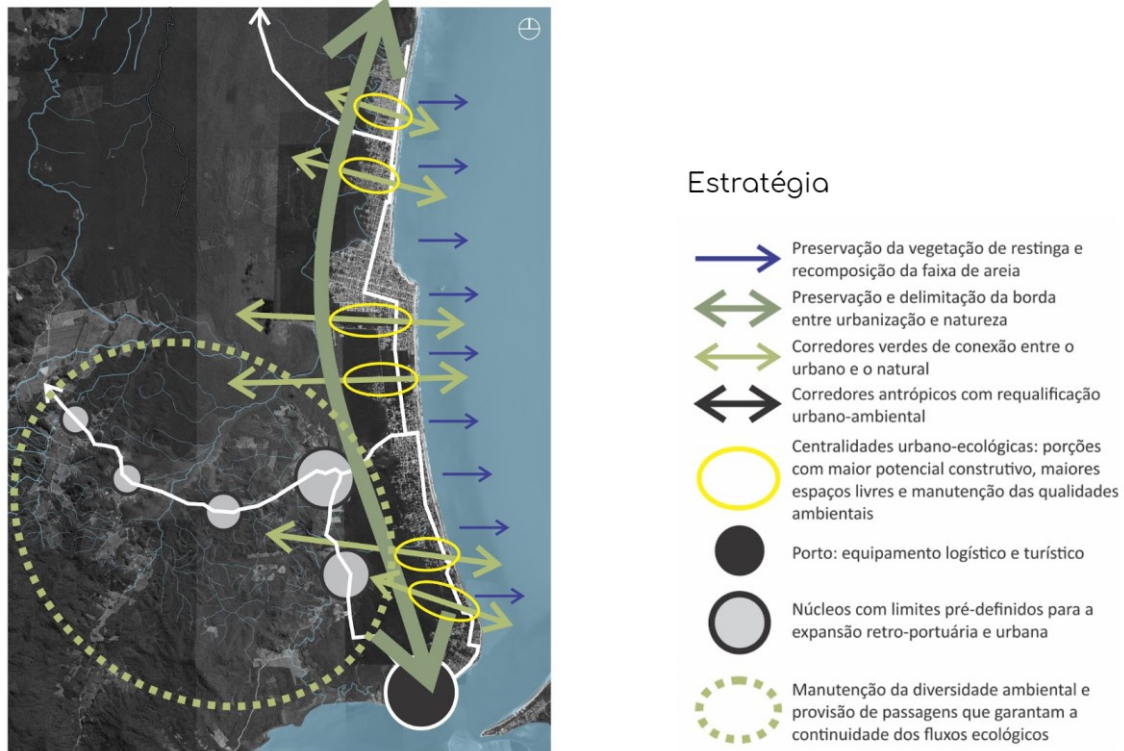


Fonte: Elaborado pelos autores.

Partindo-se do diagnóstico e com base neste cenário atual e tendencial, elabora-se uma estratégia de projeto ambiental-urbano que possa atuar como um cenário alternativo ao processo tendencial de transformação dessa paisagem. Identifica-se primeiramente as características e valores naturais do município em questão, elencando suas restrições e potencialidades, em referência ao método de McHarg (1969). Observando os elementos naturais e reconhecendo-os como elementos estruturantes da paisagem, estes foram estabelecidos ora como limites, ora como conexões e enlaces da ocupação urbana. Assim, propõe-se um novo limite urbano aproveitando-se do rio Sáfirim e sua microbacia enquanto unidade de planejamento, como proposto por Pellegrino (2006). A utilização de um elemento físico, no caso o conjunto corpo hídrico mais floresta remanescente, para o controle da expansão urbana, funciona como um claro elemento de definição geográfica, portanto menos passível de alterações políticas para atender aos interesses imobiliários em aumentos da “linha imaginária” que se constitui muitas vezes o perímetro urbano.

Se por um lado o remanescente de mata Atlântica constitui um importante elemento estruturador da nova paisagem proposta, a recuperação da orla marítima e a requalificação ambiental da praia também se constitui como uma peça chave para a nova estrutura ambiental da cidade. As ações de recomposição da linha costeira vão além da definição de linhas de preservação da restinga, mas também políticas de educação ambiental para a conscientização dos usuários do balneário. A figura 6 apresenta a estratégia de projeto ambiental-urbano proposta para Itapoá.

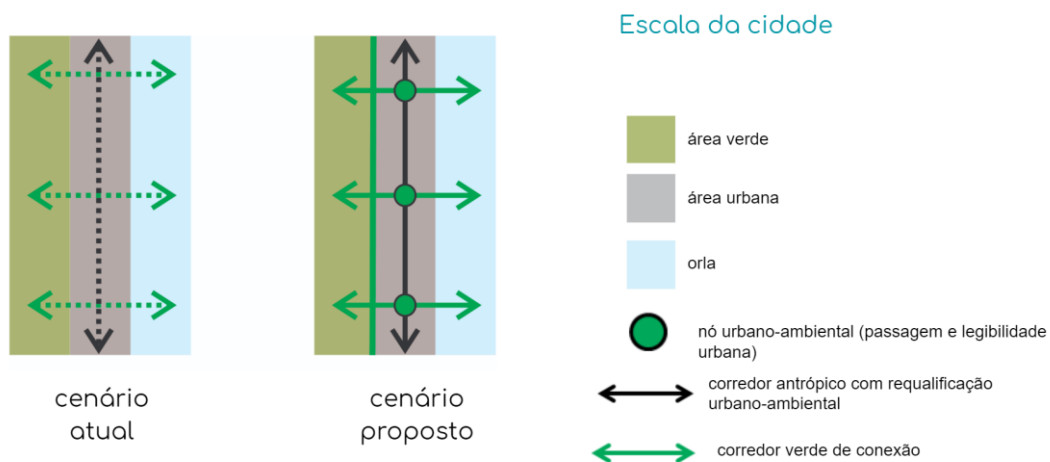
Figura 6: Estratégia de projeto ambiental-urbano para Itapoá (SC)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para além da proteção ambiental na área de borda da cidade e a recomposição da linha costeira, propõe-se que os remanescentes florestais que atualmente se constituem como corredores verdes fragilizados tornem-se as áreas de centralidades urbano-ecológicas da cidade. O conceito de conectividade está presente na proposta de Lerner para a Praia do Bambu, mas também outros projetos contemporâneos se utilizam dele. Um bom exemplo estaria na proposta ganhadora do concurso para a cidade Chinesa de Qianhai, do escritório *Field Operations* (2010). A proposta de uma cidade de orla para dois milhões de habitantes se estrutura em “*fingers*” verdes que reúnem serviços ecossistêmicos, espaço livre de parque e dotam os setores da cidade de identidade, aproximando-os das pessoas (Steiner et. al, 2016). No caso de estudo, as áreas elencadas como centralidades urbano-ecológicas poderiam ser planejadas considerando-se um entrelaçamento entre preservação e ocupação e, conseqüentemente promovendo a conectividade dos fluxos ecológicos entre as partes: área verde, área urbana e orla marítima. Quando ocupadas, essas porções poderiam distar do modelo vigente já mencionado, explorando-se um maior potencial construtivo e vitalidade urbana, pautados na diversidade de usos e apropriações públicas e privadas, ao mesmo tempo permitissem a manutenção de áreas livres. Em complementariedade, o principal corredor antropizado da cidade (que hoje estrutura a circulação no sentido norte-sul) poderia ser aproveitado e requalificado, provendo identidade e legibilidade urbana e ainda conectando área urbana ao porto. O diagrama abaixo (Figura 7) exemplifica essa proposição.

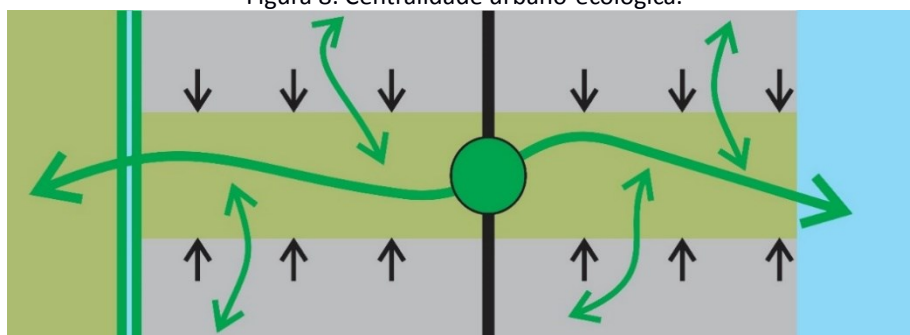
Figura 7: Hipótese ambiental-urbana para a escala da cidade



Fonte: Elaborado pelos autores.

A proposta dessas novas centralidades urbano-ecológicas se materializa como um cenário alternativo para a paisagem urbana de Itapoá, para além da supressão dos remanescentes florestados e da expansão do tecido urbano convencional. O cenário proposto atenta para a possibilidade de reestruturar e qualificar os espaços livres colaborando para a configuração de dinâmica urbana não diretamente vinculada à praia, e entendendo as vocações para uso ou preservação de cada parte. A figura 8 ilustra a conectividade dos fluxos ecológicos no sentido Leste-Oeste e a conectividade urbana no sentido e Norte-Sul, notando as possibilidades de relações entre corredor verde e os espaços livres intralotes.

Figura 8: Centralidade urbano-ecológica.



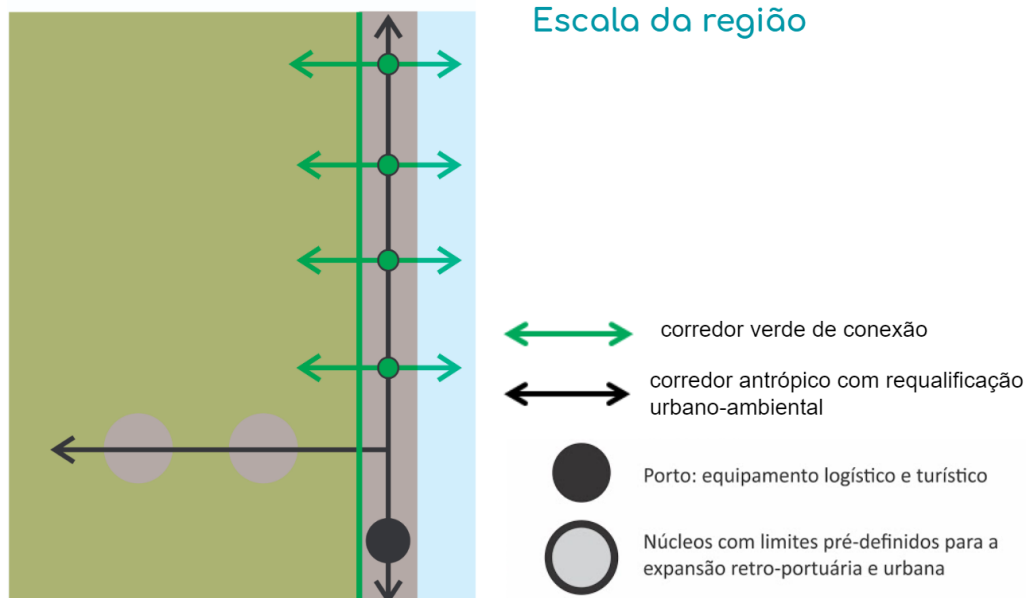
Fonte: Elaborado pelos autores.

Em um enfoque regional, a estratégia proposta elenca o porto como um equipamento logístico, mas também com potencial de utilização para atividade turística da cidade. Assim, o terminal portuário pode atuar como a nova porta de entrada e saída dos visitantes e até mesmo para a realização de passeios navegáveis pela orla marítima. De tal forma, garante-se uma maior aproximação e compreensão por parte dos moradores e turistas da importância que a nova atividade, no caso portuária, representa para o município, e abre novas possibilidades de uma exploração mais equilibrada do turismo e das características cênicas da paisagem marítima.

De mesma maneira, para dar continuidade à formação da área retroportuária, mas de modo mais compatível com as características ecológicas da área territorial em que se inserem, propõe-se que

sua implantação ocorra através de porções pré-estabelecidas do território, com limites pré-definidos e, portanto, com uma ocupação controlada. Essas medidas visam a manutenção da diversidade ambiental e a coesão entre atividades urbano-portuárias e fluxos ecológicos. Um esquema dessa hipótese para a escala da região está na figura 9.

Figura 9: Hipótese ambiental-urbana para a escala da região



Fonte: Elaborado pelos autores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer as diversas camadas de uma paisagem e utilizar-se delas para um planejamento de caráter sustentável é uma das principais lições de McHarg (1969). Neste trabalho, “responder aos desafios impostos pela urbanização predatória” (Meneguetti, 2009, p.17) se apresenta como tecer um contraponto aos cenários atuais e tendenciais, mesmo que no campo das ideias. Um dos reconhecimentos pertinentes foi o de que a nova cidade portuária de Itapoá (SC) possui uma paisagem em trânsito, notando seu potencial de transformação pela expansão urbana em virtude da instalação do porto. Mesmo a cidade se estruturando por uma paisagem cênica natural, a orla, Itapoá parece se esquecer de seu potencial natural ao implantar seu tecido urbano, em que se percebe uma crescente degradação do território ocasionado por uma urbanização desordenada e precária.

Propor um cenário alternativo futuro, nesse contexto, compreende pensar na proposição e na articulação de uma estratégia de projeto ambiental-urbano que seja flexível e adaptável ao longo do tempo e que permita a interação entre o urbano e a natureza. Em termos contemporâneos isso se associa ao conceito de infraestrutura ecológica ou estrutura verde: em que as estruturas naturais até então inertes ao processo de urbanização tornam-se elementos estruturadores da paisagem urbana, de forma sistêmica. A partir disso, pode-se obter benefícios múltiplos para o homem e a natureza garantindo-se tanto a preservação e manutenção das funções naturais, quanto uma paisagem coesa, com identidade local e sustentável.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ITAPOÁ, P. M. Plano Diretor do Município de Itapoá 2016. Disponível em: <<https://www.itapoa.sc.gov.br/>>. Acesso em: 05/06/19.
- MACEDO, S.S. Litoral Urbanização. Ambientes e seus ecossistemas frágeis. Paisagem Ambiente Ensaios. São Paulo, 12, dezembro 1999, pp. [151-232]
- MACEDO, S.S. Paisagem, Modelos Urbanísticos e as Áreas Habitacionais de Primeira e Segunda Residência. Paisagem Ambiente Ensaios. São Paulo, 11, dezembro 1998, pp. [131-202]
- MCHARG, Ian L. Design with nature. NY: John Wiley & Sons Inc., 1969.
- MENEGUETTI, K. S. De cidade-jardim a cidade sustentável: potencialidades para uma estrutura ecológica urbana em Maringá – PR. Maringá: Eduem, 2009.
- PELLEGRINO P. M. Pode-se planejar a paisagem? Paisagem e Ambiente. Ensaios. São Paulo, 13, p.159-79, dez, 2000.
- PELLEGRINO, P. R. M. et al. A paisagem da borda: uma estratégia para a condução das águas, da biodiversidade e das pessoas. In: Costa, Lucia M S A. Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras. Viana e Mosley Editora: Rio de Janeiro, p. 57-76, 2006.
- PRADO, B.I.W. Paisagem Urbana de São Luís: transformação das formas e arranjos naturais na Ponta D'Areia. São Luís: Editora BIWP, 2016.
- RIBEIRO, R. R.; BELOTO, G. E. (2019). A configuração da forma urbana em novas cidades portuárias brasileiras. XXIII Congresso Arquisur: a produção da cidade contemporânea no Cone Sul: desafios e perspectivas da Arquitetura e do Urbanismo. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG.
- RIVIERA SANTA MARIA. Uma proposta de desenvolvimento urbano que valoriza o homem e o meio ambiente. Disponível em: <http://rivierasantamaria.com.br/riviera-santa-maria/>. Acesso em: 27/10/2019.
- STEINER F. R., THOMPSON G. F., CARBONELL A. Nature and Cities: The Ecological Imperative in Urban Design and Planning, Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy. 2016.
- STEINER, F. Frontiers in urban ecological design and planning research. Landscape and Urban Planning, v. 125, p. 304–311, 2014.
- STEINER, F. The application of ecological knowledge requires a pursuit of wisdom. Landscape and Urban Planning, v. 155, p. 108–110, 2016.
- TARDIN, R. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.



Análise da permeabilidade urbana como método de ação projetual **Uma experiência prática na Rua Vitalino do Santos Valadares, Vitória, ES.**

LINHA TEMÁTICA: ESTRATÉGIAS E PROCESSOS PROJETUAIS. COMO ESTAMOS ATUANDO

PELLEGRINI, Izabela Uliana (1); ROCHA, Nayra Carolina Segal da (2); LYRA, Ana Paula Rabello

- (1) Mestranda Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha, izabela.pellegrini@gmail.com
(2) Mestranda Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha, nayrasegal@gmail.com
(3) Doutora em Cidade, Segurança e Saúde, Universidade Vila Velha, ana.lyra@uvv.br

RESUMO

As cidades atuais passam por um processo de introspecção que produz tipologias desconexas do espaço público gerando espaços ociosos e carentes de urbanidade. Considera-se que essa falta de articulação pode ser revertida por meio da permeabilidade urbana, através da qualificação e aumento do número de opções de rotas públicas que favoreçam a circulação de pedestres. Preocupa-se ainda em integrar essa realidade ao ensino de disciplinas de práticas projetuais. Diante disso, propõem-se elaborar um instrumento para analisar a permeabilidade urbana no processo de ensino e aprendizagem. Esse estudo discorre sobre a aplicação do referido instrumento em uma oficina realizada com o Grupo de Pesquisa Dignidade Urbana envolvendo alunos do mestrado em Arquitetura e Cidade e do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha, E.S. Adota o instrumento de avaliação da permeabilidade urbana, criado por uma das autoras, para avaliar uma parcela urbana da cidade. A atividade foi realizada em três dias, com a explicação teórica dos conceitos, a aplicação em campo e a discussão e síntese das informações transformadas em mapas georreferenciados. Identificou-se que o trecho em questão reflete um cenário introspectivo e os resultados geram informações úteis para discussão do tema nas disciplinas de práticas projetuais.

PALAVRAS-CHAVE: Permeabilidade urbana; Processo projetual; Dignidade urbana.

1 INTRODUÇÃO

Observa-se no cenário das cidades contemporâneas a multiplicação de tipologias impermeáveis, introspectivas e geradoras de espaços segregados, vazios e ociosos que comprometem a qualidade da vida urbana. Esse estudo identifica na permeabilidade urbana, ou no aumento de rotas públicas para o deslocamento a pé, uma opção estratégica para o desenho de cidades mais humanas e vivas que privilegiem os interesses comuns de seus usuários, através da valorização dos espaços livres de uso público.

Ao considerar que o privilégio dado aos espaços privados é uma realidade que precisa ser revertida, torna-se estratégico o uso de metodologias para identificar as formas introspectivas com base em diretrizes para a permeabilidade urbana. Quando essa proposta de criação de formas urbanas mais permeáveis é inserida no processo de ensino e aprendizagem de cursos de Arquitetura e Urbanismo torna-se possível perceber os efeitos de sua ausência e criam-se oportunidades de debates acerca do tema.

A partir do exposto questionou-se sobre a possibilidade de se aplicar um instrumento que avaliasse a permeabilidade urbana de parcelas da cidade em disciplinas de práticas projetuais. Essa indagação surge, principalmente, ao considerar que a permeabilidade vai além do fato de existir ou não um caminho para o pedestre, mas de se referir a qualidade e atratividade que esse caminho proporciona a qualquer usuário da cidade.



Nesse sentido, buscou-se a partir dos referenciais teóricos sobre espaços responsivos (BENTLY et al, 1985) e vitalidade urbana (JACOBS, 2014; GEHL, 2015 e SABOYA et al, 2015) identificar as bases preliminares para criação de um instrumento de avaliação da permeabilidade de áreas urbanas, levando em consideração os aspectos físicos, visuais e perceptivos de sua morfologia. Para validá-lo adotou-se o método do pré-teste com o intuito de avaliar suas qualidades e carências na aplicação do instrumento em uma parcela urbana da cidade.

O referido pré-teste consolidou-se na forma de uma oficina de permeabilidade urbana realizada no âmbito do grupo de pesquisa Dignidade Urbana, vinculado ao Mestrado em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha (UVV) e contou com a participação da professora, líder do grupo, de uma arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Cidade, além de alunos do mestrado e da graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma Instituição. A área escolhida foi a rua Vitalino do Santos Valadares, situada no bairro Santa Luiza em Vitória, Espírito Santo, selecionada por fazer parte de um dos setores de intervenção da proposta projetual de uma operação urbana consorciada em desenvolvimento no Ateliê de Projetos Integrados VII, disciplina do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UVV.

Os resultados dessa oficina, descritos nesse artigo, tem, portanto, como objetivo verificar a pertinência da aplicação do instrumento de avaliação da permeabilidade urbana e contribuir para o desenvolvimento de competências dos discentes envolvidos. Destaca-se nesse processo a ênfase dada aos aspectos relativos à fluidez, a valorização do caminhar e da melhor interface entre público e privado para constituição de espaços vivos.

Trata-se de um estudo qualitativo por considerar a análise empírica dos autores, que identificaram a proximidade do trecho escolhido com curso d'água como uma potencialidade para o aumento da permeabilidade e o incentivo ao deslocamento pedonal. Complementa-se por uma abordagem quantitativa ao atribuir pesos aos critérios identificados na pesquisa bibliográfica como relevantes para criação de espaços permeáveis.

Alem da proximidade com o canal, outro fator que influenciou na definição da área de estudos foi a possibilidade de comparação dos resultados da avaliação com as propostas de projeto urbano e paisagístico feitas por uma turma do nono período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UVV, para a mesma área. Destaca-se nesse contexto a preocupação em desenvolver um instrumento capaz de avaliar o nível de permeabilidade de uma parcela urbana real da cidade e a proposta de transformação urbana dessa área em uma fase do processo de elaboração do projeto desenvolvido na disciplina de Ateliê de Projeto Integrado do referido curso. Esse artigo apresenta o processo compreendido até a etapa que investigou a permeabilidade da parcela urbana real da cidade.

O método utilizado para a criação do instrumento de avaliação foi baseado na estruturação de um questionário, a partir dos critérios elencados por meio de revisão bibliográfica. Esses critérios foram então hierarquizados pelas dimensões de influência que exercem sobre os aspectos físicos, visuais e perceptivos inerentes a permeabilidade urbana desejada. Para cada item da dimensão foi então atribuída uma escala de pontos utilizados como referência na marcação do levantamento de campo.

A oficina proposta ao grupo teve duração de três dias. Sendo que a aplicação em campo feita no segundo dia de oficina, após explanação dos conceitos para os envolvidos e as discussões sobre o instrumento que ocorreram no primeiro dia de oficina. O trecho escolhido possuía aproximadamente 500 metros de comprimento, que é a distância considerada caminhável por Gehl (2015). As discussões dos problemas e a análise dos dados obtidos foram feitas de forma coletiva no terceiro dia da oficina. Cada etapa contou com a participação dos seis membros atuais do grupo de pesquisa.

A avaliação das modificações para aplicação do questionário foi feita de forma coletiva pelo grupo após a etapa de campo. As informações coletadas nessa fase a partir do questionário base foram georreferenciadas e transformadas em mapas com auxílio do software Arcgis.

2 REVISÃO TEÓRICA

A permeabilidade urbana que se busca medir com o instrumento apresentado refere-se à quantidade de caminhos que se pode escolher para ir de um ponto a outro da cidade (BENTLY et al., 1985). Essa permeabilidade física ou locomotiva, ou seja a capacidade de se atravessar algo, associada à permeabilidade visual, ligada à possibilidade de ver e ser visto (BENTLY et al., 1985; STAMPS, 2005) definem a permeabilidade desejada nesse estudo. Aguiar (2014) define a permeabilidade como a irrigação do espaços urbano por caminhos públicos. Já Netto e Krafta (2009) a entendem como um critério de desempenho urbano, devendo ter valores mínimos e máximos para qualificar a cidade.

Além das características físicas e visuais, mais comuns na literatura estudada, pode-se entender a permeabilidade pelas suas propriedades funcionais e perceptivas. Sendo que os aspectos funcionais estão ligados à variedade de experiência no ambiente e os perceptivos à legibilidade e compreensão do espaço (YAVUZ; KULOĞLU, 2012). Estendendo as propriedades perceptivas da permeabilidade, tem-se o conceito de permeabilidade sociopsicológica, que é a capacidade de um ambiente convidar ou repelir seus usuários (DZIURA, 2009).

Considera-se, assim, que a permeabilidade urbana vai além da simples acessibilidade, mas se relaciona com os atributos que tornam uma rota atrativa e confortável para o pedestre. O instrumento de avaliação busca, portanto, levar aquele que o utiliza a perceber quais fatores, podem colaborar ou não para tornar a cidade mais permeável.

A permeabilidade pode estar presente tanto na malha urbana quanto na forma edificada. Por isso, foram considerados o tamanho e formato das quadras ou a quantidade de acessos e transparências em uma edificação, como fatores de impacto que definem se um ambiente é mais ou menos permeável.

A permeabilidade, no que diz respeito às fachadas, foram relacionadas a atributos derivados de conceitos como o de *fachada ativa* (GEHL, 2015), *plinths* (KARSENBERG et al., 2015), *profundidade* (SPECK, 2016), *vigilância natural* (JACOBS, 2014) entre outros. Da mesma forma a permeabilidade da malha faz referência às quadras curtas (JACOBS, 2014), à necessidade de conexão (BENTLY et al., 1985) e à qualidade do percurso para pedestre presente no conceito de *caminhabilidade* (ITDP, 2018; SPECK, 2016). Para melhor entender, o quadro abaixo relaciona os critérios presentes no instrumento de avaliação com as literaturas que os originaram.

Quadro 1 - Critérios escolhidos e sua relação com a literatura.

CRITÉRIO RELACIONADO	AUTORES	INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Tamanho de quadras	(ITDP, 2017, 2018; JACOBS, 2014; PAFKA; DOVEY, 2017)	Quadras curtas aumentam a variedade de rotas pelo maior número de cruzamento de caminhos, auxiliando na caminhabilidade e evitando a presença de grandes equipamentos (raciocínio que pode estendido para o tamanho dos lotes).
Continuidade e conexão de ruas para pedestres	(BENTLY et al., 1985; BOTTIGELLI, 2014; NTA, 2015)	Ruas sem saída para pedestres interrompem o fluxo e diminuem a permeabilidade física do local.
Travessias apropriadas	(ITDP, 2018; USGBC, 2018)	Travessias e rotas acessíveis estão ligadas aos aspectos físicos da



e Largura da rota acessível		permeabilidade ao suprimirem barreiras e melhorarem a experiência do caminhar.
Deslocamentos verticais	(GEHL, 2015)	Degraus e rampas íngremes podem ser tanto barreiras físicas quanto formas de desestimular a escolha de uma rota pela tendência natural de poupar esforços.
Iluminação	(ITDP, 2018)	A iluminação está ligada aos aspectos visuais, já que para utilizar um caminho este deve ser visível e entendido como seguro.
Acessos de pedestre	(BENTLY et al., 1985; GEHL, 2015; ITDP, 2018; KARSSENBERG et al., 2015)	A maior quantidade de entradas e saídas permite maior troca entre público e privado, tornado a fachada mais permeável, dinâmica e convidativa.
Acessos de veículo	(DOVEY; WOOD, 2015; ITDP, 2018)	Os acessos de veículos tornam parte das fachadas inativas e geram interrupções ao caminhar para entrada e saída de veículos.
Profundidade e Transição suave	(GEHL, 2011, 2015; SPECK, 2016)	Uma fachada profunda, para Speck, é aquela que possui reentrâncias que permitem apropriação. Análogo a isso, Gehl defende que a transição suave entre público e privado acontece quando existem espaços semipúblico ou semiprivados que abrigam atividades humanas e suavizam a delimitação entre a rua e o espaço privado.
Conectividade e Fruição pública	(DZIURA, 2009; SÃO PAULO, 2014)	A fruição pública é a porção térrea de um lote destinada ao acesso público irrestrito e aberto 24h. Já a conectividade, ou a passagem entre edifícios é a possibilidade de se atravessar por entre o espaço privado, por meio de galerias ou passagens semipúblicas.
Continuidade	(DZIURA, 2009)	O conceito de continuidade diz respeito a espaços de usos público dentro de lotes privados que não permite cruzamento entre ruas mas que funcionam como extensão dos espaços públicos.
Porosidade	(SENNETT, 2018; SPECK, 2016; USGBC, 2018)	A porosidade diz respeito ao número de aberturas e transparências de uma fachada ou vedação. Ligada a permeabilidade visual.
Fachadas ou vedações visualmente ativas, Vigilância natural e Perímetro do lote	(BENTLY et al., 1985; ITDP, 2018; JACOBS, 2014)	As fachadas visualmente ativas são aquelas que permitem visualizar atividades humanas. São derivadas da boa organização do perímetro do bloco, defendida por Bently et al, alocando as atividades menos íntimas na frente. Está também ligada ao conceito de vigilância natural de Jacobs ao permitir que o pedestre veja o interior das edificações privadas e seja visto por ela, aumentando a sensação de segurança.
Efeito cânion e Perspectiva cansativa do percurso	(GEHL, 2015; NTA, 2015)	O efeito cânion está ligado à repetição de muros altos que gera a sensação de enclausuramento e repetição. A ausência de marcos no caminho e a longos percursos retilíneos pode gerar o que Gehl chama de perspectiva cansativa do percurso.
Espaços vastos e estreitos e afastamentos frontais (escala humana)	(GEHL, 2015; USGBC, 2018)	A escala humana defendida por Gehl, aponta que a arquitetura deve respeitar os sentidos humanos, evitando que as proporções entre os espaços horizontais e verticais causem clausura ou sensação de vazio ou que os afastamentos impeçam a conexão visual com o entorno.
Pontos de atração e variedade	(GEHL, 2015; ITDP, 2018; KARSSENBERG et al., 2015; YAVUZ; KULOĞLU, 2014)	O uso do solo interfere na variedade de experiência no lugar e pode interferir na escolha do pedestre por determinado caminho. Quanto maior a variedade mais chance de o caminho ser percorrido.
Caminhos de desejo, locais abandonados e cultura do medo	(NTA, 2015)	Os sinais comportamentais podem afastar as pessoas por indicarem perigo ou desconforto.
Ruídos, qualidade do ar, sombreamento e demais sentidos	(BENTLY et al., 1985; GEHL, 2015)	A diversidade sensorial (chamada de riqueza por Bently) cria múltiplas experiências e podem tornar o caminhar mais interessante. Pensar nos demais sentidos auxilia a entender a permeabilidade sociopsicológica de um local.

Fonte: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019. Baseado nas referências citadas.

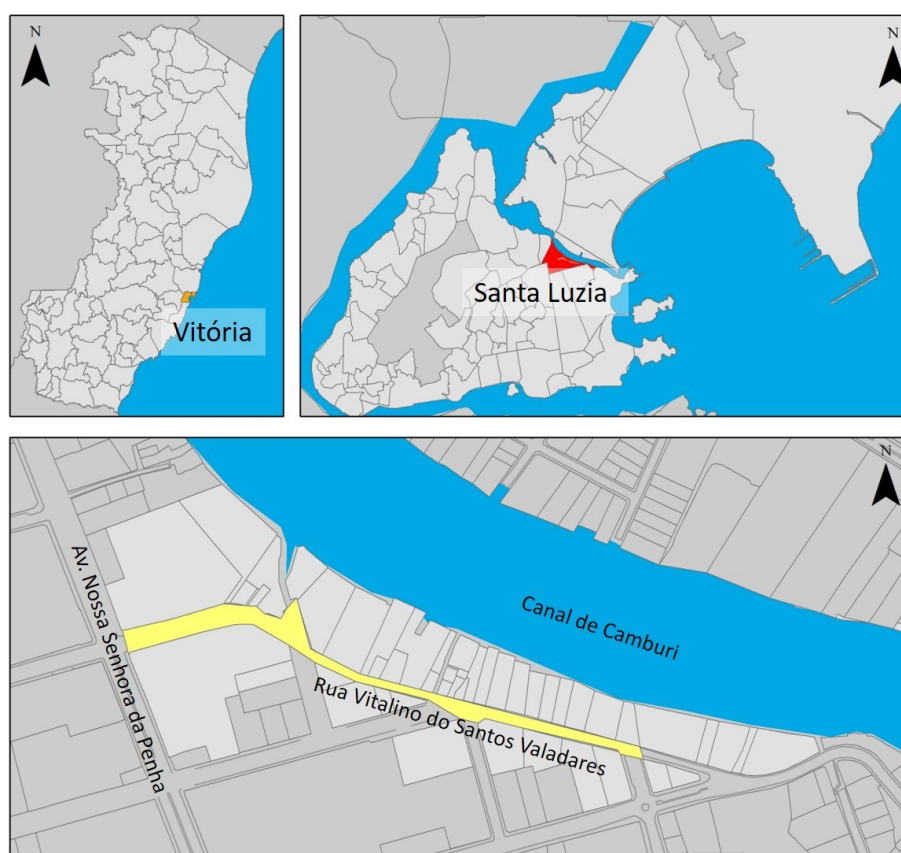
Os referidos autores destacam, ainda, que a sensação de segurança é beneficiada pelas edificações permeáveis, pois o transeunte identifica esse efeito nas interfaces entre espaço público e privado da cidade. Enfatizam, afinal, que esse atributo sozinho não é capaz de qualificar a cidade, mas deve estar atrelado ao uso e propriedades da edificação como suas características de altura, forma,

ocupação no lote, dentre as outras citadas na tabela acima. Sendo esse dependente (e influenciador) também das qualidades atreladas ao desenho da cidade como o tamanho das quadras e a tipologia das ruas.

3 CONFEÇÃO E APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O local escolhido para aplicação do instrumento de avaliação foi um trecho da rua Vitalino do Santos Valadares e está situado em um bairro da capital do estado do Espírito Santo, à margem de um canal que conecta a orla ao manguezal da cidade, porém isolado do mesmo por edificações contínuas que impedem qualquer relação com o curso d'água adjacente.

Figura 113 - Localização do trecho de estudo



Fonte: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

O instrumento de avaliação foi elaborado a partir das literaturas que estudam os conceitos e critérios apresentados na revisão bibliográfica desse artigo, e a pontuação utilizou um sistema de hierarquia em que se privilegiou os critérios considerados mais relevantes para a permeabilidade urbana desejada. Os referidos critérios foram elencados totalizando 30 itens, posteriormente organizados e agrupados em quatro dimensões complementares: aqueles ligados a questões referentes a vias, os que se referem a quadras e lotes, os que avaliam a permeabilidade das fachadas e vedação e aqueles ligados aos usos e apropriações (Quadro 2).

Quadro 2 - Critérios usados no instrumento de avaliação.

VIAS	QUADRAS E LOTES	FACHADAS E VEDAÇÕES	USOS E APROPRIAÇÕES
Continuidade	Tamanho quadra	Acessos pedestres	Atração
Travessia	Tamanho lote	Acessos veículos	Variedade
Largura calçada	Organização de lote	Profundidade	Vazios
Deslocamentos verticais	Pátios internos	Porosidade	Caminhos de desejo
Iluminação	Passagem entre edifícios	Afastamento	Locais abandonados
Vias rápidas		Fachadas ativas	Ruídos
Sombreamento		Efeito canyon	Qualidade do ar
Ciclovia		Proporção altura	Elementos da cultura do medo
Elemento de priorização do pedestre			

Fonte: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

Esses critérios foram organizados em uma tabela contendo o nome do que estava sendo avaliado, as referências principais e uma pergunta com resposta sim ou não, onde se indicava alguns parâmetros para a avaliação do quesito. Alguns dos critérios possuíam observações a serem feitas para auxiliar o pesquisador. As respostas que auxiliariam no aumento da permeabilidade, sendo elas negativas ou positivas, pontuavam de acordo com os critérios previamente estabelecidos, já as respostas que não auxiliavam ou reduziam a permeabilidade recebiam pontuação zero. Essa tabela indica a qual aspecto da permeabilidade o quesito se refere. O exemplo abaixo (Quadro 3) ilustra a forma com que as perguntas foram organizadas.

Quadro 3 - Exemplo de critério presente na dimensão vias do instrumento de avaliação

física	3 Largura da rota acessível das calçadas (ITDP, 2018; USGBC, 2018)			
	Há locais com calçadas de largura de rota acessível menor que 1,5m em áreas residenciais ou menor que 3,0m em áreas comerciais de grande fluxo de pedestres? Obs.: Rotas acessíveis não possuem barreiras físicas (postes, árvores...) ou pavimentação que impeça o caminhar.			
	sim	0	não	4,5

Fon

te: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

Para cada um dos quatro grupos foi estabelecida uma hierarquia entre os quesitos, para depois pontuar cada um deles e, por fim, estabelecer quatro níveis de avaliação para todos os grupos, sendo eles: ruim, regular, bom e ótimo. Ao estabelecer os mesmos níveis para as quatro dimensões do questionário foi possível somá-las para verificar o resultado da permeabilidade urbana total do trecho. Ao final da tabulação dos dados e georreferenciamento dos mesmos, obteve-se o mapeamento por dimensões contemplando a situação da permeabilidade das vias; quadras e lotes; fachadas e vedações; usos e apropriações e um mapa geral.

O método utilizado para organizar os diversos quesitos em níveis de importância foi baseado em um processo de hierarquização criado por Thomas L. Saaty na década de 1970. Tal método sugere uma comparação entre duas questões criando uma matriz que pontua: 1 para quando os quesitos possuem a mesma importância, 3 para quando um tem uma importância pequena sobre o outro; 5 para importância grande ou essencial; 7 para uma importância muito grande ou já demonstrada; e 9 nos casos em que um quesito tem importância absoluta sobre o outro. Os números pares são usados quando os critérios se encontram entre duas pontuações ímpares, porém neste caso não houve necessidade de utilizá-los (RIBEIRO e ALVES, 2016).

Esse processo de hierarquização foi aplicado na geração de uma tabela para cada uma das quatro dimensões de avaliação da permeabilidade já citadas. O Quadro 4 ilustra a pontuação



dada aos itens que compõem a dimensão “quadras e lotes”. Os quesitos das linhas eram comparados com as colunas e a soma dos valores a eles atribuídos indicaram a pontuação hierárquica destes quesitos. Quanto maior o número, maior a importância da questão para permeabilidade. Foram usados para comparação critérios qualitativos e as premissas de que a permeabilidade física tende a ser mais importante que a visual, que por sua vez, é mais importante que a sociopsicológica. Também, foi considerado a quantidade de vezes que o atributo era citado na literatura, bem como os argumentos usados para descrevê-los.

Quadro 4. Matriz de comparação dos atributos de quadras e lotes

PERMEABILIDADE EM QUADRAS E LOTES							
		1 Tamanho de quadra	2 Tamanho de lote	3 Organização do lote	4 Conexões	5 Pátios	
1	Tamanho de quadra	1,0	3,0	5,0	7,0	9,0	25,0
2	Tamanho de lote	1/3	1,0	3,0	5,0	7,0	16,3
3	Organização Lote	1/5	1/3	1,0	3,0	5,0	9,5
4	Conexões	1/7	1/5	1/3	1,0	3,0	4,7
5	Pátios	1/9	1/7	1/5	1/3	1,0	1,8

Fon

te: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

Para cada item, foram distribuídas pontuações que somassem ao final dez. Para esse cálculo foi considerado que os itens de diferentes importâncias deveriam ter pontuações diferentes e os mais importantes deveriam pontuar mais. Foi adotada ainda a escala de variação de 0,25 em 0,25 pontos e que os quesitos mais importantes e muito importantes deveriam representar a maioria dos pontos somando 5,5 pontos., para que os quesitos menos importantes não obtivessem uma nota maior que os considerados mais importantes. O quadro 5 exemplifica o método aplicado para a dimensão de avaliação das quadras e lotes, os demais quesitos seguiram a mesma lógica.

Quadro 5 - Pontuação dos quesitos vias

PERMEABILIDADE DE QUADRAS E LOTES				
nº	questão	nota	importância	pontuação
10	Tamanho quadra	25	mais importante	3,00
11	Tamanho lote	16,3	muito importante	2,50
12	Organização de lote	9,5	importante	2,00
13	Pátios	4,7	pouco importante	1,50
14	Galerias	1,8	menos importante	0,50

Fonte: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

Para facilitar o cálculo a ser replicado por alunos e professores de arquitetura e urbanismo, as pontuações na tabela foram todas multiplicadas por quatro, para que todos os números fossem inteiros. Por fim, elas foram divididas em quatro avaliações (Quadro 6): para ser considerado regular, o quesito deveria atingir pontuação mínima de 5,5 pontos (ou 18 pontos, já multiplicados); para ser bom o quesito deveria atingir pontuação maior que 7,5 (ou 22 pontos) e para ótimo maior que 9 pontos (ou 30 pontos).

Quadro 6 - Tabela de pontuações máximas e mínimas

AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Ruim	0	17
Regular	18	21
Bom	22	29
ótimo	30	40

Fonte: Acervo pesquisa Izabela U. Pellegrini, 2019

Os trinta critérios explicados na primeira fase da oficina de permeabilidade urbana foram dispostos em tabelas e entregues aos participantes para a fase de coleta de dados em campo. A aplicação prática foi feita no dia 11 de outubro de 2019 às 15 horas, pelos participantes da oficina. Para

atividade de campo, o trecho da rua Vitalino dos Santos Valadares foi dividido em três segmentos de análise (Figura 2), levando em consideração o cruzamento de vias e as diferentes situações encontradas no mesmo trecho. As dúvidas que surgiam durante o processo eram anotadas e ao final foi feita uma discussão de pontos que deveriam ser acrescentados e/ou suprimidos do questionário.

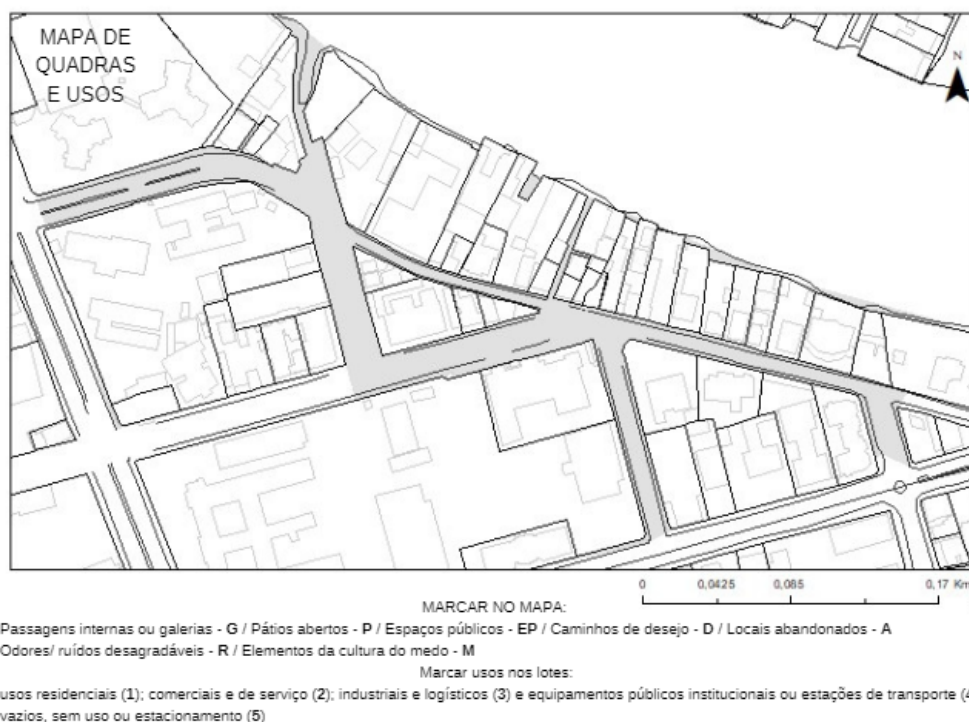
Figura 2 - Trechos estudados



Fonte: Autores, 2019

Para facilitar a atividade em campo, os critérios a serem avaliados foram separados em três mapas agrupados e organizados por dimensões de avaliação, conforme ilustrado na dimensão *Quadras e Lotes* da Figura 3. O mapa foi entregue junto a tabela com os critérios da respectiva dimensão a ser pontuada. Esses mapas serviram para identificar e localizar os aspectos avaliados para responder ao questionário como um todo e somar as pontuações referentes às quatro dimensões de sua avaliação. Cada critério e item pontuado auxilia na análise qualitativa da permeabilidade urbana da área avaliada, compreendido nesse estudo como fundamental para as posteriores discussões em sala de aula. Cada um dos participantes ficou responsável por uma parte da avaliação, sendo que o item da quadra referente as medidas das quadras e lotes necessitou do auxílio de software de mapeamentos para medir suas extensões.

Figura 14 - Mapa base usado em atividade de campo



Fonte: Autores, 2019

4 A PERMEABILIDADE URBANA COMO RESULTADO DA ANÁLISE DE CAMPO

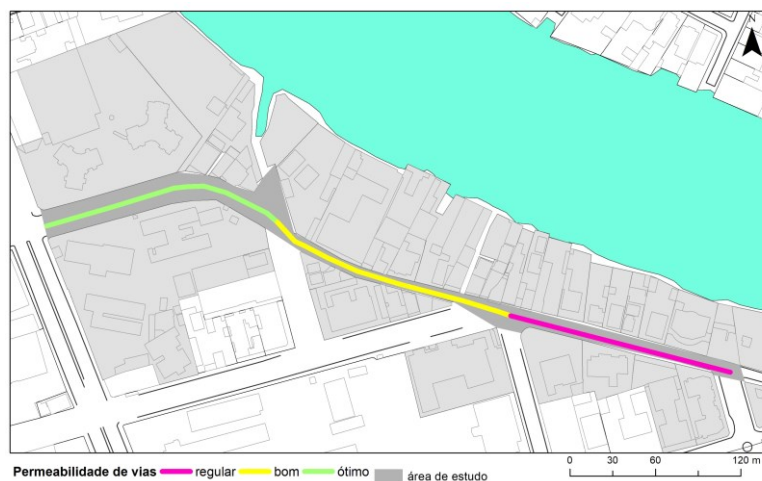
A atividade em campo gerou dois tipos de resultados: primeiro os que se referem a permeabilidade do trecho de estudo, que permite avaliar se os resultados do instrumento condizem com a realidade. O segundo veio das discussões feitas na terceira etapa da oficina, que auxiliaram na percepção das potencialidades e fragilidades do uso do instrumento.

As informações coletadas em campo responderam aos 30 itens da tabela de avaliação e resultou em quatro mapas georreferenciados. Esses mapas analisados separadamente apresentam resultados contrastantes indicando a necessidade e importância da sobreposição de todas as dimensões para obtenção da real situação da permeabilidade urbana da área estudada.

A dimensão *vias* (Figura 4) apresenta uma permeabilidade *ótima* no segmento onde existe uma ciclovia. Apesar desta ser limitada a este trecho e estar conectada a uma via arterial da cidade, não há uma rede conectada para o transporte cicloviário. Todavia, por ser uma obra recente, percebe-se, neste trecho, uma preocupação com o incentivo ao transporte não motorizado da cidade. A velocidade de 30km/h sugere uma tentativa de conciliar as modalidades ativas de deslocamento com os veículos motorizados e a existência de faixas elevadas e extensões de calçada aumentam a permeabilidade e a possibilidade de segurança dos pedestres. Por esses fatores e pelo bom sombreamento o trecho um foi considerado *ótimo*.

Nenhum trecho dessa dimensão foi considerado ruim, apesar das calçadas não atenderem as dimensões livres mínimas e conterem muitas barreiras como postes e vegetação. Não há presença de deslocamentos verticais importantes em nenhum trecho e a iluminação foi considerada adequada. Os trechos dois e três receberam a avaliação bom e regular respectivamente.

Figura 3 - Avaliação de permeabilidade de vias



Fonte: Autores, 2019

O resultado de *quadras e lotes e fachadas e vedações* foram idênticos por isso estão representados pelo mesmo mapa (Figura 5). Nesses dois quesitos, o trecho apresentou as piores pontuações, sendo todos os três trechos considerados ruins. As quadras são extensas e os lotes permitem ocupação por grandes construções. Há muitas fachadas cegas, reduzindo a permeabilidade do local. A situação dos mesmos não estimula a ocorrência de atividades humanas nas frentes dos lotes e há uma presença extensiva de entradas de veículos e estacionamentos no afastamento frontal. A escala humana varia com a inserção de edificações com gabaritos entre 1 a 20

pavimentos situados junto as calçadas estreitas da área. O percurso é desprovido de espaços abertos que se integrem ao curso d'água adjacente.

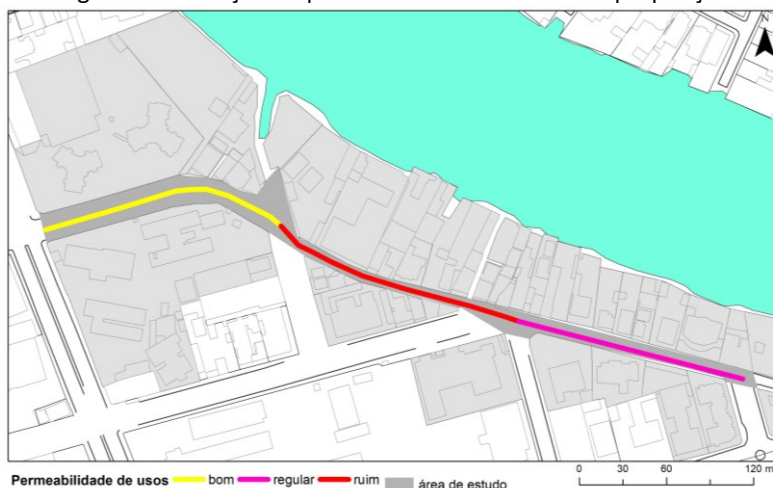
Figura 4 - Avaliação de permeabilidade de quadras e lotes e fachadas e vedações



Fonte: Autores, 2019

Quanto aos usos (Figura 6) o primeiro trecho foi considerado *bom*, o segundo *ruim* e o terceiro *regular*. Não há nenhum tipo de equipamento ou espaço de uso público para atração de pessoas, mesmo se tratando de uma área lindeira a um curso d'água de potencial paisagístico. No trecho dois, existem caminhos de desejo nas calçadas onde não há pavimentação indicando que nesses locais não há priorização dos pedestres, porém não foram identificados locais com sinais de comportamento que desestimulem o uso da rota. Há boa variedade de usos com atividades que funcionam em horário comercial e ausência de vazios. Os elementos da cultura do medo estão presentes em todos os trechos. Os aspectos sensoriais de ruídos e odores foram considerados aceitáveis apesar da existência de odores marcantes devido a uma oficina de pintura de carros no trecho um.

Figura 5 - Avaliação da permeabilidade dos usos e apropriações



Fonte: Autores, 2019

Para sobrepor as quatro dimensões, atribuiu-se nota zero para o conceito ruim; um para regular; dois para bom e três para ótimo e somou-se as notas atribuídas para as quatro avaliações. Sendo assim, as escalas de avaliação total poderiam acontecer de zero a doze pontos. Assim, o primeiro

trecho obtém a maior pontuação com cinco pontos totais, que corresponde ao conceito *regular* e os demais receberam dois pontos cada um (conceito ruim). Entende-se, assim, que o trecho carece de permeabilidade urbana e que apesar dos conceitos bom e ótimo obtidos nas avaliações separadas, quando somados não são suficientes para identificar um cenário permeável (Figura 7).

Figura 6 – Mapa da Permeabilidade Urbana da área de estudos



Fonte: Autores, 2019

4.2 O instrumento e a experiência de campo

A aplicação do instrumento com o grupo permitiu que melhorias na avaliação fossem apontadas pelos seus participantes e que as questões nele presentes fossem discutidas e identificadas no local de estudo.

Como contribuição, questionou-se o quesito *organização de lote* e a forma de medi-lo, indicando a necessidade de revisá-lo, já que este foi o critério que mais gerou dúvidas e impossibilidade de identificação prática. Também, foi acrescentado um critério sobre as potencialidades não aproveitadas do local, já que em muitos pontos a falta de acesso ao canal era um fator importante de decréscimo da permeabilidade. Alguns quesitos foram melhor redigidos para facilitar a autonomia de respostas.

A forma de obtenção dos dados gerou algumas dúvidas, indicando a necessidade do mapa ser mais autoexplicativo e integrado a tabela de avaliação. Todavia, manteve-se em separado a identificação dos quesitos e as respostas às questões, tanto para otimizar o tempo de análise, quanto para qualificar as análises e permitir melhor compreensão do local. Mesmo diante da dificuldade os participantes consideraram clara e eficiente a forma de obtenção de dados, não tendo grande dificuldade para identificá-los.

A escolha do trecho de estudo apresentou pouca variedade nos critérios relacionados a fachadas, quadras e lotes, demonstrando uma ocupação pobre em diversidades que favoreçam a apropriação e permanência de pedestres para práticas sociais. Também foi notada a ausência de alguns itens na área avaliada, indicando que em um projeto de transformação para qualificação urbana do trecho escolhido, esses itens poderiam ser inseridos para favorecer a permeabilidade da área. Nota-se que ao comparar os resultados com a realidade do local entende-se que o instrumento é passível de ser aplicado também em processos de avaliação de glebas urbanas para definição de empreendimentos novos para a cidade, por parte de arquitetos e urbanistas bem como de empresários do setor da construção civil.



Alguns quesitos, principalmente os de caráter qualitativos foram mais difíceis de serem medidos, porém entende-se que as análises que envolvem a abordagem empírica da experiência, vivência e observação do pesquisador são singulares na produção do conhecimento em pesquisas na área das ciências sociais aplicadas.

O instrumento foi considerado eficaz pelos participantes para avaliar a permeabilidade urbana e os quesitos apresentaram-se suficientes para entender a parcela de estudos nas dimensões propostas. As melhorias solicitadas no instrumento foram feitas posteriormente e a experiência da atividade em campo foi considerada proveitosa, já que houve aprendizado por parte dos alunos envolvidos e os efeitos da introspecção e da desvalorização do pedestre puderam ser claramente identificados no local por meio da aplicação do questionário e visualização dos mapeamentos gerados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da oficina e a troca de conhecimento apresentou-se como uma forma eficaz de testar o instrumento proposto, bem como apresentar melhorias para o processo de avaliação da permeabilidade urbana da cidade. A importância da diversidade do grupo, que contava com duas mestrandas (sendo uma a proponente da atividade), a professora doutora e coordenadora do grupo, uma mestranda egressa do programa e três alunos de iniciação científica contribuiu para trazer uma diversidade de olhar sobre a interpretação dos quesitos presentes no instrumento.

Ressalta-se que o local escolhido apresenta uma permeabilidade frágil, com fachadas cegas ou inativas e as quadras de grande extensão que reforçam o impacto negativo das tipologias introspectivas. Essa avaliação indica que a permeabilidade não se refere somente a possibilidade de travessia, mas está atrelada a qualidade e atração das rotas.

Nota-se também que durante a avaliação poucas pessoas passaram no local, indicando que existe relação entre os resultados da avaliação de permeabilidade com a vitalidade de um local, sendo esse um possível estudo futuro para aplicação deste instrumento.

Por fim, mesmo com a necessidade de melhorias, o instrumento foi considerado válido para medir a permeabilidade de um local e a aplicação no local de estudo permite concluir que houve coerência entre os resultados e a realidade, indicando que o mesmo pode ser aplicado na disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da UVV para verificação se as propostas projetuais dos alunos para o mesmo trecho analisado nesse estudo, revertem a situação identificada em campo sobre a permeabilidade urbana do trecho analisado.

Pretende-se utilizar os resultados da aplicação dessa nova fase, para gerar uma discussão sobre a aplicação da teoria dos ambientes responsivos e da vitalidade com os referidos alunos, e com o novo mapeamento a ser produzido a partir dos projetos propostos pelos mesmos gerar novas informações para produção de um novo artigo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Douglas. Permeabilidade urbana. A urbanização do cais. **Drops, Vitruvius**, v. ano 14, n. n.079.04, 2014.

BENTLY, Ian et al. **Responsive environments: A manual for designers**. Londres: Architectural Press, 1985.

BOTTIGELLI, Clara Cardia; Carlo. **Progettare I città sicura. Pianificazione, disegno urbano, gestione degli spazi pubblici**. Milano: Editore Ulrico Hoepli Milano, 2014.

DOVEY, Kim; WOOD, Stephen. Public/private urban interfaces: type, adaptation, assemblage. **Journal of Urbanism International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, v. 8, n. 1, p. 1–16, 2015.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/17549175.2014.891151>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

DZIURA, Giselle Luzia. **Permeabilidade espacial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico** : da Modernidade à Pós-modernidade nos edifícios multifuncionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba, 1966-2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 227 p. 2009.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3 ed ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.

ITDP. **Índice De Caminhabilidade: ferramenta versão 2.0**. . [S.l: s.n.]. , 2018

_____. **TOD Sandard. TOD Standard**. Nova York: Institute for Transportation and Development Policy. , 2017

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

KARSENBERG, Hans et al. **A cidade ao nível dos olhos: Lições para os plinths**. Tradução Paulo Horn Regal; Renee Nycolaas. Porto Alegre: ediPUCRS., 2015.

NETTO, Vinicius de Moraes; KRAFTA, Rômulo Celso. A forma urbana como problema de desempenho: o impacto de propriedades espaciais sobre o comportamento urbano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. Vol. 11 n. 2 (nov. 2009), p. 157-180, 2009.

NTA. **Permeability Best Practice Guide**. Dublin: South Dublin County Council. Disponível em: <https://www.nationaltransport.ie/wp-content/uploads/2011/12/NTA_Permeability_Report_-_Web.08.20151.pdf>. , 2015

PAFKA, Elek; DOVEY, Kim. Permeability and interface catchment: measuring and mapping walkable access. **Journal of Urbanism**, v. 10, n. 2, p. 150–162, 2017.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta**. Tradução Clóvis Marques. 1º ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

STAMPS, Arthur E. Visual permeability, locomotive permeability, safety, and enclosure. **Environment and Behavior**, v. 37, n. 5, p. 587–619, 26 set. 2005. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0013916505276741>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

USGBC. **LEED v4 for NEIGHBORHOOD DEVELOPMENT**. . [S.l: s.n.]. , 2018

YAVUZ, Aysel; KULOĞLU, Nilgün. A research on permeability concept at an urban pedestrian shopping street: a case of trabzon kunduracilar street. **Artvin Coruh University Journal of Forestry Faculty**, v. 13, n. 1, p. 25–39, 2012.

_____. Permeability as an indicator of environmental quality: Physical , functional , perceptual components of the environment. **World Journal of Environmental Research**, v. 04, n. 2, p. 29–40, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/272021497_A_Research_on_Permeability_Concept_at_an_Urban_Pedestrian_Shopping_Street_A_Case_of_Trabzon_Kunduracilar_Street>. Acesso em: 4 dez. 2018.



Os benefícios dos jardins terapêuticos com ênfase em hospitais e clínicas médicas

LINHA TEMÁTICA: Estratégias e processos projetuais

LIMA, Gustavo de Paula (1); MERLIN, José Roberto (2);

(1) Mestrando, POSURB-ARQ PUC (Campinas-SP)/Bolsista CAPES modalidade II, Email: gustavo.pl@puc-campinas.edu.br
(2) Orientador, POSURB-ARQ PUC (Campinas-SP), Email: jrmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Desde o século XVIII, os jardins terapêuticos vêm sendo implantados em monastérios, hospitais e clínicas médicas. Muitos trabalhos científicos relatam sua importância na recuperação dos pacientes e no bem-estar dos trabalhadores e frequentadores destes locais. Este artigo objetiva desvelar as principais características desses jardins como ambientes restauradores da saúde do ser humano e entender como se utilizar dessas características para melhorar a vida dos pacientes e usuários dos espaços que tratam das curas. Busca, também, entender o tema em sua espacialidade e especificidade por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas, revelando, sinteticamente, a história dos jardins, explorando e evidenciando suas potencialidades como elementos auxiliares nos tratamentos clínicos e medicamentosos, procurando contextualizar e evidenciar os benefícios dos jardins terapêuticos nos processos de cura e bem-estar de pacientes com diferentes patologias. Finaliza apontando as qualidades espaciais nas suas especificidades conforme a tipologia morfológica adotada e a importância de suas funções engendradas a partir dos objetivos de cura.

PALAVRAS-CHAVE: jardim terapêutico, benefícios do jardim terapêutico, paisagismo hospitalar, ambientes restauradores.

1 INTRODUÇÃO

Por meio de revisão bibliográfica, análises documentais e iconográficas, o artigo visa contextualizar e descrever os benefícios dos chamados jardins terapêuticos no processo de cura e bem-estar de pacientes que sofrem de diferentes patologias, evidenciando a sua importância no processo de recuperação dos enfermos e a qualidade de vida oferecida aos usuários dos hospitais e clínicas médicas que se beneficiam desse tipo de paisagismo.

Para isso, o desenvolvimento deste texto aborda o histórico do que hoje é conhecido como jardim terapêutico e apresenta diferentes termos ligados a este tema central, tais como o conceito de *biophilia* (KELLERT; WILSON, 2005), de ambiente restaurador (GRESSLER; GUNTHER, 2013), a teoria de recuperação psicofisiológica ao estresse (ULRICH, 1983) e a teoria da restauração da atenção (KAPLAN, 1989), dentre outros, que serão melhores explicitados ao longo de todo o artigo.

Compreende-se como fundamental o aprofundamento deste tema dentro de linhas de pesquisas relacionadas à arquitetura – trazendo à tona a interdisciplinaridade desta área com a medicina, a psicologia e a biologia – no intuito de promover a criação de meio ambientes restauradores e propiciadores da melhoria da qualidade de vida. Isso fica evidente, no decorrer do texto, ao se



apresentar diferentes tipos de benefícios do jardim terapêutico, tais como os cognitivos, psicológicos, físicos, sociais (COSTA, 2009), dentre outros.

Vê-se que as capacidades dos jardins terapêuticos de gerar bem estar e qualidade de vida extrapolam suas finalidades junto aos pacientes das clínicas e hospitais e proporcionam, também, aos funcionários e aos visitantes, um ambiente mais humanizado.

O artigo apresenta, ainda, algumas das características e particularidades necessárias à constituição de um jardim terapêutico, segundo Marcus & Barnes (1999). Aspectos relacionados, por exemplo, à acessibilidade, à escolha das plantas e à visibilidade da área planejada para o projeto paisagístico devem ser cuidadosamente observados na sua execução, dentre outras especificidades.

1.1 Contexto histórico

Há dois mil anos atrás, as paisagens naturais já eram reconhecidas como espaços terapêuticos. Louv (2005) afirma que “chineses taistas criavam jardins e estufas por acreditarem serem benéficos para a saúde”.

Na Europa medieval, os jardins restauradores surgiram dentro dos monastérios, quando os primeiros hospitais do mundo ocidental eram enfermarias em comunidades monásticas nas quais as plantas medicinais e orações constituíam os focos da cura. Os jardins eram situados nos pátios internos, como se fossem jardins privativos, lugar em que os pacientes podiam admirar das janelas dos quartos ou usufruir passeando em seus espaços, o que auxiliava na sua convalescença (MARCUS; BARNES, 1995).

Foi no século XVIII e no início do XIX que os hospitais psiquiátricos começaram a implantar o paisagismo com o intuito de proporcionar benefícios terapêuticos de forma mais efetiva. Nightingale (*apud*. MIQUELIN, 1992) reconheceu os efeitos positivos desse novo conceito hospitalar ao conceder aos pacientes maior bem-estar devido à exposição à luz solar e à contemplação da vegetação através das aberturas por meio das janelas.

No final do século XVIII, os hospitais começaram a se reorganizar arquitetonicamente visando a criação de áreas verdes dentro dos edifícios com o intuito de tornar os espaços mais eficazes ao tratamento, transformando-os em lugares não só de internação de pacientes e de doentes, mas, também, em agentes terapêuticos no processo de cura (FOUCAULT, 1979).

Em um processo evolutivo, na década de 90, começaram a valorizar a necessidade emocional dos pacientes com ênfase na redução do estresse e no aumento do bem-estar humano, com base em estudos científicos, sobre o efeito restaurador promovidos pelo contato com a natureza (ULRICH, 1999).

2 AMBIENTES RESTAURADORES

O termo “ambiente restaurador” opõe-se à noção de estresse, a partir do “constructo denominado *restoration*, definido como o processo de restauração, recuperação ou restabelecimento dos aspectos físicos, psicológicos ou da capacidade social, perdidos pelo esforço contínuo” (GRESSLER; GÜNTHER, 2013, p.488). Isso fica melhor explicitado por meio da Teoria da recuperação psicofisiológica ao estresse e da Teoria da restauração da atenção, desenvolvidas por ULRICH (1984) e R. & S. Kaplan (1989) respectivamente, conforme se vê a seguir.

2.1 Teoria da recuperação psicofisiológica ao estresse

A teoria de Roger Ulrich (1983) propõe a redução psicológica do estresse, embasada na recuperação psicofisiológica, através da percepção visual e da fruição estética em certos ambientes.



A exposição ou o contato com ambientes físicos, visualmente prazerosos, auxilia na redução do estresse, uma vez que desencadeia emoções positivas, mantém o estado de atenção não vigilante, diminui os pensamentos negativos e possibilita o retorno à excitação fisiológica para níveis mais moderados (GRESSLER; GÜNTHER, 2013, p.3).

Os pacientes colocados em leitos hospitalares que possibilitavam a visão da natureza através da janela do hospital tiveram, em geral, menor tempo de internação pós-operatório, receberam menos comentários negativos na avaliação das enfermeiras e necessitaram de menor quantidade de analgésicos (ULRICH, 1984).

2.2 Teoria da restauração da atenção

Stephen e Rachel Kaplan (1989), por meio de pesquisas, elaboraram a teoria da restauração da atenção (Attention Restoration Theory – ART). Esses pesquisadores indicaram que, após horas de concentração da atenção, ou mesmo de exposição ao estresse da vida cotidiana, poder-se-ia experimentar fadiga no processo de atenção, com necessidade para o cérebro humano de um momento para descansar e retomar a atenção. A ideia de fadiga proposta tem muito em comum com a ideia dos efeitos colaterais de estresse ou sobrecarga de informações para o cérebro.

De acordo com S. Kaplan (1995), no mundo moderno, a divisão entre o importante e o interessante tornou-se extrema porque, anteriormente, o que era importante para a evolução humana era fascinante por sua própria natureza e, portanto, não necessitava de atenção dirigida. Assim, o autor sugeriu quatro fatores promotores de restauração da atenção: fascinação, afastamento, extensão e a compatibilidade (*ibid.*).

A *fascinação* é a atenção involuntária, que não exige esforço ou inibição de estímulos concorrentes, permite ao sistema de atenção fatigado descansar e restaurar a capacidade de atenção dirigida. A *fascinação* pode ocorrer em uma diversidade de cenários e situações interessantes, não demanda esforço e pode variar em intensidade com dimensões *soft* ou *hard* (*ibid.*).

A *fascinação soft* é caracterizada por uma intensidade moderada e, geralmente, centrada em estímulos esteticamente agradáveis, permitindo a oportunidade de reflexão e promovendo de maneira mais eficiente a restauração da atenção (FELSTEN, 2009). A beleza estética gera uma correlação positiva entre preferência e restauração, caracterizada por uma atenção “sem esforço”. Essa *fascinação soft* é comum em ambientes naturais, como, por exemplo, ver um pôr do sol ou o suave balanço dos galhos de árvores ao vento. A combinação de fascinação e extensão, juntamente com aspectos estéticos, captura efetivamente o conceito de fascinação *soft* no propósito de reflexão (OUELLETTE *et. al.*, 2005).

A diferença em relação à *fascinação hard* é que esta aguça a atenção e geralmente não permite reflexão. *Fascinação hard*, por exemplo, pode ocorrer ao se visualizar um evento esportivo muito competitivo. Essa forma de atenção não permite alcançar os benefícios mais profundos de uma experiência reparadora, como a reflexão sobre questões importantes (S. KAPLAN, 1995).

De acordo com R. & S. Kaplan (1989), a *fascinação* sozinha não causa restauração da atenção, sendo necessário um segundo fator, o *afastamento*. O *afastamento* é estar fora do contexto usual, das experiências da vida cotidiana, da necessidade de atenção direta e focalizada. Na definição da teoria da restauração da atenção, o *afastamento* apresenta um componente físico (que seja diferente do habitual) e um componente psicológico (ser capaz de escapar das distrações indesejadas e das lembranças de suas obrigações diárias).

O terceiro fator seria a *extensão*, que é a imersão em um ambiente físico coerente ou em um ambiente conceitual suficientemente planejado que possibilita a exploração e a interpretação, ou seja, um ambiente que possua alcance suficiente para manter a interação sem provocar tédio,



durante um período de tempo (LAUMANN; GARLING, 2001).

É necessário, ainda, a *compatibilidade*, que se refere ao encontro entre as inclinações pessoais, os propósitos, o suporte do ambiente para determinadas atividades e as possíveis ações no ambiente (S. KAPLAN, 1995).

O terceiro e quarto fatores, *extensão* e *compatibilidade*, fazem referência às características do lugar para que possam promover a restauração. Esse espaço deve ser suficiente para possibilitar exploração e ser coerente para produzir sentido, além de dar apoio àquilo que está sendo proposto ao indivíduo, tendo esta inclinação e capacidade para tais atividades (R. KAPLAN; S. KAPLAN, 1982).

Os quatro fatores propostos na ART – fascinação, afastamento, extensão e compatibilidade – associam-se às propriedades dos ambientes nos quais os seres humanos desencadeiam processos mentais ou estados que contribuem para as experiências restauradoras. Nesse sentido, jardins terapêuticos podem ser planejados como desencadeadores dos fatores da ART, promovendo restauração da atenção e, dessa forma, proporcionando benefícios cognitivos, dentre outros.

3 BENEFÍCIOS DOS JARDINS TERAPÊUTICOS

Jardins terapêuticos asseguram aos seus ocupantes um local onde experimentam uma sensação de bem-estar, na medida em que estimulam a sociabilidade e promovem oportunidades de relaxamento que auxiliam na restauração do corpo e da mente (CONSTANTINO, 2004).

Por meio de estudos científicos realizados por R. Kaplan (2001), observou-se que locais providos de vegetação exercem influências positivas sobre o homem como, por exemplo, o aumento do bem-estar advindo da visão que se tem através da janela de uma residência. Zeisel (2007) relata em seus estudos a redução do estresse em pessoas que estão em contato com a natureza nos ambientes de trabalho. Estudos realizados por Ulrich (1984) comprovam benefícios proporcionados aos usuários por áreas verdes em unidades hospitalares, contribuindo na recuperação de pacientes por promover a redução de estresse, ansiedade e depressão diminuindo, inclusive, a quantidade de medicamentos utilizados, por meio da teoria da recuperação psicofisiológica ao estresse descrita pelo autor.

Em diversos países, os jardins terapêuticos vêm crescendo, assumindo, nesse caso, uma função especial de auxiliar no restabelecimento dos pacientes, sendo recomendado para clínicas, hospitais, residências, condomínios, casas de repouso e, ainda, para outros espaços livres e públicos. Esta constatação fundamenta-se no fato de que grande parte das pessoas reage às plantas, estabelecendo com as mesmas uma relação positiva, fato inerente ao ser humano segundo a hipótese da *biophilia* proposta por Wilson (KELLERT; WILSON, 2005).

O processo da biofilia aponta para uma tendência natural do ser humano a voltar sua atenção às coisas vivas, a retomar e sentir a necessidade de estar próximo da fauna e da flora, entendendo que delas fazemos parte.

A origem da palavra vem *biophilia* (biofilia), vem do latim, “bio” significa vida e “philia” significa amor, atração. Esse termo foi criado pelo psicanalista alemão Erich From (1900-1980). Porém, foram nos trabalhos do biólogo, entomologista e conservacionista americano, Edward Osborne Wilson, que o termo foi popularizado (SANTOS, 2015). Wilson (KELLERT; WILSON, 2005) descreve que o ser humano tem a capacidade inata, ligada à natureza, de se afeioar emocionalmente a outros seres vivos.

A dimensão terapêutica de uma paisagem não se limita a uma atitude meramente contemplativa do paciente, mas, também, pressupõe um convívio interativo quando o usuário pode observar o



crescimento das plantas, a visitação de aves e insetos e outros comportamentos, tais como o simples balançar das folhas através do vento (FOSTER; HILLDSON, 2004). A possibilidade do paciente contemplar o jardim, mesmo que não se encontre em condições de ir até lá, possui efeito terapêutico, uma vez que atrai sua atenção involuntária, auxiliando, portanto, na recuperação do estresse e cansaço mental, o que justifica nomear esses espaços como “jardins terapêuticos” (ULRICH, 1984).

A vegetação no meio edificado propicia a diminuição da temperatura em razão da sombra das árvores e arbustos, além de contribuir de forma relevante para a qualidade do ambiente pelos vários benefícios que proporciona, tais como o conforto térmico, acústico e psicológico, o efeito estético, a melhora da qualidade do ar, graças à fixação da poluição pelas folhas, além do frescor proporcionado pela evapotranspiração das plantas, desempenhando importante papel na relação entre o homem e o ambiente natural (HAVEN, 1971). Em se tratando de hospitais e casas de saúde, tais benefícios contribuem consideravelmente para a recuperação de pacientes e o bem-estar de todos os usuários (PIVETTA; SILVA FILHO, 2002).

A necessidade de se criarem locais de trabalho que, além de funcionais, promovam bem-estar aos profissionais e aos pacientes, dando-lhes suporte psicológico para lidar com suas funções ou com seus limites, motivou a criação de espaços livres com fins terapêuticos em unidades hospitalares. Estes jardins estão diretamente relacionados com o conforto humano, devido à temperatura, à umidade do ar, à ventilação, à iluminação e à paisagem. Todas essas questões são trabalhadas no paisagismo, na constituição do jardim (COSTA, 2009).

O conforto térmico relaciona-se diretamente com o equilíbrio térmico do corpo humano, devido ao fato do homem ser homeotérmico, ou seja, mantém uma temperatura interna relativamente constante, independente da temperatura ambiente. As plantas podem ser termorreguladoras na medida em que propiciam a redução da temperatura do ar e a amplitude térmica, como também interferem na umidade relativa do ar (RUAS, 1999).

A redução da temperatura proporcionada pelas plantas reflete uma reação fisiológica e psicológica do corpo humano, promovendo sua recuperação devido às qualidades terapêuticas da natureza (HAVEN, 1971). Portanto, o paisagismo é uma excelente ferramenta para a melhoria das condições climáticas e para o aumento do conforto humano em hospitais, clínicas e demais edificações.

Vasconcelos (2004) constatou a importância da humanização do ambiente hospitalar quando se promove o contato com o exterior, aumentando a sensação de bem-estar e de conforto psicológico de seus usuários. Ao analisar entrevistas com os usuários das dependências do hospital em que realizou sua pesquisa, constatou-se que os pacientes tiveram uma sensação de maior bem-estar e de conforto psicológico quando tinham contato com o jardim. Eles relataram a preferência por ambientes com visual agradável contendo cores, vegetação, ventilação e iluminação natural. Os estímulos sensoriais promovidos pelo jardim, através do olfato, tato e visão, estão diretamente ligados ao bem-estar e conforto psicológico. Os pacientes e funcionários de hospitais que têm contato com as áreas externas com jardins tiveram uma redução do estresse e uma recuperação mais rápida (COSTA, 2009).

Mesmo que as pessoas não tenham consciência, os estímulos do meio ambiente são sentidos, sendo que cada indivíduo responde de uma forma específica (ULRICH *et. al.*, 1991). Assim, ainda que o usuário do jardim terapêutico não perceba o benefício desse ambiente, ele experimenta as ações e os estímulos diretos proporcionados pelo meio, através das sensações produzidas pelos seus sentidos.

A paisagem contemplativa detém a atenção do observador, servindo de distração e diminuindo a



ocorrência de pensamentos estressantes. Locais que promovem a recuperação da fadiga mental são reconhecidos como ambientes restauradores (HERZOG; CHERNICK, 2000), podendo, em determinadas ocasiões, auxiliar no processo de cura de pacientes. Os jardins terapêuticos, além de auxiliarem no bem-estar e na redução do estresse, também estão diretamente ligados à relação social e espiritual do usuário (BISHT, 1985).

Costa (2009) classificou os benefícios do jardim terapêutico em cognitivos, psicológicos, físicos e sociais.

3.1 Benefício Cognitivo

O benefício cognitivo é descrito por R. & S. Kaplan (1989), através da teoria da restauração da atenção (attention restoration theory- ART) que está ligada à capacidade de atenção, de concentração e de memória.

A capacidade de restauração da atenção é gerada através da fascinação, do afastamento do local habitual, da extensão e da compatibilidade do jardim terapêutico (S. KAPLAN, 1995), conforme já mencionado anteriormente. Através desses fatores o usuário tem uma redução do estresse e um momento de distração, proporcionando conhecimento e bem-estar.

3.2 Benefício Psicológico

O contato com a natureza desempenha um papel particularmente crucial no bem-estar psicológico e no processo de tratamento do doente. (MARCUS; BARNES, 1999). Esse contato tem efeito calmante, reduz o estresse e ativa o sistema imunológico (ULRICH, 1984).

Esse benefício é proporcionado por meio da interação com o jardim, que pode ser projetado como um local de fuga, descompressão, contemplação, entretenimento e distração (COSTA, 2009).

3.3 Benefícios Físicos

Marcus e Barnes (1999) descrevem que o jardim terapêutico contribui para o alívio dos sintomas físicos. Esses sintomas podem ser uma condição determinante na vida de um indivíduo em recuperação de uma doença traumática ou aguda, como a rotina pós operatória.

Esse benefício inclui a melhoria da pressão sanguínea, da regulação do batimento cardíaco, da coordenação motora, a redução do stress, a contribuição para o metabolismo da vitamina D, o estímulo ao apetite e a diminuição da tensão muscular (ULRICH *et. al.*, 1991).

A atividade física é um fator importante na redução de mortalidade em determinados grupos da sociedade. Contudo, Ulrich (*ibid.*) coloca que a atividade física no jardim pode ter um efeito negativo, tal como um acidente, provocado pela inadequação do projeto ou mesmo por casualidades externas.

3.4 Benefício Social

As relações sociais são importantes e fazem parte da cultura, podendo promover a distração e a redução do stress, gerando uma sensação de bem estar (*ibid.*). Os jardins hospitalares devem fomentar as relações entre as pessoas, a integração social e a entreaajuda entre pacientes, familiares e funcionários, permitindo obter um grau de alívio dos sintomas da doença e do stress (ULRICH, 1999).

3.5 Benefícios indiretos do jardim

Além das classificações denominadas por Costa (2009), compreendemos também que há outros benefícios proporcionados pelo jardim, tais como a redução da temperatura, iluminação e



ventilação naturais e a purificação do ar.

As áreas verdes em hospitais também têm um papel muito importante na absorção dos compostos orgânicos voláteis (COVs), sendo estes alguns gases que estão presentes na atmosfera e são eliminados por diferentes substâncias. Os COVs abrangem hidrocarbonetos saturados e insaturados (alcanos e alcenos) e hidrocarbonetos oxigenados, como ácidos carboxílicos, aldeídos, cetonas, éteres, ésteres e álcoois. Os COVs também são classificados como sendo qualquer composto de carbono que participa das reações fotoquímicas que ocorrem na atmosfera, com exceção do monóxido de carbono e do dióxido de carbono (MARTINS, 2004).

Quando se fala em poluição do ar, a maioria das pessoas pensam nas substâncias emitidas por carros e fábricas, porém, o perigo também está dentro das edificações. Encontrados em tintas de parede e de impressoras, móveis, produtos de limpeza e até em roupas, os COVs, como acetona, benzeno e formaldeído, são emitidos em forma gasosa e, quando inalados, causam efeitos adversos à saúde. Eles podem provocar desde problemas passageiros, como tontura, até condições mais graves, incluindo alguns tipos de câncer (SANTOS, 2014).

No 252º Encontro Nacional da Sociedade Americana de Química, pesquisadores da Universidade Estadual de Nova York, em Oswego, apresentaram uma solução simples para mitigar os efeitos da chamada síndrome do edifício doente, que impacta negativamente tanto a saúde humana quanto a do ambiente. Eles descobriram que o cultivo de plantas no interior dos edifícios pode combater os efeitos dos COVs ao removê-los da atmosfera (SILVA, 2017).

Outro benefício das áreas verdes é a existência da bactéria *Mycobacterium vaccae*, que está presente no solo e nos jardins, sendo uma espécie não patogênica que estimula os neurônios, aumentando os níveis de serotonina e, conseqüentemente, diminuindo a ansiedade. Ao ser ingerida ou respirada pelas pessoas que entram em contato com a natureza e com o jardim, essa bactéria pode possuir propriedades antidepressivas. Sua descoberta foi apresentada no 110º Encontro Geral da Sociedade Americana de Microbiologia (ASM), realizado em San Diego, nos Estados Unidos (LOWRY *et. al.*, 2007).

A serotonina estimulada pela bactéria *Mycobacterium vaccae* tem um papel importante no sistema nervoso central como neurotransmissor na inibição da ira, regulação da temperatura corporal, do humor, do sono e do apetite. Tais regulações estão diretamente relacionadas com o combate aos sintomas da depressão (STEFAN, *et. al.*, 2016).

Tanto as pesquisas relacionadas à absorção dos COVs pelas plantas quanto à relação da *Mycobacterium vaccae* com o sistema nervoso central são aspectos que proporcionam um diferencial quando se pensa em áreas verdes dentro de hospitais. No entanto, ainda não há pesquisa relacionando diretamente esses dois benefícios com o potencial terapêutico do jardim. Há, aí, um grande potencial de estudos nas áreas da medicina, neurologia, ecologia, química dentre outras, acabando por abranger, também, a arquitetura e o paisagismo.

4 AS CARACTERÍSTICAS DO “JARDIM DE CURA” (*healing garden*)

As discussões sobre jardins terapêuticos situam-se nas intersecções entre a medicina e a arquitetura. Barros (2005) ressalta a importância da percepção do arquiteto às questões que influenciam a relação do ambiente construído no comportamento humano, permitindo melhor entendimento das reais necessidades dos seres humanos. É essencial, portanto, ao se projetar um jardim terapêutico, que se faça uma ampla pesquisa sobre as especificidades das diferentes populações de pacientes e demais usuários que farão uso do espaço a ser projetado. A integração entre o ambiente interno e o externo é um fator importante para que se possa obter melhor



aproveitamento dos espaços, mostrando a necessidade da permeabilidade entre espaços fechados e abertos.

Ulrich (1984) propõe, em sua teoria sobre design de jardim (*Theory of Supportive Garden Design*), que espaços dessa natureza devem atuar de forma a promover autonomia de uso, incentivando o convívio social, oferecendo oportunidade para movimentos físicos e proporcionando o acesso às distrações naturais.

Ao ressaltar a importância da iluminação e da ventilação natural, Nightingale (*apud*. MIQUELIN, 1992) relatou os efeitos do meio ambiente em seus pacientes. A visão da janela também é considerada relevante, lembrando a necessidade de proporcionar cenas agradáveis à contemplação, levando em conta a composição paisagística no trabalho com flores e plantas que atraem pássaros e outros animais, com o intuito de afastar a melancolia e instigar um sentimento positivo.

Pesquisas ao longo do século XX estudaram a relação do meio ambiente na recuperação do paciente e algumas diretrizes foram propostas para áreas verdes em hospitais. A acessibilidade é um dos itens de grande importância a ser considerado na concepção dos jardins hospitalares. É importante que o usuário em potencial saiba de sua existência e que haja fácil acesso ao jardim, especialmente levando em consideração os pacientes que possuem dificuldades de locomoção (MARCUS; BARNES, 1999).

As características e necessidades do usuário devem influenciar nas condições de implantação da área verde. Um jardim infantil deve ter, por exemplo, um ajuste de escala de mobiliário e outras demandas diferentes das de um jardim para idosos. No caso das crianças, por exemplo, os jardins devem conter elementos lúdicos, formas curvilíneas e brinquedos com os quais ela possa interagir (HEBERT, 2003).

Condições do espaço aliadas a fatores fisiológicos de cada indivíduo, como idade, sexo, estado de saúde e adaptação física ao ambiente, podem influenciar na sensação térmica e interferir no grau de conforto humano (CASTRO, 1999). Diante desse contexto, Perén & Caram (2007) reconhece a eficácia da proposta do arquiteto João Filgueira Lima (Lelé) em seus projetos hospitalares (rede de hospitais Sarah Kubitschek) que, por meio de soluções arquitetônicas, proporciona conforto bioclimático através de ventilação natural, reduzindo os gastos de energia com sistemas de climatização artificial. Vale ressaltar que uma das diretrizes fundamentais nos projetos de Lelé foi a implantação de espaços verdes.

Na obra intitulada "*Healing Gardens – therapeutic benefits and design recommendations*", Marcus e Barnes (1999) apresentaram algumas recomendações gerais para a implantação de um jardim terapêutico, para que os usuários e os pacientes tenham experiências positivas e consigam extrair ao máximo esses benefícios gerados pelo espaço. As recomendações são:

*A acessibilidade deve ser visível e sinalizada, possibilitando que pacientes com dificuldade física tenham acesso às áreas ajardinadas. Os pisos e acessos deverão ser adequados à condição dos pacientes.

*A segurança é um fator importante. Diante disso, o piso deve estar sem irregularidades e deve haver corrimãos ao longo do percurso.

*O mobiliário, bancos e cadeiras devem ser confortáveis e permitir certa mobilidade, proporcionando aos usuários a opção de escolha do local onde ficar.

*A visibilidade do jardim é bastante importante e possibilitar aos pacientes usufruírem desses espaços, inclusive aqueles com dificuldade de locomoção, é essencial. O ideal seria fazer com que possam observar a paisagem a partir de seus leitos.

*Na escolha das espécies de plantas deve-se evitar plantas tóxicas, que possuam odores fortes ou que tenham espinhos e acúleos. Deve-se trabalhar com texturas, formas e cores diferentes, bem como com espécies que atraiam fauna.

*As esculturas e quadros devem ser preferencialmente de paisagem ou relacionados à natureza. Formas abstratas podem provocar sentimentos negativos em determinados pacientes, como comprovado em pesquisa realizada por Ulrich (1999).

*A iluminação natural e a ventilação são importantes para o bem-estar do paciente. A iluminação artificial é necessária para que o jardim possa ser observado quando acessado à noite. O uso de luz indireta e suave é recomendado a fim de que não se ofusque a visão do usuário, tornando o ambiente calmo e acolhedor.

As recomendações do “jardim de cura” (*Healing Garden*) são identificadas no projeto do escritório Mahan Kykiel Associate INC1 (vide figura 1 – Healing Garden – The University of Maryland Upper Chesapeake Medical Center).

Figura 1: “JARDIM DE CURA” (healing gardens) – The University of Maryland Upper Chesapeake Medical Center



FONTE: Mahan Rykiel Associate INC. Disponível em: <https://www.mahanrykiel.com/portfolio_tag/healing-gardens/> (Acesso em 03/01/2020)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apontado anteriormente, o jardim desempenha uma importante função no bem estar do indivíduo, ainda que inconscientemente. De fato, quase todos os jardins podem ser considerados como ambientes terapêuticos, pois estimulam os órgãos do sentido, mitigando o estresse. Jardins estimulam atos intelectivos e perceptivos que podem proporcionar benefícios físicos, psicológicos, sociais e cognitivos (COSTA, 2009). Para isso, necessitam ser projetados com características que incitem sensações adequadas através da qualidade do ambiente gerado, de forma a prender a atenção do usuário de diferentes maneiras, conforme já descrito no texto. Os benefícios advêm de ambientes e espaços embebidos de intenções e são estimulados de acordo

1 Mais informações em: <<https://www.mahanrykiel.com/portfolio/healthcare/>> (Acesso em 03/01/2020)



com a tipologia do jardim conforme suas funções, proporcionando experiências e vivências distintas.

Entende-se que o jardim terapêutico é uma importante ferramenta para melhorar a qualidade de vida dos pacientes e dos funcionários da saúde, além de reduzir o tempo de permanência e consumo de medicamentos dentro do hospital, resultando em possíveis economias. Além disso, existem alguns benefícios que são imensuráveis, como a melhora da auto estima, a vitalidade, o aumento da percepção e da capacidade de atenção. Os estímulos trazidos pelo jardim podem proporcionar a valorização da vida.

É importante ressaltar que a concepção de jardins terapêuticos, nos hospitais, não diz respeito somente à questão paisagística, mas abrange a concepção do projeto arquitetônico como um todo. Nesse sentido, podemos mencionar trabalhos de arquitetos como, por exemplo, João Figueiras Lima (o Lelé), que concebia ambientes hospitalares visando sua humanização.

Dessa forma, o princípio de uma discussão a partir dos jardins terapêuticos, que leva em consideração a interação do ser humano com o meio ambiente, deve se atentar à sua relação direta com o meio e como este influi nas relações interpessoais. Vê-se, ainda, que existem pesquisas apontando para as possibilidades de benefícios físico-químicos, neurológicos e psicológicos a partir do convívio em áreas verdes. Nesse sentido, a arquitetura e o paisagismo são potencialmente relevantes enquanto área de conhecimento em diálogo com disciplinas que tratam diretamente da saúde e do meio ambiente. A partir de comprovações científicas como as mencionadas neste texto – a respeito dos COVs e da *Mycobacterium vaccae*, dentre outras – fica evidente a necessidade do aprofundamento de pesquisas que relacionem o processo de cura dos indivíduos com o ambiente em que eles sejam inseridos, sob todas as matizes do saber.

5 BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. M. P. Conforto e psicologia ambiental: a questão do espaço pessoal no projeto arquitetônico. In: **ENCONTRO NACIONAL E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**. 10p. Alagoas. Anais... Alagoas: ENCAC, 2005.

BISHT, D. B. **The spiritual dimension of health**. New Dehli: Directorate of health services, 1985.

CASTRO, L. L. F. L. **Estudos de parâmetros de conforto térmico em áreas verdes inseridas no ambiente urbano**. 114 p. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

CONSTANTINO, N. R. T. Novas funções do paisagismo: Jardins terapêuticos, paisagem em debate, encarte 1: In: **ENEPEA ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE AQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL**, 7. 11p. Belo Horizonte. Anais...Belo Horizonte, 2004.

COSTA, S. **O jardim como espaço terapêutico**. 136 p. Tese de Mestrado em Planejamento e Projeto do Ambiente Urbano apresentada à Faculdade de Engenharia / Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto. Porto: 2009.

FELSTEN, G. Where to take a study break on the college campus: An attention restoration theory perspective. **Journal of Environmental Psychology**, v.29, p.160-167, 2009.

FOUCAULT, M. Healthy places: exploring the evidence. **American Journal of Public Health**, Atlanta, V.93, n.9, p.1451-1456, 2003.

FOSTER, C.; HILLSDON, M. Changing the environmental to promote health-enhancing physical activity. **Jornal Sports Science**, Oxford, v.22, n.8, p.755-769, 2004.

GRESSLER, S. C.; GUNTHER, I.A. Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas –



Estudos de Psicologia, vol.18, n.3, p.487-495, 2013.

HAVEN, P. H. **Biologia Vegetal**, ed.6, New York, 1971.

HEBERT, B. B. **Design Guidelines of a Therapeutic Garden for Autistic Children**. 121p. Tese (Doutorado em Arquitetura pela escola de arquitetura paisagística) – Universidade de Louisiana, 2003.

HERZOG, T. R.; CHERNICK, K. K. Tranquility and danger in Urban and Natural Setting. **Journal of Environmental Psychology**, Michigan, v.20, p. 20-39, 2000.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **Humanscape: Environments for people**. Ann Arbor: Ulrich's Books, 1982.

KAPLAN, R.; KAPLAN, S. **The experience of nature: A psychological perspective**. Cambridge: Cambridge Press, 1989.

KAPLAN, S. The restorative benefits of nature: Toward an integrative framework. **Jornal of Environmental Psychology**, 15(3). p. 169-182. 1995.

KAPLAN, R. The Nature View from Home: Psychological Benefits. **Environmental & Behaviour**, Ann Arbor, v.33, p. 507-541, 2001.

KELLERT, S. R., WILSON, E. O. **The biophilia hypothesis**. Washington: Island Press, 2005.

LAUMANN, K; GARLING, T. Rating scale measures of restorative components of environments. **Journal of Environmental Psychology**, 21(1), p. 31-44, 2001.

LOUV, R. **Last child in de woods-saving our children from nature-deficit disorder**. North Caroline: Ed.Algonquin Books of Chapel Hill, 2005.

LOWRY, C. A; Hollis J. H. ; de Vries A.; Pan B.; Brunet L. R.; Hunt J. R.; Paton J. F.; van Kampen E.; Knight D. M.; Evans A. K.; Rook G. A.; Lightman S. L. Identification of an immune-responsive mesolimbocortical serotonergic system: potential role in regulation of emotional behavior, University of Bristol, **Neuroscience**, 11;146(2): p. 756-72, 2007.

MARCUS, C. C.; BARNES, M. **Healing Gardens: Therapeutic Benefits and Design Recommendation**. New York: Wiley, 1999.

MARCUS, C. C.; BARNES, M. **Gardens in healthcare facilities: uses, therapeutic benefits and design recommendations**. Martinez: The Center for Health Design, 1995.

MARTINS, D. O. **Estudo do controle de emissões de compostos orgânicos voláteis em tanques de armazenamento de produtos químicos**. 162 p. Dissertação de Mestrado (Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processamento Industrial) – Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2004.

MIQUELIN, L. C. **Anatomia dos edifícios hospitalares**. São Paulo: Ed.CEDAS, 1992.

OUELLETTE, P., KAPLAN, R., KAPLAN, S. The monastery as a restourative environment. **Journal of Environmental Psychology**, v.25, p.175 – 188, 2005.

PERÉN, J. I.; CARAM, R. M. Interação da Ventilação Natural, Mecânica e Climatização: Estudo do Hospital Sarah Kubitschek Fortaleza, do arquiteto João Figueiras Lima, Lelé. In: **ENCONTRO NACIONAL; LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO**, 2007. Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2007. 10p.

PIVETTA, K. F. L.; SILVA FILHO, D. F. **Arborização urbana**. Ed. Unesp/FCAV/FUNEP, 2002. 74p (Boletim Acadêmico)

RUAS, A. C. **Avaliação de Conforto Térmico, Contribuição à aplicação prática das normas internacionais**. 83p. Dissertação de Mestrado – Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

SANTOS, A. **Compostos orgânicos voláteis e a sua importância no contexto ambiental**. 18 p. Monografia TCC - Universidade Federal de São João Del-Rei, 2014.

SANTOS, L. M. C. **Paisagens Terapêuticas, princípios de desenho e tipos de jardins terapêuticos**. 93 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.



SILVA, A. E. S. **Síndrome do Edifício Doente**. 28 p. Dissertação de Mestrado integrado em Medicina – Universidade de Lisboa, Portugal, 2017.

STEFAN, O. R *et. al.* Immunization with a heat-killed preparation of the environmental bacterium *Mycobacterium vaccae* promotes stress resilience in mice. **PNAS**, 113 (22) E3130-E3139, New York: The Rockefeller University, 2016.

ULRICH, R. S.; SIMONS, R. F.; LOSITO, B. D.; FIORITO, E.; MILES, M. A.; ZELSON, M. Stress recovery during exposure to nature and urban environments. Texas: **Journal of Environmental Psychology**, v.11, p.201-230, 1991.

ULRICH, R.S. Aesthetic and affective response to natural environment. **New York: Plenum Press, Behavior and the natural environment**, v.6 p.85-125, 1983.

ULRICH, R. S. View through a window may influence recovery from surgery. **Science**, Washington, v.224, p.420-421, 1984.

ULRICH, R. S. Effects of gardens on health outcomes: Theory and research. In: COOPER – MARCUS, C.; BARNES, M. (Ed.). **Healing gardens: therapeutic benefits and design recommendations**. New York: John Wiley, 1999. P.27-86.

VASCONCELOS, R. T. B. **Humanização de ambientes hospitalares**: Características arquitetônicas responsáveis pela integração interior/exterior. 177 p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

ZEISEL, J. Healing gardens for people living with Alzheimer's, In: THOMPSON, C. W.; TRAVLOU, P. (Ed.) **OPEN SPACE – People Space**. p.137-150. New York: Taylor and Francis, 2007.



A Permeabilidade Urbana e Visual como Processo Projetual. Uma estratégia de análise aplicada ao bairro Praia das Gaivotas, Vila Velha, ES

LINHA TEMÁTICA: ESTRATÉGIAS E PROCESSOS PROJETUAIS. COMO ESTAMOS ATUANDO?

PELLEGRINI, Izabela Uliana (1); LYRA, Ana Paula Rabello (2); RAMOS, Larissa Letícia Andara (3)

(1) Mestranda em Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha, izabela.pellegrini@gmail.com

(2) Doutora em Cidade, Segurança e Saúde, Universidade Vila Velha, ana.lyra@uvv.br

(3) Doutora em Tecnologia e Projeto para a Qualidade Ambiental, Universidade Vila Velha, larissa.ramos@uvv.br

RESUMO

A disseminação de arquiteturas introspectivas e seu impacto para o declínio do espaço público é um problema recorrente no planejamento das cidades contemporâneas. A permeabilidade urbana, por outro lado, é vista nesse artigo como qualificadora do espaço das cidades e como estratégia para evitar a tendência de reprodução de arquiteturas com pouca relação com o espaço público. Esse estudo propõe identificar as fragilidades do desenho urbano no que diz respeito à permeabilidade física e visual de uma parcela urbana, decorrentes das construções cada vez mais introspectivas. Para isso, foi analisada a permeabilidade de um percurso do bairro Praia das Gaivotas em Vila Velha, Espírito Santo, onde foi aplicada uma metodologia baseada no "Índice de Caminhabilidade" do ITDP Brasil. Adota-se como premissa que a capacidade de se atravessar ou a existência de rotas mais curtas contribui para a consolidação de ambientes permeáveis, à medida em que a qualidade das interfaces público/privadas são preservada.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho urbano; Permeabilidade urbana; Índice de Caminhabilidade, Vila Velha.

1. INTRODUÇÃO

As cidades são compostas de espaços privados, que preservam a intimidade e a individualidade, e de espaços públicos, onde existe a possibilidade de contato com o outro e o predomínio do coletivo. Destaca-se, no cenário da cidade contemporânea, uma multiplicação de espaços privados e introspectivos decorrentes de uma insegurança eminente retroalimentada pela evasão das pessoas dos espaços livres de uso público, cada vez mais escassos do ambiente urbano. O espaço urbano precisa ser pensado para promoção da qualidade dos espaços públicos e do equilíbrio entre privacidade e coletividade para assegurar a manutenção de uma vida digna nas cidades.

Diversos fatores impactam na forma da cidade e favorecem uma tendência aos enclaves fortificados e a perda de espaços livres para práticas sociais. Dentre eles: o crescimento urbano acelerado e com tendência à fragmentação; a setorização de usos provenientes do racionalismo funcional modernista; a dispersão pelo território e o predomínio do automóvel; as relações que priorizam o mercado da construção civil e a disseminação da cultura do medo; e o processo de segregação sócio espacial.

Como resultado dessas mudanças socioculturais, espaciais e econômicas, identifica-se nas cidades o predomínio do espaço privado e do individualismo. Situação que gera uma preferência por espaços fechados, anestesiados e voltados para o consumo. Como consequência, o indivíduo se afasta das relações coletivas, gerando um processo de degradação dos espaços de uso público.

No desenho urbano, isso se reflete em construções introspectivas e desconexas com o lugar em que se inserem, negando o espaço público. Neste contexto, a malha urbana sofre as consequências de um planejamento voltado para o automóvel e para as quadras muradas,



destinadas a grandes equipamentos como os shoppings centers e os conjuntos residenciais. Essa situação traz prejuízos ao espaço público, tornando-o inseguro e desabitado. Quanto mais a população se afasta desses espaços, menos atrativos eles se tornam.

Como consequência, verifica-se a redução da permeabilidade física, ou seja, da capacidade de escolher uma diversidade de rotas para transitar de um ponto a outro da cidade. Decresce também a permeabilidade visual, que qualifica as relações entre público e privado pelo contato visual dos transeuntes com as atividades humanas que ocorrem dentro dos lotes e edificações privadas, permitindo ver e ser visto (BENTLY et al., 1985). Tanto a permeabilidade física e quanto a visual são favoráveis à sensação de segurança nos espaços livres, tornando-os atrativos às pessoas (BENTLY et al., 1985; STAMPS, 2005).

Torna-se importante, diante dessa realidade, perceber os níveis de permeabilidade física e visual de um local, a fim de buscar a adoção de formas urbanas que permitam uma maior harmonia entre as esferas pública e privada da cidade. Entende-se que os estudos que envolvem processos de desenho urbano contribuem para ressaltar a importância da permeabilidade urbana nas ações projetuais.

Este estudo busca, então, avaliar a permeabilidade física e visual em um percurso do bairro Praia das Gaivotas (Vila Velha, ES) a fim de identificar as fragilidades do desenho urbano que tornam o ambiente mais ou menos permeável. O bairro foi escolhido por ser de ocupação recente, com possibilidade de crescimento pela presença de lotes vazios, e apresentar um número crescente de edifícios introspectivos. A realidade verificada nas tipologias edilícias mais novas do bairro e nas projeções do mercado para seu entorno sugerem a reprodução do modelo do *enclave fortificado* (CALDEIRA, 2011) para os novos condomínios murados para ocupar os vazios do bairro.

A estratégia utilizada para quantificar a permeabilidade física e visual da área de estudos adotou como referência três indicadores do "Índice de Caminhabilidade 2.0" (2018) proposto pelo ITDP Brasil (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento). Essa ferramenta observa 15 indicadores divididos em seis categorias, a fim de avaliar a caminhabilidade (o quanto o ambiente urbano incentiva o deslocamento a pé).

Apesar da qualidade do percurso influenciar na escolha de caminhos, foram utilizados para este estudo os indicadores do método que se relacionavam diretamente à permeabilidade urbana. Assim, na categoria *Atração* foram analisados somente os indicadores de *Fachadas Fisicamente Permeáveis* e *Fachadas Visualmente Ativas* e na categoria *Mobilidade* o indicador *Dimensão das Quadras* (ITDP, 2018).

O *Índice de Caminhabilidade* foi escolhido pois considerou-se que a análise da permeabilidade urbana está estritamente atrelada ao comportamento e as escolhas do pedestre. Além disso, ela permite avaliar por meio de pontuações os aspectos de um ambiente permeável e somá-las a fim de obter um resultado que condense as informações obtidas.

Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem quantitativa que utilizou o levantamento de campo como procedimento técnico para coleta dos dados. Esses dados foram posteriormente mapeados com o auxílio do software ArcGis, com base no sistema de referência sirgas 2000, UTM, para zona 24s. Os dados foram levantados por meio de observações no local, fotos e auxílio do Google Earth e Street View. Para a fundamentação teórica recorreu-se a uma revisão bibliográfica sobre o tema dos espaços responsivos e da vitalidade urbana com foco nas estratégias de desenho para criação de ambientes permeáveis.



2 A PERMEABILIDADE URBANA

Na Arquitetura e Urbanismo, o conceito de permeabilidade urbana pode estar ligado ao conforto ambiental, à drenagem e escoamento de água e à morfologia dos espaços construídos (DZIURA, 2009). Bentley et al. (1985) usam o termo permeabilidade como uma das características que permitem criar ambientes responsivos¹, juntamente com a variedade, a legibilidade, a robustez, a adequação visual, a riqueza e a possibilidade de personalização.

A definição do termo, para esses autores, está ligada ao número de caminhos que se pode escolher para chegar de um ponto a outro e se divide em permeabilidade física e visual (BENTLY *et al.*, 1985). Os autores ainda afirmam que a permeabilidade deve estar ligada às demais características dos ambientes responsivos e apontam alguns fatores como forma de incentivá-la, tais quais a dimensão dos blocos, a ligação com o entorno e o tratamento das bordas da quadra.

Na chamada *teoria da permeabilidade*, Stamp (2005) defende que, dependendo da situação, a permeabilidade locomotiva (ou física) importa mais que a visual: como para a sensação de segurança, por exemplo. Já em outros, a permeabilidade visual afeta mais o ser humano. Além da permeabilidade física e visual, Dziura (2009) acrescenta a *permeabilidade sociopsicológica* como a propriedade do espaço em ser entendido como convidativo ou restritivo para certos grupos sociais. Percebe-se, assim, a importância de entender a permeabilidade como um conjunto entre os aspectos físicos, visuais e ligados à percepção.

Outro termo que aparece nesse estudo é *porosidade*, muitas vezes usado como sinônimo de permeabilidade, fazendo referência ao número de aberturas que conectam fisicamente e visualmente o interior e o exterior (SPECK, 2016). Construções porosas são benéficas para o espaço público e se relacionam com a permeabilidade visual ao considerar também aberturas que não permitem travessia física. Transições com maior transparência facilitam o contato visual entre público e privado e a leitura do espaço como seguro, melhorando a experiência do caminhar. Ressalta-se, também, que uma rota só será considerada permeável, principalmente por quem não conhece a região, se essa for claramente visível (BENTLY *et al.*, 1985).

Em Jacobs (2014), encontra-se a definição de vigilância natural, que é realizada pelos próprios moradores locais e transeuntes, identificados como os "olhos da rua". Essa forma de vigilância não é possível em transições opacas, sendo, portanto, dependente da permeabilidade visual. A autora também explica que a presença de pessoas traz sensação de segurança e por isso há mais chance de o caminho ser percorrido quando há vigilância natural.

Destaca-se que a porosidade deve estar ligada ao contexto das cidades, gerando uma maior variedade de experiências e promovendo benefícios econômicos e sociais para o ambiente urbano. Para isso acontecer, a permeabilidade deve ser entendida em três dimensões: acessibilidade, variedade e legibilidade (YAVUZ; KULOĞLU, 2012).

A acessibilidade está ligada à facilidade de completar um percurso. Isso será visível no tamanho das quadras e na distância das entradas, principalmente quando essas representam pontos de interesse. Já a variedade, também defendida por autores como Bentley et al. (1985), Gehl (2015) e Jacobs (2014), está ligada às diferenças de experiências no espaço e de atividades que ocorrem nele, tornando-o mais atrativo e justificando percorrê-lo. Pode-se ligar esse aspecto também à permeabilidade visual das interfaces, já que essa permite que se enxergue, de maior ou menor forma, os usos internos da edificação. A dimensão da legibilidade é importante para a

¹ Ambientes democráticos que atendam às necessidades humanas (BENTLY *et al.*, 1985)



permeabilidade, pois um caminho só pode ser percorrido se for visível ou entendido como de acesso permitido.

Netto e Krafta (2009) chamam atenção para o fato de que a permeabilidade, enquanto atributo de desempenho urbano, deve ter valores mínimos e máximos. Se o desenho urbano for permeável demais, o fluxo pode ser dividido, reduzindo o número de pedestres em determinados caminhos. Já interfaces pouco permeáveis trazem problemas para a mobilidade e para dinâmica de trocas urbanas.

Deve-se lembrar de que espaços públicos muito vastos, que contenham muito da mesma função ou estejam em locais com densidades populacionais muito baixas tendem a se esvaziarem e se tornarem desinteressantes para a cidade (HERTZBERGER, 2006). Por isso a escala humana e a proporção devem ser priorizadas. Ambientes aparentemente permeáveis podem não ser interessante quando forem apenas repetições ou estiverem desconectados do contexto local.

Na busca pela sustentabilidade urbana, a permeabilidade para pedestres se torna essencial para incentivar a mobilidade não motorizada, priorizando o ato de caminhar. Para alcançá-la, a permeabilidade deve ser "(...) resultado da mescla entre o tecido urbano da malha viária, considerando as vias de pedestres, e uma interface ativa vazada que propicie a conformação de um perímetro do bloco edificado traspassável." (LAMEGO, 2013, p.46).

Assim, o desenho das quadras é o ponto inicial para o entendimento da permeabilidade e deve permitir um maior número de conexões de um ponto a outro, evitando percursos longos. As quadras curtas, que já haviam sido defendidas por Jane Jacobs (2014), são apontadas por Bently et al. (1985) como forma de se alcançar traçados urbanos mais permeáveis. Para os autores, as quadras curtas ajudam na permeabilidade física ao encurtar distâncias e facilitar a compreensão das opções de rotas existentes.

Por outro lado, o excesso de ruas sem saída pode reduzir as opções de rotas ou as tornar desinteressantes e inseguras pelo baixo fluxo de pessoas transitando. Isso não quer dizer que elas sejam sempre negativas, pois em alguns casos funcionam como a única opção de acesso a um local devido a fatores como topografia ou presença de rupturas como corpos d'água. Porém, as ruas sem saídas não podem substituir outras formas mais permeáveis de tecido, mas podem ser adicionadas a essas (BENTLY *et al.*, 1985).

Além das calçadas que acompanham a malha viária, existe a possibilidade de caminhos alternativos como os gerados pelas situações de fruição pública (VENTURA, 2016), ou seja, os caminhos públicos dentro de edificações ou lotes privados. A fruição pública incentiva a permeabilidade, pois aumenta o número de rotas a serem escolhidas e permite o avanço do espaço público para áreas privadas.

Assim, as entradas térreas dos edifícios assumem importante papel, pois são locais onde as trocas entre público e privado acontecem e onde há o diálogo entre essas duas esferas (HERTZBERGER, 2006). Portanto, a permeabilidade das interfaces, dada pelo número de entradas para pedestres, influencia diretamente no equilíbrio público/privado.

Dovey e Wood (2015) estudam a diversidade de transições e chamam atenção para o fato de que atualmente algumas fachadas priorizam as entradas de automóvel. Isso pode causar rupturas no fluxo de pedestre nas calçadas, além de não configurarem locais de troca público e privado. Ressalta-se, portanto, a importância de levar em consideração esse tipo de relação quando se estuda as entradas das edificações.



Existe uma multiplicidade de formas de transição, que serão definidas pelo tipo construtivo e pelos afastamentos indicados por lei. Essa variedade permite criar ambientes menos monótonos e ampliar o contato público/privado, tornando o ambiente urbano mais permeável.

Essas áreas de transições estão ligadas à permeabilidade visual, já que podem funcionar como barreiras à visão e à permeabilidade física, pois permitem a criação de elementos entre a entrada de fato do edifício e o espaço público. Esses elementos podem funcionar como atratores quando criam oportunidade de permanências em frente às fachadas, o que é chamado de *Fachadas Profundas* por Speck (2016), ou dificultar a transição público/privada quando afastam o contato dessas esferas.

Jan Gehl (2015) afirma que áreas residenciais que possuem zonas semiprivadas (transições suaves), como recuos ajardinados, sacadas, escadarias..., podem abrigar atividades, contribuindo para melhor relação do morador com o espaço exterior e, às vezes, reforçando até mesmo a identidade do lugar. O autor também ressalta que a presença de pessoas nessas áreas funciona como vigilância natural. Gomes (2002), por outro lado, alerta que o processo de privatização do espaço público adjacente às construções pode gerar a degradação desse quando feito de forma a afastar as pessoas da calçada. Entende-se, assim, que ao falar de transições suaves busca-se o equilíbrio entre as duas esferas e não o domínio de uma sobre a outra.

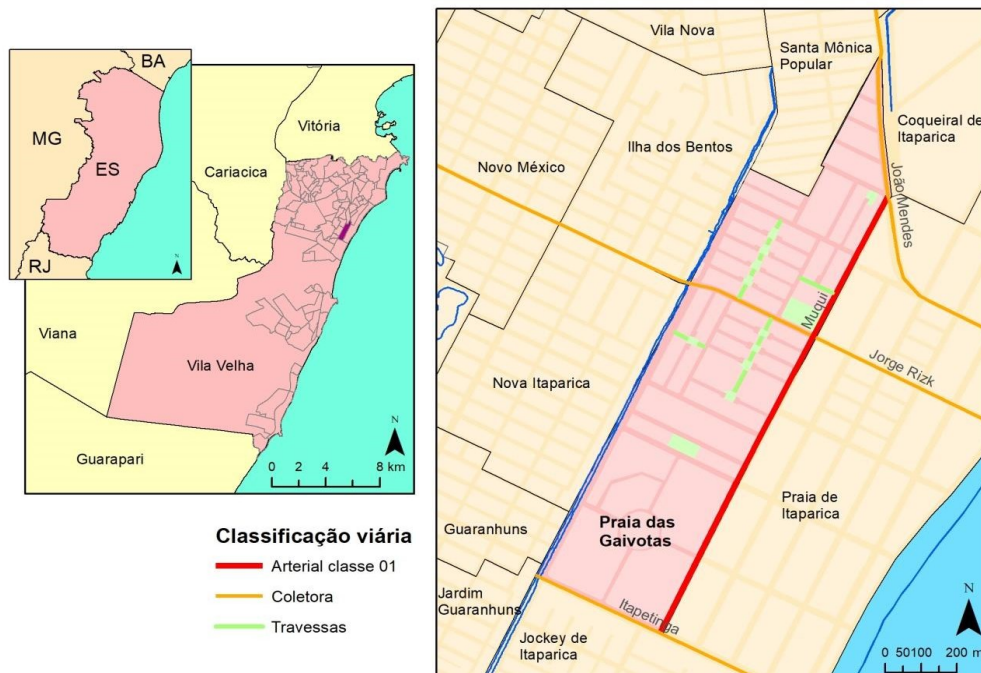
As expressões *fachada ativa* e *térreo ativo* são atribuídas a Jan Gehl (2015) e se referem às frentes de lotes estreitas, com múltiplos pontos de intercâmbio público/privado e com diversidade de usos. Elas ajudam na permeabilidade à medida que tornam o percurso aparentemente mais curto, devido à variedade de estímulos, além de atrair pessoas. A ideia de fachada ativa também corrobora com a recomendação de Bentley et al (1985) de se pensar o perímetro do bloco e com Yavuz e Kuloğlu (2012), que ressaltam a importância da dimensão *variedade* para ambientes permeáveis.

Portanto, ambientes permeáveis são benéficos à cidade e a permeabilidade urbana é dependente da variedade de caminhos e de aspectos como a forma, implantação, transparência e usos dos edifícios adjacentes às calçadas. Pensando nisso, utiliza-se o bairro Praia das Gaivotas como base para análise da permeabilidade.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

O bairro Praia das Gaivotas está localizado na região metropolitana da Grande Vitória (ES) e faz parte da Regional Grande Centro do município de Vila Velha. Faz divisa com oito bairros e é limitado a oeste pelo canal da Costa (Figura 1).

Figura 1 - Localização do bairro



Fonte: Organizado e editado pelas autoras, 2018.

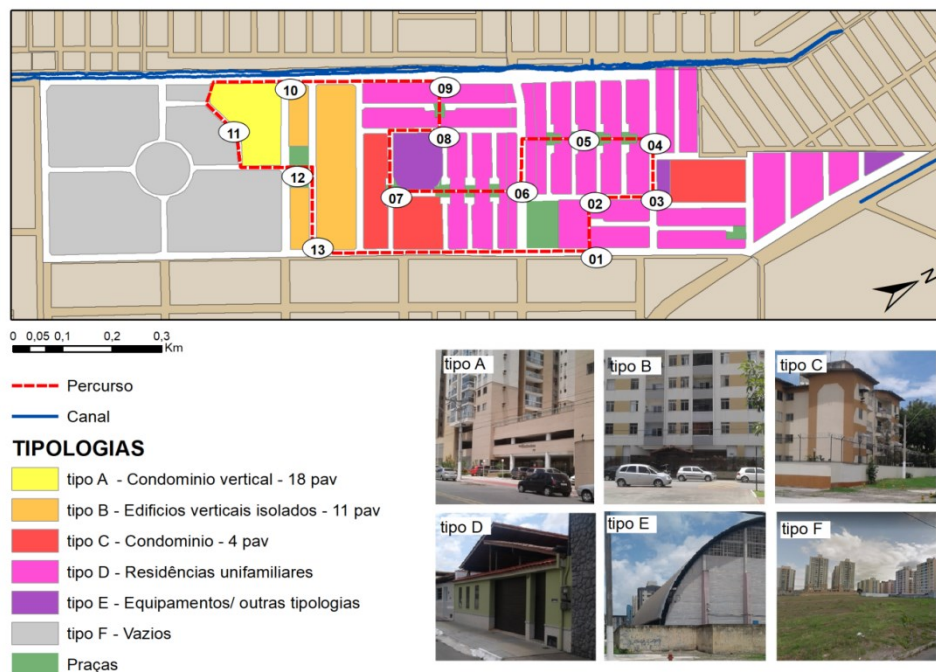
Na hierarquia viária, segundo o Plano Diretor Municipal, o bairro possui três vias com característica de coletoras e uma via arterial, sendo essas as principais ligações com o exterior do bairro e onde se verifica maior presença de comércios e serviços. Quanto ao zoneamento, a área se encontra em uma Zona de Ocupação Prioritária. No censo de 2010², o bairro possuía 6.282 habitantes, tendo, portanto, uma densidade bruta aproximada de 110hab/hec.

O bairro possui travessas e pequenas praças provenientes da malha viária em cul-de-sac, que aumentam a permeabilidade física por proporcionar percursos mais curtos para o pedestre. Porém, no local, verificou-se uma relação de negação das edificações adjacentes a esses espaços, tornando-os pouco atrativos e prejudicando a função de percurso alternativo.

Verificou-se, também, a existência de tipologias edilícias diferentes no bairro, permitindo uma variedade de pontos a serem analisados (Figura 2). Foi, então, definido um percurso de estudo com 13 pontos de observação e para cada um desses trechos foi analisada a presença de pedestres e ciclistas por cerca de 10 minutos. Nota-se bairro possui diferenças na quantidade de pessoas em cada ponto, sugerindo uma relação com o desenho urbano: nos locais onde havia menos trocas entre o interior e exterior das edificações a presença de pessoas era menor. Essas observações feitas ao longo do percurso serviram de complemento para a análise da permeabilidade física e visual da área.

² Dados disponíveis em SIDRA disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br>> Acesso 15 de novembro de 2018

Figura 2 – Tipologias



Fonte: Organizado e editado pelas autoras. Fotografias de acervo pessoal, 2018.

Os usos analisados e ilustrados na Figura 3 apresentam um predomínio residencial, com alguns pontos de comércio e uso misto ao longo das vias principais. Há também a presença de equipamentos como escolas, igrejas e centros comunitários ocupando grandes áreas do bairro. O espaço público destinado ao lazer abrange duas praças principais e os espaços livres residuais localizados próximos às travessas, que poderiam ser considerados potenciais para atividades coletivas. Esses espaços totalizam aproximadamente 3% da área total do bairro.

Figura 3 - Usos das edificações



Fonte: Organizado e editado pelas autoras, 2018.

Por se tratar de uma análise que prioriza o ponto de vista do pedestre, optou-se por limitar-se às anotações referentes ao uso térreo das edificações e, por isso, as categorias de uso *comercial* e *misto* foram agrupadas. Nota-se, porém, que mesmo consideradas em conjunto elas expressam

uma parte muito pequena do bairro, sugerindo que há pouca variedade de usos atrativos para experiência do caminhar. Não foram identificadas formas de fruição pública no bairro com oportunidades de rotas alternativas para acessar o comércio local.

4 ANÁLISE DA PERMEABILIDADE URBANA NO BAIRRO PRAIA DAS GAIVOTAS

A permeabilidade da malha viária foi avaliada pelo indicador *Tamanho de quadras*, através das opções de rotas disponibilizadas para os pedestres (ITDP, 2018). Na interface público x privado das edificações utilizou-se os indicadores *Fachadas Fisicamente Permeáveis* e *Fachadas Visualmente Ativas* para medir a qualidade destas. A categoria *Atração*, da qual estes fazem parte, foi escolhida por avaliar "(...) atributos do espaço construído que podem ter um impacto decisivo na intensidade do uso das rotas de pedestres e na sua distribuição ao longo do dia ou semana." (ITDP, 2018, p.14).

Para esse item foram utilizados somente dois de seus indicadores (excluindo os de *Uso Misto* e *Uso Diurno e Noturno*), já que o foco do trabalho foi na permeabilidade física e visual e não no comportamento do usuário ou na caminhabilidade em si. Todavia, optou-se por trazê-los na forma de revisão de literatura e não como parte do uso da ferramenta *Índice de Caminhabilidade*, isolando assim o aspecto analisado: a permeabilidade urbana.

Para cada indicador foi atribuída uma pontuação diferente utilizada para soma final, baseando-se nas indicações do ITDP (2018). Atribuiu-se, assim, valores de 0 a 3 para as avaliações insuficiente (0), suficiente (1), bom (2) e ótimo (3).

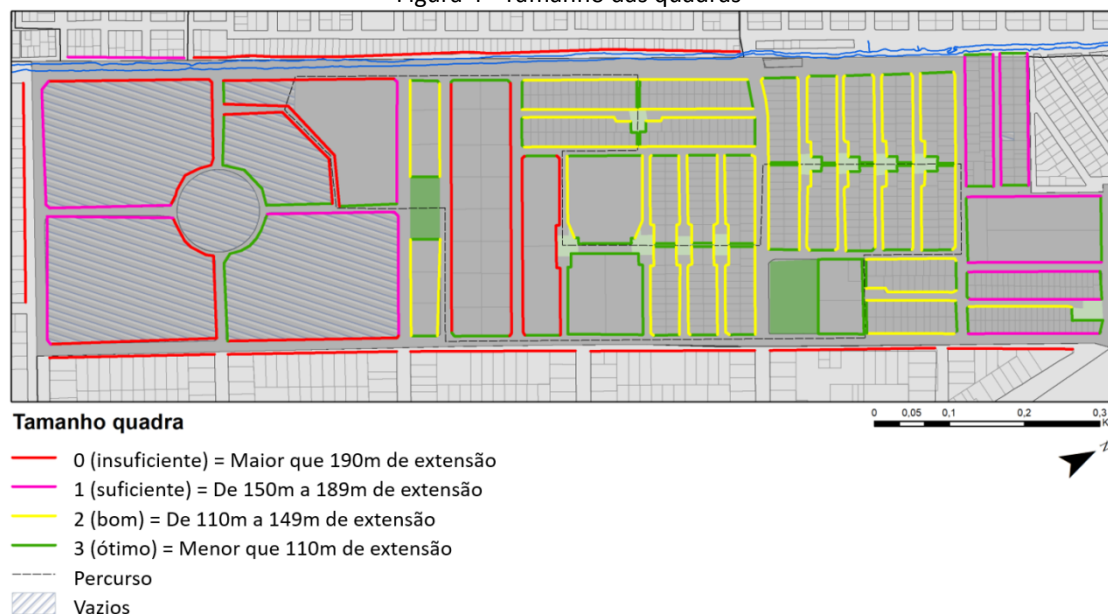
4.1 Aspectos Analisados

O tamanho das quadras influencia no comprimento dos possíveis percursos e na quantidade de cruzamentos que permitem opções variadas de deslocamento. Por isso esse foi o primeiro item a ser mensurado. Para tal, atribuiu-se valores de acordo com o tamanho da quadra, sendo 0 para a pior situação e 3 para melhor.

A unidade utilizada para medir o tamanho das quadras foi o Segmento de Calçada, ou a "(...) parte da rua localizada entre cruzamentos adjacentes da rede de pedestres - inclusive cruzamentos não motorizados -, levando em consideração somente um lado da calçada." (ITDP, 2018, p.17). Considera-se aqui, por recomendação da própria ferramenta, as passagens de pedestre entre as quadras.

O mapa ilustrado na Figura 4 indica que as quadras no geral (aproximadamente 75% dos segmentos de calçada analisados) têm o tamanho *bom* (2) e *ótimo* (3). Porém as quadras dos bairros vizinhos são maiores e o canal que delimita o lado oeste do bairro funciona como uma barreira devido ao número limitado de passagens de pedestre sobre ele, diminuindo as opções de contato do bairro com o entorno e reduzindo as avaliações da permeabilidade dessas porções. Também se percebe que as quadras são menores na parte mais antiga do bairro onde estão presentes as residências baixas e nas quais as passagens de pedestres entre as quadras permitem trajetos menores. Já a parte mais nova, onde predominam os edifícios verticais e os vazios, as quadras são maiores, chegando a até 300m.

Figura 4 - Tamanho das quadras



F

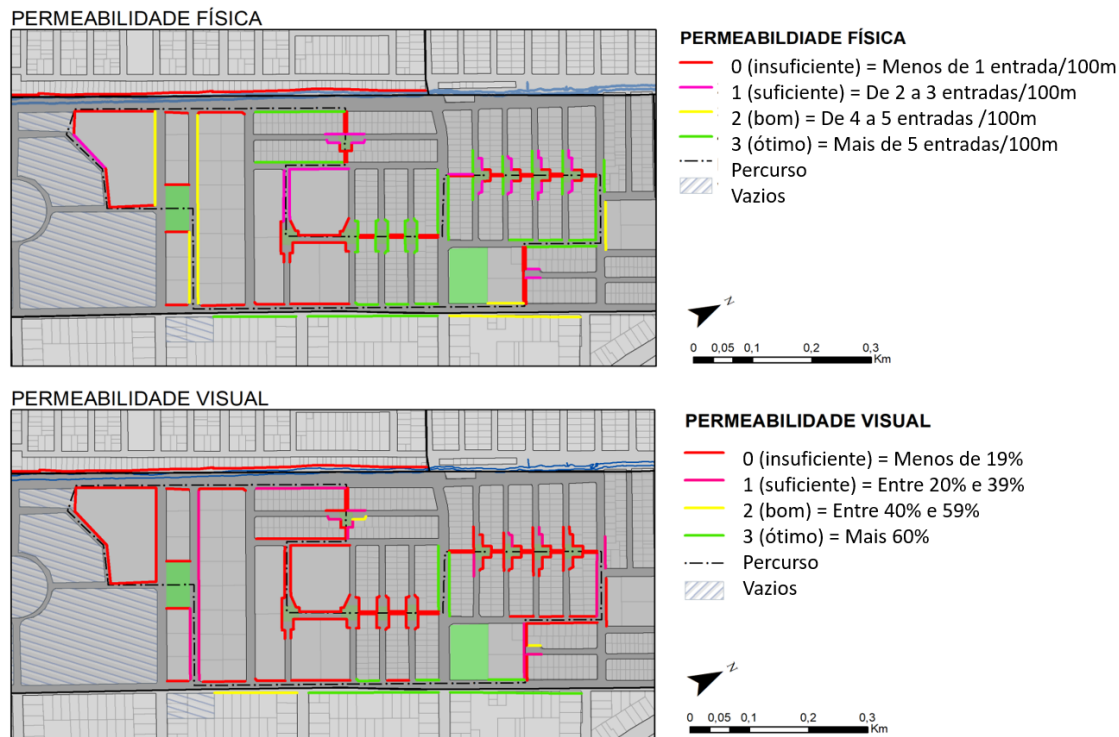
Fonte: Organizado e editado pelas autoras, 2018.

Os lotes vazios, combinados com perímetros extensos de quadras, diminuem a atração de pedestres para esses locais, contradizendo as recomendações de Bently e Jacobs para espaços mais permeáveis e responsivos. Chama-se atenção para a divisão de lotes que, em quadras maiores, permite frentes mais largas ou a ocupação da quadra inteira por edificações com pouca interação com o entorno.

Por outro lado, na parte mais antiga e residencial do bairro estudado, por se originar de conjuntos habitacionais populares, o desenho em cul-de-sac se repetiu e sua ociosidade os transformou em espaços residuais monótonos e sem atividades atrativas para apropriação dos moradores. Essas travessas remetem à situação descrita por Jane Jacobs (2014) sobre as superquadras que possuem passagens de pedestres no seu interior. Tanto na situação citada pela autora quanto no bairro, essas passagens alternativas, dada a sua monotonia, não atraem um número suficiente de pessoas para justificar sua apropriação, contrastando com o fato de que elas aparentam reduzir percursos quando tratando do indicador de tamanho de quadras de forma isolada.

O segundo aspecto observado foi o da permeabilidade física, dada pelo número de pontos de contatos com a rua, ou seja, as entradas e saídas dos edifícios (Figura 5). No índice recomendado pelo ITDP e neste estudo não foram consideradas as entradas de veículos, com exceção das que continham entradas de pedestres associadas. Porém, ressalta-se que no bairro Praia das Gaivotas os portões de garagem estão presentes em praticamente todas as residências, sugerindo a relação de ruptura descrita por Dovey e Wood (2015). Saídas de emergência, de carga e descarga ou acessos a depósitos também não são consideradas nesse quesito.

Figura 5- Permeabilidade física



Fonte: Organizado e editado pelas autoras, 2018.

Por fim, foi quantificado a permeabilidade visual do nível térreo das edificações (Figura 5). Nesse caso considerou-se visualmente ativo todo o elemento transparente ou semitransparente do térreo ou primeiro pavimento que permitia a conexão visual com o interior do edifício. Dada a configuração do bairro, principalmente na área onde estão presentes as casas, foi considerada a permeabilidade dos muros frontais e não as fachadas principais, como sugere o nome *fachadas visualmente ativas*. Também foram desconsideradas as aberturas térreas excessivamente distantes das ruas quando o afastamento não permitia apropriações humanas. Menciona-se Gehl (2015) para defender que onde há atividades nos recuos frontais há mais atração de pedestres, sendo importante a visão dessas áreas e a locação das atividades humanas em locais visualmente conectados com o espaço público.

Além disso, esse índice possui uma particularidade para ruas menores que 10 metros, onde a área dos elementos que permitem conexão visual de ambos lados são somadas e os valores são atribuídos a ambas faces da quadra. Isso se dá, pois em ruas estreitas as fachadas do lado oposto à calçada também contribuem para segurança e vigilância natural (ITDP, 2018). Ambos os atributos são medidos com a unidade *Face de quadra* que corresponde às fachadas adjacentes ao segmento de calçada estudado (ITDP, 2018)

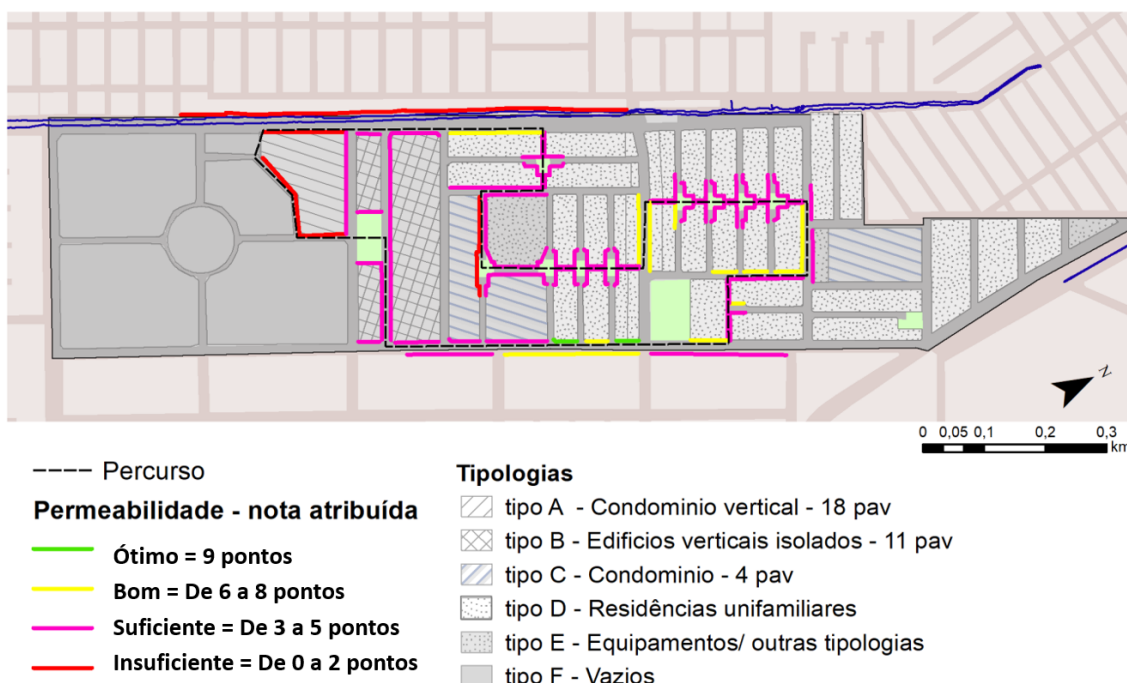
A permeabilidade física atinge 3 pontos em cerca de 35% de segmentos avaliados e a pontuação 0 em 38% dos segmentos, mostrando que o bairro abriga diferenças claras quanto ao número de conexões público privadas. Nas residências unifamiliares as frentes de lotes são estreitas permitindo maior número de entradas a cada 100 metros e o mesmo acontece com o comércio local. Por outro lado, percebe-se que os becos têm uma pontuação baixa, tanto para permeabilidade física quanto visual, tornando-os pouco vigiados pelos *olhos da rua* (JACOBS, 2014). Sendo que em apenas um existe entradas sociais.

Como na avaliação das quadras, o bairro atinge pontuações menores nas áreas mais novas, reforçando a tendência à introspecção. Como não há uma divisão de lotes nas quadras maiores e vazias, supõe-se que ali também não existirão entradas suficientes para trazer variedade e qualidade às interfaces. A altura dos muros também influencia, já que, ao nível dos olhos não há aberturas, impedindo a permeabilidade visual.

4.2 Fragilidades identificadas

Após avaliar os três indicadores separadamente, somou-se os pontos atribuídos à cada segmento de calçada e face de quadra correspondente chegando a resultados que variaram de 0 (pior situação) a 9 (melhor situação). Para melhor enxergar os resultados, agrupou-se as pontuações em quatro níveis, tal qual as pontuações anteriores. O resultado pode ser visto na figura 6.

Figura 6 - Permeabilidade Urbana – Síntese



F

onte: Organizado e editado pela autora, 2018.

Entende-se que o bairro recebe na sua maioria o conceito que corresponderia ao *insuficiente* (78% dos segmentos). As áreas de maior pontuação estão próximas às avenidas principais e de conexão com bairros vizinhos, sugerindo que estas atraem, não só moradores do bairro, mas pedestres e ciclistas provenientes de outros locais. Nesses locais, também se encontra uma variedade maior de usos, indicando a relação da permeabilidade com a variedade de experiências.

As travessas, apesar de serem rotas curtas e aparentemente contribuir muito para a avaliação de permeabilidade, também recebem pontuações baixas devido à má qualidade das interfaces. Por outro lado, a presença das duas praças principais é benéfica já que contribui para o aumento das alternativas de transposição de quadras e funcionam como polos atratores.

As casas possuem tipologias de ocupação do lote muito similares, gerando pouca variedade nas zonas de transição. Isso também acontece nos edifícios e pode ser considerado um fator que



diminui a permeabilidade, já que não contribui para uma diversidade de experiências que justifique escolher caminhos alternativos às ruas principais.

As avaliações mais baixas (de 0 a 2 pontos) estão na área do condomínio vertical mais recente (denominado como Tipo A na figura 6), pois esse, além de ocupar uma quadra grande, possui poucas entradas para pedestres e seus andares de base são ocupados até o limite do lote por garagens e muros. Dificulta-se, assim, o contato do pedestre com as atividades do interior do edifício.

A área entre o condomínio de tipologia C e a escola também tem baixa pontuação. Isso se dá pelo fato de o condomínio ser murado, com poucas entradas e com o espaço entre os prédios ocupado por garagens, causando o afastamento dos moradores da rua. A escola também não se relaciona com o espaço público adjacente, tendo sua entrada voltada para o lado oposto à praça e as demais faces envoltas por muros. Assim, o espaço que poderia ser aproveitado para atividades de convívio social encontra-se abandonado e não contribui para aumentar a permeabilidade urbana.

Considera-se então esses dois pontos como os mais frágeis no que diz respeito à permeabilidade física e visual e atribui-se essa situação à tendência a adoção de formas construtivas que remetem aos *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permeabilidade urbana é entendida nesse estudo como um atributo capaz de contrapor as construções introspectivas e criar ambientes que atendam melhor às necessidades humanas. Entende-se, portanto, que a análise de quadras, entradas e transparências auxilia na percepção sobre a permeabilidade urbana e que o método proposto pelo Índice de Caminhabilidade é uma ferramenta eficiente para medi-la.

Do mesmo modo, fachadas visualmente ativas permitem enxergar parcialmente o interior dos edifícios, aumentando a sensação de segurança pela vigilância natural e estimulando a vitalidade urbana. Por isso, a permeabilidade física não pode ser desassociada da permeabilidade visual, pois é esse atributo que permite que os espaços sejam entendidos como opções de rotas seguras e atrativas.

No bairro Praia das Gaivotas a ausência da permeabilidade visual foi um fator que desqualificou as opções de trajetos. A baixa quantidade de entradas em áreas de atração também contribuiu para menor permeabilidade do local, mesmo onde havia quadras mais curtas. Esses dois fatores contribuem para reforçar que a permeabilidade necessita de trajetos atrativos para existir, e não apenas da simples variedade de caminhos.

Outra situação observada é que em áreas mais novas a permeabilidade é mais baixa, confirmando a tendência de ocupação por construções fechadas e que negam o espaço exterior, reforçando a importância da permeabilidade para criar ambientes responsivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTLY, Ian *et al.* **Responsive environments: A manual for designers**. Londres: Architectural Press, 1985, 153p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: EDUSP: Editora 34, 2011, 339p.

DOVEY, Kim; WOOD, Stephen. Public/private urban interfaces: type, adaptation, assemblage. **Journal of Urbanism International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, v. 8, n. 1, p. 1–16, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/17549175.2014.891151>

DZIURA, Giselle Luzia. **Permeabilidade espacial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico**. 2009. 227 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3 ed ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GEHL, Jan. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ITDP Brasil. Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento. **Índice De Caminhabilidade: ferramenta versão 2.0**. [S.l: s.n.], 2018. Disponível em <https://itdpbrasil.org/icam2/>. Acesso em 20/03/2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LAMEGO, Marcos Queiroz. **O edifício como articulador morfofuncional do entorno urbano: o bairro Enseada do Suá (Vitória - ES)**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CITY OF PERTH. **Forgotten spaces**. Revitalising Perth's Laneways. Laneways Project Team: Strategy & Urban Development Units, City of Perth. Prince Lane, august, 2007. Disponível em <https://www.perth.wa.gov.au> > Forgotten-Spaces-Revitalising-Perths-Laneways. Acesso em 10/04/2018

NETTO, Vinicius de Moraes; KRAFTA, Rômulo Celso. A forma urbana como problema de desempenho: o impacto de propriedades espaciais sobre o comportamento urbano. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. Vol. 11 n. 2 (nov. 2009), p. 157-180, 2009.

SIDRA. **SIDRA banco de tabelas estatísticas**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SPECK, Jeff. **Cidade caminhável**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

STAMPS, Arthur E. Isovists, enclosure, and permeability theory. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 32, n. 5, p. 735–762, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1068/b31138>

VENTURA, Thaísa Folgosi Fróes. **Interface entre espaço público e privado: a influência da legislação na produção do espaço urbano**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

YAVUZ, Aysel; KULOĞLU, Nilgün. A research on permeability concept at an urban pedestrian shopping street: a case of trabzon kunduracilar street. **Artvin Coruh University Journal of Forestry Faculty**, v. 13, n. 1, p. 25–39, 2012.



Mapeamento de Processo de Projeto Urbano Experiência Piloto em Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo

LINHA TEMÁTICA: ESTRATÉGIAS E PROCESSOS PROJETUAIS. COMO ESTAMOS ATUANDO?

CASTOR, Dimitri Costa (1); SILVA, Heitor de Andrade (2); VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda (3)

(1) Prof. Msc., UFPB, dimitricastor@hotmail.com

(2) Prof. Dr., UFRN, heitor.2025@gmail.com

(3) Profa. Dra., UFPE, vieira.m.natalia@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma experiência Piloto em mapeamento de processo de Projeto Urbano aplicada no componente curricular obrigatório Atelier Integrado em Arquitetura e Urbanismo ofertado no nono período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Tem o objetivo de validar o método de sistematização do processo de Projeto Urbano, baseado nas teorias de Dorst e Dijkhuis (1995), bem como Simon e Newell (2019). Trata-se de uma abordagem na busca pela compreensão da definição e Solução Racional do Problema de projeto. Este Piloto se desenrolou durante horário normal de aula, com grupos de cinco estudantes, e desenvolvimento de duas propostas distintas para o mesmo problema de projeto. Os dados obtidos foram processados com auxílio de planilhas e gráficos, e os resultados partiram da análise e comparação destes gráficos. Entre os resultados obtidos, destaca-se a constatação da importância das discussões e argumentações entre os membros da equipe, bem como, em menor intensidade, das especulações gráficas.

PALAVRAS-CHAVE: processo de projeto; projeto urbano; mapeamento; metodologia de projeção.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo o processo de projeto, especificamente em práticas de Projetos Urbanos em ambiente acadêmico. O experimento foi realizado com estudantes do quinto ano do curso de arquitetura e urbanismo da UFRN matriculados na componente curricular Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo. Aconteceu em uma oficina de projeto, promovida pelos autores deste trabalho junto com os professores da disciplina durante o primeiro semestre de 2018. É importante frisar que este trabalho não pretende discutir o processo de ensino-aprendizado ou qualquer outra questão relacionada a esta esfera, apenas a análise do processo de projeto, sem considerá-lo como fruto de métodos específicos ensinados em determinada componente curricular, ou docente.

O objetivo geral consiste em validar o método de sistematização do processo de Projeto Urbano baseado nas teorias de Dorst e Dijkhuis (1995), bem como de Simon e Newell (2019). Tal método chamado de Solução Racional do Problema se caracteriza pela observação do processo de projeto com registro dos acontecimentos em intervalos regulares de tempo, sem que haja interferência do pesquisador/observador.

Destaca-se que Projeto Urbano, não trata apenas de ‘projetar em escala urbana’, lida-se com um termo próprio, já discutido a algumas décadas, e que ainda não possui ponto pacífico em relação à sua conceituação. É para muitos – mesmo para arquitetos e urbanistas – um conceito pouco claro,



que se confunde com urbanismo, desenho urbano, planejamento urbano e projeto de arquitetura; uma breve abordagem será realizada a seguir.

2 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

São discutidos aspectos relacionados ao Projeto Urbano e ao método da Solução Racional do Problema para mapeamento de processo de projeto.

2.1 O projeto urbano

De acordo com Machado (2004) é intenção dos Projetos Urbanos: elaborar uma “multiplicidade de projetos de natureza variada que buscam coerência entre si e se aglutinam em torno de uma estratégia de aplicação conjunta.” Deve articular questões como o longo e o curto prazo, a grande e a pequena escala, os interesses gerais e os interesses mais individuais, assim sendo pragmático e ao mesmo tempo estratégico. O conceito de Projeto Urbano é analisado por Somekh (2008), que propõe uma noção complexa que religa, “além dos recortes setoriais uma unidade territorial, em síntese uma volta à arquitetura e à cidade”. Çalıřkan (2015) revela o Projeto Urbano como uma prática de natureza complexa – um sistema dinâmico sobre influência de fatores externos – e aponta como agentes influenciadores do projeto os clientes, governos locais/órgãos de planejamento, e a comunidade local.

Devilliers (1994 apud Machado, 2004) aponta que “os Projetos Urbanos ganham expressão como instrumento privilegiado de ação sobre a cidade contemporânea. Sendo um conjunto de procedimentos, e requerendo competências em vez de uma prática afeta a uma profissão.” Assim o Projeto Urbano é mais como planejamento e estratégias, do que desenho propriamente; bem como.

2.2 A Solução Racional do Problema

A ferramenta de mapeamento de processo de projeto tomada nesta experiência considera o trabalho de Dorst e Dijkhuis (1995) ao discutirem suas próprias reflexões sobre protocolo elaborado por Simon e Newell (2019) originalmente desenvolvido na década de 1960. Sendo adaptado para o contexto de sua aplicação.

O procedimento consiste na observação de intervalos de tempo, a cada um minuto do processo de projeto, o pesquisador faz a anotação de uma pontuação com um sistema de processamento de dados, contendo itens pré-definidos (sub-categorias) e de acordo com cinco Categorias de análise:

- 1) **Ação** - o que os projetistas fazem, quais suas ações: escrevem, pensam, desenham, tomam ar, fazem nada etc.
- 2) **Objetivo** - com que objetivo o projetista realiza uma Ação: solução de um problema, atender uma condicionante, representar uma decisão etc.
- 3) **Contexto** - de que perspectiva o projetista observa o problema: do usuário, da empresa etc.
- 4) **Tópico** - com que tópico ou tema o projetista esta lidando: o objeto, a política da empresa, o tamanho máximo do produto, materiais etc.
- 5) **Tópico auxiliar** - o projetista está trabalhando comparando com outros produtos, relacionando a projetos anteriores, ou de alguma outra forma refletindo sobre sua própria maneira de trabalhar.

Figura 1: Tabela de Categorias e sub-categorias.

SOLUÇÃO RACIONAL DO PROBLEMA			
Categorias	Código	Sub-Categorias	Definição
Ação	00	Nenhum	O que os projetistas fazem
	01	Discutir	
	02	Desenhar	
	03	Desenhar e discutir	
	04	Desenhar e escrever	
	05	Escrever	
	06	Escrever e discutir	
	07	Definir	
	08	Definir e desenhar	
	09	Descontrair	
	10	Manusear	
	11	Discutir e manusear	
Objetivo	00	Nenhum	Com que objetivo se faz a ação (para que?)
	01	Problema	
	02	Partido e conceito	
	03	Condicionantes	
	04	Performance e função	
	05	Ferramentas de trabalho	
	06	Processo e decisões	
	07	Representação	
Contexto	00	Nenhum	De que perspectiva (quem)
	01	Usuário	
	02	Comunidade	
	03	Projetista	
	04	Órgãos governamentais	
Tópico	00	Nenhum	Com que tópico: objeto, política etc
	01	Mobilidade	
	02	Paisagem	
	03	Escala urbana	
	04	Edifício	
	05	Desenho	
	06	Políticas	
	07	Legislação	
	08	Meio ambiente	
Tópico Auxiliar	00	Nenhum	Tópico auxiliar: comparando, criticando, etc.
	01	Outros projetos	
	02	Própria prática	
	03	Comparação	
	04	Teoria	
05	Experiências anteriores		

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os itens listados nas sub-categorias (Figura 1) não são definidos pelo método, embora este cite exemplos. Tais sub-categorias devem ser elencadas de acordo com o tipo de processo projetual que será observado, ajustando-se caso a caso. Os pesquisadores envolvidos neste piloto descreveram, a partir de experiências anteriores como docentes de disciplinas de projeto, quais os itens mais prováveis considerando o tipo de processo de projeto mapeado; alguns exemplos citados por Dorst e Dijkhuis (1995); e por fim, alguns acrescentados após a finalização do processo e identificação de necessidades específicas.

A pontuação para um intervalo de um minuto de processo de projeto é caracterizada de acordo com as cinco categorias mencionadas, por sua vez associadas à seguinte sequência numérica: 02 03 05 03 00. O primeiro intervalo com valor 02 representa que na Categoria Ação foi observada a sub-categoria Desenhar; 03 indica que o Objetivo é o de Condicionante; sob o Contexto 05 que é Projeto; com o Tópico 03 que é a Escala Urbana; e com Nenhum 00 Tópico Auxiliar (Figura 1).

Interpretando essa sequência nota-se que, neste exemplo, o projetista estava desenhando com fins a atender uma condicionante específica, dentro do contexto de seu projeto, e tratando da escala urbana. Essa visão geral do protocolo individual toma a forma de gráficos¹ refletindo as Categorias do sistema de codificação.

Dorst e Dijkhuis (1995) fazem algumas reflexões sobre esse método de mapeamento de processo de projeto. A primeira é que essa análise apenas permite comparar intervalos de tempo, e não sobre a possível importância de certa categoria. É comum observar relatos de que o projetista começa a desenhar muito mais tarde do que se espera. A alternância entre diferentes categorias – Ação, Contexto e Tópico; provê informações sobre a natureza geral do processo de projeto. A categoria Tópico, combinada com Ação e Objetivo, dá alguma ideia das razões para os diferentes passos e curso do processo de projeto. Por fim, padrões podem ser encontrados nos dados pontuados do protocolo, ecoando estratégias e heurísticas na atividade de projeto. Esses padrões podem ser mais claramente vistos nas fases de informação e de tomada de corpo, quando se espera comportamentos mais de rotina. A fase conceitual mostra pulos erráticos entre as atividades, dificilmente com qualquer padrão.

O paradigma da Solução Racional do Problema não provê teoria detalhada no que pode ser um bom ou saudável processo de projeto. No entanto, esse tipo de sistema de processamento de dados pode ser muito válido para comparar processos de projeto, devido à sua objetividade; e esse é o objetivo proposto

3 O PILOTO

Neste item são descritos os aspectos relacionados à oficina de projeto, bem como a caracterização da componente curricular onde ocorreu a experiência Piloto.

3.1 A Componente Curricular

Como previamente indicado, o Piloto aconteceu dentro de uma componente curricular do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN intitulada Atelier Integrado no nono período. Esta envolve professores de projeto de arquitetura, estudos urbanos e regionais, paisagismo, tecnologia e representação gráfica; totalizando 180 horas aula. A ementa da disciplina prevê intervenção físico-territorial em uma fração urbana que reflita demandas de organizações populares, sindicais ou governamentais. Contempla o desenho urbano, sistema viário, projeto de edifícios, paisagismo, mobiliário urbano e programação visual. Logo, a proposição de um projeto urbano foi coerente pela escala, temática e produtos elaborados na componente curricular.

Dentro dos aspectos metodológicos da disciplina a articulação entre teoria e prática aconteceu em forma de atelier continuado e integrado, com visitas de campo, palestras, oficinas, e trabalhos em grupo e individuais. Esta teve base no reconhecimento da realidade abordada, das pré-existências e possibilidades futuras. Permitiu possibilidade de outros métodos de análise e concepção do espaço. Deveria atender requisitos reais (legais e de uso) e o nível de abordagem variou com a complexidade do objeto de estudo. Assim, um modelo com início dado pela teoria, seguido de visita de reconhecimento e percepção, e atividade projetual de atelier foi coerente.

A escolha da área, a visita de campo bem como o levantamento de dados morfológicos, normativas, dados socioeconômicos, etc. já haviam sido realizados na disciplina junto aos professores da mesma. Assim, a oficina aconteceu no momento de proposição projetual.

¹ Cf. *infra*. Figura 2 à 11.



3.1 O Exercício

O primeiro momento do exercício se caracterizou por uma rápida explanação sobre o conceito de Projeto Urbano e suas diretrizes mais recorrentes bem como alguns projetos de destaque, buscando socializar o conhecimento sobre o conceito e direcionar para uma prática dentro do que é abordado como referencial teórico na compreensão do tema proposto.

Em seguida se propôs a adoção de dois momentos de projeto, ambos utilizando a mesma área e mesma temática projetual, porém, com abordagens distintas. O primeiro exercício deveria produzir uma proposta mais conservadora, no sentido de maior rigor aos condicionantes, custos, viabilidade técnica; mantendo as preexistências e parcelamento do solo, gerando requalificação do setor. O segundo exercício visou formulação de estudo com maior nível de interferência, com modificações de usos, parcelamento, ênfase do local e arquitetura marcante, mais arrojo e ousadia projetual, e maior nível de questionamento.

Os instrumentos utilizados consistiram em croquis e desenhos à mão livre. Registrou-se assim, a sequência de pensamento e tomada de decisão pela observação dos desenhos, bem como da análise dos diálogos, registros em textos e ícones etc.

As atividades projetuais em modelo de atelier se desenrolaram durante sessenta minutos sem intervenção, apenas com a observação do processo e tomada de nota dos acontecimentos por parte dos pesquisadores; assim, finalizou-se o primeiro exercício. Um novo processo foi iniciado, agora considerando as diretrizes apontadas para a segunda experiência, também com período previsto de sessenta minutos e observação sem interferência.

Apenas um dos quatro grupos de projetistas (estudantes) teve seu processo registrado e analisado, devido principalmente, à falta de recurso humano para a observação e registro, bem como por se tratar de uma experiência inicial ainda sem grandes expectativas no momento. Os produtos elaborados foram duas pranchas (por grupo), sendo uma para cada exercício desenvolvido, contendo desenhos, anotações e diagramas que comunicam a proposta.

O último momento foi apresentação das propostas desenvolvidas durante a oficina, onde cada grupo comunicou para todos suas proposições, fazendo os contrapontos entre os dois exercícios. Os professores da disciplina bem como os demais estudantes discutiram os resultados, apontaram pontos positivos e negativos, finalizando assim a experiência proposta.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir os dados obtidos no Piloto são apresentados já sistematizados em gráficos gerados para cada uma das categorias de análise, discutidas as ocorrências das sub-categorias de forma comparativa entre os dois processos. Os processos são identificados como exercício 1 e exercício 2, referindo-se às abordagens distintas propostas na oficina. São indicados aspectos específicos do primeiro processo de projeto, depois do segundo, faz-se a comparação entre os dois, seguido de algumas conclusões parciais. No primeiro o mapeamento aconteceu por 60 minutos como previsto, porém, o segundo exercício, teve uma ocorrência de ordem logística que obrigou o encerramento precoce da atividade projetual. Pelo exposto, se justifica gráficos com 60 minutos de registro para o exercício 1 e gráficos com 47 minutos para o exercício 2.

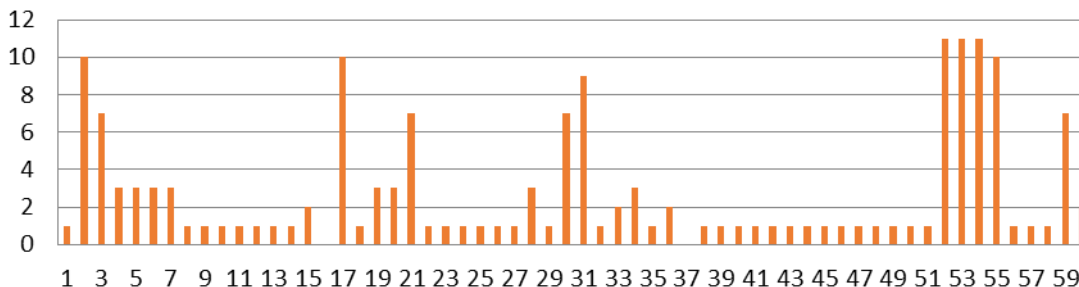
4.1 Categoria Ação

A Figura 02 mostra que no primeiro exercício de projeto, predominou a sub-categoria (1)² Discutir

² Cf. *supra*. Figura 1, pg. 3.

58,3%, seguido de (3) Desenhar e Discutir 13,3%, (2) Desenhar e (7) Definir, 6,7% cada. Percebeu-se que foi um processo muito mais afeito às estratégias, acordos etc.; ao invés de voltado a habilidades mais específicas da prática do arquiteto urbanista como o desenho. Não houve registro de algumas sub-categorias.

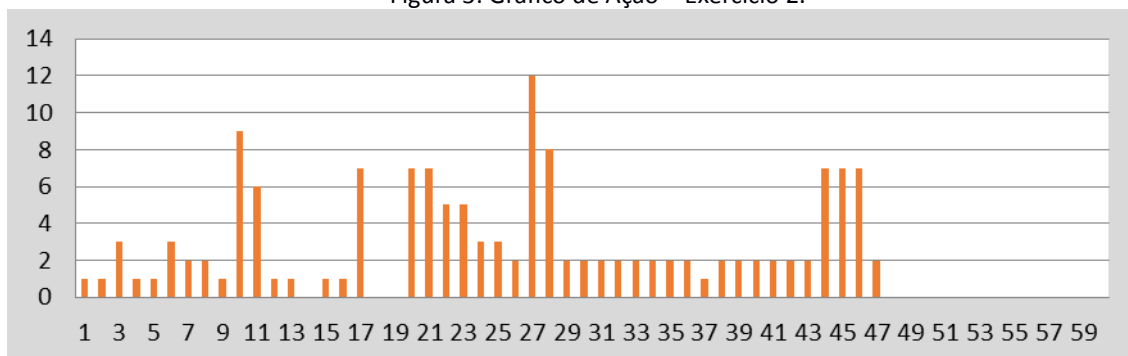
Figura 2: Gráfico de Ação – Exercício 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O início do processo (primeiros 15 minutos)³ predominou a categoria (1) Discutir; entre quinze e trinta minutos se observou a maior variação de sub-categorias; o terceiro intervalo de tempo (30-45 minutos) foi aquele que houve maior repetição da mesma sub-categoria (1) Discutir; e nos últimos quinze minutos surgiram as categorias relacionadas ao Manusear (10 e 11). Percebeu-se ao observar o gráfico que houve intervalos de saltos de Ações, intercalados com momentos de repetição de uma mesma Ação. Tais intervalos de repetição, predominantemente foram registros de (1) Discutir, o que indicou que houve momentos relativamente longos de discussão e argumentação. Esta dinâmica foi sempre seguida de Ações para consolidar aquilo que foi discutido, seja com (2) Desenhar, (3) Desenhar e Discutir, ou (11) Discutir e Manusear.

Figura 3: Gráfico de Ação – Exercício 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

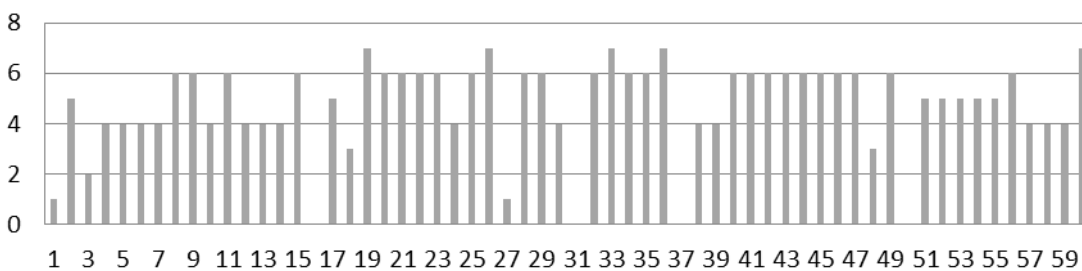
No segundo exercício (Figura 3), foi observado o predomínio da sub-categoria (2) Desenhar 38,3%, seguido de (1) Discutir 21,3%; (7) Definir em terceiro com 12,8%. Nos primeiros quinze minutos, predominou a sub-categoria (1) Discutir; entre quinze e trinta minutos se observou a maior variação de categorias; de trinta a quarenta e cinco minutos houve maior repetição da mesma categoria (2) Desenhar; e nos últimos quinze minutos surgiu a sub-categoria Definir (7). Curiosamente na segunda metade deste exercício predominou (quase totalidade) o Desenhar.

³ A análise de conjuntos de 15 minutos não faz parte do método originalmente, é apenas uma sistematização de intervalos maiores adotados neste experimento, tomando por base que os registros possuem 47 e 60 minutos, havendo razão aproximada de $\frac{3}{4}$, e 15 minutos representam esta relação.

Analisando a relação entre os dois exercícios, foi possível notar que os processos iniciaram com a mesma sub-categoria - discutir; e finalizaram também com a mesma – desenhar. Que durante os primeiros quinze minutos predominou em ambos os processos o (1) Discutir. Ainda no primeiro exercício 76,6% dos registros envolveu as sub-categorias que contém discussão (1, 3, 6 e 11); enquanto que no segundo exercício apenas 31,9%. Em contrapartida em relação às sub-categorias que envolvem desenho, houve uma ocorrência de 20% no primeiro e 48,9% no segundo. Assim, ambos os exercícios tiveram as ações relacionadas ao Discutir, Desenhar e Definir como o conjunto de sub-categorias mais observadas, mas diferiram na frequência das duas primeiras. No primeiro processo houve mais discussão e menos desenho que no segundo processo. Isto indicou dois cenários distintos: um muito mais voltado aos aspectos de estratégias, acordos, definições, argumentação entre os membros do grupo de trabalho; e outro mais focado em aspectos ligados à prática de desenhar e resolver ideias através do desenho. Destacou-se ainda, que no primeiro processo de projeto, houve maior uniformidade de Ações, com menor variação de sub-categorias observadas mesmo tendo um tempo maior; enquanto o segundo processo, mesmo com menos tempo, teve maior variação de categorias, ou seja, foi mais dinâmico que o primeiro. Ficou claro que quanto mais condicionantes, e quanto maior o rigor projetual menor foi a dinâmica observada, tendendo a ser um exercício mais racional e linear.

4.2 Categoria Objetivo

Figura 4: Gráfico de Objetivo – Exercício 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

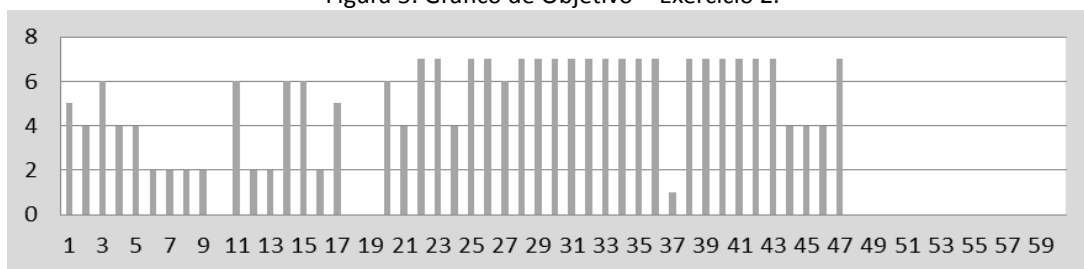
A Figura 4 apresenta os dados obtidos no mapeamento do primeiro processo de projeto em relação à categoria de Objetivo. Predominou o item (6) Processo e Decisões com 40%; seguido de (4) Performance e Função, 25%. Em terceiro lugar surgiu (7) Representação com 16,7%. Estas três sub-categorias definiram 77% do processo. Não houve registro de sub-categorias sem ocorrências, ou seja, todas foram observadas nesse processo.

Ainda em relação ao primeiro exercício, o intervalo inicial de tempo (0-15 minutos) predominou (4) Performance e Função; no segundo intervalo se observou uma variação ligeiramente maior de sub-categorias; e o terceiro foi aquele que houve o maior período de tempo repetindo a mesma sub-categoria (6) Processo e Decisões; nos últimos quinze minutos não houve nenhum aspecto específico que o diferenciasse dos demais.

Diferente da categoria Ação, não houve tanta linearidade nas ocorrências observadas, o que quer dizer que mesmo repetindo as Ações, elas tiveram Objetivos distintos.

No segundo processo (Figura 5), predominou o item (7) Representação com 42,6%, seguido de (4) Performance e Função, 17%. Em terceiro lugar surgiu a sub-categoria (6) Processo e Decisões, com 14,9%. Não houve registro de (3) Condicionantes, todas as demais foram observadas, o que foi coerente com a prática de um projeto mais voltado à experimentação do que um projeto muito preocupado com a produção do factível.

Figura 5: Gráfico de Objetivo – Exercício 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante os primeiros quinze minutos predominou a sub-categoria (2) Partido e Conceito; entre quinze e trinta minutos foi onde se observou a maior (sutil) variação de sub-categorias; o terceiro intervalo foi aquele que houve maior repetição, (7) Representação; e nos últimos quinze minutos não possuiu um aspecto específico que o diferenciasse dos demais. A segunda metade do processo predominou (quase totalidade) o item (7) Representação. Percebeu-se que nesse mesmo intervalo as Ações mais recorrentes foram o Desenho, assim, pôde-se afirmar que neste intervalo predominou o desenho com fins de representação da proposta, e não como solução de algum problema de projeto.

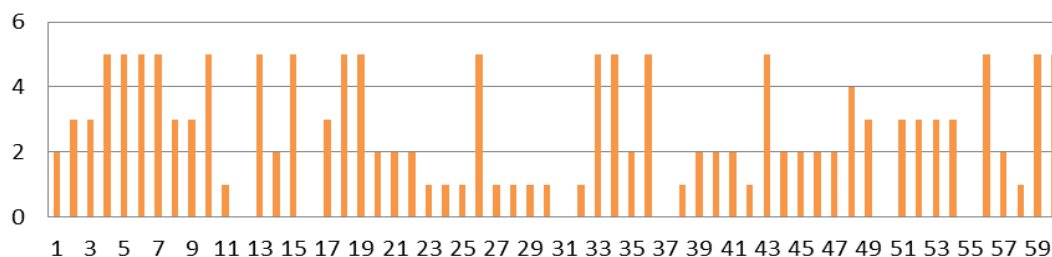
A relação entre os exercícios mostrou que ambos se diferenciaram nas ocorrências iniciais, caracterizando objetivos distintos para partida do processo. Já a finalização, foi idêntica com sequência das sub-categorias (4) Performance e Função e (7) Representação; que apontou um processo de detalhar e representar as ideias.

Ambos os exercícios tiveram as sub-categorias (4) Performance e Função, (6) Processo e Decisões e (7) Representação como as mais observadas, mas diferiram na ordem das duas últimas, no primeiro predominou (6) Processo e Decisões, enquanto no segundo a (7) Representação. Pôde-se dizer que o primeiro processo estava mais focado em tomadas de decisões enquanto o segundo em representar.

Curiosamente, assim como observado na categoria Ações, as sub-categorias de Objetivos do primeiro exercício, indicaram um processo mais uniforme, com maior repetição; diferente do segundo processo que mesmo sendo mais curto houve maior variação nas ocorrências. Assim, o primeiro exercício mostrou um processo mais linear e estável, enquanto o segundo um processo mais dinâmico.

4.3 Categoria Contexto

Figura 6: Gráfico de Contexto – Exercício 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

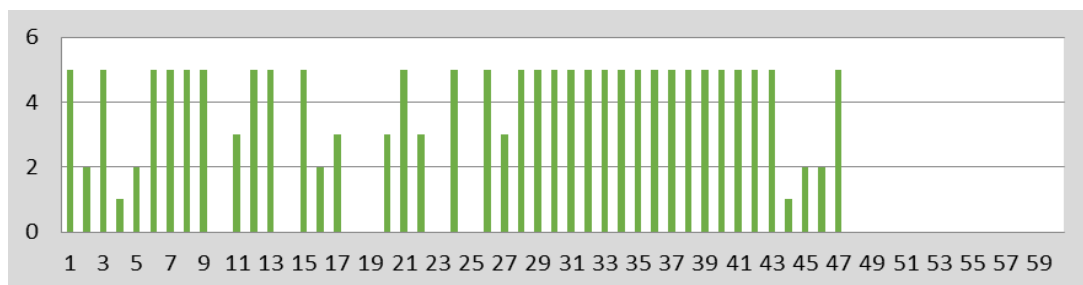
A Figura 6 apresenta o gráfico com dados do primeiro exercício para categoria Contexto, onde predominou a sub-categoria (5) Projeto com 28,3%; seguido de (2) Comunidade com 21,7%; e (1)

Usuário, com 20% das ocorrências. Estes três itens definiram 60% do processo. Não houve registro de sub-categorias sem ocorrências, ou seja, todas foram observadas nesse processo.

Em relação aos intervalos de tempo a cada quinze minutos: primeiro intervalo predominou a categoria (5) Projeto; no segundo não houve grande predominância ou variação de categorias, bem como no terceiro e no último. Houve certa dinâmica ao longo de todo o processo, com sequências curtas de no máximo quatro repetições, o que mostrou que o Contexto abordado variou, denotando uma prática projetual que equacionou as necessidades ou condições de vários agentes envolvidos.

Quando sobrepostas as Categorias Ação, Objetivo e Tópico, para os primeiros momentos do processo de projeto, percebeu-se que predominou uma discussão em relação à performance do projeto. Este dado indicou claramente o momento de decisões iniciais e a adoção de uma estratégia de solução do problema de projeto baseada em reflexões em grupos buscando soluções projetuais.

Figura 7: Gráfico de Contexto – Exercício 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No segundo processo (Figura 7), predominou a sub-categoria (5) Projeto com 61,7%, seguida de (0) Nenhum com 12,8%; e (2) Comunidade e (3) Projetista com 10,7% cada. Basicamente o processo se resumiu a somente duas categorias, que somadas representam 75% das ocorrências. Não houve registro da sub-categoria (4) Órgãos Governamentais. Assim como em Objetivo não houve registro de Condicionantes, o que consolida ainda mais a percepção de uma proposta projetual afeita à experimentação com menor ênfase em aspectos factíveis.

Nos primeiros quinze minutos ocorreu mais o item (5) Projeto; no segundo intervalo se observou a maior variação de categorias; o terceiro foi aquele que houve maior repetição (5) Projeto; e o último intervalo de tempo não possuiu um aspecto específico que o diferenciasse dos demais. A segunda metade do processo predominou (quase totalidade) (5) Projeto. Se cruzadas as categorias anteriores, percebe-se que a segunda metade do processo predominou a Ação de desenhar, buscando representar, ligado ao contexto do projeto.

Ambos os processos iniciaram utilizando diferentes aspectos de Contexto, embora finalizem com ocorrências da mesma sub-categoria (5) Projeto. Indicou que o problema de projeto foi abordado sob diferentes óticas, mas convergiram posteriormente para ações com o mesmo Contexto.

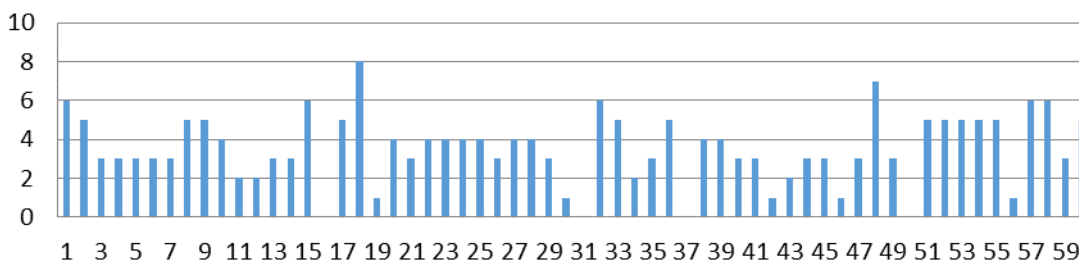
Curiosamente, nos dois exercícios registrou-se ocorrências expressivas, pela primeira vez, de uma sub-categoria (0) Nenhum. Isto indicou que algumas Ações, com Objetivo específico, não possuíam um Contexto definido. Ainda de forma curiosa, o primeiro processo teve maior variação de sub-categorias, ou seja, foi mais dinâmico, enquanto o segundo processo foi mais uniforme com uma ocorrência massiva da sub-categoria (5) Projeto. Diz-se curioso, pois, nas duas categorias anteriores (Ação e Objetivo) o segundo exercício foi mais dinâmico.

O primeiro processo apresentou dez momentos de (1) Usuário enquanto o segundo apenas dois; e

a sub-categoria (4) Órgãos Governamentais apareceu apenas uma vez no primeiro exercício e nenhuma no segundo. Estes dados consolidam a percepção que o primeiro momento com mais esforço em atender condicionantes, um projeto mais 'pé-no-chão', enquanto o segundo adotou um processo mais intuitivo, plástico e gráfico.

4.4 Categoria Tópico

Figura 8: Gráfico de Tópico – Exercício 1.



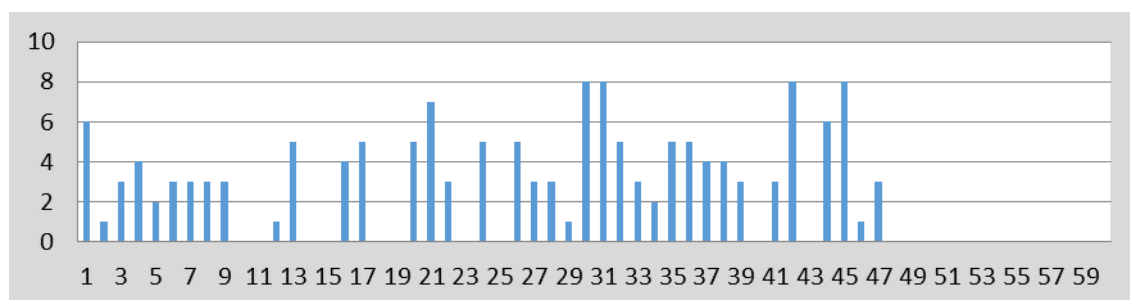
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando os dados referentes ao mapeamento do primeiro processo (Figura 8) em relação à categoria Tópicos, percebeu-se a predominância da (3) Escala Urbana com 30% dos registros; seguida de (5) Desenho com 20%; e (4) Edifício, com 20%. Todas as categorias foram observadas.

Dividindo o processo em quatro intervalos de tempo de quinze minutos cada, registrou-se no primeiro o predomínio da sub-categoria (3) Escala Urbana; o segundo foi bem semelhante ao primeiro mas com certa variação nas ocorrências; já o terceiro intervalo foi aquele que houve maior variação de sub-categorias, ou seja, mais dinâmico; no último surgiu o único registro da categoria (7) Legislação.

A Figura 9 demonstra os dados obtidos no segundo processo, onde predominou a sub-categoria (3) Escala Urbana com 25,5%, seguida de (0) Nenhum 21,3%; e em terceiro lugar (5) Desenho, com 13,3%. Assim como no primeiro exercício, todas as categorias foram observadas.

Figura 9: Gráfico de Tópico – Exercício 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos primeiros quinze minutos predominou a (3) Escala Urbana; no segundo intervalo se observou a maior ausência de ocorrências; sendo o terceiro aquele que houve maior repetição da mesma categoria (2) Desenhar; o último intervalo de tempo não possuiu um aspecto específico que o diferenciasse dos demais. A segunda metade do processo foi bem mais dinâmica que a primeira metade, pois houve maior variação de sub-categorias e menor ausência de ocorrências.

Ambos os processos iniciaram com a mesma sub-categoria (6) Políticas, embora termine sendo pouco observada ao longo dos processos. Também finalizaram com as mesmas ocorrências: (3) escala urbana. Ao contrário das três categorias anteriores, no que se refere aos Tópicos, a

abordagem e a finalização foram bastante semelhantes. Isto indicou que embora tenha havido estratégias distintas, com objetivos distintos, abordou-se a mesma temática.

Por fim, ambos os processos só apresentaram uma ocorrência de (7) Legislação; o que levou a crer que neste tipo de exercício de oficina com tempo curto de projeto, condicionantes legais não foram aspectos tão relevantes no processo projetual, independente do exercício desenvolvido.

4.5 Categoria Tópico auxiliar

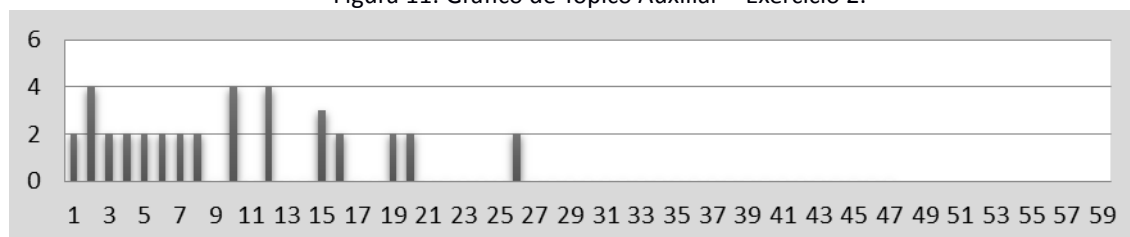
Figura 10: Gráfico de Tópico auxiliar – Exercício 1.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 10 permitiu constatar que no primeiro processo, predominou a sub-categoria (0) Nenhum com 65%; seguida de (2) Própria Prática com 30%; praticamente todo o processo se resumiu somente a duas sub-categorias. Não houve registro de (1) Outros Projetos; (3) Comparação e (5) Experiências Anteriores. Ao contrário das outras Categorias não existiu grande diferença nas ocorrências ao longo do processo, apenas uma maior ausência de Tópicos auxiliares no início e maior recorrência entre meio e fim do exercício. Isto indicou que durante o processo inicial a preocupação foi de fato de solucionar o problema, e logo em seguida, surgiu um momento de reflexão sobre as decisões que estavam sendo tomadas e aspectos teóricos da proposta. Esta Categoria teve poucas ocorrências, o que poderia levar ao questionamento de sua relevância para a pesquisa, porém, a ausência de registros foi tão esclarecedora quanto as Categorias anteriores.

Figura 11: Gráfico de Tópico Auxiliar – Exercício 2.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No segundo exercício (Figura 11), predominou a sub-categoria (0) Nenhum com 68%; seguido de (2) Própria Prática com 23,4%; e assim como no primeiro processo, praticamente todos os registros (91,4%) se resumiram somente a duas sub-categorias. Não houve registro de (1) Outros Projetos, e (5) Experiências Anteriores.

Este foi o aspecto mais incomum de todas as Categorias trabalhadas e de ambos os processos projetuais, existiu uma expressiva quantidade de ocorrências na primeira metade do exercício e total ausência destas na segunda metade. Fato que não foi observado em nenhum outro momento do mapeamento.

Ao comparar os dois processos, percebeu-se que são particularmente distintos; no primeiro as ocorrências predominaram na última metade, enquanto no segundo processo a predominância foi na primeira metade. Tal fato mostrou que o primeiro exercício teve um 'start' mais lento, com mais reflexão antes da ação; enquanto o segundo, inicialmente houve um turbilhão de idéias e estratégias, e posteriormente calmaria.



Se cruzadas todas as categorias, considerando cada um dos processos de projeto, em intervalos de quinze minutos, pôde-se ter uma idéia mais clara das dinâmicas aplicadas a cada uma das práticas.

No primeiro exercício o início do processo foi caracterizado por momentos de Discussão, com Objetivo de definir aspectos relacionados à Performance e Função, dentro de um Contexto de Projeto, sob o Tópico da Escala Urbana, com Nenhum Tópico Auxiliar. No segundo exercício esse começo também foi dado por Discussões, mas com Objetivo de definir Partido e Conceito, no Contexto do Projeto, com o Tópico da Escala Urbana, e com reflexões sobre a Própria Prática. A diferença entre ambos foi o Objetivo com o qual se trabalhou, e as reflexões sobre as temáticas.

Por fim, analisando a última etapa dos processos de projeto, percebeu-se que no primeiro continuou a predominar o Discutir, mas com Objetivos alternados de Ferramentas de Trabalho e Processos e Decisões, dentro do Contexto do Projetista, versando sobre o Desenho, e dentro da Própria Prática. Já o outro exercício, trabalhou com o Desenhar e Definir, buscando Representar, no Contexto do Projeto, com temáticas bastante variadas e sem Nenhum Tópico Auxiliar.

CONSIDERAÇÕES

A experiência relatada alcançou os objetivos esperados, permitindo vislumbrar a prática projetual, sob a temática do Projeto Urbano, bem como validou a viabilidade de aplicação da metodologia adotada da Solução Racional do Problema, bem como a relevância dos dados obtidos.

Havia reservas sobre a adequação dos registros de ocorrências em intervalos de um minuto, pois, embora Dorst e Dijkhuis (1995) afirmem que tal intervalo seja ponto pacífico na prática de mapeamento, não sabíamos se seria muito longo e inviabilizaria o registro de rápidas mudanças, fato que não ocorreu, mostrando-se adequado.

Provou-se ainda que as Categorias analíticas propostas pelo método, conseguem trazer à luz vários aspectos envolvidos no processo de projeto. Seja na compreensão das estratégias adotadas, nos objetivos que são buscados, ou nas temáticas trabalhadas, entre tantos outros pontos.

Propusemos inicialmente dois exercícios com abordagens distintas, pois, sendo um Piloto, pretendíamos garantir a obtenção de processos de projeto que encarassem o problema de projeto com maior rigor, ou com maior experimentação, de tal forma, que pudéssemos nos familiarizar e testar o método sobre estratégias variadas. Não houve a intenção de uso de parâmetros comparativos em relação ao desempenho dos produtos finais (propostas projetuais), mas sim, a compreensão das decisões e estratégias adotadas considerando dois cenários distintos.

Houve relativa dificuldade logística para observação, pois requereu ambiente controlado e protocolo bastante rígido de mapeamento. O método também se mostrou bastante trabalhoso para obtenção de resultados, pois além da observação e registro, a análise posterior deste material, sua classificação e interpretação, a sistematização em gráficos, houve a análise comparativa dos mesmos. Porém, acreditamos que não invalidou de forma alguma, pelo contrário, o método se mostrou totalmente adequado à experiência.

Envolveu ao todo cinco indivíduos, sendo: dois professores da disciplina, que participaram na orientação dos trabalhos e estruturação das etapas pré-projeto; um pesquisador que realizou a observação e mapeamento do processo de projeto, bem como sua sistematização; dois orientadores que desenvolveram as atividades de sistematização e discussão de dados.

Por fim, vale apontar que a oficina gerou momentos de descontração e desafio, recebidos com grande satisfação pelos estudantes e professores envolvidos; culminando em uma discussão rica sobre propostas igualmente ricas no fim do Piloto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALISKAN, Olgu. **How urban designers perform: an international perspective on actual practice.**

In: METU Journal of Faculty of Architecture – Middle East Technical University, Vol. 2015/1, 2015.

DORST, Kees; DIJKHUIS, Judith. **Comparing paradigms for describing design activity.** In: Design

Studies 16, Butterworth Heinemann, 1995.

MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro. **Cidade contemporânea e projetos urbanos.** In: BENFATTI, Dênio; SCHICCHI, Maria Cristina (orgs.). **Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro.** Campinas: PUCAMP/PROURB, 2004.

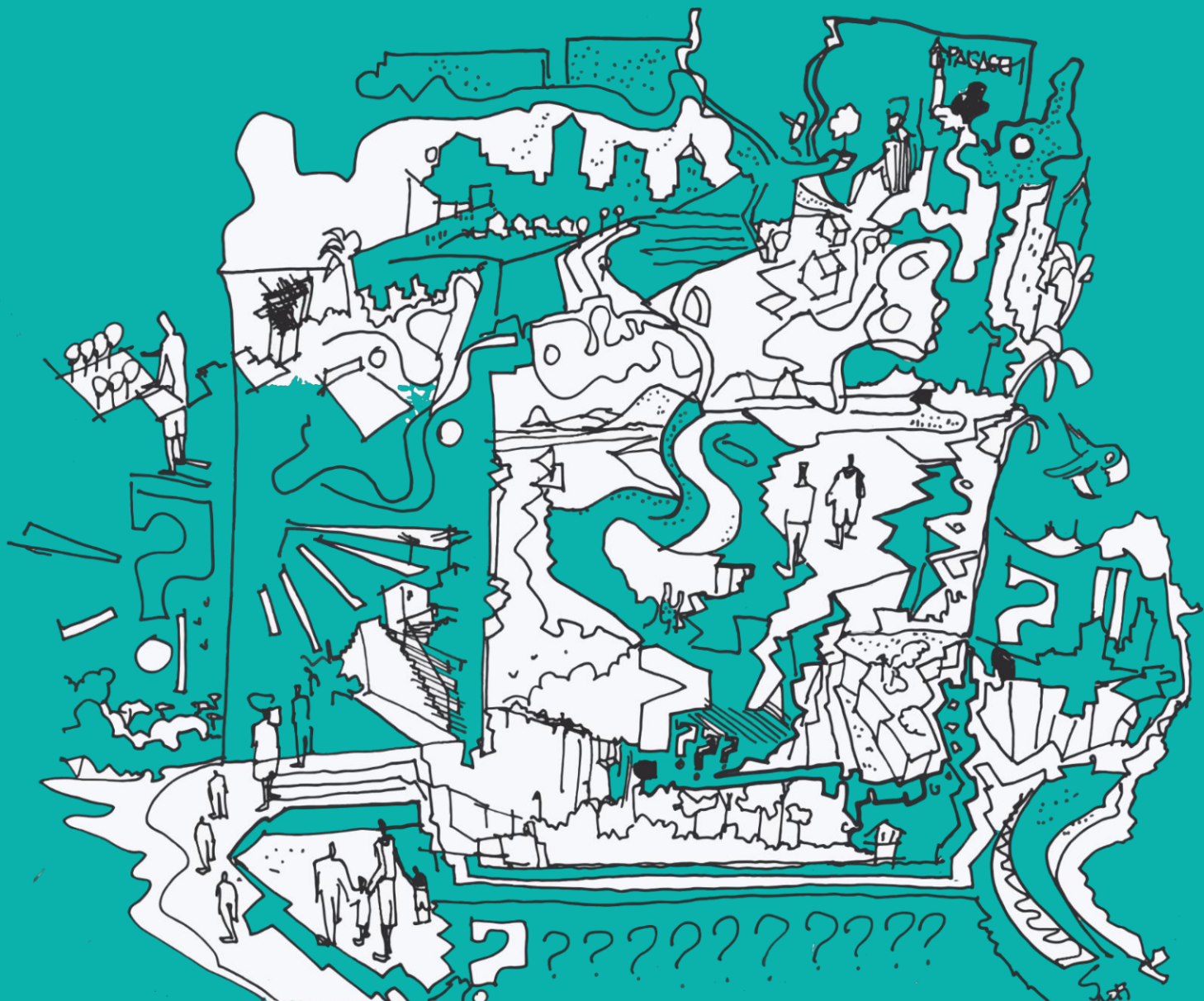
SIMON, Hebert A.; NEWELL, Allen. **Human problem solving.** Chicago: Echo Point Books & Media, 2019.

SOMEKH, Nádia. **Projetos urbanos e estatuto da cidade: limites e possibilidades.** Arquitectos 097, junho 2008.

LT 03

Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

Reflexão crítica sobre o que tem sido produzido no Brasil, buscando compreender avanços e resistências e se estamos integrados ou isolados das políticas públicas; quais referências internacionais deveríamos estudar; qual é o papel do sistema de espaços livres (SEL) no planejamento da cidade; quais são as políticas no campo da paisagem; maior aderência às questões ambientais, patrimonial e na participação dos grupos sociais envolvidos.





Sistemas de espaços livres: Contribuições para a metrópole contemporânea brasileira

LINHA TEMÁTICA: INDICAÇÃO DO NOME DE UMA DAS TRÊS LINHAS TEMÁTICAS

QUEIROGA, Eugenio (1);

(1) Livre-Docente, FAUUSP, queiroga@usp.br

RESUMO

Após treze anos de pesquisas sobre sistemas de espaços livres (SELs) em rede nacional coordenada pelo Lab QUAPÁ – FAUUSP, tornou-se oportuno projeto de pesquisa individual que formule critérios e diretrizes propositivas para sistemas de espaços livres para a metrópole brasileira. Este trabalho apresenta esta pesquisa individual, atualmente em andamento. Partiu-se do material sistematizado pelo Lab QUAPÁ: cartografia temática, acervo de fotos sobre 21 regiões metropolitanas de todas as macrorregiões brasileiras e relatórios de oficinas de pesquisa realizadas em tais metrópoles, onde a interlocução com colegas de universidades locais e técnicos do Poder Público foi fundamental. Realiza-se no momento revisão das bases conceituais, particularmente MACEDO et al. (2018), QUEIROGA (2012) e REYES (2015), tendo em vista um dos objetivos da pesquisa: elaborar teoria que contribua para proposições de SELs. Entre os resultados esperados estão o estabelecimento de critérios de avaliação de SELs e de sistemas de critérios propositivos que contribuam para a qualificação de SELs de metrópoles brasileiras, bem como ensaios propositivos, no nível de diretrizes de planejamento paisagístico-ambiental, como forma de checar a validade dos sistemas de critérios a serem formulados. Contribui-se para aprofundar o debate sobre a relevância dos SELs para a qualificação do ambiente e vida metropolitanos.

PALAVRAS-CHAVE: sistemas de espaços livres; metrópole contemporânea; critérios de avaliação; critérios propositivos.

1 INTRODUÇÃO

Em 2006, o Laboratório Quadro do Paisagismo no Brasil da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Lab QUAPÁ – FAUUSP) idealizou seu primeiro Projeto Temático de Pesquisa¹ intitulado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil”, ocasião em que se criou a Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL, composta por pesquisadores de todas as macrorregiões do país². Em 2012 iniciou-se o segundo projeto temático: “Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação – QUAPÁ-SEL II”, concluído em 2018. Os resultados foram amplamente publicados em periódicos nacionais e internacionais, em eventos científicos e em livros e capítulos de livros, bem como se contribuiu para a formação de pesquisadores desde o nível da iniciação científica até o de pós-doutorado, passando pela formação de mestres e doutores.

Com mais de uma década pesquisando SELs de importantes cidades brasileiras de todas as

¹ Projeto Temático de Pesquisa é a expressão empregada pela FAPESP para projetos de pesquisa de maior envergadura realizados por equipes de pesquisadores de mais de uma instituição.

² Atualmente a Rede QUAPÁ-SEL inclui pesquisadores das seguintes universidades: UFAM, UNIFAP, UFPA, UFT, UEMA, UNIFOR, UFRN, UFCG, UFPE, UFAL, UFBA, UFES, UFMG, UFU, Uniube, UFRJ, USP (FAU, IAU e POLI), PUC-Campinas, Unicamp, UFSCar, UNISANTOS, UFPR, UEM, UFSC, UNESC, UFSM, UnB, UEG e UFMS.



macrorregiões do Brasil, obteve-se conhecimento amplo da realidade urbana brasileira, particularmente sobre seus SELs e sobre a produção contemporânea da forma urbana, sobretudo referente às suas grandes cidades e metrópoles nacionais e estaduais, e ainda sobre algumas metrópoles regionais e algumas, poucas, cidades médias³.

Ao longo de 12 anos, foram produzidos centenas de mapas temáticos no Lab QUAPÁ sobre SELs e padrões morfológicos para as cidades e metrópoles investigadas, acervou-se milhares de fotos a partir de sobrevoos e de visitas técnicas sobre as realidades urbanas estudadas, realizou-se treze colóquios da Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL e mais de cinquenta oficinas de pesquisa por todo o país. A expertise acumulada permitiu formular o projeto de pesquisa⁴ que se apresenta neste trabalho, consolidando análises sobre o amplo material levantado e sistematizado e se propõe, no projeto individual em tela, estabelecer critérios de avaliação, critérios propositivos e ensaios de diretrizes para SELs de quatro metrópoles brasileiras.

Ao associar a dimensão propositiva à pesquisa, pretende-se ampliar a contribuição para a qualificação de SELs em territórios metropolitanos brasileiros, seja diretamente por atividades de consultoria⁵, *pro bono*⁶, ou indiretamente na formação de graduandos e pós-graduandos, e na interlocução com colegas da Rede QUAPÁ-SEL. A diversidade, a complexidade e as especificidades das metrópoles brasileiras não permitem simples adoção de modelos preconcebidos aqui ou no estrangeiro, é necessário, portanto, um esforço analítico-propositivo mais atento aos processos socioambientais motrizes da transformação de nossos territórios metropolitanos.

Evidentemente, não se tem a ilusão de que apenas o saber técnico mais acurado será suficiente para produzir mudanças qualitativas no quadro atual de produção/destruição de SELs. As decisões das gestões públicas não são apenas pautadas pela racionalidade técnica, o debate político, os interesses maiores ou menores destes ou daqueles grupos sociais e econômicos se constituem e se transformam historicamente. O que se almeja é, portanto, contribuir para o debate de ideias paisagísticas e urbanísticas que pode influir no planejamento urbano e metropolitano, em formas de participação da sociedade civil já instituídas (conselhos e audiências), nas pautas de movimentos sociais e, por fim, na tomada de decisões pelo Poder Público.

2 DAS PREMISSAS TEÓRICO-CONCEITUAIS E SOBRE A RELEVÂNCIA DOS SELs

Tendo como premissas teórico-conceituais a noção de espaço da geografia crítica miltoniana

³ Neste período se pesquisou as seguintes metrópoles, com ênfase nas suas cidades-polo: Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Santos, Sorocaba, Curitiba, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Goiânia e Brasília; as capitais Rio Branco, Macapá, Palmas e Campo Grande; e ainda as cidades médias de Campina Grande, Uberaba, Uberlândia, Criciúma e Santa Maria.

⁴ Trata-se de projeto de pesquisa individual, com apoio do CNPq, integrado aos temas e objetivos da Rede QUAPÁ-SEL, particularmente definidos no XIII Colóquio QUAPÁ-SEL, realizado em Santa Maria-RS, 2018.

⁵ As pesquisas realizadas no Lab QUAPÁ muito contribuíram para a consultoria realizada para a Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), em contrato estabelecido entre aquela fundação e a Prefeitura Municipal de Campinas. A consultoria visou à elaboração de proposta de nova lei de uso e ocupação do solo e de subsídios para a revisão do plano diretor do município de Campinas. Pôde-se formular novos instrumentos e estratégias urbanísticas valorizando a vida pública e o sistema de espaços livres do município. Esta consultoria se constituiu em importante atividade de difusão da atividade acadêmica de pesquisa aos técnicos do Poder Público e a membros da sociedade civil.

⁶ “Pelo bem público”, como no caso das contribuições do Lab QUAPÁ para o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), ou para o Plano do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres da mesma cidade (em desenvolvimento em 2019-20).



(SANTOS, 1978, 1988 e 1996) e o conceito de espaço livre de Miranda Magnoli (1982), pode-se afirmar que toda cidade possui um SEL (QUEIROGA e BENFATTI, 2007), pois todas elas possuem ao menos um sistema viário e a rua é, sem dúvida, um exemplo de espaço livre público (MAGNOLI, 1982). Compõem o SEL de uma cidade todos os seus espaços livres (QUEIROGA, 2012), sejam na forma de subsistemas do SEL (sistema viário, sistema de espaços livres de uso público etc.), seja na forma de conjuntos de elementos que integram o SEL (conjunto de espaços livres privados residenciais ou não residenciais) ou formando subsistemas ou conjuntos, a depender da existência de relação ou não entre seus elementos constitutivos (conjunto ou sistema de praças, conjunto ou sistema de unidades de conservação ambiental etc.).

Dessa forma, amplia-se o conceito de SEL para muito além do conceito de sistema de áreas verdes (SAV). O SAV é, aliás, apenas um dos subsistemas do SEL, independentemente de sua inquestionável relevância ambiental.

O SEL é, portanto, um sistema estrutural das cidades e metrópoles, por ele fluem pessoas, animais, bens, resíduos, águas, energia, fluxos gênicos, informacionais e comunicacionais. Qualificar os SEL contribui diretamente para qualificar a base física das cidades, mas qualificar para quem, para quê? Numa sociedade de enormes desigualdades socioambientais como a brasileira, entende-se que qualificar o espaço urbano significa capacitá-lo para o encontro e convívio públicos, para a universalização da oferta e de acesso adequado aos bens de consumo coletivo (educação, saúde, cultura, lazer, esportes entre outros), para a preservação e estímulo de práticas culturais locais, para a conservação ambiental, ampliando a resiliência urbana a eventos climáticos extremos, diminuindo riscos de alagamentos, incêndios e deslizamentos em áreas ocupadas por diferentes grupos sociais, notadamente os de maior vulnerabilidade socioambiental, para a criação de condições microclimáticas saudáveis, bem como para a fruição e identificação de valores histórico-culturais da paisagem.

Tem-se, portanto, um sistema complexo de valores constituídos e transformados historicamente sobre “qualidade urbana”. A relevância e mesmo a urgência que se tem para conservar e qualificar os espaços livres de propriedade e/ou apropriação públicas das metrópoles brasileiras que ainda restam justificam esta pesquisa. A cada ano centenas de hectares de espaços livres são ocupados para fins urbanos nas metrópoles brasileiras (Figura 1), ainda que seja crescente a conscientização da relevância ambiental dos espaços livres vegetados, a qualificação dos mesmos nem sempre ocorre em sua maior potência, seja para o uso público, seja para o desempenho ambiental e ecológico.

Figura 1: Expansão urbana em Manaus, metrópole e floresta fragmentadas.



Fonte: Lab QUAPÁ, 2015.

Os SELs são elementos fundamentais do espaço urbano, constitutivos da forma e da paisagem urbanas. As carências habitacionais e a falta de adequada distribuição de bens de consumo coletivo de educação e saúde pelos territórios das metrópoles brasileiras se constituem, muitas vezes, como argumento para deixar em segundo plano os investimentos nos espaços livres de apropriação pública, como se investir na qualificação de espaços livres fosse algo supérfluo. Nada mais falso, os espaços livres são elementos constitutivos do cotidiano, desde a escala habitacional até a das centralidades urbanas e metropolitanas. Não se pode mais reduzir o morar à questão quantitativa de produção de unidades habitacionais. As cidades saudáveis são aquelas que possuem espaços adequados ao caminhar, pedalar e apreciar diferentes paisagens. Pensar em sistemas de parques e outras áreas de lazer (figura 2) contribui para o necessário equilíbrio entre trabalho e tempo livre, aproveitado para além das telas que nos cercam (televisões, *smart-phones*, *tablets*, *notebooks* etc.). As manifestações públicas poderão ser mais ricas e democráticas se no cotidiano houver espaço para o convívio com a diferença. A visão e a compreensão dos valores da sociodiversidade se constituem em fator pedagógico-educacional da “cidade educadora”⁷.

⁷ Sobre “cidades educadoras” e espaços livres cf. MERLIN e QUEIROGA (2011).

Figura 2: Parque Linear do Canivete e ao fundo Parque Estadual da Cantareira, exemplo, ainda que modesto, de ação sistêmica no planejamento e implantação de parques no Município de São Paulo.



Fonte: Eugenio Queiroga, 2017.

Em síntese o direito a SELs urbanos e metropolitanos mais qualificados se constitui em parte fundamental do direito à paisagem (QUEIROGA, 2012) e do direito à cidade (LEFÈBVRE, 2001).

3 SOBRE A PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

A pesquisa individual que se propõe debater neste ENEPEA conta com acervo de dados sistematizados ao longo dos últimos doze anos, no Lab QUAPÁ, sobre diversas metrópoles do país, de diferentes escalas, sobretudo de seus municípios sede, a saber:

- as três metrópoles nacionais: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo;
- treze metrópoles estaduais: Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e Goiânia;
- cinco metrópoles regionais: Vale do Paraíba e Litoral Norte (São José dos Campos), Campinas, Sorocaba, Baixada Santista (Santos/São Vicente) e Maringá.

Nesta pesquisa específica, se investigam quatro grandes metrópoles, cada uma integrante de uma macrorregião brasileira diferente, identificando o que elas possuem de comum na produção contemporânea de seus espaços (livres e edificados), bem como suas singularidades, a começar por elementos de sua base fisiomorfológica. As metrópoles escolhidas foram: Manaus, Fortaleza, São Paulo e Curitiba. Estas quatro metrópoles estão entre as de maior população e PIB de suas respectivas macrorregiões. São certamente espaços relevantes não apenas demográfica e economicamente, mas também culturalmente. Sob este último aspecto, nos interessa particularmente a capacidade de tais metrópoles se constituírem em centros difusores de conhecimento e prática urbanística e paisagística, seja sobre o que se desenvolve no âmbito público (planos diretores, leis de zoneamento, unidades de conservação ambiental, parques, praças etc.), seja pela capacidade de difusão de soluções tipológicas que os Poderes Públicos deveriam formular para o âmbito da produção privada, caso não se preocupem apenas em legislar sobre índices de aproveitamento do solo e modestas taxas de permeabilidade e se volte, portanto,



a compreender a importância da paisagem urbana. A relevância do controle da paisagem urbana, sobretudo em metrópoles tão dinâmicas como as escolhidas é fundamental, seja nos aspectos de conservação patrimonial (cultura, história, memória, ambiente e paisagem), seja na produção de novas paisagens mais adequadas à vida social e à criação de ambientes urbanos mais resilientes.

Vale alertar que não se tomam estas quatro metrópoles como estudos de caso, passíveis de simples reprodução em casos análogos, cada lugar é único, ainda que processos sociais similares ocorram com frequência, pois todas estão sob a formação socioespacial⁸ brasileira.

O objetivo geral desta pesquisa individual é produzir conhecimento teórico e empírico sobre SELs das quatro metrópoles acima mencionadas, que permitam formulações propositivas para a qualificação de SELs das referidas metrópoles, bem como em outras situações análogas.

Os objetivos específicos são:

- estabelecimento de sistema de critérios de avaliação de SELs para situações metropolitanas brasileiras;
- avaliação de características e potencialidades de qualificação de SELs em quatro metrópoles a partir do amplo material já sistematizado cartograficamente pelos projetos temáticos “QUAPÁ-SEL”;
- estabelecimento de sistemas de critérios propositivos para a qualificação de SELs (sob aspectos da qualificação ambiental e de adequação de espaços livres para apropriações públicas);
- ensaios de diretrizes propositivas para SELs nas quatro metrópoles selecionadas, checando a pertinência dos sistemas de critérios de avaliação e de proposição formulados na pesquisa.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, abarcam-se práticas de investigação de duas naturezas, uma teórica e outra empírica, quais sejam:

- revisão bibliográfica e revisão pontual da formulação teórica que se vem desenvolvendo desde 1996, passando por consecutivas bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq e pelos projetos temáticos de pesquisa já mencionados neste texto;
- análise dos dados sistematizados no Lab QUAPÁ (cartografia temática sobre suporte biofísico, SELs, padrões de morfologia urbana, renda familiar; bem como acervo de fotos realizadas em sobrevoos e em visitas técnicas, relatórios de oficinas, relatórios anuais de pesquisa) para as quatro metrópoles selecionadas, caracterizando seus SELs, identificando questões, conflitos e potencialidades.

Entre os resultados esperados da pesquisa em curso estão o estabelecimento de sistemas de variáveis que devem ser observadas para uma avaliação qualitativa de SELs aplicáveis a metrópoles brasileiras. Tal sistema de variáveis se constituirá em base para a criação de sistema de critérios que permitam estabelecer diretrizes propositivas para a qualificação de SELs em metrópoles do país.

A pesquisa trabalhará com a construção de diretrizes propositivas (cenários possíveis) para SELs das quatro metrópoles estudadas, no intuito de questionar e verificar a pertinência, maior ou menor, dos critérios de avaliação e de proposição para cada caso específico. Assim testará os resultados aquilatando hipóteses generalizáveis para situações análogas.

Embora se trate de pesquisa individual, por estar integrada às pesquisas do Lab QUAPÁ e da Rede QUAPÁ-SEL, entre os resultados esperados estão também a formação de pesquisadores em

⁸ Sobre o conceito de “formação socioespacial” cf. SANTOS (1977).



diversos níveis, da iniciação científica ao pós-doutoramento, bem como a possível aplicação de parte dos conhecimentos gerados no ensino de graduação e pós-graduação e ainda em atividades de extensão universitária na área de paisagismo.

4 PRINCÍPIOS PARA AVALIAÇÃO E PARA O ESTABELECIMENTO DE DIRETRIZES PARA SELs EM METRÓPOLES BRASILEIRAS

As pesquisas já realizadas sobre SELs na Rede QUAPÁ-SEL nos permitem afirmar que a heterogeneidade urbana e metropolitana brasileiras não recomenda a perspectiva da elaboração de “manuais” e “*check-list*” homogeneizadores para “o bom sistema de espaços livres”. Não há receita nem modelos ideais, sejam eles feitos no estrangeiro ou no país. Para lidar com a complexa e diversa realidade dos SELs metropolitanos brasileiros do país é desejável a adoção de princípios sistêmicos de avaliação e de critérios para o estabelecimento de diretrizes propositivas. Ou seja, contra a rigidez de avaliação e solução únicas, é necessário compreender sistemicamente a complexidade (MORIN, 2008) de cada SEL, de cada metrópole. Mesmo para uma única cidade ou metrópole há mais do que uma única proposta adequada de SEL, em função da disponibilidade de recursos (biofísicos, econômicos, orçamentários etc.), das oportunidades de aquisição de glebas, das estruturas e conjunturas político-econômicas, da assimilação cultural das questões ambientais, aliás sempre questões socioambientais.

Sem desprezar as especificidades locais, a pesquisa individual em curso permite discorrer sobre parâmetros e variáveis para a análise e avaliação de SELs urbanos e metropolitanos, bem como a criação de um sistema de valores que, dada sua “universalidade”, pode ser considerado na formulação de critérios propositivos para SELs.

No que tange às variáveis analíticas dos SELs existentes, as questões do suporte biofísico e das dinâmicas ambientais e ecológicas se constitui sempre em elemento fundamental e inicial de análise, seja por seu grau de permissividade/restrrição para o desenvolvimento urbano, seja pela fragilidade do suporte, ou riqueza de suas condições para a conservação ou incremento de biodiversidade. Ligada às questões gerais do suporte biofísico e ao meio ecológico, estão as características do conjunto de espaços livres de conservação ambiental, sua condição sistêmica, efetiva e potencial, e sua condição normativa-legal (tipos de unidades de conservação ambiental, de zona ou macrozona ambiental, etc.).

Um segundo grupo de questões, não menos importante que o primeiro, se refere às questões sociais. Aqui as características da população (renda, faixas etárias, dinâmicas demográficas), de sua distribuição no espaço intraurbano e das formas culturais de apropriação social dos espaços livres merece muita atenção. Os graus de privacidade-publicidade dos espaços livres são decorrentes não apenas de questões normativas e legais, mas, também, fruto da construção sociocultural específica de cada lugar.

A produção social do espaço, as relações dialéticas entre Estado, capital e população são questão de fundo na análise dos SEL. As características da estrutura fundiária local, as ações específicas dos diferentes grupos de empreendedores (públicos e privados, formais e informais) precisam ser compreendidas estruturalmente; suas lógicas e dinâmicas vão ser determinantes na produção das formas urbanas, dos espaços livres e edificados, públicos e privados.

Ainda no que tange ao papel do Estado, é importante conhecer as estruturas das gestões públicas que incidem sobre os espaços livres urbanos e metropolitanos. A ação direta na produção dos espaços públicos nos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) e indireta (legislação



urbanística e ambiental).

A distribuição e acessibilidade dos espaços livres de apropriação pública precisa ser avaliada à luz do tempo de locomoção pelos diferentes modais de transporte. O acesso a determinado parque, por exemplo, por meios eficientes de transporte de massa pode mudar completamente seu papel no SEL metropolitano. Determinadas características do sistema viário metropolitano podem aproximar ou afastar o público de certos espaços livres.

O valor de cada item de análise acima mencionado é variável para cada condição socioambiental e territorial; vale lembrar, também, que qualquer sistema de valores é sempre mutável dialética e historicamente. A avaliação dos SELs implica, ao final, não apenas em categorizar os espaços livres segundo funções específicas, mas, sobretudo, identificar potencialidades para múltiplos usos e apropriações, respeitadas as características do suporte biofísico, sempre à luz de uma perspectiva sistêmica, ou seja, considerando as relações, efetivas e potenciais, entre os diferentes espaços livres, públicos e privados.

Ao identificar potencialidades, caminha-se da avaliação para a proposição, em sentido *lato*. Como resultado preliminar da pesquisa apresentada neste trabalho, tem-se já alguns princípios gerais para orientar diretrizes propositivas em SELs das metrópoles em estudo:

- conservação e valorização ecológica e de serviços ambientais;
- indissociabilidade entre questões sociais e ambientais;
- valorização da diversidade ecológica, social e cultural;
- multifuncionalidade e flexibilidade para atenção a demandas socioculturais diversas e variáveis no tempo;
- valorização dos espaços potenciais para o exercício da esfera pública geral e política⁹;
- equiaccessibilidade aos espaços públicos de convívio e lazer, considerando a mobilidade e o atendimento em escalas que vão da vizinhança à metropolitana.

Sobre o ponto de vista do planejamento e gestão dos espaços livres é necessário a criação de canais de participação de todos os grupos envolvidos (instituições, população, empresas e terceiro setor) na produção, na gestão e na apropriação dos espaços livres públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou projeto de pesquisa em andamento, o objetivo maior é trazer para o debate a relevância de estudos que visem a qualificação socioambiental de SELs em metrópoles brasileiras. Evitam-se ultrageneralizações¹⁰, valoriza-se o conhecimento das especificidades de cada lugar, de cada suporte biofísico, mas se compreende, também, elementos comuns à realidade brasileira incidente nas distintas metrópoles estudadas (Manaus, Fortaleza, São Paulo e Curitiba).

Observa-se falsa a oposição entre conservação ambiental e apropriação sociocultural dos espaços livres. Nos territórios metropolitanos estudados, a presença de florestas e outros ecossistemas com relativa integridade é significativa e importante para diversos aspectos das dinâmicas metropolitanas, desde a conservação de mananciais para abastecimento de água, para a drenagem pluvial urbana (figura 3), até a mitigação de impactos climáticos. Nesses contextos, diferentes graus de apropriação humana são possíveis (respeitadas as capacidades de suporte específicas) e até

⁹ Sobre o conceito e as inter-relações entre esfera pública geral e esfera pública política cf. Queiroga (2012).

¹⁰ Sobre o conceito de "ultrageneralização" cf. Heller (1996).

mesmo desejáveis para que se apreenda e valorize a sua conservação na esfera do cotidiano, evitando-se a expansão urbana destrutiva de tais áreas, seja pelo mercado formal, seja por ocupações informais.

Figura 3: Parque Birigui em Curitiba. A razão inicial do sistema de parques a noroeste do centro da capital paranaense estava relacionada ao controle da drenagem pluvial urbana.



Fonte: Acervo Lab QUAPÁ, 2015.

Associar questões socioambientais a questões culturais e da esfera pública, se constitui em importante caminho para a qualificação dos territórios da metrópole contemporânea, para a vida cotidiana humana e dos demais seres vivos que habitam a metrópole, contribuindo para a constituição de uma práxis sociopolítica democrática do habitat contemporâneo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP pelo auxílio aos dois projetos temáticos de pesquisa coordenados pelo Lab QUAPÁ, bem como ao CNPq, pelas bolsas de produtividade de pesquisa concedidas, sem tais apoios, a pesquisa jamais teria dado as contribuições ao ensino, à formação de pesquisadores e as contribuições para políticas públicas já alcançadas e almejadas.

Agradeço aos pesquisadores da Rede QUAPÁ-SEL e em particular aos colegas do Lab QUAPÁ, graças aos esforços coletivos de pesquisa tem sido possível estabelecer novo patamar sobre o conhecimento dos SELs, bem como da relevância de tais sistemas para a qualificação socioambiental da realidade urbana e metropolitana brasileiras.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. [1970]. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, Silvio et al. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2018.

MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo), 1982. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MERLIN, Jose Roberto; QUEIROGA, Eugenio. Sobre espaços públicos potencialmente educadores. In: VI COLOQUIO QUAPÁ-SEL, 2011. VI Colóquio QUAPÁ-SEL - **Anais**. São Paulo: LAB-QUAPÁ - FAUUSP, 2011. p. 1-10.

MORIN, Edgard. **O Método 1 – A natureza da Natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugenio; BENFATTI, Denio. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, n. 24, São Paulo, p. 81-87, 2007.

REYES, Paulo. **Projeto por cenários: o território em foco**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. Tradução de Maria Beltrão. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



A ocupação de Espaços Livres Públicos

O Caso das Praças Ocupadas por Clínicas da Família na Zona Oeste do Rio de Janeiro

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

MENEZES, Ana Paula (1); SILVA, Douglas (2); DIEZ, Mariana (3) TANGARI, Vera (4).

(1) Mestra em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ, anapaularm@gmail.com

(2) Mestre em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ. douglas.archi@gmail.com

(3) Mestra em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ, mariana.casta87@gmail.com

(4) Profa. Dra. Universidade Federal do Rio de Janeiro. FAU-PROARQ/UFRJ. vtangari@uol.com.br

RESUMO

Esse artigo partiu de uma indagação acerca das ocupações de praças por equipamentos públicos na cidade do Rio de Janeiro em especial na Zona Oeste da cidade. O grande número de praças ocupadas por Clínicas da Família nos bairros de Bangu, Campo Grande e Realengo motivou a presente pesquisa. Tem com objetivo principal verificar os impactos causados na inserção de equipamentos públicos em praças existentes na cidade sem o devido cuidado com a alteração na paisagem e no convívio social entre moradores. A metodologia adotada para o desenvolvimento do estudo de caso foi composta por duas etapas: na primeira etapa foi feita a seleção das praças a serem estudadas; na segunda etapa foi realizado um mapeamento baseado em levantamentos históricos, físico-urbanísticos e dos usos e apropriações por parte da população. Como resultado verificou-se que o conflito entre lazer e saúde pode ser resolvido com ações simples, utilizando conceitos técnicos desenvolvidos para esse fim, fornecendo instrumental ao poder público - quando essa ocupação se mostrar inevitável, já que o ideal é que esses espaços não sejam ocupados, mantendo-se livre a fim de cumprir sua função social.

PALAVRAS-CHAVE: poder público; praças; ocupação, equipamentos públicos.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação dos espaços livres públicos pelo poder público tem sido uma constante no Brasil, no entanto essa prática se intensificou nos últimos anos principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Praças e lotes residuais oriundos das grandes transformações ocorridas na cidade foram ocupados por equipamentos públicos principalmente Escolas da Amanhã e Clínicas da Família.

Nos últimos anos da gestão do então prefeito Eduardo Paes foram propostas ocupações diversas pela cidade, principalmente pelas Zonas Norte e Oeste, de espaços livres dedicados originalmente ao lazer para a construção desses equipamentos públicos.

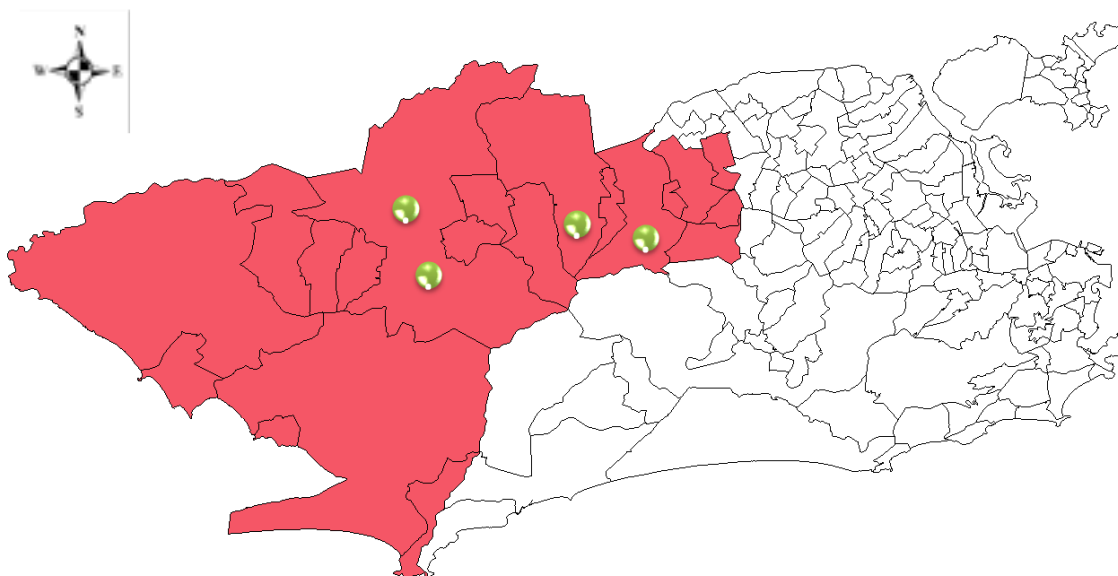
A Zona Oeste da cidade é carente desses tipos de equipamentos e a ocupação das praças para construção desses equipamentos não encontrou resistência por parte daqueles que utilizavam o espaço para o seu lazer. Muitas vezes esses espaços eram os únicos daquela região, deixando seus moradores sem opção de lazer. Mas o que fez com que essas ocupações se dessem de forma tão pacífica?

Na pesquisa realizada para a dissertação do mestrado em Arquitetura Paisagística¹ analisamos quatro praças na Zona Oeste, uma em Bangu, uma em Realengo e duas em Campo Grande, que tiveram suas dimensões reduzidas para a instalação da Clínica da Família. Em um dos casos a praça

¹ Mestrado em Arquitetura Paisagística, PROURB-FAU-UFRJ

desapareceu completamente tendo a clínica ocupado a totalidade do espaço. Essas ocupações não levaram em consideração as atividades e interações que ocorriam no local conflitando diretamente com um dos direitos fundamentais previstos na constituição brasileira, o direito ao lazer. Os impactos dessa ocupação não foram previstos ao longo do processo de projeto, construção e utilização do espaço construído.

Figura 1 - Localização das quatro praças objeto de estudo e pesquisa na Zona Oeste da cidade (em vermelho)



Fonte: Google Earth, 2017

Segundo Queiroga (2001), é preciso salientar a importância das praças tanto sob o ponto de vista da qualidade ambiental urbana quanto como espaço de convivência e trocas, principalmente no que tange às relações sociais.

A pesquisa de campo revelou-se bastante interessante sob o ponto de vista da diversidade de opiniões relativas à implantação das Clínicas da Família nas praças estudadas e reuniu informações de moradores e dos bairros para cada praça. Conquanto foi uma surpresa para a pesquisa o fato de boa parte dos entrevistados achar boa a ocupação pela Clínica mesmo não sabendo explicar os motivos. A grande maioria dos que achou benéfica a implantação do equipamento, disseram que antes da Clínica o local era subutilizado ou utilizado de forma inconveniente. Com relação ao que mais gostam em seus bairros, os aspectos mais positivos foram observados em Campo Grande. Muitos moradores citaram o sossego e a tranquilidade como pontos positivos no bairro. Praticamente foi unânime a questão de violência ou falta de segurança, quando questionados sobre o que menos gostam nos bairros e que conseqüentemente se tornou desejo da mudança, ou seja, se pudessem mudar algo no bairro seria o reforço no policiamento.

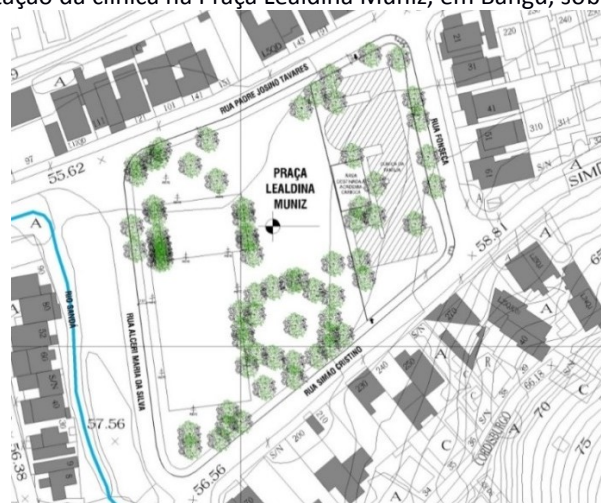
A pesquisa demonstrou que, de forma geral, as pessoas não têm mais o hábito de frequentar praças. Os mais velhos lembram saudosos dos tempos de infância em que aproveitavam bastante o dia brincando nas pracinhas. Observamos que os grandes concorrentes das praças são os shoppings, espaço de lazer preferencial dos entrevistados. Constatamos que um dos motivos da falta de uso das praças, além da insegurança, é a falta de atrativos para as diversas idades, principalmente crianças. Quando existem brinquedos eles estão em péssimo estado de conservação. As quadras esportivas são motivo de reclamações devido ao barulho provocado

durante a disputa das partidas. Esse é o motivo principal apontado pelas mulheres entrevistadas que gostaram da implantação das Clínicas nas praças. Outro motivo que justifica a opinião positiva para a implantação do equipamento foi a ocupação anterior das praças por usuários de drogas e moradores em situação de rua.

2 ESTUDOS DE CASO: QUATRO PRAÇAS OCUPADAS

Apresentamos a seguir a caracterização de cada área objeto desse estudo, a fim de entender os possíveis impactos decorrentes da implantação de equipamentos públicos de saúde em áreas de lazer, mais especificamente em praças na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A Praça Lealdina Muniz em Bangu (Figura 2) foi escolhida como objeto de estudo por ser a que possui características predominantemente de área de lazer comunitário e para todas as faixas etárias, gêneros e tipos de interesses. A Praça Pedro Veloso da Silveira, em Campo Grande (Figura 3), difere da primeira por sua forma e seu entorno imediato. A Praça Sangradouro, também em Campo Grande, foi selecionada por ter desaparecido com a implantação da clínica que ocupou integralmente a sua superfície (Figura 4). E por fim, a Praça Marobá, em Realengo (Figura 5), apresenta fortes características de práticas sociais, por ter um campo de futebol ainda ativo com intensa participação dos moradores.

Figura 2: Implantação da clínica na Praça Lealdina Muniz, em Bangu, sobre planta cadastral



Fonte: Autora, 2017

A Praça Pedro Veloso da Silveira também apresenta características marcantes de área de lazer adequada a todas as faixas etárias, e conta com áreas densamente arborizadas, equipamentos de lazer infantil, quadra poliesportiva, mesas e bancos (Figura 3). A clínica, ainda em fase de construção, ocupará um terço da área da praça. Para implantação da clínica foi aproveitada uma área que era utilizada como campo de futebol.

Figura 3: Implantação da clínica na Praça Pedro Veloso da Silveira, em Campo Grande II, sobre planta cadastral



Fonte: Autora, 2017

Caso mais grave de ocupação pelo poder público de áreas destinadas ao lazer, a Praça Sangradouro deixou de existir (Figura 4). Sua superfície de 2.574m² foi totalmente ocupada pela Clínica da Família que atualmente conta com espaços internos ajardinados e cercados.

Figura 4: Implantação da clínica Arthur Zanetti, em Campo Grande III, sobre planta cadastral



Fonte: Autora, 2017

No caso da Praça Bom Conselho, também em Realengo, a comunidade conseguiu que a praça não fosse ocupada e a mudança se deu na destinação de parte da mesma que já era destinada a outro tipo de equipamento. No nosso estudo de caso, a Praça Marobá, ou Campo do Periquito (Figura 5), conforme é reconhecida até mesmo pelas ferramentas de busca (*Google Maps*), não teve a mesma sorte, mas a o poder de influência de sua comunidade se fez presente, pois essa foi a terceira opção de praça para a implantação da Clínica.

Figura 5: Implantação da clínica Romulo Carlos Teixeira, em Realengo, sobre planta cadastral



Fonte: Autora, 2017

O Campo do Periquito (Figura 5) possui campo oficializado, gradeado e iluminado por holofotes, porém seu estado de conservação beira ao abandono. No entanto nos finais de semana o lugar é frequentado pelos moradores que organizam partidas de futebol. O lugar também é dotado de vestiários como apoio às atividades ali realizadas.

A implantação da Clínica da Família não avançou para a área do campo justamente pela singularidade do mesmo ser cercado, ou seja, sua faixa de domínio é delimitada por elementos que geram mais segurança.

O objetivo da pesquisa foi analisar o impacto provocado pela ocupação do terreno da praça pela Clínica da Família. No entanto, é notório que um dos motivos da não utilização do espaço é a falta de um projeto adequado àquela localização. Esse aspecto isolado não resolveria o problema uma vez que o problema ultrapassa questões de materialidade, principalmente quando perpassam aspectos da segurança e pertencimento, uma vez que a grande maioria da população não entende que os lugares públicos lhes pertencem e por eles devem zelar.

Outras condições impactam a utilização das praças: a sujeira e o abandono observados podem tanto ser indicativos da falta de lixeiras quanto de ações de vandalismo; a probabilidade da não utilização dos espaços públicos pode ser decorrente da ausência de conforto; o calor é o principal fator de afastamento das pessoas das ruas em horário considerado seguro. No entanto, a principal queixa e conseqüentemente motivo de não utilização dos espaços foi a falta de segurança.

3 QUESTÕES DE CONVIVÊNCIA: A PRAÇA E A CIDADE

Percebe-se uma despreocupação alarmante com a produção de paisagem urbana oriunda das intervenções que foram ocorrendo ao longo dos anos de forma desordenada sob o ponto de vista do planejamento na macroescala. Os projetos das clínicas e demais equipamentos públicos que ocuparam os espaços livres da cidade não levaram em consideração estudos de impacto da sua implantação, e as implicações na paisagem consolidada e possíveis alterações nessa paisagem. Não houve cuidados dos gestores públicos para as áreas de lazer da cidade, deixando claro o descaso do poder público com relação a esses impactos.



Conforme esclarece Macedo (2002), inúmeras são as definições referentes ao termo praça e mesmo havendo diferenças todos apontam para uma concordância de que a praça é o espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos. Macedo afirma:

[...] não é possível falar sobre praças sem analisar o contexto urbano na qual estão inseridas. O surgimento da tipologia como um lugar ajardinado surge na transição colonial para um novo modelo de cidade e esse surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função própria da praça na cidade. A praça passa a ser um belo cenário jardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e passeio.

Essa visão, dentro do contexto da pesquisa ressalta a importância da praça como palco de realizações sociais e espaço de lazer.

As forças políticas nas tomadas de decisão com relação às ações urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro tiveram um aumento significativo ao longo dos últimos anos 20 anos e, apesar dos avanços democráticos conquistados nas últimas décadas, os moradores pouco participam dessas intervenções. Além disso, decisões técnicas e fundamentadas são prejudicadas por decisões políticas e, em muitas regiões da cidade, a cada dia a população se vê mais distanciada do convívio social por meio de espaços livres públicos. A rua, a praça e o parque estão a cada dia mais vulneráveis, principalmente no Brasil, e essa insegurança acaba por aumentar o esvaziamento desses locais em um ciclo que parece não ter fim. Essa insegurança, segundo Jacobs (2014, p. 97), se dá justamente pela falta de uso, o que reforça esse ciclo.

Os parques de bairro ou espaços similares são comumente considerados dádivas conferidas à população carente das cidades. Vamos virar esse raciocínio do avesso e imaginar parques urbanos como locais carentes que precisem da dádiva da vida e da aprovação conferida a eles. Isso está mais de acordo com a realidade, pois as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso.

Esse esvaziamento abre caminho para a ocupação das praças por equipamentos públicos, muitas vezes necessários e essenciais à vida do cidadão como saúde (Programa Saúde da Família com Clínicas da Família e Unidades de Pronto Atendimento), educação (Fábrica de Escolas do Amanhã) e segurança (Unidade de Ordem Pública), mas a que custo?

Dessa forma, a praça como local de convivência, palco de participações sociais e local democrático perde sua força ao não se inserir plenamente no cotidiano das pessoas e/ou tecido urbano da cidade. Segundo Rossi (1969, apud Bartalini, 1989, p. 38) as praças, enquanto “elementos primários” atuam como agregadoras em um determinado perímetro urbano de uma área:

[...] o conceito de área deve ser acompanhado de um conjunto de elementos determinados que tenham funcionado como núcleos de agregação. Estes elementos urbanos de natureza preeminente têm sido considerados como elementos primários, enquanto participam da evolução da cidade no tempo de maneira permanente, identificando-se frequentemente com os fatos que constituem a cidade. A união desses elementos (primários) nas áreas, em termos de localização e de construção, de permanências de plano de permanência de edifícios, de fatos naturais ou de fatos construídos constitui um conjunto que é a estrutura física da cidade.



William White (1980, p.16) em *“The Social Life of Small Urban Spaces”* reforça essas questões relativas aos espaços públicos e afirma que “oferta cria procura, e que um bom espaço público constrói uma relação de comunidade e introduz novos hábitos entre as pessoas”.

As questões que se colocam buscam a integração da arquitetura e do urbanismo a fim de proporcionar diretrizes e métodos simples para ocupações que não deveriam ocorrer sob o ponto de vista da preservação dos espaços livres públicos, mas que por forças inerentes às políticas públicas inadequadas ocorrem no âmbito da cidade. Dessa forma, buscamos fornecer diretrizes para mitigar os danos provenientes dessas ocupações que acontecem cada vez com maior frequência nos espaços livres públicos da cidade.

Nesse contexto, objetiva-se formular um conjunto de reflexões e propostas a partir de preocupações que justificaram a pesquisa sobre o tema. As ocupações que atualmente se apresentam desintegradas de seu entorno podem ser transformadas em propostas integradas ao seu espaço de inserção.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO AO LAZER E À PAISAGEM

A ocupação das praças por clínicas da Família suscitou um conflito entre dois direitos fundamentais previstos na constituição brasileira. Que direito é mais importante? Existe um direito mais importante que o outro? Podemos abrir mão de um direito para proporcionar outro? Como encarar o fato do poder público se utilizar do seu direito de propriedade para construir uma clínica (direito à saúde) em praça existente, mas reduzindo ou eliminando o direito ao lazer e à paisagem de uma comunidade ou até mesmo de um bairro?

Não cabe no presente artigo, aprofundar o campo do direito. No entanto, podemos afirmar que são relativamente numerosas as situações de entrelaçamento de direitos igualmente relevantes, quando considerados de maneira abstrata, de modo que a “solução” da situação de conflito requer a consideração de circunstâncias de fato, dentre outras variáveis admitidas na literatura jurídica.

Se por um lado a instalação do equipamento público de saúde pode estimular novas dinâmicas de transformação, por outro lado há dúvidas quanto aos seus impactos. Enquanto a escolha dos locais para implantação dos equipamentos públicos não levar em consideração as dinâmicas pré-existentes no território nem contar com a participação da comunidade, o investimento pode ser destinado ao fracasso ou perder sua legitimidade (MENEZES, MENDONÇA, TÂNGARI, 2018).

O programa Saúde da Família com a implantação das Clínicas da Família reflete uma estreita articulação entre as esferas do poder público com enfoque da dimensão político administrativo. A implementação do programa no âmbito da esfera municipal alcançou no Rio de Janeiro durante a gestão 2012/2016 um patamar elevado, sendo o maior do país. No entanto, a que custo? Os projetos que envolvem saúde, educação e segurança possuem forte apelo, sendo um campo privilegiado que legitima os projetos majoritariamente políticos pelo seu poder de inculcar valores onde na maioria das vezes havia uma ausência total da presença do Estado, tornando-se naturalmente instrumento político de adesão social.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito de propriedade deve estar inerentemente ligado à sua função social. Na pesquisa realizada, observamos que a função social da propriedade pública – no caso das praças – teve sua função convertida através do Instrumento Jurídico “Alteração de Afetação”. Segundo Sonia Rabelo (2018), “a propriedade, quando se fala em bem público, não tem a mesma conotação que a propriedade do bem privado”. O poder público está condicionado a uma série de regras e atuações dentro da cidade não sendo só uma questão decidida pelo poder executivo. Deve ser o processo de planejamento urbano, através de sua regulamentação, que vai



estabelecer determinadas regras no uso desse tipo de propriedade pública.

Cumpra ressaltar que a ‘paisagem’ tem sido convertida num bem jurídico de grande relevância, em função da sua ampla menção na elaboração de muitos Planos Diretores elaborados após a edição do Estatuto da Cidade, em 2001. Pode-se afirmar que a ‘paisagem’ é um bem jurídico amplamente tutelado pelo Direito Urbanístico Brasileiro, especialmente em esfera municipal, na qual são elaborados os Planos Diretores, que preveem diversos instrumentos para a sua proteção, ou, alternativamente, vocacionam diversos instrumentos legais para a proteção paisagística, regulamentando-os e aplicando-os com essa finalidade. O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro exemplifica o fundamento utilizado relativo à proteção da paisagem. A tutela da paisagem é reforçada várias vezes no referido documento, sendo que a palavra ‘paisagem’ e suas variantes - paisagismo, paisagístico(a), paisagísticos(as), paisagens - aparecem 94 vezes no texto do Plano Diretor.

Sob o ponto de vista da importância da paisagem da cidade, da forma com que é protegida em seu Plano Diretor em contraposição à forma com que a mesma é tratada pelos agentes públicos, a pesquisa aponta um conflito entre o determinado pela legislação e o que ocorre na cidade através de ações dos próprios agentes públicos que deveriam zelar pelo cumprimento das leis.

É importante perceber como o administrador público desrespeita sua própria regulamentação, pois, embora a Lei Orgânica do Município determine destinação específica de praças como bens a serem preservados, conforme descrito abaixo, observamos que essa determinação vem sendo alterada:

Na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro:

Art. 235 – As áreas verdes, praças, parques, jardins e unidades de conservação são patrimônio público inalienável, sendo proibida sua concessão ou cessão, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou altere suas características originais.

Segundo Dworkin (2007) compreende-se que a função social da propriedade tenha um sentido moral, pois o proprietário tem responsabilidade sobre a sua destinação e sendo essa de natureza pública a responsabilidade extrapola os limites físicos da propriedade em si. O autor afirma que quando o proprietário não faz bom uso de sua propriedade causando impactos negativos ao seu redor, essa responsabilidade deveria ser maior quando o poder público é seu proprietário.

A falta de cuidado na inserção de uma edificação (bem edificado) em um terreno cuja destinação é para um espaço livre público envolve questões que transcendem à simples troca de função social, mesmo com a finalidade de continuar prestando serviços destinados à população em geral.

Podemos concluir que a lei, portanto, deveria estabelecer critérios para que o chefe do executivo municipal faça a sua escolha, exigindo pareceres técnicos que o auxiliassem na tomada da decisão.

O ponto central volta a ser então a questão de escolha: por que na praça?

Justificativas são dadas para que a Clínica da Família ou qualquer outro equipamento público de serviços básicos seja construído na praça. Desculpas como “não tem outro local”; “não tem dinheiro para desapropriar” ou até mesmo ameaças como “se não for na praça não tem clínica” surgem na forma de pressão pela construção de tal unidade.

Muitas vezes essas praças eram o único espaço livre público com vegetação de um bairro ou setor de bairro e que foram destinadas à construção do equipamento público destinado à saúde dos cidadãos. Na implantação, em alguns casos, muitas árvores foram retiradas alterando significativamente a ambiência dos lugares onde as clínicas foram construídas.



Percebe-se a importância dos núcleos de lazer espalhados pela cidade, atendendo a um número de pessoas na busca de uma melhor qualidade de vida. Em muitas situações, as pessoas não enxergam as praças como um local importante dentro do ordenamento territorial da cidade.

Parques e espaços abertos e outras formas de espaço verde também podem fornecer serviços essenciais que são críticos tanto para o funcionamento ecológico urbano e integridade. O espaço verde urbano é também uma questão de justiça ambiental, uma vez que em muitas cidades, bairros de baixa renda e comunidades de cor - lugares onde os desafios de saúde pública são os mais críticos - muitas vezes têm acesso relativamente pobre a parques seguros e bem conservados e outros tipos de espaços abertos (WOLCH, 2014).

Essa posição reforça que o espaço livre público destinado ao lazer, especialmente os espaços vegetados são tão essenciais quanto os espaços destinados à saúde e à educação. Precisamos de locais como as praças para espairecer, respirar, distrair-se, sendo essencial para a saúde tanto física quanto do ponto de vista psicossocial. É difícil demonstrar essa importância pela sua natureza intangível, pois saúde é mais tangível, principalmente a falta dela. No entanto a praça contribui significativamente para a saúde, apesar da dificuldade em mensurar isso pela falta de materialidade desses benefícios, principalmente em curto prazo.

A questão do Direito à Paisagem muitas vezes nem é levado em consideração, pois as consequências da perda desse direito não são mensuráveis sob o ponto de vista da materialidade, ficando restrito ao âmbito do valor, do significado ou da memória para determinada comunidade, daí a importância de preservar esse direito. O Direito ao Lazer foi ignorado em uma das praças estudadas. Na análise das praças selecionadas, concluímos que os instrumentos jurídicos não alcançaram seus objetivos com a eficácia demandada.

No caso da ocupação das praças por equipamentos públicos, muitas vezes desprovidos de qualquer preocupação estética e de adequação com o ambiente ao qual se inserem, causam impactos irreversíveis aos ambientes e às comunidades onde se inserem. A edificação indiscriminada, a poluição visual dos espaços públicos ou a ocupação indevida do espaço coletivo podem descaracterizar ou até mesmo fazer desaparecer da paisagem urbana referenciais de identidade muito importantes.

Diante desse contexto, torna-se imperativa a melhor proteção à paisagem urbana, não só consonante com as questões ambientais, mas também no sentido de prover o cidadão de lugares adequados à prática do lazer e das relações de convivência assegurando também condições de habitabilidade dos espaços públicos.

5 DIRETRIZES PARA FUTURAS OCUPAÇÕES

Ao longo da pesquisa salientamos pontos importantes no âmbito do direito urbanístico para compreender os mecanismos de ocupação desses espaços livres públicos sob o ponto de vista da legalidade. Percebemos, porém, que por mais que os instrumentos jurídicos garantidores da proteção da paisagem e dos espaços livres existam, esses preceitos não são respeitados. Não obstante a opinião ser contrária a essa ocupação, cabe propor diretrizes para a escolha dos espaços que receberão os futuros equipamentos públicos a fim de auxiliar os próximos governantes na intenção de preservar esses espaços ou pelo menos minimizar os impactos negativos de tal ocupação.

Seguindo as orientações das consultorias realizadas durante essa pesquisa com profissionais da área do Direito Urbanístico construiu-se um conceito instrumental inspirado na técnica de ponderação de direitos, questionando como um primeiro passo:

- 1º - Se há demanda para novos equipamentos de saúde - no caso do objeto dessa pesquisa, mas serve para outros equipamentos públicos;
- 2º - Se existem outros terrenos, correspondendo a “próprios municipais” específicos para a implantação desse equipamento;
- 3º - Se existem outros espaços livres públicos menos utilizados pela comunidade que possam receber esse novo equipamento público com menos impactos negativos para seu entorno.

Figura 6: Primeira fase da ponderação



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

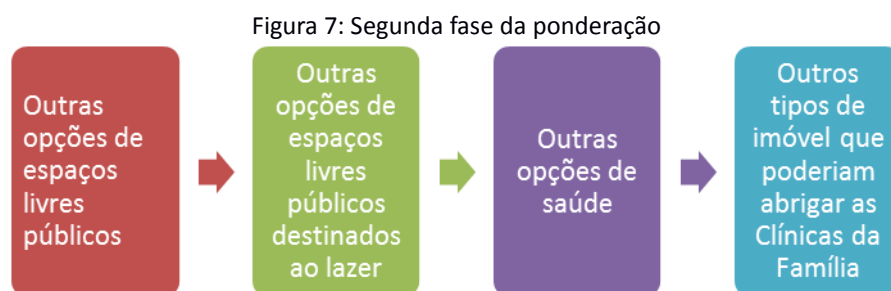
Vale ressaltar que a ponderação de interesses consiste no

método necessário ao equacionamento das colisões entre princípios da Lei maior, onde se busca alcançar um ponto ótimo, em que a restrição a cada um dos bens jurídicos de estatura constitucional envolvidos seja a menor possível, na medida exata necessária à salvaguarda do bem jurídico contraposto (SARMENTO, 2003).

Após a constatação de que há demanda por novo equipamento, de que não há outros locais “próprios municipais” destinados especificamente para construção de equipamento público e que há outras praças cuja utilização seja precária, passamos para o segundo passo (Figura 7) que seria questionar se existem:

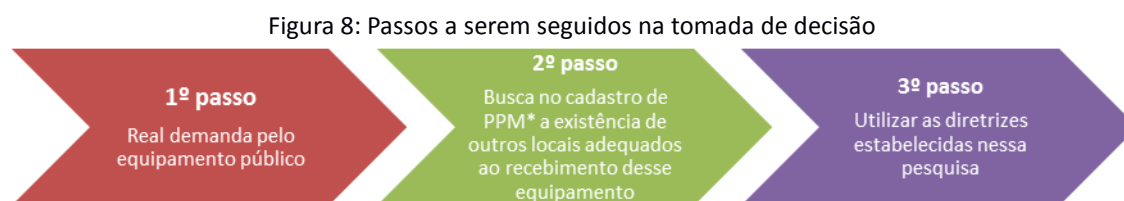
- ✓ Outras opções de espaços livres públicos – não necessariamente “próprios municipais”, sem utilização definida;
- ✓ Outras opções de espaços livres públicos na vizinhança destinados ao lazer, de forma a averiguar o real impacto da subtração do espaço ocupado pela clínica;
- ✓ Outras opções de saúde, tais como, Clínicas da Família, Unidades de Pronto Atendimento ou hospitais próximos;

- ✓ Outros tipos de imóvel que poderiam abrigar as Clínicas da Família necessárias para atender especificamente àquelas comunidades.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018

O terceiro e último passo compreende as diretrizes propriamente ditas para essa ocupação. Não temos a pretensão de formular um manual de procedimentos para implantação de equipamentos públicos em espaços livres públicos, mas fornecer um conjunto de reflexões e propostas a partir de preocupações que nos incitaram a pesquisar o tema, tendo em vista que não há como negar que essas ocupações ocorrem e continuarão a ocorrer. Em vista disso, urge apresentar diretrizes para orientar essas ocupações.



PPM* – Próprios Municipais

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

As diretrizes, especificações e recomendações aqui definidas buscam garantir que essa implantação contribua positivamente com as demandas já existentes nas áreas de lazer e recreação dos espaços livres públicos. As opções de ocupações que atualmente se apresentam desintegradas de seu entorno podem ser transformadas em propostas integradoras da paisagem de forma que essa ocupação seja mais previdente, e assim possam ser unificadoras, partindo-se do pressuposto de que se for necessária a ocupação do terreno da praça é fundamental que ela seja bem articulada, e que seja desenvolvida concomitantemente com o projeto paisagístico de requalificação do espaço remanescente.

Depois de esgotadas todas as opções de ponderações elencadas nos dois primeiros passos, logo após a decisão de se implantar o equipamento urbano na praça, a primeira ação seria a aplicação da técnica que compreende 3 passos, conforme gráfico da Figura 9.

Figura 9: Técnica dos “Três ‘Ds”



Fonte: Elaborado pela Autora, outubro de 2018

Os espaços remanescentes após a ocupação pelo equipamento urbano deverão conter equipamentos esportivos e recreativos básicos, separados de acordo com as faixas etárias dos usuários aos quais se destinam, daí a importância de se conhecer a comunidade local, seus usos e apropriações desses espaços. O projeto do empreendimento deve prever a instalação de equipamentos de lazer ativo (quadras poliesportivas, campos de futebol, equipamentos de ginástica, brinquedos, etc.).

Os casos devem ser analisados separadamente e em consonância com o uso que será dado à parte do espaço livre público que restará após a implantação do mesmo. Sendo assim, uma praça que será ocupada por uma clínica terá seu entorno adequado a um equipamento de saúde e uma praça ocupada por uma escola terá seu entorno adequado a um equipamento dedicado à educação seja ela de educação infantil, ensino fundamental I ou II ou até mesmo de ensino médio (caso do Estado).

Figura 10: Diagrama dos pontos a serem considerados na requalificação da área remanescente



Autora (outubro de 2018)



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O motivo de pesquisar os impactos causados pelas ocupações das praças surgiu principalmente pela constatação de que essas ocupações não levaram em consideração os usos e atividades que eram desenvolvidos nos locais estudados, e pelo fato de que esses espaços foram ocupados sem critérios que levassem em consideração que as Clínicas fariam parte de espaços livres públicos que na maioria das vezes continuariam existindo, mas de maneira residual.

A partir da passividade com que a comunidade aceitou a implantação de um equipamento público em sua área de lazer cabe refletir sobre os aspectos de apropriação e pertencimento a que são submetidos ou não os usuários dessas áreas.

Mesmo criticando as implantações das clínicas ou qualquer outro equipamento nas praças, a realidade tem demonstrado que nas últimas décadas isso se tornou muito comum e a fim de que essas implantações tenham seus efeitos negativos minimizados estabelecemos alguns critérios a serem observados. A técnica batizada de “Três ‘Ds’” estabelece que deve haver: **D**elimitação de no máximo metade do espaço livre público destinado ao lazer; **D**elimitação dos recuos baseado nos indivíduos arbóreos do passeio e **D**emarcação dos afastamentos de no mínimo 3m em todos os lados.

Dessa forma, pretendeu-se mitigar os danos provenientes dessas ocupações que ocorrem cada vez com maior frequência nos espaços livres da cidade, espalhando módulos de arquitetura temporária, mas que permanecem durante anos impactando a paisagem urbana.

Diante desse contexto, torna-se imperativa a melhor proteção da paisagem urbana, não só consonante com as questões ambientais, mas também no sentido de prover o cidadão de lugares adequados à prática do lazer e das relações de convívio social. Nesse contexto, cabe reafirmar que a praça é um espaço livre público destinado a uma função do ordenamento territorial, tem uma função social e essa função deve ser respeitada e valorizada como um bem jurídico da *polis* em benefício da sua população.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo SEL-RJ pelas contribuições inestimáveis no estudo sobre os espaços livres públicos na Cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTALINI Vladimir. **Os Espaços Livres Públicos como Expressões de Centralidade**. In: Paisagem e ambiente: ensaios. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - n. 1, 31-40. 1989.

DWORKIN, Ronald. **O império do direito**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3ª ed. – (Coleção cidades) - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MENEZES, Ana Paula; MENDONÇA, Bruno R.; TÂNGARI, Vera R. **Quando a praça vira...: estudos de caso sobre a ocupação das praças na cidade do Rio de Janeiro**. In Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, vol. 13, Rio de Janeiro: UERJ/CEPERJ, 2018, p. 81-98.



MENEZES, Ana Paula. **As Intervenções do Poder Público nas Praças Ocupadas por Clínicas da Família na Zona Oeste do Rio de Janeiro.** Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagística, FAU-UFRJ, 2018.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PCRJ, 2011.

QUEIROGA, Eugenio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa.** (Tese de Doutorado). São Paulo: FAUUSP, 2001.

ROBBA, Fabio.; MACEDO, Silvio. S. **Praças brasileiras.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SARMENTO, Daniel. **A Ponderação de Interesses na Constituição Federal.** 1. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

WHITE. William. **The Social Life of Small Urban Spaces.** New York . PROJECT FOR Public Spaces, 2001.

WOLCH, Jennifer. R., BYRNE, Jason e NEWELL, Joshua. - **Urban green space, public health, and environmental justice: The challenge of making cities 'just green enough** in Landscape and Urban Planning, 2014.



O parque linear como estratégia de planejamento para rios urbanos em cidades amazônicas

O caso de Manaus e o igarapé do Mindu

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

SILVA, Luana (1); MICHELS, Caren (2);

(1) Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Amazonas, luana18castro@gmail.com

(2) Titulação, Instituição, e-mail

RESUMO

Este artigo busca apresentar o parque linear como uma excelente estratégia de planejamento urbano para melhor gerenciar os recursos hídricos, por meio do estudo de histórico e teorias da importância que os cursos d'água têm em meio urbano, como estes foram tratados no decorrer do tempo e como estão na atualidade, tendo como exemplo o caso do igarapé do Mindu, na cidade de Manaus. O que se observou no trecho analisado é que permanece uma forte ligação com as águas urbanas, pelo histórico de balneários naturais na vida da população, porém os rios urbanos deixaram de ser aproveitados para a atividade, em virtude da crescente poluição dessas águas. Ainda assim, propõe-se o parque linear como uma importante medida de preservação de fauna e flora, e um elemento que devolve os rios urbanos, uma vez descaracterizados, às pessoas, pois mesmo em condições adversas, ainda existe uso e apropriação das margens desses igarapés de maneira informal por parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: parque linear, paisagismo, planejamento urbano, rios, Manaus,.

1 INTRODUÇÃO

Como elemento essencial à vida, a água sempre teve extrema importância para o desenvolvimento da civilização humana. Em forma de rios e lagos eram utilizados como fonte de água para consumo, como fonte de irrigação para plantações e como vias de transporte, desde os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, há 5000 a.C., tem-se os cursos d'água como aliados em busca da prosperidade de cidades.

Na Europa, pequenos centros burgueses se concentraram às margens de grandes rios para tornarem-se posteriormente as grandes capitais europeias, como é o caso dos rios Reno, Danúbio, Sena, Tejo, Tâmesa e muitos outros. Na América e África, as águas foram usadas como rota de expansão de conquistas e para exploração das colônias. Na Ásia, várias culturas se desenvolveram intimamente dependentes de seus rios.

Apesar de a humanidade ter aprendido ainda na Antiguidade como manejar seus recursos hídricos e reconhecer sua extrema importância, a partir do Século XVIII, com a Revolução Industrial, as sociedades modernas perderam o controle sobre o saneamento de suas cidades, principalmente em razão do acelerado crescimento populacional, que levou à agressiva poluição de cursos d'água, acarretando epidemias.

A urbanização acelerada anulou a importância dos rios, reconstruindo a imagem de sua presença em indicador de problemas de infraestrutura urbana, como mau cheiro, obstáculo à circulação e ameaça de inundações, relegando os cursos d'água ao papel de antagonista ao desenvolvimento



das cidades (GORSKI, 2010, p. 31).

O Brasil é um país rico em recursos hídricos em praticamente toda a sua extensão, sendo banhado por muitos rios perenes, sendo mundialmente conhecido por possuir o mais extenso e volumoso rio do mundo, fazendo-o um grande produtor de energia limpa, fornecida pelas usinas hidrelétricas. Entre sua população, os povos originários indígenas mantêm uma relação ancestral estreita com a água, sendo lida como um símbolo espiritual, fazendo parte muitas vezes do seu panteão religioso, o que proporciona a esta população um propósito inerente de preservação. E por toda a Amazônia, as populações ribeirinhas resguardam o modo tradicional de viver associado aos rios e córregos, sob o qual constroem suas casas, que se modificam de acordo com a sazonalidade dessas águas, o que influencia sua agricultura e pecuária de subsistência, tendo a dinâmica dos rios como determinante.

Porém, esta relação harmoniosa durou até a metade do século XX, quando o apelo da urbanidade e da industrialização se tornou mais forte, fazendo com que as populações migrassem em massa para as cidades, acarretando a intensa impermeabilização do solo, a retirada de vegetação existente, a canalização de cursos d'água, o que causou ao longo das décadas o distanciamento dos habitantes citadinos dos rios, levando à perda do significado de prosperidade que a proximidade com as águas costumava trazer.

Neiman (2005) afirma que não é suficiente apenas despoluir os rios, mas deve-se também restaurar a relação entre rio e cidade, e a melhor forma de fazê-lo é permitindo a apropriação das margens urbanas pela população por meio do lazer coletivo, fazendo com que os rios voltem a se incorporar na vida cotidiana do povo.

2 O SURGIMENTO DO PARQUE LINEAR

O Após a criação e sucesso do Central Park, em Nova York, Frederick Law Olmsted tornou-se o arquiteto paisagista americano mais conhecido no mundo, e em 1865 apresentou o conceito de parkways, vias-parque, como percursos que conectam espaços verdes passando por vizinhanças, projetando-os para o Campus da Universidade de Berkeley, na Califórnia.

O conceito de ligar áreas verdes também foi pensado para a cidade de Nova York, onde se pretendia conectar através de corredores verdes o Prospect Park a bairros vizinhos ao longo de Coney Island, porém nenhuns dos dois projetos foram implantados (MEDEIROS, 2016, p. 87).

A nova tipologia de parque, só foi implantada de fato, em Boston, quando Olmsted foi chamado para trabalhar na paisagem urbana da cidade em 1875, para projetar um cinturão verde que atravessaria todos os bairros periféricos, entretanto, nunca foi concluído. Em vez disto, foram implantados cinco grandes parques e corredores verdes de conexão em parceria com o arquiteto paisagista Charles Eliot (1859-1897), que são: Back Bay Fens, Leverett Park, Jamaica Park, Arnold Arboretum e Franklin Park.

Back Bay Fens, de 1879, não foi pensando exatamente como parque, mas como uma área de transbordamento de um riacho, uma tentativa de levar saneamento aos pântanos da região. Para isso, foi planejado um novo curso com a inserção de meandros, com o objetivo de diminuir a velocidade da água, para aumentar a possibilidade de absorção, envolto em vegetação natural para então desaguar no rio vizinho. Nos trechos elevados do terreno ficaram dispostos caminhos para uso de pedestres (PANZINI, 2013, p. 512).

Em 1881, partindo do Back Bay Fens, foi construída uma via-parque, a Riverway (figura 1), cujo percurso se dava junto ao leito do riacho que corria por dois outros parques, o Leverett Park e o



Jamaica Park, configurando-se então como o primeiro parque linear junto a curso d'água, como se entende hoje, caracterizando-se também como um corredor verde realizando a conexão entre diferentes espaços verdes.

Figura 1. Riverway, 1881. Frederick Law Olmsted.



Fonte: Wikimedia.

Combinada à construção do parque, era planejado a implantação de rede de esgoto e de represas que iriam realizar a regulação do nível da água, levando em consideração a sazonalidade das águas em períodos chuvosos, o lazer da população agregado e a preservação da vegetação nativa, culminando em uma gestão de recursos hídricos integrada (MEDEIROS, 2016, p. 88).

Em 1886, Olmsted desenvolveu um projeto denominado Riverside Park (figura 2), em Nova York, que propunha um parque às margens do rio Hudson, permitindo atividades de recreação pública e contato da vizinhança com o rio. Hoje, Frederick Law Olmsted é reconhecido por ter sido um arquiteto e urbanista à frente de seu tempo, por ter aplicado conceitos vistos hoje como sustentabilidade ambiental, com o seu sistema de parques lineares aliados às margens de cursos d'água, mostrou-se como uma grande revolução para os parques convencionais da época (MEDEIROS, 2016, p. 89).

Figura 2. Riverside Park, 1886. Frederick Law Olmsted.



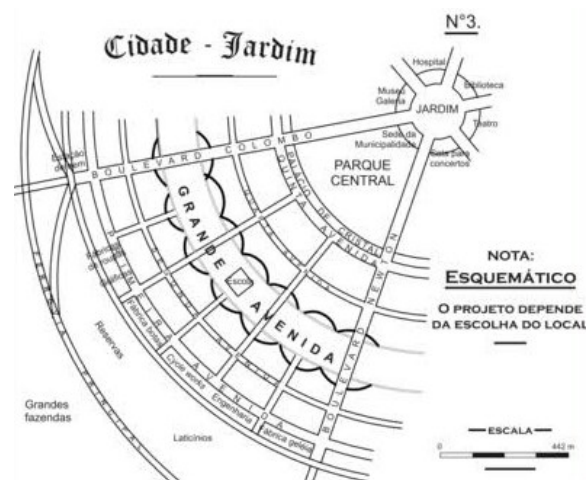
Fonte: Untapped Cities

3 O PARQUE INCLUÍDO NO PLANEJAMENTO URBANO

Em 1890, na Alemanha, esboçou-se o primeiro plano diretor como documento que define diretrizes operacionais para a cidade, e neste havia um capítulo dedicado aos parques, que passaram a ser vistos como um espaço dedicado à sociabilidade da população e ao contato com a natureza, fazendo surgir o modelo Volkspark, “parque do povo”, definido como um ambiente “concebido para favorecer a higiene de massa, ligado à prática esportiva e recreativa ao ar livre, e concomitante ser um lugar de auto exposição coletiva” (PANZINI, 2013, p. 542).

A partir de então, no final do Século XIX e no decorrer do Século XX, o jardim-parque público foi sendo substituído pela ideia da paisagem urbana como inerente ao projeto urbano, como pode ser visto na Cidade-jardim, desenvolvida por Ebenezer Howard, em 1889. Segundo Mello (2008), em sua cidade ideal, os núcleos urbanos seriam conectados por ferrovias e envoltos em um cinturão verde, trazendo assim novas interpretações quanto ao uso de espaços verdes no ambiente urbano (figura 3).

Figura 3. Esquema Cidade-jardim de Howard.



Fonte: Ricardo Trevison.

A inclusão do planejamento da paisagem pôde ser visto também nas teorias urbanas modernistas, como em Chandigarh, de 1948, projetada por Le Corbusier (figura 4). No projeto, previu-se um sistema verde, chamado de Vale do Lazer, que abrangia o curso d'água que corta o espaço urbano culminando em um grande plano aberto, agregado a uma série de outros espaços verdes paralelos em formato linear, criando uma rede capilar que cruza todos os bairros juntamente a caminhos pedonais e ciclovias (PANZINI, 2013, p. 560).

Figura 4. Esquema de Chandigarh.



Fonte: LandLab

O advento dos movimentos ambientais em prol da proteção e regeneração ambiental na década de 1980 contribuiu imensamente para a consolidação e propagação do conceito de corredores verdes como instrumento urbano na função de resgatar ecossistemas ameaçados, controlar inundações, promover a melhoria da qualidade das águas urbanas, assim como difundir a consciência ambiental (ZAKARIA, 2006).

Tal preocupação foi vista também no Brasil, no trabalho de Fernando Magalhães Chacel, já nas décadas de 1980 e 1990, que através da criação de dois parques, Gleba E e Professor Mello Barreto, no Rio de Janeiro, buscou recuperar margens e as faixas de transição entre água e área urbanizada, obtendo êxito na regeneração ambiental (PANZINI, 2013, p. 640).

Na cidade de Manaus, o Parque Ponte dos Bilhares, de 2006, é projeto dos arquitetos José Otavio Sorato, Gustavo Braz Carneiro e Fábio Marcizio Gonçalves, e conta com um programa voltado às práticas esportivas e atividades culturais, seguindo trecho do igarapé do Mindu, tendo como um dos objetivos garantir a preservação e a replantação de vegetação nativa nas margens do igarapé, entretanto o mau cheiro vindo do curso d'água é uma reclamação constante dos usuários. Segundo o Instituto Durango Duarte, em 2009, outro parque ao lado de um curso d'água, o igarapé Mestre Chico, foi implantado na cidade, o Parque Senador Jefferson Péres, que não seguiu as preocupações ambientais que normalmente surgem ao projetar próximo aos rios, principalmente, em parques lineares. Pelo contrário, as obras do parque aterraram parte do igarapé, modificando seu leito, e não replantaram as vegetações ripárias, também conhecidas como ciliares.

Percebe-se então que a história do parque público, posteriormente do parque público atrelado a curso d'água e regeneração ambiental, o parque linear, iniciou-se há poucos séculos, com a implantação de passeios públicos arborizados, que levaram ao aumento da complexidade organizacional, culminando nos parques lineares multifuncionais projetados junto ao desenho urbano, como medida de caráter não só recreativo e social, mas também ambiental, que pode ser encontrado em várias cidades pelo o mundo.

4 O Parque Linear

O conceito de Parque Linear é um termo usado frequentemente na América Latina, enquanto que, internacionalmente, está incluso na categoria paisagística Greenway, “via verde”. Sendo esta última vista muitas vezes como um elemento de paisagismo de ligação entre espaços verdes maiores, incluindo passeios públicos arborizados, parques seguindo estradas, linhas férreas e outros tipos que, conseqüentemente, são lineares ao realizar conexões. Por esta razão, a tradução mais apropriada do termo em linguagem paisagística é corredor verde, que é, portanto, mais abrangente e dá o sentido de conectividade exigido pela terminação -way. Segundo Anhern (1995), greenway ou corredor verde é uma rede de espaços em formato linear que abordam questões ecológicas, recreativas, culturais e estéticas, buscando o uso sustentável do espaço.

O termo parque linear na América Latina é definido como um espaço verde disposto especificamente ao longo de cursos d’água, em que a funcionalidade deve ser tanto de abrigar práticas sociais, quanto de regeneração ambiental, na melhoria da qualidade da água, no controle de enchentes e na preservação de matas ciliares, preservando assim os ecossistemas inerentes (figura 5), como afirma Macedo (2012).

Figura 5. Esquema de parque linear.



Fonte: Autora, 2018.

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) corrobora a especificidade dos parques lineares ao defini-los como “áreas de propriedade privada ou pública que se encontram ao longo de uma massa de água, de modo total ou parcial, cuja finalidade é garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale e que podem conter outras unidades de conservação dentro de sua área de cobertura ou influência”.

Segundo Scocuglia (2009), o parque do século XXI é um parque sustentável, que procura não só atender as necessidades recreativas da população, mas também busca equilíbrio ecológico em áreas degradadas e descaracterizadas com a participação ativa da comunidade vizinha.

Silva e Paqualeto (2013) afirma que o parque é uma ferramenta para tornar as cidades mais sustentáveis e ecologicamente equilibradas, buscando garantir a conservação da vegetação e dos recursos hídricos. Deve-se entender as relações com a população circundante, o entorno e o uso histórico, para que o parque proposto esteja intimamente ligado às práticas sociais dos usuários, promovendo o direito à cidade.

Searns (1995) afirma que os parques lineares são infraestruturas estratégicas em diferentes níveis, sendo estes: nível ambiental, mostrando potencial para a preservação de rios, saneamento e melhoria da qualidade das águas; em nível de qualidade de vida, apresentam o potencial para a melhoria da qualidade do ar, da paisagem, além de oferecer atividades recreacionais, importantes para a saúde pública; em nível econômico, trazendo diversidade de usos e dinamismo para a região, valorizando a área; e, em nível político social, incluindo diversas camadas da população,



amenizando disparidades sociais.

Desta forma, os parques lineares manifestam-se como medida buscando solucionar vários problemas oriundos dos danos causados pela ausência de planejamento urbano no crescimento acelerado das cidades.

Lúcia Costa, em seu livro *Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras* (2006), afirma que o rio urbano tem fundamental valor ambiental e cultural, não devendo ser visto apenas como “peça de saneamento e drenagem”. E este rio não pode ser visto como elemento isolado na paisagem, já que faz parte de um sistema muito maior, as bacias hidrográficas, que segundo Gorski (2010), podem ser definidos como o conjunto de cursos d’água, rede de drenagem que está estruturado com todos os seus canais, a fim de conduzir a água e detritos que nele são fornecidos.

É importante entender os cursos d’água que correm em ambiente urbano como parte desse enorme sistema de drenagem, para que se possa então compreender que alterações antrópicas em partes desse sistema, como a retificação de leitos, a impermeabilização de áreas de várzea, a retirada de mata ciliar, e outros, podem impedir a infiltração de água no solo, ocasionando o “encurtamento do ciclo hidrológico”, o que nada mais é que a água circulando de maneira mais rápida, o que contribui imensamente para a incidência de inundações, tendo em vista a perda da capacidade de absorção do solo, causada pelas impermeabilizações.

Tucci (2006) coloca que o escoamento das águas é obstruído pelo estreitamento do canal para implantação de pontes, pelo descarte de resíduos sólidos e sedimentos e por projetos de drenagem inadequados. O autor afirma que a ausência de visão global e as medidas públicas pontuais, como as canalizações de trechos dos rios, acarretam o aumento da vazão e a frequência das inundações.

As vegetações nas margens de rios, matas ciliares ou ripárias, mostram-se de extrema importância para a manutenção dos ecossistemas fluviais, assim como para o equilíbrio ecológico. A vegetação é elemento essencial para garantir qualidade ambiental, atuando na renovação do oxigênio, na fixação de partículas em suspensão, no sombreamento, na umidade pela evapotranspiração, na amenização do clima e no sistema de drenagem. Além disso, tem capacidade para diminuir a velocidade da água, evitando erosão nas margens, protegendo o rio do assoreamento (GORSKI, 2010).

Segundo Cardoso (2003) A água é um elemento muito complexo, por ser indispensável e uma ameaça ao mesmo tempo, por isto a preocupação com os recursos hídricos deve ter gestão holística, tratando-se de um sistema coordenado com vários outros. Gorski (2010) aponta que no Brasil o problema está na ineficiência da gestão dos recursos hídricos em paralelo ao desenvolvimento, em todas as instâncias, sejam por parte do Estado, entidades públicas e privadas, como na sociedade civil.

A questão ambiental nas cidades deve ser analisada juntamente a população, pois a informação e a cidadania reforçam a consciência da responsabilidade da comunidade sobre a qualidade dos cursos d’água, tornando o cidadão um participante ativo na manutenção e cuidado destes espaços. Os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano também não devem ser ignorados, pois o mapa de risco da cidade costuma coincidir com espaços ocupados por populações de baixa renda e, segundo Raquel Rolnik (1997), há uma aquiescência do poder público quanto a frequente invasão por parte dessas populações às áreas de preservação de mananciais.

E somado a isto, há também a pressão imposta pela priorização da mobilidade por automóveis na cidade, que transforma o antigo protagonismo dos rios no desenho urbano em espaço sistematicamente circundado por grandes corredores viários, tornado as margens dos cursos d’água área de expansão deste sistema. “A metrópole construída pela especulação imobiliária e a

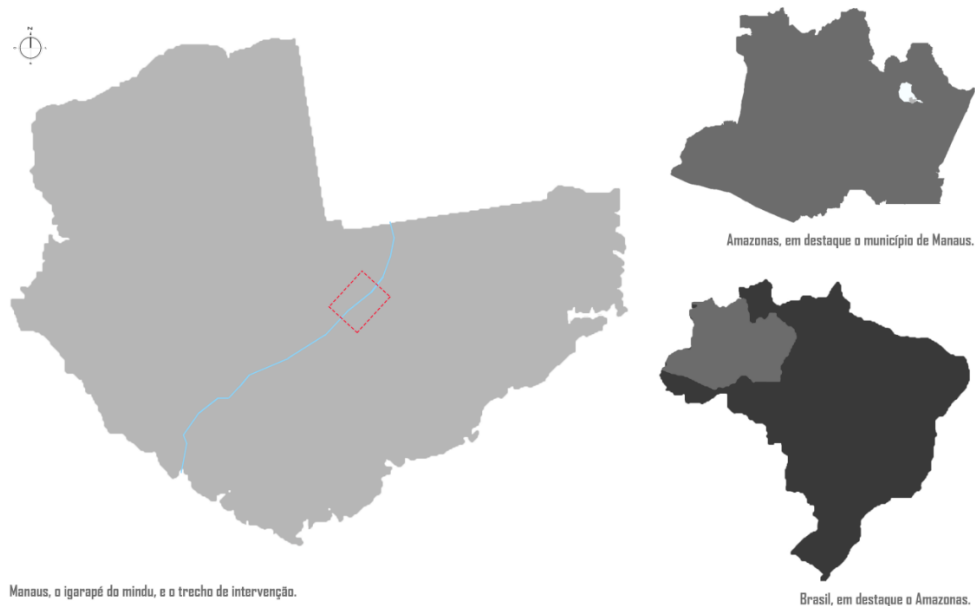
precariedade da infraestrutura urbana transformaram os rios da cidade em canais de esgoto, confinados entre avenidas que têm o caráter de rodovias urbanas” (DELIJAICOV, 1998, p.5).

Com tudo isso, o valor cultural dos rios urbanos “manifestada na recreação, religião, literatura, filosofia, mitologia, artes plásticas, música, paisagem e fruição estética” diminuiu drasticamente durante o século XX, legando-o apenas sentimentos hostis e características infecciosas para a população.

5 A CIDADE DE MANAUS E SUAS ÁGUAS

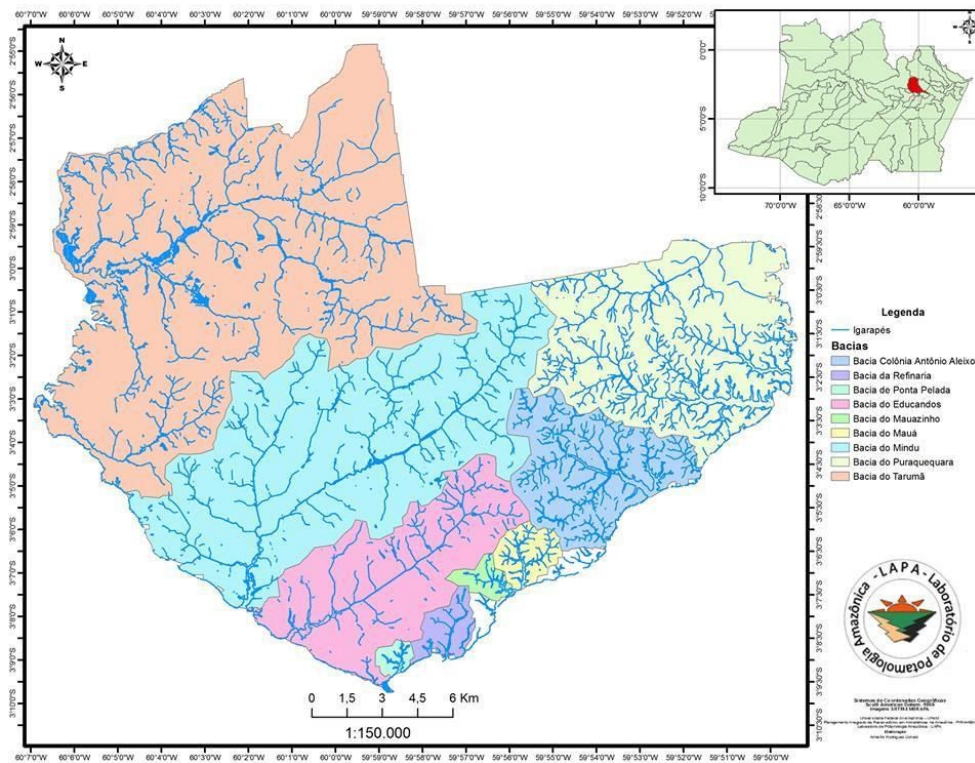
Desde as primeiras intervenções urbanas ocorridas durante o auge do ciclo econômico da borracha no final do século XIX, a cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas (figura 6), tem visto seus igarapés serem soterrados, escondidos quando possível, ou desprezados pelo poder público e sua população. Somadas décadas de descaso com as águas urbanas, têm-se hoje uma cidade de mais de dois milhões de habitantes, 427 quilômetros quadrados em área urbana, cortada por cinco grandes bacias hidrográficas (figura 7), Tarumã, São Raimundo/Mindu, Educandos, Colônia Antônio Aleixo e Puraquequara, que escoam para o rio Negro, cujos cursos deságuam no grande rio Amazonas, onde não se encontra sequer um igarapé que não tenham suas águas poluídas (SOUZA, 2018).

Figura 6. Localização.



Fonte: Autora, 2018.

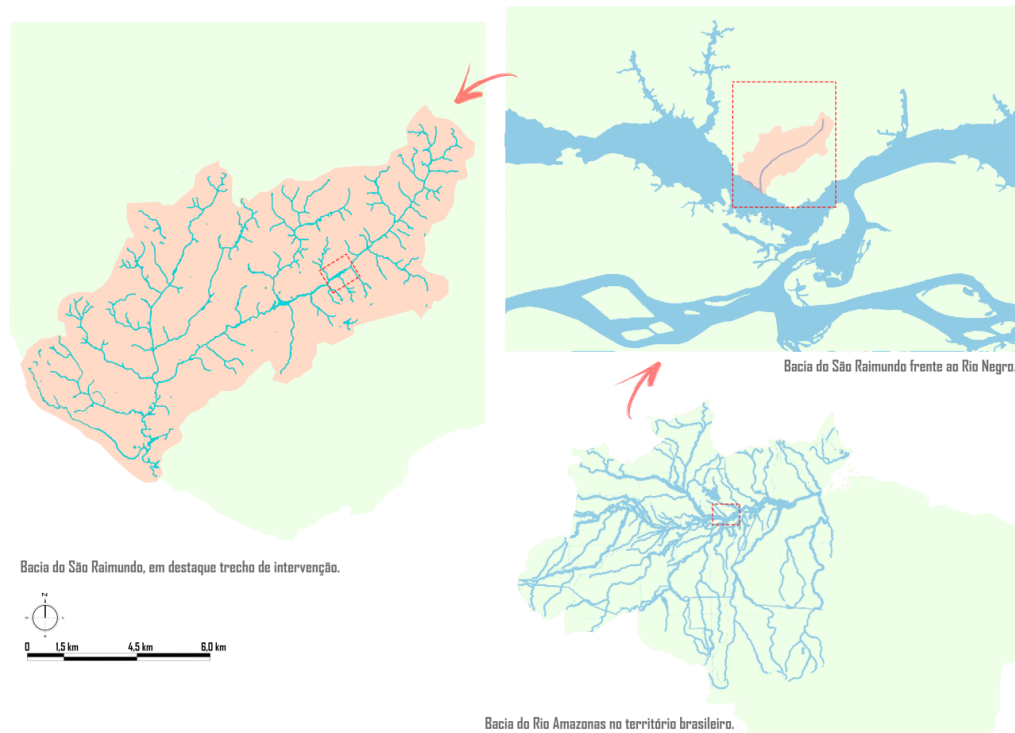
Figura 7. Hidrografia de Manaus.



Fonte: LAPA.

O igarapé do Mindu, eixo principal da análise (figura 8), é o mais extenso afluente da bacia da qual faz parte, cortando dez bairros da capital. Este nasce no nordeste da cidade, próximo à reserva florestal Adolpho Ducke e, deságua no igarapé chamado Cachoeira Grande, para então terminar no rio Negro, em trecho final chamado de Igarapé do São Raimundo, correndo então de nordeste a sudoeste, caracterizados como rios caudalosos.

Figura 8. Bacia Hidrográfica São Raimundo/Mindu.



Fonte: Autora, 2018.

O leito do igarapé é dividido em três níveis, alto, médio e baixo curso, a partir de sua nascente a sua foz e, o trecho de análise está no início do médio curso (figura 9). Em sua nascente, há o Parque Nascentes do Mindu, criado em 2006, com 16,2 hectares, onde suas águas são ainda cristalinas, sendo o único trecho livre de poluição. Em seu médio curso, há o corredor ecológico do Mindu, criado em 2007, com 195,27 hectares, e o Parque Municipal do Mindu, criado em 2007, com 40,8 hectares.

Figura 9. Igarapé do Mindu.



Fonte: Em tempo, 2018.

Apesar destas áreas de proteção ambiental em grande parte de sua extensão, o Mindu encontra-se poluído, com exceção apenas de sua nascente, como mostra o mapa abaixo (figura 10). Segundo o Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA) a temperatura da água está acima do ideal, assim como

apresenta valores de pH muito baixos, sendo águas ácidas demais. Estes fatores sugerem que existe urgente necessidade de um programa de revitalização a fim de recuperar e manter a vida que resta no ecossistema aquático ainda presente nas águas do Mindu. Segundo Pinheiros (2009), o que mais polui o curso d'água é o despejo de esgoto sanitário sem nenhum tratamento, sendo o ponto mais crítico no bairro Parque 10 de Novembro, onde existem mais de 50 conjuntos habitacionais utilizando o rio como destinação de seu esgotamento sanitário.

Figura 10. Mapa da qualidade da água.



Fonte: Em Tempo, 2018

6 ANTECEDENTES DA RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO E O MINDU PARA O LAZER NA CIDADE DE MANAUS

A população amazonense preserva em sua cultura a relação próxima ao ambiente natural, especialmente às águas, ao manter o costume indígena de se banhar nos igarapés amazônicos. Entretanto, à medida que a cidade cresceu, mais os balneários naturais foram sendo afastados, direcionando-os aos limites do perímetro urbano e esta relação antes estreita torna-se cada vez mais distante.

A prática remonta aos primórdios da ocupação urbana da cidade de Manaus, já no final do século XIX era costumeiro banhar-se nos igarapés circundantes, que era o caso do igarapé do São Raimundo e da Cachoeira Grande (figura 11), que fazem parte da Bacia do Mindu. Este último, mais frequentado pela cachoeira intensificada pela construção de uma represa para distribuição da água, recebia as famílias manauaras aos domingos como balneário.



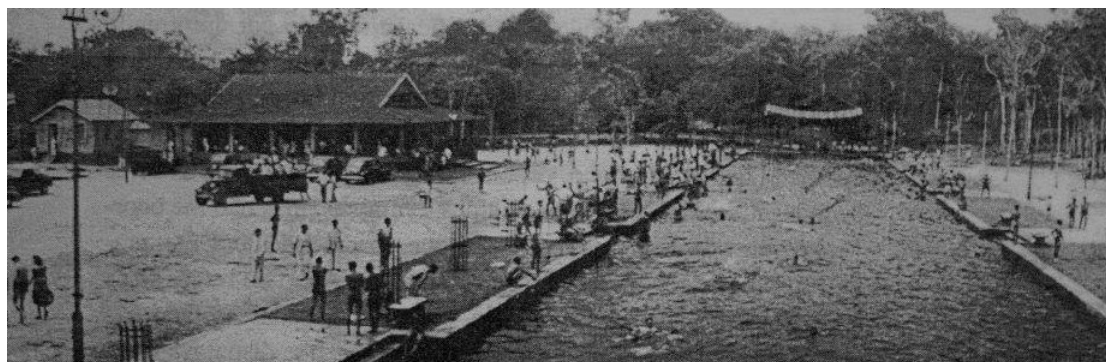
Figura 11. Represa da Cachoeira Grande, 1904.



Fonte: Instituto Durango Duarte.

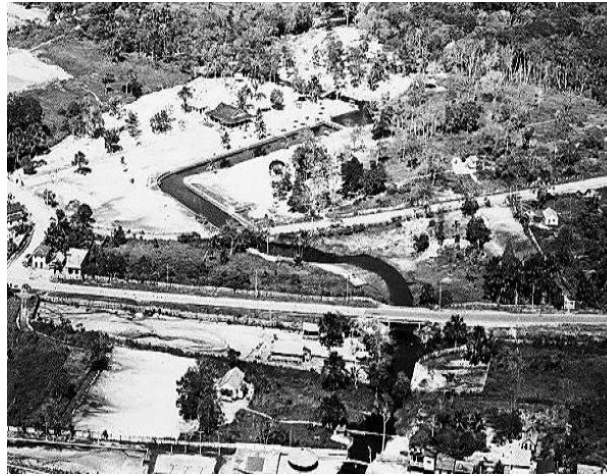
O parque 10 de novembro foi por algumas décadas (1940 e 1950), local de diversão e descontração em fins de semana para a população da capital, que buscava o lazer nos balneários ali presentes, no igarapé do Mindu. Já em 1947, é possível encontrar reclamações dos usuários dos balneários em razão da insegurança presente na região (Jornal do Comércio, 1947). Era um balneário público muito conhecido, localizado onde hoje está a Avenida Darcy Vargas, grande corredor viário leste-oeste, ao invés dos muitos balneários particulares no fundo das chácaras comuns na região no mesmo período. Teve sua construção durante a gestão do prefeito Antônio Maia, de 1937 a 1940, contava com uma piscina natural de 100 metros de comprimento, abastecida pelas águas do igarapé do Mindu (figuras 12 e 13).

Figura 1215. Balneário do Mindu, 1940.



Fonte: Lopes, 2016.

Figura 13. Balneário Público do Mindu, 1950.

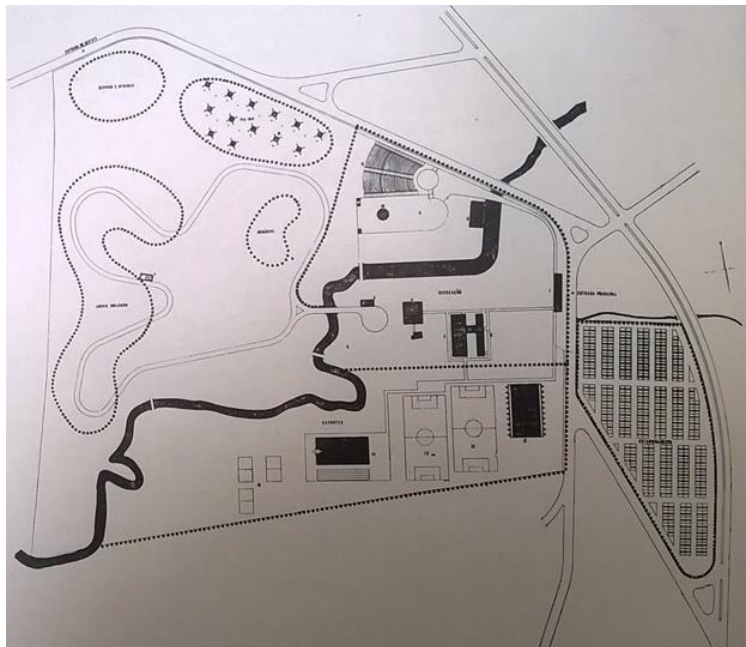


Fonte: Lopes, 2016.

Segundo o Jornal do Comércio de 1970, Severiano Mário Porto, arquiteto expoente no Estado do Amazonas, realizou um projeto de reforma, incluindo a Sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, um anfiteatro para quatro mil pessoas, além de chapéus de palha para promover sombra e repouso aos usuários dos balneários (figuras 14, 15 e 16).

Entretanto, o espaço já vinha perdendo popularidade à medida que o bairro Parque 10 se consolidava, trazendo com as novas moradias sem rede de esgoto a poluição para as águas do Mindu.

Figura 1416. Projeto de Restauração, 1967.



Fonte: Lopes, 2016.

Figura 15. Projeto de Restauração, 1967: Chapéus de palha.



Fonte: Lopes, 2016.

Figura 16 . Balneário Público do Mindu, 1970.



Fonte: Lopes, 2016.

7 ANÁLISE DE TRECHO DO MINDU

Com intuito de construir um novo corredor viário entre a Avenida Gov. José Lindoso e a Avenida Autaz Mirim, tendo o igarapé do Mindu como eixo central, a Prefeitura da cidade de Manaus retirou moradias irregulares de suas margens, onde deixou os 30 metros de faixa da área de preservação permanente (APP), prevista no Código Florestal Brasileiro, livres e abertos.

As margens do igarapé no trecho sofreram ações antrópicas, como a retificação e estreitamento do leito, com o uso de blocos composto por pedras brutas, utilizadas como escoramento das margens, como muro de arrimo, em novembro de 2012 (figura 17).



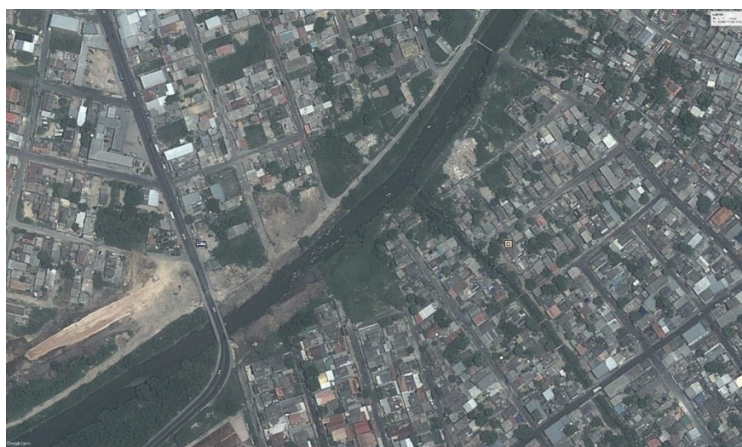
Figura 17. Obra de restrição do leito em junho de 2012.



Fonte: Google Maps, 2018.

Na figura 18, antes da intervenção no leito do igarapé, a mata ciliar já não se encontra e edificações ocupam a área de preservação permanente, porém o leito ainda tinha entre 15 e 20 metros de largura naturalmente.

Figura 18. Imagem de satélite de 2011.



Fonte: Google Earth, 2018.

Nas figuras 19 e 20, em junho de 2012, percebe-se a largura natural do igarapé e seus bancos de areia naturais.

Figura 19. Junho de 2012.



Fonte: Google Earth, 2018.



Figura 20. Junho de 2012.



Fonte: Google Maps, 2018.

Na figura 21 a seguir, observa-se a obra de estreitamento do leito, onde foi usado o muro gabião para escorar as margens do rio, evitando o assoreamento.

Figura 21. Novembro de 2012.



Fonte: Google Earth, 2018.

Na figura 22, apresenta-se o resultado da intervenção, já em 2014, como também pode ser observado nas imagens de satélite a seguir. A largura do igarapé, após a intervenção, fica contida entre 10 e 15 metros.

Figura 2172. Julho de 2014.



Fonte: Google Earth, 2018.

Figura 2318. Imagem de satélite de 2015.



Fonte: Google Earth, 2018.

Na figura 23 acima, há o início das obras para a implantação das vias marginais. E, por fim, uma imagem de 2017 (figura 24), já com as vias marginais concluídas neste trecho.

Figura 24. Imagem de satélite de 2017.



Fonte: Google Earth, 2018.

Desde então, a população se apropriou do espaço deixado por meio de atividades esportivas e de lazer como uma alternativa a ausência de equipamentos públicos de lazer nas proximidades. A população realizou a construção de campos de futebol, espaço para vôlei de areia, além de ter uso intenso pelos moradores vizinhos como pista de caminhada, corrida, ciclofaixa improvisada, espaço para aulas de dança, e brincadeiras diversas de crianças, apesar da estreita calçada de 2 metros na extremidade da APP (figura 25).

Figura 25. Campo de futebol construído por moradores.



Fonte: Autora, 2018.

A apropriação da margem realizada pelos habitantes está tão consolidada ao passo de serem realizados torneios esportivos, de futebol, vôlei e pipa na área, além dos usuários frequentes nos horários de sol menos intenso, a partir das 16 até 20 horas, assim como cedo no dia, ainda pela manhã, antes de 8 horas, apesar da poluição visível das águas do igarapé. É notória a vida que o lugar possui por conta dessa diversidade de atividades e da quantidade de pessoas que as realizam, apesar de todas as adversidades apresentadas e da completa ausência de estrutura necessária.

Ainda assim, os moradores presentes nas vias marginais deixam sacos de lixo na calçada, na margem do rio, para que o serviço de coleta de resíduos sólidos o recolha, causando a poluição das margens e do leito, afinal com as chuvas os resíduos que não são levados pelo serviço de coleta se encaminham ao igarapé (figura 26).

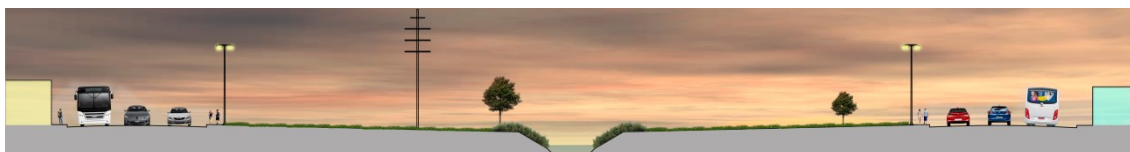
Figura 26. Presença de lixo nas calçadas.



Fonte: Autora, 2018.

Na figura 27 a seguir, é apresentado um corte transversal ao leito do igarapé, no qual observa-se a extensa faixa de terra livre entre as vias marginais, onde se faz presente um grande potencial para a implantação de um parque linear, tendo em vista o estreitamento do laço já existente entre a comunidade, o rio e a vegetação escassa, que é essencial para a preservação dos recursos hídricos.

Figura 27. Corte transversal trecho de análise.



Fonte: Autora, 2018.



Neste caso ainda, o parque poderia ser uma continuação do corredor ecológico do Mindu, que se inicia abaixo do trecho de análise, contribuindo para a preservação de fauna e flora que tem a área urbana como habitat, colocando-se em oposição à política de prioridade para os veículos, devolvendo parte da cidade aos seus habitantes de maneira mais adequada às teorias de planejamento urbano atuais atreladas à gestão de recursos hídricos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os igarapés, no estado em que se encontram hoje, representam um imenso risco à saúde, e também de inundação por conta da redução da capacidade de absorver grandes quantidades de água em períodos mais chuvosos, causada pela interferência antrópica nos leitos destes, portanto, ocupar áreas próximas aos rios urbanos tornou-se um grande risco, logo é uma área muitas vezes ocupada por população de menor poder aquisitivo, que acaba por sofrer com problemas de saúde, ausência de saneamento básico, infraestrutura em geral e com a sazonalidade das águas.

Apesar disto a população manauara apropriou-se das margens já desflorestadas de igarapés de forma coletiva em alguns pontos da cidade, ao criar informalmente espaços de lazer, porém sem fazer uso das águas dos rios, em razão da presença da poluição, como apresentado anteriormente no trecho de análise no igarapé do Mindu. Em virtude desta série de fatores relatados quando há área disponível em margens de igarapés desocupada, o poder público, ao tentar prevenir que sejam tomadas informalmente por moradias ou outras ações de caráter prejudicial à população, trata de impedir o acesso aos rios por meio de grades ou muros, como é o caso em outros pontos pela cidade. Entretanto, esta medida não é a mais eficiente para proteger os igarapés em perímetros urbanos, nem mesmo apenas realizar o replantio das margens, afinal ainda assim pode haver invasões informais indesejadas temporárias ou permanentes que levam a maior degradação.

Como podem ser observados também em vários outros países, as melhores soluções para o caso dos rios urbanos poluídos é torná-los visíveis e presentes na vida urbana dos cidadãos, para que possam valorizar as águas e unir-se ao poder público no cuidado destas. Assim, é possível realizar a educação ambiental na prática, como instigar na população o sentimento de coletividade, já que os igarapés deveriam ser usufruídos por todos e logo responsabilidade de todos.

Já havendo áreas em que a população se apropria de margens urbanas de forma coletiva, buscando o lazer, mas de maneira ainda informal na cidade, como é o caso do igarapé do Mindu no trecho de estudo, recomenda-se que em áreas desocupadas de margem de igarapé na cidade de Manaus onde a população apresenta esta relação de apropriação do espaço, seja em conjunto com esta comunidade, desenvolvido intervenções urbanas, como parque lineares, que possam proporcionar melhor suporte, infraestrutura, garantia de preservação do corredor ecológico e integração entre população e ambiente natural, buscando realizar o estreitamento dos laços de identificação com as águas urbanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código Florestal Brasileiro**. Disponível em: < http://www.ciflorestas.com.br/cartilha/APP-localizacao-e-limites_protecao-conservacao-dos-recursos-hidricos-dos-ecossistemas-aquaticos.html>. Acesso em: 02 nov 2018.

CARDOSO, F. J. **Ação pública em terrenos de fundo de vale**: estudo de uma bacia hidrográfica do município de Alfenas. Dissertação de Mestrado. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2003.



DELIJAICOV, A. **Os rios e o desenho da cidade: proposta de projeto para a orla fluvial da Grande São Paulo**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 1998.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação**. Editora Senac: São Paulo, 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012

LOPES, Bruna. SANTOS, Luiza. ESPINOSA, Vasilka. **Balneário do Parque 10 de Novembro**. Universidade Federal do Amazonas, 2016.

MACEDO. 2012. In: MORA, Natalia Mayorga. **Experiências de parques lineares no Brasil: Espaços Multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas**. Nota Técnica: Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2013.

MEDEIROS, José Marcelo Martins. **Parques Lineares ao longo de corpos hídricos: Conflitos e Possibilidades; O caso da Orla do Lago Paranoá – DF**. Dissertação de doutorado. 384 f. Universidade de Brasília. 2016.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: Arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PINHEIROS, Rildo Figueiredo. **ATIVIDADE FÍSICA E AMBIENTE URBANO: lazer e desporto no entorno do igarapé do Mindu – Manaus/Am**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2009.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SCOCUGLIA, J. B. C. **O Parc de La Tête d'Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade**. Arqtextos, São Paulo, 113.03, Vitruvius, out 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10,113/20>>. Acesso em: 04 set. 2018.

SERNS. 1995. In: MORA, Natalia Mayorga. **Experiências de parques lineares no Brasil: Espaços Multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas**. Nota Técnica: Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2013.

SILVA, Janaína Barbossa. PASQUALETO, Antônio. **O caminho dos parques urbanos brasileiros: da origem ao século XXI**. Estudos. Goiânia, v. 40, n. 2, p. 287-298, jun/ago. 2013.

SOUZA, Silene. **Todos os igarapés que cortam a cidade de Manaus estão poluídos**, diz pesquisador. A Crítica. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/todos-igarapes-que-cortam-a-cidade-de-manaus-estao-poluidos-dizem-pesquisadores>>. Acesso em: 22 ago 2018.

Z. NEIMAN. **Queremos nadar no nosso rio!** In: GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação**. Editora Senac: São Paulo, 2010.

ZAKARIAS, 2006. In: MORA, Natalia Mayorga. **Experiências de parques lineares no Brasil: Espaços Multifuncionais com o potencial de oferecer alternativas a problemas de drenagem e águas urbanas**. Nota Técnica: Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2013.



A gênese dos espaços livres: investigando a persistência dos espaços públicos de exceção no centro de Vitória

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

BOTECHIA, Flavia Ribeiro (1);

(1) Professora Dra. Departamento de Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Espírito Santo,
flaviabotechia@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo teórico da morfologia urbana, o qual considera a cidade como um objeto passível de ser estudado no tempo, a partir de sua forma física ordinária, e dialoga com o interesse específico acerca da investigação sobre a longevidade das formas. Com isso, neste artigo registra-se parte da investigação realizada acerca das características do processo de gênese e metamorfose material dos elementos urbanos constitutivos do espaço público da cidade de Vitória, Espírito Santo - Brasil, nomeadamente de 15 praças existentes dentro dos limites da área histórica e central. Como resultado preliminar foram identificados quatro processos de metamorfose - persistência, apagamento, permanência e adição - por meio do método comparativo diacrônico utilizando bases cartográficas do século XX e redesenho com ferramentas vetoriais de programa assistido por computador.

PALAVRAS-CHAVE: morfologia; projeto urbano; praça; Vitória.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo teórico da morfologia urbana, o qual considera a cidade como um objeto passível de ser estudado no tempo a partir de sua forma física ordinária, dialogando diretamente com o interesse sobre o estudo da longevidade das formas. Neste artigo registra-se parte da investigação realizada acerca das características morfológicas do processo de gênese e metamorfose material dos elementos urbanos constitutivos do espaço público da cidade de Vitória (Espírito Santo, Brasil), nomeadamente de 15 praças existentes dentro dos limites da área histórica e central.

Ao considerar o viés da persistência como uma das características da resiliência e em diálogo com autores da área da morfologia e história urbanas (LAVEDAN, 1926; CONZEN, 1960; DIAS COELHO, 2007), algumas questões preliminares se destacaram como norteadoras da investigação realizada: Qual foi a gênese dos espaços públicos de Vitória? As atuais praças são resultantes de formas persistentes dos espaços públicos pretéritos? Estas perguntas embasaram a construção de uma pesquisa, que se encontra na primeira etapa de desenvolvimento, e cujo objetivo principal é o estudo da gênese e formação material do espaço público do centro da cidade de Vitória mais especificamente de seus espaços de exceção, ou seja, das praças:



O termo praça tem origem latina – platea – e a sua utilização procura identificar um espaço público, de carácter excepcional que morfologicamente, se distingue dos espaços canais constituídos pelas ruas. No entanto, à esta aparente clareza morfológica correspondem espaços muito diversificados, cobertos por uma variedade de nomenclaturas e que de forma alguma constituem uma invariante cultural (DIAS COELHO, 2007, p.24).

Justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa pela sua excepcionalidade uma vez que são raras as publicações sobre praças, à escala local, com a referida temática morfológica e/ou com ênfase na interpretação cartográfica, entendendo-se com isso a existência de uma lacuna teórica passível de ser preenchida. Predominantemente, a produção literária local versa sobre a narrativa de acontecimentos políticos, sociais e econômicos que podem ter incidido sobre a história destes espaços públicos, como é o caso do conteúdo dos livros *Logradouros antigos de Vitória*, de Elmo Elton, e *História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes.

Dessa forma, a relevância científica da pesquisa que se realiza reside na contribuição que esta poderá dar acerca do entendimento das características da gênese dos espaços públicos que, por hipótese inicial, passaram por um processo evolutivo de sedimentação tendo como princípio gerador a persistência da localização. É considerável registrar que este estudo proposto deriva de tese de doutoramento concluída junto a Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo (BOTECHIA, 2017) sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Villac.

Diante de uma variedade de implantações e formas, propõe-se para este artigo a apresentação dos resultados parciais de análise métrica comparativa e diacrônica de 15 praças (**Figura 1**),¹ à mesma escala pretendendo-se demonstrar aspectos da persistência da forma urbana. Nesta etapa por meio do método comparativo diacrônico foi possível confrontar quatro períodos a partir do redesenho em *software* de georreferenciamento (QGIS versão 2.14.8 Essen) referentes às cartografias históricas dos anos de 1767, 1909, 1931 e do ano de 2018. Justifica-se esta escolha por se tratar de parte do acervo cartográfico de Vitória (BOTECHIA, BORGES, 2019) com representação planificada e indicação de três elementos morfológicos: rua, lote (quarteirão) e edifício.

¹ A identificação das Praças (reconhecidas pelo poder público municipal por meio de decretos) segundo as toponímias: 1. Praça Cecília Monteiro; 2. Praça Roosevelt; 3. Praça João Clímaco; 4. Praça Irmã Josepha Hozanah; 5. Praça Ubaldo Ramalheite Maia; 6. Praça Dom Luiz Scortegagna; 7. Praça Costa Pereira; 8. Praça do Rotary; 9. Praça Francisco Teixeira da Cruz; 10. Praça Pio XII; 11. Praça Odilon Souza Barboza; 12. Praça Hilderico Araújo; 13. Praça Pedro Caetano; 14. Praça Manoel Silvino Monjardim; 15. Praça Getúlio Vargas.

Figura 1: Mapa do bairro Centro com demarcação dos limites administrativos e das praças existentes em 2018



Fonte: BOTECHIA, 2018.

Partindo-se do objetivo exposto, este artigo foi organizado em três partes. Na primeira, individualizam-se as características do fenômeno da persistência das formas urbanas por meio de revisão da literatura. Na segunda parte, explicita-se brevemente a metodologia utilizada e na terceira parte, apresentam-se os resultados e discussões parciais obtidos por meio dos estudos realizados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Em se tratando da história das cidades é o patrimônio edificado que aflora como detentor dos vestígios materiais da memória do lugar. Nada mais do que o óbvio, a tridimensionalidade impregna, toca, assalta aos olhos; entrar em contato com o passado permite enumerar e denominar catedrais, claustros, castelos, edificações civis. Entretanto, estes não são os únicos remanescentes materiais do passado e, por hipótese, nem mesmo os mais antigos, posto que há um nível da materialidade que vem do passado no plano bidimensional, absorvido pelo traçado urbano, impregnado nos espaços públicos, nas ruas e nas praças, no “chão da cidade” (PORTAS, 2005). Autores como Lavedan (1926), Conzen (1960), Muratori et. al (1963), Pinon (2008), Dias Coelho (2014), dentre outros, dão especial atenção a esta questão ao tratar da identificação da persistência do espaço público, incluindo o tempo como dimensão de análise da forma naqueles tecidos que resultam de um processo sedimentar.

Pierre Lavedan é reconhecidamente um dos primeiros autores² a fazer um estudo sistemático e aplicado sobre a persistência da forma urbana por meio de análise cartográfica. Ao identificar os

² Embora destaque-se aqui o livro de Lavedan, é importante registrar a importância de Marcel Poète e do



elementos geradores da planta da cidade, Lavedan identificou uma lei, “não universal, nem absoluta” - *loi de la persistence du plan* (LAVEDAN, 1926) - segundo a qual, algumas ruas da cidade perduram por séculos. Testando este argumento e para verificar aquelas formas urbanas transmitidas no tempo, o autor fez um estudo cartográfico para identificar casos empíricos de persistências: uma estrada no caso de Tell el Amarna, o plano da antiga cidade de Salonique, caminhos medievais de Fourvières, a muralha medieval convertida no eixo das avenidas em Beaumont, além de outros exemplos em Périgord, Cambridge, Paris e Munique. Assim, distintos e sucessivos períodos históricos podem ser estudados e interpretados pelo simples fato de que pode ser estabelecida uma conexão comparativa entre diferentes tempos, posto que alguns elementos permaneceram.

Pierre Pinon (2008), alguns anos mais tarde, com a publicação do artigo *Défense et illustration de la loi de persistence du plan*, recuperou a questão lançada por Lavedan para identificar a persistência de fragmentos preexistentes na análise de plantas de algumas cidades francesas de fundação romana. Fez isso defendendo como método de reconstituição da materialidade do traçado, a “prospecção” retrospectiva por meio de fotografias aéreas, mapas cadastrais e análise morfológica dos tecidos urbanos. Procedendo então com a análise retrospectiva de Bourges, Amiens, D'Autin, Limoges e Paris, Pinon aponta as diferenças conceituais entre persistência e permanência (tratadas por Lavedan no texto de 1926), e evidencia pontos fundamentais para serem observados antes de se iniciar qualquer pesquisa: a existência de tipos de plantas urbanas (de matriz colonial, ortogonal, romana, etc., a depender da história da cidade); o fenômeno da conservação do traçado (identificação preliminar de evidências topográficas, implantação de edifícios, antigos caminhos); e a possibilidade de se reconstituir as fases intermediárias da planta.

M.R.G. Conzen (1960), por sua vez, ao se deter sobre análises de pequenas cidades e vilas inglesas identificou a existência de processos morfológicos que agiram sobre a substituição das formas urbanas, em três escalas: da planta da cidade, da edificação e do uso do solo. Pelo menos dois verbetes do *Glossário de termos técnicos* fazem referência à temática abordada: *Persistence of inherited forms*; e *Systematic differentiated persistence of forms (principle of)*. Na definição destes termos, Conzen afirmou que o “plano urbano” (composição bidimensional da planta da cidade) é dentre os elementos morfológicos aquele mais persistente e que a longevidade das formas urbanas está relacionada ao seu uso.

Na busca pelas características da gênese dos espaços públicos, no caso português, verificou-se dentre outros resultados que equipamentos civis e religiosos estruturaram o uso e a forma dos espaços livres aos quais estavam associados. Entretanto, comparativamente no tempo, muitos dos exemplares pesquisados passaram por transformações com integral substituição de elementos tridimensionais e bidimensionais originais.

Com isso, a aferição de persistências somente se deu no que concerne a localização ou ao encontro de vias que deram origem as mesmas, sendo detalhada no caso de estudos das praças nas obras *A praça em Portugal*; *Os elementos urbanos*; *O tempo e a forma*; além de teses e artigos dos pesquisadores vinculados ao Prof. Dr. Carlos Dias Coelho e ao laboratório de investigação *FormaUrbisLab*. Para Dias Coelho (2007), amparado em estudos pretéritos e diante da possibilidade de comparar retrospectivamente os elementos urbanos para deduzir os princípios que os teriam gerado, reforça-se um dos fatores que distingue as praças entre si, ou seja, sua gênese, fator pelo qual se justifica uma pesquisa dessa natureza:

geógrafo Raoul Blanchard que são considerados pioneiros na defesa dos estudos comparativos dos planos urbanos para entendimento da evolução urbana.



Um dos factores que mais distingue as praças entre si é o próprio processo que as origina, isto é, se foram o resultado de um processo evolutivo que foi sedimentando progressivamente a sua forma ou, pelo contrário, se foram construídas a partir de um projecto integralmente pré-concebido (DIAS COELHO, 2007, p.30).

Na América Latina, alguns autores procederam com investigações correlatas. Marina Waisman em *O interior da História* (2013) enumera dez conceitos instrumentais para o desenvolvimento de estudos históricos e prática arquitetônica, dentre os quais “as durações históricas”. No contexto nacional, possui relevância o trabalho sistemático e profundo desenvolvido pelos pesquisadores Nestor Goulart Reis, Mauricio de Almeida Abreu e Sergio Buarque de Holanda.

Reis (2004), por exemplo, e em trechos selecionados, dialoga com a hipótese de que estruturas anteriores podem ter condicionado, pela continuidade, estruturas subsequentes. Desse modo seria possível identificar sinais, por meio de análise cartográfica, da direção de uma muralha, que já não existe mais, mas que persiste na composição do traçado das ruas da cidade. Holanda (1994) reconheceu São Paulo como um nó de caminhos identificando, por meio de pesquisa documental textual, diversos trajetos de andanças e expedições no período colonial brasileiro, inclusive o Peabiru. Abreu (2010), em *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, elaborou mapas hipotéticos do Rio de Janeiro do século XVI inclusive com indicação dos caminhos primitivos.

A relação entre a forma pretérita e forma atual dos espaços públicos, poderia ser identificada no centro da cidade de Vitória? A falta de estudos com este perfil sobre o espaço público, em paralelo à identificação de cartografias nas entidades custodiadoras locais que puderam possibilitar este tipo de investigação, levou ao desenvolvimento de um estudo aplicado que se apresenta, em parte, a seguir.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa que envolve além da formação de base teórica, obtida por meio de consulta a documentos textuais, os procedimentos de recolha documental, redesenho em software de geoprocessamento, classificação e análise comparativa de elementos urbanos individualizados desenvolvida em tese de doutoramento (BOTECHIA, 2017).

O procedimento para coleta de dados passou por dois estágios. O primeiro compreendeu etapas de identificação de documentação, recolha documental, periodização, georreferenciamento e redesenho para equalização das representações, utilizando o software QGIS.

Neste estágio foram consultados os bancos de dados de diversas instituições, tais como: Biblioteca Nacional do Brasil, Universidade Federal do Espírito Santo, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves, Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Regional Espírito Santo), Arquivo Geral Municipal de Vitória, Centro de Documentação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade.

No segundo estágio, procedeu-se com a comparação entre as reconstituições de fragmentos morfológicos de tempos distintos e em escalas idênticas, além da sistematização de dados obtidos. Realizou-se a interpretação das informações fazendo um exercício comparativo das diferentes fases da forma urbana, procurando-se analisar a forma externa da praça, em planta baixa, compreendendo inclusive as ruas do entorno imediato.



Não foram avaliados neste momento os elementos tridimensionais do entorno (edificação), tão pouco os elementos constitutivos da praça tais como mobiliário urbano, arborização ou pavimentação. Por outro lado, buscou-se referência na literatura para construção de uma linha do tempo. De modo geral, as questões que neste momento não foram consideradas na análise, serão oportunamente contempladas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o recorte proposto e com o redesenho da cartografia de 1767 foi possível verificar a existência de quatro largos defronte a cada uma das igrejas de São Thiago e da Misericórdia, de Nossa Senhora da Vitória (matriz), de Nossa Senhora da Conceição da Prainha e do Convento de São Francisco e Santo Antônio. A respeito destes largos, a leitura de Novaes (s.d.) e Elton (1999) permitiu recuperar as toponímias que faziam referência a cada um dos edifícios religiosos, respectivamente: Largo do Colégio/ Afonso Brás, Largo da Matriz e Prainha/Largo da Conceição. Sobre a área defronte ao Convento não foram localizados indicativos de toponímia.

Além destes espaços, sem dúvida de uso público e associados à implantação de equipamentos se notam no referido documento cartográfico alguns espaços livres, construídos provavelmente com função comercial, na forma de estruturas que avançavam sobre a linha d'água do tipo cais, com destaque para a inscrição no mapa: “trapiche que foi dos padres da Companhia”. Nota-se ainda neste mesmo documento uma área central e alagada que, na literatura (NOVAES, s.d.), se identificou por “pelames” e ainda outra alusiva ao pelourinho junto à Casa de Câmara e Cadeia, localizada entre a Igreja da Misericórdia e a Matriz.

Com o redesenho da cartografia de 1909, foi possível verificar a existência de cinco praças, nomeadamente: João Clímaco, Pedro Palácios, Santos Dumont, Costa Pereira e Paula Castro. A primeira é uma continuidade, no tempo, do Largo do Colégio embora a forma urbana em 1909 envolva um processo de incorporação de área derivada de demolição de um quarteirão. A Praça Pedro Palácios, por sua vez, com formato retangular que se aproxima da forma da atual Rua Pedro Palácios, parece ser a extensão do lugar do pelourinho registrado no documento de 1767. Já a Praça Santos Dumont é, comparativamente à planta anterior, uma incorporação e ampliação do lugar do Cais Grande (ou Cais da Alfândega), embora ajardinada e urbanizada. A Praça Costa Pereira apresenta-se como área pública, nas imediações do antigo Largo da Conceição e a Praça Paula Castro, por fim, sobrepõe-se ao mesmo lugar dos pelames:

[1858] Cuidava o Governo de dar à cidade logradouros públicos de acordo com o desenvolvimento da população. Por isso, mediante a lei 27, de 26 de julho de 1858, desapropriou, nos Pelames, terrenos adjacentes ao Convento do Carmo e casas, que estavam arruinadas na Rua do Carmo de Baixo (Carmo pequeno) e Ladeira da Várzea, a fim de converter-se a área, desse modo conseguida, numa praça pública, arborizada, com chafariz e tanque de lavar, provido de água da Fonte Grande (NOVAES, s.d., p.236).

Aparece ainda em destaque pelo desenho e pela toponímia, nesta mesma cartografia de 1909, o Jardim Municipal defronte a baía de Vitória. Nesta região litorânea também há inúmeros cais, palco de acontecimentos da cidade. Importante notar que, por comparação, não se trata dos mesmos cais da planta de 1767, transcorridos pouco mais de um século entre um tempo e outro, a linha do litoral já não era mais a mesma tendo passado por aterros:

[1859] Reformou-se o Cais das Colunas, fronteiro ao Palácio Provincial, onde saltariam SSMM. Construiu-se uma ponte, para o desembarque; ergueram-se dois palanques, à direita e a esquerda, junto ao referido cais. Calçou-se a Praça do Cais. Em atenção ao seu elevado destino o Cais do Desembarque, ou das Colunas, recebeu o nome de Cais do Imperador, conservado, até princípios deste século, quando se transformou em Cais Marechal Hermes. Atualmente, com o aterro do Porto é uma praça – Praça Roosevelt [...] (NOVAES, s.d., p.240).

Na planta de 1931, por toponímia indicam-se 4 praças: Praça João Clímaco (**Figura 2**), Marechal Hermes, Oito de Setembro e Costa Pereira. Ainda há indicativos de outras quatro áreas que seriam pretéritas às atuais Praças Irmã Josepha Hozanah, Paço Municipal, Cecília Monteiro e o que, em anos posteriores, viria ser a Praça Dom Luiz Scortegagna. No sentido oposto ao processo morfológico da sobreposição/adaptação, nesta cartografia registra-se o processo de demolição do edificado em favor da ampliação do espaço livre. Um exemplo do que se relata é o “Local destinado para o edifício dos Correios e Telégrafos”:

Localizada onde foi construída a sede dos Correios e Telégrafos, inaugurada em 1934. Antes dessa construção funcionava aí o Mercado Municipal. Esse mercado foi mandado construir em 1871 pelo Presidente Francisco Pereira Correa, sendo o projeto de autoria do engenheiro Manoel Moniz Freire [...] Era um prédio de pedra com três alas, em U, com área interna e alpendres [...]. Foi demolido em 1926 (ELTON, 1999, p.86).

4.1 A Praça João Clímaco

Considera-se como um dos exemplos paradigmáticos para apresentar em detalhe o estudo diacrônico realizado para a Praça João Clímaco (**Figura 3**). Justifica-se esta escolha levando-se em observação que este é o marco fundacional da cidade estando localizado entre as duas principais estruturas religiosas jesuíticas, da época colonial, sediadas na atual na cidade alta, e também por se tratar de exemplar da ação de transformação de um um quarteirão que, uma vez demolido, é agregado a esfera pública tornando-se um espaço livre, mais especificamente uma praça.

Figura 2: Praça João Clímaco e suas fases em dois tempos nas fases de 1911 e 1931



Fonte: Arquivo Geral Municipal de Vitória.

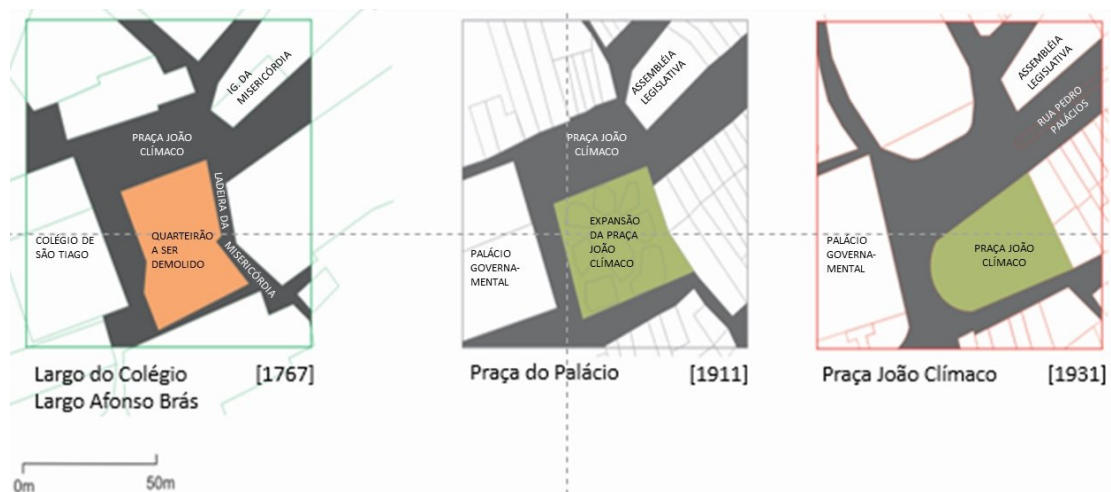
Procedeu-se, como relatado anteriormente, com o estudo morfológico da Praça João Clímaco, por meio do redesenho do mapa de 1767, 1911 e 1931.

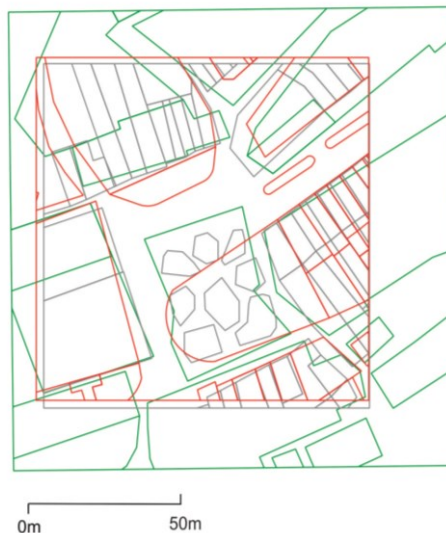
No primeiro documento, aquele de 1767, registra-se a existência de um lugar com características formais de um largo defronte à Igreja e Colégio de São Tiago, rodeado de quarteirões por todos os lados, na região considerada como núcleo fundacional da cidade. Nesse período o espaço público é uma subtração do espaço privado, mas em nada residual posto que estava estrategicamente posicionado entre as (então) igrejas de São Tiago e de Nossa Senhora da Misericórdia. Em destaque na o quarteirão que por ações de intervenção urbana, promovidas durante o Governo Jerônimo Monteiro (1909-1912) será demolido e convertido em ampliação do largo primitivo.

No redesenho da cartografia de 1911 registra-se, a sul, o quarteirão demolido e modificado em Praça do Palácio, construída em um platô no mesmo nível do largo anterior uma vez que a demolição do quarteirão evidencia as características físicas da colina onde o assentamento inicial se deu. É evidente por comparação das plantas que o quarteirão anterior passou por demolição, mas não há retificação ou incorporação do traçado da Praça do Palácio ao prosseguimento das ruas do entorno, sendo mantida por assim dizer o alinhamento da fachada voltada para o Largo do Colégio São Tiago. A forte persistência do traçado é evidente na interpretação por comparação.

No período de 1931, o redesenho da planta mostra as intervenções em termos de realinhamento do espaço público, a norte, pela testada do quarteirão confrontante a Rua Pedro Palácios e, a sul, com a testada voltada para a Rua Nestor Gomes parecendo buscar, por este motivo, integração ao desenho urbano do entorno. Ficam identificadas, na interpretação realizada, as evidências acerca da perda da confrontação das Igrejas jesuíticas Colégio de São Tiago e da Misericórdia que no período já haviam sido demolidas em favor da proposta de tomada das estruturas de poder pelo Estado. O novo eixo visual que se cria a partir das ações de desenho urbano é o eixo mais prolongado desde o Palácio até a Catedral de Vitória. Nota-se que a configuração do traçado urbano deste eixo é em seus aspectos bidimensionais equivalente a forma do traçado urbano atual.

Figura 3: Análise diacrônica comparativa da forma da praça nos períodos de 1767, 1911 e 1931





Fonte: BOTECHIA, 2018.

Comparativa, e preliminarmente, por meio deste redesenho foi possível demonstrar que a primeira fase formal identificada (1767) deriva de planejamento colonial com os largos posicionados frontalmente às igrejas jesuíticas de São Tiago e da Misericórdia. A segunda fase (1911) constata uma tendência à transformação do passado colonial e ao processo de embelezamento da cidade com demolição das duas igrejas e demolição do espaço privado em favor da ampliação do espaço público. Na terceira fase (1931), indica-se o protagonismo da geometria, do ajardinamento e da demarcação de limites entre rua e praça com preocupação do desenho dos quarteirões do entorno como se fossem as fachadas do espaço público. É também passível de identificação o prolongamento do espaço público como espaço de conexão dos poderes religioso e estatal, desde o Palácio do Governo até a Catedral Metropolitana.

O último período de 1931 é formalmente em planta, equivale a atual forma urbana, tendo ocorrido posteriormente alterações na dimensão do edificado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise comparativa dos espaços públicos de exceção e da análise comparativa da planta baixa do bairro Centro nos anos 1767, 1909, 1931 e 2018, foi possível investigar traços da gênese das atuais praças do bairro (**Figura 4**). Com isso, a hipótese inicial de trabalho não se confirmou completamente, mas se ampliou posto que foram identificados além da persistência pelo menos 4 princípios geradores do espaço público e não somente um como argumentado na hipótese inicial de trabalho.

Figura 4: Mapa do bairro Centro com sobreposição da demarcação do limite externo da praça nos anos pesquisados de 1767, 1909, 1931 e 2018



Fonte: BOTECHIA, 2018.

Das 15 praças atualmente existentes, 3 delas tiveram origem em projetos urbanos realizados para o solo criado por meio de aterros promovidos pelo poder público durante a década de 1960, são elas: Praça Francisco Teixeira da Cruz, Papa Pio XII e Getúlio Vargas. Outras 3 praças tiveram como gênese a ocupação de resíduos públicos determinados pelo traçado viário, quer seja na encosta de morros ou na parte baixa da cidade, são elas: Praça Manoel Silvino Monjardim, Hilderico Araújo e Odilon Souza Barboza. A primeira defronte a antiga residência dos Monjardim, no início da Avenida Jerônimo Monteiro, não passa de um estacionamento e as duas últimas localizadas na área de encostas do bairro tem programa simplificado sem equipamentos ou elementos de grande ou médio porte.

Outras praças tiveram origem na demolição de quarteirões inteiros e, conseqüentemente, foram criadas em função de projetos eruditos de higienização e embelezamento da cidade de Vitória nas primeiras décadas do século XX promovidos pelo poder público: Praça João Clímaco (no seu trecho ajardinado), do Rotary, Roosevelt e trecho da Praça Dom Luiz Scortegagna. Podem estar envolvidos nesse processo os projetos urbanos dos arquitetos e engenheiros Viret & Marmorat, Henrique de Novaes e Moacyr Avidos.

Em destaque, dentre todos os casos analisados e pelo confronto direto com a literatura estudada, tornam-se exemplo de casos de persistência de espaços públicos coloniais, principalmente de largos vinculados a equipamentos religiosos e de cais vinculados a atividades comerciais, as Praças João Clímaco, 8 de Setembro, Irmã Josepha Hozanah, Costa Pereira, Ubaldo Ramallete Maia, Dom Luiz Scortegagna, Cecília Monteiro e Praça Roosevelt (em parte).



Não se pode, contudo, considerar que este último princípio gerador relatado seja mero exemplo de permanência da forma urbana, uma vez que houve distorção, agregação e/ou rotação da forma atual em comparação com a pretérita. Configuram-se, portanto, como casos de persistência da localização como indicado na hipótese inicial embora tenham sido construídas a partir de um projeto pré-concebido como alerta sobre esta possibilidade o Professor Carlos Dias Coelho.

Na pesquisa e nas avaliações realizadas também foi considerado como um dos processos morfológicos, o desaparecimento da forma urbana. Isto posto, ao longo do tempo em função principalmente da alteração da linha de litoral devido a expansão da cidade, retificação, criação de ruas e execução de aterros, algumas áreas públicas desapareceram lugar a um cruzamento viário, a Praça João Pessoa/ Praça das Salsichas que foi suprimida e edificada em seu lugar o quartirão sede do edifício dos *Correios e Telégrafos*, o Jardim Municipal derivou em parte para o equipamento cultural denominado *Sesc Glória*, e a Praça Floriano Peixoto que, de fato, ainda permite poucas especulações mas parece ter existido nas proximidades do equipamento cultural Mercado da Capixaba, situado ao longo da Avenida Jerônimo Monteiro.

Como tudo o que dura muito tempo, a forma urbana primitiva não ultrapassou as diversas camadas do tempo sem passar por deformações, intervenções, alterações. Compreende-se com isso o espaço público como elemento fundamental e indispensável ao processo de conservação da memória das cidades pois estes são mais duradouros do que os edifícios.

Com a pesquisa também foi possível aferir mesmo que hipoteticamente alguns dos motivos para a persistência das estruturas públicas pretéritas: a permanência de equipamentos civis ou religiosos que motivaram a construção dos espaços livres; e, possivelmente, as características das linhas topográficas existentes. Por consequência foi razoável entender o peso do espaço livre construindo em afinção com os edifícios das ordens religiosas na construção do espaço público atual da área central, mesmo que algumas daquelas igrejas já nem existam mais.

Neste momento da pesquisa não ficam claras as questões relativas à interferência de processos socioeconômicos na forma das praças senão pela verticalização do entorno, portanto, em análise bidimensional a variável gentrificação não aparece em destaque. Pelo contrário, pode-se avaliar a interferência do sítio físico pois quanto mais próxima praça do núcleo fundacional (uma colina) mais mudanças este espaço experimentou.

A pesquisa bibliográfica e cartográfica realizada também lançou um ponto de luz sobre a importância do estudo do espaço público para aprofundamento da história urbana de Vitória, caso de estudo escolhido que vem detalhando durante anos a pesquisa do edificado. Reconhece-se, com isso, a necessidade de aprofundamento nas questões conceituais e metodológicas desenvolvidas pela tradicional Geografia Francesa inclusive explorando as noções de situação, sítio e da utilização de mapas antigos como instrumento de metodológico.

6 BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de A. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. 2 v.

BOTECHIA, F. R. A forma indelével: estudos morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe. **Tese de doutorado**, São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

BOTECHIA, F. R. **Plataforma digital interativa**: base de dados do atlas urbanístico de Vitória [recurso eletrônico] / Flavia Ribeiro Botechia e Heraldo Ferreira Borges. 1. ed. Vitória: Edição de



autor, 2019. Edital 014/2018 Funcultura/Secult (Governo do Estado do Espírito Santo). Dados eletrônicos (html).

CONZEN, M. R. G. **Alnwick, Northumberland: a study in town plan analysis**. Londres: Instituto Britânico de Geografia, 1960.

DIAS COELHO, C. **A praça em Portugal**. Lisboa: Direcção geral do ordenamento do território, 2007.

DIAS COELHO, C. (coord.) **Cadernos de morfologia urbana: o tempo e a forma**. Lisboa: Argumentum, 2014.

ELTON, E. **Logradouros antigos em Vitória**. Vitória: Edufes/ Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAVEDAN, P. **Qu'est-ce que l'urbanisme?** Paris: Laurens, 1926.

MURATORI, S. et al. **Studi per una operante storia urbana di Roma**. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1963.

NOVAES, M. S. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, s.d.

PINON, P. Défense et illustration de la "loi de persistance du plan": le problème de la survivance du tracé des rues dans les villes françaises d'origine antique. En BALLEST, P. et al. (coords.). **La rue dans l'Antiquité: définition, aménagement, devenir**. Paris: Presses Universitaires de Rennes, p. 129-140, 2008.

PORTAS, N. **Os tempos das formas: a cidade feita e refeita**. Guimarães: Universidade do Minho, 2005.

REIS, N. G. **São Paulo: vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Ministério da Cultura, 2004.

WAISMAN, M. **O interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.



Os sistemas de espaços livres e a cidade:

A percepção da população em relação às praças próximas às intervenções olímpicas do Rio de Janeiro

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

BERTUZZI, Felipe Buller (1); TIBÉRIO CARDOSO, Grace (2);

(1) Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, arq.felipebertuzzi@gmail.com

(2) Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Faculdade IMED, grace.cardoso@imed.edu.br

RESUMO

O presente trabalho visou analisar a percepção da população carioca frente aos espaços livres próximos às intervenções olímpicas da última década na cidade do Rio de Janeiro. Buscou-se, também, verificar a importância do Parque Olímpico para a cidade como um todo, confrontando a sua relevância na visão dos cidadãos enquanto espaço livre da cidade. Essas análises se tornam relevantes devido a interação entre o indivíduo com o espaço contribuir para a construção da identidade da cidade. Essas possibilidades de integração aliam-se à prática de atividades sociais, educacionais, culturais, recreação e contemplação. Portanto, para a análise da percepção dos diferentes perfis de usuários foram aplicados questionários a respeito benefícios, decepções, aspectos positivos e negativos e a motivação para a utilização de tais espaços públicos. Os dados qualitativos foram apresentados em forma de nuvens de palavras, de maneira que as respostas mais frequentes ficassem em destaque. Observou-se, assim, um certo pertencimento a locais mais próximos às suas residências devido às condições de mobilidade turbulentas da cidade. Os motivos que fazem as pessoas se deslocarem até estes espaços, refletem a importância dos mobiliários urbanos, a arborização, a locais para a caminhada e a prática de esportes.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de espaços livres; Percepção dos usuários; Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

O artigo pretende trazer à tona a discussão acerca do espaço público como promotor da convivência humana, a construção e a conformação do espaço a partir do encontro de indivíduos. Na visão de Lynch (1982), essa interação entre o indivíduo com o espaço tende a contribuir para a construção da identidade da cidade. Essas possibilidades de integração em um espaço livre aliam-se à prática de atividades sociais, educacionais, culturais, recreação e contemplação (BALZA, 1998).

Nesse contexto, abre-se um debate para a efetiva utilização destes espaços pela população local. Para Silva (2017), a falta de apreço por espaços públicos pode ter várias origens, como o tempo perdido para o deslocamento entre a residência e o local de trabalho, por exemplo. A falta de utilização do local, que muitas vezes perpassa pela ausência de interesse, tende a culminar em espaços públicos inseguros e sem utilização, evidenciados pela falta de manutenção e de empenho em investir nestes espaços. Desta forma, é necessário observar se estes espaços cumprem seu papel proporcionando os usos que a população busca e, assim, também condicione o poder público a manter este local em condições adequadas.

Ao tornar o espaço livre um local para a promoção da melhoria da vida dos usuários, cria-se, portanto, uma “válvula de escape” para a cidade. Isso permite melhorias nas condições de vida de locais com alta densidade populacional, principalmente nos grandes centros (ANDRADE, BRAGA e TOMAZZONI, 2016).



No caso do Rio de Janeiro/RJ, capital bastante populosa com 6.718.903 habitantes (IBGE, 2019), e escolhida como cidade-sede das Olimpíadas de 2016, recebeu alterações estruturais ao longo da cidade a partir de planos estratégicos para abrigar as necessidades do megaevento esportivo. Para tanto as transformações urbanas abordaram questões de, mobilidade, construção de novos empreendimentos e revitalização de espaços públicos em pontos estratégicos da cidade. As principais foram desencadeadas a partir das expectativas de melhorias da cidade no âmbito do turismo e da requalificação urbana, decorrentes do anúncio da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O setor imobiliário, neste contexto, teve influência importante aos transmitir perspectivas de diferentes naturezas à sociedade, como possibilidades de investimento e desenvolvimento, conforme aponta Costa (2013). Após a declaração do anúncio, algumas áreas da cidade passaram a ser mais valorizadas, como exemplo a Zona Portuária e a Barra da Tijuca, locais que receberam grande parte das competições esportivas. Essas intervenções distribuídas ao longo da cidade já estavam no planejamento justamente para poder receber os Jogos Olímpicos, já havendo expectativas por parte do setor imobiliário que já visualizava estes avanços.

É nesse contexto que o presente trabalho visa analisar a percepção da população carioca frente aos espaços livres da cidade próximos das intervenções olímpicas na última década. Apresenta-se, portanto, uma reflexão crítica acerca da integração entre a população e o meio urbano, bem como a relação entre os espaços livres e a participação do indivíduo como estruturador do espaço. Da mesma forma, busca-se verificar a importância do Parque Olímpico para a cidade como um todo, verificando a sua relevância na visão dos cidadãos enquanto espaço livre da cidade.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho está ligado a uma série de análises qualitativas provenientes da dissertação de mestrado em andamento. Vinculado à problemática de pós-uso, o estudo visa compreender a percepção da população em relação às praças próximas às intervenções realizadas para a ocorrência dos Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Como procedimento metodológico para a coleta dos dados qualitativos da percepção dos usuários, utilizou-se um questionário estruturado elaborado com base no estudo de Camara (2018) e da caracterização socioeconômica a partir dos índices utilizados nas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

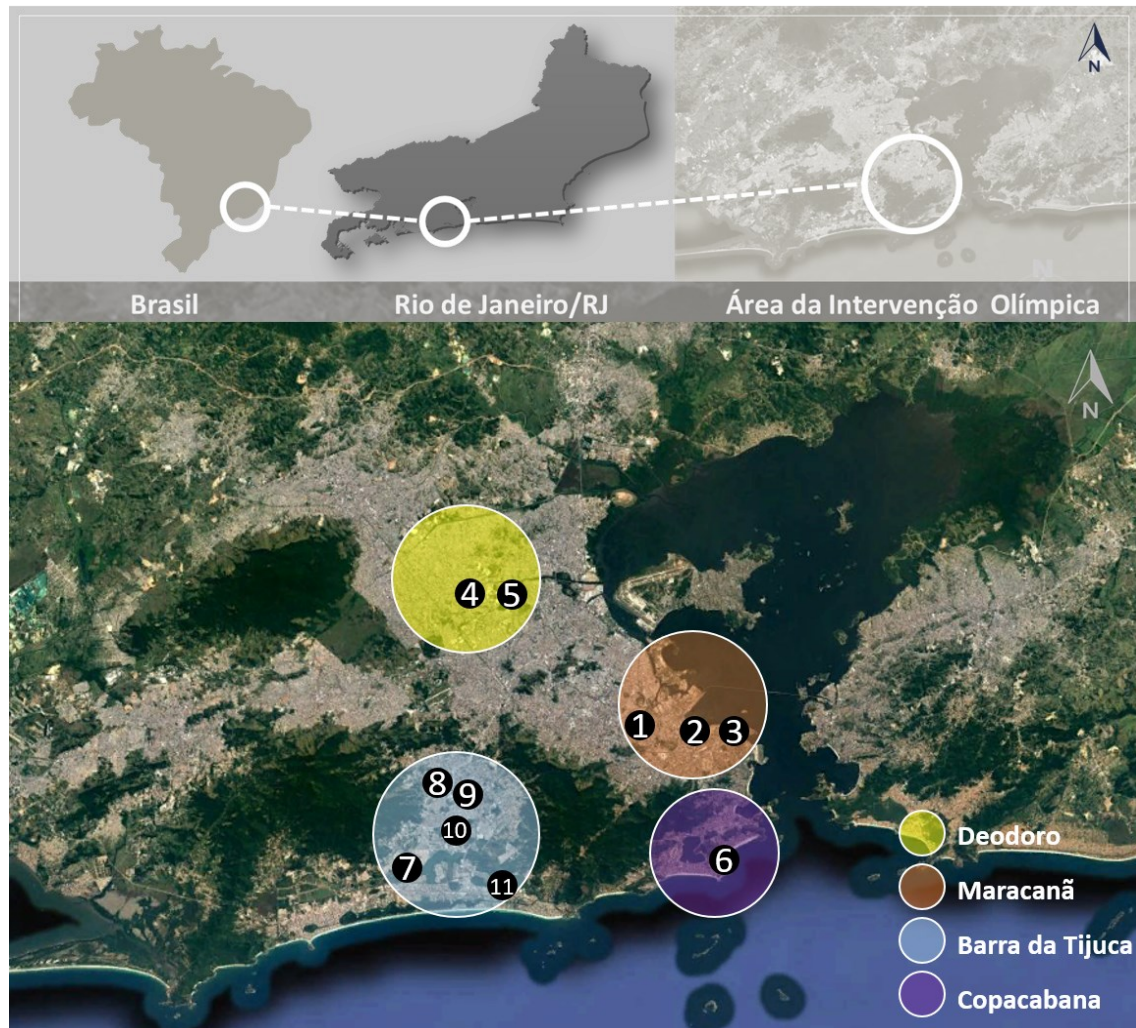
A utilização do questionário em pesquisas qualitativas visa instigar os respondentes acerca da percepção a partir de questões ambientais e pode ser quantificado para garantir uma maior confiabilidade na pesquisa, bem como a não identificação do indivíduo, focando unicamente nas respostas solicitadas (Rheingantz et al, 2009). Mesmo preservando a identidade do indivíduo, a aplicação dos questionários também permite elucidar as características sociodemográficas, relacionando-as às respostas qualitativas de percepção (VILLA e ORNSTEIN, 2013).

A metodologia contou com a aplicação de 110 questionários entre os dias 05 e 20 de agosto de 2019, nos períodos da manhã e início da tarde, por volta das 10h00 e 14h00. O tempo meteorológico obteve-se favorável à aplicação ao possuir poucas variações de temperatura e mantendo-se estável e ensolarado em todas as praças analisadas. O critério de seleção destes locais foi considerar espaços públicos importantes para a cidade, no entorno das áreas de intervenções dos Jogos Olímpicos de 2016, as quais aconteceram na Barra da Tijuca, no Maracanã, em Deodoro e na região de Copacabana (Figura 1). A pesquisa limitou-se aos residentes da cidade do Rio de Janeiro. Utilizou-se como critério de inclusão da pesquisa a abordagem de indivíduos localizados nas quatro regiões de implantação das estruturas olímpicas. Não foram consideradas as

percepções dos indivíduos moradores de outras cidades.

Para tanto, as praças selecionadas para estas análises estão em um raio de 500m a 1000m destes pontos, a fim de questionar a população destes bairros acerca da qualidade das praças e, ao mesmo tempo, sobre o Parque Olímpico e as demais estruturas desenvolvidas em prol do megaevento na última década.

Figura 1: Localização dos locais de aplicação do método



Fonte: Autores, 2019.

As praças situadas próximas ao Maracanã contemplaram a Praça Niterói (1), Praça Muhammad Ali (2) e Praça Mauá (3). Na região de Deodoro, as análises aconteceram na Praça Marechal (4) e no Parque Madureira (5). Em Copacabana, a praça analisada foi a Praça Serzedelo Corrêa (6). As praças situadas na Barra da Tijuca contemplaram a Praça Augusto Ruschi (*Parcão do Recreio*) (7), a Praça Delfos (*Praça B*) (8), o Park Rio 2 (9), a praça Rio 2 (10) e a Praça São Perpétuo (*Praça do Ó*) (11).

A aplicação dos questionários consistiu em perguntas sobre o espaço físico destas praças e a implementação do megaevento esportivo na infraestrutura da cidade, conforme a Tabela 1.

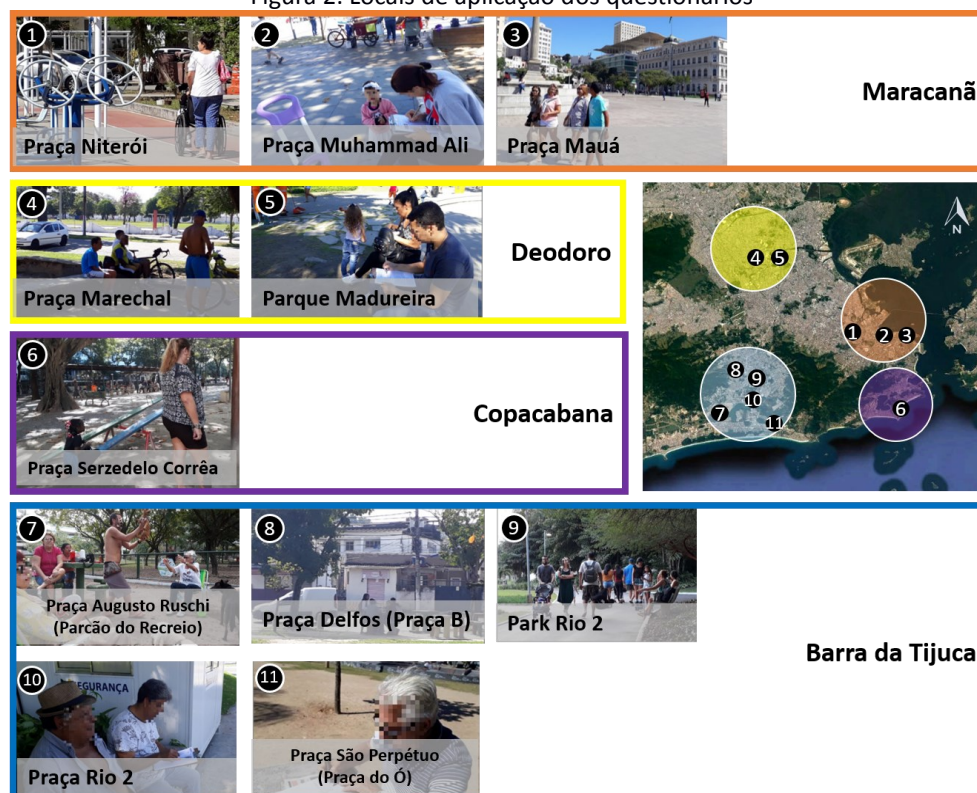
Tabela 1: Perguntas abertas direcionadas aos entrevistados

O que te motiva a utilizar este espaço?
Duas coisas/elementos que você considera mais positivos nesta praça?
Duas coisas/elementos que você considera mais negativas nesta praça?
Na sua opinião, quais foram os benefícios que o Parque Olímpico e as demais estruturas dos Jogos Olímpicos trouxeram para o Rio de Janeiro?
Quais foram as maiores decepções em relação à estrutura física do Parque Olímpico e das demais estruturas dos Jogos Olímpicos?

Fonte: Autores 2019.

A abordagem aos entrevistados contemplou a apresentação breve do projeto de pesquisa, ressaltando a não identificação dos participantes, os quais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ¹ (Figura 2).

Figura 2: Locais de aplicação dos questionários



Fonte: Autores, 2019.

Após o levantamento dos dados, foi desenvolvida uma análise textual a fim de explicitar com maior destaque as palavras que apareciam com mais frequência. Para isso, foi utilizado o *site* desenvolvedor de nuvem de palavras², *wordart.com*, para representar graficamente os resultados da pesquisa.

¹ O documento institucional, emitido pela Faculdade IMED, valida as informações ali descritas e se dispõe a participar da pesquisa ao ser assinado pelo entrevistado.

² O compilamento dos dados foram elaborados por Urio e Costa (2019) a partir das informações levantadas e obtidas na cidade do Rio de Janeiro.



3 O INDIVÍDUO E O ESPAÇO PÚBLICO

Para que um espaço público seja de fato utilizado pela população, é necessário que haja atrativos que instiguem a participação da população e supram necessidades como áreas de lazer, prática de esportes e descanso (MACEDO, 1999). Niemeyer (2015) ressalta que a aproximação indivíduo-ambiente propicia a construção de laços emocionais, a fim de gerar o sentimento de pertencimento ao espaço de convívio. Por outro lado, a falta de interesse por estes espaços tende a gerar reações contrárias, desvalorizando-o e afastando os usuários de sua utilização (JACOBS, 2001).

Além de equipamentos urbanos necessários para a utilização das praças, tem-se a arborização como fator fundamental para a concentração maior de indivíduos que optam pelo descanso e o lazer. Mais do que embelezamento, Segawa (1996) atribui a presença de árvores à higiene pública, servindo com uma vertente salubre da cidade. Em um estudo realizado por Bargos e Matias (2011), a área verde urbana foi conceituada como sendo um espaço com no mínimo 70% de área permeável e que também possibilita locais para o lazer, funções estéticas e ecológicas.

Somado à necessidade de espaços públicos que promovam a interação entre o indivíduo e o ambiente, têm-se decisões políticas que, aliadas a interesses, tomam deliberações de alta relevância para as cidades, principalmente em grandes centros. Uma dessas mudanças foi a revitalização da Zona Portuária e as alterações no entorno imediato do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, às quais impactaram a mobilidade urbano do local a partir do fechamento e da abertura de vias.

Aliado à necessidade de fomento ao turismo, parte das transformações para o megaevento aconteceram em espaços públicos de convívio e passagem, como praças e parques. Por isso, averiguar a qualidade de um espaço de uso coletivo Niemeyer (2015) aponta a necessidade de compreender o seu uso na esfera social e cultural. O entendimento da percepção do usuário a partir de seu convívio no ambiente e a forma de como ele é apropriado, permite compreender a proposta do local, a fim de promover critérios ou diretrizes que melhorem a qualidade do ambiente. Assim, a interação do usuário frente às praças possibilita identificar os atributos qualitativos do espaço, que, segundo Reis e Lay (2006), são conferidos a partir da relação de fatores como personalidade, cultura e memória aos locais que são frequentados (MOSER, 1998; JACOBS, 2000; REIS e LAY, 2006; NIEMEYER, 2015).

Segundo Sinay et al. (2017), a implantação de eventos deste porte necessita de investimento, sobretudo público. Assim, o indivíduo tem o direito de usufruir do espaço moldado a partir da sua contribuição financeira. Partindo desse pressuposto, o legado que uma transformação urbana impacta em uma cidade deve condizer com a geração da responsabilidade social, atendendo a distintos campos sociais durante a concepção das novas estruturas, a fim de distribuir os benefícios em ações concretas, duradouras e responsáveis.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao observar as respostas, percebe-se uma maior aderência por praças próximas aos bairros, as quais são frequentadas continuamente por moradores que deslocam a pé. Por outro lado, muitos atestam um certo desinteresse na utilização das praças ao longo da cidade, consequência da falta de tempo ou a substituição pela praia aos fins de semana – justificativas evidenciadas pelos respondentes.

Esse predomínio de apropriação de praças próximas às residências pelo meio pedonal, permite uma maior dinamicidade no deslocamento, sem se restringir a velocidades, podendo parar a qualquer momento e contemplar os espaços livres (GEHL, 2014). Assim como o Rio de Janeiro/RJ, outros grandes centros também permitem deslocamentos isentos de mobilidade motorizada dentro de um raio de 1000 metros, o qual geralmente abrange praças e demais serviços urbanos vitais à sociedade (Figura 3).

Figura 3: Mapa representativo do raio de abrangência de serviços urbanos em algumas metrópoles do mundo



Fonte: GEHL (2014), adaptado pelo autor, 2019.

Em resposta à primeira questão, que buscou compreender o motivo de se utilizar aquele espaço, os indivíduos retrataram como um local para a prática de exercícios e para descanso (Figura 4). De maneira geral, houve apontamentos específicos de tipos de atividades físicas, como a prática de esportes e caminhada. Também foram evidenciados como motivação de utilização do espaço como descanso, devido a presença significativa de arborização na maioria das praças analisadas. De maneira geral, pôde-se observar a busca por espaços visam suprir as necessidades faltantes em cada residência, como aparelhamentos urbanos que garantem a prática esportiva e outras atividades. Cassou (2009) traz à tona a os fatores que motivam as pessoas a visitarem estes espaços, os quais remetem à distância, ao tamanho e à atratividade das pessoas até parques e praças. Por isso, a procura por estes espaços para o lazer ou o descanso, mesmo em locais bem ou mal equipados, tendem a ser decididos por conta das distâncias menores a serem percorridas.

Figura 4: Respostas mais seguidas acerca da motivação pelos espaços escolhido



Fonte: Autores e colaboradores, 2019.

Ao serem questionados sobre os aspectos positivos, percebe-se um *feedback* favorável em relação à infraestrutura das praças, como os mobiliários destinados ao público infantil e os bancos para descanso, retomando o caráter de definido por Balza (1998), o qual define a variedade destes espaços livres como sedo de múltiplas atividades e atingindo diferentes tipos de público (Figura 5). Por outro lado, os aspectos negativos apresentados pelos indivíduos ressaltaram a necessidade de manutenção, pontos de abandono e a sensação de insegurança nestes espaços (Figura 6). Ao comparar as duas figuras, pode-se observar que, ao mesmo tempo em que os espaços são elogiados devido à infraestrutura, há certa contradição quando se observam os aspectos negativos. Estima-se que essa contradição aconteça devido a conformação da população em ter espaços e funções mínimas no ambiente, sempre necessitando de melhorias para a satisfação completa dos usuários.

Figura 5: Respostas mais seguidas acerca dos pontos positivos



Fonte: Autores e colaboradores, 2019.

Figura 6: Respostas mais seguidas acerca dos pontos negativos



Fonte: Autores e colaboradores, 2019.

Com o intuito de abordá-los sobre a inserção dos Jogos Olímpicos na cidade, foram questionados sobre os benefícios e as decepções ocasionados à cidade após a implementação do megaevento

(Figuras 7 e 8). Visto que grande parte das modalidades aconteceram no Parque Olímpico da cidade por demandar de grandes investimentos em relação às estruturas físicas, as perguntas foram direcionadas a este espaço em específico. Nota-se, também, respostas parecidas com as já levantadas pelo estudo desenvolvido por Bertuzzi e Cardoso (2018), os quais já identificaram a problematização de criação de legados à cidade a partir da implementação da estrutura do Parque Olímpico devido aos grandes custos de sua construção.

Figura 7: Respostas mais seguidas acerca dos benefícios obtidos pelos Jogos Olímpicos



Fonte: Autores e colaboradores, 2019.

Figura 8: Respostas mais seguidas acerca das decepções obtidas pelos Jogos Olímpicos



Fonte: Autores e colaboradores, 2019.

Mais do que a percepção, as abordagens aos usuários permitiram compreender a atual preocupação do indivíduo com o espaço em que vive. Notou-se certo pertencimento a locais mais próximos às suas residências devido às condições de mobilidade tumultuosas pela cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a análise da interação entre o indivíduo e o espaço contribui para a construção da identidade da cidade, a investigação acerca destes atributos nas praças permitiram visualizar essas relações no que tange às atividades sociais, educacionais, culturais, recreação e contemplação. Nesse sentido, o trabalho visou analisar a percepção da população carioca frente aos espaços livres próximos às intervenções olímpicas da última década na cidade do Rio de Janeiro, verificando, também, a importância do Parque Olímpico para a cidade como um todo.

No caso das praças estudadas, o público entrevistado destacou a importância destes locais para o lazer da população, destacando a necessidade de investimentos duradouros, somados ao cuidado pela população que o usufruiu. Assim também os indivíduos dispostos pelas praças exaltaram o incentivo à utilização de todo o espaço do Parque Olímpico para eventos de diferentes tipos, bem como um espaço para a prática de exercícios e de esporte. Por outro lado, mantém-se a ideia de desperdício de investimento público nas grandes áreas ali construídas em detrimento de outras que, na visão destes indivíduos, são mais urgentes. De qualquer forma, a falta de manutenção anunciada pelas mídias televisivas e as promessas de melhoramento urbano em diferentes locais da cidade, ampliam a ideia de um evento mal sucedido após gastos extraordinários e sem retorno à população.

Apesar de todo este processo ainda estar acontecendo, nos três anos subsequentes aos Jogos



Olímpicos a sua utilização não regula com a capacidade que todo o espaço tende a oferecer à sociedade. Munido por eventos pontuais e segregador de público, o local aguarda o aumento de interesse imobiliário para a produção de novos empreendimentos ao seu redor.

Propõe-se para este estudo, ainda em andamento, elucidar outras comparações de diferentes locais da cidade acerca dos espaços públicos espalhados pela cidade. Assim, pretende-se obter informações que auxiliem na tomada de decisões do poder público para o melhoramento urbano e pontuar diretrizes que promovam o bem estar a todos os cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Ao auxílio financeiro proveniente da taxa do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Ao Prof. Dr. Carlos Costa do curso de Administração da Faculdade IMED, e à estudante do curso de Psicologia da mesma instituição, Alana Urio, pelo auxílio na adequação dos questionários para o tratamento estatístico, e na elaboração das nuvens de palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Lucas Goulart; BRAGA, Débora Cordeiro; TOMAZZONI, Edegar Luis. Os espaços democráticos de lazer e a gestão dos clubes da comunidade (CDCS) da cidade de São Paulo-SP. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, SP, v. 5, n. 1, p.28-38, 2016.

BALZA, Sergio F. León. Conceitos sobre o espaço público, gestão de projetos e lógica social: reflexões sobre a experiência chilena. *Eure (santiago)*, Santiago de Chile, v. 24, n. 71, p.27-36, mar. 1998.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual**. *Revsbau*, Piracicaba, v. 6, n. 3, p.172-188, 2011.

BERTUZZI, Felipe Buller; CARDOSO, Grace Tibério. Apropriação e qualidade no ambiente construído: A percepção do usuário frente aos usos no espaço livre. In: XIV ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 14., 2018, Santa Maria. **Anais do XIV ENEPEA - Encontro nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. Santa Maria: Enepea, 2018. p. 270 - 281.

CAMARA, Inara Pagnussat. **Análise da percepção dos usuários do Parque da Gare - Passo Fundo/RS**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Meridional Imed, Passo Fundo, 2018.

CASSOU, Ana Carina Naldino. **Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba, PR**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COSTA, Giuliana. Sedar megaeventos esportivos vale à pena? **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 29, p.159-178, jan. 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo, Sp: Perspectiva, 2014. 280 p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loylola, 2010, 349 p.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População estimada para a cidade do Rio de Janeiro/RJ**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>>. Acesso em: 20 out. 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das grandes cidades**, São Paulo: Martins Fontes, 2001, 510 p.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**, Lisboa: Ed. 70, 1982, 207 p.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAU-USP/Fapesp, 1999, 143 p.

MOSER, Gabriel. **Psicologia Ambiental**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 3, n. 1, p.121-130, 1998.

REIS, Antônio Tarcísio da Luz; LAY, Maria Cristina Dias. Avaliação da qualidade de projetos:: uma abordagem perceptiva e cognitiva. **Ambiente Construído**, Porto Alegre/RS, v. 6, n. 3, p.21-34, jul. 2006.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica. Observando a qualidade do lugar: Procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ, 2009. 119 p.

SEGAWA, Hugo. **Ao Amor do Público: jardins do Brasil**. São Paulo: Nobel, 1996, 255 p.

SILVA, Kelly. A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do Direito à Cidade e do Planejamento Urbano. *Revista de Direito da Cidade*, [s.l.], v. 9, n. 4, p.1586-1605, 23 out. 2017. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rdc.2017.29263>.

SINAY, Laura; SINAY, Maria Cristina Fogliatti de; PASSOS, Fabio Vinicius de Araujo; BRAGA, Iluska Lobo. Megaeventos, legado e sustentabilidade: o caso da Cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p.612-627, ago. 2017.

URIO, Alana; COSTA, Carlos. Adequação dos questionários para o tratamento estatístico e elaboração das nuvens de palavras. Passo Fundo, 2019.

VILLA, Simone Barbosa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Qualidade Ambiental na Habitação: Avaliação Pós-Ocupação. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.



A Paisagem Urbana Histórica da Rua da Aurora: um olhar sobre a ação da legislação no desenho da paisagem

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

(1) Arquiteta e Urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU (Bolsista FACEPE),
Universidade Federal de Pernambuco, mi.torresms@gmail.com

(2) Profa. Dra. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco,
anaritarcarneiro@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo trata da Rua da Aurora, uma das frentes d'água do centro histórico da cidade do Recife-PE, onde se observa um conflito existente entre as legislações em vigor, pois estas não convergem para a proteção da paisagem urbana. O objetivo do trabalho é investigar os processos de intervenção na Rua da Aurora, a fim de observar a atuação da legislação no desenho da paisagem que se tem hoje, inserindo-a no âmbito de estudo da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH) e da integridade visual. Para tanto, observa-se três principais períodos dessa PUH: (i) tempo 1: o início das modificações da paisagem; (ii) tempo 2: o período da conservação; (iii) tempo 3: o segundo momento de modificações. Como conclusão, a pesquisa destaca o papel da legislação como guia no desenho da paisagem, observando a necessidade de inclusão da noção de paisagem e de integridade visual dos conjuntos urbanos. Nesse contexto, explorar a abordagem da PUH e sua correlação com a questão visual apresenta-se como um possível caminho para o avanço no campo das políticas de conservação da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Paisagem Urbana Histórica; Rua da Aurora.

1. INTRODUÇÃO

A rua da Aurora, uma das frentes d'água do centro do Recife-PE, é uma referência histórica para a cidade. Sua paisagem de cais do rio Capibaribe se revela bastante diversificada, uma vez que nela se encontram edifícios modernos; o casario do século XIX; edifícios verticais que, nos últimos anos, vem inserindo uma nova tipologia em sua margem; além da presença de pontes históricas e da vegetação de mangue. Considerando toda sua extensão, entre os bairros da Boa Vista e de Santo Amaro, observa-se um conflito entre as legislações em vigor, pois estas não consideram a rua como uma unidade ou convergem para a proteção da paisagem urbana. Tendo em vista a paisagem que se apresenta hoje, questiona-se: em que medida as legislações urbanísticas e preservacionistas influíram na atual imagem da paisagem da Rua da Aurora?

Assim, é no âmbito dos redesenhos aos quais estão submetidas as paisagens das cidades, em função da ação das legislações urbanísticas que atuam na integridade visual das mesmas, que se estabelece o tema desenvolvido neste trabalho, o qual traz a discussão da paisagem no contexto da abordagem da Paisagem Urbana Histórica (PUH).

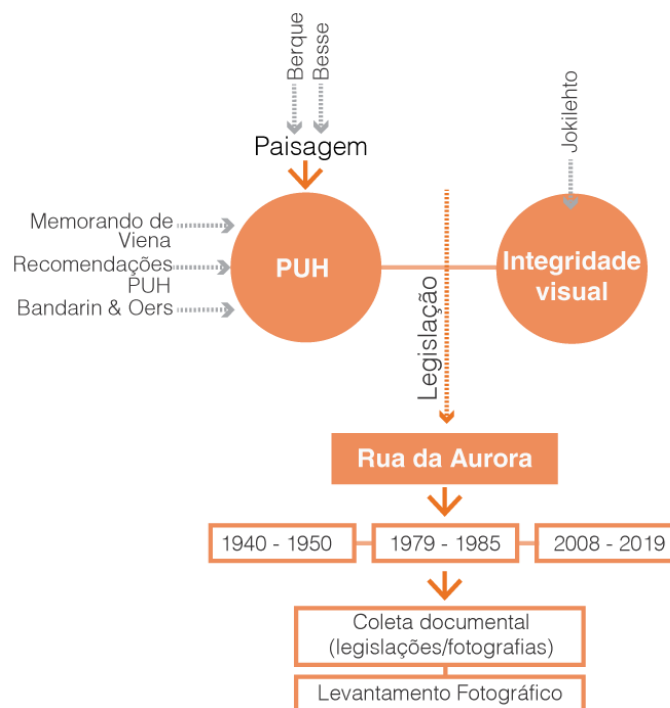
A noção da PUH é formulada em 2005, por meio do Memorando de Viena (UNESCO, 2005), em resposta a um cenário de insuficiência de parâmetros de restrição para as solicitações das expansões urbanas das cidades, diante do aumento de casos de empreendimentos que estimulam uma crescente verticalização próxima à áreas históricas, com a preocupação de proteger a identidade das paisagens urbanas. Em seu estudo, o conceito de integridade – observado nas dimensões sociofuncional, estrutural e visual – é uma peça fundamental (JOKILEHTO, 2010). Aqui

destaca-se a integridade visual, que é relativa à imagem visual que resulta dos processos de construção ao longo do tempo (JOKILEHTO, 2010). A pesquisa é fruto dos estudos que estão sendo realizados no desenvolvimento da dissertação pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE.

Diante deste contexto, o artigo tem como objetivo investigar os processos de intervenção na Rua da Aurora, a fim de observar a atuação da legislação no desenho da paisagem que se tem hoje, inserindo-a no âmbito de estudo da abordagem da Paisagem Urbana Histórica e da integridade visual. Para tanto, observa-se três principais períodos dessa PUH: (i) tempo 1: o início das modificações da paisagem; (ii) tempo 2: o período da conservação; (iii) tempo 3: o segundo momento de modificações.

A investigação se fundamenta, primeiramente, na noção de paisagem trazida por teóricos como Besse (2014) e Berque (1994), chegando à abordagem da PUH por meio de documentos da UNESCO e com a contribuição de Bandarin e Oers (2014). Para a integridade, apoia-se nas considerações de Jokilehto (2010) sobre a integridade visual no âmbito da PUH. O método de análise da pesquisa tem como foco a questão visual, a imagem, permeada no âmbito da história e que foi apropriada pela população. Os procedimentos metodológicos envolvem, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento fotográfico da rua da Aurora hoje e a coleta documental de legislações urbanísticas e preservacionistas, de planos específicos e de fotografias, compatíveis com o recorte temporal do trabalho e essenciais para a compreensão das modificações desencadeadas na paisagem em estudo. No esquema abaixo pode-se compreender o percurso metodológico realizado:

Figura 1: esquema de análise



Fonte: Autora, 2019.



2. PAISAGEM: DA MANIFESTAÇÃO NA ARTE À PAISAGEM URBANA HISTÓRICA

Besse (2014) indica a paisagem como uma totalidade dinâmica e evolutiva, atravessada por diferentes fluxos, não se limitando aos elementos naturais e humanos que a constituem. E sua organização espacial traduz a organização de uma sociedade e suas tradições culturais, pois ela é produzida dentro de um conjunto de práticas e valores que, de certo modo, ela simboliza (BESSE, 2014).

A noção de paisagem se estruturou culturalmente, no mundo ocidental, com o Renascimento europeu, no século XV. Berque (1994) afirma que a paisagem europeia nasce na medida em que a natureza se liberta da história sacra, sendo a descoberta da paisagem na pintura e o desenvolvimento da perspectiva como técnica, contemporâneos. Assim, é enquanto forma visual autônoma que a paisagem nasce na Europa. Já como palavra, aparece apenas anos após os primeiros quadros de paisagem (BERQUE, 1994).

Uma diferença radical acontece no oriente, no qual a China teria sido a primeira das civilizações paisagísticas, com a gênese da noção de paisagem datada do séc. IV da nossa era (BERQUE, 1994). O *Shanshui* (“as montanhas e as águas”) é o termo chinês utilizado para se referir à paisagem, ele carrega os valores morais e traduz que, para os chineses, a paisagem sempre foi mais do que o meio ambiente, um sentido explícito que transpõe o meramente físico (BERJMAN, 2008). Assim, a paisagem se enraíza na religião e na moral, nascendo primeiro na palavra e na literatura antes de se manifestar na pintura. Contudo, tanto na Europa como na China, a pintura teve grande influência na percepção da paisagem, ao traçar a união e a relação entre a arte e a natureza.

Segundo Berque (1994), a paisagem se revela como uma entidade relacional, possuindo particular correlação com as condições específicas de um ambiente, pois os seres vivos não existem a não ser em relação, seja entre si ou com o mundo físico. Assim, a compreensão de paisagem vai acontecer na relação do ser humano com o meio ambiente, de modo físico (material) e simbólico (imaterial), indo além da maneira como se vê, pois envolve os demais sentidos e estimula o espírito e a imaginação (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2012). A paisagem saiu do tempo em que sua definição relacionada ao panorama natural era satisfatória e entrou numa relação mais complexa, caracterizando-se numa nova perspectiva no campo do projeto urbano e da concepção das cidades (BESSE, 2014).

É na década de 1920 que o conceito de paisagem foi incorporado à Geografia Cultural, por meio do geógrafo Carl Sauer, para o qual a paisagem seria uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais (SÁ CARNEIRO E SILVA, 2012). As definições de Sauer foram a base para a institucionalização da Paisagem Cultural como categoria do Patrimônio Histórico-Cultural em 1992, pelo Comitê do Patrimônio Mundial. A nova categoria passou a compreender áreas constituídas por especificidades que as tornam únicas e portadoras de diferentes valores (materiais e imateriais).

Com o reconhecimento da Paisagem Cultural, que contemplou, em grande parte, áreas remanescentes de ecossistemas, começaram a surgir debates e conflitos acerca de suas restrições em relação às ambiências urbanas. E devido a uma falta de parâmetros para um equilíbrio das expansões e do crescimento vertical nos centros urbanos, houve um aumento nos casos de novas construções no entorno de monumentos e áreas de paisagens históricas que ameaçavam a proteção do patrimônio cultural. Em resposta a este cenário, que conta com a complexidade da noção de paisagem (SÁ CARNEIRO & SILVA, 2012), é formulado em 2005 o conceito de Paisagem Urbana Histórica (PUH), por meio do Memorando de Viena (UNESCO, 2005), resultado de uma conferência internacional sobre o Patrimônio Mundial e a Arquitetura Contemporânea.



O termo presente no documento tinha por intenção ir além das tradicionais expressões de “conjuntos” ou “entornos”, englobando num contexto mais amplo os valores e as características dos elementos constitutivos da estrutura urbana, sendo relativo às paisagens que moldaram a sociedade moderna e tem grande valor para a compreensão de como vivemos hoje.

O Memorando (UNESCO, 2005) indica a importância do senso de lugar, considerando a conexão emocional entre o ser humano e seu ambiente e aponta que uma profunda compreensão da história, da cultura e da arquitetura do lugar seria essencial para o desenvolvimento de uma estrutura de conservação que conecta desenvolvimento ao respeito à autenticidade e integridade do território. Também destaca a organização espacial, as relações visuais, a vegetação e até mesmo elementos de pequena escala como elementos constituintes da identidade de uma PUH.

Para Bandarin & Oers (2014), a PUH é concebida como um instrumento capaz de integrar as políticas e práticas de conservação dos conjuntos urbanos e foi a partir de uma *planning meeting* realizada em 2008 na sede da UNESCO, que ocorreu uma importante atualização na noção, na qual o ponto chave foi a aceitação das mudanças como inerentes à condição urbana.

Em 2011 a UNESCO publicou as Recomendações sobre a PUH, na qual sugere uma abordagem paisagística para identificação, conservação e gestão de áreas históricas em seus contextos urbanos, considerando as inter-relações de suas formas físicas e naturais, organização e conexão espacial, assim como seus valores sociais, culturais e econômicos, levando em conta, neste contexto, a natureza dinâmica das cidades. A PUH, como instrumento de gestão, está intrínseca a um relacionamento equilibrado e sustentável no ambiente urbano e natural, entre as necessidades das gerações presentes e futuras e o legado histórico do passado. O documento destaca que o contexto da PUH também abrange as percepções e relações visuais, os padrões de ocupação do solo e a organização espacial (UNESCO, 2011).

Segundo Jokilehto (2010), para ser histórica, uma paisagem urbana deve ser entendida como resultado de um processo gradual ao longo do tempo, não sendo necessário que todo um lugar seja protegido como patrimônio nacional, podendo facilmente referir-se a paisagens locais. E o reconhecimento de uma PUH seria fundamentalmente uma questão cultural, baseada no conhecimento de nossos recursos patrimoniais e na avaliação crítica das dinâmicas associadas.

O autor faz uma correlação com a teoria da restauração de Brandi, o qual afirma que a restauração deve visar o reestabelecimento da unidade potencial de uma obra de arte (BRANDI, 2004). A unidade potencial desse modo, carregaria a essencialidade da obra, não podendo ser perdida no processo de restauração. Para Jokilehto (2010), essa ideia pode ser vista em identificação com a integridade de uma PUH. Dessa maneira, a definição da condição de integridade torna-se uma característica chave. O autor sugere sua categorização nas seguintes dimensões: sociofuncional; histórico-estrutural e visual; onde cada uma deveria ser levada como referência para definição apropriada de estratégias de proteção e conservação em áreas históricas.

A integridade sociofuncional está relacionada à identificação de funções e processos nos quais a evolução do bem ao longo do tempo foi baseada. Já a integridade histórico-estrutural, se refere ao estado de conservação dos elementos individuais do lugar. A integridade visual, por sua vez, é relativa à imagem visual que resulta dos processos de construção e transformação ao longo do tempo e as abordagens para sua salvaguarda dependeriam da identificação e reconhecimento da significância dos elementos individuais como parte do todo na paisagem (Op. Cit.). Jokilehto (2010) ressalta que a PUH não deve ser avaliada simplesmente por sua beleza estética, mas sim como resultado de processos históricos, sociais, culturais e econômicos que levaram à sua forma atual.

Retornando à Brandi, o autor, posteriormente, chega a nomear “integridade visual ou unidade potencial”. Neste contexto, compreende-se então, que seria por meio da integridade visual que se

pode observar a essência da PUH, e tendo em vista as inevitáveis mudanças, é preciso que haja instrumentos que guiem essas modificações para que, como no processo de restauração, a essência desse patrimônio não se perca.

A preocupação com a questão visual está presente no Memorando de Viena (UNESCO, 2005) e nas Recomendações da Paisagem Urbana Histórica (2011) mas, no século XIX, Giovannoni já as enunciava. A preocupação com o “ambiente” urbano, pelo autor, envolvia tanto os edifícios e os espaços abertos, como incluía as condições em que se encontravam esses elementos reunidos, como iluminação, visadas e perspectivas (CABRAL, 2013). Giovannoni delineia recomendações para uma harmonia entre o velho e o novo, a fim de garantir a continuidade da percepção da “atmosfera artística” que cada cidade possui.

Sendo do interesse da pesquisa compreender a Rua da Aurora como paisagem e no âmbito da Paisagem Urbana Histórica, a partir das contribuições teóricas observadas, tem-se como princípio que o entendimento da noção de paisagem vai acontecer na compreensão das relações entre sujeito e objeto e entre os elementos que a compõem, que por meio de um processo cultural, transformam a Rua da Aurora em paisagem. Dessa maneira, ao entender as relações que atualmente se dão no território, assim como as relações pretéritas, que deixaram seus traços, é possível revelar as marcas históricas que se expressam tanto visualmente, pela imagem e sua percepção, como os traços da vida cotidiana, do território apropriado pela sociedade. Para o trabalho, que tem como premissa analisar a integridade visual, o foco está nos traços que se expressam visualmente, transmitindo a história e a identidade da paisagem, revelando sua “atmosfera artística”, como enunciado por Giovannoni.

3. A RUA DA AURORA

A cidade do Recife, estando majoritariamente localizada numa planície recortada por rios, possui uma paisagem distinta, intimamente associada às águas, às áreas de mangue e às remanescências da Mata Atlântica (SÁ CARNEIRO; DUARTE; MARQUES, 2009). Tendo a água como protagonista em sua morfologia, a cidade é moldada por importantes frentes d'água que historicamente se destacam. Dentre elas, está a Rua da Aurora, que possui 2,2 km de extensão e encontra-se delimitada entre os bairros da Boa Vista e Santo Amaro, entre as Pontes da Boa Vista e do Limoeiro (figura 2).

Figura 2: Localização Rua da Aurora. 1- Ponte da Boa Vista; 2- Ponte Duarte Coelho; 3- Ponte Princesa Isabel; 4- Ponte do Limoeiro; 5- Av. Conde da Boa Vista; em pontilhado, o limite da rua.



Fonte: Google Earth 2019, modificado pela Autora.

Conquistada gradativamente do Rio Capibaribe durante o século XIX, “é das poucas ruas que permanece fiel à vocação primitiva que definiu o caráter da cidade” (FUNDARPE, 1983, s/p). Seria uma das poucas, nas palavras de Gilberto Freyre, “caracteristicamente recifenses”, não só por ser contemplada pelo rio, mas também por possuir alguns dos mais autênticos e belos sobrados oitocentistas e “na leitura visual da rua é impossível deixar de mencionar as várias pontes que interligam os bairros da Boa Vista e Santo Antônio, que unem a Rua do Sol à Aurora” (Op. Cit.). Assim, esta frente d’água se configura como um dos cartões-postais mais emblemáticos da cidade (figura 3). Sendo uma das paisagens mais representativas do Recife, é indicada por Veras (2014) como o postal que mais emociona.

Figura 3: Rua da Aurora e *Flamboyant*.



Fonte: Arthur de Souza. Folha de Pernambuco, 2019.

Com sua localização privilegiada, possui uma estreita conexão com os elementos naturais. As águas do Capibaribe a emolduram, possuindo valor como elemento compositivo de destaque, abarcando as pontes e refletindo o *skyline* histórico em suas águas. O rio proporciona uma comunhão entre o natural e o construído, se não fosse sua localização e a presença das águas, talvez a rua e sua paisagem não possuíssem o mesmo valor no imaginário urbano.

De acordo com Luna (1994, s/p), “Para contemplar a rua da Aurora, é preciso esquecer o homem prático, mero transeunte, e entregar-se ao despojamento da emoção [...] a rua parece reclamar dos indiferentes que não percebem seus contrastes, desvalorizando suas rugas”. Luna (1994) também ressalta a rua como musa inspiradora de artistas plásticos, poetas, cronistas e músicos, que a transformaram em “versos, cores e paixões de gerações de artistas, de marisqueiros, madrugadores e enamorados” (LUNA, 1994, s/p.).

Ao sair da Aurora poetizada e expressa nos cartões-postais pelo recorte homogêneo do casario, e passando a observar a rua como um todo, observa-se como sua paisagem é heterogênea, pois a partir de diferentes perspectivas revelam-se distintas características. Destaca-se também, os elementos que contribuem para engrandecer essa paisagem, como os exóticos *Flamboyants*, que localizados na Rua do Sol, enquadram o casario nos cartões-postais (figura 4).

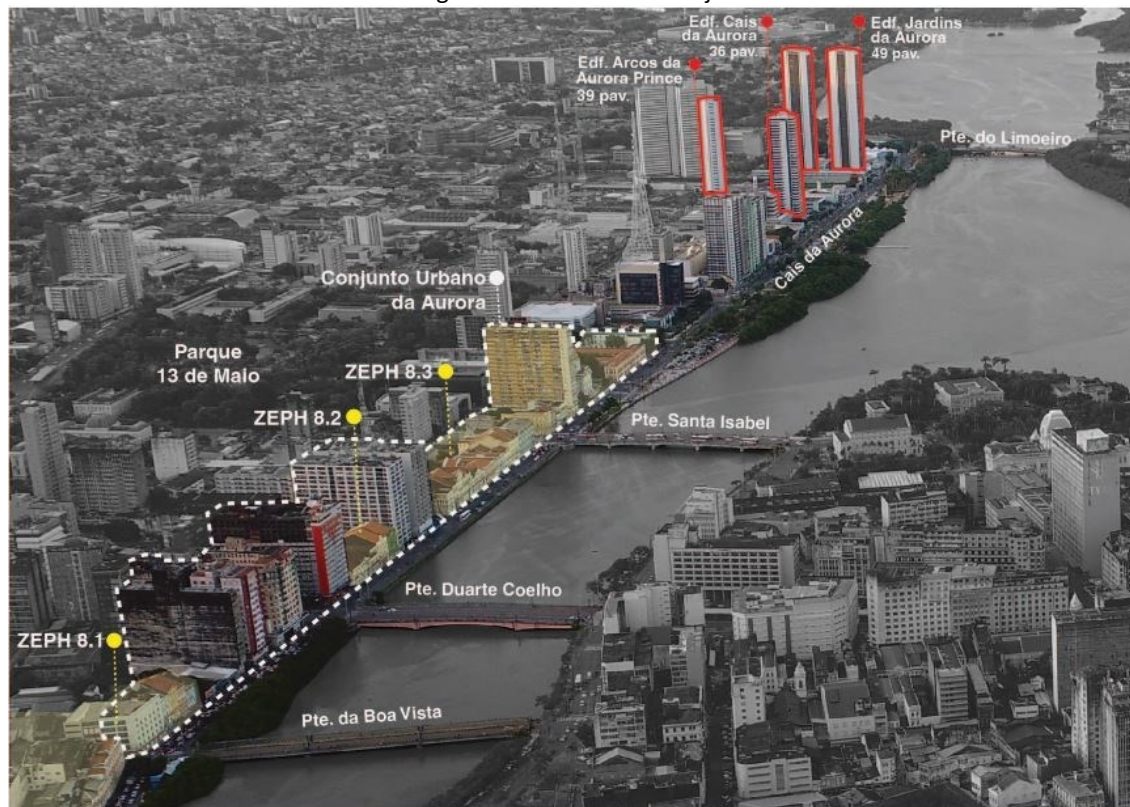
Figura 4: Vista da Rua da Aurora a partir da Ponte Duarte Coelho.



Fonte: MOURA, 2017.

Seu *skyline* expressa os períodos de ocupação e modificações pelos quais passou e ainda passa, caracterizando o que Besse (2014) exprime sobre a paisagem ser uma sucessão de rastros e pegadas que se superpõem no solo e constituem sua espessura simbólica e material. Desse modo, ao observar os diferentes elementos e formas de ocupação presentes na rua da Aurora, entende-se que essa paisagem historicamente se constrói como um palimpsesto. São diferentes camadas históricas e diferentes legislações que atuam sobre esta frente d'água que se vê permeada entre a história do Bairro da Boa Vista e de Santo Amaro. Tem-se a presença de áreas de ZEPHs (Zonas Especiais de Preservação Histórica), há o tombamento a nível estadual, que constitui o “Conjunto Urbano da Aurora”, enquanto na outra ponta de sua margem, encontram-se edifícios verticais que chegam a 49 pavimentos (figura 5).

Figura 5: Rua da Aurora hoje.



Fonte: Berg Alves, 2019, modificado pela Autora.

Analisar a Rua da Aurora e sua integridade visual no âmbito da PUH, consiste em considerá-la como uma unidade de paisagem, cuja compreensão vai acontecer por meio da identificação das principais camadas do palimpsesto que configura sua atual imagem. Assim, visa-se compreender os principais processos de intervenção nesta paisagem e a atuação das legislações no desenho da imagem que se tem hoje. Neste exercício, pode-se observar três principais períodos do palimpsesto dessa PUH: (i) tempo 1: o início das modificações da paisagem, que constitui o primeiro período de mudanças sobre a silhueta primitiva, a partir da inserção dos primeiros edifícios verticais; (ii) tempo 2: o período da conservação, caracterizado pela iniciativa de salvaguarda de um trecho da rua, que proporcionou um “freio” nas alterações que vinham se encaminhando; (iii) tempo 3: o segundo momento de modificações, que consiste no atual cenário, onde observa-se um crescimento de edifícios com tipologia e altura destoantes de seu entorno.

3.1. Tempo 1: o início das modificações na paisagem

Entre as décadas de 1940 e 1950, o Recife passou por muitas modificações atreladas a demolições e redesenhos da malha urbana. Os planos tinham como objetivo estimular o adensamento do tecido urbano para continuar a expansão na área central da cidade. A Rua da Aurora, que possuía, até meados de 1940, uma paisagem de caráter residencial, reconhecida por seus sobrados, casarões e palacetes, passou a ser alvo de planos urbanísticos vinculados aos ideais modernistas.

O pontapé inicial das modificações ocorreu com o alargamento da Rua Formosa, para dar lugar à Av. Conde da Boa Vista, aprovado em 1944. Esta via já constituía um importante percurso no início do século XX, seu alargamento é projetado como parte de um dos eixos do sistema viário metropolitano e também tinha por intenção, proporcionar uma continuação do modelo da Av. Guararapes, buscando criar uma transição entre a “cidade velha” e a nova cidade ou “novo centro” (SILVA, 2001).

As principais demolições decorrentes dessa medida ocorreram nas duas esquinas com a Rua da Aurora, onde foi sacrificada a Igreja dos Ingleses, a antiga residência do Barão de Beberibe e mais quatro sobrados por ele construídos. Em 1946, antes das novas normativas, o edifício Duarte Coelho começa a dar lugar a anterior locação da igreja inglesa, tornando-se o primeiro edifício vertical a se impor nas margens da Aurora (figura 6).

Figura 6: Antes e depois da inserção do Edifício Duarte Coelho na Rua da Aurora.



Fonte: Acervo Digital FUNDAJ, modificados pela autora.

Em julho de 1946 é sancionado o Decreto municipal nº27, que altera a altura mínima de pavimentos exigida nas ruas consideradas de maior importância para a área central da cidade. A liberação de altura para as construções voltadas a essas ruas impulsiona a cultura modernista, que

passa a marcar de maneira significativa a configuração tipológica dessas vias, nas quais os edifícios de grande altura vão gradativamente marcando presença na paisagem (REYNALDO, 2017). A Rua da Aurora, incluída entre as ruas demarcadas, teve a alteração da exigência de três pavimentos mínimos, para oito, com altura máxima livre.

Neste mesmo período, a Comissão do Plano da Cidade havia começado a estudar a modificação do parcelamento e da construção existente ao longo da Rua da Aurora. Assim, as resoluções para novas construções no local foram aprovadas de acordo com proposta do Escritório Técnico, que indicou que “as construções deveriam ser em blocos isolados e separados por áreas livres com largura mínima de 6 m” (REYNALDO, 2017, p.322) e seguia as diretrizes gerais presentes no Decreto n°27.

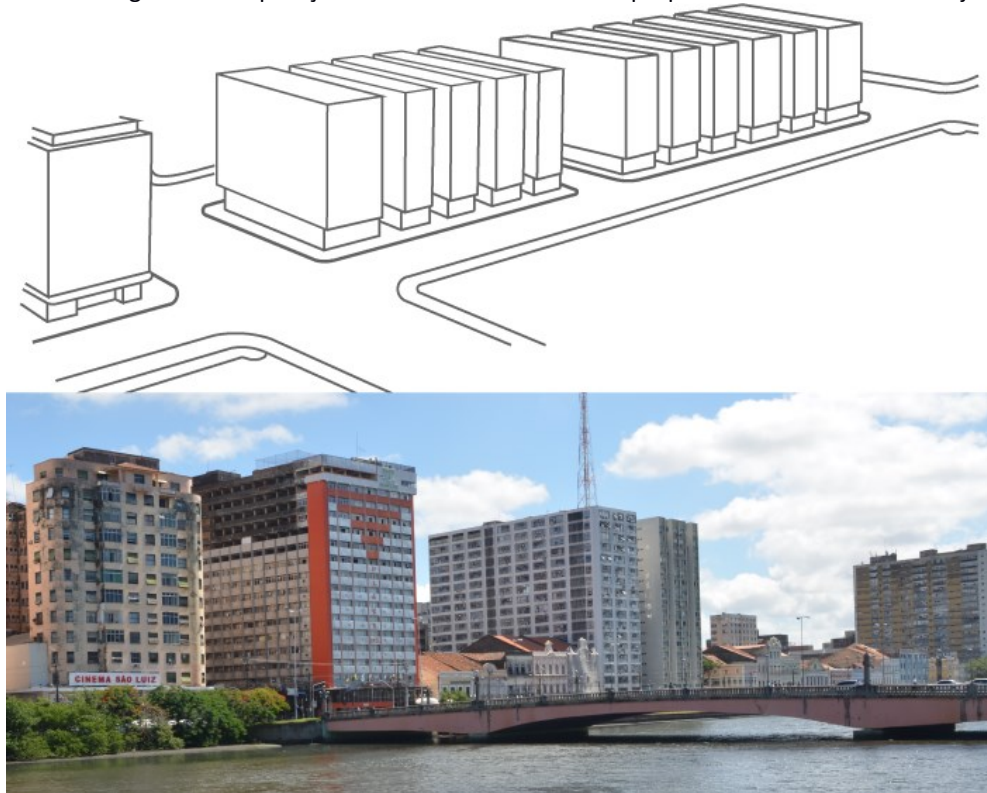
A composição formal da proposta, entre a Av. Conde da Boa Vista e a Rua Princesa Isabel, caracterizou-se pelos princípios do repertório modernista e expressava uma imagem bastante homogênea, com quadras retangulares e uma tipologia de edifícios em prismas isolados (figuras 7 e 8), claramente havendo uma falta de diálogo com o tecido urbano preexistente e a história do lugar. A verticalização proposta, tida sob o ponto de vista do “progresso”, tinha como consequência a anulação dos sobrados históricos – que a mais de um século demarcavam essa paisagem – por “novos edifícios modernos, maiores e mais altos” (SILVA, 2001, p.12), levando a um redesenho do traçado urbano.

Figura 7: Redesenho da Implantação e anatomia do edifício tipo proposto no projeto de 1946.



Fonte: REYNALDO, 2017, modificado pela Autora.

Figura 8: Comparação volumetria do redesenho proposto e a Rua da Aurora hoje.



Fonte: RECIFE, 1946; MOURA, 2017, adaptados pela Autora.

É neste contexto que se tem o início da experimentação de modelos arquitetônicos da arquitetura moderna na Rua da Aurora, e os novos edifícios que despontam a partir da década de 1950, advém como reverberação dessas normativas de 1946. A influência tipológica e de implantação do plano de quadra chega até a década de 1980, quando se tem a construção do último edifício vertical na margem da Rua da Aurora nos limites do bairro da Boa Vista.

3.2. Tempo 2: o período da conservação

Em 1979, houve a indicação de zonas de proteção para esta área da cidade, a partir do Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR – lei nº13.957/1979), sendo a primeira legislação de caráter preservacionista que atua sobre a Rua da Aurora. Desse modo, alguns segmentos de sua silhueta e trechos limítrofes a mesma, são demarcados como ZPR (Zonas de Preservação Rigorosa) e ZPA (Zonas de Preservação Ambiental). Essa mesma delimitação proposta pelo PPSH (figura 9) permanece até os dias atuais, agora com a designação de ZEPH (Zonas Especiais de Preservação Histórica), de acordo com a legislação municipal¹.

¹ De acordo com o Plano diretor do Recife, lei nº 17.489/2008, as zonas ZPR 1; ZPR 3; ZPR 4; ZPA, instituídas pelo PPSH, estão respectivamente para as atuais: ZEPH 8.1; ZEPH 8.2 e ZEPH 8.3 da Boa Vista.

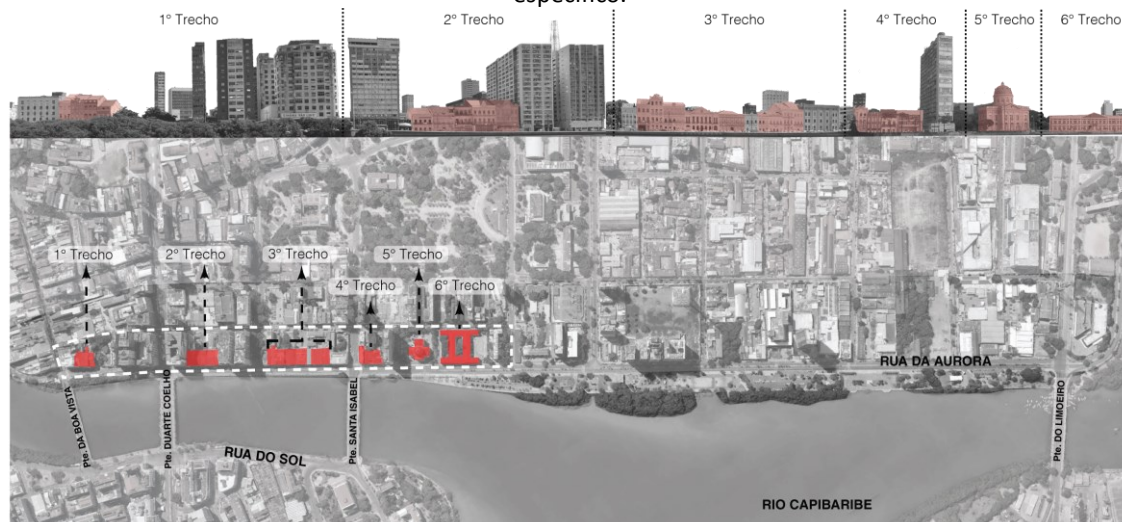
Figura 9: Zoneamento proposto pelo PPSH/RMR na Rua da Aurora.



Fonte: Google earth, 2019, adaptado pela autora.

Seis anos após o PPSH, em 1985, ocorre o tombamento, a nível estadual pela FUNDARPE - Decreto Estadual nº 10.714/85 - de um trecho da rua da Aurora, entre as ruas da Imperatriz e João Lyra, denominado de “Conjunto Urbano da Aurora”, pela FUNDARPE. O intuito era salvaguardar a silhueta primitiva da rua e impedir que os exemplares remanescentes do século XIX fossem substituídos por edificações indiferentes à ambiência urbana existente, como ocorrido com os edifícios construídos desde a década de 1950, “que romperam com a escala urbana ancestral e nada acrescentaram como contribuição social ou em termos de qualidade de vida” (FUNDARPE, 1983, s/p). O tombamento instituiu uma poligonal que se subdivide em seis diferentes trechos, nos quais há o tombamento das edificações de maior destaque de modo isolado (figura 10).

Figura 10: Demarcação do polígono do “Conjunto Urbano da Aurora” e os trechos de tombamento específico.



Fonte: A Autora, 2019.

Por meio do tombamento, por mais que a intenção tenha sido o discurso da conservação da rua como conjunto, a preservação indicada ocorre de maneira fragmentada, com maior foco nas edificações do século XVII. Não há nenhuma indicação no documento relativa ao controle das quadras adjacentes ou para o plano de fundo desta paisagem, reforçando um pensamento



“isolado” de preservação. Assim como o polígono do PPSH, o tombamento se volta para um mesmo trecho da Rua da Aurora, deixando o questionamento sobre porque se deixa de lado o restante de sua margem.

3.3. Tempo 3: o segundo período de modificações

Atualmente, a Rua da Aurora está passando pelo que se poderia indicar de segundo momento de grandes modificações. Observa-se uma crescente verticalização nas mediações do bairro de Santo Amaro, devido, principalmente, a especulação do setor imobiliário, que vem instalando uma nova imagem no local, longe da poética Rua da Aurora dos cartões-postais (figuras 11 e 12).

Figuras 11e 12: Vista da Rua da Aurora a partir da Ponte do Limoeiro; vista aérea do cenário.



Fonte: A Autora, 2017; Berg Alves, 2019.

O crescimento da especulação do setor imobiliário nessa área é consequência da revisão do Plano Diretor de 2008 (Lei nº 17.489/2008), que modificou o coeficiente construtivo do bairro de 3 para 5,5 e sem limite de gabarito estipulado. Essa decisão teve como justificativa alterar o cenário de algumas áreas que previamente faziam parte das zonas comercial e industrial do bairro, e abrigavam, em sua maioria, galpões, que geravam grandes vazios de baixa dinâmica para o lugar (SANTANA, 2019).

O impacto do adensamento ocasionado fez com que em 2015, fosse instituído o Decreto municipal 28.841/2015, que estabeleceu o “congelamento” da área entre a Rua da Aurora, Av. Norte, Av. Cruz Cabugá e Av. Mário Melo – perímetro que passou a ser conhecido como “Quadrilátero” de Santo Amaro - suspendendo pelo período de 18 meses análises de novas construções iguais ou maiores que 1.000,00m², para que o local pudesse ser estudado e novos parâmetros urbanísticos pudessem ser instituídos.

Diante desse cenário, enquanto observa-se uma consolidação da paisagem no trecho do bairro da Boa Vista, segmento onde há a forte presença das legislações preservacionistas, no trecho da Rua da Aurora nos limites de Santo Amaro, a poética da rua é esquecida em meio às renovações sem parâmetros adequados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o contexto exposto, nota-se que, a partir da década de 1940, há uma perda da imagem da paisagem oitocentista da Rua da Aurora e a consolidação de uma nova imagem no imaginário urbano, uma paisagem que se consolida com a presença dos novos edifícios modernistas,



intervenções que sofrem um “freio” a partir da atuação das legislações preservacionistas municipal (1979) e estadual (1985) de valorização do patrimônio histórico.

Porém, as iniciativas de preservação ocorrem na margem ribeirinha que, historicamente, sempre possuiu maior destaque, devido à presença do casario, que se fixou na identidade recifense. A margem nos limites do bairro de Santo Amaro ficou de fora de qualquer medida relativa à preservação ou controle. Como consequência, se instalou o atual cenário, no qual há uma inserção de torres que rompem com a relação de escala do conjunto histórico. Um contexto que evidencia que as legislações urbanísticas nunca consideraram a Rua da Aurora verdadeiramente como uma unidade em suas diretrizes, além de não dialogarem com as legislações de preservação.

Identifica-se também que, quando não há a consideração da paisagem histórica, reconhecida pela sociedade, procurando relacioná-la com as novas propostas de intervenção e redesenho, há um desencadeamento e implementação de estruturas arquitetônicas dissonantes com a imagem preexistente, e estas estruturas vão impactar visualmente não só no *skyline* imediato, mas na integridade visual de toda a paisagem.

Tendo em vista o importante papel das legislações como guias no desenho da paisagem da Rua da Aurora, observa-se a necessidade da noção de paisagem e de integridade visual dos conjuntos urbanos estarem inseridas nelas, para que prejuízos à imagem visual de paisagens históricas deixem de ser agravantes no campo de desenvolvimento das ambiências urbanas. E neste contexto, explorar a abordagem da PUH e sua preocupação com a questão visual podem nos dar importantes resultados e pistas para o avanço no âmbito das políticas de conservação da paisagem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FACEPE pelo apoio financeiro à pesquisa em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDARIN, F; OERS, R; **El paisaje urbano histórico**. La gestión del patrimonio em un siglo urbano. Madrid: Abada Editores, 2014.

BERJMAN, Sonia. **El Paisaje y el Jardín como elementos Patrimoniales**. Una Visión Argentina. in Paisagens Culturais: contrastes sul-americanos. TERRA, C. E ANDRADE, R.O. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

BERQUE, **Augustin. Paisagem, Meio e História**. 1994. In: Paisagem Textos 2. Tradução: Vladimir Bartalini. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2012.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**. Exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. 2004. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. 2013. Tese (doutorado). Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



FUNДАРPE, **Proposta de Tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora**. Processo nº3522, de 14.10.1983.

JOKILEHTO, Jukka. **Notes on the definition and safeguarding of HUL**. 2010. Disponível em: <<http://www.ct.ceci-br.org/novo/revista/viewarticle.php?id=162>> Acesso em: 30 out. 2016

LUNA, Moema. **O Recife acorda na Aurora**. Diário de Pernambuco. Recife, 9 de março de 1994. Caderno Viagem.

RECIFE, Lei Municipal nº 17.511/2008. 29 de dezembro de 2008. **Plano Diretor da Cidade do Recife**. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/17511/>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

RECIFE, Lei Municipal nº13.957/1979. **Plano de Preservação de Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife**. Recife, 1979

REYNALDO, Amélia. **As Catedrais Continuam Brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife**. Recife: Cepe, 2017.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; DUARTE, Mirella; MARQUES, Eliábi A. **A conservação da paisagem na perspectiva de um sistema de espaços livres públicos do Recife**. Paisagem Ambiente: ensaios - n. 26, São Paulo. p. 127 – 141. 2009.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Aline de Figueirôa. **Paisagem Urbana Histórica**. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes. Plano de Gestão da Conservação Urbana: conceitos e métodos. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Olinda, 2012. p. 292-301.

SANTANA, Andresa Bezerra. **Dos mocambos aos arranha-céus: o processo de formação do solo e estruturação espacial do bairro de Santo Amaro, Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

SECCHI, Bernardo. 2006. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva.

SILVA, José do Amaral. **A arquitetura do urbanismo e o urbanismo da arquitetura: o estudo comparativo dos conjuntos das Avenidas Guararapes e Conde da Boa Vista**. 2001. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

UNESCO, **International World Heritage Expert Meeting on Visual Integrity**. Índia, 2013. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/events/documents/event-992-12.pdf>>. Acesso em: 1 de nov. 2016.

_____, **Recomendações sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Paris. 2011. Disponível em: <[http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMEN_DACAO .pdf](http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMEN_DACAO.pdf)> Acesso em: 25 mai. 2018.

_____, **Vienna Memorandum on “World Heritage and Contemporary Architecture Managing the Historic Urban Landscape**. 2005. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-15ga-inf7e.pdf>>. Acesso em: 24 de out. 2016

VERAS, Lucia M. **Paisagem Postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife Urbano**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.



A Rua e os Espaços Livres como Potenciais Educadores

Um estudo da Avenida Francisco Glicério, Campinas-SP.

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

SILVA, Juliana Damas C. (1); MERLIN, José Roberto (2);

(1) Acadêmica, FAU Pontifícia Universidade Católica de Campinas, juliana.dcs@puccampinas.edu.br

(2) Orientador, FAU Pontifícia Universidade Católica de Campinas, jrmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

As estruturas urbanas interferem diretamente no comportamento humano. São lugares produzidos por inúmeras interações, experiências e ações de diferentes agentes, moldados por procedimentos do desenho urbano e do planejamento. As formas espaciais instigam sensações, comportamentos e sentimentos, que remetem ao processo dialógico do conjunto de seus habitantes. Dentre elas, ruas e praças são lugares de concentração humana, que possibilitam desenvolver empatia, alteridade e troca de conhecimentos produtivos ou mesmo conflitos. Os pressupostos da Carta das Cidades Educadoras, escrita pela Associação das Cidades Educadoras (AICE), salientam a cidade como uma “grande escola”, que oferece um amplo leque de conhecimentos provedores da convivência fraterna ou mesmo do enfrentamento do inesperado e do inédito, características próprias à vida urbana. Este artigo objetiva desvelar os parâmetros que transformam as ruas e os espaços livres em lugares potencialmente educadores. Para tal, as pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas da temática foram avaliadas em procedimentos empíricos na avenida Francisco Glicério, em Campinas-SP, buscando relacionar o papel da rua e dos espaços públicos no processo de educação do cidadão. Buscou-se também entender estes espaços em relação às necessidades da comunidade, como lazer e áreas de permanência, sob a ótica da convivência e da troca de conhecimentos.

PALAVRAS-CHAVE: rua, espaços livres, cidades educadoras, pedagogia da rua, educação.

1 INTRODUÇÃO

A cidade é mutável e polivalente, um espaço com inúmeras funções, construída e mantida por muitas mãos e em constante mudança. É gerada para a vida coletiva, com grande diversidade de ocupações, formas e classes sociais. Suas formas deveriam ser adaptáveis aos quereres e necessidades de seus cidadãos. Existem maneiras para que a cidade possa se expressar e o senso comunitário deveria ser o responsável por concretizá-las, através da mobilidade e dos usos coletivos dos espaços, para que o ambiente urbano se torne um lugar singular, organizado e identificado.

O espaço pode instigar sensações, comportamentos e sentimentos, que se remetem ao diálogo do conjunto de seus habitantes. A cidade como espaço amplo, seguro e livre oferece inúmeros aprendizados. Mesmo que espontâneos e despercebidos, os espaços da cidade ensinam a enfrentar o inesperado, diferentemente dos espaços contidos e programados das escolas, complementado, assim a formação integral do ser humano. É o conhecimento explícito e o conhecimento tácito que somados permitem ver a cidade como um forte instrumento do conhecimento e da educação. Dentre esses espaços, ruas, largos e praças são sempre lugares de concentração humana, que possibilitam treinar a alteridade e a trocar conhecimentos de todas as



formas. As vias também formam redes responsáveis pelo deslocamento, transformando-se nos principais meios de ordenamento do complexo urbano. Quando os caminhos se diferenciam pela qualidade espacial, com um sistema de iluminação peculiar, um conjunto de texturas, cheiros e sons ou arborização, compõem um cenário contínuo e unificado que tendem a enraizar o cidadão. Da mesma forma, esse cenário pode restringir relações interpessoais ao se tornarem incômodos, desagradáveis e perigosos.

Pelo método adotado buscou-se desvelar a cidade como uma “grande escola”, por meio dos princípios da Carta das Cidades Educadoras da AICE, visando estudar a cidade de Campinas, sob a ótica da morfologia urbana e da pedagogia da rua, levando em conta parâmetros espaciais inerentes à arquitetura e ao urbanismo. Além de pesquisas bibliográficas e realização de fichamento relativos à temática, essa pesquisa foi feita em sites especializados da área de arquitetura e urbanismo, de modo que, buscou entender a morfologia e definir parâmetros e características que tornam os espaços potencialmente educadores. Durante todo esse período foram feitas “leituras flutuantes”, com o objetivo de compreender o tema, assim como sua concepção e importância. Por fim, foi realizada a pesquisa empírica; uma análise da Avenida Francisco Glicério, em Campinas-SP, buscando entender a relação da rua e dos espaços públicos, suas dinâmicas e potencialidades, como uma das formas de transformá-los em um espaço educador. Complementando, foram confeccionados mapas e tabelas de avaliação dos espaços, a fim de aprofundar seu entendimento e buscar alternativas para transformá-los em espaços potencialmente educadores.

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente as grandes cidades são policêntricas, já não se sai do bairro para ir ao centro, cada grupo percorre apenas uma área da cidade, onde realiza suas tarefas habituais, o que intensifica as dificuldades dos habitantes em se identificarem com o entorno de onde vivem e trabalham. Mudanças econômicas e novas oportunidades de trabalho são os motivos que levam a mobilidade da população e, à medida que mais carros tomam as ruas, mais espaços lhes são planejados e a rua, portanto, passa a ser um lugar somente de passagem. São os chamados meios técnicos, científicos e organizacionais e a rede de vias de transportes, que geram esta nova forma de vida.

As pessoas buscam no meio urbano novas oportunidades de emprego, de educação e de uma vida melhor. Desse modo, cresceram desmesuradamente e a descentralização ocorreu como uma forma de buscar espaços para todos, porém, nem todos esses espaços foram urbanizados. A cidade passou então a ser setorizada entre “dentro e fora”, “centro e periferia” e hierarquizada, tendo seus espaços caracterizados como bons ou ruins. Atualmente, a população não sabe ao certo aonde a cidade grande começa, nem onde termina e, portanto, possuem pouca experiência de viver a cidade como um todo, pois ela é percebida de forma fragmentada. Por essa razão, a população passa a percorrer e a se identificar apenas com o setor da cidade no qual realiza suas tarefas habituais. Consequentemente, a experiência urbana está se perdendo e os laços de solidariedade e a ideia de pertencimento estão se esgotando.

Atualmente, as sociedades estão em declínio da experiência, mas com intensificação da vivência segundo Muricy (1999) que considera: que a experiência está relacionada à memória, individual ou coletiva, ao inconsciente e à tradição; e que a vivência é análoga a existência privada e à solidão. Consequentemente, os lugares estão perdendo significados advindos do processo de enraizamento do cidadão e o poder de transformar a cidade em um bem coletivo fica cada vez mais inatingível. O processo de globalização e a constante incerteza, a forte concentração da riqueza e o alto grau de tecnologia trouxeram pobreza e marginalidade, descaracterizando e polarizando a cidade



enquanto lugar para todos. Lendo os espaços conhecemos melhor o mundo, como Richard Rogers afirma no prólogo de “Cidades para pessoas”:

Cidades – assim como livros – podem ser lidas (...). A rua, os caminhos para pedestres, a praça e o parque são a gramática da cidade; fornecem a estrutura que permitem às cidades nascer, estimular e acomodar atividades, daquelas quietas e contemplativas às ruidosas e agitadas. (GEHL, 2013, p. XI)

Em outros tempos os espaços públicos tinham maior importância que nos tempos atuais; a ágora, por exemplo, era espaço de manifestações e de encontros da sociedade. Com o uso intensificado de redes sociais, o aumento dos shopping centers, a insegurança e o descuido progressivo dos espaços públicos, as pessoas passaram a frequentar menos ruas e praças da cidade para atividades que não sejam circulação. O papel dos espaços livres públicos da cidade como espaços gregários parecem ter esmorecidos, mesmo tendo os espaços públicos como únicos lugares representativos da vida coletiva, sem distinção de raça e classe social.

Hoje, esses espaços são tidos como segregadores, mercadorias para o consumo de poucos, ou seja, ainda que públicos, poucos se beneficiam desses espaços teoricamente comum a todos (SERPA, 2013). Muitas pessoas sentem medo de andar pelas ruas à noite, pela falta de iluminação e de atividades comerciais funcionando e pela presença de moradores de rua. A maioria das pessoas também não frequentam espaços públicos pela falta de oferta de usos, somando-se ao repugno gerado pelo espaço, em sua maioria, degradado e abandonado. Se fossem dotados de infraestrutura e de mobiliário urbano poderiam se tornar espaços com grande potencial educador, útil, sem segregação e de uso coletivo.

A experiência de uma cidade viva não se limita a quantidade, multidões ou ao tamanho da cidade, mas sim pelo sentimento de que o espaço público é convidativo e agregador, criando significados e mapas mentais interessantes. Porém, a mobilidade, através dos automóveis, isola o indivíduo e faz com que não se relacione com a vida pública. Esse isolamento é ainda mais agravado em detrimento dos espaços públicos, que às vezes geram insegurança e uma sensação de não pertencimento. Caminhar (ou pedalar) pelas ruas geram relações interpessoais mais efetivas, desde que seja garantida a qualidade do espaço. No Brasil, a segurança é crucial: uma rua escura e sem movimento não é convidativo para passagem. Fachadas ativas, poucos muros, iluminação, proteção contra intempéries e arborização são os principais fatores que garantem a segurança das ruas.

Se reforçarmos a vida na cidade de modo que mais pessoas caminhem e passem um tempo nos espaços comuns, em quase todas as situações, haverá um aumento da segurança, tanto do real quanto da percebida. A presença de “outros” indica que um lugar é bom e seguro. Há “olhos na rua” e frequentemente “olhos sobre as ruas” (...) (GEHL, 2013, p.99).

O papel positivo da pedagogia da rua é justamente transformar esse espaço considerado “não lugar” em local de convívio da comunidade, propondo-se à diversidade étnica e social, tirando proveito das diferenças para aprender na convivência fraterna. Como as vias são os elementos urbanos mais predominantes na vida coletiva, as pessoas criam mapas mentais das ruas lembrando suas morfologias, com fachadas características, marcos ou monumentos, equipamentos públicos e, quase sempre, os roteiros de circulação se transformam em hábito fazendo com que as ruas se tornem importantes referências para o usuário.

Segundo a Carta das Cidades Educadoras, para promover e desenvolver as capacidades de seus habitantes – com foco nos jovens e nas crianças, mas incorporando todos os grupos -, a cidade deve exercer e desenvolver o papel de educadora simultaneamente às funções tradicionais, como econômica, política e prestação de serviços. Para alcançar esse objetivo, atualmente existem alguns desafios, dentre os quais: investir e incentivar a educação singular de cada pessoa e



desenvolver seu potencial; promover a igualdade social e o respeito mútuo; unificar e potencializar os fatores que transformam a cidade em uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões. Segundo Gatti (2003, p.8) a qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua.

Um experimento feito na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, pelo professor Philip Zimbardo, em 1969, relatou que as pessoas são influenciadas pelo ambiente em que vivem. A chamada “Teoria das Janelas Quebradas” se originou do experimento no qual dois carros idênticos foram abandonados em dois bairros diferentes, um no Bronx, em Nova Iorque, bairro conflituoso e pobre, e o outro em um bairro rico de Palo Alto, na Califórnia. No período de uma semana, o carro do Bronx foi deteriorado e tudo o que havia nele foi roubado ou destruído, enquanto em Palo Alto, o carro não foi tocado. Os pesquisadores desconfiados com o resultado continuaram experimentando. Decidiram quebrar o vidro do carro que estava na Califórnia, e depois de uma semana o carro foi encontrado como o que estava em Nova Iorque, destruído. Os resultados dos experimentos mostraram que os comportamentos agressivos não se atem apenas a grupos sociais de baixa renda, mas que as atitudes do homem são influenciadas, também, pelo ambiente. O vidro quebrado do carro transmite ideia de desinteresse, deterioração e despreocupação, criando a ilusão de que não existem leis, vigilância ou regras, fazendo com que as pessoas se sintam livres para quebrar as normas de convivência. Um vidro quebrado induziu ao “vale tudo”. Verificou-se que cada novo ataque depredador reafirma e multiplica essa ideia, até que se torna incontrolável, resultando numa “violência irracional”, que parece estar ligada ao zelo pelos objetos e espaços urbanos.

É possível relacionar esses resultados ao espaço público. Se houvesse fiscalização, os primeiros ataques violentos, como pichações e degradações, poderiam ser advertidos e, se houvesse uma recorrente manutenção, os atos repugnantes não seriam repetidos por outros. Imagina-se que os espaços públicos seriam mais conservados e, conseqüentemente, mais atraentes aos cidadãos. O mesmo pode ser feito com as ruas, com o problema do lixo, com a degradação dos pontos de ônibus e dos outros mobiliários urbanos que são de grande importância para o dia-a-dia do cidadão.

A rua, assim, é espaço-tempo de diversas práticas sociais e quaisquer definições deste espaço tem que levar em consideração a diversidade de perspectivas que o compõe, bem como a pluralidade cultural que o transpassa. Ou seja, a rua não é monocultural e nem estática. É local simbólico e concreto de tensões socioculturais e de (re)construções constantes da vida. (ALMEIDA, JUNIOR, SOUZA, 2016, p.03)

Fatores subjetivos, de caráter cultural, são responsáveis por fazer que um mesmo espaço seja interpretado de diversas maneiras, por cada usuário. Assim, cada pessoa usando um mesmo espaço, imprime nele uma marca própria, com informações de sua origem, crença, visão de mundo e gostos pessoais, transformando os espaços em catalizadores de formação humana. Porém, há uma concepção hegemônica no Brasil, de que a rua é vista como um local perigoso e, conseqüentemente, o que fazem parte deste espaço também são temerários, como dançarinos de rua, pessoas que vivem ou moram nas ruas e pessoas que usufruem da rua como espaço para uso de drogas. Essa visão ainda é potencializada pelos noticiários e programas policiais de televisão, que constroem uma visão negativa da rua e não de um espaço de convivência de diversas culturas.

Por muitas vezes a rua se transforma em um lugar mediador e de expressão cultural, com músicas e danças, que são usados pelos usuários apenas como oportunidade de ocupar o tempo com algo prazeroso vinculado ao lazer. A rua como um espaço de culturas, é onde se chocam ideias e conceitos, gerando tensões. Porém, para aqueles que estão na rua e dela fazem parte, existem



diversos processos educativos que despertam perspectivas críticas, criativas e humanas que, na base do diálogo, são fundamentais para a formação dos cidadãos.

A cidade educadora, por fim, objetiva fazer dos locais públicos como a rua, lugares exponenciais no processo de aprimoramento humano, para que cada cidadão possa admirar as paisagens naturais, vivenciar a cultura local, as praças das cidades, as águas que cortam o solo, mas que sempre haja respeito e o cuidado, tanto com o espaço como com as pessoas. A cidade sendo o lugar do encontro de humanos diferentes (por idade, cor, etnia, aparência, entre outros) possibilita encontros interpessoais, desenvolvendo o respeito ao outro, instigando a alteridade. Aprende-se a dominar o estranhamento, quando é preciso superar desafios e resolver problemas em conjunto, criando relações de cumplicidade que podem ajudar o processo civilizatório da humanidade. Citando Gadotti (2004, p.29 e 40), aprender a cidade faz dessa última objeto de aprendizagem; aprender na cidade a coloca como contexto; e aprender da cidade a inscreve como agente educativo e, é responsabilidade coletiva fazer com que a cidade seja mais civilizada, pacífica, democrática, justa e acolhedora.

3 UM ESTUDO DA AVENIDA FRANCISCO GLICÉRIO

Num breve histórico, a principal avenida da cidade de Campinas recebe o nome do campineiro Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846-1916), antigo professor de letras e Ministro da Agricultura do Brasil. Com mais de dois quilômetros de extensão, ela corta a cidade no sentido noroeste-sueste, passando pelo centro e terminando na avenida Barão de Itapura, no bairro Guanabara. A antiga rua do Rosário, que já recebeu linha de bonde, sofreu alargamento e mudança de rua para avenida na década de 1950, o que gerou inúmeras desapropriações e demolições.

Atualmente a avenida possui 4 faixas de rolamento, nas quais circulam 48 linhas do transporte coletivo e 23 mil veículos/dia. Nela estão localizados os principais prédios comerciais e agências bancárias, além de diversos comércios e serviços. Em 2011 foi inaugurada a ciclofaixa, com 18 quilômetros de extensão, ligando vários pontos turísticos de Campinas, como parques, praças e bosques. Em 2011, surgiu a ideia do projeto de Requalificação da Avenida Francisco Glicério, devido a situação de abandono dos edifícios da área central de Campinas. Comerciantes e moradores locais ainda apontaram a falta de segurança noturna e a existência de pontos de drogas e prostituição. Além disso, a pesquisa também elencou os edifícios históricos existentes ao longo da avenida.

Foi proposta então a ocupação ordenada do centro, com limpeza das fachadas, padronização das identificações e enterramento das fiações, o que geraria mais segurança e menor poluição visual. Ademais, a acessibilidade era uma questão importante e necessária, para isso seria feito o alargamento e a padronização das calçadas, com sinalização horizontal e sonora, além da criação de uma ciclofaixa. Outro ponto requisitado foi a inserção de mais áreas verdes e a valorização das praças existentes.

Uma forma de evitar as constantes pichações nas fachadas dos prédios públicos e privados foi com a inserção e a valorização da arte urbana nas muretas dos jardins, o que contribui, também, para a limpeza das fachadas. A fim de aumentar a segurança noturna, foi incentivada a permanência do comércio e serviços nesse período, o que traria um maior número de visitantes, reestabelecendo a vida noturna com qualidade. Foi sugerido também a promoção da cultura e do lazer com o incentivo a diversos eventos públicos. Foram aventadas maneiras de resgatar a história cultural, com o envolvimento de agentes sociais interessados, buscando soluções com a promoção de ações e integração dos usuários.

Após o estudo teórico do projeto de revitalização, partiu-se para pesquisa empírica com o objetivo de analisar os parâmetros determinados a fim de estudar a relação da rua, seus espaços públicos e

o potencial educador da avenida. Como forma de examinar com maior veracidade, a avenida foi

Figura 1: trecho da Avenida Francisco Glicério antes da revitalização.



Fonte: Carlos Bassan.

Figura 2: trecho da Avenida Francisco Glicério após a revitalização.



Fonte: Carlos Bassan.

dividida em três trechos, para fins de análise. Essa divisão foi feita com base nas principais avenidas que cruzam a Francisco Glicério.

- Primeiro Trecho:

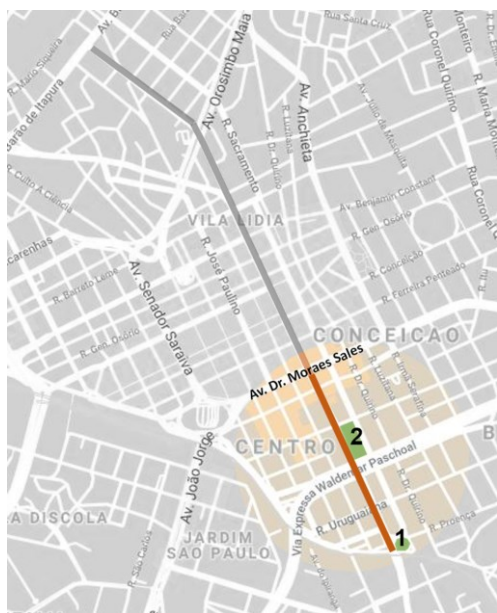
Apesar dos automóveis irem em sentido contrário, o início da avenida é Rua da Abolição. O primeiro trecho, então, vai do começo da avenida, na Praça José Rodrigues (área verde 1) até a Avenida Dr. Moraes Sales, uma distância de aproximadamente 770 metros. Se trata de um trecho significativo, pois é a ligação da porção leste da cidade com o centro. Por conta de grande parte do trecho não estar no centro, apesar de ainda ter uma variedade de comércio, sua ocupação maior é com serviços. O fragmento - Rua da Abolição até a Via Expressa Waldemar Paschoal – possui um caráter mais abandonado, fachadas deterioradas, prédios desocupados, sem muito movimento de pedestres, apesar de uma quantidade moderada de fachadas ativas. Possui uma pequena praça (área verde 1), a Praça José Rodrigues, pouco qualificada e sem mobiliário urbano, além de arborização no canteiro central, protegendo parcialmente as calçadas, ademais, a iluminação é



precária e durante a noite é um lugar que transmite insegurança.

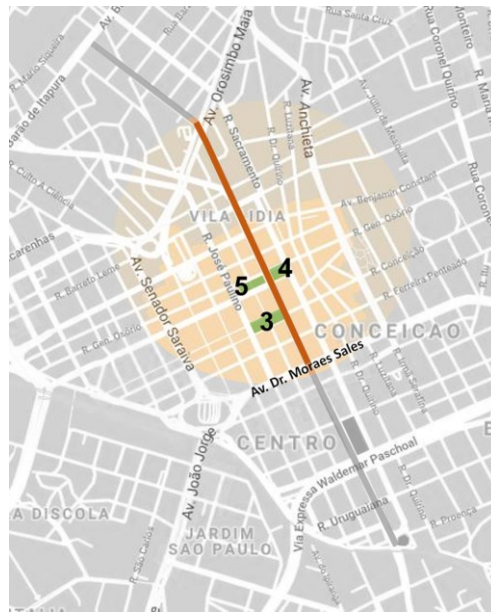
Da Via Expressa Waldemar Paschoal até a avenida Dr. Moraes Sales, o trecho já foi requalificado, as calçadas foram alargadas, sinalizadas e o cabeamento foi enterrado. É nesse trecho também que se encontra o Largo do Pará (área verde 2), como citado anteriormente, é uma grande e importante praça na cidade, com mobiliário urbano, bem arborizada e ocupada. Apesar de não ter nenhum

Figura 3 : trecho 1 e suas áreas verdes em destaque.



Fonte: Google Maps modificado pelo autor.

Figura 4: trecho 2 e suas áreas verdes em destaque.



Fonte: Google Maps modificado pelo autor.

edifício de importância histórica nesse primeiro trecho, ao longo dele é possível observar arquiteturas de diferentes estilos, de importância cultural.

É senso comum que a primeira metade do trecho precisa ser requalificada a fim de trazer mais conforto e segurança aos moradores e usuários, além de ser uma oportunidade de incentivar a ocupação dos prédios abandonados.

- Segundo Trecho:

O próximo fragmento decorre da Avenida Doutor Moraes Sales até a Avenida Orosimbo Maia e tem extensão, por volta de, 990 metros. Esse trecho foi totalmente requalificado com alargamento das calçadas, sinalização, acessibilidade, iluminação e enterramento dos cabos. Trata-se de um espaço com numerosos comércios e serviços, fachadas ativas ao longo de todo percurso, além de dois conjuntos de espaços públicos muito significativos: a Praça José Bonifácio (área verde 3) e a Catedral de Campinas e, o Largo do Rosário (área verde 4) e o Palácio da Justiça, ícones da história da cidade e da política democrática.

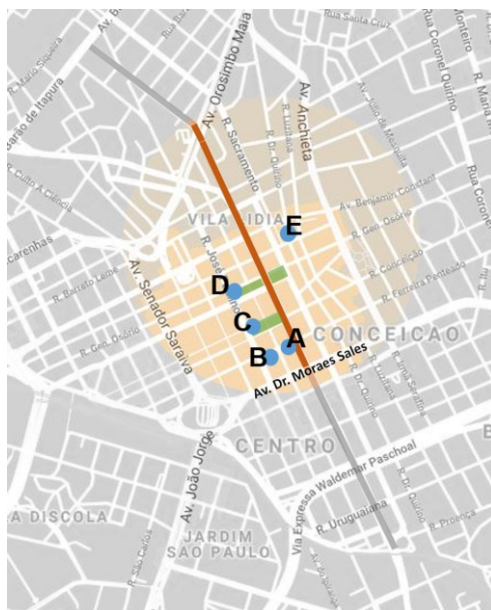
A Praça Guilherme de Almeida (área verde 5), onde se encontra o Palácio da Justiça, é bem arborizada e conta com mobiliário urbano, como bancos. É um local de grande encontro social, não só pelo acesso ao prédio público, mas também por ter bancas de jornais, bancas de comida e estações padronizadas para 'engraxates'. Já o Largo do Rosário, localizado do outro lado da Avenida Francisco Glicério, é uma praça pouco arborizada e sem nenhum mobiliário, o que a torna um lugar



apenas de passagem, não há permanência de grupos de pessoas, porém é muito utilizada para receber manifestações e eventos públicos de diversos cunhos.

Na questão edifícios históricos, próximo à Avenida Doutor Moraes Sales, está o antigo edifício dos Correios e Telégrafos (A), de arquitetura Art Deco dos anos 50, tombado pelo CONDEPACC, porém desocupado e com a fachada degradada. Na rua paralela, a Regente Feijó, está o antigo Palácio dos Azulejos (B), atual Museu da Imagem e do Som de Campinas, palacete da década de 30 revestido em azulejos portugueses, no entanto, atualmente, grande parte do revestimento foi retirado. A

Figura 3: trecho 2 e edifícios históricos no seu entorno em destaque.



Fonte: Google Maps modificado pelo autor.

130 metros, seguindo pela rua Regente Feijó, está localizada a Catedral Metropolitana de Campinas (C), de 1883, é o maior templo construído em taipa de pilão, foi tombada pelo CONDEPHAAT e pelo CONDEPACC. A igreja está em processo de restauro. O Palácio da Justiça (D), a duas quadras da Catedral, também em estilo Art Déco, foi construído em 1935 em alvenaria de tijolos e, atualmente, é ocupado pelo Fórum da cidade.

Próximo ao Largo do Rosário, na Rua Barão de Jaguará, está o Jockey Club Campineiro (E), tombado pelo CONDEPACC desde 1994, é um edifício estilo eclético que foi palco de grandes festas e recitais. Atualmente, está preservado e em um de seus salões funciona uma casa noturna. Na praça localizada na frente do edifício, a Praça Bento Quirino, está o “marco zero” de Campinas e o monumento-túmulo de Carlos Gomes, o mais importante compositor de ópera brasileiro, nascido em Campinas.

Por fim, trata-se de um trecho, da avenida Francisco Glicério, de muita importância histórica, pois foi nessa região que a cidade foi fundada e onde estão localizados vários edifícios consagrados. Devido tanta importância, foi o primeiro trecho da avenida a ser requalificado, pois além dos fatos anteriores, foi caracterizado também por ser o centro comercial da cidade, marcado pela rua Treze de Maio e o calçadão, que passa ao lado da Catedral.

Figura 4: trecho 3 em destaque.



Fonte: Google Maps modificado pelo autor.

- Terceiro Trecho:

O último trecho tem extensão de, aproximadamente, 540 metros, totalizando os 2,3 quilômetros de extensão da avenida. Partindo da Avenida Orosimbo Maia até a Avenida Barão de Itapura, pode ser identificado um caráter residencial, de gabarito, predominantemente baixo, apesar da presença de alguns condomínios residenciais com mais de 10 pavimentos; com poucas fachadas ativas, muitos muros e poucos tipos de proteção contra intempéries nas calçadas. Nesse trecho não há nenhum tipo de espaço público maior que permita a convivência e encontros humanos, como praças. Em comparação aos trechos anteriores, a rua é mais estreita, possuindo apenas uma faixa de rolamento, apesar de possuir arborização e iluminação a falta de comércio faz com que seja um trecho inseguro, para os cidadãos, no período da noite. As calçadas são estreitas, irregulares e sem sinalização, impossibilitam a acessibilidade. Não há nenhum edifício histórico de grande destaque, mas é possível identificar diferentes estilos arquitetônicos ao longo do trecho.

Por fim trata-se de um trecho com pouca potencialidade no quesito educador. Para se equiparar de valor perante os outros trechos deveriam ser investidos recursos para melhorá-lo, incentivando a reocupação do centro, tanto com comércios e serviços, como com eventos culturais. Os edifícios históricos deveriam ser restaurados e ocupados, a fim de permitir que os objetos revelem a história do local, relembrando eventos significativos. Para enraizar o cidadão ao território, devem ser utilizadas técnicas e revelar como os edifícios foram concebidos e construídos, além de evidenciar patrimônios materiais e imateriais, incitando o sentimento de pertencimento, fundamental para a constituição de cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES

As cidades, mesmo com seus diversos portes, oferecem inúmeras possibilidades educadoras, como também estão expostas a forças deseducadoras capazes de lentear o desenvolvimento de seus habitantes. Todo espaço livre público deveria ser um lugar de aprendizado, troca de experiências e



lazer, oferecendo ao cidadão uma oportunidade de se inserir e se conectar à cultura, conhecendo a história da cidade e da comunidade. Hoje, muitos desses espaços não possuem equipamentos atrativos ao uso ou demandam manutenção, como é o caso do Largo do Rosário, na Avenida Francisco Glicério. Nesse contexto, a Carta das Cidades Educadoras, reconhece que o papel da cidade é o de ensinar, trocar, partilhar e enriquecer a vida dos seus habitantes, além de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade.

No entanto, com o aumento do tráfego de veículos motorizados os espaços livres da cidade se tornaram mais limitados. As pessoas não se sentem mais convidadas a caminhar, pedalar ou permanecer nesses espaços e não se sentem seguras. Assim como afirma Gehl (2013), intensificando a vida urbana, fazendo com que mais pessoas utilizassem os espaços públicos e caminhassem pelas ruas, isso tornariam os lugares mais atrativos, pois a presença de pessoas indica que o lugar é bom e seguro.

Com esta análise foi possível também entender o sistema de espaços livres (SEL) da cidade, bem como seu funcionamento e influência. Os espaços livres deveriam ser multifuncionais e seguros, tornando-os convidativos e potencialmente educadores. Lerner no prólogo de Gehl (2013, XIII) afirma que “a identidade gera sentimento de pertencimento, a referência que nos orienta enquanto cidadãos”. Esse sentimento é estabelecido durante o percurso diário para casa, trabalho ou para a escola, com os espaços das cidades e seus elementos, como patrimônios históricos, praças, parques e monumentos, que passam a fazer parte do cotidiano. Levando isso em conta, a localização dos espaços reclama ser estratégica, regada de comércios e serviços, além de possuir fácil acesso, tanto de transporte público como alternativo e pedonal.

A pesquisa empírica buscou entender como a rua influencia na rotina dos cidadãos e como tornar possível a experiência diária em um fator exponencial positivo e educacional. Ressalta-se que o estudo da rua não engloba apenas seus componentes formais, como leito carroçável, mas tudo o que está no seu entorno, como calçadas, fachadas dos edifícios, praças, parques etc. Na cidade de Campinas, a avenida Francisco Glicério possui localização privilegiada, pois se encontra no centro da cidade, no seu local de origem e centro de expansão. Além disso a avenida é uma importante via distribuidora de fluxos, cortando a cidade no sentido noroeste-sudoeste, pois se trata de uma via delimitada por edifícios comerciais, institucionais e de serviços, além de conter patrimônios culturais, praças e largos.

A avenida, apesar de ser uma unidade, possui diferentes características, devido aos diferentes tipos de ocupação, ao longo de seu percurso. A análise dos seus três segmentos possibilitou entender a relação estreita entre entorno, qualidade espacial e pedagogia da rua. Conclui-se com base na avaliação feita, que o trecho mais bem avaliado, o trecho 2, se tornou um lugar que atrai as pessoas pela sua infraestrutura adequada, por ser acessível e amplo, iluminado e limpo, que também traz segurança aos pedestres. Além disso é um trecho com grande presença de comércio, praças e largos e diferentes patrimônios, que possibilita o enraizamento do cidadão, fazendo com que ele repense sua história conectando-se com a história da cidade nos percursos rotineiros.

Conclui-se finalmente, que o ideal seria formar cidadãos que tenham ciência de seus direitos e obrigações que, identificados com a cidade, realizassem uma ação participativa e transformadora, erigindo uma cidadania ativa. Para isso os governos locais, além de propostas e recursos educativos, deveriam certificar que todos os cidadãos tivessem acesso à oferta educativa que os incitasse à apropriação da cidade, à identificação com o passado com o intuito de melhorar o presente e projetar o futuro, incluindo a todos. A pedagogia urbana aponta para o processo de ensino-aprendizagem informal, reconhece múltiplos espaços educativos e não nega o significado da instituição escolar, visto que a educação é um processo complexo e se centraliza em inúmeros sujeitos históricos, além dos espaços.



5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICE- *Carta das Cidades Educadoras*. Declaração de Barcelona (1990) 1990, revisões Bologna (1994) e Genova (2004). Disponível em: <<http://www.edcities.org/wp-content/uploads/2013/10/Carta-Portugues.pdf>>. Acesso em 06/03/2017.

ALMEIDA, Sara F.; JUNIOR, Djalma R.; SOUZA, Rosângela P. *A rua como espaço e tempo de possibilidades educativas*. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/40776/21431>> Acesso em: 24/02/2019

GADOTTI, Moacir; PADILHA Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. (Org.) *Cidade educadora: princípios e experiências*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004

GATTI, Simone (Coord.). *Espaços Públicos. Diagnóstico e metodologia de projeto*. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAMAS, José M. R. Garcia. *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Porto: ORGAL Impressores, 2004.

MURICY, Katia. *Benjamin: política e paixão*. In: CARDOSO, Sergio (org.). *Os ensaios da paixão*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.497-508.

PELLEGRINI, Luís; FREITAS, Danielli X. *Janelas Quebradas: Uma Teoria do Crime que Merece Reflexão*. Disponível em: <<https://daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/artigos/146770896/janelas-quebradas-uma-teoria-do-crime-que-merece-reflexao>> Acesso em: 22/02/2019.

SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto. 2014.



Praça São Salvador como elemento estruturador da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICA E PROJETOS: ESTAMOS AVANÇANDO?

MACIEL, Carol Rangel (1)

Graduada em Geografia, pós-graduada em Arquitetura da cidade: suas demandas e tecnologia pelo Instituto Federal Fluminense. E-mail: carolrangel6@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central destacar a importância da praça como elemento estruturador da cidade de Campos dos Goytacazes, desde a sua formação, mas especialmente apresentar as transformações sofridas por ela e discutir as consequências disso. Para isso, buscou-se apresentar conceitos importantes para um melhor entendimento sobre o tema, a história da praça, sua relação com a origem da cidade de Campos dos Goytacazes e seu processo de transformação. A praça é um local de beleza, memória, constituindo a alma da cidade. Nela se encontram marcos referenciais, projetos paisagísticos que estimulam o convívio entre as pessoas. A intenção é identificar se a praça analisada mantém este papel. A metodologia utilizada, além da revisão bibliográfica, a análise de fotografias de épocas distintas, entrevista com o ex-secretário de obras que acompanhou a última reforma da praça, além da experiência empírica da autora, moradora da cidade e usuária da praça.

PALAVRAS-CHAVES: Praça. Espaço Livre. Formação Urbana.

1 INTRODUÇÃO

A Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes está localizada na área central da cidade de Campos dos Goytacazes, norte do estado do Rio de Janeiro. A praça São Salvador é um valioso espaço livre, presente desde a formação da cidade, desempenhando, por isso, um importante papel histórico e simbólico. Elemento da forma urbana, os espaços livres exercem grande importância em função de sua forma, volume, distribuição e tamanho, e inúmeras influências no seu entorno, sobretudo sobre o funcionamento das cidades. O objetivo deste artigo é destacar a importância da praça como elemento estruturador da cidade de Campos dos Goytacazes, desde a sua formação, mas especialmente apresentar as transformações sofridas por ela e discutir as consequências disso.

A transformação mais relevante está relacionada à supressão de vegetação na praça. As áreas verdes, consideradas aqui como espaços livres com predominância de vegetação passaram a cumprir uma função social somente no século XIX, época quando começou a haver o crescimento demográfico das cidades, em decorrência da I Revolução Industrial. Isso ocorreu primeiramente na Inglaterra. Os ingleses entendiam a natureza como um espaço aberto, ilimitado, ao qual o homem deveria se submeter. Isso fez com que eles fossem pioneiros na idealização e na criação dos primeiros parques verdes públicos como hoje os conhecemos (LIMA, 2004).

O método de estudo é a revisão bibliográfica, utilizando livros, dissertações, teses e artigos científicos sobre espaços livres e a formação da cidade; análise de fotos da praça em várias épocas; entrevista com o ex-secretário de obras José Puglia (2019), responsável pela última reforma da Praça São Salvador (entre os anos 2004 e 2005) empírica da autora, moradora da cidade e usuária da praça.



2 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA FUNÇÃO DA PRAÇA

Pensar a natureza como parte integrante na cidade atual é um grande desafio na atualidade, onde “O mundo está se tornando um lugar cada vez mais urbano. Espera-se que cerca de 65% da população mundial esteja urbano até 2025” (SCHELL E ULJASZEK, 1999).

De acordo com Cavalheiro e Del Picchia (1992), a paisagem urbana é composta por três grupos físicos: as redes viárias (ruas, rodovias e ferrovias), os espaços construídos (habitação, comércio, escola, etc.) e espaços livres (praças, parques, etc.). Mas pode-se considerar os do primeiro grupo, redes viárias, pertencentes também ao terceiro grupo, o de espaços livres. Os estudos em arquitetura e o urbanismo estão relacionados à paisagem, visto que esta é uma interpretação contínua do edificado e do não edificado. Segundo Magalhães (2001), ela deve ser caracterizada com olhar crítico, buscando o respeito pela ecologia, o trabalho e os conhecimentos adquiridos pelas gerações.

Para Ab’Saber, A paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: “herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (AB’SABER, 2003, p. 9).

A paisagem é um produto desses processos apontados por Ab’Saber e das ações antrópicas que se dão em um dado território. Como afirma Macedo (1999), ela pode ser considerada como um sistema, pois suas partes se relacionam de forma interdependente e, a alteração de uma parte, altera o todo e vice-versa.

Fazem parte deste sistema, outros subsistemas. Em especial, podemos destacar os espaços edificados e os não edificados, ou espaços livres de edificação. Estes são também considerados um sistema e são elementos muito importantes nas cidades, como local de “respiro” e convívio social, necessário no ambiente urbano.

O espaço livre público é basicamente onde se desenrola a vivência pública, nomeadamente ruas, largos, jardins, parques, *praças*, entre outros, onde quotidianamente os cidadãos se deslocam, convivem e desenvolvem grande parte das suas atividades. Este contexto, “Mais do que o espaço de passagem, deve constituir um lugar em si, cuja função principal se caracteriza pela satisfação interativa de necessidades humanas, como passear, sentar, contemplar, comer, ler, observar, conversar e relaxar.” (ALVES, 2003, p. 56).

Vale destacar também, que além dos espaços livres públicos, o sistema de espaços livres de uma cidade é composto também por espaços privados, localizados no interior dos lotes, mas eles não são o foco deste trabalho.

A participação das praças no contexto social da cidade é, em muitos casos, intrínseca a formação desses marcos civilizatórios. Sua gênese está ligada a colonização militar e religiosa do espaço, como afirma Marx, citado por Robba e Macedo (2002, p. 7):

‘[...] Largos, pátios, rocios e terreiros, ostentando o nome do santo que consagrava a igreja, garantiam uma área mais generosa à sua frente e um espaço mais condizente com o seu frontispício [...]’. É neste momento em que a praça surge como ponto de sociabilidade entre a população, uma vez que é usada como palco das manifestações religiosas organizadas pelas igrejas e seus fiéis, como destaca o mesmo Marx, citado por Robba e Macedo ‘[...] Serviam ao acesso mais fácil dos membros da comunidade, à saída e ao retorno das procissões, à representação dos autos-da-fé [...]’. Esses momentos em que se via a primeira manifestação social da cidade.

O quadro 1, a seguir, mostra a evolução na função das praças brasileiras no decorrer do tempo, demonstrando sua importância a cada momento da história da cidade e da sociedade.



Quadro 1: Mudanças na função das praças ao longo do tempo.

PERÍODO	COLONIAL	ECLÉTICO
FUNÇÃO SOCIAL DAS PRAÇAS	Convívio Social Uso Religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação Recreação	Contemplação Passeio Convívio Social Cenário
	MODERNO	CONTEMPORÂNEO
	Contemplação Recreação Lazer Esportivo Lazer Social Convívio Social Cenário	Contemplação Recreação Lazer Esportivo Lazer Social Convívio Social Cenário Comércio Serviços Circulação

Fonte: Adaptação do livro Praças Brasileiras, 2010, p. 152

De acordo com Lamas (2000, p. 102), a Praça é um “Lugar intencional do encontro, da permanência dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

A praça – até esse momento chamado de largo, terreiro e rossio – era o espaço de interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários estratos sociais. Eram ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação ente os diversos estratos da sociedade colonial (ROBBA E MACEDO, 2002, p. 22).

A praça, em alguns momentos denominados como pátio, é um local onde boa parte das pessoas utiliza para conversar, namorar, esperar o começo de um culto, onde a igreja era o elemento principal, como pode ser observado a seguir:

Na cidade, os pátios são espaços livres públicos definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo, além do casario antigo aos quais dá acesso, quase sempre pavimentados e exercendo a função de respiradouros, de propiciadores do encontro social e eventualmente destinados a atividades lúdicas temporárias. (SÁ CARNEIRO, MESQUITA, 2000, p. 29).

A mudança na configuração de Praça é comum nas cidades Brasileiras como forma de um determinado governo deixar sua “marca” na manutenção e embelezamento de uma cidade em uma época.

As reformas e as reconfigurações de praças são ações das mais comuns no cotidiano das cidades brasileiras. Muitas vezes, uma reforma é indispensável pra readequar o projeto a nova dinâmica urbana, que se estabelece com a transformação e o crescimento da cidade. Os novos projetos buscam soluções para problemas diagnosticados nas configurações anteriores: desobstruir e redimensionar passagens e caminhos, refazer os projetos de plantio, quando necessário, atentando as questões ambientais e climáticas, além de inúmeras outras ações que podem colaborar para o incremento da qualidade urbana da área. Outras vezes, reformas são feitas sem nenhum significado, representando uma maneira de ‘mostrar serviço’ de uma questão

administrativa em final de mandato, quando são destruídos patrimônios espaciais e funcionais importantes para dar lugar a uma nova cenarização dita modernizante (MACEDO, ROBBA, 2002, p.164).

Pode-se concluir que muitas vezes essas obras são feitas para requalificar determinado espaço urbano, faz parte de um plano urbanístico da cidade, exercendo grande importância na estruturação e crescimento de um determinado local.

3 A HISTÓRIA DA PRAÇA

Campos dos Goytacazes, localizado no norte fluminense (Figura 1), é o maior município fluminense em extensão territorial, e o sexto maior do Brasil, com área de 4.032 quilômetros quadrados, com uma população estimada em 507.548 habitantes, a mais populosa cidade do interior do estado. O mar de Campos dos Goytacazes detém as maiores reservas de gás natural e petróleo do País, onde a Bacia de Campos é a principal área petrolífera explorada no território brasileiro. (IBGE, 2019).

Figura 1: Mapa de localização do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Researchgate, 2019

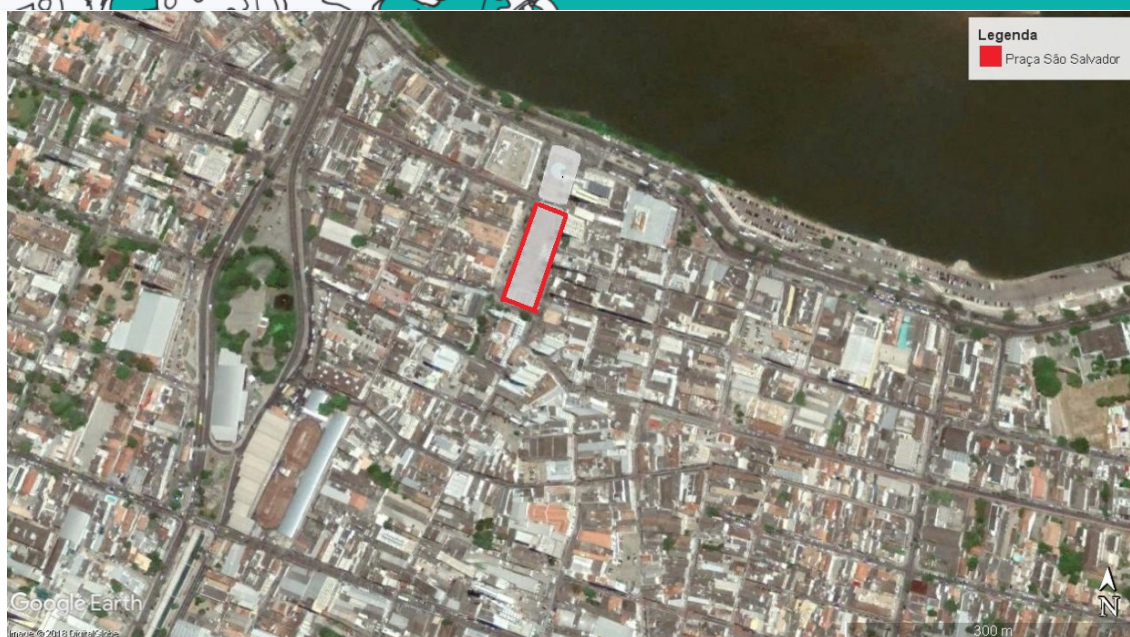
Em 1867 a praça principal passou a ser mencionada como Praça do Santíssimo Salvador. Existiam no entorno dela edifícios como a Igreja da Matriz, a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos

Homens, a Santa Casa de Misericórdia de Campos, a cadeia e alguns solares espalhados pelo centro, pertencentes aos mais abastados (BARBOSA e LINHARES, 2007)

Quando em 1835 a Carta de Lei elevou a Vila de São Salvador para a categoria de cidade, passando a ter a denominação de Campos dos Goytacazes, a cidade tinha poucas ruas estreitas, quase todas sem pavimentação e pouca iluminação pública, a não ser a que era feita com lampiões de azeite de peixe. A parte central da cidade era composta por uma única praça, que era chamada de Praça da Constituição ou Praça Principal (Figura 2).

A Praça São Salvador é considerada a praça mais importante na cidade de Campos dos Goytacazes, ela está localizada próxima ao Rio Paraíba do Sul e ao Terminal Rodoviário Luiz Carlos Prestes, na chamada Beira-Rio (Av. XV de novembro), localizado na área central da cidade.

Figura 2: Mapa de localização da Praça do São Salvador



Fonte: *Google Maps*, marcação da autora (2018).

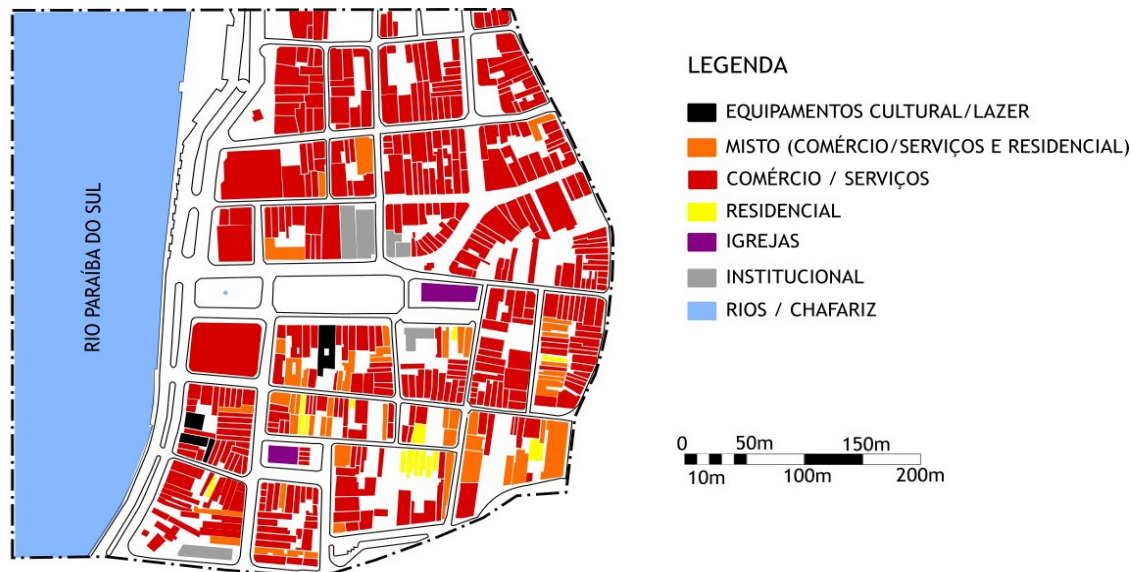
O ponto de estruturação da cidade de Campos dos Goytacazes foi a partir da Praça São Salvador, nas margens do Rio Paraíba do Sul, que, desde o século XVII, abriga edifícios públicos importantes que atualmente encontram-se preservado e protegido pelo patrimônio histórico como a catedral do Santíssimo Salvador, o Museu Histórico – antiga Casa da Câmara –, o Chafariz de louça Belga, o edifício da Associação Comercial, o prédio da Lira de Apolo e o antigo prédio do Hotel Gaspar. Há também edifícios privados com característica arquitetônica eclética que hoje ganharam novos usos, como comércios e serviços, e misturam-se a edifícios modernos. Além disso, há uma vista bastante interessante para o Rio Paraíba do Sul.

A primeira praça matriz, simples e bastante rústica, foi edificada em meados do século XVII, onde atualmente se encontra a igreja de São Francisco de Assis. No final deste mesmo século, a matriz passou a ser considerada “capela provisionada de pároco” (IBGE, 2018).

Em meados do século XVIII, uma nova matriz foi construída, na Praça São Salvador. No ano de 1922, com a criação da Diocese de Campos, a velha matriz passa a condição de Catedral e, no seu lugar é edificado, graças aos esforços do monsenhor João de Barros Uchoa, o atual templo, inaugurado em 1935, em estilo neoclássico (IBGE, 2018).

Como pode ser observado na Figura 3 a seguir, o entorno da praça atualmente é composto por um traçado mesclado de ruas sinuosas estreitas, influência do Período Colonial, e ruas retilíneas de dimensões variadas, características do plano urbano higienista de Saturnino de Brito implantado ao longo do século XX (ALIPRANDI, 2017). No mesmo mapa, de uso e ocupação do solo no entorno da praça São Salvador, é possível se observar que a maioria dos estabelecimentos são de comércio e serviços. Esses tipos de usos podem ser observados na Figura 3.

Figura 3: Usos do entorno da Praça São Salvador.



Fonte: Iara Salles (2018)

A antiga Praça Matriz (Praça São Salvador) sofreu várias alterações na sua configuração ao longo do tempo. A foto a seguir (Figura 4) mostra como era a praça na sua origem em 1879. Como pode-se observar na imagem, existe um espaço vazio onde atualmente existe a praça São Salvador, mas que nesta época ainda não estava delimitada.

Figura 4: Praça São Salvador em 1879.



GUILHERME BOLCKAU: Praça São Salvador - Matriz, c.1879.

Fotografia, 18,2 x 23,9 cm.

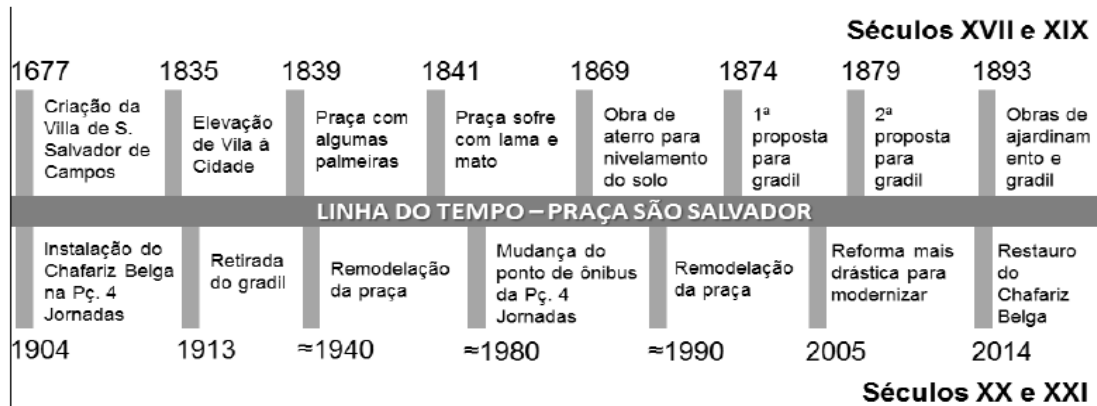
Campos dos Goytacazes, Biblioteca Municipal Nilo Peçanha - Acervo Leonardo da Silva Vasconcelos.

As cidades coloniais brasileiras foram fundadas, de modo geral, a partir de uma igreja, e o espaço livre deixado em frente ao templo é justamente onde era formada a praça. A estrutura morfológica, as ruas, largos e praças, se configuravam a partir dos casarios, o que resultava em ruas estreitas e tortuosas, que convergiam para a edificação central.

Na figura 4 pode-se observar um espaço livre grande em frente à igreja do Santíssimo Salvador, além da presença de casas no seu entorno. Em 1879 não havia nenhum tipo de vegetação em frente a igreja. Na linha do tempo a seguir (Figura 5), podem ser observadas as principais

mudanças na configuração da praça São Salvador:

Figura 5: Linha do tempo da Praça São Salvador.



Fonte: Silveira (2017).

A Praça São Salvador na década de 1990 (Figura 6) era bem arborizada, contando com um pinheiro no centro da praça e a sombra de algumas árvores no seu entorno.

Figura 6: Praça São Salvador com uma configuração diferente da anterior, na década de 1990.



Fonte: Museu Histórico de Campos dos Goytacazes-RJ (1990).

Já na configuração atual da Praça São Salvador, houve uma diminuição considerável no número de árvores no seu entorno, dificultando a permanência de seus usuários durante o dia.

Ela deixou de ser uma praça de permanência e passou a ser um local de passagem. Segundo o ex-secretário de obras da cidade de Campos dos Goytacazes, a concepção da mudança da configuração de praça no ano 2005 foi muito válida, na medida em que desenvolveu a perspectiva urbana da arquitetura no Centro da cidade, sendo hoje considerado um cartão-postal. A ideia de remodelação e reforma da praça São Salvador, partiu do prefeito da época, depois de uma reunião dele com o arquiteto Sérgio Dias para elaboração de um plano de reforma urbanística de Campos dos Goytacazes para trazer para a cidade uma revitalização de espaços que estavam em processo de degradação urbana (PUGLIA, 2019).

Figura 7: Uma visão geral da Praça São Salvador



Fonte: Site Governo do Estado do RJ (2005).

A amplitude visual da Catedral do Santíssimo Salvador até o Rio Paraíba do Sul representa a importância deste recurso hídrico na formação do tecido urbano da cidade de Campos dos Goytacazes. O rio, desde sempre, exerceu grande importância no sistema de atividades que interagem com a população através de sua vivência, percepções e ações cotidianas.

4 A VEGETAÇÃO E AS PRAÇAS PÚBLICAS

A importância das áreas verdes nas cidades contemporâneas não é tida como uma prioridade nos sistemas de espaços livres, como pode ser visto a seguir:

[...] nas cidades, especialmente no centro, a vegetação constitui apenas um *elemento decorativo*. Se as plantas fossem de plástico, não faria diferença nenhuma, já que não têm nenhuma função específica [...]. A árvore representa um indicador da saúde urbana, porque é mais sensível e vulnerável que as pessoas. Quando as árvores não estiverem se dando bem numa cidade, com certeza as pessoas não estarão melhores. Uma forma humana e sensata de planejamento urbano deveria considerar as árvores como parâmetro da vida das pessoas na cidade (ECKBO, 1977, p. 5-6).

Graziano (2001) relata que a vegetação urbana desempenha funções importantes nas cidades, principalmente quanto a três aspectos: fisiológico, estético e psicológico. Do ponto de vista fisiológico, melhora o ambiente urbano através da capacidade de produzir sombra; filtrar ruídos, amenizando a poluição sonora; melhorar a qualidade de vida do ar, aumentando o teor de oxigênio e umidade, absorvendo o gás carbônico; amenizar a temperatura, trazendo um conforto térmico na cidade. Do ponto de vista estético, contribui através das qualidades plásticas (cor, forma, textura) de cada parte visível de seus componentes. É a vegetação guarnecendo e

moldurando ruas, avenidas, parques, praças, contribuindo para reduzir o efeito agressivo das construções que dominam a paisagem urbana devido a sua capacidade de interagir aos vários componentes do sistema. Por último, embora difícil de quantificar, diz respeito ao aspecto psicológico, com a satisfação que o homem sente ao contato com a vegetação e com o ambiente que ele cria.

5 DEFINIÇÃO DE PRAÇA SECA

Praça seca é como são chamadas as praças compostas, em sua maioria, sem qualquer tipo de vegetação. São espaços que suportam intensa circulação de pedestre e permite a realização de eventos. Embora as praças secas contemporâneas possam ser consideradas por algumas pessoas muito charmosas, elas são mais adequadas em locais em que o clima é ameno. No Brasil, o clima predominante é o tropical, no qual a temperatura é quente em boa parte do ano (TAGLIANI, 2019).

Um exemplo de praça desse tipo localiza-se na Espanha, sudoeste da Europa, o maior país da Península Ibérica, em Madrid, onde está presente a Plaza Mayor (Figura 08).

A praça seca amplia a visão das pessoas sobre o seu entorno. Desenvolve a perspectiva urbana da arquitetura da cidade permitindo uma maior permanência dos mesmos. Ela tem um estilo medieval, é rodeada por prédios com varandas, lojas e restaurantes e, como se pode observar na Figura 8, não tem nenhum tipo de vegetação, sendo considerada uma praça seca. O clima desta região normalmente é ameno durante todo o ano. (GARAVIAGEM, 2020)

Figura 8: Plaza Mayor, Madrid.



Fonte: Guri Estradeiro (2020).

A maximização da vegetação em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, é de suma importância. Espaços livres de edificações se forem arborizados – como ruas, parques e praças – ajudam a amenizar a imensa ação da carga térmica sobre o tecido urbano.

Vale ressaltar que arborização urbana é toda “cobertura vegetal arbórea existente na cidade” (OKAMOTO, 2002). Essa vegetação ocupa espaços livres de uso público, como os parques e praças, espaços livres particulares, além de acompanhar o sistema viário (IBGE, 2004).



6 A PRAÇA SÃO SALVADOR E SUA CONFIGURAÇÃO ATUAL

O formato da praça São Salvador atualmente é retangular, ocupando um espaço de uma quadra. A configuração da praça atualmente apresenta, no seu tratamento paisagístico, palmeiras imperiais nas suas laterais e um grande piso em granito. De acordo com Puglia (2019), a escolha do piso foi do arquiteto da época, que optou por granito pela resistência e durabilidade. Pode-se observar duas imagens atuais da Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes nas figuras 9 e 10.

Ocorre que tipo de vegetação adotado não proporciona conforto térmico, tão importante em locais onde o clima é quente o ano todo, como a cidade de Campos dos Goytacazes, pois elas não geram sombra. Isso dificulta o uso de permanência e convívio social da praça, tão presente em momentos passados. A praça mantém sua função simbólica, na relação com o Rio Paraíba do Sul e com a igreja, ajudando a contar a história da criação da cidade. Mantém também sua função de encontro, uma vez que liga diversas áreas do Centro da cidade a outros setores urbanos e devido ao uso da igreja. Mas seu uso é predominantemente de passagem.

A permanência e o lazer ocorrem mais à noite, quando o clima é mais ameno, com uso de patins, skate e outras atividades.

Com relação ao piso, apesar de a escolha ser justificada pela durabilidade, mesmo assim o atual estado do piso é de degradação. Além disso, quando o piso está molhado, torna-se escorregadio, dificultando a utilização pela população.

A obra que garantiu esta configuração atual foi iniciada em 2004 pelo prefeito Arnado Viana e foi concluída em 5 de maio de 2005 pelo prefeito Carlos Alberto Campista em seu curto mandato. Na época, foram gastos R\$46 milhões para a construção da nova Praça São Salvador. Foram colocados bancos de granito, novos postes e palmeiras imperiais.

Figura 9: Estado de degradação da Praça São Salvador



Fonte: Silvana Rust, 2018.

Os espaços amenizadores da vida urbana são as praças, os jardins e os parques, todo o espaço público de uso coletivo. Mas a Praça São Salvador não tem cumprido este papel também pela falta de manutenção: bancos quebrados, fiação elétrica exposta, postes e lâmpadas danificados, deixado de ser um bom local para se estar.

Figura 10: Pavimentação e Presença de vegetação



Fonte: Autora, 2020.

Outro uso a ser destacado são os eventos e feiras que ocorrem no local devido a falta de elementos que impeçam a implantação de grandes estruturas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar a Praça São Salvador em Campos dos Goytacazes, interior do Estado do Rio de Janeiro, pode-se observar a sua importância no crescimento da cidade. Com a implantação da cidade ali, as ruas partiram dela, criando ruas como a Avenida Alberto Torres, a rua Paul Percy Harris e a rua Doutor Inácio de Moura.

A praça São Salvador foi construída para ser um local de encontro, permanência e descanso para as pessoas que frequentavam a igreja. Antigamente ela exercia função predominantemente religiosa e festiva, além da praça ter uma vista para o Rio Paraíba do Sul, por onde eram realizadas as procissões para os fiéis que contemplavam a paisagem natural.

Essa importância se mantém hoje em dia e seu uso como local de encontro, pois a partir dela tem-se acesso a vários locais do Centro da cidade e a igreja permanece ali, fazendo com que ela permaneça movimentada durante todo o dia, mas seu uso constitui-se em um local mais de passagem.

A vegetação existente na praça não fornece sombra, o que dificulta a permanência de seus usuários, sendo mais utilizada para o lazer e o convívio social no período da noite, com a prática de atividades físicas como patinação, skate, corrida, dentre outras coisas. Além disso, mantém uma importância simbólica, na sua relação com a história da cidade, e cívica e política, sendo palco para festas, movimentos e manifestações, ações políticas e culturais.

Apesar de a praça manter uma importância na cidade e ter muitos usos, sua utilização poderia ser mais potencializada se ela tivesse maior número de árvores que trouxessem sombreamento e conforto térmico ao local.

É necessário pensar formas de aliar a estética com a funcionalidade da praça, permitindo que haja mais vegetação em áreas urbanas da cidade. Só assim as pessoas vão se sentir mais à vontade para frequentar um ambiente, em espaço público, que possui maior conforto térmico.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/94538576/ABABERAAziz-Nacib-Os-dominios-de-natureza-Brasil-potencialidades-paisagisticas>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ALIPRANDI, Danielly Cozer. **O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ**: Carências e potencialidades. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROARQ/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

ALVES, F.M.B. **Avaliação da qualidade do espaço público urbano**. Proposta metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia: Ministério da Ciência e Ensino Superior, 2003.

BARBOSA, Brígida Maria Pereira; LINHARES, Rita de Cássia Barreto. **Praça do Santíssimo Salvador – século XXI transformações no espaço urbano: permanências e rupturas**. Monografia de conclusão do curso de licenciatura em Geografia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEFET CAMPOS, 2007.

CAMPOS TURISMO, Disponível em: http://camposturismo.com.br/1237_pg-entorno-dapracasaosalvador. Acesso em: 22 out. 2015.

CAVALEIRO, F.; DEL PICCHIA P.C.D. **Áreas verdes**: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e 4º Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana. 1992, Vitória.

ECKBO, G. O paisagismo nas grandes metrópoles. In: **Geografia e Planejamento**. São Paulo: Ed. Cairu, 1977.

GRAZIANO, M. **Arborização urbana**: estudo da flora ornamental que constitui as praças e parques públicos. Monografia (Graduação) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 19p, 2001.

GURI ESTRADEIRO, Disponível em: <http://guriestradeiro.blogspot.com/2014/10/madridmadespanhaem-breve-proximo-ost.html>, acessado no dia 08 de janeiro de 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445287&view=detalhes>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LAMAS, José M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3 ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LIMA, Catharina dos Santos. Natureza e Cultura: o conflito de Gilgamesh. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n.18, 2004, p.7-75.

14

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo, 1999.



MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitetura paisagista: morfologia e complexidade.** Lisboa: Estampa, 2001.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento.** São Paulo: Mackenzie, 2002.

PUGLIA, José Luis. Entrevista o ex-secretário de planejamento (2003/2004) e de obras (2005/2008) da prefeitura de Campos dos Goytacazes, realizada no dia 08 de abril de 2019 por e-mail.

RESEARCHGATE. **Mapa de Campos dos Goytacazes** -Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/FIGURA-01_Fonte_fig1_320936211. Acesso em: 25 dez. 2019.

ROBBA, Fábio. MACEDO; Sílvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo, 2002.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita, MESQUITA, Liana de Barros (orgs.). **Espaços livres do Recife.** Recife: Prefeitura Municipal da Cidade do Recife/UFPE, 2000.

SHELL, L.M., ULJASZEK, S.J., 1999. **Urbanism, Health and Human Biology in Industrialized Countries.** Cambridge University Press, Cambridge. In: LI, Feng. et al. *Comprehensive concept planning of urban greening based on ecological principles: a case study in Beijing, China.* Landscape and urban planning, v. 72, n. 4, p. 325-336, 2005.

TAGLIANI, Simone. Disponível em: <https://blogdaarquitectura.com/como-surgiram-pracaseduas-diferentes-funcoesociais-ao-longo-da-historia/>. Acesso em: 25 dez. 2019.



ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: A construção paisagística na Paisagem Cultural Carioca

LINHA TEMÁTICA 3: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS.

° FERREIRA, Alda de Azevedo (1);

(1) Doutora em Ciência em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, aldazevedo@yahoo.com.br

RESUMO

Em 2012, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro recebeu o título de Paisagem Cultural da UNESCO, atribuído segundo os critérios V e VI de suas Diretrizes Operacionais. Contudo, até o momento, não houve a retificação do Dossiê, onde são justificados os atributos deste Patrimônio da Humanidade, e identificadas suas componentes chaves. Este artigo tem o objetivo de caracterizar a formação histórico-cultural das práticas paisagísticas na construção da Paisagem Cultural Carioca. Baseado no conceito de *habitus* e campo, do sociólogo Pierre Bourdieu, foi analisado o sistema de espaços paisagísticos que caracteriza a borda d'água do Sítio Nomeado. Observou-se que essa construção é fruto da noção ativa dos paisagistas, como produtos da história do campo social, e das experiências acumuladas no curso de suas trajetórias individuais em relação à sociedade e ao meio, que contribuiu para a construção de uma cultura paisagística. Defende-se então que é necessário conservar o valor paisagístico atribuído pela UNESCO, e salvaguardar os saberes gerados pelas práticas que colaboram para distinguir o lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Cultural Carioca; Práticas paisagísticas; Cultura paisagística.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2012, na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, o sítio da Cidade do Rio de Janeiro foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, quando foi concedida a Declaração de Valor Universal Excepcional. Com isso, o sítio tornou-se o primeiro situado no meio urbano do mundo, nesta categoria. A ideia que sustentou a candidatura é a de que o Rio desenvolveu uma interação única e excepcional entre homem, cultura e natureza.

Segundo o Dossiê do Comitê Técnico de Candidatura (2011), a proposta foi submetida à Lista Indicativa do Patrimônio Mundial segundo três categorias listadas pelas *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (2017), Diretrizes Operacionais da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura -UNESCO, a saber: (1) paisagem intencionalmente criada; (2) paisagem evolutiva; (3) paisagem associativa. Dentre os dez critérios das Diretrizes Operacionais, o Comitê se baseou em três para classificar o sítio: (I) representar uma obra prima do gênio criativo humano; (II) Ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural; e (VI) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional.

Todavia, conforme o Relatório de Avaliação do *International Scientific Committee on Cultural Landscapes* - ICOMOS-IFLA (2012), os especialistas, mesmo sem excluir a importância da contribuição dos paisagistas ao longo do tempo, interpretaram que a fusão criativa entre meio



ambiente e cultura é melhor refletida em outros critérios.

A nomeação, portanto, deu-se segundo os critérios V e VI das Diretrizes Operacionais da UNESCO (2017). A participação dos atores sociais foi considerada em suas individualidades, porém sem abstrair da importância da construção coletiva no sítio, e os aspectos naturais foram igualmente valorados. Segundo avaliação da UNESCO, o sítio foi assim interpretado:

O desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro foi moldado por uma fusão criativa entre natureza e cultura. Esta relação não é o resultado de processos tradicionais persistentes, mas sim **reflete um intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e de design que levaram a criações inovadoras paisagem em uma escala maior no coração da cidade durante pouco mais de um século**. Estes processos criaram uma paisagem urbana a ser percebida de grande beleza por muitos escritores e viajantes e que moldou a cultura da cidade. (Texto traduzido, Grifo nosso)

Com isso, após a nomeação, foi requisitada a revisão do Dossiê, com a correção das informações que são disponibilizadas ao público. Porém até o presente momento, não foi procedida a retificação deste documento. De acordo com as Diretrizes Operacionais da UNESCO (2017), o critério V relaciona-se a:

(V) Ser um exemplo excepcional de povoamento humano tradicional, da utilização tradicional do território ou do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas) ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando este último se tornou vulnerável sob o impacto de alterações irreversíveis.

Assim, a partir da ausência de estudos sobre o critério V, que no sítio conduz à caracterização segundo à construção de sua estética ambiental, com destaque para a experiência cognitiva dos agentes sociais, desenvolveu-se o presente estudo com o objetivo de compreender o processo histórico cultural das práticas paisagísticas, na elaboração de seus respectivos saberes, que assinalam a construção do sítio da Paisagem Cultural Carioca.

Prática, segundo Japiassú e Marcondes (2008), está relacionada à ação que o homem exerce sobre as coisas, a partir da aplicação de um conhecimento em uma ação concreta, efetiva. Nesta perspectiva, prática paisagística diz respeito à ação de conceber o espaço conforme conhecimentos paisagísticos. Para tanto, os praticantes fazem uso de habilidades criativas, técnico-científicas, culturais e políticas, na organização planejada de elementos naturais e construídos, com o objetivo de administrar ou conservar recursos naturais, construídos e humanos.

Para a análise, admitiu-se que toda cidade forma uma unidade paisagística, e que essa unidade é dada por uma referência simbólica (CULLEN, 1983). Tal referência simbólica é a linha de força, isto é, um elemento da paisagem que se destaca dos demais e forma em torno de si uma unidade. Nesse sentido, a partir do conceito de linha de força, entende-se que o sítio possui marcos simbólicos e estruturadores da paisagem, onde destaca-se fortemente a presença do mar.

Sendo o mar um importante elemento para o desenvolvimento da Cidade do Rio de Janeiro, conseqüentemente, a borda d'água constitui uma relevante linha de força, e, portanto, eixo estruturador da ocupação e crescimento do lugar. Assim, a compreensão da construção histórico cultural paisagística, ao longo desta linha de força, permite a leitura desse cenário, descortinando aspectos tangíveis e intangíveis (Fig. 1 e 2).



Figura 1: Linha de força na paisagem cultural carioca, representada pela borda d'água da cidade com o mar.



Fonte: Mapa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (modificado no contorno pela autora).

Figura 2: Espaços paisagísticos analisados. Legenda: (1) Passeio Público; (2) Praça Senador Salgado Filho; (3) Praça Paris; (4) Jardim do Museu de Arte Moderna; (5) Parque do Flamengo; (6) Parkway do Jardim de Botafogo; (7) Passeio de Copacabana.



Fonte: Google Maps (realçado nas localizações dos espaços paisagísticos pela autora).

Para caracterização da área, cunhou-se o termo espaço paisagístico como categoria de análise. Espaço paisagístico é a porção do território modificado, concebido e construído, com a finalidade de qualificar a configuração dos espaços livres. Correspondem aos jardins, praças, parques, passeios, pátios, largos, cemitérios, bordas d'água, dentre outros. No sítio patrimonial da Cidade do Rio de Janeiro, representa um de seus principais componentes-chaves, e é resultante do processo de construção movido ao longo do tempo, que, inclusive, contribui para distinguir a Paisagem Cultural Carioca.

Assim, a pesquisa foi fundamentada no conceito de *habitus* e campo, delimitados pelo filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu (2011). O *habitus* explica o comportamento das classes sociais, e é o gerador das práticas e representações, e resultante das assimilações conscientes e inconscientes das estratégias. As estratégias educacionais seriam então as mais importantes, por serem fornecidas pela família e pelas instituições, e resultante da posição de classe. O *habitus* faz a pessoa social, juntamente com todas as disposições, que são marcas da posição social, e faz gerar novas práticas e estratégias (BOURDIEU, 2011).

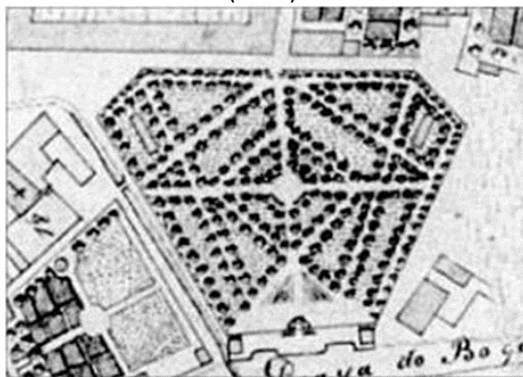
O campo, ainda conforme Bourdieu (2011), exerce certo efeito de autonomia, e apenas conhecendo as leis específicas de seu funcionamento e o seu grau de autonomia, é que se torna possível compreender as mudanças nas relações entre produtores (práticas paisagísticas), ou entre diferentes concepções artísticas (espaços paisagísticos), que aparecem por ocasião de mudança de regime político ou de uma crise econômica. A partir desses conceitos, distinguiu-se a formação histórico cultural das práticas paisagísticas cariocas.

2 AS PRÁTICAS PAISAGÍSTICAS CARIOCAS

O período que aqui foi chamado de 'formação do campo paisagístico' no espaço público da Cidade

do Rio de Janeiro é marcado por dois momentos: sua gênese, com a construção do Passeio Público da Corte, em fins do século XVIII, e posteriormente, com sua reforma, em meados do século XIX, que caracterizou a emergência do referido campo. A gênese ocorre a partir do aterro da Lagoa do Boqueirão, com a intenção de contribuir para a salubridade da cidade, e tem como marco a construção do Passeio Público da Corte, em 1779, por obra do mestre de riscos Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim (Figuras 3 e 4).

Figura 3: Plano de massas do Passeio Público da Corte, na planta da Cidade do Rio de Janeiro (1791).



Fonte: BETANCOURT, 1791

Figura 4: Localização atual do Passeio Público no bairro do Centro da Cidade do Rio de Janeiro (2017).



Fonte: Google Maps (modificado nas cores pela autora).

O Passeio Público da Corte foi concebido numa linguagem de alto teor historicista e enfatizava uma grande mistura de tipologias paisagísticas. No entanto, ressalva-se o olhar de Mestre Valentim em sua interpretação da cultura do lugar aliada às características do meio ambiente carioca, ao propor uma mistura entre a Arte Barroca brasileira, representada através de uma interpretação do modelo do jardim português, aliada à referência do jardim paisagístico inglês. Desta forma, a construção do primeiro espaço paisagístico da Cidade do Rio de Janeiro teve como objetivo uma causa contingente, cuja concepção intencionava promover a sociabilidade carioca ainda nascente (FERREIRA, 2018).

É possível identificar a referência portuguesa em vários elementos da composição paisagística, como por exemplo, no uso da vegetação. Mestre Valentim realizou o plantio das árvores e palmeiras de forma simétrica e formal, e utilizou muitas espécies exóticas, principalmente frutíferas, como mangueira (*Mangifera indica* L.), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.), frutapão (*Artocarpus altilis* (Parkinson ex F. A. Zorn) Fosberg), jambo-rosa (*Suzygium malaccense* (L.) Merr. E L. M. Penny), tamarindeiro (*Tamarindus indica* L.), alguns pinheiros (*Pinus* sp), dentre outras. A vegetação implantada pela ação antrópica assume, portanto, caráter cultural, pois é possível identificar concomitantemente tais espécies em jardins estabelecidos em outras províncias de Portugal.

Nesta ocasião, para além das tipologias inspiradas, inicia-se na Cidade do Rio de Janeiro juntamente com a prática paisagística no espaço público, a construção dos saberes promovidos pelas técnicas de adequação ao meio físico através do solo criado, com a especificação de espécies nativas ou exóticas, e possibilidade de aclimação a estas condições adversas. Tais saberes irão desenvolver-se ao longo dos séculos, aprimorando-se, e moldando a maneira de fazer a atividade paisagística nesta cidade.



Na primeira metade do século XIX, no veio da expansão identificadora e classificadora da vegetação tem-se a constituição dos Jardins Botânicos Cariocas, como o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas e, posteriormente, o Jardim Botânico do Passeio Público ¹. O meio ambiente tropical, neste momento, estava sendo paulatinamente “descoberto” pelos viajantes europeus, e encantava por seus mistérios, sua imensidão, cores, luz e vegetação luxuriante.

Com o contributo de imigrantes que traziam suas experiências do além-mar, começaram a se formar os primeiros jardins de caráter privado, pelo labor de jardineiros. Instigados pelas novas oportunidades e atraídos pelo exotismo das paisagens, estrangeiros de diversas naturalidades se estabeleceram na cidade, e se dedicaram à jardinagem, coleta de espécies, dentre outras atividades, cooperando para a construção dos saberes paisagísticos cariocas (SANTOS; FERREIRA, 2014).

Neste momento, tem-se o aporte do naturalista alemão Ludwig Riedel, que legitimou a primeira institucionalização da prática paisagística na Cidade do Rio de Janeiro. Ao assumir a direção do então Jardim Botânico do Passeio Público, como “jardineiro botânico”, Riedel foi também promovido ao cargo de primeiro Diretor de Jardins do Império. Sem modificar a estrutura original da composição do primeiro jardim público da cidade, ele aos poucos introduziu efetivamente vegetação nativa no Jardim Botânico do Passeio Público. Desprovido de topiarias, ele a implantou em seu aspecto natural, e estabeleceu um preâmbulo para o que viria a ser sua grande reforma (FERREIRA, 2018).

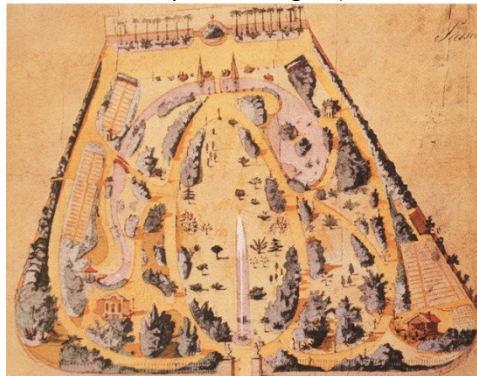
Na segunda metade do século XIX, é contratado pelo Imperador D. Pedro II o “horticultor paisagista” francês Auguste François-Marie Glaziou para a reforma do, até então, Jardim Botânico do Passeio Público. Neste momento, Glaziou juntamente com os jardineiros floristas, estrangeiros e brasileiros, colaboraram para a construção do gosto paisagístico na cidade carioca, numa linguagem profundamente relacionada ao pensamento romântico. Em sua atuação diferentes saberes foram adotados, configurados principalmente pela história natural, pela arte e a agronomia, relacionando a prática paisagística deste período ao campo da Agricultura.

Na reforma do Passeio Público, Glaziou buscou a exaltação do nacionalismo, representado através do modelo do jardim paisagístico de referência francesa. Para tanto, empenhou-se em dar continuidade ao trabalho iniciado por Ludwig Riedel, com a introdução de vegetação exótica, mas principalmente com a inserção de espécimes nativos da Flora Nacional, além de conservar grande parte do que havia sido plantado pelo naturalista alemão (FERREIRA, 2018). (Fig. 5)

¹ O Jardim Botânico do Passeio Público foi estabelecido no Passeio Público da Corte, em 16 de abril de 1838, através do Regulamento nº 16, com o objetivo de instruir os estudantes da Academia Médico-Cirúrgica, nas cadeiras de Química e Botânica Médica.



Figura 5: Plano de massas da reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro (1861). (com a posição do mar voltada para a parte superior da figura)



Fonte: DIAS, 2011.

O horticultor-paisagista compreendia o sentimentalismo romântico do momento, e o trouxe à tona em sua reforma através de elementos que evocavam o historicismo, como representações de templos clássicos, a finitude humana marcada pela imitação de troncos de árvores caídas, ou o traçado sinuoso para ser contemplado pelo caminhar caracterizado pela composição de cheios e vazios. A referência dos elementos construídos na linguagem romântica inglesa e francesa, ora em voga, estava presente, e se misturava na reforma de Glaziou.

Em seu 'vocabulário', Glaziou não utilizou apenas a flora exótica na reforma do Passeio Público, como seria condizente num modelo mimético. Em contraponto, ele desenvolveu uma linguagem própria, onde uniu a preservação de referências do mobiliário da construção original de Mestre Valentim à sua interpretação da paisagem brasileira, traduzida pela vegetação nativa colhida em suas expedições de coleta por várias partes do país.

O período compreendido entre o início e meados do século XX corresponde ao que foi aqui denominado de 'configuração do campo paisagístico carioca', onde se verificou que os profissionais nele atuantes buscaram a disposição do mesmo em determinada ordem, por meio da delimitação e organização dos saberes concernentes à prática.

Com a prática paisagística iniciada na primeira década do século XX com o francês Paul Villon e a equipe da Inspetoria de Matas, Jardins, Caça e Pesca, é pela primeira vez instituído o cargo de 'arquiteto paisagista', sem ainda uma caracterização formal de suas atribuições, mas já com a introdução de saberes mais técnicos na atividade, que tem como uma de suas características a utilização de mobiliário industrializado. A linguagem paisagística adotada por Villon - como no jardim da Enseada de Botafogo e na Praça da Glória - tratou-se de uma interpretação do que já se fazia na Cidade do Rio de Janeiro, entre jardins privados e públicos, unindo o traçado sinuoso da linguagem do jardim naturalista inglês à especificação de arbustos de flores, próprios da linguagem do jardim Barroco Francês (FERREIRA, 2018) (Fig. 6 e 7).

Figura 6: Plano de massas do jardim da Enseada de Botafogo (1903).



Fonte: Acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro

Figura 7: Localização atual do jardim da Enseada de Botafogo (2018).



Fonte: Google Maps (modificado nas cores pela autora).

Nesta união, Villon estabeleceu o que foi chamado de “estilo misto”, num Eclétismo então emergente não só no paisagismo, como na arquitetura e o mobiliário de interiores. Mas, não deixou de especificar oitizeiros (*Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch.), que já havia sido introduzido na paisagem carioca, muito usados por Glaziou especialmente na arborização pública, dando, de certa forma, uma continuidade visual característica na construção paisagística da cidade carioca (FERREIRA, 2018).

A partir do começo do século XX a linha costeira que vai do Passeio Público à praia de Copacabana começa a ser modificada através de sucessivos aterros que aconteceram ao longo dos anos. Primeiramente, é aterrada a área compreendida entre o Passeio até a Enseada da Glória, dando origem à Avenida Beira Mar. Dos anos 1920 em diante, iniciando com o desmonte do Morro do Castelo, é principiado ao aterramento que iria originar a Praia Vermelha, e com ela, o Bairro da Urca; prolongar a Enseada de Botafogo; e criar o Aterro do Flamengo. Por fim, no final dos anos 1960, é procedido o aterramento que iria alargar a Praia de Copacabana, criando com isso a Avenida Atlântica (ANDREATTA et al., 2009).

Assim, nos anos 1920, tem-se a emergência de uma linguagem paisagística relacionada ao Art Déco, então premente na cidade carioca, com a construção da Praça Paris e a retomada de elementos da tipologia do Jardim Barroco Francês. Através do labor do paisagista francês André Redout, juntamente com o urbanista Alfred Agache, topiarias, traçados rigorosamente ortogonais e simétricos, inspirados no modelo do Jardim Barroco francês, caracterizaram a concepção da Praça Paris. A prática paisagística carioca, neste momento, ainda é fortemente vinculada ao campo da Agricultura, com ênfase para saberes agrônômicos e artísticos (FERREIRA, 2018) (Fig. 8 e 9).

Figura 8: Praça Paris (1926).



Fonte: DELPHIN, 2012.

Figura 9: Localização atual da Praça Paris (2018).



Fonte: Google Maps (modificado nas cores pela autora).

O segundo momento aqui caracterizado como ‘configuração do campo paisagístico’ é delimitado entre as décadas de 1930 e 1960, corresponde a sua fase de estruturação, e está relacionada ao ato de elaborar conceitos e teorias próprios para a prática paisagística. Tais modificações iniciaram no âmbito acadêmico, em 1932, e tem como marco a institucionalização do ensino de arquitetura paisagística, a partir da inclusão da disciplina ‘Urbanismo e Arquitetura Paisagista’ no Curso Geral da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Rio de Janeiro, ministrada por Atílio Corrêa Lima. Bem como, no curso de Especialização em Arquitetura Paisagística na Universidade do Distrito Federal, em 1935, sob os auspícios de David Xavier Azambuja.

Já no âmbito da prática profissional, destaca-se o labor do paisagista Roberto Burle Marx, bem como o do Departamento de Parques e Jardins da Guanabara. Trata-se de uma importante ruptura rumo à configuração da prática e à estruturação do campo paisagístico carioca, agora vinculado ao campo da Arquitetura e ao Urbanismo (FERREIRA; ONO; NÓBREGA, 2017).

Neste ínterim, Burle Marx inovou com a criação de uma tipologia projetual que, posteriormente, ficou conhecida como ‘jardim moderno.’ De maneira geral, segundo o historiador de arte Giulio Carlo Argan (1993), antes de haver uma cultura dos projetos, imperava outro tipo de cultura, ou seja, a cultura do modelo. Um modelo pode apenas ser imitado através de uma atividade de reprodução e de reflexão. Com a cultura do projeto, tem-se o fim do princípio de autoridade da cópia, bem como o fim da concepção de arte como mimesis.

Assim, Burle Marx deu origem à cultura de projetos paisagísticos na cidade carioca, baseado nos princípios projetuais de higiene, educação e arte. Esta maneira de pensar corresponde a uma sistematização de ideias, um ‘método aberto’ em seus parâmetros, que hierarquiza e organiza princípios segundo as necessidades de cada caso. O objetivo seria que o desenvolvimento projetual ocorresse de maneira mais eficaz, assinalado pela ausência de normas fixas e sequenciais baseado em modelos. Com isso, o processo projetual atendia às necessidades da demanda de integração, flexibilidade e multidisciplinaridade, além de apresentar diversas configurações e caminhos possíveis de serem trilhados, com estrutura adaptável (FERREIRA, 2018).

Tal como Glaziou, Roberto Burle Marx não utilizou apenas a vegetação nativa em seus projetos paisagísticos, que neste recorte espacial englobam o Complexo do Parque do Flamengo, formado pela Praça Senador Salgado Filho, Jardim do Museu de Arte Moderna, Parque do Flamengo, e

Parkway da Enseada de Botafogo. Ele priorizou esse tipo de vegetação, dando, inclusive, status paisagístico para aquelas reconhecidas como ‘mato’, e a ela adicionou indivíduos exóticos com a finalidade de conseguir melhores efeitos estéticos na sua composição (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Trecho do Complexo do Parque do Flamengo.



Fonte: Jornal “O Globo”.

Figura 11: Localização do Parque do Flamengo (RJ).



Fonte: Google Maps (modificado nas cores pela autora).

O período delimitado entre as décadas de 1960 e 1970 caracteriza o início do aqui identificado como a consolidação do campo paisagístico na Cidade do Rio de Janeiro. Após o segundo pós-guerra ocorre a estabilização deste campo paisagístico, caracterizado por novos tempos e a estabilização das ideias defendidas pelos primeiros modernistas. Mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas, que conduzem a outras visões de mundo, outras concepções filosóficas. E, a prática paisagística desenvolvida neste momento – assinalada no âmbito privado pela atividade do escritório Burle Marx e Cia. (do qual faziam parte Roberto Burle Marx, Haruyoshi Ono e José Tabacow), e no âmbito institucional pelo Departamento de Parques e Jardins, que, inclusive, contou com a direção do arquiteto Fernando Chacel - não ficou alheio ao novo contexto, mostrando transformações, inclusive, na forma de pensar o projeto. Trata-se do começo de novas linguagens, que buscam decifrar a paisagem e traduzir o ‘espírito do lugar’ (FERREIRA, 2018).

Neste pensamento foi criado, em 1970, o Passeio de Copacabana, cujo principal atributo do modo de fazer paisagismo é configurar uma concepção fenomenológica em atenção aos significados da paisagem e do lugar, numa adaptação às novas dinâmicas da cidade, pela sua necessidade de espaços multifuncionais, de identidade da paisagem, de conexão e arte vivenciada no espaço público. Contudo, sem abstrair do compromisso desta prática com o meio ambiente (Figuras 12 e 13).

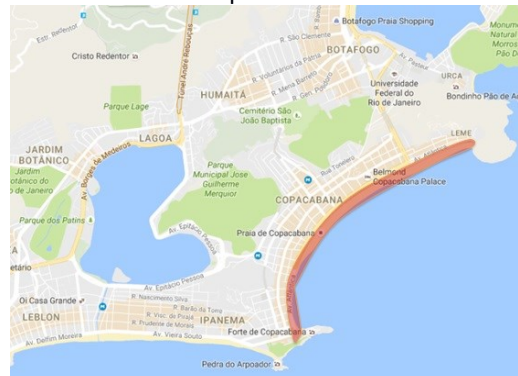


Figura 12: Passeio de Copacabana (1970).

Figura 13: Localização do Passeio de Copacabana.



Foto: Fernando Ono, 2010.



Fonte: Google Maps (modificado nas cores pela autora).

A concepção paisagística da equipe do escritório Burle Marx e Cia., a partir desse momento, pode ser dita como atributo de uma postura tradicionalista. Neste sentido, a criação não nega a construção de conhecimentos que antecedeu os profissionais, como também integram os valores e as inovações de sua época. O marco do Passeio de Copacabana não configurou uma ruptura com a tipologia do jardim moderno, que continuou a ser executada, mas também integrou a percepção do pensamento contemporâneo. Assim, sua mudança foi concedida por Burle Marx aos seus continuadores, como Haruyoshi Ono, antes mesmo do momento em que ele não estivesse mais apto a desenvolvê-la (FERREIRA, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das continuidades e permanências promovidas pelas diversas práticas paisagísticas, legitimadas ou não, é possível falar na identificação de uma 'cultura paisagística carioca'. Segundo o Japiassú e Marcondes (2008), cultura relaciona-se ao patrimônio coletivo dos saberes possuídos pela humanidade, ou por certas civilizações. Trata-se do conjunto de representações e dos comportamentos adquiridos pelo homem enquanto ser social. Ou seja, o conjunto histórica e geograficamente definido das instituições características de determinada sociedade, que se identifica com o modo de vida de uma população determinada, e com o conjunto de regras e comportamentos, através dos quais se encarnam condutas mais ou menos codificadas.

A cultura paisagística seria então o padrão de comportamento ligado à maneira de produzir e 'consumir' o paisagismo da cidade, numa relação entre a cultura e o meio físico. No âmbito cognitivo, a cultura paisagística pode ser observada a partir do conjunto das práticas que cercam a produção do espaço em diferentes momentos históricos.

A cultura paisagística carioca se manifesta, em termos cognitivos, através da própria formação do campo da prática profissional - que já se estruturava neste sentido desde meados do século XIX - bem como, na institucionalização da disciplina "urbanismo e arquitetura paisagística" ainda nos anos 1930, sendo, portanto, pioneira no país neste segmento. Moldando uma forma característica de viver, e sendo moldada por ela, cada prática paisagística, em seu olhar individual mediado pelo habitus incorporado, contribuiu nesta construção.

Compreende-se assim que o processo histórico cultural das práticas paisagísticas foi reconhecido pela UNESCO como um dos atributos que distinguem o Lugar, de maneira sensível, intangível, mas que se realiza na dimensão material dos espaços paisagísticos. Concomitantemente, as práticas e



os saberes paisagísticos integram a dimensão imaterial de significado e valor do patrimônio cultural. Porém, convém não considerar tais dimensões em termos dicotômicos, polarizados. Como reflete Ulpiano Bezerra de Menezes:

[...] falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente, obtidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar, e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores. [...] a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais (MENESES, 2012, p.32).

Assim, ao distinguir a particularização do “intercâmbio baseado em ideias científicas, ambientais e de design”, entende-se que a UNESCO atribuiu valor paisagístico ao sítio da Paisagem Cultural Carioca. Tal valor representa a evidência da estética cognitiva de utilização dos elementos da natureza no usufruto da organização planejada para a construção do espaço, a partir do emprego de artifícios naturais e construídos.

Em tempo, o valor paisagístico assim atribuído pelos especialistas precisa ser validado pelos grupos de interesse, e conservado por meio de políticas de gestão do sítio. Como campo político, o patrimônio cultural necessita, inclusive, ser ratificado e gerido pelos cidadãos.

Outra ação necessária é a educação patrimonial, pois, estas práticas e suas representações, por se tratar também de documentos, não podem ser vistas como passado histórico apenas, e é necessário que este legado seja comunicado no presente e para futuras gerações, reconhecidamente pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, através da categoria de Paisagem Cultural.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo auxílio financeiro nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. [1ª impressão em 1992]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FERREIRA, Alda de Azevedo. **A permanência da paisagem: os princípios do projeto paisagístico de Haruyoshi Ono**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

_____. **Os saberes e as práticas paisagísticas na construção da Paisagem Cultural Carioca**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2018.

FERREIRA, A.; ONO, F.; NÓBREGA, C. **A institucionalização do ensino de arquitetura paisagística no Rio de Janeiro**. Paisagem e ambiente: ensaios. nº 40. São Paulo: FAU, 2017. P. 133 - 148.

IPHAN. “Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar”. 2012. Disponível em: >> http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/33_2%20UNESCO%20aprova%20t%C3%ADtu



lo%20de%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial%20para%20a%20Paisagem%20Cultural%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf<< Acesso em: 27/04/2016.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas”. In: **Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2012, pp. 25 a 39.

_____ Repovoar o patrimônio ambiental urbano. SCHLEE, Andrey R. (Org.) Patrimônio: desafios e perspectivas. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. Nº 36. Brasília: Iphan, 2017, pp. 39 a 51.

MARX, Roberto Burle; TABACOW, José (org). **Arte e paisagem**: (conferências escolhidas). 2ª ed. rev. [1ª impressão em 1982] São Paulo: Nobel, 2004.

SANTOS, Ana Maria Pessoa dos; FERREIRA, Alda de Azevedo. **Jardineiros do século XIX**: o ofício na Cidade do Rio de Janeiro. Leituras paisagísticas: teoria e práxis. n.5. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2015, p 33-50.

UNESCO. “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”. 2017. Disponível em: >> <http://whc.unesco.org/en/guidelines><< Acesso em: 15/07/2019.

_____ “Rio de Janeiro (Brazil) nº 1100 rev”. In: Nomination file. 2012. Disponível em:>> <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1100rev.pdf><< Acesso em: 05/04/2015.



PARQUES LINEARES DA REGIÃO NORTE: CONFLITOS E AVANÇOS EM MACAPÁ, AMAPÁ

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

MEDEIROS, José Marcelo Martins (1); ULIANA, Brenda Beserra (2);

(1) Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Prof. Efetivo da Universidade Federal de Tocantins, curso de arquitetura e urbanismo, medeirosjose@gmail.com

(2) Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal do Amapá, uliana.brenda.b@gmail.com

RESUMO

Os projetos de parques lineares ao longo de orlas urbanas podem contribuir com a recuperação de margens degradadas, restaurando ecossistemas nativos degradados e possibilitando a criação de novas áreas de recreação para a população. Percebe-se que as Áreas de Preservação Permanente - APPs têm sido ocupadas e degradadas pela expansão urbana sem planejamento nas cidades amazônicas do Brasil. Com base nisso, esta pesquisa analisa criticamente a implantação de projetos de parques lineares nas capitais da região Norte, bem como a criação de novos espaços livres públicos nas áreas de várzea da cidade de Macapá, Amapá, por meio da análise de avanços e entraves nessa questão. Essas áreas úmidas, as várzeas, são conhecidas como o nome de “áreas de ressaca” na cidade de Macapá, e estão espalhadas no espaço urbano, sofrendo com a degradação e o aterramento. Os métodos utilizados foram a análise de legislações ambientais, bibliografias e visitas de campo. Este trabalho busca analisar os conflitos para a efetivação de um parque linear na Lagoa dos Índios, em Macapá, e o acompanhamento da criação de novos espaços livres públicos na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Parques lineares; Região Norte do Brasil; Área de Preservação Permanente; Macapá.

1 INTRODUÇÃO

Uma grande quantidade de corpos hídricos em meio urbano foi retificada e canalizada durante o século XX, tendo suas margens drenadas e impermeabilizadas, reduzindo sua extensão para novos usos do solo devido os impactos da expansão urbana. Em consequência do processo de eliminação das matas ciliares, ocorrem impactos negativos nas vazões naturais dos rios, os quais passaram a escoar com maior rapidez, trazendo maiores riscos de alagamentos e erosões, assim como grandes prejuízos para os ecossistemas.

Apenas a partir da metade do século XX que surgiram paradigmas, teorias e conceitos sobre uma relação homem-natureza que respeita o meio ambiente. Contudo, é principalmente a partir da década de 90 que várias metodologias e projetos de espaços livres, principalmente ao longo de corpos hídricos, foram estudados e praticados.

Os projetos de parques lineares ao longo de orlas urbanas podem contribuir com a recuperação de margens que foram retificadas ou alteradas de alguma maneira, com a restauração de ecossistemas nativos degradados e a criação de novas áreas de recreação para a população. De outro modo, essa tipologia de parque geralmente necessita de extensas áreas verdes e investimentos, mas sua implantação é simples, tendo execuções possíveis de serem realizadas mesmo com as limitações existentes no contexto urbano brasileiro.

Morfologicamente, portanto, os parques lineares caracterizam-se pela pequena dimensão no sentido da sua largura em relação ao comprimento. Segundo Macedo (2012), a finalidade de um parque linear está geralmente relacionada com o aproveitamento formal e a conservação de um



corpo d'água ou de remanescentes de matas nativas, sendo que esses elementos sempre balizam formalmente a rua.

Dessa forma, a disposição espacial do parque linear estende-se pelo correspondente a muitas quadras e corta áreas significativas da malha urbana. Ainda segundo o mesmo autor, esses parques tornaram-se comuns recentemente no Brasil, levando ao surgimento de inúmeros espaços livres públicos, ou pelo menos a proteção ambiental de terras para a criação de futuros parques. De acordo com Macedo (2012):

Os parques lineares, típicos dos anos 2000, caracterizam-se pelo apelo conservacionista dos seus princípios geradores, que condicionam a sua existência, a princípio, à proteção de corpos d'água, em especial pequenos rios e riachos (MACEDO, 2012, p. 164).

Todavia, observa-se que no Brasil, poucos são os projetos de recuperação de rios urbanos que têm sido criados com a dimensão dos exemplos internacionais. Existe uma grande dificuldade na implantação das propostas no contexto nacional e na maioria das vezes, os planos são concretizados apenas pela metade, devido à falta de investimentos e de vontade política. Além disso, o processo de integração dos aspectos sociais, ambientais e culturais em orlas urbanas ainda é raro, mesmo nas iniciativas do poder público.

Segundo Ahern (1995), a característica principal dos parques lineares é a sua grande extensão e a rede formada pelos seus caminhos deve criar conexões espaciais em várias escalas. Também são espaços em maioria multifuncionais e que os objetivos devem levar em consideração as questões ambientais e econômicas. Segundo Medeiros (2016, p.68), “os parques lineares estão se tornando ferramentas importantes para o planejamento de espaços livres urbanos e criação de políticas públicas voltadas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população”.

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre os projetos de parques lineares no Brasil, em especial na região Norte, fazer críticas sobre os projetos em si, se houve a participação social, e da gestão do espaço pelo poder público. Além disso, é feita a análise se os espaços livres públicos são pensados de maneira integrada dentro do contexto do planejamento urbano.

O período de análise é a partir do século XXI, quando houve maior preocupação ambiental e por ter aumentado a criação de parques lineares na região Norte. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, análise de legislações ambientais e visitas de campo. Além disso, o trabalho é dividido nas seguintes etapas: áreas de preservação permanente no contexto amazônico; levantamento e análise de parques lineares na região Norte; resultados obtidos e considerações finais.

Existe no planejamento atual do Brasil a ativa prerrogativa de recuperação e preservação ambiental com enfoque nos recursos hídricos e nos corredores verdes, demonstrando que há uma crescente preocupação e inclusão das questões ambientais na criação de espaços livres mais harmônicos. Com base nisso, se faz necessário o estudo sobre os avanços na criação de parques lineares na região norte e os principais entraves e conflitos para a disseminação desses espaços.

2 ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO CONTEXTO AMAZÔNICO

As importantes funções ambientais desempenhadas pelas margens dos cursos hídricos justificam o seu enquadramento em uma categoria de preservação, conhecida como “Área de Preservação Permanente” pelo Código Florestal Brasileiro. Segundo Mello (2008), o conceito de APP carregava inicialmente o *princípio da intangibilidade*, ou seja, a proibição de qualquer tipo de uso humano. Esse princípio, segundo a autora, chocava-se com usos urbanos das populações tradicionais, os



chamados “ribeirinhos”, e também com a “atração” que as orlas aquáticas sempre exerceram sobre as pessoas.

Uma das principais críticas dos ruralistas ao Código Florestal brasileiro (2012), segundo Medeiros (2016), é a sua falta de embasamento científico para a definição das metragens das faixas de Áreas de Preservação Permanentes - APPs. No entanto, os ambientalistas asseguram que se forem realizados estudos nesse sentido, as distâncias mínimas a serem protegidas para se garantir a preservação ecossistêmica seriam muito maiores às atuais existentes na lei.

Para Metzger (2010), por exemplo, além de não haver uma base totalmente científica para definir as larguras das APPs, estas deveriam ser variáveis conforme os biomas do país. Essas larguras deveriam, portanto, variar de acordo com a topografia das margens, as características da vegetação, o tipo de solo, o regime climático e sobretudo os níveis pluviométricos locais. Percebe-se que o conhecimento dos processos ecológicos atuantes nas zonas ripárias do nosso país ainda é incipiente. Segundo Lima (1996), as pesquisas referentes às larguras de faixas de proteção ao longo de margens de córregos e rios não são conclusivas:

Os limites da zona ripária, do ponto de vista geomorfológico, não são facilmente delimitados; podem variar bastante ao longo da microbacia e, principalmente, entre diferentes microbacias, em função das diferenças de clima, geologia e solos [...] Não existe ainda nenhum método definitivo para o estabelecimento da largura mínima da faixa ripária que possibilite uma proteção satisfatória do curso d’água (LIMA, 1996, p.312).

Analisando o atual Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/12, art. 4º, I) as APPs devem ser demarcadas a partir do leito regular do corpo d’água. Porém é importante ressaltar que esse conceito de regularidade de leito de rios não é aplicável aos rios amazônicos, onde existem variações diárias e sazonais. A amplitude entre os níveis máximo (pico de cheia) e mínimo (vazante) pode variar em até 20 metros.

Ressalta-se que na versão anterior do Código Florestal (Lei nº 4.771/65) a demarcação era feita a partir do leito mais alto do rio. Segundo Laurindo e Gaio (2014), essa modificação demonstra um grande prejuízo ambiental, pois acarreta na redução das faixas protegidas das APPs, desrespeitando o princípio da proibição de retrocesso ambiental presente na Constituição de 1988. Conforme os autores:

A diminuição do referido espaço ambiental protegido não se baseou em estudos técnicos e científicos, o que demonstra a ausência de justificção constitucional para a referida medida, por consequência, não se pode aqui invocar a aplicação dos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade (LAURINDO E GAIO, 2014, p. 8).

As várzeas e áreas úmidas da Amazônia desempenham uma função ecológica primordial no equilíbrio ecossistêmico local, além de proporcionar bens e serviços para a sociedade. No estado do Amapá, localizado no extremo Norte do país, é grande o número de áreas de várzea situadas nas zonas urbanas nas cidades de Macapá e Santana. A falta de planejamento urbano e políticas públicas de habitação de interesse social vêm permitindo a ocupação desordenada nessas áreas frágeis, conhecidas como “ressacas” pela população local, agravando a degradação ambiental.

As áreas úmidas de Macapá e Santana sofrem principalmente com o lançamento direto de dejetos e efluentes domésticos não tratados nos corpos hídricos. A Lagoa dos Índios e o Igarapé da

Fortaleza (principal curso d'água que liga às principais ressacas de Macapá e Santana) há décadas que vem sofrendo com uma degradação contínua, como assoreamento e erosão das margens, substituição das matas ciliares por manchas urbanas, refletindo negativamente na qualidade da água (figura 1).

Figura 1: Pressão urbana sobre áreas alagadas da Lagoa dos Índios em Macapá, AP.



Fonte: disponível em <www.uz7spotting.com.br>. Acesso em janeiro de 2018.

Como afirma Romero (2001) uma das consequências da expansão das áreas urbanas no Brasil se referem à diminuição das áreas com vegetação nativa devido às intervenções que desconsideram completamente os elementos naturais da paisagem. O exercício da construção civil não considera os impactos ao meio ambiente, ecoando não somente no desequilíbrio do meio, como também na salubridade e conforto da população urbana.

Apesar dos assentamentos informais em APPs compreenderem a principal tensão entre as agendas ambiental e urbana, é preciso reconhecer que os pobres não são os únicos atores (MARICATO, 1996). A omissão do governo e a ganância de proprietários imobiliários também são responsáveis pelas ocupações em APPs.

3 PARQUES LINEARES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL

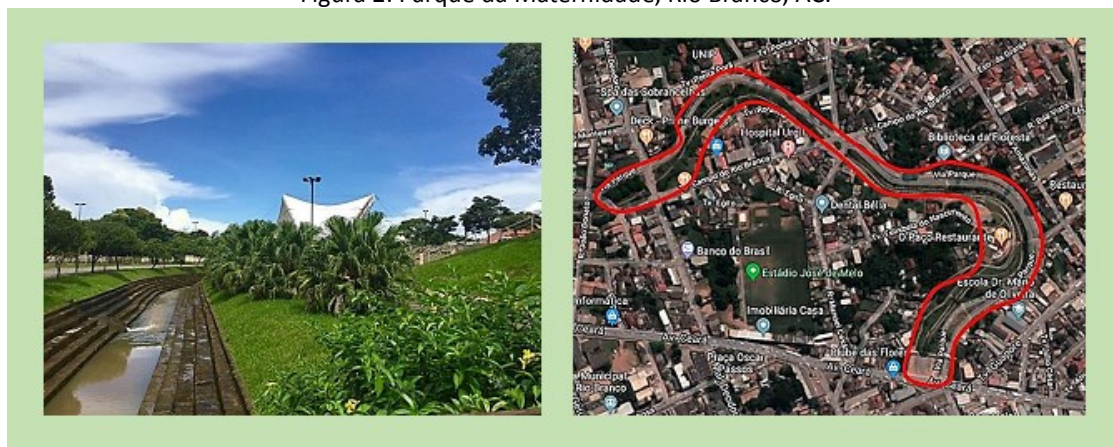
Segundo Macedo (2012), as capitais da região Norte iniciam o século XXI tratando paisagisticamente os trechos de suas extensas zonas litorâneas, que eram antes ocupadas por casarios e instalações portuárias, de acesso mais difícil ao cidadão. Esta região apresenta principalmente o bioma peculiar amazônico (mata de igapó, mata de várzea, mata de terra firme e floresta semiúmida), além de extensa rede hidrográfica, campos alagados e faixas de cerrado.

As matas de igapó são as que estão situadas em terrenos mais baixos, quase sempre inundadas, com presença de plantas aquáticas e cipós. As matas de várzea são as que sofrem com inundações somente no período de cheias, possuindo espécies com galhos repletos de espinhos, dificultando o acesso. As matas de terra firme são aquelas que estão em regiões mais altas e por este motivo não são inundadas. Nelas existem árvores de grande porte como a castanheira, chegando até 60 metros de altura, o interior destas matas é escuro, pois as copas das árvores são muito densas. A floresta semiúmida é composta por uma área de transição entre a própria Floresta Amazônica e

outros domínios. Detém árvores com alturas que oscilam entre 15 e 20 metros e que perdem suas folhas no período de estiagem (Freitas, 2020).

No estado do Acre, o Parque da Maternidade nas margens do igarapé da Maternidade (2002) cruza toda a cidade de Rio Branco, é um projeto de coordenação das arquitetas Alejandra Devecchi e Eliane Guedes. O parque foi criado para evitar enchentes, conservar as águas e vegetação por meio de um corredor verde para proporcionar lazer e qualidade social do espaço público da cidade (figura 2).

Figura 2: Parque da Maternidade, Rio Branco, AC.

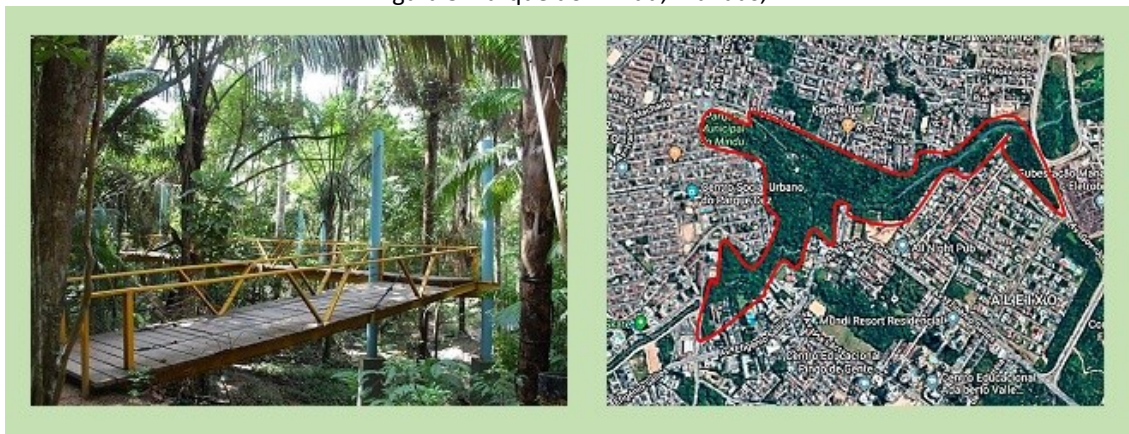


Fonte: <www.panoramio.com e Google Earth (2019).

Após a requalificação paisagística com áreas verdes, calçadas e ciclovias, o espaço se tornou um lugar de convivência, atração de pessoas e valorizou o entorno, sendo um destino também de compras e lazer (MEDEIROS, 2016). O projeto do parque possui caráter de corredor ecológico, tendo que promover um trabalho de remoção de muitas famílias que lançavam dejetos domésticos no rio.

Na cidade de Manaus, Amazonas, a Secretaria de Meio Ambiente municipal implantou um parque linear ao longo do Igarapé do Mindu em 2007 para proteger suas três nascentes de água (figura 3). O projeto do parque forma um corredor ecológico, tendo que promover um trabalho de remoção de muitas famílias que lançavam dejetos domésticos no rio.

Figura 3: Parque do Mindu, Manaus, AM.



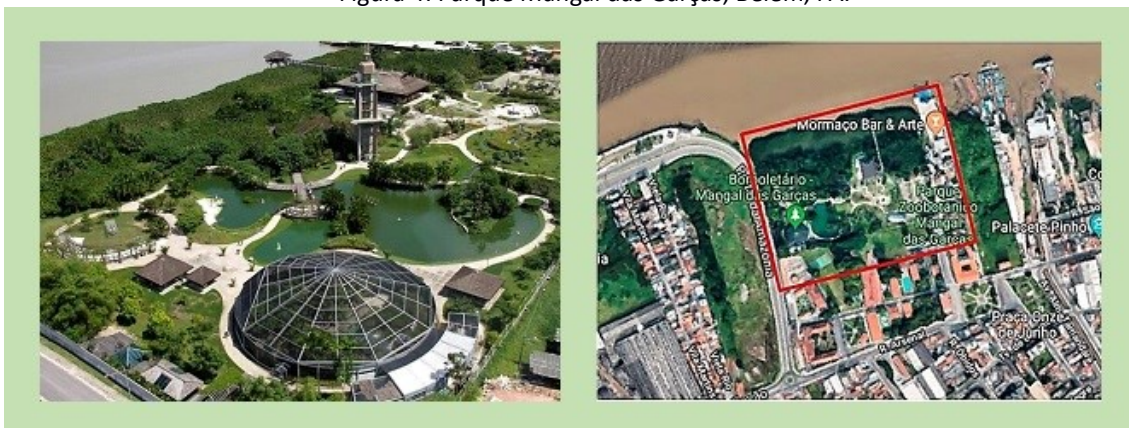
Fonte: <www.panoramio.com e Google Earth (2019).

Desde sua inauguração existem alguns conflitos como depredação, delitos e poluição. Dessa forma, a sensação de insegurança prejudicou o uso do parque, diminuindo o número de frequentadores e até mesmo de funcionários. A prefeitura está buscando soluções para contratar empresas de segurança e soluções para cercamentos do parque (G1 AMAZONAS, 2019).

Já no estado do Pará, foram traçados calçadões associados a praias fluviais como: Orla de Mosqueiro (2003), Orla de Outeiro (2005) e Orla de Icoaraci (2003-2004). Porém os melhores exemplos de parques lineares estão em Belém, cidade da qual durante duas gestões consecutivas foram implantadas diversas propostas paisagísticas ao longo da orla da baía de Guajará, tanto pelo governo estadual quanto pela municipalidade. Esses projetos foram implementados junto à área central e cujo objetivo foi integrar a cidade com o rio, visto que ela se encontrava isolada das águas por uma barreira de construções.

Destaca-se o Parque Mangal das Garças, em Belém, de autoria de Rosa Kliass, o qual possui caráter de parque temático, sendo um parque urbano de forte apelo cenográfico e turístico, com seus viveiros e fontes. O parque tem um modelo de gestão diferente dos demais parques nesta pesquisa, pelo fato de ser mantido por iniciativa privada, ter o acesso controlado e cercamento, além de possuir atrações pagas (figura 4).

Figura 4: Parque Mangal das Garças, Belém, PA.



Fonte: <www.mangalpa.com.br> e Google Earth (2019).

No extremo Norte do país, no estado de Roraima, o parque Anauá, em Boa Vista, é considerado o maior parque urbano da região Norte, com área de 106 hectares, foi criado em 1983, após grande pressão popular. Ele concentra diversas atividades culturais, de esporte, lazer, contemplação da natureza e entre outros (figura 5).

Figura 5: Parque Anauá, Boa Vista, RR.

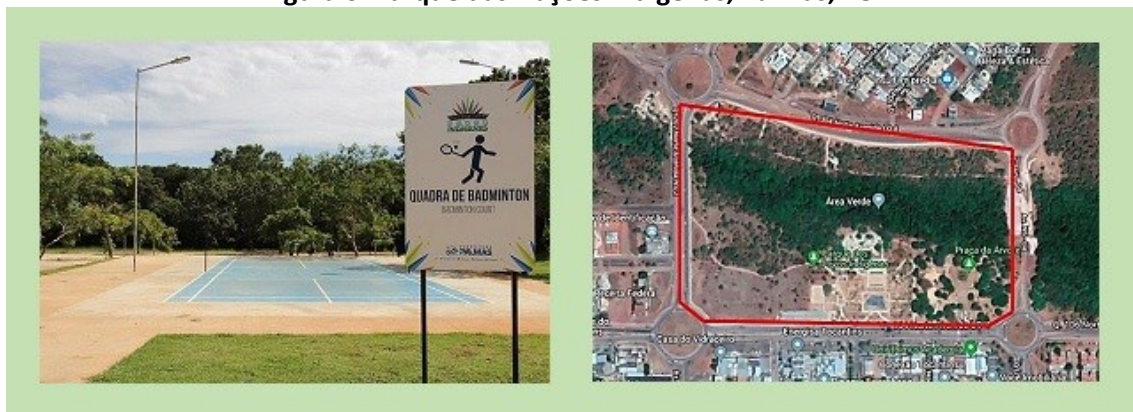


Fonte: <www.panoramio.com> e Google Earth (2019).

O parque Anauá foi proposto para conservar as margens do Lago dos Americanos e preservar os resquícios de savana, parte do bioma amazônico, conhecido no local como “lavrado”, sendo de fundamental importância diante das ameaças de expansão urbana e do agronegócio. O parque é um local de atratividade ao lazer e esporte, sendo considerado atração turística da (TRIANI et al., 2018).

O Parque dos Povos Indígenas, na cidade de Palmas, é o primeiro parque linear do estado de Tocantins. Foi inaugurada a primeira de oito etapas do projeto em agosto de 2017, e possuirá 17 km de extensão quando for concluído (figura 6). O parque está localizado próximo ao centro da cidade, ele funciona como um corredor ecológico e detém equipamentos de esporte, lazer e educação ambiental, além de valorizar a cultura local das etnias indígenas do Tocantins.

Figura 6: Parque das Nações Indígenas, Palmas, TO.



Fonte: <www.panoramio.com> e Google Earth (2019).

O parque das Nações Indígenas é muito utilizado pela população de todas as faixas de renda, ocorrendo diversos eventos culturais no local. Apesar de não haver cercamentos, é considerado seguro pela população, com uma boa manutenção realizada pela prefeitura, existe infraestrutura de esportes como pista de skate, quadras de vôlei e poliesportiva. Ainda faltam trechos de calçada a serem implantados e existe uma zona de mata ciliar densa que protege um córrego.

A cidade de Macapá, no Amapá, apesar de ser cortada por vários canais urbanos e possuir grandes áreas verdes, ainda não possui um parque linear. A cidade é banhada pelo rio Amazonas, possui

extensas áreas alagadas, e um grande potencial para implantação de parques lineares nas Áreas de Preservação Permanente de seus córregos e canais.

Grande parte dos parques lineares da Região Norte foi inaugurada a partir dos anos 2000 com objetivos semelhantes de preservação ambiental e da criação de espaços públicos para a população local. Contudo, verifica-se que sob um ponto de vista da gestão regional, ainda são insatisfatórias as políticas públicas que abarcam os projetos de recuperação de rios urbanos de forma integrada e sistêmica. Existe uma grande dificuldade na implantação das propostas nas prefeituras, em que na maioria das vezes, quando os planos e projetos são implantados, são realizados apenas parcialmente, devido à falta de investimentos e de vontade política.

4 RESULTADOS OBTIDOS

A Lagoa dos Índios é a maior área de ressaca de Macapá, com aproximadamente 8.9 mil Km², ela é conectada a outras ressacas e sua extensão passa por vários bairros de Macapá e Santana. O fluxo de veículos ficou intenso na rodovia Duca Serra ao longo dos anos, em consequência da proliferação de condomínios horizontais e indústrias na zona oeste da cidade. O governo do estado do Amapá tomou a medida de duplicar toda a rodovia para facilitar o escoamento de veículos em 2017, o que aterrou parte da área alagada da ressaca.

O Ministério Público do Estado do Amapá entrou com um recurso para a geração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC – nº 025/2017 MP/PRODEMAC) para amenizar a degradação ambiental (figura 7), exigindo que o governo do estado implante um parque urbano ao longo das margens da Lagoa dos Índios. Conforme o ministério público, este será o maior parque urbano da região Norte, o que foi amplamente divulgado na mídia, porém não houve até o momento a delimitação exata de seu perímetro, nem maiores esclarecimentos sobre que tipo de parque será este. Estão sendo realizados estudos para a implantação do parque pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), que fez um relatório técnico em 2018 sobre o assunto.

Figura 7: Aterro da obra de duplicação da rodovia Duca Serra.



Fonte: Foto dos autores, outubro de 2019.

Foi realizada uma consulta pública sobre o TAC no dia 16 de março de 2018 em que os autores estiveram presentes, a reunião que teve seu início atrasado, teve falas de diversos parlamentares e técnicos do governo, deixando pouquíssimo tempo de debate para a população local. A intenção do TAC era de implantar um grande parque urbano, porém, percebe-se que está havendo uma

verdadeira falta de entendimento sobre o que representa um parque, confundindo-o com reserva ambiental, espaço público de lazer, Unidade de Conservação (UC) e etc.

Os autores perguntaram na consulta pública se havia intenção de implantação efetiva de um parque urbano (com áreas de esporte, turismo e lazer) como resultado do TAC, entretanto foi respondido pelos técnicos da SEMA que esta não era a proposta, contradizendo as expectativas do ministério público e da própria população da cidade. Percebe-se claramente que o poder público estadual quer apenas criar novas unidades de conservação “no papel”, propondo a criação de Áreas de Preservação Ambiental (APAs), sem ter que investir qualquer infraestrutura de lazer ou turismo.

Foi elaborado um relatório técnico (SEMA, 2017) sobre o TAC, o documento apresenta um diagnóstico descritivo das áreas a serem protegidas baseado em bibliografias e visitas de campo para uma caracterização do meio biológico, físico e socioeconômico. A proposta é dividir a área em três APAs.

Foi publicado no website do governo do Amapá (GEA, 2019) que a obra total da duplicação da Duca Serra está prevista para ser entregue no final de 2019, a qual ficou por meses paralisada, orçada em 7,7 milhões de reais (figura 8). Será construída uma ponte além de mais pistas de rolamento. O valor da infraestrutura da duplicação da rodovia Duca Serra nesse trecho da Lagoa dos Índios seria suficiente para implantar um parque urbano na área, mas a prioridade do Governo está voltada para aumentar a circulação rodoviária.

Figura 8: Obra da ponte na rodovia Duca Serra.



Fonte: Acervo dos autores, outubro de 2019.

Em relação ao potencial de visitação ao local, o relatório da SEMA (2017) afirma que transformar as ressacas em UC's não deve afastar e sim integrar o homem à natureza e mostra a importância de implantar estruturas de visitação de baixo impacto para o turismo ecológico. É admitido que há carência de espaços públicos de lazer que integrem com a natureza e que “Pensar em estruturas com espaços de usos contínuos para esse público viabiliza a efetivação dessas UC's permitindo que se alcance seus objetivos de criação” (SEMA, 2017, p. 21). A proposta de criação dessas APAs continua em análise na Procuradoria Geral do Estado (PGE). Caso não sejam encontradas irregularidades pela PGE, será votado em um futuro incerto, na Assembleia Legislativa do Amapá (Alap).

Para a criação de um projeto de parque linear às margens da Lagoa dos Índios, é necessário um

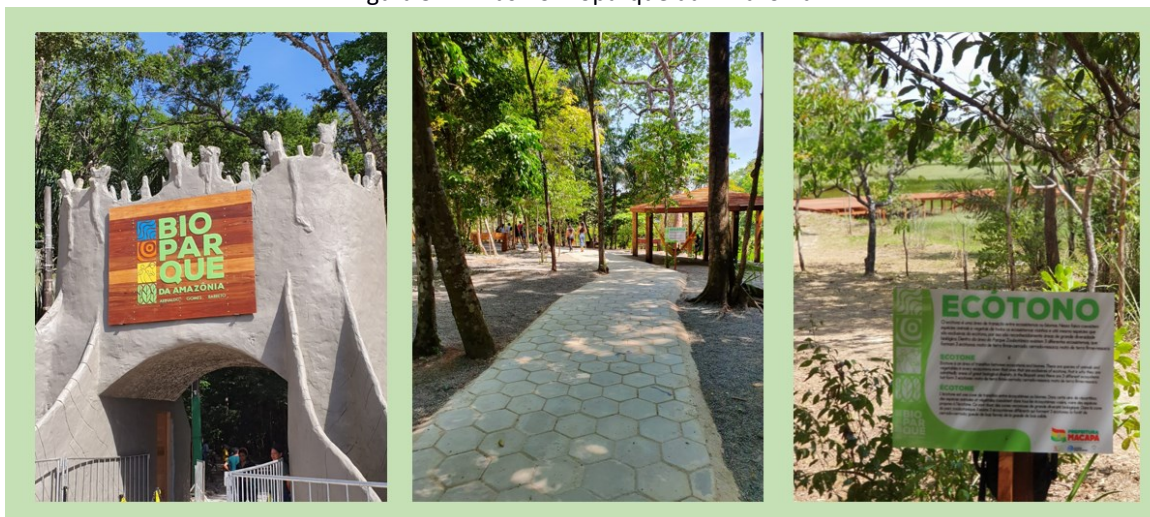
projeto paisagístico inovador e contemporâneo, mas sem se desvincular das características locais que inspirarão a concepção de ideias. Um parque nas margens de uma grande lagoa precisa permitir o convívio da população, desenvolvimento da educação ambiental e de expressões culturais. Portanto, o parque deverá ser destinado à um público amplo e variado, desde a população de bairros adjacentes aos mais afastados, incluindo turistas de outros estados.

Por outro lado, houve certo avanço com a reinauguração de um espaço livre público na cidade de Macapá, o Bioparque da Amazônia, em outubro de 2019. O parque está localizado às margens da rodovia Juscelino Kubitschek e na fronteira com a Lagoa do Índios, na rota de conurbação entre Macapá e Santana. A área de preservação foi criada da década de 70, como uma espécie de jardim zoológico.

Em 2003, o Parque Zoobotânico, como era conhecido antes de ser o Bioparque, foi fechado por recomendação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois não se adequava à legislação ambiental, devendo ser feita a ampliação dos logradouros dos animais, por exemplo. Uma das maiores dificuldades encontradas ao longo do tempo foi a falta de recursos para a execução dos reparos e adequações ambientais do local.

Foram projetadas no parque várias opções de lazer, trilhas, práticas de ecoesporte e educação ambiental (figura 9). Existe a ideia de transformar seus 107 hectares em um grande centro de pesquisas de biomas amazônicos. Uma das áreas do parque é chamada de ecótono, o termo é um conceito de uma região de transição entre dois ou mais biomas fronteiros. No caso existe o encontro de ecossistemas diferentes: floresta de terra firme, cerrado e campo alagado, essas são áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades, ou seja, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações.

Figura 9: Trilhas no Bioparque da Amazônia.



Fonte: Acervo dos autores, outubro de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas APPs urbanas foram observados ecossistemas frágeis como áreas de várzea que precisam de um planejamento urbano adequado. Dessa forma, a grande quantidade de corpos hídricos na Região Norte, somados a cultura ribeirinha e a falta de habitações de interesse social, facilita as ocupações humanas nas APPs. A partir disso, ocorrem conflitos socioambientais na Lagoa dos Índios em Macapá, também exemplificando problemas existentes em todas as inchadas capitais dos estados amazônicos.



Há diversos problemas para a implantação de parques públicos em Macapá como a falta de priorização de políticas públicas e as gestões descontinuadas. Ocorre a falta de incentivos e fiscalização para usos sustentáveis das áreas de ressaca e tampouco há mobilização social organizada para contestar as medidas do governo, como os autores perceberam na audiência pública sobre a Lagoa dos Índios.

Os recursos destinados à implantação de infraestrutura da duplicação da rodovia Duca Serra não contemplaram a efetiva implantação de um parque urbano nas margens da Lagoa dos Índios. Não existe a previsão para a construção de equipamentos de esporte e lazer para a população, nem a implantação de novas áreas vegetadas.

Percebe-se que a administração pública do Amapá tem como prioridade a criação ou ampliação de rodovias, estimulando apenas o mercado imobiliário e a expansão urbana. Medidas como a criação do Bioparque da Amazônia são alentadoras em uma região do país que tradicionalmente não estimula a criação de novos parques urbanos.

As APPs em meio urbano na Amazônia são importantes para o equilíbrio do microclima, para a qualidade de vida e são potenciais para o turismo ecológico e a valorização das cidades, entretanto, percebe-se um atraso nessa conscientização pelo poder público e pela população, pois a pressão social ainda é pequena para que o poder público queira investir nesses espaços, passando por um processo lento de transformação. Muitas vezes, ocorrem medidas apenas de delimitação de zonas de proteção, sem sucesso e apenas no papel, sendo necessária a criação de parques para a conservação de áreas verdes, devido a ameaça da expansão urbana desordenada.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ (Estado). **Lei n. 0835, de 27 de maio de 2004**. Dispõe sobre a ocupação urbana e periurbana, reordenamento territorial, uso econômico e gestão ambiental das áreas de ressaca e várzea localizadas no estado do Amapá e dá outras providências.
- AHERN, Jack. **Greenways as a planning strategy**. Landscape and Urban Planning. Volume 33, Issues 1-3, Greenways, October 1995, p.131-155.
- BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Código Florestal brasileiro** - dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- BRASIL. **Decreto n. 4297, de 10 de julho de 2002**. Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.
- FREITAS, Eduardo de. **Composição da Floresta Amazônica**. Brasil Escola. Disponível em: <brasilescola.uol.com.br/brasil/a-composicao-floresta-amazonica.htm>. Acesso em 09 de janeiro de 2020.
- G1 AMAZONAS. **Parque de nascente de igarapé vira ponto de encontro para grupos criminosos, em Manaus**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/09/01/parque-de-nascente-de-igarape-vira-ponto-de-encontro-para-grupos-criminosos-em-manaus.ghtml>>. Acessado em novembro de 2019.
- GEA. Governo do Estado do Amapá. **Governo inicia construção da nova ponte na Lagoa dos Índios**. Macapá. 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=2301/governo-inicia-construcao-da-nova-ponte-na-lagoa-dos-indios> Acessado em novembro de 2019.



LAURINDO, V.; GAIO, D. **As Áreas de Preservação Permanente do Novo Código Florestal e o Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental.** In: 3º Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, Belém, 2014.

LIMA, Catharina Pinheiro. **A natureza na cidade, a natureza da cidade.** São Paulo, Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, 1996.

MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá.** Macapá. 2004.

_____. **Lei complementar nº 029**, de 24 de junho de 2004. Institui as normas de uso e ocupação do solo no município de Macapá e dá outras providências.

_____. **Lei complementar nº 030**, de 24 de junho de 2004. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques urbanos no Brasil.** São Paulo, Edusp, 2010.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010.** São Paulo: Editora de São Paulo; Campinas; Editora Unicamp, 2012.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MEDEIROS, José Marcelo. **Parques Lineares ao longo de corpos hídricos urbanos: Conflitos e possibilidades; O caso da Orla do Lago Paranoá.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

MELLO, Sandra. **Na Beira do Rio tem uma Cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água.** Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2008.

METZGER, Jean Paul. **O Código Florestal tem base científica?** Artigo. In: *Natureza & Conservação*, 8(1):1-5, 2010.

ROMERO, Marta A. B. **A arquitetura bioclimática do espaço público.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SEMA. **Relatório Técnico nº 1/2017: Comissão de estudos de Criação de Unidades de conservação das Ressacas** – Portaria nº 126/2017. Macapá, Amapá. 2017.

TRIANI, Angélica P. et al. **O parque anauá sob uma análise multifuncional no contexto urbano boavistense.** 7º Seminário DOCOMOMO Brasil – Norte/Nordeste. Manaus, Amazonas. 2018.



Hortas Comunitárias Urbanas como ferramenta de desenvolvimento e inclusão socioespacial

O projeto da CEHAB em Itaperuna – RJ

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

MEDEIROS, Maria Carolina Alves (1)

(1) Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, Instituto Federal Fluminense, a.medeioscarolina@gmail.com

RESUMO

Com o modelo de desenvolvimento urbano atual, capitalista, percebe-se a necessidade de pensar em alternativas para diminuir a desigualdade social e, portanto, o déficit de acesso a oportunidades urbanas sofrido por muitas pessoas, principalmente em comunidades de baixa renda, segregadas socioespacialmente. Desta forma, o trabalho em questão apresenta brevemente o projeto de horta comunitária no bairro CEHAB, em Itaperuna – RJ que, desde o processo de concepção, atua como instrumento de transformação da comunidade, a partir da demanda de um coletivo de moradores, objetivando mostrar que, com as potencialidades de uma horta comunitária, é possível a atenuação de diversos problemas desencadeados pela desigualdade advinda da consolidação urbana. As análises feitas aqui são apoiadas pela literatura, abordando temas como direito à cidade, ocupação de espaços livres ociosos, sustentabilidade, planejamento urbano, vulnerabilidade social, entre outros. Desta forma, conclui-se que quando a agricultura urbana é utilizada como meio de empoderamento de uma comunidade, gerando acesso a alimentos de qualidade, mobilização social e qualidade ambiental, é possível reestabelecer relações intrínsecas com o local e fortalecer toda uma comunidade, possibilitando uma melhor articulação com o poder público, valorização do espaço e, portanto, uma colocação menos fragilizada no espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: horta comunitária; horta urbana; desenvolvimento socioespacial; segregação socioespacial; paisagismo.

1 INTRODUÇÃO

Diversos processos históricos foram responsáveis por modelar as cidades, transformando seu funcionamento de acordo com o modelo de sociedade, tendo diferentes resultados para o espaço urbano e para as relações sociais que nele se estabelecem. Apesar da particularidade de cada cidade, é possível perceber, graças à industrialização, globalização e práticas políticas comuns, alguns padrões que são recorrentes pelo mundo (MARICATO, 2009). Além disso, a cidade, como um todo, é diversa – composta por diversos indivíduos e cada qual com diversos interesses, conflitantes ou não – e essa diversidade reflete, também, a formação do espaço urbano. Além disso, esses interesses conflitantes podem ser vistos como fatores de contradição e disputa no espaço urbano por conta dos diversos interesses que precisam ser conciliados (SOUZA, 2019).

Nessa disputa pelo espaço urbano no modelo capitalista de cidades, percebe-se como as cidades são organizadas para o consumo, ignorando áreas em que residem populações de menor renda e, portanto, menor consumo. O modelo neoliberal de urbanismo acaba por desvincular do poder público algumas responsabilidades com o urbano e entregar as mesmas aos cuidados do capitalismo, reproduzindo padrões econômicos que transformam a cidade em uma mercadoria (MARICATO, 2009). Desta forma, é necessária uma gestão que construa uma visão mais democrática dos espaços urbanos e que se esforce para mitigar práticas contraditórias (SOUZA,



2019). Lefebvre (2001) considera que a cidade é um direito, enquanto ambiente, e que esta deve proporcionar bem-estar e qualidade de vida aos habitantes.

Com a configuração contemporânea das cidades, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem ganhado destaque, pois tem aumentado o número de iniciativas e, portanto, relevância das mesmas (SOUZA, 2019) e, segundo Lawson (2005)¹, a agricultura urbana é tão antiga quanto a própria urbanização. Esta é comumente praticada em áreas públicas e/ou privadas não cultivadas, zonas úmidas e regiões subdesenvolvidas (FAO, 2010). A AUP se configura dentro das cidades e em zonas adjacentes, ao redor da área urbana, sendo a agricultura intraurbana dentro dos limites da cidade, enquanto a periurbana acontece próxima às cidades mas possui uma mais complexa definição devido aos limites indefinidos do urbano/não-urbano, que podem variar conforme a infraestrutura e os transportes (MACHADO; MACHADO, 2002). Sendo assim, é preciso entender que a agricultura urbana precisa ser analisada como uma atividade inserida em um contexto socioespacial dentro das dinâmicas da cidade, pois é um elemento que integra o espaço urbano (SOUSA; CALAÇA, 2019).

Neste contexto, o bairro CEHAB em Itaperuna – RJ se localiza mais afastado do Centro, cerca de 3 km, onde existe maior quantidade e qualidade de infraestrutura urbana na cidade. A formação deste bairro se deu de maneira que o mesmo foi dividido em duas partes, uma com maior infraestrutura e outra com menor investimento (PAULA, 2018) – o local de implantação da horta comunitária abordada neste trabalho é na parte baixa da CEHAB, próximo ao Loteamento São Manoel, onde existe uma população de menor renda e é um local dotado de pouco investimento em infraestrutura urbana. Desta forma, o presente artigo objetiva mostrar as potencialidades de uma horta urbana frente às desigualdades sociais geradas pela segregação socioespacial, apresentando o projeto da Horta Comunitária da CEHAB, em Itaperuna – RJ. Para isto, foram feitas pesquisas bibliográficas para aporte teórico, além de observações *in loco* durante o processo de projeto e execução da mesma. Espera-se que, com este artigo, gestão pública, profissionais envolvidos em projetos e em ensino de projeto possam ser alcançados, ilustrando maneiras mais simples de se atenuar problemas urbanos complexos, transformando os mais afetados, a população menos privilegiada, em protagonistas.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE O TEMA

2.1 Urbanização e segregação

De acordo com Corrêa² (2013), o espaço urbano é produzido por proprietários dos meios de produção, o Estado, agentes imobiliários e grupos sociais distintos. Ao mesmo tempo, a classe dominante é quem define o uso do espaço urbano, visto que é esta a dominante do consumo, valorizando certas áreas da cidade em detrimento de outras, controlando e produzindo o espaço urbano de acordo com seus próprios interesses e, assim, contribuindo diretamente para a segregação socioespacial. Desta forma, existem conflitos sociais em torno da ocupação dos territórios urbanos, o uso do solo e a valorização do mesmo e o Estado tem um papel importante na organização da cidade (SANTOS, 2018) e na manutenção ou não de privilégios de certos grupos.

É importante definir a segregação aqui citada: é espacial, por fragmentar o espaço urbano de acordo com as diferenças sociais existentes nesses e, assim, ficando visível essa diferenciação; é

¹ LAWSON (2005) apud SOUZA (2019).

² CORRÊA (2013) apud SANTOS (2018).

residencial, por concentrar classes sociais distintas entre si ou homogêneas entre si, sendo causada pela segregação espacial; é social, por ter a renda, o tipo de ocupação e o nível de educação como fatores importantes. Desta forma, é possível perceber que quanto maior a renda de alguém, mais acesso à educação, infraestrutura urbana, equipamentos urbanos esse indivíduo terá e, sendo assim, grupos de maior poder aquisitivo se concentram em áreas consideradas nobres, com maior infraestrutura e, portanto, maior valorização imobiliária (SANTOS, 2018). Ao mesmo tempo, grupos de menor renda se veem obrigados a ocupar espaços afastados das oportunidades urbanas – educação, saúde, mobilidade, comércio, lazer, entre outros –, tendo maior dificuldade de ascensão social, mantendo um ciclo de segregação e desigualdade social.

No caso da CEHAB, existe uma justaposição, pois classes distintas ocupam o “mesmo” espaço, não havendo homogeneidade social. A palavra “mesmo” se encontra entre aspas pois o lugar em comum ocupado é o bairro CEHAB, mas a localização de cada grupo social é bem definida. Na



figura 1, abaixo, é possível perceber a localização do terreno da horta, da área da CEHAB com população de baixa renda e a área da CEHAB com população de alta renda.

Figura 1. Mapa de Itaperuna com enfoque na área de estudo

Fonte: Google Maps, com intervenções da autora (2019).

Neste mapa também é possível perceber que as populações de baixa renda estão localizadas em morros (CEHAB alta) ou em áreas mais próximas a uma via arterial, a José Egídio Tinoco, que, em continuidade, se transforma na rodovia RJ – 198, e também é onde se localiza o Valão do Cedro, rua esta que é conhecida como a Beira-Valão e valão este que é conhecido por receber os dejetos, sem tratamento, das edificações próximas e que, posteriormente, são lançados no Rio Muriaé. Além disso, o valão citado é fonte de atração de animais sinantrópicos e mau cheiro, e, apesar de estar em uma via de forte conexão com a cidade, não é atrativo para as populações de maior renda por estas questões apontadas. Desta forma, é possível perceber a analogia com os apontamentos de Kronenberger & Saboya (2019), quando dizem que grupos mais beneficiados socialmente tendem a ocupar locais acessíveis, porém preferindo áreas mais reservadas, como uma estratégia de equilíbrio entre acesso e um relativo isolamento. Por outro lado, camadas com piores condições socioeconômicas tendem a se localizar ao longo dessas vias com caráter de rodovias, em busca de um melhor acesso à cidade, porém recebendo todos os incômodos característicos desses locais,



como barulho excessivo, fumaça, maior volume de pessoas, entre outros (KRONENBERGER & SABOYA, 2019).

Desta forma, apesar de entender que essa ocupação urbana neoliberal pode afetar as camadas de baixa renda na CEHAB baixa de maneira que pode haver uma valorização do local após a implantação da horta comunitária e possível gentrificação, também é possível perceber que a proximidade com o loteamento São Manoel, de baixa renda, a proximidade com o valão e a localização em uma via coletora podem ser repelentes para essa população de classe alta, mantendo a salvo a proposta da horta comunitária urbana neste espaço como meio de valorização da população local.

2.2 Agricultura Urbana

O surgimento da agricultura foi um marco para as civilizações, pois foi o domínio dessas técnicas que permitiu que as sociedades se mantivessem estáveis, com os seres humanos possuindo os meios necessários à sobrevivência. Já sobre a configuração mais contemporânea da agricultura, que se desenvolveu na segunda metade do século XX, chamada convencional ou industrial, é marcada pelo aumento da intensidade de produção com uso de agroquímicos, culturas híbridas (geneticamente modificadas) e a utilização de tecnologias para o cultivo (SOUZA, 2019). Esse movimento tem impactos sobre o meio ambiente pois afetam paisagem, estrutura de espécies e o ecossistema como um todo. Além dos efeitos ambientais deste padrão de produção, existem os efeitos sociais como o aumento de desigualdades, queda no valor dos alimentos, abuso de substâncias químicas que podem ser prejudiciais à saúde, divisão desigual de terras, levando pequenos produtores à submissão aos grandes produtores. Apesar desses efeitos, a performance desse modelo de produção gerou aumento na produção mundial de insumos agrícolas, porém, esse tipo de produção ostensiva pode não ser sustentável a longo prazo.

Junto à prática política neoliberal atual, surgem as Redes Alternativas Alimentares, que funcionam como uma rede de trocas entre produtores e consumidores sobre conhecimentos e cultivos de alimentos, criando processos inovadores de práticas coletivas, como um movimento social experimental. Ao construir solidez ambiental, rentabilidade econômica e equidade social, é possível alcançar uma sustentabilidade na agricultura, sendo que esta deve atender as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (SOUZA, 2019). Sendo assim, é possível combinar as práticas convencionas com as práticas da agricultura orgânica – aquela que não utiliza de agrotóxicos em sua produção – para se atingir uma produção mais sustentável. É possível, também, se basear nos princípios da agroecologia, que se fundamenta em estabelecer vínculos estreitos com práticas de produção técnica, os aspectos socioculturais do local e os aspectos ecológicos do ambiente, sendo uma prática muito interessante para a agricultura familiar, visto que hoje existe um aumento na demanda por produtos orgânicos porém, ao mesmo tempo, estes pequenos produtores enfrentam dificuldades no mercado atual.

Segundo Souza (2019, p. 46), “alimentar-se é um ato político”. Esta frase chama atenção no cenário político, econômico e social atual, visto que o cultivo de alimentos vem sendo incentivado em detrimento do consumo de alimentos industrializados e da utilização de agrotóxicos na produção, apesar do aumento da liberação destes pelas agências responsáveis. Este incentivo visa uma reconexão com os alimentos, perdida durante a configuração do mercado atual de alimentação com a industrialização da agricultura, que impactou não só os ecossistemas, mas também a cultura e a sociedade. O neoliberalismo critica a intervenção política nas escolhas dos indivíduos, ignorando a crise alimentar e de saúde, além das relações de poder que regem o abastecimento



alimentar (SOUZA, 2019). Desta forma, é possível perceber a necessidade de entender a alimentação como uma questão pública e social, visto que cabe ao poder público a manutenção do bem-estar das pessoas. Sendo assim, cada vez mais a alimentação tem ganhado visibilidade, principalmente na questão do consumo consciente, que envolve saúde, meio ambiente e sociedade.

Dentro deste cenário é possível destacar as hortas urbanas como meio de produção agroecológica. As hortas urbanas são um tipo de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), que foram definidas anteriormente. Segundo Sousa e Calaça (2019), a AUP exerce um papel importante relacionado à segurança e soberania alimentar por garantir a disponibilidade de vários produtos, especialmente de horticultura – como é o caso da horta urbana comunitária em questão – que, por serem produzidos próximos aos consumidores, o acesso a estes é facilitado. A FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, (1999) defende a AUP como meio de contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis por aumentar a disponibilidade de alimentos para essa população, que é mais pobre, auxiliar na superação de desigualdades sociais e garantir o acesso a alimentos frescos para esses consumidores, além de aumentar a variedade de alimentos e melhorar o valor nutritivo das refeições a partir desses alimentos. Hortas urbanas também podem gerar a possibilidade de renda, com a venda da produção excedentes, de desenvolvimento econômico, ao proporcionar meios de subsistência mais sustentáveis e menos vulneráveis a possíveis crises econômicas aumento no preço dos alimentos. Outra vantagem é a já conhecida melhora no meio ambiente urbano, ao gerir resíduos orgânicos direcionando-os para a compostagem, reutilização de materiais, uso social de espaços abandonados, entre outros.

Existe, também, a importante contribuição da horta urbana comunitária para o estímulo da governança participativa nas cidades. Isso significa que, ao construir esses territórios alternativos, é possível dar voz a grupos de pessoas marginalizadas, indo em sentido contrário ao fenômeno urbano que exclui o indivíduo. Esses grupos acabam por se fortalecer nessa união, reconectando-se ao sentido de comunidade e ganhando força, com isso a articulação destes com a gestão pública é facilitada, empoderando toda uma comunidade que, muitas vezes, é invisível, assim como os indivíduos que a compõem. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (2018) destaca a importância da AUP como contribuição para a inclusão social dos moradores, em especial as mulheres. É importante entender, também, que quando a agricultura urbana tem como gestores indivíduos excluídos socialmente ou que não estejam totalmente inseridos no estilo de vida urbano contemporâneo, essa iniciativa acaba por se tornar um território de resistência popular, onde uma das funções é fugir da vulnerabilidade social e proteger essa cultura popular marginalizada (RIBEIRO, 2019). Outro ponto importante é a ocupação da cidade por seus moradores, principalmente em espaços ociosos que ficam expostos à sujeira, doenças e usos perigosos – com a implantação de uma horta urbana, é possível reverter essas situações, trazendo segurança ao meio urbano, auxiliando na proteção da saúde pública, aumentando áreas verdes na cidade e permeabilidade do solo, e transformando o local em um ambiente agradável aos sentidos e esteticamente agradável.

3 O PROJETO DE HORTA COMUNITÁRIA DA CEHAB

O bairro CEHAB foi criado nos anos 70 com objetivo de atender uma classe de menor renda, com investimentos em infraestrutura distribuídos de forma desigual, de forma que houve maiores investimentos na CEHAB baixa e menores na CEHAB alta, mas ainda sendo um bairro de baixa renda. Conforme o passar dos anos, os grupos de maior renda começaram a se deslocar para áreas mais afastadas do centro, com fácil acesso a este, mas mais reservadas. Uma parte da CEHAB baixa



foi ocupada por esta população, tornando-se um bairro com justaposição de classes, como dito anteriormente. Ainda assim, o local onde se encontra o terreno da horta comunitária é mais próximo das áreas mais afastadas da CEHAB baixa, próximo ao Loteamento São Manoel e, portanto, serve às classes menos abastadas.

Existe um coletivo nesta área do bairro chamado Coletivo Juntos Somos Um. Este coletivo atua realizando reuniões constantes com moradores da localidade sobre diversos temas e é possível citar alguns, como sustentabilidade, meio ambiente e empoderamento de mulheres periféricas (entre elas, mulheres negras e transgênero) – questões de suma importância para o coletivo, para o bairro e para a sociedade, como um todo.

A ideia do projeto partiu deste coletivo, que solicitou à coordenação dos cursos de Biologia e de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Redentor (UniRedentor) consultorias sobre projeto e espécies para a horta, identificando o potencial do terreno em questão. A partir daí, a coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo solicitou apoio técnico a uma professora do curso, especializada em paisagismo, uma ex-aluna, Arquiteta e Urbanista, e alunos do curso. A partir de então, o processo de projeto foi iniciado, dividido em 5 fases:

1. Identificação da problemática;
2. Estudos preliminares;
3. Elaboração de projeto;
4. Programação das atividades e execução do projeto;
5. Análise pós-ocupação.

Durante a primeira fase, foram feitas visitas ao terreno para reconhecimento do local e reuniões com os membros do Coletivo. Foi relatado ao corpo técnico que o terreno em questão estava subutilizado há mais de dez anos, servindo de depósito de lixo e entulhos pelos moradores do bairro, atraindo animais sinantrópicos e possíveis zoonoses para a população, o que só não foi possível observar *in loco* pois os membros do Coletivo já haviam feito uma limpeza prévia do local, conforme mostrado na figura 2 (p. 7), após conversa com o proprietário do terreno e cessão para a utilização do mesmo para a implantação da horta por, pelo menos, um ano. Foi relatado, também, que foram feitos inúmeros pedidos ao poder público para que houvesse limpeza do local e nenhum deles foi acatado.

Figura 2. Terreno para instalação da horta após limpeza prévia feita pelos moradores.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Durante a segunda fase, foram realizados estudos bibliográficos sobre as questões que envolvem a implantação de hortas comunitárias urbanas, com seus aspectos ecológicos e sociais, além de referenciais de projetos. Foram feitos, também, visitas de campo para coleta de informações sobre os atores locais e dados físicos do terreno, como dimensionamento, além de algumas conversas sobre ideias e desejos dos membros da comunidade, que relataram a o desejo por árvores frutíferas e o apreço por mandalas. Foi realizada, posteriormente uma reunião do tipo *brainstorming* com as profissionais de Arquitetura e Urbanismo para definição de programa de necessidades e ideias preliminares de projeto. Algumas dessas ideias foram a utilização da mandala como conceito de projeto e a criação de composteiras a partir da reutilização de materiais.

Durante a terceira fase, as informações adquiridas na etapa anterior foram utilizadas para avanço no projeto da horta, que utilizou como inspiração a mandala para definição de forma dos canteiros, que serão de hortaliças, vegetais e temperos. O projeto também conta com as árvores frutíferas solicitadas pela comunidade, canteiros de flores nas extremidades do terreno para uma separação física com a calçada, canteiros circulares de batata, bancos e espaço para disposição de materiais. O projeto procurou atender as necessidades da comunidade, além de atender outras necessidades percebidas pelo corpo técnico – como um projeto de calçada acessível, com iluminação adequada, coleta seletiva e bancos para descanso, e o reaproveitamento de materiais para a elaboração da horta, como pedaços de madeira que já se encontravam no terreno e garrafas PET para a delimitação dos canteiros. Após a elaboração deste, foi realizada uma reunião com os membros do coletivo para ajustes e, após a realização destes, o projeto foi aprovado. Foi elaborada uma planta baixa humanizada (ver Figura 3, p. 8) e imagens em 3D para melhor compreensão da comunidade.

Figura 3. Planta Humanizada da Horta Comunitária da CEHAB



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Durante a quarta fase, foram organizados diversos mutirões: arrecadação de garrafas PET; convite de outras pessoas e entidades para auxílio na execução, como os membros do Lions Clube de Itaperuna – que, inclusive, conseguiu a doação de terra para nivelamento e de mudas de diversas espécies para plantio –, alunos de diversos cursos da UniRedentor, moradores do bairro que não fazem parte do Coletivo e outros membros da sociedade. Após a organização desses mutirões e algumas arrecadações, foi definido que a execução do projeto aconteceria nos sábados, a partir de 21 de setembro de 2019 (ver Figura 4, p. 9), quando houve o primeiro mutirão de execução. Nesta data, os objetivos principais foram o nivelamento do terreno e a organização das garrafas PET já coletadas, visto que essas precisavam ser preenchidas com água (as que possuíam tampa) ou com terra e pedras (as que não possuíam tampa) para a delimitação dos canteiros da horta.

As ações seguintes foram relacionadas à marcação dos canteiros de horta e de flores, execução dos primeiros canteiros e o plantio nos canteiros já executados (ver Figura 5, p. 9). Até o presente momento, 04 de novembro de 2019, não foi possível executar todos os canteiros devido à falta de garrafas PET e há uma campanha de arrecadação em andamento, visto que serão necessárias 2.500 garrafas para a implantação de todos os canteiros da horta.



Figura 4. Primeiro mutirão voluntário de execução da Horta Comunitária da CEHAB



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 5. Mutirão voluntário mais recente de execução da Horta Comunitária da CEHAB



Fonte: Rede Social Instagram do Coletivo Juntos Somos Um, 2019.



A quinta fase se dará como uma avaliação pós-ocupação, que poderá ser realizada apenas após a total implantação do projeto. A intenção desta avaliação é apresentar um estudo crítico sobre a funcionalidade do projeto diante ao local e a comunidade em que está inserido, verificando se o mesmo foi capaz de atender as necessidades identificadas inicialmente, bem como a possibilidade de replicação deste em outras localidades de Itaperuna e, possivelmente, proximidades.

A manutenção da horta comunitária será feita pelo Coletivo Juntos Somos Um e receberá respaldo do corpo técnico durante todo o processo de execução e utilização.

4 EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS

Desde os primeiros pensamentos sobre o projeto, a construção coletiva de novos conhecimentos foi a principal diretriz seguida. Isto se deve à intenção de empoderamento da comunidade, pois, a partir do momento em que as pessoas se sentem parte do projeto, é mais fácil que abracem a causa e “vistam a camisa”, o que fortalece as relações entre os membros da comunidade, criando vínculos que extravasam o projeto da horta, incentivando diálogos e debates sobre o espaço comum. Esse fortalecimento se iniciou junto ao projeto, e os mutirões de execução da horta atraíram moradores, que foram prontamente abraçados como voluntários, se sentindo parte e ampliando a rede comunitária. Em conjunto, foi possível perceber o interesse de todos os participantes para que a atuação do Coletivo se fortaleça até a criação de uma associação de moradores, um instrumento facilitador do contato da comunidade com a gestão municipal.

A Horta Comunitária da CEHAB se iniciou com a força de um coletivo de moradores, em sua maioria mulheres e serão estas as maiores atuantes no desenvolvimento e manutenção da horta e nas imagens apresentadas neste trabalho é possível perceber a intensa participação destas. Essa valorização do saber feminino é muito importante e é uma das diretrizes da atuação do Coletivo, pois cada produtora se torna uma gestora.

Até o momento atual de implantação do projeto, as experiências como comunidade, de sustentabilidade, voluntariado e gestão estão sendo enriquecedoras para todos os participantes. Foram compartilhados conhecimentos de planejamento, avaliação de ações dos moradores, conhecimento e reconhecimento do território local. A valorização dessas experiências fortalece a comunidade e essa união se faz necessária nas próximas etapas do projeto, onde será aplicada a gestão participativa, horizontal, a manutenção e a formação de redes, para possível comércio de excedentes ou manutenção sustentável da horta. Os processos participativos, compartilhados, atuam de caráter informativo e de formação ao envolver moradores, parceiros (como o Lions Clube e a UniRedentor), gerando fusão de saberes e troca de conhecimentos técnicos sobre alimentação, saúde, sustentabilidade, gestão, senso de comunidade e conhecimentos políticos, gerando bases para uma sociedade mais justa.

Espera-se, também, que a Horta Comunitária da CEHAB atraia a atenção das autoridades municipais para a horta, para a comunidade e para a ação como um todo, proporcionando meios de elaboração de outras medidas de incentivo à agricultura urbana em Itaperuna. Nascimento (2018) cita o exemplo projeto de horta comunitária Parada Angélica que se estendeu até a criação do Projeto Hortas Escolares, no Rio de Janeiro.

Este tipo de envolvimento com a comunidade não se baseia apenas em mecanismos descritos na literatura, mas principalmente em algo que considera todos os envolvidos, incluindo-os, integrando-os e proporcionando o livre acesso de comunicação entre os atores. Sendo assim, espera-se que todo esse fortalecimento siga acontecendo para a comunidade e mostre como é possível, através da implantação de um projeto de Horta Comunitária, empoderar uma



comunidade que sofre com os efeitos da desigualdade e da segregação socioespacial, trazendo-a de volta para seu lugar de direito na cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o modelo atual de sociedade urbana e através das observações aqui apresentadas, é possível caracterizar a Horta Comunitária da CEHAB como uma iniciativa de resistência popular que atua como fortalecedora de uma comunidade que sofre com os efeitos da desigualdade social derivada da segregação.

Ao pensar na realidade socioeconômica da população residente nas proximidades da Horta, área que engloba a CEHAB baixa e o Loteamento São Manoel, percebe-se a demanda local por infraestruturas diversas. Como dito anteriormente, a comunidade beneficiada pela Horta (com destaque para o Loteamento São Manoel devido à população mais pobre, à sua apenas recente pavimentação de vias e instalação de esgotamento sanitário, além de outras insuficiências urbanas), carece de acesso às oportunidades urbanas encontradas no Centro de Itaperuna – oportunidades, estas, acessadas via transporte público de qualidade, frequência e custo questionáveis, que onera essas famílias já pouco abastadas.

Portanto, nota-se a atuação desta iniciativa como uma alternativa à exclusão social vivenciada pela população local, causada principalmente pela segregação, trazendo os bairros de volta ao radar do poder público e fazendo com que essa população seja notada. A iniciativa atua, também, como uma alternativa financeira ao desemprego e à baixa renda, pois seus excedentes podem ser vendidos, gerando renda, e as famílias podem economizar com o mercado, graças à disponibilidade de alimentos saudáveis próximos às suas casas, mostrando também a importância da horta para a soberania e para a segurança alimentar.

Colocar esse tema em pauta auxilia o despertar do poder público sobre a desigualdade social no meio urbano, trazendo à luz o que há de maior valor nas cidades: as pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Brasília, 2018.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Cuestiones de la agricultura urbana**. Revista, 1999. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>. Acesso em: 28 out. 2019.

FAO. Food and Agricultural Organization of the United Nations. **Fighting Poverty and Hunger: What Role for Urban Agriculture**. Economic and Social Perspective Policy Brief, 10. Roma, Itália, 2010.

KRONENBERGER, B. C., & SABOYA, R. T. (2019). Entre a servidão e a beira-mar: um estudo configuracional da segregação socioespacial na Área Conurbada de Florianópolis (ACF), Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20170227. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20170227>

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.



MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

NASCIMENTO, Sarah Neves do. **Agricultura urbana e sua influência na sociedade: alimentação, saúde e fonte de renda**. Monografia (Pós-graduação em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos) – Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 42p. 2018.

PAULA, Renata Souza Poubel de. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Itaperuna: o caso do território Jardim Surubi**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, 103p. 2018.

RIBEIRO, José Luiz Lourenço; DIAS, Liz Cristiane. Agricultura urbana e as Iniciativas de Resistência Popular. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 5, maio 2019. ISSN 2525-7870. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1369>. Acesso em: 30 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1369>.

SANTOS, Rui Junio Fonseca. **A segregação sócio-espacial na cidade de Itaperuna**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas) – Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, 120p. 2018.

SANTOS, Rui Junio Fonseca. Evolução Urbana e Segregação Espacial em Itaperuna. **Petróleo, Royalties e Região**. Campos dos Goytacazes, p. 32 - 39, 6 ago. 2018.

SOUSA, Raphael Pereira de Oliveira; CALAÇA, Manoel. AGRICULTURA URBANA: uma nova alternativa para a produção de alimentos e melhor qualidade ambiental para a cidade. **CAMPO – TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 14, n. 32 Abr., 2 set. 2019.

SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de. **A conciliação de contradições inerentes à prática coletiva da agricultura urbana**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 199p. 2019.



PERCEPÇÃO URBANA:

ensaio a partir da experiência de vazios urbanos na cidade de Erechim – RS

LINHA TEMÁTICA: LT3 - Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

ALVES, Luciana Sobis (1); BUENO, Ayrton Portilho (2); FIORIN, Evandro (3)

(1) Arquiteta e Urbanista, UFSC, lu.arq.8@gmail.com

(2) Prof. Dr. em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, ayrtonbueno@hotmail.com

(3) Prof. Dr. em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, evandrofiorin@gmail.com

RESUMO

Este trabalho estuda os vazios urbanos em um recorte espacial na cidade de Erechim-RS com o objetivo de entender a relação das áreas de vazio com a percepção da cidade contemporânea. O foco do estudo são principalmente os espaços residuais que recebem intervenções por iniciativa da população e são apropriados por ela. Para o desenvolvimento do trabalho tem-se como base a prática estética do caminhar, mediante percursos na cidade. A partir da abordagem fenomenológica aplicada, faz-se uma leitura das impressões obtidas dos espaços que se destacaram no trajeto. O ensaio realizado revela que existe a apropriação de diversos vazios urbanos pelas pessoas que vivem no entorno, mostrando que são espaços da oportunidade para potencializar e integrar o sistema de espaços livres da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: vazios urbanos; prática estética do caminhar; sistema de espaços livres.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da pesquisa de dissertação, recentemente iniciada, que aborda os vazios urbanos da cidade de Erechim-RS. Neste artigo, por meio de um recorte espacial, busca-se verificar a percepção que se tem dos vazios urbanos da cidade a fim de tentar entender o significado, o papel e o potencial dos vazios no sistema urbano. O objetivo principal é entender a relação das áreas de vazio com a cidade contemporânea, as quais ao longo dos anos se perderam na malha urbana e desconectaram-se da dinâmica socioespacial, como os espaços residuais utilizados pela apropriação não planejada pela população. Dessa maneira, a partir do estudo desses espaços pretende-se verificar se existe potencial de integração ao sistema de espaços livres (SEL) da cidade.

Nesse sentido, entende-se que é relevante estudar aspectos das áreas de vazio como a origem, as relações com a cidade e de que maneira interferem na imagem urbana. De forma geral, o planejamento urbano contempla espaços organizados que fomentam a apropriação das pessoas, porém o crescimento das cidades muitas vezes não ocorre em sincronia a isso e gera áreas ociosas no tecido, os vazios urbanos (TARNOWSKI, 2007). Nessas áreas, estão os espaços residuais, vazios com dimensões menores, a ruptura do espaço urbano, que podem ser preenchidos por novos usos (FERRARA, 2000) ou serem entendidos como lugares de oportunidade (SOLÁ-MORALES, 2002).

Com o propósito de identificar esses espaços e entender as relações com a cidade, estuda-se a percepção da cidade contemporânea, adentrando na importância do SEL. Por fim, aprofunda-se o entendimento dos vazios urbanos que é um conceito amplo com diversas interpretações, como *terrain vague*, espaço residual e subutilizado que caracterizam distintas escalas urbanas, desde um espaço residual em um bairro periférico até uma praça na área central que se encontra desconectada da dinâmica da cidade.

Neste trabalho, a construção da percepção da imagem da cidade por outra perspectiva baseia-se



na prática estética do caminhar, pois segundo Careri (2017) por meio da errância urbana podemos explorar novos territórios. A intenção é perceber o cotidiano citadino que não estão em mapas e fotografias publicitárias de Erechim, principalmente em análises tradicionais do urbanismo, mas que podem fazer parte do imaginário da cidade. A percepção é formada pela vivência espacial a fim de entender a relevância das áreas de vazio no espaço urbano, que é formado por lugares distintos e possibilitam variadas apropriações devido à diversidade e à complexidade que o conformam.

Dessa maneira, a percepção da cidade acontece por diferentes dimensões sensitivas e cognitivas dos seres humanos e abrange diversos fatores. A pesquisa parte de uma percepção subjetiva, a qual tem a necessidade de ser confirmada num contexto de pesquisa mais amplo. Assim, privilegia-se a imagem visual e as sensações da vivência espacial pelo viés fenomenológico a partir da experiência corporal para tentar compreender a relação do vazio com a cidade. Salienta-se que essa percepção proporciona um conhecimento que vai além da instrumentalidade, permitindo variadas interpretações da cidade pela abordagem comportamental e simbólica, mais afetiva, com símbolos imateriais e materiais que trazem significados aos lugares. Isso pode ser resultado da leitura de comportamentos, de fluxos e usos da população no cotidiano. Em conjunto à paisagem e elementos físicos do espaço, as ambiências englobam esses aspectos numa única sensação, mesmo que variável em função do observador e do tempo.

2 PERCEPÇÃO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA: CHEIOS E VAZIOS

No que diz respeito à percepção da cidade contemporânea, as mudanças do espaço urbano são decorrentes das transformações da sociedade. Segundo Ferrara (1997) a relação entre imagem urbana e imaginário correspondem à forma que o indivíduo percebe a cidade. A imagem é o significado do espaço construído, o imaginário é o conhecimento produzido pelo homem e a cidade é o local onde o homem se relaciona. A associação entre imagem, imaginário urbano e experiência urbana decorrente da percepção do lugar cria o significado do espaço. A autora salienta que a leitura urbana precisa compreender histórias e imagens do imaginário, além de detectar percepções ligadas à cidade e às interpretações que os usuários criam a partir de vivências, evidenciando que a imagem da cidade é um símbolo, envolvida por percepções cotidianas.

Nesse sentido, a imagem urbana é composta por imaginários e acontece a partir de um ponto referencial, e o imaginário é o processo de várias imagens e significados gerados por meio do objeto construído. De forma prática, a imagem urbana é formada pelo cotidiano e o hábito, relacionada por valores e símbolos da coletividade. Dessa maneira, o andarilho contribui na criação do imaginário da cidade com sua experiência urbana, pois a imagem da cidade é formada pela conexão entre imaginário e história urbana (FERRARA, 1997).

Deste modo a fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty (1999) nos auxilia na compreensão desses imaginários, já que o corpo humano e o lugar constroem experiências sensoriais percebidas de maneira singular. Para o autor, esse é um modo de compreender o mundo real mediante a experiência do mundo vivido e é fundamental para desenvolver ciência. Complementando essas relações, para Seamon (2017) espaços podem ser entendidos como atmosferas que são sentidos obtidos na presença corporal das pessoas e é um estado momentâneo de sujeitos no espaço. Entende-se que os autores reforçam a importância das relações entre as pessoas e o local em que vivem, principalmente das percepções obtidas através das experiências.

A partir dos referenciais, tem-se o entendimento de que a cidade é constituída por um sistema de espaços e a imagem percebida da cidade vai além da visualidade e muda conforme os grupos



sociais que a vivenciam, sendo fundamental considerar as diferentes percepções que as pessoas possuem para criar a imagem da cidade.

Apresentamos aqui as considerações de diversos autores com o intuito de reforçar a relevância que o sistema de espaços livres (SEL) possuem para a cidade. O SEL é configurado por componentes e conexões dos espaços abertos de uma área urbana, desde a escala intraurbana até a regional, indiferente de funções, dimensões, aparências, formas. É fundamental compreendê-lo a partir de relações funcionais e socioambientais, pois não existe necessariamente a conexão física desses espaços (QUEIROGA, 2011). Contudo, conforme Macedo *et al* (2007), relacionam-se apesar de não terem sido planejados como um sistema.

Devido às transformações da sociedade o SEL está em contínua transição, pois a concretização das demandas sociais depende de decisões políticas e recursos que influenciam na qualidade desses locais. O SEL engloba o subsistema de espaços públicos que são cenário da vida urbana como a rua, que é o elemento principal de conexão da cidade, além de praças, parques, calçadões (QUEIROGA, 2011). Complementando essa visão, conforme Oliveira e Mascaró (2007), a produção espacial das cidades é influenciada pelas relações entre sociedade, mercado imobiliário e Estado e o interesse de cada um desses agentes repercute nos espaços livres públicos, desafiando o planejamento urbano ao intervir nesses locais.

O SEL contribui na paisagem urbana por carregar memórias e influenciar no cotidiano dos habitantes (QUEIROGA, 2011) e sua estrutura potencializa a habitabilidade do espaço urbano pela convivência entre as pessoas (OLIVEIRA e MASCARÓ, 2007). Contudo, os espaços de uso comum restringiram-se à circulação, locais de permanência estão em áreas privadas e como consequência a população com menor acesso a esses lugares é prejudicada (ROLNIK, 1998). Mediante as considerações dos autores, há o entendimento de que o SEL é importante para propiciar qualidade de vida à população, mas que houveram mudanças na relevância desses espaços na cidade. Nota-se que a conexão entre planejamento urbano e dinâmica da cidade é importante para analisar espaços abertos a fim de adaptá-los às novas demandas sociais a partir da infraestrutura existente.

A partir das definições estudadas, utiliza-se para a pesquisa o conceito de Ferrara (1997) da imagem da cidade como símbolo, formada por percepções habituais das pessoas de diversos significados que compõem a imagem coletiva. Considera-se a definição de Queiroga (2011) para o SEL como espaços abertos com conexões socioambientais, funcionais e espaciais, de áreas públicas e privadas. Além disso, entende-se que o espaço livre, aberto e não construído é responsável por criar imagens-símbolos que representam a cidade. Identificar o sistema de espaços abertos das cidades, sejam eles vazios ou significativos, mediante aspectos instrumentais ou simbólicos possibilita a compreensão interrelacionada de alguns sistemas. Esse entendimento permite a gestão da cidade, que pode ser espacializada pela reinserção de espaços na vida urbana.

Estudos direcionados aos vazios urbanos iniciaram-se nos anos 1970, na França e na Inglaterra após a desindustrialização e possuem variadas definições que se complementam. Áreas de vazio podem ser oriundas de: “[...] intervenções urbanas (vazio projetual), de transformação nas funções urbanas (vazio estrutural) ou de fatores relacionados a conjunturas sociais, econômicas e jurídicas específicas (vazio conjuntural) e da articulação entre elas.” (BORDE, 2006, p. 24). Segundo Milton Santos (1990, p. 25): “a cidade expande os seus limites, deixando, porém, no seu interior, quantidade de terrenos vazios.” Para o autor, são espaços abandonados na expansão das cidades, consequência da carência projetual e gestão, do crescimento desequilibrado da malha urbana e da especulação imobiliária. Além disso, constituem-se como áreas não inseridas na dinâmica e produção espacial, sem uso e apropriação (ALVAREZ, 1994).

Careri (2017) os chama de amnésias urbanas, que são espaços esquecidos na memória coletiva



onde os limites mudam conforme as relações e são espaços nômades sobreviventes das mudanças da cidade. Alguns não foram projetados e representam a sociedade, pois através das memórias surge esse novo dinamismo em constante transformação. A partir disso, na cidade contemporânea tem-se a possibilidade de explorar o crescimento interno e projetá-la pelos espaços potenciais para mudanças urbanas: os vazios urbanos (VÁSQUEZ, 2016). Assim, dentro do SEL, é primordial entender os vazios urbanos de forma contemporânea, compreendendo que o urbano é formado por ordenações territoriais desconexas, que estruturam redes de fluxos e fixos¹ (BORDE, 2006).

Os espaços residuais fazem parte dos vazios urbanos, aqui são apresentadas definições de alguns teóricos que contribuem para o entendimento das características dessas áreas. Nesse sentido, grandes infraestruturas, parques, áreas industriais e ferroviárias abandonadas, constituem o sistema dos vazios urbanos, composto por áreas intersticiais que os conectam e dão continuidade à cidade (CARERI, 2017).

Conforme CAMPOS *et al* (2008) espaços residuais são decorrentes da inserção de uma infraestrutura, margens de estradas, redes de alta tensão, áreas sob passarelas e viadutos. São frestas urbanas entre edifícios ou inseridas em equipamentos urbanos que contemplam diversas atividades, hortas, campos de futebol, habitações, pontos comerciais, bancas, pinturas em muros. Para os autores, a multiplicidade de usos na cidade não aparece no desenho urbano pois está em locais não considerados espaços públicos e a prática em áreas residuais e informais é diversificada, ampliando a rede de uso do espaço urbano. Assim, o lugar na cidade surge se o espaço propicia uso e socialização, visto que experiências e relações sociais geradas no espaço formam o lugar, que é a correlação entre espaço físico, a cidade, e espaço social, o tempo (FERRARA, 1997).

Mediante os conceitos expostos por diferentes autores, nessa pesquisa entende-se como vazios urbanos áreas de diferentes escalas, projetadas ou não, que estão aparentemente ociosas na cidade e em determinadas situações recebem a apropriação não planejada da população.

3 PRÁTICA DO CAMINHAR COMO ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A partir dos conceitos estudados que embasam a pesquisa, adentra-se nas conceituações referentes à prática do caminhar como instrumento para identificar os vazios urbanos. Careri (2017) defende que a vivência da cidade nos vazios propicia diferentes percepções de espaços urbanos pela leitura espacial de dinâmicas territoriais e de movimento. O autor constata que os vazios estão em diversas escalas e são plano de fundo da estrutura urbana, costurando espaços. Na cartografia da cidade o autor percebe que incluir essas áreas no desenho da cidade permite a leitura diferenciada pela interpretação de diversos usos que acontecem de forma natural, resultando numa representação espacial desses momentos.

Assim, o autor Mearleau-Ponty (1999) também reforça a ideia de que reconhecer o espaço urbano pelo viés fenomenológico da experiência espacial é uma maneira de descobrir elementos além da imagem visual pela percepção de singularidades da essência, enriquecendo a compreensão do lugar.

Segundo Careri (2017), a deriva situacionista permite adentrar em novos territórios a partir do imprevisível, propicia encontros e relações construídas no percurso por meio do andar na cidade e interpretá-la com maior atenção. A prática resume-se na caminhada num território a ser explorado, parar e observar elementos peculiares que são zonas de tropeço, pois para o autor, ao

¹Conceito definido por Milton Santos (1996), pois lugares são compostos por esses elementos. Fixos concedem ações que transformam o lugar e fluxos se inserem nos fixos, alterando seu significado.



perder tempo ao parar e observar, ganham-se outros espaços. O caminhar de forma livre pode ser instrumento para questionar, intervir na cidade e produzir espaço público por processos participativos e contribui na criação de projetos, pois projetar é uma forma de entender, mudar lugares e “[...] *és necesario caminhar para proyectar, conocer para actuar*” (CARERI, 2013, p.02).

Portanto, mediante essas considerações entende-se que vivenciar o espaço urbano é fundamental para identificar detalhes e conhecer o espaço urbano. E as percepções obtidas durante a experiência urbana são enriquecedoras por embasar a leitura diferenciada da cidade.

A compreensão de como vazios interferem na paisagem urbana de Erechim é constituída pela experiência da pesquisadora ao realizar um percurso atento aos detalhes pela aproximação do cotidiano e descobrir territórios. Adentrar nos espaços de forma espontânea a fim de compreender seus valores é “[...] uma leitura psicogeográfica, um meio de conhecimento fenomenológico, uma interpretação simbólica do território, uma representação” (CARERI, 2017, p. 24).

O caminhar na cidade contemporânea permite reconstruir fragmentos do contexto atual através da elaboração de um mapa das mudanças, incluindo **amnésias urbanas**, locais que não são reconhecidos como cidade (CARERI, 2017, grifo nosso). O entendimento da cidade é composto por ver, observar e decifrar seus valores. A leitura urbana a partir da experiência cotidiana é uma atividade empírica. No ensaio, verifica-se uma área com o intuito de descobrir vazios urbanos que possuem apropriação da população e compreender a relação desses espaços com a cidade. Busca-se identificar singularidades da realidade dos espaços e as experiências do percurso resultam na cartografia fotográfica urbana das peculiaridades do trajeto.

4 A PRÁTICA DO CAMINHAR E A PERCEPÇÃO DOS VAZIOS URBANOS EM ERECHIM

O objeto de estudo é a cidade de Erechim, localizada na região norte do estado do Rio Grande do Sul com população de 105.862 habitantes (IBGE, 2019). Caracteriza-se pelo planejamento do traçado urbano de 1908 elaborado pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves, inspirado na malha de Paris em que dez avenidas convergem para a praça central. A partir dela estrutura-se a malha xadrez com quadras regulares e triangulares e contempla oito praças nos eixos das avenidas como enquadramento visual das perspectivas criadas. Desde então, a cidade seguiu ideais positivistas com o progresso em seu desenvolvimento.

Na década de 1940 predominava a agricultura e atividades comerciais e industriais ganharam força no final da década de 1970. Nos anos 1990, houve a expansão urbana consolidada e ampliação de comércio e serviço na área central. Assim, surgiram novas centralidades como o bairro Três Vendas e a região próxima à Universidade Regional Integrada (FÜNFELT, 2004). O processo de urbanização guiado pelo poder público e mercado imobiliário reflete na fragmentação socioespacial, pois bairros com moradores de baixa renda estão em áreas periféricas isolados da infraestrutura principal da cidade. Nota-se que Erechim buscou o progresso conforme os ideais de cada período para se enquadrar como cidade global e atualmente polariza atividades socioeconômicas de 32 municípios com até 5mil habitantes. Dessa maneira, caracteriza-se como uma cidade que se insere nos processos de urbanidade contemporânea².

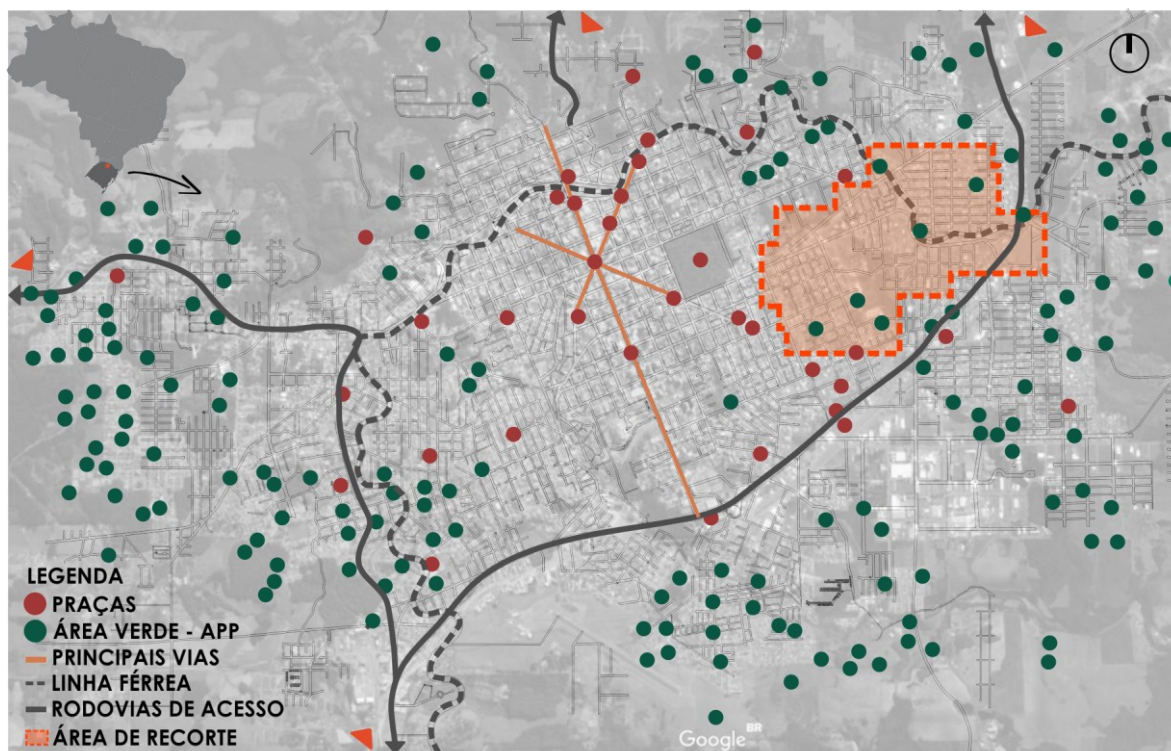
Percebe-se em Erechim amnésias urbanas como a Estação Férrea e a Praça Júlio de Castilhos que carregam muita história e estão esquecidas. Além disso, também existem algumas praças que se encontram subutilizadas e apesar da infraestrutura existente não se tratam de espaços atrativos

²Termo utilizado por Carlos (2009) para caracterizar transformações da cidade contemporânea, que se resume no espaço urbano como elemento fundamental para a reprodução do capital.

para os habitantes pela falta de manutenção e inserção de equipamentos. Isso resulta em grandes estruturas urbanas abandonadas em locais significativos e vazias pela falta de uso. Há também espaços ociosos e residuais que não possuem infraestrutura e mesmo assim são utilizados de maneira espontânea pela população.

Assim, parte-se da percepção que há carência de espaços livres públicos atrativos, além da existência de áreas vazias, residuais e ociosas. Optou-se por realizar o percurso a fim de identificar peculiaridades da cidade e descobrir espaços feitos pelas pessoas com o intuito de compreender a relação desses locais com Erechim. O ensaio ocorreu numa área conhecida previamente pela pesquisadora que não contempla espaços públicos planejados e por conta disso surgiram questionamentos sobre o uso de espaços livres pelos moradores. A partir da metodologia baseada na prática do caminhar do autor Careri (2017) percorreu-se cinco bairros com uso residencial, pontos comerciais e de serviços. Contudo, esses bairros possuem características diferentes, pois Linho, José Bonifácio e Copas Verdes têm infraestrutura mais organizada. Já São Vicente de Paulo e Parque Lívia caracterizam-se principalmente por pontos de ocupação não planejada, já que estão próximos da linha férrea (Figura 01)

Figura 01: Cidade de Erechim, áreas verdes e de praça e o recorte de estudo



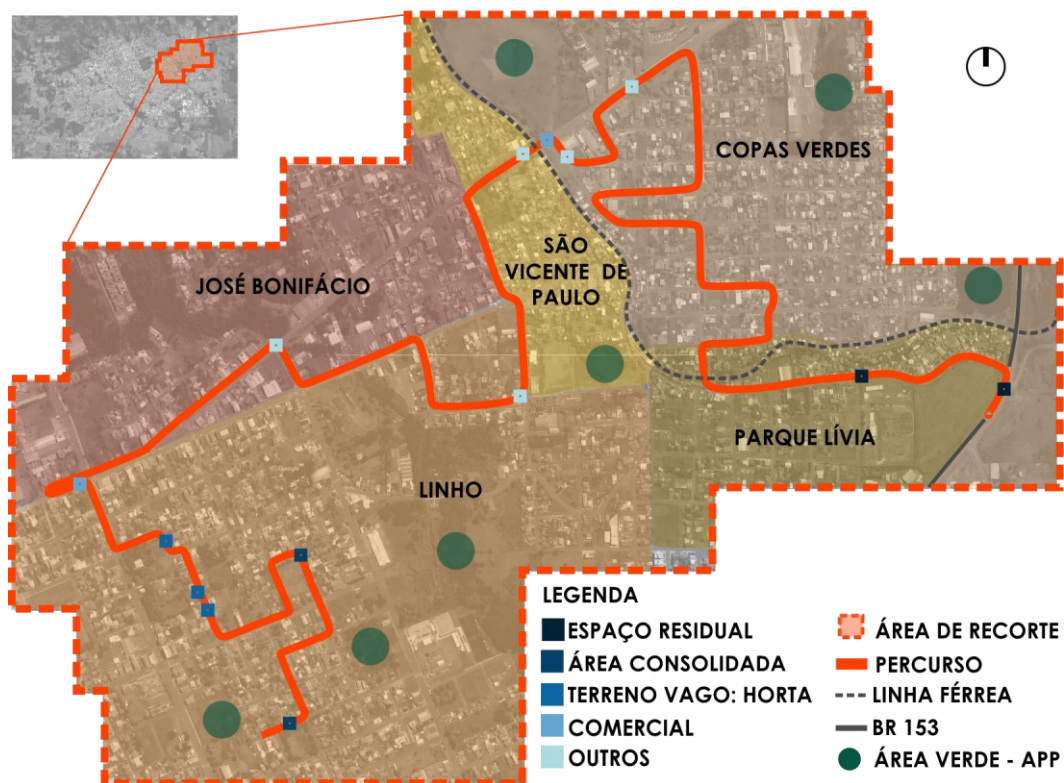
Fonte: Google Earth com edição da autora, 2019.

A caminhada teve início na residência da pesquisadora com o intuito de observar a cidade a partir de áreas que são cenário da vida urbana e das relações dos moradores. O trajeto³ está destacado na cor laranja e os pontos marcados em tons de azul são espaços residuais, áreas consolidadas no

³ A caminhada realizou-se num sábado à tarde e foi percorrida a distância de 7.4km no sentido norte-noroeste.

tecido, terrenos vagos utilizados para hortas e plantações, comércios ambulantes (Figura 02). Realizou-se o percurso e a análise perceptiva de forma distraída, sem objetivos durante o caminhar. Contudo, para compreender a posição e o papel desses espaços no SEL da cidade buscou-se relacionar as percepções obtidas com a descrição analítica e a leitura sistemática da cidade.

Figura 02: Percurso realizado no ensaio e as tipologias de vazios urbanos encontradas.



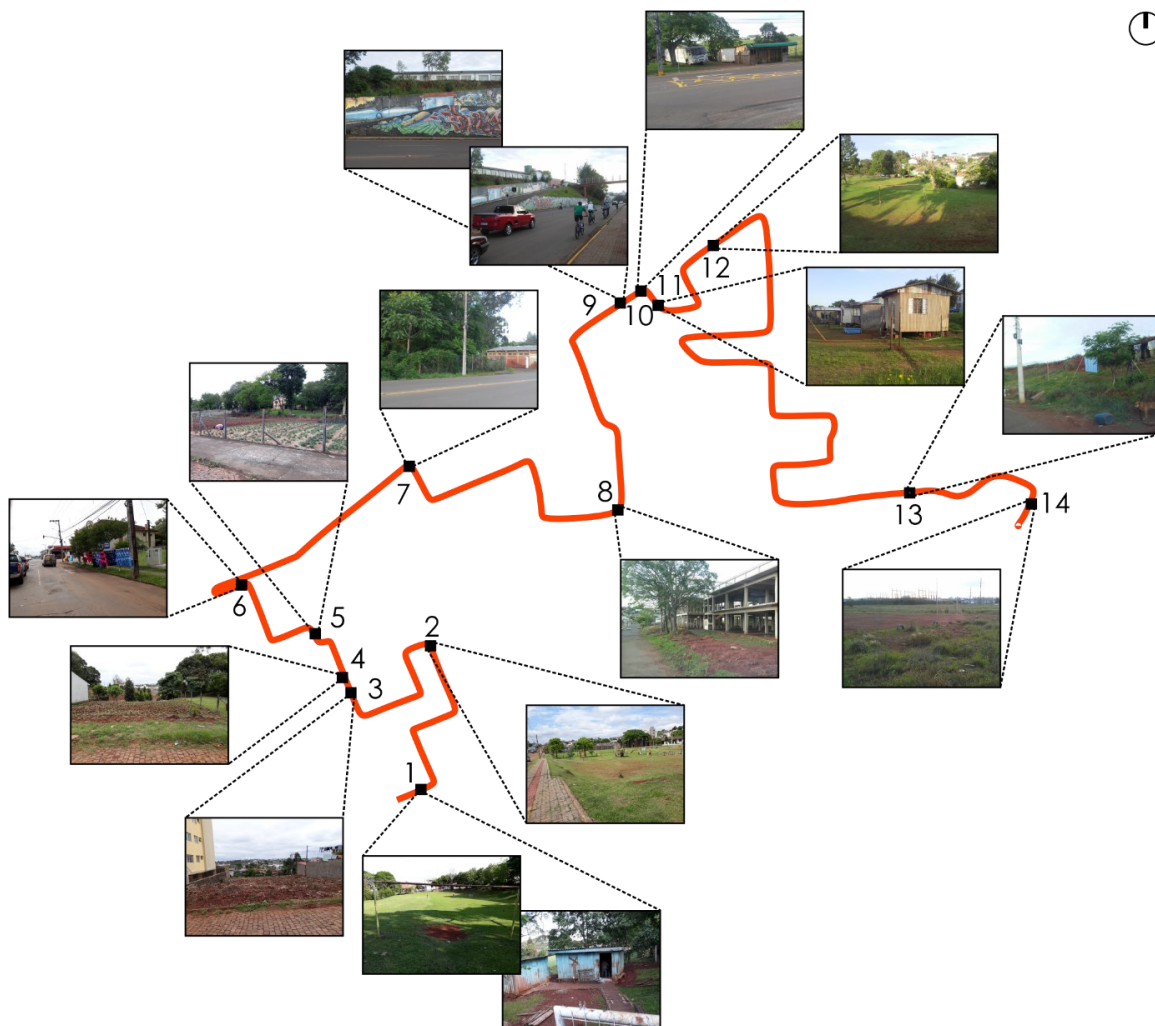
Fonte: Google Earth com edição da autora, 2019.

Observaram-se espaços transformados pela apropriação social como terrenos vagos utilizados para hortas e plantações, além de áreas residuais da linha férrea que conformam aglomerações de moradias. Calçadas e áreas residuais são apropriadas pelo comércio ambulante improvisado, além de serem utilizadas como varal de roupas e campo de futebol. O muro que está embaixo da passarela é utilizado como a tela que o grafiteiro expõe sua arte e traz vida para a região.

A partir da aproximação desses espaços fica evidente são modificados pela apropriação das pessoas, principalmente por alguns não possuírem infraestrutura adequada e assim tornam-se lugares mediante a utilização transformando-se nos cenários da vida cotidiana e compõem a imagem da cidade. Caracterizam-se por não serem os principais espaços da cidade decorrente da localização mais periférica e pela baixa densidade de ocupação humana, além de alguns estarem desconectados da malha urbana e conectarem áreas estruturadas. Situa-se em regiões periféricas ao sistema global afastados dos principais trajetos da cidade e possuem características locais.

Esses elementos são fundamentais para compreender características que esses espaços possuem ou poderão assumir futuramente na possível reintegração ao SEL. O percurso vivenciado é uma outra maneira de identificar singularidades da área de estudo e teve como resultado a cartografia urbana das peculiaridades registradas (Figura 03).

Figura 03: Cartografia urbana fotográfica do percurso: 1. Campo de futebol. 2. Campo de futebol e brinquedos. 3.4.5. Terreno vago com horta. 6. Comércio ambulante. 7. Terreno vago com vegetação. 8. Construção. 9. Grafite próximo à passarela. 10. Comércio. 11. Habitações beira-trilhos. 12. Campo de futebol. 13. Varal de roupas. 14. Campo de futebol e brinquedos.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Sendo assim, percorrer uma região da cidade atenta aos detalhes salienta a importância da aproximação ao cotidiano da cidade a fim de compreender uma parte da realidade de Erechim. A partir do percurso, selecionou-se dois locais para analisar suas singularidades: Local 1 e Local 14 que serão apresentados a seguir.

O bairro Linho é predominantemente residencial e possui moradores de classe média, com pontos comerciais e serviço vicinal, além de duas instituições educacionais, a Escola de Educação Infantil Lucas Vezaro e o Senai, que recebem alunos de toda a cidade. De forma geral, os moradores trabalham no comércio e serviços da área central e no distrito industrial, exceto os proprietários dos estabelecimentos locais.

O Local 1, denominado Campinho pelos moradores que o utilizam e o tornam um espaço dinâmico

(Figura 04). Ao observá-lo, nota-se que é conformado pelo tecido urbano e contempla algumas singularidades realizadas pelos moradores como a construção das traves improvisadas do campo de futebol construídas com toras de madeira e a plantação de vegetação de diferentes portes. Tais ações evidenciam a identificação das pessoas com o local que contempla a pluralidade de usos, onde as crianças brincam de variadas formas entre eles ou com familiares. Acontecem atividades com bola, bicicleta, *skate*, brincadeiras lúdicas, piqueniques, prática de atividades físicas, encontro de pessoas na calçada. Outro fato curioso observado é a existência de uma habitação de um morador antigo do bairro que reside no local.

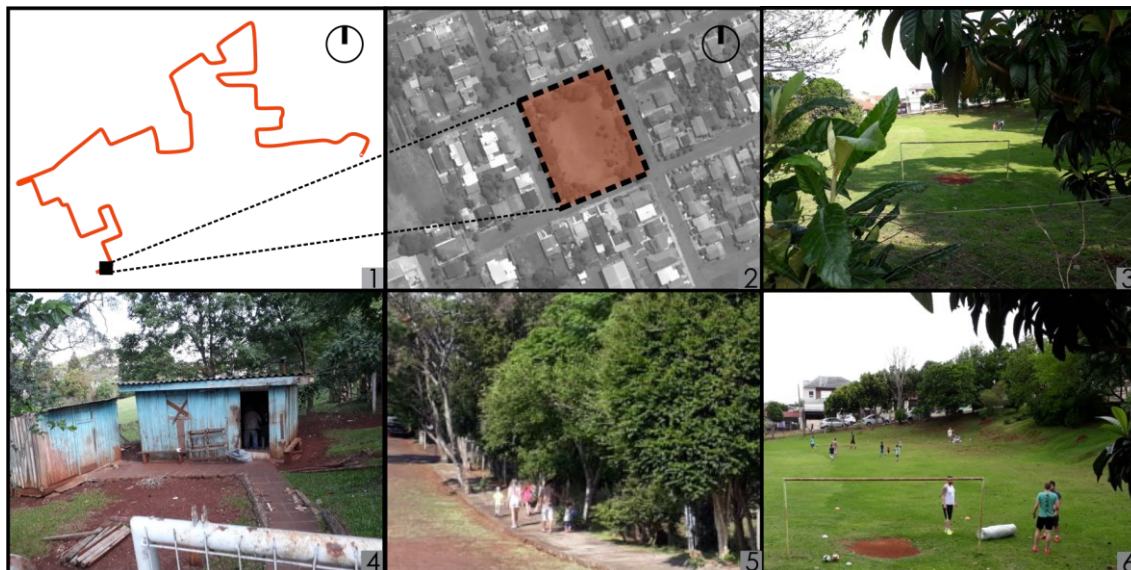


Figura 04: Singularidades do Local 1. 1. Localização no percurso. 2. Localização e entorno. 3. Crianças brincando. 4. Habitação. 5. Família caminhando. 6. Pessoas utilizando o campo.

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

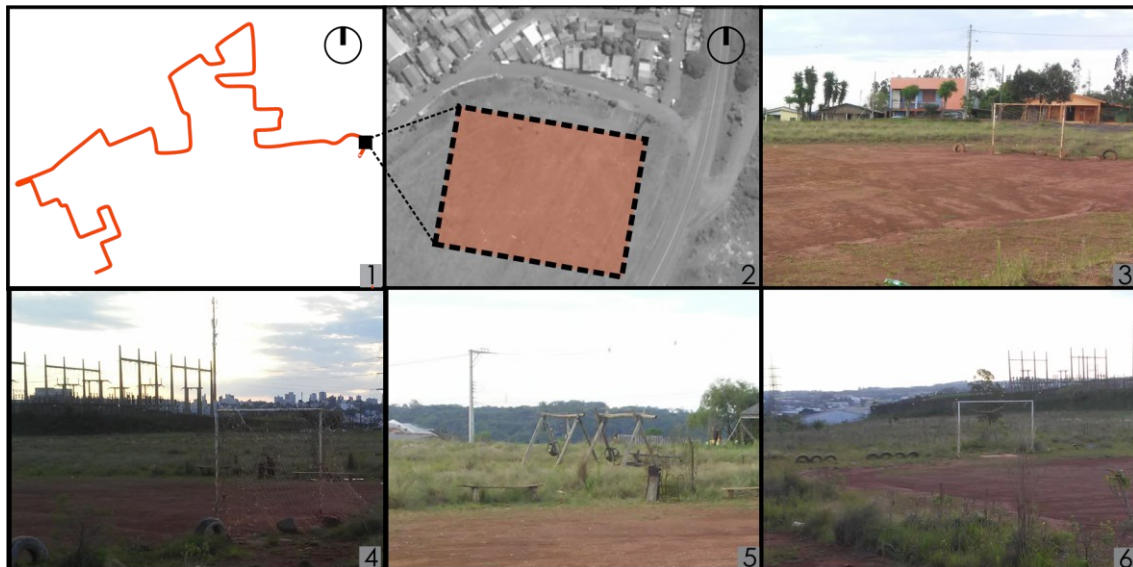
Por meio da vivência e observações do espaço, ao analisá-lo na paisagem urbana nota-se que está inserido na malha, possui delimitações do traçado, é integrado à cidade e é uma ampliação do sistema de ruas. Está localizado em um platô com pequena declividade, em nível mais baixo em relação ao entorno e possui um casario de baixa altura. A vegetação arbórea de médio porte no perímetro gera perspectivas fechadas e transmite a sensação de um refúgio da vida acelerada. A presença de pessoas no local mostra que é agradável e gera segurança. A iluminação solar é presente e revigora energias.

Mediante as observações obtidas pelo trajeto e observações, identifica-se que esse local possui potencial para integrar-se de maneira positiva no SEL e no imaginário da cidade, pois a conexão da população pela diversidade de usos apresenta a oportunidade de fomentar seus atributos e propiciar qualidade de vida aos moradores. Fica evidente que é um espaço transformado pelos habitantes do entorno, carregado de memórias onde acontecem encontros e relações da vida urbana. Esses fatos reforçam a importância do espaço livre público para a socialização e qualidade de vida.

Outro espaço que obteve destaque durante a caminhada está localizado no bairro Parque Livia, que possui moradores de baixa renda, é residencial e possui alguns pontos de serviço. O Local 14

está inserido entre uma rodovia e uma subestação de energia, num espaço residual e não possui delimitações físicas do traçado urbano. Observa-se que é o lugar onde acontece a vida urbana de algumas pessoas que moram no entorno em habitações informais, localizadas na região próxima à linha férrea desativada. O espaço de chão batido com terra vermelha conforma um campo de futebol com traves improvisadas que são o palco da imaginação para crianças e adolescentes que o utilizam. Ao lado do campo improvisado há brinquedos feitos de toras de madeira de forma artesanal refletindo a identificação dos moradores com o espaço (Figura 05).

Figura 05: Singularidades do Local 14. 1. Localização no percurso. 2. Localização e entorno. 3. Campo e residências. 4. Campo e torres de energia. 5. Brinquedos. 6. Campo.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Mediante as observações, nota-se que um simples vazio é transformado pela presença de crianças e adolescentes sendo o suporte da vida pública nas condições que realidade das pessoas permitem. A amplitude visual do local se alarga no horizonte em diferentes orientações e perspectivas transmite a sensação de liberdade e ao mesmo tempo de insegurança decorrente da proximidade à rodovia e por não haver iluminação pública. O chão batido de terra vermelha permite o contato com a natureza, a vegetação natural do local remete à uma paisagem bucólica no meio da estrutura urbana.

Dentro da imagem da cidade esse lugar não está delimitado fisicamente e apesar de não ser um espaço público projetado, a apropriação o transforma em um. Dessa forma, pode ser integrado ao SEL, contanto que se planeje o entorno, para que sejam reinseridos à estrutura da cidade, alterando algumas condições de qualidade urbana principalmente das habitações próximas, para que a integração ao SEL ocorra de maneira eficaz.

Por fim, no ensaio realizado foram analisados com maior riqueza de detalhes dois espaços livres que ainda não estão integrados ao SEL da cidade, mas que possuem identificação da população que os utilizam e por conta disso conformam o imaginário da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado nesse trabalho busca contribuir com o objetivo proposto de entender a relação das áreas de vazio com a cidade de Erechim. A partir dos referenciais estudados que embasaram o desenvolvimento da pesquisa, teve-se o entendimento de que a imagem urbana é



composta por espaços que podem desconectar-se da cidade por mudanças espaciais, funcionais e qualitativas e interferem na percepção da cidade. Além disso, a metodologia aplicada da deriva situacionista a partir da prática do caminhar proposta por Careri (2017) ao realizar a leitura da cidade mediante a percepção dos vazios é uma maneira de contribuir para a integração de espaços baseada no relato da compreensão da experiência urbana a fim de gerar conhecimento pela análise da imagem da cidade.

O ensaio realizado no recorte espacial em Erechim aponta que a ausência de planejamento do SEL junto ao espaço urbano e às dinâmicas contemporâneas da cidade repercute nas áreas não planejadas *a priori* pela ausência de um sistema de espaços abertos articulados que compreenda e atenda às necessidades locais. Em alguns casos existe a apropriação pelas pessoas de forma não planejada, contudo, outros lugares encontram-se esquecidos. O estudo mostra a relevância de entender os espaços por meio de uma percepção, ainda que parcial, da realidade da cidade com cenas cotidianas que transformam esses locais. Analisar espaços livres a partir da experiência de espaços vazios e residuais utilizando-a como instrumento de análise pode ser uma maneira do planejamento urbano embasar possíveis intervenções e potencializar essas áreas.

A partir da pesquisa, traz-se a reflexão da necessidade de reintegrar os espaços livres por um sistema na cidade para disseminar a otimização desses locais da área central até os bairros. Além disso, a reinserção socioespacial pode fomentar a função de serem o cenário da vida pública e propiciar qualidade de vida à população principalmente em escala local. O olhar mais sensível aos diferentes momentos da cidade a partir das vivências são o ponto principal do ensaio, pois são eles que compõem a vida urbana. Identifica-se também a diversidade do espaço urbano que é formado por situações temporais e espaciais diversas que somente são possíveis de descobrir estando nos lugares que fazem parte do imaginário das pessoas e conformam a imagem da cidade.

Portanto, os conceitos da base referencial do trabalho foram verificados à realidade perceptiva da pesquisadora e a abordagem possibilitou constatar que os vazios urbanos integram o SEL, mesmo sendo periféricos, pois compõem o imaginário dos usuários locais assim como os espaços centrais, indiferente de usos, simbologias e tempo de existência. Entende-se também que o SEL é relevante para a vida urbana, principalmente se houver a inserção de espaços de convívio na escala local dos bairros já que a integração de áreas a partir do SEL otimizando espaços abertos existentes permite a criação de identidades locais. Nos vazios urbanos inseridos ou não no tecido consolidado a apropriação acontece de forma plural, mostrando que são a oportunidade para atender às demandas dos grupos locais pela reintegração desses espaços ao SEL. Assim, compreende-se que devido ao fato de serem os locais onde o andarilho circula, os espaços livres são fundamentais na percepção do sistema urbano pelo fato de constituir o imaginário dos possíveis percursos na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Ricardo. **Os Vazios Urbanos e o Processo de Produção da Cidade**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BORDE, Andréa de Lacerda Pessôa. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, Alexandre *et al.* **Espaços Colaterais / Collateral Spaces**. Belo Horizonte: Instituto Cidades



Criativas, 2008.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. **Estudos Avançados**. vol.23 no.66 São Paulo, 2009.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Cidade: Imagem e Imaginário**. In: Imagens Urbanas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Redesenho de uma idéia**. Cadernos de Arquitetura, Bauru, São Paulo, n. 01, p. 05-12, jan./jun. 1996.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Significados Urbanos**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 2000.

FÜNFELT, K. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim – RS**. Dissertação apresentada a UFSC para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Florianópolis, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>>. Acessado em 10 de outubro de 2019.

MACEDO, Silvio S. *et al.* **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens. Paisagens culturais, Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, v. 3, p. 286-297, 2007. (Coleção).

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p.59-69, jun. 2007.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, n.i., v. XIX, n. 21, p.25-35, jan. 2011.

ROLNICK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo / Milton Santos**. – São Paulo : Nobel : Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SEAMON, David. **Architecture and Phenomenology**. Kansas State University, 2017.

SOLÀ-MORALES, I. de. **Terrain Vague**. In: SOLÀ-MORALES, I. de. Territorios. Barcelona: G. Gilli, 2002.

TARNOWSKI, Camila Martinez Lima. **Percepção da Paisagem: estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba, Paraná**. Curitiba, PR, 2007.



VÁSQUEZ, Catalina Giraldo. **Reinterpretação de espaços subutilizados na cidade contemporânea: Análise dos vazios industriais de Medellín** / Catalina Giraldo Vásquez ; orientadora, Lisete Terezinha Assen de Oliveira ; coorientadora, Adriana Marques Rossetto. - Florianópolis, SC, 2016. 233 p.



LAZER EM RUAS DE SÃO PAULO

Considerações a partir de programas municipais vigentes

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

ARMENTANO, Isabella Maria Davenis (1); PAIM, Camila Motoike (2);

(1) Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, isarmentano@usp.br

(2) Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, camila.paim@usp.br

RESUMO

Desde a gestão 2013-2016, observa-se no município de São Paulo um processo de reaproximação ao uso das ruas para práticas de lazer e sociabilidade. Diante desse contexto e considerando que as ruas, além de sua função de circulação e estruturação dentro do sistema de espaços livres públicos, possuem potencial para abrigar atividades de lazer e permanência, este artigo propõe analisar os programas municipais vigentes que promovem o uso de lazer em vias existentes de São Paulo por meio da restrição ao tráfego de veículos motorizados. A partir da análise comparativa de cada um deles é possível identificar diferenças significativas em termos de gestão, continuidade e escala de abrangência. Ainda assim, percebe-se que os programas afetam a vivência daqueles que os utilizam, direta ou indiretamente, aproximando as pessoas ao espaço livre público e ressignificando o espaço das ruas em que são implementados.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; ruas; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Quando se pensa em áreas para práticas de lazer em uma cidade, recorre-se a vários componentes do seu sistema de espaços livres¹: parques, praças, clubes, jardins, quintais, entre outros. No entanto, tem-se observado, desde a gestão municipal 2013-2016 na cidade de São Paulo uma tentativa de reaproximação e apropriação de ruas para esta prática. Tal processo acabou se expandindo e se fortalecendo, principalmente a partir de iniciativas de alguns grupos² que foram reconhecidas e, algumas vezes, legitimadas por meio de políticas públicas implementadas na referida gestão municipal, como os Parklets³, o projeto de Requalificação dos Calçadões do

¹ Conforme Queiroga “propõe-se entender o sistema de espaços livres (SEL) urbanos como os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano” (2014, p.110).

² Observa-se que a partir dos anos 2000, começam a ganhar notoriedade grupos de pessoas da sociedade civil que organizados de forma horizontal e colaborativa, incentivam esse tipo de uso de espaços públicos (HORI, 2017). A partir das manifestações de junho de 2013, que originalmente estavam ligadas a questões de mobilidade, tais práticas proliferaram-se e, atualmente, nota-se que essas apropriações se dão, muitas vezes, em torno de práticas de lazer e sociabilidade, vide as movimentações para implantação da Paulista Aberta, em 2014, e pelo “Parque Minhocão” que, em 2019, tornou-se objeto de um Projeto de Intervenção Urbana denominado PIU Parque Minhocão, ver <gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/piu-parque-minhocao/> Acesso em 08/01/2019.

³ Regulamentados através do Decreto Municipal nº55.045/14, Parklets são áreas contíguas às calçadas, onde são construídas estruturas a fim de criar espaços de lazer e convívio onde anteriormente havia vagas de estacionamento de carros.



Centro⁴ e o Programa Carnaval de Rua de SP⁵.

As ruas, além de constituírem importantes elementos de estruturação do sistema de espaços livres da cidade de São Paulo, compõem grande parte desse sistema, tendo em vista que desde 1979 as legislações urbanísticas de parcelamento do solo exigem ao menos 20% das áreas destinadas ao sistema viário em novos loteamentos. No entanto, conforme aponta Queiroga, dificilmente os projetos desenvolvidos para o sistema viário consideram seu potencial como espaço de lazer e convívio (2014, p.112).

Isso porque, conforme destaca Macedo, a partir da segunda metade do século XX, a cidade passa a ser estruturada em função do automóvel. Com o aumento do número de veículos, o “principal espaço de convivência na cidade brasileira” (2012, p.79) transforma-se em espaço de circulação e estacionamento de veículos. As atividades que antes ali ocorriam passam a ser internalizadas em espaços habitacionais e recreativos privados.

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo⁶ classifica o Sistema Viário em vias estruturais (classificadas em três níveis, de acordo com a abrangência de sua ligação) e as não estruturais⁷ (classificadas em coletoras, locais, ciclovias e de circulação de pedestres). Quanto à circulação de pedestres, o Plano define o Sistema de Circulação de Pedestre cujos componentes são as calçadas, as vias de pedestre (calçadões), faixas de pedestres e lombofaixas, transposições e passarelas e sinalização específica⁸. Já o Código de Trânsito Brasileiro⁹, classifica as “vias abertas à circulação”, em vias urbanas (via de trânsito rápido; via arterial; via coletora e via local) e vias rurais (rodovias e estradas).

As separações no planejamento, produção e gestão do sistema viário reforçam a ausência de uma compreensão, por parte do município, da natureza sistêmica dos espaços livres. A “via pública”, conforme definição da CET corresponde ao “espaço destinado à circulação de veículos, bicicletas, pedestres ou animais, abrangendo o leito carroçável, a calçada ou passeio público, o acostamento, a ciclovia e o canteiro central”¹⁰, entretanto, em termos de gestão, tal conjunto é tratado de forma fragmentada.

Os leitos carroçáveis são mantidos pela Prefeitura, cabendo a Secretarias e Departamentos diversos os serviços relacionados à sua limpeza, pavimentação e recapeamento, por exemplo. Já a gestão das calçadas é de responsabilidade do proprietário do lote lindeiro, conforme observa-se no título da notícia divulgada no site da prefeitura de São Paulo: “A calçada é sua, cidadão”¹¹.

De fato, as calçadas são públicas, ou seja, de todas as cidadãs e cidadãos. No entanto, o que a notícia quer ressaltar refere-se justamente à gestão dessas calçadas. Conforme Decreto que

⁴ A proposta foi implantada em forma de projeto piloto no calçadão da Rua Sete de Abril entre 2015 e 2016, conforme página oficial da prefeitura, disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rua-sete-de-abril-tera-novo-calcadao/>> Acesso em 08/01/2020.

⁵ Inicialmente disciplinado pelo Decreto Municipal nº 56.690/15, o carnaval de rua antes não regulamentado, passa a ser permitido, após publicação do decreto. Atualmente, o Decreto 57.916/2017 regulamenta tal atividade.

⁶ Instituído pela Lei nº16.050/14.

⁷ PDE Lei nº 16.050/14, Art. 237 e 238.

⁸ Idem. Art. 230.

⁹ Lei Federal nº 9.503/1997.

¹⁰ Fonte: glossário da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) de São Paulo, disponível em <<http://cetp1.cetsp.com.br/sc/glossario.asp>> Acesso em: 28/10/2019.

¹¹ Disponível em <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/>> Acesso em: 10/10/2019.



consolida os critérios para a padronização das calçadas, os “responsáveis por imóveis, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros (...) são obrigados a executar, manter e conservar as respectivas calçadas na extensão correspondente à sua testada”¹². Sendo assim, as calçadas dos lotes públicos são mantidas pelas Subprefeituras. Já nas lindeiras aos lotes privados, a manutenção e constituição dependem de seus proprietários.

Ainda que o referido decreto regulamente um padrão mínimo a ser seguido, com o objetivo de uniformizar o padrão dos passeios, visando também sua acessibilidade, o documento não possui caráter punitivo. Conforme o site da prefeitura, a fiscalização segue de acordo com a Lei nº 15.733/2013 que determina as regras sobre muro, passeio e limpeza. Sabe-se, no entanto, que existem falhas na abrangência dessa fiscalização – que cabe a cada Subprefeitura – evidenciadas por situações de calçadas subdimensionadas, com pavimentação em estado ruim e descontinuidades em grande parte da cidade.

Outro ponto que deve ser destacado, refere-se a condições socioeconômicas da população. Nota-se que não há programa que contemple parte da população que apresenta impossibilidade de readequação ou construção das calçadas de acordo com as determinações do decreto. Poderiam ser previstos, por exemplo, incentivos fiscais a essa parcela da população.

Para além das definições legais e de sua função de circulação, a rua estabelece a conexão entre o público e o privado, sendo o espaço da manifestação da esfera de vida cotidiana. Diante de sua diversidade e da possibilidade de nela ver o outro, a rua torna-se local de encontro, de trocas, do conflito, da experiência democrática, de permanência, de brincar, de manifestar, de se expressar, de aprender e de se apropriar.

Como Macedo aponta, os antigos hábitos relacionados a esse tipo de espaço livre “como sentar em cadeiras nas calçadas, jogar bola, ‘taco’ e ‘amarelinha’ na rua ou simples bate-papo na porta de casa” (2012, p.83) ainda são notados em ruas de bairros residenciais, afastadas de vias de tráfego rápido. Segundo o autor, em áreas mais centrais, aos fins de semana e períodos noturnos, também é possível observar maior frequência de pessoas. O uso dos espaços livres adquire maior popularização e revalorização a partir do século XXI, onde começam a surgir “situações impensáveis nas últimas décadas do XX” (MACEDO, 2012, p.84) relacionadas também à saúde física das pessoas, como a prática de caminhadas, corridas e a utilização da bicicleta.

Nesse sentido, compreende-se que as políticas públicas implementadas a partir de 2013, revelam um importante momento de discussão acerca do uso das ruas na cidade contemporânea. Diante disso, com o objetivo de contribuir com tal discussão, pretende-se analisar os três programas vigentes até o presente momento na cidade de São Paulo que promovem o uso de lazer em ruas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O LAZER EM RUAS

A atual gestão municipal (2017-2020) lançou em setembro de 2019 o programa Rua da Gente que pretende reforçar o uso de lazer em ruas e espaços públicos livres existentes de São Paulo por meio da realização de eventos itinerantes com diversas atividades.

Na gestão anterior, período de 2013 a 2016, a prefeitura já havia lançado o programa Ruas Abertas que teve ampla visibilidade¹³ por fechar, aos domingos e feriados, para circulação de carros, vias de

¹² Decreto 58.611/2019, Art. 4.

¹³ Sendo inclusive premiado pela Associação Paulista de Críticos de Arte em 2016. Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/premio-apca-reconhece-programa-ruas-abertas>> Acesso em:



tráfego intenso, como a Avenida Paulista, que é classificada como via arterial¹⁴.

No entanto, a ideia de fechar as ruas para o tráfego de veículos motorizados aos domingos e feriados não é novidade para a cidade de São Paulo. Já na década de 70, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da cidade de São Paulo iniciou o Programa Ruas de Lazer, programa pioneiro de lazer e recreação, e em atividade até os dias de hoje.

Observa-se que as três iniciativas permanecem em vigor, ou seja, nenhum dos programas foi proposto como substituto ou meio de atualização dos anteriores. Dessa forma, pretende-se apresentar a seguir as três políticas públicas voltadas para o lazer em ruas do município de São Paulo, evidenciando suas principais características e aspectos que concernem a sua gestão e manutenção. A partir disso, propõe-se analisar a relação entre os programas, tendo em vista sua sobreposição enquanto políticas públicas diferentes voltadas para o mesmo objetivo, e apontar as divergências e aproximações observadas. Para tanto, serão verificados o histórico dos programas, bem como a legislação que os regimenta e serão apresentados mapas com a localização das vias que integram os programas por Subprefeitura, visando compreender sua espacialidade e escala de abrangência.

2.1 Ruas de Lazer

O programa Ruas de Lazer foi implementado pela primeira vez em 1977, em resposta à demanda por espaços de lazer decorrente do processo de expansão da cidade de São Paulo¹⁵. Sua regulamentação, porém, ocorreu em 1999 por meio do Decreto nº 38.872/99 e em 2014 foi atualizada por meio do Decreto nº 55.684/14, que promoveu o recadastro das ruas que integram o programa. Conforme apontam Costa e Sampaio (2015), até outubro de 2013, estavam cadastradas 1078 ruas, das quais 1058 foram identificadas. Destas, 69% não funcionavam, reforçando a necessidade dessa atualização. Até novembro de 2019, encontravam-se oficialmente ativas 44 ruas vinculadas ao programa, de acordo com divulgação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME)¹⁶, número bastante inferior às 1078 ruas cadastradas até 2013.

Apesar de ter mais de 40 anos de existência, poucos estudos e publicações foram dedicados ao programa, destacando-se os trabalhos de Nishikawa (1984) e Costa e Sampaio (2015) que apresentam dados relevantes para sua compreensão.

Nishikawa, ao analisar 94 ruas que abrangiam trechos das Ruas de Lazer em São Paulo, revela que em 81% dos espaços analisados, mais da metade dos frequentadores era constituído de pessoas residentes no próprio trecho da rua, ressaltando a abrangência – local, de vizinhança – do programa (1984, p.72). Além disso, é importante notar a inclusão da rua de lazer no programa dominical das pessoas que vivenciam os espaços analisados. 33% dos frequentadores entrevistados só utilizam esse espaço aos domingos, por conta do programa (NISHIKAWA, 1984, p.89).

08/01/2020.

¹⁴ Disponível em: <cetsp.com.br/consultas/classificacao-viaria.aspx> Acesso em: 08/01/2020.

¹⁵ Foi por iniciativa de uma moradora que “viu seu bairro em São Miguel começar a crescer e empurrar a criança para dentro de casa” que a primeira Rua de Lazer foi implementada no município. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=123293>> Acesso em: 07/01/2020

¹⁶ Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/ruas_de_lazer/index.php?p=270518> Acesso em: 20/10/2019.



Quanto aos seus aspectos positivos, a autora destaca os benefícios garantidos às crianças por meio do lazer infantil, a segurança para prática de lazer e a integração comunitária. Neste sentido, expõe que:

No seio da pequena comunidade, tal como o trecho de uma rua, as necessidades do grupo e as limitações que está sujeito, faz com que em certas circunstâncias o grupo se una para resolver os seus problemas através do autocontrole e organização. O sentimento comunitário poderá surgir e fortalecer-se através das práticas de atividade de caráter comum e criativo como o lazer.
(NISHIKAWA, 1984, p.98)

Por outro lado, frequentadores entrevistados revelam pontos contrários à aprovação do programa como barulhos, conflitos e brigas, dificuldade para o trânsito de carros e danos à propriedade e à arborização urbana. Destaca-se aqui dois aspectos levantados: “desorganização, falta ou má coordenação” e “dá trabalho manter rua de lazer” (NISHIKAWA, 1984, p.76).

Dados mais atuais, conforme pesquisa realizada entre 2013 e 2014¹⁷ (In: COSTA E SAMPAIO, 2015) revelam que dentre as principais atividades realizadas nas Ruas de Lazer estão: andar de bicicleta, brincadeiras de crianças e práticas esportivas, reforçando os pontos levantados por Nishikawa já na década de 80.

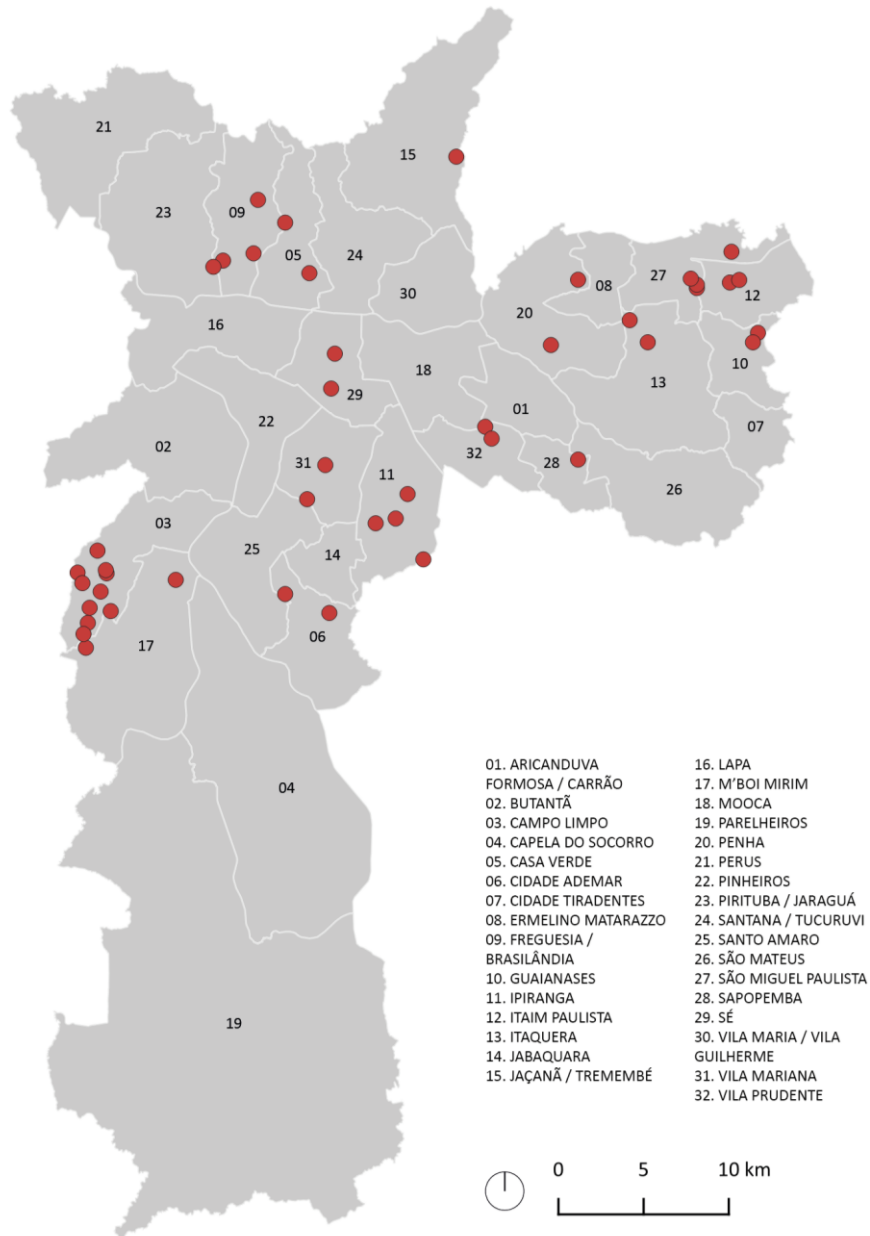
Costa e Sampaio (2015) revelam que o principal motivo para o não funcionamento das Ruas de Lazer levantado à época era a falta de interesse ou envolvimento dos moradores. Isso porque o gerenciamento do programa depende sobretudo da iniciativa dos moradores do entorno. A participação e o comprometimento da comunidade local são fatores necessários não só para implantação como também para manutenção desta política pública.

A implementação do programa acontece por meio de requerimento dos moradores, com aprovação de ao menos 80% (oitenta por cento) daqueles residentes do trecho da via pública escolhida. Após análise e anuência da Subprefeitura competente e das Secretarias de Transporte e de Esportes e Lazer, poderão ser implantadas nas vias públicas com trânsito de veículos de baixa intensidade, incluindo o entorno de praças e largos, áreas de lazer denominadas “Ruas de Lazer”. Estas, deverão contar com um Conselho da Rua de Lazer, responsável pelo gerenciamento da área e por zelar pela preservação dos materiais de sinalização móvel fornecidos pela prefeitura. Além dos materiais fornecidos, segundo o Decreto que regulamenta o programa, “a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação promoverá ações, encontros, oficinas ou atividades similares para os conselheiros, supervisores de esporte e demais interessados nas Ruas de Lazer”¹⁸.

¹⁷ Na ocasião encomendada pela SEME para avaliação do Ruas de Lazer e servir de base para sua atualização (COSTA E SAMPAIO, 2015, p.48).

¹⁸ Decreto nº 55.684/14, Art.15.

Figura 1: Mapa de localização das Ruas de Lazer por Subprefeitura.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

O mapa de localização das Ruas de Lazer (Figura 1) demonstra maior concentração nas áreas periféricas do município, com destaque para a Subprefeitura de Campo Limpo, que conta com 10 ruas cadastradas no programa. Nota-se também que as Ruas de Lazer apresentam caráter local, bastante relacionado com os bairros residenciais periféricos. Porém, quase metade das Subprefeituras do município (15) não apresentam ruas cadastradas no programa.



2.2 Ruas Abertas

O programa Ruas Abertas originou-se de iniciativa da sociedade civil que propôs a abertura da avenida Paulista para o uso de lazer aos domingos. O movimento, iniciado em 2014, conseguiu levar a proposta para o poder público, o que resultou no primeiro ensaio de abertura da avenida em junho de 2015. O processo desencadeado por essa primeira experiência possibilitou ampliar¹⁹ a proposta para outras áreas da cidade, com a criação do programa Ruas Abertas, e sua oficialização ocorreu cerca de um ano depois, com a promulgação do Decreto nº57.086 e posteriormente da Lei nº 16.607.

O Decreto nº57.086/16 de 24 de junho 2016 ressalta o objetivo do programa de “garantir a equidade no uso do espaço público de circulação em vias e logradouros públicos”. Além disso, ficam estabelecidas as estratégias de gestão e os órgãos envolvidos na instituição e manutenção das Ruas Abertas do município. Ainda segundo o decreto, a Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras deverá divulgar quais são as ruas integrantes do programa e será responsável por editar normas complementares para o cumprimento do decreto, caso sugeridas pelas Secretarias Municipais.

No mesmo ano, foi promulgada a Lei nº 16.607/16 de 29 de dezembro, que institui o Programa Ruas Abertas “no âmbito do Município de São Paulo”. Esta define que o Programa Ruas Abertas “consiste na destinação temporária ou permanente de trechos de vias públicas, praças e largos para atividades de lazer, esporte e cultura”. Além disso, a lei estabelece três categorias para o programa: as Ruas de Cultura e Lazer com funcionamento aos domingos e feriados das 10 às 16 horas; as Ruas 24 Horas, que tem possibilidade de funcionamento ininterrupto e as Vagas Vivas, ou parklets, que possibilitam a extensão do passeio em áreas de estacionamento de automóveis na via para uso de estar e lazer.

De acordo com a lei, todas as Subprefeituras poderão indicar pelo menos uma área de Rua 24 horas e deverão determinar ao menos uma Rua de Cultura e Lazer. Em ambos os casos, o programa poderá ser ativado ou desativado a qualquer momento, seja por manifestação da população ou do próprio poder público, desde que sejam apresentadas à Subprefeitura responsável as devidas justificativas.

No texto da Lei são apresentadas as disposições gerais para implantação e funcionamento das três categorias de Ruas Abertas. É interessante observar que a lei apresenta a definição de Rua Aberta, que não constava no decreto, e amplia a abrangência do programa para praças e largos, embora não fique claro seu funcionamento e implantação nestes espaços públicos. Entretanto, a subdivisão do programa em três categorias se dá de forma mais genérica, sem se aprofundar nos mecanismos de gestão e indicação dos órgãos envolvidos.

Por fim, em setembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 58.425/18 que transfere a coordenação do Comitê Intersetorial de Ruas Abertas e do Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento do Programa Ruas Abertas do Gabinete do Prefeito para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Diferentemente do Ruas de Lazer, o Ruas Abertas não possui página ou seção oficial de divulgação no site da prefeitura, tornando difícil o acesso às informações referentes ao programa. O mapa de localização das Ruas Abertas (Figura 2) foi elaborado a partir dos dados disponibilizados pela ONG

¹⁹ Para a realização da Paulista Aberta, a prefeitura precisou entrar em acordo com o Ministério Público, que desde 2007, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), restringia a realização de eventos na avenida. No acordo, a prefeitura se comprometeu a ampliar a proposta para outras áreas da cidade, o que mais tarde se tornaria o programa Ruas Abertas (PAIM, 2019).



Cidade Ativa²⁰ em 2015. Verifica-se que nem todas as Subprefeituras aderiram ao programa, contabilizando um total de 24 ruas. Em comunicação oficial de dezembro de 2016, quando promulgada a Lei nº 16.607, a prefeitura afirma que foram realizadas audiências públicas em todas as Subprefeituras da capital, resultando na “abertura de 29 ruas em diferentes bairros. A intenção da lei promulgada hoje é que todas as 32 subprefeituras tenham ao menos uma Rua Aberta”²¹. Porém, a notícia não especifica quais são as ruas definidas para participar do programa.

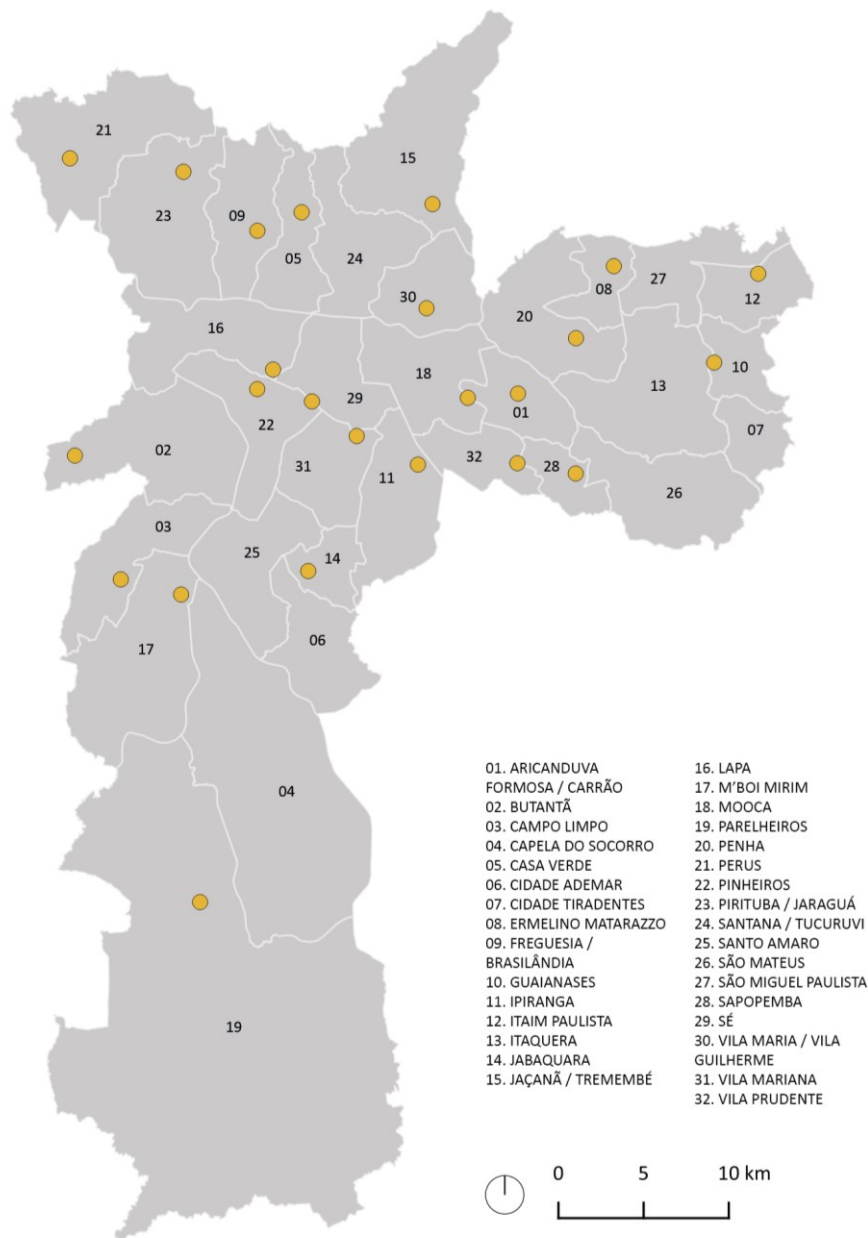
Segundo reportagem da revista Carta Capital²², em setembro de 2018, apenas 19 das 32 Subprefeituras de São Paulo ainda mantém o programa Ruas Abertas. Destas que estão em funcionamento, a maior parte não havia criado os mecanismos de participação, tais como o Conselho Gestor Local, até o momento levantado para a publicação. Somente as Subprefeituras de Sapopemba e Itaim Paulista na Zona Leste, M’Boi Mirim na Zona Sul e da Sé no Centro possuem Conselhos Gestores, responsáveis por fazer a ponte entre a população e o poder público.

²⁰ Fonte: mapa das Ruas Abertas elaborado pelo Comitê de Acompanhamento e Fortalecimento das Ruas Abertas, disponível em < <https://cidadeativa.org/iniciativa/leituras-urbanas/paulista-aberta/> Acesso em 02/11/2019.

²¹ Disponível em <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-institui-oficialmente-programa-ruas-abertas>> Acesso em: 02/11/2019.

²² Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/32xsp/programa-ruas-abertas-enfrenta-desistencias-e-desorganizacao/amp/>> Acesso em 08/10/2019.

Figura 2: Mapa de localização das Ruas Abertas por Subprefeitura.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

2.3 Rua da Gente

Em setembro de 2019, a prefeitura anunciou o lançamento de um novo programa denominado Rua da Gente. Conforme divulgação oficial, o Rua da Gente é “uma evolução no programa Ruas Abertas” nas palavras do atual prefeito Bruno Covas²³. O programa pretende promover atividades

²³ Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-lanca-o-programa-rua-da-gente>> Acesso em 30/09/2019.



esportivas e de lazer gratuitas para a população, sempre aos sábados e domingos, em ruas, praças e clubes municipais por toda cidade. Com realização das Secretarias de Esporte e Lazer, Cultura e Relações Sociais, estão previstas 320 edições do programa para os anos de 2019 e 2020.

O Rua da Gente faz parte do Plano de Metas 2019-2020 da gestão Bruno Covas. Dentro do eixo “Cuidar”, o objetivo estratégico nº17: “Implantar ruas, parques e praças de lazer e cultura” pretende “Fortalecer e integrar o Programa Ruas de Lazer por meio de projeto ‘Ruas de Lazer Itinerantes’ com realização de 320 eventos temáticos”²⁴. O orçamento total previsto para sua realização é de 16 milhões de reais, dos quais 2,5 milhões foram anunciados no lançamento do Rua da Gente para os eventos programados para 2019.

Entre o Plano de Metas e o discurso do prefeito no lançamento oficial do programa, percebe-se que houve uma confusão entre os programas Ruas de Lazer e Ruas Abertas, duas políticas públicas ainda em vigor, porém diferentes e não oficialmente relacionadas. O novo programa, por sua vez, também parece não se relacionar diretamente com os programas anteriores, além do fato de proporcionar a abertura de ruas para o uso de lazer.

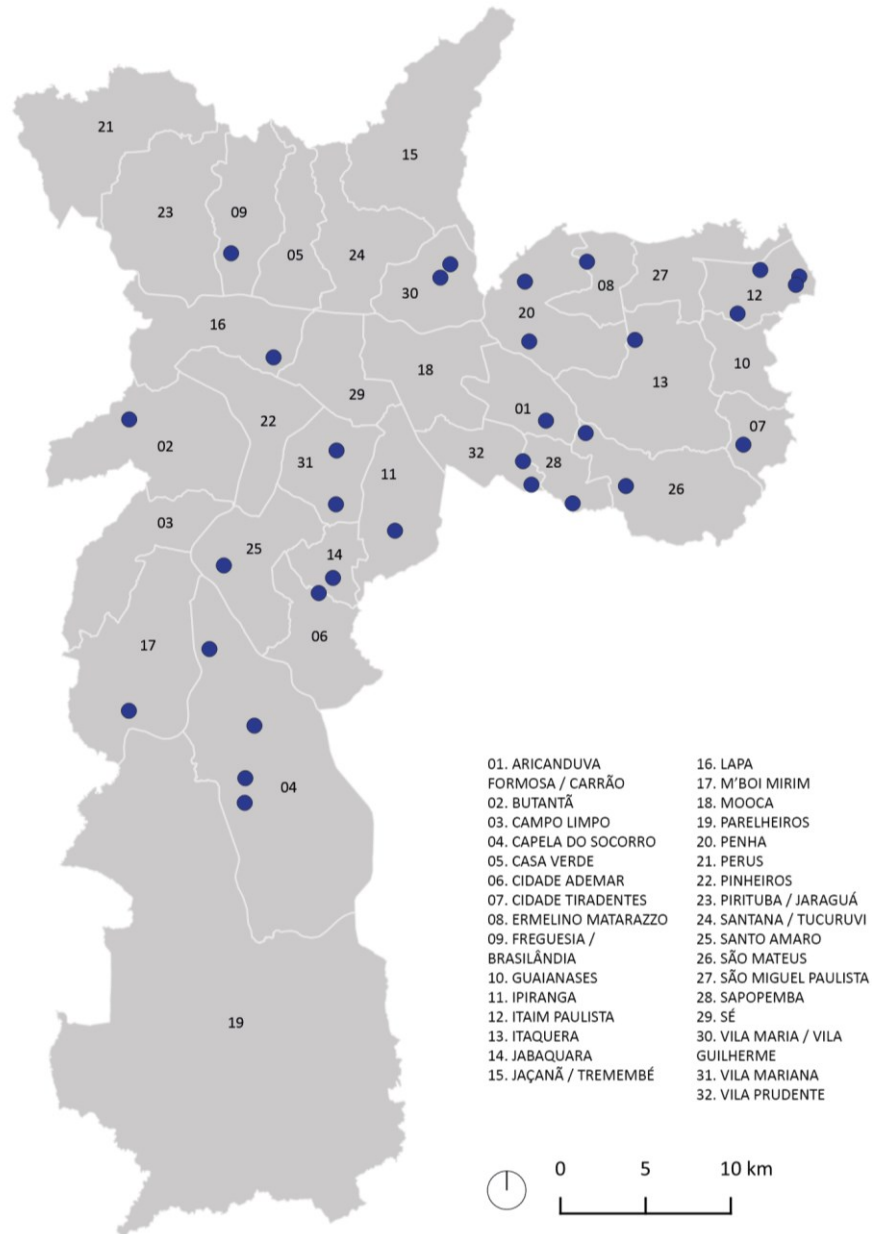
Com intenção de promover a integração e participação de pessoas de diferentes idades, as atividades estão organizadas em quatro eixos: (1) práticas esportivas como atletismo, basquete, futebol e lutas; (2) corporais tais como alongamentos, exercícios funcionais, crossfit e street dance; (3) lazer, voltada principalmente para crianças com brincadeiras, gincanas e oficinas de artesanato e (4) integrativas e complementares com a realização de práticas terapêuticas, danças e meditação.

As datas e endereços de realização do Rua da Gente são divulgados no site e nas redes sociais da prefeitura e algumas vezes, com a programação de atividades e horários. Os eventos programados para setembro e outubro de 2019 estão localizados no mapa a seguir (Figura 3). Ao todo, foram divulgadas 31 edições do evento realizadas neste período. Nota-se que o Rua do Gente priorizou neste primeiro momento o atendimento às áreas periféricas do município, conforme divulgação oficial da Secretaria de Esportes e Lazer: “Em suas 320 edições, irá contemplar todas as regiões da cidade, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social”²⁵.

²⁴ Conforme texto do Programa de Metas 2019-2020 da Prefeitura de São Paulo, disponível em: <<https://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 08/10/2019.

²⁵ Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/noticias/?p=284461>> Acesso em 30/09/2019.

Figura 3: Mapa de localização das ruas com atividades programadas do Rua da Gente nos meses de setembro e outubro de 2019 por Subprefeitura.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essencialmente, os três programas têm em comum o objetivo de promover o uso de lazer em ruas de São Paulo, por meio da restrição da circulação de veículos motorizados em alguns dias e períodos programados. Contudo, a partir da análise comparativa de cada um deles é possível identificar diferenças significativas em termos de gestão, continuidade e escala de abrangência.



Enquanto o programa Ruas de Lazer abarca a escala local, especificamente a escala da rua, pois relaciona-se diretamente com os moradores das propriedades lindeiras, os programas Ruas Abertas e Rua da Gente, aparentemente, almejam mobilizar a população ao menos na escala do bairro, conforme localização das ruas integrantes aos programas e formas de implementação e de gestão.

Em termos de gestão, fica claro que as Ruas de Lazer dependem quase exclusivamente da organização dos moradores, desde a etapa de implementação. O programa Ruas Abertas, por sua vez, relaciona-se diretamente com a gestão pública, porém, de forma descentralizada, já que cada rua integrante é definida²⁶ e gerida pela Subprefeitura na qual se insere. Por fim, o programa Rua da Gente, também está relacionado com a gestão municipal, mas por se tratar de uma iniciativa das Secretarias Municipais, está organizado de maneira mais centralizada. Neste aspecto, considerando ainda seu caráter experimental e itinerante, os resultados poderão contribuir para a análise e o desenvolvimento futuro das iniciativas relacionadas ao uso dos espaços livres públicos da cidade.

A inserção temporal dos programas também é relevante para compreensão de seu caráter. Conforme exposto, o Programa Ruas de Lazer respondeu à demanda por espaços de lazer em bairros residenciais no processo de expansão da cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século XX. De acordo com o mapa de localização das Ruas de Lazer (Figura 1), nota-se que esta demanda ainda permanece no interior de bairros residenciais da cidade, principalmente em áreas precárias e afastadas, com maior concentração das ruas nas Subprefeituras do Campo Limpo, São Miguel e Itaim Paulista.

Como mencionado anteriormente, o programa Ruas Abertas originou-se da iniciativa da sociedade civil organizada. A partir da Paulista Aberta, a discussão entrou na pauta da gestão municipal 2013-2016 e tornou-se política pública, possibilitando sua expansão para outras áreas da cidade. Apesar de permanecer vigente, a organização do programa não é clara e faltam informações básicas para seu acompanhamento, como a divulgação oficial de quais ruas se mantém ativas no programa, por exemplo. Até onde foi possível levantar, nem todas as Subprefeituras possuem áreas destinadas ao programa conforme se almejava inicialmente (Figuras 2 e 4) e das que ainda estão ativas poucas contam com os órgãos de gestão definidos pelo Decreto nº57.086.

O programa mais atual parte de uma iniciativa da gestão em exercício 2017-2020 de retomar, pelo menos em parte, as pautas da gestão anterior. Tendo em vista os programas anteriores, o Rua da Gente propõe uma nova abordagem, com atividades agendadas para o fim deste ano e para 2020 em caráter experimental. O Rua da Gente aposta na comunicação através de redes sociais e do site oficial da Prefeitura, contudo, ainda não foi possível identificar possíveis desdobramentos nem as formas de gestão e regulamentação do programa.

A sobreposição das localidades que integram os três programas (Figura 4) permite perceber a falta de interação entre eles. Apesar de ter como objetivo promover o aprimoramento e potencialização dos programas anteriores, o Rua da Gente até o momento não parte das localidades já participantes dos demais programas para realização dos eventos propostos. No levantamento realizado para elaboração dos mapas apresentados (Figuras 1 a 4), apenas dois casos em que há coincidência de ruas e avenidas ligadas ao Ruas Abertas na programação do Rua da Gente foram identificados: na Subprefeitura de Itaim Paulista, a Praça Lions Club, localizada na R. Barão de Alagoas e na Subprefeitura de Vila Prudente a Praça Mendel Hirschfeld junto à R. Luís Pereira da

²⁶ Por meio de Audiências Públicas, conforme divulgado na página oficial da Prefeitura. Disponível em: <capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-institui-oficialmente-programa-ruas-abertas/moradores-decidem-quais-ruas-poderao-ser-abertas> Acesso em 08/01/2019.



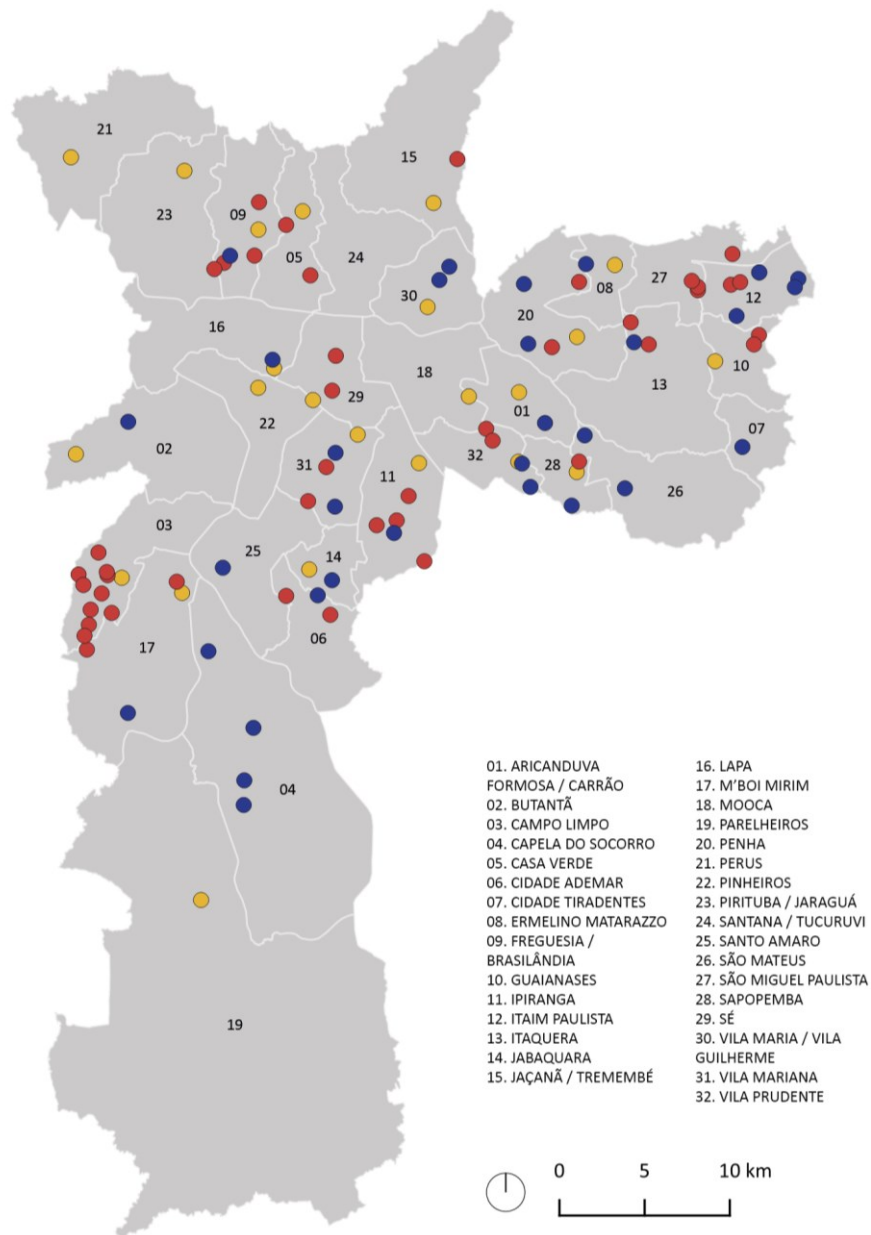
Silva, ambas Ruas Abertas das respectivas Subprefeituras.

O mapa demonstra menor representatividade dos programas nas regiões oeste, noroeste e extremo sul do município. Destaca-se a ausência das três iniciativas na Subprefeitura de Santana/Tucuruvi, a única região do município que não foi beneficiada pelas políticas públicas de lazer em ruas.

Até o momento, o programa Rua da Gente parece estar mais focado nas áreas periféricas da cidade, por enquanto mais concentrado nas Zonas Leste e Sul. A partir do mapa, percebe-se que se busca uma maior abrangência, tal qual afirmado pelas Secretarias envolvidas.

Por fim, ressalta-se que os hábitos e vivências, que são predominantemente privados, são impactados por meio das políticas públicas expostas. Os três programas buscam aproximar as pessoas do espaço livre público, resignificando o espaço da rua - espaço de circular - por meio de práticas de lazer e proporcionando uma nova forma de se pensar a cidade e seus espaços livres.

Figura 4: Mapa de localização das Ruas de Lazer (em vermelho), Ruas Abertas (em amarelo) e Rua da Gente (em azul) por Subprefeitura.



Fonte: Elaboração das autoras, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro (CTB)**. Lei Nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997. Brasília, DF: 1997.

Da Costa, Alan Queiroz; Sampaio, Corine Martins. **Programa Ruas de Lazer da Prefeitura de São**



Paulo: Modernização na Gestão Pública do Esporte e Lazer. Podium: sport, leisure and tourism review, v. 04, p. 43-57, 2015.

Hori, Paula. **Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo:** ações e reações. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

Macedo, Silvio S. **Paisagismo Brasileiro na Virada do Século: 1990-2010.** São Paulo/Campinas: Ed. Unicamp, EDUSP, 2012.

Nishikawa, Ayako. **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo.** 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

Paim, Camila M. **Transformações dos espaços urbanos e a produção da cidade contemporânea a partir do programa Paulista Aberta.** In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/transformacoes-dos-espacos-urbanos-e-a-producao-da-cidade-contemporanea-a-partir-do-programa-paulista-aberta?lang=pt-br>>. Acesso em: 03/11/2019.

Queiroga, Eugenio F. **Da relevância pública dos espaços livres:** um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, n. 58, 2014, p. 105-132.

SÃO PAULO (cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo:** lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015.

ANEXO

Tabela 1:

PROGRAMA RUAS ABERTAS	
SUBPREFEITURA	ENDEREÇO
ARICANDUVA FORMOSA / CARRÃO	R. BENEDITO GALVÃO
BUTANTÃ	R. MAJOR WALTER CARLSON
CAMPO LIMPO	AV. CARLOS CALDEIRA FILHO
CAPELA DO SOCORRO	
CASA VERDE	AV. KOHUN TAKARA
CIDADE ADEMAR	
CIDADE TIRADENTES	
ERMELINO MATARAZZO	R. PROFESSOR ANTÔNIO LOPES DE CASTRO
FREGUESIA / BRASILÂNDIA	AV. JOSÉ DA NATIVIDADE SALDANHA
GUAIANASES	RUA RIBEIRÃO DE ITAQUERA
IPIRANGA	RUA AÍDA
ITAIM PAULISTA	AV. BARÃO DE ALAGOAS
ITAQUERA	
JABAQUARA	AV. SANTA CATARINA
JAÇANÃ / TREMEMBÉ	R. ANTÔNIO CÉSAR NETO
LAPA	AV. SUMARÉ
M'BOI MIRIM	AV. LUIZ GUSHIKEN
MOOCA	AV. VEREADOR ABEL FERREIRA
PARELHEIROS	RUA TEREZINHA DO PRADO OLIVEIRA
PENHA	AV. ANTÔNIO ESTEVÃO DE CARVALHO
PERUS	R. SALVADOR ALBANO E AV. PIERO TRICCA
PINHEIROS	R. MEDEIROS DE ALBUQUERQUE
PIRITUBA / JARAGUÁ	R. PROFESSOR ONÉSIMO SILVEIRA
SANTANA / TUCURUVI	
SANTO AMARO	
SÃO MATEUS	
SÃO MIGUEL PAULISTA	
SAPOEMBA	AV. ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS
SÉ	AV. PAULISTA
VILA MARIA / VILA GUILHERME	R. CÁSSIO DE ALMEIDA
VILA MARIANA	AV. ENGENHEIRO LUÍS GOMES CARDIM SANGIRARDI
VILA PRUDENTE	R. LUÍS PEREIRA DA SILVA

Tabela 2:

PROGRAMA RUAS DE LAZER	
SUBPREFEITURA	ENDEREÇO
ARICANDUVA FORMOSA / CARRÃO	
BUTANTÃ	
CAMPO LIMPO	R. ANTONIO POMPEU DE CAMARGO
	R. AJURUETÊ
	R. FRANCISCO ANTÔNIO DA LUZ
	RUA JOÃO DE ALMADA
	R. LUÍS DALMAN
	R. NORANDA
	R. WALDEMAR ORTEGA
	TRAV. MARIA IZABEL NOVAIS BRAGA
	RUA GREGÓRIO DA FONSECA
	TRAV. AROEIRA DA PRAIA
CAPELA DO SOCORRO	
CASA VERDE	R. GABRIEL COVELLI
	R. GONÇALVES DE MAGALHÃES
CIDADE ADEMAR	R. ADOLFO ADAM
	R. JUBERIS
CIDADE TIRADENTES	
ERMELINO MATARAZZO	
FREGUESIA / BRASILÂNDIA	R. ESTANISLAU SEVERO
	R. DO MESTRE
	R. SANTA ROSA DO VITERBO
GUAIANASES	TRAV. AGRÓGANO
	R. PLANÍCIE DOS GOITACASES
IPIRANGA	R. ADEMILSON MARTINS DE SOUZA
	R. AVIADOR BARROS
	R. DO CHACO
	R. PRIMEIRO DE AGOSTO
ITAIM PAULISTA	R. ERVA DE CIGANA
	R. GUARAPIRANGA
ITAQUERA	R. ANA MARQUES
	R. CAVALEIRO DA LUA

JABAQUARA	
JAÇANÃ / TREMEMBÉ	R. DOS CANÁRIOS CARMINS
LAPA	
M'BOI MIRIM	R. GERALDO BRETAS
	R. VILAR DE AMARGO
MOOCA	
PARELHEIROS	
PENHA	R. ALTANEIRA
	R. ARCO-VERDE
PERUS	
PINHEIROS	
PIRITUBA / JARAGUÁ	R. MANOEL GONÇALVES DE SOUZA
SANTANA / TUCURUVI	
SANTO AMARO	
SÃO MATEUS	
SÃO MIGUEL PAULISTA	R. CHORÃO SALGUEIRO
	R. IDA VANUSSI PUNTEL
	R. SOCOROZEIRO
	TRAV. XAVIER
SAPOPEMBA	R. DOM GREGÓRIO DOS ANJOS
SÉ	R. GUAIANASES
	R. MARIA JOSÉ
VILA MARIA / VILA GUILHERME	
VILA MARIANA	AL. DOS ARAÉS
	R. FRANCISCO AQUARONE
VILA PRUDENTE	R. ÉVORA
	R. JOAQUIM RIBEIRO DA COSTA

Tabela 3:

PROGRAMA RUA DA GENTE		
SUBPREFEITURA	ENDEREÇO	DATA REALIZAÇÃO
ARICANDUVA FORMOSA / CARRÃO	PRAÇA PADRE NELSON JOSÉ SIGRIST	29/09/2019
BUTANTÃ	PRAÇA WILSON MOREIRA DA COSTA - R. DR. PAULO CARVALHO FERREIRA, 40	06/10/2019
CAMPO LIMPO		
CAPELA DO SOCORRO	PRAÇA DO MIRNA - AV. ANTONIO CARLOS BENJAMIN DOS SANTOS, 3150	05/10/2019
	PARQUE PRAIA DO SOL - AV. ATLÂNTICA X R. JOSÉ MARQUES DO	06/10/2019

	NASCIMENTO	
	ASSOCIAÇÃO AÇÃO CIDADANIA (AV. OGUM, 52)	12/10/2019
	PRAÇA WALDEMAR FRASSETTO	12/10/2019
CASA VERDE		
CIDADE ADEMAR		
CIDADE TIRADENTES	AV. METALÚRGICOS (ESQUINA COM A R. SEN. NELSON CARNEIRO)	26/10/2019
ERMELINO MATARAZZO	R. CAIÇARA DO RIO DO VENTO, 237	27/10/2019
FREGUESIA / BRASILÂNDIA	PRAÇA ANTÔNIO STECCA	21/09/2019
GUAIANASES		
IPIRANGA	R. KANDINSKY	05/10/2019
ITAIM PAULISTA	PARQUE SANTA AMÉLIA (R. TIMÓTEO CORREIA DE GÓES, 30)	05/10/2019
	PRAÇA LIONS CLUB	06/10/2019
	PRAÇA JOSÉ FORTUNA (R. FRANCISCO MONTEIRO TAVARES, 88)	13/10/2019
	R. PADRE VIRGÍLIO CAMPELO	27/10/2019
ITAQUERA	PRAÇA IRANI FERREIRA DA SILVA	12/10/2019
JABAQUARA	PRAÇA COMUNIÁRIA LÍGIA MARIA SALGADO NÓBREGA (AV. RODRIGO MONTEMOR ESQUINA COM A AV. CUPECÊ)	29/09/2019
	R. ROSÁLIA DE CASTRO (ENTRE R. AFONSO XII E R. NASCIMENTO SILVA)	26/10/2019
JAÇANÃ / TREMEMBÉ		
LAPA	PRAÇA IRMÃOS KARMAN	27/10/2019
MBOI MIRIM	PRAÇA MARUZAN DOURADO SILVA (Av. TAQUANDAVA ESQUINA COM A R. VAGALUME)	13/10/2019
MOOCA		
PARELHEIROS		
PENHA	R. GIL DE OLIVEIRA	12/10/2019
	PRAÇA PEDRO BREDA	27/10/2019
PERUS		
PINHEIROS		
PIRITUBA / JARAGUÁ		
SANTANA / TUCURUVI		
SANTO AMARO	PRAÇA FLORIANO PEIXOTO	26/10/2019
SÃO MATEUS	PRAÇA CATAGUARINO	21/09/2019
	PRAÇA FELISBERTO FERNANDES DA SILVA	28/09/2019
SÃO MIGUEL PAULISTA		
SAPOEMBA	PRAÇA HILÁRIO FRANCO - R. CUSTÓDIO CARDOSO	13/10/2019
SÉ		
VILA MARIA / VILA GUILHERME	R. JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA	06/10/2019
	PRAÇA JÂNIO QUADROS (CLUBE ESCOLA VILA MARIA)	26/10/2019
VILA MARIANA	AV. JOSÉ MARIA WHITAKER, 2205	05/10/2019
VILA MARIANA	R. DR. MARIO CARDIM - ENTRE AS RUAS RIO GRANDE E NAPOLEÃO DE BARROS	22/09/2019
		13/10/2019
VILA PRUDENTE	PRAÇA MENDEL HIRSCHFELD	22/09/2019
	PRAÇA LUÍS AUGUSTO CANTEIRO	12/10/2019



Desafios para superação de conflitos socioambientais em assentamentos precários sobre várzeas

O caso do Rio Aribiri, em Vila Velha (ES)

LINHA TEMÁTICA: “PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?”

GOMES, Gustavo (1)

(1) Pesquisador em Iniciação Científica, Universidade Federal do Espírito Santo, gustavozgomes@hotmail.com

RESUMO

O estabelecimento de populações em várzeas, associado à vulnerabilidade a desastres socioambientais, constitui uma crítica realidade de diversos casos brasileiros em que se reclamam intervenções urgentes sem, no entanto, encontrar respostas à altura. Nesse contexto, a cidade permanece como ambiente de relações ecológicas deficientes e de conflito entre desenvolvimento e recursos naturais, dentre os quais os rios, potentes enquanto corredores ecológicos e enquanto espaços livres públicos. Assim, este trabalho tem por objetivo a investigação de possíveis entraves à requalificação do ambiente de várzeas urbanizadas, com especial interesse às barreiras à regeneração de ecossistemas. Para tanto, discutido o tema com base em repertório teórico-conceitual, foram explorados desdobramentos práticos a partir de um objeto empírico determinado, a região do Rio Aribiri, em Vila Velha (ES), à qual se aproximou por meio de expedições de campo e pesquisa histórica. Ao final do trabalho, puderam ser percebidos como barreiras à resolução das questões, dentre outros fatores, conflitos de interesse entre atores sociais, limitações legais e processos de segregação na produção do espaço urbano, o que aponta para a necessidade de se pensarem soluções que, abrangente e simultaneamente, considerem sociedade e ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Aribiri; atores sociais; segregação; regeneração; manguezais.

1 INTRODUÇÃO

A opção pelo sítio de implantação de aglomerados urbanos, historicamente, apresenta como parâmetros decisórios os atributos naturais do meio. Enquadra-se, neste sentido, por exemplo, a consideração do relevo, que permite rememorar a preferência por áreas elevadas para controle do território, ou por áreas planas, para facilitação da atividade portuária e da construtibilidade. Também deve ser lembrada como exemplo a percepção da fertilidade do solo, que favorecia a atividade agropastoril. Vede que, em ambos os casos, diretamente ou não, está imbuída a existência de recursos hídricos no ambiente, dentre os quais, em particular, a de rios, cuja presença, no caso brasileiro, de fato se verifica junto a núcleos urbanos coloniais diversos (COSTA et. al, 2006). Isto em razão da forma de ocupação do território nacional, mas também, como exposto, pelos benefícios intrínsecos à proximidade com as águas. Os rios, ao mesmo tempo em que direcionam as atividades humanas sobre a paisagem, à medida que são modificados mediante processos antrópicos, tornam-se reflexo delas (SARAIVA, 1999).

É, sobretudo, no início da segunda metade do século XX que são deflagrados os problemas envolvendo rios urbanos, com posterior levante a nível mundial para debates relacionados ao assunto (FRANCO, 2001). Embora, naquele momento, muitas cidades brasileiras estivessem já constituídas enquanto espaço, predominantemente, urbano, verdade é que sofreram crescimento explosivo resultante de movimentos de êxodo rural, os quais, por sua vez, acrescentavam a si como motivo, além do declínio da agricultura, efeitos práticos ligados ao desenvolvimentismo. Este fato aproxima, de maneira especial, a crise do meio ambiente ao aumento da população nas cidades,



portanto. Mas não permite associar-lhe a responsabilidade integral pelo conflito. Fragoso et. al (2009) afirmam haver registros de eutrofização, de modo geral, datados ainda do século XIX, quando, especialmente, em países europeus, o crescimento urbano esteve relacionado à industrialização, enquanto Franco (op. cit) atribui as origens da crise ambiental em si à instituição de cidades no renascimento e no barroco. Depreende-se, com isso, que, além do adensamento associado ao despreparo da cidade para acomodá-lo, devem ser considerados como fatores participantes do cenário de conflito também a atividade industrial e o projeto urbano. Em particular, este último, entendido como condutor direto ao processo de desenvolvimento, conforme a leitura que encerra da paisagem, pode influir de maneira decisória sobre a conservação de seus recursos.

Recebendo grandes contingentes humanos em pouco tempo, muitas cidades não puderam conciliar crescimento e planejamento ou projeto. Como característica de processos de ocupação desordenados, multiplicaram-se exemplos conflituos em determinadas áreas urbanas, marginalizadas e em risco. Percebe-se, nas referidas áreas, o quanto é comum a soma de deficiência habitacional – uma vez que as classes sociais características dessas áreas não dispõem de recursos para arcar com moradia em espaços formais ou mais bem estruturados da cidade – a desastres socioambientais.

A superação deste cenário caminha a passos vagarosos, com aparecimento esporádico de propostas visando à recuperação de rios urbanos e ecossistemas associados. De maneira geral, prefere-se disciplinar os processos hidrológicos através de obras de engenharia, que artificializam o sistema hídrico e, às vezes, imputam-lhe mesmo a ocultação na paisagem. Outrossim, muito comumente, não conseguem solucionar as situações de maneira efetiva, transformando-as, para a população, em pleito contínuo e, para o poder público, em pauta cansativa e dispendiosa.

Caminhando para a reconciliação sujeito-ambiente, de acordo com Panzini (2013), no decorrer do século XX, assistiu-se ao florescimento de duas importantes concepções ligadas ao projeto da paisagem e, em ambas, pode ser observado como pano de fundo comum o crescimento das cidades e sua repercussão no indivíduo urbano. A primeira delas diz respeito à “[...] apreciação do valor cultural das paisagens, das quais se compreendeu o papel de repositório de memórias” (PANZINI, 2013, p. 657). Já a segunda, corresponde à vertente ecológica do paisagismo, com esforços aplicados a ambientes urbanos degradados. É com especial interesse nesta última abordagem da disciplina paisagística que o presente trabalho se desenvolve, entendendo ser desejável (e mesmo necessário), do ponto de vista dos benefícios ecológicos, a reconquista de sistemas naturais apagados pela urbanização, mas com potenciais à restauração.

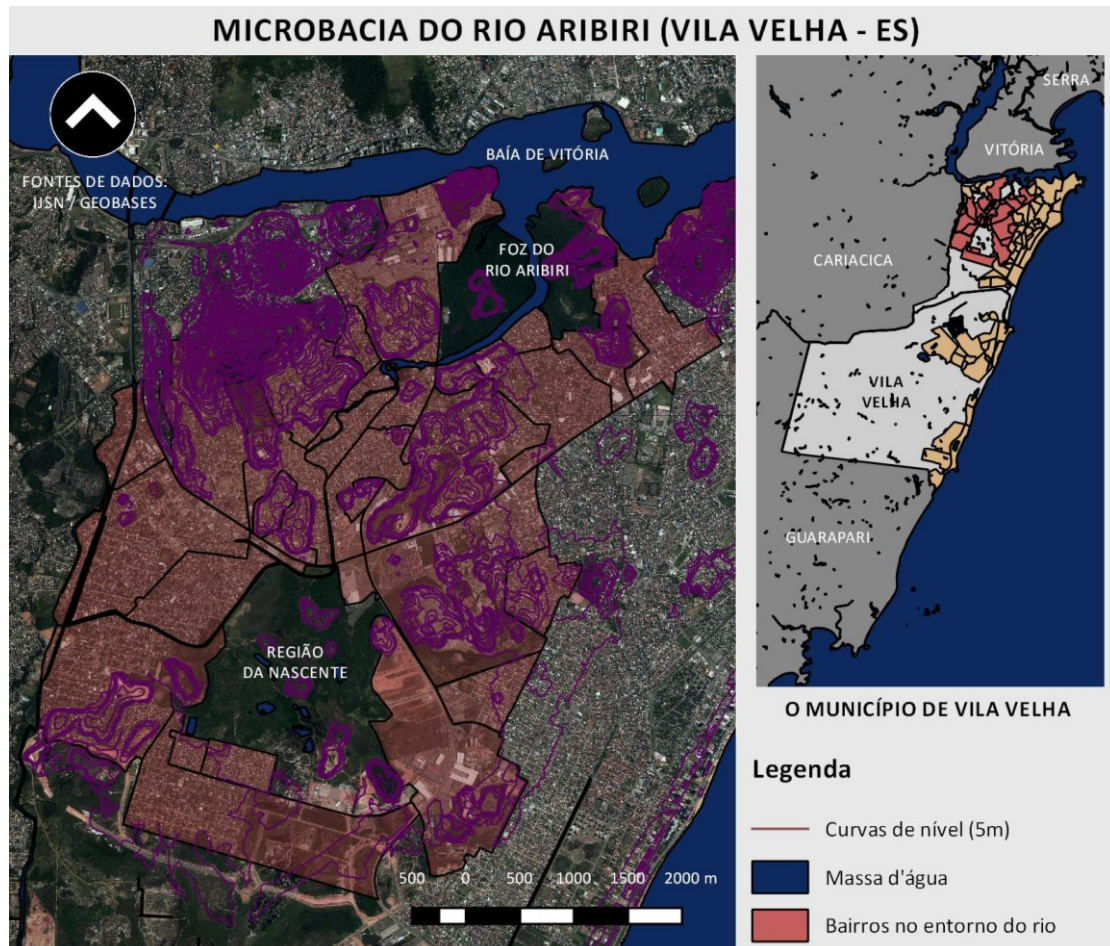
Este artigo é resultado da etapa diagnóstica de trabalho para conclusão de curso dedicado a proposta de requalificação da região do Rio Aribiri, no município de Vila Velha (ES). Seu objetivo, além de visibilizar a situação da área de estudo, é demonstrar o objeto como ilustração de conflitos genéricos atravessados por outros rios e também identificar contribuições específicas à discussão a partir dele. Ademais, trata-se de uma região da cidade pouco explorada em pesquisa científica, o que torna esta aproximação um importante reconhecimento das particularidades locais e um esforço para reconstituição de sua história.

2 O RIO ARIBIRI COMO CENÁRIO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O município de Vila Velha, no Espírito Santo, figura como uma das mais críticas realidades de sujeição a desastres decorrentes de processos hidrológicos na região metropolitana do estado. O território é composto de áreas mais ou menos planas de baixada, praticamente ao nível do mar, com afloramentos pontuais a norte, junto à baía de Vitória (Figura 1), e extensa área de praias na

costa leste, algumas das quais amplamente apropriadas por banhistas locais e não poucos turistas em períodos de veraneio.

Figura 1: Recorte territorial adotado para estudo da microbacia do Rio Aribiri



Fonte: portal eletrônico GEOBASES. Mapa elaborado pelo autor em *software* de geoprocessamento aberto (2019).

O Rio Aribiri, que constitui uma microbacia entre as bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória (este é o que deságua na baía da capital), corresponde a um curso d'água de aproximadamente cinco quilômetros de extensão, da cabeceira ao local de deságue¹, na baía de Vitória, entre os morros do Penedo e da Manteigueira. A nascente, local conhecido como “Lagoa Encantada”, é uma área de complexa associação de alagados e cursos d'água intermitentes que originam, além do Aribiri, rios próximos. Da região da nascente até o local de desembocadura, o rio, atualmente, atravessa áreas urbanas inteiramente urbanizadas, dentre bairros de classe média e média baixa, às vezes com infraestrutura bastante precária, onde os conflitos (desastres) são frequentes. Como desastres decorrentes de processos hidrológicos, entendem-se inundações, enxurradas e alagamentos, conforme definição do Serviço Geológico do Brasil (2017). Inundações correspondem

¹ Mapas antigos se referem a esta área como “saco do Arabiry”. O termo “saco” se deve à reentrância que o estuário configura na baía de Vitória, enquanto “Arabiry” corresponde a uma palavra indígena com significado próximo de “barata d'água”, inseto que, talvez, pudesse ser comum na região, em tempos remotos, devido aos extensos manguezais.



ao transbordamento das águas de um canal de drenagem em face do aumento descontrolado no nível de água. Já enxurradas, equivalem ao escoamento superficial concentrado envolvendo energia de transporte elevada, geralmente, associado a chuvas muito intensas. E, por último, os alagamentos são acúmulos de água temporários em determinadas porções do território.

A rigor, não existe uma delimitação formal para a microbacia do Aribiri. Ensaio feitos por agências de planejamento regionais, neste sentido, ou consideram áreas reduzidas (atendo-se ao leito do rio), ou extensas demais (englobando pequenos rios vizinhos, de contexto fisiográfico e urbano dessemelhantes). Por isso, adotou-se, no presente estudo, uma delimitação alternativa, considerando, ao mesmo tempo, os afloramentos rochosos do entorno – responsáveis pelo direcionamento das águas e pela conformação da região do Aribiri como área de vale – e os bairros lindeiros ao rio, isto é, aqueles em que se verifica contato com as águas do leito ou dos tributários (dezessete, no total).

Estabelecido um recorte territorial de pesquisa, pôde-se proceder à avaliação das condições da microbacia à luz de parâmetros julgados relevantes para a análise. São quatro os principais, eleitos, desde o escopo do trabalho, em sintonia com a consideração de Saraiva (1999) a respeito das dimensões atribuídas à paisagem (biofísica, experiencial e social).

O primeiro de tais parâmetros se refere à caracterização dos recursos naturais da paisagem, quando se avaliou a conservação dos ecossistemas e o nível de identificação que em relação a eles a população mantém. Neste momento, houve aproximação com relatórios diagnósticos com vistas ao levantamento de dados de corpo técnico externo ao do paisagismo. Embora, razoavelmente, desatualizados (datam da década passada), estes trabalhos se mostram importantes contribuições à caracterização da microbacia.

Já o segundo, concomitante, diz respeito à reconstrução da história do lugar, pouco registrada em literatura. Como recursos específicos da pesquisa histórica, comentam-se as consultas a recortes de jornal antigos, cartografia e levantamentos aerofotogramétricos, todos disponíveis em acervos de hemerotecas digitais.

O terceiro, relacionado ao segundo, consiste na abordagem da história oral, contada por moradores antigos da região, mas também por outros atores que, por motivos especiais, puderam contribuir ao entendimento da situação local, sobretudo, organizações não-governamentais. Para tanto, tornou-se importante o contato direto com os referidos atores, em entrevistas livres ou semiestruturadas.

E, enfim, o quarto corresponde à investigação das potencialidades ou barreiras a partir da legislação urbanística, notadamente, os planos diretores. Cada um dos referidos parâmetros é discutido a seguir, reunindo-se as considerações mais relevantes que apresentaram para posterior entrecruzamento.

2.1 Recursos naturais da paisagem

Principiando pelo estudo das relações espaciais, atualmente, identificam-se, cinco configurações do rio na paisagem, associadas a padrões de conectividade ou restrição do contato com as águas, sendo elas: (1) alagados e cursos d'água intermitentes em área de mata (região da nascente); (2) trechos com redução da calha por aterro ou canalização (Figura 2); (3) trechos com margens ocupadas por palafitas (Figura 3); (4) ocultação por tamponamento ou aterro total; (5) deságue, em presença de ecossistemas manguezais. Importante comentar que, nas configurações 2, 3 e 4, existe prejuízo à integridade dos processos hidrológicos.

Figura 2: O rio, em trecho assoreado e com margens em solo exposto



Fonte: Gustavo Gomes (2019).

Ao mesmo tempo em que atuam diretamente na impactação do rio, as comunidades se valem dos artificios de que dispõem para se protegerem da dinâmica fluvial. Oscilações de maré e cheias são processos naturais por elas bem compreendidos, o que, na prática, conduz a soluções improvisadas tais como a elevação do nível das residências e a construção de anteparos para contenção provisória das águas.

Figura 3: O rio, no estuário, em trecho com margens ocupadas por palafita



Fonte: Gustavo Gomes (2019).

Como tentativa de se remediar o problema, historicamente, o Aribiri atravessou modificações em sua forma física, sendo retificado em alguns trechos, tamponado em outros e ainda aterrado junto a mangais. Trechos com calha originalmente próxima de cinquenta metros de largura, por exemplo, hoje, não ultrapassam dez metros de largura e, ainda assim, apresentando-se muito poluídos. Em toda sua extensão, as águas recebem lixo e esgoto não-tratado (dentre efluentes domésticos e industriais, como minério de ferro), bem como sedimentos carreados sobre as margens, o que ainda contribui ao assoreamento dos canais. De acordo com levantamento apresentado no Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana da Grande Vitória (2017), os índices de

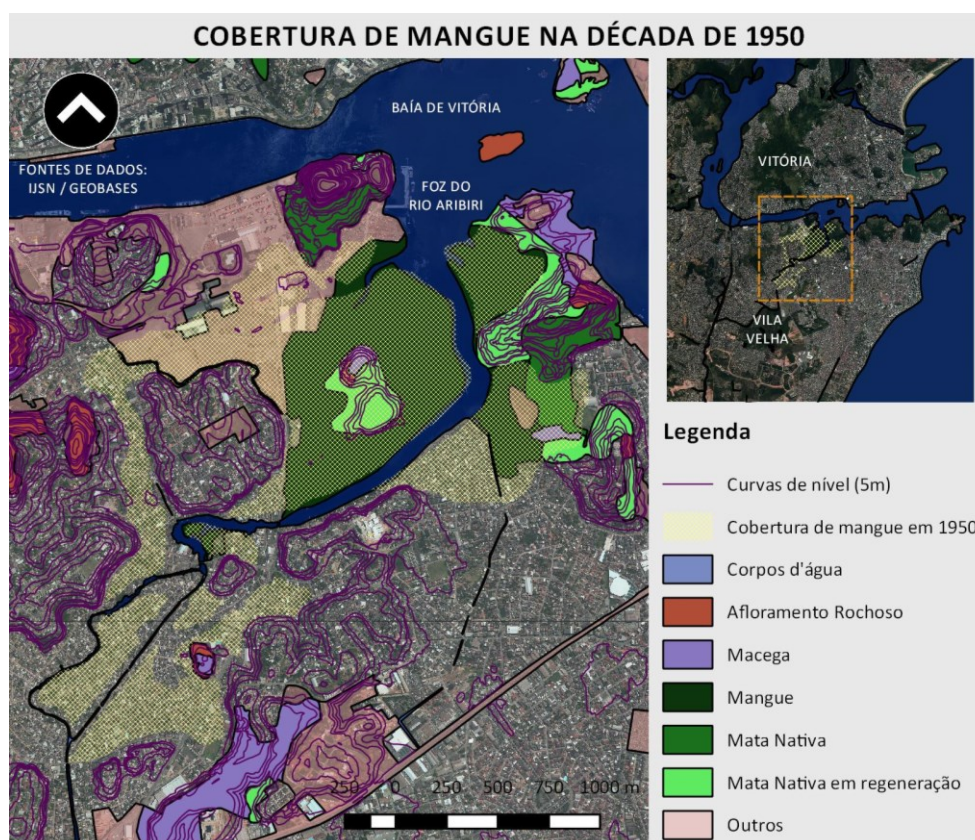
Qualidade de Água (IQA) do Aríbiri são os piores entre os rios da região. Até mesmo em sua nascente verificam-se focos eutrofizados.

Quanto aos recursos vegetais, importa comentar que a microbacia abriga áreas úmidas, ecossistemas manguezais e, nos morros que guardam melhor estado de conservação, fragmentos de mata atlântica do tipo floresta ombrófila densa. No passado, acredita-se que a região também apresentasse áreas de restinga expressivas, das quais, fortemente impactadas, hoje, não se podem perceber formações típicas com facilidade.

Os manguezais também passaram por degradação significativa. Uma das fontes mais antigas encontradas para testemunho da cobertura de mangue no passado consiste em mapa elaborado, em 1950, para estudo da viabilidade de implantação de um estaleiro em Vila Velha. Sendo bastante preciso o mapeamento, a partir de georreferenciamento da imagem, pôde-se estimar a área de manguezal àquele momento, próxima de 2,3 km². Atualmente, esta área gira em torno de 0,9 km², o que representa uma perda de, aproximadamente, 60% do ecossistema, ao longo de sete décadas. Boa parte da cobertura foi perdida em operações de aterramento.

Na Figura 4, percebe-se que as áreas de mangue correspondiam, basicamente, às áreas mais ou menos planas, por um lado, margeadas pelo rio e, por outro, pelos morros. Muito provavelmente, essa cobertura se aproveitava da dinâmica das marés, é claro, mas também do escoamento de águas pluviais, direcionado a essas baixadas, por tendência, o que colaborava à saturação do solo, hidromórfico. Nessa conformação, portanto, os manguezais atuavam como amortecedores de inundações, restringindo, por si mesmos, a ocupação de uma área da cidade inadequada para tanto.

Figura 4: Mapeamento das áreas de manguezal antigas



Fonte: portal eletrônico GEOBASES. Mapa elaborado pelo autor em *software* de geoprocessamento aberto (2019).

Tal como em casos genéricos de urbanização, a microbacia do Aribiri contempla áreas fragmentadas de vegetação, cujas conexões se perderam com o tempo, tendendo a agravar situações ecológicas negativas como a perda de espécies e o próprio encolhimento de fragmentos. A partir da pesquisa histórica e da abordagem empírica às comunidades, adiante apresentadas, ficará evidente que este se trata de um problema que acompanhou a maturação de mazelas de ordem socioeconômica.

2.2 Breve histórico da ocupação

O assentamento no entorno do Rio Aribiri passou a ser objeto de registro a partir da instalação de atividade portuária junto ao morro do Penedo, nas primeiras décadas do século XX. Neste contexto, exerceu influência sobre a urbanização da área norte de Vila Velha a proximidade com as porções consolidadas de Vitória, com destaque para o centro da capital. A ocupação das áreas interiores da microbacia, no entanto – embora algumas fontes históricas apontem ainda para o século XIX –, pode-se dizer que teve como marco eventual a implantação do transporte usando bondes no município. O percurso conduzia os passageiros até o centro histórico de Vila Velha (então “Piratininga”), atravessando porções da região do Aribiri ainda inteiramente vegetadas (Figura 5). Um dos bairros mais antigos da região correspondia ao núcleo homônimo (Aribiri) que, aos poucos, favoreceu o estabelecimento de comunidades contíguas.

Figura 5: Fotografia aérea do leito do Rio Aribiri



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (foto de Carlos Botelho), 1961.

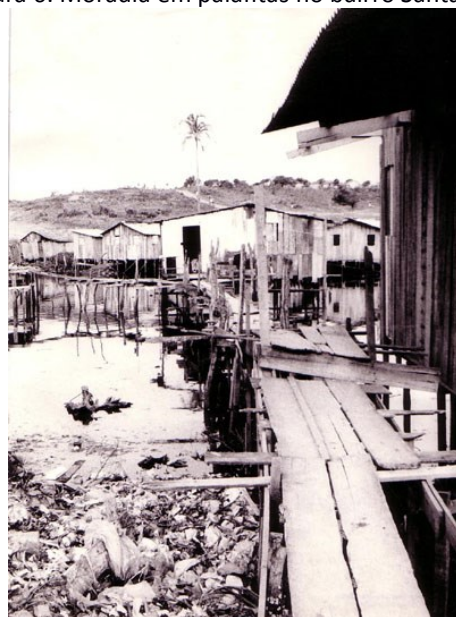


A partir da segunda metade do século XX, a população cresce de maneira expressiva na região, e no município como um todo: segundo dados do IBGE, a população computada para Vila Velha, em 1940, era de 17.054 habitantes, enquanto, em 2010, este valor equivaleu a 414.586. Assim, começando na década de 1950, em função da crise cafeeira, acentua-se a migração oriunda do interior, assentada na cidade com vistas às expectativas de emprego na indústria ou na construção civil. Particularmente, a região do Aribiri, a despeito das restrições fisiográficas para tanto, oferecia aos egressos do campo (e demais pobres da cidade) proximidade em relação às áreas centrais de Vitória e Vila Velha e aos novos eixos viários de importância metropolitana, dos quais um dos principais era a avenida Carlos Lindenberg.

Os registros históricos indicam que a ocupação das áreas de morro e de mangue foi mais ou menos simultânea – embora se possa perceber, na Figura 5, que a primeira forma pareceu ser preferida em relação à segunda. Enquanto, com o passar do tempo, o assentamento sobre áreas morradas progrediu à formalização fundiária e à razoável adequação da infraestrutura básica, o segundo caso não teve a mesma sorte, e incluiu comunidades cuja permanência exigiu luta pela posse da terra.

Exemplificam situações de luta os bairros Santa Rita e Dom João Batista - apenas dois dos muitos que permanecem espaços de injustiça social e pobreza ainda hoje. O primeiro deles (Figura 6), estabelecido, entre as décadas de 1960 e 1970, junto a uma ilha fluvial (antes, de mangue), e o segundo, uma ocupação de área, originalmente, propriedade privada, da qual a população foi removida à força até a doação da terra pelos proprietários, na década de 1980, quando se aterrou toda a área de mangue para assentamento formal da comunidade.

Figura 6: Moradia em palafitas no bairro Santa Rita



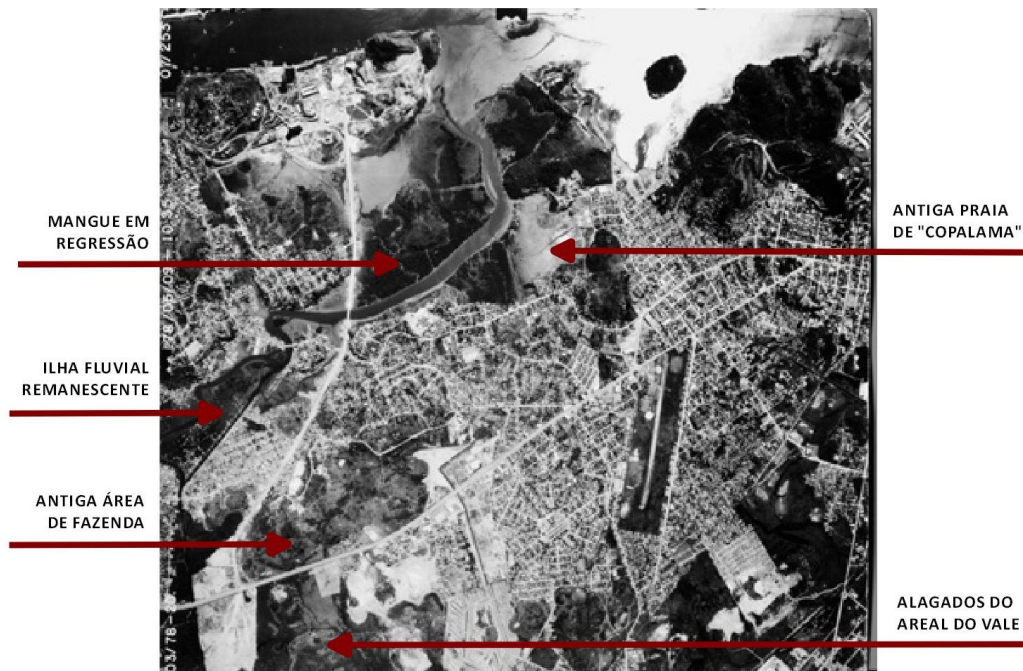
Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (foto de Rui de Oliveira), 1982.

Com os vários aterramentos, em toda a região, conduziu-se à diversificação do comércio e dos serviços ofertados, bem como à diminuição da presença da natureza, tanto na paisagem, quanto no imaginário popular. É fato preocupante, por exemplo, que, atualmente, muitos moradores de Vila Velha desconhecem o rio e os espaços de natureza e bairros que o circundam, mesmo que residam próximo a esta região da cidade. Pesa para isso, é claro, a descaracterização física dos ecossistemas em questão, mas é provável que os principais fatores para tal desconhecimento

sejam a desmotivação de acessar o espaço do rio (pois são poucos os equipamentos atrativos a nível municipal) e as dificuldades de aproximação ligadas à insegurança, já que algumas das referidas áreas têm no narcotráfico um duro problema social. Nas últimas décadas do século XX, concentrando-se, nas margens do rio, população pobre, enquanto, em outras áreas da cidade, classes sociais favorecidas podiam usufruir da terra em formalidade, foi-se reforçando um triste quadro de segregação socioespacial.

Em conversa com moradores antigos da região, ao mesmo tempo em que se identificavam espaços de natureza referenciais no passado (Figura 7), observava-se quão grande parcela das pessoas não cogita ser reassentada, por exemplo. Isto devido ao acúmulo de fatores simbólicos que, queiram ou não, internalizaram acerca do lugar, motivando o desejo de permanência, mas também em função de temerem, neste processo, ter seus direitos manipulados pelo poder público. Remover pessoas de áreas de risco já foi uma operação experimentada na região, porém, não se alcançaram resultados satisfatórios, por descumprimento de compromissos de ambas as partes (a sociedade e o Estado).

Figura 7: Localização das áreas de natureza referenciais no passado, sobre foto aérea de 1978



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Adaptado pelo autor (2019).

2.3 Identificação de entraves à superação dos conflitos

As barreiras levantadas contra a resolução dos conflitos em várzeas se apresentam em muitas facetas e com associações complexas. A título de exemplo, coloca-se o posicionamento de boa parte da população em risco, quando protesta atenção do poder público sem, no entanto, aceitar que este assumira posturas mais drásticas do que obras de drenagem para intervenção. Atores sociais que intermediam este diálogo, com destaque para as organizações não-governamentais, constituem grupos capazes de articular planos ambientais e de atuar no manejo de ecossistemas, por exemplo, mas que caminham muito dificilmente sem apoio do poder público, e mesmo da população. Na região do Rio Aribiri, as ONGs com que se experimentou contato demonstraram



grande conhecimento dos problemas sociais locais e do ambiente e relataram trocar conhecimento e experiências de apoio umas com as outras, constituindo-se porta-voz das comunidades.

Mas vede que pode não ser apenas com assentamento para moradia que é ocupado o solo das margens de rios. Em porções significativas, o Aribiri teve as orlas impactadas por atividade industrial. Em outro âmbito, mas, no mesmo contexto, novamente, a iniciativa privada, nem sempre interessada nos benefícios sociais ou ecológicos, reserva terrenos na microbacia cuja proximidade com áreas atraentes ao mercado imobiliário faz pensar a relação de ambas as coisas. A Lagoa Encantada é um exemplo excelente: enquanto grupos locais defendem a criação de um parque ambiental na área, não há desejo de venda pelos donos da terra, e a administração pública tampouco se importa que as coisas se passem de outra forma, em penoso conflito de interesses.

Entraves específicos ainda não comentados dizem respeito à legislação urbanística envolvida, em especial os planos diretores urbanos, responsáveis diretos pela regulação no uso da terra. É preciso reconhecer que os planos têm avançado quanto à formulação estratégica para mudanças: tal qual em outras esferas da legislação brasileira, suas diretrizes à sociedade multiplicam recomendações positivas ao dito desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida humana na cidade. Mas isso não basta se não vier acompanhado de previsões que levem a desdobramentos efetivos.

Ademais, no caso da região do Aribiri, os dois planos consultados – a saber: o Plano Diretor Municipal (PDM) e o Plano Diretor Urbano Integrado (PDUI) da região metropolitana – deixam evidentes lacunas cuja apropriação pela municipalidade pode dar manutenção às situações de morosidade. O PDM, neste sentido, deixa em aberto a delimitação prática de algumas das áreas de interesse ambiental, dentre as quais a área da nascente do Aribiri, e libera o crescimento de algumas porções próximas ao rio de maneira questionável. Além disso, não traz considerações significativas acerca da vulnerabilidade a desastres e, a despeito do discurso conservacionista, prevê o incremento das atividades retroportuárias no espaço do rio.

O PDUI, por sua vez, ainda que represente uma iniciativa bastante abrangente de abordagem das questões regionais (em conformidade com o instituído pelo Estatuto da MetrÓpole, Lei Federal nº 13.089/2015), não as reflete profundamente no documento, permitindo escaparem proposições duvidosas. Por exemplo: mesmo após ser defendida a importância ecológica das áreas úmidas, propõe-se o atravessamento da região da nascente por uma estrada sem que se apresente reflexão em justificativa ao impacto sobre a área. Também, em mapeamento que contém das áreas com prioridade à conservação, não inclui nenhum dos fragmentos de mata do Aribiri.

Em suma, ainda que se proponha (de maneira genérica e, especialmente, na esfera municipal) a recuperação de áreas de interesse ambiental, não fica claro na legislação quais instrumentos práticos conduzirão ao restauro das áreas naturais perdidas, nem sequer quais são estas áreas. Quando muito, o discurso ambiental aponta para a conservação dos espaços de natureza remanescentes apenas, o que pode não ser suficiente do ponto de vista da asseguaração das relações ecológicas sistêmicas.

Por último, e não menos grave, é dificuldade às intervenções o grau de constituição em que se encontram as áreas de assentamento. Certos processos de urbanização são ignorados com tão grande veemência, que as várzeas se tornam um ambiente, integralmente, urbano onde as possibilidades de regeneração de ecossistemas são mesmo inviáveis.



2.4 Caminhos para a reconciliação

O primeiro passo com vistas à superação dos conflitos é aceitar como indissociáveis ambiente e sociedade, o que pressupõe tratar de maneira simultânea as questões específicas do meio e as que dizem respeito aos atores sociais.

Além disso, é preciso tratar o problema pensando em abordagem ampliada, a nível de microbacia ou bacia hidrográfica (GORSKI, 2010), conforme o caso. Ações tópicas de projeto podem ser consequência, desdobramento, não a tentativa de resolução. Antes disso, faz-se necessária uma etapa de planejamento, suficientemente, participativa e inclusiva dos vários atores sociais. A fim de que se diminuam os esforços administrativos e de que aumente a identificação da sociedade civil com os recursos ambientais, é desejável que esta seja empoderada enquanto responsável pelo manejo de ecossistemas, bem como pelo acompanhamento do processo evolutivo de sua regeneração. Mas isto precisa ser conquistado com a devida apresentação das propostas a público, explicando-se em consultas e campanhas de conscientização os motivos, impactos e positividade que, com sua efetivação, a sociedade poderá gozar. Os esforços em prol do Parque do Rio Capibaribe, em Recife, por exemplo, têm ganhado adeptos, com o passar do tempo, e isso muito se deve à aproximação a contextos culturais da cidade e ao ambiente escolar em que se engajaram os grupos mobilizadores.

Outra atitude necessária consiste em, devidamente, caracterizar áreas de risco (em diagnósticos e leis) e assumir, nessas condições, o reassentamento como uma postura viável. E, como dito, apesar de ainda precisarem maturar, os condicionantes legais têm avançado. O que parece faltar é assumir interesse pelas mudanças e encarar os esforços que são necessários para tanto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos na relação entre rios e cidades são temática conhecida pelo senso comum e que, no caso brasileiro, ainda não repercutiram em intervenções expressivas, entretanto. Diante da morosidade com que são tratados, fazem com que permaneça uma infeliz realidade de muitos a vulnerabilidade a desastres hidrológicos, agravados pela indiferença ou precária consciência ambiental das populações estabelecidas sobre as áreas de várzea. É neste cenário, contudo, que despontam agentes sociais engajados na luta por benefícios ecológicos e socioeconômicos simultâneos – em clara assimilação da postura modernamente defendida pela literatura ligada ao estudo do ambiente –, indicando já existirem, na sociedade civil organizada, condições básicas à atuação do poder público no sentido da reconciliação.

A análise da situação do Rio Aribiri e de seu entorno como caso para estudo expressa a crise ambiental em muitas de suas variantes, dentre as quais insuficiência das políticas públicas, entraves oriundos da própria população em risco e conflitos de interesse no uso da terra. Além disso, em virtude de suas condições fisiográficas particulares e das perdas ambientais por que o rio passou ao longo do tempo, demonstra o quanto são necessárias ações de restauro de ecossistemas, desde que conciliadas com os anseios partidos da sociedade. Estes, é preciso salientar, em hipótese alguma, podem ser desmerecidos. A reconstituição de parte da história de transformação da paisagem do Aribiri revela como foi parelha à impactação do rio a luta de muitos indivíduos pelo direito à terra.



AGRADECIMENTOS

Gratidão especial ao professor Homero Penteado, pela tutoria na elaboração do presente artigo e pela parceria nos estudos sobre a região do Rio Aribiri, e à professora Eneida Mendonça, pelo incentivo e pelo compartilhamento da visão sobre paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS. **Curso de capacitação de técnicos municipais para prevenção e gerenciamento de riscos de desastres naturais**. Vitória: CPRM, 2017.

COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org.). **Rios e paisagens urbanas**. Rio de Janeiro: Editora Viana e Mosley, 2007.

FRAGOSO JUNIOR, Carlos Roberto; MARQUES, David; FERREIRA, Tiago. **Modelagem ecológica em ecossistemas aquáticos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. Annablume: FAPESP, 2001.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 872: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV**. Vitória: Governo do Estado, 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – Região Metropolitana da grande Vitória – Diagnóstico Integrado**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2018.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: a arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA. **Lei complementar nº 040/2017: Plano Diretor Municipal de Vila Velha**. Vila Velha: Prefeitura Municipal, 2017.

SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto. **O Rio como paisagem**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.



Expansão Urbana e Sistema de Espaços Livres do município de Campos dos Goytacazes/RJ:

Análise e proposta de requalificação urbana

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

FAES, Allan Soto (1);
ALIPRANDI, Danielly Cozer (2);

(1) Mestrando em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/PPGAU-IFF. Instituto Federal Fluminense. alsf10@gmail.com

(2) Docente do Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/PPGAU-IFF, Doutora em Arquitetura/UFRJ/PROARQ. Instituto Federal Fluminense. danielly.aliprandi@iff.edu.br

RESUMO

O artigo proposto analisa alguns fenômenos que auxiliaram no crescimento urbano desordenado de algumas cidades no Brasil, com enfoque no município de Campos dos Goytacazes. Com base nessa perspectiva, apresentamos os planos e políticas urbanas criadas para ajudar os gestores públicos na administração da expansão urbana das cidades, de forma a trazer qualidade de vida para os seus habitantes. O trabalho apresenta também, o Sistema de Espaços Livres como potencial ferramenta de intervenção pública sobre manchas urbanas consolidadas e sua vocação como elemento central de políticas públicas de qualificação do ambiente urbano. Dessa forma, demonstramos o aproveitamento da potencialidade de um grande espaço livre por meio de um estudo de caso, realizado durante um trabalho final de graduação, o qual refere-se à implantação de um sistema integrado de parques urbanos em Campos dos Goytacazes. Utilizando o conceito de requalificação urbana, é demonstrado como é possível a integração do espaço físico, social, econômico e ambiental, além da conservação do patrimônio e o fomento à mobilidade urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão Urbana; Sistema de Espaços Livres; Requalificação Urbana; Leitura da Paisagem.

INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades acontece por meio de diversos processos, tanto em extensão territorial quanto em população. Ao longo da história, podemos observar que aspectos políticos, geográficos, religiosos, tecnológicos, entre outros, fizeram com que, aos poucos, fosse ocorrendo um ato de migração do campo para a cidade, fenômeno conhecido como êxodo rural. Esse processo contribuiu para o desenvolvimento da urbanização brasileira, compreendendo os anos 1950 a 2010. Nas duas primeiras décadas, chegou a ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades. No período final, com importância diminuta, perdeu ímpeto, quando representou apenas 3,5% daquele crescimento (ALVES *et al*, 2011).

Pequenas cidades tornaram-se grandes metrópoles ao longo desse período. Diante dessa situação, é papel do Poder Público gerir e administrar o crescimento das cidades de forma a melhorar a organização do espaço urbano e diminuir a desigualdade, pois a ausência ou omissão por parte da



gestão pública, permite que haja expansão desorganizada com falta de infraestrutura para suportar tal crescimento, podendo originar a especulação imobiliária, entre outras consequências graves ao ordenamento urbano. Esta determinação está estipulada no capítulo de Política Urbana presente na Constituição Federal (CF) de 1988, a qual afirma o protagonismo dos municípios enquanto principais atores no desenvolvimento e gestão urbana, além do princípio de função social da cidade e da propriedade (JUNIOR *et al.*, 2011). Somado a isso, temos a criação do Estatuto da Cidade (EC) em 2001 e a formação do Ministério da Cidade em 2003, os quais trouxeram novos rumos para o desenvolvimento urbano a partir da afirmação de diretrizes, princípios e instrumentos voltados para a promoção do direito à cidade e para a gestão democrática (CONTI *et al.*, 2014). Para isso, a CF, reforçada pelo EC, estabeleceu o Plano Diretor como peça chave para o combate dos problemas causados pelo crescimento desorganizado, uma vez que implementado de forma eficaz, reduziria o quadro de desigualdade urbana.

Em 1991, o Município de Campos dos Goytacazes estabelece o Plano Diretor Municipal, Lei 5251/1991, sob as exigências de descentralização determinadas na CF e, em sequência, em 1998, são formuladas as Leis de Zoneamento e Uso do Solo, Parcelamento do Solo e Código de Obras (respectivamente Leis municipais número 691/98, 6690/98 e 6691/98). Segundo Aliprandi (2017), com a criação do EC, o qual estabeleceu que o plano deverá ser realizado de forma participativa e revisado a cada dez anos, o Plano Diretor Municipal de Campos dos Goytacazes (PDMCG) passou por um processo de reformulação nos anos seguintes, sendo homologado em 2008 o Plano Diretor Participativo de Campos dos Goytacazes, Perímetros Urbanos do Município de Campos dos Goytacazes, Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes, Parcelamento do Solo do Município de Campos dos Goytacazes (respectivamente Leis municipais número 7972, 7973, 7974 e 7975/2008). Atualmente, entre os anos de 2019 e 2020, o plano se encontra sob revisão.

Ao longo dos anos, podemos observar as mudanças realizadas no PDMCG, na tentativa da correção e melhoria da qualidade de vida na cidade, de modo a tornar ativa a participação da população campista. Apesar disso, de acordo com Conti, Faria e Timóteo (2014), a administração municipal não demonstra capacidade de exercer a democratização dos espaços livres localizados dentro do perímetro urbano, muitas vezes em regiões estruturadas, dotadas de equipamentos urbanos coletivos.

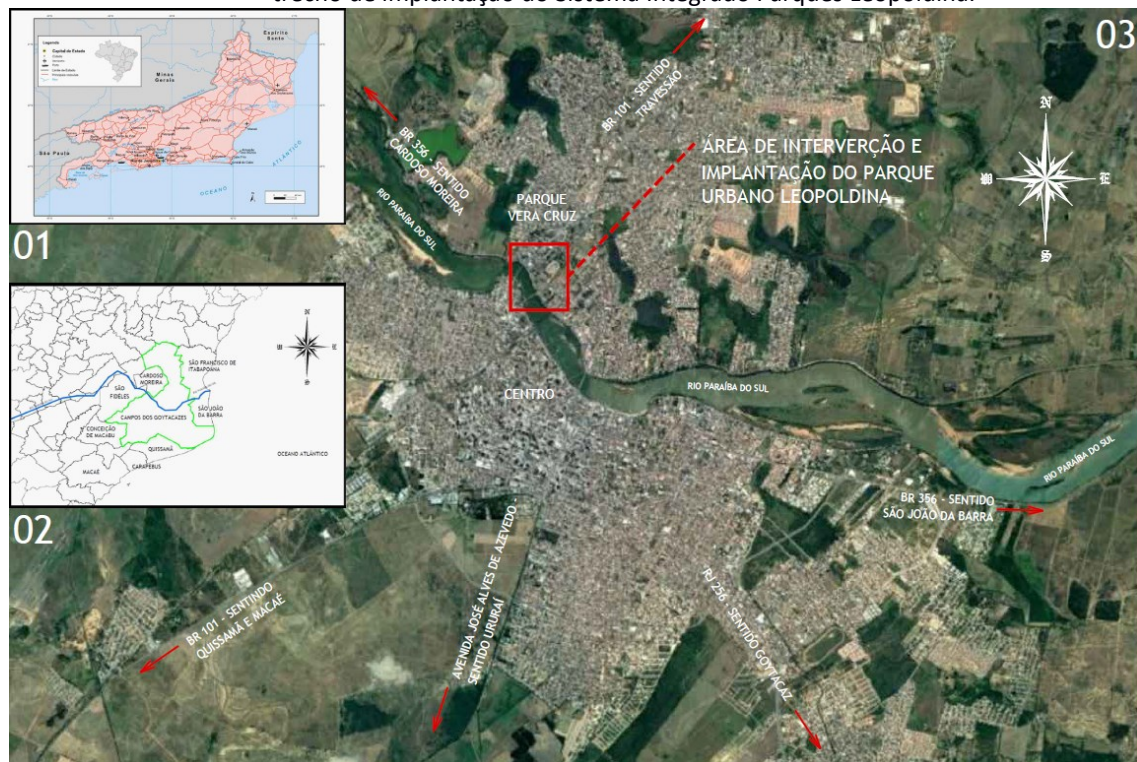
Dessa forma, este trabalho tem como objetivo central analisar os fenômenos que contribuíram para o processo de crescimento urbano desordenado, tanto a nível nacional, de forma mais geral, quanto municipal, tendo como estudo de caso Campos dos Goytacazes, compreendendo alguns dos resultados em seu sistema de espaços livres. Além disso, objetivou-se realizar uma leitura da paisagem de uma área considerada em potencial na cidade e, com base no conceito de sistema de espaços livres, demonstrar a potencialidade deles por meio de uma proposta de implantação de um equipamento urbano de grande porte.

Utilizando o conceito de requalificação urbanística e paisagística, foi realizada a proposta de implantação de um sistema integrado de parques, localizado no Município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro (figura 1). O projeto desenvolvido e orientado em Trabalho Final de Graduação pelos autores, foi dividido em 03 trechos por tratar-se de uma grande área de intervenção. O Trecho 01 tem início na Rua Senador Viana (próximo à Avenida Beira Rio) subindo pela Ponte de Ferro, onde foi implantada uma passarela para passagem de pedestres e ciclistas. Após a ponte, conhecemos o Trecho 02, o qual continua o trajeto sob a linha férrea, onde neste trecho foi projetado um parque linear indo em direção a um grande espaço livre localizado ao lado

do Instituto Federal Fluminense, *campus* Guarus, entre o bairro Parque Santo Antônio e Parque Vera Cruz, finalizando em um grande parque urbano, considerado como Trecho 03 do projeto, como podemos observar na figura 2.

Para isso, foi necessário realizar pesquisas bibliográficas para um conhecimento mais específico sobre os fenômenos que causam ou condizem com o processo de crescimento urbano desordenado, tanto a nível nacional, quanto municipal. Tendo como base um levantamento prévio de espaços livres em potencial na cidade, foi realizada uma leitura da paisagem em uma das áreas apontadas como potencial, onde foi então apresentado um estudo para a implantação de um sistema de parques urbanos.

Figura 1. Mapa de Localização do município de Campos dos Goytacazes com a demarcação do trecho de implantação do Sistema Integrado Parques Leopoldina.



01. Mapa do Estado do Rio de Janeiro. 02. Mapa da Região Norte Fluminense. 03. Mapa do Distrito Sede, Município de Campos dos Goytacazes.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019), com base no mapa do *Google Earth* (2017).

Figura 02. Mapa de demarcação dos espaços do SIPL.



01 - Trecho inicial do projeto, a Ponte de Ferro – Implantação da Passarela. 02 – Trecho intermediário, continuação da linha férrea – Implantação do Parque Linear. 03 – Trecho final, espaço livre – Implantação do Parque Estação Ferroviária Leopoldina.

Fonte: Faes (2018, p. 56).

EXPANSÃO URBANA DESORDENADA

As cidades no Brasil crescem em ritmo contínuo e acelerado, incentivado pela procura por qualidade de vida, segurança, conforto e oportunidades (FAES, 2018). Para entendermos o processo de expansão urbana devemos observar que, em grande parte, o crescimento das cidades ocorre por meio da expansão da mancha urbana, definida pelo sistema viário, prédios residenciais e comerciais, ruas, parques, fábricas, entre outras estruturas urbanas, sobre uma antiga área de características rurais, a qual tende a perder espaço de forma contínua, conforme o processo de urbanização aumenta. Dessa forma, o espaço urbano deixou de ser restrito a um conjunto denso e definido de edificações para significar, de maneira mais ampla, a predominância da cidade sobre o campo. Periferias, distritos industriais, estradas e vias expressas recobrem e absorvem zonas agrícolas em um movimento incessante de urbanização (ROLNIK, 1988).

De forma semelhante, o município de Campos dos Goytacazes, passou por um desenvolvimento econômico e, posteriormente, urbano ligado a exploração da cana-de-açúcar devido às condições climáticas e ao relevo e solo favoráveis para o cultivo e exploração desta planta, a qual manteve a cidade em destaque internacional durante décadas (PASSOS, 2011). Esse período, especialmente o final do século XIX, dá início ao processo de industrialização da produção açucareira, que gerou modificações no espaço urbano, originando as vilas operárias, próximas das usinas, que serviram de base para a consolidação de bairros na atualidade como o Parque Santo Amaro (próximo da Usina do Queimado), assim como linhas férreas, estradas e ruas existentes utilizadas para transporte da matéria prima (CONTI *et al.*, 2011). Além disso, as propriedades de terra deixaram de ser pequenas e em grande quantidade e passaram a ser de maior porte e a pertencer a poucos proprietários, o que influenciou a expansão urbana do município (LAMEGO, 1945; ALIPRANDI, 2017).

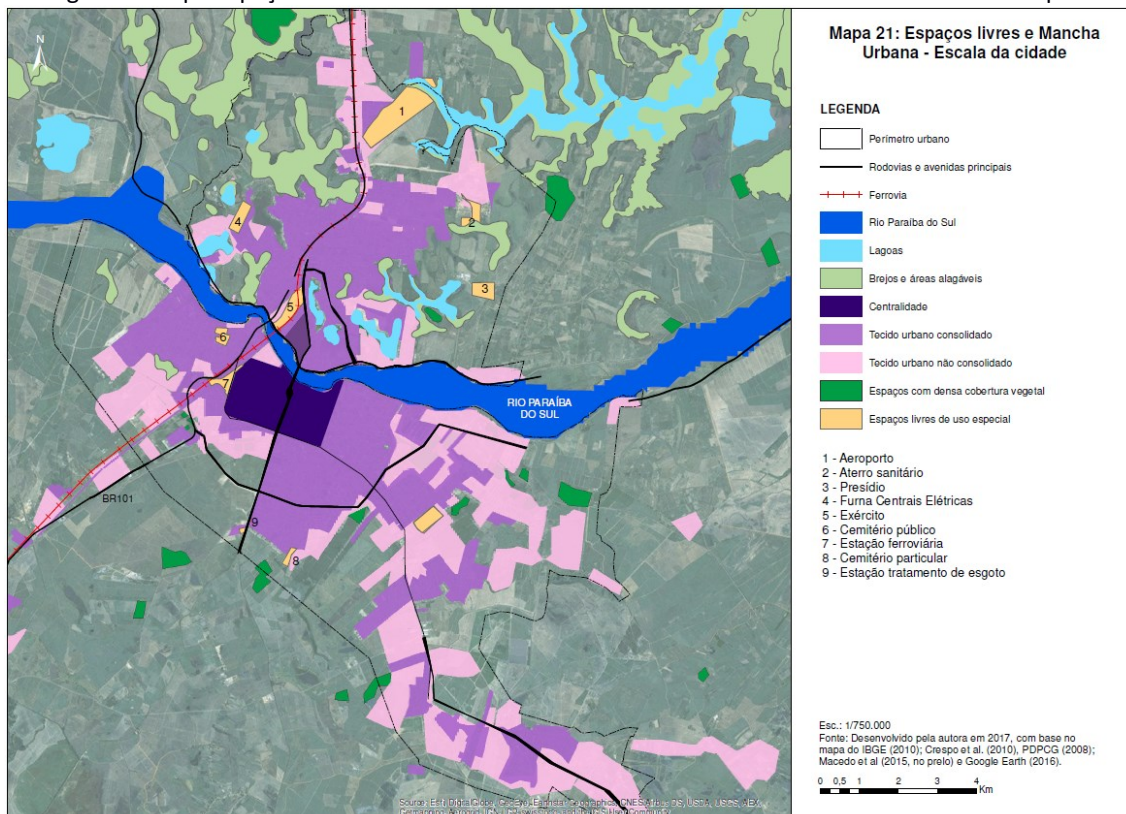


Com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos pela Petrobras, na década de 1970, houve um impulso considerável no desenvolvimento econômico da região que se tornou próspero graças aos benefícios provenientes do pagamento dos *royalties* do petróleo. (D'ALMEIDA, ALIPRANDI e PINHEIRO 2015). O município de Campos dos Goytacazes tornou-se o agente com maior poder de intervenção nas esferas da vida econômica e social na Região Norte Fluminense, dentro da conjuntura apresentada pelas últimas duas décadas do século XX, marcadas pelo declínio do setor sucroalcooleiro campista e pela aprovação da lei dos *royalties*¹ pagos pela Petrobras (CRUZ, 2003; PASSOS, 2011).

Dessa forma, acontecem novas alterações no processo de expansão urbana do município, uma vez que a procura das novas oportunidades de emprego são geradas, conseqüentemente cresce o número de habitantes na cidade. Na última década (2010), o município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, sofreu com um “boom” imobiliário, com um processo de verticalização e adensamento em núcleos de grande valor econômico, não havendo muita importância por parte do governo e órgãos responsáveis por reservar espaços livres para lazer e contemplação, tais como praças e parques urbanos. Essa fragmentação tem gerado uma mancha urbana mais espalhada, com alguns fragmentos urbanos separados por fragmentos de glebas não parceladas, originadas das grandes propriedades de terras das usinas, o que dificulta uma distribuição mais equânime dos espaços livres e maiores necessidades de deslocamentos (figura 3). Isso implica na necessidade de mais investimentos em mobilidade e na implantação de maior número de espaços livres de lazer para que estejam mais bem distribuídos no território (ALIPRANDI, 2017). Com isso, surgem diversos empreendimentos como loteamentos, condomínios verticais e horizontais entre outros, os quais, aliados à falta de planejamento, geram problemas no trânsito, falta de infraestrutura urbana adequada, ausência de espaços públicos para recreação, ocasionando mal-estar para a integridade física e mental dos habitantes e visitantes daquela região (FAES, 2018).

¹ A Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989, da Constituição Federal, instituiu para os Estados, Distrito Federal e Municípios compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, entre outros recursos explorados (PONTES, 2012).

Figura 3: Mapa Espaços Livres e Mancha Urbana – Escala da Cidade: observa-se o formato espreado.



Fon

te: Aliprandi (2015, p. 225).

Especação Imobiliária e Segregação Socioespacial

Nas últimas quatro décadas, houve no Brasil um crescimento acelerado da população urbana, o que gerou graves problemas de infraestrutura, devido ao fato de os investimentos neste setor não se propagarem no mesmo ritmo (GONÇALVES, 2002). Sinais e reflexos do crescimento econômico se tornam visíveis nas mais distintas localidades, cidades e metrópoles brasileiras, em várias regiões do país. Somado a disponibilidade de crédito e o incentivo aos programas de desenvolvimento habitacional por parte do governo, provocou um dos maiores ciclos de crescimento do setor imobiliário nas cidades já vividos no Brasil. Com isso, as cidades têm sido obrigadas a absorver esse crescimento, tendo que melhorar sua infraestrutura urbana territorialmente de modo a sustenta-lo (ROLNIK e KLINK, 2011). No que se refere a esse crescimento, Gonçalves (2002) analisa a mobilidade social como sendo existente para alguns e, dessa forma, exigem por novas moradias que resulta na incorporação de áreas para suprir o déficit imobiliário, a que o setor capitalista de construção de imóveis costuma responder de forma favorável. Esse movimento oriundo da procura por habitação, aliado aos interesses dos proprietários de grandes terras, fortalece a especulação imobiliária, a qual se torna uma das responsáveis pela segregação socioespacial dentro das cidades, devido à retenção de terrenos para interesses particulares ou individuais de um grupo de habitantes.

Segundo Arendit, (1993) durante o processo de ocupação da área urbana ocorre o fenômeno do vazio urbano, que preferimos denominar como espaço livre de urbanização, ou espaço livre voltado para expansão. Esses espaços não cumprem a função social, servindo aos interesses da especulação, pois este fenômeno alia a ânsia especulativa dos proprietários de terras urbanas à



necessidade de estocagem de terra por parte dos capitais ligados a produção imobiliária. Isso dá origem a um processo de desagregação, a partir da valorização de áreas urbanas que se tornam inacessíveis à maioria da população em termos financeiros. Podemos dizer então que a especulação afeta a cidade em três aspectos importantes, sendo eles: os altos custos de urbanização, altos custos de construção e os custos de reprodução da força de trabalho que reservam os piores locais da cidade para a população de baixa renda (GONÇALVES, 2002). Dessa forma, as desigualdades territoriais elencadas ao planejamento excludente provocam nas cidades uma série de problemas urbanísticos, sociais e ambientais, gerando espaços carentes de infraestrutura e serviços públicos, com a formação de guetos sociais e a proliferação da violência urbana concentrada em áreas periféricas (MARICATO, 2000; OLIVEIRA, 2011; CORIOLANO *et al.*, 2013).

Segundo Harvey (2014), devemos lembrar que para a construção de um mundo com qualidade de vida melhor é necessário que seja dedicada uma quantidade de energia na promoção, defesa e articulação de sua importância. O tipo de cidade que se anseia não pode ser separada da relação com a natureza, do tipo de laços sociais, tecnologias, estilos de vida e valores estéticos que se deseja. Antes de mais nada, o direito à cidade é um direito de caráter comum já que o processo de transformação depende do exercício do poder coletivo em reestruturar o sistema de urbanização (HARVEY, 2014). A partir desse ponto de vista, para podermos romper com os efeitos negativos gerados pela especulação imobiliária, é necessário que se pense a cidade como um todo, pois planejar a cidade só vai proporcionar melhor qualidade de vida para a população se as ações forem direcionadas em prol da coletividade (BARROSO, 2012). Dessa forma, podemos entender o planejamento como um processo técnico capaz de transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos (SILVA, 2010). Segundo Rolnik (2001), a chegada do EC passa a representar a abertura de novas formas de intervenção nos territórios, as quais podem-se dividir em três campo: os instrumentos urbanísticos aptos a induzir as formas de ocupação do solo, a estratégia participativa de gestão das cidades e a regularização das posses urbanas. Sob este aspecto, a CF (1988) em seus dispositivos sobre a política urbana, passa a reconhecer a competência do Poder Público Municipal em implementar a política de desenvolvimento urbano com o intuito de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, por meio do Plano Diretor, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, como instrumento orientador desta política (FERREIRA *et al.*, 2009).

De acordo com Conti, Faria e Timóteo (2014), em Campos dos Goytacazes ficou determinado pelo PDMCG de 2008 o interesse coletivo sobre o individual, a proteção da função socioambiental da propriedade, a inclusão social sob as mais variadas formas como ampliação da oferta da terra urbana, serviços e equipamentos públicos, trabalho e lazer e a gestão integrada do desenvolvimento da cidade orientada por planejamento urbano. Para isso, o plano diretor abrange os instrumentos presentes no EC, tais como: direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso do solo; operação urbana consorciada; transferência do direito de construir; e o sistema de acompanhamento e controle. Podendo, com o uso deles, garantir a efetivação da função social da propriedade. Apesar disto, a gestão pública não utiliza os instrumentos citados para amenizar os impactos dos diversos espaços livres presentes na mancha urbana do distrito sede da cidade, sendo condizente com a especulação imobiliária.

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES – SEL

Para o bom exercício do Plano Diretor no município de Campos dos Goytacazes, é importante a valorização dos espaços livres compreendendo sua função social e não permitindo que os

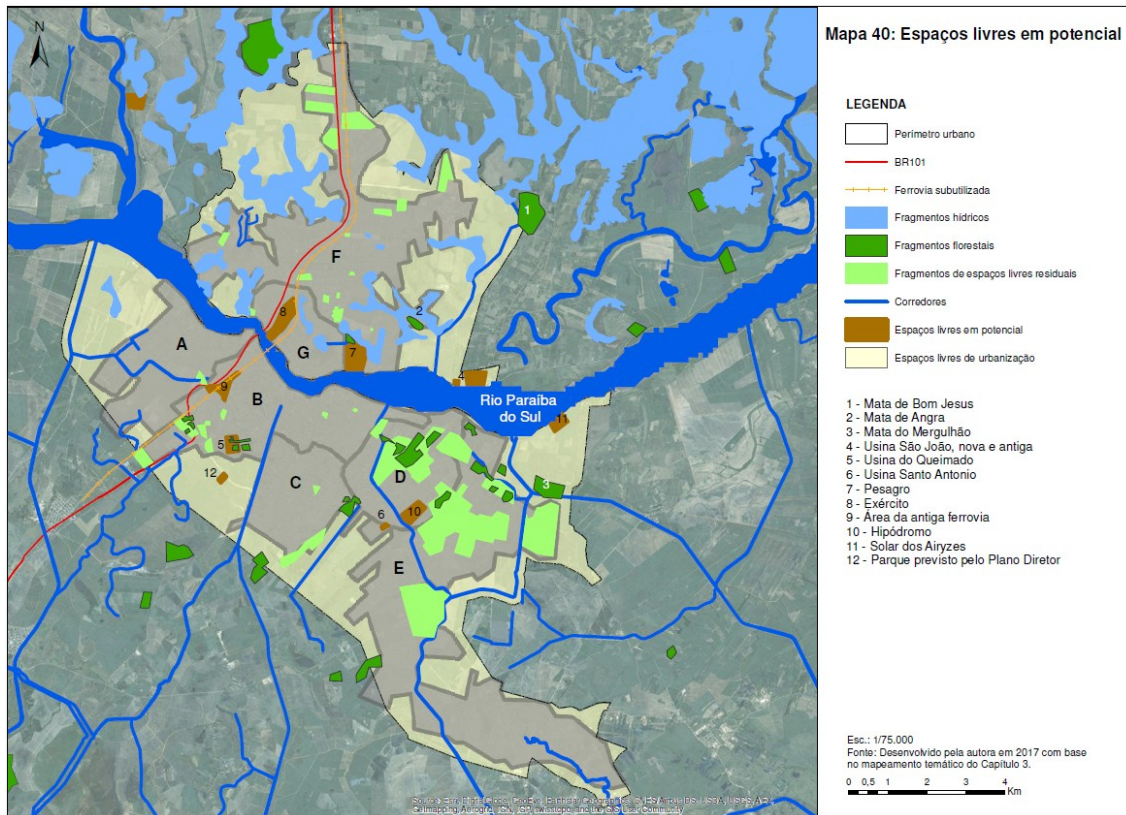


interesses individuais os tornem inacessíveis para a população, devido principalmente à grande quantidade dessas áreas dentro do perímetro urbano. Porém, é necessário entendermos que espaço livre compreende todo espaço não ocupado por uma edificação, em outras palavras, é um espaço aberto zenitalmente, por vezes dentro de áreas condensadas, independentemente da existência ou não de elementos naturais, podendo contar ou não com a presença de vegetação, podendo ser público ou privado, ser destinado a pedestres, veículos ou conservação ambiental (MAGNOLI, 2006). Os espaços livres, na sua relação com os edificados, fazem parte da paisagem que, segundo Macedo (1999) “[...] é a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo” (MACEDO, 1999, p. 11).

Os espaços livres se transformam junto a paisagem urbana, acompanhando a evolução das cidades, podendo mudar suas características e funções. São os espaços mais suscetíveis às transformações no tempo, pois dentro do contexto urbanístico, como afirma Macedo (1999), estão subordinados às formas de propriedade e de parcelamento, sofrem pressões do mercado imobiliário, formal e informal, e são transformados pelos investimentos em infraestruturas urbanas, vias, transportes, saneamento etc. (MACEDO, 1999; TÂNGARI, 2013; ALIPRANDI, 2017). Por sua vez, o Sistema de Espaços Livres (SEL) é resultante do processo de formação e produção dos espaços urbanos, relacionados especialmente às suas normas de parcelamento e uso do solo, ao seu suporte geobiofísico, à sociedade que neles habita e às suas demandas econômicas e socioculturais. Sendo assim, representa um sistema complexo de relações socioambientais (ALCÂNTARA e TÂNGARI, 2012; ALIPRANDI, 2017). O SEL é composto por espaços livres públicos ou privados, sendo diferenciados através da propriedade do solo. (ALIPRANDI, 2017).

Segundo Aliprandi (2017), os levantamentos e observações realizados revelaram áreas com potenciais existentes na cidade de Campos dos Goytacazes para a complementação e a suplementação do seu SEL e para a melhoria de seus atributos de qualificação socioambiental (figura 04). Sendo assim, este trabalho apresenta um estudo de caso, voltado para o aproveitamento da potencialidade de um grande espaço livre, através da implantação de um sistema de parques urbanos voltados para lazer, cultura e recreação da população campista.

Figura 4: Mapa Espaços Livres em potencial – Escala da Cidade: a área de implantação do SIPL encontra-se demarcada com o número 8.



Fon

te: Aliprandi (2015, p. 351).

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA – SISTEMA INTEGRADO DE PARQUES LEOPOLDINA (SIPL)

Conceito e partido adotados

A definição de um conceito é de extrema necessidade para a criação de um projeto arquitetônico e urbanístico, pois é por meio dele que será exposta a ideia do autor e o que ele pretende transmitir aos usuários daquele espaço (FAES, 2018). Neste projeto adotamos como conceito o termo “requalificação”, o qual pode ser definido como todo o processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução das obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu caráter fundamental (DGOTDU, 1998). Para reforçar a definição deste conceito, podemos considerar que a requalificação urbana é um processo social e político de intervenção no território que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana) de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesses processos. (FERREIRA, LUCAS, e GATO, 1999). Espelhando-se nesse raciocínio, procuramos atender à demanda da sociedade para realizar um projeto fiel às necessidades existentes do local e seu entorno.

Os partidos arquitetônicos e urbanísticos, que se relacionam com as ideias que usamos para atingir o conceito apresentado foram três. O projeto foi iniciado pela inserção de uma passarela para a



travessia de pedestres e ciclistas, a qual foi implantada em paralelo com a Ponte de Ferro. A fim de amenizar o impacto que esse novo elemento trouxe para a paisagem e à estrutura existente, foram utilizados materiais semelhantes ao da ponte, como perfis metálicos em formato treliçado e a sua altura foi projetada de forma congruente com a da ponte, isto é, para garantir a harmonia das duas obras. No que se refere à implantação dos parques urbanos, mergulhou-se de forma mais aprofundada na questão da requalificação urbana, a qual, segundo a geógrafa Graça Moreira (2007), é capaz de abranger as alterações desenvolvidas de forma integrada das características de uma área urbana que está em transição devido a um processo de declínio, incluindo aspectos de caráter econômico, social, ambiental e físico. Apesar de ser um novo conceito, podemos concluir que a requalificação urbana está cada vez mais presente no atual cenário das cidades, pois ao abordar temas tão abrangentes como os citados, visa alterar de forma positiva o espaço à área em estudo, trazendo melhorias para a comunidade.

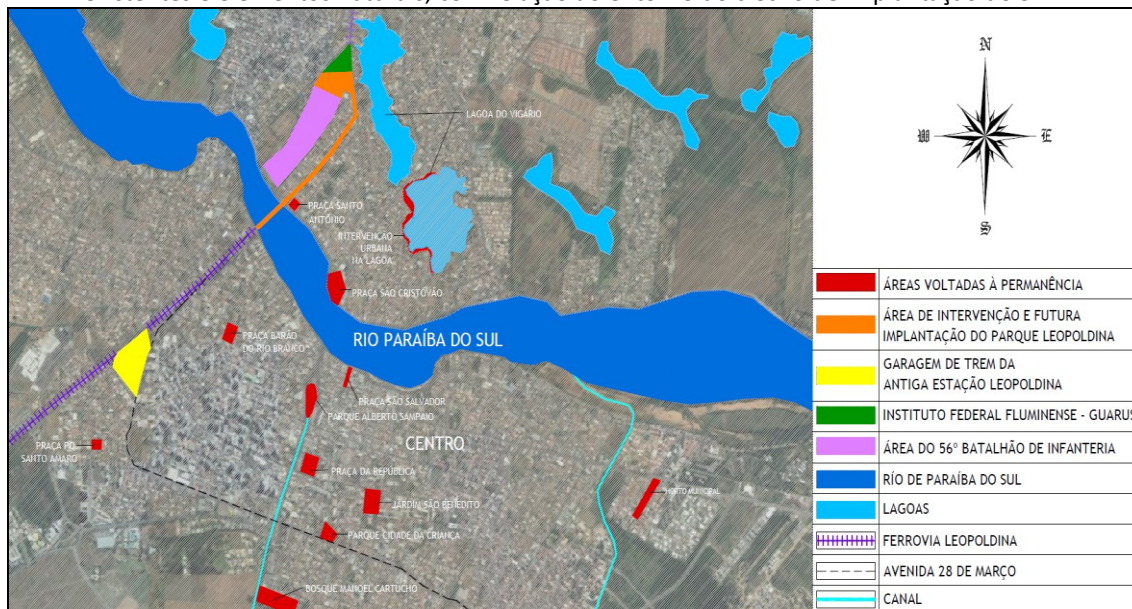
Leitura da paisagem

Foi realizada uma leitura do atual estado físico da área de implantação do SIPL e seu entorno, assim como as necessidades de melhorias de espaços. Visou-se gerar um ambiente com maior qualidade de vida para a população que reside, trabalha, estuda ou apenas circula, com o intuito de amenizar os impactos negativos e proporcionar integridade social. Segundo José Coimbra, a qualidade de vida pode ser obtida através do somatório de fatores decorrentes da interação entre sociedade e ambiente, atingindo a vida no que concerne às suas necessidades biológicas e psíquicas (COIMBRA, 1985). A ideia surge pela falta de espaços livres de maior porte dentro da cidade, pois apesar de existir 28 praças públicas nos bairros centrais do município, segundo levantamento do Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC, 2015), órgão da prefeitura, e outras de número mais reduzido nos bairros mais periféricos, não abrangem toda a demanda da população e todas as diferentes áreas da cidade. Podemos observar alguns desses pontos no mapa da figura 5. Nesse contexto, encontramos na tese da arquiteta Aliprandi (2017, p. 231) o seguinte ponto:

Nota-se maior concentração de espaços livres voltados à permanência no Centro, região que historicamente recebe investimentos dessa categoria. Observa-se também uma concentração de espaços desse tipo a oeste, em uma região que é atualmente um dos principais vetores de expansão da cidade. Em Guarus, a noroeste, existe também um grande número de espaços livres, mas muitos deles são canteiros mais largos ou rotatórias que foram aproveitados com a instalação de uma quadra ou um quiosque, por exemplo.

Ainda, nenhum deles abrange o potencial que um equipamento como um parque urbano poderia fornecer, contemplando uma quantidade de equipamentos e mobiliários urbanos que atenda à necessidade da população, como observado no mapa da figura 4.

Figura 5. Mapa do trecho central do Município de Campos dos Goytacazes com demarcação de espaços livres existentes e elementos naturais, com relação ao entorno do trecho de implantação do SIPL.

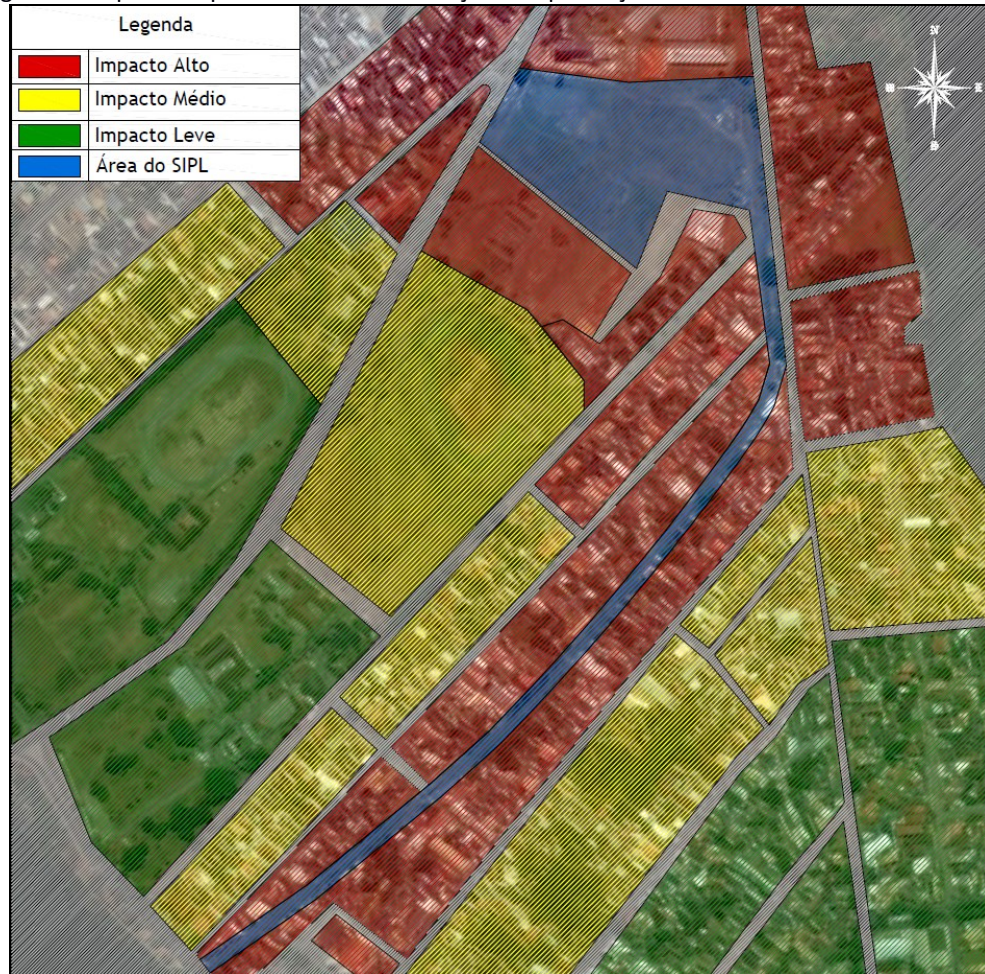


Fonte: Acervo próprio (2018).

A proposta final e o contexto urbano

Podemos afirmar que o SIPL, como foi denominada a proposta, é um projeto inserido em um ambiente consolidado há anos, onde predomina os bairros residenciais, o que causa um grande impacto para esta região (figura 6). Como forma de amenizar o cenário causado pelos impactos negativos e promover os impactos positivos, pensou-se numa distribuição orgânica do traçado, para que seja aceita de forma mais natural pela comunidade. Por meio do mapa da figura 6, podemos identificar as áreas próximas à implantação do SIPL e como este poderá afetar de forma positiva ou negativa a comunidade em seu entorno, considerando as análises do contexto urbano realizadas. Em vermelho encontramos os quarteirões que receberão o maior impacto. De forma positiva, podemos citar as residências e comércios próximos ao SIPL que terão uma valorização do ponto de vista imobiliário, assim como ambiente de integração, gerador de empregos, lazer e cultura. Como destaque negativo, podemos citar a proximidade das residências com relação ao uso da linha férrea, por causa da utilização do trem como meio de transporte, pois o ruído provocado afetaria os moradores próximos. Para amenizar a poluição sonora foram utilizadas barreiras acústicas ao longo da trajetória do trem. Já os quarteirões sinalizados na cor amarela sofrem impacto de porte médio, ainda recebendo benefícios pela implantação do projeto como a valorização do imóvel e proximidade com a área de lazer, não sofrendo tanto as consequências negativas. Por último, em verde temos os quarteirões que se encontram a uma distância considerável, porém podem desfrutar das melhorias realizadas como a implantação dos parques.

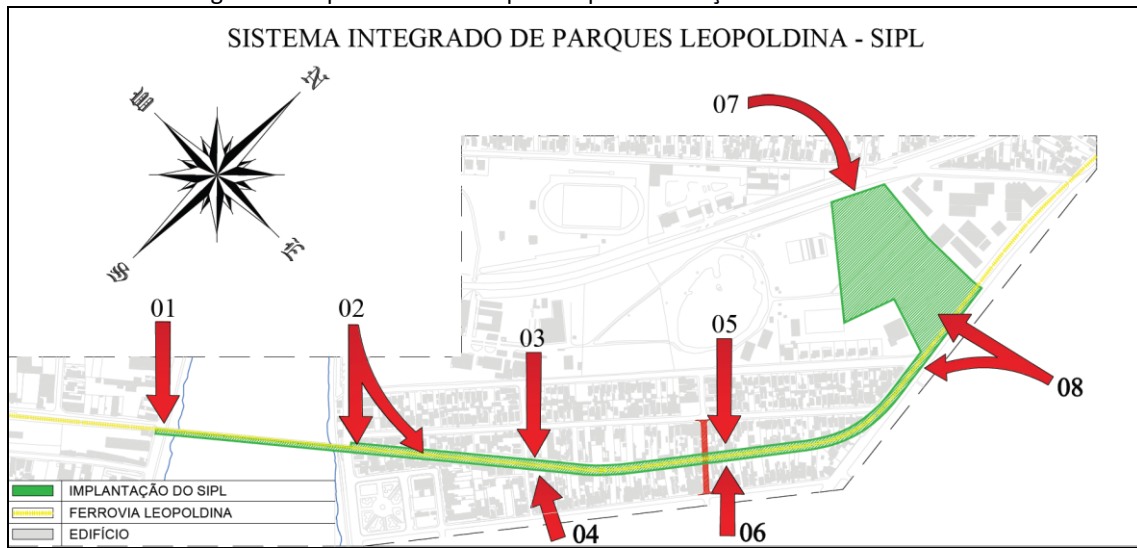
Figura 6. Mapa de Impacto Urbano com relação à implantação do SIPL dentro do local estudado.



Fonte: Acervo próprio (2018).

O SIPL integrou parte do trânsito viário, garantindo um melhor acesso aos equipamentos urbanos, como apresentamos no estudo realizado com a demarcação de pontos com potencial para criação de acessos, na figura 7. Os pontos 01 e 02 dão acesso às passarelas propostas. Os pontos 03 a 06 dão acesso ao trecho intermediário, sendo necessário, em alguns casos, realizar o prolongamento de ruas e o remanejamento de poucas casas, permitindo que haja uma entrada e saída aproximadamente a cada 300 m de distância. Já os pontos 07 e 08 acessam o trecho final, o Parque Estação Ferroviária.

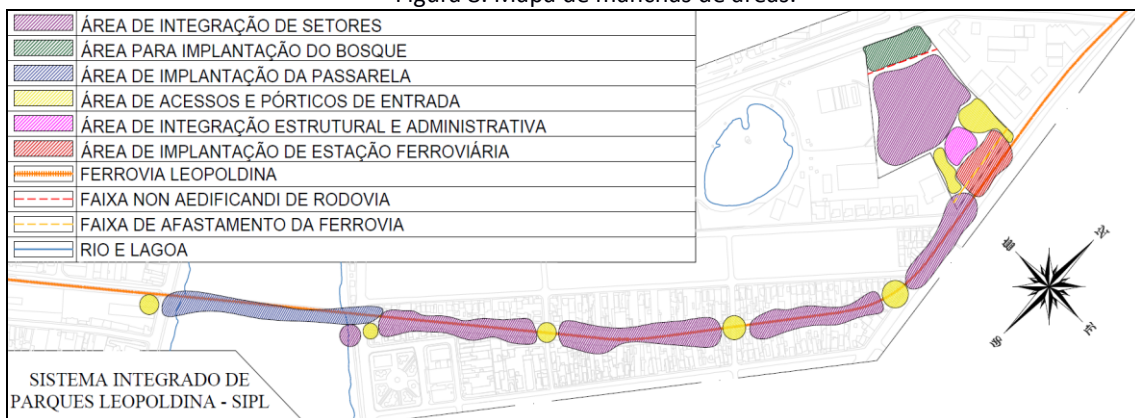
Figura 7. Mapa de estudo de pontos para colocação de acessos ao SIPL.



Fonte: Acervo próprio (2018).

Dentro do contexto urbano, foram realizados também estudos de impacto do ruído e das condições climáticas entorno da área de implantação do SIPL. Além disto, foi realizado um estudo de manchas onde cada uma delas representa uma área em questão (figura 8). Estas áreas abrangem os setores apresentados no programa de necessidades, sendo estes: área de integração de setores, área para implantação do bosque, área para implantação de passarela, área de acessos e pórticos de entrada, área de integração administrativa e estrutural e área de implantação da estação ferroviária.

Figura 8. Mapa de manchas de áreas.



Observamos o SIPL de forma íntegra, desde o trecho inicial, a Passarela, trecho intermediário, o Parque Linear e o trecho final, o Parque Estação Ferroviária.

Fonte: Acervo próprio (2018).

A partir dessa descrição foi iniciado o desenvolvimento da planta de consolidação (figura 9), assim como as plantas complementares para finalização do anteprojeto (Apêndice 1).

Figura 9. Planta de consolidação do SIPL de forma integrada.



Fonte: Acervo Próprio (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais questões que se buscou observar neste trabalho foi se a expansão urbana tem servido como elemento criador de espaços livres na cidade de Campos dos Goytacazes. Ainda, procurou-se entender o processo de crescimento urbano, abordando tanto os aspectos políticos, como direito à cidade, normas e leis presentes no Estatuto da Cidade, quanto aspectos físicos, como o SEL.

Verificou-se, de modo geral, que a especulação imobiliária é um fator que impulsiona o crescimento desorganizado das cidades, vinculada por vezes à ausência do caráter coletivo do poder público, o que gera como consequência a segregação socioespacial, afetando principalmente a população de baixa renda. Porém, podemos observar ao longo das análises realizadas, que existem instrumentos capazes de reverter o quadro atual da grande maioria das cidades brasileiras, a partir da implementação das diretrizes presentes na CF e no EC, por meio do uso do Plano Diretor Participativo e seus instrumentos, podendo gerar um planejamento urbano de inclusão social, permitindo a todos gozar das liberdades públicas, como lazer, cultura, recreação, entre outros.

Dessa forma, pensando no potencial de utilização dos espaços livres na cidade de Campos dos Goytacazes, este trabalho apresentou um estudo de caso, por meio da implantação de um equipamento urbano de grande porte. O SIPL requalifica uma área antes subutilizada, porém com grande potencial geográfico, paisagístico e socioambiental tornando-o útil e funcional para a população, apresentando uma proposta de descentralização das atividades de lazer, esporte e cultura, que se concentram na parte do município que corresponde à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. O projeto apresentado, nasce pela procura do cidadão por um espaço que concentre benefícios para integração com o meio urbano, gerando qualidade de vida, desde os aspectos sociais até a recreação e desenvolvimento de cultura, representando um equipamento urbano de porte para o município que permite a integração de pelo menos três modais de transportes. Por conseguinte, podemos presumir que todo espaço livre é dotado de potencialidades que podem gerar benefícios para a população de cada cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Denise de; TÂNGARI, Vera Regina. Nós nas redes: conflitos e transformações da paisagem da Ilha da Madeira, Itaguaí. In: **Anais do APPurbana**. Natal, UFRN, 2012. CD ROM.



ALIPRANDI, Danielly Cozer. **O sistema de espaços livres da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ: Carências e potencialidades.** Tese (Doutorado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

ARENDIT, Ednilson José **Expansão Urbana em Campinas: Ocupação do Solo, Consequências Sociais e Atuação do Poder Público Municipal.** PUC - SP, 1993.

BARROSO, Elvira Fernandes. **A responsabilidade do Poder Público no planejamento e gestão da cidade,** 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei número 7.972 de 2008:** Institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/planodiretor.php>. Acessado em: 15 out, 2019.

CIDAC (Centro de Informações e Dados de Campos). **Perfil praças e jardins.** 2015. Disponível em: <http://cidac.campos.rj.gov.br/pracas/#p=1>. Acessado em: 17 out, 2019.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Outro lado do meio ambiente. In: **Outro lado do meio ambiente.** CETESB, 1985.

CONTI, Eliane França; FARIA, Teresa Peixoto; TIMÓTEO Geraldo Márcio. **Os vazios urbanos versus a função social da propriedade:** o papel do Plano Diretor da Cidade de Campos dos Goytacazes. Bol. geogr., Maringá, v. 32, n. 3, set-dez, 2014, p.151-169.

CORIOLOANO, Germana Pires; RODRIGUES, Waldecy; OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Estatuto da Cidade e seus instrumentos de combate às desigualdades socioterritoriais:** o Plano Diretor Participativo de Palmas (TO). urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana [online]. 2013, vol.5, n.2, pp.131-145. ISSN 2175-3369. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.05.002.AC04>

CRUZ, José Luis Vianna da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense. Rio de Janeiro, 2003. 338 p. Tese (Doutorado) – Planejamento Urbano e regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo).

D'ALMEIDA, Úrsula Gonçalves; ALIPRANDI Danielly Cozer; PINHEIRO Mariana Marques. **Os espaços livres de Campos:** a paisagem e o Plano Diretor Municipal, 2015.

DGOTDU. **Vocabulário Urbanístico.** DGOTDU. Lisboa, 1998.

FAES, Allan Soto. **Sistema integrado de Parques Leopoldina.** 2018.

FERREIRA, GLBV; JESUS, Iago Santana de; MARIANO, Max Vinícius. Plano diretor e a participação pública no planejamento urbano. **Âmbito Jurídico. Rio Grande. XII,** n. 65, 2009.



FERREIRA, Vítor Matias; LUCAS, Joana; GATO, M. Assunção. Requalificação urbana ou reconversão urbanística? **A cidade da Expo**, v. 98, p. 205-251, 1999.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GONÇALVES, Juliano Costa. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**: um estudo de caso. Editora E-papers, 2010.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; MONTANDON, Daniel Todtmann. Projeto Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação dos Planos Diretores Participativos. **Rio de Janeiro: Letra Capital**: Observatório da Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Tese aprovada com louvor no IX Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Florianópolis, de 7 a 14 de setembro de 1940. Serviço Geográfico do IBGE: Rio de Janeiro, 1945.

MAGNOLI, Miranda. Em busca de outros espaços livres. **Paisagem e Ambiente**: Ensaios, São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006a, p.141-174.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1999.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes. **Requalificação urbana**: Alguns conceitos básicos. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 05, 2007, p.117-129.

OLIVEIRA, Adão Francisco. **Heterotopia, democracia e gestão urbana**: desigualdades socioterritoriais e participação sociopolítica em Goiânia (1997-2008). 2011. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PASSOS, William Souza. **Cana-de-açúcar, petróleo e as grandes intervenções regionais recentes**: projetos setoriais em disputa no campo dos discursos regionalistas de desenvolvimento de Campos dos Goytacazes, 2011.

PLANO DIRETOR URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DE 1991. **Lei Municipal nº 5.251 de 27 de dezembro de 1991**.

PLANO DIRETOR URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DE 2008. **Lei Municipal No. 7.972/2008**.

PONTES, Lucas Pericles. **Natureza jurídica dos royalties do petróleo e a compensação financeira pela exploração**, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade**: instrumento para as cidades que sonham crescerem com justiça



e beleza, 2001.

ROLNIK, Raquel. e KLINK, Jeroen. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano:** por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos - *CEBRAP*. São Paulo, 2011, n. 89.

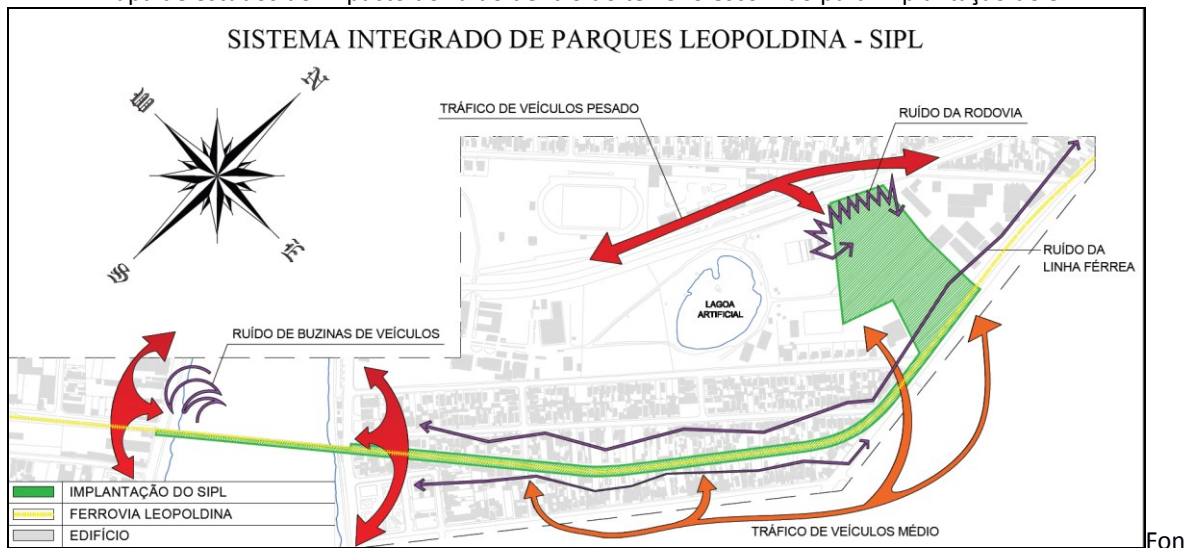
SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores LTDA, 2010.

TÂNGARI, Vera Regina. A construção social das paisagens no brasil: um debate conceitual e metodológico. In: **Anais ANPUR**. XV Encontro Nacional. Recife. 2013.

APÊNDICE

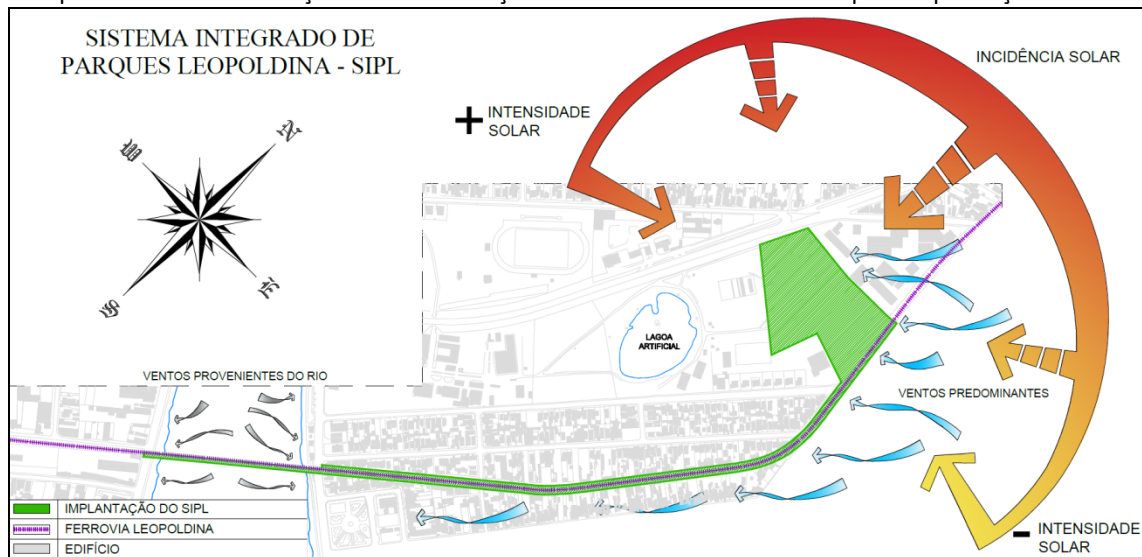
APÊNDICE 1: Imagens complementares da proposta do Sistema Integrado de Parques Leopoldina

Mapa de estudos do impacto do ruído dentro do terreno escolhido para implantação do SIPL.

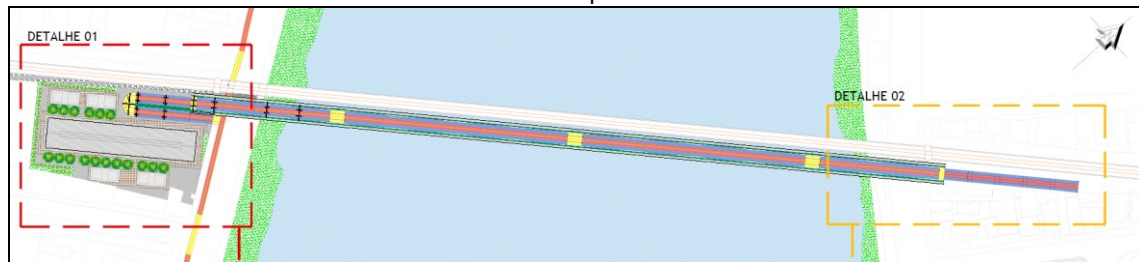


te: Acervo Próprio, 2018.

Mapa de estudo de insolação solar e ventilação dentro do terreno escolhido para implantação do SIPL.

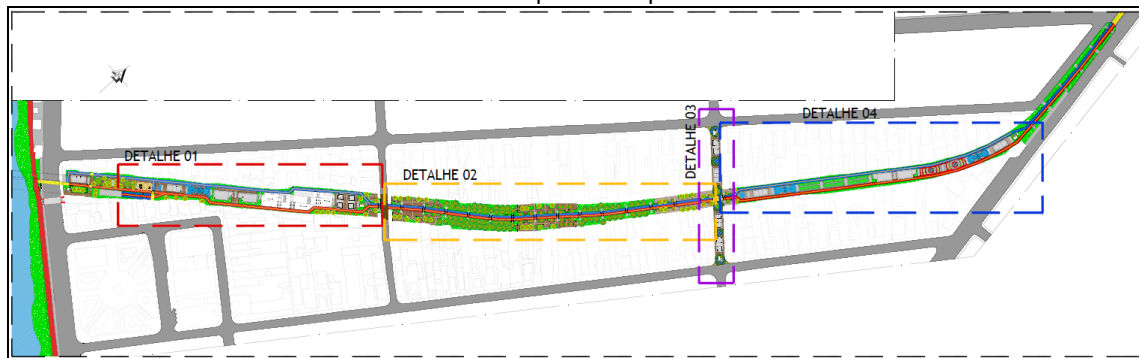


Planta de acesso à Passarela e do Galpão Cultural da UFF e seu entorno.



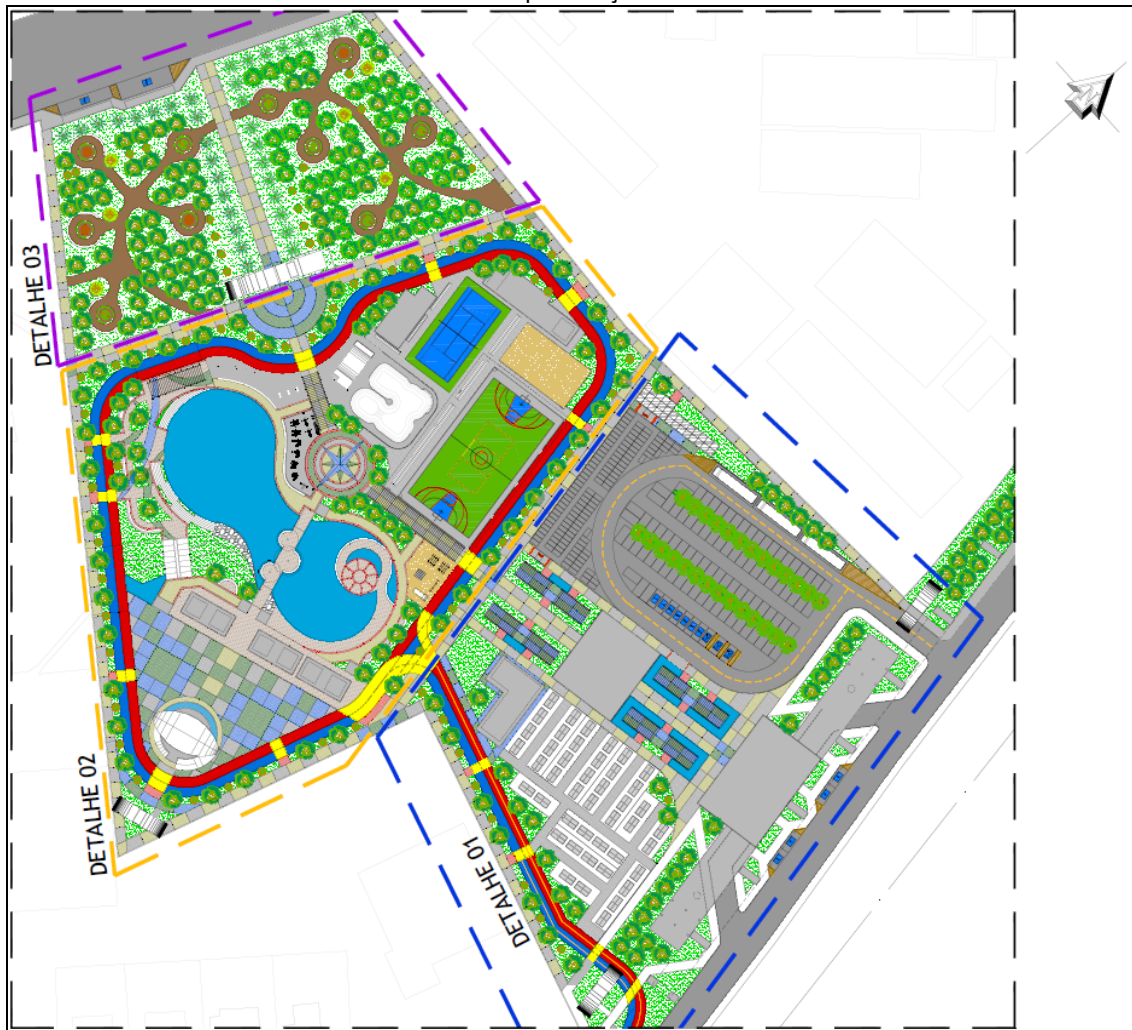
01 - Acesso à Passarela por meio de rampa, 02 – Quiosque Modelo SIPL, 04 - Galpão da UFF, 05 – Passarela, 06 – Ponte de Ferro, 07 – Linha Férrea Leopoldina, 08 – Rio Paraíba do Sul e 09 – Avenida XV de Novembro.
Fonte: Acervo Próprio, 2018.

Planta do Parque Linear por inteiro.



No detalhe 01 – Trecho Inicial, detalhe 02 – Trecho Intermediário, detalhe 03 – Trecho Final e detalhe 04 – Boulevard – Praça de Alimentação.
Fonte: Acervo Próprio, 2018.

Planta do Parque Estação Ferroviária.

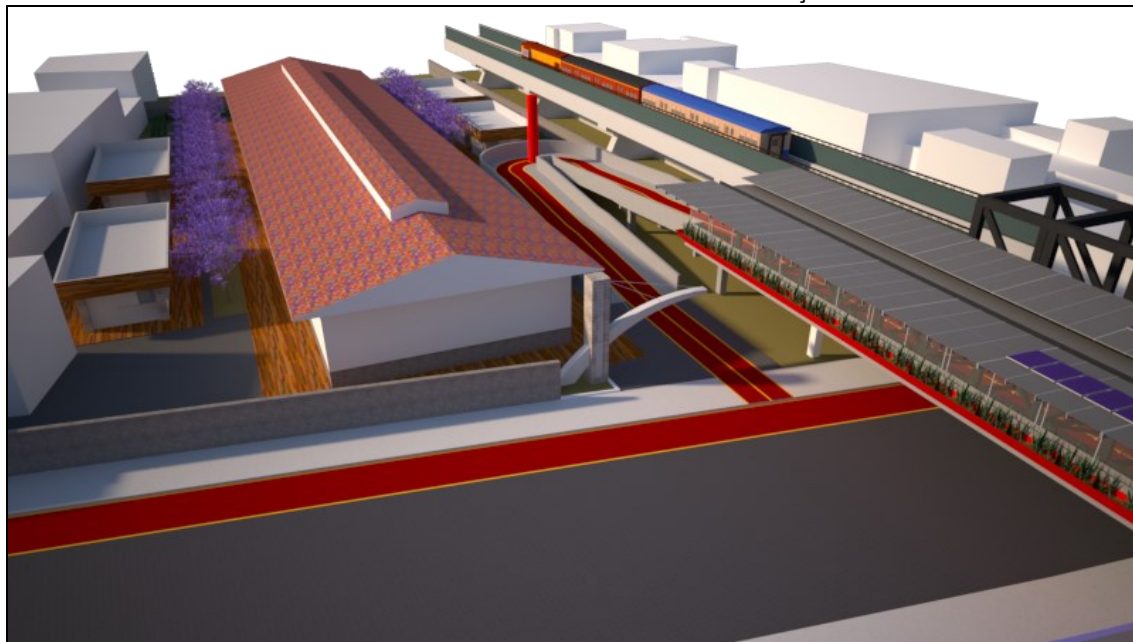


No detalhe 01 – Setor de Serviços e Administração, o detalhe 02 – Setor Contemplativo, lazer e recreação e o detalhe 03 – Bosque.

Fonte: Acervo Próprio, 2018.



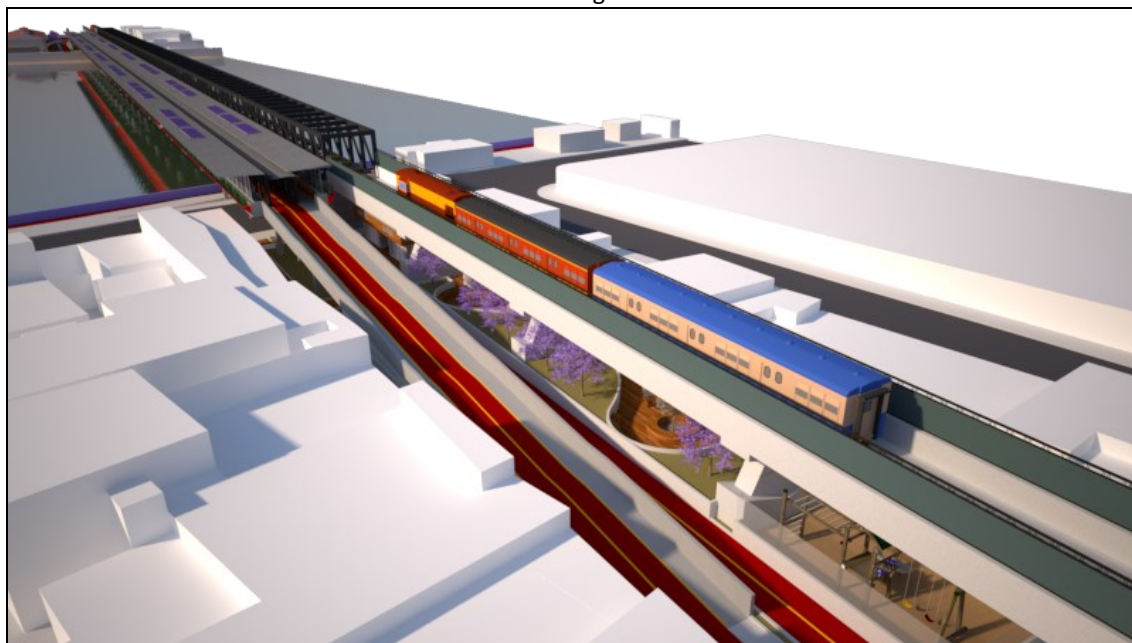
Vista da Av. XV de Novembro do Pocket Park - Praça de Estar



Tre

cho 01. Subida da Passarela para travessia do Rio Paraíba do Sul.
Fonte: Acervo Próprio, 2018.

Vista aérea da chegada à Guarus.



Final do 01. Descida da Passarela e início do Trecho 02. Parque Linear sob a linha férrea.
Fonte: Acervo Próprio, 2018.

Espaços de possibilidades:

Reflexões sobre as micropolíticas culturais de ativação dos baixios de viadutos na cidade do Rio de Janeiro

LINHA TEMÁTICA : PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS

PETTERSEN, Maria Castilho Maron

Mestranda em urbanismo, PROURB/UFRJ, mariacmpettersen@gmail.com

RESUMO

O artigo se propõe a refletir sobre as micropolíticas de intervenções urbanas, diante do contexto em que cada vez mais, as pessoas têm se envolvido na construção dos espaços da cidade através de ações em escala local, fundadas na proatividade e na participação. Para abordar o assunto, foi estabelecido como recorte de estudo, as chamadas ações culturais que proliferam em baixios de viadutos na cidade do Rio de Janeiro. Tal reflexão perpassa pela compreensão do papel dessas ações de ressignificar o local de sua apropriação e reivindicar o espaço de um segmento da população na urbe, bem como pelo seu potencial de tornar visíveis questões, lugares, indivíduos e/ou culturas, tradicionalmente invisibilizados. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a revisão bibliográfica sobre o tema; e uma pesquisa eletrônica em meios considerados mais informais – como o *instagram* - devido à precariedade de acervo formal sobre algumas das intervenções e à oportunidade de analisar o material fotográfico disponível nessas plataformas, que é produzido pelos próprios atores sociais envolvidos nas ações. Além disso, a temática se faz relevante por discutir iniciativas que tem se mostrado contrastantes à tendência do chamado planejamento estratégico de incorporação da cultura ao seu discurso para justificar soluções urbanísticas, muitas das vezes, propulsoras de desigualdades socioespaciais.

PALAVRAS-CHAVE: ação cultural; baixios de viadutos; micropolíticas urbanas.

1 INTRODUÇÃO

*"Make visible what, without you, might perhaps never have been seen."*¹
 (BRESSION *apud* WEILAND, 2013, p.13)

A reflexão que introduz este estudo parte do contexto em que cada vez mais, operando fora da cultura de planejamento tradicional, as pessoas têm assumido responsabilidade por suas cidades e se envolvido na construção de seus espaços urbanos. Conforme afirma Weiland (2013, p.13), "a cidadania ativa existe mesmo quando o próprio conceito é desconhecido.", ou seja, mesmo quando as pessoas não têm a consciência do seu papel na produção ou aprimoramento dos espaços da cidade.

Trata-se do potencial das ações em escala local, fundadas nas atitudes proativas e na participação, não só pela sua capacidade de utilizar recursos limitados para solucionar os desafios da urbe, como também a de tornar visíveis questões, lugares, indivíduos e/ou culturas, que estavam invisibilizados em uma cidade que vive num ritmo acelerado e desigual.

Dentro desta temática, em linhas mais específicas, o artigo objetiva promover reflexões acerca das

¹ "Torne visível o que, sem você, talvez nunca tenha sido visto." (tradução nossa)



intervenções de caráter cultural em vazios urbanos localizados em áreas marginalizadas da cidade e de seu desempenho na criação de comuns urbanos - considerando o contexto de organização das ações por grupos da sociedade civil, ou seja, caracterizadas como de baixo para cima (urbanismo *bottom up*). Assim, busca-se compreender o seu papel de ressignificar o local de sua apropriação e reivindicar o espaço de um segmento da população na urbe.

Para o desenvolvimento desta discussão, utiliza-se como estudo de caso as intervenções culturais que proliferam nos baixios de viadutos do Rio de Janeiro - o recorte de análise é proveniente da pesquisa desenvolvida pela presente autora para dissertação de mestrado de mesmo tema no Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: a pesquisa bibliográfica sobre questões relacionadas ao tema e aos locais em que as apropriações se manifestam para um melhor entendimento das variáveis que as permeiam; bem como uma pesquisa eletrônica em meios considerados mais informais – como o *instagram* - devido à precariedade de acervo formal sobre algumas das intervenções e à possibilidade de promover estudos sobre esse material fotográfico, que é produzido e disponibilizado pelos próprios atores sociais envolvidos nas ações.

Optou-se pela inserção de registros fotográficos em uma relação de intertextualidade com a discussão dos conceitos abordados como recurso devido ao potencial das imagens de representarem visões de uma paisagem configurada por subjetividades e simbolismos. Para Cosgrove (1998, p. 98), a paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", uma unidade visual. O autor complementa a abordagem ao afirmar que todas as paisagens possuem significado simbólico, sendo tal simbolismo apreendido com maior facilidade nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e por meio da representação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes (sendo a fotografia, portanto, uma dessas artes de representação da paisagem).

Justifica-se a atribuição de ênfase nas micropolíticas de intervenções culturais - sobretudo as de caráter contra hegemônico - devido à necessidade de compreensão de formas alternativas de percepção da cultura nos estudos urbanos. A questão se mostra relevante diante do momento em que se encontra o planejamento urbano na época contemporânea - o chamado planejamento estratégico -, onde a cultura passou a ser incorporada ao discurso urbanístico e utilizada como ferramenta para o nortear.

Dentro deste contexto, Arantes (2002) afirma que, depois dos modernos, o estudo da arquitetura e da cidade se depara com o que os clássicos caracterizariam como processos de "ironia objetiva", desses que convertem as melhores intenções no seu avesso, realizando, por finalidade interna e não por desvios, o contrário do que prometiam. Acrescenta ainda, sobre o planejamento estratégico, que:

“Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana - sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa - a que ponto chegamos! (de sofisticação?) - é a cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluyente dos altos serviços a que todos aspiram.” (ARANTES, 2002, p.31)

Seldin (2008) destaca as consequências negativas resultantes dessa forma de planejamento, da supervalorização de centros históricos e do desenvolvimento de projetos arquitetônicos espetaculares voltados para atividades de cultura, lazer e entretenimento, como a



espetacularização e “cenarização” da paisagem, a gentrificação e a instrumentalização da cultura. Nesse sentido, uma questão que surge com certa frequência nos estudos relacionados ao tema, é: o urbanismo que se organiza “de baixo para cima” (o urbanismo *bottom up*), o das micropolíticas, o das ações culturais, organizado por seguimentos da sociedade civil e materializado em uma intervenção pontual fixa ou efêmera, é uma alternativa ao chamado planejamento estratégico?

Assim, o artigo se estrutura em duas partes, sendo a primeira delas uma breve contextualização da pesquisa referente às apropriações em baixios de viadutos, de forma a apresentar um panorama geral da temática e apontar alguns dos casos que emergem no cenário urbano carioca; enquanto a segunda concentra-se em estabelecer um paralelo entre a discussão teórica sobre os conceitos que envolvem as intervenções e os registros fotográficos – de alguns dos casos – que exemplificam a espacialização dos discursos abordados.

2 OS BAIXIOS DE VIADUTOS COMO ESPAÇOS DE POSSIBILIDADES

2.1 Uma breve contextualização sobre a temática das apropriações nos baixios de viadutos na cidade do Rio de Janeiro

A pesquisa partiu do cenário em que os vazios urbanos se multiplicaram na paisagem, gerados por intervenções advindas da onda rodoviarista, que com suas longas e largas vias e viadutos, entrecruzaram a cidade, promoveram rupturas no tecido urbano e perda de vitalidade dos espaços livres públicos as suas margens.

Conforme Secchi (2015), tal modelo de planejar o urbano, centrado no deslocamento individual motorizado, teve sua ascensão ao longo da primeira metade do século vinte, onde as infraestruturas da mobilidade assumiram uma presença visual cada vez mais importante, o que sugeria imagens, planos e projetos aos arquitetos e urbanistas, que provocaram a dilatação das dimensões do ambiente urbano, o transformando em megaestruturas, e o monumentalizando. Entretanto, foi a partir da segunda metade do mesmo século, que esta forma de pensar a urbe começou a ser questionada pelos impactos ambientais, econômicos e sociais, sendo Jacobs (2000) uma das precursoras na discussão sobre a “morte das cidades”², trazendo questões como a perda do potencial do espaço público de proporcionar o encontro.

Para compreensão desses vazios como espaços de possibilidades, utiliza-se o conceito de *terrain vague* de Solà-Morales (2002, p. 187), onde eles são tratados “(...) como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível”. Assim como nos estudos de Guatelli (2008; p.66), que os caracteriza como “objeto híbrido, a uma estrutura não-centrada aberta à ambiguidade, à ambivalência dos sentidos, aos paradoxos, à instabilidade das certezas antes tomadas como verdades inquestionáveis.”

Os conceitos escolhidos de Morales (2002) e Guatelli (2008) atribuem a estes espaços uma visão de paisagem paradoxal, que possui dicotomias, permitindo assim uma abordagem mais positiva ou esperançosa sobre as possibilidades que estes locais apresentam, visto que eles podem abrigar uma diversa gama de atividades com potencial para fazer proliferar a vitalidade e a sociabilidade.

² Segundo Arantes (2002), o cenário de origem do planejamento estratégico é justamente o do movimento de volta à cidade, de incentivo ao uso dos espaços públicos – movimento iniciado após as discussões sobre “a morte das cidades” - que no mais das vezes, resultaram em conhecidos processos de gentrificação, os quais os seus promotores preferem chamar de “revitalização urbana”, em grande parte, desencadeados pelo encontro glamoroso entre a cultura e o capital.

Assim, as imagens dicotômicas dos baixios se fazem presente no sentido que é introduzido um contraponto a concepção mais comum e disseminada, que os estabelece como espaços “marginais”, ou seja, indesejados e inseguros, onde se tornam visíveis as contradições sociais da metrópole. Nela, tais locais – os baixios - contradizem com a função da cidade de promover o encontro entre as pessoas devido a sua ausência de vitalidade e a conseqüente sensação de insegurança que a acompanha.

Esta outra perspectiva apresentada sobre os vazios compreende que na metrópole não existem espaços inteiramente desocupados, ainda que suas apropriações estejam pautadas na informalidade. Entende-se também que é nesses locais onde ocorre uma brecha do controle do estado e dos setores privados, sendo assim, onde uma parcela da população marginalizada ou ativistas sociais conseguem representatividade através de apropriações culturais, sejam elas fixas ou efêmeras, manifestadas por meio de festas locais, batalhas musicais ou grafite, capazes de instaurar novas dinâmicas no espaço em questão e novas vivências aos que o utilizam.

Dessa forma, considera-se o cenário em que os casos de apropriações nos baixios viadutos - sobretudo através de manifestações artísticas e culturais - se multiplicam e ganham visibilidade no município do Rio de Janeiro. O processo de identificação dessas ações e de seu caráter participativo através de uma análise de páginas e eventos criados pelos seus organizadores em redes sociais está representado de forma esquemática no quadro conceitual da figura 1, enquanto o mapeamento das iniciativas pode ser observado na figura 2.

Figura 1: quadro conceitual referente ao processo de identificação do caráter das apropriações em baixios de viadutos.



Fonte: colagem produzida pela autora através de fragmentos das páginas das redes sociais dos organizadores das intervenções em questão, 2019.

Figura 2: Mapeamento das intervenções em baixios de viadutos no Rio de Janeiro



Fonte: produzido pela autora através da ferramenta *MyMaps* do *Google*, 2019.

A partir do mapeamento e identificação do caráter das intervenções, entende-se que a reflexão proposta neste estudo perpassa pela discussão dos conceitos de “ação cultural” e de “comum urbano”, visto que as expressões estão atreladas ao contexto de grande parte das apropriações que emergem nos baixios de viadutos em diversos pontos da cidade, bem como pelo entendimento da relação mútua entre as duas concepções, onde: a partir de uma ação cultural, os vazios ganham o significado de comum urbano.

3 AS MICROPOLÍTICAS DE ATIVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

3.1 A criação de bens comuns urbanos a partir de ações culturais:

Para o esclarecimento da utilização do termo “comum urbano”, a partir de Harvey (2014, p. 143-144), é relevante pontuar que existem diferenças entre os bens públicos e os comuns urbanos, visto que “os espaços e os bens públicos urbanos sempre foram uma questão de poder do Estado e administração pública, e esses espaços e bens não constituem necessariamente um comum.” Assim, acrescenta o autor: “Embora esses espaços e bens públicos contribuam intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades.”

Dessa forma, compreende-se que a relação estabelecida através de uma ação política entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos do meio físico e/ou social a ser apropriado, cria a condição de bem comum ao espaço. Como espacialização da situação relatada, a figura 3 expõe a utilização do baixo do viaduto de Realengo para realização de reuniões com a comunidade pautadas em assuntos de interesse mútuo.

Figura 3: Publicação no *instagram* dos organizadores das ações no Viaduto Realengo com um registro de uma das atividades que o local abriga eventualmente – audiência pública



Fonte: Perfil do Viaduto Realengo no *instagram*³. Editado pela autora, 2019.

Além disso, a legenda da imagem indica reivindicações políticas por parte dos atores envolvidos, onde a reunião verificada na fotografia é descrita como uma “Audiência pública” – o título é acompanhado pelas *hashtags*⁴ “#parquerealengoverde” e “#realengoquequeremos”- evidenciando o desejo da construção de um parque que atenda a área.

Diante do caráter de reivindicação coletiva expresso no exemplo de Realengo, se faz necessário retornar ao discurso de Harvey (2014) também quanto a sua abordagem de direito à cidade:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28)

Harvey (2014, p.15) acrescenta ainda que “a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (...). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” A ideia do

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BmD95KghPEL/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.

⁴ *Hashtag* é uma palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) que as pessoas geralmente utilizam para identificar o tema do conteúdo que estão compartilhando nas Redes Sociais.



direito a cidade como prática de reivindicação da cidade que surge das ruas, se manifesta nelas através de uma gama diversificada de ações – tanto de forma objetiva quanto subjetiva – também pode ser verificada na figura 4, que ilustra um grafite com o dizer “Salve a rua!”.

Figura 4: Publicação no *instagram* dos organizadores das ações no Viaduto Realengo com o registro de um dos grafites do local, que diz “Salve a Rua!”.



Fonte: Perfil do Viaduto Realengo no *instagram*.⁵ Editado pela autora, 2019.

Através desta abordagem sobre o tema, compreende-se o papel das intervenções de interesse coletivo, dotadas de um caráter político de reivindicação da cidade, na criação de comuns urbanos. Nesse sentido, destacam-se as “ações culturais”, devido às fortes características de afirmação e de resistência manifestadas por elas no espaço.

Seldin (2008) pontua que as “ações culturais” representam um fenômeno relativamente recente no cenário brasileiro - teriam seu grande “boom” nos anos 90 - e se destacam dos projetos culturais convencionais devido à prática de linguagens artístico-culturais variadas em espaços marginalizados da cidade, assim como por privilegiarem o desenvolvimento social em detrimento do econômico. Dessa forma, Seldin (2008, p.25) define as ações culturais como:

[...] movimentos ou iniciativas originárias de grupos comunitários, dotados de uma forte relação com o espaço urbano onde se inserem, e que procuram atuar em direção à transformação e ao desenvolvimento social, através da manifestação de diferentes práticas e linguagens, buscando a visibilidade dificultada por políticas hegemônicas.

Entende-se então que as ações culturais são provenientes de iniciativas locais, dotadas de forte relação com o espaço urbano, se manifestando nele através de diferentes práticas e linguagens. Como exemplo dessas diversas formas de espacialização da chamada ação cultural – entre as apropriações nos baixios de viadutos mapeadas -, destaca-se: a batalha 50cents no viaduto de Campo Grande; o Espaço cultural Viaduto Realengo, no Viaduto Aloysio Fialho Gomes; o Baile

⁵ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BoZvPDXBaUG/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.

Charme Madureira, no Viaduto Negrão Lima; o Espaço Cultural do Pontilhão da Maré, no Viaduto da Linha Amarela; a favela Cineclub, no Viaduto São Pedro São Paulo. (Algumas das ações pontuadas podem ser observada nas figuras 5, 6, 7 e 8).

Figura 5, 6, 7 e 8: registros fotográficos de algumas das ações culturais em baixios de viadutos cariocas.



Fonte: perfil da Batalha 50cents⁶, do Viaduto Realengo⁷, do Viaduto Madureira⁸ e do coletivo de Skate da Maré⁹ no *instagram*. Editado pela autora, 2019.

Para Crosgrave (1998, p. 225), "a cultura é sempre potencialmente capaz de ser traduzida ao nível da reflexão consciente e da comunicação.", nesse sentido, é possível compreender que a linguagem de comunicação dessa cultura identificado nos exemplos apresentados é o movimento *hip hop* (*rap*, *DJing*, *breakdance*, *graffiti*.), a *black music*, entre outros elementos da cultura negra, em suas mais diversas formas de manifestação. Sendo assim, acrescenta-se que "para compreender as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem, necessitamos de um conhecimento da

⁶ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/5pqHA9vS6G/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.

⁷ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BoZvPDXBaUG/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.

⁸ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BzzFavxAWUb/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019

⁹ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/BxVvBwlgz0Q/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.

"linguagem" empregada: os símbolos e seu significado nessa cultura." (Crosgrave, 1998, p. 227).

O caráter de resistência da cultura negra presente na apropriação em Madureira, por exemplo, pode ser facilmente identificado na figura 10. Na imagem, a mensagem é clara "celebrar o resgate diário da nossa identidade", publicada no dia da consciência negra.

Figura 9: Publicação no instagram dos organizadores das ações no Viatuto Madureira sobre o resgate diário da identidade celebrado no dia da consciência negra.



Fonte: Perfil do Viaduto Madureira no instagram.¹⁰ Editado pela autora, 2019.

Contribui para reflexão, Takaki e Coelho (2008, p.132) ao afirmar que “Hoje, esse movimento *black music* presente sob o viaduto de Madureira, rompe suas fronteiras físicas, e se coloca na cidade através do simbolismo de resistência da cultura negra.”. Pontuam também sobre a natureza política do *HipHop*:

“O *HipHop* tem por natureza o protesto que reivindica a presença da periferia urbana como ator social ativo não sujeito a cultura do outro, mas atuante no processo de formação da sociedade, e é neste sentido que consideramos tal cultura como “ação cultural”, a própria cultura como “ação” (...). (TAKAKI ; COELHO, 2008, p.129)

Já quanto aos atores sociais envolvidos nesse tipo de intervenções: Seldin (2008) ressalta a importância de assinalar que as ações culturais consideradas por ela remetem a projetos originários de iniciativas locais (assim como nos casos aqui retratados em paralelo as reflexões textuais). Ou seja, são aqueles que surgem “de baixo para cima”, não seguindo um modelo previamente imposto nem algum padrão referente à determinada política assistencialista. Acrescenta ainda que a ideia das ações culturais não é inserir o sujeito numa cultura dada, mas sim torná-lo um cúmplice, participante ativo na criação da cultura e da cidade.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bbu7JahBUgC/>>. Acesso em: 09 de outubro. 2019.



3.2 O caráter de resistência das chamadas ações culturais

Harvey apresenta um contraponto em relação aos comuns urbanos ao discorrer sobre a possibilidade de os agentes imobiliários se aproveitarem do caráter multicultural, diversificado e movimentado de um bairro para propagandear, vender a imagem desse espaço no mercado - diversidade esta que um grupo comunitário lutou para manter e proteger da gentrificação -, o que resulta em uma mesma medida, no aumento dos preços e impostos das propriedades. Acrescenta o autor:

“Os que criam um cotidiano comunitário interessante e estimulante acabam por perdê-lo para as práticas predatórias dos agentes imobiliários, dos financistas e consumidores de classe alta, que carecem de qualquer imaginação social urbana.” (HARVEY, 2014, p. 153)

Nesse sentido, a problemática apontada insere a criação de comuns urbanos - sobretudo os que ampliam a visibilidade da diversidade cultural - na lógica do planejamento estratégico, e por facetas como esta, Arantes (2002) escreveu sobre a capacidade desse de transformar a melhor das intenções, no seu oposto.

Entretanto, este não é o caso das intervenções culturais estudadas e nem parece ser um destino a ser enfrentado por elas: o contraponto se mostra justamente na busca pela transformação e desenvolvimento social, em detrimento do econômico, em um momento do planejamento urbano em que as cidades passam elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadoria. O propósito principal verificado nelas é muito mais sobre o valor de uso que esses comuns urbanos criados representam para os habitantes de seus arredores do que sobre o valor de troca com que eles se apresentam para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico, uma renda exclusiva.

Além disso, por mais que a capacidade de “distorcer as boas intenções” do planejamento estratégico seja algo comprovado - e verificado em diversos casos em que, por exemplo, a defesa da diversidade étnica se transforma em uma espécie de “venda da etnicidade” -, é preciso o interesse do mercado na imagem que o espaço alvo de especulação tem a oferecer. Quanto a esta característica, é relevante ressaltar que as intervenções culturais estudadas se encontram nas áreas invisibilizadas da metrópole, áreas espacial e socialmente marginalizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão desenvolvida foi possível ampliar a compreensão acerca das variáveis que envolvem as intervenções, de caráter cultural, em baixios de viadutos e da qualidade de bem comum urbano criada nesses locais a partir dessas ações.

Além do mais, compreende-se que através das intervenções culturais, foi possível inverter a dinâmica de significado atribuída ao baixio de viaduto – de forma a entender o vazio não mais como parte de uma estrutura de bloqueio, mas como um local de possibilidade – no que tange a função da cidade de promover o encontro entre as pessoas, a interação com o outro e com o diverso.

Dessa forma, tais micropolíticas de intervenção no espaço urbano se mostram poderosas quanto ao papel de tornar visível, tanto o local, o espaço físico do baixio de viaduto, invisibilizado pela sua imagem estigmatizada, quanto a cultura de rua que nele se manifesta e as pessoas que através



dela se expressam, invisibilizadas também pelo estigma atribuído a quem está à margem da sociedade em quesitos sociais, econômicos e espaciais.

Por fim, as micropolíticas urbanas estudadas se mostram, mesmo que não seja de forma consciente para todos os que nelas estão envolvidos, como uma atividade de militância e resistência à lógica do planejamento estratégico. São muitas as possíveis motivações (de intervir no espaço) para os atores sociais envolvidos - talvez por estarem agindo dentro da realidade possível de quem se localiza em áreas espacial e socialmente marginalizadas, talvez por esta forma de urbanismo “de baixo para cima” ter surgido como o urbanismo possível para esse segmento da sociedade -, mas o fato é que os comuns urbanos produzidos são dotados de inúmeras expressões, simbólicas e subjetivas, de reivindicação da cidade e da cultura! Os espaços coletivos produzidos e as atividades que nele se manifestam são, metaforicamente, um grito por visibilidade, por direito à cidade e à cultura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, O. Uma estratégia fatal. In.: ARANTES, O. ; VAINER, C. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 2002, p. 11-74

COSGROVE, D. E. (1998): A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORR A, R.L., ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 92-123.

GUATELLI, I. Contaminações constitutivas do espaço urbano: cultura urbana por intermédio da intertextualidade e do entre. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 24, p. 62-78, 1 dez. 2008.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROSA, Marcos L. e WEILAND, Ute E. (eds.). Handmade Urbanism. Berlin: Jovis Verlag, 2013.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Terrain Vague. In: _____. Territorios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-35561/terrain-vague-ignasi-de-sola-morales>>. Acesso em 04 de julho 2019

SECCHI, Bernardo. A Cidade do Século Vinte. Editora Perspectiva, 2005.

SELDIN, Claudia. As ações culturais e o espaço urbano: o caso do Complexo da Maré no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TAKAKI, E.; COELHO, G. A experiência da Ação Cultural Hip-Hop sob o Viaduto de Madureira no Rio de Janeiro. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), n. 8, p. 126-137, 1 jul. 2008.

WEILAND, Ute E. Make the Invisible Visible. In: ROSA, Marcos L. e WEILAND, Ute E. Handmade Urbanism. Berlin: Jovis Verlag, 2013. p. 12-13



Paisagem simbólica da Baía de Guanabara (RJ):

Uma análise alternativa à cultura dominante

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

OLIVEIRA, Bárbara

Mestranda, PROURB/UFRJ, barbaraboy57@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca discutir a paisagem da Baía de Guanabara, importante acesso da cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana, a partir da abordagem do geógrafo Denis Cosgrove (1989), que identifica múltiplos tipos de paisagens simbólicas, dentre elas: *paisagem da cultura dominante* e *paisagem alternativa*. A paisagem dessa região é colocada em evidência principalmente pelo seu valor de troca. Porém aqui partimos da compreensão que a Baía conforma um espaço de *memória coletiva* baseada na experiência vivida. Faz-se necessária a discussão da paisagem idealizada nos cartões postais da cidade em contraponto a paisagem alternativa. Almeja-se aqui debater a *paisagem alternativa* de Cosgrove, que pode ser analisada por sua vez em subcategoria como *paisagens excluídas*. O conceito é sinalizado pelo autor como também um problema de gênero, onde existe o apagamento de narrativas femininas frente a cultura dominante. As mulheres fazem parte da parcela da cultura excluída da paisagem pública, já que o uso da paisagem por elas durante muito tempo se deu pela paisagem doméstica. Um exemplo que trazemos para discussão dessa pesquisa é a resistência da dançarina Luz del Fuego na Baía de Guanabara, que rompe drasticamente com a sociedade da época dando um uso inesperado para uma de suas ilhas da Baía de Guanabara.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem simbólica; Baía de Guanabara; Denis Cosgrove;

1 INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto que a paisagem está em constante transformação no espaço-tempo e um dos principais palcos dessa modificação na cidade do Rio de Janeiro e em sua Região Metropolitana é a Baía de Guanabara. Parte muito importante tanto histórica quanto ambientalmente, a Baía, até hoje é um dos acessos principais da cidade. Entretanto, acabou negligenciada pelo crescimento urbano a partir da segunda metade do século XX. Atualmente, conta com tráfego de navios, barcas de travessias, aeroportos, plataformas de petróleo e pesquisas, além da concentração da poluição proveniente do esgoto sem tratamento despejado em suas águas.

A relevância dessas águas para a cidade pode ser atribuída a diversos fatores de acordo com Carlos Sarthou no livro “Passado e Presente da Baía da Guanabara” (1964): aldeias de tamoios e temiminós viviam em uma relação dialética com a natureza singular dessa localidade; no século XVI, europeus adentraram na Baía de Guanabara e fundaram a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, trazendo os navios negreiros com pessoas escravizadas; e em adição a presença e esquecimento do porto de Maria Angu na Zona Norte; entre outros momentos em que a Baía foi palco da história brasileira. Sua singularidade é causada pela combinação entre o mar, as montanhas e a floresta, ao longo de mais de quatro séculos de história.

Dessa forma podemos perceber a Baía de Guanabara como um lugar da *memória coletiva*, que não deriva de fatos lineares e que depende de uma comunidade afetiva (HALBWACHS, 2006 [1950]). Essas reflexões evidenciam que a memória é uma construção realizada por um grupo de indivíduos, e que pode ser reconstruída e ressignificada. A evocação dessa *memória coletiva*, não



se dá apenas no tempo passado, mas também no tempo presente, buscando reinterpretar a atual relação pragmática e funcional da população com a Baía.

Um dado importante para discutir a paisagem da Baía é que em 2012 a paisagem cultural do Rio de Janeiro foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO sob o título de *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar*. Entretanto, apenas um trecho na paisagem carioca está dentro dessa iniciativa. Trata-se uma área que acompanha a orla da Baía de Guanabara, mais precisamente a Zona Sul da cidade do Rio, os maciços do Parque Nacional da Tijuca e uma área de Niterói. O patrimônio tombado inclui: o Monumento Natural Pão de Açúcar, Morro do Leme, Corcovado, Floresta da Tijuca (Parque Nacional da Tijuca), Aterro do Flamengo (Parque do Flamengo), Jardim Botânico, Enseada de Botafogo, Praia de Copacabana, Arpoador, além da entrada da Baía de Guanabara, e os monumentos Forte do Leme e Forte de Copacabana.

A disputa pela paisagem e pelo território está no âmbito social, espacial e econômico, e sua complexidade está atrelada à noção de pertencimento e poder, amplamente ligada aos significados gerados dessa própria paisagem. Após conhecimento dos parâmetros da UNESCO, e com a interpretação de Cosgrove (1989), podemos compreender que o título de *Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar* está evidenciando apenas a *paisagem da cultura dominante*, expressa pela ocupação das margens da Baía por grandes empresas, em conjunto aos elementos geográficos e simbólicos.

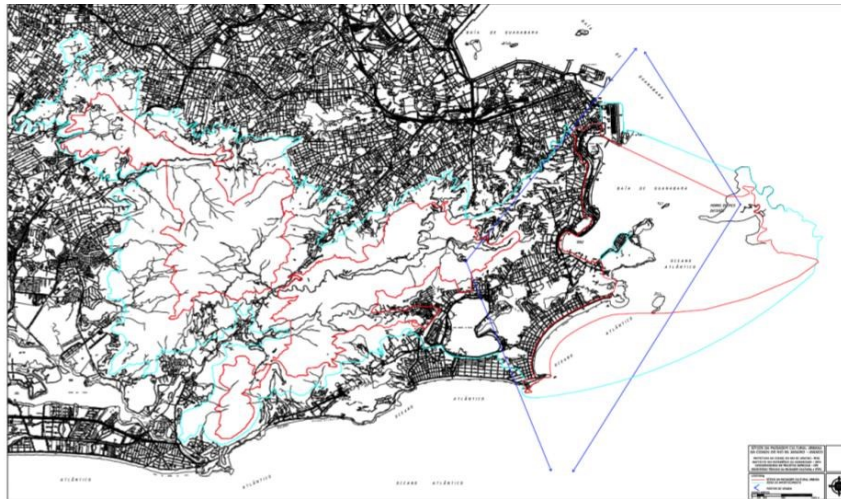
Entretanto existe também a *paisagem alternativa*, esta por sua vez em subcategoria a *paisagem excluída*, sonde questões relacionadas a gênero e raça - materializada por pescadores e mulheres por exemplo. A partir de um estudo sobre a paisagem e sua relação simbólica foi definida a metodologia da paisagem tendo como ênfase a Geografia Cultural pós década de 1970. A abordagem é pela entidade relacional entre o ser humano e o meio que habita e a relação dialética entre eles.

Questionamos aqui então a ação da UNESCO, que demonstra a priori que o caráter das paisagens culturais está vinculado aos atributos naturais, sendo valorizadas por suas visadas, distanciando-se dos atributos urbanos. O trato da paisagem como “imagem”, negligencia suas características culturais, optamos aqui por colocar em evidência justamente outros olhares sobre a Baía de Guanabara, e percebendo seus conflitos e disputas entre meio natural e meio urbano.

Os atributos que conferem à paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, seu valor universal, foram baseadas nos critérios I, II e VI estabelecidos pela UNESCO nas Diretrizes Operacionais para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Sendo eles: I) Representar uma obra-prima de um gênio criativo humano, por meio de sucessivas intervenções na paisagem. II) Ser testemunho de um intercâmbio de influência considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens. VI) Estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional.

A figura 1 nos traz o recorte espacial da paisagem cultural definida pela UNESCO. A linha vermelha mostra qual área e quais elementos estão contidos no título de paisagem cultural, e a linha azul é a sua zona de amortecimento. Esse é um trechos da cidade mais privilegiado, tanto econômica quanto socialmente. Nele contém o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor, representantes da paisagem hegemônica e elitista do Rio de Janeiro. É sintomático determinar que essa seja a paisagem cultural de uma cidade, onde as favelas e a própria população não tem visibilidade e poder.

Figura 1: mapa com os limites dos sítios declarados patrimônio mundial na categoria paisagem cultural urbana e da sua zona de amortecimento.



Fonte: Prefeitura do Rio.

E nesse contexto, que analisamos a invisibilidade de determinadas camadas da paisagem da Baía de Guanabara. Buscando perceber onde se encontram dentro do território; quem são os atores dessas paisagens e por que não aparecem na paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro atribuída pela UNESCO.

PAISAGEM SIMBÓLICA

Partimos do pressuposto que a Baía é um lugar simbólico, onde várias culturas se encontram, podendo gerar conflitos. A geógrafa Doreen Massey define lugar não como possuidor de uma identidade única, mas múltiplas, lugares não estão congelados no tempo, mas são processos. Sendo assim, podem ser ressignificados assim como as memórias.

O simbolismo da paisagem de uma determinada cidade é um elemento do imaginário coletivo de seus próprios habitantes, tal reflexão podemos exemplificar através do livro *Cidades Invisíveis* de Ítalo Calvino, quando o imaginário de cidade se constrói por meio da narrativa de um viajante estrangeiro. Entretanto a relação do real e do imaginário pode ser uma linha tênue, por isso busca-se entender as modificações do próprio conceito de paisagem e da construção cultural da sociedade.

Historicamente o estudo da paisagem passa por diversas vertentes, o significado da palavra como recorte ou espaço limitado observável aparece no Renascimento (século XIV), estabelecendo uma relação direta com o horizonte como um lugar onde a terra e o céu tocam-se. Antevendo uma nova relação entre o ambiente e os seres humanos. Na modernidade, os pensadores ampliam mais suas visões e, os aspectos culturais de uma sociedade passam a ser um elemento fundamental que age sobre o meio natural. Nesse contexto, o geógrafo Carl Sauer define a paisagem cultural:

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessa paisagem com uma sucessão de culturas. Elas derivam em cada caso da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação. De especial importância é aquele clímax de cultura que chamamos de civilização. A paisagem cultural então é sujeita a mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas (SAUER, 1998, p. 43).



Após a década de 1970, uma outra corrente sobre a paisagem vai obtendo mais espaço. O conceito de paisagem abordado neste trabalho parte do geógrafo Denis Cosgrove (1989), que identifica múltiplas categorias de paisagens geográficas ou culturais. Sua conceituação está no âmbito das paisagens simbólicas, e abarcam a paisagem da cultura dominante e a paisagem alternativa. Vamos tomar como ponto de partida, aqui, essa dualidade.

Para Cosgrove, a cultura dominante estabelece uma relação de poder sobre um outro grupo e está baseada no controle dos meios de vida. Esse grupo dominante determina onde estão as forças de uma comunidade. A paisagem está atrelada aos seus símbolos e significados e compreendê-la permitirá refletir sobre o nosso lugar nesse espaço. O autor irá dizer que as paisagens alternativas são menos visíveis. Entretanto essa lógica pode ser invertida dependendo da escala da observação. Cosgrove irá destrinchar as paisagens alternativas em três momentos: residuais, quando se perde seu significado original; emergentes, quando possuem pouca permanência sobre a paisagem, porém provocam futuros alternativos; e excluídas, a narrativa não contada e negligenciada. Essa última classificação nos será útil para compreender o apagamento de certas memórias da Baía.

As reflexões de Cosgrove sobre a paisagem excluída, mostram-se como um problema de gênero, onde muitas vezes existe o apagamento das narrativas femininas.

Em geral, as mulheres representam a maior cultura singular excluída, pelo menos no que tange ao impacto sobre a paisagem pública. (...) A organização e o uso do espaço pelas mulheres pressupõem um conjunto muito diferente de significados simbólicos que aqueles dos homens, e na última década foram feitos estudos iniciais para revelar o significado das diferenças de sexo na atribuição e reprodução do simbolismo na paisagem (COSGROVE, 1989).

Ao longo do processo histórico, as mulheres brancas estavam presentes na paisagem doméstica e não tinham grande participação na paisagem pública da cidade. Por sua vez, suas visões e representações não recebiam devida atenção. Um fato que corrobora para que as mulheres tenham adquirido algum espaço na cidade, ocorre a partir de 1932 quando foi instituído o direito ao voto feminino para mulheres casadas e perante a autorização do marido. Atualmente, mesmo com o direito pleno do voto, ainda assim sofrem com a invisibilidade de suas vivências públicas.

LUZ DEL FUEGO NA PAISAGEM

Como um exemplo da paisagem excluída da Baía de Guanabara, trazemos aqui a dançarina Luz del Fuego. De acordo com sua biografia romanceada escrita em 1994 por Cristina Agostinho, Branca de Paula e Maria do Carmo Brandão, Dora Vivacqua (nome registrado de Luz del Fuego) nasceu em 1917 em Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Foi integrante de uma família conservadora de grande importância descendentes de italianos. Filha de Etelvina Souza Monteiro Vivacqua e José Antônio Vivacqua, juntamente com dezessete irmãos, mudou-se ainda criança para Belo Horizonte, Minas Gerais. Teve contato com diversos intelectuais como Carlos Drummond de Andrade.

Quando mais velha criou um grande fascínio pelo Rio de Janeiro. Morou com uma de suas irmãs mas devido a uma situação de assédio do próprio cunhado, foi mandada a um manicômio, de onde foi retirada por um de seus irmãos. Porém ainda foi internada outra vez pois sua família não aceitava seu comportamento e a caracterizava como uma mulher louca. As autoras de sua biografia romanceada descrevem o momento que justificou sua internação pela segunda vez:

O rapaz recua alguns passos e fica imóvel. O desejo dando lugar ao medo. Além das três folhas de parreira presas nos seios e no púbis, Dora traz nos braços duas cobras-cipós, enroladas como se fossem braceletes. Ela acha graça nos olhos arregalados do rapaz (...) (AGOSTINHO, PAULA, BRANDÃO, 1994, p. 124).

Pouco antes de completar sua maioridade foge para o Rio de Janeiro, em busca de uma vida livre. Por volta de 1942 inicia uma carreira artística como Luz Divina, posteriormente muda seu nome



artístico para Luz del Fuego. Dança em circos com uma jiboia e encanta o público. Em 1949 funda o Partido Naturalista Brasileiro com o slogan "Menos roupa e mais pão!", porém o partido não é registrado, o porquê mais tarde vamos saber, que um de seus irmãos põe fim nos documentos. Posteriormente, Luz consegue uma autorização da Marinha do Brasil para viver na ilha Tapuama de Dentro e a rebatiza de Ilha do Sol. É lá que funda o Clube Naturalista Brasileiro, o primeiro na América Latina. Mantinha um rígido controle de acesso e permanência distinguindo naturalismo de libertinagem.

VISÕES E REPRESENTAÇÕES

Retomando a leitura de autores como Ítalo Calvino que permeiam o imaginário com suas visões de cidades e reinterpretação da paisagem, em uma espécie de relatos de viajantes, a construção da paisagem das cidades descritas em *Cidades Invisíveis* passam pelo imaginário coletivo, assim como a construção da Baía de Guanabara da década de 1960. A forte relação da população com as praias, desde a Ilha do Governador, a Praia de Ramos a Copacabana.

A negligência seletiva para com a Baía como lócus da história urbana carioca, onde narrativas alternativas da cidade são apagadas, em episódios que vão desde a tradicional pesca de baleias aos atracamentos dos navios negreiros nos portos, é um dos sintomas da cultura dominante. Há aqui o perigo da histórica única, descrita por Chimamanda Ngozi Adichie (2009), como uma história que cria estereótipos, que por sua vez, são incompletos e construídos socialmente, porém por algum tempo são considerados verdades absolutas. A relação que a história dominante estabelece com a história de luta feminina também perpassa pelo perigo da história única, que silencia narrativas em prol de outras. Podemos pensar sobre esse aspecto quando Luz coloca em evidência uma ilha da Baía de Guanabara dando um uso inesperado, sendo resistência na década de 1960, em um momento pouco evidente sobre a luta feminina. Porém Luz del Fuego é sempre associada a uma mulher libertina, e a todo momento é sexualizada.

A proposta de pensarmos uma perspectiva feminina da Baía contribui dessa maneira para combater a ideia de que tal paisagem sirva apenas de acesso ao Rio de Janeiro, como historicamente percebemos nos relatos da invasão portuguesa em terras indígenas no início do processo de colonização. Ou até mesmo, que seja uma paisagem apenas da cultura dominante com elementos urbanos conhecidos internacionalmente. Queremos discutir aqui justamente a Baía que não é vista mas é vivenciada no cotidiano.

Luz del Fuego vê na Baía de Guanabara um refugio, e a localização da Ilha do Sol é fundamental para conseguir uma certa liberdade, já que a ilha está mais adentro da Baía, em uma área mais negligenciada. Em um momento quando as praias da orla estão no cotidiano da população, Dora compra a ilha entendendo o fundo da Baía como libertação. É nesse momento também que começa a perceber a degradação de suas águas. Enquanto figura de resistência feminina, impõe sua permanência em um espaço que na lógica da *paisagem da cultura dominante* não poderia ser seu. Podemos observar tal relação na figura a seguir.

Figura 2: Localização Ilha do Sol.



Fonte: acervo pessoal.

Fundar a primeira praia de nudismo do Rio de Janeiro, com certeza foi revolucionário para a década de 1960. E ainda sim diversas pessoas apoiaram essa ação de Luz. A localização da ilha, por mais que tenha ajudado a permanência de Luz del Fuego na paisagem, também contribuiu para sua trágica morte. Ela foi assassinada misteriosamente em 1967, e seu corpo encontrado nas águas da Baía.

VISIBILIDADES E INVISIBILIDADES

As reflexões sobre as representações da paisagem nos ajudam a perceber os limites ou não limites sobre o que é visível e o que é negligenciado, qual história é contada e porque uma é escolhida pela outra. Para subverter a lógica dominante Suely Rolnik e Félix Guattari nos trazem a micropolítica, que é definida como estratégias da economia do desejo no campo social. Os autores afirmam que o sujeito está o tempo todo submetido à forças externas, com isso ele se modifica, porém estamos buscando um equilíbrio e esse equilíbrio é encontrado através dos nossos desejos. As investigações giram em torno desses desejos e da identidade do sujeito.

Os autores discorrem sobre o que eles chamaram em seu livro de revoluções moleculares, com o atrevimento do singularizar. Assim como Gilles Deleuze, Guattari muitas vezes busca suas metáforas e analogias na natureza, lidando aqui com o indivíduo como molécula. Eles vão defender que o sujeito construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar dependendo do poder global. “É preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa; a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelção de subjetividade” (GUATARRI e ROLNIK, 1996, p. 50). Com essa frase os autores afirmam que é preciso entender as particularidades de nós mesmos na luta contra o sujeito modelo tanto colocado no modernismo. Essa reflexão nos ajuda a perceber a importância das pequenas “revoluções” que Luz del Fuego provocou na sua vida e na própria paisagem da Baía de Guanabara, ao se instalar em uma de suas ilhas.

Os debates aqui inseridos dialogam diretamente com a situação de disputa da paisagem da Baía de Guanabara, por ora com enobrecimento da orla através de alguns bairros como Centro/Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, ou Icaraí, São Francisco e Charitas em Niterói; e ora com a negligência frente as demais margens da Baía, como os municípios de Magé, Guapimirim, São Gonçalo, Duque de Caxias, além da Zona Norte do Rio, com uma população de poder econômico mais baixo. Em um



momento com uma lógica econômica e turística, e outro por um abandono cultural. É evidente que esses cenários não são opostos em si na escala micro, mesmo dentro dos bairros negligenciados há disputas da paisagem a todo momento.

Confrontar a desigualdade no Brasil é de grande complexidade, pois tal, atua de forma estruturante em nossa sociedade, afetando inclusive o espaço urbano. Como exemplo os grandes investimentos do próprio poder público em turismo em áreas selecionadas da cidade. A figura 3 mostra a paisagem do Rio de Janeiro que é vendida internacionalmente. Uma paisagem que torna invisível todas as memórias alternativas excluídas da Baía, tanto do passado quanto as do presente.

Figura 3: Paisagem urbana e cultural do Rio de Janeiro levou cidade a ser declarada patrimônio mundial da UNESCO.



Foto: WikiCommons / KarlaFPaiva.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Em suma, esse artigo procurou interpretar uma das paisagens da Baía de Guanabara através do conceito de *paisagem simbólica alternativa* do geógrafo Denis Cosgrove, que juntamente com a concepção de lugar e memória por Doreen Massey completam o quadro teórico analítico.

As conclusões parciais deste trabalho são referentes a invisibilização de narrativas alternativas. Luz del Fuego é apagada da memória da Baía de Guanabara e retirada violentamente de seu território. Associar a Luz à Baía de Guanabara é entrelaçar a magnitude de ambas no processo de descortinar o que é invisível. E para além de dar visibilidade, é lutar para dar poder a essa paisagem e a esses atores negligenciados.

Entendemos também que a paisagem cultural do Rio de Janeiro como Patrimônio Mundial reforçou a invisibilidade das paisagens alternativas, renunciando as características e modificações urbanas das margens da Guanabara e as suas relações cotidianas.

O título, como parte de uma política pública, reforçou a proteção, a conservação e preservação de elementos da cidade que já eram valorados e valorizados, e mais uma vez negou parte do tecido urbano e suas dinâmicas. Além disso, a própria concepção de paisagem apresentada pela UNESCO, que destaca algumas imagens e símbolos, em detrimento de outros que melhor representariam a relação entre o carioca com sua cidade “maravilhosa”, esconde a desigualdade social, o racismo, o machismo e a exploração do trabalho, também existentes nas águas da Guanabara.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agostinho, Cristina; PAULA, Branca de; Brandão, Maria do Carmo. **Uma biografia / Luz del Fuego: a bailarina do povo**. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.

Calvino, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Folha, 2003.

Cardoso, Flora Oliveira de Souza. **Rio de Janeiro patrimônio mundial: a “invisível” paisagem entre a montanha e o mar** / Flora Oliveira de Souza Cardoso. – Recife, 2016. 137 f.: il., fig. Orientadora: Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2016.

Carvalho, Anna Maria Fausto Monteiro de. **A Baía de Guanabara Os itinerários da memória**. São Paulo: Revista USP, 1996.

Corrêa, Armando Magalhães. (Org.); Vieira, Antônio Carlos Pinto. **A Guanabara como natureza: Águas Cariocas**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Outras Letras, 2016.

Cosgrove, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Corrêa, Roberto Lobato e Rosendahl, Zeny (orgs.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.

Guattari, Félix, Rolnik, Sueli. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996. [1986]. (6. Revoluções moleculares: o atrevimento de singularizar. Pp. 45-65)

Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

Lima, Edvaldo Pereira. et al. **retratos da baía**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.

Mesentier, Leonardo Marques de; Lima, Evelyn Furquim. **A Paisagem da Baía de Guanabara: patrimônio, segregação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2018.

Sarthou, Carlos. **Passado e Presente da Baía da Guanabara**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1964.

Chimamanda Ngozi Adichie e o perigo da história única. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-1109987>. Acesso em: 10/08/2019.

Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas Entre A Montanha e O Mar. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>>. Acesso em: 29/10/2019.



A Paisagem de Veias Abertas

Parques com cicatrizes de violência estatal e a geração de identidade no Brasil e na Argentina

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS: ESTAMOS AVANÇANDO?

JOAQUIM, Marina S. S. (1); ORTIZ, Sérgio R. L. (2);

(1) Graduanda, Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, marina.stavalej@gmail.com

(2) Doutorando, Universidade de São Paulo, sergio.ortiz@belasartes.br

RESUMO

Para Ramón Gutiérrez (1989), a maneira como se deu a apropriação do território latino-americano e a construção da paisagem após o advento da colonização, e subsequente exploração, criou povos que têm em comum fragmentação identitária e dificuldade de distinguir suas verdadeiras necessidades e, assim, projetos pertinentes de futuro. O papel do arquiteto paisagista seria interferir na vida urbana, compreendendo essas necessidades, e ajudar a recriar noções ativas de apropriação histórica, gerando uma identidade autêntica e transformadora. O presente trabalho elegeu como estudos de caso o Parque da Juventude (São Paulo, Brasil) e o Parque da Memória às Vítimas de Terrorismo de Estado (Buenos Aires, Argentina). Ambos apresentam marcas históricas profundas de violência estatal. Os contextos nacionais de ambos compartilham uma estrutura comum, ao mesmo tempo que contingências específicas. Isto se reflete nos parques. O artigo procura investigar, por meio de entrevistas, pesquisa bibliográfica e análise pós-ocupacional *in locu*, de que maneira os processos de concepção dos projetos e sua realidade material geram espaços que sejam potencialmente motores de transformação social em solo latino-americano. Verificou-se que ambos os parques geram apropriação, porém de forma diversa: o Parque da Juventude de forma passiva, enquanto o Parque da Memória de forma ativa.

PALAVRAS-CHAVE: parque; memória; identidade.

1 INTRODUÇÃO

O território atualmente conhecido como América Latina foi, ao longo de sua história, alvo de diversas disputas territoriais e coloniais. O conceito de latino-americano emergirá em meio a um movimento constante de destruição e reconstrução, interação e dominação de culturas, traduções e transculturações (GUTIÉRREZ, 1989). As violências físicas e simbólicas marcam seu caminho por todas as sensações humanas: o corpo, o tempo e o espaço. Sendo assim, a arquitetura e a paisagem urbana refletem o que se passa na sociedade e, na medida em que há projeto e intervenção, o espaço onde se vive também reflete ideologias e ideias de passado, presente e futuro (WAISMAN, 2013). A paisagem construída é o único documento histórico vivenciado pelas as pessoas em seu cotidiano. Nesse sentido, a metáfora da destruição da história se dá na destruição do patrimônio; a metáfora da distorção da história se dá na forma de se escolher e preservar o patrimônio; e a forma de conter o avanço de um povo se dá na dissociação da relação do passado com o presente e, principalmente, do passado com o futuro (GUTIÉRREZ, 1989).

Identidade, para Ramón Gutiérrez, não é meramente um conceito discursivo de legitimação de indivíduos com foco em sua subjetivação. Ao contrário, é um conceito pragmático relativo à coletividade, desenvolvendo-se de forma dialética com suas necessidades materiais, seu ambiente,



sua paisagem cultural e natural, e que traça a possibilidade conhecimento necessária para que um povo saiba suas necessidades e escolha seu devir. Há muitos povos distintos no território latino-americano, com identidades plurais e frequentemente contraditórias. Grande parte desses povos também tem sua identidade fragmentada. No entanto, o autor argumenta que as problemáticas comuns devido à colonização ibérica são inegáveis e que esta vivência plural também influencia a construção da identidade; e que é possível, sem apagar as contradições, construir uma identidade a partir delas.

Para compreender os modos com os quais esta construção pode ser iniciada, Gutiérrez analisa formas de relação da população com a paisagem e as influências de uma tal interação com a história, em todas as suas temporalidades, e as consequências identitárias geradas a partir das diferentes formas de apropriação do espaço – espaço este que também sugere, em si, as formas de apropriação ou alienação que serão resultantes. Divide, assim, a pertinência ao espaço entre passiva e ativa. A pertinência passiva seria aquela que vê o passado como estático e encerrado, com um olhar nostálgico e uma atitude de evasão. Este tipo de relação com a história não seria gerador de identidade e de movimentação. Já a pertinência ativa é o “único caminho que resgata o passado como atualidade do presente e condicionante do futuro” (GUTIÉRREZ, 1989, p.24), e isto dá vitalidade ao pertencimento e enriquece constantemente a identidade. O pertencimento real é dinâmico e possibilita reforçar, prolongar e desenvolver o legado.

O Parque da Memória às Vítimas de Terrorismo de Estado, em Buenos Aires, Argentina, é um parque imerso nas questões supracitadas. A Argentina sempre foi palco de disputas internas e externas, tanto por sua localização estratégica em relação ao Rio da Prata, como por núcleos fortes de resistência indígena e regiões marcadamente distintas entre si social, econômica e culturalmente (ROMERO, 2001). Apesar das diferenças e constantes conflitos de interesse, houve desde cedo um sonho de unificação das diferentes regiões, gerando diversos problemas relativos a quem estaria no comando, onde seria a capital etc. O país se organizará em torno de Buenos Aires, às margens do Rio da Prata, principal polo econômico da região. Em um microcosmo, é o tipo de união de identidades contraditórias ao qual Ramón Gutiérrez, ele próprio argentino, se refere. A história avança e, em meio a muitos conflitos, a década de 70 se impõe, para os países da América Latina, com uma brutal ditadura militar, incentivada por capital internacional, visando ao escancaramento dos países para o estrangeiro e a eliminação das forças contrárias (ROMERO, 2001). E foi assim que, em seis anos, as organizações argentinas de direitos humanos estimam que 30.000 pessoas tenham desaparecido ou sido assassinadas por motivos políticos. Em 1998, sanciona-se com força de lei pela prefeitura de Buenos Aires e órgãos de Direitos Humanos que se destine, em região costeira ao Rio da Prata, integrado como caminho da orla, um parque-monumento em homenagem aos detidos, desaparecidos e assassinados pelo terrorismo estatal (PARQUE..., 1998), com o objetivo de que “la sociedad tome conciencia de que nunca más deben producirse violaciones a los derechos humanos” (PROJETO..., 2003, p.01). Seria imperativo que o monumento possuísse todos os nomes das vítimas até então apuradas, e lugares para a inserção de novas apurações. Realizou-se um concurso e o projeto vencedor seria realizado apenas dez anos depois.

O Brasil, assim como a Argentina, também foi palco de inúmeros conflitos de interesse decorrentes da segmentação imposta pela dominação colonial, e compartilha de uma história de séculos de escravidão e autoritarismo contra breves décadas de falsa democracia (FERNANDES, 1975).

Talvez o Brasil seja um dos maiores detentores da pluralidade identitária à qual Gutiérrez se refere: convivem no país etnias de todos os continentes. Mas, em vez de esta realidade gerar uma mestiçagem amigável, autores contemporâneos como Jessé de Souza (SOUZA, J., 2017) apontam que as relações entre etnias se deram de forma assimétrica e violenta. O próprio Ramón Gutiérrez



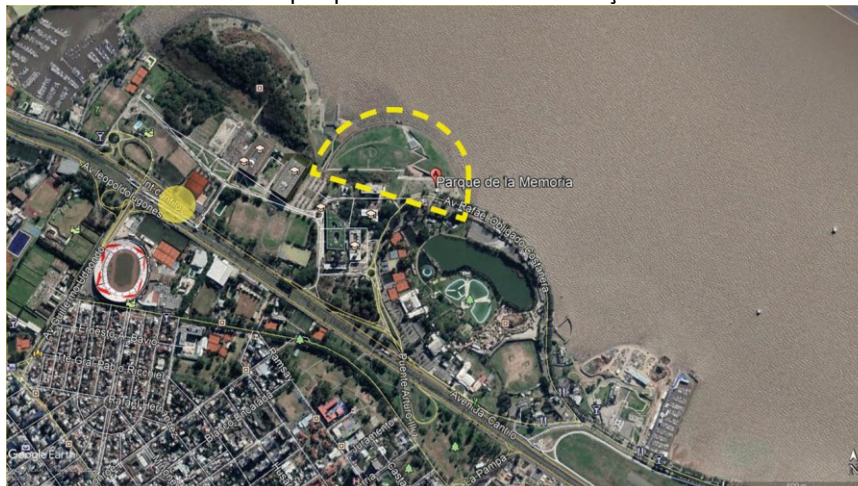
entenderá que o encontro entre culturas não é uma troca horizontal entre dois fenômenos claros, e sim uma hierarquia entre uma cultura transmissora e uma receptora. Em suas raízes autoritárias, o Brasil tem, sobre a Argentina, o fardo da escravização massiva de pessoas negras. A ditadura militar brasileira termina oficialmente em 1985 e o massacre do Carandiru acontecerá em 02 de outubro de 1992. No relato de Sales, ex detento do Carandiru, ao El País (ALESSI, 2017), ele denuncia que além dos 111 assassinatos que constam em relatos oficiais do governo, houve tortura, jogavam-se em fila presos do quinto andar, levavam-nos vivos e gritando junto aos cadáveres. 89 das 111 vítimas não tinham ainda sido julgadas. A ONU, em 2016, acusou o sistema prisional brasileiro de atentados aos direitos humanos e de racismo institucionalizado, contando com 70% de negros em confinamento (RELATOR..., 2016).

É no contexto do projeto de desativação do presídio que abrigou uma catástrofe de nível nacional que, em 1999, nasce o edital, promovido pelo governo do estado e pelo IAB, para a construção de um parque ao lado do metrô Carandiru: em cima do local do presídio. A desativação efetiva do equipamento se inicia em 2002 (CALLIARI, 2007). O concurso pedia um parque com equipamentos esportivos e educacionais. Rosa Kliass, junto a Aflalo & Gasperini, vencem o concurso e o parque será inaugurado aos poucos, primeiro as quadras, até a área institucional em 2007. Ruínas do presídio, celas, e uma muralha de vigia foram mantidas em forma de passeio no local onde um dos maiores massacres carcerários da história do Brasil teve lugar.

2 PARQUE DA MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE TERRORISMO DE ESTADO

O concurso nacional para o Parque da Memória foi vencido pelo escritório Baudizzone, Lestard, Varas, Ferrari y Becker. Pelo edital do concurso, o parque e o monumento seriam acompanhados de uma composição poliescultural de mesma temática distribuídas pelo terreno, sendo cada obra selecionada em concurso de abrangência internacional. No Anexo I do edital do concurso, descrevem-se as condicionantes de desenho. Entre elas, a implantação em contato direto com o rio; “franca percepción visual desde las vías de circulación peatonal y vehicular” (PARQUE..., 1998, p.01); máxima acessibilidade; máxima segurança para prevenir atentados. Isto significa que desde a concepção do concurso já se havia definido como essencial que o parque participasse da vida de grandes fluxos de desfrute dos cidadãos e turistas da cidade. O perímetro às margens do rio é rico em equipamentos de lazer, como o Parque Aquático e o Parque Norte, reserva florestal, estádio, áreas verdes e equipamentos públicos. Uma grande via, a Av. Leopoldo Lugones conecta a cidade em eixo leste-oeste, acompanhando a orla. Além disso, encontram-se nas imediações a Faculdade de Arquitetura e Design da Universidade de Buenos Aires, uma estação e trem e um aeroclube. O edital atesta que o parque se inseriu em um programa de incentivo para o desenvolvimento da área da Cidade Universitária da cidade de Buenos Aires.

Figura 1: Implantação do Parque da Memória.
Pontilhado: o parque. Círculo amarelo: estação de trem.



Fonte: Acervo da autora, 2019. Foto: Google Earth, 2019

A entrada do parque é bastante restrita, sendo um pequeno pavilhão de entrada em meio a extensos gradis, em consonância com a pauta de segurança do concurso. O interior do parque possui dois eixos principais, da Universidade para a orla a Leste, e do pequeno pavilhão para a orla em sentido Norte. Esculturas de conteúdo político se espalham ao redor de todo o parque. O caminho Norte-Sul é acompanhado por altos muros contendo cerca de 30.000 nomes de pessoas assassinadas e desaparecidas no período ditatorial. O trajeto para Norte culmina na escultura "Reconstrucción del retrato de Pablo Míguez", de Claudia Fontes, em memória ao menino Pablo Míguez, de nove anos, que desapareceu com sua mãe, segundo placa explicativa no local.

Figura 2: Acessos do Parque da Memória



Fonte: Acervo da autora, 2019. Foto: Google Earth, 2019.

A visita de campo foi realizada em maio de 2019 e guiada por um dos arquitetos responsáveis pelo projeto, Alberto Varas. Acadêmico e catedrático da Universidade de Buenos Aires, Varas tem uma prática projetual muito atrelada ao discurso e a concepções teóricas sólidas. Em seu livro *Buenos Aires: Metrópolis*, dialoga diretamente com o historiador e arquiteto Ramón Gutiérrez (VARAS, 1997). Nesta obra, reitera diversas vezes a relação entre planejamento urbano e democracia.

É dentro de sua vivência e de seu pensamento que se darão as bases para a concepção do parque que, segundo ele, é quase mais escultórico do que arquitetônico. Para Varas, o espaço público é a marca de uma sociedade democrática (VARAS, 1997). Tanto Gutiérrez como Varas criticam atitudes de ruptura histórica e de importação de modelos externos de forma acrítica: para países latino-



americanos, o primeiro, e para a Argentina, o segundo. A identidade urbana, para Varas, teria se “suprimido”, principalmente durante períodos autoritários. A revalorização desta identidade e dos espaços públicos teria se dado apenas com o período democrático. A presença desses espaços seria, para ele, um edificador de identidade, da apropriação do espaço e da criação de um “novo civismo democrático” (VARAS, 1997, p.32).

Assim sendo, Varas explica, citando Jorge Luís Borges, que o imaginário portenho se vê entre dois desertos: um de morros, os pampas, e um de águas, o Rio da Prata. Remetendo a essa dicotomia e à ideia de ascensão, Varas cria um morro artificial para que água e pampas se encontrem por meio da memória. O arquiteto revela que o plano edificado e o monumento do caminho central do parque adquirem a linguagem de uma cicatriz, uma ruptura e um rasgo na paisagem, que também significam uma cisão entre o que é e o que deveria ser. A subida entre os muros, onde o indivíduo é acompanhado por dezenas de milhares de nomes ao longo de quase trezentos metros, é longa e descontínua. Varas conta que muitas pessoas criaram uma percepção da quantidade de energia necessária para realizar o caminho, que parecia não acabar. No entanto, não queria passar uma mensagem pessimista, que apenas desanimasse as pessoas. Por isso, abriu visuais ao longo do caminho, para a água, para a Universidade, para dar um respiro aos visitantes, uma leveza para continuar caminhando.

Figura 3: Passeio da muralha, muros com nomes dos desaparecidos



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Quando perguntado a respeito da diferença do impacto histórico de um parque em relação a outras formas de se contar a história, Varas responde que houve alguns embates em discussões a respeito da concepção do projeto. Primeiramente, Varas aponta que as organizações entendiam o conceito ou a pertinência de um parque-monumento. Contudo, narra que alguns monumentos em frente à casa rosada foram retirados, substituídos, recolocados. “Um parque não se pode retirar”. Mencionou, também, que o Parque da Memória figura no plano de ensino básico das escolas de Buenos Aires. Isto é reiterado pela carta de resolução do Senado nacional (PROJETO..., 2003).

Outra disputa foi a respeito do programa do parque. Inicialmente, solicitava-se que possuísse exclusivamente o monumento. A equipe de Varas insistiu no programa do café e de um pavilhão, uma sala onde o propósito fundamental do parque pudesse se realizar plenamente: o encontro democrático. O final da entrevista se deu, precisamente, nas salas do pavilhão.

Figura 4: Pessoas interagem no parque



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Ao se observar o parque, mesmo à temperatura de 14°C do inverno argentino, verificava-se atividade. Devido ao caminho da orla, o entorno estava pleno de bicicletas, pessoas correndo e fazendo esportes. Dentro do parque, as pessoas brincavam com seus cachorros, descansavam nos bancos, recostavam-se nos muros, jogavam futebol, namoravam. Crianças com patinetes, devido à sutil entrada com baixa declividade, desavisadamente iniciavam o caminho do monumento. Algumas pessoas percorriam os muros, lendo atentamente os nomes de pessoas desconhecidas e suas idades. Um homem, presumivelmente pai, passa com sua filha apontando as placas. Flores podem ser encontradas no muro. As pessoas tenderam a percorrer, no dia observado, pelo menos a maior parte do percurso.

Figura 5: Homem e menina sobem ladeando os muros e lendo os nomes



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Ainda que, num primeiro momento, um jogo de futebol possa parecer contraditório com a memória do local, estas atividades diversas também indicam que ocorre apropriação dos cidadãos, e que o tema árido que o parque contém não afasta nem impede as pessoas de vivê-lo. Pela passagem das pessoas que faziam o caminho dos muros com atenção, lendo os nomes ali gravados, também pudemos observar que o fato de o parque ser apropriado para o lazer não anulou seu caráter político. Torna-se evidente que as qualidades do projeto facilitaram o contato das pessoas com essa história. O fato de que as crianças de patinete adentram o monumento sem notar demonstra a fluidez com a qual, sem se perceber, de repente se é levado pelo passeio. É bastante importante que um projeto de tamanha relevância histórica atraia para dentro de si pessoas desavisadas, convide-as a saber o que se passou naquele país.

O projeto interdisciplinar que engloba o parque também é a ilustração precisa do tipo de agência sobre o espaço e o tempo ao qual Ramón Gutiérrez se refere. Não foi apenas um projeto de arquitetura que foi construído, foi um projeto integrado, chamando artistas, arquitetos, urbanistas,



legisladores e, finalmente, o plano educacional. E este tipo de intervenção consciente e investigativa é que gera espaços apropriados para a geração de agência. Os arquitetos, paisagistas e equipes compreenderam as necessidades reais da população e, por isso, pudemos observar os fortes indícios, observados acima, de geração e apropriação de uma memória transformadora que atravessará os tempos e marcará o território e a sociedade.

3 PARQUE DA JUVENTUDE

O Parque da Juventude é uma grande oportunidade para estudo da contradição posta por Ramón Gutiérrez a respeito de pertencimento passivo ou ativo: a questão não é apenas manter o documento e a memória, mas *como* e *com qual intuito* ambos são mantidos. Um parque como este, intensamente frequentado em todas as suas áreas, com ampla variedade de atividades, tipicamente gera pertencimento ativo do ponto de vista da relação imediata com a paisagem. Dialoga também com a brasilidade no sentido de que o projeto paisagístico moderno e contemporâneo brasileiros refletem nossas questões sociais e ambientais (ZEIN, 2011). O parque possui três áreas principais: lazer (que abriga também um bosque contemplativo), esporte e institucional, este contendo uma biblioteca e uma Escola Técnica Estadual (ETEC). Ao contrário do Parque da Memória, a fonte de memória – as ruínas – não se encontra no caminho principal, senão deslocada, em meio a uma vegetação densa que dificulta sua identificação.

Figura 6: Implantação do Parque da Juventude.

Linhas amarelas: grandes vias. Círculos Amarelos: metrô.



Fonte: Acervo da autora, 2019. Foto: Google Earth, 2019.



Figura 7: Setorização. Amarelo: institucional. Roxo: lazer. Azul: esportivo. Vermelho: contemplativo e ruínas



Fonte: Acervo da autora, 2019. Foto: Google Earth, 2019

O Parque da Juventude nasce em um país de contexto distinto ao da Argentina. O Brasil lidou com a memória de sua própria ditadura civil-militar de maneira mais silenciosa, e esse tipo de sobriedade histórica se reflete em diversos acontecimentos, incluindo o Massacre do Carandiru. Os militares da ditadura, bem como os responsáveis pelo massacre, saíram impunes (NOVAES, 2016). Segundo artigo do escritório Aflalo & Gasperini:

A valorização do entorno urbano do parque é evidente, principalmente pela simples troca de uma condição de exclusão e sofrimento como o presídio, por um espaço de inclusão e integração como o parque. (CALLIARI, 2007, p.01)

Um olhar atento percebe, no trecho, a palavra “troca”. Ruth Verde Zein, em sua análise do Parque da Juventude, informa que as ruínas e a muralha eram elementos que já se encontravam inacabados e imersos em vegetação antes da escolha paisagística que as envolve, tendo a vegetação apenas sido um pouco adensada e consolidada. Tanto Zein como Francine Sakata (2018) analisam o “passeio da muralha” como um lazer contemplativo que permite usufruir, em “vôo de pássaro” (ZEIN, 2011, p.82), a vista do parque e do rio que, inicialmente, pretendia-se requalificar. Em seu texto (CALLIARI, 2007), Aflalo & Gasperini mal cita as ruínas, apresentadas pelas autoras como uma decisão paisagística de Rosa Kliass. O grande escritório cita, no entanto, um edifício que posteriormente seria utilizado como Museu de Memória do Carandiru – nunca inaugurado.



Figura 8: “Voo de pássaro”, o caminho da muralha



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em 2018, dez anos após a inauguração do parque e quase trinta anos após o massacre, um Espaço Memória Carandiru foi inaugurado dentro da ETEC. Segundo a então coordenadora do curso de Museologia da instituição, Cecília Machado, a memória é dedicada à “criatividade artística” dos presos nos “últimos anos do Carandiru”, de 1980 a 1990 (SOUZA, L., 2018, p.01). A memória preservada, portanto, não remonta ao massacre ou à politização e discussão do sistema prisional e carcerário, encerrando seu escopo temporal precisamente dois anos antes da chacina. Além disso, o local só é acessível sob visita agendada, limitando o fluxo e o acesso a esta memória. Pâmela Maria (2019, p.01), uma moradora do bairro de Santana que vive na região desde 2015, afirmou em entrevista via formulário que “[...] eu não sei onde fica o memorial com material que as pessoas presas produziam/escreviam etc. E acredito que seja um reflexo da falta de interesse em sinalizar que ele existe”.

Em entrevista presencial, o arquiteto Ricardo Felipe Gonçalves (2019), morador da Zona Norte desde a infância e especificamente em Jardim São Paulo há quatro anos, dá seu parecer, enquanto mestre e professor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, e enquanto morador que experiencia o parque. Primeiro, elogia o projeto do parque. Diz que o passeio contemplativo pelo bosque e pelas passarelas da muralha rendem visuais incríveis. Comenta que já passou pelas ruínas mais de uma vez. Indagado a respeito do potencial histórico do local, nega que haja. Diz que o local é mais tratado como cenário pelas pessoas, com ensaios fotográficos ou encenações medievais. Em visita de campo, de fato, o ambiente das celas estava sendo usado para ensaios fotográficos de moda, e o alto das muralhas como lugar para romance ou para estudos – possivelmente por ser a área mais silenciosa do parque. O arquiteto defende que a memória ali contida derivaria mais da lembrança que os moradores possuem a respeito do presídio e do massacre, e menos de uma influência que o parque em si teria. Para o professor, as próximas gerações provavelmente não terão esta referência.

Figura 9: Pessoas fazem ensaios fotográficos nos remanescentes das celas



Fonte: Acervo da autora, 2019.

No entanto, a realidade se manifesta com contradições (WOOD, 1999). Mesmo dentro de uma realidade de hegemonia, o controle não é absoluto. E a presença de um lugar altamente frequentado, em cima de um local histórico, mantendo ruínas do edifício que ali se inseria, ao lado de um metrô homônimo ao famoso nome coloquial do presídio, coloca contradições importantes a serem analisadas.

Em visita de campo, é visível que o parque não é frequentado majoritariamente por pessoas brancas. Dentro do contexto brasileiro onde a maioria da população carcerária é negra, em sua maioria de baixa renda, este dado é importante. Ricardo Gonçalves afirmou, também, que a elitização do espaço não foi tão profunda, apesar de que um parque sempre valoriza uma região. Segundo ele, a presença de um conjunto habitacional nas imediações, a alta frequência destes moradores e de pessoas de baixa renda num geral, dado que é o único equipamento de esportes e lazer nas proximidades, afasta as elites locais para outros lugares, como o corredor verde da Brás Leme ou outros parques da cidade. De fato, uma moradora próxima à Brás Leme disse que não vai muito ao parque por considerá-lo “perigoso”. Ao visitar o local, podem-se encontrar muitos moradores de rua usufruindo dos bancos e do espaço, o que sugere que não são expulsos. Gonçalves ainda afirma que muitos moradores de rua acessam os computadores da biblioteca, realidade bastante incomum na cidade de São Paulo. Este tipo de informação é relevante porque a identidade potencial aí contida diz respeito exatamente à população negra e pobre. Talvez, se o parque se tornasse majoritariamente branco e elitizado, de fato o potencial histórico do local fosse esvaziado, por não ter sentido identitário direto para apropriação.

Os dados relativos à preservação da memória são sugestivos. Amanda Daher (2019), originária de Santo André, afirma que já sabia do parque e de seu significado desde antes de se mudar para Santana, em janeiro de 2019. Afirmou em entrevista presencial que um grupo de discussões de assuntos esotéricos em sua cidade natal comentava a respeito do massacre e da construção do parque. Iam visitá-lo e falavam em más energias. Um dos integrantes chegou a dizer que deveriam demolir tudo para “transmutar as energias”. A fala sobre demolição é bastante significativa: a presença do monumento impacta e incomoda, e a “transmutação”, a “troca” de um ambiente pesado para um mais leve, apagaria o desconforto daquela memória. O guarda do parque, Seu Pereira (2019), também testemunhou que muitas pessoas têm medo de ir às ruínas por medo de “pegar encosto” ou pela energia ruim. Todas estas falas indicam que a preservação das ruínas neste local colaboram para a preservação da memória, e até para certa relação com o local, no caso uma relação mágica. No entanto, a relação mágica e de medo também indicam que o impacto desta preservação nas pessoas, da maneira como é feita, num espaço de vazio contemplativo rodeado por muita vegetação e por nenhum programa social ou equipamento que elucide a

situação, é de pertencimento passivo e, com isso, alienado (GUTIÉRREZ, 1989). Desta vez, não exatamente nostálgico como aponta Gutiérrez em seus exemplos, mas conectado à realidade brasileira de sincretismo religioso. Igualmente dissociativo, gera a sensação da incapacidade de agência sobre a história, e leva a uma impossibilidade de compreender que esta não é uma série de acontecimentos sobrenaturais a serem venerados ou temidos. Ao serem perguntados por que visitaram as ruínas, as respostas dos entrevistados variaram entre curiosidade, interesse na questão espiritual e vontade de saber o que foi preservado do presídio. Seu Pereira também sugeriu que as pessoas fossem ao Museu Penitenciário de São Paulo, pequena construção ao lado do parque, inaugurado em 2014, e que endossa o sistema carcerário citando, em painéis, pensadores de criminologia do século XVIII.

André Daher, irmão de Amanda, afirmou em formulário (2019) que não sabia do que tratavam as ruínas da primeira vez que foi ao parque: no entanto, apontou que descobriu lá a que remetiam. Isto também favorece o pensamento de que, mesmo sem a tematização do parque, e mesmo sem grande sinalização como apontou Pâmela, a presença da estrutura evoca sua memória. Em resposta à pergunta “Você acha que é importante manter o parque?”, Pâmela diz:

Sim porque, para além dos significados que a administração do parque dá, a população tem um grande peso, tanto de significados materiais (como a pichação na ETEC que faz menção ao fim das prisões) quanto a população pobre que frequenta o espaço, se diverte e ressignifica aquele chão. (MARIA, 2019, p.01)

De fato, caminhando pelo passeio das celas, pôde-se observar uma pichação onde se lia “Lembre os mortos”. Assim como no Parque da Memória, podem se destacar a concomitância contraditória de usos de lazer com relações ativas sobre a uma memória difícil. Em última instância, num projeto de paisagismo, estas atividades não são necessariamente contraditórias, senão condicionantes para que a memória seja vivida no espaço, em vez de esquecida em um monumento isolado.

Figura 10: Pichação nas celas



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Vale destacar, sobre o potencial político e democrático do Parque da Juventude que, conquanto elicie um pertencimento passivo propiciado pelas ruínas, não tem, em sua concepção, intenção de gerar pertencimento ativo. Insere-se em um projeto de requalificação da várzea do Tietê, sem um projeto de conscientização política que acompanhe. No entanto, a alta qualidade do projeto, já destacada, somada à facilidade de acesso e ao fato de que o parque não é muito elitizado, e a utilização efetiva das ruínas pelos usuários, torna-o terreno fértil inclusive para que um setor da



população, já politicamente ativo, incida sobre o espaço, transformando-o em agente histórico, conforme disse Pâmela e conforme dizem as pichações.

Um exemplo deste tipo de apropriação, que nasce em uma situação de preservação histórica altamente enviesada e hostil às outras narrativas, é a iniciativa da Volta Negra em São Paulo (CANOFRE, 2018). A Volta Negra é uma caminhada pelo centro da cidade realizada pelo coletivo Cartografias Negras, que usa o patrimônio histórico do centro, inicialmente preservado para manter a memória das elites brancas, como itinerário da história negra, ali presente ainda que não seja explicitada em discurso, subsistindo nas frestas e nas contradições sociais que atravessam a história. Isto porque todo documento histórico que esteja em uso e acessível pode ser aproveitado para além do seu propósito inicial.

Para citar, novamente, Ramón Gutiérrez, a arquitetura e a paisagem da cidade não são feitas pelo traço de um grande arquiteto. O traço do grande arquiteto frequentemente passa por cima das criações das pessoas, elas sim criadoras de noção histórica, espacial e de pertencimento ativo. É a ação e criação das próprias pessoas sobre a cidade que gera identidade, história e movimento. História não é algo que se contemple, é algo que se faça.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os projetos se relacionam com a difícil realidade das marcas do autoritarismo deixados pela colonização e consequente divisão internacional do trabalho (FERNANDES, 1972), cada um à sua maneira, de acordo com sua história. Ambos os parques mantêm em si parte desta história, e a análise de ambos pode trazer contribuições para o fazer e apreender na América Latina. A comparação dos projetos também nos ensina que nem tudo é apenas arquitetura. O projeto de Alberto Varas não é tão impactante por ser apenas um projeto poético. O edital de chamada do Parque já continha o nome e o tema, explícito, e deriva de uma proposta de futuro político para a Argentina. Por trás do projeto arquitetônico de Alberto Varas, existe um projeto social que vem desde a resistência à ditadura, até a reconstrução democrática. Os assassinatos, torturas e desaparecimentos foram constantemente averiguados desde os primeiros anos de fim da ditadura. Um circuito de museus e de memoriais foram feitos antes daquele parque. O projeto veio acompanhado de um projeto educacional. Os alunos não só são levados ao parque, o que já é em si poderoso: mas aprendem sobre a ditadura em suas escolas, e nas ruas da cidade. De fato, um parque não se pode retirar, e a vitalidade e fluidez de um parque é uma grande potencial fonte de fluidez e vitalidade para um monumento, para uma história. Ambos os marcos são utilizados: no Parque da Memória, as pessoas seguem os nomes ao longo dos muros. No Parque da Juventude, as pessoas seguem os caminhos da muralha e das celas – algumas temem as más energias, ou têm curiosidade de ver o que sobrou. O que falta, no Parque da Juventude, é aquele Museu do Carandiru, visível e acessível; é um projeto de visitação escolar; é uma cultura de debate em torno da situação desumana e racista do sistema carcerário brasileiro. Falta que o Parque de uma Juventude não nomeada fale sobre os jovens Vítimas de Terrorismo de Estado. Um Estado racista. Na falta de um posicionamento institucional, as pichações e progressivamente outras pessoas vão se apropriando e ressignificando “aquele chão”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. **Sobrevivente do Carandiru: “Se a porta abrir, você vive. Se não, vou te executar”**. El País, São Paulo, 20 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/politica/1497471277_080723.html. Acesso em:



17/08/2019

PARQUE. Lei 46 da Prefeitura de Buenos Aires, 21 de julho de 1998. **Parque de la Memoria**, Buenos Aires, julho de 1998.

PROJETO. Resolução S3030/10, Senado Nacional. **Projeto de Resolução**, Buenos Aires, 2003.

CALLIARI, Mauro. **O Parque da Juventude: o poder da ressignificação**. Projetos, São Paulo, ano 14, n. 162.03, Vitruvius, jul. 2014. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213?page=2>. Acesso em: 17/08/2019

CANOFRE, Fernanda. **Do largo da Memória ao Paissandu, passeio mapeia história negra em SP**. Folha de São Paulo, São Paulo, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/do-largo-da-memoria-ao-paissandu-passeio-mapeia-historia-negra-em-sp.shtml>. Acesso em: 17/08/2019

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-Americana: textos para reflexão e polêmica**. Ed. São Paulo: Nobel, 1989.

HISTÓRIA do Carandiru. **Acessa SP Parque da Juventude**, São Paulo, [2011?]. Disponível em: <https://acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/>. Acesso em: 17/08/2019

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine. **Parques Urbanos no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Edusp, 2018.

NOVAES, Marina. **Justiça de São Paulo anula julgamentos de PMs pelo massacre do Carandiru**. El País, São Paulo, 29 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1475004354_366390.html. Acesso em: 17/08/2019

RELATOR. **Relator da ONU condena prática de tortura e “racismo institucional” nos presídios brasileiros**. [s.l.], 08 set. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-condena-pratica-de-tortura-e-racismo-institucional-nos-presidios-brasileiros/>. Acesso em: 17/08/2019

ROMERO, José Luis. **Breve Historia de la Argentina**. 6ª Ed. Buenos Aires: Tierra Firme, 2001.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à lava-a-jato**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Ludmilla. **Espaço Memória Carandiru é inaugurado em São Paulo**. Agência Brasil, São Paulo, 21 mar. 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/espaco-memoria-carandiru-e-inaugurado-em-sao-paulo>. Acesso em: 17/08/2019

VARAS, Alberto. **Buenos Aires Metrópolis: estudio sobre modelos del espacio público durante los procesos metropolitanos intensivos**. 1ª Ed. Madrid e Buenos Aires: UBA, UP & GSD Harvard, 1997.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo**. 1ª Ed. São Paulo: Zahar, 1999.

ZEIN, Ruth Verde. **Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão**. 2ª Ed. São Paulo: Senac, 2011

Diversidade como potência

Apropriações públicas em São Paulo

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

PAIM, Camila M. (1); LEMOS, Isabela S. (2); MICHELETI, Talita (3); DIAS, Juliana R. L. (4)

- (1) Mestranda, Universidade de São Paulo, camila.paim@usp.br
 (2) Doutoranda, Universidade de São Paulo, isabela.sollero@usp.br
 (3) Doutoranda, Universidade de São Paulo, tmicheleti@usp.br
 (4) Arquiteta e Urbanista, Universidade Estadual de Campinas, juliana.rld@gmail.com

RESUMO

A partir do enfoque na apropriação dos espaços livres públicos, definimos a cidade de São Paulo como objeto de estudo, em função de sua urbanização complexa e pelos intensos processos de transformação de seus espaços livres e de suas formas de apropriação. Reconhecendo as complexidades de cada lugar, a discussão será espacializada nos contextos da área central e das áreas periféricas de São Paulo desde o ponto de vista do sistema de espaços livres e suas apropriações públicas como ativadoras do senso coletivo. Além de uma análise comparativa, buscamos explorar esses dois panoramas, visando relacionar práticas sociais e seus condicionantes - das instâncias econômicas, culturais, políticas e espaciais que conformam esses espaços da cidade. Nos interessa compreender as práticas sociais que constroem a relação entre pessoas e espaço, focalizando na vida cotidiana e em ações espontâneas. As discussões apresentadas se aproximam de um olhar pragmático da teoria semiótica, visando a análise do uso social do espaço a partir de um contexto temporal específico (2010 a 2019). A reflexão proposta expõe a necessidade da diversidade de soluções na elaboração de propostas que estejam de fato mais conectadas com as formas de expressão pública seja no(s) centro(s) ou nas periferias.

PALAVRAS-CHAVE: práticas sociais; espacialidades; sistema de espaços livres.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, investigamos o sistema de espaços livres enquanto lócus da vida pública, local que favorece o encontro e a sociabilidade, e cujas diversas apropriações serão orientadas por sua forma e pelas instâncias econômicas, políticas e culturais. A partir do enfoque na apropriação dos espaços livres públicos, definimos a cidade de São Paulo como objeto de estudo, em função de sua urbanização complexa e pelos intensos processos de transformação de seus espaços livres e de suas formas de apropriação. A opção por uma leitura das práticas sociais no centro e nas periferias se orienta pelo discurso de Queiroga (2001) de que a apropriação pelos atores hegemônicos considera a dimensão simbólica do espaço, tornando-o “meio de materialização concreta da ideologia”. Assim, procuramos interpretar como os sistemas de objetos e de ações se relacionam para configurar os espaços centrais e periféricos.

Muito mais do que uma análise comparativa, buscamos explorar as “desigualdades e contrastes”¹ entre a apropriação dos espaços livres que acontecem no centro e nas periferias, buscando relacionar práticas sociais e condicionantes, ou aspectos das instâncias econômicas, culturais, políticas e espaciais que conformam esses espaços da cidade. Nos interessa compreender as

¹ RIBEIRO, 1986 apresenta o uso das desigualdades e contrastes como método.



práticas que constroem a relação entre pessoas e espaço, dando enfoque não apenas a vida cotidiana, definida por Heller (1995) como as atividades rotineiras que permeiam os aspectos que constroem a personalidade do homem a partir de suas percepções, mas também mesclando essa regularidade de comportamentos com as ações espontâneas e as “perturbações, confrontações e contra-usos” mencionados por Leite (2010).

As discussões apresentadas neste artigo se aproximam de um olhar pragmático da teoria semiótica, visando a análise do uso social do espaço a partir de contexto temporal específico, neste caso o período de 2010 a 2019, por englobar um contínuo processo de reafirmação do uso do espaço livre público como local da vida pública e política nas grandes cidades brasileiras².

Em São Paulo, as Jornadas de Junho de 2013 reacenderam o envolvimento político da população desencadeando o crescimento das apropriações do sistema de espaços livres para realização de manifestações políticas. Aliado a elas, o período também abarcou a utilização dos espaços livres públicos para grandes eventos como as Fan Fest na Copa do Mundo, a consolidada Virada Cultural e o Carnaval de Rua. Também destacamos a implementação de políticas públicas, como a ampliação do número de parques urbanos, a implantação de ciclovias e a regulamentação do fechamento de ruas para atividades de lazer. Essa mescla de ações fizeram com que as ruas, largos, praças e parques paulistanos estivessem mais e mais repletos de pessoas, ampliando a demanda por um sistema de espaços livres mais equipado.

Os espaços livres, são definidos por Magnoli (1982) como “todos os espaços não ocupado por volume edificado” a que as pessoas têm acesso, podendo assumir diversas funções e formas, ser públicos ou privados, urbanos ou não. Eles são elementos da forma urbana e da imagem e memória da cidade, sendo fundamentais na constituição da paisagem urbana, entendida como resultado formal da transformação do espaço físico decorrentes dos processos sociais e/ ou ambientais num determinado recorte de espaço e tempo (MACEDO; QUEIROGA; GONÇALVES, 2018).

A paisagem é uma categoria interna do espaço, entendido aqui como instância social, a partir das definições de Milton Santos (1988, 1996). Logo, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser separados e, principalmente, não podem ser entendidos um sem o outro. Ou seja, o espaço é conformado por arranjos de objetos geográficos, naturais e sociais (sistema de objetos), bem como a sociedade em movimento, a vida que os preenche (sistema de ações).

Portanto, entender como se dá a apropriação do espaço pelos indivíduos, enquanto atores sociais, nos auxilia a compreender o sistema de ações constituinte do espaço (QUEIROGA, 2001). Como aponta Queiroga (2012) as pessoas estão na paisagem, se movimentam, dão vida e utilizam os espaços livres para fins diversos, de ações cotidianas às manifestações políticas. Ao atuar na produção e apropriação dos espaços, sejam eles livres ou edificados, pessoas, instituições e firmas constroem e alteram a paisagem, conformando uma obra social, dinâmica e coletiva.

Isto implica que nossa visão sobre o sistema de objetos se baseia no espaço físico modificado pela ação social, uma vez que apenas o estudo do aspecto físico do espaço, não permite a análise de todos os processos sociais nele sintetizados. Assim, também consideramos que as práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas orientam as práticas sociais e reformulam os usos, o desenho e o conteúdo das formas espaciais (BARRIOS, 1986).

Nesse contexto, Magnoli (2006) aponta que a configuração física dos espaços livres é dependente

² SILVA; SANTIAGO, 2018, discutem a territorialização de políticas culturais enquanto ferramenta de incentivo ao uso dos espaços livres públicos.



da distribuição edilícia, ou seja, dos diferentes arranjos edificados que podem propiciar ou limitar suas oportunidades e alternativas. Logo, o suporte biofísico e o ambiente construído serão determinantes na conformação do sistema de espaços livres, cujo grau de estruturação também estará vinculado a atuação e controle do poder público.

Ao mesmo tempo em que temos a impressão de viver em cidades cada vez mais fechadas e escondidas atrás de altos muros e aparatos de segurança, também nos deparamos com um crescente uso de parques, praças e sobretudo das ruas, tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas. Incorporando o conceito de espaços “convidados e inventados” de Mirafteb (2009), podemos relacioná-lo às diversas apropriações dos espaços livres de acesso público de São Paulo. Elas podem acontecer a partir do convite ao uso de avenidas arborizadas, calçadas e conjuntos de praças e parques que marcam as áreas centrais da cidade; ou pela invenção e necessidade de estabelecer espaços de lazer e sociabilidade através das travessas, ruelas, escadarias, orlas de corpos d’água e terrenos ociosos, tão comuns nas periferias paulistanas.

2 ESPACIALIDADES

Milton Santos (1977) ressalta que o lugar deve ser compreendido levando-se em conta a totalidade do processo e a realidade global, mas também precisa ser entendida através das diferenças. Quando Santos (1990) afirma que “a metrópole paulista só pode ser entendida no contexto de um país subdesenvolvido industrializado”, o autor mostra a impossibilidade de abstrair o lugar do contexto, e que especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são indispensáveis para sua compreensão.

O processo de urbanização sofrido pela maioria das cidades brasileiras pode ser observado nas grandes metrópoles desiguais, excludentes e com graves problemas ambientais. O colonialismo, o rentismo e o neoliberalismo vêm conformando uma organização territorial baseada no modelo centro-periferia estruturado em diversas escalas. Observa-se que, de maneira geral, os indicadores sociais pioram do centro para a periferia, porém, é importante não simplificar a análise e notar a complexidade e a diversidade do espaço produzido.

Nota-se, por exemplo, grande quantidade de condomínios fechados de alto padrão nas bordas da metrópole paulistana, especialmente no vetor oeste. Por outro lado, a periferia quando considerada como condição, estabelecida pelo diferencial de oportunidades e serviços urbanos ao alcance das populações, entende-se que a condição periférica pode ser encontrada em distintas partes da cidade, inclusive no(s) centro(s).

Reconhecendo as singularidades e complexidades de cada lugar, a discussão será especializada nos contextos da área central e das áreas periféricas de São Paulo desde o ponto de vista do sistema de espaços livres e suas apropriações públicas como ativadoras do senso coletivo.

2.1 Periferias

São Paulo, assim como outras metrópoles brasileiras, é capaz de receber, ainda que de forma pouco digna, a população de pobres e migrantes necessitados. Os processos de urbanização contemporâneos que vêm provocando o crescimento periférico não acontecem simplesmente pela complexidade dos centros urbanos. A ilegalidade na produção e na apropriação do espaço periférico não está à margem do sistema; pelo contrário, o torna viável a baixos salários, constituindo “contravenções sistemáticas” (QUEIROGA, 2012).

Apesar de a classe de renda baixa e muito baixa se concentrar nas bordas da cidade não significa que a periferia seja um bloco uniforme. Comumente, remete-se aos bairros periféricos de maneira simplista e generalista, considerando todos eles como "periferia". Há uma crescente heterogeneidade nas áreas periféricas de baixa renda e se diferenciam consideravelmente segundo o rendimento, escolaridade, serviços, etc. As periferias são muitas (figura 1).

Figura 1: Crianças brincando em uma travessa do Jardim Ângela, periferia sul.



Fonte: Isabela Lemos, 2015.

Suporte biofísico

O suporte biofísico como elemento configurador da paisagem condiciona a urbanização e influencia, em diferentes intensidades, as apropriações cotidianas dos espaços livres periféricos. Subir e descer morros, conversar com vizinhos em "escadões", jogar lixo/esgoto em cursos d'água, cuidar da horta ou do jardim são práticas comuns. Assim, as principais estruturas físico-territoriais, principalmente aquelas inerentes ao relevo e hidrografia, se revelam tanto na constituição da forma (morfológica) dos espaços livres quanto nas normas e práticas de produção e apropriação desses espaços (LEMOS, 2019).

Por outro lado, pode-se dizer que natureza representa, para muitos, um incômodo principalmente pela ausência dos serviços públicos. Frequentemente constata-se conflitos nas regiões periféricas paulistanas acerca de demandas sociais (principalmente habitação) versus meio ambiente. Lima (2013) afirma que a pressão por ocupação, decorrente de reivindicações urgentes, leva à ideia de que existem áreas sobrando, de que espaços livres de grande sensibilidade ambiental constituem estoques para provimento de demandas sociais, a serem acomodadas em construções muitas vezes incompatíveis com a fragilidade do suporte biofísico.

Nesse contexto, é comum que estruturas físico-territoriais se estabeleçam como barreiras no território. Rios e morros são considerados cicatrizes urbanas, empecilhos naturais que impedem a

urbanização. No entanto, a decorrente fragmentação de paisagens, ecossistemas e dinâmicas sócio-espaciais acontecem não pela existência desses elementos, mas por processos de urbanização incapazes de incorporá-los e integrá-los às cidades (figura 2). Assim, em áreas periféricas, identifica-se diversos conflitos sócio-ambientais tais como falta de acessibilidade física, degradação decorrente do uso indevido de recursos naturais, erosão do solo e ocupação irregular.

Figura 2: Córrego do Guavirituba no distrito Jd. Ângela, periferia sul.



Fonte: Isabela Lemos, 2016.

Vistas possibilitadas por cotas altas em relevos acidentados, vegetação proeminente, proximidade a cursos d'água são determinantes no cotidiano de muitos moradores periféricos de São Paulo, especialmente os das zonas norte e sul (figura 3). Esse contato maior com tais dinâmicas ambientais reafirmam a identidade a partir da paisagem lida e construída e ampliam as possibilidades do lugar. Reitera-se, assim, o potencial pedagógico e político das particularidades que surgem da constituição ambiental própria de cada lugar.

Figura 3: Potencial de contemplação da paisagem a partir de topos de morros no distrito do Jaraguá, periferia norte.



Fonte: Isabela Lemos, 2018.

Conflitos socioespaciais e pertencimento

Pode-se dizer que a percepção de pertencimento dos moradores das periferias de São Paulo se constitui principalmente a partir do espaço onde vivem. O sentido de comunidade se associa ao território, comumente de onde eles não têm perspectivas de sair. Se reconhecem e estão afetivamente ligados ao bairro, onde convivem com família, amigos, vizinhos. Assim, o lugar remete a sua história de vida, e o morador frequentemente se identifica como "sou da ZL", "sou do Jd. Ângela", por exemplo, mencionando o bairro ou a região onde vive.

Segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2017), essa relação com o território apresenta uma separação etária clara. Considerando uma possível ascensão social, os mais velhos cogitam a possibilidade de mudar de rua - 'mudaria ali pra rua de cima que é mais perto do ponto de ônibus' – enquanto os mais jovens transpõe esses limites e pensam em mudanças para bairros mais estruturados e centrais. Além disso, moradores de bairros periféricos de São Paulo relataram inúmeros problemas das diversas regiões onde vivem: presença de bailes funks próximos a sua casa, 'biqueiras', falta de zeladoria urbana, serviços públicos de má qualidade e, principalmente, escassez de possibilidades de lazer – há poucas praças e parques públicos próximos, assim como outras possibilidades públicas e gratuitas. Quando existem, há reclamações quanto à falta de manutenção, a presença de usuários de drogas, entre outros.

Por isso, shoppings e igrejas se tornaram importantes espaços de sociabilização. Pressupõem-se que shoppings concentram diversas opções de lazer e o consumo pode ser considerado um meio importante de constituição da identidade e materialização da ascensão. As igrejas tornam-se atraentes na medida em que fornecem espaços de convivência e programação ampla com grupos de jovens, de mulheres, de leitura da bíblia, festas e atividades específicas. Nota-se alta rotatividade entre as igrejas, demonstrando maior relevância ao seu papel organizativo em detrimento do conteúdo - igreja se destaca menos na sua dimensão teológica e mais como instituição de apoio para minimizar ou evitar o risco de seguir pelo caminho errado da desocupação e da criminalidade (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017).



O cenário atual é de descrédito na política, da compreensão do Estado como máquina ineficaz somada à valorização da lógica de mercado e a ideologia do mérito. As pessoas acreditam mais no mercado do que no próprio Estado, a esfera privada parece ser mais relevante que a pública e cultiva-se mais o individualismo que a solidariedade. Justamente por dependerem do acesso a serviços públicos em seus cotidianos (transporte, escola, saúde, programas e políticas sociais), os moradores periféricos tem consciência de que governos, decisões políticas e políticas públicas influenciam na vida de todos. Mesmo a política como ferramenta de mudança social estando em processo de descrédito, chegando, em alguns casos, a ser criminalizada, acredita-se em saídas democráticas e no fortalecimento dos processos de transparência e participação.

Em São Paulo, e no Brasil de forma geral, as poucas iniciativas que existem inerentes à participação popular são ainda muito experimentais e vão contra a organização tradicional da sociedade. As decisões são tomadas “de cima para baixo”, e a população é constantemente estimulada a aceitar passivamente as decisões tomadas pelo poder público e por aqueles que controlam o país. Considerando-se que o senso comum é de que os gestores públicos não consultam a população para a criação de espaços livres públicos, e de que em nossa sociedade desigual a grande maioria dos projetistas não vem da periferia, o resultado é a imposição sobre a lógica do cotidiano da periferia que se materializa no surgimento de espaços livres inúteis ou desastrosos para o lugar.

Frente à escassez da ação do Estado na implantação de espaços livres nos bairros periféricos, eles são comumente conformados pela própria população. Apesar das restrições técnicas formais e de infraestrutura apropriada, muitas vezes são pensados a partir do conhecimento empírico prático de moradores, rico em soluções criativas. São espaços que tendem a ser bastante apropriados justamente porque partiram de uma demanda local.

Além dos desafios comuns conhecidos enfrentados nas periferias – áreas de risco, falta de infraestrutura, serviços, transporte público, espaços livres públicos, etc. – encontram-se conflitos com “poderes paralelos”, como o crime organizado, que estão aumentando o exercício do controle sob o território, além do controle efetivo governamental. Esse agente extremamente poderoso e violento que é o PCC (Primeiro Comando da Capital) vem impondo regras e ações concretas nos territórios periféricos em todos os âmbitos, de acordo com seus interesses. Muitas vezes, o PCC elege membros da própria comunidade para participar de Conselhos locais que passam a ser seus representantes, com ciência da população. O que é definido por eles vira palavra de ordem.

Dentre diversos fatores, tal situação aponta para a falta de compreensão por parte da academia acerca dessas outras lógicas mais “orgânicas” e muito complexas que atuam em periferias. Apesar da enorme dificuldade de acesso a essas dinâmicas, no âmbito da arquitetura e urbanismo, considerar as transformações que se estabelecem nos territórios pelas ações do PCC torna-se fundamental para a compreensão mais aproximada da realidade, especialmente em relação às práticas sociais e apropriações dos espaços livres públicos periféricos.

Coletivos culturais e organizações comunitárias

Apesar das inúmeras conquistas muito palpáveis que estimularam e deram força aos movimentos sociais – que de fato transformaram territórios, especialmente os periféricos – debater questões estruturantes não faz parte da agenda da maioria desses movimentos. Não por decisão consciente ou falta de vontade, mas pela falta de oportunidade que lhes é dada. Maricato (2007) afirma que “os processos pedagógicos ligados à identidade e compreensão científica e ideológica do mundo têm sido esquecidos, e nota-se uma atração muito forte pelo espaço institucional ou pela institucionalização de práticas participativas, como se isso constituísse um fim em si”. As pautas normalmente se centram em melhorar ruas, casas, implantar infraestrutura, prover eventos.



Obviamente tais pautas modificam o cotidiano das pessoas e tem um potencial transformador para muitas comunidades. No entanto, é fundamental buscar também atividades de formação e conscientização que provoquem atitudes críticas e posicionamentos conscientes frente aos dos problemas urbanos, da própria definição de Estado e seus papéis em nossa sociedade, injusta e desigual.

Mas referi-los [os trabalhadores] só e diretamente a dominação do capital, à influência da ideologia dominante, pouco acrescenta ao conhecimento de uma série de mediações que escapam a essa simplificação reducionista. Penso (...) ser necessário renovar a análise e começar a estudar os fatores culturais que, aparentemente sem relevância política, não podem ser descartados se se quer compreender os valores e reais condições de vida dos trabalhadores (MAGNANI, 2003, p.28).

Contudo, está claro que as configurações de muitas paisagens periféricas são marcadas por históricos de lutas sociais. Grandes mobilizações e estratégias eram e são articuladas para reivindicar direitos básicos (básicos!), contra a falta de infraestrutura, transporte, espaços públicos, equipamentos de saúde, educação, etc. Nos últimos anos, houve o surgimento mais expressivo de novas organizações sociais com posicionamento crítico e consciência, que interpretam suas realidades e manifestam seu conhecimento de maneiras criativas, através da música, fotografia, literatura e arte. Ao contrário de visões fatalistas que também fazem parte da periferia, esses grupos representam vozes importantes que reivindicam o reconhecimento da cultura e identidade periféricas. Normalmente se articulam de forma livre e contestadora, dando visibilidade à vida cotidiana das periferias através da prática coletiva e da consciência popular, na busca por integração da comunidade e por transformação, para eles, libertadora.

Em São Paulo, cada vez mais as ações desses grupos coletivos e associações de bairro deixam de se constituírem como iniciativas isoladas e passam a formar parte de redes de informação e comunicação. Entretanto, apesar de estarem muito presentes nas espacialidades do cotidiano periférico, tais iniciativas raramente são divulgadas pela grande mídia que insiste em veicular apenas informações desqualificadoras sobre as periferias. Nota-se então a importância de abrir espaço com olhar positivo para a agenda popular nas grandes empresas de comunicação para o reconhecimento dessa produção cultural rica e que fortalece a vida pública nos extensos territórios periféricos da metrópole paulistana.

Grande parte das atividades realizadas por movimentos de cultura periférica acontecem no espaço livre público, especialmente nas ruas. É comum resgatarem tradições locais e as recriarem, contribuindo para a integração entre diferentes grupos sociais e com novas práticas de apropriação do território (figura 4). Tais apropriações podem ser consideradas como táticas “improvisadas”, auto empreendidas, e capazes de subverter imposições e controles diversos. Ao ocuparem as ruas e travessas, eles também apontam para a deficiência crônica de espaços livres públicos qualificados em contextos periféricos e retomam o valor da rua como lugar da diversidade, carregado de potencial transformador. Além disso, colocam em questionamento o tipo de espaço público que querem, abrindo novas possibilidades para soluções projetuais em regiões periféricas a partir de sua forma espontânea e orgânica de criar espaços, de produzir cultura e lazer, de se apropriar da rua (ANGELELI, 2012).

Figura 4: Ensaio do Bloco do Hercu no Jd. Ângela, periferia sul.



Foto: Camila Silva, fotógrafa oficial do bloco e moradora, 2018.

2.2 Centro

O centro das cidades é “lugar público por natureza, espaço de convivência cotidiana dos diferentes” (QUEIROGA, 2012 p. 226) em razão da sua acessibilidade, em teoria irrestrita para todos os extratos da população, da grande concentração de emprego, comércio e serviços. Além disso, em geral, o centro abriga as principais edificações sede de instituições públicas, grandes centros religiosos, sendo uma região notavelmente marcada por “espaços livres de grande circulação e convívio” (QUEIROGA, 2012 p. 227).

Sem dúvida, a diversidade observada nas áreas centrais é um dado fundamental para compreensão das manifestações populares e das práticas sociais que se dão nestes espaços da cidade. Como coloca Queiroga “Os centros não são apenas espaços de trabalho e consumo, mas grandes espaços de encontro e trocas comunicacionais, manifestações culturais e políticas, lugares de festas, de protestos, de conflitos e solidariedades” (2012 p.227). Assim, pretendemos refletir sobre as práticas sociais no centro de São Paulo, partindo do reconhecimento de movimentos recentes que reforçam justamente seu papel enquanto espaço de expressão da esfera pública.

Conforme destacado por Kowarick “São Paulo é uma cidade dinâmica, polimorfa, complexa, sempre em movimento” (2016, p.7). No que concerne ao centro da cidade, o movimento “do centro histórico para a avenida Paulista, para a avenida Faria Lima e, finalmente, até os entornos da Marginal Pinheiros rumo ao Morumbi” (KOWARICK, 2016 p.7) conformou em realidade diversos centros econômicos, conjuntamente denominado “centro expandido”. Neste processo, o centro histórico e posteriormente a avenida Paulista adquiriram caráter popular e consolidaram-se como espaços das manifestações públicas políticas e das mais diversas formas de encontro e expressão cultural, sejam festas de rua, Carnaval, a Virada Cultural ou a Parada do Orgulho LGBTQ+.



Espaço edificado e SEL

O centro de São Paulo é caracterizado sobretudo pelo meio edificado. Embora existam inúmeras praças e largos importantes, percebe-se que as práticas cotidianas no centro estão de fato fortemente conectadas ao trabalho e ao consumo, ou seja, às edificações. Sendo assim, muitas vezes seus espaços livres são tidos majoritariamente como conectores, espaços de passagem, de transição mais do que de permanência.

A maior parte das praças e parques do centro são remanescentes da urbanização dos séculos passados e, muitas vezes, encontram-se em precário estado de conservação. Enquanto esses espaços permanecem esvaziados, em razão da falta de manutenção, mas principalmente em função de problemas sociais, os calçadões comerciais, as áreas no entorno de estações de metrô e terminais de ônibus e as grandes avenidas tem alta circulação de pessoas. Nestes lugares surgem pontos de encontro e convivência que proporcionam permanências, ainda que breves: as barracas de café da manhã improvisadas embaixo de marquises de prédios, ou mesmo em calçadas estreitas, são bons exemplos disso.

São raros os terrenos não edificados nas áreas centrais, de forma que a vida urbana está mais relacionada com as ruas. Tal fator é importante para a compreensão dos movimentos de reivindicação de espaços no centro e também das políticas públicas propostas pela gestão municipal.

Iniciativas da gestão municipal

A partir dos anos 2000, destacam-se ações do poder público voltadas para a região central de São Paulo com objetivo de promover novas formas de uso e apropriação dos espaços existentes. Neste período, a sede da Prefeitura Municipal é transferida para o Viaduto do Chá, e ocorre a primeira Virada Cultural paulistana que levou diversas atrações a pontos emblemáticos do centro. Apesar de sua efervescência cotidiana, do vai e vem de trabalhadores, compradores e até mesmo moradores, a região sofre esvaziamento no período da noite e aos finais de semana. Nesse sentido, a Virada Cultural foi significativa ao proporcionar a ocupação dos espaços do centro para o lazer e o encontro.

O projeto piloto Centro Aberto, da gestão Fernando Haddad (2013-2016), propôs testar alternativas para motivar as permanências no centro visando “transformar as estruturas preexistentes, permitindo atividades de celebração”³, ao invés de construir novos espaços. O projeto foi voltado para os espaços livres públicos do centro buscando sua ativação por meio da “renovação das formas de uso”⁴. As primeiras experiências, além de incentivar o estar, através de algumas transformações no espaço físico existente e da implantação de mobiliário, contavam com programação de atividades variadas como sessões de cinema, apresentações musicais e jogos, proporcionando interações diversas nestes espaços (figura 5). Sobretudo, significaram a possibilidade de transformação do olhar para estas áreas, antes negligenciadas.

³ SMDU, 2015.

⁴ Idem.

Figura 5: Programa Centro Aberto no Largo de São Bento.



Fonte: Isabela Lemos, 2016.

Também em forma de projeto piloto, entre 2015 e 2016 foi implantado o calçadão da rua Sete de Abril (figura 6), nas proximidades da praça da República. O novo calçadão permitiu a conformação de zona exclusiva para pedestres, conectando calçadões já existentes e a praça Dom José Gaspar. Apesar das reclamações, principalmente dos comerciantes locais, no decorrer das obras, a transformação de uso promovida pela reconfiguração deste pequeno trecho de rua pode ser percebida logo após sua inauguração. Com apenas quatro meses de funcionamento⁵, percebeu-se que a obra proporcionou aumento significativo no movimento dos bares do entorno e conferiu vida e uso noturno para espaços antes vazios após o término do horário comercial. Os estabelecimentos colocam suas mesas nos calçadões e seu interior se torna o palco, onde músicos se posicionam voltados para a rua.

O centro se tornou o principal laboratório das propostas da gestão municipal (2013-2016) para a transformação dos espaços livres públicos na chave da renovação das formas de uso⁶. Além do Centro Aberto e dos Calçadões, foram discutidas propostas de maior escala (e impacto) como o novo projeto para o Vale do Anhangabaú, recentemente retomado pela gestão vigente⁷.

⁵ De acordo com reportagem da Folha de São Paulo, de dezembro de 2016. Disponível em <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/12/1842287-calcadao-sete-de-abril.shtml>>. Acesso em 11/10/2019.

⁶ SMDU, 2016.

⁷ E cujas obras foram iniciadas no mês de junho de 2019. Ver: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-retoma-obras-no-vale-do-anhangabau/prefeitura-inicia-obras-de-requalificacao-do-vale-anhangabau>>. Acesso em 08/11/2019.

Figura 6: Calçadão da rua Sete de Abril.



Fonte: Camila Paim, 2017.

Movimentos organizados pela sociedade civil

De acordo com Caldeira et al., da mesma maneira em que se consolida como hegemônico o modo capitalista de produção da cidade “existe e subsiste uma tradição de insurgências contrárias” (2018 p.289) a ele. No centro de São Paulo, emergiram nos últimos anos iniciativas que demonstram o fortalecimento das práticas sociais como meios de reclamar espaços urbanos para o uso público. Sejam espaços vazios e ociosos como o terreno que ganhou nome de Parque Augusta, sejam espaços do sistema viário transformados temporariamente em áreas de lazer como ocorre no Minhocão e na avenida Paulista aos domingos. Tanto quanto os projetos da gestão municipal, tais iniciativas buscam ressignificar espaços livres existentes, abrindo-os para o uso livre e democrático pela população.

O movimento Parque Augusta surgiu em resposta ao fechamento⁸ do terreno localizado no bairro da Consolação, logo após sua venda em 2013. Este acontecimento impulsionou as reivindicações da comunidade local em favor da manutenção de uma das poucas áreas verdes remanescentes na região central de São Paulo através de sua conversão em parque público. Durante o mês de fevereiro de 2015, o terreno foi ocupado durante 45 dias por grupos ativistas que promoveram diversas atividades incluindo a discussão participativa de propostas para o projeto e gestão do futuro parque. Embora a lei que cria o Parque Municipal Augusta⁹ tenha sido sancionada em 2013, somente em 2019 a posse do terreno foi oficialmente transferida para a Prefeitura, possibilitando o

⁸ O terreno do antigo Colégio Des Oiseaux encontrava-se desocupado desde os anos 1970, porém acessível à população devido uma servidão de passagem que constava na escritura do imóvel (CALDEIRA et al., 2018, p.302).

⁹ Lei nº15.941 de 23 de dezembro de 2013.

início das obras para sua implantação.

As experiências do Minhocão e da avenida Paulista, por sua vez, representam a conquista dos espaços exclusivos do automóvel pelas pessoas a pé ou em veículos não motorizados para desenvolvimento de atividades de lazer e práticas esportivas. Em ambos os casos, a inversão de uso é bastante simbólica já que o fechamento destas vias para carros significou sua abertura para as pessoas.

No Minhocão, os impactos negativos causados por sua implantação invasiva geraram a necessidade de restrição em seu funcionamento, possibilitando assim sua gradual transformação em espaço de vida urbana (figura 7). Reconhecendo seu caráter de uso público, o Plano Diretor Estratégico de 2014¹⁰ determinou a desativação do elevador para conversão em parque público ou então sua completa demolição. Somente em 2018 foi de fato sancionada a lei que cria o Parque Municipal Minhocão¹¹, curiosamente vetando a possibilidade de demolição e determinando os mecanismos para dar início ao processo de desativação do elevador previsto no PDE.

Figura 7: Usos de lazer no Minhocão.



Fonte: Veja São Paulo, 2019¹².

A avenida Paulista foi convertida em espaço de lazer todos os domingos e feriados através da implantação do programa Paulista Aberta (figura 8), idealizado por iniciativa da sociedade civil. Inspirados em experiências de outras cidades como Bogotá e Cidade do México¹³, os coletivos SampaPé e Minha Sampa propuseram a Paulista Aberta e, através de campanha online, conseguiram apoio popular para pressionar o poder público a encaminhar a discussão da proposta. O programa foi testado no contexto da inauguração da ciclovia permanente na avenida até que, em 2016, a medida foi oficializada pela gestão municipal como parte do programa Ruas Abertas¹⁴,

¹⁰ Lei nº16.050 de 31 de julho de 2014.

¹¹ Lei nº16.833 de 7 de fevereiro de 2018.

¹² Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/minhocao-capa-projeto-verde/>>. Acesso em 08/01/2020.

¹³ Conforme exposto por PAIM, 2019.

¹⁴ Decreto nº 57.086 de 24 de junho de 2016 e Lei nº16.607 de 29 de dezembro de 2016.



que visava proporcionar a abertura de ruas e avenidas em todas as Subprefeituras da capital para o uso de lazer aos domingos.

Figura 8: Paulista Aberta.



Fonte: Camila Paim, 2019.

Embora mais dotada de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços, tais ações demonstram a importância de repensar as lógicas do espaço urbano existente na região central para além das funções básicas do cotidiano atreladas ao trabalho e ao consumo. Além disso, indicam novas possibilidades de transformação que não implicam necessariamente na realização de grandes obras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em São Paulo, as práticas sociais cotidianas, bem como as ações espontâneas, estão de fato intrinsecamente relacionadas com as espacialidades da metrópole. Espaços livres das áreas centrais e das áreas periféricas são ocupados pelas mais diversas formas de expressão da vida pública, sejam mais ou menos qualificados.

A apropriação dos espaços livres centrais se beneficia do valor simbólico de toda a área, que compõe em nosso imaginário os 'cartões postais' da cidade, o que é reforçado pelas constantes intervenções do setor público, seja pelo aporte financeiro na manutenção desses espaços ou proposição de programas que incentivam seu uso. As ações observadas na região central de São Paulo ganham maior visibilidade, tanto por meio da própria população através dos diversos meios de comunicação, como na mídia.

O centro se beneficia da concentração de políticas públicas, que por sua vez, são estratégicas para as gestões municipais por sua potencial notabilidade na escala da cidade. Percebe-se que mesmo as iniciativas que partem da sociedade civil de alguma forma são legitimadas pelo poder público.



Esta legitimação, contudo, ao mesmo tempo em que pode ser positiva, pode se revelar em realidade limitada se entendida como fim, ou seja, como a resolução definitiva do problema. Ao contrário, acreditamos que deve-se valer desta visibilidade para tornar as discussões mais abertas e, principalmente, mais abrangentes.

Nas periferias, os movimentos sociais organizados existem e conformam importantes redes de informação e comunicação, porém, estes grupos raramente têm lugar de fala na grande mídia. Esta situação restringe a divulgação de propostas significativas, idealizadas por quem vive os espaços periféricos. É fundamental voltar o olhar para as práticas que ocorrem nas periferias para realmente levar em consideração suas complexidades.

A ineficiência do poder público em prover espaços livres públicos adequados ao cotidiano das periferias demonstra que as respostas para as áreas centrais e periféricas não são (e não devem ser) as mesmas. A observação das práticas sociais e apropriações públicas dos espaços livres expõe a necessidade da diversidade de soluções, tendo em vista a elaboração de propostas e projetos que estejam de fato conectados com as formas de expressão pública seja no(s) centro(s) ou nas periferias.

AGRADECIMENTOS

Ao Lab-QUAPÁ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) pelas imensas contribuições em nossa formação e no ensino e pesquisa da paisagem.

Ao apoio da CAPES, por conceder bolsa de doutorado a Isabela Sollero Lemos e pelos recursos empenhados na pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Angeleli, Cecília. **Chão**. 2012. 259 p. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Barrios, Sonia. A produção do espaço. In: Maria Adélia de Souza; Milton Santos (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 1-24.

Caldeira, Daniel Ávila; Lopes, Mathews; Vannuchi, Luanda; Schiller, Mariana; Marino, Aluizio. Construindo o comum em São Paulo: entre a resistência e a captura. In: Raquel Rolnik, et. al. (Org.). **Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo**. 1ed. São Paulo: FAUUSP, 2018, v. 1, p. 288-311.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo**. 2017.

Heller, Agnes. **O cotidiano e a História**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 121 p.

Kowarick, Lúcio (org). Frúgoli Junior, Heitor (org). **Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo, Editora 34, 2016.

Leite, Rogerio Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, 2010, p. 737-756.

Lemos, Isabela. Espaços Livres como ativadores comunitários. **Revista Nacional do Gerenciamento de Cidades**. São Paulo: Ed. ANAP. v.7, n.50., p. 111-129. 2019.

Lima, Catharina. **Parque Pinheirinho d'Água: a luta por reconhecimento e visibilidade**. Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. v.20, n.33, p. 12-34. 2013.



Macedo, Silvio Soares; Queiroga, Eugenio; Gonçalves, Fábio Mariz. Introdução ao sistema de espaços livres. In: Macedo, Silvio Soares. **Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 13-29.

Magnani, José G. C. **Festa no Pedaco. Cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Unesp, 2003.

Magnoli, Miranda M. **Espaços Livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 119p. Tese (Livre Docência Departamento Projeto) – FAUUSP. São Paulo, 1982.

_____. Espaço livre-objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente - Ensaio**. São Paulo: FAUUSP. n. 21, jun, 2006. p.175-198.

Miraftab, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**. N. 8:1, 2009. S.l.: SAGE Publications. p. 32-50.

Maricato, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Nunca fomos tão participativos**. Texto elaborado para a 3ª Conferência Nacional das cidades. Brasília, 2007.

Paim, Camila. Transformações dos espaços urbanos e a produção da cidade contemporânea a partir do programa Paulista Aberta. In: **ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR**, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/transformacoes-dos-espacos-urbanos-e-a-producao-da-cidade-contemporanea-a-partir-do-programa-paulista-aberta?lang=pt-br>>. Acesso em: 03/11/2019.

Queiroga, Eugenio. **A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. 351p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP, São Paulo, 2001.

_____. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 351 p. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) - FAUUSP, São Paulo, 2012.

Ribeiro, Ana Clara Torres. O fato metropolitano-espaço e sociedade. In: Maria Adélia de Souza; Milton Santos (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986. p.51-60.

Santos, Milton. **Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método**. In: Antipode, nº 1, vol. 9, 1977.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Metrópole corporativa fragmentada**. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Sabino, Letícia; Coelho, Guilherme. **Projeto rua aberta** - Paulista Aberta. São Paulo, 2014.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU. **Centro Aberto**. Experiências na escala humana. São Paulo: SMDU, 2015.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU. **Espaços públicos e a cidade que queremos**. São Paulo: SMDU, 2016.

Silva, Talita M. H.; Santiago, Alina G. Territorialização das políticas municipais de cultura: os eventos culturais em espaços livres públicos de Joinville-SC. **Revista ARQ.URB**, São Paulo: USJT, n. 21, jan-abr, 2018, p. 38-57.



Arborização Urbana e o Sistema Viário

Relação dos diferentes tipos de vias com a arborização – uma análise na rua Major Gote

LINHA TEMÁTICA 3: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

ARAÚJO, Eduardo Cardoso de (1); COCOZZA, Glauco de Paula (2);

(1) Mestrando, Universidade Federal de Uberlândia, eduardoca@unipam.edu.br

(2) Doutor, Universidade Federal de Uberlândia, glauco.cocozza@ufu.br

RESUMO

Desde o plano Haussmann, do séc. XIX, em que vimos a arborização ganhar de fato importância no planejamento urbano, baseada em uma utilização enfileirada ao longo das vias, presenciamos sua consolidação como elemento obrigatório e que responde a diversas melhorias na paisagem das cidades, seja com sua função estética, climática, de drenagem e ambiental. Diferentemente dos bulevares parisienses, de dimensões generosas, o que encontramos na maioria dos casos é a falta de planejamento, resultando em estruturas viárias diversas, limitantes e que desafiam a implantação da vegetação arbórea nestes locais. No sentido de contribuir com os estudos que envolvem o planejamento arbóreo, o presente trabalho procura sistematizar os diferentes tipos de vias urbanas tendo como base os aspectos que mais influenciam na sua arborização, e como resultado desta pesquisa, propõe caracterizar a rua Major Gote, da cidade de Patos de Minas, interpolando com a análise morfológica da paisagem proposta pelos autores Lamas e Lynch.

PALAVRAS-CHAVE: Arborização Urbana; Planejamento; Tipologias de ruas; Estudo da paisagem.

INTRODUÇÃO

A arborização urbana é um tema importante a ser considerado dentro do planejamento urbano das cidades, pois promove além de melhoria da qualidade de vida, diversos benefícios que vão desde o bem-estar psicológico das pessoas até aspectos de ordem técnica como melhoria na drenagem urbana e do microclima, regulação da poluição do ar e sonora, além do resgate à biodiversidade e tantos outros. A sua discussão está atrelada aos elementos que compõe o espaço urbano, já que, conceitualmente, sua inserção está condicionada aos passeios públicos. Faz-se necessário, portanto, compreender quais os tipos de vias que possuímos em nossas cidades e paralelamente, perceber como as cidades se encontram na atualidade a fim de tornar mais claro o nível de complexidade que estamos trabalhando e com isso, propor ferramentas que possam auxiliar nos estudos e em possíveis recomendações para promoção do tema.

Dentro deste contexto, o presente artigo busca elucidar os aspectos conceituais que envolvem os desafios da arborização urbana, o sistema viário e as cidades na contemporaneidade. Pretende, também, diagnosticar e categorizar as tipologias de vias encontradas a fim de propor diretrizes básicas para o planejamento arbóreo nessas vias e por fim, desenvolver uma análise tipomorfológica em uma via da cidade de Patos de Minas, através de ferramentas metodológicas dos autores Kevin Lynch e José Lamas.

Para cumprir estas análises, o artigo estrutura-se em três partes: conceitual, tipológica e analítica. O trabalho inicia-se pela parte conceitual para melhor entendimento das ideias. Primeiramente é



traçado um panorama das cidades na atualidade para compreensão da complexidade do assunto. Em seguida, é proposto falar sobre os desafios da arborização urbana, com alguns dados relativos e na última parte conceitual é estudado sobre o sistema viário, por se tratar do espaço em que recebe a arborização urbana. Na segunda parte do artigo são trabalhadas as tipologias de ruas e suas diretrizes para arborização nestas vias. Por último, o trabalho faz a análise da rua Major Gote, tendo como base a metodologia de leitura do espaço urbano dos autores Lynch e Lamas.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS

1.1 A cidade na contemporaneidade

O nível de complexidade das cidades de hoje está exigindo a criação de múltiplas ferramentas para lidar, de maneira mais sistêmica, com tamanha pluralidade. Para Meyer (2006), o urbanismo atual passa por uma renovação formal e a análise de um território e seu recorte está condicionada a uma investigação com proposições. Mas qual é esse território a ser investigado? A cidade de antes era entendida como meio construído e delimitado, diferente e distante do meio natural. Argan (1992) afirma que a natureza se encontrava além dos muros da cidade, em um espaço não protegido, não organizado e não construído, representando assim, o limite entre a cidade e a selva, ou entre a cidade e o meio rural, responsável pelos mantimentos do meio urbano. Porém, as cidades expandiram seus limites e o processo de urbanização em constante crescimento, nos obriga a entender e propor novas ferramentas de análise. Como bem afirma Brenner¹ em seu artigo “Teses sobre a urbanização”:

O processo emergente de urbanização estendida está produzindo uma estrutura variegada [...] de maneira desigual e com uma densidade cada vez maior em grandes extensões do mundo. Resulta impossível entender adequadamente essa formação por meio dos conceitos tradicionais relacionados com a urbanidade, o metropolitanismo ou o esquema binário urbano/rural, que pressupõe uma separação espacial coerente dos distintos tipos de assentamentos (BRENNER, 2014, p.10).

A cidade atual, portanto, não tem mais seus limites estabelecidos como antes. Suas expansões levam a uma rede ilimitada de ligações e serviços, cuja potencialidade é praticamente ilimitada (ARGAN, 1992). O que vemos hoje não é mais essa fronteira física e sim uma análise urbana que trabalha com escalas, entendendo a singularidade de um recorte de peça que possui características em comum (MEYER, 2006) e que será o alvo desta pesquisa ao tentar entender as diferentes tipologias das vias.

Como a relação territorial na cidade foi ultrapassada, o que é mais importante hoje é a relação espaço e tempo. Para Villaça (1998), o espaço urbano é o espaço regional, dominado pelo deslocamento de informação, capital constante e os bens em geral. Em seu livro “Espaço intra-urbano no Brasil”, o autor coloca que o espaço regional é este estruturado pelo controle do tempo de deslocamento das mercadorias e capitais e que o espaço intra-urbano é estruturado pelo controle do tempo de deslocamento dos seres humanos enquanto consumidores. Outros autores também estudam essa análise do urbanismo atual, como Meyer (2006), ao afirmar que a relação espaço e tempo é fundamental, pois hoje, com as tecnologias de redes e o sistema de

¹ Neil Brenner é professor de Teoria Urbana na Harvard Graduate School of Design (GSD), com pesquisa em teoria, conceito e metodologia das questões urbanas.



comunicação, a distância física passa ser menos importante que o tempo de deslocamento. Brenner (2014) também faz uma importante contribuição aos estudos urbanos na atualidade, ao sintetizar alguns pontos em comum e adicionar outros. O autor, assim como os demais citados, afirma que as morfologias novas expandem a antiga divisão entre o urbano e o rural e que as grandes redes de infraestrutura, telecomunicações e energia geram espaço de fluxos nos ambientes construídos. Um terceiro aspecto que o autor coloca diz respeito aos novos vetores de luta social urbana, transformando o urbano em local de conflitos políticos, de interesses sociais de determinadas tribos, de maneira resumida:

Essas reorientações intelectuais e culturais coincidem temporalmente com uma série de transformações espaciais, reposicionamentos institucionais e mobilizações sociais em larga escala, que têm intensificado o significado e a magnitude das condições urbanas (BRENNER, 2014, p.7).

Além da expansão territorial, do espaço de fluxos e do palco dos movimentos sociais, a cidade passa por desafios que foram intensificados no passado com a industrialização, pois o indivíduo foi reduzido, perdendo-se a escala humana, o valor do ego, da história, da natureza e provocando, como consequência, insegurança, medo, angústia e desespero (ARGAN, 1992). Essa noção da escala menor é tão importante que pode determinar, segundo Gehl (2015), para onde as pessoas serão convidadas. Paralelamente a esta análise, Jacobs (2014) adiciona o fato de que é primordial para a cidade ter diversidade de pessoas e gostos pois quanto mais diversificado o leque de interesses e usos dos espaços, melhor para as ruas, melhorando a segurança e sua frequência. Todas as teorizações recentes urbanísticas apresentadas auxiliam a entender o nível de complexidade do território urbano, que se concretiza em um conjunto de relações entre a realidade física e psicológica (ARGAN, 1992). Kevin Lynch, assim como José Lamas, procuram entender o ambiente urbano e seus elementos através de ferramentas de significado psicológico e que serão abordadas na presente pesquisa. Como diz Villaça (1998), a cidade se concebe como uma unidade constituída por elementos que se relacionam entre si e de tal forma que ao se alterar um elemento de uma relação, todos os outros elementos e relações são alteradas. A cidade que vivemos é das grandes estruturas, feita de imagens, sensações, impulsos mentais, carros, pessoas, publicidade (ARGAN, 1992).

1.2 Desafios do planejamento da arborização urbana

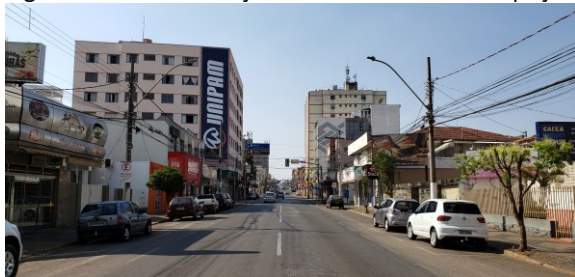
Diante do panorama urbano contemporâneo apresentado é importante refletir os desafios pelos quais a arborização urbana passa com relação a sua implantação, manutenção e promoção.

Um dos maiores problemas diz respeito ao desconhecimento de sua importância e de seus benefícios no ambiente urbano por parte da população. A falta de conhecimento técnico também acaba por ocasionar escolhas e manutenções inadequadas, resultando em problemas à infraestrutura urbana, agravando ainda mais sua inserção e aceitação nos espaços. E ainda um terceiro aspecto diz respeito à falta de planejamento, pois a arborização acaba sendo pensada após os demais elementos do espaço urbano, como a infraestrutura e os edifícios.

De acordo com Pradella, Silva e Nisi (2015), a sistemática da arborização urbana é assunto recente e faltam normas que regulamentem as técnicas operacionais, apresentando falhas, falta de bons equipamentos, pesquisas ainda em número pequeno e planejamento municipal adequado.

Os elementos pré-existentes no espaço urbano também dificultam a implantação das árvores, como posteamento, semáforos, acesso de automóveis, redes aéreas de fiação, bocas de lobo, bancos, pontos de ônibus, telefones públicos, bancas de jornal, caixas de correios, sinalização de trânsito e outras árvores (figura 01). Nota-se a importância do planejamento que irá refletir em uma sociedade com maior qualidade de vida (PRADELLA, SILVA E NISI, 2015).

Figura 01 – A arborização e os elementos do espaço urbano na Rua Major Gote.



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

Mascaró (2016), afirma que os processos acelerados de urbanização têm levado à redução dos espaços públicos de lazer, diminuindo com isso a arborização e a impermeabilização do solo. Outros autores como Santos e Teixeira (2001), falam que os desafios da arborização urbana estão relacionados a planos ineficientes, inexistência de políticas no setor, improvisos, falta de conscientização, escassez de técnicos específicos e carência de informações e pesquisa.

Como forma de catarse aos problemas que enfrentam a arborização no meio urbano, alguns investimentos podem auxiliar como em educação ambiental, mão-de-obra especializada, técnicas adequadas de plantio, manutenção e poda, assim como uma boa formação e manutenção de viveiros e diversidade de espécies (OLIVEIRA, SILVA E SCARPINELLA, 2018).

Rosa (2018) em seu artigo que relaciona arborização com saúde pública, comenta as principais aplicações que tanto o poder público como privado podem realizar no sentido da promoção da arborização, como vincular o financiamento de árvores e parques a metas e objetivos de saúde e investir na educação da população sobre os benefícios da saúde pública e o impacto econômico das árvores.

1.3 Sistema viário

Para Mascaró (2016), o espaço urbano além de ser composto pela tradicional combinação de espaços edificados e espaços livres também engloba as redes de infraestrutura, que de acordo com sua função, são classificadas em sistemas viário, sanitário e energético (também o de comunicações). No que se refere ao sistema viário, objeto da pesquisa, o autor assim denomina:

Compõe-se de uma ou mais redes de circulação, de acordo com o tipo de espaço urbano (para receber veículos automotores, bicicletas, pedestres, etc.). O conjunto de vias de circulação é complementado pela rede de drenagem pluvial que assegura o uso do sistema sob quaisquer condições climáticas (MASCARÓ, 2016, p.9).

Ainda segundo o autor, nas cidades do séc. XXI, o foco estará em utilizarmos uma infraestrutura verde, trazendo de volta a natureza e as pessoas, diferentemente do transporte individual, baseado em uma infraestrutura cinza que bloqueia as dinâmicas naturais e serviços ecológicos que caracterizaram o século passado. Essa infraestrutura verde é uma forma de reconhecer e aproveitar os serviços que a natureza pode realizar no ambiente urbano, podendo estar presente em espaços como praças, parques, jardins, florestas urbanas, faixas de vegetação, entre outros. Importante que ambas as infraestruturas, verde e cinza, estejam articuladas para o bom planejamento urbano.

Uma infraestrutura verde diz respeito à arborização viária. Grande parte da arborização urbana se concentra neste local e observa-se que na literatura cerca de 70% dos trabalhos são relacionados à



arborização em vias. Esse plantio nas calçadas é o mais característico desde o planejamento urbano herdado de Haussmann, mas no contexto de Paris, as aberturas no traçado gerando as grandes avenidas e bulevares foram pensadas juntamente com a arborização, o que não ocorre em outras cidades, pois o processo é adaptado, pensado depois que os serviços urbanos são executados (GONÇALVES, 2013).

A rede viária, por sua vez, é composta pelo leito carroçável, onde se realizam o trânsito de veículos e escoamento das águas pluviais e pelos passeios, limitados pelo meio-fio e sarjeta (MASCARÓ, 2016). As vias constituem o espaço urbano de uso público que tem como função organizar e relacionar os fatos arquitetônicos na trama urbana, proporcionando ar e luz ao espaço e aos edifícios, produzindo microclimas que influenciam sobre a insolação, os ventos, a temperatura, umidade e consumo de energia de seus edifícios (MASCARÓ, 2009).

Segundo Gonçalves (2013), as vias urbanas possuem três espaços passíveis de receber a arborização, que são as calçadas, as sarjetas e os canteiros centrais. No caso das calçadas, Galender (2007?), afirma que diversos são os agentes que atuam tanto na constituição, como manutenção e apropriação das mesmas, como órgãos e empresas públicas e concessionárias de serviços, acarretando conflitos entre infraestrutura subterrânea e aérea, mobiliário, equipamentos, iluminação e a própria arborização. Salienta também que a constituição das calçadas é produto direto do desenho do parcelamento do solo, que definirá o traçado viário e a paisagem urbana e que uma legislação específica para cada local poderá criar normas que abarquem a diversidade de situações. Para tanto, esta pesquisa busca fazer uma análise para entender estas diversas possibilidades.

2 OBJETIVOS E TIPOLOGIAS DAS RUAS

2.1 Objetivos gerais

Para estabelecer uma arborização urbana que possa ser viável e possível é importante analisar os diversos fatores que influenciam na sua consolidação dentro do mosaico de elementos urbanos.

No intuito de discutir melhor essa questão é proposto neste trabalho os seguintes objetivos:

- investigar os elementos que mais influenciam no planejamento da arborização urbana** e suas propriedades para melhor entendimento do assunto;
- elaborar as tipologias de ruas** que agrupem as características em comum dos elementos que impactam no planejamento arbóreo urbano;
- propor diretrizes para implantação arbórea nas vias** tendo como princípio as características elencadas de cada via;
- caracterizar e analisar a rua Major Gote** de forma a relacionar com as tipologias estudadas e utilizando como apoio as metodologias de análises de espaço urbano dos autores Lynch e Lamas.

2.2 Tipologias de ruas e suas características

As tipologias das vias podem ter várias classificações, dependendo no nível de detalhamento e análise que se quer adotar. O que se propõe na atual pesquisa é entender os elementos que mais influenciam no planejamento da arborização urbana e elaborar um quadro síntese agrupando as características em comum, criando assim condições de se propor diretrizes de acordo com cada

tipo de via.

O primeiro elemento diz respeito ao passeio e sua largura mínima para implantação das árvores. Na cidade, todos têm o direito de ir e vir e isso inclui a acessibilidade que se coloca em uma escala de prioridade. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em sua norma 9050/2015 estabelece que os passeios devem ter uma faixa acessível com dimensão mínima de 1,2 metros de largura. Somada esta medida com a o desenvolvimento de uma árvore, que deve ser de 1m², aceitando um mínimo de 0,50m até o meio-fio (Golçalves, 2013), chega-se a um valor de 1,7 metros. Dessa forma, em passeios com dimensões menores que 1,7 metros de largura, a arborização não é recomendada sobre os mesmos.

O segundo elemento que influencia diretamente no planejamento da arborização é a existência da infraestrutura subterrânea (rede de energia, água, águas pluviais, esgoto). Nesse caso, orienta-se que as árvores sejam plantadas o mais distante possível, sendo recomendável uma distância mínima de 2 metros das redes. Importante que em sistemas já inseridos, seja obtida a informação da localização junto às concessionárias (PREFEITURA DE SALVADOR, 2016).

Fechando os elementos de influência na arborização, porém sem esgotar, temos as edificações e seu gabarito. Edifícios altos podem comprometer o recebimento da insolação necessária para o desenvolvimento arbóreo que precisa de sol para o cumprir os processos fisiológicos ligados à fotossíntese.

De maneira sistemática, os elementos estão descritos no esquema a seguir e como consequência, uma organização destes elementos propondo as tipologias das vias em comum (figuras 02 e 03).

Figura 02 – Elementos que influenciam diretamente na arborização viária.



Fonte: Autores, 2019.

Figura 03 – Quadro síntese das tipologias das vias propostas.



Fonte: Autores, 2019.

Tipo 1 – Via larga com fiação aérea e gabarito alto

Apesar de possibilitar maior liberdade de espaço, tanto para veículos, pessoas, acessibilidade, mobiliário urbano e a própria vegetação, essa tipologia de via limita o porte do indivíduo arbóreo devido à rede de energia aérea (figura 04). As espécies apropriadas deverão ser de porte pequeno, até 6 metros de altura. O gabarito ou altura das edificações mesmo sendo alto irá permitir que as árvores recebam por um bom período a luz solar, necessária para o desenvolvimento vegetativo. Este recebimento de luz irá depender também da orientação solar em que a via se encontra. A largura destas vias será considerada acima de 15 metros, com edificações acima de 4 pavimentos (cerca de 12 metros de altura).

Figura 04 – Representação do perfil viário do tipo 1 – via larga com fiação aérea e gabarito alto

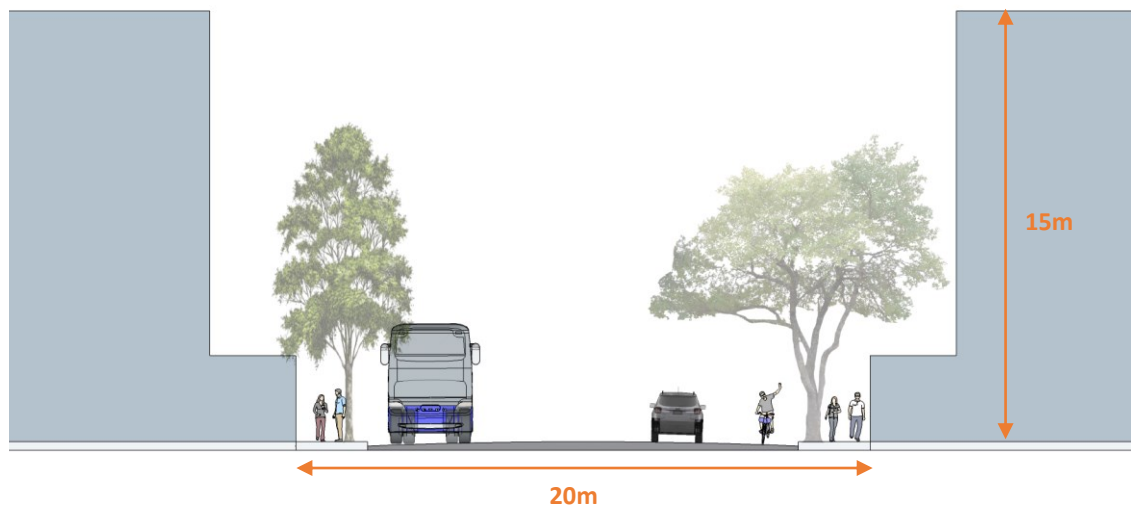


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 2 – Via larga sem fiação aérea e gabarito alto

Este modelo permite o bom desenvolvimento da arborização por proporcionar melhores condições em função da via mais larga e da ausência de fiação aérea, somente com postes de iluminação. Com estas características, o porte arbóreo é livre, tomando o cuidado com a largura da copa para que seja compatível com o espaço destinado ao passeio. Nos locais onde circulam veículos grandes (ônibus e caminhões) é recomendável que a copa seja mais compacta e no lado da via onde circulam veículos de passeio, a copa pode ser mais esgalhada (figura 05).

Figura 05 – Representação do perfil viário do tipo 2 – via larga sem fiação aérea e gabarito alto

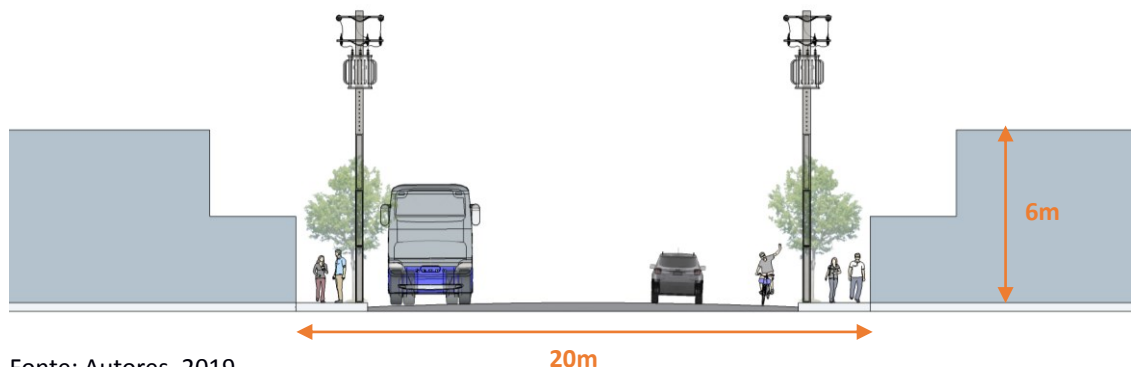


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 3 – Via larga com fiação aérea e gabarito baixo

Este modelo possui as características da tipologia 1 com a vantagem de possuir o gabarito das edificações menor. Dessa forma, as árvores conseguem captar maior insolação para que se desenvolvam de maneira melhor e ao mesmo tempo, fornecem um sombreamento, mesmo que pequeno, para as edificações, pessoas e veículos estacionados (figura 06).

Figura 06 – Representação do perfil viário do tipo 3 – via larga com fiação aérea e gabarito baixo

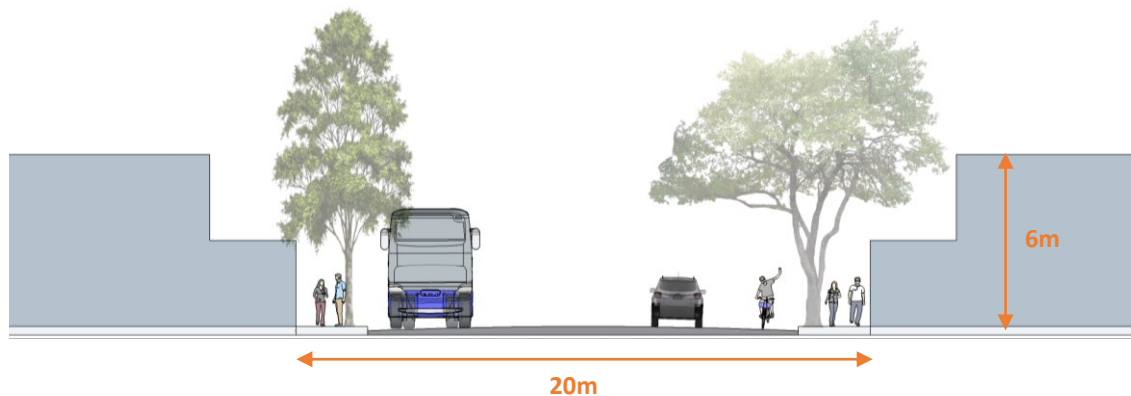


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 4 – Via larga sem fiação aérea e gabarito baixo

No que se refere às vias simples, sem canteiro central, este é o modelo ideal para a arborização urbana, por possibilitar que as árvores cresçam livremente, com maior espaço nos planos verticais e horizontais. A observação quanto ao cuidado do diâmetro da copa, comentado no tipo 2, também é aplicável neste modelo (figura 07).

Figura 07 – Representação do perfil viário do tipo 4 – via larga sem fiação aérea e gabarito baixo

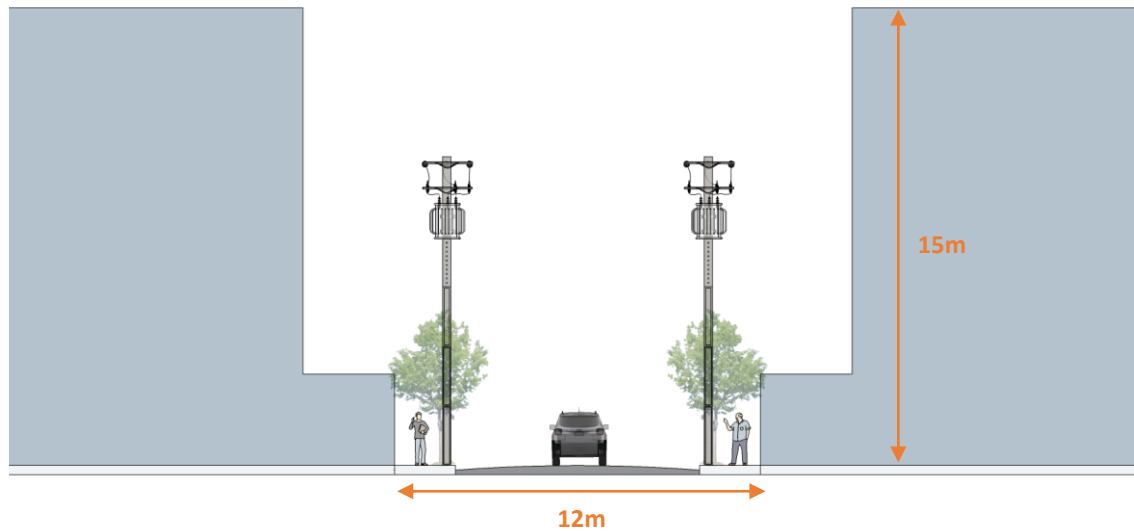


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 5 – Via estreita com fiação aérea e gabarito alto

Dentre todas as tipologias viárias, esta é a que oferece as condições mais desafiadoras para a arborização (figura 08). Vias estreitas com edificações altas limitam consideravelmente a insolação, não fornecendo a quantidade suficiente para que as árvores realizem seus processos fisiológicos, podendo resultar no enfraquecimento e até morte dos exemplares. Nessas condições de insolação e espaço reduzidos é recomendável que se utilize arbustos conduzidos como árvores, pois várias espécies são adaptadas aos ambientes de meia sombra. A largura destas vias será considerada abaixo de 15 metros e as edificações acima de 4 pavimentos (cerca de 12 metros de altura).

Figura 08 – Representação do perfil viário do tipo 5 – via estreita com fiação aérea e gabarito alto

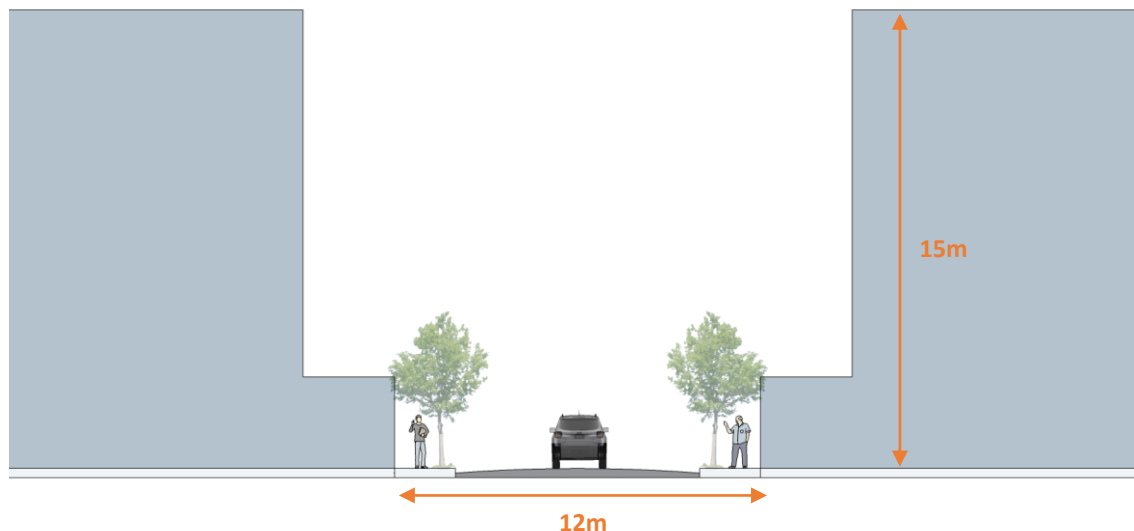


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 6 – Via estreita sem fiação aérea e gabarito alto

Apesar do elemento da fiação aérea ser ausente nesta tipologia, este modelo deve seguir as mesmas recomendações do tipo 5 de via, pois continua não fornecendo insolação suficiente, sendo recomendável, portanto, o plantio de arbustos de meia sombra conduzidos como árvores (figura 09).

Figura 09 – Representação do perfil viário do tipo 6 – via estreita sem fiação aérea e gabarito alto

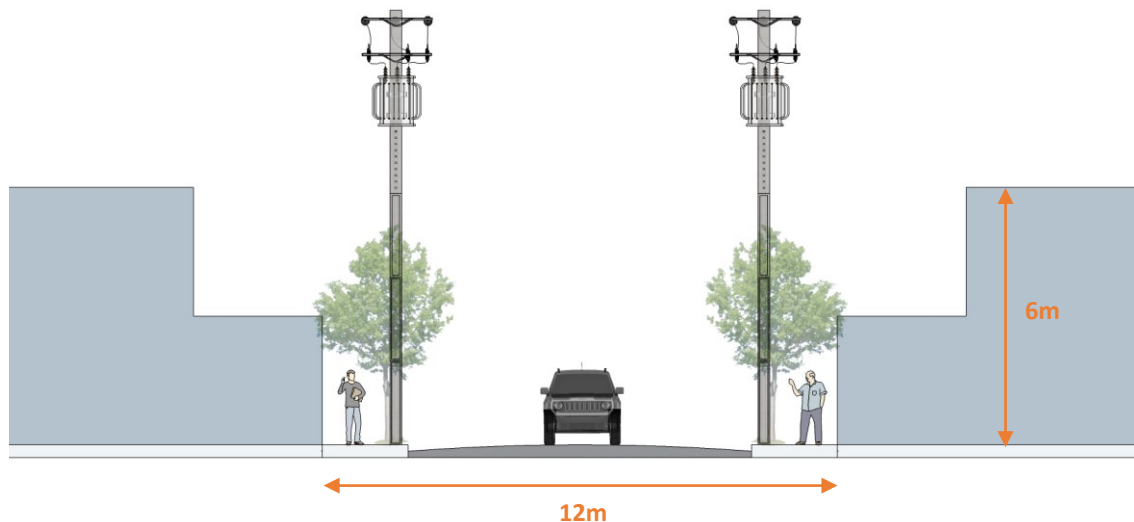


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 7 – Via estreita com fiação aérea e gabarito baixo

Este modelo, apesar de ter as dimensões das vias do tipo 5 e 6, permite o uso de árvores, devido ao recebimento de maior insolação por parte do gabarito baixo. Como a fiação aérea é presente, as espécies deverão ser de pequeno porte (figura 10).

Figura 10 – Representação do perfil viário do tipo 7 – via estreita com fiação aérea e gabarito baixo

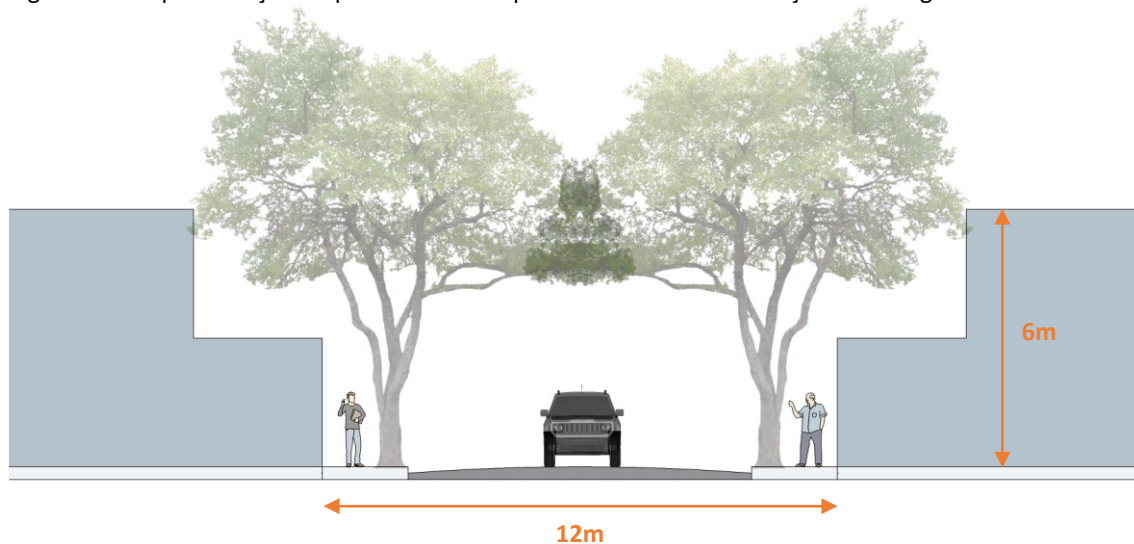


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 8 – Via estreita sem fiação aérea e gabarito baixo

A dimensão da via reduzida, neste caso, pode proporcionar um efeito interessante na paisagem. Caso sejam utilizadas espécies de grande porte, do tipo esgalhadas, é possível criar o efeito de corredor verde (figura 11).

Figura 11 – Representação do perfil viário do tipo 8 – via estreita sem fiação aérea e gabarito baixo

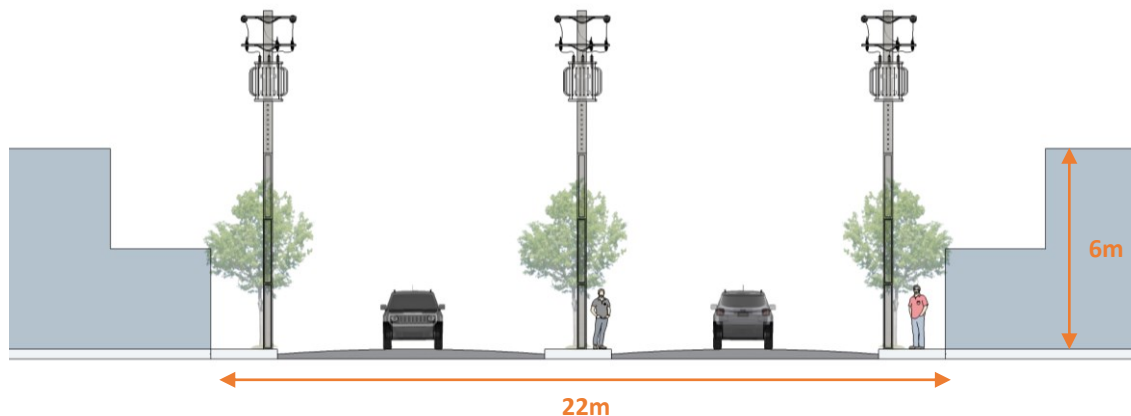


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 9 – Via larga com fiação aérea e canteiro central

Uma tipologia de via também presente nas cidades é a com canteiro central. Normalmente, estas vias possuem dimensões maiores, por terem duas ou mais pistas com canteiro entre elas. O elemento do gabarito não irá influenciar tanto, pois a largura sendo maior, o recebimento da insolação também será. O elemento variável ficará por conta da rede de energia que neste tipo, considera-se fiação aérea e, portanto, espécies arbóreas de pequeno porte (figura 12).

Figura 12 – Representação do perfil viário do tipo 9 – via larga com fiação aérea e canteiro central

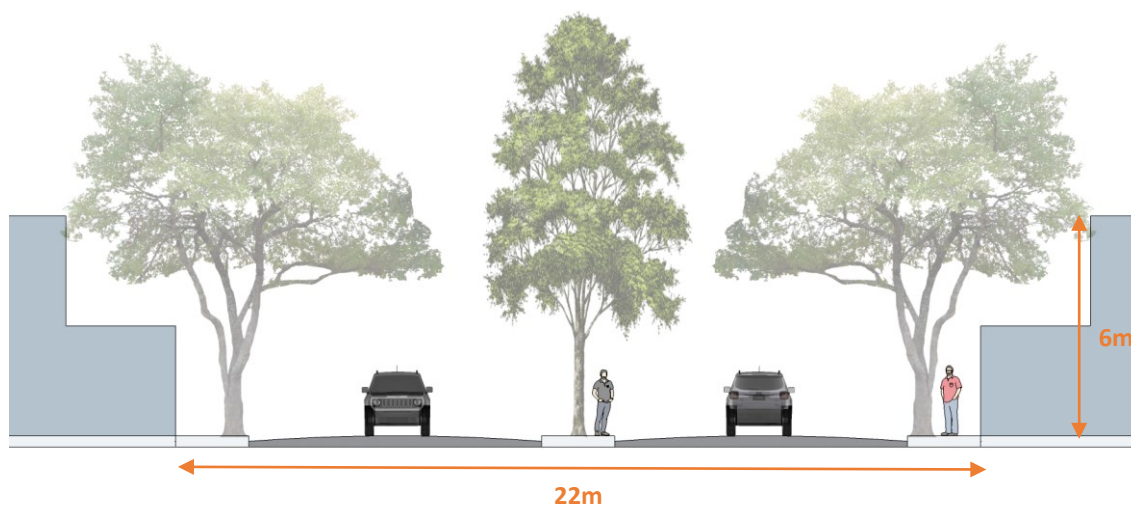


Fonte: Autores, 2019.

Tipo 10 – Via larga sem fiação aérea e canteiro central

A tipologia que permite o melhor desenvolvimento da arborização urbana, sem dúvidas, é a com canteiro central sem fiação aérea. Além das questões de ordem física, com dimensões maiores, o efeito positivo proporcionado pela paisagem é impactante, possibilitando uma maior qualidade estética, psicológica e ambiental à leitura da paisagem. É possível a utilização de qualquer porte arbóreo, mas as espécies de grande porte impactam consideravelmente. Importante que o canteiro central possua uma largura mínima de 50 centímetros entre os meios-fios para o plantio da vegetação (figura 13).

Figura 13 – Representação do perfil viário do tipo 10 – via larga sem fiação aérea e canteiro central



Fonte: Autores, 2019.

3 METODOLOGIA UTILIZADA

Para exemplificar os estudos de tipologias viárias, a pesquisa irá fazer uma análise tipo-morfológica de uma das vias mais importantes da cidade de Patos de Minas, a Rua Major Gote, utilizando para



isso a metodologia de leitura urbana dos autores Lynch (2016) e Lamas (2017).

3.1 Leitura urbana do autor Kevin Lynch

A análise da rua estudada terá início pela metodologia de Lynch que faz uma leitura da cidade entendendo sua imagem através de seis principais elementos: as vias, os limites, os bairros, os cruzamentos, os pontos marcantes e as vias.

3.2 Leitura urbana do autor José Lamas

Na sequência, será feita a análise pelo método de Lamas, que estuda o espaço urbano através da divisão em mais elementos, que são: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado/ a rua, a praça, o monumento, árvore e a vegetação.

De forma a ilustrar a metodologia que será utilizada na pesquisa, foi desenvolvido o quadro a seguir com os elementos citados por cada autor, facilitando assim, a visualização dos pontos que serão trabalhados.

Quadro 1 – Síntese dos elementos de composição de leitura urbana adotada na pesquisa.

Autores	Kevin Lynch	José Lamas
Elementos de composição morfológica da cidade	1 – Vias (ruas, passeios, faixas de trânsito)	1 – O Solo (topografia, revestimentos)
		2 – Traçado, a Rua (mobilidade)
	2 – Limites (paredes)	3 – O Lote (limite da superfície)
		4 – O Quarteirão (conj. dos lotes cercados de ruas)
	3 – Bairros (regiões de características em comum)	5 – A Fachada (comunicação com espaço urbano)
		6 – Edifícios (relação entre arquitetura e a cidade)
	4 – Cruzamentos (nós, esquinas, largos)	7 – Logradouro (espaço privado não construído)
		8 – A Praça (lugar intencional do encontro)
	5 – Pontos Marcantes (referências, edifícios, sinais, montanha)	9 – Monumento (elemento que assume significado)
		10 – A Árvore e a Vegetação (estruturas verdes)

Fonte: Lynch (2016) e Lamas (2017) trabalhado pelos autores.

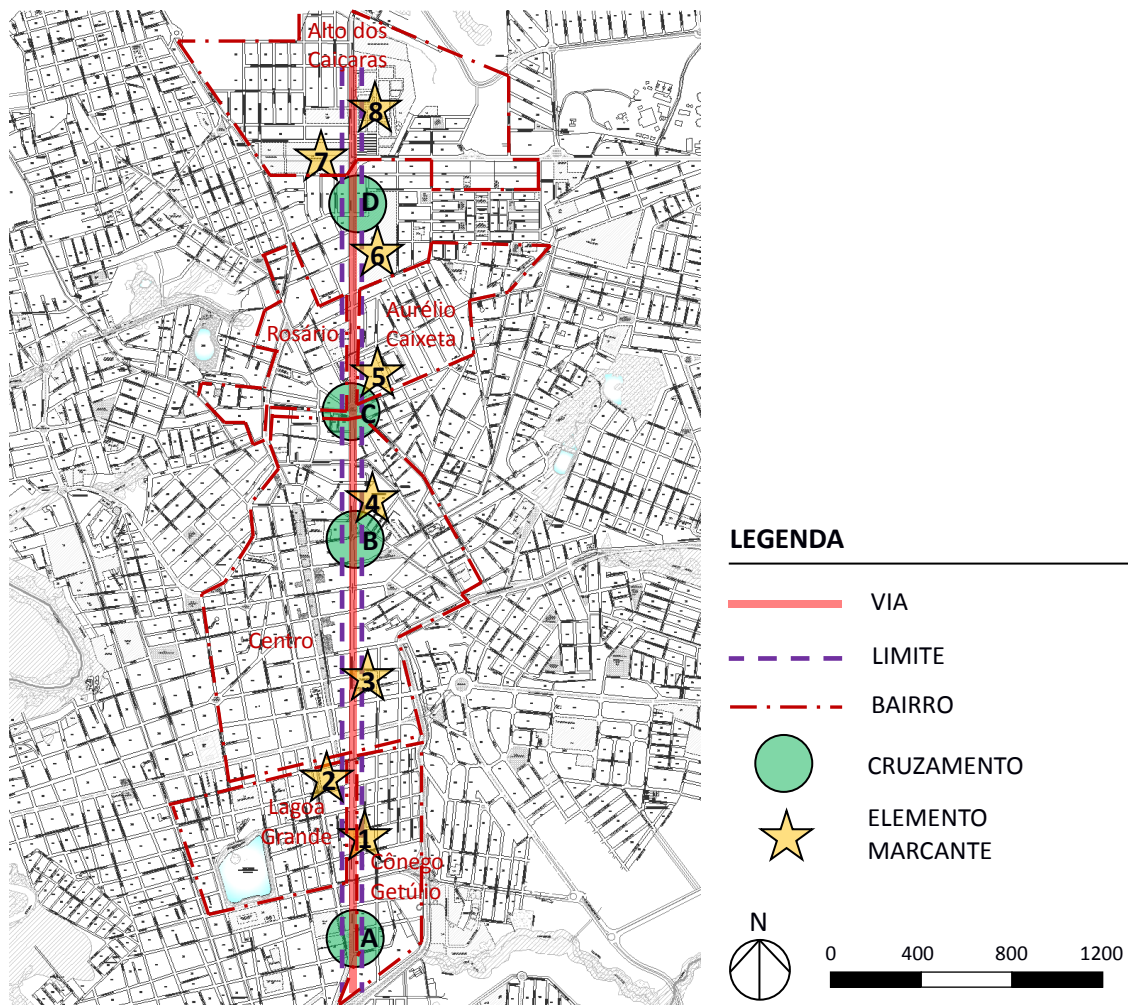
4 – ANÁLISE DA RUA MAJOR GOTE

A Rua Major Gote é a via mais importante da cidade de Patos de Minas – MG, que corta grande parte da malha urbana no sentido sul-norte e apresenta ao longo de sua extensão uma tipologia variada de adensamento, gabarito, com predominância de comércio e serviços. Possui uma concentração urbana intensa, principalmente na região central e atravessa também outros bairros como Aurélio Caixeta, Rosário, Alto dos Caiçaras, Cônego Getúlio e Lagoa Grande. De acordo com o Inventário de Proteção de Acervo Cultural (2011), historicamente a via não foi a primeira a surgir no município, tendo suas origens em 1870, com crescimento de sua ocupação na década de 1930 e consolidação nas décadas de 1940 e 1950.

4.1 Leitura pelos elementos de Kevin Lynch

A seguir encontra-se o mapa demonstrando o percurso da Rua Major Gote, com os princípios de análise de Kevin Lynch.

Mapa 1 – Visualização da Rua Major Gote e seus elementos



Fonte: Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 2019 trabalhado pelos autores.

A Rua Major Gote começa no quilômetro zero, tendo seu primeiro cruzamento neste local, item A do mapa 1, e termina após o Parque de Exposições Sebastião Alves do Nascimento, último elemento marcante, item 8. Os limites da via são representados pelas fachadas das edificações (figura 14), que delimitam o espaço urbano público. Os demais cruzamentos principais encontram-se na Praça Antônio Dias, item B (figura 15), próximo ao elemento marcante do Pátio Central Shopping, item 4, como também o cruzamento da Praça Champagnat, item C e Praça dos Ex-Combatentes, item D (cruzamento com Av. Marabá). Os elementos marcantes sinalizados referem-se à Primeira Via Shopping Center, item 1 (primeiro Shopping da cidade), ao Patos Tênis Clube, item 2, Hospital Regional Antônio Dias, item 3, Colégio Marista, item 5, Campus do UNIPAM, item 6 (figura 16) e Clube Caiçaras, item 7. Existem outros pontos marcantes, mas o critério de seleção foi pelos maiores equipamentos existentes ao longo da via. Os bairros, que também são elementos de análise de Lynch, estão demarcados no mapa.

Figura 14 – Limites laterais da rua Major Gote representados pelas fachadas das edificações



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

Figura 15 – Cruzamento da Praça Antônio Dias



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

Figura 16 – Campus do UNIPAM como elemento marcante



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

4.2 Leitura pelos elementos de José Lamas

Considerando os elementos propostos por José Lamas, seguem as análises.

4.2.1 – O Solo: a topografia ao longo da via é bastante variável, tendo o seu ponto mais baixo na região onde se localiza o atual Shopping Center. Historicamente, era a região onde se localizava a Lagoa dos Patos (que deu origem ao nome da cidade).

Sobre os revestimentos nos passeios, no fim década de 1980, foi feita uma intervenção



padronizando o piso em quase toda a extensão da via em pedra portuguesa², aspecto que confere homogeneidade na paisagem. A acessibilidade se encontra em algumas rampas e não existem pisos táteis (figura 17).

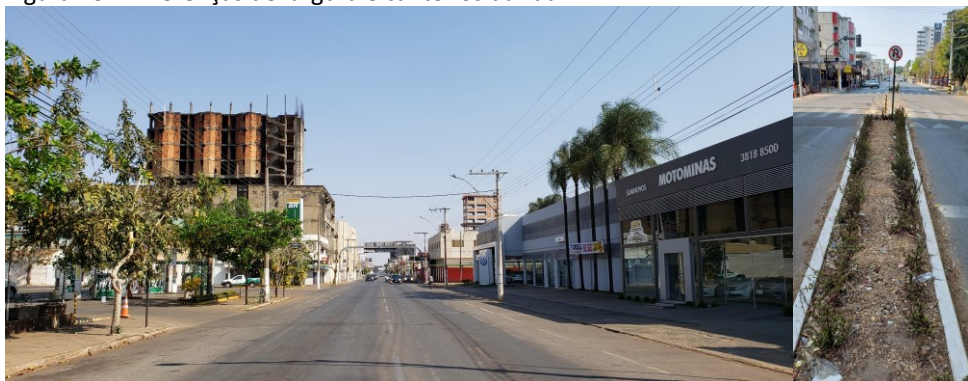
Figura 17 – Topografia e revestimento nos passeios da rua Major Gote



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

4.2.2 – Traçado, a Rua: sua hierarquia viária é classificada como arterial primária. As dimensões da via são variáveis, tendo sua largura maior de 20,4 metros com passeio de 3 metros e no trecho de menor largura com total de 19,3 metros e passeio de 1,9 metros. Existem dois trechos com canteiro central, porém com larguras reduzidas.

Figura 18 – Diferenças de largura e canteiros da rua



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

4.2.3 – O Lote: as medidas dos lotes são bastante variáveis (mapa 2) e pela legislação do município é determinado que se plante uma árvore a cada 12 metros de passeio, porém observa-se que falta cumprimento e fiscalização dessa medida.

² O piso em mosaico com pedra portuguesa possui desenhos que representam o processo histórico de formação do município, com elementos como ramos de milho, patos, tropeiros e bandeirantes. A obra é da artista patense Arminda Gomes de Carvalho. Importante salientar que os passeios da Rua Major Gote estão inscritos no rol de Inventários do Município.

Figura 20 – Vista da Praça Champagnat (em obras)



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

4.2.9 – Monumento: a ideia segue, de certa forma, o princípio de elemento marcante de Lynch, no caráter de algo singular e memorável. Seguindo por esta análise, pode-se considerar os já citados (mapa 1).

4.2.10 – A Árvore e a Vegetação: Poucos são os exemplares arbóreos ao longo da via, e ainda em estado precário de conservação (figura 21 e 22), ocasionado pela escolha inadequada dos exemplares, falta de manutenção e desconhecimento por parte da população e principalmente dos comerciantes sobre os benefícios que uma infraestrutura verde pode proporcionar.

Figura 21 – Arborização (e falta dela) em alguns trechos da rua Major Gote



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

Figura 22 – Arborização (e falta dela) em alguns trechos da rua Major Gote



Fonte: Eduardo Cardoso de Araújo, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES

De acordo com as tipologias viárias propostas e análises apresentadas utilizando os métodos de leitura do espaço de Lynch e Lamas, chega-se à conclusão de que a Rua Major Gote se classifica em **Tipo 3 – Via larga com fiação aérea e gabarito baixo**, em que por um lado, limita o porte arbóreo em função do posteamento com a fiação aérea, mas em contrapartida, considerando os aspectos de largura da via e gabarito baixo, sua inserção é favorável, permitindo nos passeios a circulação de pessoas, a acessibilidade, o mobiliário urbano e a vegetação e ainda com maior insolação, facilitada pelos edifícios mais baixos, aspecto importante já que a luz solar é um componente essencial para os processos fisiológicos das espécies vegetais.

Como mostrado no texto (item 4.2.5 e 4.2.6), há na região central da via uma concentração de edifícios que ultrapassam a altura de quatro pavimentos, fazendo com que a via se classifique nesses trechos no **Tipo 1 – Via larga com fiação aérea e gabarito alto**, tomando as mesmas observações do tipo anterior, entretanto, com o gabarito sendo mais alto irá diminuir a insolação na espécie vegetal durante um período do dia, mas sem comprometer seu desenvolvimento.

Há ainda trechos em que a via possui canteiro central, como visto no texto (item 4.2.2), porém com dimensões inapropriadas para vegetação arbórea (menos de cinquenta centímetros de largura). Em um curto trecho é possível o plantio, classificando em **Tipo 10 – Via larga sem fiação aérea e canteiro central**. A ausência de fiação aérea é somente na região do canteiro central, o que



permite a utilização de uma variedade maior de espécies, inclusive com portes maiores, a depender da composição paisagística que se deseja adotar.

Este trabalho teve como foco questões relacionadas ao porte arbóreo com as tipologias das vias, porém outros aspectos importantes devem ser levados em consideração para o planejamento da arborização viária. A localização ao longo da via deve ser de acordo com as distâncias seguras dos equipamentos urbanos, como entrada e saída de veículos, esquinas, postes de iluminação, entre outros. Outro ponto importante de se observar é que mesmo sendo larga a via, o passeio deve ter dimensões apropriadas, pois em algumas situações o leito carroçável pode ser largo e o passeio curto para o desenvolvimento arbóreo.

A pesquisa também não aprofundou sobre análises qualitativas e os benefícios da arborização. Um ponto específico no caso da Rua Major Gote que a arborização poderia suavizar é a forte insolação no período da tarde que incide em um dos lados ao longo de toda a via (figura 19).

O nível de complexidade e de detalhamento de uma pesquisa, principalmente relacionada ao espaço urbano atual, pode ser incalculável. O presente trabalho não busca limitar as definições mas contribuir com os estudos relacionados ao tema, deixando abertas novas possibilidades de análises.

6 REFERÊNCIAS

- ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 280p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015.
- BRENNER, Neil. **Teses sobre a urbanização**. In Revista eletrônica de estudos urbanos, nº 19, ano 5, p. 6-26. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.emetropolis.net>. Acesso em: 10 set. 2019
- FUCHS, Angela M. S.; FRANÇA, Maira N.; PINHEIRO, Maria S. de F. **Guia para normalização de publicações técnico-científicas**. Uberlândia: EDUFU, 2013. 286p.
- GALENDER, Fany. **Vazios Urbanos e as Tipologias do Espaço Livre Urbano**. São Paulo [2007?]. 10p. Texto do Núcleo de Pesquisa do QUAPÁ-SEL de São Paulo.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 262 p
- GONÇALVES, Wantuelfer; PAIVA, Haroldo Nogueira de. **Implantação da arborização urbana: especificações técnicas**. Viçosa, MG: UFV, 2013. 53 p.
- INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DE ACERVO CULTURAL. **Rua Major Gote**. Prefeitura Municipal de Patos de Minas: Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural. 2p. 2011.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014. 296 p. (Cidades). Disponível em: <<https://pergamum.unipam.edu.br/pergamumweb/vinculos/00001b/00001b75.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017. 590 p
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2016. 198 p
- MASCARÓ, Lucia R. de; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana = Urban environment**. 3. ed. Porto Alegre: Mais Quatro, 2009. 199 p.
- MASCARÓ, Juan Luis (Org.). **Infraestrutura urbana para o século XXI**. Porto Alegre: Masquatro, 2016. 206 p.
- MEYER, Regina Maria P. **O Urbanismo, entre a cidade e o território**. In Revista Ciência e Natureza, nº 58, p.38 - 41, São Paulo. 2006.
- OLIVEIRA, S. C.; SILVA, R. S.; SCARPINELLA, G.D. **A monotonia da arborização urbana**. 8º Congresso luso-brasileiro PLURIS, 2018. 13p.



PATOS DE MINAS. **Lei Complementar nº320, de 31 de dezembro de 2008.** Patos de Minas, anexo X, 7p. 2008.

PRADELLA, Dione Z. Abrahão; SILVA, José Walter Figueiredo; NISI, Theresa Camara Chini.

Arborização Urbana. Cadernos de Educação Ambiental, 21. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2015. 200p.

PREFEITURA DE SALVADOR; SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA. **Manual Técnico de Arborização Urbana de Salvador** com espécies nativas da Mata Atlântica. Salvador: Secretaria Cidade Sustentável e Inovação, 2016. 164 p.

ROSA, Mayra. **Cidades devem pensar em árvores como infraestrutura de saúde pública.** 21 set. 2018. Disponível em: < ciclovivo.com.br/arq-urb/urbanismo/cidades-devem-pensar-em-arvores-como-infraestrutura-de-saude-publica/>. Acesso em: 20 set. 2019.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan dos; TEIXEIRA, Itálo Filippi. **Arborização de vias públicas: ambiente x vegetação.** Porto Alegre: Pallotti, 2001. 135 p

SILVA, Matheus M. A. **Ipês, Mulungus, Sucupiras e Murtas: discussão de fitopatologias urbanas em ruas – o caso de Uberlândia.** 2017. 452 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln I., 1998.



A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA POR MEIO DA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: o caso dos edifícios verticais residenciais em Palmas-TO

LINHA TEMÁTICA: L3 – Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

ALBIERI, Lucimara (1); SENNA, Beatriz (2); GOMES, Pedro (3); SAUERESSIG, Thaianie (4); TAVARES, Douglas (5); LOPES, Bruno (6)

- (1) Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, lucimaraalbieri@uft.edu.br
 (2) Mestranda em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, beatrizsenna@outlook.com
 (3) Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, pedro1gor@uft.edu.br
 (4) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, thaianeadriela@uft.edu.br
 (5) Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, douglaspatrick@uft.edu.br
 (6) Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Tocantins, bpicoli@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo visa discorrer sobre a apropriação indireta dos elementos da natureza pelo mercado imobiliário por meio de um estudo de caso em Palmas-TO, observado sobretudo no entorno dos parques urbanos e das praias fluviais da região central da cidade. Há uma produção de edifícios residenciais altamente verticalizados e elitizados nesta área, somado à apropriação das áreas verdes públicas em suas propagandas de comercialização como o “quintal” dos condomínios e pela vista privilegiada da natureza. Esta dinâmica alimenta a cultura consumista-individualista na sociedade contemporânea, transformando a natureza em produto a ser consumido pelas elites, como símbolo de exclusividade e status social, em detrimento de seu aspecto social, político e econômico para a emancipação coletiva da sociedade. O trabalho amplia a investigação sobre a desigualdade social em Palmas, onde trabalhos já desenvolvidos a discorrem por meio dos aspectos de localização de moradia e oferta de infraestruturas e serviços urbanos, incorporando, neste caso, a natureza transformada em mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza, produção imobiliária, edifícios verticais, parques, desigualdade social.

1 INTRODUÇÃO

A produção e ocupação do espaço urbano nas sociedades de economia capitalista tem se tornado cada vez mais complexas, uma vez que a mercantilização da terra, a especulação imobiliária e a financeirização da moradia estão cada vez mais presentes (ROLNIK, 2015). Este quadro ocorre concomitantemente à ideologia do consumo que se utiliza da dimensão simbólica para criar lucros a partir de coisas que não tem sua origem na produção industrial (Harvey, 1973), criando, assim, valor de troca em outros objetos. Este é o caso da natureza na cidade, visto que sua definição sofreu diversas alterações até chegar onde se encontra hoje, sendo produzida e apropriada objetivando a valorização econômica de objetos e transformando-a em mercadoria, sendo esta uma condição própria do sistema capitalista (HENRIQUE, 2009).

Capel (2002) afirma que a incorporação da natureza à cidade aconteceu ainda no início das aglomerações humanas, como se deu em Susa (3000 a.C.), na qual já haviam bosques sagrados integrados aos templos. Henrique (2009) afirma que, primeiramente, a natureza se configurava como elemento estético, marcada principalmente pela ciência e pela técnica através da



implantação de jardins e parques¹, os quais eram inacessíveis à população em geral. A partir do século XX, os parques passam a ter acesso público. Desta forma, a natureza produzida e tecnificada é incorporada à vida social.

Ainda segundo Henrique (2009), no século XVIII se torna perceptível que as relações sociais passam a valorizar mais a individualidade ao invés da coletividade, quando a sociedade vai sendo progressivamente marcada pela satisfação pessoal e pelo consumismo, estando mais exacerbados em dias atuais. O autor observa que a presença da natureza na cidade não tem mais foco na emancipação coletiva, mas sim no individualismo. A natureza se transforma em cenário. Os homens não enxergam mais os aspectos sociais, políticos e econômicos envolvidos na natureza, apenas preservam uma imagem romântica dela, a qual é apropriada pelo mercado imobiliário (Henrique, 2009).

Como já observado por outros autores, como Marx (1980), Lefebvre (1969), Santos (2000), entre outros, a cultura do consumo é individualista, cruel e opressora e as experiências e os encontros coletivos na cidade são reduzidos ao mercado. Harvey (2000) emprega o termo “disneyficação da natureza” para explicar que a sociedade contemporânea vive um novo encantamento sobre a natureza, tornando-a um item a ser consumido a fim de gerar felicidade. Assim, na sociedade de consumo, a produção da natureza na cidade se volta àqueles que têm condições financeiras para consumi-la.

Importante observar que há a mercantilização dos elementos da natureza de ordem simbólica, que ideologicamente procura demonstrar que a aproximação entre o homem e o meio ambiente é agradável e prazeroso, pacificando a relação entre eles em uma paisagem controlada e bucólica. Há também a inserção do lazer na natureza de ordem pragmática através da implantação de parques equipados para as práticas esportivas e de convívio coletivo, que alimenta o caráter simbólico anterior.

Lojkine (1997) afirma que a crescente demanda por bens de consumo coletivo em contraposição com a dificuldade do Estado em lidar com interesses hegemônicos acaba produzindo a desigualdade socioespacial. Esta relação também ocorre no campo da natureza. Devido ao fato de a natureza ter se tornado uma mercadoria ao alcance daqueles socialmente privilegiados, a população passa a ser quase homogênea sob os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais nas áreas próximas aos parques e às áreas verdes de maior qualidade técnica, comprometendo a diversidade daquele território.

A natureza produzida e presenciada nas cidades tende a se tornar cada vez mais privatizada acarretando em exclusão social, afinal, sua escassez faz seu preço aumentar. Uma vez que as classes dominantes têm seus próprios jardins, as classes de menor renda convivem com a precariedade de infraestrutura básica. Como o poder público comumente atua favorecendo os interesses do capital na produção do espaço urbano brasileiro, direcionamento investimentos em localizações específicas que interessam à classe dominante (VILLAÇA, 2001), a localização dos elementos da natureza produzida e tecnificada na cidade produz e acentua a desigualdade socioespacial. A natureza se torna cada vez mais forjada e comprometida com o capitalismo

¹ A partir do século XVII, os jardins urbanos juntamente com seus entornos acabam consolidando os primeiros parques, os quais foram implantados primeiramente na França com a finalidade de local de caça e lazer para atender à aristocracia (Segawa, 1996).



(CALVINO, 1994).

Em Palmas, a apropriação da natureza pelo mercado tem se dado através da localização dos parques implantados e do perfil edilício em seu entorno voltados às camadas de maior renda. Em contraposição, regiões de moradia das classes de menor renda não contam com parques em suas imediações, mesmo possuindo áreas para sua implantação. A produção do espaço urbano ocorre em consonância com a dinâmica imobiliária apresentada, onde os empreendimentos cooptam os elementos da natureza em suas propagandas; as áreas públicas de lazer estão inseridas em lugares que tendem a uma valorização do uso do solo, dificultando o acesso de classes sociais inferiores. A cidade, que vive desde o começo da sua história um processo de desigualdade socioespacial, lida também com a distribuição desigual das áreas públicas de lazer (ALBIERI et al., 2018). É notória a ação do mercado imobiliário sobre as áreas verdes de Palmas.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a cooptação indireta dos elementos da natureza do Córrego Brejo Comprido e da orla fluvial, sobretudo nas imediações do Parque Cesamar e da Praia da Graciosa contidos neles, pelo mercado imobiliário para a valorização dos empreendimentos ao seu redor sob a ótica da mercantilização dos elementos da natureza. Têm-se como contexto a ampliação da cultura individualista na sociedade contemporânea, a qual acaba se sobressaindo aos interesses de apropriação coletiva, transformando a natureza em produto a ser consumido pelas elites. Esta investigação amplia o entendimento sobre a desigualdade social também sob tal aspecto, complementando e aprofundando as análises existentes sobre a localização de moradia das classes de baixa renda nas periferias e a oferta desigual de infraestruturas e de serviços urbanos básicos já conhecidos e presentes na cidade desde a sua fundação.

2 A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER VINCULADOS À NATUREZA EM PALMAS-TO

Palmas surge *ex-nihilo* em 1989, após a criação do Tocantins, derivada da divisão do norte do estado de Goiás, prevista pela Constituição Federal de 1988. A cidade possui uma forma alongada no sentido norte-sul, tendo como limitadores leste e oeste a Serra de Lajeado e o Lago². Seu macroparcelamento urbano³ foi elaborado a partir de uma malha viária estruturante ortogonal de amplas avenidas que distam cerca de 700 metros entre si, conformando as unidades de vizinhança (chamadas de quadras). As quadras são pseudo-bairros que abrigam internamente um sistema de vias locais com quarteirões e lotes convencionais.

O projeto organizou a cidade em zonas urbanas seguindo funções específicas de uso do solo, prevendo quatro fases de ocupação⁴ a medida em que seu adensamento populacional ocorresse, além das áreas de expansão futura ao norte e ao sul, consideradas como quinta fase. Apesar do planejamento e racionalidade projetual, houve desvirtuamento das fases de ocupação já em seus primeiros anos (Figura 1), tendo a gestão pública como participante fundamental nesse processo, dinâmica pautada pela lógica capitalista de produção do espaço urbano, resultando em

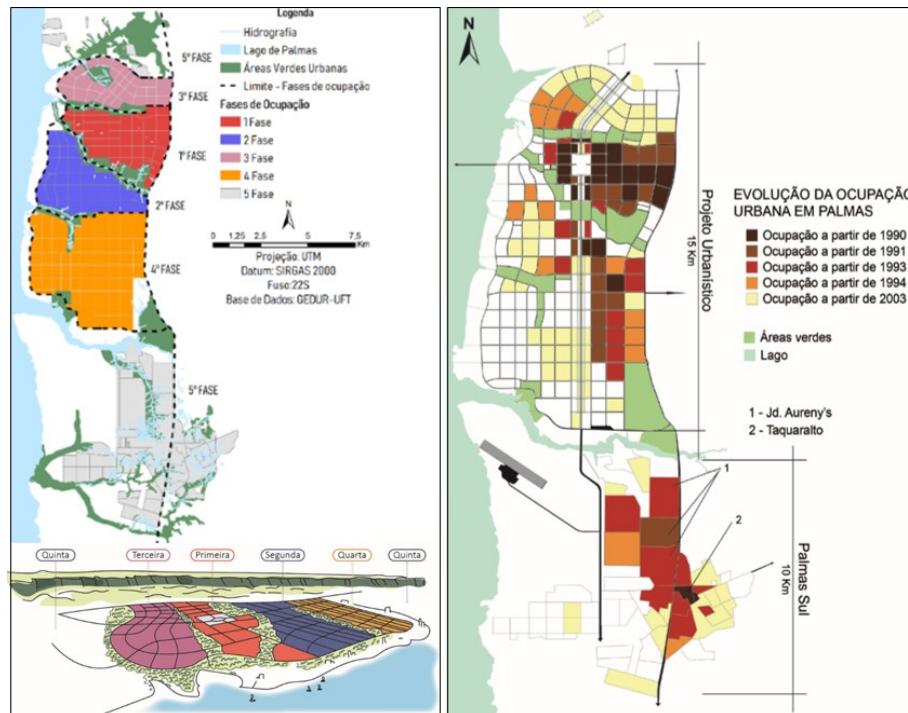
² O Lago de Palmas é resultado do represamento do Rio Tocantins, devido a instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, concluída em 2002, com cota 212 de inundação prevista no projeto da cidade.

³ O plano urbanístico de Palmas foi elaborado em 1988 pelos arquitetos Luis Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho, sócios-proprietários do escritório GrupoQuatro.

⁴ O projeto urbanístico de macroparcelamento previa abrigar até 1,2 milhão habitantes no total de quatro fases de ocupação, além de duas áreas de expansão futuras (ao norte e ao sul) (GRUPOQUATRO, 1989).

configurações urbanas distintas e contrastantes: Palmas Plano e Palmas Sul (ALBIERI, 2018).

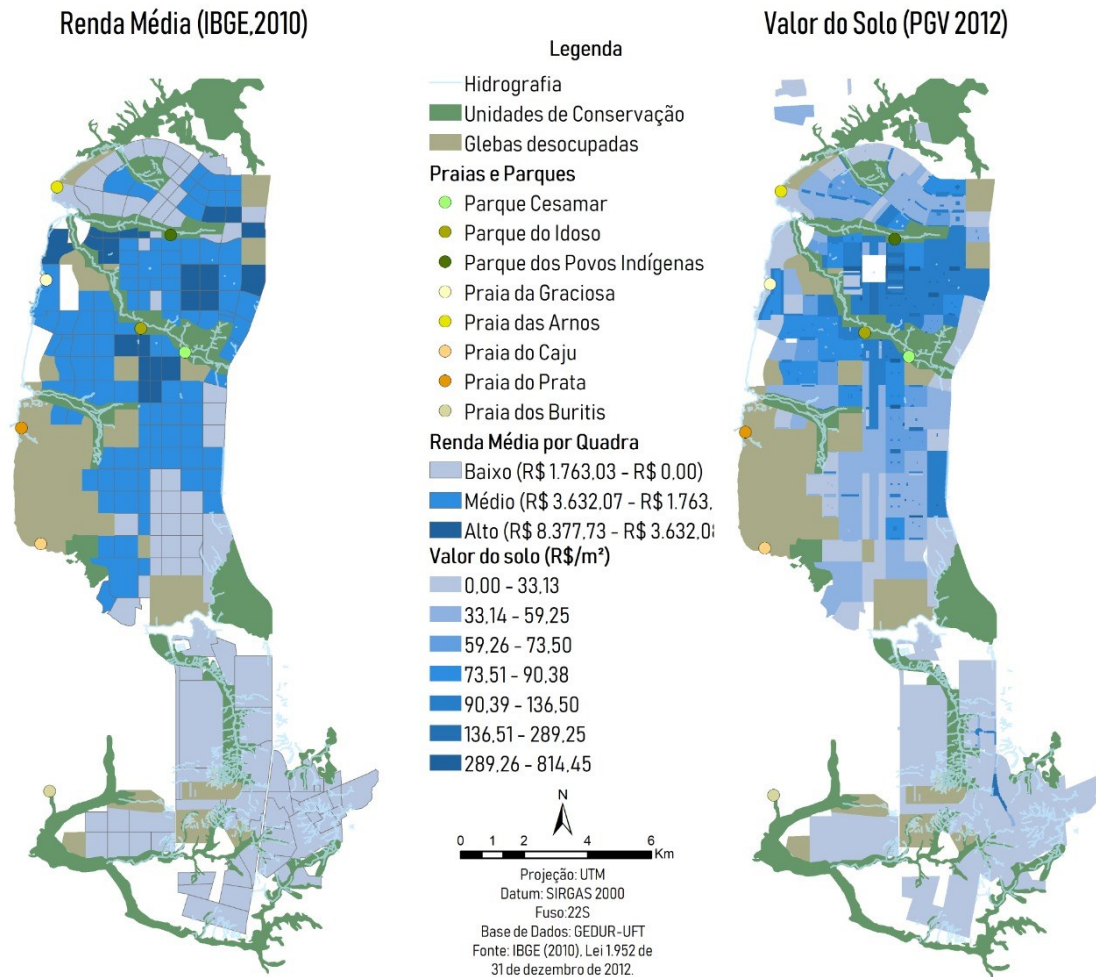
Figura 1 : À esquerda as Fases de Ocupação do Plano Urbanístico de Palmas. À direita, a evolução da ocupação urbana. Abaixo, perspectiva das fases de ocupação.



Fonte: Grupoquatro (1989), PMP (2005, 2019), Oliveira e Menezes (2019, p. 162 e 165), adaptados pelos autores.

O Grupoquatro (1989) descreve Palmas como uma cidade projetada sob os preceitos “ecológicos e humanísticos” que buscou evitar a concepção de uma cidade de status, fugindo da submissão das necessidades da sociedade de consumo, em que seus habitantes estariam sempre bem vestidos, transitando entre edifícios envidraçados nos seus automóveis, cumprindo os anseios do mercado imobiliário (GRUPOQUATRO, 1989). Porém seu processo de implantação não obteve êxito frente a produção capitalista do espaço urbano, desencadeando uma grande quantidade de vazios urbanos, espraiamento da cidade e seu adensamento para as franjas, aumentando as distâncias e dificultando a apropriação da cidade, que são frutos da combinação estruturada entre especulação imobiliária e segregação socioespacial (figura 2).

Figura 2: Mapas de renda e valor do solo urbano.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IBGE (2010) e PALMAS (2012).

A divisão de suas fases de ocupação urbana foi delimitada pelos principais corpos hídricos existentes no município preservando os cursos d'água e a densidade arbórea em seu entorno, que surgem próximos a Serra e seguem para o Lago, delimitando porções na malha urbana (figura 3).

Figura 3: Vista panorâmica da cidade de Palmas-TO.



Fonte: acervo LabQUAPÁ FAUUSP (2015).

Segundo Coccoza et al. (2009), o projeto urbanístico de Palmas moldou o Sistema de Espaços Livres públicos em quatro categorias: as áreas de preservação ao longo dos rios, compondo-se com os parques urbanos; os eixos estruturantes do sistema viário com seus amplos canteiros e rotatórias; as áreas de escala gregária para o lazer no cotidiano (praças de bairro); e o espaço iconográfico dos centros cívicos estadual (Praça dos Girassóis) e municipal (Praça do Bosque).

Sendo assim, os corpos hídricos em conjunto com sua vegetação nativa que serpenteiam a cidade no sentido leste-oeste demarcam a paisagem de Palmas. A existência desses elementos da natureza provocou a adaptação da malha rígida e ortogonal em momentos de traçado orgânico e curvilíneo, evidenciando os contornos de bordas arborizadas, que protegem seus cursos d'água (ALBIERI, 2018).

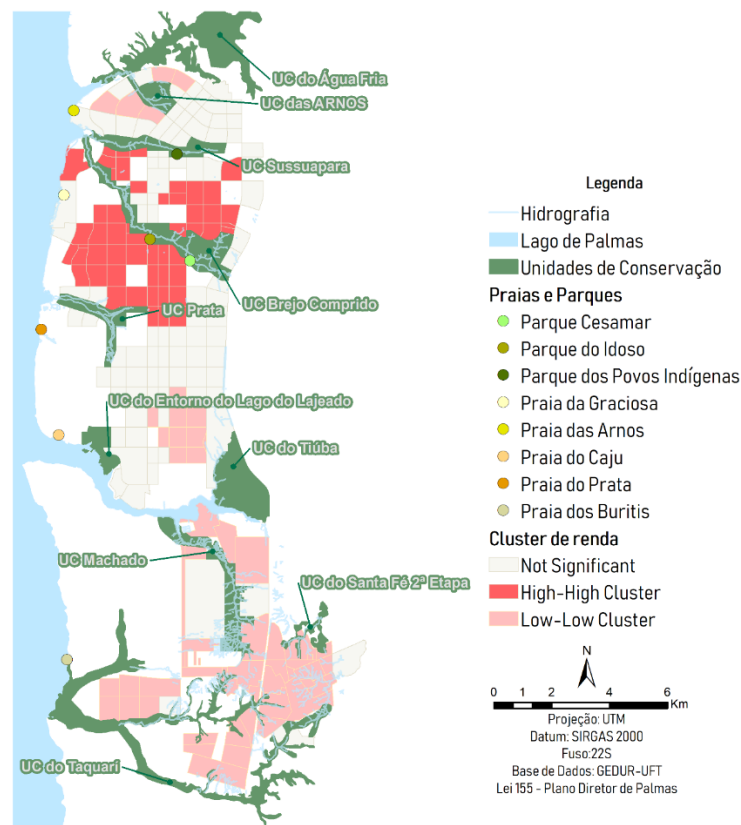
Cabe ressaltar que o Plano Diretor de Palmas de 2007 (PALMAS, 2007) instituiu doze Unidades de Conservação (UCs), muitas das quais se configuram como os corpos hídricos em conjunto com sua vegetação nativa. O Plano Diretor de 2018 (PALMAS, 2018) redefine as UCs como uma composição de Áreas Ambientalmente Protegidas (que se refere às áreas de vegetação nativa no entorno dos corpos hídricos) com as Áreas Verdes Urbanas (que possuem maiores níveis de antropização), conferindo às UCs maior flexibilidade para intervenções urbanísticas.

O Plano Diretor de 2018 evidencia a intenção de implementar corredores ecológicos, parques urbanos e áreas verdes para lazer, esporte e convívio, integrando as unidades de conservação existentes. Atualmente, Palmas possui três parques implantados em bordas de córrego: o Parque Cesamar, o Parque do Idoso e o Parque dos Povos Indígenas, além das praias na orla fluvial da

cidade, que serão abordadas em seguida.

O Parque Cesamar é o mais antigo da cidade, implementado em março de 1998 e revitalizado em 2014. Localiza-se às margens do Córrego Brejo Comprido, próximo à área central de Palmas⁵. Possui espaços gastronômicos, esportivos, cultural e de lazer, com horário de funcionamento controlado e cercamento em seu perímetro. Recebe eventos esportivos e festivos esporádicos. Na inserção urbana, o Cesamar se encontra em uma das regiões com maior valorização do solo em Palmas (figuras 4, 5 e 6).

Figura 4: Clusters de renda alta e baixa, localização das UCs, parques e praias.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Albieri et. al (2018) e Palmas (2007).

⁵ Considera-se que a área central de Palmas se localiza entre os Córregos Sussuapara e Brejo Comprido, referente à primeira fase de ocupação urbana definida em seu projeto.

Figura 5: Vista do Parque Cesamar com os edifícios verticais ao seu redor.



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Figura 6: Vista panorâmica da UC Brejo Comprido, onde está o Parque Cesamar, com edifícios verticais em seu contorno.



Fonte: Acervo dos autores (2019).

O Parque do Idoso foi inaugurado em 2016, localizado também às margens do Córrego Brejo Comprido. Ele possui infraestrutura, atividades e eventos voltados exclusivamente aos idosos, com horário de funcionamento controlado, o que restringe a apropriação a um tipo de público específico quando comparado aos outros dois parques da cidade.

O Parque dos Povos Indígenas, inaugurado em agosto de 2017, localiza-se às margens do Córrego



Sussuapara, também na área central de Palmas, mais ao norte. O parque contém um espaço gastronômico itinerante, equipamentos e mobiliários para esporte e lazer, ocupando um espaço linear de borda de avenida. Não há gradeamento para controle de acesso e horário ficando, portanto, à disposição para uso da população 24 horas por dia (figura 7).

Figura 7: Vista do Parque dos Povos Indígenas delimitado ao fundo pela avenida.



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Cabe destacar que, devido à sua localização, o Parque dos Povos Indígenas poderia suprir a carência de espaços qualificados de lazer da região norte, a qual possui infraestrutura precária e abriga população baixa renda, como pode ser observado no cluster de baixa renda da figura 4. Porém, analisando sua localização na figura, ele foi implantado na margem oposta à face da região norte, de frente para a região central, comprometendo um acesso mais imediato àquela população.

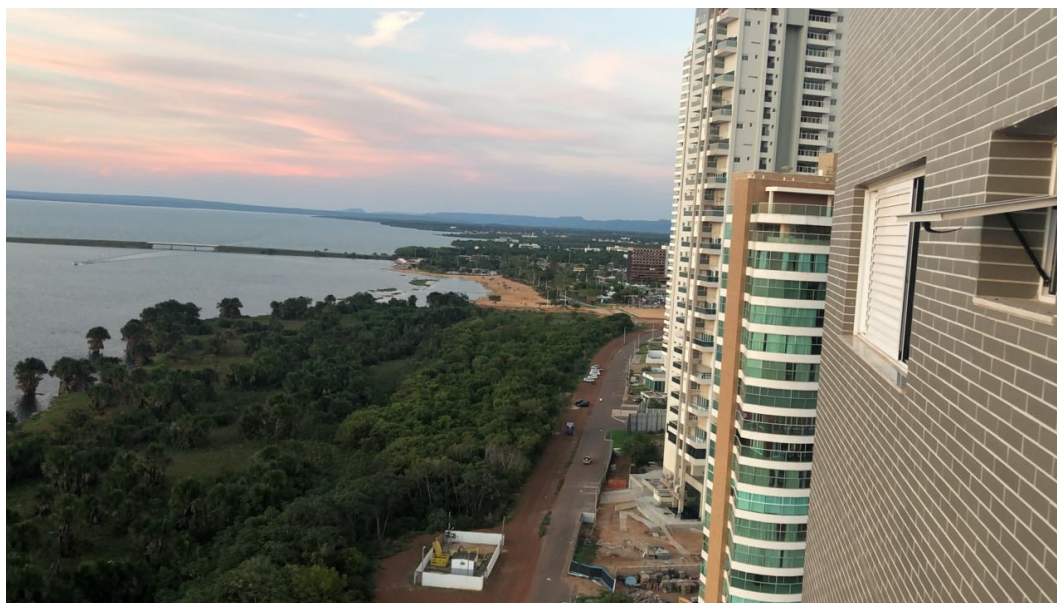
Na região Sul de Palmas, apesar da existência de UCs, como a do Córrego Machado, não há a implementação de parques, o que gera um contraste com a região central da cidade, visto que é a população que tem maior dependência de equipamentos públicos porque tem menos condições de pagar por esporte e lazer.

Um elemento da natureza com destaque na cidade é a orla do Lago de Palmas. O Lago surgiu da inundação ocasionada pela implantação da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães em 2002. Cinco pontos da orla receberam alguma infraestrutura de lazer e de acesso público ao lago, sendo elas a Praia das ARNOs, a Praia da Graciosa, a Praia do Prata, a Praia dos Buritis e a Praia do Caju. As primeiras citadas tem mais infraestruturas do que as últimas. Destaca-se a Praia da Graciosa pela sua localização central e proximidade ao Córrego do Brejo Comprido, de interesse de análise deste artigo.



A Praia da Graciosa foi implantada em 2002 com o enchimento do lago, e revitalizada em 2018. Dentre as praias de Palmas, possui localização mais central e foi a que recebeu maior investimento em infraestrutura. O valor do solo em suas imediações também é um dos mais altos da cidade, assim como no caso do Parque Cesamar. Foram firmadas parcerias entre a iniciativa privada e o poder público para realização de atividades no local, como aulas de yoga com instrutor patrocinado por um restaurante local e a instalação de bicicletas compartilhadas sem custo para os usuários (com circuito restrito à orla) geridas pelo mesmo restaurante e um empreendedor imobiliário. A Praia da Graciosa também costuma sediar eventos esportivos que integram o circuito nacional e shows diversos, sendo o local preferido para comemoração do aniversário da cidade e festa de réveillon (figuras 8 e 9).

Figura 8: Vista dos edifícios em frente ao Lago com a faixa de areia da Praia da Graciosa ao fundo.



Fonte: Acervo dos autores (2019).

Figura 9: Praia da Graciosa com edifícios verticais ao fundo.



Fonte: Acervo dos autores (2019).

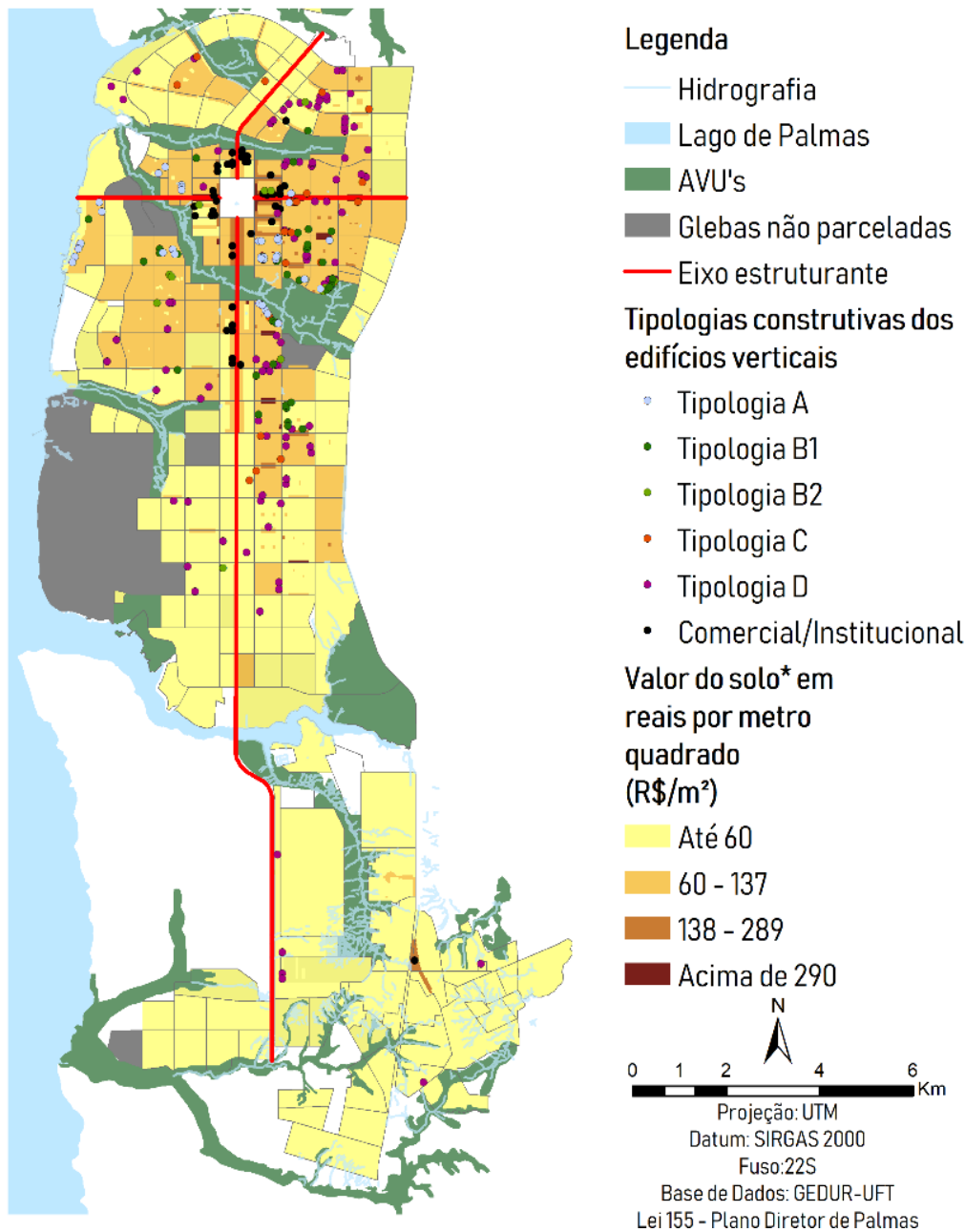


3 A APROPRIAÇÃO DA NATUREZA PELOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS VERTICAIS EM PALMAS-TO

Com o objetivo de garantir o adensamento controlado do espaço urbano, o projeto urbanístico de Palmas propôs a combinação entre edifícios multifamiliares e unifamiliares nas unidades de vizinhança, garantindo tamanhos de lotes e infraestrutura viária adequados para que tais empreendimentos se instalassem. Segundo Oliveira e Menezes (2019), este planejamento aliado ao alto valor do solo da área central favoreceu o interesse do mercado imobiliário em se implantar os edifícios verticais nesta região. Ainda segundo as autoras, Palmas Sul, em contrapartida, foi conformada predominantemente por pequenos lotes unifamiliares, fruto de programas habitacionais sociais ou de regularização de invasões, restringindo as possibilidades de verticalização e o interesse do mercado imobiliário.

Oliveira e Menezes (2019) apontaram que o processo de verticalização de Palmas se inicia timidamente na região central e, ao longo dos anos, se intensifica nesta área tanto pela quantidade de edifícios quanto pelo número de pavimentos, além de passar a ocorrer em menor vulto em outras regiões. As autoras concluíram, também, que os edifícios verticais de maior altura e voltados às classes de maior renda se concentram na região central, enquanto os edifícios mais baixos e que abrigam as classes de menor renda foram surgindo de maneira mais dispersa e distantes do centro (figura 10).

Figura 1019: Tipologias construtivas dos edifícios verticais⁶ e valor do solo em Palmas.



Fonte: OLIVEIRA e MENEZES (2019), atualizado pelos autores.

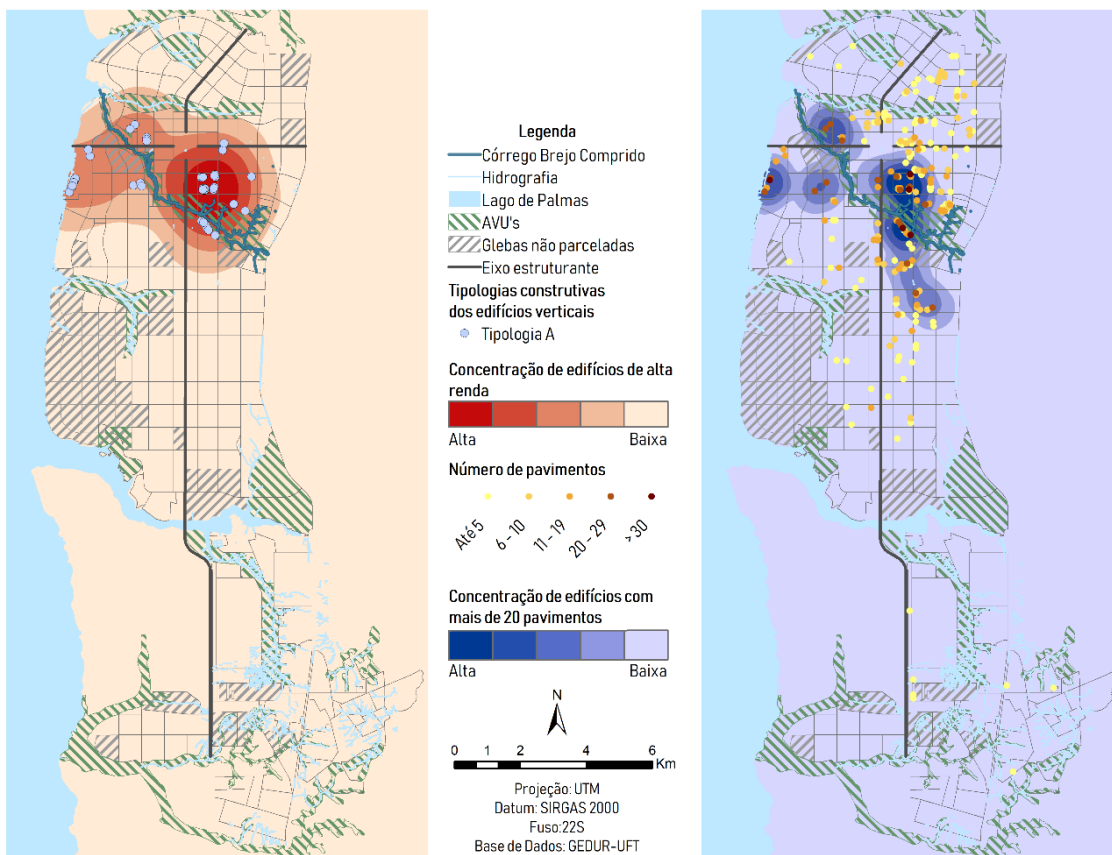
A partir dos dados do mapa acima, isolou-se a tipologia A e os edifícios com 20 pavimentos ou mais e aplicou-se a Estimativa de Densidade de Kernel (EDK)⁷, visando a verificação da concentração de suas localizações. Os resultados evidenciam que esses edifícios se concentram nas imediações do Córrego Brejo Comprido até a orla do Lago. Cruzando-se esses dados com os anos

⁶ Tipologia A (alta renda, edifícios clubes), Tipologia B1 residencial e B2 Misto (renda média e média-alta), Tipologia C (renda média e média-baixa) e Tipologia D (renda média-baixa e baixa).

⁷ Método estatístico de interpolação para determinar a intensidade de um fenômeno na região de estudo.

de implantação desses empreendimentos, constata-se que há um vetor de expansão de edifícios verticais para as altas classes de renda que tem origem nas imediações do Parque Cesamar indo em direção à Praia da Graciosa. Entre estes dois pontos está o maior shopping center de Palmas, que também atraiu a implantação de alguns edifícios em altura (figura 11).

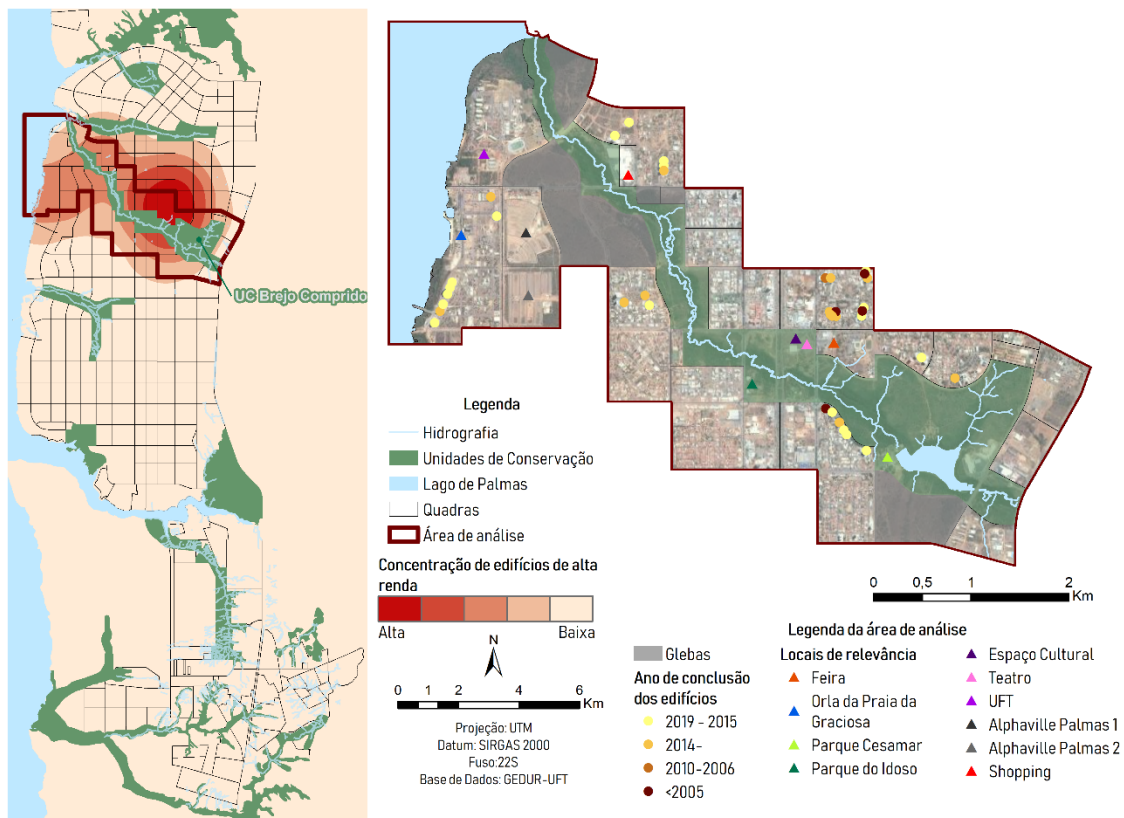
Figura 11: Concentração de edifícios de alta renda e número de pavimentos.



Fonte: Elaboração dos autores a partir do acervo de dados GEDUR/UFT.

O Córrego Brejo Comprido percorre a parte central de Palmas, onde há uma concentração de infraestrutura e equipamentos urbanos de maior qualidade, como avenidas e canteiros centrais com boa manutenção, iluminação pública, drenagem, além de uma gama de equipamentos educacionais, culturais e de lazer, sem deixar de mencionar os dois shoppings centers da cidade (figura 12). Consiste, portanto, em uma localização privilegiada que vem sendo produzida há vários anos.

Figura 12: Concentração de edifícios de alta renda e localização de equipamentos urbanos.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A proximidade de tais empreendimentos com os elementos da natureza permite uma apropriação mercadológica com apelo de marketing associando qualidade de vida, exclusividade e felicidade à natureza. Não só isso, os elementos da natureza são tecnicizados e controlados através dos projetos de parques e de praias conforme os anseios do “consumidor”. Os atributos naturais se tornam valor agregado, onde o símbolo é transformado em signo de comercialização.

Segundo Henrique (2009), objetivando a valorização dos loteamentos e das edificações, os agentes imobiliários começaram a construir jardins e parques no entorno dos empreendimentos, em busca da associação da natureza na cidade à especulação imobiliária. O autor expõe a existência de duas apropriações à natureza, uma de forma direta e outra indireta. A apropriação direta faz referência às propriedades privadas que se apossam-se de áreas de lagos, montanhas e demais paisagens valorizadas. Já a apropriação indireta se dá pelo destaque locacional em relação ao entorno “verde”, onde “prédios e propagandas ocupam áreas de grande beleza paisagística natural como formas de venda de mercadorias, produtos e serviços” (HENRIQUE, 2009, p. 126).

Sendo assim, os edifícios que vem sendo construído nas imediações do Córrego Brejo Comprido em Palmas tem se apropriado não só da infraestrutura e equipamentos existentes na área central, mas também indiretamente da natureza e da existência do Parque Cesamar e da Praia da Graciosa em conjunto com o Lago. Há uma preponderância desses elementos na propaganda de edifícios que estão a venda nesta região buscando introduzir uma sensação de posse e privilégio da natureza e das vistas.



No site de um empreendimento localizado em frente ao Parque Cesamar (figura 13), o Arquiteto explica o partido arquitetônico do projeto, apropriando-se do parque como elemento do empreendimento, trazendo a sensação de que ao comprar o imóvel o consumidor irá adquirir também o Parque como extensão do seu apartamento:

O Parque Cesamar não era apenas um detalhe a ser levado em conta, ele foi o ponto de partida e o de chegada. Por isso, tanto os apartamentos quanto as áreas de lazer teriam que ser projetados para ser um complemento daquela área verde. E isso foi o que levamos em conta pra trabalharmos as unidades em sua horizontalidade, com grandes vãos com vista privilegiada, fachadas envidraçadas e um lazer que, há quase 60 metros de altura, mais parece uma extensão do Parque (Urban Incorporações, 2019).

Figura 13: Propaganda de empreendimento imobiliário próximo ao Parque Cesamar.

Fonte: <<http://incorporadoraurban.com.br/soberano/>>. Acesso: 07 nov. 2019

Notem que na figura extremamente verde, a cidade e os edifícios existentes ao redor são suprimidos. Henrique (2009) expõe que os empreendimentos imobiliários utilizam a natureza como uma das principais armas para sua valorização, eles reforçam um processo de associação com uma das várias ideias possíveis de natureza na atualidade. O autor cita como elementos utilizados na apropriação ideologizada da natureza:

- Material de propaganda com uma supervalorização da natureza, com predominância dos tons de verde;
- Os símbolos preferenciais para confecção dos logotipos são: as folhas, o sol, as árvores, as borboletas, as flores e as conchas;
- Erros intencionais de localização e desvirtuamento de escala nos croquis de localização;
- Abundância de praças e áreas verdes dentro dos empreendimentos;
- Privatização da natureza na cidade, materializada nos parques e praças públicos;
- Relação com uma natureza padronizada globalmente, sempre verde;
- Consumo da natureza como um objeto raro, privativo, requintado e exclusivo para as classes de alto poder econômico;
- Apropriação da visualização da natureza como benefício do empreendimento;
- Ideia de natureza verde, mas associada ao conforto da vida citadina e suas possibilidades de consumo nos shopping centers próximos aos empreendimentos;
- Segregação urbana e exclusividade locacional como condição de status social.

Algumas destas estratégias também podem ser observadas nas fotos (figura 14) e na frase de divulgação de um prédio de alto luxo a ser construído na Orla de Palmas: "Aqui a natureza foi generosa. A vista da orla e da ponte realmente encantam, mas ter a Praia da Graciosa e o pôr-do-

sol é um verdadeiro espetáculo. Viva no cartão postal de Palmas e desfrute de tudo o que a vida pode oferecer de melhor” (FAMA EMPREENDIMENTO, 2019).

Figura 14: Fotos de propaganda de empreendimento imobiliário na Orla de Palmas.



Fonte: <<https://famaempreendimentos.com.br/orla14>>. Acesso: 07 nov. 2019.

A associação dos empreendimentos à natureza se dá também pela escolha do nome dos edifícios. Palavras como Park, Parque, Green, Orla, Lago ou expressões que conotam o luxo e a exclusividade em idiomas, por vezes, estrangeiros, são comumente utilizados e referem-se a espaços públicos ligados à natureza e ao lazer a fim de serem lembrados como pertencente àquela localização privilegiada. Próximo ao Parque Cesamar e ao lago de Palmas encontramos exemplos como os presentes no quadro 1.

Quadro 1: Nome de alguns edifícios de tipologia A e ano de conclusão da obra.

Nome do edifício	Ano de Conclusão	Nome do edifício	Ano de Conclusão
Residencial Mont Blanc	2000	Edifício Capim Dourado	2015
Condomínio Terra Bela	2000	Residencial Royal	2016
Edifício Lago Azul	2004	Mirante Du Park	2016
Residencial Mont D'or	2011	Reserva du Parc	2016
Galapagos Executive	2011	L'etoile du Parc	2016
Executive Residence	2012	Imperador do Lago	2017
Edifício Royal Village	2012	Vision Residence	2017
Park Imperial Residence	2013	Veredas do Lago	2017
Century 21 Residence	2013	JK Park Residence	2017
Asturias Residencial	2013	Liberty Tower	2018
Le Premier	2014	Urban Soberano	2018
Residencial Graciosa	2014	Premium Flat e Residence	2018
Residencial Dunas do Jalapão	2014	Diamante do Lago Residencial	2019

Fonte: Acervo do GEDUR/UFT.

A especulação imobiliária causada também pela apropriação dos elementos da natureza acaba expulsando a população de menor poder aquisitivo para as periferias da cidade, geralmente distantes dos parques e áreas de lazer qualificadas da cidade. No caso de Palmas, grande parte dessa população ocupou o extremo sul da cidade, não havendo investimentos desta categoria na região por parte do governo local. Desta forma, para a população residente nas periferias da cidade ter acesso a parques e áreas de lazer tem ficado cada vez mais oneroso, pois a natureza, tecnificada, tem sido cooptada pelo mercado como elemento de luxo disponível àqueles que podem pagar por ela.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea de economia capitalista, a financeirização da cidade tem se tornado cada vez mais presente. As unidades de conservação ambiental passaram a ser uma possibilidade de investimento financeiro na medida em que são apropriados pelo mercado imobiliário e transformam o valor de uso coletivo inerente à natureza e ao lazer, em valor de troca, materializando elementos subjetivos que deveriam fazer parte do rol do direito à cidade.

Os empreendimentos imobiliários se apropriam da natureza de forma indireta buscando uma valorização do seu produto, ou seja, aplica-se um sobrepreço pela sensação de estar adquirindo aquela natureza como produto exclusivo das elites. Em Palmas isso se dá de forma enfática no Parque Cesamar e na Praia da Graciosa. Nesta região concentram-se a maior parte dos edifícios de luxo da capital, assim como as melhores infraestruturas e equipamentos urbanos de educação, cultura e lazer.

Este fenômeno demonstra uma tendência social individualista, como aponta Henrique (2009), onde a exclusividade é buscada em detrimento da coletivização de bens. As pessoas buscam maior status social obtendo bens e privilégios que outras não podem ter ou pagar por eles. Sob esta



ótica, a natureza passa, então, a ser privilégio de poucos.

Articulado e necessário para que este fenômeno se estabeleça, é essencial que exista o contraste, isto é, que haja um conjunto amplo de pessoas que não possam pagar por esse bem ou privilégio. Com isso, a segregação socioespacial é intensificada, limitando ainda mais o acesso à moradia em localizações suprimidas pela natureza desejada e tecnicada.

Tendo em vista este cenário, é preocupante a condução do entendimento e da produção da natureza não pelos seus aspectos sociais, políticos e econômicos para emancipação coletiva, mas pela satisfação individual. Há de se considerar que a exclusividade demandada pela cultura consumista-individualista gera e necessita, na outra face, da manutenção de um grupo de excluídos, fundamentando uma realidade opressora e cruel em uma sociedade que poderia vislumbrar uma outra perspectiva, a da solidariedade e da empatia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBIERI, L. Sistema de espaços livres e a constituição da forma urbana contemporânea: produção e apropriação em Palmas-TO. In: MACEDO, S.S.; QUEIROGA, E.F. CAMPOS A.C.A.; CUSTÓDIO, V. (Orgs). **Quadro geral da forma urbana e do sistema de espaços livres das cidades brasileiras**. São Paulo: FAUUSP, 2018. p. 199-236.

ALBIERI, L.; GOMES, P. I. G.; GONÇALVES, Y. N.; LOPES, W. R. Estudo sobre a distribuição territorial dos espaços livres públicos em Palmas sob a ótica da renda. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (ENEPEA), 14, 2018. **Anais eletrônicos...** Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://enepea2018.wixsite.com/santamaria/anais>>. Sessão Temática 2, p. 903-918. Acesso em: 23 set. 2019.

CALVINO, Í. **Marcovaldo ou as estações na cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

COCOZZA, G. de P.; OLIVEIRA, L. A. de; SILVA, A. W. F. da. O uso e a apropriação dos espaços livres públicos de Palmas: a criação de um novo cotidiano no cerrado. In: TÂNGARI, V. R.; ANDRADE, R. de; SCHLEE, M. B. (Orgs.). **Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009, p. 140-149.

CAPEL, H. **La Morfología de las Ciudades**. Sociedad, cultura y paisaje urbano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

GRUPOQUATRO (1989). **Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico**. Goiânia (Mimeo)

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.

HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Berkley: University of California Press, 2000.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo: Difel, 1969.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, K. **O capital**. 6. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980, livro I, v. I e II.

OLIVEIRA, L. A.; MENEZES, W. S. A acentuação da segregação socioespacial em Palmas (Tocantins, Brasil), por meio do processo de verticalização. **Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 157-178, 2019.



PALMAS. Lei Complementar nº 155, de 28 de Dezembro de 2007. **Dispõe sobre a política urbana do município de Palmas. Banco de leis da câmara municipal de Palmas-TO.** Disponível em: <<http://legislativo.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PALMAS. Lei Complementar nº 400, de 2 de Abril de 2018. **Plano Diretor Participativo do Município de Palmas-TO. Banco de leis da câmara municipal de Palmas-TO.** Disponível em: <<http://legislativo.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

PALMAS. Lei nº 2.018, de 31 de dezembro de 2013. **Institui a Planta de Valores Genéricos, para o exercício de 2014 e adota outras providências.** Diário Oficial do Município de Palmas, Palmas, 31 dez. 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.



Avaliação das Rupturas Urbanas através do Mapeamento Comportamental: um estudo em Vila Velha/E.S

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

ROCHA, Nayra Carolina Segal da (1); TEIXEIRA, Caroline Crys da Silva (2); VAZ, Débora Firme Santana; (3) LYRA, Ana Paula Rabello (4)

- (1) Mestranda Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha, nayrasegal@gmail.com
(2) Graduanda Arquitetura e Urbanismo, Universidade Vila Velha, carolinecryst@gmail.com
(3) Graduanda Arquitetura e Urbanismo, Universidade Vila Velha, debora.firme14@gmail.com
(4) Doutora em Cidade, Segurança e Saúde, Universidade Vila Velha, ana.lyra@uvv.br

RESUMO

O crescimento urbano acelerado das cidades contemporâneas tem gerado rupturas na estrutura urbana de sua malha com consequentes reduções das oportunidades de interação e socialização públicas. Verifica-se nesse cenário uma diminuição dos espaços livres de uso público e o afastamento dos pedestres, reduzindo sua interação com a cidade. Esse processo favoreceu o surgimento de áreas fragmentadas que geram segregação e exclusão entre a população. Esse estudo parte do princípio que as ocupações urbanas influenciam a forma com que as pessoas se apropriam e transitam pelo espaço urbano e propõe aplicar o método do mapeamento comportamental para avaliar essa relação na Rua Doutor Annor da Silva localizada no bairro Boa Vista I, município de Vila Velha, Espírito Santo. Trata-se de uma área constituída com ocupações recentes que alteraram a dinâmica local. Utiliza como referência os estudos sobre fragmentação sócio espacial relacionados às rupturas urbanas e sua influência na diminuição da vitalidade da cidade e interação das pessoas, reduzindo o fluxo de pedestres.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento comportamental; Rupturas urbanas; Dignidade Urbana.

1 INTRODUÇÃO

No decorrer da história, o desenvolvimento urbano e a ocupação desordenada do território resultaram na segregação e exclusão de espaços e pessoas, processo inverso ao planejamento sustentável das cidades. O resultado desse processo são áreas ociosas que em termos sócio espaciais, encontram-se descontinuadas na malha urbana e não atendem às necessidades de oferta de equipamentos urbanos e serviços públicos favoráveis a apropriação de pedestres (CALDEIRA, 2003 e SABOYA et al, 2015).

Atualmente a cidade tem favorecido as rupturas que reforçam a ideia de exclusão e segregação, ao permitir a inserção de edifícios introspectivos sem relação ao entorno. Os enclaves fortificados são algumas dessas rupturas, caracterizados pelos condomínios de grande porte, murados e, pelos conjuntos comerciais, como os shopping centers, que atraem o público para as atividades de consumo inseridas em seu interior. Atividades estas 'protegidas' por uma dinâmica estrutural que atrela a aparente sensação de segurança a realidades construtivas que reproduzem características do sistema carcerário, como muros, guaritas, cercas eletrificadas, que acabam reforçando a fragmentação e o medo na cidade (LIRA, 2014).



Os enclaves fortificados possuem características similares entre si, como a demarcação e limitação física, isolamento da sua área do restante da cidade por muros, grades, ou até mesmo vazios urbanos. São na verdade, empreendimentos do setor privado, mas que de alguma maneira são de uso coletivo, dando valor ao que é restrito e privado, e depreciando o que é público na cidade (BAUMAN, 2001).

Como os enclaves criam rupturas no tecido urbano, pesquisas sobre urbanização revelam que há impactos negativos, tanto administrativos quanto sociais, devido a presença de vazios urbanos situados em áreas providas de infraestrutura e de serviços. Essas consequências negativas correspondem ao encarecimento de infraestrutura e serviços urbanos que permanecem ociosos quando a especulação imobiliária impede sua apropriação. Por conseguinte, surgem as ocupações de áreas periféricas, reforçando as rupturas da cidade, a segregação sócio espacial, e a degradação do patrimônio ambiental (EBNER, 1997).

Cenário este que compromete a materialização de uma cidade digna, em que as diferenças possam ser amenizadas por um desenho urbano inclusivo e democrático. Este fenômeno das rupturas que geram conflitos urbanos constitui a temática de interesse do grupo de pesquisa Dignidade Urbana que se propôs neste estudo a compreender como as rupturas existentes na malha urbana interferem na dinâmica social da cidade. A partir dessa inquietação, estabelece como meta o interesse em avaliar as oportunidades de conexões sociais resultante da relação entre espaços privados introspectivos e livres de uso públicos consolidados em uma parcela urbana da cidade.

A parcela individualizada para investigação do referido fenômeno está inserida na Regional Administrativa 01 – Grande Centro, da cidade de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil. A Rua Doutor Annor da Silva que abrange uma diversidade de tipologias construtivas, usos, adensamentos e fragmentos permeados por instituições de proporções edificadas diferentes, e que influenciam de forma direta o cotidiano local. Com a inserção desses equipamentos houve alteração no sentido de deslocamento do fluxo dos veículos motorizados, mudança nos acessos às instituições existentes e no fluxo dos pedestres.

Os estudos iniciados pela revisão de literatura sobre fragmentos e rupturas urbanas, utilizou o levantamento de campo, como procedimento técnico para coleta dos dados necessários para a elaboração dos mapas comportamentais da área de estudos, através do software ArcGis. Para o mapeamento foram destacadas as fachadas das edificações e o uso das mesmas, além do fluxo dos pedestres na região. Para análise dos vazios foram consideradas as áreas que desproviavam de edificação ou áreas subutilizadas dentro da malha urbana. Os enclaves fortificados consideraram as edificações introspectivas dos condomínios fechados e dos shopping centers, que criam áreas de segregação ao ocuparem grandes extensões de quadras sem promover qualquer relação com o entorno.

2 RUPTURAS NO CONTEXTO DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

O acelerado crescimento das forças produtivas, impulsionadas pela revolução industrial, provocou nas cidades brasileiras da segunda metade do século XIX em diante um processo de fragmentação e hierarquização do espaço urbano. Após a grande concentração de capitais, pessoas e bens nas cidades industriais, os núcleos urbanos se expandem, estendendo-se em todas as direções do território. A suburbanização da cidade pretendia acabar com a antiga centralidade dos núcleos preexistentes. A configuração campo e cidade se perde, assumindo outras formas, como centro-periferia, inclusão-exclusão, integração-segregação. As aglomerações urbanas atingem dimensões inéditas, que foi possibilitada pelo transporte motorizado. A circulação de pessoas e mercadorias assume uma importância para a globalização de informações e produtos (LEFEBVRE, 1983).



O referido cenário contrapõe-se ao sentido de cidade como resultado e espaço das relações sociais e de trocas (CHOAY, 2003), e reforça o processo de exclusão e fragmentação que se confirma na medida em que a cidade cresce e se desenvolve à revelia dos espaços de integração. Trata-se de um contexto que pode ser vislumbrado ao transitar pela cidade e perceber que as edificações estão ocupando cada vez mais o tecido urbano e se transformando em construções introspectivas, isoladas de seu entorno, ocupado, por sua vez, pelas vias destinadas à circulação de veículos. Realidade esta que se instalou pela sensação de insegurança e medo eminente promovido pela violência urbana e por uma mídia sensacionalista que tem favorecido a expansão deste modelo urbano.

O cenário exposto sugere uma reação de exclusão impulsionada pelas rupturas deste novo tecido urbano que transforma a morfologia da cidade contemporânea, com a ausência de espaços públicos e de convivência, a reprodução dos enclaves fortificados e a presença de espaços vazios e ociosos. As rupturas indicam uma descontinuidade, uma mudança súbita de orientação no curso previsível dos acontecimentos e um corte com relação a um conjunto de valores e expectativas estabelecidos numa determinada época, acompanhado de um salto em direção a uma formação, a ser instituída a partir da superação da conjuntura anterior. Elas constituem um movimento, através do qual se opera a transformação dos processos em curso e que equivale, em última análise, ao próprio movimento da história (LEFEBVRE, 1983).

Destaca-se que o referido contexto de rupturas considerou para este estudo, aquelas áreas do tecido urbano desprovidas de integração com o entorno, caracterizadas por um elemento de descontinuidade física e visual. Essas, por sua vez, foram divididas em duas categorias de rupturas do tecido urbano, a saber, os enclaves fortificados e os vazios urbanos, tendo em vista que tais rupturas excluem e segregam os espaços da cidade, criando isolamento entre os seus habitantes, onde a continuidade do tecido urbano é prejudicada, comprometendo a vitalidade ao suprimir espaços públicos destinados a socialização e a interação.

Analisando as rupturas em categorias que inibem a permeabilidade urbana, enquanto elementos que interrompem as conexões no tecido urbano, os condomínios fechados foram caracterizados como uma categoria de ruptura na transformação da morfologia da cidade, a partir do momento em que não permitem a continuidade de circulação, sendo um reflexo da fragmentação que contribui para segregação da cidade. Os centros de lazer público para a comunidade, constituído por praças, lugares de convivência ou de sociabilidade, ficaram cada vez mais escassos e isolados por muros, o que limita a circulação das pessoas (DRUCKER, 2005).

Os enclaves fortificados são identificados por Caldeira (2003), como fragmentos comunitários dispersos das áreas centrais dominadas pelo caos urbano. Configuram-se como condomínios fechados e “protegidos” por muros, guaritas, circuitos de monitoramentos e controles de acesso físicos que ocupam grandes glebas do município sem, contudo, se integrarem a uma malha urbana existente, pois criam seu próprio desenho desconsiderando o cenário de seu entorno. O caráter de implantação desta tipologia provoca uma diferença significativa no tecido da cidade que o cerca, gerando espaços onde os grupos sociais, apesar de, próximos fisicamente, estão separados por muros e outros dispositivos de segurança, que protegem as áreas comuns situadas em seu interior (CALDEIRA, 2003).

No Brasil, a reprodução desse tipo de moradia tem sido contínua e à revelia dos estudos que alertam sobre os efeitos destes enclaves na segurança urbana. De maneira geral, no Brasil, motivo forte para a propagação de condomínios e loteamentos fechados, é a obsessão pela segurança aliados à sobrevalorização do indivíduo, em outras palavras, à sua fragilidade e vulnerabilidade. Esses enclaves representam um isolamento e uma distância da cidade, ao levarmos em consideração a separação de pessoas consideradas inferiores do ponto de vista social (BAUMAN,



2006). São ainda, empreendimentos do setor privado, caracterizados pelos conjuntos comerciais, como os shoppings centers, que geram uma falsa sensação de empreendimento público, que de alguma maneira são de uso coletivo, dando valor ao que é restrito e privado, e depreciando o que é público na cidade (BAUMAN, 2001).

Presume-se que tais enclaves estejam mudando as maneiras de viver, consumir, trabalhar e de usufruir do lazer e, mais, cultivam um relacionamento seletivo de negação e ruptura com o resto da cidade, gerando uma distância cada vez maior com o que se pode chamar de um modelo ideal de vida urbana, de um espaço público e democrático, com circulação livre, abertura de ruas, uso espontâneo de praças e ruas, encontros entre pessoas (CALDEIRA, 2003).

Outra categoria de rupturas encontrada na cidade contemporânea são os vazios urbanos, já citados, que geram consequências negativas para as cidades, criando descontinuidades no tecido urbano e segregação de porções da cidade (EBNER, 1997). A expansão urbana e a ocupação periférica da cidade, culminaram no esvaziamento populacional dos centros, na mudança de uso do solo das áreas centrais e na subutilização de lotes e edificações. Esse processo contribuiu de maneira significativa para o surgimento de áreas obsoletas e dos vazios urbanos nas áreas centrais das cidades (VAZ e SILVEIRA, 2007).

Podemos associar vazio urbano as áreas fundiárias nunca antes ocupadas, ou relacionar à desocupação de estruturas que tiveram o uso e a ocupação alterados por esvaziamento (VAZ e SILVEIRA, 2007). O termo vazio pressupõe uma ausência, no sentido de carência, e na falta de ter utilidade ou ser proveitoso para a cidade. É importante ressaltar que tanto vazio, quanto subutilizado, também podem salientar uma improdutividade e incerteza em relação ao futuro (MINOCK, 2007). São espaços onde as atividades que aconteciam, não acontecem mais, ou até espaços considerados estagnados no contexto urbano, pois nada acontece no local (JANEIRO, 2007).

A presença de vazios urbanos localizados em áreas que possuem infraestrutura e serviços, são apontados em estudos urbanos como geradores de impactos negativos, tanto administrativos quanto sociais. Algumas dessas consequências negativas são o encarecimento de infraestrutura e serviços urbanos devido a ocupação de áreas periféricas, fragmentação da cidade, especulação imobiliária, segregação sócio espacial, manutenção de infraestrutura ociosa e, degradação do patrimônio histórico (EBNER, 1997).

Área ociosa ou vazio físico, são espaços não parcelados à espera de ocupação, que constituem as grandes glebas e os loteamentos, frutos da especulação imobiliária (DITTMAR, 2006). Os terrenos ociosos exercem um poder de presença no ambiente urbano, pelo seu potencial em influir na perda da vitalidade urbana e, ao mesmo tempo, constituírem os espaços potenciais para a transformação da condição atual. Em outros casos, também podem ser incluídas nessa categoria aquelas construções cuja utilização deixou de ter interesse econômico e permanecem em pé, mas com ociosidade (MAGALHÃES, 2005).

3 MAPA COMPORTAMENTAL E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste artigo os métodos para análise e discussões são especificamente o uso do mapeamento comportamental na coleta de dados, tendo como finalidade entender os problemas relacionados às rupturas urbanas e a caminhabilidade das pessoas pelo local.

Para registro das interações das pessoas e as características físicas do meio utilizou-se o mapa comportamental que consiste em registrar informações observadas sobre a planta do local, favorecendo na identificação dos usos, os arranjos espaciais ou layouts, os fluxos e as relações



espaciais observados, bem como indicar graficamente as interações, os movimentos e a distribuição das pessoas, sejam elas relativas ao espaço ou ao tempo que permanecem no ambiente considerado.

O mapa comportamental, nesta pesquisa, teve como objetivo registrar os deslocamentos e localizações das pessoas num determinado ambiente, as características das fachadas e os tipos de usos. O modelo de mapa comportamental utilizado nesta pesquisa foi desenvolvido através do software ArcGis, apresentando a via em questão, identificando os lotes e edificações da área e as calçadas.

Nesse estudo, o mapeamento foi realizado durante dias da semana, horário entre 15 e 17 horas, para que não houvessem alterações no resultado. Para registro, foi realizado um relatório ao final de cada visita, relatando eventuais ocorrências, curiosidades e a análise pessoal do pesquisado em relação ao ambiente. Foram ainda utilizados o registro fotográfico para complementar o levantamento de campo.

A fim de otimizar a coleta de dados e o mapeamento comportamental em campo os autores subdividiram a Rua Doutor Annor da Silva em doze setores. Para anotação das informações foram criadas quatro legendas distintas com os pontos necessários para observação de campo. Os usos identificados foram serviços, comércios, instituições, residências e usos mistos, como residência e comércios, dentro de um mesmo espaço físico. Com relação as fachadas, a classificação utilizada limitou-se aos fechamentos das fachadas como os muros, grades e meio gradeado, portões de aço que permitem a visibilidade e portões de aço que não permitem a visibilidade, e por fim as vitrines.

No local foram considerados os pavimentos das calçadas, categorizando sua materialidade em apropriada e não apropriada, se haviam os pisos podotáteis e quanto aos obstáculos encontrados. Também foram mapeados os acessos às edificações e os fluxos de pessoas em cada setor, identificando os trechos que contavam com maior fluxo e menor fluxo de pedestres e atividades, o qual possuía uma tabela dividida com atividades realizadas e sexo e faixa etária, de forma a realizar a contagem e produzir um material comparativo em relação ao gênero percebido dos usuários, além de um mapa para croqui tendo registrado rotas e percursos de pedestres e ciclistas. Cada qual com sua respectiva simbologia.

Informações adicionais, como marquise, mobiliário, banco, lixeira, placa, ponto de ônibus, poste, semáforo, canteiro e árvores foram consideradas e coletadas, com intuito de servirem como qualificadores dos espaços analisados.

Após a coleta de dados foi produzida uma tabela de atributos no software ArcGis com finalidade de contribuir com a maior compreensão e avaliação da área de estudo em questão. Através do sistema de atribuição de pesos foram então qualificados os itens mapeados nos setores. Para esses foram considerando o valor máximo como 5 e o valor mínimo como 1, sendo respectivamente, a melhor situação e a pior situação encontradas.

A tabela 01 apresentada os itens de qualificação das fachadas e os fluxos de pedestres, que receberam pesos distribuídos entre 1 e 5, conforme demonstrado abaixo.

Tabela 1 – Pesos conferidos aos Atributos

Informação	Atributo	Peso
Fachadas	Muro	1
	Porta de Aço Fechada	1
	Meio Gradeado	2
	Gradeado	3
	Vitrine	4
	Porta de Aço Aberta	5
Fluxos	6 a 17 pedestres	1
	18 a 29 pedestres	2
	30 a 41 pedestres	3
	42 a 53 pedestres	4
	54 a 65 pedestres	5

Fonte: Autoras, 2019.

Após a confecção e tabulação dos mapas de tipologias de fachadas, fluxos e uso do solo foi possível sobrepor informações a fim de identificar correlações entre a qualidade e permeabilidade física das fachadas e os fluxos de pedestres observados na área de estudos

4 ANÁLISE DA ÁREA

A Rua Doutor Annon da Silva está localizada no bairro Boa Vista, que possui como principal característica as ocupações recentes de equipamentos de consumo e institucionais introspectivos. O bairro teve a sua fundação na década de 70 onde houve um grande crescimento populacional do município causado pelo êxodo rural e pelo início da industrialização do município de Vila Velha. O Bairro Boa Vista, onde se insere a área de estudos teve sua ocupação limitada a alguns conjuntos habitacionais até as últimas duas décadas, quando a conclusão da terceira ponte e o esgotamento dos bairros centro, Praia da Costa e Itapoã começaram a se adensar se aproximando dessa área.

Destaca-se nos empreendimentos habitacionais feitos pela Companhia Habitacional do Espírito Santo, os primeiros condomínios posteriormente cercados por muros, que inauguraram a ocupação introspectiva dos enclaves fortificados da região, modificando a paisagem local.

A área de estudo apresenta regiões sujeitas a alagamento e está situada próximo a um curso d'água, o Canal da Costa. Quanto ao uso do solo, verifica-se a presença de grandes instituições, como o Fórum de Vila Velha, o Ministério Público, a Universidade Vila Velha e o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O shopping Vila Velha também ocupa grande área adjacente, inclusive alterando alguns fluxos viários com a sua implantação por volta de 2014. Nas proximidades, encontra-se a Prefeitura de Vila Velha, um dos poucos parques urbanos de Vila Velha, além de instituições de ensino superior e médio. Também a uma forte presença de condomínios residenciais, **Figura 1**.

Figura 1- Pontos de Influência no entorno da Rua Doutor Annon da Silva



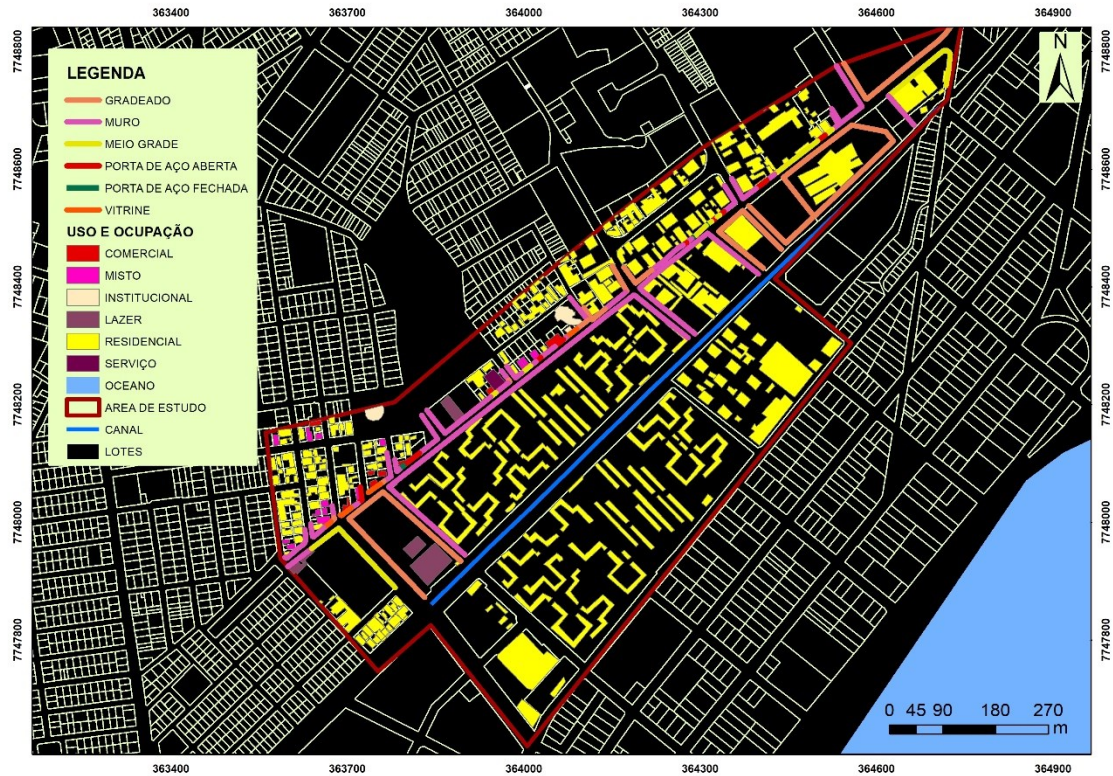
Fonte: Autoras, 2019.

O gabarito predominante entre 1 a 4 andares começa a contrastar com os edifícios que inauguram a verticalização nas imediações da rua analisada. A Escala Humana preservada ao logo dessa via também contrasta em percentual de ocupação com as edificações do Fórum e do Shopping Vila Velha adjacentes. As calçadas inferiores a 1,20m, dimensão mínima para promover a acessibilidade, sugere um descaso com o pedestre, confirmado pela inserção de uma ciclovia em trechos antes destinados a circulação exclusiva de pedestres no mesmo nível da calçada. Essa calçada apresenta uma estrutura precária e com presença de lixo, ausência de vegetação arbórea e herbácea e de mobiliário urbano.

Observa-se uma quantidade relativa de pontos atratores na área, como o próprio Fórum e os estabelecimentos comerciais situados em um trecho da via. Esses, todavia, apresentam tipologias introspectivas, sem diálogo com o entorno, que ocupam grandes extensões dos lotes. A proximidade com o canal da costa poluído é outro agravante que afasta o pedestre pelo aspecto de abandono e poluição e pelo odor que exala do mesmo.

Existe ao longo dessa via uma forte presença da atividade residencial e mista, constituída por mais de um uso por edificação, mas em grande parcela, também são compostas por muros altos e poucas grades. Soma-se a essa realidade os muros que cercam os condomínios residências localizados em trechos dessa mesma via, nesses, as fachadas são compostas, em sua maioria, por muros altos, como é possível observar na **Figura 2**.

Figura 2 - Mapa de Fachadas e Uso e Ocupação do Solo



Fonte: Autoras, 2019

Grades e fechamentos com alguma transparência estão presentes em poucos locais, porém muitos deles, como o shopping e o fórum, possuem afastamentos e paredes cegas que impedem o contato com o interior do edifício, mesmo que a vedação do lote contenha permeabilidade visual, ilustrado na **Figura 3** abaixo.

Figura 3 – Fachadas da Rua Dr. Annor da Silva



Fonte: Acervo pessoal, 2019

Os fluxos observados na visita de campo variaram de 6 a 65 pedestres, circulando pela via, sendo divididos em grandes e pequenos fluxos. Verificou-se que no perímetro das grandes quadras introspectivas os fluxos de pedestres eram reduzidos em relação as outras áreas. Percebe-se assim a baixa relação e interatividade entre pedestres e grandes ocupações com pequena permeabilidade física da fachada, tais eventos podem ser observados na **Figura 4** abaixo.

Figura 4. Fluxo de Pedestres



Fonte: Autoras, 2019

Um fator determinante que contribuem para o maior ou menor fluxo de pedestres são as condições das calçadas, quanto a largura, conservação e presença de obstáculos. O que em alguns trechos pode diminuir a permeabilidade ao impedir o livre acesso de algumas porções da população que possuam qualquer dificuldade de locomoção, como ilustra a **Figura 5**.

Figura 5 - Calçadas estreitas, com materialidade precária na faixa livre e sem sinalização tátil.



Fonte: Acervo Pessoal, 2019

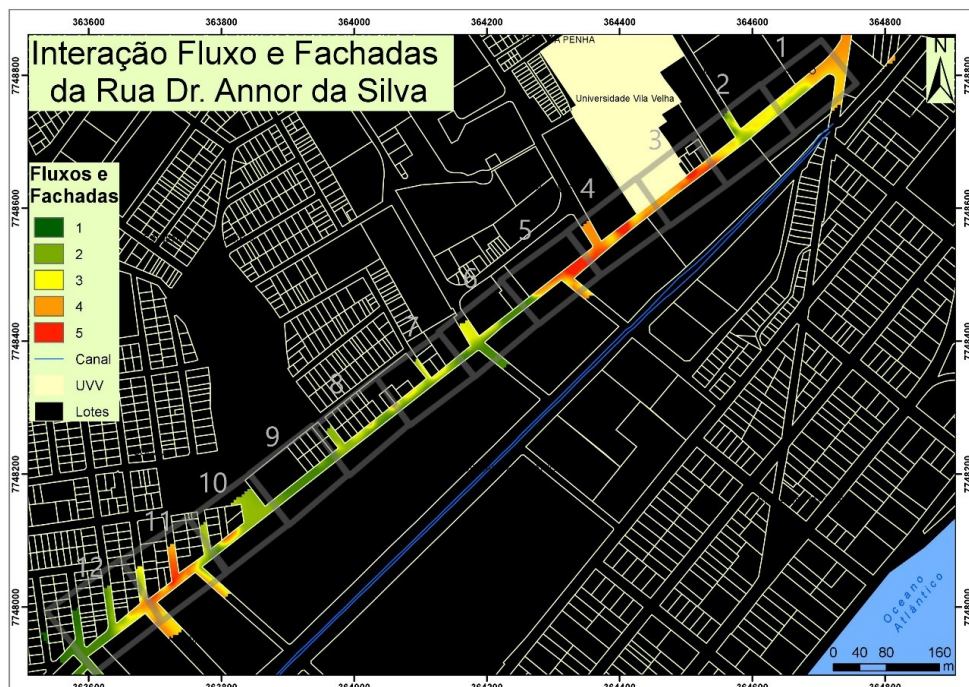
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através da avaliação do mapeamento comportamental centrado nas pessoas e nas características físicas pode-se demarcar os setores com o maior e o menor registro de fluxo de pessoas na Rua Dr Annor da Silva, desta forma facilitando a analogia que existe entre a morfologia urbana, seus equipamentos disponíveis e a sua diversidade com o comportamento das pessoas, especificamente os pedestres. Apontou-se maior presença do público adulto masculino, com destaque para o uso da bicicleta como forma de locomover-se, apesar de não haver ciclovias ou ciclofaixas e do trecho de estudo tratar-se de uma via coletora.

No setor 05 obteve-se maior registro de circulação e com maior de pedestres caminhando na calçada onde havia a presença de pequenos comércios os quais ocupavam a área caminhabil. A direção predominante de destino era a nordeste, adentrando na Rua José de Alencar ou seguindo em direção ao Fórum de Vila Velha quando andando a pé, e seguindo em sentido sudoeste quando utilizando a bicicleta. Enquanto o setor 09 registrou o menor fluxo, quatro mulheres e dois homens no período de 15 minutos. Neste setor não havia fachada permeável ou presença de pessoas conversando ou caminhando apesar das boas condições da calçada, as edificações possuíam muros contínuos por mais de 100m com uma altura superior a 2,5m.

Com auxílio do ArcGis, foram elaborados mapas que avaliaram a interação da tipologia de fachadas com os fluxos de pedestres. A comparação permitida pelo mapeamento comportamental ocorre no cruzamento do fluxo de pessoas e da qualidade das fachadas. Pela **Figura 6** entende-se que os piores casos se encontram próximo às áreas muradas, provando assim a ligação entre o baixo fluxo de pedestres e as fachadas impermeáveis física e visualmente.

Figura 6 - Interação Fluxos de pessoas E Fachadas



Fonte: Autoras, 2019



As melhores avaliações se dão nas proximidades dos polos atratores, que são a universidade e o fórum, e também onde anteriormente as fachadas foram melhores avaliadas quanto a permeabilidade. Destaca-se, todavia, que o mapeamento utilizado para essa análise foi restrito ao horário comercial em um dia de semana o que desperta a preocupação para esse resultado, tendo em vista que os mesmos polos atratores não funcionam fora do horário comercial e nos finais de semana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Lisboa: Relógio d'água editores, 2006.
- BRASIL. Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre o condomínio e as incorporações imobiliárias**. Brasília, Congresso Nacional, 1964.
- BRASIL. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências**. Brasília, Congresso Nacional, 1979.
- CALDEIRA, T.P. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. (2ª ed.). São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.
- CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia**. (5ª ed.). São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DITTMAR, A. C. C. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos: Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba- PR**. (Dissertação de Mestrado). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Curitiba, 2006.
- DRUCKER, P. **Uma nova civilização que desponta**. In Ferreira, A.F. Gestão estratégica de cidades e regiões. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- EBNER, I. A. R. **Vazios urbanos: Uma abordagem do ambiente construído**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GEHL, Jan; SAVARRE, Birgitte. **A Vida na Cidade: Como Estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018. 173 p.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- JANEIRO, P. A. 2007. **Cheios Inúteis: A imagem do vazio na cidade**. Revista Arquitectos, 8, 181-197, 2007.
- KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Paris: Casterman, 1983.
- LIMONAD, E. **Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana?**. Revista Formação, 1 (14), 31-45, 2007.



LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas.** Vitória, ES: GSA, 2014.

MAGALHÃES, S. F. **Ruptura e Contiguidade, a cidade na incerteza.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MINOCK, M. S. **Urban Voids: An Examination of the Phenomenon in Pos Industrial Cities in the United State.** (Dissertação de Mestrado). Division of Research and Advanced Studies of the University of Cincinnati, USA. 2007.

SABOYA, Renato T. de; NETTO, Vinicius M.; CELSO VARGAS, Júlio. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana.** Uma investigação sobre o tipo arquitetônico e seus efeitos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 180.02, Vitruvius, maio 2015 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.180/5554>>.

SPOSITO, M. E. B., Góes, E. M. **Espaços Fechados e Cidades: Insegurança Urbana e Fragmentação Socioespacial.** São Paulo: Unesp, 2013.

VAZ, L. F, Silveira, C.B. **Áreas Centrais, Projetos Urbanísticos e Vazios Urbanos.** Revista Território, 7, 51-66. , 2007



A ABORDAGEM SOBRE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NOS PLANOS DIRETORES DA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

RIBEIRO MESQUITA, Larissa de Fátima (1); ARARIPE, Emmanuelle de Alencar (2); FERREIRA NETO, João Angelo (3); LOPES, Wilza Gomes Reis (4); MATOS, Karenina Cardoso (5)

- (1) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista PIBIC-IC, Universidade Federal do Piauí, larissafm@hotmail.com
 (2) Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista PIBIC-IC, Universidade Federal do Piauí, emararipe@gmail.com
 (3) Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Bolsista PIBIC-ICV, Universidade Federal do Piauí, joaoangelofn16@gmail.com
 (4) Arquiteta, Doutora, Professora titular do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem (LUPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), wilzalopes@hotmail.com
 (5) Arquiteta, Doutora, Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura e coordenadora do Laboratório Urbano da Paisagem (LUPA), Universidade Federal do Piauí (UFPI), kareninamatos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as diretrizes voltadas para o desenvolvimento de um sistema de espaços livres na cidade, propostas pelos Planos Diretores de Teresina ao longo dos anos, através do estudo e análise de alguns exemplos de praças construídas em diferentes épocas na capital. Os espaços analisados foram a Praça da Bandeira, a Praça das Palmeiras e a Praça Dom Celso, localizadas respectivamente nos bairros: Centro, Saci e Tancredo Neves. Os procedimentos de investigação foram baseados em visitas aos exemplares estudados e pesquisa bibliográfica realizada com consultas em livros, artigos científicos e fontes de websites. Como resultado, constatou-se que os espaços livres foram perdendo lugar e importância na criação e execução dos Planos Diretores de Teresina, cujas diretrizes paisagísticas são construídas de maneira superficial.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Plano Diretor, Espaços Livres, Teresina.

1 INTRODUÇÃO

A população urbana continua crescendo, o que exige mais infraestrutura para atender às necessidades básicas humanas. Dessa forma, cresce a demanda por mais áreas voltadas para os espaços edificados, destinados à habitação, comércio, serviços e indústrias, como também, espaços livres para circulação, praças e parques.

Labaki et al. (2011, p. 1) afirmam que, “nas últimas décadas, as cidades apresentaram grande crescimento da população, do espaço e de atividades, transformando drasticamente tanto o ambiente natural como o ambiente construído”, o que muitas vezes, acarreta perdas da paisagem natural, problemas urbanos e prejuízo na qualidade de vida de seus habitantes.

Magnani (2002, p. 12) cita como problemas urbanos, a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência, etc”.

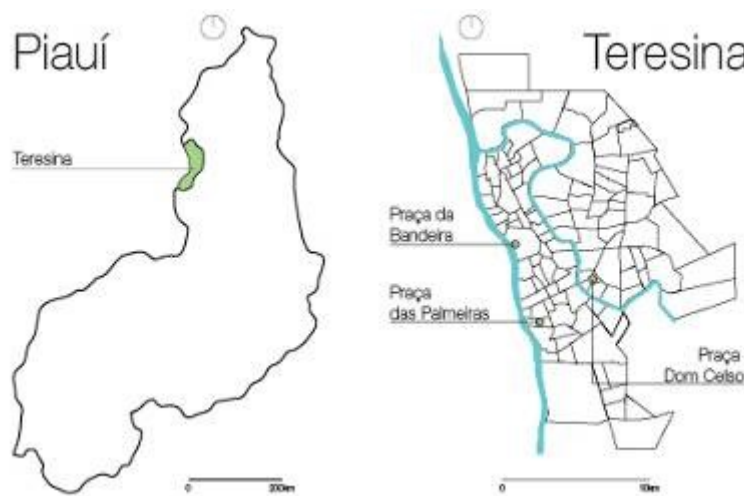
Apesar disso, segundo a visão de Alvares e Dias (2008, p. 128), entre os diferentes papéis dos espaços livres, “por vezes sobrepostos, estão a circulação urbana, a drenagem urbana, atividades do ócio, imaginário e memória urbana, o conforto ambiental, a conservação e a requalificação

ambiental, e o convívio público”. Destaca-se então, que além da importância dos espaços livres de edificação para a qualidade ambiental, deve-se considerar seu valor social e cultural, como lugar de recreação e convivência, necessários para a melhoria de qualidade da vida urbana.

Contudo, observa-se que, nem sempre, estes espaços estão sendo devidamente contemplados nas políticas públicas e no planejamento urbano. Dessa forma, este trabalho busca investigar como os espaços livres públicos foram abordados, ao longo do tempo, nos planos e programas municipais da cidade de Teresina no Piauí, quais as medidas aplicadas e como foram executadas.

Portanto, foram analisados três exemplares de praças encontrados na cidade (figura 1): a Praça Marechal Deodoro da Fonseca, a Praça João Mendes e a Praça Dom Celso; relacionando os contextos e diretrizes paisagísticas do plano atual e dos planos vigentes nos recortes históricos de cada praça.

Figura 1: Localização dos objetos de estudo.



Fonte: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, modificada pelos autores.

Para alcançar esse objetivo, implementou-se diversos procedimentos, como visitas técnicas às praças selecionadas, pesquisa bibliográfica e documental, realizada em bibliotecas, fontes de websites e órgãos da Prefeitura Municipal, enfocando estudos sobre espaços livres públicos e planejamento urbano.

2 ESPAÇOS LIVRES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Espaços livres públicos são bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e apropriação, sendo a praça um bem de uso comum do povo. A vida pública tem nesses espaços seu maior suporte físico-material para ocorrer, pois têm maior acessibilidade, maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica. Na medida em que se potencializa a vida em público, apresentam-se com maior clareza os conflitos, possibilita-se o estabelecimento da razão comunicativa enquanto razão pública, portanto, política (QUEIROGA, 2011, p. 28-31).

No entanto, o espaço livre não faz parte do status de infraestrutura urbana, com exceção do sistema viário, que continua privilegiando o automóvel. Os espaços livres não estão entre as prioridades dos poderes públicos, ainda que isto acarrete crescentes desastres ambientais. O processo de planejamento dos sistemas de espaços livres é ainda inexistente ou muito primitivo



nas cidades metropolitanas, e observa-se, também, a falta de tratamento e planejamento paisagístico adequado, na maioria dos espaços públicos, com exceção das áreas centrais e bairros de alta renda (QUEIROGA, 2011, p. 31-32).

Panerai (1994, p. 78) destaca os espaços livres como “suturas” no tecido urbano, visto que recebem a rede de serviços públicos. Assim, o desengajamento de órgãos públicos, incertezas e disparidades geradas pela economia global dão sinais de intensificação de desafios a serem superados, exigindo a reformulação de instrumentos de intervenção

Os espaços livres públicos, no Brasil, não são comumente planejados como um sistema, carecendo de maior conexão física, com seus componentes fragmentados no tecido urbano. Quando devidamente planejados e executados, esses espaços contribuem para estruturação e integração urbana, equilíbrio ambiental, organização da morfologia urbana e fornecimento de local adequado para interações sociais (PEREGRINO et al, 2017, p. 458,).

Essa tendência pode ser observada em Teresina, visto que, desde o Plano Saraiva, primeiro instrumento de planejamento, havia essa propensão a não, apenas, restringir a maioria dos espaços livres na área central da cidade como, posteriormente, destinar maior quantidade de políticas e investimentos públicos a esses espaços centrais, contribuindo, ainda mais, para a marginalização das áreas mais periféricas da capital.

As praças, exemplos de espaços livres públicos, são locais de convívio social e convívio com a natureza, que podem contribuir para a formação e agregação da sociedade, representando espaços importantes para manifestações culturais, sociais e políticas. Assim, é importante que todos os bairros da cidade, principalmente, os localizados em áreas mais periféricas da cidade, tenham espaços livres públicos destinados ao convívio e lazer da comunidade (SILVA; LOPES e LOPES, 2011, p. 198).

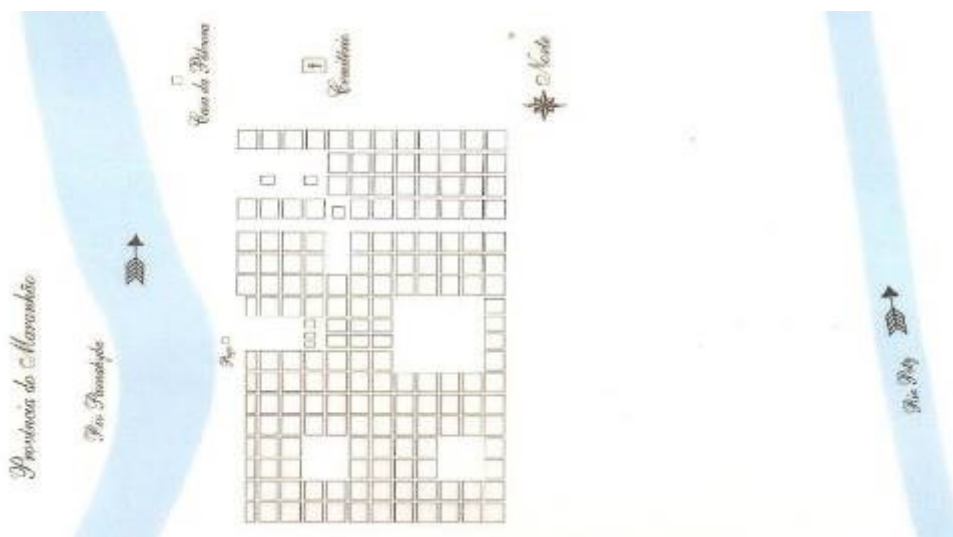
Observa-se em Teresina, grande presença de espaços livres na área central da cidade e em conjuntos habitacionais mais antigos da cidade, estes últimos, frutos da política desenvolvimentista pós-64, implantados sob as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e I Plano Estrutural de Teresina (I PET). Tais planos possuíam maior quantidade de diretrizes acerca de produções paisagísticas e distribuição de espaços livres, em raios adequados à quantidade de habitantes, além de um regulamento mais rígido sobre a derrubada de árvores.

3 TERESINA E SEUS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Foram identificados diferentes planos urbanos, bem como seus respectivos contextos históricos e suas políticas públicas relacionadas aos espaços livres, sendo que o primeiro deles se refere ao projeto da nova capital piauiense, o Plano Saraiva, 1852. Por ordem cronológica, foram encontrados os seguintes documentos: Código de Posturas, 1939; Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PLDI), de 1969; I Plano Estrutural de Teresina (I PET), de 1976; II Plano Estrutural de Teresina (II PET), de 1988; Agenda 2015, de 2002 e Agenda 2030, de 2015.

Teresina foi a primeira capital planejada do período imperial no Brasil. Por isso, desde o Plano Saraiva, implantado em 1852, e sendo o primeiro instrumento de planejamento urbano da cidade, havia a previsão de um traçado no estilo xadrez (figura 2), definido pelo governador da província Conselheiro Saraiva, e espaços livres e áreas de preservação, com propostas paisagísticas, que buscavam conservar uma área vegetada, que pudesse sofrer inundações. Nesse primeiro instrumento de planejamento, até os primeiros 100 anos da cidade, os espaços livres eram praças, próximas à margem do Rio Parnaíba.

Figura 2: Miniatura do Plano de Teresina, 1852



Fonte: Cadernos de Teresina, ano XII, nº. 32, out./2000. Fundac, aniversário de 148 anos.

No entanto, segundo Nascimento (2015), um dos aspectos negativos do Plano Saraiva era o número pequeno de espaços vazios destinados à construção de praças que a cidade possuía. Pires Chaves (1941)¹ identificou que dos cerca de 3.000.000 m², que constituíam o perímetro urbano da cidade, apenas 229.300 m², eram direcionados para espaços livres em Teresina, número considerado reduzido para uma cidade cuja temperatura média, na época, era de 28°C. Assim, orientou que se evitassem quaisquer degradações nas praças públicas já existentes e promoveu a abertura de novas áreas livres públicas.

Na década de 1930, a cidade passou por constante crescimento de sua malha urbana, apesar de a cidade ainda apresentar aspecto interiorano, com construções em sua maioria modestas, e com uma elite, que visava mostrar-se mais moderna aos visitantes. O Código de Posturas (1939) tinha como objetivo inicial o embelezamento e modernização da cidade, em conformidade com o ideal estadonovista de progresso e construção de uma nova nação. Teresina começou seu processo de expansão para as zonas Norte e Sul, limitado pelo eixo da Avenida Miguel Rosa e a atual Frei Serafim (NASCIMENTO, 2010, p. 234). É somente em 1950, que o processo de urbanização de Teresina toma impulso definitivo, como observa Lima (1996, p. 33):

[...] transformações verificadas na economia em âmbito nacional e regional, que, ao redefinirem as funções e atividades da estrutura produtiva local, provocaram alterações significativas no quadro urbano. Com a expansão do setor de serviços, há uma maior concentração de pessoas e de empregos na Capital, o que reforçou o avanço do processo de urbanização, em franco desenvolvimento. A burocracia estatal também se robustece à medida que lhe é exigida a devida modernização, para acompanhar as mudanças políticas e econômicas, locais e nacionais.

O Código de Posturas de 1939 foi o instrumento que começou a determinar o zoneamento, segmentação da cidade e valorização do capital imobiliário, visto que, implantou medidas, como a proibição da construção de edifícios térreos ao longo da Avenida Frei Serafim, obrigando comunidades pobres, que residiam em casas de taipa, a mudar-se para cada vez mais longe do perímetro urbano na época (BUENO, LEAL JUNIOR, 2012, p. 703). O instrumento legislativo

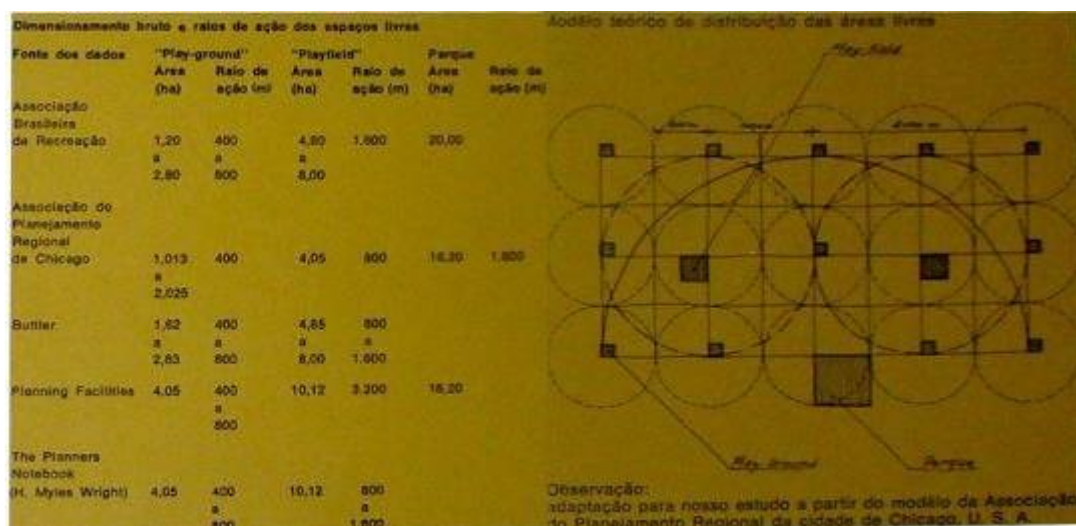
¹ Engenheiro Luis Pires Chaves, diretor de Obras do Município de Teresina. Análise realizada no Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro, 1941.

mostrou seu caráter excludente, quando impediu que se construíssem casas, com cobertura de palha na avenida.

Em 1969, a Prefeitura de Teresina lançou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), que a partir de estudos desenvolvidos entre arquitetos e engenheiros, já descreveria, em números, um intenso crescimento das zonas Norte e Sul da cidade e um decréscimo da população residente no Centro. Foi com a implantação desse plano que foi construído o primeiro Conjunto Habitacional na zona sul de Teresina, o Parque Piauí, que contava com um traçado ambicioso e previsão de diversas áreas de espaços livres, porém, distante 7,00 km do centro, localizado numa área considerada rural (ARAÚJO, 2009, p. 27).

Quanto ao âmbito paisagístico, o PDLI já verificava, em seu diagnóstico (figura 3), um déficit de áreas verdes, que pudessem ser adequadamente apropriadas pela população, estando os espaços livres públicos, de qualidade, restritos à área do centro de Teresina. O plano utilizou como modelo teórico de distribuição de áreas livres o da Associação de Planejamento Regional de Chicago, que previa dois tipos de espaços: *playgrounds* e *playfields*, que possuíam diferentes raios de ação, que determinariam sua distribuição ideal na malha urbana.

Figura 3: Dimensionamento de raios de ação e distribuição de espaços livres no PDLI segundo o modelo de Planejamento Regional de Chicago.



Fonte: TERESINA, Plano de Desenvolvimento Local Integrado, PMT, 1969.

Quase uma década depois, em 1976, foi lançado o I Plano Estrutural de Teresina, que visava disciplinar o uso e aproveitamento do solo da cidade, visando reduzir desigualdades econômicas e sociais. Esse instrumento atuou conjuntamente com o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que liberou diversos investimentos, por meio do Ministério do Planejamento. Assim, a capital teresinense passou por um período de muitas obras, visto que, o governo via a construção de uma infraestrutura moderna como viabilização necessária à implantação de um sistema industrial, que traria desenvolvimento ao Brasil (MONTE, 2010, p. 307). Quanto à implantação de sistemas de espaços livres, o plano previa a construção de novas praças e manutenção das existentes, principalmente, em bairros da zona Sul de Teresina, visando proporcionar às populações residentes nos bairros, locais adequados para reuniões, lazer e passeios.

Foi somente no Segundo Plano Estrutural de Teresina (II PET), em 1988, que se orientou, conjuntamente, processos de desenvolvimento urbano, econômico, social, físico e ambiental, apesar de não apresentar, diferente de seus antecessores, ou seja, um intenso diagnóstico da



cidade. Esse plano dividiu a cidade em cinco zonas administrativas (zonas Centro, Norte, Leste, Sudeste e Sul), buscando facilitar a administração pública. O instrumento, também, identificou, através do mapa de perímetro, os principais eixos e polos de comércio e serviços da cidade, definidos pelas principais vias de Teresina (FAÇANHA, 1998).

Como foi o primeiro plano que adquiriu um caráter mais politizado, o II PET garantiu o status de lei. No âmbito patrimonial ambiental, foram criadas as primeiras zonas de preservação ambiental, que compreendiam desde a Praça Marechal Deodoro até áreas próximas aos rios. Além disso, implantou-se uma política rígida contra a derrubada de árvores, podendo ocorrer somente em caso de extrema necessidade e mediante licença prévia da prefeitura. Os logradouros destinados à implantação de praças, também, deveriam manter sua vegetação intacta (TERESINA, 1998, p. 13).

Em 2002, houve a instituição do Plano de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, a Agenda 2015, que realizou um diagnóstico do espaço e da cidade e da ação dos seus produtores ao longo da década de 1990 (RODRIGUES; VELOSO FILHO, 2015, p. 238). Juntamente com o novo Plano Diretor da Cidade, objetivou a criação de novas propostas a serem implementadas em Teresina, como a criação de Zonas de Preservação Ambiental, reduzindo o impacto causado pelo crescimento urbano no meio ambiente, visto que a cidade, na época, passava ainda por um processo de favelização, devido à queda da participação do Estado na produção de moradias (RODRIGUES; VELOSO FILHO, 2015, p. 238).

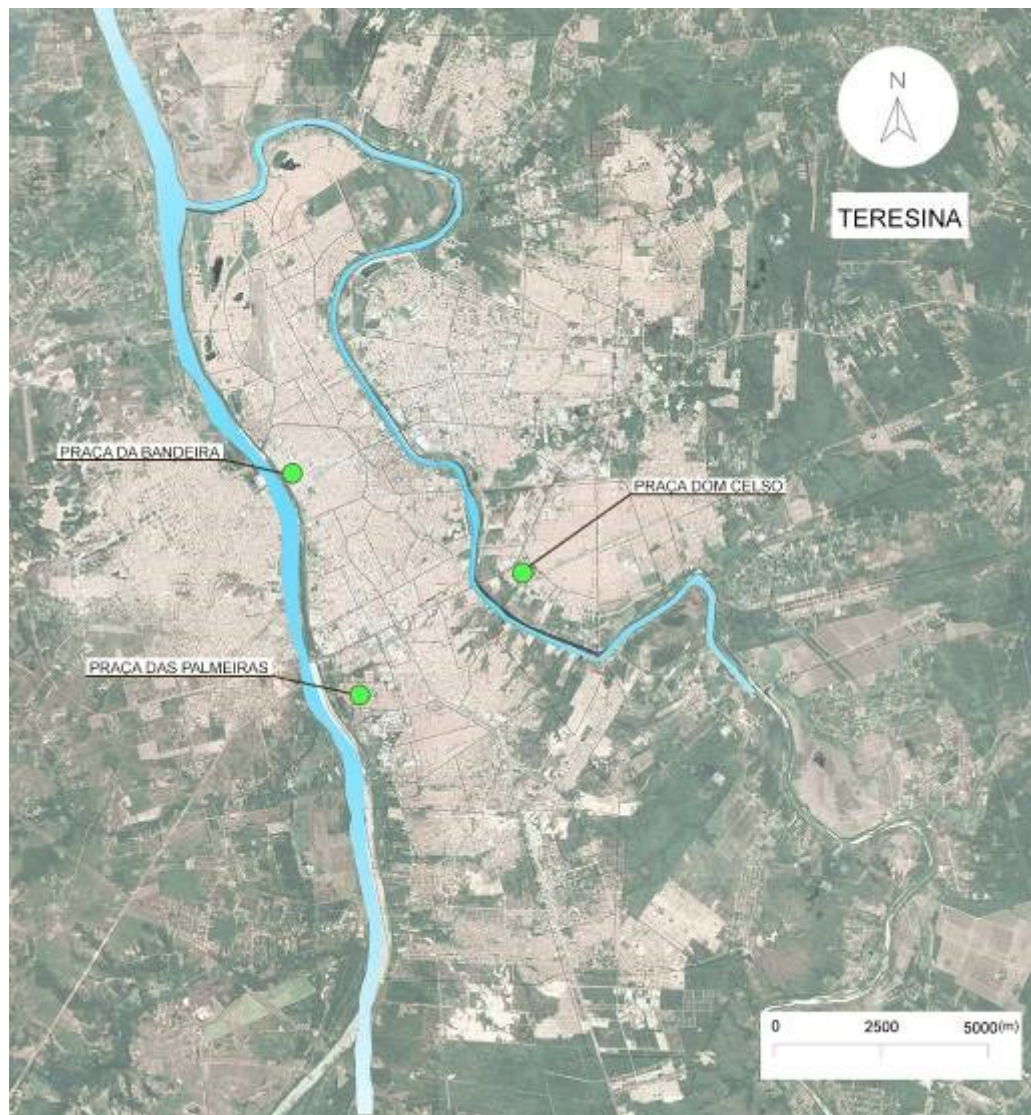
Um dos pontos mais focados na Agenda 2015 foi a proposta de revitalização do centro, que aconteceria, graças à uma parceria entre iniciativa pública e privada e à participação da população, incluindo a preservação e conservação do patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico da área central da cidade. Além disso, o plano buscava resgatar a relação homem-rio, com maior integração dos elementos fluviais à paisagem urbana e utilizados para o esporte, lazer e ecoturismo (TERESINA, 2002, p. 26).

Em 2015, foi implantada a Agenda 2030, o mais novo plano diretor da cidade, que possui seus objetivos e diretrizes alinhados com o plano anterior, como a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico da área central da cidade, através de sua revitalização, além da implantação da segunda etapa do programa Lagoas do Norte, como um dos pontos principais do instrumento de planejamento (TERESINA, 2015, p. 09). Além disso, há a intenção da criação do programa Comunidade Atraente, que se refere a um conjunto de intervenções, com objetivo de melhorar as condições de habitação e urbanidade de locais em situação de alta vulnerabilidade social, focando na reestruturação de comunidades existentes, oferecimento de serviços de construção e reforma das habitações existentes e, ainda, implantação de equipamentos urbanos, além da criação de novas praças e espaços livres destinados à prática esportiva e ao lazer (TERESINA, 2015, p. 98).

4 ANÁLISE DE TRÊS EXEMPLARES DE PRAÇAS EM TERESINA

A análise presente, desenvolve-se à partir da introdução das três praças selecionadas: Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida como Praça da Bandeira; Praça Prefeito João Mendes das Palmeiras e Praça Dom Celso (figura 4), relacionando a evolução histórica da distribuição de espaços livres dos bairros em que estão localizadas, suas relações com o entorno imediato e suas condições físicas atuais, de traçado e equipamentos, com as diretrizes dos planos do período de concepção destas, do plano vigente, durante alterações significantes e do plano diretor em vigor.

Figura 4: Localização das praças analisadas.



Fonte: Google Earth e IBGE, modificada pelos autores.

4.1 Praça da Bandeira

A Praça Marechal Deodoro da Fonseca (figura 5), conhecida hoje como Praça da Bandeira e antigamente como Praça da Constituição, Praça do Palácio ou Largo do Amparo, está localizada no bairro Centro, zona Centro/Norte, entre a Avenida Maranhão, Rua Areolino de Abreu, Rua Rui Barbosa e Rua Coelho Rodriguez. Foi inaugurada em 16 de agosto de 1852, junto à fundação de Teresina, sob a administração de José Antônio Saraiva, parte do primeiro plano urbano da cidade, o Plano Saraiva.

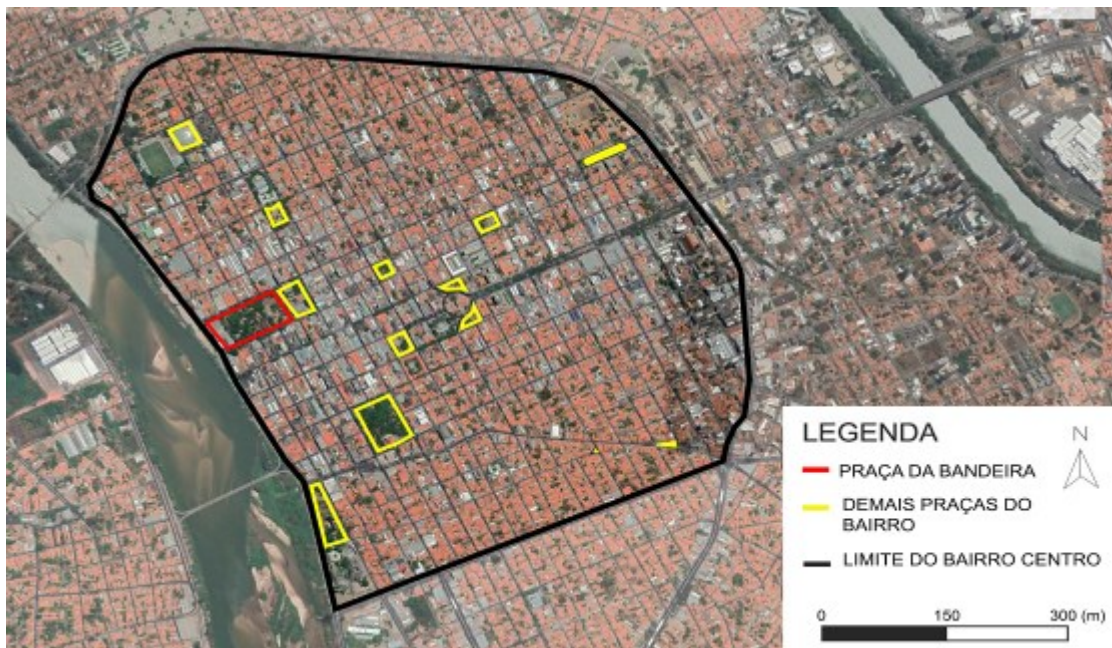
Figura 5: À esquerda, foto antiga da Praça da Bandeira, à direita, foto recente.



Fonte: À esquerda, IPHAN, à direita globo.com.

As intenções do plano Saraiva eram de criar uma cidade ordenada, com apelo estético e uma relação forte entre homem-rio, sendo a Praça da Bandeira um marco convergente do desenvolvimento de Teresina, o que é perceptível ao observar sua posição centralizada na margem do rio Parnaíba, além da distribuição das demais praças concentradas próximas a ela e seu destaque na vista aérea dentro do bairro (figura 6).

Figura 6: Vista aérea de recorte do bairro Centro com demarcação das principais praças.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

Os princípios do plano, também, se aplicaram ao entorno imediato, como descreve Gandara (2011, p. 105):

Os seis quarteirões da grande praça seriam ocupados por casas de morada. O parcelamento das quadras se fez com a divisão das mesmas em duas metades, cada lado subdividido em cinco a seis lotes com as testadas voltadas para as ruas que descem ao rio. A acomodação das quadras seguiu a linha frontal da igreja, enquanto entre o rio e a primeira fileira de quadras se preservou uma parcela generosa de terreno o que se presume intenção de proteção ambiental em relação às enchentes do rio[...]

Além, das residências, edificações públicas importantes foram locadas ao redor da praça, como a Igreja Nossa Senhora do Amparo, o Museu do Piauí e o Mercado Central ou Mercado São José, entre outras, que foram tombadas, tendo algumas mudado de uso, ao longo do tempo. O bairro, hoje, é considerado um polo de comércio e serviço, sendo menos residencial que originalmente, o que em consequência alterou os usos da praça, ainda que, muitas edificações institucionais originais se mantenham ao seu redor (figura 7). Isso é reforçado com a implantação em 2009 do Shopping da Cidade com acesso direto na face oeste da praça, e apesar de proposto, pela Prefeitura Municipal de Teresina, para oferecer uma estrutura adequada de trabalho para os ambulantes, com conforto e segurança e liberar o tráfego nas ruas ocupadas por esses vendedores e suas mercadorias (MONTE, 2019), a edificação representa uma barreira visual, desconectando a praça e o rio Parnaíba.

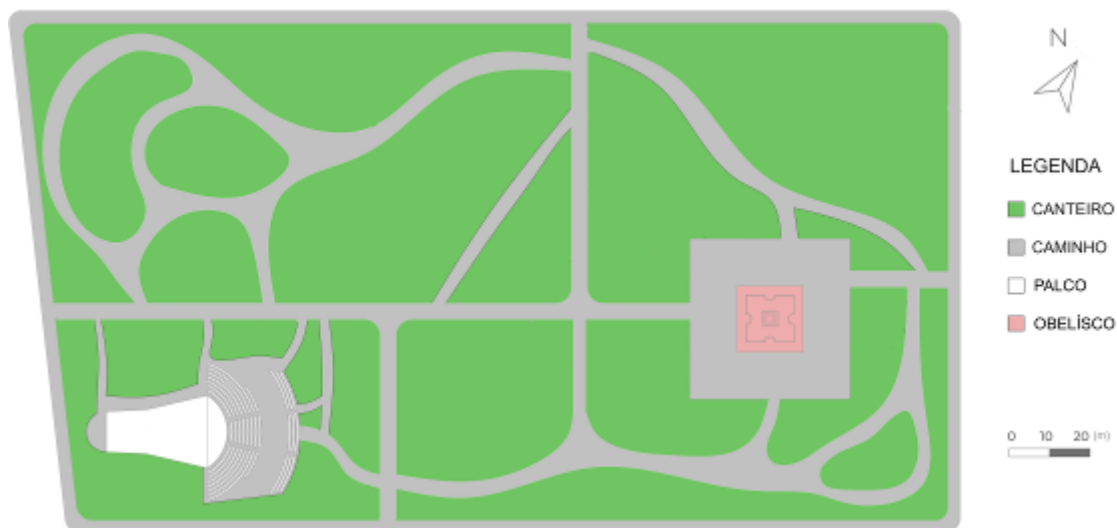
Figura 7: Vista aérea da Praça da Bandeira e entorno com as principais edificações demarcadas.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

A praça é gradeada, tendo 4 entradas, cada uma locada numa face, sendo ao leste a entrada que dá acesso direto ao Shopping da Cidade. Atualmente, possui um traçado misto, com caminhos orgânicos que se conectam à caminhos retilíneos (figura 8).

Figura 8: Planta esquemática da Praça da Bandeira.



Fonte: SDU Centro, 2019. Modificado pelos autores.

Entre seus principais equipamentos, destacam-se o Obelisco, que representa o “marco zero” da cidade e existe desde a inauguração da praça, e o Teatro de Arena, que foi executado por volta de 1950, seguindo o Código de Posturas (figura 9). Assim como no entorno, as atividades na praça se modificaram aos poucos, inicialmente era um local de encontro para a população, principalmente a elite emergente e segregadora, hoje é frequentada por vendedores ambulantes, pessoas em situação de rua e usuários de passagem.

Figura 9: À esquerda, Obelisco, à direita, Teatro de Arena da Praça da Bandeira.



Fonte: À esquerda acessepiaui.com, à direita, redepiaui.com.

Contudo, o histórico da Praça Marechal Deodoro da Fonseca explicita as transformações e contradições entre as diretrizes de planos sucessivos, em uma área consolidada como patrimônio histórico, sendo a situação atual indefinida, pois a praça está em processo de reforma.

4.2 Praça das Palmeiras

A Praça Prefeito João Mendes (figura 10) conhecida popularmente como Praça das Palmeiras, devido à alta concentração de palmeiras babaçu no local (SANTOS, 2015), está localizada no bairro

Saci, zona Sul, no cruzamento da Avenida Dr. Luiz Pires Chaves e Rua Professor Joaquim Gomes. Inaugurada em 16 de agosto de 1980, logo após a criação do conjunto habitacional Saci, que deu origem ao bairro, durante a administração do deputado José Raimundo Bona Medeiros, foi concebida sob a vigência do I Plano Estrutural de Teresina.

Figura 10: À esquerda, foto histórica do bairro em que está localizada a Praça das Palmeiras, à direita, foto recente da mesma.



Fonte: À esquerda, Arquivo Público do estado do Piauí, à direita globo.com, modificadas pelos autores.

Seguindo o I PET, a criação do conjunto habitacional na zona Sul pela COHAB, pretendia criar infraestruturas para regular a expansão urbana na época e equilibrar a qualidade de vida entre as classes, contudo é possível associar a disposição das praças no bairro (figura 11), com os princípios de distribuição de áreas verdes previstos no PDLI, sendo a Praça João Mendes a principal.

Figura 11: Vista aérea do bairro Saci com demarcação das principais praças.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

Esta praça é a mais movimentada do bairro, sendo palco de diversas atividades de lazer, comércio, manifestação política e religiosa, organizadas pela Associação de Moradores e grupos

independentes. Muito disso se deve à relação com o entorno imediato (figura 12), devido à proximidade com edificações institucionais e comerciais, como a Igreja Matriz Menino Jesus de Praga, que devido a sua programação movimentada regularmente a área.

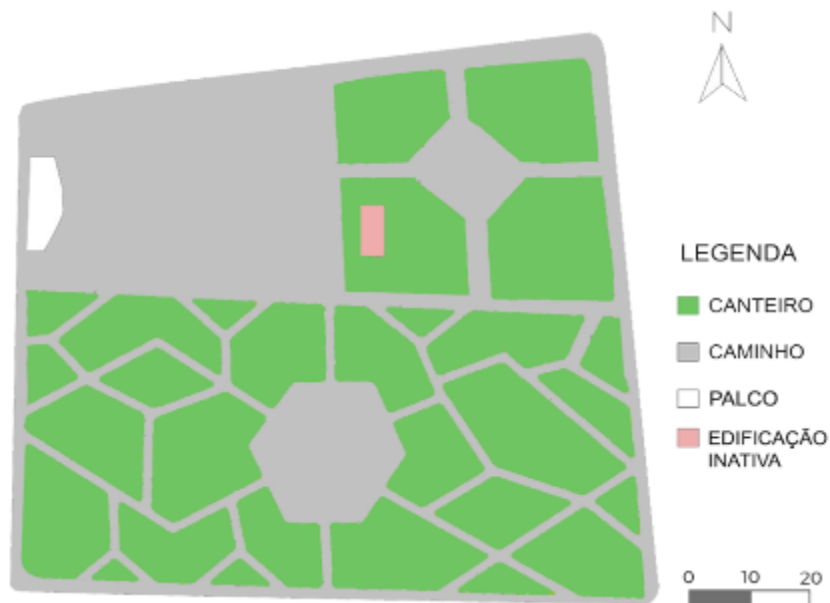
Figura 12: Vista aérea da Praça das Palmeiras e entorno com as principais edificações demarcadas.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

A praça é aberta, tendo um traçado geométrico formado por vários caminhos que se cruzam, e convergem em 2 núcleos, um maior, e outro menor, com apenas 4 caminhos (figura 13). Os principais equipamentos da praça são o Palco Aberto e a Academia da Terceira Idade (figura 14), esta promovida durante o plano da Agenda 2015. Ainda que haja movimento na praça, este foi reduzido com o passar dos anos, o que pode ser relacionado ao número de casos de violência recorrentes próximo ao lugar, situação agravada devido à edificação abandonada em seu interior, sendo agora frequentada principalmente por idosos.

Figura 13: Planta esquemática da Praça das Palmeiras.



Fonte: SDU Centro, 2019. Modificado pelos autores.

Figura 14: À esquerda, Academia da Terceira Idade, à direita, Palco Aberto da Praça das Palmeiras.



Fonte: À esquerda Google Earth, à direita, cidadeverde.com.

Assim, apesar da intenção prevista pelo I PET de criar espaços livres para promover locais de encontro e redução das desigualdades, a persistente ineficácia do policiamento, faz com que a praça acabe sendo negligenciada, mesmo que a praça tenha sido reformada em 2012, devido à diretriz de manutenção das praças existentes, prevista pela Agenda 2015 e apoio às atividades comunitárias, pelas associações de bairro, prevista pela Agenda 2030.

4.3 Praça Dom Celso

A praça Dom Celso José Pinto da Silva (figura 15) está localizada no bairro Tancredo Neves, zona

Sudeste, entre a Rua Mazerine Cruz, Rua Antônio Arêa Leão e Rua das Vacarias. Inaugurada no dia 22 de fevereiro de 2019, realizada com recursos do Orçamento Popular, sob a administração do Prefeito Firmino Filho, seguindo as diretrizes da Agenda 2030.

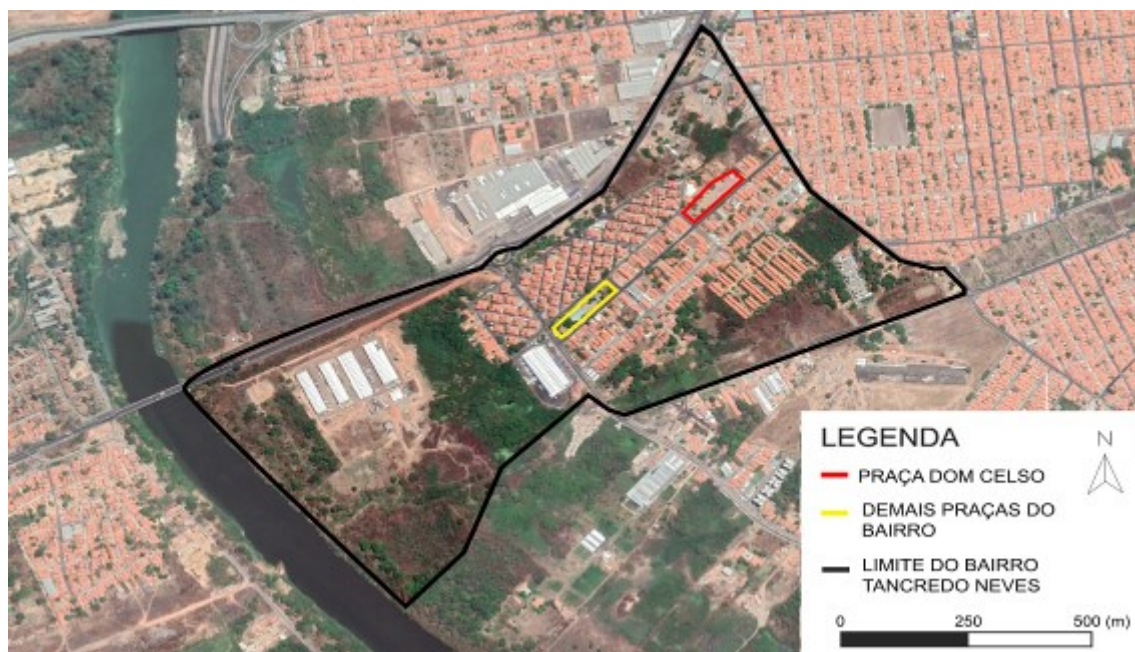
Figura 15: À esquerda, foto do terreno antes da Praça Dom Celso, à direita, foto mais recente da mesma.



Fonte: À esquerda, globo.com, à direita acervo particular, modificadas pelos autores.

A praça dialoga com a proposta da Agenda 2030, ao tentar trazer um espaço livre destinado ao lazer ativo e passivo para áreas de vulnerabilidade social, sendo uma das poucas estruturas de convívio, pois existe apenas mais uma praça no bairro (figura 16), o qual é originado de um conjunto de apartamentos construídos 1985, pela COHAB-PI. O bairro Tancredo Neves é habitado, predominantemente, por população de classe baixa, com rendimento nominal mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, de R\$ 1.600,00 (SDU Sudeste, 2019), e com os maiores índices de criminalidade da cidade, em relação a crimes violentos letais intencionais (AGUIAR, 2016).

Figura 16: Vista aérea do bairro Tancredo Neves com demarcação das principais praças.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

O entorno imediato da praça é composto principalmente por edificações institucionais (figura 17), destacando-se o papel da Paróquia Imaculada Conceição de Maria e da Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Seu nome homenageia a figura de Dom Celso José Pinto da Silva, falecido Arcebispo da Arquidiocese de Teresina.

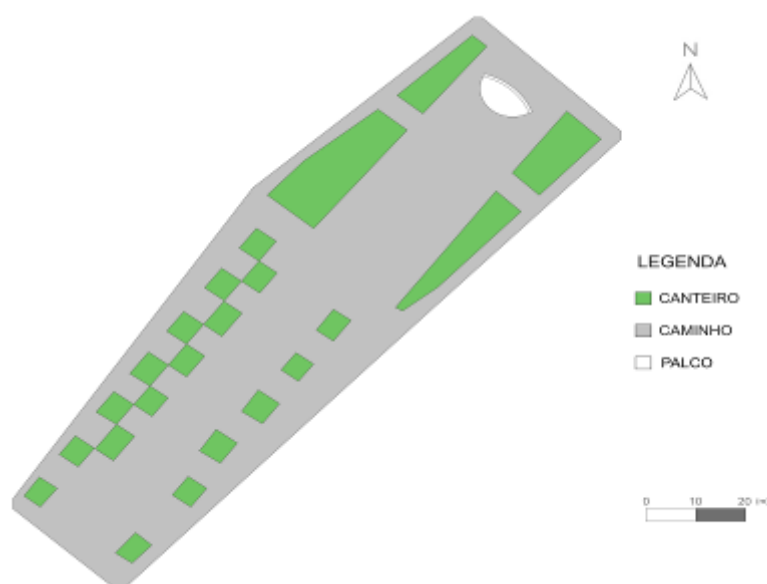
Figura 17: Vista aérea da Praça Dom Celso e entorno com as principais edificações demarcadas.



Fonte: Google Earth, 2019. Modificado pelos autores.

A praça é composta por um espaço livre central em bloco de concreto com canteiros geométricos retangulares e trapezoidais ao redor, de maneira irregular (figura 18), onde percebe-se a finalidade de seguir as diretrizes determinadas, desde a Agenda 2015, com manutenção das árvores existentes e o plantio de novas mudas

Figura 18: Planta esquemática da Praça das Palmeiras.



Fonte: SDU Centro, 2019. Modificado pelos autores.

Além disso, seguindo as orientações da Agenda 2030, a praça possui passeio adaptado para pessoas com deficiência, através de rampas e piso tátil, seguindo a NBR9050, no Palco Aberto, um dos principais equipamentos do local, junto com a Academia da Terceira Idade (figura 19).

Figura 19: À esquerda, foto do terreno antes da Praça Dom Celso, à direita, foto mais recente da mesma.



Fonte: Acervo de Andressa Mota.

Devido ao seu caráter recente, o diagnóstico da praça é, ainda, superficial, porém é notável que apesar de obedecer alguns requisitos mais atuais, quanto aos equipamentos e acessibilidade, algumas necessidades determinadas nas diretrizes paisagísticas desde o Plano Saraiva, como a distribuição de árvores, áreas sombreadas, é negligenciada, tornando o local inapropriado para o clima quente de Teresina, além de não cumprir com parâmetros de continuidade paisagística em relação a outra praça existente no bairro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar o contraste dos projetos de espaços públicos livres, produzidos sob diretrizes de diferentes Planos da cidade. A Praça Marechal Deodoro, construída segundo os preceitos do Plano Saraiva, tem um traçado rígido, de inspirações barrocas, que reflete o pensamento do poder público da época, acerca da criação de espaços livres: a praça deveria ser o marco da cidade, agregando beleza e elegância à recém capital.

O Conjunto Habitacional Saci, onde está localizada a Praça Prefeito João Mendes, representa um importante exemplo dos resultados das políticas implantadas pelo PDLI e I PET, em Teresina, principalmente, no âmbito da distribuição de espaços livres. Nota-se uma melhor distribuição das praças no bairro, além de já demonstrar maior preocupação com a presença de massa vegetal e ambientes adequados para o lazer e recreação.

A Praça Dom Celso, no entanto, é um perfeito exemplo do prejuízo que a ausência de políticas públicas adequadas, no âmbito paisagístico, pode trazer. Apesar de ter como foco o desenvolvimento sustentável e revitalização de espaços livres públicos, a Agenda 2030, plano em vigor, na época da construção da praça, falha na execução de praças e parques adequados aos locais, em que estão inseridos, visto que, o traçado desta praça estudada não possui nenhuma ligação com o entorno ou com o próprio terreno em que está inserida.

Observando as políticas públicas presentes nos diversos Planos Diretores e as suas atuações nos exemplares estudados, neste trabalho, é possível perceber uma grande disparidade entre o que é



descrito em texto, pela legislação e a forma com que este é executado, no que diz respeito ao sistema de espaços livres de Teresina.

É possível perceber tal disparidade, por meio da diminuição da conexão “homem-rio”, na praça da Bandeira, a qual era um dos enfoques paisagísticos mais importantes do local, defendido pela Agenda 2015, porém a legislação não foi capaz de impedir tal desconexão. A praça das Palmeiras, criada sob a ideia proposta pelo I PET, de criação de espaços públicos como locais de encontro e redução de desigualdade, não possui tais atributos, como foi observado.

Apesar destes exemplos serem apenas casos pontuais na cidade, estes refletem a forma com que as políticas públicas manejam os espaços livres. Dessa forma, pode-se constatar que tais locais foram perdendo prioridade e importância na criação e execução dos Planos Diretores de Teresina, sendo considerados de maneira superficial, o que culmina na construção de diretrizes paisagísticas vagas para a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, João Marcelo Brasileiro; FERRAZ, Valmária Rocha da Silva. **Análise Estatística dos Crimes Violentos Letais Intencionais em Teresina, nos anos de 2014 e 2015**. 2016. 31 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Estatística) - UFPI, Teresina, 2016.
- ALVARES, Lucia Capanema; DIAS, Paola Lisboa Codo. **Novos Cadernos NAEA**. v. 11, n. 2, p. 123-138, dez. 2008.
- ARAUJO, C. **Trilhas e Estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
- BRANDÃO, Vera Alice. Missa vai marcar inauguração de praça que leva o nome de Dom Celso. **Arquidiocese de Teresina**, Teresina, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://www.gp1.com.br/noticias/praca-dom-celso-e-inaugurada-no-tancredo-neves-em-teresina-449508.html>. Acesso em: 25 out. 2019.
- FAÇANHA, Antônio Cardoso. **Evolução de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociência da UFPE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- GANDARA, Gercinair Silvério. Dossiê: Capitais Sonhadas, Capitais Abandonadas Capitais Sonhadas: Teresina: a Capital sonhada do Brasil Oitocentista. **História**, São Paulo, ano 2011, v. 30, ed. 1, p. 91-113, jan/jun 2011.
- LABAKI, Lucila Chebel; SANTOS, Rozely Ferreira dos Santos; BUENO-BARTHOLOMEI, Carolina Lotufo; ABREU, Loyde Vieira de. Vegetação e conforto térmico em espaços urbanos abertos. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 23-42, 2011.
- LEAL JUNIOR, Jose Hamilton L.; BUENO, Ayrton Portilho. **A segregação planejada: o plano de modernização de Teresina**. V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, p. 710-716, jun 2013.
- Lefebvre, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, Antônio Jesuíta de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, 2002.



MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**: ensaios. São Paulo, n. 21, p. 175-198, 2006.

MATOS, K. C.; MATOS, I. C.; LOPES, W. G. R. O desenvolvimento da cidade de Teresina e sua relação com os rios Poti e Parnaíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 11. Campo Grande, **Anais [...]**, Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2012.

. Memória e (Res)sentimentos em torno do processo de modernização de Teresina durante a década de 1970. In: NASCIMENTO, F. (Org). **Sentimentos e Ressentimentos em Cidades Brasileiras**. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 297-324.

MONTE, R. (Res) Significando a Cidade: o Projeto de Revitalização do Centro de Teresina (1990-2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História e o futuro da educação no Brasil, 30, Recife, 2019. **Anais [...]**. Recife: ANPUH, 2019.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo**: Modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

PANERAI, P. O retorno à cidade: o espaço público como desafio do projeto urbano. **Revista Projeto**, n. 173, p. 78-82, 1994.

PEREGRINO, Y. R. **Diagnóstico sócioespacial de Beira Molhada, Três Lagoas, João Pessoa**. 2014. Trabalho Final de Graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PEREGRINO, Y. R.; BRITO, A. L. R.; SILVEIRA, J. A. R. O espaço livre público como locus de oportunidade e da integração socioespacial da cidade: o caso da favela Beira Molhada, em João Pessoa – PB, Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 3, p. 456-473, set/dez, 2017.

SANTOS, Laudenides Pontes. **Espaços Públicos de Lazer dos bairros da zona urbana de Teresina: Bairro Saci**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015.

SILVA, G.; LOPES, W.; LOPES, J. B. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 197-212, jul/set, 2011.

SILVA NETO, Walber A. A praça como lugar de manifestações arquitetônicas: O caso da Praça Marechal Deodoro da Fonseca em Teresina-PI. **3º** In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO DE PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO: Desafios e Perspectivas, 3. Belo Horizonte, 2014. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalhos>. Acesso em: 19 out. 2019.

SILVA RODRIGUES, Rodrigo da; ASSIS VELOSO FILHO, Francisco de. A ação dos agentes produtores do espaço urbano em Teresina - PI: um diagnóstico a partir dos planos diretores urbanos. **GEOSABERES**: Revista de Estudos Geoeeducacionais, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 230-242, jul/dec, 2015.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de Espaços Livres e Esfera Pública em Metrôpoles Brasileiras. **Resgate: artigos & ensaios**. São Paulo. v. 19, n. 21, jan/jun, 2011.

TERESINA. **Teresina Agenda 2015**: Plano de Desenvolvimento Sustentável. Teresina: PMT, 2006.

_____. **Teresina Agenda 2015**: Plano de Desenvolvimento Sustentável - Síntese. Teresina: PMT, 2002a.

_____. **Teresina Agenda 2015**: a cidade que queremos. Diagnósticos e cenários – Habitação. Teresina, 2002b.



- _____ . **II Plano Estrutural de Teresina.** PMT, 1988.
- _____ . **Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano.** PMT, 1983.
- _____ . **I Plano Estrutural de Teresina.** PMT, 1977.
- _____ . **Plano de Desenvolvimento Local Integrado.** PMT, 1969.
- _____ . Prefeito (1936-1945: Monteiro). **Relatório do Prefeito Municipal Lindolfo Monteiro.**
Teresina: Tipografia popular, 1941.



O espaço público da Praça:

Proposição de instrumental metodológico para análise de cobertura em Curitiba

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

RIBEIRO, Nathália Oenning (1); ROSANELI, Alessandro Filla (2);

(1) Mestre em Planejamento Urbano, UFPR, nathioenning@gmail.com

(2) Pós-Doutor em Geografia, UFPR, alefilla@yahoo.com

RESUMO

O espaço público da praça é um elemento urbano representativo da qualidade de vida nas cidades, por simbolizar o local de manifestação da vida pública e o exercício da cidadania, portanto sua existência é fundamental para o exercício da democracia e do direito à cidade. Esta pesquisa apresenta uma análise intraurbana da distribuição das praças de Curitiba, para tanto em um primeiro momento foi realizada uma análise urbanística quantitativa, e em seguida, para verificação da cobertura de praças no território, foi realizada uma análise espacial, utilizando como método a ferramenta *Network Analysis*, que permite a análise de redes baseada na medição de distância entre áreas. A partir da adoção de uma distância caminhável adequada para acesso a praças, com base em estudos reportados na literatura, foi possível determinar a abrangência espacial das praças e estimar a população atendida por esses espaços. Os dados obtidos a partir desta análise quando cruzados com outros indicadores socioeconômicos permite verificar se a segregação residencial observada nas cidades contemporâneas é refletida nos espaços públicos. Compreende-se que o instrumento metodológico utilizado pode contribuir com as ações de planejamento urbano, produzindo elementos de análise que permitem compreender com maior acuidade as dinâmicas que ocorrem no ambiente urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Praça; Espaço Público; Análise Espacial; Curitiba.

1 INTRODUÇÃO

O espaço público tem sido um tema relevante quando se discute o planejamento urbano das cidades contemporâneas, por serem o espaço urbano de uso comum, pertencente a todos, como as ruas, praças e parques. Sobre os preceitos de direito à cidade e cidadania, estes lugares são permeados pelo encontro e pela diversidade e, portanto, são elementos fundamentais de análise por suscitar questões sociais, políticas e ambientais.

A discussão sobre a importância da presença e qualidade dos espaços públicos é evidenciada na Nova Agenda Urbana, definida em 2016 na Habitat III - Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que destacou a necessidade de espaços públicos socialmente inclusivos e seguros, como forma de contribuir para a redução das desigualdades urbanas (UN-HABITAT, 2016).

Neste contexto, a presente pesquisa parte da hipótese que a desigualdade socioespacial, característica das metrópoles contemporâneas pode ser captada pela existência e distribuição de espaços públicos, especialmente as praças, dado que se dispõem de forma desigual no território urbano. Em Curitiba, parece haver uma desigualdade em relação à distribuição espacial das praças quando analisadas a partir do binômio “centro-periferia”. Sendo assim, como afirma Rosaneli *et al* (2016), podemos considerar que a ausência física de espaços públicos, ou sua distribuição não simétrica pelo território urbano, torna-se um possível indicador de desigualdade, ou seja, a



segregação socioespacial observada na cidade também é reproduzida nos seus espaços públicos.

Optou-se por estudar o elemento urbano praça por esta se apresentar como um local privilegiado da cidade por seu caráter de espaço coletivo, multifuncional e acessível, que além de contribuir para a organização do espaço urbano, possibilita o encontro e o convívio social, por abrigar uma diversidade de usos, como a prática de lazer, contemplação da natureza, além de atividades culturais, cívicas e políticas (SILVA *et al*, 2011).

O espaço público da praça tem o *status* de espaço imprescindível ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, onde devem estar assegurados os direitos do cidadão, a acessibilidade, a memória, a segurança e o conforto. Atribui-se, assim, à materialidade da praça uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público, como cidadania, vida pública e direitos (ABRAHÃO, 2008).

Assim, este artigo objetiva analisar o espaço público, com recorte no elemento urbanístico praça, de forma quantitativa e distributiva com o intuito de verificar se a presença e a distribuição desses espaços refletem a desigualdade socioespacial observada no território de Curitiba, por meio de uma metodologia que agrega a análise urbanística dos espaços, com viés quantitativo, e a análise espacial para a avaliação da cobertura das praças no território, a partir de uma distância caminhável, com auxílio de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas – SIG. Inicialmente, o artigo aborda uma breve revisão dos antecedentes históricos no planejamento de Curitiba, buscando compreender o papel desses espaços e as políticas públicas relacionadas a estes.

Compreende-se que a presente pesquisa pode contribuir com as ações de planejamento urbano, produzindo elementos de análise que permitem compreender com maior acuidade as dinâmicas que ocorrem no ambiente urbano, de modo a dimensionar diretrizes urbanísticas que proporcionem maior qualidade do espaço público, bem como sua distribuição equitativa pelo território.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS NO PLANEJAMENTO DE CURITIBA

Com a emancipação política do Paraná e da instalação da província na cidade, o centro urbano de Curitiba teve os primeiros indícios de mudanças e alterações no seu ritmo de desenvolvimento. O progresso econômico despertou na elite o anseio por uma cidade que abrigasse elementos condizentes com o espírito modernista da época. A partir de 1870, a preocupação com a higiene tornou-se predominante e o Estado passou a interferir em obras sanitaristas. Neste período foram construídas diversas praças, com o objetivo de melhorar a estética e o traçado da cidade (BAHLS, 1998).

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento da cidade diversas normas e regimentos foram estabelecidos, como o Código de Posturas de 1895. A partir deste código a concepção urbana se transformou e o verde urbano passou a ser valorizado, o que culminou no advento das praças e na criação do Passeio Público. A praça se transforma em um ponto de encontro e lazer curitibano, onde eram realizados diversos eventos culturais, militares e comemorações cívicas, integrando esse espaço às atividades urbanas (BAHLS, 1998).

Em 1943, com a finalidade de disciplinar a ocupação do solo da capital, foi entregue o Plano de Urbanização de Curitiba conhecido como Plano Agache, que teve como seguintes premissas principais: o saneamento, que previa drenagem, canalização de rios e obras sanitárias; o descongestionamento do tráfego urbano e a necessidade de órgãos funcionais em edifícios apropriados. As praças aparecem nesse plano agrupadas sob o título geral de “embelezamentos”,



onde são apresentadas algumas propostas paisagísticas para esses espaços, reforçando a sua função neste período (BOLETIM PMC, 1943).

Com o adensamento urbano que ocorreu nos anos seguintes, o Plano Agache deixou de ser suficiente para atender as novas demandas da cidade. Assim, em 1964, a administração municipal realizou um concurso para a criação do Novo Plano Diretor do Município, que foi vencido pela empresa SERETE em associação com o arquiteto Jorge Wilhelm, que elaborou o Plano Preliminar de Urbanismo - PPU, que resultou na criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e na publicação do Plano Diretor de 1966. A proposta do plano definiu um modelo linear de expansão urbana, onde os eixos viários seriam os elementos reguladores do crescimento linear da cidade, através do adensamento habitacional e comercial ao longo das vias estruturais, que seriam a base da mobilidade urbana de Curitiba (WILHEIM; SERETE, 1965).

As praças são citadas no PPU na seção de análise da situação paisagística das áreas verdes do município, que foram classificadas com recreação ativa e passiva/contemplativa, definindo as áreas mínimas necessárias desses espaços de acordo com as faixas etárias da população, assim como seus raios de abrangência. As áreas menores de 1.000 m² foram consideradas aproveitáveis para a recreação de crianças de 0 a 5 anos, com raio de influência de 500 metros; as áreas de 1.000 a 30.000 m² para crianças de 5 a 15 anos, com raio de 1.000 metros; e para jovens de 15 a 25 anos foram consideradas as áreas maiores de 30.000 m², com raio de 5.000 metros (WILHEIM; SERETE, 1965). A partir do estudo da abrangência e do índice de área verde necessária no município, com base nas densidades demográficas definidas no plano, foram identificados os déficits dessas áreas no contexto urbano para cada faixa etária.

Já em 1971, Jaime Lerner, no seu primeiro mandato na prefeitura de Curitiba, seguindo o discurso internacional de pensar as cidades a partir da escala humana, defende a volta das ruas tradicionais, transformando-as em ponto de encontro das áreas centrais (ABRAHÃO, 2008). Neste período, foram realizadas intervenções urbanas como a transformação da Rua XV de Novembro em um calçadão para pedestres e a criação de parques, com a função de proporcionar espaços de lazer, além do objetivo técnico de reduzir os danos das enchentes.

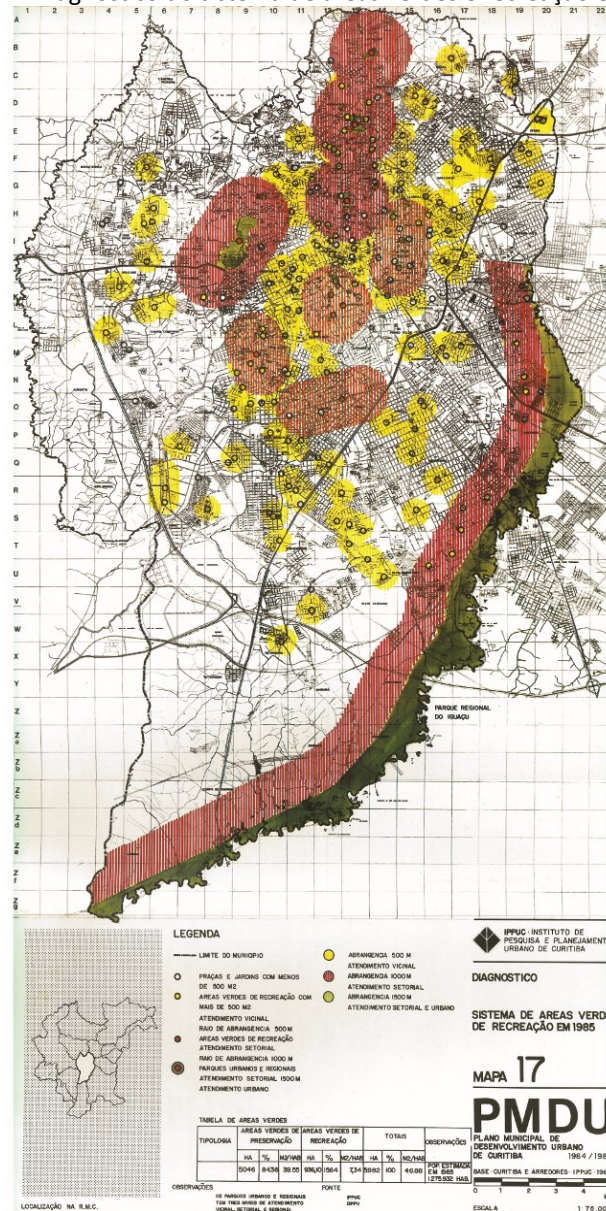
Nas gestões dos prefeitos Maurício Fruet (1983-1985) e Roberto Requião (1986-1988), o IPPUC elaborou em 1985/1988 o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMDU, que a partir de um diagnóstico socioeconômico e físico-territorial propôs diretrizes gerais para o ordenamento do território e a criação de uma estrutura urbana policêntrica. Em relação às praças, o diagnóstico do plano as apresenta na seção de meio ambiente como componente do sistema de áreas verdes de recreação, que abrange desde os parques existentes até os centros esportivos. Foram mapeados os parques, praças, largos, eixos de animação e jardins ambientais com áreas de abrangência de acordo com o nível de atendimento de cada elemento (Figura 1), sendo: vicinal, com raio de 500 metros; setorial, de 1.000 metros; e setorial e urbano, de 1.500 metros. Desta análise, concluiu-se que existia um déficit de áreas verdes de recreação em Curitiba e que sua distribuição espacial era inadequada (IPPUC, 1985). Assim, a partir da análise dos dados ambientais, foram definidas e mapeadas as diretrizes urbanísticas relativas a preservação do potencial natural e paisagístico de Curitiba.

A análise realizada no PMDU mostra uma preocupação em relação a desigualdade de acesso aos espaços públicos, devido a carência desses espaços nas áreas periféricas, tema que vai de encontro com a proposta desta pesquisa. No entanto, o plano de 1985 não se transformou em legislação urbanística e a maioria das propostas não saiu do papel.

Já o Plano Diretor vigente (Lei nº 14.771/2015), aborda em seu capítulo IV a política municipal do uso do espaço público, que tem como objetivos o fortalecimento do conceito de espaço público

como área de fruição coletiva, a ampliação, preservação e diversificação desses espaços e de seus usos, e ainda, aponta a necessidade de “distribuir equitativamente em todo o município espaços de lazer, mobiliário urbano e equipamentos de infraestrutura de serviços públicos” (CURITIBA, 2015). Em que pese, as definições do Plano Diretor ainda não resultaram em medidas e ações efetivas para o atendimento das diretrizes previstas.

Figura 1: Diagnóstico do sistema de áreas verdes e recreação em 1985



Fonte: IPPUC, 1985.

Como se percebe pela abordagem histórica supracitada, a questão do espaço público permeou os principais planos urbanísticos desenvolvidos e implantados em Curitiba, fato que reforça a relevância do tema em estudo. Considerando a necessidade de maior investigação sobre o tema, propõe-se um instrumento para análise desses espaços como forma de auxiliar as ações de planejamento urbano.



3 CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

3.1 Análise Urbanística: Levantamento quantitativo das praças

Em Curitiba, o Decreto nº 427/83 define os critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas e mantidas pela Prefeitura Municipal, com base em uma diferenciação entre praças, jardinetes, largos, ruas de pedestre e eixos de animação, que se restringe a uma definição simplificada das tipologias (CURITIBA, 1983). Nesta pesquisa, todos os elementos apontados pelo decreto foram considerados na análise, com a inclusão das tipologias núcleos e jardins ambientais, por possuírem características semelhantes ao uso das praças.

Para a construção da base de dados necessária para a análise a que se propõe este trabalho, foram coletadas as informações do cadastro de praças na Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA e da base digital georreferenciada no IPPUC, para o levantamento da situação atual das praças de Curitiba.

Entende-se que a praça, para cumprir sua função de espaço de convívio e manifestação da vida pública, deve apresentar elementos mínimos de atratividade que possibilitem o seu uso. Assim, para a análise proposta, foram adotados critérios para eliminação dos logradouros públicos oficialmente cadastrados, mas que não possuem a função de uma praça, às vezes por ser apenas um terreno vazio ou por ter sua função descaracterizada. Vale destacar que a simples presença ou ausência de determinados elementos não garante o uso de um espaço público, no entanto, tem-se claro que as qualidades dos espaços públicos e os elementos que nele se apresentam podem dificultar ou facilitar seu uso e ocupação.

Para tanto, as praças foram analisadas visualmente, com auxílio da *ferramenta Google Street View*¹ para verificação de indícios de uso desses espaços, a partir dos elementos presentes nesta, como bancos, jardins, equipamentos de esporte e recreação, por exemplo, considerando as diversas tipologias existentes. Portanto, para elaboração do cenário de análise, foram eliminadas as praças que não possuem nenhum elemento atrativo em relação ao seu uso, classificadas da seguinte forma:

- Praças vazias: terrenos vagos sem nenhum tipo estrutura ou equipamento;
- Cadastros equivocados: áreas verdes de preservação, bosques ou espaços que foram incorporados a área de um parque urbano;
- Espaços residuais: espaços públicos que correspondem a remanescentes de loteamentos, como áreas em final de rua ou sobras de subdivisão de quadras, onde não há possibilidade de uso adequado, por suas dimensões e características físicas;
- Sistema viário: espaços como canteiros em vias públicas, áreas de estacionamento ou praças que foram totalmente ocupadas por equipamentos de transporte público, como estações-tubo;
- Praças edificadas: espaços públicos que foram totalmente ocupados pela construção de equipamentos públicos; vale ressaltar que as praças que tiveram apenas parte de seu espaço ocupadas e que a sobra de área manteve características de praças, não foram eliminadas.
- Praça privatizada: espaços públicos totalmente cercados, localizados no interior de condomínios fechados irregulares.

Considerando que a análise espacial proposta é realizada a partir de elementos geométricos, as

¹ A análise das praças foi realizada no ano de 2018, em imagens aéreas datadas deste ano, e imagens no nível da rua que variam entre os anos de 2014 a 2018.



praças de Curitiba foram quantificadas por polígonos. No cadastro da SMMA, o total é de 1.026, entre praças, jardinetes, largos, núcleos ambientais e jardins ambientais e eixos de animação, que equivalem a 1.098 polígonos. Do universo global de 1.098 polígonos das praças cadastradas, dentre as diversas tipologias existentes em Curitiba, foram eliminados 363 polígonos, o que corresponde a aproximadamente 33% do total de praças do Município.

Do total de praças eliminadas, as que não possuem nenhum tipo de equipamento (praças vazias) correspondem a 19% do total. Em relação às praças que não podem ser consideradas efetivamente praças, 20% são espaços residuais da implantação de loteamentos ou de intervenções urbanísticas pelo poder público e, 16% correspondem a espaços incorporados ao sistema viário, como canteiros e rotatórias. As praças que foram 100% edificadas, ou seja, os espaços em que foram implantados equipamentos públicos municipais como unidades de saúde e creches, correspondem a 5% do total. Em relação às praças que foram privatizadas, ou seja, que tiveram sua área cercada por muros, configurando condomínios horizontais irregulares, correspondem a 5% do total. E, por fim, 5% do total correspondem a cadastros equivocados.

A partir deste levantamento, as praças foram mapeadas para compor a base de dados da análise espacial, descrita na próxima seção.

3.2 Análise Espacial: Mapa de Cobertura de Praças

Equipamentos e serviços urbanos serão mais acessíveis se estiverem próximos às áreas residenciais, estando a acessibilidade potencializada também pela utilização de modos de transporte não motorizado, incluindo o andar. Destarte, o andar consiste no mais simples e barato meio de transporte humano e representa também uma das formas mais peculiares de vivenciar uma cidade (CARDOSO, 2010, p. 314-315)

Com o intuito de realizar a análise espacial da abrangência da praça na cidade de Curitiba, o primeiro passo foi buscar na literatura estudos sobre a cobertura desses espaços públicos no ambiente urbano, para definição da distância mais adequada para o ensaio proposto. Isso não significa que a distância seja um parâmetro rígido para o uso do espaço público, no entanto, assumem aqui o sentido de que quanto mais próximo da residência maior será o potencial de utilização desse espaço.

No que diz respeito à disponibilidade de um espaço público em termos de distância é possível notar um descompasso entre os autores. A maioria dos estudos realizados a partir de metodologias embasadas, estão presentes na literatura internacional. Optou-se por utilizar como referência o estudo da organização *New Yorkers for Parks* (NY4P), um grupo independente de pesquisa, que defende parques e espaços públicos de qualidade para a população, com o intuito de incentivar um planejamento participativo e equitativo dos espaços livres desenvolveu o “*Open Space Index*” – Índice de Espaços Livres, que é um índice que abrange um conjunto de metas para acesso e sustentabilidade dos espaços livres dos bairros da cidade de Nova York (NY4P, 2010).

O índice possui quatro categorias principais: espaço livre ativo e passivo, acessibilidade e distância, sustentabilidade ambiental e manutenção. A Tabela 1 apresenta os padrões definidos para cada tipologia e a distância máxima a pé a ser percorrida para acessar esses espaços, para a categoria acessibilidade e distância. Com base neste índice, optou-se por adotar a distância de *400 metros ou 5 minutos de caminhada*, para a análise da cobertura de praças em Curitiba.

Tabela 1: Índice De Espaços Livres

ELEMENTOS DOS ESPAÇOS LIVRES	PADRÕES DE VIZINHANÇA DA NY4P
Acessibilidade e distância	
Distância caminhável até um <i>pocket park</i> (menor que 1 acre / 4.047 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 5 minutos de caminhada (1/4 de milha / 400 metros)
Distância caminhável até um <i>neighborhood park</i> (de 1 a 20 acres / 4.047 a 80.937 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 5 minutos de caminhada (1/4 de milha / 400 metros)
Distância caminhável até um <i>large park</i> (maior que 20 acres / 80.937 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 10 minutos de caminhada (1/2 milha / 800 metros)

Fonte: Adaptado de NY4P, 2010.

Para a análise espacial, adotou-se um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que é um conjunto de ferramentas utilizadas para apresentar e analisar dados espaciais, sendo aplicadas em sistemas que realizam o tratamento computacional de dados geográficos e alfanuméricos (BURROUGH; MCDONNELL, 1998). A análise espacial é composta por um conjunto de procedimentos encadeados cuja finalidade é a escolha de um modelo que considere os relacionamentos espaciais presentes no fenômeno em estudo.

O objetivo das técnicas de Análise Espacial é descrever os padrões existentes nos dados espaciais e estabelecer, de forma quantitativa, os relacionamentos entre as diferentes variáveis geográficas, e dentre as diversas possibilidades de análise a partir de um SIG, optou-se pelo método *Network Analysis*, ou análise de redes. Este método permite delinear uma “área de serviço” que engloba todas as ruas acessíveis que podem ser alcançadas a partir de uma distância especificada, o que permite a geração de polígonos para demonstrar as áreas de cobertura dos espaços públicos. Para Comber *et al* (2008), na implementação do estudo da cobertura e acesso a espaços urbanos, a análise de rede oferece o método mais adequado para a avaliação dos fenômenos espaciais, pois calcula a distância dos pontos de acesso do local revelando uma imagem mais realista e precisa do que outros métodos de análise.

As redes são um sistema de linhas interligadas, conectadas por nós, que correspondem a caminhos por onde se movimentam as pessoas, bens, serviços ou informação (ROSA, 2011). As linhas simples não carregam as informações espaciais inerentes a conectividade, essenciais para uma análise de redes, portanto, para que uma rede linear possa ser rastreada de uma linha para outra, é necessário adicionar indicadores topológicos à estrutura de dados (BURROUGH; MCDONNELL, 1998). A topologia pode ser definida pelas relações geométricas existentes entre as entidades espaciais (ROSA 2011), e para esta análise será utilizada a relação conectividade entre linhas, a partir dos nós, que são os pontos de intersecção entre duas ou mais linhas.

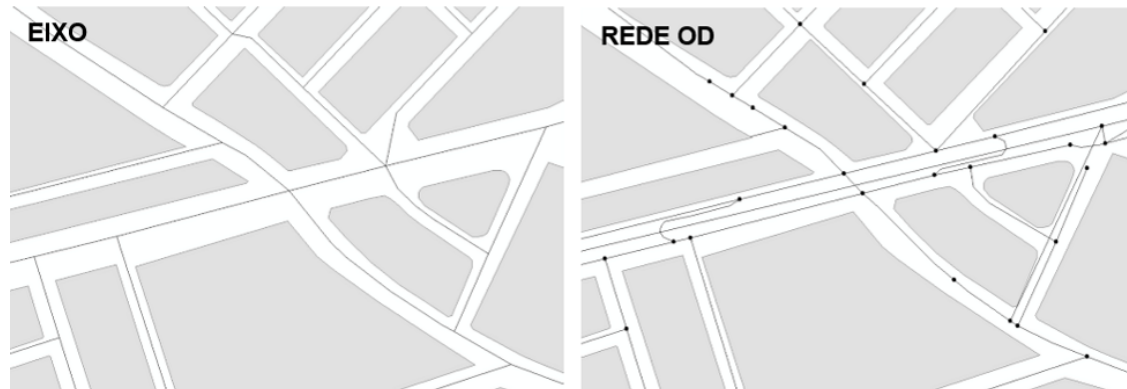
Para a compor a base de dados da área de estudo, foram coletados os seguintes mapas georreferenciados da cidade de Curitiba, disponibilizados pelo IPPUC, na projeção SAD69 UTM Zona 22 Sul: limites municipais e regionais, arruamento e eixos viários, hidrografia, ferrovias e parques urbanos; que em conjunto com o mapa das praças levantadas na análise urbanística, irão compor a base vetorial do SIG. Para o processamento dos dados utilizou-se o software ArcGIS versão 10.5. De porte desses dados, a análise de redes dessa pesquisa envolveu as seguintes etapas descritas a seguir.

Na etapa 1, foi elaborada uma rede conectada por nós com base na pesquisa Origem e Destino²

² A pesquisa Origem e Destino (OD) tem como objetivo a identificação e quantificação dos padrões de deslocamentos e das demandas de transporte em Curitiba e mais 16 municípios da Região Metropolitana. Disponível em: <https://ippuc.org.br>

(OD) de Curitiba. Optou-se por utilizar como a base a pesquisa OD pois ela considera o sentido das vias conforme a circulação dos diferentes meios de deslocamento, e não apenas o eixo das vias, mapeando todas as “linhas de caminamento” possíveis (Figura 2). Além disso, esta rede considera as barreiras físicas existentes na malha urbana, por serem considerados obstáculos que dificultam o acesso.

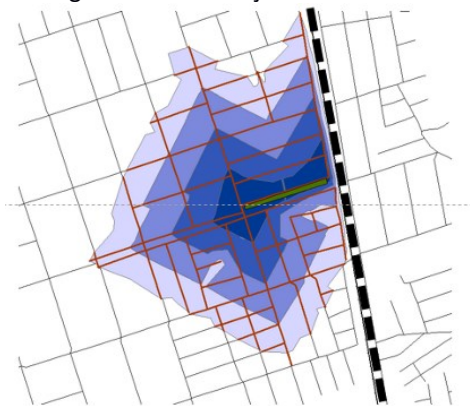
Figura 2: Eixo Viário X Rede Pesquisa Origem-Destino



Fonte: A autora, 2019.

As barreiras físicas afetam severamente a acessibilidade, aumentando as distâncias a serem percorridas a pé, portanto sua inserção é importante pois a cobertura das praças só será considerada nos pontos onde as barreiras são transpostas. Para esta análise foram consideradas barreiras a linha férrea, as rodovias, a hidrografia e as vias estruturais de transporte. Ao levar em conta esses elementos, esta ferramenta ganha em qualidade no resultado, quando comparada aos métodos tradicionais de medição de acessibilidade por raios de abrangência, pois considera a acessibilidade real aos espaços. O polígono de cobertura é interrompido quando não há transposições possíveis nas barreiras (Figura 3).

Figura 3: Identificação das Barreiras

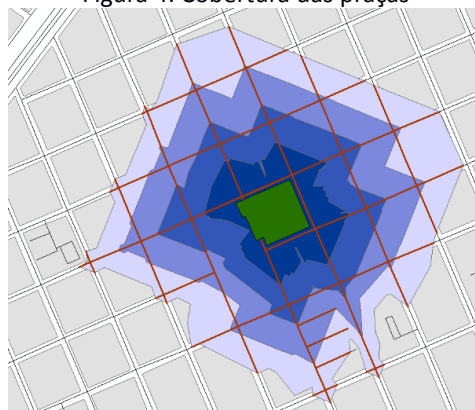


Fonte: A autora, 2019.

A Etapa 2, consistiu na criação de uma malha de pontos a cada 25 metros nas bordas dos polígonos das praças, que serão os pontos de entrada na rede para a origem do caminamento, e inserção de um ponto no centroide do polígono. O uso do centroide como local para as áreas de saída é utilizado nas análises GIS que relacionam polígonos (praças) a uma rede linear (malha viária) (COMBER et al, 2008). A partir desses pontos de saída serão definidas as irradiações máximas, ou seja, a distância percorrida nas linhas (vias) até os polígonos (praças).

Por fim, a etapa 3 consistiu na criação de uma *Network Service Area*, ferramenta de análise de redes do programa ArcGis, onde são inseridos os pontos gerados na etapa 2. Nesta etapa também são definidos os parâmetros da análise, onde foi inserida a distância caminhável de 400 metros e a direção de caminhada (*Away from Facility* – de dentro para fora da praça), e foram eliminadas as restrições do sentido das vias por neste estudo por ser considerado apenas o deslocamento a pé. Com a definição das “linhas de caminhada”, serão gerados os polígonos de cobertura das praças, conforme ilustrado na Figura 4, que irão permitir o cálculo da população atendida.

Figura 4: Cobertura das praças

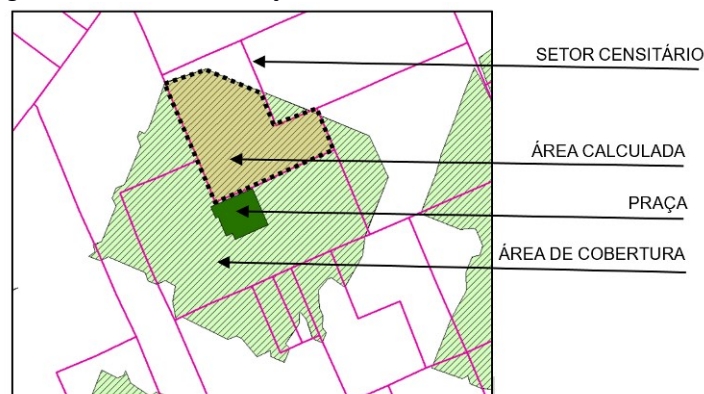


Fonte: A autora, 2019.

Para estimar a população atendida por praças, foi realizado o cruzamento dos dados do recorte espacial setor censitário do Censo 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com as áreas dos polígonos de cobertura. Para o cálculo da população atendida, foram realizadas algumas operações de geoprocessamento entre os polígonos de atendimento e os setores censitários.

Primeiramente foi utilizada a operação *dissolve* (agregação) do ArcGIS com os polígonos de cobertura de praças. Esse processo permite a união de geometrias entre polígonos adjacentes eliminando limites entre eles e transformando-os em entidades únicas. A partir do arquivo *shapefile* gerado por esse processo, foi realizada a operação *Intersect*, entre os polígonos de abrangência e os setores censitários, que possuem os dados socioeconômicos vinculados aos dados espaciais (Figura 5).

Figura 5: Cobertura de Praças x Setores Censitários



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pela autora, 2019.



Assim, foram calculadas as áreas dos polígonos gerados, e para o cálculo da estimativa da população atendida essa área foi multiplicada pela densidade demográfica do setor censitário correspondente, tendo como resultado a população atendida em cada setor e a porcentagem de atendimento em relação a população total.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

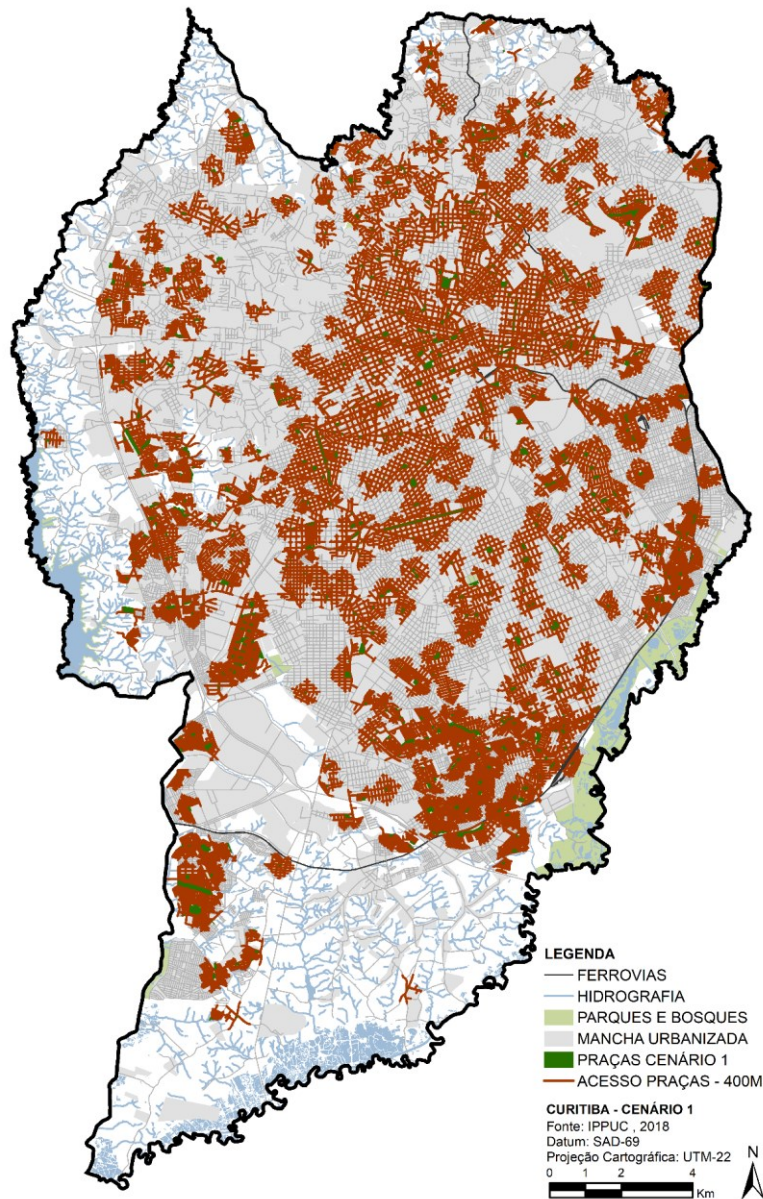
Em Curitiba, assim como as demais cidades brasileiras, apesar da imagem de “cidade-modelo” o espaço urbano é marcado pela desigualdade socioespacial e pelos conflitos das metrópoles contemporâneas. Além da distância física observada entre as áreas centrais e periféricas, os indicadores socioeconômicos revelam a segregação espacial intraurbana.

Em relação a verificação quantitativa das praças, aponta para a forma como esses espaços estão sendo tratados pelo poder público e a sua relevância na gestão das cidades. O número de praças que não foram consideradas praças, de 363 (33% do total), é significativo se considerarmos que apenas 19% tem potencial de transformação em novos espaços.

O mapa com o resultado prévio da análise espacial proposta está ilustrado na Figura 6 abaixo. Para análise dos resultados é importante levar em consideração a mancha urbanizada da cidade (em cinza), a fim de evitar a interpretação equivocada de áreas de baixo atendimento por praças em áreas não urbanizadas.

A partir de uma análise visual do mapa é possível observar que existe uma concentração maior de praças na porção central de Curitiba e uma distribuição espacial mais dispersa nas áreas periféricas, com exceção de uma concentração na região sul, que corresponde ao bairro Sítio Cercado e Tatuquara, ambos de ocupação mais recente. Considerando a mancha urbanizada representada no mapa, observa-se que existem diversas áreas, principalmente as periféricas sem cobertura de praças, indicando a desigualdade espacial em relação a distribuição desses espaços públicos. Os dados obtidos a partir desta análise se cruzados com outros indicadores socioeconômicos permitirá verificar se a segregação residencial observada nas cidades contemporâneas é refletida nos espaços públicos.

Figura 6: Mapa de Cobertura de Praças



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

A análise de redes, adotada para a verificação distributiva das praças de Curitiba, se mostrou eficiente no sentido de produzir um resultado mais próximo do real do que os métodos tradicionais de raios de abrangência, por considerar as linhas de caminamento existentes e as barreiras físicas presentes na malha urbana. Com este método, foi possível compreender as regiões atendidas por praças e, comparando com o indicador de renda média per capita, verificar a desigualdade socioespacial em Curitiba, à luz de suas praças.

As limitações deste estudo se dão por sua essência quantitativa, que não considera a vida pública existente em cada um desses espaços. Outra questão relevante está relacionada à distância adotada para a cobertura das praças no território. Por estar baseada em literatura internacional, pode haver uma diferença na maneira como as distâncias são percebidas no cotidiano dos



brasileiros. No entanto, não se pretendeu fixar um valor rígido para a cobertura de espaços públicos, até porque tipologias diferentes de espaço, assim como as faixas etárias da população podem implicar em distâncias físicas diferentes.

Compreende-se que a disponibilidade física desses espaços não é sinônimo de garantia de acesso e redução das desigualdades, é preciso considerar a dimensão imaterial e simbólica, que é inerente à natureza dos espaços públicos. Por fim, o método utilizado pode contribuir com as pesquisas de análises espaciais em planejamento urbano, além de auxiliar na tomada de decisões pelo poder público, em relação aos espaços públicos da cidade contemporânea. Espaços estes representativos da democracia, do direito à cidade, que podem colaborar para a redução das desigualdades socioespaciais intraurbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, S. L. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

BAHLS, A.V.S. **O verde na metrópole**: A evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e História. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1998.

BOLETIM, PMC. **Plano de Urbanização de Curitiba – Plano Agache**. Ano II, Nº12. Curitiba: Secretaria da Prefeitura, 1943.

BURROUGH, P.A.; MCDONNELL, R.A. **Principles of Geographical Information Systems**. New York: Oxford University Press, 1998.

CARDOSO, L. Acessibilidade espacial como instrumento de combate às desigualdades intraurbanas: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: MATOS, R.; WEBER, S. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 311-348.

COMBER, A.; BRUNSDON, C.; GREEN, E. Using a GIS-based network analysis to determine urban greenspace accessibility for different ethnic and religious groups. **Science Direct**: Landscape and Urban Planning 86, p.103–114, 2008.

CURITIBA. **Decreto 427, de 20 de outubro de 1983**. Define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 44, 26 out 1983.

_____. **Lei 14.771, de 17 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no Art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 236, 17 dez 2015.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano - PMDU**. Curitiba, 1985.

NEW YORK FOR PARKS – NY4P. **The Open Space Index**. New York, 2010.

ROSA, R. Análise espacial em geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 275-289, out. 2011.

ROSANELI, A.F.; BRANDENBURG, E. J. SCHAFASCHEK, M. C. I. SILVA, M. M. **Renda e espaço livre público**: uma breve análise espacial em Curitiba, PR. XI Colóquio Quapá-SEL. Salvador: UFBA, 2016.



SILVA, G.C.; LOPES, W.G.R.; LOPES, J.B. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.11, n.3, p. 197-212, jul/set. 2011.

UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2016.

WILHEIM, J.; SERETE, Sociedade de Estudos e Projetos Ltda. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba; IPPUC, 1965.



Expansão do perímetro urbano e sistema de espaços livres (SEL): Notas sobre o Plano Diretor Municipal de Viana-ES

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

HONORATO, Juliano Prata (1); CAMPOS, Martha Machado (2);

- (1) Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, juliano.prata@hotmail.com
(2) Professora Dra. do programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, marthamcampos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre legislação municipal e Sistemas de Espaços Livres (SEL), e o modo com que essa problemática é abordada na reformulação de políticas públicas que permitem a expansão do perímetro urbano. Busca uma aproximação com o atual Plano Diretor Municipal de Viana, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no estado do Espírito Santo (ES). Tem por objetivo analisar a legislação que legitimou a ampliação do perímetro urbano, o modo como essa lei aborda os SEL e a influência que o crescimento do perímetro urbano pode trazer para a esfera da vida pública, evidenciando o processo de segregação sócioespacial. Baseando-se em bibliografias que possibilitam uma análise comparativa, com ressalvas, a respeito de SEL e a esfera pública, tanto do poder público como do uso não privado dos espaços, e as relações sociais que neles acontecem. Conclui-se que somente a legislação urbanística - ilustrada neste artigo em abordagem sobre o Plano Diretor Municipal de Viana - não é capaz de gerir e gerar Sistemas de Espaços Livres que qualifiquem relações espaciais e sociais nas cidades brasileiras. Ao contrário, em alguns casos, a legislação urbana pode constituir um vetor de intensificação do processo urbano de segregação socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: expansão do perímetro urbano; Sistemas de Espaços Livres; Viana-ES.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a participação do poder público, como um dos principais gestores e promotores de espaços livres, e a relação entre a legislação municipal e os Sistemas de Espaços Livres (SEL). A relevância deste trabalho se dá frente à escassez de trabalhos científicos sobre abordagens que problematizem as questões urbana e paisagística do município de Viana-ES. Incorporado a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o município de Viana conduz o debate sobre Sistemas de Espaços Livres (SEL) e a formulação de novas legislações de ordenamento territorial, em particular, o Plano Diretor Municipal (PDM) do município em tela.

Entender os Sistemas de Espaços Livres como de fundamental importância para gestão e reprodução do meio urbano, sendo sobretudo capaz de proporcionar melhorias na qualidade de vida na cidade, constitui em um dos principais interesses dos estudos sobre os SEL, tanto de domínio público quanto privado. Os SEL podem engendrar inúmeras relações sociais na cidade, e principalmente, evitar a propagação de espaços segregados social e espacialmente.

Adota-se neste artigo, o entendimento de que os espaços livres da cidade são todos os espaços sem edificações, tais como quintais, ruas, praças, jardins públicos, parques, rios, mangues e praias urbanas, segundo definição de Miranda Magnoli (1982, apud QUEIROGA; BONFATTI, 2007) e reafirmados por Tardin (2008).

Santos (1996) considera o espaço como sendo composto por fixos e fluxos, onde o material se entrelaça com o social, onde ocorrem relações de inércia e movimentos contínuos, não sendo o espaço somente uma porção física do território, mas uma resultante da ação da sociedade sobre o



mesmo. Então os espaços livres de uso público são responsáveis pela maior parcela de interação, encontro, copresença e relação social na esfera da vida urbana, permitindo espacialidades heterogêneas quando bem geridos, ou espaços homogêneos e segregados, quando deixados à mercê exclusivamente do capital privado, se apropriando de forma privativa estes espaços.

Não há dúvidas acerca da importância do Estado em legislar, visando garantir a existência e manutenção dos espaços livres públicos, principalmente quando ocorre a expansão das fronteiras urbanas legalmente garantidas, que legitimam o aumento do perímetro urbano. No Brasil, o Plano Diretor Municipal (PDM) é a lei que delimita o perímetro urbano, entendido como um polígono que indica a área urbana do município. A parcela que fica fora desse limite se define como área rural. O perímetro tem sua utilidade na demarcação de áreas urbanas já existentes e também indica os limites para onde a cidade formal pode e deve crescer.

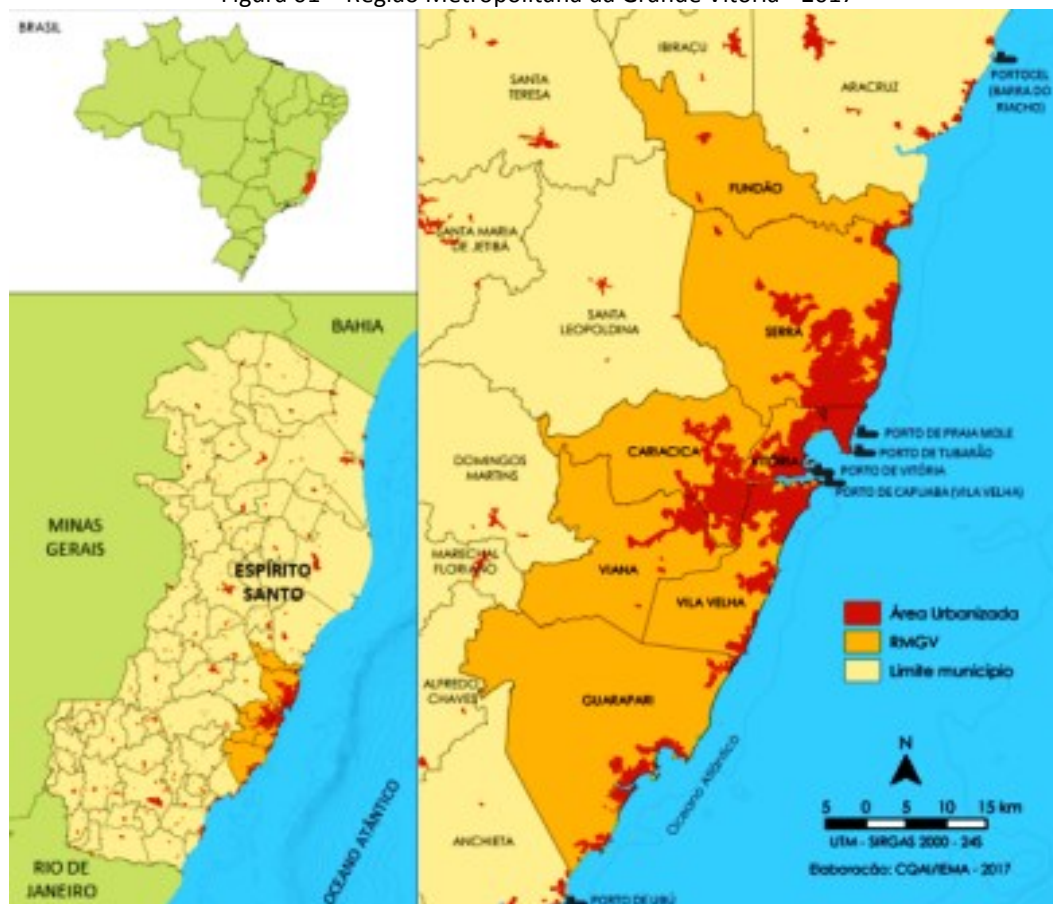
Santoro, Cobra e Bondukl (2014) afirmam que, no Brasil, a delimitação do perímetro urbano passa por forte influência do mercado imobiliário, manipulando-o para atender aos interesses do capital, perdendo assim seu principal objetivo: o de ser uma ferramenta capaz de controlar o processo de urbanização. A autora ainda aponta que o processo de urbanização das cidades brasileiras passa por contínuas modificações, sem objetivos claros ou ações estratégicas, e com um único propósito, qual seja, a expansão da cidade para disponibilizar grandes glebas que servirão aos anseios dos empreendedores imobiliários. Essa condição moldável torna o perímetro urbano em um instrumento frívolo para o planejamento territorial urbano (SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2014).

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo se baseia em bibliografia existente pertinente ao tema proposto, que subsidiam análise acerca da legislação municipal definida no Plano Diretor Municipal de Viana-ES, no ano de 2016. O PDM de Viana assinala regras para o tratamento dos espaços livres, e também amplia consideravelmente o perímetro urbano do município, fato de grande relevância quando o assunto tratado se refere ao SEL. Portanto, este trabalho apresenta uma interpretação da referida Lei, alinhada com referências bibliográficas, que possam contribuir no entendimento a realidade do município.

2 O CRESCIMENTO DO PERÍMETRO URBANO E OS ESPAÇOS LIVRES EM VIANA -ES

O município de Viana junto com Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e a capital Vitória constituem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), localizada no estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2005). Essa região atualmente abriga aproximadamente 46% da população total do estado, sendo responsável por quase 58% de toda riqueza produzida. O município de Viana faz fronteira com os municípios de Vila Velha, Cariacica, Guarapari, pertencentes à RMGV, e com os municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, pertencentes à Região Sudoeste Serrana (FIGURA 01).

Figura 01 – Região Metropolitana da Grande Vitória - 2017



Fonte: Instituto Estadual de Meio Ambiente – IEMA. Adaptado pelo autor. Disponível em: <https://iema.es.gov.br/Media/iema/CQAI/RMGV.png> Acesso em 05/07/2019.

Possuindo uma área de aproximadamente 312 km², o município de Viana teve uma população total registrada no último censo demográfico (IBGE, 2010) de 65.001 habitantes, contando para 2019 uma estimativa de 78.239 pessoas (IBGE, 2019), representando o quinto município mais populoso entre os sete da RMGV e o décimo primeiro no estado. Atualmente a maior parcela de seu produto interno bruto (PIB) advém das atividades de serviços e indústrias. Inserido no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), o município é apontado como importante eixo de crescimento econômico dentro da RMGV e também para desenvolvimento do estado.

De acordo com o último censo demográfico do IBGE (2010), aproximadamente 84% da população total do Brasil se encontrava em cidades, fato que se explica devido à forma que se deu o processo de urbanização brasileiro, principalmente na segunda metade do século XX. Maricato (2001) aponta que esse processo se sucedeu de forma abrupta, devido sobretudo ao modelo horizontalizado de crescimento urbano, que transforma terra não urbana em urbana.

O problema em pauta não se trata da expansão dos limites urbanos em si, isso desde que a mesma seja justificada por um aumento populacional considerável. Contudo, o que a realidade mostra são ocorrências de novos loteamentos às margens do perímetro urbano, a despeito da presença de áreas vazias na cidade. De fato, tem-se a evidência de ações especulativas do mercado imobiliário e fundiário, afim de promover a criação de mais vazios urbanos para futura valorização. (VILLAÇA, 2001; SANTORO; COBRA; BONDUKI, 2010).

Tantas vezes indicado por Milton Santos (1993), o modelo de urbanização promovido por agentes



incorporadores marca a origem das cidades espraiadas, com ocupações dispersas no território. Este modelo de crescimento centro-periferia, que ainda hoje se legitima nas cidades brasileiras, mantém as características deletérias salientadas por Santos, que trazem mazelas às cidades, tais com o aumento da malha urbana, acarretando em problemas com transporte, aumento dos deslocamentos diários, carência de infraestrutura, onerosos gastos públicos, periferação da população e principalmente especulação fundiária e imobiliária. Essas últimas, em atendimento aos anseios do setor privado, apoiados por recursos públicos, empregados em infraestruturas, deixando de ser alocados em medidas que mitigariam o abismo social dominante.

Para Corrêa (1989), o espaço urbano é um produto de diferentes atores, e sua expansão se dá pela ação de forças atuantes públicas e privadas, que se dividem em gestão pública, promovendo as legislações urbanas e o mercado imobiliário. Em tese, fica sob responsabilidade da administração pública criar medidas capazes de controlar as ações do mercado imobiliário, utilizando para tal fim as legislações urbanísticas e o planejamento urbano, afim de priorizar os anseios coletivos.

Sendo assim, a ampliação do perímetro urbano e o posterior parcelamento do solo ratificados por legislações caracterizam ações facilitadoras, que estimulam o mercado fundiário à negociação de terras rurais por preços reduzidos e sua subsequente venda, já como terra urbana com alta rentabilidade. Villaça pontua, que o real interesse dos proprietários fundiários não se apoia na questão habitacional, mas é puramente especulativa, promovendo uma ocupação dispersa da cidade, entremeada por vazios urbanos (VILLAÇA, 2001).

Ora, devido as baixas densidades populacionais nas áreas de expansão, entremeadas por extensos vazios urbanos, os recursos públicos com infraestrutura, como transporte, saneamento, energia, são aumentados (VILLAÇA, 2001). Diversos estudos apontam para os efeitos do crescimento urbano e seu perímetro, nos quais é discutido sua influência em relação ao meio ambiente, os gastos em infraestrutura e seu impacto sobre a sociedade (MASCARÓ, 1987). As relações sociais tendem a ser prejudicadas pelas longas distâncias, e também pelo estigma que representam os espaços segregados, ou até fragmentados na cidade (CALDEIRA, 2000).

Existe na cidade um interesse mútuo, disfarçado de entrave legal, entre o poder público e setor imobiliário (MARICATO, 1999). Para a autora, o que de fato ocorre é uma aplicação da lei de forma deliberada, associada à centralização de infraestrutura em determinadas áreas da cidade, promovendo a desigualdade no meio urbano.

Tanto para Villaça (2001) quanto para Maricato (2001) é latente a relação existente entre o mercado imobiliário e o poder público, e a influência que o primeiro imprime nas deliberações legais referentes às leis urbanísticas, afim de promover ganhos com valorização imobiliária.

Para Rolnik e Klink (2011) o entrelaço entre gestão pública, legislação e mercado imobiliário se legitimou quando o poder público facultou ao setor privado, na figura do loteador, a incumbência de prover terra urbanizada, o que pode ser observado na Lei Federal nº 6.766/79. Dando origem a um modelo de cidade insustentável, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do econômico e social, que privilegia e possibilita a ocupação do território, com melhores amenidades, pelas classes sociais com maior poder aquisitivo, únicas capazes de subsidiar acesso à essas áreas, induzindo de forma indireta as classes baixas de ocuparem áreas distantes dos centros, sem infraestrutura básica e ambientalmente frágeis (KOWARICK, 1979).

Não bastasse as degradações ambientais difíceis de reaver, que são causadas pelas ocupações irregulares ou ilegais, ainda se soma ao fato de que o processo de urbanização de forma espraiada no território demanda cada vez mais, e por maiores distâncias, de meios de transporte que possibilitem acesso da massa trabalhadora aos centros concentradores de empregos e para tal são



utilizados os ônibus, sendo veículos potencialmente poluidores (KOWARICK, 1979). As maiores quantias dos investimentos públicos, e também do privado, são orientadas para áreas da cidade que centralizam as oportunidades de trabalho e renda, o que ocasiona um espaço urbano desigual e por consequência a cidade se expande de maneira fragmentada e sem estrutura. Salvaguardadas as características individuais de cada local e região do país, é possível compreender que o fenômeno de expansão urbana subsiste nas cidades brasileiras, de diferentes tamanhos e em diferentes períodos de tempo.

Para controle e ordenamento do solo urbano, a Constituição Federal de 1988, determinou que os municípios deveriam ser orientados por intermédio de leis orgânicas e que os mesmos deveriam criar outras legislações que atendessem aos interesses locais, desde que fossem mais restritivas que as leis estaduais e federais, inclusive para planejar e controlar o uso do solo urbano. A Constituição Federal aponta ainda que os municípios devem implementar políticas capazes de fomentar o crescimento das cidades e assim promover melhorias na qualidade de vida da população e seu bem-estar. O Plano Diretor Municipal (PDM) é o instrumento jurídico de política urbana responsável pelo ordenamento territorial, inclusive para delimitar o perímetro urbano.

O Código Tributário Nacional (CTN), determinado pela Lei Federal nº 5.172/1966, foi a primeira referência legal que determinou a obrigação de uma delimitação do perímetro urbano por parte do poder público municipal, afim de determinar os imóveis que estariam sujeitos à cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), isso desde que os mesmos se encontrassem dentro da zona urbana, que seria determinada por um perímetro urbano (BRAGA, 2016). No ano de 1999, com a alteração na Lei Federal nº 6.766/ 1979, os parcelamentos do solo para fins urbanos só poderiam ocorrer se as áreas parceláveis estivessem em zonas urbanas definidas por legislações municipais, como o PDM. No ano de 2001 a Lei Federal nº 10.257/ 2001 foi aprovada, estabelecendo normas para políticas urbanas, sendo alterada no ano de 2012 pela Lei Federal nº 12.608/ 2012, no qual houve um acréscimo no artigo 42-B para definir critérios mínimos que os municípios deveriam se atentar quando pretendessem alterar os limites do perímetro urbano. Tais parâmetros presentes na lei são:

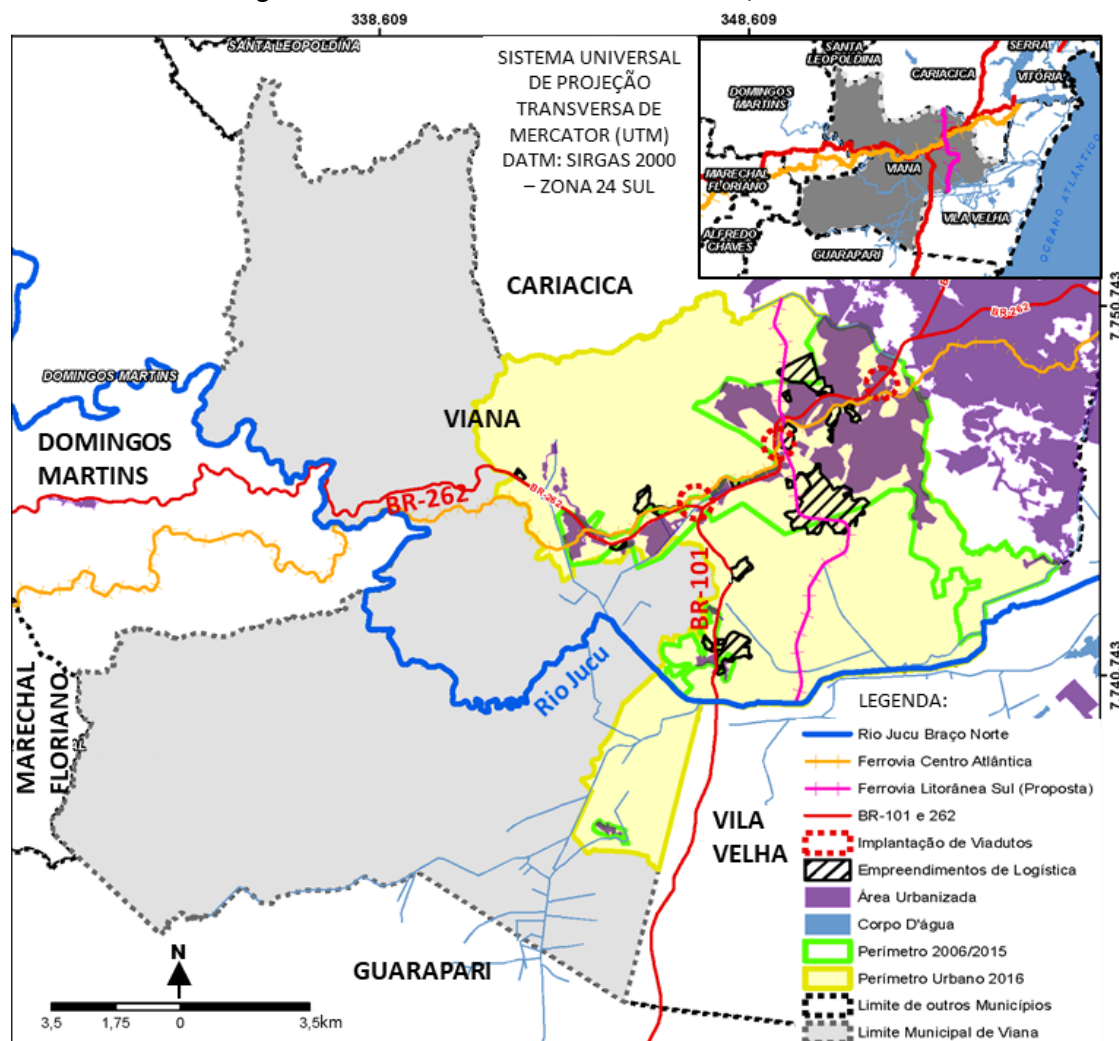
- I - demarcação do novo perímetro urbano;
- II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;
- III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;
- IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;
- V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;
- VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e
- VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público. (BRASIL, 2012)

O Estatuto da Cidade, em 2001, determina que somente os municípios com mais de 20 mil habitantes, que estejam em regiões metropolitanas, ou aquelas aglomerações urbanas que apresentem características turísticas, ou empreendimentos com alto impacto ambiental, zonas de risco de deslizamento e alagamentos e/ou catástrofes naturais, são obrigados a elaborar seus

Planos Diretores Municipais, o que representa pouco mais de 30% dos municípios brasileiros.

O primeiro Plano Diretor do Município de Viana-ES foi aprovado em 2006, pela lei municipal nº 1.876/ 2006 e delimitou um perímetro urbano com aproximadamente 28Km². No ano de 2015, foi alterado pela lei municipal nº 2.750/ 2015, e o novo perímetro passou a contar com aproximadamente 33Km². No ano de 2016, dez anos após a publicação do primeiro Plano Diretor Municipal, houve a aprovação da lei municipal nº 2.829/ 2016, que seria o novo PDM, que atualmente se encontra em vigência. Esta nova lei aumentou consideravelmente o perímetro urbano, que passou dos seus quase 33km² para pouco mais de 110km², ou seja, quase três vezes maior que o anterior, tornando um terço da área total do município em zona urbana, conforme figura 02.

Figura 02 – Perímetro urbano de Viana de 2006/2015 e 2016.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves e Prefeitura Municipal de Viana. Adaptado pelo autor.

Assim sendo, se no ano de 2010, a população urbana representava 92% do total de 65.001 habitantes, e eram distribuídas por um perímetro urbano de 28km², ou seja, a densidade populacional urbana ficava em torno de 2.136 hab./km². No ano de 2016, a população total estimada seria aumentaria par 75.652 pessoas, com quase 70 mil habitantes em área urbana, a densidade populacional urbana diminuiu consideravelmente, passando para 636 hab./km² devido aumento do perímetro urbano para aproximadamente 110Km².



Contudo esta população urbana se distribui numa área efetivamente urbanizada que corresponde a pouco mais de 14km² (IJSN, 2018). A expansão do perímetro urbano propicia a implantação de empreendimentos e novos loteamentos de forma espraiada na cidade, atendendo às demandas de terra urbana por parte dos empreendedores, afim de implantar novos produtos imobiliários na cidade, se aproveitando da infraestrutura viária, mas principalmente atraídos pelo baixo custo das terras urbanas, conforme já discutido anteriormente.

O PDM aprovado em 2016 não só aumentou o perímetro urbano, mas também trouxe pela primeira vez na legislação municipal o debate e planejamento dos Sistemas de Espaços Livres. Ainda que estejam associados às áreas verdes e áreas protegidas, dando uma característica reducionista aos SEL. Em seu capítulo V, o novo PDM traz os objetivos e diretrizes que devem ser adotados, também afirma que o poder executivo será responsável por regulamentar os assuntos contidos no “Art. 71. Ato do Poder Executivo regulamentará os seguintes assuntos: I – áreas de preservação ambiental; II – programa de recuperação de fundo de vales; III – parques lineares; IV – áreas verdes” (VIANA, 2016).

Tem-se então que o PDM, mesmo considerando os Sistemas de Espaços Livres, não atribui a devida importância que estes têm no desenrolar da vida cotidiana na esfera da vida pública. As relações sociais, em uma cidade pouco adensada e com um perímetro urbano que permita ocupações dispersas no território, tendem a se dilapidar, e os SEL são fundamentais para concepção de espaços heterogêneos, permitindo o livre acesso e a copresença.

Como dito anteriormente, entende-se por espaços livres todos os espaços não edificados, podendo ser públicos ou privados, com vegetação ou não, urbanos ou não. Estudar os Sistemas de Espaços Livres transcende às análises de áreas verdes e espaços públicos, pois abrange a totalidade de espaços livres (QUEIROGA, 2012). Logo, é possível entender o Sistema de Espaços Livres urbanos como o conjunto contendo todos os espaços livres de um determinado recorte espacial, não importando sua qualidade funcional, estética e fundiária, e nem sua dimensão.

Logo é possível afirmar que toda cidade possui em sua configuração um sistema de espaços livres, pois eles são parte fundamental na sua formação e urbanização (MACEDO, 2011). Tendo origem a partir dos parcelamentos do solo, das iniciativas para construções e dos arruamentos, mesmo que não sejam criados de forma intencional com um uso pré-determinado, os espaços livres são os lugares das práticas sociais. São nestes espaços que acontecem as principais interações da sociedade, caracterizadas pela heterogeneidade de pessoas desde que possibilitem a copresença (LEITE, 1998; apud QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

Outro papel fundamental dos espaços livres é a capacidade de melhorar o ambiente que tenha passado por processos degradantes que acompanham a urbanização das cidades. Também é possível destacar a função ecológica que os espaços livres podem desempenhar, quando estes não são pavimentados e passam a drenar águas pluviais, evitando o colapso dos sistemas de drenagem urbana, ajudado assim na manutenção do lençol freático. Ainda as árvores funcionam como filtros de poluição sonora e do ar, auxiliam na regulação da temperatura e umidade do ar, e ainda influencia diretamente na fauna.

A variedade de cores que as árvores e as vegetações trazem para os espaços, principalmente em épocas de floração, contribuem em muito com a função estética que estes espaços atribuem à paisagem na cidade.

Não somente estético e ecologicamente funcional se limitam os espaços livres. Na verdade, a função social que estes espaços carregam, quando sediam as interações entre sujeitos, além de possibilitar encontros de indivíduos diferentes – mesmo que sejam simples conversas, ou



negociações – trazem ao espaço uma heterogeneidade social. Este fator é demasiado importante para esfera de vida pública e também para amenizar os efeitos causados pela fragmentação e segregação social, como consequência de um crescimento urbano desordenado. Podem ser espaços utilizados para lazer, práticas esportivas, manifestações culturais e políticas, mas que carregam também valores de embelezamento da paisagem quando são concebidos com finalidade de servirem como áreas de observação de obras arquitetônicas, fazendo uma conexão entre o espaço vazio e o construído.

Os espaços livres podem ser naturais ou projetados pelo homem. Os espaços livres são aqueles sem construções, abertos, de acesso livre ou não à população. Para os espaços naturais pode-se dizer que são os rios, praias, as matas, as florestas, os afloramentos rochosos e etc. Já os espaços livres desenhados pelos homens, podem servir de exemplo os campos de futebol, as praças, jardins, ruas, pátios e mais uma infinidade de lugares.

Na atual sociedade brasileira, segundo afirma Queiroga (2012) há uma transição da vida pública para a vida privada quando aponta que:

Não são poucos os autores que afirmam existir um forte declínio da vida pública e um uma biunívoca relação com a valorização da esfera de vida privada. No Brasil são muitos os fatos que parecem apoiar tal percepção: – no campo dos lançamentos imobiliários, os produtos prometem um mundo de alegrias, praticidades, vida saudável, proximidade com a natureza, felicidade! Tudo garantido por forte aparato de segurança privada, muros cada vez mais altos, encimados por cercas elétricas, helicoidais farpados, câmeras, etc.; – os shopping centers retiram consumidores das áreas centrais tradicionais, buscando associar consumo e lazer de parcelas cada vez mais amplas da população, novamente tratam-se de espaços de alto controle e aparato de segurança privado. De forma análoga complexos multifuncionais (habitação, trabalho, compras e lazer) permitem a algumas pessoas realizar sua vida cotidiana “completamente” intra-muros; (QUEIROGA, 2012)

Ora, levando em consideração o que já foi estudado referente ao assunto aqui abordado, é possível afirmar que as cidades, sem exceção, possuem seus Sistemas de Espaços Livres. As pressões que a sociedade faz sobre estes sistemas os deixam em condições de constante mutação, afim de suprir aos anseios da sociedade. Para que possam atender aos desejos dessa sociedade, os Sistemas de Espaços Livres são dependentes das decisões políticas, dos recursos disponíveis e também do padrão cultural da sociedade. Essas medidas podem ocasionar uma qualificação, quando bem empregados, ou uma desqualificação destes sistemas.

A existência das cidades não se dá sem os sistemas dos espaços livres pois eles são necessários ao desenrolar da vida cotidiana, formam a paisagem urbana e sua história, constituem elementos da forma urbana, além de suas utilizações para a esfera de vida pública e privada. Na esfera de vida pública predomina a liberdade das relações sociais e culturais e atenção à demanda coletiva; na esfera da vida privada o que domina é o individual, muito relacionados à economia.

Ora, se por um lado há a gestão do município, legislando em favor da qualificação e manutenção dos Sistemas de Espaços Livres, por outro, a mesma lei legitima a expansão do perímetro urbano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Planos diretores Municipais são leis que legitimam o perímetro urbano de uma cidade, e o alargamento desses limites, quando não justificadas por um crescimento demográfico considerado, possibilitam uma ocupação espraiada e dispersa no território da cidade. Esse tipo de ocupação, comum nas cidades brasileiras, cria espaços segregados e influencia diretamente na qualidade de vida e nas relações sociais.



Os espaços livres da cidade são palco de ações sociais, onde o desenrolar cotidiano dessas ações faz com que haja trocas culturais, permitidos pela copresença, em espaços heterogêneos, contrapondo aos espaços privados, onde normalmente acontece interações homogêneas entre os cidadãos. Estes sistemas também são capazes de promover qualidade paisagística e desempenhar funções ambientais que auxiliam à infraestrutura da cidade.

O município de Viana, no ano de 2016, quando publicou seu Plano Diretor e aumentou seu perímetro urbano, passou a permitir uma ocupação mais espraiada na cidade. A implantação de novos loteamentos e o parcelamento do solo para novos empreendimentos tendem a criar novos espaços livres, que farão parte de novos sistemas da cidade, mas também podem causar aos cidadãos um rompimento de relações devido às grandes distâncias físicas que os separarão.

Com isso, dá-se a importância da atuação do poder público em cuidar e zelar dos espaços livres já existentes, como também de reservar recursos para gerir esses novos espaços que estão por vir. Mas de fato a tarefa mais difícil é a de estimular relações sociais heterogêneas nessas novas áreas, principalmente numa cidade capitalista que prioriza a ação individual e tem propagado, por meio dos empreendedores imobiliários, tipos de moradia, trabalho e lazer cada vez mais privados, exclusivos e excludentes.

AGRADECIMENTOS

Eu, Juliano Prata Honorato, um dos autores deste artigo, agradeço à FAPES pelo apoio financeiro dado ao desenvolvimento desta pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Roberto. Avaliação da sustentabilidade da expansão do perímetro urbano da cidade de Piracicaba - SP por meio de indicadores de forma urbana. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S.l.], p. 33-44, set. 2016. ISSN 2236-4994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20699>>. Acesso em: 05 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2236499420699>.

BRASIL. Decreto-lei Nº 5.175, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____. Decreto-lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Decreto-lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, "Estatuto da Cidade". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 26 out. 2019.

_____. Decreto-lei Nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de



1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm#art24>. Acesso em: 17 out. 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp., 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado do. Lei Complementar Nº 318 de 17 de janeiro de 2005. Reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - COMDEVIT, autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória - FUMDEVIT e dá outras providências. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%20N%C2%BA%20318.html>>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRÁFICO, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/viana/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais: População estimada 2019**. Viana, Espírito Santo: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/viana/panorama>>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de desenvolvimento urbano integrado**. Região Metropolitana da Grande Vitória. Diagnóstico Integrado, v.2, Vitória, 2018. Disponível em: <<https://planometropolitano.es.gov.br/documentos>> Acesso em: 27 de jul. 2019.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MACEDO, Sílvio Soares; et al. Sistemas de espaços livres privados – o outro lado do sistema de espaços livres urbanos: reflexões preliminares. In: MACEDO, Sílvio Soares et al (Org.). **Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAUUSP, 2011, p. 33-53.

MARICATO, Ermínia. A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades. **Revista Cultural**, v. 93 n. 6, 1999, p. 7-22. Disponível em: <<https://goo.gl/xjgqRr>>. Acesso em 28 out. 2019.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MASCARÓ, Juan et al. **Desenho Urbano e Custos de Urbanização**. Ministério de Habitação Urbanismo e Meio Ambiente. Brasília: MHU – SAM, 1987.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 25-35, 23 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703/13003>>. Acesso em: 28 out. 2019.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livre urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**, n. 24, p. 81-87, 31 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/85699>>. Acesso em: 29 de out. 2019.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-



33002011000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2019.

SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patricia Lemos; BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. **Cadernos Metrópole.**, [S.l.], v. 12, n. 24, maio 2011. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/5897/4247>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2013 [1993].

_____. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TARDIN, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial** / Raquel Tardin. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VIANA, Prefeitura da Cidade de; Lei Nº 1.876 de 18 de dezembro de 2006. **Cria o Plano Diretor de Viana**.

_____, Prefeitura da Cidade de; Lei Nº 2.750 de 09 de outubro de 2015. **Altera o Perímetro Urbano do Plano Diretor de Viana e dá outras providências**.

_____, Prefeitura da Cidade de; Lei Nº 2.829 de 27 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial, institui o Plano Diretor Municipal de Viana - PDM e dá outras providências**.

_____, Prefeitura da Cidade de; Mapa solicitado pelo autor, elaborado pela Gerência de Informações Técnicas e Geoprocessamento, junto à Secretaria de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Urbano, com base nas informações de empreendimentos mais relevantes que solicitaram consulta prévia de viabilidade até dezembro de 2018.

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp/ Lincon Institute, 2001.



A arborização e a legislação urbana:

Relevância, gargalos e eficiências para o município de Campos dos Goytacazes

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

CARVALHO NASCIMENTO, Gabriela (1); COZER ALIPRANDI, Danielly (2);

- (1) Mestranda em Engenharia Urbana/ POLI-UFRJ, Especialista em Arquitetura da Cidade: suas demandas e tecnologias/IFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro, gabrielanascimento@id.uff.br
(2) Docente do mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/ PPGAU-IFF, Doutora em Arquitetura/PROARQ/UFRJ, Instituto Federal Fluminense, danielly.aliprandi@iff.edu.br

RESUMO

A arborização urbana é, comprovadamente, uma eficiente estratégia de melhoramento da qualidade de vida nas cidades através da promoção do conforto térmico, diminuição da exposição solar excessiva, redução da poluição sonora e visual, melhoria da qualidade do ar, estímulo e atração de biodiversidade, auxílio em problemas de drenagem, dentre outros. No entanto, os benefícios da harmonia entre ambiente construído e ambiente natural nem sempre são desfrutados do modo mais eficiente, fato influenciado por deficiências legislativas e/ou falta de políticas de incentivos para o planejamento e implantação da arborização. A cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), apesar de sua íntima relação com elementos naturais, como o Rio Paraíba do Sul, possui deficiências em quantidade e diversidade de espécies arbóreas em meio urbano e a falta de estudos sobre o tema e suas particularidades locais se mostram um dos obstáculos de planejamento. Este artigo objetiva analisar a efetividade do planejamento da arborização na cidade estudada e estabelecer seus gargalos e eficiências jurídicas. A metodologia utilizada para alcançá-lo consiste em: breve levantamento de suas condições atual e histórica através de imagens; detecção das esferas de competência no planejamento, implantação e manejo do sistema arbóreo; e revisão das bases legais e seu cumprimento.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento urbano; arborização urbana; legislação; paisagem urbana.

1 INTRODUÇÃO

A arborização e demais vegetações são essenciais para a saúde e o bem-estar na área urbana. Além das tradicionais questões ambientais que buscam regular uma harmonia entre ambiente natural e ambiente construído, as coberturas vegetais dentro da cidade necessitam de estudo aprofundado, pois são determinantes em questões de conforto ambiental, qualidade do ar, custos energéticos, acústica, microclima, acessibilidade, além da promoção e atração de biodiversidade de flora e de fauna (MASCARÓ, 2005).

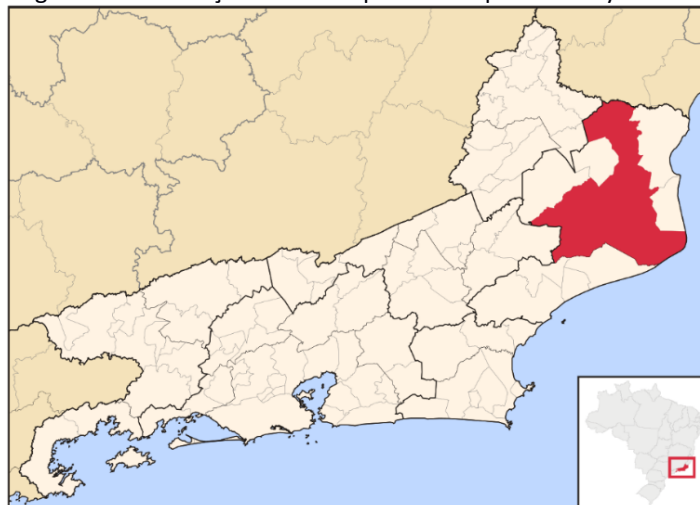
A arborização urbana não deve ser mero artifício de embelezamento urbano, sua implantação requer uma cuidadosa seleção de espécies que, mesmo sendo preferencialmente nativas, devem coexistir de modo saudável com as já implantadas, mesmo que estas sejam de espécies exóticas (ALVES; FORMIGA; TRALDI, 2018; OLDFIELD *et al.*, 2013).

Quando se trata do planejamento estrutural das cidades, há lacunas no que se refere à arborização e presença vegetal, sendo assim, o sistema arbóreo não é considerado um elemento estruturador para as mesmas, apesar de sua comprovada eficiência na solução de relevantes problemas urbanos, como as altas temperaturas, a poluição do ar, a deficiência de drenagem, dentre outros (ROSSETI; PELLEGRINO; TAVARES, 2010).

Este é o caso do município de Campos dos Goytacazes, a ser estudado. Localizado no norte do estado do Rio de Janeiro (Figura 1), possui população de 463.731 habitantes (IBGE, 2010) e área de

4.032,435 km², sendo a maior extensão territorial do estado (IBGE, 2017).

Figura 1 – Localização do município de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Abreu, 2006.

A estrutura física municipal de Campos dos Goytacazes é intimamente ligada ao ambiente natural, com seu distrito sede desenvolvido às margens do Paraíba do Sul, um rio de grande porte. Além disso, a região possui um grande sistema lagunar como recurso hídrico. Dezenas de suas lagoas limitaram a expansão urbana da cidade até certo ponto e, em intervenções urbanas sanitárias, foram drenadas. Ainda assim, poucas delas permanecem presentes na mancha urbana de Campos dos Goytacazes, em sua porção a norte do Rio Paraíba do Sul (Figura 2).

Figura 2 – Imagem de satélite de Campos dos Goytacazes, o Rio Paraíba e lagoas urbanas.



Fonte: Google Earth, 2019.

A cidade possui uma proximidade histórica com o Rio Paraíba do Sul, a partir do qual se originou sua centralidade. O rio foi utilizado como principal via de transporte e cenário de eventos culturais ao longo da história da cidade (IBGE, 2019). Ao longo do tempo, porém, tais conexões foram se perdendo e, junto à expansão da cidade, os elementos naturais foram sendo degradados e até mesmo suprimidos, com a remoção de sua mata ciliar e a vegetação nativa da região (Figura 3).

Figura 3 – Trecho do Rio Paraíba do Sul no centro da cidade de Campos dos Goytacazes.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

O clima no município tem classificação climática de Köppen-Geiger definida em Aw – Clima Tropical com estação seca de inverno –, com média de temperatura de 26,3 °C e pluviosidade média anual de 1073 mm (CLIMATE-DATA, 2019). Portanto, o clima da cidade é considerado quente e chuvoso no verão e seco no inverno, o que gera a demanda de vegetação para auxílio de sua regulação térmica. Tais características geográficas são grande influência nos recorrentes problemas de inundação em períodos chuvosos (Figuras 4, 5 e 6).

Figura 4: As grandes inundações em Campos dos Goytacazes no início do séc. XX.



Fonte: Campos dos Goytacazes em fotos, 2010.

Figura 5: Enchente do Rio Paraíba do Sul de 1943.



Fonte: Campos dos Goytacazes em fotos, 2010.

Figura 6: Enchente na Av. XV de Novembro em 2007.



Fonte: ESQUEFF, 2007.

O Censo 2010 ainda considera que 81,8% dos domicílios urbanos em Campos dos Goytacazes estão situados em vias públicas arborizadas. Tal porcentagem pode não representar, porém, a presença de um sistema de arborização eficiente, uma vez que considera arborizada qualquer calçada/passeio/canteiro em que exista pelo menos uma árvore (IBGE, 2010). Esse dado pode estar desconhecido com o Índice de Arborização – quantidade de árvores em relação à população –, de maior relevância na avaliação do bem-estar ambiental.

A observação das características ambientais e geográficas do município e dos clássicos problemas



urbanos provindos do adensamento não planejado da cidade traz questões a serem discutidas neste artigo, com foco no sistema arbóreo da cidade e na legislação que o permeia.

Para tanto, este artigo objetiva analisar a efetividade do planejamento da arborização e estabelecer seus gargalos e eficiências jurídicas no município de Campos dos Goytacazes – RJ. Pretende-se também detectar as entidades competentes pelo planejamento, implantação e manejo da arborização local; analisar as bases legais e seu cumprimento; avaliar a conexão entre governo, comunidade acadêmica e população; e fomentar discussões sobre o planejamento da arborização.

O método utilizado para tal fim foi a revisão das leis que abordam o tema, sejam leis ambientais ou urbanas, iniciando-se pela esfera federal, seguindo para a estadual – focando no estado do Rio de Janeiro – e, por fim, a municipal – tendo como recorte o município de Campos dos Goytacazes. A partir de então, foi avaliada a eficiência na abordagem da legislação regente quanto ao incentivo e regulamentação da arborização urbana. Em conclusão, este artigo aponta eficiências e deficiências jurídicas que norteiam o planejamento da paisagem urbana, com foco na arborização, e busca gerar discussões quanto ao seu futuro.

2 BREVE PANORAMA DA ARBORIZAÇÃO NA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Este panorama busca um entendimento, mesmo que breve, da evolução do sistema arbóreo no ambiente urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, e assim, responder à questão proposta, uma vez que não há registro de um diagnóstico detalhado sobre o tema. O método utilizado para tanto foi uma avaliação histórica, através de imagens comparativas que demonstram as mudanças na paisagem na região central no decorrer do tempo.

Ao longo dos anos, o território da cidade de Campos dos Goytacazes foi perdendo sua cobertura nativa para dar espaço à construção da cidade. A faixa de mata ciliar ao longo do Rio Paraíba do Sul foi amplamente suprimida, primeiro em seu lado sul, onde se originou o centro da cidade, depois em seu lado norte, onde ainda se percebe vestígios de vegetação mantida (Figura 3).

A cultura da cana-de-açúcar, principal atividade econômica local no século XIX, ocupou grande parte da área para onde se desenvolveu a cidade mais recentemente, portanto, dificilmente se percebe alguma vegetação nativa. Assim, quase que toda a vegetação desenvolvida ao redor da cidade em seu crescimento subsequente foi implantada (PEDLOWSKI *et al.*, 2002).

É possível perceber certa preocupação com a existência de arborização na região central em seus primeiros anos. A Av. XV de Novembro foi arborizada, em 1857, com 50 mudas de Nogueira da Índia (Figura 7) (IBGE, 2019). Atualmente, no entanto, a arborização existente é composta por palmeiras, no canteiro central, e outras poucas espécies no passeio que faceia o rio (Figura 8).

Figura 7: Obelisco e arborização da Av. XV de Novembro.



Fonte: Folha 1, 2019.

Figura 8: Vista da Av. XV de Novembro, atualmente.



Fonte: Google Street View, 2019.

A Praça São Salvador, a mais antiga da cidade, também sofreu inúmeras intervenções que levaram à supressão de sua vegetação ao longo do tempo. A última reforma, em 2011, modificou todos os seus materiais, além de remover toda a vegetação anterior, com presença de canteiros e árvores de médio porte (Figura 9), com copas que minimizavam o efeito da temperatura e geravam sombreamento, substituindo-as por palmeiras imperiais alinhadas (Figura 10), que apesar de realçar a perspectiva não contribuem para a ambiência (MASCARÓ, 2005).

Figura 9: Praça São Salvador antes da reforma iniciada em 2004.



Fonte: Pimentel, 2015.

Figura 10: Praça São Salvador após a reforma concluída em 2005.



Fonte: Superintendência de Comunicação, 2015.

A Av. José Alves de Azevedo, popularmente conhecida como “Beira Valão”, que margeia o Canal Campos-Macaé, é outra importante via central na cidade que sofreu uma série de intervenções ao longo dos anos (Figura 11; Figura 12). A última delas, iniciada em 2010 (Figura 13) e finalizada em 2011 (Figura 14), no entanto, não contou com adição de vegetação arbórea, mas percebe-se alguma supressão.



Figura 11: Canal Campos-Macaé antes das reformas.



Fonte: Campos dos Goytacazes em fotos, 2011.

Figura 12: Canal Campos-Macaé, após as primeiras reformas.



Fonte: Instituto Historiar, 2009.

Figura 13: Canal Campos-Macaé, na região central, durante sua última reforma em 2010.



Fonte: Pimentel, 2010.

Figura 14: Canal Campos-Macaé, na região central, após sua última reforma em 2011.



Fonte: Braz, 2014.

Apesar dessas substanciais mudanças ao longo dos anos, estudos desenvolvidos sobre a arborização na cidade de Campos dos Goytacazes por Pedlowski *et al.* (2002) demonstram que a idade das vizinhanças não interfere na quantidade e diversidade de sua arborização. No entanto, comprovam a influência da renda dos moradores neste aspecto, assumindo-se que a qualidade paisagística promovida pela vegetação influencia no valor da terra da cidade.

Quanto às competências relativas ao planejamento, implantação e manejo, atualmente, o *website* da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes disponibiliza meios de contato para a população em sua seção sobre arborização. A página fornece breves instruções sobre como requerer vistoria, poda, remoção e plantio de árvores em local público. No entanto, os critérios de remoção adotados pelo órgão não são claros.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Ambiental (SMDA) promove o programa “Adote uma Árvore”, desde 2017, que incentiva a adoção da vegetação plantada, onde o requerente se responsabiliza pela manutenção e cuidados com a muda até que seja uma planta adulta, demonstrando alguma iniciativa de conexão com a população. As mudas são produzidas pelo Centro de Educação Ambiental do município. No entanto, em contato telefônico com a SMDA, a informação é a de que não há disponibilidade de acesso a uma lista de espécies possíveis de plantio, por exemplo, ou um plano público contínuo de implantação de arborização.

Em maio de 2018, a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Inovação da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, através do Programa Municipal de Bolsas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica e de Extensão, também chamado de Programa “Viva a Ciência”, lançou o edital para o “Processo de Seleção de Projetos de Pesquisa e de Extensão e Seleção de Estudantes Bolsistas de Iniciação Científica, de Iniciação Tecnológica e de Extensão”, contemplando, dentro de suas temáticas para pesquisa a “Elaboração de diagnóstico de arborização urbana, visando à elaboração do Plano Diretor de Arborização Urbana, englobando Áreas Verdes e Parques Urbanos”, tendo como órgão responsável a SMDA. Dos projetos selecionados o que mais se aproxima da temática é o que tem como título “O uso de espécies de restinga nos espaços públicos do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes como fator de mitigação de calor”, a ser desenvolvido pelos Institutos



Superiores de Ensino do CENSA (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018).

Um novo edital do Programa “Viva a Ciência”, publicado pela prefeitura em 2019, teve resultado homologado no mês de abril e o Projeto de título “Inventário da Arborização nas Praças de Campos dos Goytacazes”, a ser desenvolvido pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) foi contemplado com o incentivo do governo.

Tais incentivos figuram o início de um relevante investimento na conexão entre governo e comunidade acadêmica na produção de dados sobre a cidade para que um planejamento eficiente seja implantado.

3 A ARBORIZAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: ASPECTOS LEGAIS

O Plano Diretor de Arborização Urbana, o Manual de Arborização Urbana e o Código de Arborização Urbana são instrumentos legais mais específicos que o município pode lançar mão quando se trata do tema e são essenciais para o planejamento, a implantação e a manutenção eficientes do sistema arbóreo em um ambiente urbano. Todos têm sua execução de competência municipal e são eletivos para o conjunto de leis que norteia o planejamento. No entanto, no município de Campos dos Goytacazes, nenhum deles existe.

O Plano Diretor de Arborização Urbana é responsável por estabelecer um diagnóstico da atual situação da vegetação em um município, determinando suas potencialidades e deficiências, e direcionando ações para cada especificidade (RIO DE JANEIRO, 2016). Cidades como Porto Alegre (RS), Erechim (RS), Rio de Janeiro (RJ), Manaus (AM), Salvador (BA) e Goiânia (GO) o possuem.

O Manual de Arborização Urbana é o instrumento mais técnico de implantação de um plano. Ele define espécies, distâncias, canteiros, tamanhos, quantidades e todas as especificações técnicas que são previamente estudadas para que a melhor opção para cada situação seja implantada (RECIFE, 2013). São encontrados em cidades como Maringá (PR), Porto Alegre (RS), Erechim (RS), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE) e São Paulo (SP).

O Código Municipal de Arborização Urbana funciona como fundamentação legal para a implantação de um Plano Diretor de Arborização Urbana. Ele normatiza manejo das árvores implantadas e suplementa legislações federal e estadual ao encontro do interesse local (PASSO FUNDO, 2000). Cidades como Passo Fundo (RS), Paranavaí (PR) e Pato de Minas (MG) o possuem.

No Brasil algumas cidades se tornaram exemplos quando se trata de arborização, e seus benefícios para o bem-estar social e ambiental são amplamente reconhecidos pelos seus cidadãos.

Na cidade do Rio de Janeiro, o projeto “O Rio Planta, eu Cuido”, buscou integrar a população local nos cuidados com a arborização implantada. A parceria da Fundação Parques e Jardins, com as associações de moradores de alguns bairros, determinou o apadrinhamento de cada árvore plantada por pelo menos duas pessoas, que teriam a função de acompanhar o crescimento das mudas, cuidar e relatar qualquer cuidado que a planta pudesse requerer (CONDOMINIOS VERDES, 2017).

A base legal é essencial na garantia do planejamento, a implantação e o manejo adequado da arborização nas cidades. Conhecê-la é indispensável para que o cidadão possa reivindicar seu cumprimento de modo eficiente e, até mesmo, questionar suas determinações. Portanto, este capítulo tratará, de modo mais aprofundado, a análise das bases legais e seu cumprimento.



3.1 Legislação Federal

As leis federais têm função de estabelecer diretrizes, muitas vezes de modo mais amplo e abrangente, para que os estados e municípios sejam mais específicos em suas legislações locais de acordo com suas particularidades. Estas estão no topo da hierarquia legislativa, portanto, as subsequentes devem estabelecer normas sempre mais específicas ou restritivas.

Assim determina a Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 30 decreta as competências do poder municipal quando se trata de legislar suplementarmente as leis federais e estaduais, de acordo com os interesses locais. A partir desta premissa, o Artigo 182 designa ao poder público municipal a execução de políticas de desenvolvimento e expansão urbana. Seu Parágrafo 1º determina a elaboração do Plano Diretor, para municípios com mais de vinte mil habitantes.

Em se tratando de meio ambiente, seu Artigo 225 tem o objetivo de assegurar o equilíbrio entre ambiente natural e população, garantindo, assim, qualidade de vida a partir do uso do espaço de modo sustentável. Suas diretrizes, no entanto, são genéricas quando se refere às ações que devem ser efetivamente tomadas para que se tenha a garantia de um convívio sustentável entre o meio natural e a população.

Em seguimento, o Estatuto da Cidade, instaurado pela Lei nº 10.257 de 2001, vem regulamentar os Artigos constitucionais 182 e 183, e estabelece o planejamento sustentável das cidades, para que elas se desenvolvam, populacional e economicamente, sem prejuízos ao meio ambiente (Art. 2º, Inc. IV), similarmente à Constituição. Determina também a preservação, proteção e recuperação dos mais diversos patrimônios naturais e construídos (Inc. XII).

Além destes, o atual Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651 de 2012) conceitua área verde urbana como:

[...] espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais. (Art.3º, Inc. XX)

É imposta, em seu Artigo 25, a competência do poder municipal no estabelecimento de áreas verdes urbanas através da aquisição de remanescentes florestais (Inc. I), a transformação de áreas verdes de interesse em Reservas Legais (Inc. II), a exigência de implantação de áreas verdes em loteamentos, empreendimentos comerciais e implantação de infraestruturas (Inc. III), além da aplicação de recursos de compensação ambiental em áreas verdes (Inc. IV), assegurando recursos financeiros para o investimento nesse campo.

Quanto às sanções a serem aplicadas aos que lesem o meio ambiente, o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, prevê multas aos que explorem árvores ou florestas permanentemente preservadas, seja em área pública ou privada, sem permissão da autoridade competente (Art. 43 e Art. 51). O decreto ainda determina competência dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) na conversão das multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente, a partir da apuração da infração (Art. 139).

Além deste, a Lei nº 9.605/1998 de Crimes Ambientais, prevê pena de multa ou detenção de três meses a um ano aos que danifiquem ou lesem de algum modo plantas de ornamentação em logradouros públicos ou em propriedade privada alheia (Art. 49).



Especificamente sobre o tema aqui abordado, a arborização urbana, são existentes duas leis federais. A primeira é a Lei nº 7.563 de 1986, que institui o PRÓ-FRUTI – Programa Nacional de Arborização Urbana com Árvores Frutíferas –, de caráter permanente, e prevê colaboração entre população, entidades privadas e poder público no seu desenvolvimento (Art. 1). O objetivo do programa é promover o plantio de espécies frutíferas que sirvam de alimento à população, além de exercer suas demais funções ambientais (Art. 2). Há o incentivo de participação da população, que deve escolher dentre as opções de espécies disponíveis para o plantio, cuidar, colher e distribuir os frutos de modo autônomo ou através de associações sociais locais (Art. 4 e Art. 6); e das escolas, que devem realizar atividades orientativas com seus alunos e até de produção de mudas (Art. 5). Esta lei ainda prevê sanções aos que, de algum modo, lesem a vegetação implantada de acordo com a Lei nº 4.771 de 1965, revogada pelo atual Código Florestal de 2012, o que significa que sua eficácia pode já se encontrar comprometida por falta de atualização.

Mais atualmente, a Lei nº 13.731 de 2018 tem foco na fonte de financiamento para a arborização urbana e recuperação de áreas degradadas, determinando que os recursos provindos da aplicação de multas aos que praticaram atividades lesivas ao meio ambiente e das taxas relativas a autorização de corte e poda arbórea devem servir a esse fim (Art. 1). Ainda assim, o Artigo 2 determina que estes recursos se limitam a um décimo de todo valor das multas arrecadadas pelos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, e devem ser aplicados no município fonte (§1).

Percebe-se, portanto, que há poucas leis federais específicas sobre a arborização no meio urbano. A maior parte aborda, de modo amplo, questões ambientais em geral e delimitam competências aos poderes públicos subsequentes, o estadual e o municipal. Há incentivo à implantação, preservação e fiscalização das áreas verdes no país, ao planejamento utilizando espécies nativas e frutíferas, além de previsão de sanções aos que gerem prejuízos ao meio ambiente.

3.2 Legislação Estadual

A Constituição Estadual do Rio de Janeiro (2012) trata da questão do meio ambiente em seu Capítulo VIII do Título VII – da ordem Econômica Financeira e do Meio Ambiente. Esta busca diretrizes que assegurem o direito popular à qualidade de vida, por meio de um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, determinando que o dever de o proteger e de recuperá-lo de modo sustentável é de todos, mas especialmente do poder público (Art. 261).

Assim, seu primeiro parágrafo tem função de direcionar a efetivação deste direito, de modo amplo, determinando que se deve zelar, proteger, preservar, fiscalizar e restaurar todo tipo de patrimônio ambiental, dos recursos naturais, passando pela fauna, até o arquitetônico. Ainda, busca efetivar o direito à informação ao sentenciar que a população deve ser sistematicamente informada das causas e efeitos da degradação ambiental local, inclusive à sua saúde (Inc. XIII; Inc. XIV), além de sua conscientização e educação em questões de proteção ambiental (Inc. XX).

Há também previsão de medidas punitivas aos responsáveis por poluição ou degradação do meio ambiente (Inc. XV) e da integração das universidades, centros de pesquisa, associações civis e organizações sindicais no aprimoramento de tecnologias antipoluição (Inc. XVI). No § 3º do Artigo 263, percebem-se as primeiras previsões de programas e projetos de desenvolvimento urbano integrados a soluções de problemas ambientais locais (Inc. V), além de programas de recuperação de áreas degradadas, reflorestamento e produção de mudas (Inc. X). Essas são as primeiras abordagens legais do estado que estão intimamente ligadas ao urbano e ao ambiental, podendo gerar aplicações na arborização das cidades.

Existe, em adição, a determinação das nascentes e faixas marginais de rios e lagos como áreas de



preservação permanente (Art. 268, Inc. III), e a indicação do Rio Paraíba do Sul como área de relevante interesse ecológico, com utilização prevista de autorização por órgãos competentes (Art. 269, Inc. III). Como este possui uma relação íntima com a cidade de Campos dos Goytacazes e sua centralidade, estas determinações ambientais podem se tornar fonte legal de incentivo à arborização urbana no local, já que nesse caso, ela coincide com a prevista área de preservação permanente.

Mais adiante, o estado do Rio de Janeiro estabeleceu, com a Lei nº 6.783 de 22 de maio 2014, parâmetros para a arborização em suas cidades, determinando no Artigo 3 que as espécies a serem escolhidas devem ser nativas da flora fluminense (Inc. III), incentivando, assim, a sua preservação e expansão. A lei ainda estimula a difusão do conhecimento sobre as plantas nativas do estado através de programas de educação ambiental (Inc. I), do ensino e pesquisa acadêmicos voltados para a formação de especialistas na biodiversidade local (Inc. II), além da construção de hortos florestais com especialidade em produção de mudas e sementes nativas (Inc. IV).

Como incentivo mais prático ao plantio de árvores, o estado do Rio instaurou a Lei nº 2.942, de 08 de maio de 1998, que determina a participação de estudantes da 2ª e 4ª séries de escolas públicas estaduais nessa atividade. A Secretaria de Estado de Educação se responsabiliza no envio de assistência para a delimitação das áreas de implantação de vegetação às prefeituras municipais (Art. 3) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente pelo fornecimento das sementes, que deverão ser de plantas nativas brasileiras ou comuns no município de destino, e equipamentos necessários para a execução da atividade (Art. 4). A iniciativa não aborda especificamente a arborização urbana, mas a princípio, prevê a criação de bosques.

Ainda no contexto estadual, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) possui a função de lidar com vegetação em casos emergenciais, que gere risco a integridade da população ou de bens e que requeira intervenção imediata. Para nortear suas ações, existe o Procedimento Operacional Padrão nº 9, que instrui a avaliação da real emergência da situação ou necessidade de auxílio de profissional especializado, nesse caso o Engenheiro Agrônomo.

3.3 Legislação Municipal

Como mencionado, a legislação municipal inicia-se pelo seu Plano Diretor, que tem sua elaboração prevista pela Constituição Federal (Art. 182, §1). No caso de Campos dos Goytacazes o mais atual Plano Diretor municipal foi instituído pela Lei nº 7.972, em 31 de março de 2008. Esse plano prevê a criação, proteção e recuperação de áreas verdes no município logo em sua Seção II e Artigo 55, sendo mais explícito em seu inciso III – “A promoção da arborização urbana”, quanto ao tema aqui tratado. Apesar da breve menção, inicia-se assim uma previsão de que o tema da arborização deve ser abordado de modo ainda mais aprofundado quando o plano prevê especificamente a elaboração de um Plano Diretor de Arborização e de Áreas Verdes Urbanas (Art. 56, inciso VIII).

A Seção III tem como fim a determinação de diretrizes para qualificação dos espaços e serviços na cidade. O Art. 91 estabelece, como uma das estratégias, afim de favorecer o conforto ambiental urbano, a ampliação das áreas arborizadas (Inc. III), enquanto o Art. 92 é mais específico ao estipular a elaboração e implementação de um programa de arborização pública, que implicará a adequação das normas de uso e parcelamento do solo aos seus critérios técnicos de implementação (Inc. VI).

O Plano Diretor é eficiente ao prever manutenção, conservação, promoção, recuperação e planejamento da cobertura vegetal no município. Por outro lado, o que aparenta deficiência é a definição mais enfática e específica de como e quando serão elaborados os projetos para que as



diretrizes se tornem efetivas e deixem de se manter no plano do discurso.

Nesse ponto, a realização do Plano Diretor de Arborização e de Áreas Verdes Urbanas e um sucessivo Manual de Arborização, aliado a políticas públicas de inclusão popular nos cuidados com a vegetação da cidade, poderiam tornar, na prática, o ambiente urbano mais harmônico, agradável e saudável.

Durante o ano de 2019, foram realizadas discussões acerca das necessidades de revisão do Plano Diretor Municipal, onde as Audiências Públicas com datas e tópicos já estabelecidos deveriam assegurar o caráter participativo da população com o planejamento local (CIDAC, 2019). Também houve a possibilidade de participação por meio do portal *online* da prefeitura, onde há uma área específica para a contribuição popular.

No entanto, dentre os tópicos com abordagem prevista no cronograma de audiências públicas, os temas da arborização urbana e a elaboração do Plano Diretor de Arborização e de Áreas Verdes Urbanas não foram especificamente contemplados.

O Código de Posturas da Cidade de Campos, consolidado pela Lei Ordinária n° 8.061 de 10 de dezembro de 2008, proíbe a poda, corte, derrubada ou sacrifício de árvore ou arbusto público sem autorização do poder municipal (Art. 119; Art. 146).

Em adição, há instrumentos como a Lei n° 7.967 de 04 de dezembro de 2007, que instaura a obrigatoriedade do plantio de árvores em certos casos. Obriga que qualquer novo prédio a ser construído no município plante árvores em seu passeio (Art. 1). Determina o plantio de uma árvore no local destinado ao passeio, em novos loteamentos, antes de sua comercialização (Art. 2). O texto é breve e sucinto, e não determina espécie, porte ou quantidade, nem direciona um órgão local para tais instruções, sendo assim passível de interpretações pelos executores.

4 CONCLUSÃO

A partir das análises propostas das questões relevantes ao tema da arborização urbana na cidade de Campos dos Goytacazes, foram possíveis as seguintes deduções:

Assim como a implantação de arborização urbana adequadamente planejada pode ser muito eficiente na regulação de problemas ambientais do meio urbano, uma implantação não planejada, ou mal planejada, pode causar diversos outros problemas à cidade. Calçadas quebradas por raízes que dificultam a mobilidade, folhas que bloqueiam bueiros e que provocam inundações, copas que dificultam a iluminação e danificam a fiação são alguns reverses vivenciados pelos campistas.

As inundações frequentes que a cidade sofre em períodos chuvosos poderiam ser amenizadas pela implantação de arborização planejada. Espécies nativas como o Oiti, a Mangueira, a Sibipiruna e a Monguba já comprovaram sua eficiência como amortizadoras das águas das chuvas (ALVES *et al.*, 2013). Algumas delas foram sugeridas durante a consulta telefônica ao SMDA.

O SMDA se apresenta como entidade responsável pela implantação e manejo da arborização na cidade. No entanto, seu planejamento, se existente, não se mostra transparente para a população.

Em análise à legislação que concerne à arborização, vegetação e áreas verdes, em escala federal, estadual e municipal, estas se mostram eficientes em direcionar para sua promoção, manejo e preservação. Tais diretrizes, porém, se revelam amplas, com poucas instruções de planejamento, regulamentação ou técnicas específicas que auxiliem sua implantação.

O texto da legislação federal é orientativo, no entanto, os textos das leis estaduais e municipais, que deveriam ser mais específicos e normativos quanto aos assuntos locais, tendem a repeti-lo, em



muitos casos, por falta de informações, estudos e levantamentos mais aprofundados sobre suas questões.

O Plano Diretor de Arborização, o Manual de Arborização e o Código de Arborização são instrumentos já implantados em diversos municípios do país que, os possuindo, comprovam sua necessidade e benefícios. No entanto, apesar da previsão de elaboração do Plano Diretor de Arborização e de Áreas Verdes Urbanas em seu Plano Diretor instaurado no ano de 2008, até o presente momento não houve movimentação efetiva quanto a sua execução para o município analisado.

Nota-se a necessidade de mais pesquisas nesse âmbito na cidade de Campos dos Goytacazes. Nesse aspecto as universidades locais são potencialmente capazes de auxiliar, com bases científicas no estudo de espécies arbóreas e sua eficiência na regulação ambiental urbana para que haja elaboração técnica do planejamento necessário na cidade. Há iniciativas, ainda que contidas, do poder municipal em inseri-la neste contexto. Tal integração entre o governo e a comunidade acadêmica local pode gerar imensuráveis benefícios ao desenvolvimento municipal.

As atuais movimentações para discussão da revisão do Plano Diretor Municipal têm contado com diversas audiências públicas que buscam incluir de forma participativa a população nas decisões para o futuro. Porém, dentre as pautas estipuladas para discussão, publicadas em Diário Oficial, não há menção ao tópico da arborização urbana, o que demonstra que o assunto continua não sendo tratado como relevante.

Em resposta ao objetivo desta análise conclui-se que:

- Das relevâncias: a partir da breve análise da situação local no município analisado, é possível perceber a supressão de cobertura arbórea no meio urbano ao longo dos anos. No entanto, suas características físicas e geográficas demonstram sua necessidade para manutenção de um ambiente saudável para seus moradores, portanto, seu planejamento adequado é de extrema relevância.
- Dos gargalos: a legislação se mostra deficiente no aprofundamento das questões locais, se limitando a diretrizes globais. A falta de estudos no tema se mostra uma importante barreira para o planejamento eficiente, e neste caso, o também defasado diálogo entre poder público, comunidade acadêmica e população se mostram um importante gargalo para a determinação de iniciativas legais pertinentes. Por fim, apesar das atuais discussões sobre a revisão do Plano Diretor Municipal e seus desdobramentos não há previsão de abordagem da questão da arborização, demonstrando que o tema não é tratado como prioridade.
- Das eficiências: os artifícios jurídicos se mostram presentes em determinar diretrizes e prever uma sequência lógica no planejamento, como na previsão do Plano Diretor de Arborização e Áreas Verdes. É presente um órgão local com responsabilidade específica na questão do meio ambiente, o SMDA, e um setor específico para tratar da arborização, tornando mais clara a associação de competências dentro do poder público.

Portanto, no município de Campos dos Goytacazes, o planejamento específico, que norteia tecnicamente como tais diretrizes já previstas em lei serão alcançadas, ainda se mostra defasado, apesar dos benefícios de um sistema arbóreo bem implantado para a vida humana saudável nas cidades já terem sido extensamente comprovados.

Apesar disso, é possível perceber potencialidades a serem levadas em conta, como: os estudos globais já existentes que demonstram a eficiência do uso da arborização na resolução ou amenização de problemas urbanos recorrentes; o atual ambiente de deliberação acerca do Plano



Diretor Municipal; a presença de uma grande rede de universidades locais; e o iminente engajamento de incentivos do poder público em pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU R. L. **Localização de Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro**. In: Wikipedia, 2006. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes. Acesso em: 11 ma. 2019.

ALVES, P. L.; FORMIGA K. T. M.; TRALDI M. A. B. **Rainfall interception capacity of tree species used in urban afforestation**. Urban Ecosystems, v. 21, p. 697–706, 2018.

BLOG DO ROBERTO MORAES. **Álbum da enchente com 208 fotos**. 2007. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2007/01/lbum-da-enchente-com-208-fotos.html>. Acesso em: 11 ma. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p

BRASIL. [Estatuto da Cidade (2008)]. **Estatuto da Cidade**. 3a ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Código Florestal. Dispões sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. Brasília: Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2008.

BRAZ R. 2014. **Bêbado cai dentro do canal Campos-Macaé**. In: Blog Pense Diferente. Disponível em: <http://ralphbraz.blogspot.com/2014/12/>. Acesso em: 11 ma. 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). [Plano Diretor Municipal (2008)]. **Lei nº 7.972 de 31 de março de 2008**. Institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Lei Ordinária nº 8.061 de 10 de dezembro de 2008**. Consolida o Código de Posturas da Cidade de Campos dos Goytacazes. Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes: 10 dez. 2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Lei 7.967 de 04 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do plantio de árvores nos termos que especifica. Diário Oficial Municipal: 04 dez. 2007.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Arborização**. Site da prefeitura de Campos. Disponível em: <http://www.meioambiente.campos.rj.gov.br/setores/arborizacao>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Processo de seleção de projetos de pesquisa e de extensão e seleção de estudantes bolsistas de iniciação científica, de iniciação tecnológica e de extensão**. 2018. Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/divulga-tec-inova.php>. Acesso em: 21 mar. 2019.

CAMPOS DOS GOYTACAZES EM FOTOS. **As enchentes**: Campos dos Goytacazes (RJ). 2010. Disponível em: <http://camposfotos.blogspot.com/2010/12/as-enchentes-campos-dos-goytacazes-rj.html>. Acesso em: 11 ma. 2019.



CAMPOS DOS GOYTACAZES EM FOTOS. **Canal Campos - Macaé. 2011.** Disponível em: <http://camposfotos.blogspot.com/2011/01/>. Acesso em: 11 ma. 2019.

CIDAC. **Revisão do Plano Diretor Participativo e Elaboração do Plano de Mobilidade Sustentável (2019).** Disponível em: <https://cidac.campos.rj.gov.br/servicos/inscricoes/revisao-do-plano-diretor-participativo-e-elaboracao-do-plano-de-mobilidade-sustentavel/> Acesso em: 12 mar. 2019.

CLIMATE-DATA. **Clima Campos dos Goytacazes.** Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-de-janeiro/campos-dos-goytacazes-4053/#climate-graph>. Acesso em: 14 mar. 2019.

CONDOMÍNIOS VERDES. **Projeto de arborização transforma bairros do RJ.** Rio de Janeiro: website Condomínios Verdes, 2017. Disponível em: <http://www.condominiosverdes.com.br/projeto-de-arborizacao-transforma-bairros-rj/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

IBGE. **Panorama do município de Campos dos Goytacazes.** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IBGE. **Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios (2010).** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/96/cd_2010_entorno_domicilios.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.

INSTITUTO HISTORIAR. **Canal Campos-Macaé.** 2009. Disponível em: <http://institutohistoriar.blogspot.com/2009/06/canal-macaé-campos-em-1844-foi.html>. Acesso em: 11 ma. 2019.

FOLHA 1. **Relembrando os bondes de Campos dos Goytacazes.** Beth Landim, Campos dos Goytacazes, 2013. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2013/12/blogs/bethlandim/851080-relembrando-os-bondes-de-campos-dos-goytacazes.html. Acesso em: 11 ma. 2019.

MASCARÓ, J.; MASCARÓ, L. **Vegetação Urbana.** 2 ed. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2005.

OLDFIELD, E. E.; WARREN, R. J.; FELSON, A. J.; BRADFORD, M. A. **Challenges and future directions in urban afforestation.** Journal of Applied Ecology, v. 50, p. 1169–1177, 2013.

PASSO FUNDO (RS). **Lei complementar nº 86 de 28 de junho de 2000.** Institui o código municipal de arborização urbana. Passo Fundo: Centro Administrativo Municipal, 2000.

PEDLOWSKI, M. A.; SILVA, V. A. C.; ADELL, J. J. C.; HEYNEN, N. C. **Urban forest and environmental inequality in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brazil.** Urban Ecosystems, v. 6, p. 9–20, 2002.

PIMENTEL J. **Canal Campos-Macaé.** 2010. In: <http://camposfotos.blogspot.com/2011/01/>. 2011. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Campos_dos_Goytacazes. Acesso em: 11 ma. 2019.

PIMENTEL P. C. **O centro histórico de Campos dos Goytacazes/RJ: a revitalização, o comércio local e a nova funcionalidade do lugar.** Intratextos, Rio de Janeiro -RJ, vol. 7, n. 1, 2015, p. 1-24

RECIFE. [Manual de arborização (2013)]. **Manual de arborização: orientações e procedimentos técnicos básicos para a implantação e manutenção da arborização da cidade do Recife.** Recife: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). [Constituição (2012)]. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria-Geral de Planejamento, jan. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Procedimento Operacional Padrão nº 9.** Secretaria de estado de defesa civil. Corpo de bombeiros militar do estado do Rio de Janeiro.



RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 6783 de 22 de maio de 2014.** Dispõe sobre a pesquisa e a utilização de plantas nativas da flora do estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 2.942, de 08 de maio de 1998.** Autoriza o Poder Executivo a criar programa permanente de plantio de árvores. Rio de Janeiro: Governador do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 42.685/2016. [Plano Diretor de Arborização Urbana (2016)]. **Plano Diretor de Arborização Urbana da cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2016.

ROSSETI, A. I. N.; PELLEGRINO, P. R. M.; TAVARES, A. R. As árvores e suas interfaces no ambiente urbano. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.5, n.1, p.1-24, 2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO. **Ato Público em Defesa dos Direitos Humanos nesta quinta na Praça São Salvador.** In: Prefeitura de Campos, 2015. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=33841. Acesso em: 11 ma. 2019.



O Papel da Praça Veríssimo de Mello na Transformação da Paisagem Urbana da Região Central de Macaé - RJ

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

PEREIRA, Fernanda de Abreu (1); ALIPRANDI, Danielly Cozer (2)

(1) Mestranda em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/PPGAU-IFF, Arquiteta Urbanista, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, abreufernanda93@gmail.com

(2) Docente do Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias/PPGAU-IFF, Doutora em Arquitetura Urbanismo PROARQ/UFRJ, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, danielly.aliprandi@iff.edu.br

RESUMO

O texto do artigo relata as transformações ocorridas na praça Veríssimo de Mello na cidade de Macaé-RJ desde a sua criação até os dias atuais, contemplando sua influência na modificação na paisagem ao longo desses períodos. Foi realizada na pesquisa revisão de literatura sobre paisagem e seus componentes, assim como demais aspectos históricos sobre a praça e a cidade de Macaé. Também foram descritas neste texto algumas das percepções de modificação na paisagem observadas durante a realização de visitas ao local. A praça sofreu alterações recentemente em seus elementos físicos. Através da retirada das grades de cercamento, despertou-se curiosidade em registrar os acontecimentos históricos do local ao longo dos anos, visto que esta última modificação gerou impacto na paisagem. Consequentemente, além da percepção visual do local ser modificada, outros aspectos como acessibilidade e adaptação nos usos foram observados.

PALAVRAS-CHAVE: Macaé; Praça Veríssimo de Melo; Espaços livres públicos.

INTRODUÇÃO

As cidades são constituídas de diferentes elementos que se complementam, formando a riqueza e diversidade do espaço urbano. Entre esses elementos estão as praças, que são importantes espaços de lazer e convivência para a população.

Nesses espaços são desenvolvidas as interações sociais humanas em diversos aspectos, sejam eles de saúde, como caminhadas, prática de esportes em quadras, pista de patinação, academias populares e outros equipamentos esportivos. Podem ser palco para manifestações culturais, como feiras, shows, apresentações e outros eventos. Outras atividades rotineiras podem ser exercidas nas praças, tais como passeio com animais de estimação e a prática de jogos.

Além disso, as praças podem ser palco para atividades de conscientização da população, comumente vistas em períodos de campanha de vacinação, equipamentos móveis para exames, bibliotecas ou até mesmo abrigos temporários em épocas específicas. Outros acontecimentos importantes que são realizados nas praças são os atos de cidadania pela população, exemplificado em manifestações populares. Com isso, a praça pode ser considerada espaço democrático de atuação de diferentes agentes em situações diversas.

Não obstante, é inegável que nas praças são ofertadas oportunidades de interações com diversos equipamentos essenciais para a regulação da vida social. A importância da existência desses espaços se afirma ainda mais com a modificação do estilo de vida nas cidades. Moradias cada vez menores, espaços de interação com a natureza reduzidos, além da escassez de tempo



causada pelas mudanças na dinâmica urbana, como falta de mobilidade urbana, aumentado o tempo de deslocamento entre trabalho e residência, por exemplo. Isto torna o papel da praça ainda mais decisivo (ALEX, 2008).

De acordo com Macedo (2002, p.17): “Praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Desse modo, as praças estão inseridas no contexto de espaços livres públicos, um dos elementos que contempla a composição da paisagem.

Este artigo pretende identificar as transformações ocorridas na praça Veríssimo de Mello, localizada na cidade de Macaé-RJ e sua influência na paisagem urbana do entorno. Com isso, objetivou-se observar os eventos que a fizeram ter a configuração atual, motivada pela recente modificação na paisagem resultante da retirada das grades que a cercavam. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental, em consulta aos catálogos do Museu Solar dos Mellos, a fim de identificar os processos históricos que acompanham as transformações da praça em questão; revisão bibliográfica sobre temas relacionados a paisagem e seus espaços livres. Além disso, foram realizadas visitas ao local de estudo para observação e registro das transformações mais recentes, área de relevância histórica da cidade de Macaé, originada desde a sua fundação.

ESPAÇOS LIVRES E PAISAGEM

Os espaços livres são locais que não possuem limites físicos construídos, tais como paredes e tetos. De acordo com Magnoli (2006, p.144), o espaço livre de edificação é todo aquele que não possui cobertura, compreendendo a área urbana ou não, sendo ela natural, tal como cursos d’água e áreas dotadas de vegetação, ou pavimentada, incluindo os espaços de circulação. Além disso, pode compreender áreas tanto de domínio público quanto privado.

Os espaços livres de edificação estão diretamente relacionados com a qualidade do ambiente urbano. Isso porque são locais que atendem às demandas sociais por ambientes de convívio e lazer, além de ferramentas para o controle de questões sociais e ambientais das cidades brasileiras (MACEDO *et al.*, 2016).

Outro termo importante para a compreensão deste trabalho é o de sistemas de espaços livres. O conceito de sistemas de espaços livres consiste na integração entre os elementos que os compõem, visto que são formados por diversos componentes que funcionam juntos e integrados, por isso são considerados como sistemas. Inclui-se então os espaços livres de circulação, tais como ruas, avenidas, ciclovias, ferrovias e demais elementos que permitam o acesso a outros espaços livres, como os voltados ao lazer e convívio, como praças, parques e espaços livres de caráter ambiental, como os recursos hídricos e remanescentes florestais, por exemplo (MACEDO *et al.*, 2016).

Assim, os espaços livres de uma cidade podem ser constituídos de toda e qualquer área que não seja construída, sejam elas calçadas, canteiros gerados pelo traçado de vias, ruas, ciclovias, parques, praças e praias. A relação entre os espaços livres de uma cidade, sejam eles privados ou públicos, formam um conjunto chamado de sistemas de espaços livres. Estes, por sua vez, aliados aos elementos construídos da cidade formam um sistema mais abrangente que constitui a paisagem.

De acordo com Macedo (2016, p. 21) “A paisagem é constituída pela expressão morfológica da transformação do espaço físico face às mudanças sociais e/ou ambientais em um determinado espaço-tempo”. Isto nos leva a entender que a paisagem é constituída de diversos elementos, entre eles o suporte físico, porém, este não é o único elemento formador da paisagem. Também há



de se considerar as interações entre o indivíduo e o meio, consequências das relações sociais e da cultura. Outro fator importante para esta formação é o tempo, que age sobre os elementos naturais e construídos, e também sobre o modo como o indivíduo se relaciona com a paisagem.

A paisagem, no entanto, sob a ótica de Macedo (2012) não é estática, ela sofre transformações que podem ser causadas por diversos aspectos, entre eles os naturais ou antrópicos que ocorrem num determinado espaço de tempo. Neste estudo, destaca-se principalmente o fator social pois, conforme há alterações na vida em sociedade, aparecem novas demandas que conseqüentemente serão expressas na paisagem. Portanto, a paisagem também é um organismo vivo que se renova e se transforma em adaptação às transformações daqueles que a compõem.

Os espaços livres públicos contidos nas cidades podem se apresentar de diferentes formas, tamanhos e tipologias. Desde o imponente parque que ocupa grandes áreas até a reduzida calçada em frente a uma pequena residência. Eles podem ser planejados ou resultantes da apropriação de espaços subutilizados aliados a necessidade de interação social. Como exemplo de espaços livres públicos planejados é possível citar as praças, parques, orlas de praias e espaços de circulação (ruas, avenidas, calçadas). Os espaços livres públicos resultantes de apropriação, por sua vez, são comumente observados pela utilização de espaços em desuso, tais como terrenos baldios, comumente adaptados para o tradicional campo de futebol ou parque infantil.

Contudo, uma das principais características que definem um espaço como público é o acesso. Considera-se como público aquele no qual a possibilidade de utilização e alcance seja democrática, ou seja, qualquer indivíduo pode se aproximar e usufruir dele. No entanto, além da igualdade de acesso aos espaços públicos, outro fator que contribui para que estes sejam utilizados são as interações. (ALEX, 2008)

Para que a utilização de um espaço ocorra, primeiramente se faz necessário que o ingresso nele seja permitido. Se não há a possibilidade de acessá-lo, não existirá a oportunidade de usufruto e coparticipação da construção coletiva do espaço, o que dificulta que se torne de uso coletivo.

A possibilidade de acesso abrange diferentes vertentes que contribuem para a utilização, ou não, dos espaços públicos. O primeiro aspecto que pode ser citado é o visual, se ele é convidativo e desperta curiosidade de ingressar em determinado local. Quando existem obstáculos à visão do indivíduo são geradas inseguranças acerca do que ocorre atrás daquela barreira, tornando o espaço arriscado, possível alvo de violência, inibindo o convite de acesso. Essas barreiras físicas podem ser apresentadas como grades, vegetação, construções ou até mesmo ausência de iluminação. Além disso, a localização do acesso é fundamental para que o espaço se torne convidativo, considerando também os aspectos de travessia e qualidade no percurso a ser realizado. Pode abranger tanto o aspecto visual, instintivamente procuramos saber por onde entrar e por onde sair; além do físico, acessos escondidos ou que dificultem percursos mais diretos serão conseqüentemente menos utilizados. (ALEX, 2008)

Macedo (2012) também afirma que a questão visual é um fator decisivo para a percepção da paisagem, aliada à vivência pessoal e aos códigos sociais nos quais esteve inserido, podem interferir na percepção de determinado espaço e no modo de vivenciá-lo.

No que se refere ao aspecto físico do acesso, as aberturas e acessibilidade no âmbito de atender às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (permanente ou temporária), por exemplo, podem ser empecilhos ao convite para a utilização do espaço público. Assim, o quesito acessibilidade se torna outro elemento de segregação do espaço público.



Outro fator que colabora para a utilização dos espaços públicos é o acesso ao transporte, se determinado local possui algum impedimento quanto a isto, tal como ausência de ciclovia, calçadas ou transporte público, conseqüentemente o público que pode frequentar este local será segmentado, ainda que na teoria a utilização seja permitida a qualquer indivíduo.

Além disso, fatores de segregação social também podem ser impedimento ao convite de utilização de determinado espaço. A presença de comércio e serviços próximos ou até mesmo dentro dos espaços públicos pode ser um elemento de segregação do público. Isto ocorre, pois, o público que consegue usufruir de determinado produto ou serviço abrange apenas uma parcela da sociedade. Com isso, a diversidade desses elementos também é um fator que contribui para a utilização do espaço público (JACOBS, 2000).

Na praça, o objeto de estudo deste artigo, por exemplo, é possível citar as feiras de rua e ambulantes como elemento de democratização do comércio, que por sua vez, ainda contribuem para a sociedade como espaço de oportunidade de trabalho.

De acordo com Souza (2013), além das perspectivas anteriormente citadas, o significado de paisagem também está intimamente ligado ao fator pessoal. Associando assim a paisagem ao conceito de lugar, conferindo a percepção do ambiente aspectos relacionados ao indivíduo e suas vivências, o que gera a ligação de pertencimento, ligação e significados únicos.

PRAÇA VERÍSSIMO DE MELLO

A área determinada para este estudo está localizada no município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1). A 184km da capital, atualmente a cidade possui o título de Capital Nacional do Petróleo devido ao fato de ser uma das sedes administrativas da Petrobrás e importante pólo no processo de exploração de petróleo do país. Além desse apelido, a cidade também era conhecida por Princesinha do Atlântico, antes do crescimento das atividades petrolíferas (IBGE, 2010).

A praça atualmente conhecida como Veríssimo de Mello está localizada no centro da cidade de Macaé (Figura 2). As terras da propriedade foram doadas por uma família de prestígio, como era de costume na época. A família dos Ferreira Rabelo concretizou a doação do local no ano de 1837. Com isso, a área passou a chamar-se então de Largo da Alegria. (MUSEU SOLAR DOS MELLOS, [201-?])

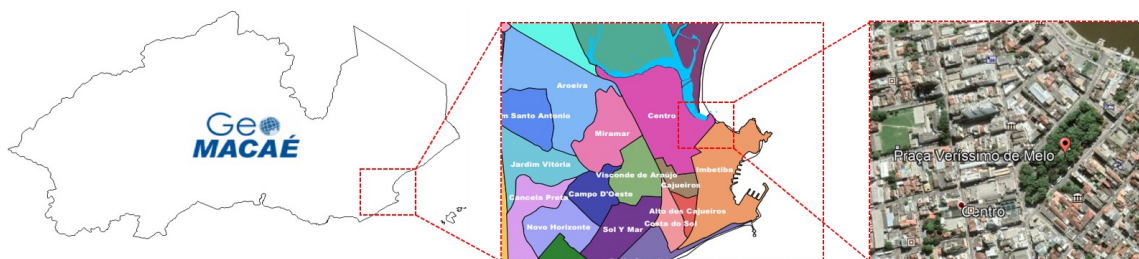
Figura 1: Localização do município de Macaé.



Fonte: Pinhol (2012), adaptado pelas autoras (2019).

O local é descrito por Parada (1995, p. 149) como: “[...] vasto capinzal, periodicamente desbastado por limpeza contratada pela Câmara Municipal e particulares”. Parada cita também a presença de uma vala que servia como canal para que as águas pluviais e de esgotamento fossem encaminhadas até o rio.

Figura 2: Localização da Praça Veríssimo de Mello



Fonte: Google Earth (2019); PREFEITURA [201-?]; adaptado pelas autoras (2019).

De acordo com o crescimento da cidade por volta do século XIX, alguns edifícios importantes foram construídos ao redor do largo, entre eles a Casa de Caridade e a igreja Matriz de São João Batista. Consequentemente, a região tornou-se mais valorizada, sendo necessário reestruturar o espaço do largo (PARADA, 1995).

Os espaços públicos, assim como a sociedade, se transformam de acordo com o tempo, com as demandas sociais. A capacidade de adaptação a novas demandas da população é característica fundamental para que os espaços públicos cumpram a sua função social. Com isso, é possível evitar que sejam apenas áreas sem utilização, vazios na cidade, os tornando espaços propícios a outras mazelas da cidade.

Consta nos primeiros registros de mapeamento da cidade, por ocasião da necessidade de projeto de arruamento, o Largo da Alegria, também conhecido por Praça da Alegria. O projeto realizado pelo engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde para a organização das ruas,



segundo Knauss (2001, p. 30), da seguinte maneira:

Três grandes ruas paralelas que acompanhavam o sentido da foz do rio, junto ao mar, e que cortavam a área urbana de modo longitudinal. Estas três vias – a rua da Praia, junto à foz do rio; a rua principal chamada de Direita; e a rua Formosa, que se dirigia ao interior – eram cortadas por ruas transversais, formando as ligações do mar ou do rio com o interior. O projeto se completava ainda com a criação de duas praças colocadas nos extremos da área urbanizada: a praça da alegria, junto à foz do rio; e a praça da matriz.

Com isso, é possível observar que a construção do projeto de arruamento e consequente planejamento urbano, desde o princípio da cidade de Macaé, considera a praça como elemento estruturador para a organização dos espaços. Dessa forma, é admissível considerar a importância dos espaços livres públicos no planejamento urbano e durante o crescimento da cidade. No caso de Macaé, por exemplo, as praças que foram planejadas ainda no século XIX, são as mesmas áreas que permanecem como praças até os dias atuais. Considerando o atual adensamento do centro de Macaé, espaços de abrangência territorial como o da praça Veríssimo de Mello seriam improváveis de serem reproduzidos, devido à escassez de espaço e a atuação do mercado imobiliário. (MUSEU SOLAR DOS MELLO, [201-?])

O Largo da Alegria desde sua criação era importante espaço livre público de encontro da população, era espaço de convivência e lazer dos macaenses. No ano de 1886 a Viscondessa de Araújo importa da Europa o projeto para arborização e jardinagem do local, que passou a ser chamado de Dona Isabel. (MUSEU SOLAR DOS MELLO, [201-?])

Ao longo dos anos a praça passou por muitas modificações, tanto em seu nome, quanto na constituição física. Conforme os acontecimentos históricos ocorriam, a praça também foi rebatizada em função deles. O primeiro nome, como citado anteriormente foi Largo da Alegria. Após isso, por ocasião das transformações em seu ajardinamento, a Viscondessa de Araújo a renomeou por Dona Isabel. Em 1889, final do século XIX, ocorreu a Proclamação da República e a praça, por sua vez, passa a ser chamada de 15 de novembro, data destinada a celebração de tal acontecimento histórico. (MUSEU SOLAR DOS MELLO, [201-?])

Não obstante, em 1914 o espaço foi reinaugurado após passar por obras, assumindo o nome de Oliveira Botelho. Somente no ano de 1933 a praça foi batizada com seu nome atual: Veríssimo de Mello. Tal homenagem foi dada em honra a admiração da população adquirida pelo promotor público que fixou residência em Macaé. (MUSEU SOLAR DOS MELLO, [201-?])

ASPECTOS FÍSICOS DA PRAÇA

A praça Veríssimo de Mello possui configuração espacial gerada pela área de doação, originada antes mesmo de Macaé possuir o título de município. Com isso, o espaço sofreu modificações ao longo dos anos, processo de restauro e inclusão de equipamentos públicos.

Entre os componentes mais antigos da praça está o coreto (Figura 3), sua construção data da primeira década do século XX. Composto parte em alvenaria e parte em metal de fundição escocesa, possui detalhes em relevo com temas diversos. O telhado do coreto possui acabamento em formato de pássaros andorinhas. Sofreu intervenções pelo restaurador José Carlos Libredo duas vezes, a primeira delas em 2002 e a segunda em 2014. O coreto foi palco para diversas apresentações culturais pelas bandas da cidade: Lira dos Conspiradores e Nova Aurora. (MUSEU SOLAR DOS MELLO, [201-?])

Figura 3: Obelisco e Coreto



Fonte: Acervo das autoras (2019)

Entre os elementos que compõem a praça está o obelisco (Figura 3), em pedra de cantaria que ocupa o espaço central do local. Foi inaugurado no dia 29 de julho de 1913 como comemoração ao primeiro centenário da cidade, está implantado no centro de um canteiro circular com quatro acessos. No ano de 2002, entre outras intervenções realizadas na praça, o obelisco passou por processo de restauração e de tratamento paisagístico do canteiro no qual está inserido. No período entre 2013 e 2014 as letras do obelisco que caíram foram substituídas e as existentes tratadas. (MUSEU SOLAR DOS MELLOS, [201-?])

O chafariz (Figura 4) localizado no interior do lago da praça também foi inaugurado no aniversário do primeiro centenário da cidade, em 1913. A peça constituída em ferro fundido sofreu danos em sua constituição e teve alguns de seus elementos furtados, apesar de estar aparentemente protegida pelo obstáculo do lago, dificultando o acesso a essas peças. O chafariz também passou por processo de restauração, realizado pelo restaurador José Carlos Liboredo. (MUSEU SOLAR DOS MELLOS, [201-?])

Figura 4: Lago e Chafariz



Fonte: Acervo das autoras (2019)

Segundo a cronologia histórica da praça, o monumento em homenagem à bíblia (Figura 5), foi inaugurado em dezembro de 1982 em homenagem ao dia da bíblia. Por iniciativa entre o poder público da cidade e religiosos evangélicos. Constitui um suporte de alvenaria com uma escultura no formato do livro sagrado, além de uma placa de identificação. A placa foi furtada e posteriormente repostada em 2014, juntamente com as outras intervenções ocorridas na praça.

Como homenagem ao Veríssimo de Mello (Figura 5), que dá nome à praça, foi introduzido ao local um monumento. Composto por um busto em bronze e confeccionado pelo escultor José Carlos Liboredo, o monumento também possui uma placa com as informações sobre a troca do nome da praça.

Figura 5: Monumento da Bíblia e Busto de Veríssimo de Mello



Fonte: Acervo das autoras (2019)

Além dos elementos citados anteriormente, a praça é composta por cobertura vegetal extensa, entre as vegetações presentes estão árvores centenárias, consequência do projeto de arborização realizado. Cabe ressaltar que esta é uma das poucas áreas do centro da cidade com essas características, sendo considerada por alguns macaenses como “o pulmão da cidade”.

A praça também possui outros equipamentos públicos, tais como: bancos, mesas para jogos, banheiros e parque infantil com diferentes tipos de brinquedos. Além disso, existe um posto de vigilância da guarda municipal com funcionamento 24 horas, o que se acredita contribuir para a segurança do local.

Além da restauração dos monumentos, outras intervenções foram realizadas na praça no ano de 2002, durante a gestão do prefeito Silvio Lopes. Todo o piso e calçamento da praça foram substituídos, além da revisão e criação de canteiros e manutenção na vegetação dos mesmos. Entre os anos de 2013 e 2014 novas ações de conservação foram realizadas no local.

Outro aspecto curioso sobre a história da praça é a presença de grades. Segundo os arquivos do Museu Solar dos Mellos, o relatório do presidente do estado da década de 1930 descreve a praça da seguinte forma: com 620m de perímetro e cercada por uma grade de 1,30m. No mesmo relatório são descritos como componentes da praça o coreto, o chafariz, o lago, o rинque de patinação, o obelisco e destaca também a área ajardinada.

Segundo os registros de Parada (1995, p.42) os gradis da praça foram retirados e vendidos

pelo então prefeito da cidade, Ivair Nogueira Itagiba, em hasta pública¹ para viabilizar recursos da obra da Av. Presidente Sodré. A obra da avenida que margeia o rio Macaé (Figura 6) era, para a época, de caráter grandioso, uma vez que existia apenas uma via de mão única e terra batida. Com as obras, a via passou a ter calçamento, arborização e sentido duplo. Configuração esta que se mant m em partes até os dias atuais.

Figura 6: Localização da Av. Presidente Sodré e Praça Veríssimo de Mello



Fonte: *Google Earth*, adaptado pelas autoras (2019)

Após a retirada das primeiras grades da praça, por ocasião das reformas do local no ano de 2002, novas grades foram instaladas ao redor de todo o perímetro. O acesso   praça poderia ser feito por um dos seis portões distribuídos pelas quatro ruas da praça (Figura 7). Estas grades permaneceram até o ano de 2019, quando foram retiradas.

Com isso, é possível observar que a mudanças ocorridas pela retirada das grades em 2019 não acarretaram apenas em diferenças no aspecto visual. Os fluxos de pessoas no interior do local também foram influenciados. Com a presença das grades, a praça possu ia apenas seis possibilidades de acesso (Figura 7), no entanto, atualmente essas possibilidades foram multiplicadas para uma diversidade infinita de caminhos a serem percorridos.

¹ Utiliza-se o termo hasta pública, quando se tratar de bem móvel ou imóvel, levado à praça ou leilão. (LIMA, 2012).

Figura 7: Vista aérea da praça Veríssimo de Mello e localização dos antigos portões



Fonte: *Google Earth*, adaptado pelas autoras (2019)

A mudança com a retirada das grades, além da permeabilidade visual, também pode ser constatada na alteração dos fluxos de pessoas, principalmente no trecho da praça próximo à Avenida Rui Barbosa. A avenida destacada no mapa (Figura 8) é um eixo de comércio e serviços da cidade que concentra grande parte da movimentação comercial da cidade, característica tradicional dos centros urbanos brasileiros.

Durante as visitas ao local sem as grades foi possível examinar alguns aspectos relatados anteriormente. O número de pessoas que a utilizavam como passagem para transitar entre os demais locais do centro para suas atividades rotineiras era grande. Este uso era percebido ainda com a presença das grades, no entanto, foi intensificado com a possibilidade de criação de novos fluxos que eram permitidos apenas pelos antigos portões.

Conseqüentemente, as mudanças constatadas na praça estão relacionadas principalmente ao aspecto visual e aos fluxos, que por sua vez, interferem nos usos do local. A ausência das grades torna o espaço mais permeável visualmente, tornando-o convidativo aos transeuntes. Do mesmo modo, a possibilidade de transitar de modo mais flexível pela praça permite que seja explorada de diferentes formas, antes não proporcionadas pela presença de um elemento limitador. Na Figura 8 foram representados alguns dos novos fluxos percebidos e possibilitados pela retirada das grades, cabendo ressaltar ainda que estes são apenas alguns exemplos, visto que com o acesso livre as possibilidades de utilização são diversas. Destaca-se ainda que no trecho representado pela área hachurada, primeiro terço da praça (Figura 8), foi onde ocorreu maior alteração na circulação. Isso se deve ao fato de estar mais próximo do comércio da cidade, consequência considerada natural com a alteração sofrido pelo local.



Figura 8: Mapa de modificação dos fluxos após a retirada dos gradis



Fonte: *Google Earth*, adaptado pelas autoras (2019)

Ainda no refere as alterações de circulação, conforme registrado da Figura 9, novos caminhos de circulação foram criados. O homem destacado na imagem (Figura 9) ilustra na prática a adaptação permitida aos usuários da praça, anteriormente com a barreira do gradil o acesso indicado pela seta estava impedido.

Figura 9: Fluxo de pedestre na praça Veríssimo de Melo



Fonte: Acervo das autoras (2019)

Além disso, foi possível observar que a praça estava bem movimentada, com número de pessoas considerável utilizando tanto seus equipamentos quanto para passagem. Isso gera impactos não somente na praça Veríssimo de Mello, mas também em todo o entorno urbano que o envolve. Já no que se refere a modificação dos usos, por exemplo, é possível constatar a utilização do limite da pista de patinação como assento. As pessoas destacadas na Figura 10 demonstram que com a ausência de barreiras novas oportunidades são apresentadas, muitas vezes como gentilezas urbanas.

Figura 10: Novos comportamentos de uso na praça Veríssimo de Mello



Fonte: Acervo das autoras (2019)

Com isso, é possível observar a importância dos espaços livres como prova viva da memória de um município, que persiste através dos séculos e conta a história da população. Reflete sua configuração na paisagem por consequência de questões de cunho político, social ou urbanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praça Veríssimo de Mello, tal como a cidade de Macaé, sofreu as ações do tempo e com elas a necessidade de adaptação da estrutura às novas demandas sociais. O que era inicialmente uma área considerada em estado de abandono, com o crescimento da mancha urbana e a implantação de novas edificações de porte significativo para a cidade, gerou a necessidade de tratamento da área.

As transformações da praça se refletem de diversas formas, entre elas no próprio nome do local, modificado diversas vezes como símbolo dos acontecimentos, por vezes, de caráter político. Além disso, a implantação de equipamentos públicos, de modo gradativo, buscando atender às necessidades da população.

As praças compõem a paisagem das cidades como componente dos espaços livres públicos de lazer e convivência, contribuindo para a vida social da população. No entanto, no caso da praça Veríssimo de Mello, pôde-se observar também que as modificações de seus elementos podem ter impactos em outras áreas da cidade. Como exemplo disso, a venda das primeiras grades para



financiar a reforma da Avenida Presidente Sodré, importante via de acesso e circulação da cidade.

Cabe ressaltar também os aspectos de impacto da paisagem no que se refere aos fluxos de acesso, a recente retirada das grades colocadas em 2002 ocasionou a diversificação de trânsito de pedestres no local. As pessoas que utilizam a praça apenas como passagem hoje têm mais possibilidades de circular pelo local, formando novos caminhos e passeando por locais que com a presença de grades eram subutilizados. Essa modificação desperta também naqueles que permanecem no local para fins de contemplação e lazer o despertar para novos locais e espaços.

Como a alteração das grades ainda é recente, cabe ressaltar que as modificações relatadas por este estudo são apenas sinais iniciais das muitas outras que podem ocorrer ao longo do tempo. Assim como foi descrito na contextualização histórica da praça, as mudanças na utilização são gradativas, neste caso, porém, já são demonstrados indícios significativos em direção à ampliação da utilização do espaço da praça.

REFERÊNCIAS

ALEX, Sun. **Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Senac, 2008. 291 p.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins

Fontes, 2000.

KNAUSS, Paulo. **Macaé: História e Memória**. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001.

LIMA, Fábio Nunes de. Execução: Praça, leilão, lance mínimo e lance vil. **Revista Âmbito Jurídico**, [s. l.], n. 97, 1 fev. 2012. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-97/execucao-praca-leilao-lance-minimo-e-lance-vil/>. Acesso em: 7 nov. 2019.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010**.

Edusp, 2012. cap. 1, p. 53-72.

MACEDO, Silvio Soares *et al.* **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MAGNOLI, Miranda. Em busca de outros espaços livres. **Paisagem e Ambiente:**

Ensaio, São Paulo: FAUUSP, n. 21, 2006a, p.141-174.

MUSEU SOLAR DOS MELLOS. **Coleção de Praças de Macaé**. Macaé. [201-]

PARADA, Antonio Alvarez. **Coisas e Gente da Velha Macaé**. São Paulo: Edigraf, 1958. 205 p.

PARADA, Antonio Alvarez. **Histórias Curtas e Antigas de Macaé**. Rio De Janeiro: Artes Gráficas, 1995. v.2.

PARADA, Antonio Alvarez. **Histórias da Velha Macaé: crônicas históricas**. Macaé: edição do autor, 1980.

PINHOL, Alex. **Mapas do Brasil Preto e Branco**. [S. l.], 18 nov. 2012. Disponível em: <https://minutoligado.com.br/mapas/mapa-do-brasil-para-colorir/attachment/mapa-do-brasil-preto-e-branco/>. Acesso em: 03 out. 2019.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002. 312 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Mapa dos bairros de Macaé**. Macaé: [s. n.], [201-?]. 1 mapa. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/geomacaee/conteudo/titulo/bairros-a-a-l>. Acesso em: 9



nov. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Portal de dados GeoMacaé:** apresentação. Disponível em: <http://www.macaé.rj.gov.br/geomacaé/conteudo/titulo/apresentacao>. Acesso em: 9 nov. 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2013. cap. 2, p. 43-62.



Hiato Verde - Por uma leitura ecossistêmica da vegetação Alguns desafios de abordagem para a instrumentação urbana

LINHA TEMÁTICA: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

SILVA, Matheus Maramaldo Andrade (1)

(1) Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, mmaramaldo@gmail.com

RESUMO

Durante a evolução das cidades, a tecnocracia urgiu para entendimentos objetificantes, dissociados dos ciclos naturais, principalmente no Brasil, onde a leitura fria das leis e normas tornou as urbes um quebra-cabeça de números racionais pouco interligadas a qualidade ambiental. A vegetação, um dos seus elementos, rotineiramente é pontuada como algo decorativo, que deveria seguir as regras das construções, sempre florindo ou dando sombra, similar a um guarda-sol: ereto, inteligível, previsível. Nesta linha de compreensão, que temos nos vendado para uma leitura plural acerca da natureza em nossas polis, percebemos que a instrumentalização de planejamento das cidades brasileiras não trata a vegetação urbana de forma ecossistêmica o que leva a perda de serviços ecossistêmicos e a soluções dispendiosas de infraestrutura urbana. Este trabalho, então, busca entender em parte por que exploramos o mundo natural deste jeito, fazendo um pequeno recorte quanto a vegetação nas urbes e as consequências desta limitação. Infere-se que devemos entender como estamos redigindo sobre o verde nos nossos planos e zoneamentos e como podemos contribuir para que tais normativos ampliem suas potencialidades na paisagem urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Visão ecossistêmica; Vegetação; Planejamento Urbano.

1 INTRODUÇÃO

O que seria um “hiato verde¹”?

Quando abordamos a vegetação no planejamento urbano, parece rotineiramente que temos uma leitura frágil, na qual o simples plantio de árvores é um claro resolvidor de problemas ambientais urbanos e em si a ação necessária para termos cidades mais sustentáveis. Contudo, este **hiato**, do latim *hiatos* (abertura/separação), sobre como envolver as plantas no planejamento da paisagem urbana, é bem mais complexo, dada a necessidade de manutenção do equilíbrio ecossistêmico, em que o verde é uma das suas principais expressões e base potencial.

Uma leitura possível, que corrobora a esta fragilidade, é, do ponto de vista da arquitetura da paisagem, a forma como a vegetação também vem sendo tradicionalmente tratada pela teoria e metodologias de planejamento urbano, **como algo secundário** – como a própria natureza, de maneira geral, é considerada. Daí seu atual papel de pano de fundo, de complemento, sem que seja pensada como detentora de função na estrutura urbana². E é essa desconexão entre o construído e o natural que de alguma forma deve ser desconstruída e reedificada: **o verde e suas funções pluri-ecossistêmicas no discurso e ações de modificação das cidades.**

Este texto, parte dos estudos que estão sendo desenvolvidos na tese do autor, buscará introduzir um pouco desta uma discussão, sem o objetivo de encerrá-la, mas problematizá-la aos que leem,

1 Verde: caso não esteja associado diretamente com a palavra ‘infraestrutura’ (ex: infraestrutura verde) ou entre aspas, esta palavra será sinônimo, neste texto, de ‘vegetação’ e ‘plantas’.

2 Neste caso vale lembrar que as funções se referem a morar, trabalhar, recrear e circular.



elencando o como evoluímos no entendimento frente a natureza e o verde e qual foi seu rebatimento na cidade, com virtudes e consequências negativas, permeando de forma similar o planejamento urbano e a forma como construímos as urbes sem considerar a vegetação como parte do seu ciclo. No final, esboçamos algumas possibilidades para começarmos a estruturar os instrumentos urbanos de forma a não dispor a vegetação como mero acervo visual ou politicamente correto.

2 O CONDICIONAMENTO DE OBSERVAR A NATUREZA A DISTÂNCIA

Tendo em conta que até hoje a visão predominante de planejamento urbano em vigor se pauta por esse entendimento, em especial nas cidades de urbanização desigual, o reflexo é uma política urbana com instrumentos de regulação do crescimento e da manutenção das urbes ainda baseada, na melhor das situações, na promoção de planos de arborização e de ajardinamento. Mesmo nas políticas ambientais, quando se refere a vegetação urbana, ao invés de se associar a necessidade de promoção do equilíbrio ecossistêmico cidade – natureza (ação necessária a qualidade de vida e ambiental das urbes) aponta, na verdade, para ações de “melhoramento climático” ou embelezamento urbano sem maior aprofundamento.

Embora ao plantarmos uma árvore ou uma flor qualquer em um canteiro tenhamos ali uma conjuntura de fatores que vão além do nosso prazer visual, não estamos pensando coletivamente e/ou nos processos associados a toda cadeia ecológica. Precarizando este padrão, estamos perdendo potencialidades incríveis da vegetação as quais são essenciais para as cidades³. A abordagem ecossistêmica da leitura do território levaria a outra visão das intervenções de planejamento urbano e ordenamento territorial, gerando Plano Diretores que perpassariam todas as dimensões da cidade, desde as morfológicas, as de infraestrutura, as funcionais e as ambientais, onde o verde, que é o foco deste estudo, seria abordado em sua função de provimento de serviços ambientais, rompendo com o que antes foi referido como visão de embelezamento ou de lazer.

Mas, para avançar em outra visão, seria importante entender as raízes do que hoje prevalece. **Por que existe este vazio, este hiato?** Talvez possamos descobrir através da própria história humana em relação a natureza.

A partir da Era Moderna (1400), com um declínio cíclico, mas constante, da espiritualização – no que tange aos medos, aos impedimentos e às causas para os eventos da vida - ficamos cada vez mais antropocêntricos (HARRISON, 2009). Na mesma medida, nossa forma de pensar passou a privilegiar decisões que levam ao conforto e à riqueza, na qual a natureza se torna mais e mais uma fonte de objetificação e algo a ser explorado ou visto com nostalgia (THOMAS, 1989; HARRISON, 2009).

Transposto para a estruturação das cidades, esta forma de pensamento levou a uma urbanização condizente a esta leitura das coisas, pautando o crescimento das urbes sob máximas da funcionalidade e conforto, traduzindo na facilitação das atividades entendidas como promotoras da qualidade de vida dos seus habitantes: edificando mais e mais, construindo escolas e hospitais, pavimentando estradas, desviando rios e dejetos através de canais e demais alterações no meio, que visavam o bem estar social e cultural da população, sem muito receio ou preocupação com o equilíbrio ambiental (MCHARG, 1969). Ressalta-se que estamos falando de forma genérica, pois, nem todos tinham acesso a todos esses benefícios ofertados ou no mesmo ritmo, o que, de

³ Podem ser feitas por outros tipos elementos construídos, como dutos maiores de águas pluviais, brises, gabiões, etc, mas a que custo? Uma árvore certamente é mais barata de ser implantada e mantida do que 5m³ de pedra.



alguma maneira, é também responsável por muitos dos problemas que temos hoje nas cidades. A pobreza, também, é determinante no empobrecimento da paisagem urbana e no desequilíbrio dos ecossistemas (Figura 1).

Figura 1: O desmonte da paisagem, Londres 1800's



Fonte: <https://www.bl.uk/romantics-and-victorians/articles/slums>

Voltando, neste processo de melhoramento urbano, tornamo-nos ignorantes (egocêntricos, talvez) perante a natureza⁴, encarando o mundo à parte das urbes de acordo com uma cisão bem definida entre o que é o espaço do homem e o que é o espaço natural (THOMAS, 1989), pois, sem conexão e vivência, priorizamos a sociedade ao bucólico (ROGERS, 2001; VESCINA, 2010):

A incapacidade do homem moderno em participar do movimento vital e reconhecer - se como elemento desse mesmo dinamismo levou - o por fim a tomar - se como um ser independente – podendo colocar a natureza à sua frente ou conceber - se a si próprio sem a natureza –, como ilustram as sucessivas figuras da subjetividade e da racionalidade da época moderna. A admiração que desde os tempos arcaicos envolvia a Natureza de uma aura religiosa ou, na metafísica clássica, as concepções da natureza como ordem do mundo (kósmos) ou perpétua geração e corrupção dos seres (physis) foram substituídos pelo sentido e pela apreciação da paisagem, uma composição mista do em si e do para nós, unicamente possível por intermédio da intervenção do homem e como reflexo da sua forma de apreender o mundo circundante (SERRÃO, pág;10).

4 O homem urbano se tornou ignorante em relação a natureza, no entanto o homem do campo sempre esteve conectado e os índios sempre estiveram em harmonia com as florestas. É bom fazer esta separação.



3 CONSEQUÊNCIAS DA LEITURA RACIONALISTA E UMA CONTRAPOSIÇÃO

Em uma escalada geométrica a partir do século XVIII, início da Revolução Industrial, minamos florestas, rios e montanhas, e, com isso, percebemos uma diminuição da biota, secas mais severas, enchentes repentinas etc., fatos que tem se tornado mais recorrentes e fortes. Contudo, não há como evitar que as urbes sejam parte do todo e que a natureza esteja presente nas nossas vidas. Os ventos percorrem as vias, chove, os insetos invadem as sopas dos restaurantes, as ervas daninhas insistem em crescer nas calçadas, tudo mesmo em ambientes assépticos. Estamos entrelaçados ao mundo natural, o que nos faz inevitavelmente parte da engrenagem dos ecossistemas.

Ignorando esta relação, seguimos com nosso modelo de intensificação da qualidade de vida urbana, que promoveu uma maior habitabilidade nas cidades, mas esteve dissociada de interação com a natureza, gerando degradação ambiental e impactos sobre a própria cidade e, contrariando o objetivo inicial, comprometendo a qualidade de vida das pessoas.

O planejamento urbano tradicional, que é promotor deste tipo de cidades mencionado acima, deixou de responder a parte das demandas sociais e a suas soluções para as cidades geraram problemas ambientais, prejudicando a qualidade de vida urbana. As canalizações de drenagem tem seus diâmetros alargados, os ar-condicionados aparecem em profusão logarítmica pelas edificações, elevando os picos de energia por mais horas diariamente, aprofunda-se poços artesianos e se busca água cada vez mais longe. Além de mais oneroso, este padrão construtivo está chegando a seu limite de operação⁵.

Como resposta a isso, emergiram diversas discussões sobre o meio ambiente, principalmente a partir da década de 1960 - com seu ápice vindo a ocorrer no fim da década de 1980 com a construção do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, a conversa se inicia como uma questão de esgotamento de recursos naturais, mas tem raízes nos modos de produção e consumo em todas as dimensões da sociedade moderna. O pensamento ecossistêmico passa a ser adotado rivalizando com o pensamento racionalista e hegemônico instalado. Percebe-se, sobretudo depois de meados do século XX, com a ascensão desse movimento ambiental e a leitura cada vez mais clara de uma falência de várias das ações tradicionais de planejamento e construção das cidades, um processo paulatino de retomada da análise e valorização da natureza (CONSTANZA et al, 1997; ROGERS, 2001; VESCINA, 2010).

Hoje, está claro no plano do discurso que não pensar em como preservar e interagir positivamente com esta natureza (ao menos) tem como prováveis consequências a continuação do agravamento dos problemas mencionados nos parágrafos anteriores. Gera-se relevante perda econômica, doenças e danos físicos, falta d'água e sobrecarregamento das infraestruturas existentes:

A taxa de crescimento urbano é inédita. O sistema terrestre tornou-se urbanizado no sentido de que as decisões da maioria da população humana que vivem agora em cidades afetam a resiliência de todo o planeta (Seto et al. 2011). A demanda urbana por serviços ecossistêmicos é um importante condutor por trás da mudança ambiental global, mas as escolhas que as pessoas fazem são muitas vezes desconectadas de sua marca ambiental em lugares distantes (Folke et al. 1997; Grimm et al. 2008). Grande parte do crescimento urbano tem sido à custa da capacidade dos sistemas terrestres e marinhos para gerar e sustentar serviços essenciais (Foley et al. 2005) e está atualmente

⁵ Vide dias de chuva forte nas “tesourinhas” do Plano Piloto de Brasília, os racionamentos de água em São Paulo ou mesmo dias de pouco vento na cidade de Cubatão e outras zonas hiperindustrializadas, em que todas as partículas, como a fuligem, estacionam.



desafiando as fronteiras planetárias biofísicas para o mundo como a conhecemos (Rockström et al. 2009). Há uma necessidade urgente de reconectar as pessoas nas áreas urbanas à biosfera (Folke et al. 2011)(ANDERSSON et al, 2014, p.445, tradução nossa).

A natureza e sua preservação são motivos atuais de preocupação (Figura 2) mesmo diante de um comportamento da sociedade que muda de forma muito lenta, da distância que ainda há entre cidade e natureza, como os assustadores números do aumento da temperatura da Terra, a elevação da poluição e o esgotamento de matérias-primas:

Figura 1: Mutirão de plantio de árvores pela Prefeitura de Salvador-BA



Fonte: <https://www.todabahia.com.br/prefeitura-apresenta-nesta-quarta-novas-regras-de-plantio-e-poda-de-arvores-em-salvador/plantio-arvore-salvador-pv/>

Nossas polis com o passar dos anos se adensaram[...] criando a cultura de maior ocupação possível e esquecendo das plantas e dos respiros necessários para a habitabilidade. Essa ausência de natureza cada vez mais latente, os efeitos cada vez mais rotineiros do aquecimento global, como uma ascendente propaganda ambiental, intensificaram no século XXI a procura (que não necessariamente se traduziu em realidade) governamental e da população por alternativas de massificação do verde nas urbes, trazendo novos plantios de árvores, mais jardins e outras alternativas para as edificações e espaços livres (telhados verdes, jardins verticais, hortas urbanas, etc) (SILVA, 2017, págs. 6-7).

Tudo isso se dá em um quadro de vida em que as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e ambiental das populações. Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil (SANTOS, 2014, p.48).

A transformação de pensamento passa pelo entendimento de que nossas cidades são também parte dos ecossistemas, dos ciclos naturais. A cidade deve ser compreendida como parte da natureza, isso é, como parte inseparável dos processos naturais que atuam sobre a vida no planeta:

Natureza e cidade já não mais se veem como opostas -nem complementares-, mas integradas num mesmo e único sistema. Nem uma nem outra aparecem como dominantes, existindo uma constante negociação, uma imbricação que marca uma unidade indissolúvel. Na contemporaneidade o



oxímoro cidade-natureza é superado, a cidade é compreendida como inseparável dos processos naturais que governam a vida sobre a terra: a cidade faz parte da natureza (Hough, 1990).

[...]

A visão sistêmica rompe com antigas percepções dicotômicas que pensam a cidade separada da natureza, apontando para um sistema integrado que envolve processos, é dinâmico e está em constante mutação (VESCINA, 2010, pp.77-78)

Antes, há um discurso de mudança acerca desta temática por boa parte dos teóricos e de uma forma ou de outra da população. Temas como redução do uso de energia e água, compra de automóveis com menor gasto de combustível etc., mesmo que seja através de uma consciência mais econômica do que ambiental ela existe. Embora existam ações por parte das pessoas no que tange a readaptação de hábitos relativos ao uso dos recursos naturais, trata-se de algo individualizado, do espírito e lógica de cada um. Onde estão as ações coletivas, palpáveis, para a cidade? Infelizmente, o discurso urbano carece ainda dessa instrumentalização e operacionalização.

4 VISÃO ECOSISTÊMICA

A grande dificuldade tem sido transformar esse discurso em prática e o tratar de uma forma menos pontual ou mitigatória. Nesta linha de pensamento, torna-se imprescindível associar a qualidade de vida aos esforços de promoção qualidade ambiental, pois se a busca excessiva da qualidade de vida levou a dissociação da natureza, integrar a qualidade ambiental pode levar a uma cidade mais harmônica com seu ecossistema, ao mesmo tempo com capacidade de responder as necessidades básicas da população que nelas reside.

Uma forma de objetivar essas linhas de pensamento, promovendo a integração entre ambiente construído e ambiente natural é retomar as bases da ecologia da paisagem e objetivar o conceito de **serviços ecossistêmicos urbanos**. Mas o que seria isso?

Os serviços ecossistêmicos nada mais são do que benefícios promovidos por meios/agentes da natureza, que, no caso das cidades, trazem ganhos em termos de saúde, conforto e até econômicos para população:

[...] **serviços ecossistêmicos**, que são os benefícios diretos e indiretos obtidos pelo homem a partir dos ecossistemas. Dentre eles pode-se citar a provisão de alimentos, a regulação climática, a formação do solo, etc. (Daily,1997; Costanza et al., 1997; De Groot et al., 2002; MA, 2003).¹⁰ São, em última instância, fluxos de materiais, energia e informações derivados dos ecossistemas naturais e cultivados que, combinados com os demais tipo capital (humano, manufaturado e social) produzem o bem-estar humano (ANDRADE, ROMEIRO, 2009, p.9).

Os serviços ecossistêmicos são classificados de acordo com a Convenção da Biodiversidade (CDB) em serviços de regulação, provisão, suporte e culturais. São fornecidos através dos elementos bióticos e abióticos da natureza como a água, o solo, os ventos, a fauna e flora e podem servir de exemplo o caso de rios que umidificam o ar e servem como transporte ou florestas urbanas que diminuem a temperatura global das cidades e assim por diante.

Assim, muitas soluções que hoje o planejamento tradicional apresenta associadas a engenharia



podem ter respostas que advêm de uma maior integração entre ambiente construído e natural. Em circunstâncias comuns, taludes e encostas seriam contidos por meio de aterros e muros de concreto, alagamentos solucionados com alargamentos de dutos de grande dimensão para a drenagem da água. Tais procedimentos extraem terra de locais por vezes distantes e causam sérios prejuízos a biota local, como sobrecarregam um sistema já congestionado por tubulações, podendo causar enchentes sérias a vários quilômetros do foco inicial. No entanto, a simples manutenção da vegetação nos declives ou a introdução das plantas apropriadas, a estruturação de zonas de retardamento ou pequenos jardins de chuva no local poderiam resolver os problemas com muito menos recursos e de maneira tão ou mais eficiente. Isso, de uma forma singela seria observar a natureza e usufruir da lógica ecossistêmica em benefício das cidades, por exemplo.

Logo, a abordagem dos serviços ecossistêmicos, ao mesmo tempo em que leva obrigatoriamente a um repensar das estratégias de planejamento urbano tradicional, responde à questão ambiental ou de sustentabilidade ambiental e tem certo **apelo utilitarista**, anseio ainda tão presente na nossa sociedade. É, assim, base fundamental do discurso que se pretende para desmobilização das soluções exclusivamente com base na engenharia. **Resumindo: se não se protege a natureza como um bem em si se deve fazer pelo menos para garantir os serviços que ela nos presta.**

5 VEGETAÇÃO E OS PROBLEMAS NA INSTRUMENTALIZAÇÃO URBANA

Contudo, para melhor direcionamento e aprofundamento neste diagnóstico de renaturalização das cidades, cabe-se explorar um elemento: a vegetação. As plantas têm recebido especial preocupação da população como solução para problemas ambientais, com destaque para as árvores, que estão rotineiramente sendo escolhidas para a execução de mutirões de plantio, embelezamento de avenidas e recuperação de áreas degradadas (SILVA, 2017). Cabe entender que esta conversão cultural se baseia em um elenco de benesses cultuadas pela mídia, literatura científica e a própria história, porém, para justificar de fato estudar a vegetação como agente transformador das cidades há de se explorar mais o assunto (SILVA, 2017). **Será qualquer verde e em qualquer lugar que significará uma real renaturalização da cidade? Quanto mais melhor, independentemente de sua função?**

Assim, o verde, tanto o nome como a cor, está associado a ambiental, a ecológico e a qualquer processo ligado a natureza. Embora, em um primeiro momento, pareça lógico adotar o verde para a promoção de melhoramento ambiental, restam algumas dúvidas que surgem da própria história de produção das cidades. Essa afirmação decorre da constatação que cidades consideradas de boa qualidade de vida como Roma, na Itália ou Istambul, na Turquia, há pouquíssima arborização em relação a outras que podem ser consideradas “verdes”, mas onde a maioria da população não tem acesso a serviços que propiciem qualidade de vida. Será que a partir desta constatação cairia por terra nossa pesquisa? A vegetação não contribui para qualidade de vida?

Então, por que adotar mais vegetação para melhorar nossas cidades, sabendo-se destes casos bem sucedidos de ausência? Deve-se ter em conta que esses exemplos se referem a cidades com centros históricos medievais ou anteriores com áreas relativamente reduzidas no cômputo geral das urbes que constituem hoje. As ruas estreitas geram sombreamento e/ou amenizam as temperaturas interiores das edificações, as paredes possuem grande espessuras e alturas. Indo mais além, no que se refere a vegetação nas ruas e pequenas praças, aparecem também dificuldades relativas a impermeabilização do solo e cheias dos rios nessas cidades - as mesmas não têm plenamente resolvidos tais problemas e, por vezes, só atenuam ou resolvem estas situações com a criação de grandes parques verdes em seus entornos (estranhamente, o que inexistente nelas).



Assim, é certo que árvores, arbustos e forrações contribuem decisivamente para o sombreamento das ruas e edificações, controlam áreas alagáveis gerando infiltração, purificam nosso ar, diminuem as temperaturas e a reflexão solar, embelezam a paisagem e transfiguram positivamente o espaço de forma a fomentar o bem-estar psicológico (ABBUD, 2006; MASCARÓ, MASCARÓ, 2015). Portanto, há diversas justificativas para o estudo da vegetação enquanto um serviço ecossistêmico.

Posto isto - que existe um consenso no nível do discurso sobre a necessidade de renaturalizar cidades ao mesmo tempo em que se dispõe da base conceitual da ecologia da paisagem, da abordagem metodológica ecossistêmica e de uma estratégia de intervenção dada pela relação entre serviços ecossistêmicos e se as possíveis soluções para problemas urbanos - **o que se deve avançar é em como esse conhecimento pode influenciar a base regulatória urbana para verificar as possíveis formas de articular essas dimensões para promover, de fato, novas formas de construir cidades.**

No Brasil, de forma não tão diferente do que ocorre no restante do mundo, existe uma ampla legislação urbanística e de temas afins como aquelas ligadas as infraestruturas viárias de saneamento ou energia. Se tomarmos como exemplo os Planos Diretores⁶, é possível verificar que existe um discurso recorrente de melhoramento ambiental, implantação de áreas verdes e garantias de arborização, o que, de certa forma, busca o que almejamos de aumento da vegetação para a promoção da qualidade de vida e ambiental. Entretanto, no mesmo Plano Diretor pode existir regras que promovem o espraiamento urbano, a impermeabilização do solo e tal legislação definirá regras racionais para o restante da infraestrutura. **O que fazer diante desta dualidade?**

As ações que consideram a natureza são descritas com caráter mitigatório ainda, o que não resolve problemas nefrágicos das cidades, ou somente atenuam, já que se está corrigindo ao invés de se estar antecipando às questões. A vegetação, que é nosso foco, apresenta-se em frases pontuais, aparentemente frágeis, não sendo encarada como parte do sistema ecológico (Figura 3).

Figura 3: O plantio do Plano Diretor e Plano de Arborização. Será só isso?



Fonte: <https://nyc.streetsblog.org/2007/12/03/houston-street-gets-tree-mendous-new-sidewalks/>

Observando os Planos Diretores brasileiros, de forma geral, sem distinção perante a regionalidade,

⁶ No decorrer do texto: PD = Plano Diretor.



configura-se uma clara repetição de preceitos “ambientais” e “sustentáveis” sintéticos, que articulam mais com o desenho urbano do que propriamente com a qualidade ambiental. A seguir, escolhemos um trecho que se refere minimamente a vegetação e a critérios ambientais de um Planos Diretor (quase todos estão nesta linha), como uma exemplificação desta não diferenciação dada a localidade e a singeleza com que abordam um tema tão importante:

Art.15. XII. promover o manejo da vegetação urbana de forma a garantir a proteção das áreas de interesse ambiental e a diversidade biológica natural;

[...]

Art.18. VII. regulamentação do Sistema Municipal de Áreas Verdes e de Lazer, com disposições sobre:

- a. a hierarquização das áreas verdes destinadas à preservação e ao lazer;
- b. os critérios de provisão e distribuição das áreas verdes e de lazer;
- c. o tratamento paisagístico a ser conferido às unidades do sistema, de forma a garantir multifuncionalidade às mesmas e atender às demandas por gênero, idade e condição física;
- d. os critérios para definição da vegetação a ser empregada no paisagismo urbano, garantindo sua diversificação (PLANO DIRETOR DE SANTO ANDRÉ, 2004).

E assim ocorre nos demais... Após a leitura integral, percebe-se que, apesar do esforço para colocar o meio ambiente e a vegetação nos textos de regulação urbana, no caso os PD's, a instrumentalização é rara ou inexistente. Alguns dos problemas desta visão reduzida ou demasiado sintética são aplicações equivocadas do verde na cidade e, com isso uma série de ineficiências, como:

- Diminuição da comunicação entre a fauna-flora, reduzindo drasticamente o trânsito e o próprio número de espécies de animais e plantas (SANTOS, TEIXEIRA, 2001));
- Recorrentemente, surgimento de enchentes, que poderiam ser evitadas por plantios estruturados (MASCARÓ, MASCARÓ, 2015);
- Ruas ‘decoradas’, mas arrefecimento pífio das temperaturas macrouurbanas, até mesmo microuurbanas – do que adianta ter um ipê (*Tabebuia* sp.) de 3 metros de altura quando adulto a cada 10 metros em pleno inverno e sem folhas? (MASCARÓ, MASCARÓ, 2015);
- Pouca proteção a variações exageradas pluviométricas ou de ventanias – mesma situação mencionada acima, escolha equivocada de espécies em quantidade insuficiente não servem para blindar a cidade (MASCARÓ, MASCARÓ, 2015);
- Perda exponencial de lençóis freáticos ou leitos de rios devido ao assoreamento e a inibição da recarga dos mesmos pela pavimentação e compactação do solo, dentre outros – cada metro quadrado de área verde comum (sem maiores intervenções como areia, brita e outros facilitadores) absorve até 50% da água que recebe das chuvas, enquanto áreas pavimentadas variam de 0 a 15% (SARAWAT et al, 2016);

Mesmo tendo uma extensa literatura, a mesma não é introduzida aos PD's de forma burilada, ficando dos manuais basicamente os capítulos de “conclusões” em que os autores descrevem frases resumidas dos seus discursos: “proteger isso...”, “promover aquilo...”, “prever isto”. Como artigos introdutórios, com princípios a serem respeitados, são fundamentais, mas o texto não pode estar restrito somente a isso.



6 POSSIBILIDADES PARA UMA ABORDAGEM DA VEGETAÇÃO NOS PLANOS DIRETORES

Pensando rapidamente nestes problemas e em uma possível instrumentalização, como incentivar, então, os proprietários de lotes a deixar maiores percentuais de áreas permeáveis e vegetadas nos seus terrenos? Como pensar em ações estruturadoras do ordenamento do território fundamentadas nas fragilidades e vocações do território?

Para o enfrentamento dessas questões de instrumentalizar o planejamento urbano para uma ocupação urbana integrada a seu sítio e ações relativas à vegetação, mais assertivas em relação a base ecológica, é relevante estudar a mudança de paradigma relacionado ao planejamento urbano: o que se consagrou para o planejamento ambiental urbano e tem em Ian Mc Harg seu grande precursor. **Assim, só teremos normas legais como os Planos Diretores com regras mais assertivas em relação ao equilíbrio natureza-cidade se os fundamentos do planejamento urbano estiverem ancorados nas potencialidades e fragilidades do território e suas ações voltadas a garantir os serviços ecossistêmicos.**

Embora careça ainda de maior estudo, o que se espera da tese do autor, é concreto investir em mudanças, por vezes contrárias ao que está descrito nos PD's, pois o que se tem escrito não antecipa a organização urbana, mas cria paliativos interpretativos ou mesmo ações simplesmente estéticas com argumentos ambientais.

Ações concretas, experimentais ou já amplamente divulgadas e usadas, são:

- *Disponibilizar o IPTU verde ou mesmo diagnosticar áreas onde seria permitido o aumento da quantidade de pavimentos a serem edificados para cada X m² de área não impermeabilizada* - Em um estudo conjunto às políticas de moradia e adensamento, este instrumento que hoje somente paga por árvore plantada, caso de Salvador, poderia configurar uma melhora da quantidade áreas verdes permeáveis, com melhora da drenagem, temperatura, ar e estética.

- *IPTU progressivo para lotes com taxa de permeabilidade abaixo da destinação original* – Espera-se que todo lote tenha um máximo de taxa de ocupação, assim como de permeabilidade, contudo, uma área não edificada não necessariamente é verde. Algo como o proposto incentiva o ajardinamento ou minimamente a não construção excessiva de pisos em parte dos lotes, visando os mesmos benefícios do IPTU Verde repaginado.

- *Desapropriação e alteração de uso* – Lotes e construções que não cumprem sua função social, como aqueles que são fundamentais para a conectividade das áreas verdes e espaços livres da cidade devem ser estudados a ponto de merecerem investimento para sua recuperação governamental. Apesar de haver certo mau uso no Brasil, com isolamento e afastamento de populações normalmente carentes de suas habitações, práticas bem delineadas deste tipo possibilitam a recuperação de variados tipos de lotes e espaços urbanos, caso do corredor do Rio Cheonggyecheon, em Seul, que antes era como a Marginal Pinheiros de São Paulo, mas ganhou outra perspectiva com a destinação a um parque linear urbano.

- *Criar bases mínimas legais para consórcios e outras iniciativas público-privadas no sentido de recuperar áreas degradadas ou destinar parte da área dos empreendimentos a criação de parques ou bosques* – atrelada a política de áreas verdes urbana, é uma forma de garantir a permeabilidade do solo em parte dos empreendimentos, como de conectar certas áreas com outros espaços verdes, criando corredores. Hoje, as normas previstas nos PD's e zoneamentos apresentam taxas, porém, uma descrição, mesmo que suscinta, de apoio a recuperação de espaços verdes, não necessariamente dentro dos lotes analisados, como de fato definir uma porcentagem da área cedida a continuar ou se tornar verde possibilita um novo parâmetro para este instrumento.

- *Parcelamentos e destinação de áreas para drenagem verde* – algo que é um caos na maioria das



idades brasileiras, a drenagem urbana com a extrema pavimentação é um quebra-cabeça que o sistema racional tende a perder em médio prazo. Prever certas áreas para jardins de chuva ou bosques e parques, em locais previamente analisados para conter a força das chuvas, é uma forma de antecipar, atenuar ou corrigir problemas de enchentes que hoje só tem exploradas o aumento das canalizações a um custo muito alto.

Por que não?

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o texto tenha dialogado com o leitor e o faça refletir da real importância da vegetação para o contexto urbano. Embora seja extremamente tentador explorar as árvores e as forrações como objetos compositivos, o verde não deveria ser disposto nas cidades somente como um elemento artístico – ao menos – ou indubitável senhor das resoluções sustentáveis. Mesmo tendo seu lugar para servir pura e simplesmente como ponto estético, elencá-lo em uma parte dos ciclos e sistemas urbanos, paralelo ao que é na natureza, se faz justo e necessário. Temos muito a ganhar com isso.

A instrumentalização urbana brasileira, neste sentido, tem muito a evoluir para direcionar novas possibilidades de estruturação das cidades com um viés mais sustentável, e no que tange a qualidade de vida, ficou mais do que claro que não há impedimento em se ter desenvolvimento econômico e de bens e serviços associado a programáticas ecossistêmicas, principalmente quanto a vegetação. Há evidências que ocorre o barateamento das infraestruturas e melhora substancial de diversos indicadores relativos à saúde e bem estar das pessoas, mas o preconceito relativo à inserção do verde para estruturação urbana ainda é muito forte.

Reconectem-se ao que há fora da janela...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBUD, B.. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**, 1ªed. São Paulo (Brasil): Editora Senac, 2006. 208p.

ANDERSSON *et al.* *Reconnecting Cities to the Biosphere: Stewardship of Green Infrastructure and Urban Ecosystem Services*. **Revista AMBIO**, Estocolmo (Suécia), 2014, v. 43, pp. 445–453.

ANDRADE, R. R.; ROMEIRO, A. R.. **Serviços ecossistêmicos e sua importância para o sistema econômico e o bem-estar humano**. Campinas (Brasil): IE/UNICAMP, n. 155, 2009. 44p.

COSTANZA *et al.* *The value of the world's ecosystem services and natural capital*. **Revista Nature**, Londres (Reino Unido), 1997, v.387, pp.253-260.

HARRISON, R. P.. **Gardens: An essay on the human condition**. 1ª ed. Chicago (Estados Unidos): The University of Chicago Press, 2009. 248p.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal. LEI Nº 9.394, DE 05 DE JANEIRO DE 2012. Institui o Plano Diretor no Município de Santo André. Disponível em: < http://www3.santoandre.sp.gov.br/portaldotransito/index.php?option=com_weblinks&view=category&id=14&Itemid=32 >. Acesso em: 1 nov. 2019.

MASCARÓ, J. L., MASCARÓ, L. E. A. R.. **Vegetação Urbana**, 3a ed. Porto Alegre (Brasil): Editora +4,



2015, 232p.

MCHARG, I. L. **Design with nature**. John Wiley & Sons Inc., Nova Iorque (Estados Unidos), 1992. 198p.

ROGERS, R.. **Cidades para um pequeno planeta**, 1ªed. Barcelona (Espanha): Ed. Gustavo Gili, 2001, 180p.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, 1ªed. São Paulo (Brasil): Editora Edusp, 2014, 136p.

SANTOS, N. R. Z.; TEIXEIRA, I. F.. **Arborização de Vias Públicas - Ambiente x Vegetação**, 1ªed. Porto Alegre (Brasil): Editora Pallotti, 2001, 136p.

SARAWAT, C. *et al.* **Assessment of stormwater runoff management practices and governance under climate change and urbanization: An analysis of Bangkok, Hanoi and Tokyo**. **Revista Environmental Science & Policy**, Filadélfia (Estados Unidos), n.64, 2016, pp.101-117.

SERRÃO, A. V.. **Paisagem: natureza perdida, natureza encontrada?**. Revista de filosofia moderna e contemporânea. Lisboa (Portugal), 2011.

SILVA, M. M. A.. **Ipês, Mulungus, Sucupiras e Murtas: discussão de fitopatologias urbanas em ruas - o caso de Uberlândia**. 2017. 452 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

THOMAS, K.. **O homem e o mundo natural – Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**, 1ªed. São Paulo (Brasil): Companhia das Letras, 1989. 454p.

VESCINA, L. M.. **Projeto urbano, paisagem e representação: Alternativas para o espaço metropolitano**. 2010. 205fls. Tese (Doutorado em Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (Brasil), 2010.



O sentido de urbanidade do espaço público

Estudo das práticas sócio-espaciais da praça Costa Pereira, Vitória/ES

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

CASADO, Tatiana Caniçali (1); PEGORETTI, Michela Sagrillo (2); MENDONÇA, Eneida Maria Souza (3)

(1) Mestre, UFES, taticanical@gmail.com

(2) Mestre, UFES, michelasagrillo@yahoo.com.br

(3) Doutora, UFES, eneidamendonca@gmail.com

RESUMO

O artigo se dedica a apontar as práticas sócio-espaciais como reveladoras do sentido de urbanidade e socialidade dos espaços públicos, contrapondo-se o debate que indica o caminho contrário: a sua crise. O espaço público de interesse são as praças públicas, tendo como objeto a Praça Costa Pereira, localizada na região central da cidade de Vitória (ES). O objetivo do artigo é apreender a historicidade das práticas sócio-espaciais na praça Costa Pereira de modo a identificar, sobretudo, a permanência do caráter de interlocução e interação entre os indivíduos e grupos sociais neste espaço público. A pesquisa utilizou fontes primárias - periódicos locais disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - e secundárias - materiais bibliográficos, iconográficos e cartográficos - a fim de obter narrativas, relatos e registros da ocorrência de práticas sociais na Praça Costa Pereira nos séculos XIX e XX, além do trabalho de campo realizado com o intuito de observar e levantar as práticas de ocorrência na contemporaneidade. Observaram-se práticas extintas, outras acrescentadas ao longo tempo, e outras que, resilientes, vinculam-se àquelas de outrora, revelando a permanência do sentido de urbanidade e socialidade dos espaços públicos, o que se contrapõe ao discurso orientado a partir da 'crise do espaço público'.

PALAVRAS-CHAVE: urbanidade; práticas sócio-espaciais; praça Costa Pereira.

1 INTRODUÇÃO

Frente ao debate que aponta a desvalorização e a chamada decadência dos espaços públicos em decorrência de processos de urbanização pautados no planejamento funcionalista e na valorização de grandes vias de tráfego (BORJA E MUXÍ, 2000; ROLNIK, 2000), o artigo aqui apresentado tem como objetivo analisar as práticas sócio-espaciais contemporâneas na praça Costa Pereira, Vitória/ES, a partir de uma análise comparativa com aquelas identificadas em tempos pretéritos a fim de compreender suas transformações e, sobretudo, a continuidade do caráter de interlocução e interação entre os indivíduos e grupos sociais no espaço livre público, mesmo diante do processo de urbanização pautado no advento da modernidade e todas as implicações ali incidentes. A pesquisa busca, assim, apreender a historicidade das práticas sócio-espaciais na praça em questão, de modo a refletir sobre um *continuum* sentido de urbanidade deste espaço público não obstante os processos de urbanização que foram, aos poucos, mudando sua configuração espacial.

A perspectiva funcionalista do solo implantada no urbanismo moderno resultou em espaços dotados de monofuncionalidades e com usos fragmentados destinados à lazer, moradia, trabalho e circulação. Segundo Rolnik (2000), no processo de urbanização brasileira, a ideologia dominante de planejamento também resultou em baixa prioridade ao espaço público e seu papel como local que representa o espírito da coletividade e da cidadania. Alguns autores, no entanto, vêm refletindo sobre mudanças das práticas sócio-espaciais que acabam se adequando a novos cenários espaciais como resposta a uma sociedade diferente e em transformação. Tal reflexão parece conduzir uma análise importante para aferir até que ponto os espaços públicos foram reduzidos à espaços



amorfo nas cidades, especialmente nos seus centros históricos. Queiroga (2001) observa que há sim transformações nas práticas cotidianas dos habitantes metropolitanos, porém não acredita no “declínio do homem público” e sim em mudanças na esfera pública, deslocamentos de práticas espaciais públicas, hibridismos e novas complexidades que sugerem novas formas de apropriações dos espaços. Macedo (2001, p. 158) também concorda com estes novos arranjos: “Não existe a morte do espaço público, mas a recodificação e a especialização de suas formas de apropriação, que são adequadas às formas de arranjos sociais que se configuram”.

Nesse contexto, toma-se o processo de urbanização da praça Costa Pereira, em Vitória (ES), como objeto de análise desafiador, uma vez que as intervenções realizadas e inspiradas no advento republicano e na negação da cidade colonial transformaram o Largo da Conceição em Praça Costa Pereira sob os preceitos da modernidade urbana. Desse modo, edificações singulares de uso religioso (Igreja de Nossa Senhora da Conceição) e cultural (Teatro Melpômene e Teatro Carlos Gomes) marcaram, respectivamente, os usos do largo à praça, o que indica ser esta transformação simbólica-funcional, um destes preceitos.

A estratégia metodológica alcançou revisão bibliográfica de conceitos-chaves relacionados às práticas sócio-espaciais, sobretudo os esforços empreendidos por Henri Lefebvre (2006), Michel de Certeau (2008) e Milton Santos (2008) sobre os conceitos de ‘espaço social’, ‘práticas cotidianas’ e ‘ação social’, respectivamente, os quais atribuem à prática social um importante papel comunicacional e de proximidade entre indivíduos e grupos sociais no espaço público. Somam-se ainda, revisão bibliográfica, análises iconográficas e cartográficas, além de pesquisa em periódicos locais disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional dedicadas ao objeto empírico no sentido de identificar e apreender as práticas sócio-espaciais e os processos históricos de evolução e transformação urbana da praça Costa Pereira ao longo do tempo. Já para a identificação e mapeamento das práticas sócio-espaciais contemporâneas foram realizadas visitas à Praça em horários e dias distintos de modo a permitir apreendê-la em sua cotidianidade.

Por fim, lançou-se mão de um quadro síntese para qualificação das práticas sócio-espaciais, no sentido de apontar não só continuidades, como também outros tipos de transformações das práticas ao longo do tempo. Deste modo, a análise dos espaços públicos, para além de identificação das transformações ocorridas nas práticas sócio-espaciais no espaço/tempo, direciona-se ao entendimento da própria realidade urbana contemporânea, abrindo reflexão do papel das praças públicas na urbanidade dos centros históricos das cidades.

2 A PRAÇA PÚBLICA COMO ESPAÇO DE URBANIDADE

2.1 Práticas sócio-espaciais cotidianas e o sentido de urbanidade do espaço público

A abordagem do espaço público a partir das práticas sócio-espaciais pressupõe, primeiramente, valorizar a condição *sine qua non* do espaço enquanto um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistemas de ação, defendida por Milton Santos (2008). Ao tratar as ‘práticas sócio-espaciais’ - como propõe Souza (2015) - no espaço público, busca-se não apenas reforçar o caráter de inseparabilidade dos processos, mas sobretudo reposicionar o adjetivo ‘social’ para além de uma mera qualificação do espaço, mas como aquilo que atribui significação ao mesmo, e, sem o qual, deixa de existir. Propõe-se, portanto, aproximar o conceito de práticas sócio-espaciais ao de urbanidade presente em Netto (2010, p. 3), compreendida para além de qualquer fenômeno produzido pela relacionalidade entre o social e o espacial, mas como aquela “[...] associada a um *ethos*, ou estados de civilidade - um horizonte de cidade como expressão e convergência de



diferentes formas de vida: a cidade da ética do convívio como devir urbano.”

Importa indicar que a posição a partir do qual se delinea a ideia de práticas sócio-espaciais deriva ainda dos conceitos de ‘espaço social’ de Henri Lefebvre (2006) e ‘práticas cotidianas’ de Michel de Certeau (2008). Estas abordagens atribuem peso significativo ao caráter não passivo da ação social, o que a distingue da ideia de um comportamento qualquer. A compreensão da produção do espaço urbano a partir da análise das práticas sócio-espaciais cotidianas, nesse sentido, toma a ação social como uma atividade comunicacional, como expõe A. D. Rodrigues (1994, p. 75) apud Santos (2008, p. 316): “na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum.” Visto dessa maneira, o papel comunicativo das práticas sociais revela um sentido de socialidade, o qual extrapola, portanto, o sujeito e assume uma projeção de um compromisso coletivo.

Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*, elabora uma teoria das práticas cotidianas, considerando tais práticas detentoras, ao mesmo tempo, de criatividade e astúcia. Para Certeau (2008, p. 19), as práticas cotidianas não são passivas diante da ordem econômica dominante. Haveria, para o autor, nessas práticas cotidianas, ‘combinatórias de operações’ dos usuários as quais, com algum grau de liberdade, criatividade e astucidade, “[...] modificam ou desviam a verdade imposta.” Ao reivindicar o caráter ativo das práticas cotidianas, Certeau (2008) atribui às mesmas uma dimensão política, já que atuam de modo a alterar os mecanismos da disciplina, no que ele chama de uma antidisiplina.

Segundo Correa (2004, p.43), “a produção do espaço é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesse, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade”. A vivência dos e nos espaços públicos é entendida assim, sob a ótica de parâmetros geradores de conflito. Neste ponto, conforme Netto (2010), se propõe um olhar voltado não para todas as formas de urbanidade - o que incluiria socialidades hostis e os espaços de repressão ou violência -, mas para aquela associada a um grau de tolerância e convivência entre diferentes socialidades. Netto (2010) reforça o papel da cidade como meio de integração da realidade social e material – uma relacionalidade que é efeito semântico e comunicativo da referencialidade do significado compartilhado por ato, palavra, meios técnicos, e espaço. Desse modo, a importância do estudo e reflexão acerca das práticas sócio-espaciais cotidianas nos espaços públicos se revela fundamental enquanto reconhecimento do papel da cidade na experiência e na produção da vida social, ou seja, do lugar da cidade na experiência e na produção do mundo social.

2.2 Do Largo de Nossa Senhora da Conceição à Praça Costa Pereira

A transformação do antigo Largo de Nossa Senhora da Conceição – também denominado Prainha -, em Praça Costa Pereira em Vitória (ES) decorre, em geral, assim como em outras cidades brasileiras, dentro de um contexto semelhante de urbanização modernizadora no início do século XX. Tal processo, tomado à luz dos espaços livres públicos, orientou-se, para além das questões de salubridade, pela necessidade de imposição de uma ideia de embelezamento e civilidade representativa da recém-criada República, a qual contraporía o espaço livre concebido no período colonial, então entendido como desprovido destes atributos. Deste modo, falar da transformação do ‘Largo’ em ‘Praça’ assume um amplo significado neste contexto, uma vez que pressupõe não apenas mudanças terminológicas ou físicas deste espaço público, mas todo um processo o qual atravessa inúmeras dimensões, quais sejam políticas, econômicas, técnicas, culturais, ambientais e sociais.



O núcleo ocupacional colonial da Capital inicia-se, no século XVI, junto às partes elevadas, numa típica estratégia militar, e, ao mesmo tempo, em consequência da condicionante geográfica, uma vez que a parte baixa era tomada pelas águas nas marés altas e por manguezais nas marés baixas. É na parte baixa da cidade, entretanto, que se situa atualmente a Praça Costa Pereira – anteriormente “Reguinho”, “Prainha” e “Largo da Conceição” -, a qual fora, até o século XVIII, uma diminuta praia – posteriormente denominada Prainha – que se formava em razão de um ‘braço’ de mar que adentrava a região. Luiz Serafim Derenzi, em *Biografia de uma Ilha* (1965), fornece ainda uma ideia desse entrelaçamento que ocorria em Vitória entre o mar e a cidade.

O casario, nascendo do mar, entremeia-se com restos de vegetação nativa e morre em torno do “Colégio” e da Matriz. As torres assimétricas de Santiago dão-lhe um harmonioso equilíbrio. Equilíbrio que se casa com o plano de fundo, coberto de mata secular e vigorosa. **Não há separação definitiva entre as águas e a terra. O mar entra pela “Prainha”** e, nos baixios de Roças Velhas [zona compreendida desde o Parque Moscoso até Santo Antônio], dilui-se nos mangues, que se confundem com o mataréu das colinas. **Nas marés menores descobrem bancos de areia**, que, pouco a pouco, aterrados, se transformam em embarcadouros e trapiches (DERENZI, 1965, p. 95, grifo nosso).

Segundo Gonçalves (2017, p. 66) “Nessas diminutas praias, construíram alguns trapiches ou ancoradouros. As naus e caravelas ficavam mais afastadas, no meio do canal, aguardando que fossem carregadas pacientemente pelas idas e vindas dos pequenos barcos.” Outro aspecto relativo à mesma região, diz respeito aos dois córregos que ali desembocavam, resultando em uma área semi alagada e “pantanosa” também conhecida como “Reguinho”. Conforme aponta Canal Filho (2004), o lento, porém gradativo adensamento urbano aos poucos associa as partes alagáveis da Cidade à insalubridade, como focos de doenças e epidemias. Três áreas (Figura 1) se destacam nesse contexto: o Campinho (atual Parque Moscoso), o Pelames (atual Praça Irmã Josefa Hosana), e o Reguinho (atual praça Costa Pereira) Este último, conforme aponta Elton (1999), possuía mais de dois terços de sua região banhada pelo mar e contava com a presença do Forte de São Diogo em cujas pedras os barcos atracavam.

Figura 20: “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895” por André Carloni



Áreas semi alagadas, consideradas “pantanosas”:

I – Campinho (Atual Parque Moscoso)

II – Pelame (atual Praça Irmã Josefa Hosana)

III – Reguinho, posterior Largo da Conceição ou Prainha (atual Praça Costa Pereira)

Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br> – nov/2017, adaptado pelas autoras

Segundo Daemon (2010), em meados do século XVIII são realizados aterros no Reguinho visando a construção da Igreja de N. S. da Conceição, concluída em 1755. Estes aterros, contudo, não implicaram na completa eliminação dos córregos, tão pouco na total transformação da área alagada em área seca. Ao que indica o autor, tratava-se muito mais de aterros restritos à área que seria ocupada pela Igreja, ficando o restante, à margem destas intervenções. Este fato pode ser constatado pelo crescente número de reclamações e relatos acerca da insalubridade ao longo do século XIX, o que demandou ações de intervenção, como consta no Relatório *A Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo (ES)* de 1886:

O aterro do imenso alagadiço que fica ao Sul d’esta capital e a canalização das águas do Reguinho são obras que não devem ser adiadas, visto que são outros tanto focos de infecção e causas principais de muitas enfermidades que dizimam a população d’esta capital, principalmente quando chega a estação quente (ESPIRITO SANTO, 1886, p.26).

Desse modo, segundo Elton (1999), a partir da construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Figuras 2 e 3) o até então denominado “Reguinho” ou “Prainha” passou a ser denominado Largo da Conceição (Figura 2), sendo muito frequentado por pescadores, os quais passaram a ter, em uma mesma área, a possibilidade de chegar e sair com seus barcos, confeccionar suas redes, vender o pescado e ainda expressar suas crenças à Santa protetora, quer seja em agradecimento ou a pedido de proteção. A esse respeito, Daemon (2010, p.220) relata que “Eram muitos devotos daquela imagem os pescadores que faziam promessas e donativos,

celebrando-se festas pomposas.” Observa-se, neste contexto, que a prática da pesca se integrou à prática religiosa, uma vez que estas se articulam cotidianamente de modo complementar e associado ao dia a dia dos “homens do mar”.

Figura 2: Largo da Conceição (círculo tracejado vermelho) e I. N. S. Conceição (seta amarela) representados na “Planta Geral da Cidade de Vitória em 1895” elaborada por André Carloni



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br> – nov/2017

Figura 3: Torre da Igreja Nossa Senhora da Conceição da Prainha (seta amarela), 1882



Fonte: Joaquim Ayres (foto) disponível em: <http://www.morrodomoreno.com.br/materias/igreja-de-nossa-senhora-da-conceicao-da-prainha-por-elmo-elton.html> - nov/ 2017

Já em fins do século XIX, durante o governo de Muniz Freire (1892-1896), o Largo da Conceição começou a ser reformulado. Segundo Monteiro (2008), a Igreja de Nossa Senhora da Conceição foi demolida em 1895 para a construção do Teatro Melpômene, inaugurado em 1896. Conforme aponta Monteiro (2008), o aterro definitivo sobre o Largo da Conceição só viria a se concretizar na administração de Jerônimo Monteiro (1908-1912), quando efetivamente se apaga a presença da água nesta região. Neste período, o Largo passa a se chamar Praça da Independência, sendo que sua nova conformação expressa o desejo de ruptura em relação ao recente passado colonial, fato que pode ser observado desde a mudança de sua denominação – a referência religiosa é substituída pela referência política – passando pelo desenho urbano e os modos de uso a ela atrelados. Desse modo, as intervenções realizadas nas primeiras décadas do século XX se orientavam à luz dos ideais urbanos de modernização, o que compreendia em novos padrões de civilidade, higienidade e embelezamento, cenário este que contrastava com o aspecto da cidade de Vitória no começo do século, a qual, segundo Derenzi (1995), se apresentava insalubre, com casas escuras, ruas estreitas, construções coladas e ladeiras íngremes.

Tais intervenções modernizadoras, portanto, compreendiam a expansão da cidade pela construção de aterros, a demolição de casarios, correções de alinhamento/alargamento de ruas, obras de infra-estrutura urbana e melhoria paisagística de parques e praças (Canal Filho, 2004). É, contudo, durante o governo de Florentino Avidos (1924-1928) que a praça recebe o nome atual – Praça Costa Pereira – e assume, definitivamente, seu novo caráter de praça ajardinada e republicana. As sucessivas intervenções que se deram ao longo do tempo sobre o antigo largo colonial materializam, pouco a pouco, o desejo de transição do modelo urbano colonial para o modelo urbano moderno, apoiado em novos parâmetros ideológicos e estéticos de progresso, salubridade e embelezamento.

3 PRÁTICAS SÓCIO-ESPACIAIS NA PRAÇA COSTA PEREIRA, VITÓRIA (ES)

3.1 O cenário contemporâneo

A identificação e análise das práticas sócio-espaciais cotidianas de ocorrência na Praça Costa Pereira, será apresentada primeiramente do contemporâneo para o passado, de modo a construir uma narrativa acerca da problematização vinculada às sociedades atuais – a suposta crise do espaço público - ancorada à historicidade das práticas sócio-espaciais na praça em questão. Neste cenário, toma-se a historicidade da ação social como um instrumento de compreensão do presente. Importa indicar ainda, que a noção de cotidiano neste artigo diz respeito tanto às práticas de recorrência no dia a dia quanto àquelas que ocorrem eventualmente, porém com alguma regularidade em intervalos de tempo determinados. Deste modo, a identificação das práticas sócio-espaciais contemporâneas foi possível a partir de visitas à Praça Costa Pereira entre os meses de maio e junho de 2019 realizadas em três momentos do dia: manhã, tarde e noite, de segunda a sexta-feira. A praça possui atividades ligadas ao uso dos dois teatros, mas a vida cotidiana se manifesta em práticas sócio-espaciais de transeuntes e não transeuntes, que parecem marcar ritmos distintos de movimento. A Figura 4 a seguir retrata a inserção urbana da praça em relação ao uso do solo do entorno e para além dele. Já a Figura 5 apresenta uma vista panorâmica atual da praça, provida de intensa arborização, bancos curvos acompanhando percursos internos e canteiros, sendo ladeada por vias em todo o seu entorno.

Figura 4: Praça Costa Pereira (círculo tracejado preto) e usos do solo



Fonte: Adaptado a partir do acervo da PMV/SEDEC/GPU/CRU

Figura 5: Praça Costa Pereira (2019) com Teatro Glória ao fundo



Fonte: <https://www.simnoticias.com.br/praca-costa-pereira/>

Desta forma, foram identificadas as seguintes práticas sócio-espaciais cotidianas: (a) interações sociais, que se reservam às ações de descanso, contemplação, namoro e conversas entre indivíduos e grupos de indivíduos; (b) econômicas, que se vinculam às práticas de caráter comercial (banca de revista, barracas de alimentos e vestuários, além de vendedores ambulantes de picolé); (c)

religiosas (referentes à pregações e crenças religiosas); (d) moradia, ao abrigar pessoas em situação de rua e (e) deslocamentos.

As práticas relacionadas à interação social resguardam-se ao interior da praça e aos não transeuntes, em ritmo mais lento de movimento se comparado ao movimento dos transeuntes os quais deslocam-se, em sua maioria, pela periferia da praça em direção a outras áreas do Centro, em movimento pendular diário. Acredita-se que o uso do solo comercial e misto também possam desencadear tais fluxos que, juntamente com a inserção da praça em localização próxima a vias de caráter metropolitano, dinamizam práticas de deslocamentos na praça e seu entorno. Já as práticas sócio-espaciais do tipo econômica são caracterizadas sobretudo pelo comércio informal que se desenvolve na porção mais periférica da praça, parecendo buscar posição mais estratégica em relação à prática de deslocamento de transeuntes. No entanto, o comércio informal extrapola-se para além do limite físico da praça nos três períodos do dia, fato que fortalece o caráter comercial ali já instaurado.

Merecem destaque, por fim, as práticas relacionadas à moradia e aquelas de caráter religioso. A praça acolhe nos três períodos do dia pessoas em situação de rua, que parecem concentrar-se em determinado ponto interno da praça, mantendo ali uma relação de convivência, pressupondo uma necessidade, ao mesmo tempo, de proteção e territorialidade transitória. Pela manhã e à tarde, práticas de caráter religioso são identificadas por meio de pregações com uso de microfone e caixa de som, e localizam-se próximas aos moradores em situação de rua. Importa destacar que, embora a prática da moradia e a prática religiosa possam pressupor pequenos conflitos cotidianos entre elas e com outras práticas, tais conflitos não inibem transeuntes ou a permanência de pessoas na Praça, o que revela o caráter de contextualização e integração de tais práticas ao cotidiano da vida urbana da praça Costa Pereira, fomentando o sentido de urbanidade do lugar (Figuras 6 e 7).

Figura 6: Co-existência de práticas sócio-espaciais na Praça Costa Pereira (comércio, interação social e moradia)



Fonte: Autoras, 2019

Figura 7: Práticas de comércio e interação social no período noturno



Fonte: Autoras, 2019

Assim, observa-se que a intensidade e a diversidade das práticas sócio-espaciais cotidianas na praça Costa Pereira, quais sejam, de interação social, econômicas, religiosas, de moradia ou de deslocamento, revelam uma cotidianidade dinâmica e intensa vivenciada por uma diversidade de atores sociais, os quais, parecem construir socialidades e espacialidades próprias com algum “grau” de reconhecimento dos próprios limites e dos direitos do “outro” no espaço público.



3.2 O cenário pretérito

A identificação das práticas sócio-espaciais se deu a partir de pesquisa em fontes primárias – relatórios e mensagens de Governo, além de periódicos locais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – relacionadas à Praça Costa Pereira (nos séculos XIX¹ e XX) e suas diversas denominações anteriores. Recorreu-se ainda às fontes secundárias – bibliografia, iconografia e cartografia – em busca de relatos, citações e narrativas acerca de práticas sociais no local de estudo. Desta maneira, enquanto a pesquisa em fontes primárias forneceu um vasto levantamento acerca das práticas nos séculos XIX e XX, a pesquisa em fontes secundárias possibilitou identificar relatos de práticas anteriores ao século XIX.

Já se apontou e vale reforçar que ao recuperar a memória espacial narrada textualmente e representada em cartografia histórica, nota-se que a região da atual Praça Costa Pereira fora local dominado pelas águas, seja pelo mar adentrado ou pelos córregos e áreas semi alagadas decorrentes dos mangais originalmente presentes no sítio físico. Os relatos acerca do antigo “Reguinho” ou “Prainha”, sobretudo até a primeira metade do século XIX, estão ligados a atividades comuns do dia-a-dia como a compra e venda de manufaturas e víveres, o descanso e alimentação de pessoas e animais, o banho de mar, as brincadeiras infantis, os encontros para negócios, as atividades laborais como a construção ou conserto de barcos e redes de pesca e a limpeza de peixes, as procissões religiosas, as festividades sociais, e o despejo de dejetos. Uma importante descrição saudosista de parte dessas práticas que ocorriam no “Reguinho” se encontra publicada no Diário da Manhã de 18 de agosto de 1927

O LARGO DA CONCEIÇÃO - O REGUINHO - O BECO DO ESTANQUE - OS PELAMES - A CHÁCARA DO VINTÉM

[...] A não ser por ouvir contar, poucos dos nossos jovens se lembrarão de que o Largo da Conceição, onde hoje está installada, com mais amplitude, alias, a bella Praca da Independencia, com os seus jardins e os seus repuxos, bellos prédios, cafés luxuosos, e um lindo Theatro, **era um capinzal cheio de castanheiras, em cujos troncos ficavam amarrados os burros de carga.**

Capinzal onde as creanças, desconhecendo ainda o futebol, faziam os jogos de sella e de barra, de batalhões e presos fugidios.

[...]

E o Reguinho ! Quem se lembrará desse lugar onde a meninada fazia os seus jogos de rasteira, antes das innovações esportivas que hoje dominam? (OS ASPECTOS..., 1927, p.17, grifo nosso)

Sabe-se que a região concentrava certo número de pescadores, os quais tomavam a “Prainha” como ponto de saída e chegada com seus barcos no cotidiano de suas idas e vindas em busca de pescado. A construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição - e conseqüente transformação da área em Largo da Conceição -, em 1755, se dá após inúmeras solicitações dos pescadores da “Prainha” para que se construísse ali uma igreja para que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” aos sábados após o dia de trabalho. Atendida essa reivindicação, insere-se, sobretudo na rotina dos pescadores, o hábito de frequentar os cultos e rezas promovidos nesta Igreja antes ou depois de um dia de trabalho, ou, de modo especial, aos sábados em razão dos citados terços e ladainhas. Estes mesmos pescadores realizavam no Largo, festas e procissões religiosas dedicadas à santa que dá nome à Igreja ou a outros santos de devoção, além de outras atividades vinculadas à pesca, como a confecção de redes, o conserto de barcos, a limpeza e venda do pescado.

A partir da segunda metade do século XIX aumentam os registros que indicam a insalubridade da área e reclamam a necessidade de aterros e canalizações como meio de saná-la. A prática de

¹ Este recorte temporal leva em consideração os relatórios e mensagens de Governo periódicos mais antigos disponibilizados em domínio público. Deste modo, o material mais antigo disponível na Hemeroteca Digital trata-se de um relatório provincial do Espírito Santo de 1833 (presidente Silva Pontes).

despejo de dejetos no “Reguinho” e também posteriormente no Largo da Conceição era comum, sendo relatado, inclusive, o depósito de animais mortos. Com a inauguração do Teatro Melpômene em 1895 - durante a administração de Muniz Freire - inicia-se, junto à então Praça da Independência, mudanças no caráter do uso deste espaço livre pela população de Vitória. Conforme aponta Monteiro (2008), além de peças teatrais, apresentações artísticas e musicais, o Teatro abrigou ainda a função de cinema até 1924, quando o espaço é atingido por um incêndio que o destrói parcialmente. Estas novas atividades desenvolvidas no interior do Teatro implicam na inserção de novos hábitos urbanos no espaço público, os quais assumem grande prestígio junto à população capixaba. Sinônimo de status, frequentar o Teatro Melpômene e a Praça da Independência, passa a representar uma forma de demonstração de uma determinada posição social economicamente privilegiada.

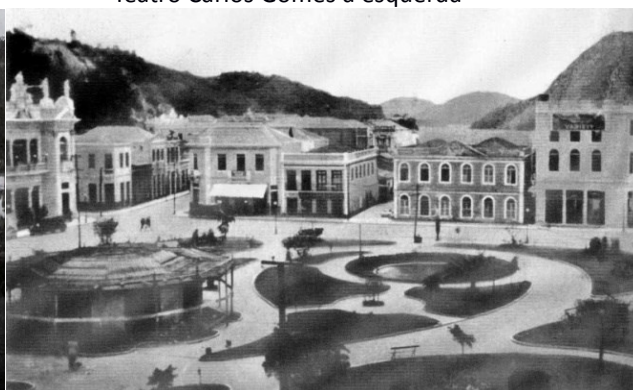
O governo de Florentino Avidos (1924-1928) conferiu ao antigo Largo o desenho moderno de Praça, ocasionando também uma mudança na apreensão da paisagem de seu entorno (Figura 8). Assim, em 1922 a Praça foi ampliada com a desapropriação de velhos casarios para as obras de saneamento ao seu redor e inaugurada em 1928. É do final da década de 1920 e início da década de 1930 a construção dos dois principais teatros da Capital, o Teatro Carlos Gomes e o Teatro Glória, fato que consolidou a região da Praça Costa Pereira como um espaço de convívio cultural sobretudo relacionado às elites (Elton 1999) até meados do século XX (Figura 9). O desenho da praça perpetuou no tempo, apesar de alterações em número de pavimentos e uso nas construções não singulares do seu entorno.

Figura 8: Construção da praça Costa Pereira e obras de infra-estrutura na década de 1920



Fonte: <http://legado.vitoria.es.gov.br> – nov/2017

Figura 9: Praça Costa Pereira remodelada com Teatro Carlos Gomes à esquerda



Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br> – nov/2017

A Praça Costa Pereira, com sua concepção moderna voltada para a elite capixaba, assistiu o processo de verticalização do Centro - iniciado a partir da década de 1940 e intensificado nas décadas seguintes - e valorização das grandes vias de tráfego e, em seguida, o deslocamento de certas atividades, inclusive habitacionais, para outras áreas em expansão da cidade, à leste e nordeste, que atraía a elite capixaba. Estes fatos foram aos poucos atenuando a condição da praça como espaço das classes mais abastadas, consolidando novos ares de convívio caracterizados pela presença de uma classe média baixa e um comércio popular que parece, retornar à cena.

3 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das práticas sócio-espaciais cotidianas na praça Costa Pereira revelou o caráter dinâmico e diverso deste espaço público como palco e produtor da ação social urbana. A despeito da

modernização materializada no processo de urbanização da área central da Capital, sobretudo na primeira metade do século XX, práticas sociais identificadas na Praça Costa Pereira indicam um sentido de urbanidade que desconstrói a suposta “crise” do espaço público e estabelece vínculos com práticas pretéritas ocorridas no mesmo local. Resume-se, no Quadro 1, as principais práticas sócio-espaciais identificadas nos dois cenários temporais e suas transformações, apontando não só continuidades, mas também interrupções e surgimentos ao longo do tempo.

Quadro 1 – Síntese Práticas sócio-espaciais cotidianas e suas transformações na Praça Costa Pereira

Categorias	Descrição das Práticas sócio-espaciais	I	II	(T)
Religiosas	Procissões e festividades religiosas oficiais			
	Expressão da crença (promessas, agradecimentos, pregações)			
Laborais	Relacionadas à pesca: conserto barcos; confecção redes; limpeza peixes			
	Descanso e alimentação de cavalos e burros (transporte de cargas e pessoas)			
Interações Sociais	Festividades sociais			
	Descanso, contemplação, conversa, namoro			
	Atividades recreativas infantis			
Econômicas	Informais (feiras, ambulantes)			
	Formais (comércio em lojas nos arredores)			
Cívicas	Eventos, festas e solenidades			
	Manifestações			
Deslocamento	Circulação e atravessamento			
	Acesso aos meios de transporte			
Ilícitas	Despejo de dejetos			
	Consumo de drogas			
Moradia	Moradia por pessoas em situação de rua			

Legenda	
Cenários Temporais	(T) Tipo de Transformação
I. Cenário Contemporâneo	a b c
II. Cenário Pretérito	Continuidade Interrupção Surgimento

Fonte: Elaborado pelas autoras

Nota-se, portanto, que guardadas as adaptações de determinadas práticas ao modo de vida moderno-contemporâneo, as práticas identificadas no passado, de alguma forma, ainda estão presentes na atualidade. Cabe destacar neste sentido: as pregações religiosas, antes ritos relacionados à Igreja da Conceição; o comércio ambulante, antes venda de pescado e outros gêneros alimentícios e produtos; o descanso de motoristas de táxis e trabalhadores do entorno, antes descanso de homens e seus animais de transporte; o encontro social e as atividades recreativas, antes encontros para negócios, festividades e brincadeiras infantis.

No que tange às práticas que sofreram interrupção, estão as procissões e festividades religiosas oficiais organizadas pelas instituições católicas e o despejo de dejetos. Enquanto a primeira se deslocou para outros pontos de interesse na Cidade, a segunda reflete a consolidação das obras de saneamento empreendidas ao longo do século XX na área central. Por último, quanto às práticas que surgem, destacam-se o consumo de drogas e a utilização da praça para fins de moradia pela população em situação de rua. Estas ‘novas’ práticas indicam a fragilidade do processo de produção da cidade e o acirramento das desigualdades sociais presentes em muitas cidades brasileiras. Não obstante a diversidade de práticas e mesmo o caráter negativo de algumas destas, nota-se que a ação social na Praça em questão se dá de maneira intensa e com algum grau de limite do espaço do “outro” no espaço público. Se, diversidade e intensidade apontam para um caminho contrário ao do discurso acerca da ‘crise do espaço público’, o ‘limite do espaço do outro’ indica um certo “estado de civilidade” presente nas práticas, o que se traduz, na visão de Netto



(2010), como o sentido da “ética do convívio”, de urbanidade. Essa urbanidade, como aponta o autor, possui traços históricos

“[...] materializados tanto como dados físicos sob forma da diversidade de espacialidades urbanas quanto [...] no impulso à associação e à relacionalidade – o impulso a comunicação que nos caracteriza como sociedade e tem garantido historicamente nossa continuidade, à despeito de toda sorte de forças internas de diferenciação e dissociação. Tais traços, seguem “pulsando urbanidade;” espacialidades do passado seguem oferecendo condições materiais para a relacionalidade da qual consiste a urbanidade no presente e no futuro” (NETTO, 2010, p. 22-23).

Dessa forma, não obstante as sucessivas transformações sócio-econômicas e culturais, materializadas em alterações físicas no espaço da Praça Costa Pereira, nas edificações em seu entorno, na paisagem urbana e sobretudo, nas práticas sócio-espaciais, pode-se notar que a praça pública em questão se mantém enquanto suporte e produtor do sentido de urbanidade. Este sentido, a despeito das múltiplas socialidades e espacialidades que incidem na Praça Costa Pereira mantém em *continuum* o componente de uma ética de coexistência. Como aponta Netto (2010, p. 21), “ [...] a urbanidade passa a incluir as qualidades éticas esperadas na vida urbana: o potencial pleno de relacionalidade social e a pulsação interna dessa relacionalidade como comunicação e bem-vir – a urbanidade como emancipação das realidades de intolerância, violência, coerção.” É válido ressaltar que as investigações feitas a partir dois cenários não representam a identificação da totalidade das práticas sócio-espaciais ocorridas na Praça Costa Pereira. No entanto, o esforço aqui empreendido permitiu ricas análises, as quais, é certo, não encerram o assunto, mas possibilitam a abertura de novas questões no que tange às práticas sócio-espaciais de ocorrência em praças públicas de áreas centrais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Borja, Jordi; Muxí, Zaida. *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2000.

Canal Filho, Pedro. (2004). **Vitória Republicana: um salto para a modernidade, a história do ecletismo do Centro de Vitória contada por André Carloni, Josef Pitlik e a praça Oito de Setembro**. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Certeau, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Correa, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

Daemon, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Derenzi, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. 1995

Elton, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES: Secretaria Municipal de Cultura, 1999

ESPÍRITO SANTO (Província). Presidente (Antonio Joaquim Rodrigues). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 5º de outubro de 1886**. Victoria: Typographia do Espirito-Santense, 1886.

Lefebvre, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ed. Ática, 1980.



Macedo, Silvio Soares. Produção da paisagem urbana contemporânea brasileira no final do século 20. **Revista Paisagem e Ambiente: ensaios**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: FAU, n. 14, 2001. p. 143 – 170

Monteiro, Peter Ribon. **Vitória: cidade e presépio; os vazios visíveis da capital capixaba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Vitória: Facitec, 2008.

Netto, Vinícius M. **A urbanidade como devir do urbano**. I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 29 de nov. a 03 de dez. de 2010.

Queiroga, Eugenio Fernandes. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. TESE (DOUTORADO EM ARQUITETURA E URBANISMO). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo

Rolnik, Raquel. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC/WLRA (Org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000, p 179-184.

Santos, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2008.

Souza, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.



Jardins Selvagens e resiliência da paisagem: uma proposta de gestão para as áreas verdes do Campus do Fundão- UFRJ.

LINHA TEMÁTICA 3: Planos, políticas e projetos. Estamos avançando?

EMILIÃO ARAÚJO, Beatriz (1);MAYA MONTEIRO, Patricia (2);

(1) MSc MPAP- UFRJ, biaemiliao@gmail.com

(2) PhD PROURB, Prof. associada FAU-UFRJ, MPAP-UFRJ; pmmayam@gmail.com

RESUMO

Este trabalho discute aspectos teóricos e projetuais dos jardins selvagens, como parte de um conjunto de ações para que se incorporem processos naturais aos projetos paisagísticos. Estes jardins trazem estratégias de plantio e manejo que priorizam espécies botânicas ruderais e resistentes; conjugando escolhas estéticas e projetuais a práticas mais sustentáveis. Diante das mudanças climáticas, e da necessidade de redução de demandas hídricas e energéticas, consideramos a necessidade de soluções voltadas para a resiliência da paisagem. Aqui, especificamente, esboçamos uma proposta de jardim selvagem para as áreas verdes do Campus da UFRJ, na Ilha do Fundão, incluindo sugestões de plantio e de rotinas de manutenção. A estrutura espacial deste campus estabeleceu extensas superfícies gramadas e espaços residuais- junto às vias, entre unidades acadêmicas e entre edificações- cujos custos de manutenção tem sido objeto de debates públicos. Portanto, a inserção destes jardins é justificável financeira e ambientalmente, é adequada às propostas projetuais e de gestão atualmente em desenvolvimento além de, academicamente, abrir possibilidades de pesquisa e experimentação. Em suma, discutimos a idéia de Jardim Selvagem no contexto da arquitetura paisagística como uma inovação desejável, subsidiando modos mais sustentáveis de gestão e fruição dos ambientes, e novas relações entre cidade e natureza.

PALAVRAS-CHAVE: jardim selvagem; resiliência; campus universitário.

1 INTRODUÇÃO

Os jardins selvagens se constituem por estratégias de plantio que priorizam espécies botânicas rústicas, ruderais, resistentes, preferencialmente nativas; assim conjugando escolhas estéticas e projetual a práticas mais sustentáveis. Estas estão presentes em projetos paisagísticos de diversas escalas e tipos, difundidos principalmente através de propostas exemplares de arquitetos paisagistas. Como Gilles Clément, que, na França, desenvolveu o Parc Henri Matisse, em Lille, e os Jardins do Museu do Quai Brailly, em Paris. Ou como Kongjian Yu, que desenhou o Parque da Fita Vermelha, em Qinhuangdalo, China. E também como James Corner, que desenhou o parque High Line, intensivamente visitado em Nova York. Ali, destaque-se, ele contou com ajuda de Piet Oudolf, designer de jardins e viveirista que tem estimulado o emprego de plantas perenes, questão relevante nos países de clima temperado, contribuindo para a construção da ideia atual de jardim selvagem.

Este trabalho visa discutir aspectos teóricos e práticos do jardim selvagem, considerando este como parte de um conjunto de ações que podem ser conduzidas nos sistemas urbanos para que os processos naturais sejam incorporados nos projetos paisagísticos.

Por um lado, recupera a idéia de Jardim Selvagem no contexto da arquitetura paisagística, como fruto de desenvolvimentos técnicos e estéticos do campo, e também como solução projetual de significados múltiplos, característicos de práticas sustentáveis e comunitárias contemporâneas. Por



outro lado, apresenta os benefícios ambientais da adoção de jardins selvagens, que se conjugam a novas rotinas de manutenção da vegetação.

Especificamente, esboçamos aqui uma proposta de jardim selvagem para as áreas verdes do Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, cuja implantação segue os princípios do Movimento Moderno em Arquitetura, estando os conjuntos edificados do Campus dispersos em um *continuum* de espaços livres. Assim, esta estrutura espacial contém extensas superfícies gramadas e espaços residuais- junto às vias, entre unidades acadêmicas e entre edificações- um campo “pastoril” de quase 100 hectares. Há, no entanto, um grande custo ambiental, social e econômico na manutenção, que recentemente tem sido objeto de intensivos debates públicos.

Portanto, a inserção de jardins selvagens é justificável financeira e ambientalmente, além de estar adequada às propostas projetuais e de gestão atualmente em desenvolvimento pela UFRJ. Apesar destes jardins não terem sido nominalmente citados pela equipe técnica responsável em documentos como o Plano Diretor Ambiental Paisagístico ou o Termo de Referência de Manutenção de Áreas Verdes Livres feitos para a Cidade Universitária da UFRJ, suas premissas se encaixam nas lógicas que vem sendo buscadas neste momento de contingenciamento de recursos. Além disto, academicamente, a proposta pode abrir possibilidades de pesquisa, experimentação e participação da comunidade universitária, combinando qualidade paisagística e ecológica nos ambientes do campus.

2- O JARDIM SELVAGEM NA HISTÓRIA DA PAISAGEM

A idéia de jardim está associada a sentidos do sagrado, a um Éden recriado de beleza resguardada cuja experiência nos conduz a estados superiores. Esta ordenação simbólica de ervas, arbustos e flores, da Antiga Pérsia à Idade Média, da Renascença ao presente se transcreve em lugares de harmonia, das artes e cultura, de poesia e romance, de epifanias, em ambientes de contemplação e experiências sensoriais.

Por muitos séculos, predominam nos jardins de pátios e palácios as soluções geometrizadas, tendendo à simetria (ver Laurie, 1983; e Jellicoe e Jellicoe, 1995; que trazem bons resumos da história do paisagismo). As técnicas jardinísticas das villas renascentistas italianas dos séculos XVI se expandem à escala monumental e domínio do território nos jardins barrocos franceses, iniciados por André Le Nôtre em meados do XVII.

No século XVIII, surgem então, nas grandes propriedades rurais inglesas jardins privados que contestam a artificialidade e formalismo dos jardins franceses. Os ingleses, influenciados tanto pelo passado clássico quanto pelas viagens ao Oriente, trazem a irregularidade na composição dos jardins. Repton, em 1814, demonstra como valorizar enquadramentos e vistas, com elementos em equilíbrio e espaços e percursos ladeados por pradarias de limites dissolvidos. Assim, estes jardins pitorescos simulam a natureza, ao menos a organicidade da sua imagem.

Em 1870, William Robinson escreve o livro “O Jardim Selvagem”; propondo que haja um vocabulário botânico aumentado, que empregue espécies rústicas, especialmente as exóticas. Este jardim não seria totalmente “selvagem”, mas demandaria pouca manutenção; e não seria necessariamente irregular. Sua prioridade está no plantio “naturalizado” de espécies que se estabilizem e sejam resistentes.

De modos diversos, o desenho irregular, a rusticidade e a simulação da organicidade da natureza passam a ser empregados ao longo da história, nos jardins e parques naturalizados. Os parques urbanos do século XIX, espaços que contrapõe às cidades, vão adotar estas lógicas. E no século XX,

o Movimento Moderno rompe com as ruas e quadras tradicionais e amplia as escalas urbanas, priorizando um continuum de espaços livres entre os edifícios. Nestes espaços, predominam gramados, como os campos pastoris dos jardins ingleses, emoldurando para os edifícios; um cenário visível na Ville Radieuse de Le Corbusier, na Brasília de Lucio Costa, e em vários campi Universitários por eles inspirados.

Estas extensas áreas gramadas presentes nos parques e cidades modernos desconsideram os ecossistemas locais. Como nota Spirn (1995), esta paisagem “tem a aparência de uma terra domesticada, de um pasto arborizado, mais do que de uma floresta. É uma comunidade vegetal altamente artificial, cuja persistência depende de uma manutenção intensiva e dispendiosa. O gramado está em disputa com as raízes pela água e nutrientes.” (p. 299).

Para além de dicotomias entre natureza e cultura, formalidade e informalidade, o paisagista Roberto Burle Marx une expressão artística a soluções projetuais que incorporam conhecimentos mais aprofundados sobre a botânica aplicada ao paisagismo. Nos anos 30, no início da carreira, projeta os Jardins de Casaforte, em Recife, um marco da valorização da vegetação brasileira, com um repertório de diferentes ecossistemas do país. Pelo convívio com botânicos, aprende a analisar as diferentes associações de plantas de diferentes habitat e ecossistemas, descobrindo e empregando espécies tropicais. Reconhecendo o papel dos ecossistemas na elaboração dos jardins, ele aponta que:

“No meu trabalho como artista, no campo do paisagismo, tento formar um vocabulário partindo da riquíssima forma brasileira, de sua infinita variedade, introduzindo no jardim espécies nativas e estudando, apaixonada e constantemente, as associações ecológicas, observando a paisagem natural e lutando pela preservação dessa herança que está sendo destruída implacavelmente” (discurso de Burle Marx em 1962, em Tabacow, 2004, p. 73)

Figura 1- Desenho de Burle Marx para a Praça de Casa Forte, 1935.



(Fonte: Sítio Roberto Burle Marx. disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142019000100303)

3- O JARDIM SELVAGEM NOS PROJETOS CONTEMPORÂNEOS

A denominação “jardim selvagem” se refere hoje a projetos paisagísticos caracterizados pelo emprego de herbáceas e arbustos, são “prados” de espécies resistentes, ruderais e perenes; que podem ser espontâneas ou não, nativas ou exóticas, com destaque para as plantas endêmicas e pioneiras, adaptadas ao clima e sítio. Suas composições destacam a diversidade da vegetação, de formas e cores, e favorecem a apreciação estética da vegetação de caráter ou imagem ruderal.



Assim, trazem representações de um meio natural intocado, simulando a organicidade da natureza original.

Eventualmente, correspondem a um conjunto de vegetação de ecossistemas locais, quando estes são savanas ou cerrados, ou então correspondem apenas aos estratos mais baixos de ecossistemas locais. Na América Latina, por exemplo, jardins áridos têm sido desenvolvidos por paisagistas com Amélia Robredo (Uruguai) e Ximena Nazal (Chile), adequados ao clima e ecossistemas locais.

A expressão “jardim selvagem”, adotada a partir do livro de Robinson de 1814, é a mais adequada para resumir as estratégias de que trataremos. A noção de “jardins naturais”, de Oudolf e Gerritsen, Henk (2003) não é precisa. A idéia de jardim selvagem é aplicável a muitas áreas verdes; no entorno de edifícios, em trechos de parques e margens rodoviárias; locais onde há necessidade de estratos vegetais mais baixos, que tanto permitam maior visibilidade de espaços e edifícios, com mais segurança pública; quanto favoreçam usos e apropriações mais intensos, de passagem ou permanência de pessoas. Nestes mesmos espaços, o emprego de jardins com canteiros floridos ou os habituais gramados demandariam maiores serviços de manutenção e maior consumo de água. A idéia de um jardim selvagem nestes espaços, portanto, não apenas introduz novas propostas de plantio, mas também novos conceitos para os espaços livres públicos, e para as relações entre homem e ambiente natural, entre cidade e natureza.

Há questões a serem destacadas na elaboração de jardins naturalistas, rústicos, selvagens. Por um lado, esteticamente, destacam-se a busca pelas representações da natureza, na composição irregular, nas abstrações da organicidade e a adoção de elementos construtivos e vegetação que tenha coesão com o sítio e território, como exemplarmente já haviam feito Burle Marx, e também Lawrence Halprin, que considera que “a forma se iguala ao processo na natureza, e que derivamos nosso senso estético da natureza” (apud Jellicoe, 1995, p. 33). Por outro lado, há um desenvolvimento do campo ambiental, especialmente a partir do precursor Ian Mc Harg (1969) e depois Spirn (1995) e Hough (1995), que pensam o planejamento e o projeto da Paisagem a partir de perspectivas sistêmicas, incorporando processos naturais no diagnóstico e nas soluções. Destaque-se também o conceito de ecogênese, criado por Fernando Chacel (2001) para definir estratégias de estímulo à recriação e manutenção de ecossistemas originais de manguezais manejados pelo projeto paisagístico. Nas últimas décadas, vários arquitetos paisagistas levaram a frente estas estratégias mais sustentáveis, tendo a vegetação espontânea, pioneira e nativa como foco projetual.

Em 1990, Gilles Clément projeta, no Parc Henri Matisse, em Lille, uma “ilha” irregular inacessível, erguida com resíduos de obras de infraestrutura, para que a vegetação espontânea brote sem interferências. Assim, inclui um “espaço selvagem” na paisagem urbana; uma proposta estética e ecológica inovadora.



Figura 2- A Ilha de vegetação espontânea no Parque Henri Matisse, em Lille, França. .



(Fonte: www.gillesclement.com/cat-banqueimages-matisse-tit-Parc-Matisse-Lille)

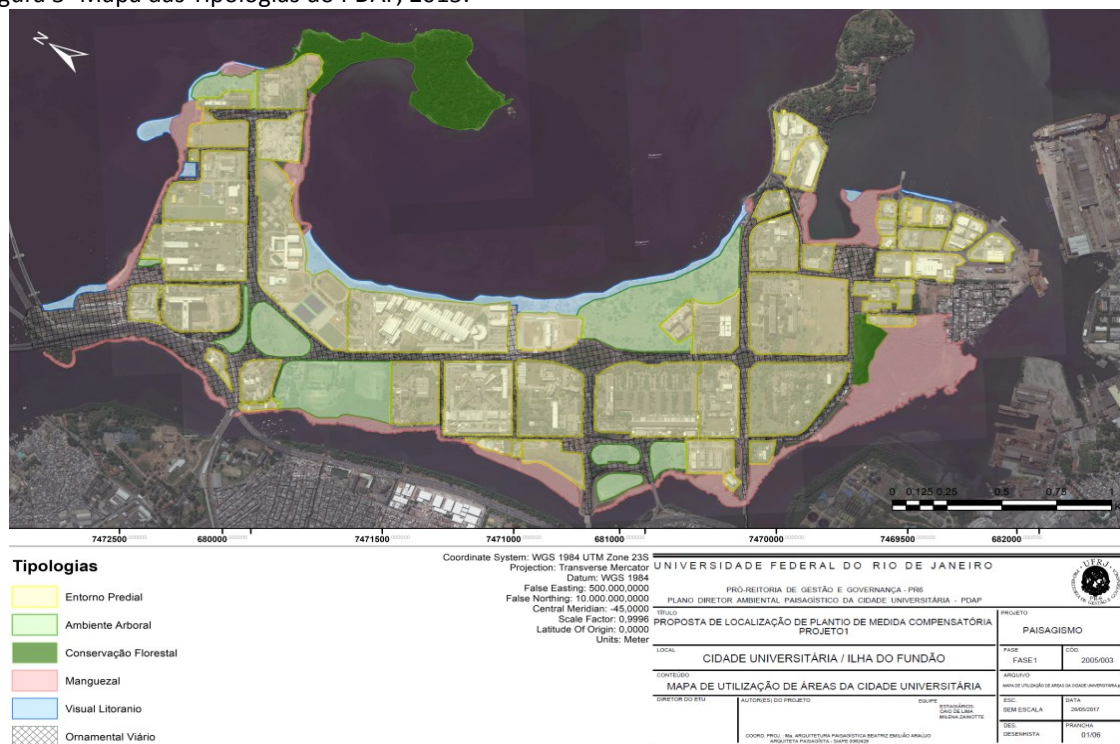
O arquiteto paisagista James Corner, juntamente com Piet Oudolf (e o escritório Diller Scofidio + Renfro), projeta o High Line Park em Manhattan, um parque linear elevado de 2,5 km. Inaugurado em 2009, que se conecta à cidade e aos edifícios contíguos. O projeto, demanda de moradores por parque em estrutura ferroviária elevada abandonada, é espaço público intensamente apropriado e visitado, e difunde a idéia de jardim selvagem. Há ali jardins de vegetação perene, de baixos estratos, mantendo vistas dos espaços ensolarados e das estações extremas da cidade. Há referência à vegetação espontânea que brotara por décadas no elevado abandonado, mas note-se que foram introduzidas novas espécies que permitissem uma “experiência sazonal mais contínua” (Darke, 2012, p. 21). Outro aspecto notável: a manutenção é feita com ajuda de voluntários; que só retiram os restos vegetais secos do inverno na primavera; a imagem destes perdura por meses.

4- UM JARDIM SELVAGEM NO CAMPUS DA UFRJ

A Ilha do Fundão, lugar da Cidade Universitária da UFRJ, foi formada por aterros a partir da dragagem das areias da baía de Guanabara e demolição de morros, unindo oito ilhas originais. Apesar da descaracterização dos ecossistemas originais, persistem ali espécies vegetais remanescentes nativas de Mata, Restinga e Manguezal. Há também espécies exóticas, resultantes de plantios e invasões.

O Campus possui hoje um total de cerca 528 hectares. Há 431 hectares de área construída, incluídas aquelas com tratamento paisagístico no entorno das edificações, estacionamentos e vias. As áreas verdes restantes ocupam cerca de 98 hectares (UFRJ-PD 2020).

Figura 3- Mapa das Tipologias do PDAP, 2015.



(Fonte: GT PDAP, 2017)

O Plano Diretor Ambiental (PDAP), de 2015, divide as áreas livres em tipologias, de acordo com as características da vegetação e propõe um grande parque margeando a orla da ilha com diferentes ambientes e ecossistemas de restinga, manguezal e água.

Na maior parte destas superfícies abertas, predominam extensas áreas gramadas; e os conjuntos vegetais arbóreos e arbustivos se encontram dispersos ou em áreas contíguas às edificações, nos estacionamentos, ou junto aos corpos d'água. Estes prados demandam roçadas continuadas; e carecem de desenho que os organize como percursos ou acessos às edificações. Grande parte destes, por suas indefinições e grandes dimensões, portanto, não abrigam usos e apropriações frequentes. Servem apenas à permeabilidade do solo e à visibilidade espacial, por vezes dando um fundo cênico às edificações.

Além disto, a necessidade de inovação nas práticas de plantio e roçada é cada dia mais premente. Tanto pelas mudanças climáticas, que implicam, entre outras coisas, na necessidade de redução do consumo de água e energia nestas rotinas; quanto pela diminuição de verbas públicas para a educação, afetando os serviços públicos de manutenção.

Note-se que no Brasil, a manutenção das áreas verdes públicas vem sendo praticada da mesma maneira por décadas, como apontam as referências sobre o tema (como Santos, 1978) e nas especificações das atividades de termos de referência; como as que constam nos termos do Campus da UFRJ. (UFRJ/ PR6, 2017). Às ferramentas manuais inicialmente usadas; como enxadas, foice e ancinhos; foram acrescentados equipamentos mecanizados. Esta facilitação e redução dos tempos de execução do trabalho, fez com que as roçadas passassem a ser feitas em intervalos de tempo cada vez mais curtos. Os gramados se mantêm bem aparados, rentes ao solo, dando uma ideia de maior segurança e salubridade; porém, se desconsideraram os impactos ambientais destas práticas.

No Campus do Fundão, a atividade de roçada continuada é atualmente realizada em todas as áreas verdes, tanto nos entornos prediais, quanto nas áreas mais abertas. O método empregado é a roçada mecanizada (trator e roçadeira costal), de forma continuada, com intervalo mensal, conforme os termos de referência da instituição (UFRJ-PR6, 2017). A manutenção destas áreas verdes e abertas dos campi é uma das atividades terceirizadas de maior impacto no orçamento da UFRJ como um todo.

Esta proposta parte do acompanhamento das discussões do Plano Diretor Ambiental em 2017, e de observações de campo sobre as rotinas empreendidas pela Prefeitura do Campus. Aqui esboçamos quais são os ambientes onde podem ser aplicadas estas mudanças, diretamente ligadas à revisão e ao manejo e plantio, incluindo conceitos e práticas do jardim selvagem.

Dividimos as atividades de roçada e plantio em quatro áreas-tipo, conforme seu contexto social e ambiental, criando uma gradação das demandas de manutenção: (4.1) áreas de roçada continuada, nos espaços juntos as edificações e vias; (4.2) áreas de roçada diferenciada do PDAP (UFRJ/ PDAP, 2015), antes continuadas; (4.3) áreas de roçada diferenciada nas áreas de expansões previstas pelo PD UFRJ 2020 e (4.4) jardins selvagens, em áreas de roçadas e rotinas de manutenção reduzidas.

Figura 4- Mapa de áreas livres da proposta de modificação das roçadas e plantios dos estratos baixos: em verde, não incluídas aí as áreas livres dentro dos limites das unidades acadêmicas.



Fonte: Emilião-Araujo e Maya-Monteiro, 2019, sobre bases do PD 2020.

4.1 Áreas verdes de Roçada Continuada

Nas áreas verdes junto aos conjuntos arquitetônicos e às vias, propomos que as roçadas sejam continuadas. Ainda assim, devem ser inseridas em alguns trechos rotinas de roçada diferenciada. Por exemplo, no Parque Frei Veloso, a proposta é que seja feita a roçada continuada das vias somando mais 1.5 metro de cada lado, no sentido da massa vegetal e das trilhas existentes. O restante da área deve ficar com a atual configuração de floresta. Estima-se que, ao todo, nestas áreas, as atividades de manutenção possam ter as superfícies trabalhadas reduzidas em cerca de 36%.

Figura 5- Ilha do Fundão. Roçada mecanizada em pequeno intervalo, a vegetação não se desenvolveu o suficiente para ser roçada.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

4.2- Áreas verdes de Roçada Diferenciada pelo PDAP

Estas áreas não edificadas são aquelas definidas pelo Plano Diretor UFRJ 2020 (UFRJ/ PD, 2011) como espaços livres não edificantes. Nelas, as atuais roçadas continuadas passariam a ser diferenciadas, segundo a proposta do Plano Diretor Ambiental Paisagístico (UFRJ/ PDAP, 2015). Com a implantação das novas rotinas, a roçada poderá ser realizada com intervalo de 50 dias, ou seja, com sete roçadas ao ano, reduzindo para 47% as roçadas por ano.

4.3- Áreas verdes de Roçada Diferenciada

Algumas áreas arborizadas da Cidade Universitária são formadas por copas de árvores densas e sombreadas, que não propiciam o desenvolvimento das gramíneas, e assim tem vegetação degradada. Por exemplo, os bosques de *Couropitas guianensis* (abricó de macaco), junto ao Edifício Jorge Machado Moreira; e os bosques junto ao Centro de Tecnologia e ao Hospital Universitário. Propomos que haja roçadas diferenciadas nestes bosques, e outros pontos junto às Unidades Acadêmicas- nas praças menores entre conjuntos edificados, e nas áreas de expansão previstas pelo PD 2020.

O que define as roçadas como diferenciadas é que o intervalo entre as roçadas seja maior do que 28 dias, ou seja, com treze roçadas por ano. A proposta é que o intervalo passe a ser de 50 dias, ou seja, de sete roçadas p/ano. Assim, há uma redução de 47% das roçadas por ano. Propomos

também que seja feita ainda uma experiência de aplicação da roçada diferenciada em uma área selecionada, no período do inverno; quando o desenvolvimento vegetativo é mais lento; para verificar se o intervalo de 50 dias pode ser ampliado.

Figura 6- Ilha do Fundão. Roçada proposta no passeio, junto ao meio fio.



(Fonte: Arquivo pessoal, 2018)

4.4- Jardins selvagens

Na quarta área-tipo há a implantação dos Jardins Selvagens propriamente ditos. Esta proposta já foi discutida pelo Grupo de Trabalho do PDAP, que desde 2017, que tem conduzido experimentos iniciais em pequenos espaços do Campus. Esta proposta pode gradativamente se estender, com as devidas adaptações, para as demais áreas-tipo, em todos os locais em que deve haver predominância de vegetação rasteira.

O Jardim Selvagem, no caso do Campus Universitário da UFRJ, consiste não na recomposição de ecossistemas originais, mas na possibilidade de plantio de vegetação segundo critérios estéticos de rusticidade e manejo facilitado.

No entanto, deve haver um mínimo de plantio e intervenção vegetal, mantendo a vegetação existente sempre que possível, e gradativamente retirando a vegetação invasora que hoje há no campus, como capim-colonião e leucenas. Assim, se prevê a manutenção da vegetação herbácea de brotação espontânea, sem a atividade de roçada, mas com a destoca do capim colonião (figs. 7 e 8). De todo modo, este manejo deve ser gradativo, tanto por conta do custo, quanto para que não se retire as proteções de algumas áreas.

O caráter de um parque de vastos campos abertos deve ser mantido. E com isto, o papel cênico da vegetação, mantendo a visibilidade a distância e favorecendo a segurança no contexto de um grande campus. Sendo assim, pode ser inclusive necessário remover trechos de arbustos cujo porte crie barreiras visuais para os espaços livres. Nas áreas de jardim adjacentes aos edifícios, os critérios da composição vegetal podem ser mais detalhados.

Observamos que a vegetação que brota espontaneamente nos espaços livres da Cidade Universitária possui uma beleza única em seu conjunto. Em sua maioria, é característica dos ecossistemas originais e possui certa ruderalidade. Isto minimiza demandas de manutenção. E não há necessidade de preparação do terreno para receber as sementes, pois a vegetação presente já germina espontaneamente. O único manejo indispensável é a destoca de espécies vegetais arbóreas ou arbustivas que apresentem o porte adulto com mais de 50 centímetros.

Figuras 7 e 8- Ilha do Fundão. Exemplo de conjuntos com formação proposta. Ao fundo podemos observar a presença do *Panicum maximum* – capim-colonião.



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Dentre as espécies vegetais hoje presentes nos espaços livres da Cidade Universitária que podem compor os Jardins Selvagens, destacamos as seguintes: *Blechnum pyramidatum* – camarão, *Tridax procumbens* – erva-de-touro, *Gomphrena cerosioides* – perpétua. A espécie *Gomphrena globosa*, cultivada e usada como forração nos jardins e com Inflorescências na cor roxa, *Alysicarpus vaginalis* – amendoimzinho, *Ipomoea cairica* – campanhia, *Pectis brevipedunculata* – chá-de-moça, *Kallstroemia maxima*, *Hippobroma longiflora* – arrebenta-boi, *Sporobolus indicus* – capim-capeta, e *Lycianthes asarifolia* – folha-de-batata.

Esta proposta de preservação das espécies nativas e endêmicas apoia os ecossistemas naturais, ajudando no controle biológico, contribuindo para uma diminuição da proliferação de vetores e um aumento da fauna local. O conceito de "Jardim Selvagem" aponta novas perspectivas para o projeto paisagístico, com a redução das rotinas de manutenção, o emprego de plantas nativas e endêmicas, uma maior biodiversidade; e uma nova estética da rusticidade.

Figura 9- Proposta de Jardim Selvagem desenvolvida pelo Grupo de Trabalho do PDAP na Ilha do Fundão.



Fonte: GT PDAP, 2017.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos discutir como a ideia de jardim selvagem pode contribuir para novas visões nos projetos paisagísticos, e para modos mais sustentáveis de gestão para os sistemas de espaços livres. Nosso objetivo, portanto, é subsidiar desenvolvimentos no campo projetual, e na gestão e manejo de áreas verdes públicas. Consideramos que a noção de jardim selvagem coloca novas perspectivas para a arquitetura paisagística.

Especificamente, esboçamos a proposta para as áreas verdes do Campus da Cidade Universitária da UFRJ, na Ilha do Fundão, visa contribuir para as discussões em andamento, a partir do seu Plano Diretor Ambiental e Paisagístico, e da revisão do Plano Diretor da UFRJ, para os espaços livres do



Campus.

Esta proposta de plantio e novas rotinas de roçado para as áreas verdes, com a inserção de jardins selvagens se configura ainda como uma estratégia crucial para a minimização dos impactos ambientais, econômicos e sociais decorrentes das extensas áreas de baixos estratos vegetais do Campus.

A questão ambiental é hoje emergencial, e diante das mudanças climáticas, da necessidade de redução de demandas hídricas e energéticas, e dos custos dos serviços de manutenção, há que se procurar novas táticas para a resiliência da paisagem. As mudanças propostas na manutenção e no manejo da vegetação, assim como a adoção de jardins selvagens, atende às premente necessidade de redução de consumo de recursos. Além disto, as lógicas de intervenção mínima e da valorização e preservação dos ecossistemas locais assegura maior biodiversidade à fauna e à flora.

Além disto, a proposta aqui apresentada prevê uma melhor aplicação dos recursos, com a revisão nas rotinas de manutenção no campus da Cidade Universitária, redirecionados para a função principal de uma instituição de ensino superior, que é a graduação, extensão e a pesquisa. Note-se que, devido ao teto declinante dos gastos impostos pelo Governo Federal (PEC 95/2016) nos últimos anos, setores da administração central da universidade têm buscado formas de reduzir os custos dos contratos licitados.

Por fim, no contexto de um campus universitário de universidade pública, a inserção de jardim selvagem é antes de tudo um processo que pode incorporar a ação direta de discentes, docentes e toda a comunidade do campus, na pesquisa, extensão e ensino. Sem falar na possibilidade de melhor articulação com espaços de convívio e com a experiência de plantio que alguns grupos vêm atualmente desenvolvendo. Além disto, a noção de jardins selvagens pode reverter o papel espaços que muitas vezes são considerados marginais ou esteticamente problemáticos, dotando estes de outros papéis significativos ao discurso urbano. Acreditamos que a adoção destas experiências sustentáveis, não só podem fomentar novas possibilidades de pesquisa e extensão in situ, mas também pode proporcionar novos espaços de fruição pela comunidade acadêmica e pela cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHACEL, Fernando. **Paisagismo e Ecogênese**. Rio de Janeiro: Fraiha, 2001.

DARKE, Rick. "Preface". In LAFARGE, Annik. **On the High Line**: Exploring America's Most Original Urban Park. New York: Thames & Hudson, 2012, pp. 12-23.

EMILIÃO-ARAÚJO Beatriz. **Circuito Ambiental**: Plano Paisagístico para o Campus da Cidade Universitária da UFRJ. Dissertação. Rio de Janeiro: Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística/ PROURB/ FAU/ UFRJ, 2015.

HOUGH, Michael (1995). **Naturaleza y Ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

JELLICOE, Geoffrey e JELLICOE, Susan. **El paisaje del hombre**. La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

LAURIE, Michael. 1983. **Introducción a la Arquitectura del Paisaje**. Barcelona Gustavo Gilli.

LORENZI, Harri. **Plantas Daninhas Do Brasil**- terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 4ª ed., 2008.

LORENZI, Harri. **Plantas para Jardim no Brasil** – herbáceas, arbustivas e trepadeiras. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2ª ed., 2008.

MCHARG, Ian (1969). **Design with Nature**. New York: John Wiley & Sons, 1992.



OUOLF, Piet, e GERRITSEN, Henk. **Planting the Natural Garden**. Portland: Timber Press, 2003.

ROBINSON, William. **The Wild Garden**. London: John Murray, Albemarle Street. New York: Scribner and Welford, 1883. 2014 - EBook #47349]

SPIRN, Anne W. 1995. **O Jardim de Granito**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

TABACOW, José (org.) **Roberto Burle Marx- Arte & Paisagem**. Conferências Escolhidas. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

UFRJ- PDAP - **Plano Diretor Ambiental Paisagístico**- Cidade Universitária da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, não publicado.

UFRJ/ PR6. **Contrato De Manutenção de Áreas Externas e Verdes**. Pré-termo no.14/2017. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. (Disponível em: gestao.ufrj.br/index.php/contratos/contratos-vigentes/11-contratos/309-contrato-14-de-2017 - PR6-UFRJ, acessado em 03/ 2019)

UFRJ-PD2020. **Plano Diretor UFRJ 2020**- Cidade Universitária da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (disponível em ufrj.br/docs/plano_diretor_2020/PD_2011_02_07.pdf)



Legislações urbanísticas e seus impactos sobre espaços fluviais:

O caso de Ipaba, no vale do rio Doce.

PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

CROCE, Rômulo (1); MENDONÇA, Eneida Maria Souza (2);

(1) Mestrando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, romulocroce@gmail.com

(2) Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, eneidamendonca@gmail.com

RESUMO

Aborda uma investigação acerca da influência da legislação urbanística em margens de cursos d'água, tendo como objeto empírico de estudo as margens do rio Doce inseridas no perímetro urbano do município de Ipaba-MG. A metodologia consistiu na revisão bibliográfica sobre legislação e o tratamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), levantamento da legislação municipal vigente de uso e ocupação do solo, levantamento de diretrizes e índices urbanísticos para o entorno imediato do rio Doce na área de estudo, e na elaboração de mapas temáticos. Constatou-se que a legislação urbanística não trata de forma adequada às margens do curso d'água, induzindo a sua privatização e não definindo áreas de interesse público para este espaço. Estes problemas, somados ao processo de crescimento da mancha urbana em sentido oposto ao rio, podem contribuir para um distanciamento físico e afetivo da população para com o rio Doce.

PALAVRAS-CHAVE: margens fluviais; ocupação urbana; rio Doce.

1 INTRODUÇÃO

A problemática abordada se ancora na constatação de que o processo de urbanização ocorrido em cidades brasileiras contribuiu para o distanciamento destas com seus cursos d'água, favorecendo a descaracterização paisagística e ambiental, além da perda destes elementos enquanto referenciais históricos, culturais e estéticos (COSTA, 2006). O estudo busca analisar o espaço entre o rio e a cidade, também denominado de margem de curso d'água, ou de espaço fluvial urbano, partindo do princípio de que uma relação mais harmônica entre ambos é capaz de trazer benefícios de ordem ambiental e social.

O presente trabalho deriva de um estudo mais amplo, vinculado ao PPGAU-UFES, que busca compreender esta conflituosa relação em escala de bacia hidrográfica, corroborando com autores como Mello (2008), Costa (2006) e com o próprio Plano Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), e que tem como objeto de estudo as margens do rio Doce, ao longo de sua rede hidrográfica principal.

Apresentam-se como recorte deste estudo as margens do rio Doce junto à área urbana do município de Ipaba, que está localizado na porção Média da bacia do Doce e que possui importante relação social, ambiental e cultural com este rio. A escolha deste local perpassou por



um processo de seleção que levou em consideração os 52 municípios atravessados pelos rios Doce, Carmo e Piranga e os analisou segundo critérios socioeconômicos.

Neste contexto, Ipaba é caracterizado por abranger uma população que não chega a 20.000 habitantes, reduzida concentração de renda, o pior índice de qualidade de vida do vale do rio Doce, além estar inserido em um limiar hierárquico inferior da rede urbana da bacia do rio Doce (IBGE, 2008; 2016; 2018; FJP, IPEA, PNUD, 2010).

O objetivo principal deste trabalho é investigar a influência da legislação urbanística de uso e ocupação do solo de Ipaba sobre as margens do rio Doce, junto à sua área urbana, considerando que é dever do município a gestão da ocupação das terras envoltas aos cursos d'água. O método utilizado no trabalho consistiu na revisão bibliográfica sobre legislação e o tratamento de Áreas de Preservação Permanente (APP), levantamento das legislações municipais de uso e ocupação do solo, levantamento das diretrizes e dos índices urbanísticos para o entorno imediato do rio Doce na área de estudo, e elaboração de mapas temáticos.

2 Sinopse conceitual: margens de cursos d'água e legislação

Este tópico busca abordar de maneira breve a relação entre a Legislação Federal e as formas de ocupação previstas para as margens de cursos d'água, partindo-se do princípio de que a ocupação indevida destas áreas pode ocasionar significativos impactos de cunho urbanístico e ambiental. Neste sentido, serão abordadas o seguinte conjunto de normas:

- Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012); Lei de Parcelamento do Solo (Lei Federal nº 6.766/ 1979); e a Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa marco fundamental para, dentre outros aspectos, estabelecer o aparato legislativo para a proteção das águas. Em seu Artigo 225 cita que...

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, art. 225).

De acordo com Aith e Rothbarth (2015) *apud* Penna (2017), a Constituição vai abrigar três garantias jurídicas que visam a plena utilização do direito de acesso à água, sendo eles: o papel e dever do Estado em fazer a gestão transparente das águas em território brasileiro; a Política Nacional de Recursos Hídricos; e a Política Nacional de Saneamento Básico. Entretanto, para os mesmos autores, a gestão das águas no Brasil não é feita de forma clara, principalmente quando se analisa as divisões de competências sobre a titularidade das águas, ao saneamento básico e a fiscalização do recurso. Deste modo, são corriqueiras as dúvidas acerca das distintas competências perante o assunto junto à União, aos Estados e aos Municípios.

Além disso, tanto a Constituição de 88 quanto Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) preveem o estabelecimento do Plano Diretor, que deve ser elaborado para cidades com população superior a 20.000 habitantes. Neste contexto, é junto ao Estatuto da Cidade que este instrumento possui valorização e é indicado como principal ferramenta de controle da ocupação do solo urbano. Cabe aqui destacar a importância do Plano Diretor para o planejamento e controle da ocupação urbana às margens de cursos d'água, pois, apesar de, em território brasileiro, os rios terem domínio estadual ou federal, é do município a responsabilidade da gestão dos espaços fluviais urbanos.



No esboço das legislações urbanísticas, destaca-se também, no âmbito de estabelecer áreas ao redor de cursos d'água a serem respeitadas para a expansão do tecido urbano, a Lei Federal 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. A lei reforça o Plano Diretor como instrumento fundamental do controle do solo urbano, ao definir que “somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal” (BRASIL, 1979, art. 3º). Além disso, a lei define condições que impedem o parcelamento, como em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações antes de tomadas as medidas necessárias para escoamento das águas; em terrenos com declividade superior a 30%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; em terrenos onde as condições geológicas não permitem a edificação; e em áreas de preservação ecológica ou naquelas cuja poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até sua correção (BRASIL, 1979, art. 3º, parágrafo único). Para o vale do rio Doce, estas medidas são de suma importância, visto que a região é composta, em grande parte, por áreas de vales e de morros, e por escassas áreas planas, principalmente nas proximidades do rio, onde se estabeleceram os principais núcleos urbanos.

Sobre áreas de preservação permanente, a lei de Parcelamento do Solo Urbano também vai definir requisitos urbanísticos a serem atendidos pelos loteamentos, dentre os quais se destaca que “ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica” (BRASIL, 1979, art.4º, inciso III), ressaltando a não obrigatoriedade em se ter vegetação em tais áreas.

No entanto, ressalta-se que a área de preservação estabelecida na Lei de Parcelamento do Solo Urbano é muito mais permissiva do que a faixa mínima estabelecida pelo novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.351/2012), que é de 30 metros. Tal fato corrobora para o que diversos estudiosos desta temática já alertam, ou seja, a falta de integração entre legislações urbanísticas e ambientais em suas distintas esferas, que sejam federal, estadual ou municipal.

O Código Florestal Brasileiro determina o conceito de Área de Preservação Permanente (APP), além de outras definições, complementando o que já estava definido pelo código anterior (Lei Federal nº 4.771/1965) que, segundo a legislação vigente, trata-se de:

área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 2012, Art. 3º, inciso II).

Em sua Seção I o Código trata da delimitação de APP, que variam de acordo com o objeto a ser preservado, bem como com sua largura, no caso de cursos d'água. As faixas previstas ao redor de cursos d'água variam de 30 (trinta) metros, para aqueles com largura inferior a 10 (dez) metros, e podem chegar a até 500 (quinhentos) metros, para aqueles com largura superior a 600 (seiscentos) metros, que é o caso do rio Doce.

A crítica a ser feita ao modelo de APP estabelecido pelo Código Florestal de 1965, e reafirmado pelo Código Florestal de 2012, recai no que Mello (2008, p. 39) denomina como “primeiro paradoxo subjacente ao tema”, ou seja, a iminente necessidade urbana por espaços livres e de uso para lazer, somados ao fato da atração que a água exerce sobre as pessoas, esbarram em uma legislação ambiental rígida e que impede qualquer tipo de ocupação formal às margens de cursos d'água, em território brasileiro, visando sua proteção ambiental. O tratamento dado pelas legislações ambientais proporciona a ociosidade do espaço fluvial urbano



que, diante da iminente desigualdade socioeconômica presente no Brasil e da fragilidade em termos de fiscalização, estas áreas tornam-se alvo de ocupações irregulares, tanto por moradias de baixa renda quando por loteamentos clandestinos e condomínios de alto padrão.

Ainda sobre o Código Florestal de 2012, cabe destacar que este não define tratamento diferenciado para APP inserida em área urbana. Somente com a Resolução nº 369, de 28 de março de 2006, é que se começou uma relativa mudança de paradigma acerca de usos

específicos urbanos para APP. A Resolução 369 de 2006 “dispõe sobre os casos em que são permitidas intervenções e supressão de vegetação em APPs e, em sua seção III trata “Da implantação da área verde de domínio público em área urbana” e em sua seção IV “Da implantação fundiária sustentável em área urbana”, onde é permitida a supressão de vegetação para a implantação de residências definidas em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) na legislação urbanística municipal vigente.

Neste sentido, por meio da análise das legislações urbanísticas e ambientais tratadas neste tópico, é possível compreender que houve um significativo avanço ao longo dos anos, principalmente no que tange as faixas de proteção ao redor dos cursos de d’água. Entretanto, também é notório que estas leis não são articuladas entre si, havendo discrepâncias em termos do que consideram como sendo faixa mínima de proteção em razão da largura do leito do curso d’água. Entretanto, a Resolução 369 de 2006 se constitui como um importante instrumento para a quebra de paradigmas acerca da ineficiência urbana das APPs estabelecidas pelo Código Florestal de 2012, no entanto, para que isto se consolide em área urbana e sejam propostas outros instrumentos com esta finalidade, é indispensável que os planos urbanísticos adotem a flexibilidade para as APPs urbanas permitidas pela referida lei.

3 Ipaba e a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce se insere na região Sudeste do Brasil, abrangendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. A bacia possui grandes proporções, visto que seu território integra dois Estados, possuindo, de acordo com Coelho (2007), extensão total de 853 km, dos quais 86% pertencem a Minas Gerais e 14% ao Espírito Santo e contando com uma área de drenagem de, aproximadamente, 83.465 km².

O rio Doce, que dá nome à bacia e é seu principal curso d’água, é formado pela confluência dos rios Piranga e do Carmo. O Doce percorre os vales e morros da bacia por uma extensão de 888 km, desde sua nascente até a foz, no Oceano Atlântico, situada na Vila de Regência, no Município de Linhares-ES. A bacia conta com um total de 225 municípios que se distribuem entre os dois Estados, sendo 200 pertencentes ao território mineiro e 25 ao capixaba. Conta com 209 sedes municipais em seu território e com uma população estimada em 4,1 milhões de habitantes (IBGE, 2017).

A bacia é subdividida em três Unidades Regionais em função das características morfoestruturais encontradas em seu território, sendo elas o Alto, Médio e Baixo Rio Doce (COELHO, 2007).

A Unidade Alto Rio Doce localiza-se a montante da confluência dos rios Doce e Piracicaba. [...] A Unidade Médio Rio Doce possui seus limites à jusante da confluência dos rios Doce e Piracicaba até a divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. [...] A Unidade Baixo Rio Doce abrange a porção capixaba (COELHO, 2009. p. 133).

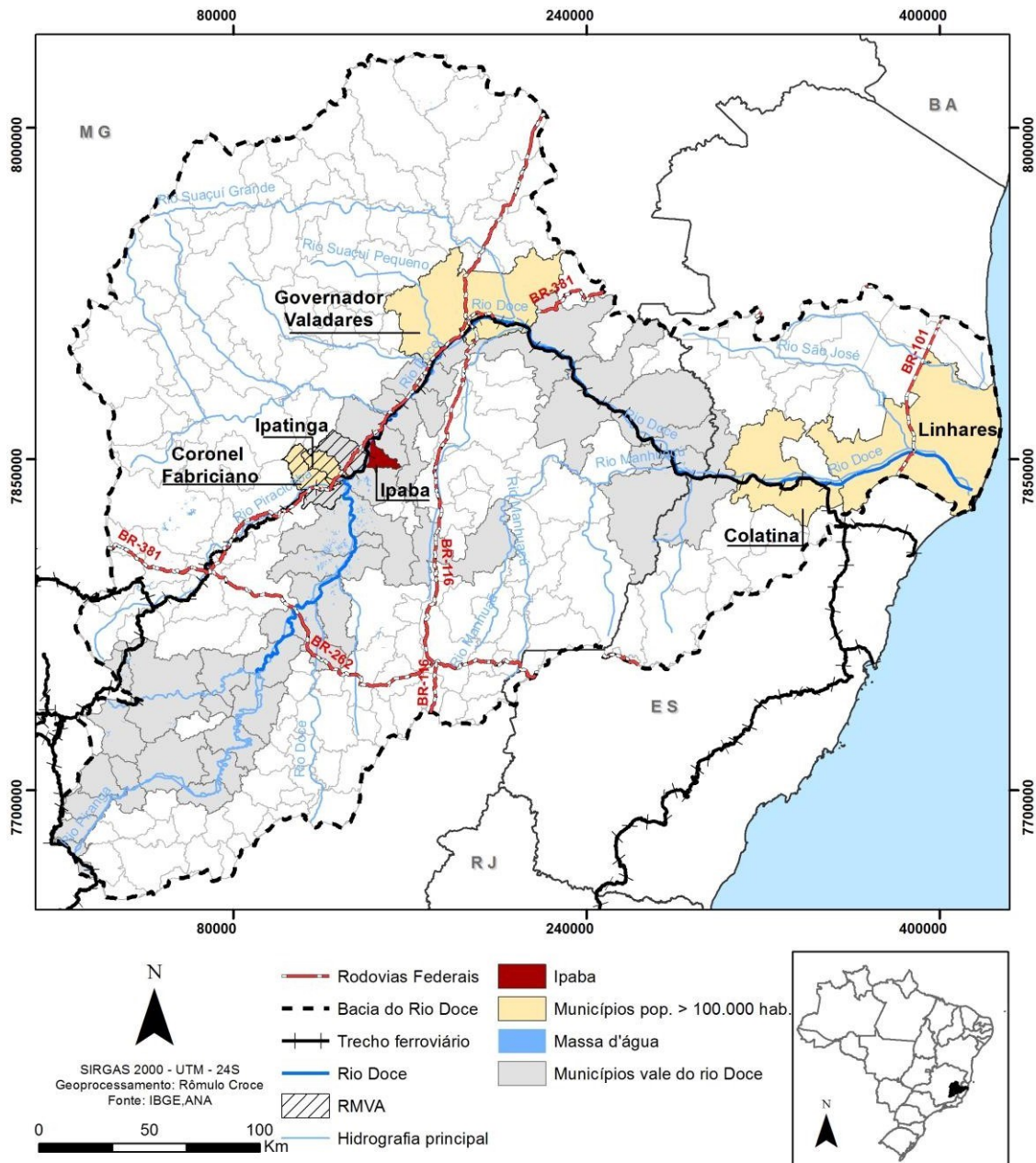
Neste contexto, o município de Ipaba está inserido na região do Médio Rio Doce, pertencendo à sub-bacia do rio Piracicaba, afluente da margem esquerda do rio Doce (Figura 1).



Situa-se na Região Sudeste de Minas Gerais e faz parte do Colar Metropolitano da RMVA, estando a cerca de 240 km da capital Belo Horizonte. Sua população estimada para 2019 é de 18.607 habitantes (IBGE, 2019) que residem junto ao distrito Sede e ao distrito Vale Verde de Minas.

Sua base econômica é vinculada a atividades de Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social, também tendo destaque a agricultura, a pecuária extensiva e a extração de madeira (IBGE, 2016), apesar de não serem os principais meios de arrecadação municipal.

Figura 1: Localização do município de Ipaba na bacia do rio Doce



Apesar de não possuir classificação hierárquica definida pelo estudo REGIC (IBGE, 2008), Ipaba possui características socioeconômicas de um Centro Local, porém sua atuação extrapola os limites municipais, ao contrário do que sugere a publicação do IBGE para centros urbanos com esta característica. Este fato ocorre pelo fato de moradores do distrito de Ipaba do Paraíso,



pertencente ao município de Santana do Paraíso, atravessarem o rio Doce para utilização de equipamentos de Ipaba, como postos de saúde, escolas e demais serviços.

A história de Ipaba está fortemente vinculada ao rio Doce e aos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Historicamente, o rio representou um importante obstáculo para a expansão do tecido urbano de Ipaba, porém, ao contrário de outros municípios da bacia, a forma de ultrapassar a barreira de água não se deu por meio de pontes. O movimento pendular de moradores de Ipaba que querem acessar a outra margem do rio, onde se localiza a estação ferroviária, se dá por meio de botes que, diariamente, fazem o transporte de pessoas. Este meio de transporte também é fundamental para que os habitantes de Ipaba do Paraíso acessem os serviços localizados na outra margem.

Dentre os problemas de ordem socioambiental instaurados no território do rio Doce que merecem destaque são: o intenso desmatamento oriundo do processo de ocupação urbana e de industrialização; o mau uso do solo, relacionado às extensas áreas de pastagens e ao plantio de eucalipto; a ampla demanda hídrica, sobretudo em sua porção alta e média, para fins industriais ligados à mineração e à siderurgia/celulose; os impactos territoriais oriundos das extensas áreas destinadas à monocultura do eucalipto na porção média; a elevada demanda hídrica para fins agrícolas na porção baixa; os impactos, em comunidades urbanas e tradicionais, oriundos da atividade petrolífera no litoral de Linhares; e os impactos, sobre comunidades urbanas e tradicionais, oriundos das atividades ligadas à mineração na região alta da bacia.

Contudo, apesar de não ser algo recente o processo de extrativismo instalado na bacia e os graves impactos socioambientais gerados pelas atividades que movimentam a economia regional, nenhum dos problemas listados anteriormente se equipara às consequências advindas do desastre-crime do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco (Vale/BHP Billiton), no subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, Minas Gerais, considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil.

O desastre-crime, ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, trouxe para diversos núcleos urbanos significativos prejuízos socioeconômicos, mas, para as comunidades de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores e demais povoados tradicionais, trouxe a inviabilização de seus modos de viver (FERREIRA, 2016). A onda de rejeito avançou por 663 km, atingindo rios e córregos (Figura 2), chegando à foz do rio Doce, em Regência, contaminando parte do litoral do Espírito Santo e da Bahia (COELHO, 2019). Foram 19 perdas humanas, aproximadamente 1.200 desabrigados e cerca de 1.500 hectares de terras impactadas, dentre as quais se incluem Áreas Preservação Permanente, Unidades de Conservação e Corredores de Biodiversidade.

Figura 2: O caminho da lama de rejeitos na bacia do rio Doce



Fonte: Elaborado por Barcelos, 2015, em Wanderley et al., 2016.

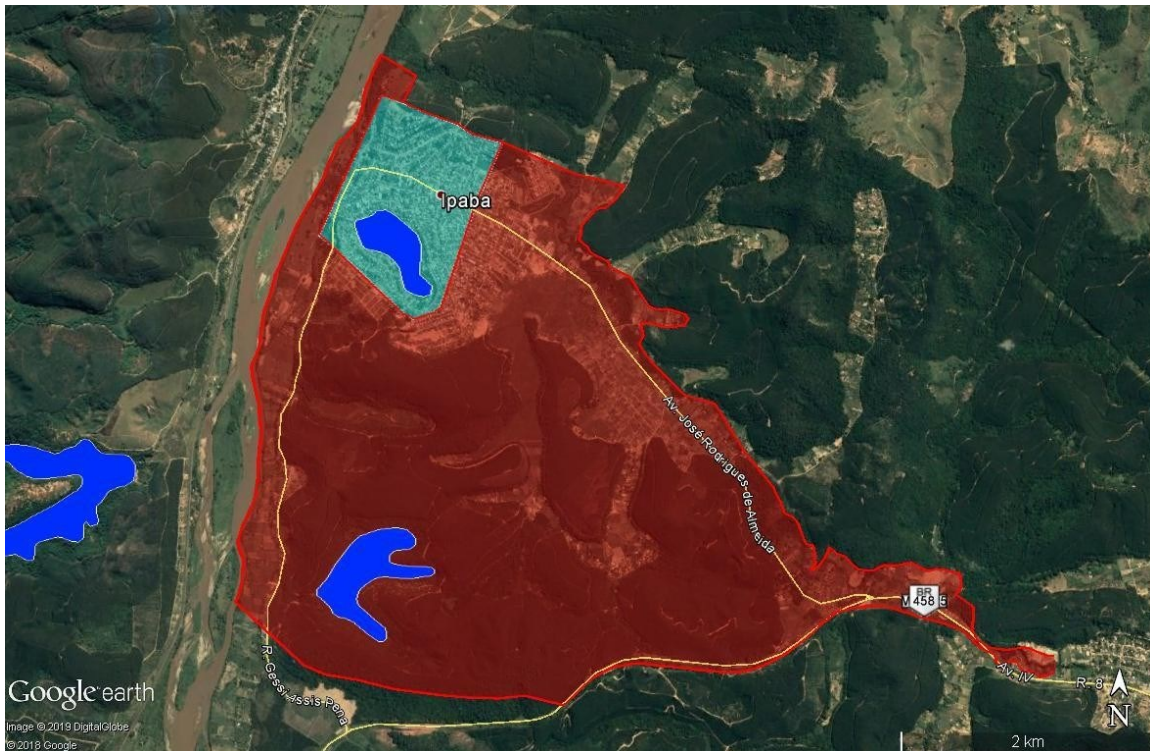
No entanto, passados mais de quatro anos do fatídico episódio, a ausência de estratégias claras de recuperação socioambiental por parte do Estado e das empresas envolvidas é algo que ainda perdura aos dias atuais. O futuro das comunidades atingidas inseridas às margens do rio Doce segue incerto e reforça a necessidade do desenvolvimento de planos urbanos e ambientais mais articulados, em nível de bacia hidrográfica, que visem reestabelecer minimamente o cotidiano da população atingida e a ressignificação social do rio.

4 Legislação municipal e o tratamento das margens do Rio Doce

A legislação municipal de Ipaba analisada diz respeito à Lei nº 814/2019, que institui e aprova o plano de expansão do perímetro urbano. A referida lei tem o objetivo de planejar a expansão urbana do município de Ipaba, baseando-se na Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), sob a justificativa de que a expansão do perímetro urbano seria uma necessidade para o crescimento urbano ordenado da cidade.

A lei define para a sede de Ipaba duas zonas urbanas, sendo elas a Zona Urbana Consolidada – referente ao antigo perímetro urbano municipal – e a Zona de Expansão Urbana – referente às áreas oriundas do novo perímetro urbano proposto (Figura 3). O documento também prevê a criação de quatro Áreas que abrigam parâmetros urbanísticos a serem incorporados na Zona Urbana Consolidada e na Zona de Expansão Urbana, sendo elas: Área sem restrição de ocupação e urbanização; área com restrição de ocupação; área com controle especial; e área destinada à habitação de interesse social.

Figura 3: Mapa com indicação da área urbana (azul) e da área de expansão urbana (vermelho)



Fonte: Plano de Expansão do Perímetro Urbano de Ipaba, 2019.

Nas áreas sem restrição a ocupação e urbanização, o parcelamento do solo urbano poderá ser realizado mediante as disposições da Lei Federal 6.766/1979, bem como às legislações estaduais e municipais pertinentes. Com relação às áreas com restrição à ocupação, informa que estas dizem respeito às áreas da Cenibra e áreas para plantio de eucalipto, considerando-os não parceláveis. Neste contexto, nota-se, conforme pode ser observado na Figura 4, que a maior parte do novo perímetro urbano é composto de áreas privadas, destinadas à monocultura do eucalipto, tendo, portanto, pouco ou nenhum proveito para o espaço público urbano. Não se sabe, ao certo, os interesses por trás da inserção das áreas de eucalipto no novo perímetro urbano do município. Apesar disso, é importante destacar a facilidade de se tornarem áreas parceláveis futuramente, de modo a atender possíveis interesses do mercado imobiliário local.

Figura 4: Mapa com indicação da área com restrição à urbanização e ocupação – área da Cenibra (verde escuro) e área de APP da Cenibra (verde claro)



Fonte: Plano de Expansão do Perímetro Urbano de Ipaba, 2019.

As áreas de plantio da Cenibra ocupam uma extensão de área considerável ao longo da bacia do rio Doce (Figura 5). A instalação da empresa tem influência direta na estrutura econômica regional, fato que demonstra o seu poder de domínio sobre o espaço do vale do aço, sendo que sua área de plantio abrange, aproximadamente, 254.000 hectares (CENIBRA, 2017). Entretanto, cabe ressaltar os impactos oriundos da monocultura do eucalipto para o território em seu entorno – o que inclui as margens do rio Doce – como a perda de disponibilidade de água e a diminuição de condições favoráveis à prática agrícola (COSTA, 2000).

Figura 5 – Monocultura de eucalipto nas proximidades do rio Doce, em Ipaba

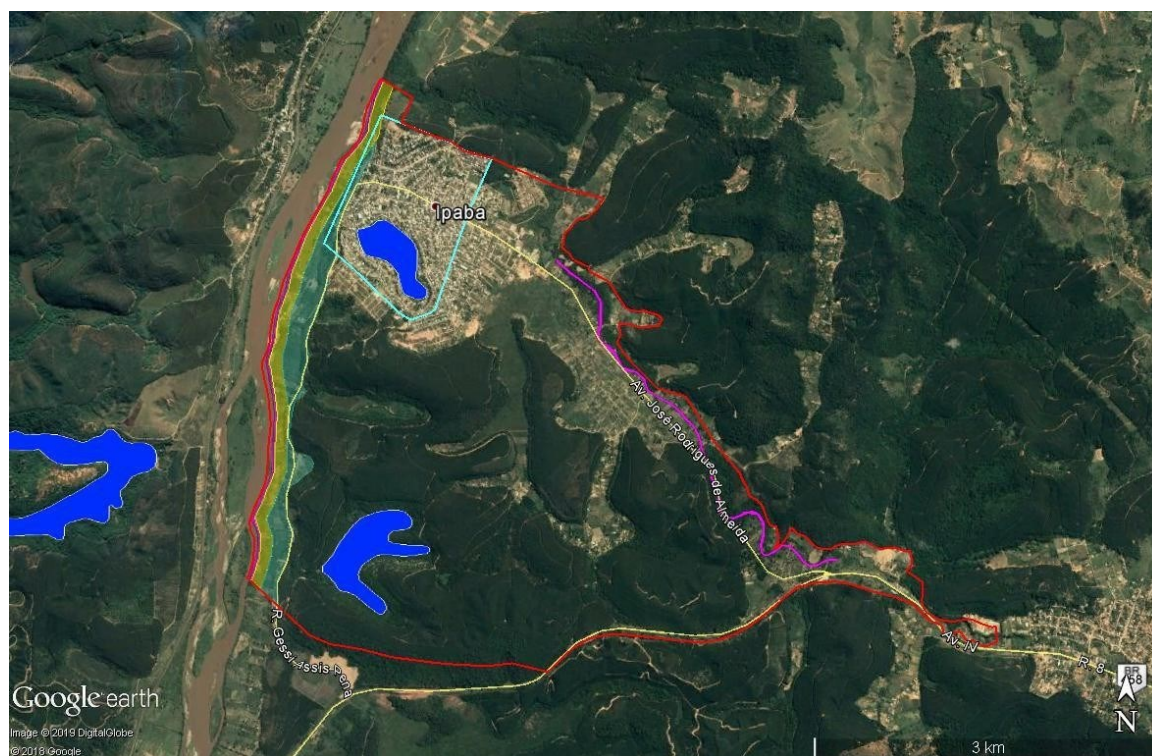


Fonte: Acervo do autor.

A lei considera como área com controle especial aquelas inseridas em parcelamentos do solo urbano onde incida qualquer proporção de trechos sujeitos a controle especial em função de ameaças de desastres naturais (IPABA, 2019). A lei determina que nas áreas de terrenos com até 30% de declividade, os lotes devem: abrigar área para instalação de equipamentos de drenagem e infiltração das águas pluviais; apresentar 30% da superfície do terreno permeável; apresentar faixa de preservação permanente dos cursos d'água 10% maiores do que o disposto pela legislação federal, estadual e municipal.

O plano vigente determina uma faixa de preservação de 100 metros a partir do leito do rio Doce e, a partir desta até a rodovia Gessi Assis Pena, define uma área com controle especial de ocupação (Figura 6). Ressalta-se que a APP proposta pelo documento é insuficiente diante dos 500 metros exigidos via legislação federal.

Figura 6: Mapa com indicação das áreas com controle especial – APP de 15 metros e área não edificante (roxo), APP de 100 metros do rio (amarelo), área com controle especial de ocupação (azul turquesa)



Fonte: Plano de Expansão do Perímetro Urbano de Ipaba, 2019.

Observa-se, na legislação de Ipaba, a definição de índices e diretrizes urbanísticos relativamente mais coerentes com a ocupação das áreas de várzea do rio, visto que define maior porcentagem de área mínima permeável (30%) e indica que os lotes devem contemplar de equipamentos para promoção de maior infiltração das águas pluviais.

Em Ipaba também foi constatado que sua margem não sofre grande pressão por parte de ocupações urbanas. A ausência de interesse por parte do mercado resultou em um processo ocupação das margens do rio Doce, no município, por meio de chácaras e pequenas propriedades rurais, que, ao longo do tempo, principalmente por meio da ausência de



planejamento adequado, resultaram na falta de articulação entre tecido urbano e rio (Figura 7).

Figura 7: Margens do rio Doce, em Ipaba



Fonte: Acervo do autor.

Além disso, as atividades agrícolas instaladas às margens do Doce, no município, reforçam práticas de desmatamento para o uso alternativo do solo como áreas de pastagens (Figura 8). A manutenção da vegetação ciliar é de suma importância para o equilíbrio ambiental de um rio, mantendo a estabilidade do solo e evitando sua contaminação por poluentes. Sua retirada e substituição por determinadas atividades de plantio podem acarretar o carregamento de partículas para o interior do curso d'água, resultando no assoreamento de seu leito.

Figura 8: Propriedade rural às margens do rio Doce



Fonte: Acervo do autor.

Outro ponto que chama atenção é que o plano urbanístico de Ipaba não contempla de diretrizes bem definidas para a criação de espaços livres de uso público – como praças, parques e bosques – às margens do rio Doce, levando a crer que, a partir da faixa de APP, o espaço seria destinado somente a implantação de edificações e chácaras, como, de fato, ocorre atualmente. A ausência de áreas públicas no entorno do curso d'água se mostra como um ponto preocupante, visto que é por meio delas que são realizadas atividades cotidianas que possibilitam maior



contato da população com o rio.

Assim como muitos municípios do vale do rio Doce, Ipaba sofreu inúmeros transtornos territoriais com a chegada da lama de rejeitos de minério proveniente da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton). Destacam-se os danos causados pela lama ao porto de botes do município (Figura 9), que possui precárias estruturas e se localiza nas margens do Doce. O transporte é fundamental para que a população de Ipabinha (Ipaba do Paraíso), Distrito de Santana do Paraíso que se localiza na margem oposta do rio Doce à Sede de Ipaba, consiga ter acesso aos serviços de Ipaba, como posto de saúde, escolas e comércio. Com a chegada da lama, entretanto, as atividades do local foram praticamente paralisadas.

Figura 9: Porto de botes de Ipaba



Fonte: Acervo do autor.

Entretanto, o principal transtorno gerado pela chegada da lama de rejeitos da Samarco em Ipaba, diz respeito ao processo de desterritorialização da Baixada Coronel Roberto, vilarejo composto por pequenos agricultores situado entre a rodovia que dá acesso à Ipaba e o rio Doce, localizando-se em sua APP fluvial.

O local é ocupado por chácaras e pequenas propriedades rurais que, antes da chegada da lama, cultivavam animais e plantações, abastecendo o mercado agrícola regional e gerando renda para algumas famílias. Com a contaminação do rio Doce, entretanto, além da morte de animais e da destruição de plantações, o local passou a ser improdutivo. Muitas famílias tiveram forte prejuízo econômico.

O processo de desterritorialização se deu por meio da contaminação das águas do Doce e da impossibilidade de usá-las para produção agrícola, inviabilizando a manutenção das propriedades locais e, conseqüentemente, expropriando sua população. A proibição da pesca no rio logo após o desastre-crime também prejudicou economicamente os pequenos agricultores. Diversas propriedades foram postas à venda (Figura 10). A região se encontra em estado precário, de descuido. Foram notados inúmeros focos de lixo, propriedades abandonadas e solos em mau estado de conservação. Chamou atenção a quantidade de placas de vendas voltadas para a pista. Com a queda de produtividade os preços das chácaras despencaram e, mesmo assim, contata-se uma baixa procura pelas terras.

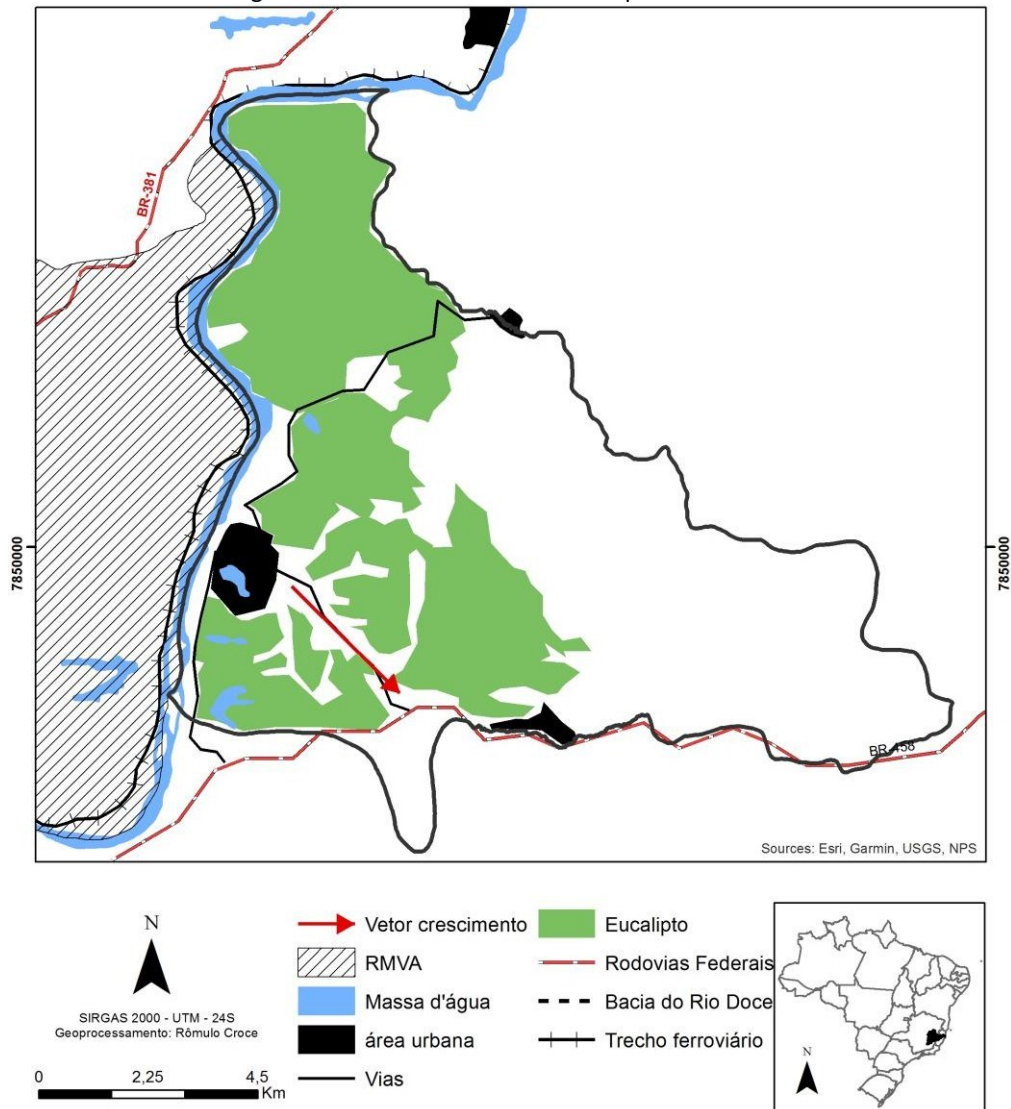
Figura 10: Mosaico de imagens representando o processo de desterritorialização da Baixada Coronel Roberto. Propriedades, edificações abandonadas e placas de “vende-se” marcam a paisagem do local



Fonte: Acervo do autor.

Além disso, o crescimento da cidade de maneira perpendicular ao rio (Figura 11), com sentido oposto, pode resultar em dois contextos distintos: o primeiro corresponde a um cenário de maior preservação do curso d'água, visto que a ausência de interesses do mercado imobiliário em construir em suas margens pode facilitar o desenvolvimento de estratégias de recuperação ambiental, como a criação de áreas vegetadas; o segundo, que não exclui o primeiro, representa um cenário de distanciamento social e afetivo, que é reforçado a partir da ausência de diretrizes para implantação de espaços que tenham utilidade urbanística às margens do rio Doce.

Figura 11: Vetor de Crescimento de Ipaba



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Plano Municipal de Expansão de Ipaba, 2019.

5 Considerações finais

A ausência de estratégias adequadas para as margens de cursos d'água inseridos em área urbana é algo que não se restringe à bacia do rio Doce, sendo um dilema recorrente em âmbito nacional e que é fruto de um contexto desenvolvimentista que desprivilegiou áreas de interesse ambiental em favor do crescimento urbano.

No que tange o aparato legislativo, o país teve significativos avanços, refletidos na criação do Novo Código Florestal. Entretanto, é preciso reforçar que a legislação ambiental ainda precisa de ajustes, principalmente que se articule de maneira mais eficaz à legislação urbanística, no que se refere ao tratamento das APPs, que devem se tornar espaços mais dinâmicos e atrativos quando se encontrarem inseridas em área urbana.

Em Ipaba, nota-se um cenário de crescimento da cidade que tende a se distanciar do rio. Esta medida pode facilitar o processo de preservação do curso d'água, mas também pode representar um processo de distanciamento afetivo de sua população para com o rio. O plano de expansão do perímetro urbano de Ipaba define uma faixa de preservação significativamente maior para o rio Doce (100 metros), mas também permite que, a partir desta faixa, sejam implantados loteamentos. Ressalta-se que os índices urbanísticos permitidos para a área do entorno do rio Doce no município, como a taxa de permeabilidade mínima (de 30% em Ipaba) são restritivos e se dissemelham do proposto para o restante da cidade, mostrando-se como algo promissor.

No entanto, apesar de definir índices que permitam menor impermeabilização das margens do rio, notou-se que sua legislação não contempla diretrizes que visem à criação de áreas de uso público para as margens de seu principal rio, contribuindo para que ocorra o exposto por Melo (2008), em se pese a criação de APPs que não se adequam às necessidades urbanas.

Ademais, as extensas áreas de monocultura de eucalipto devem ser analisadas de maneira específica no processo de planejamento das margens do Doce, visto que podem acarretar impactos socioambientais com repercussão sobre a disponibilidade de água e a infertilidade do solo local. Há que se destacar, também, a ocupação inadequada das margens do rio vinculadas a atividades agrícolas, que tem contribuído para a depredação do solo e, quando somadas à ausência de planejamento adequado, têm contribuído para a desarticulação entre rio e cidade.

Fatores externos e que, muitas vezes, excedem a capacidade municipal de gestão do espaço urbano, também tem gerado significativas transformações territoriais para a margem do rio Doce em Ipaba. A desterritorialização da Chácara Coronel Roberto, motivada pela contaminação das águas da área pela lama de rejeitos da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton), deve ser levada em consideração em processos de planejamento das margens do curso d'água, com medidas que visem reverter esse quadro e com estratégias para integração entre cidade e rio.

Este fato reforça que, por se tratar de um curso d'água com dimensões interestaduais, o rio Doce necessita, em um processo de recuperação de seus espaços fluviais, de um planejamento em nível de bacia hidrográfica que considere as diferentes realidades socioeconômicas, territoriais e culturais dos municípios situados às suas margens, bem como os impactos de suas atividades econômicas. Para tanto, é importante que se crie legislações urbanísticas articuladas com os conceitos definidos pela legislação ambiental, mas que considere o dinamismo e as necessidades do espaço urbano, sem esquecer que a criação de espaços livres de uso público pode ser uma importante iniciativa para a integração das cidades com o próprio rio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITH, Fernando Mussa Abujamra; ROTHBARTH, Renata. **O estatuto jurídico das águas no Brasil**. Estudos Avançados. 2015; v 29, n.84, p.163-177.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1979.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União. Brasília, 1997.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2012.

BRASIL. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 1997.

COELHO, André Luiz Nascentes. **Alterações Hidrogeomorfológicas no Médio-Baixo Rio Doce/ES.** 2007. 227 f. Tese de Doutorado (Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia), Niterói, 2007.

COELHO, André Luiz Nascentes. **Bacia Hidrográfica do Rio Doce (MG/ES):** uma análise socioambiental integrada. Revista GeografarES, Vitória – ES, nº 7, 2009. P 131-146.

COELHO, André Luiz Nascentes. **Mudanças históricas na morfologia fluvial no médio-baixo Rio Doce por processos de erosão e sedimentação.** 1. ed. - Vitória, ES: UFES, Proex, 2019.

COSTA, Lucia Maria Sá Costa (org.). **Rios e Paisagens urbanas em cidade brasileiras.** Rio de Janeiro: Viana et Mosleu: ed. PROURB, 2006.

COSTA, Heloisa. S. M. **Indústria, produção do espaço e custos socioambientais: reflexões a partir do exemplo do Vale do Aço, Minas Gerais.** in: Haroldo Costa e Heloisa Costa, População e meio ambiente: debates e desafios São Paulo: SENAC, 2000. p. 163-187.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce.** in: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana, Desastre no vale do rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de**

desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros–IDH-M. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ipaba/panorama>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada 2018.** IBGE, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada 2019.** IBGE, 2019.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto interno bruto dos municípios**. IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**. IBGE, 2008.

IPABA. **Lei nº 814/2019**. Institui e aprova o plano de expansão do perímetro urbano do município de ipaba, nos termos do art. 42-b da lei federal nº 10.257/2001. Ipaba, 2019.

MELLO, Sandra Soares de. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PENNA, Tainah Virgínia Cypriano. **Rios urbanos e paisagem**: do convívio à negação em Cachoeiro de Itapemirim–ES. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.



Microintervenções Urbanas Colaborativas

Uma alternativa à falta de espaços públicos qualificados.

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS.

RAMOS, Suzany Rangel (1); RAMOS, Larissa Leticia Andara (2); LYRA, Ana Paula Rabello (3)

(1) Arquiteta Urbanista, Mestranda, Universidade Vila Velha, suzany.r@hotmail.com

(2) Arquiteta Urbanista, Doutora, Universidade Vila Velha, larissa.ramos@uvv.br

(3) Arquiteta Urbanista, Doutora, Universidade Vila Velha, ana.lyra@uvv.br

RESUMO

A problemática da falta de espaços públicos, que carrega questões sociais, políticas e econômicas da cidade contemporânea, revela a necessidade da busca por processos alternativos de transformação e qualificação de espaços para interação e convívio social. Este trabalho tem como objeto de estudo as microintervenções urbanas colaborativas, que materializam esses processos através do engajamento comunitário e uma rede de parcerias, que buscam ressignificar espaços ociosos nas comunidades através de intervenções com materiais de baixo custo e fácil execução. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é compreender a relação criada entre as pessoas o espaço transformado, ressaltando o envolvimento de diferentes atores sociais no processo de intervenção. Para tanto, utilizou-se o método de revisão bibliográfica e estudo de caso, a fim de compreender e ilustrar as questões práticas do processo de microintervenção. A reflexão sobre esse processo traz como contribuição a relevância da participação popular nas ações de transformação do espaço, o que gera identidade e simbolismo, retratando espaços representativos que geram pertencimento. Além disso, representa a demanda ascendente por espaços públicos de convívio e lazer, que fortalecem a relação das pessoas com a comunidade local e contribuem para a qualidade de vida em meio urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Engajamento Social; Táticas Urbanas; Práticas Alternativas.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da cidade contemporânea, por questões políticas e econômicas, é marcado por um cenário de supressão e desqualificação dos espaços públicos, bem como pela omissão de responsabilidade do poder público quanto a prestação de serviços sociais básicos às comunidades. Essa problemática vem do contexto de produção globalizada, capitalista e neoliberal do espaço urbano que resalta os problemas socioespaciais da cidade ao invés de resolvê-los. É um modelo que cria espaços genéricos e voltados para o consumo, despreocupados com o contexto e comunidade local, em que se privilegia os interesses privados de grandes empresas.

O planejamento atual das cidades é representado por um modelo “top-down”, onde os projetos urbanos são impostos “de cima para baixo” de maneira pouco inclusiva e que desconsideram o contexto local, cedendo as pressões do mercado imobiliário. A realidade aponta para a introversão da vida urbana, onde os espaços de lazer e sociabilização se restringem às áreas internas de condomínios fechados e *shoppings centers*, que não promovem diversidade. Os processos tradicionais de intervenção na cidade contemporânea implantam modelos replicáveis, com soluções padronizadas, que desvalorizam a relação afetiva e simbólica entre pessoa e espaço.



As transformações urbanas aqui individualizadas como microintervenções urbanas colaborativas, surgem como uma necessidade e uma forma de superar os desafios da cidade que não conseguem ser respondidos através do macroplanejamento urbano e grandes projetos de intervenção a longo prazo comandados por ações governamentais. Essas intervenções desempenham um papel importante na busca pela qualidade de vida urbana e na luta por espaços coletivos e democráticos. Segundo Jacques (2011) essas ações no espaço público funcionam como microrresistências aos projetos urbanos homogeneizadores, e têm como objetivo ocupar, apropriar, construir e propor novas experiências que não são promovidas pelo consenso forjado dos projetos convencionais.

Os processos políticos e econômicos que movem a dinâmica urbana da cidade contemporânea modificam também a relação da pessoa com os espaços. A interação, sociabilidade e experiência urbana é diretamente afetada por esse novo contexto, tornando essas relações cada vez mais distantes e impessoais. Baseadas nas discussões de Tuan (1980) é possível entender que o homem contemporâneo tem dificuldade de se relacionar com os espaços públicos e criar raízes, principalmente devido ao ritmo de vida, que não permite pausas para essa experiência.

É nesse sentido que se busca tratar o tema a partir de uma preocupação socioespacial, entendendo-se que a produção do espaço urbano contemporâneo precisa acolher as atividades humanas e permitir experiências cotidianas, promovendo relações humanas mais fortalecidas com o espaço e entre os grupos sociais que compõe a sociedade. Sendo assim, o objetivo da pesquisa é compreender a relação criada entre as pessoas e o espaço transformado pelas microintervenções urbanas colaborativas, ressaltando o envolvimento de diferentes atores sociais no processo de intervenção (sendo estes categorizados em: sociedade civil; poder público e iniciativa privada).

Para alcançar o objetivo da pesquisa, utilizou-se como metodologia a revisão de bibliografias relacionadas as discussões apresentadas, trazendo como referencias autores como Cymbalista (2016); Rosa (2011); Paiva (2017), que contextualizam a produção das microintervenções urbanas no Brasil. Também foi estudada a relação das pessoas com o espaço urbano, trazendo as contribuições de Tuan (1980) e Cavalcanti e Elali (2011); além da discussão sobre a participação de diferentes atores sociais nos processos de intervenção, apresentando autores como Nygaard (2010) e Andrade e Linke (2016).

Além disso, utilizou-se como metodologia de pesquisa o Estudo de Caso, tendo como objeto de estudo uma microintervenção urbana colaborativa realizada no bairro São Benedito, no município de Vitória, estado do Espírito Santo. O caso foi estudado a fim de compreender e ilustrar as questões práticas do processo, sendo referência de resistência popular e qualificação de espaços ociosos no município.

2 MICROINTERVENÇÕES URBANAS COLABORATIVAS

Neste trabalho, as práticas alternativas de qualificação do espaço urbano são denominadas “microintervenções urbanas colaborativas”, entendendo que são intervenções realizadas na pequena escala do planejamento urbano e de forma pontual na cidade – em espaços ociosos com grande potencial de transformação – nas quais estão envolvidos diferentes atores sociais num processo colaborativo de engajamento e incentivo à transformação socioespacial. Essas



práticas são atuais e recorrentes, e tomam proporções significativas na discussão sobre o direito à cidade uma vez que são implementadas de forma alternativa ao planejamento urbano cartesiano – ou convencional, com objetivo de suprir a demanda urgente da população por espaços coletivos que não tem sido atendida pelo poder público.

De acordo com Cymbalista (2016), a produção dos espaços urbanos passa por um momento de redefinição e superação dos desafios, e acrescenta que estamos frente a uma reconstrução dos contornos da disciplina de urbanismo devido às práticas alternativas de intervenção no espaço. Inúmeros grupos passaram a tomar para si a responsabilidade e o direito de intervir nos espaços coletivos, e dessa forma viabilizam as transformações por meio de ações e eventos efêmeros, instalações temporárias, mobiliário urbano, articulação política e outras práticas, que são realizadas de forma participativa com a comunidade local. A participação popular corresponde ao “fazer parte” ou “ser parte” das decisões, auxiliando na formação dos cidadãos, permitindo empoderamento, e satisfazendo suas necessidades.

De acordo com Rosa (2011), a reorganização espacial proposta por essas intervenções na escala local reflete uma nova atitude com relação à vida coletiva urbana. Os próprios usuários locais, através de uma resposta proativa e criativa, organizam lugares de encontros, evidenciando a falta de espaços de qualidade para a coexistência. Para Netto (2014) essa é uma das maiores preocupações da cidade contemporânea: afirmá-la como espaço da coexistência, *locus* da pluralidade, e da convivência entre atores socialmente diferentes.

Rosa (2011) também evidencia que as práticas promovidas pelos cidadãos podem ser consideradas a inovação mais importante em planejamento urbano voltada para a construção de uma cidade inclusiva. Tais práticas, através do engajamento, autoajuda e transferência de poder a atores locais (sociedade civil e seus movimentos), possibilitam a integração de grupos sociais mais marginalizados e promovem a igualdade na participação da vida urbana.

As microintervenções urbanas são representadas atualmente por dois processos que possuem conceitos complementares: o *Placemaking* e o Urbanismo Tático.

O *Placemaking* é tanto um processo quanto uma filosofia, onde o objetivo é a revitalização do espaço urbano a partir do estímulo à prática de atividades desempenhadas em conjunto pelos próprios usuários do local, visando estimular o pertencimento com o local. A funcionalidade do espaço supera sua forma, e as pessoas são o maior recurso utilizado na intervenção. É um movimento que estimula o acesso ao espaço por pessoas de diferentes idades, habilidades e origens socioeconômicas, que desempenham papel fundamental na identidade, criação e manutenção do espaço. Trabalha-se com a imaginação e reinvenção do espaço coletivo, num processo colaborativo que fortalece a conexão entre pessoas e lugares, contribuindo para a saúde, bem-estar e felicidade social (PPS, 2018).

A palavra “Placemaking” pode ter tradução direta na expressão “fazer lugares” ou ainda “ação no lugar”. Esse movimento, conceito ou ferramenta é caracterizado pela conexão entre pessoas e os lugares que elas compartilham; e essa conexão pode ser cultural, econômica, social ou ambiental. O foco do processo é a participação comunitária, planejamento, desenho, gestão e programação de espaços. O espaço é moldado coletivamente, de acordo com valores comuns, e mais do que apenas um desenho, desenvolve-se atividades que sustentam a transformação e a evolução do local (CONEXÃO CULTURAL, 2016).

O Urbanismo Tático é uma abordagem de construção e ativação do espaço público que, através de pequenas intervenções de baixo custo, rapidez e facilidade na execução, serve como



resposta imediata as demandas da população, funcionando como ação parcial e teste para projetos que visam transformações maiores. É também uma resposta ao lento processo de construção da cidade convencional, realizada num processo colaborativo entre governos, empresas, organizações e cidadãos, que estimula o potencial criativo e a interação social, e recupera o espaço público que não cumpre sua função social (LYDON et al, 2011).

O urbanismo tático também se caracteriza por ser um protesto, onde os cidadãos exercem seu direito à cidade através da implementação de protótipos que possibilitam mudanças que contornam as burocracias municipais. Ao contrário do planejamento convencional, um sistema ordenado idealizado por engenheiros e urbanistas, o urbanismo tático é visto pelos críticos como uma prática caótica por envolver atores leigos, o que na verdade o torna um processo mais inteligente e efetivo que o convencional. Esse tipo de intervenção tem como premissa o investimento sustentável, onde os esforços concentram-se em criar expectativas reais, que contribuirão de fato para a qualidade de vida em meio urbano (LYDON et al, 2011).

Enquanto Urbanismo Tático possui diretrizes voltadas para o desenho urbano, através de soluções físicas de intervenção, o *Placemaking* se preocupa, principalmente, com a ocupação desses espaços pelas pessoas. A complementaridade dos dois processos se dá na relação socioespacial, a medida em que o sucesso do espaço transformado precisa tanto de suas qualidades físicas, quanto das atividades nele desenvolvidas.

As microintervensões urbanas colaborativas são marcadas pelo engajamento, participação e ativismo, e possuem importantes atores sociais envolvidos desde seu processo de concepção, projeto, até a execução das intervenções. Estão geralmente envolvidos nos processos de microintervenção os atores sociais: a) sociedade civil, que abrange toda forma de comunidade, organização e movimento realizado pela própria população (associação de moradores, coletivos urbanos, ONG's); b) empresas de iniciativa privada; e c) o poder público (governo).

De acordo com Nygaard (2010) o processo de transformação do espaço urbano conta com a intensa interação entre a sociedade e seu espaço e daí surgem novas demandas sociais e culturais que condicionam a complexidade desse processo – ou limitam seu desenvolvimento. A cidade é vista e compreendida (ou representada imaginariamente) de forma diferente pelos múltiplos atores que compõem o cenário urbano. Para que o sentimento comunitário prevaleça é necessário que haja um processo de cooperação entre os representantes da sociedade.

As práticas urbanas de intervenção na microescala, que contam com o engajamento da sociedade civil, ainda são muito novas no contexto do planejamento urbano contemporâneo. A grande maioria das iniciativas contam apenas com o ativismo social para conceber os projetos idealizados. O envolvimento do poder público ainda não é muito efetivo nesses processos, porém, de acordo com Andrade e Linke (2016), é visível, em inúmeras cidades do Brasil, o surgimento de um novo modo de governança urbana dedicada a gestão do espaço público transformado pelo ativismo social. Apesar do poder público ser fundamental nesse processo, principalmente como facilitador e gestor, ressalta-se que é importante que não tenham atores que se sobreponham aos outros, para que não haja controles ideológicos, nem privilégios para determinados setores.

A partir disso, destaca-se a importância da colaboração mútua entre os diferentes atores sociais envolvidos nos processos de microintervenção urbana, para que os conflitos de interesse existentes não superem a iniciativa de transformação do espaço. O diálogo entre os

diferentes atores é de suma importância, além do equilíbrio entre as diferentes demandas de transformação.

Sobre a relação entre pessoa e espaço, vale ressaltar que, segundo Tuan (1983), todo ser humano precisa de espaços e lugares para experienciar sua existência. Essas experiências variam de acordo com as diferentes maneiras de construir a realidade; seja a partir dos diferentes sentidos como o olfato, paladar e tato; através de percepções visuais e simbólicas; ou a partir das emoções pessoais. A experiência é a capacidade de aprender a partir da vivência num determinado espaço.

Um dos principais conceitos acerca dessa temática, discutido por Tuan (1980), é o de Topofilia, sendo este o elo afetivo decorrente dessa relação entre pessoa e ambiente. É uma experiência pessoal que pode ser um prazer efêmero; um sentimento; uma resposta estética ou tátil; onde o ambiente é percebido como um símbolo. Varia em forma, amplitude emocional e intensidade, podendo, por exemplo, transmitir a sensação de orgulho, posse ou criação.

Dessa forma discute-se a afeição e o envolvimento emocional da pessoa por um lugar. Tuan (1983) afirma que sentir – ou conhecer – um lugar leva tempo; depende dessas experiências repetidas diariamente. Com o tempo o lugar torna-se familiar, através dos sons, cheiros e ritmos que ele desperta. A afeição por um lugar depende das pausas e intensidades e não é adquirida por seres meramente passantes no espaço.

Cavalcante e Elali (2011) também apresentam algumas relações importantes, como por exemplo o apego ao lugar. Esse conceito aparece associado aos significados simbólicos e afetivos compreendidos pelos indivíduos e seus grupos; e é visto como um vínculo positivo. Aliado a esse conceito fala-se também de pertencimento ao lugar; que vai da capacidade do homem de se apropriar, se vincular e se enraizar a um determinado lugar.

É possível que um espaço se torne familiar através do processo de apropriação, que, segundo os autores é um processo de interação entre o sujeito e seu entorno, onde o ser humano faz do espaço um prolongamento de sua pessoa. Esse lugar apropriado é impresso de marcas e referências que constroem a noção de identidade. A identidade de lugar se dá a partir das vivências humanas e suas vinculações. É construída a partir dessa interação entre o indivíduo e seu entorno, e está relacionada às percepções; cognições; vínculos emocionais e pertencimento (CAVALCANTE E ELALI, 2011).

Essas questões são extremamente relevantes no contexto das microintervenção urbanas colaborativas, uma vez que são processos que demandam forte engajamento e participação comunitária, desde o processo de concepção até a execução e apropriação desses espaços. Os espaços transformados por essas ações tornam-se áreas coletivas de troca e convivência, e importantes referências dentro da comunidade.

3 ESTUDO DE CASO: OÁSIS SÃO BENEDITO – VITÓRIA, ES.

O caso a ser estudado a seguir tem como contribuição a representatividade das articulações de militância e resistência, no que diz respeito à luta por espaços públicos qualificados para convivência e interação social, principalmente em comunidades periféricas onde os recursos públicos são mal direcionados e os problemas socioespaciais que influenciam na dinâmica local não são resolvidos.



O objeto de estudo está localizado em São Benedito, bairro do município de Vitória – Espírito Santo. São Benedito, juntamente com mais sete bairros (Bairro da Penha, Engenharia, Itararé, Consolação, Jaburu, Floresta e Bonfim) faz parte de um complexo denominado “Território do Bem”, localizado na Poligonal 1 – Grande Itararé, Região Central do município. Essas oito comunidades são organizadas e gerenciadas pelo “Fórum de Desenvolvimento Comunitário Bem Maior”, um espaço de debate e produção de conhecimento que articula soluções aos problemas comuns desse território a partir de interesses e decisões coletivas (FÓRUM BEM MAIOR, 2009).

No ano de 2008 o Fórum Bem Maior iniciou a produção de um Planejamento Estratégico Participativo (“Plano Bem Maior do Território do Bem”) para a região, que passou a funcionar como um instrumento-guia, determinando políticas e diretrizes para as ações de desenvolvimento do território a partir de demandas prioritárias das comunidades. Simultaneamente iniciou-se a pesquisa “Saberes, Fazeres e Perfil dos moradores do Território do Bem”, realizada pela Associação Ateliê de Ideias, em parceria com o Fórum Bem Maior e o SEBRAE-ES, que buscou compreender o contexto e realidade das comunidades integrantes (FÓRUM BEM MAIOR, 2009).

Neste Território foi identificado que os problemas ambientais, relacionados ao acúmulo de lixo em terrenos vazios e áreas públicas, possuíam grande relevância dentro das discussões apresentadas no Planejamento Estratégico, e, nesse contexto, o enfrentamento dessa questão foi elegida pelo Fórum como uma ação estratégica fundamental. Para isso, criou-se, em 2010, o “Projeto Ecos do Bem”, a fim de sensibilizar e conscientizar a população sobre o problema latente nas comunidades (BISCOTTO, 2011).

No contexto das questões discutidas neste trabalho, o Projeto Ecos do Bem possibilitou, através de uma rede de parcerias e colaboração entre diferentes atores sociais, ações de conscientização dos moradores locais e envolvimento dos mesmo em mutirões de intervenções colaborativas nos espaços públicos atingidos pelo acúmulo de lixo. Nesse processo foram identificados e mapeados 216 pontos de lixo em todo Território do Bem, e os que apresentaram maior potencial foram selecionados para serem transformados em parques e jardins (BISCOTTO, 2011).

Em São Benedito foi identificado um terreno potencial para receber a intervenção, que aconteceu no ano 2011 através de mutirões envolvendo a comunidade local e outros voluntários. A primeira intervenção realizada no terreno, chamada de Teatro de Arena, foi a criação de um espaço de apresentações culturais de grupos emergentes na comunidade. No dia da inauguração do espaço houve uma disputa armada entre facções criminosas da região, o que deixou um estigma de violência no espaço, afastando seus usuários. Por 4 anos o espaço continuou sem utilização, até receber nova intervenção em 2016. A figura 1, a seguir, mostra o terreno em 2016, antes de receber a segunda intervenção.

Figura 1. Terreno de implantação da intervenção.



Fonte: Palete Parque, 2016.

O processo de intervenção desse espaço partiu novamente da demanda da comunidade, através de debates no Fórum Bem Maior, a fim de suprir a falta de espaços públicos no bairro São Benedito. É importante destacar que o terreno identificado como potencial para receber a transformação não é um terreno público. A área é de propriedade do SECRI – Serviço de Engajamento Comunitário, e foi cedido para realização da qualificação do espaço em prol do bem coletivo.

Em 2016 a intervenção contou com a colaboração da Associação Ateliê de Ideias, responsável por gerenciar a rede de parcerias e a metodologia de ação. Além dos moradores e lideranças da região (Sociedade Civil organizada), a intervenção recebeu apoio da iniciativa privada, através de empresas como a Petrobrás e a Unimed, que atuaram como patrocinadoras e voluntárias no processo. O escritório de Intervenção Urbana Palete Parque foi responsável por conduzir o processo de imersão na comunidade, além de executar o projeto de marcenaria dos mobiliários do espaço.

Durante o processo de imersão na comunidade observou-se intensa vivência de crianças nesse espaço, por ser bem localizado e aberto. Para envolver os demais públicos da comunidade o projeto previu a captação de água de chuva, para irrigação da vegetação e da horta proposta na intervenção. A proposta da horta objetivou a educação ambiental das crianças da comunidade, além da valorização dos espaços públicos.

Como ilustra a figura 2, a seguir, a intervenção teve caráter temporário, devido a utilização de materiais de baixo custo. O palete foi o principal material utilizado para construir os mobiliários e coberturas, o que revela a necessidade frequente de manutenção no espaço.

Figura 2. Transformação do espaço coletivo.



Fonte: Palete Parque, 2016.

O espaço transformado passou a funcionar como área de lazer, interação e convívio social entre os diferentes usuários. Além disso, recebe eventos como o dia das crianças e até mesmo festas de aniversário dos moradores locais. A participação dos moradores no processo de intervenção influenciou diretamente nessa apropriação. Os moradores se sentem pertencentes e responsáveis pelo cuidado e manutenção do espaço.

Em 2018 esse espaço recebeu uma nova intervenção, através de premiação num edital da Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, o que possibilitou a renovação dos materiais e a utilização de estruturas permanentes. Com essas intervenções objetiva-se uma atenção maior por parte do poder público, para que sejam propostos espaços públicos permanentes e de qualidade no bairro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre as pessoas e os lugares no contexto das microintervenções urbanas colaborativas foi apresentada neste artigo a partir da problemática da falta de espaços públicos na cidade contemporânea. Como visto, essas intervenções funcionam como táticas urbanas de qualificação e ressignificação do espaço coletivo, que utilizam ferramentas e processos voltados à participação e colaboração entre os diferentes grupos sociais que integram a sociedade.

O cenário promovido pelas intervenções realizadas pela própria comunidade permite experiências afetivas mais intensas, a medida em que sua participação efetiva na construção desses espaços gera apego, identificação e vínculos mais estreitos com o lugar. Vale ressaltar a importância da criação de espaços públicos que se moldem ao contexto sociocultural, que atendam as expectativas reais da comunidade e que, ao envolver os usuários locais no

processo de concepção, possibilite a criação de símbolos e paisagens que desperte a sensação de pertencimento ao local.

Destaca-se também a importância do processo de intervenção ser realizado de forma colaborativa entre os diferentes atores sociais que compõem a sociedade, uma vez que os esforços se unem em prol do bem coletivo.

AGRADECIMENTOS

As agências CAPES e FAPES pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Victor; LINKE, Clarisse Cunha. **Cidades de Pedestres: a caminhabilidade no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2017.

BISCOTTO, Denise Barbieri. Ecos do bem: educação ambiental no território do bem. Relatório da Associação Ateliê de Ideias. 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleici A. (Org). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CONEXÃO CULTURAL. **Guia do Espaço Público**. 2ª edição. 2016. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/guia-do-espaco-publico.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2019.

CYMBALISTA, R. São Paulo, microubanismos. In.:CYMBALISTA, R; NOGUEIRA, J. **Guia de Microubanismos em SP**. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/29786786/Guia_dos_Microubanismos_em_S%C3%A3o_Paulo> Acesso em: 30 set. 2018.

FÓRUM BEM MAIOR. Pesquisa “Saberes, Fazeres e Potencialidades do Território do Bem” e Plano Bem Maior - 2018. Vitória, 2009.

JACQUES, P. B. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, M. L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.

LYDON, Myke; BARTMAN, Dan; WOULDSTRA, Ronald; KHAWARZAD, Aurash. **Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change**. The Street Plans Collaborative, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1> Acesso em: 30 set. 2018.

NETTO, Vinicius M. Cidade e sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina 2014.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

PAIVA, Lincoln. Temos alternativa ao urbanismo neoliberal? **Minha cidade**, ed. 201.03, abr. 2017. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.201/6482>> Acesso em: 20 jan. 2019.

Project for Public Spaces (PPS). **The Placemaking Process**. Disponível em:



< <https://www.pps.org/article/5-steps-to-making-places>> Acesso em: 30 set. 2018.

ROSA, M. L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

Os Baixios da “Rambla Carioca” de Manguinhos Morfologia urbana, paisagem e atmosferas

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

QUEIROZ, Isabela (1); TÂNGARI, Vera (2); LAMOUNIER, Alex (3);

(1) Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Arquitetura; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ); pesquisadora do grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro – SEL/RJ - PROARQ/FAU/UFRJ; Isabelacorreia.arq@gmail.com

(2) Arquiteta e Urbanista; Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Coordenadora do Programa de Mestrado em Projeto e Patrimônio e do grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro – SEL/RJ- PROARQ/FAU/UFRJ; vtangari@uol.com.br

(3) Arquiteto e Urbanista; Professor substituto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisador do grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres no Rio de Janeiro – SEL/RJ- PROARQ/FAU/UFRJ; alex.a.lamounier@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo o baixio de viaduto (espaços sob viaduto), chamado “Rambla Carioca”, localizado na favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Tem como objetivo compreender a contribuição dos aspectos morfológicos na construção da(s) atmosfera(s) do baixio, entendendo a relação desses aspectos visíveis e invisíveis como transformadores da paisagem. A metodologia parte de fundamentação teórica, análises e visitas de campo ao longo de oito meses, fazendo anotações, vivenciando os espaços e a comunidade, assim como conversando com alguns moradores, principalmente os jovens. Ao longo do baixio, foram identificados sete trechos com dinâmicas bem marcantes e micro atmosferas distintas, inclusive com nuances dentro de um mesmo trecho. Essas micro atmosferas não são rígidas, muito menos estanques em si, e integram a atmosfera do baixio. As especificidades do território geram atmosferas únicas e imprevisíveis em projeto, justificando a importância de combinar a análise morfológica aos aspectos subjetivos e, por vezes, invisíveis, mas que condicionam o território; principalmente no caso de Manguinhos, marcado pela violência, mas também resiliência, afeto, etc. Em todos os trechos analisados foram observadas significativas contribuições e condicionamentos morfológicos nas atmosferas, enfatizando a relação de complementaridade entre paisagens visíveis e invisíveis trazida neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: baixio de viaduto; sistema de espaços livres; paisagem urbana; morfologia urbana; atmosferas.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ). Vincula-se e traz contribuições do grupo de pesquisa Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ) e relaciona conceitos e conteúdos discutidos no 10º Colóquio de pesquisas do PROARQ “Todos os Mundos, Um só Mundo, Arquitetura 21: UIA 2020 RIO” e no “II Workshop Internacional Desafios de Projetos Locais: Construíndo Espaços Juntos” (processo participativo em Manguinhos promovido pelos grupos de pesquisa Ambiente e Educação – GAE – e Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro – SEL/RJ, em 2019), ambos eventos preparatórios do UIA 2020.

O presente trabalho tem como objeto de estudo o baixio de viaduto (espaços sob viaduto) localizado na favela de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. Os espaços sob viaduto aqui em questão foram criados a partir de 2007, após a intervenção urbana realizada através do PAC-Manguinhos (Programa de Aceleração do Crescimento) na favela. Esse investimento ocasionou a elevação da linha férrea a fim de “costurar” o território e criar um calçadão com equipamentos públicos denominado “Rambla Carioca”, em referência a projeto anterior, na cidade de Barcelona. Entretanto, diante de um território tão complexo como Manguinhos, de questões políticas e da incompletude do projeto, as expectativas projetuais não se traduziram em realidade e os baixios pensados como espaço de conexão e lazer resultaram em espaços residuais para o território que, aos poucos, estão sendo (re)apropriados pela população local, porém de forma diferente do projeto, segundo lógicas e escalas locais.

Manguinhos está localizada na Área de Planejamento 3 do município do Rio de Janeiro, na zona norte. É uma região com alta densidade demográfica, com tecido urbano consolidado, com muitos ramais ferroviários, vias expressas e poucos espaços livres, principalmente quanto aqueles destinados aos usos e atividades de convivência da população, como lazer e cultura (TÂNGARI (Org.), 2019). Trata-se de uma região marcada por conflitos e fragilidades socioambientais e essas questões contribuem para justificar a escolha deste recorte.

Diante desse contexto, surgem algumas questões como: Porque os baixios se tornaram espaços residuais em vez de espaços de conexão? Porque os usos previstos em projeto não se concretizaram? Porque são, predominantemente, hostis em vez de imbuídos de vitalidade, como previsto no projeto? Quais são os aspectos que definem usos, dinâmicas e diferentes atribuições de sentido à atmosfera ao longo de um mesmo baixio de viaduto? O que contribui para a população local (re)apropriar certos trechos e outros não? E porque essa população se (re)apropria do espaço com certos usos e outros não?

Essas são questões bastante difíceis de serem respondidas e respondê-las não é o objetivo deste artigo, mas servem para alimentar a discussão e, associadas aos referenciais aqui trabalhados, evidenciaram a relação entre aspectos morfológicos e subjetivos, visíveis e invisíveis, na construção das atmosferas e diferentes formas de apropriação presentes nesse baixio. Sendo assim, construiu-se a questão/problema do artigo: “qual a relação dos aspectos morfológicos na construção das atmosferas dos baixios de Manguinhos?”. Tal questão, cabe destacar, se pauta no objetivo de compreender a contribuição dos aspectos morfológicos na construção das diferentes atmosferas presentes no baixio, entendendo a relação desses aspectos visíveis e invisíveis como transformadores da paisagem.

Esses estudos foram feitos a partir de visitas de campo ao longo de oito meses, fazendo anotações, vivenciando os espaços e a comunidade, assim como conversando com alguns moradores, principalmente os jovens. Nesta etapa da pesquisa vale ressaltar a mediação da moradora de Manguinhos, arquiteta e urbanista Patrícia Oliveira que, além de contribuir com seus relatos para a pesquisa, também teve atuação essencial na ligação entre a pesquisa e outros moradores de Manguinhos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este artigo pretende abordar os aspectos morfológicos da paisagem que influenciam e são influenciados por aspectos subjetivos e invisíveis (que integram suas atmosferas) e que, combinados, constroem a paisagem em um sentido mais amplo, abrangendo seus múltiplos significados. Para isto, inicia-se esta discussão trazendo alguns autores que abordam a temática

de análises qualitativas através da morfologia e outros pelo viés das atmosferas, a fim de fomentar critérios e ferramentas de análise e se construir o olhar pelo qual este trabalho pretende “enxergar” o baixio de Manguinhos (“Rambla Carioca”).

Iniciando a discussão pelo viés morfológico, destacam-se os critérios de avaliação morfológica de Tângari (2014). A autora apresenta uma síntese não conclusiva, mas inicial e aberta a contribuições pertinentes, de critérios de análise aplicados aos espaços livres, à forma e à paisagem urbana que permitem aplicações em diversas situações de escalas e recortes, a fim de compreender quais atributos podem qualificar as cidades e as paisagens, no sentido de sua vivência e significado social. Os critérios de avaliação morfológica destacados pela autora são:

- Desenho da paisagem (suporte físico, intervenção = ocupação);
- Estrutura morfológica (elementos formais e processos = estruturação);
- Conflitos sócio ambientais (critérios de avaliação = desempenho); e
- Padrões de ocupação (estética e apropriação = modelização).

Vale lembrar que Tângari (ibidem) apresenta esses critérios de forma não estanque, aberta à contribuição, acréscimo ou supressão de critérios conforme o contexto e objetivos de pesquisa em questão.

Mendonça (2018) também desenvolve alguns atributos de análise qualitativa a fim de avaliar a característica de “pracialidade” nos espaços livres do subúrbio ferroviário do Rio de Janeiro. Na tabela 1 abaixo, pode-se observar, nas duas colunas à esquerda, os atributos selecionados para avaliação das pracialidades e, nas demais colunas, à direita, as categorias dos espaços livres. Desses atributos vale destacar que, além de aspectos morfológicos, também são avaliados aspectos perceptivos, subjetivos da paisagem, que condicionam o território e são importantes para análises dos espaços livres urbanos.

Tabela 1: Modelo de tabela de avaliação dos espaços livres e dos atributos qualitativos.

		Espaços Livres (categorias)					
		Permanência			Circulação		Residuais
		Praças e Parques	Clubes e associações	Campos de futebol	Ruas e Calçadas	Esquinas alongadas	Terrenos abaixo do Viaduto
Atributos	Caracterização	Área					
		Entorno					
		Gestão					
	Acessibilidade	Acesso Físico					
		Acesso Visual					
		Protocolo					
	Paisagísticos	Conservação					
		Mobiliário / Estrutura					
		Iluminação					
		Monumento/Arte					
		Pavimentação					
	Práticas sociais	Vegetação					
		Atividades					
Perceptivos	Sensação de segurança						
	Conforto Ambiental						
Sócio-culturais	Apropriação						
	Memória						
	Representação Artística						
Representações	Objetivas						
	Subjetivas						
Adaptabilidade	Horários						
	Público						
		Funções					

Fonte: Mendonça, 2018, p. 21.

Segundo Lamounier, a ideia de atmosfera envolve conotações de significado e de sentimentos como resultado do “sentido” atribuído às relações “concretamente” expressas na paisagem (LAMOUNIER, 2019), evidenciando a complementaridade e relação entre os aspectos visíveis – “concretos” – e invisíveis – “sentido” – que este artigo pretende abordar nos espaços sob a linha férrea de Manguinhos. Destaca-se, ainda, a definição de atmosfera de Griffero (2013, apud LAMOUNIER, 2017, p.100-101), que também permeia a relação entre o caráter “vago” desse conceito e a morfologia urbana, segundo a qual, atmosfera é a “própria ‘pele’ emocional e polissensorial de uma cidade”, o resultado da combinação entre configuração da malha urbana, estímulos sensoriais e aspectos socioculturais.

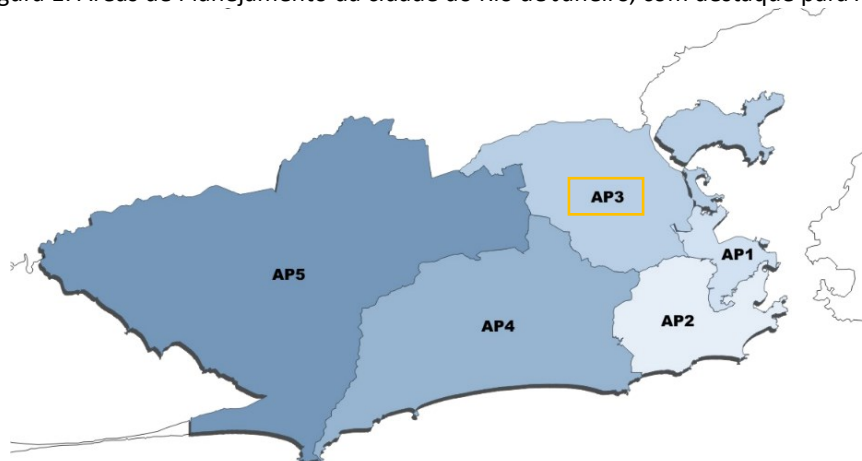
3 CONTEXTUALIZAÇÃO

As considerações a seguir visam contextualizar o baixio da “Rambla Carioca” de Manguinhos a partir da problemática do sistema de espaços livres da Área de Planejamento 3 da cidade do Rio de Janeiro, região na qual Manguinhos está localizada (Figura 1). Envolve, portanto, também uma análise do PAC Manguinhos, intervenção urbanística que gerou a “Rambla Carioca” (e tantas outras questões para a favela).

3.1 Manguinhos e o Sistema de Espaços Livres

A AP3 faz parte da Macrozona de Ocupação Incentivada do Plano Diretor (PD) de 2011, onde são estimuladas a diversificação de usos e incremento de atividades (TÂNGARI (Org.), 2019).

Figura 1: Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para AP3.

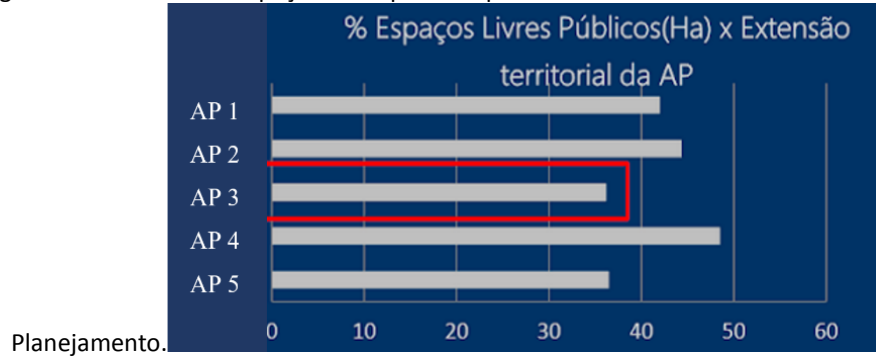


Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2019.

Com base nos dados do censo de 2010 (IBGE), vale ressaltar a pesquisa feita por Mendonça (2018) para a Área de Planejamento 3 do Rio de Janeiro. O autor evidencia que a região concentrava 2.440.118 habitantes, distribuídos em 8.608.310 domicílios, correspondendo, respectivamente, a 38% e 36% do total da Cidade e com uma densidade demográfica bruta de 119,91 hab./ha, representando os maiores índices de concentração de população e domicílios do município do Rio de Janeiro. A área de estudo é caracterizada, portanto, pelas altas

densidades, tanto demográfica quanto construtiva (essa última melhor justificada pelos dados levantados pelo grupo SEL/RJ, apresentados na figura 2 e demais dados a seguir).

Figura 2: Percentual de espaços livres públicos por extensão territorial de cada Área de

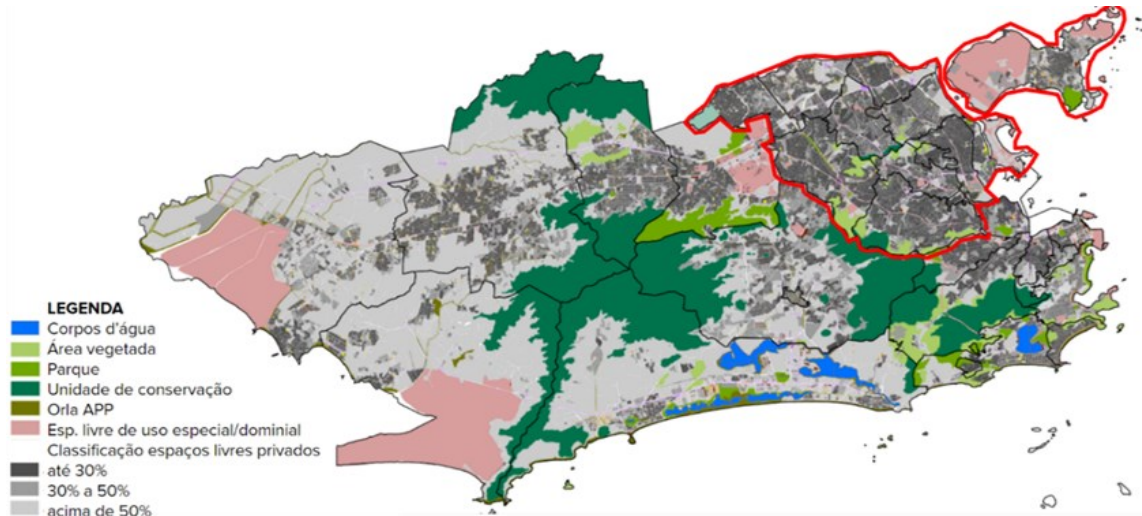


Fonte: Grupo SEL-RJ com base no censo IBGE 2010.

Segundo dados levantados pelo grupo de pesquisas Sistemas de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL/RJ) do PROARQ – UFRJ, com relação aos tecidos urbanos, a região apresenta grandes extensões de Tecido Urbano Consolidado (631,24ha e 55,85%); Centralidades Consolidadas (287,93 ha e 25,48%); e Espaços Livres de Usos Especiais (138,63ha e 12,27%). Com relação aos espaços livres públicos, existe uma predominância das categorias Rua (150,91 ha e 47,34%) e Espaço Livre de Uso Especial (133,62ha e 41,92%), além da significativa presença de quadras com até 30% de espaços livres privados (695,64ha e 85,73%).

Conforme indicado pelos estudos do grupo de pesquisas SEL/RJ (2019), e resumidos acima, a Área de Planejamento 3 é caracterizada pela pouca oferta de espaços livres públicos e, quando eles ocorrem, são, predominantemente, vias e de uso especial, como as faixas de domínio da linha férrea, áreas institucionais, militares, cemitérios, etc. Esses espaços de uso especial que abrangem terrenos de grandes dimensões e em sua maioria atuam como enclaves no tecido urbano, sem muita relação de uso e troca com a população local, conforme é possível observar nas figuras 3 e 4 abaixo.

Figura 3: Mapa de classificação dos espaços livres do Rio de Janeiro com destaque para AP 3.



Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017.

Figura 4: Gráfico de classificação dos espaços livres públicos na AP3.



Fonte: Grupo SEL-RJ, 2017.

A partir da classificação dos espaços livres públicos na AP3 (figura 4), vale ainda ressaltar a superfície ocupada por espaços livres com função viária, como viadutos, rotatórias, canteiros viários, canteiros centrais e laterais, estacionamentos e acostamentos, que são o foco deste trabalho. Tal aspecto evidencia, assim, a demanda por espaços livres públicos de convívio e recreação para a população e a contradição de se elevar a linha férrea em Manguinhos e construir mais viadutos e espaços residuais em uma área já tão fragilizada quanto a esses aspectos, como a AP3.

3.2 PAC Manguinhos

Até 2007, o baixio de viaduto de Manguinhos, aqui estudado, não existia. O ramal ferroviário que atravessa o complexo de favelas ficava no nível da rua. A partir de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Favelas, implementado em âmbito federal, trouxe investimentos a Manguinhos. Uma das intervenções urbanísticas realizadas pelo Programa foi a elevação da linha férrea. Segundo Benetti (2018), o PAC contava com grande aporte financeiro, visava a mudança de configuração espacial e social a partir da urbanização de favelas, com a possibilidade de construção em ampla escala de unidades habitacionais, e tinha como premissas a participação popular no processo de projeto.

O projeto de elevação da linha férrea, um dos destaques da intervenção do PAC em Manguinhos, foi desenvolvido pelo escritório Ateliê Metropolitano, coordenado pelo arquiteto Jorge Mario Jáuregui. Tinha como objetivo costurar o território e criar um calçadão com equipamentos públicos, a “Rambla Carioca” – que contaria com uma nova estação de trem, áreas de lazer e equipamentos públicos. Também foram definidas em projeto obras de infraestrutura de modo a mitigar os efeitos das cheias que são frequentes em Manguinhos, remoções de habitações para duplicação dos leitos carroçáveis e construção de conjuntos habitacionais no local para alocação da população removida. “Tudo isso foi apresentado e discutido em reuniões com a comunidade” (PARREIRA; QUEIROZ, 2019, p.18).

Por questões de gestão pública, a realização do projeto foi acelerada e as promessas de obras, apresentadas no início para a comunidade, não foram concluídas em sua totalidade. Dentre as promessas feitas para a “Rambla Carioca”, foram executadas a elevação da via férrea, a nova estação de trem e a ampliação do leito carroçável da Avenida Leopoldo Bulhões que margeia o novo viaduto, com a remoção de extensa faixa de residências. Entretanto, os espaços sob o viaduto foram parcialmente executados e não receberam a maioria dos equipamentos previstos no projeto, resultando em espaços residuais, ociosos, com características e ocupações bem diferentes do que havia sido “idealizado” em projeto, conforme é possível observar nas figuras 5 e 6 abaixo.

Figura 5: Croqui do projeto “Rambla Carioca” sob a linha férrea.



Fonte: Projeto Rambla Carioca de Jorge Jáuregui.

Figura 6: Situação atual da “Rambla Carioca”.



Fo

nte: Fotografia da autora, 03/2019.

A partir de visitas ao território, conversas com lideranças locais, moradores e frequentadores da comunidade – adultos, jovens e crianças – e após a participação no Workshop ConstruINDO Espaços Juntos (promovido pelos grupos de pesquisa Ambiente e Educação – GAE – e Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro – SEL/RJ, em 2019), que contribuiu com inúmeras discussões e palestras com foco em Manguinhos, foi possível se aproximar e compreender um pouco melhor as dinâmicas desse território.

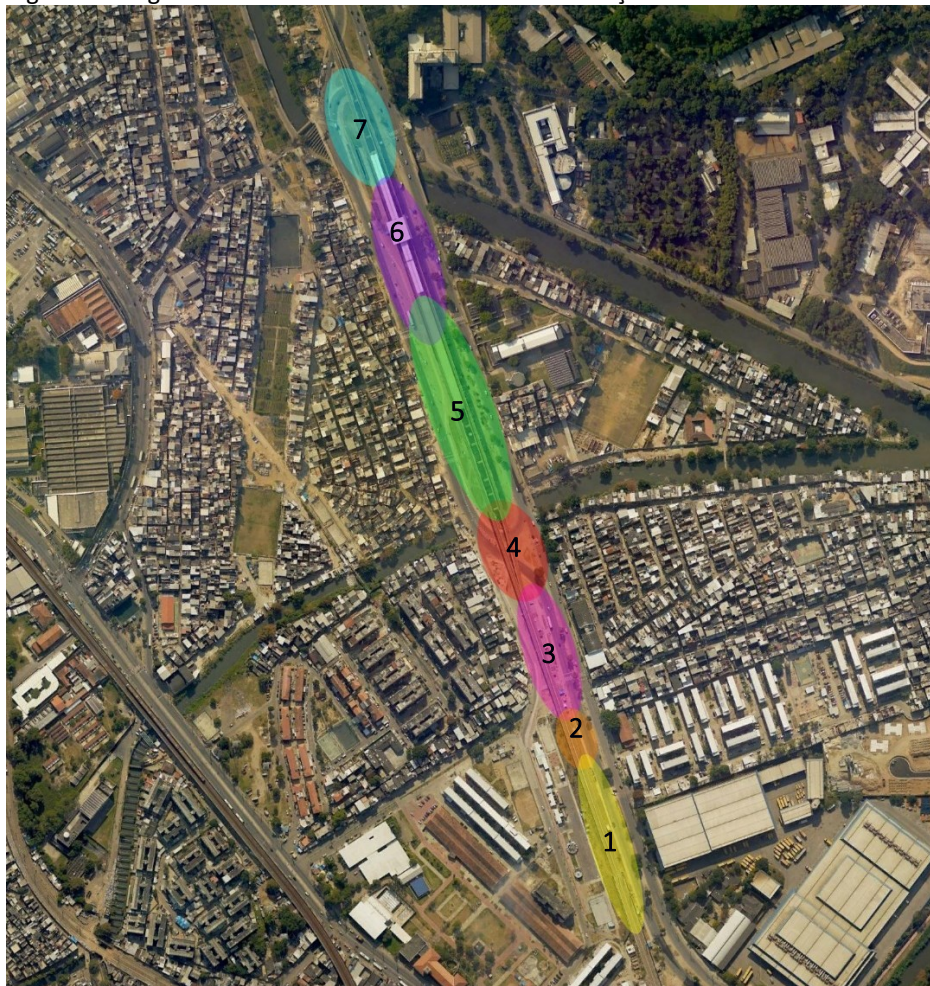
Primeiramente, é importante destacar que se trata de um território específico, carregado de significados, especificidades e dinâmicas próprias. Como muitas das favelas do Rio de Janeiro, Manguinhos é bastante marcada pela violência, aspecto esse que sempre esteve presente nas conversas com os moradores e frequentadores locais. É uma região com múltiplos conflitos sociais e armados, seccionada pela linha férrea (ainda que elevada) e marcada por uma série de fragilidades como frequentes inundações, questões sanitárias e de saúde pública, além da precariedade das habitações autoconstruídas no local (PARREIRA; QUEIROZ, 2019). Em contrapartida, também é um território carregado de afeto e resiliência, pois, apesar de todas as adversidades citadas acima, e possivelmente também reforçado pelas mesmas, Manguinhos é um território que resiste – assim como também resistem o afeto e os laços entre os moradores, mesmo após inúmeras intervenções urbanísticas que desconsideram essas especificidades do local.

4 MORFOLOGIA E ATMOSFERAS DO BAIXIO DE MANGUINHOS (“RAMBLA CARIOCA”)

A partir da sobreposição dos aspectos morfológicos e subjetivos que integram a atmosfera, foram feitas as análises dos baixios de Manguinhos. As visitas de campo e pesquisas foram

essenciais à compreensão da construção da paisagem em um sentido mais amplo, combinando os aspectos morfológicos e subjetivos do território a fim de observar e buscar entender as nuances de atmosferas existentes dentro de um mesmo contexto e baixo de viaduto. Compreender as contribuições morfológicas para a distinção entre essas nuances envolve questionar porque um trecho do baixo é melhor caracterizado por adjetivos como “vivo” e “dinâmico” e outros trechos do mesmo baixo como “hostil”, “ermo”, “ocioso”, etc. A figura 7, a seguir, apresenta uma imagem aérea do território do baixo de Maguinhos, com a identificação de sete trechos com dinâmicas bem marcantes e nuances distintas de sua atmosfera.

Figura 7: Imagem aérea da “Rambla Carioca” com marcação dos trechos identificados.



Fonte: Desenho feito sobre mapa do Google Earth Pro, 06/2018.

Vale ressaltar que os sete trechos aqui destacados seguem o olhar e a escala de estudo específicos deste trabalho. As micro atmosferas observadas em cada trecho não são rígidas, muito menos estanques em si. Numa análise desses trechos a partir de uma escala mais aproximada, certamente serão encontradas nuances diversas dessas atmosferas contidas num mesmo trecho, assim como o momento do dia em que foi realizada a pesquisa também influencia nos resultados. Os estudos foram feitos durante o dia, em visitas na parte da manhã e início da tarde; os trechos destacados são passíveis de mudanças de dinâmicas ao longo do dia, bem como em diferentes dias da semana. Além dessas ressalvas, vale ainda destacar a velocidade com a qual o território de Manguinhos se transforma. Ao longo dos oito meses de

pesquisa observou-se que a favela, que sofreu inúmeras remoções e demolições com a intervenção do PAC, está constantemente se reconstruindo e se reestruturando, modificando a paisagem e as apropriações do baixo e seu entorno.

Figuras 8 e 9: Fotos do trecho 1.



Fonte: Alex Lamounier, 03/2019.

Trecho 1: Início da elevação da linha férrea. Trecho em consolidação. Espaços livres de lazer não consolidados pelo PAC onde atualmente estão sendo construídas novas edificações pelos moradores de Manguinhos. Vale ressaltar que em março de 2019 eram espaços residuais, ociosos, hostis, ermos... (conforme ilustram as figuras 8 e 9). Atualmente, outubro de 2019, se caracteriza por concentrar dinâmica de autoconstrução. É possível observar as pessoas trabalhando nas construções e materiais pelo chão. A via presente é praticamente de pedestre, quase não passa automóvel. Aspectos morfológicos como via estreita (aproximadamente 5,5 m de largura) e subutilizada pelos automóveis juntamente com o fato de se tratar de espaços residuais e ociosos podem ter contribuído como facilitador para ocupação desses espaços com a construção de novas moradias. A atmosfera anterior de vazio e abandono pós PAC agora apresenta movimentação de pessoas ouvindo rádio, conversando, carregando materiais de construção e erguendo as edificações que rapidamente vão ocupando o espaço.

Figura 10: Foto do trecho 2.



Fonte: Google Street, 2017.

* **Trecho 2:** Início do baixo. Presença de barraquinhas de venda de frutas e legumes, comércio de rua, maior fluxo de pessoas, intensas travessias de pedestre próximas a escola, creche, pontos de ônibus e ruas transversais (“entradas”) do bairro. Via local de automóveis de acesso

para favela. Via Leopoldo Bulhões com semáforos de travessia, conforme é possível ver na figura 10 acima. Observou-se que os aspectos morfológicos acima identificados contribuem fortemente para as apropriações e dinâmicas tão específicas desse trecho comparado com os demais, caracterizado por considerável vitalidade.

Figura 11: Foto do trecho 3.



Fonte: Google Street, 2017.

* **Trecho 3:** Extenso trecho, mais “uniforme”. Transição entre o trecho 2 e o trecho 4 e suas respectivas características. Caracterizado pelo isolamento do baixio pelas vias de automóveis que o margeiam (Leopoldo Bulhões em ambas as margens), menor fluxo de pessoas circulando e baixio predominantemente usado como estacionamento. Marcado por um ponto isolado com maior concentração de pessoas em alguns momentos por conta de uma parada de ônibus. Conforme é possível observar na figura 11. O isolamento do baixio pelas vias que se ampliam sem travessias nesse trecho contribui para que a apropriação seja, predominantemente, pelos carros, caracterizando-o por espaços mais ociosos e residuais (do ponto de vista do pedestre).

Figura 12: Foto do trecho 4.



Fonte: Google Street, 2017.

* **Trecho 4:** Travessia perigosa. Ampliação/duplicação da Leopoldo Bulhões. Marcada pelo conflito entre as pessoas e o intenso fluxo de carros. Descontinuidade da calçada. É necessária atenção e correr para atravessar. Muitos acidentes. Possui faixa e semáforo, porém, por ser

uma via larga (3 faixas), sem trânsito e frequentemente o semáforo estar quebrado, os automóveis passam em alta velocidade e costumam não parar para a travessia dos pedestres e ciclistas. Mesmo quando o semáforo está funcionando muitos motoristas não param, por medo do território alvo de recorrentes conflitos armados (“Faixa de Gaza”), conforme é possível observar na figura 12. Neste trecho, o traçado viário é uma marcante contribuição morfológica para a atmosfera de maior “atenção” e “perigo” que se estabelece.

Figuras 13 e 14: Fotos do trecho 5.



Fonte: Da autora (à esquerda); Lamounier (à direita), 03/2019.

Trecho 5: Imensidão. Avenida com cinco faixas para automóveis, sem demanda de fluxo. Carros passam em alta velocidade, pela liberação da via e também por medo, já que se trata de uma zona de conflito (“Faixa de Gaza”). Uma das faixas foi revertida e usada para lava-jatos, acúmulo de materiais de construção das edificações que estão sendo reconstruídas margeando a Av. Leopoldo Bulhões e também como calçadas para circulação de pessoas (legitimando o superdimensionamento dessa avenida). Baixio ainda mais isolado que no trecho 3. A elevação da via férrea trouxe conexão visual com o lado oposto, mas o seccionamento físico se manteve com a ampliação da largura da Avenida. Reconstrução das casas. Ausência de travessia/conexão física direta de um lado ao outro. Faixas de pedestre desconectadas não incentivam o fluxo de pedestre e geram alguns conflitos na travessia.

O aspecto morfológico de isolamento do baixio pelas vias dificulta e diminui o fluxo de pessoas e ciclistas circulando por esse trecho do baixio, legitima a presença de estacionamentos e quiosques subutilizados, assim como de moradores em situação de rua, “catadores” de lixo para reciclagem e ponto com “corda para suspensão/elevador” de mercadorias a serem comercializadas no trem (figuras 13 e 14). Observou-se que, quando as apropriações “formais” eram inibidas, as apropriações pelos grupos mais marginalizados eram favorecidas.

Figuras 15, 16 e 17: Fotos do trecho 5. (Transição entre 5 e 6.)

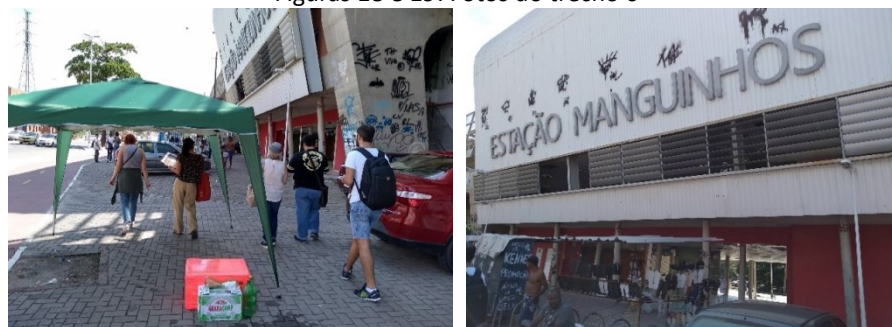


Fonte: Alex Lamounier, 03/2019.

Ainda no trecho 5, vale destacar a nuance de “transição” que vai surgindo conforme se aproxima da estação e da escola (figuras 15 e 16). Ocorre uma transição entre as atmosferas dos trechos, ganhando “vida” ao se aproximar do trecho 6, apesar de pontos bastante marcados pela falta de manutenção e depredação da estação de trem (figura 17).

Trecho 6: Estação de trem. Comércio ambulante. Maior fluxo de pessoas para a estação. Música. Lava-jatos. Ausência de faixa de pedestre, conflitos para atravessar. Ciclovia e estação depredadas e sem manutenção. (Figuras 18 e 19). Neste ponto, apesar dos aspectos morfológicos não contribuírem a favor do fluxo de pedestres, este é favorecido pela atividade da Estação de Mangunhos.

Figuras 18 e 19: Fotos do trecho 6



Fonte: Alex Lamounier, 03/2019.

Trecho 7: Logo após a estação. Ponto de intensas inundações. Espaços residuais. Sem comércio ou pontos de atratividade, quiosques inativos. (Figuras 20 e 21). Intenso fluxo de travessias de pedestre para a estação e FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). Fim da calçada, sensação de “fim de linha”. Ponto de retorno de veículos, Av. Leopoldo Bulhões fica ainda mais larga, veículos em alta velocidade. Perigo de travessia. Fragmentos de casas que resistiram as remoções do PAC, ruínas. Este é um trecho onde ocorre o encontro do que restou com o que foi construído em

Manguinhos pelo PAC. É o encontro de aspectos tão marcantes e distintos, onde nenhum deles prevalece e a percepção, em torno da atmosfera que se constrói é a do não consolidado, residual, um “vazio” carregado de significado.

Figuras 20 e 21: Fotos do trecho 7



Fonte: Alex Lamounier, 03/2019.

* trechos 2, 3 e 4 estão sem fotos registradas durante as visitas porque foi recomendado, por moradores da favela, que não fossem fotografados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou percorrer caminhos que possibilitem pensar complementaridades entre a análise morfológica dos componentes da paisagem e a configuração de atmosferas, com o objetivo de compreender a contribuição dos aspectos morfológicos na construção das diferentes atmosferas presentes no baixio de Manguinhos. Observaram-se elementos da morfologia do lugar, mas não de forma isolada, buscando compreender as questões subjetivas do território associadas a essa morfologia.

A cidade não é um ambiente controlado, ao contrário do que muitas vezes parece ser imaginado nos projetos urbanos. Muito menos a favela, onde existem inúmeros conflitos e agentes atuando de acordo com seus interesses. A cidade é um ambiente dinâmico e na favela tal característica parece se acentuar ainda mais. Em Manguinhos observou-se a velocidade com a qual o território e sua paisagem se modificam e se consolidam. É um tempo diferente do tempo da cidade formal. Está ocorrendo um intenso processo de densificação a partir do crescimento vertical e horizontal da favela (este último pela reconstrução das casas que foram removidas pelo PAC), principalmente às margens do baixio do viaduto.

Todas essas especificidades do território geram atmosferas únicas e imprevisíveis em projeto, justificando assim a importância de combinar a análise morfológica aos aspectos subjetivos e por vezes invisíveis, mas que condicionam totalmente o território, principalmente no caso de Manguinhos, que é um território marcado por várias especificidades como a violência, resiliência, afeto, etc. Tal aspecto reforça a ideia de complementaridade entre visível e invisível observada neste artigo.

Ao longo do baixio de Manguinhos, chamado em projeto como “Rambla Carioca”, foram identificados trechos com dinâmicas bem marcantes e distintas umas das outras, inclusive com nuances distintas dentro de um mesmo trecho, contexto e viaduto. Em todos os trechos analisados foram observadas significativas contribuições/condicionamentos morfológicos nas



atmosferas, o que aponta que os aspectos morfológicos estão tanto condicionados aos invisíveis, subjetivos, assim como interferem na configuração das atmosferas e subjetividades locais. É uma “via de mão dupla”. Cabe destacar que essas múltiplas nuances se relacionam a diversas atribuições de sentido, por vezes até contraditórias entre si. Tais atribuições de sentido, e suas nuances, configuram múltiplas e também diferentes micro atmosferas no território de um mesmo baixo de viaduto. Por sua vez, essas micro atmosferas integram uma atmosfera maior que, repleta de complexidades e contradições, se relaciona ao caráter atual desse baixo, mas, também, apresenta relações com uma escala maior, do próprio território de Manguinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Giselle Arteiro; TÂNGARI, Vera Regina (coords.). **II Workshop Internacional Desafios de Projetos Locais: Construindo Espaços Juntos** - UFRJ e Manguinhos. Rio de Janeiro: GAE e SEL/RJ, PROARQ-FAU-UFRJ, 15 a 25 de outubro de 2019.

BENETTI, P. PAC Manguinhos, uma oportunidade perdida. In: PIVETTA, F. et al. (Org.). **Leituras sobre políticas públicas: o PAC Favelas como mirante de observação**. Rio de Janeiro: ENSP - Fiocruz, 2018. p. 63-76.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de preferência em áreas periféricas do Rio de Janeiro-RJ: atratividade e afetividade em territórios urbanos de conflitos e fragilidades**. In: 10º Colóquio de pesquisas do PROARQ – FAU-UFRJ, 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. p. 93-95. Disponível em: <https://6b769f41-ac3a-448e-a4f6-507549d780ef.filesusr.com/ugd/7204cb_2e6453209ceb43a4b7690fecbd688523.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2019.

LAMOUNIER, Alex Assunção. **Atmosferas de Preferência na “Cidade Maravilhosa”**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

MENDONÇA, Bruno Ragi Eis. **Os Espaços Livres e a Estruturação da Paisagem: Uma avaliação das parciaisidades do subúrbio ferroviário do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

PARREIRA, Gabriel de Souza; QUEIROZ, Isabela Correia de. **Intervenções locais: O PAC de Manguinhos e o Rio-Cidade Bonsucesso**. In: Congresso de Escolas e Faculdades Públicas de Arquitetura da América do Sul, 23., 2019. Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Campinas, GALOÁ, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/intervencoes-locais--o-pac-de-manguinhos-e-o-rio-cidade-bonsucesso?lang=pt-br>>. Acesso em: 31 out. 2019.

TÂNGARI, V.R. (Org.) **Rio de Janeiro: espaços livres e forma urbana (No Prelo)**. Rio de Janeiro, 2019.

TÂNGARI, V.R. **Arquitetura da Paisagem – notas de aula**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

TÂNGARI, V. R. **Espaços livres a forma urbana: identificação dos tipos morfológicos que qualificam a paisagem urbana**. In: ENANPARQ, III Encontro Nacional, 2014, São Paulo, **Anais...**, São Paulo: 2014.



História e planejamento dos espaços livres em cidades pequenas do Rio Grande do Sul

Panambi, Palmeira das Missões, Garibaldi e Ivorá

PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS

DONOSO, Verônica Garcia (1); JORIS, Nadiane Dias (2); FARIAS, Eduarda Perini (3); AIRES, Kauana Kracilovski (4); OLIVEIRA, Henrique Sanches Barboza de (5)

- (1) Doutora, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, veronica.donosos@ufsm.br
(2) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, nadianejoris@gmail.com
(3) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, duda.pfariass@gmail.com
(4) Graduanda, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, kauanna.aires@gmail.com
(5) Graduando, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Cachoeira do Sul, rique_sanches@hotmail.com

RESUMO

Este documento apresenta algumas análises que estão sendo realizadas na Universidade Federal de Santa Maria, campus Cachoeira do Sul, em relação aos espaços livres de cidades pequenas e médias do Rio Grande do Sul. Nesta oportunidade destacam-se, nos municípios de Panambi, Palmeira das Missões, Garibaldi e Ivorá, o histórico da formação dessas cidades e análises dos Planos Diretores Municipais, buscando levantar as relações presentes no papel do sistema de espaços livres para o planejamento da cidade. Com diferentes contextos e histórias, as cidades estudadas demonstram a forte herança com o histórico da formação do território e a grande relação com a paisagem rural no cotidiano da população, seja a partir de festividades, atividades profissionais ou turísticas.

PALAVRAS-CHAVE: modelo; formatação; paisagismo.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas análises que estão sendo realizadas no projeto de pesquisa “Sistema de espaços livres na transformação da paisagem de cidades pequenas e médias do Rio Grande do Sul”, sendo desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria, campus Cachoeira do Sul. O temático de pesquisa do sistema de espaços livres (SEL)¹ é desenvolvido pela rede QUAPÁ-SEL, que busca compreender e detectar as especificidades locais para compreender a realidade da paisagem nacional a partir de mapeamentos temáticos. Os estudos da rede têm se concentrado nas regiões metropolitanas, mas também se destacam alguns grupos de pesquisa que tem estudado as relações entre forma urbana e SEL em cidades médias e pequenas.

¹ Como espaços livres, entendem-se os espaços livres de edificação que tem relevância para as práticas sociais, tendo potencial para a esfera pública e intensificação das relações sociais, podendo, também, ter relevância ambiental, independentemente de sua jurisdição. Dentre algumas categorias de espaços livres estão as ruas, praças, parques, reservas ambientais, espaços intralote não edificados e outros. As pesquisas sobre os espaços livres se iniciaram com Miranda Magnoli nos anos 1970 na FAUUSP (MACEDO, 2006), tendo sido continuada pelos seus discípulos em todo o território nacional, que incorporam a rede de pesquisa QUAPÁ-SEL, coordenada pelo Laboratório QUAPÁ da FAUUSP.



2 HISTÓRICO DAS CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS DO RS ESTUDADAS

A inserção de cidades pequenas e médias na pesquisa sobre o sistema de espaços livres tem acontecido baseando-se na metodologia de análise da rede (MACEDO et al., 2018), mas realizando adaptações para o contexto específico de cidades de dinâmica não metropolitana, complementando a compreensão do SEL brasileiro e suas diferentes singularidades regionais e locais.

Os termos cidades “média” e “pequena” remetem a estudos de redes e hierarquias urbanas, baseados em dados populacionais. De forma geral, a classificação define as cidades pequenas como aquelas que possuem até 50 mil habitantes e as médias entre 50 e 500 mil habitantes. Porém, essa noção tem que ser entendida como uma forma de organização analítica por porte, mas existem diversos aspectos que deveriam ser levados em consideração além do contingente populacional, como o tamanho da malha urbana e sua importância em dinâmicas econômicas locais e regionais. Apesar das limitações dos termos, neste artigo estes são utilizados pela sua referência ao porte populacional, mas destacando as especificidades de cada cidade analisada.

O histórico da formação dos núcleos urbanos é importante para compreender o cenário complexo da estrutura das cidades gaúchas, a transformação da paisagem e o estabelecimento – ou não – de políticas mais eficientes para a qualificação dos espaços livres das cidades.

A rede urbana do Rio Grande do Sul passou de maioria rural em 1940 (com 68,85%) para predomínio de população urbana (mais de 80% em 2000), devido às formas de apropriação do território por diferentes estruturas produtivas e também por políticas estatais (SOARES, 2011). A formação da rede urbana do Rio Grande do Sul foi a partir da ocupação da Campanha gaúcha, baseada na grande propriedade, pecuária extensiva e controle fronteiriço, o que significou um reduzido número de centros urbanos e poucos níveis de hierarquização, com grande importância para as cidades que concentraram capitais industriais e comerciais e também que estavam conectadas pela rede ferroviária.

Também há a distinção entre os núcleos urbanos do norte e sul do estado, que também foi marcada pela rede ferroviária, implantada no último quarto do século XIX, que dividia o escoamento da produção entre Porto Alegre e Rio Grande, até a união das redes ferroviárias no século XX, que polarizou o escoamento para a capital do estado (SOARES, 2011).

A colonização italiana no Brasil adveio dos problemas políticos e econômicos enfrentados na Itália associados à necessidade de mão de obra no Brasil, especialmente na segunda metade do século XIX. No Rio Grande do Sul esse processo começou em 1870 com os italianos instalando-se em quatro colônias de imigração: as duas primeiras denominadas como Conde D'Eu e Dona Isabel, hoje correspondendo aos municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves; a terceira, denominada Caxias, correspondendo hoje ao município de Caxias do Sul; a quarta, denominada Núcleo Colonial Italiano Silveira Martins, onde hoje Ivorá faz parte, com imigrantes que chegaram em 1976 (IBGE, 2017a; IVORÁ, 2019).

As cidades estudadas estão localizadas à norte do estado (figura 1), tendo a região tido base de colonização alemã e italiana na segunda metade do século XIX, baseadas na propriedade e trabalho familiar. A seguir, apresentam-se mais dados sobre cada uma das cidades.

Figura 1: Localização das cidades estudadas.



Fonte: Google Earth (2019).

2.1 Panambi-RS

Situado no planalto rio-grandense, o município de Panambi pertence à região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e à região turística do Yucumã. Seu território, outrora pertencente à cidade de Cruz Alta, localiza-se entre cerros e vales e é banhado pelos rios Palmeira, Fiúza, Caxambu e Ijuí. Suas divisas são marcadas pelo município de Condor e Ajuricaba ao norte, de Santa Bárbara do Sul ao leste, de Pejuçara ao sul e de Bozano a oeste.

Considera-se que os índios da tribo Guarani tenham sido os primeiros habitantes das terras que conformam o município de Panambi atualmente, no entanto, restaram poucos vestígios que desapareceram com o tempo. Os primeiros registros sobre a existência de moradores neste território são de 1835, com a chegada de Manoel José da Encarnação (presumivelmente o habitante mais velho) e sua família, os quais se estabeleceram na localidade que hoje leva o seu sobrenome, Encarnação. Na localidade de Boa Vista, em 1858, se estabeleceu o português João Luiz Malheiro, tronco da tradicional família Malheiros, que se casou com Laurinda Maria Morais – neta de Manuel José da Encarnação. No local chamado por “Salina”, onde mais tarde se formaria o núcleo da colônia e atual Praça Central e entorno, residia Chico Bairros, conhecido na região como “Chico Saleiro”, pois trocava mate por sal em suas viagens à Bagé, Botucaraí e Santa Maria, e posteriormente vendia o produto em Cruz Alta (BATAGLIN, 2012).

A colonização, de origem alemã, iniciou com a fundação da colônia chamada "Neu-Württemberg". Durante uma expedição realizada ao Xingu, no Mato Grosso, o geólogo alemão Dr. Hermann Meyer, de Leipzig, tomou conhecimento da existência de terras férteis no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para promover os trabalhos de colonização, manteve um procurador na região, Carlos Dhein, o qual lavrou a primeira escritura da colônia para o Dr. Meyer, em 31 de agosto de 1898, após adquirir as terras de Chico Saleiro e de Joaquim Dias de Oliveira. A colonização visava, inicialmente, imigrantes vindos de Württemberg, na Alemanha,

mas famílias das antigas colônias da região de Estrela e de Santa Cruz do Sul também habitaram a colônia (BATAGLIN, 2012).

A demarcação da área urbana ocorreu em 1901 e recebeu a designação Elsenau, em homenagem à esposa do Dr. Meyer, chamada Else. Em 1944, após algumas mudanças de nome, a colônia passou a ser denominada Panambi. No dia 15 de dezembro de 1954, foi decretada sua emancipação (BATAGLIN, 2012).

Atualmente, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área do município de Panambi é de 490,823 km² e a população registrada no último censo foi de 38.058 pessoas, sendo a densidade demográfica 77,53 hab/km². São 34.562 habitantes na zona urbana e 3.496 habitantes na zona rural. A estimativa populacional para 2019 indica 43.667 pessoas. Em relação a economia do município, o PIB per capita é de R\$ 41.950,67 (IBGE, 2016). Serviços é a principal atividade econômica responsável pelo PIB municipal, representando 43,87% do total, seguida pela indústria com 34,19% (IBGE, 2010).

Em relação à paisagem, a região do município se situa no Planalto Médio Gaúcho, região dos campos serranos, e é caracterizada por cerros e vales e uma topografia bastante acidentada. Destacam-se as matas nativas da Região Fitogeográfica da Floresta do Planalto, com rara presença de araucárias, já bastante reduzidas pela transformação da vegetação nativa em lavouras e pastagens. Em relação à hidrografia, destacam-se os rios Fiúza, Palmeira, Ijuí e Caxambu (GRACIOLI, 2012).

Tabela 1: Dados de Panambi

Panambi-RS	
População - CENSO (IBGE, 2010)	38.058
População estimada (IBGE, 2019)	43.667
PIB per capita (IBGE, 2016)	R\$41.950,67
Área da unidade territorial (IBGE, 2018)	490,823 km ²
Densidade demográfica (IBGE, 2010)	77,53 hab/km ²

Fonte: Dados IBGE (2010, 2016, 2018 e 2019).

2.2 Palmeira das Missões-RS

Palmeira das Missões é um município localizado no Norte do estado do Rio Grande do Sul, criado pela Lei provincial n.º 928, no dia 6 de maio de 1874. De acordo com o censo do ano de 2019 do IBGE, o município possui 33.303 habitantes e um PIB de R\$38.153,39 – no censo de 2016.

Historicamente, no ano de 1632, jesuítas fundaram, próximo ao arroio Góes, a redução de Santa Tereza, que posteriormente foi destruída pelos mamelucos paulistas. Posteriormente fundam-se os Sete Povos, quando apareceram índios das Missões Orientais e instalaram-se no local, tendo como objetivo a extração e o comércio da erva-mate nativa. A erva-mate teve grande influência na economia do município, sendo um produto interligado às tradições históricas (IBGE, 2017b).

Em 1750, com o desaparecimento das Missões como resultado do Tratado de Madri, se multiplica a criação de gado, que atraiu tropeiros e comerciantes paulistas, que ali construíram suas estâncias (IBGE, 2017b).

Inicialmente denominada como Vilinha, a cidade mais tarde passou a ser Vilinha de Palmeira, Santo Antônio da Palmeira, Palmeira e, finalmente Palmeira das Missões. Devido aos movimentos rebeldes de 1923, o território municipal foi palco de diversos conflitos (IBGE, 2017b).

Palmeira das Missões é um município que cultiva a tradição gaúcha, e realiza o “Carijo da Canção Gaúcha”, um festival anual de música tradicional que é Patrimônio Cultural do Estado de acordo com a Lei Estadual nº 12.282/05, que incentiva a arte gaúcha e o turismo local (CARIJO, 2019).

No ano de 2006 houve a implantação de sede da Universidade Federal de Santa Maria, com cursos de Administração, Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Enfermagem, Nutrição e Zootecnia. Em 2015, a Instituição tornou-se campus e, desde então, tem estimulado o desenvolvimento econômico e populacional do município.

Hoje tem na agricultura, pecuária e serviços suas principais fontes de riqueza, com a agropecuária representando 437.013,28 do valor adicionado bruto a preços correntes, enquanto que os serviços representam 540.533,62 (IBGE, 2016).

Em relação ao suporte biofísico, está presente na Região Hidrográfica do Uruguai, se encontra no bioma Mata Atlântica e também está na zona de ocorrência de Estepe, com vegetações predominantemente campestres, e Floresta Ombrófila Mista, onde ocorrem as araucárias. No entanto, a vegetação de mata nativa é bastante restrita frente às ocupações da agricultura e pecuária (RIBEIRO, 2013).

Tabela 2: Dados de Palmeira das Missões

Palmeira das Missões-RS	
População - CENSO (IBGE, 2010)	34.328
População estimada (IBGE, 2019)	33.303
PIB per capita (IBGE, 2016)	R\$38.153,39
Área da unidade territorial (IBGE, 2018)	1.419,430 km ²
Densidade demográfica (IBGE, 2010)	24,18 hab/km ²

Fonte: Dados IBGE (2010, 2016, 2018 e 2019).

2.3 Garibaldi-RS

Localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na encosta da Serra Gaúcha, a cidade de Garibaldi tem aproximadamente 30.689 habitantes segundo o censo de 2010 do IBGE. Possui suas atividades econômicas voltadas principalmente para indústria, com 640.783,08 do valor adicionado bruto a preços correntes, e também serviços, com 608.699,36 (IBGE, 2016), sendo conhecida como a terra do espumante, bem como um dos primeiros em criação de frangos do RS (CLEMENTE, UNGARETTI, 1993). Seu PIB *per capita* é de 52.612,99 segundo o censo de 2016.

Seu primeiro núcleo está datado de 1870, onde Dr. João Sertório criou duas colônias: Conde D'Eu e Dona Isabel, que mais tarde se tornaram Garibaldi e Bento Gonçalves. A partir disso, a colonização deu-se através da imigração, com imigrantes que viajavam em condições precárias desde o Rio de Janeiro, passando por Porto Alegre e Montenegro até chegar no povoado por

estrada estreitas até a chegada na colônia Conde d’Eu (CLEMENTE, UNGARETTI, 1993). Nos anos 1875, chegaram cerca de 40 casais e famílias suíço-francesas, que formaram o primeiro núcleo colonizador, e em 1876 chegaram 700 imigrantes italianos e alguns poloneses. (IBGE, 2017c)

A imigração teve contribuição em diversas áreas para o crescimento de Garibaldi: os poloneses buscavam trabalho, os sírios desenvolveram o comércio, pode-se verificar a influência da cultura francesa através das congregações religiosas, que contribuíram para a educação dos habitantes. Além disso, houve influências dos alemães, que iniciaram a agricultura de subsistência e manufatureira (CLEMENTE, UNGARETTI, 1993).

Posteriormente, em 1884 a colônia Conde d’Eu foi elevada à categoria de Freguesia de São Pedro, e em 1900 a então freguesia emancipou-se, passando a se chamar Garibaldi (IBGE, 2017c).

Os imigrantes italianos levaram à Garibaldi a viticultura, que hoje representa grande parte do turismo e economia local, sendo o maior produtor de champanha do Brasil.

O município está na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, com o Arroio Marrecão seu principal recurso hídrico. A topografia é acidentada, com a malha urbana de traçado regular e ortogonal se sobrepondo a um terreno bastante acidentado, o que ocasiona vias íngremes (PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL, 2011).

A vegetação nativa é representada pela Floresta Estacional Decidual e Floresta Ombrófila Mista – Mata de Araucária, onde as áreas da primeira se apresentam de forma mais contínua. Atualmente, a mata nativa corresponde à 49,96% do uso e cobertura do solo, contra apenas 5,39% de área urbana – que mantém algumas características rururbanas – e 25,6% de agricultura, representada principalmente pela viticultura. Essa grande porcentagem de vegetação nativa é também pela sua ocorrência em áreas de maior declividade, o que não é viável para a agricultura, e favorece a conservação (PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL, 2011).

Tabela 3: Dados de Garibaldi

Garibaldi-RS	
População - CENSO (IBGE, 2010)	30.689
População estimada (IBGE, 2019)	35.070
PIB per capita (IBGE, 2016)	R\$52.612,99
Área da unidade territorial (IBGE,2018)	168,137 km ²
Densidade demográfica (IBGE, 2010)	181,34 hab/km ²

Fonte: Dados IBGE (2010, 2016, 2018 e 2019).

2.4 Ivorá-RS

Ivorá é um município localizado na região central do Rio Grande do Sul, primeiramente conhecido como Núcleo Norte, por estar ao norte de Silveira Martins, sede da quarta leva que recebeu imigrantes no RS, e posteriormente chamada de Nova Údine, em homenagem aos colonizadores, muitos deles naturais de Údine, na Itália. Em 1939 foi nomeada Ivorá, nome indígena que significa Rio da Pedra Formosa, por sugestão do Instituto Histórico e Geográfico do Estado (IBGE, 2017a). De acordo com o censo do ano de 2010 do IBGE, o município possui

2.156 habitantes distribuídos em uma área de 122,930 km² (IBGE, 2018) e um PIB per capita de R\$23.469,70 (IBGE, 2016).

Colonizado por imigrantes italianos em setembro de 1883, Ivorá (ex-Nova Údine), foi subordinada ao município de Júlio e Castilhos entre 1939 e 1988, se emancipando e se elevando à categoria de município de 1988. Segundo a Prefeitura Municipal de Ivorá, a população conta atualmente com aproximadamente 90% de descendentes italianos e 10% de descendentes de outras etnias (IVORÁ, 2019).

A economia de Ivorá gira em torno da agricultura e da pecuária, com o valor adicionado bruto a preços correntes da Agropecuária em 19.666,44, em comparação com 14.969,83 dos serviços (IBGE, 2016). Sua zona urbana apresenta 31 quadras com ruas pavimentadas. No contexto educacional, o município conta, na cidade, com uma Escola Estadual de Educação Básica e uma Escola Municipal de Educação Infantil, e na área rural, quatro escolas de ensino fundamental sendo três da rede municipal de ensino e uma estadual (IVORÁ, 2019).

Na cultura, Ivorá procura preservar suas raízes através da música, canto, língua e gastronomia. No turismo, há o destaque para suas belezas naturais, sua vegetação e seu relevo. Os principais pontos turísticos são: Casa Alberto Pasqualini, a Praça Central, o Conjunto Arquitetônico da Matriz com o Memorial das Águas, o Morro da Cruz e o CTG. No meio rural, Ivorá possui: 34 Cascatas, um abrigo indígena e um balneário, além do monte Grappa (IVORÁ, 2019).

Em relação aos recursos naturais, é uma área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e apresenta fragmentos importantes da Floresta Estacional Decidual, com rico ecossistema e potencial turismo ecológico pelas suas florestas matas e várzeas. A ocupação é prioritariamente de pequenas propriedades com características rurais e de agricultura familiar.

Tabela 4: Dados de Ivorá

Ivorá-RS	
População - CENSO (IBGE, 2010)	2.156
População estimada (IBGE, 2019)	1.910
PIB per capita (IBGE, 2016)	R\$23.469,70
Área municipal (IBGE, 2018)	122,930 km ²
Densidade demográfica (IBGE, 2010)	17,54 hab/km ²

Fonte: Dados IBGE (2010, 2016, 2018 e 2019).



3 O PAPEL DO SEL NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES ANALISADAS – ANÁLISE DOS PLANOS DIRETORES

3.1 Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi

A Lei Complementar Nº 008, de 18 de agosto de 2018 instituiu o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi, que estabelece diretrizes e instrumentos de ordenamento e controle do desenvolvimento municipal em todo o seu território.

Associados aos Sistemas de Espaços Livres, cabe destacar dos objetivos gerais da Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável, no Art. 6º, o inciso III, no qual pretende-se “assegurar a qualidade ambiental e de vida urbana, adequando a ocupação do solo às condições físico-naturais” e o inciso VIII, “proteger, preservar e recuperar os ambientes natural e construído, impedindo a ocupação nas Áreas de Preservação Permanente - APPs e as que apresentam terrenos com características geotécnicas desaconselháveis [...]” (PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE PANAMBI, 2008).

Diante das propriedades físico-ambientais do Município de Panambi, caracterizado, sobretudo, pelo relevo acidentado que impõe desafios ao planejamento urbano, o Plano Diretor apresenta diversos mapas voltados ao tema, dos quais se destaca o Mapa de Zoneamento Físico-Ambiental, que apresenta as áreas de banhados, de mata nativa, de declividade acima de 20%, suscetíveis a inundações, os reservatórios de água e APPs. Todas estas áreas configuram-se no Mapa do Zoneamento Urbano e Sistema Viário como áreas restritas à ocupação e representam parte significativa da área urbana, logo, se pode dizer que estes são importantes fatores que constituem o Sistema de Espaços Livres da cidade.

É sabido que, entre os elementos que constituem o SEL, áreas privadas também possuem papel importante na qualificação do mesmo, portanto, se observam os parâmetros urbanísticos para a ocupação do solo na Zona Urbana de Ocupação Prioritária de Panambi, onde para todas as zonas a Taxa máxima de Ocupação está fixada em 70%, exceto nas ZEIS, que deve ser de 65%. Já a Taxa mínima de Permeabilidade (%) varia entre 15 e 20 a depender da zona. Os recuos também variam conforme a zona e em alguns casos a Lei permite a falta de recuos laterais, por exemplo.

Sobre o sistema viário, o elemento mais importante do SEL, no Plano Diretor de Panambi, além das definições de caixa viária e pavimentação, é mencionado no Art. 140 que as vias urbanas devem, obrigatoriamente, ser arborizadas, com o objetivo de preservar a qualidade ambiental e urbanística, e executadas mediante orientação do setor competente do Poder Público Municipal.

Além do Plano Diretor, para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento sustentável do Município de Panambi, são adotados outros instrumentos, entre eles o Código de Meio Ambiente, definido pela Lei Complementar Nº 010, de 18 de agosto de 2018. De modo geral, esta Lei visa, com o apoio do Poder Público Municipal e do cidadão, proteger o ambiente, assegurar o direito da sociedade a uma vida saudável e garantir que a exploração dos recursos ambientais não comprometa as necessidades das presentes e futuras gerações. Se preocupa, portanto, com a estabilidade dos ecossistemas, a preservação dos recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas, o planejamento e fiscalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, visando à racionalização dos seus usos e a educação ambiental.



A partir da leitura do Plano Diretor de Panambi e do Código de Meio Ambiente, foi possível observar a preocupação do Poder Público com elementos que constituem o SEL, principalmente em função das características naturais do território.

3.2 Plano Diretor Participativo de Palmeira das Missões-RS

No dia 18 de dezembro de 2013, a Lei Complementar nº 52 “Institui o Plano Diretor Participativo como Instrumento Básico de Planejamento do Município, cria o Conselho do Plano Diretor e dá outras providências” (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2013).

De acordo com a mesma, é objetivo do Plano Diretor de Palmeira das Missões “garantir a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e paisagístico” (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2013).

O ordenamento do território equivale na organização e no controle do uso e ocupação do solo, visando impedir as alterações do desenvolvimento urbano e suas consequências sobre o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e a qualidade de vida da população.

Dentre o zoneamento da cidade está a Zona Especial de Preservação, que consiste em áreas impróprias à ocupação urbana em decorrência da importância ambiental. Destacam-se duas: a “Zona Especial da Microbacia do Arroio Macaco” – visando a preservação da qualidade do manancial hídrico, que abastece a comunidade – e a “Zona Especial da Microbacia do Guaritinha” – visando preservar para uma futura captação de água para o consumo da comunidade (PALMEIRA DAS MISSÕES, 2013).

Ainda de acordo com a Lei nº 52 de 2013, toda vegetação nativa que for encontrada nestas zonas deverá ser pronunciada como de preservação permanente, proteção ambiental e de interesse social. As áreas de preservação são de ocupação e uso controlado, sendo proibido a instalação de comércio, indústrias, loteamentos e aglomerados urbanos. Aquelas que estiverem sem vegetação nativa deverão sofrer uma reconstrução visando a recuperação do bioma.

Como diretrizes da política de desenvolvimento econômico e social está o estímulo da gestão ambiental – por meio da conservação dos solos, proteção das matas ciliares e a criação de Unidades de Conservação – a elaboração do zoneamento ecológico-econômico.

O principal objetivo da Política Ambiental Municipal é qualificar o território do município – valorizando o Patrimônio Ambiental. Entre as diretrizes da Política está a proteção e a recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana, o controle dos níveis de poluição, o desenvolvimento de tecnologias para proteger os recursos naturais, a ampliação de áreas verdes do município, a preservação dos ecossistemas e das paisagens naturais, a implantação de parques e praças para lazer, a garantia da permeabilidade do solo, a implantação de um plano de arborização para as áreas públicas e o uso sustentável dos recursos naturais.

Porém, em relação ao zoneamento urbano, ainda se verificam taxas de ocupação acima de 50% e chegando a 90%, o que demonstra ainda a necessidade de se compreender a importância do SEL na escala o lote urbano.

3.3 Plano Diretor de Garibaldi-RS

O plano diretor de Garibaldi tem como seus principais fundamentos e objetivos gerais a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, bem como qualificação ambiental a partir da infraestrutura e consolidar as atividades com maior potencialidade da área. Além disso, também busca promover a valorização do agricultor, pois assim qualifica os produtos gerados, incentivando a produção de produtos ecológicos. Por se tratar de uma região de maior atividade agrícola, tem como ação para integração municipal as relações entre espaço urbano e espaço rural, na tentativa de consolidação dessa relação e também potencializar o turismo (GARIBALDI, 2008), já que o município de Garibaldi tem grande movimentação turística, principalmente por suas vinícolas.

O espaço rural abriga o setor primário, onde estão localizadas as agroindústrias, produção vinícola, bem como o turismo rural. Já o espaço urbano se denomina como setor secundário e terciário, habitação e institucional.

Em 2013 houve um reajuste do zoneamento de 2010 da cidade, onde a principal mudança foi o aumento da área possível de uso residencial. O zoneamento da cidade demonstra cada parte do espaço urbano, estando dividida em centro histórico, Zona Central com comércio e serviços, Zona Ferroviária com a busca pela preservação, Zona Industrial, Zona Residencial, Zona Residencial São José /São Domenico, Zona Residencial Vale dos Vinhedos, Zona de Interesse Social, Zona Residencial da Barragem, Zona da Barragem Santa Mônica, Zona Aeroportuária, Zona de Interesse Paisagístico, Zona da Pedreira, Zona da Pedreira, Zona Ermida, Zona Tamandaré, Zona da Bacia do Barracão, Zona Especial do Ramo Hoteleiro, Zona de Interesse Turístico (GARIBALDI, 2008).

Em relação à Zona de Interesse Paisagístico, esta área abrange grande quantidade de APPs de declividade e presença de corpos d'água, sendo delimitadora para indústrias e importante na composição da paisagem, somente permitindo áreas residenciais de baixas densidades. Também foi acrescentada a Zona do Esqui, que abriga o equipamento de interesse turístico, pela Lei Complementar n. 20/2014. Já em relação à Zona de Interesse Turístico são proibidas novas construções, somente sendo permitidos restauros ou reformas dos edifícios existentes, de acordo com as aprovações necessárias nas Comissões e Conselhos que tratam da Preservação do Patrimônio (GARIBALDI, 2008).

O plano diretor também conta com uma dinâmica da cidade voltada para uma lógica de turismo com rotas de compras, arquitetura, bares/restaurantes, rota dos espumantes. Porém, mesmo havendo algumas delimitações de áreas de proteção, a ideia de (SEL) sistemas de espaços livres qualificados não é diretamente tratada pelo plano. Porém, em relação às taxas de ocupação, estas são bastante variáveis de acordo com o zoneamento, sendo a partir de 15% para a Zona Rural e chegado a 75% na Zona de Interesse Social (GARIBALDI, 2008).

3.4 Plano Diretor de Ivorá-RS

Publicado em 2011 e desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o projeto de Lei Complementar n.º. 01/2010 instituiu o Plano Diretor de Ivorá, que tem como princípios fundamentais: “Pleno cumprimento das funções sociais da cidade, da posse e da propriedade; promoção da sustentabilidade; justa divisão dos ônus e benefícios decorrentes da urbanização; gestão democrática e participativa; compatibilização da ocupação humana com o sistema natural; harmonização da legislação urbanística e ambiental; integração regional



no âmbito da Quarta Colônia”(IVORÁ, 2010).

Para o desenvolvimento municipal de Ivorá o Plano prevê diretrizes básicas que objetivam a constituição de um município ambientalmente equilibrado, visando a proteção ambiental, melhoria da infraestrutura e serviços urbanos e a preservação e conservação do patrimônio (IVORÁ, 2010). Todas as outras leis, sejam elas, por exemplo, a lei de parcelamento do solo e a lei de uso e ocupação do solo, são subordinadas ao Plano Diretor.

De acordo com o que consta no Plano Diretor, caberá ao Comitê de Planejamento e Gestão do Município, integrado por técnicos do Executivo, as atividades, decisões e medidas técnicas para: “a implementação do Plano Diretor Municipal, inclusive a elaboração e execução de Projetos voltados à habitação de interesse social, seja através de parcelamento do solo, seja através de edificação” (IVORÁ, 2010).

O Plano Diretor ainda especifica e organiza o seu zoneamento estabelecendo quais são as políticas de tratamento das suas zonas, que são: Área de preservação permanente (APP); Zona especial de interesse social (ZEIS); Zona especial de interesse de lazer (ZEIL); Zona especial do entorno da praça (ZEEP); Zona especial de expansão do cemitério (ZEEC); Zona predominante residencial 1 (ZPR1); Zona predominante residencial 2 (ZPR2); Zona de contenção urbana (ZCU); Zona industrial (ZI); Zona de atividades rurais (ZAR) e Zona de expansão urbana (ZEU) (IVORÁ, 2010).

Cabe destacar que o Plano Diretor também estabelece a Política Municipal de Gestão dos Espaços livres, que visa gerir os espaços livres (públicos e privados), possibilitar o acesso da população e dar continuidade aos ecossistemas locais, objetivando o turismo ecológico e a melhoria de qualidade de vida. Há, também, grande foco nos espaços livres rurais, com diversos Programas criados para atender suas especificidades, como o Programa de Fortalecimento das Propriedades Rurais e o Programa de Promoção Turística.

Em relação ao zoneamento municipal, existem duas zonas que permitem uma taxa de ocupação de 80%, sendo a Zona Especial do Entorno da Praça (ZEEP) e a Zona Predominantemente Residencial 1 (ZPR 1). Porém, soma-se a isto a utilização de um índice verde no regime urbanístico, que é a relação entre a área permeável do terreno e a área total do terreno, que é de 0,2 para todas as áreas do zoneamento municipal (IVORÁ, 2010).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta análises sobre municípios de porte pequeno do Rio Grande do Sul, destacando suas características histórias e seus Planos Diretores. Na maioria dos municípios estudados percebe-se que, mesmo com grande potencial para os espaços livres urbanos e também rurais, ainda falta um planejamento específico para estes. Também faltam compatibilizações entre as estratégias para os espaços livres e o zoneamento urbano, com grandes permissividades para a ocupação do lote urbano, o que influencia negativamente na qualidade dos espaços livres privados e sua relação sistêmica com os outros elementos do SEL. Porém, apesar das permissividades ou poucas especificações em alguns dos Planos Diretores, os municípios estudados apresentam boa proporção de espaços livres no meio urbano, além da relação com as áreas rurais, o que traz grande qualidade para o SEL. Destaca-se a Política



Municipal de Gestão dos Espaços Livres de Ivorá, o menor dos municípios estudados, porém com grandes avanços na compreensão do papel dos espaços livres nas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/irmaosmaristas/historiadegaribaldi.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2019.

BATAGLIN, Camila B.. **Diversificação das culturas agrícolas e as modificações ocorridas na paisagem rural ao longo do tempo na localidade de Linha Morengaba Município de Panambi-RS**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí, 2012.

GARIBALDI, Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 3, de 18 de novembro de 2008**. Institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Garibaldi-- RS, 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-garibaldi-rs>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

GRACIOLI, Débora Juliana Falcão. A cidade de Panambi e as transformações recentes na configuração territorial. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Monografia de final de Curso de Geografia, Ijuí, 2012.

MACEDO, Silvio Soares. O ensino de paisagismo na FAUUSP e a figura de Miranda Magnoli. **Paisagem e Ambiente**: ensaios – n. 21. São Paulo. p. 43-54, 2006.

MACEDO, Silvio Soares; QUEIROGA, Eugenio Fernandes; CAMPOS, Ana Cecília de A.; GALENDER, Fany; CUSTÓDIO, Vanderli. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.

PALMEIRA DAS MISSÕES. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 52, de 18 de dezembro de 2013**. Institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Palmeira das Missões-- RS, 2013. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-palmeira-das-missoes-rs>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PANAMBI. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 008, de 18 de agosto de 2008**. Institui o Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Municipal de Panambi, e dá outras providências, Panambi, RS, 2008. Disponível em: <http://www.panambi.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7727&cdDiploma=20080008&NroLei=008&Word=&Word2=>. Acesso em: 03 nov. 2019.

PANAMBI. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar Nº 010, de 18 de agosto de 2008**. Institui o Código de Meio Ambiente do Município de Panambi, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.panambi.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7727&cdDiploma=20080010&NroLei=010&Word=&Word2=>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Censo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Produto Interno Bruto. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a. Ivorá. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017b. Palmeira das Missões. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/palmeira-das-missoes>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017c. Garibaldi. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. População estimada. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IVORÁ, Prefeitura Municipal de. **Colonização italiana**. Disponível em: <<http://www.ivora.rs.gov.br/home>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

IVORÁ, Prefeitura Municipal de. **Lei Complementar 01/2010** – Lei do Plano Diretor. Disponível em: <http://www.ivora.rs.gov.br/_arquivos/1149.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL, Prefeitura Municipal de Garibaldi, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Universidade de Caxias do Sul, Instituto de Saneamento Ambiental, Coordenadoria de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Garibaldi, 2011. Disponível em: <http://www.garibaldi.rs.gov.br/upload/page_file/plano-garibaldi---tomo-i.pdf> Acesso em 23 dez 2019.

RIBEIRO, Karla Kassiane. Diretrizes para a implantação de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos no município de Palmeira das Missões-RS. Trabalho de Conclusão de Curso de Engenharia Ambiental. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

SOARES, Paulo. Roberto. R. A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território. Intervenção na mesa-redonda “Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil”, realizada no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana – X SIMPURB, realizado em Florianópolis/SC em 2007 e publicada em: PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C. (Org.) **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. 1ed. Florianópolis: Insular. 2011. P. 211-228.



O Conceito de *placemaking* aplicado a reinvenção dos espaços públicos de São Paulo: uma análise das praças Victor Civitá e Horácio Sabino

PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

CALDAS, Virginia Candido Lemes Benavent, Centro Universitário Belas Artes,
virginiabcaldas@gmail.com;

GOMES, Gabriela Moraes, Centro Universitário Belas Artes, moresgomes.gabriela@gmail.com

ORIENTADOR: ORTIZ, Sérgio Ricardo Lessa, Centro Universitário Belas Artes,
sergio.ortiz@belasartes.br

RESUMO

Este artigo discute as implicações administrativas que permeiam a concepção dos espaços públicos de São Paulo, em especial as praças, através do entendimento dos tipos de iniciativas que atuam na cidade. Partindo da problemática que envolve a manutenção desses espaços dependentes, em sua maioria, das esferas públicas, o presente estudo introduz o conceito de *placemaking* como uma das ferramentas para a transformação e requalificação desses locais. Através de estudos de caso, a pesquisa analisa e compara o impacto e os resultados da aplicação dessa ideia em duas praças paulistanas: Victor Civitá e Horácio Sabino, ambas na zona oeste da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Placemaking*. Espaço público. Gestão colaborativa. São Paulo. Praça Horácio Sabino. Praça Victor Civitá.

1 INTRODUÇÃO

Os espaços públicos de uma cidade assumem papéis essenciais para as relações humanas. É na sua configuração que as dinâmicas das cidades são estabelecidas pois são locais em que as pessoas podem, efetivamente, exercer suas atividades cotidianas mais fundamentais. Esses lugares abrangem, mais que aspectos sociais e ambientais, os limites e as possibilidades vitais para o planejamento urbano. São verdadeiros palcos dos encontros, das trocas e das experiências humanas.

A autora Jane Jacobs (1961), cita que as cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos apenas quando esse algo é criado em conjunto. Tal citação foi um dos norteadores da criação do conceito de *placemaking*, que na apropriação pela língua portuguesa significa “construção do lugar” e, com base nas autoras Heemann e Santiago (2015), representa uma forma de planejamento e gestão do espaço público com a participação da comunidade baseada na identidade, características próprias do local e das pessoas que ali convivem. Assim, propondo sua transformação de maneira criativa e relacionando as necessidades e desejos da população aos sentimentos de pertencer e cuidar.

Atualmente, poucas cidades brasileiras têm a tradição debater o significado e a participação direta das comunidades na administração desses espaços. Assim, o conceito de *placemaking* pode assumir o papel de ferramenta para auxiliar na compreensão e solução dos principais desafios desses espaços de uso comum.

A seguinte pesquisa pretende entender, analisar e comparar as gestões dos espaços públicos brasileiros, especificamente na cidade de São Paulo, de modo a correlacionar o conceito de *placemaking* à reativação e reestruturação desses locais, contextualizando sua aplicação a estudos de caso.

A metodologia utilizada foi dividida em quantitativa e qualitativa exploratória, a partir de consultas de bibliografias específicas e do acompanhamento de estudos de caso por meio de visitas técnicas, entrevista e mapeamento de dados que resultaram na comparação do impacto do *placemaking* no auxílio, participação e transformação da das praças Victor Civitá e Horácio Sabino.

2 O CONCEITO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Para Oliveira e Pisani (2017), são considerados espaços públicos aqueles que possibilitam o encontro social coletivo, podendo assim ser locais abertos como ruas, calçadas, praças, parques e também edificações construídas como centros esportivos, comerciais, culturais, educacionais e até religiosos.

Já Hertzberger (1999), correlaciona o termo à sua oposição, o espaço privado:

Os conceitos de “público” e “privado” podem ser interpretados como a tradução em termos espaciais de “coletivo” e “individual”. Num sentido mais absoluto, podemos dizer: pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privado é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la. (HERTZBERGER, 1999, p.12)

Assim, esses espaços compreendem uma série de qualidades espaciais que estabelecem um controle ou não de acesso e responsabilidade. Entretanto, algumas demarcações territoriais são tão sutis que geram dificuldade na sua identificação. Estas, podem ser exemplificadas por estações de transporte públicos ou térreos livres de edifícios que dão possibilidades de acesso a um público além dos proprietários e usuários, geralmente, em horários pré-estipulados. (HERTZBERGER, 1999).

Segundo Calliari (2014), o entendimento destes espaços de convivência envolve também estudos sociais acerca das relações humanas. Para o autor, um indivíduo ganha capacidade de compreensão sobre si mesmo ao conviver com os diferentes e também adota padrões de comportamentos à medida que a concordância coletiva define ser adequados.

Jan Gehl (2015) contribui para os estudos desses espaços no que se diz respeito ao modo como foram planejados. Segundo o autor, a dimensão humana foi esquecida no planejamento das cidades durante décadas, principalmente devido à mudança de paradigmas do que era considerado prioridade na expansão da vida urbana.

2.1 Contextualização dos espaços públicos de São Paulo

Para o entendimento da configuração desses espaços em São Paulo nos dias de hoje, é interessante que sejam analisados tanto a forma como são articulados os espaços livres, como também as cidades.



Segundo o autor Vladimir Bartalini (1986), os espaços livres e áreas verdes de uma cidade podem ser agrupados em três conjuntos: os valores visuais e paisagísticos, os valores recreativos e os valores ambientais. Apesar de terem características diferentes, essas funções não devem ser excludentes entre si já que sua interligação enriquece a construção desses espaços.

A partir da visão de Bartalini (1986), os valores visuais e paisagísticos de um local estão correlacionados a sua identidade. Eles tornam-se importantes referências e vínculos simbólicos para a população através da organização dos diversos elementos que o compõem. Exemplos desses valores podem ser os pontos de encontros tradicionais de uma cidade, como uma determinada rua, um sítio histórico e até mesmo um elemento da paisagem natural.

Já os valores recreativos estão atrelados a definição do uso e das atividades oferecidas nos espaços livres, que devem sempre levar em consideração o atendimento às diversas escalas e peculiaridades sociais, econômicas e culturais dos seus usuários, para satisfazer as diferentes necessidades.

Por fim, os valores ambientais agregam a preservação da qualidade do meio ambiente. Ao protegermos os cursos d'água, copas de árvores e todos os sistemas naturais desses espaços, ajudamos também na melhora de diversos aspectos da vida urbana, como por exemplo o conforto térmico e a proteção do solo.

Deste modo, a concepção da formação de um espaço livre, antes de mais nada, está associada aos valores que compõe sua paisagem. Estes, devem sempre que possível ser indissociáveis para garantir um bom desempenho. A exemplo, um parque urbano pode além de ser uma grande referência de recreação numa cidade, uma área de preservação do meio ambiente importante, mas ao mesmo tempo, se não tiver alguns elementos visuais interessantes, pode tornar-se pouco atrativo e pouco utilizado.

Já a organização espacial dos espaços urbanos, segundo Roberto Lobato Corrêa (2000), se trata de cenários fragmentados e articulados que refletem e condicionam socialmente um conjunto de símbolos e campos de luta. Estes, são produzidos por agentes que, apesar de terem diferentes interesses, interferem juntos diretamente na composição total do espaço. São eles os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários, grupo atuante da iniciativa privada; os grupos sociais excluídos, que compõem a sociedade civil e também o Estado, que faz a administração pública.

Os espaços geridos somente pelo Estado são grande maioria nas cidades brasileiras. Baseando-se na definição de Höfling (2001), considera-se nesse estudo o Estado como sendo um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos e judiciários, por exemplo – que possibilitam a ação de programas e projetos de um governo – composto por um grupo civil de determinada orientação política – em um período estabelecido.

Assim, todas as ações adotadas por esse poder estarão vinculadas à ideologia assumida pelo seu governo vigente, que pode ser mais ou menos intervencionista na tomada de diversas decisões, inclusive vinculadas aos espaços públicos. Deste modo, podemos entender que a política adotada hoje pelo Estado, representado no contexto da cidade de São Paulo pela sua Prefeitura Municipal, é responsável por gerir os recursos e políticas que serão aplicadas em grande parte de suas praças, parques, calçadas e ruas.



A partir de uma análise qualitativa da presente pesquisa, constata-se que muitos desses espaços públicos ainda são considerados pouco convidativos e malcuidados. Seus principais problemas estão atrelados à falta de segurança, ao desconforto climático, a quantidade de lixo e falta de desenho urbano coerente às necessidades locais. Ou seja, dentre as diversas pautas da gestão pública, não há destinação suficiente de verbas para a manutenção desses lugares, o que pode fomentar o entendimento de que este órgão fracasse em seu papel administrativo, cultivando consequentemente ideias de que possíveis privatizações¹ poderiam ser soluções mais eficazes.

Simultaneamente, as cidades brasileiras são compostas por locais de iniciativa privada cujas transições são tão sutis que dificultam o entendimento do que é de fato domínio público e propriedade privada. Apesar de não serem genuinamente espaços de livre acesso – como são considerados os espaços públicos – são construções muito interessantes para a composição do cenário urbano como um todo. Afinal, retomando a ideia de Corrêa (2000), uma cidade é composta por diversos agentes e sua coexistência pode auxiliar na mediação dos conflitos urbanos.

Os espaços de iniciativa privada acontecem quando são criados e mantidos por ela, como por exemplo, construções de uso privado que cedem seus térreos para a cidade com praças, espaços estáticos e sombreamentos, sendo esses um dos recortes mais comuns que ilustram estas gestões. Estes cenários, porém, estarão constantemente condicionados ao período de interesse de seus administradores, que podem ou não garantir a sua continuidade de acesso público e também zeladoria.

Os estímulos a esse tipo de propostas podem ser encontrados tanto em legislações urbanas bem estruturadas – que dependem da ação do Estado – quanto em partidos de projetos arquitetônicos interessantes, provenientes principalmente do interesse dos agentes Promotores Imobiliários. Em São Paulo, incentivos dessa natureza estão inclusos nas propostas do Plano Diretor Estratégico vigente, aprovado em 2014.

As parcerias público-privadas, conhecidas pela sigla PPP, são também modelos cada vez mais comuns nos espaços públicos de São Paulo. Segundo Brito e Silveira (2005) essas concessões ganharam força na década de 1980, com pioneirismo dos líderes britânicos e norte-americanos, servindo como uma alternativa para viabilizar investimentos, sem que isso comprometesse os gastos públicos.

No Brasil, elas são regulamentadas pela lei 11.079/2004 que funciona por meio de contratos entre parceiros privados e o setor público em troca de algum tipo de benefício fiscal ou financeiro. Em São Paulo, esse tipo de colaboração auxilia na partilha da zeladoria dos espaços públicos e está prevista em legislações específicas, como por exemplo, os Termos de Cooperação, inclusos no programa Adote uma Praça (Decreto Nº 57.583 de 23 de janeiro de 2017).

Através dessas iniciativas, começou a surgir na paisagem urbana paulistana a transformação de canteiros centrais, rotatórias verdes, calçadas e praças. Apesar de recentes e em observação, é possível notar que as novas propostas ainda pecam tanto na contribuição de

¹ Por privatizações, considera-se a definição de Brito e Silveira (2005) como modelos que implicam a alienação de ativos públicos ao setor privado.



novos projetos paisagísticos, quanto na manutenção dos existentes, principalmente no que se diz respeito à limpeza e poda das vegetações, permanecendo nesses espaços o distanciamento da população ao uso e apropriação que se espera e gerando questionamentos acerca das demandas ainda não solucionadas pelas PPPs.

3 O QUE É PLACEMAKING?

O conceito de *placemaking* entra nesse diálogo como uma possível resposta a essas dificuldades. Cunhado pela ONG estadunidense *Project for Public Spaces* (PPS), a expressão surgiu como parte de uma definição de processos de desenhos colaborativos de espaços públicos que levam em conta os desejos, interesses e necessidades das comunidades locais, tornando ruas e praças lugares mais convidativos.

Segundo a metodologia divulgada pelo PPS, uma visão compartilhada do espaço consiste em olhar, ouvir e entrevistar as pessoas que vivem, trabalham e frequentam o espaço em estudo visando descobrir suas necessidades. Tais informações podem rapidamente evoluir para uma estratégia de implementação, começando em uma escala pequena, com melhorias ágeis que podem trazer benefícios para o espaço e para seus usuários.

Heemann e Santiago (2015), autoras do Guia do Espaço Público, definem que

Placemaking é, ao mesmo tempo, um conceito amplo e uma ferramenta prática para melhorar um bairro, uma cidade ou uma região. Com suas raízes na participação comunitária, abrange o planejamento, o desenho, a gestão e a programação de espaços públicos. Mais do que apenas criar melhores desenhos urbanos para esses espaços, facilita a criação de atividades e conexões (culturais, econômicas, sociais, ambientais) que definem um espaço e dão suporte para a sua evolução. (HEEMANN; SANTIAGO, 2015, p. 10)

Ainda segundo as autoras, o *Project for Public Spaces* colabora com os estudos ao identificar onze princípios fundamentais para a transformação de qualquer local a partir desse conceito:

- I. Identificação de talentos presentes na própria comunidade que possam ajudar na sua transformação;
- II. Implementação de elementos físicos que gerem um visual confortável e acolhedor;
- III. Parcerias com comércios ou instituições locais;
- IV. Olhar apurado para observar as atividades que funcionam ou não no espaço;
- V. Visão específica que identifique os usos do local e defina quais estratégias levam a criação de lugares cujas pessoas queiram estar;
- VI. Experimentações através de melhorias à curto prazo de modo simples, rápido e barato;
- VII. Escolha e disposição de elementos de modo inteligente para conceber processos de triangulação, como o caso de bancos, playgrounds e lixeiras posicionados próximos a um carrinho de café, por exemplo, que garantam a aproximação e interação entre as pessoas no local;
- VIII. Superação de dificuldades impostas por órgãos públicos e burocracias, demonstrando a importância desses espaços através de implementações comunitárias em pequena escala;

- IX. Levar em consideração todos os elementos que compõem a forma do espaço além do design, como as ideias da comunidade, críticas e experimentações;
- X. Entusiasmar as pessoas da comunidade com o projeto de modo que compreendam que os custos financeiros são menos significativos que os benefícios das mudanças ao lugar;
- XI. Promover aberturas às futuras mudanças que o local possa demandar a partir de gestões flexíveis;

3.1 iniciativas de aplicação do *placemaking* em São Paulo: a importância da participação da sociedade civil

Apesar do nome do conceito ainda ser pouco conhecido e difundido nas cidades brasileiras, é possível observar movimentos de transformações urbanas que carregam sua filosofia a partir de diferentes contextos, situações e equipes. Na cidade de São Paulo, atrelados também às novas dinâmicas comuns do século XXI, como a crescente interação nas redes sociais, a movimentação de comunidades interessadas em requalificar os espaços públicos de sua proximidade tem sido impactante na escala dos bairros. Dentre as diversas contribuições de grupos de moradores e comerciantes, a cidade tem ganhado hortas comunitárias, plantio de árvores em canteiros urbanos e até pintura de escadarias. Apesar de algumas ações ainda serem informais, muitas já ganharam o apoio de empresas privadas e licenças junto à Prefeitura para o auxílio na manutenção desses espaços.

Concomitantemente, tem crescido na cidade a presença de empresas que se especializam em oferecer transformações aos espaços públicos da cidade. Exemplo disso é a iniciativa “Cidades.co”, que atua diretamente no auxílio técnico e estratégico de comunidades interessadas em melhorar a qualidade de suas ruas, praças e parques através das sub plataformas “Ruas.co”, “Praça.co”, “Parques.co”. De acordo com seu manifesto, a missão da empresa é gerar impactos positivos na sociedade, ser financeiramente sustentável e capaz de caminhar por diferentes contextos políticos.

Pioneira, a plataforma “Praças.co” existe como parte da empresa desde o ano de 2016 e já atuou em mais de 10 praças da cidade de São Paulo, conseguindo se sustentar financeiramente através de taxas que são cobradas a partir do modelo de financiamento adotado por cada mobilização. Ao analisar algumas das praças contempladas há mais tempo pela empresa, percebem-se resultados bem-sucedidos de transformações que, além das melhorias físicas do espaço, concebem a união de vizinhanças em uma contínua preservação da vitalidade do local através de mobilizações e atividades.

Dentro do contexto do *placemaking*, as plataformas do “Cidades.co” e todas as demais iniciativas de coletivos urbanos independentes se apresentam como alternativa de resposta à principal dificuldade encontrada na gestão de grande parte dos espaços públicos paulistanos: sua dependência, quase que exclusiva de recursos, processos burocráticos e tomadas de decisão por parte do poder público.

4 ESTUDOS DE CASO

De modo a analisar a aplicação do conceito de *placemaking* na cidade de São Paulo, foram analisadas duas praças: Horácio Sabino e Victor Civitá, ambas localizadas na zona oeste paulistana, região de renda média a alta, distantes entre si por 2,9 km. Apesar de próximas, passaram por processos de apropriação muito distintos, consequentes de suas administrações e características. Além de visitas técnicas e entrevistas, a pesquisa baseou-se na metodologia de levantamentos do Quadro do Paisagismo no Brasil, linha de pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, para a compreensão das diversas condicionantes que influenciam o processo de apropriação de ambas as praças.

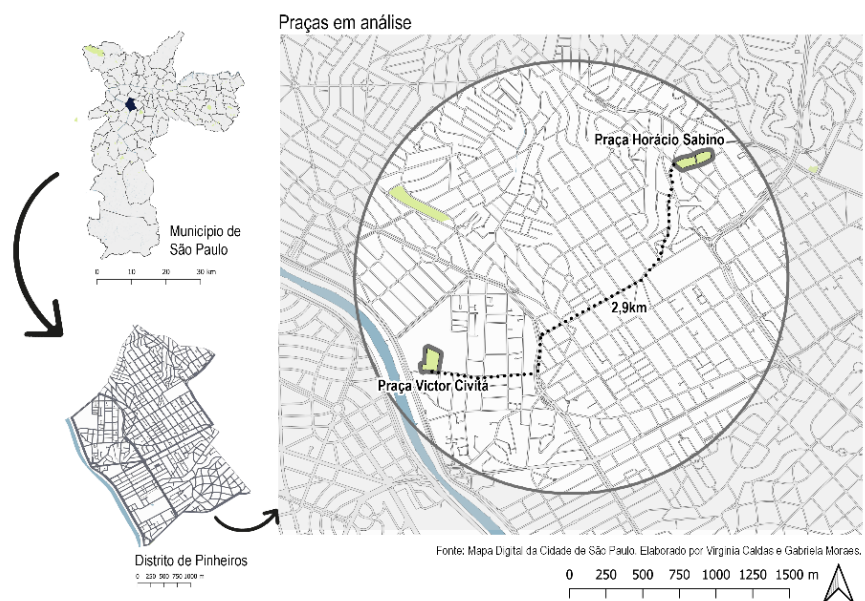


Imagem 1: Localização das praças de Estudo. Fonte: Mapa Digital da Cidade, elaborado por Virginia C. L. B. Caldas e Gabriela Moraes Gomes.

Imagem 2: Vazio Central - Praça Horácio Sabino – Autoria: Virginia C. L. B. Caldas



4.1 A Praça Horácio Sabino

Por muito tempo degradada e subutilizada, a praça começou a inspirar mudanças no ano de 2012 com a criação da Associação Praça Horácio Sabino (PRHOSA). Após anos de burocracia junto à prefeitura, a revitalização do espaço começou em 2016 através de um termo de cooperação e financiamento dos próprios moradores da região. O projeto da mudança foi doado pela arquiteta Rosa Kliass, autora do projeto original de 1960, não executado inteiramente devido às intervenções militares do governo da época.

O projeto paisagístico foi importante para a organização dos novos equipamentos que seriam implantados, mas a mudança contou também com a forte participação da comunidade local. Graças as mobilizações dos moradores, a praça ganhou o apoio da plataforma “Praças.co” para cuidar de toda burocracia, execução técnica e orientação das mudanças desejadas.

Imagens 3 e 4: Equipamentos Urbanos - Praça Horácio Sabino – Aatoria: Virginia C. L. B. Caldas



Está localizada no Jardim das Bandeiras, um bairro com muitos equipamentos urbanos, principalmente de cultura e educação. Além disso, está inserida em um contexto de ocupação urbana predominante de até três pavimentos e uso do solo em sua maioria residencial, o que indica que os moradores da região possam necessitar de espaços de lazer fora de suas residências. Sua inserção também é favorável por estar a menos de cem metros de uma via arterial importante, a Rua Heitor Penteado, com grandes quantidades de ponto de ônibus e estações de metrô, que podem atrair fluxo de pedestres influenciados por esses transportes coletivos.

Com quase quinze mil metros quadrados, os únicos gradis da praça são baixos e servem para setorizar algumas atividades, como o playground de crianças mais novas e equipamentos de ginástica. O espaço também é repleto de bancos, lixeiras, gramados e arborizações com vastas áreas para piqueniques, brincadeiras infantis e até eventos comunitários.

QUAPA Praça Horácio Sabino Endereço: Jardim das Bandeiras, São Paulo - SP Barro	
Rosa Klüss Autor do Projeto Virginia Caldas Autor das fotos Virginia Caldas, Gabriela Moraes Pesquisadores - Levantamento	Associação PRHOSA em parceria com a Pref. Responsável pela reforma 12/04/2019 Data das fotos Gabriela Moraes Autor da ficha 12/04/2019 Data do levantamento
Década de 1960 Data do projeto 2016 Data da reforma 15.000m ² Área do projeto 15.000m ² Área da reforma	Visita Técnica Fonte dos dados Sexta-feira Dia da Semana <input type="checkbox"/> Feriado <input type="checkbox"/> Manhã <input checked="" type="checkbox"/> Tarde

CONFIGURAÇÃO <input type="checkbox"/> Cercamentos (muro/gradil) <input checked="" type="checkbox"/> Edificações <input type="checkbox"/> Espaços temáticos <input type="checkbox"/> Escadaria <input type="checkbox"/> Chão batido <input type="checkbox"/> Desenho de piso <input type="checkbox"/> Pisos processados <input type="checkbox"/> Recantos sinuosos <input type="checkbox"/> Rede de caminhos <input type="checkbox"/> Arvoredo esperso <input type="checkbox"/> Bosque <input type="checkbox"/> Gramado <input checked="" type="checkbox"/> Vegetação <input type="checkbox"/> Manchões de arbustos <input type="checkbox"/> Macchas floridas <input type="checkbox"/> Córrego <input type="checkbox"/> Lago <input type="checkbox"/> Praia <input type="checkbox"/> Rio <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Relevo plano <input type="checkbox"/> Relevo pouco acidentado <input type="checkbox"/> Relevo muito acidentado MANUTENÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> Manutenção boa <input type="checkbox"/> Manutenção média <input type="checkbox"/> Manutenção ruim	ELEMENTOS COMPLEMENTARES <input type="checkbox"/> Campo de futebol <input type="checkbox"/> Campo de malha <input type="checkbox"/> Cancha de bocha <input type="checkbox"/> Cidreira <input type="checkbox"/> Equipamentos de ginástica <input checked="" type="checkbox"/> Halfpipe (skate) <input type="checkbox"/> Mesas para jogos <input type="checkbox"/> Pista de cooper <input type="checkbox"/> Quadras esportivas <input type="checkbox"/> Trilha <input type="checkbox"/> Parque de diversões <input checked="" type="checkbox"/> Playground <input type="checkbox"/> Anfiteatro <input type="checkbox"/> Arquebancada <input type="checkbox"/> Cancha acústica <input type="checkbox"/> Palco <input type="checkbox"/> Viveiro de animais <input type="checkbox"/> Viveiro de mudas <input type="checkbox"/> Pontos de ônibus <input type="checkbox"/> Ponto de táxi <input type="checkbox"/> Ambulantes <input type="checkbox"/> Banca (comércio/serviços) <input type="checkbox"/> Churrasqueiras <input type="checkbox"/> Lanchonete <input type="checkbox"/> Mesas para piquenique <input type="checkbox"/> Quiosque <input type="checkbox"/> Restaurante	ATIVIDADES <input checked="" type="checkbox"/> Atividade esportiva <input type="checkbox"/> Atividade infantil <input checked="" type="checkbox"/> Contemplação <input type="checkbox"/> Eventos culturais / cursos <input type="checkbox"/> Eventos políticos / civicos <input type="checkbox"/> Eventos religiosos <input type="checkbox"/> Feira permanente <input type="checkbox"/> Feira temporária <input checked="" type="checkbox"/> Recreação <input type="checkbox"/> Outros Peculiaridades: <input type="checkbox"/> Área central <input type="checkbox"/> Área comercial <input type="checkbox"/> Área industrial <input type="checkbox"/> Área mista <input checked="" type="checkbox"/> Área residencial <input type="checkbox"/> Área semi rural <input type="checkbox"/> Região de praia <input type="checkbox"/> Interna <input type="checkbox"/> Beira mar <input type="checkbox"/> Limite urbano <input type="checkbox"/> Região rural <input type="checkbox"/> Região de mata <input type="checkbox"/> Vizinhos a corpos d'água <input type="checkbox"/> Horizontalizado <input type="checkbox"/> Semi verticalizado <input checked="" type="checkbox"/> Verticalizado	EDIFICAÇÃO <input type="checkbox"/> Centro cultural <input type="checkbox"/> Construção histórica <input type="checkbox"/> Escola <input type="checkbox"/> Igreja /Capela <input type="checkbox"/> Museu <input type="checkbox"/> Sede /Administração <input type="checkbox"/> Teatro <input type="checkbox"/> Guarita <input type="checkbox"/> Posto Policial <input type="checkbox"/> Posto médico <input type="checkbox"/> Sanitários <input type="checkbox"/> Vestiários <input type="checkbox"/> Outros USUÁRIOS <input checked="" type="checkbox"/> Criança <input type="checkbox"/> Adolescente <input type="checkbox"/> Adulto <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> Vendedores ambulantes OBSERVAÇÕES
---	--	---	--

Imagem 5: Análise Configuração do Espaço – Praça Horácio Sabino. Elaborado por Virginia C. L. B. Caldas e Gabriela Moraes Gomes.

A praça tem um perfil em uma rede social onde engaja os moradores locais e divulga desde eventos coletivos que acontecem no local, como festas temáticas, a avisos de incidentes. Seus usuários mais frequentes são famílias com crianças, idosos, skatistas e pessoas passeando com seus animais de estimação. Comparada a outras praças da cidade, a Horácio Sabino tem uma manutenção regular e eficiente que atende as demandas de limpeza do local.

Por ser um espaço com vitalidade e participação comunitária em sua gestão, a praça Horácio Sabino se apresenta como uma aplicação bem-sucedida do conceito de *placemaking*, servindo de exemplo para o processo de requalificação de muitos dos espaços públicos paulistanos que ainda não encontraram meios de superar os desafios de sua boa manutenção.

4.2 A Praça Victor Civitá



Imagem 6: Passarela principal – Praça Victor Civitá. A autoria: Virginia C. L. B. Caldas

Localizada em um antigo terreno de solo contaminado no bairro de Pinheiros, ao lado do rio de mesmo nome, a praça Victor Civitá passou por um intenso processo de resgate iniciado no ano de 2001 através de diálogos entre representações públicas e privadas. Em 2008, com o patrocínio da Editora Abril – sediada em um edifício logo em frente ao terreno -, o escritório Levisky Arquitetos Associados em parceria com a arquiteta Anna Julia Dietzsch concebeu a transformação total do espaço, que ganhou um novo desenho paisagístico e programa de usos.

Ao longo de sua existência a praça pioneira de um cenário de gestão compartilhada do espaço público recebeu o compromisso de diversas iniciativas privadas que passaram a diminuir à medida que as crises econômicas do país cresciam. A principal perda, no entanto, foi quando a Associação de Amigos da Praça Victor Civitá, composta por moradores e empresários locais foi dissolvida. Esta, segundo Adriana Levisky (autora do projeto), era responsável pela garantia de manutenção, segurança, limpeza, e programação esportiva, cultural, educacional focada em sustentabilidade ambiental e social.

Apesar de seu projeto paisagístico continuar sendo um grande destaque, o espaço da praça atualmente é subutilizado e passa por novos processos de reativação. O maior engajamento vem do grupo de aulas de Yoga da praça, que além de usar seu espaço para a prática do exercício diariamente, também mobiliza vizinhos e comerciantes da redondeza a repensar o cuidado do espaço.

Com cerca de treze mil quilômetros quadrados, a praça ocupa um dos lotes no meio da quadra onde está inserida. Seu único acesso se dá pela abertura lateral do gradil que não apenas a limita, mas também acaba inibindo a entrada das pessoas. A região onde está inserida conta com diversos tipos de equipamentos urbanos, como corpo de bombeiros, postos de saúde e escolas, inclusive em seu entorno imediato. A ocupação urbana de sua redondeza é principalmente de até três pavimentos, com alguns edifícios residenciais e corporativos acima de dez pavimentos, e seu uso do solo é misto entre comércios, serviços e residências. Ao lado de um terminal intermodal de trem, metrô e ônibus, o acesso da praça por transporte público é muito favorável, mas sua proximidade a menos de duzentos metros de uma via arterial de alta velocidade intimida o passeio de pedestres.

QUADRA		Praça Victor Civitá		Pinheiros, São Paulo - SP	
Endereço:	Levisky Arquitetos Associados e Editora Abril, População local em parceria com a Pref.	Data do projeto:	2007	Data da reforma:	2008
Autor do Projeto:	Virginia Caldas	Responsável pelo reformo:	Gabriela Moraes	Área do projeto:	13.000m ²
Autor das Fotos:	Virginia Caldas, Gabriela Moraes	Data da foto:	15/04/2019	Área da reforma:	13.000m ²
Paesagistas - Levantamento:		Data do levantamento:	15/04/2019	Visita Técnica:	
				primeira dia da	
				Segunda feira	
				Dia do Semano	<input type="checkbox"/> Feriado <input checked="" type="checkbox"/> Manhã <input type="checkbox"/> Tarde

CONFIGURAÇÃO	ELEMENTOS COMPLEMENTARES	ATIVIDADES	EDIFICAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Cercamentos (muro/gradil)	<input type="checkbox"/> Campo de futebol	<input checked="" type="checkbox"/> Atividade esportiva	<input type="checkbox"/> Centro cultural
<input checked="" type="checkbox"/> Edificações	<input type="checkbox"/> Campo de malha	<input checked="" type="checkbox"/> Atividade infantil	<input type="checkbox"/> Construção histórica
<input checked="" type="checkbox"/> Espaços temáticos	<input type="checkbox"/> Cancha de bocha	<input checked="" type="checkbox"/> Contemplação	<input type="checkbox"/> Escola
<input type="checkbox"/> Escadaria	<input type="checkbox"/> Calçovia	<input checked="" type="checkbox"/> Eventos culturais/cursos	<input type="checkbox"/> Igreja /Capela
<input type="checkbox"/> Chão batido	<input type="checkbox"/> Equipamentos de ginástica	<input checked="" type="checkbox"/> Eventos públicos /fóruns	<input type="checkbox"/> Museu
<input checked="" type="checkbox"/> Desenho de piso	<input type="checkbox"/> Hall/pipe (state)	<input type="checkbox"/> Acesso a deficientes	<input type="checkbox"/> Sede /Administração
<input type="checkbox"/> Fixos processados	<input type="checkbox"/> Mesas para jogos	<input type="checkbox"/> Coreto	<input type="checkbox"/> Teatro
<input checked="" type="checkbox"/> Recantos sinuosos	<input type="checkbox"/> Pisto de cooper	<input type="checkbox"/> Escadarias	<input type="checkbox"/> Guarita
<input checked="" type="checkbox"/> Rede de caminhos	<input type="checkbox"/> Quadras esportivas	<input type="checkbox"/> Estacionamento	<input type="checkbox"/> Posto Policial
<input type="checkbox"/> Arvoredo espesso	<input type="checkbox"/> Trabalho	<input type="checkbox"/> Estufa	<input type="checkbox"/> Posto médico
<input type="checkbox"/> Bosque	<input type="checkbox"/> Parque de diversões	<input type="checkbox"/> Gruta	<input checked="" type="checkbox"/> Vestiários
<input type="checkbox"/> Gramado	<input type="checkbox"/> Playground	<input type="checkbox"/> Mirante	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Vegetação	<input type="checkbox"/> Anfiteatro	<input type="checkbox"/> Pérgula	
<input checked="" type="checkbox"/> Manchas de arbustos	<input type="checkbox"/> Arquebancada	<input type="checkbox"/> Ponte	
<input type="checkbox"/> Mochas floridas	<input type="checkbox"/> Concha acústica	<input type="checkbox"/> Relógio	
<input type="checkbox"/> Córrego	<input type="checkbox"/> Pátio	<input type="checkbox"/> Relógio de Sol	
<input type="checkbox"/> Lago	<input type="checkbox"/> Viveiro de animais	<input type="checkbox"/> Banco	
<input type="checkbox"/> Praia	<input type="checkbox"/> Viveiro de mudas	<input type="checkbox"/> Deck/pier	
<input type="checkbox"/> Rio	<input type="checkbox"/> Ponto de ônibus	<input type="checkbox"/> Espelho d'água	
<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Ponto de táxi	<input type="checkbox"/> Fonte	
<input type="checkbox"/> Relevos	<input type="checkbox"/> Ambulantes	<input type="checkbox"/> Queda d'água (artificial)	
<input type="checkbox"/> Relevos plano	<input type="checkbox"/> Bancas (comércio/serviços)	<input type="checkbox"/> Busto	
<input type="checkbox"/> Relevos pouco acidentado	<input type="checkbox"/> Churrasqueiras	<input type="checkbox"/> Escultura	
<input type="checkbox"/> Relevos muito acidentado	<input type="checkbox"/> Lançonete	<input type="checkbox"/> Monumento grafite	
MANUTENÇÃO	<input type="checkbox"/> Mesas para piquenique	<input type="checkbox"/> Obelisco	
<input type="checkbox"/> Manutenção base	<input type="checkbox"/> Quiosque	<input type="checkbox"/> Pântico	
<input type="checkbox"/> Manutenção média	<input type="checkbox"/> Restaurante		
<input type="checkbox"/> Manutenção ruim			

Imagem 6: Análise Configuração do Espaço – Praça Victor Civitá. Elaborado por Virginia C. L. B. Caldas e Gabriela Moraes Gomes.



Imagem 7: Acesso Principal – Praça Victor Civitá. Autoria: Virginia C. L. B. Caldas

A configuração do seu espaço conta com vastas áreas verdes e trechos de deck, sombreados ora por coberturas, ora por algumas árvores. Dentre seus equipamentos estão uma generosa arquibancada, aparelhos de ginástica e um escondido playground. Existem também algumas edificações de apoio a atividades, com banheiros e salas de acesso restrito, além de um museu. A ideia era que o principal atrativo do local fosse as diversas soluções sustentáveis de seu projeto, entretanto, o principal uso do espaço é voltado a prática de atividades físicas e artísticas.



Imagem 6: Aparelhos de Ginástica – Praça Victor Civitá. Autoria: Virginia C. L. B. Caldas

Somando-se ao abandono do patrocínio privado na manutenção da praça, seu declínio também ocorreu devido a fatores como a limitação do local através do gradil, a pouca oferta de equipamentos livres e principalmente, a falta de apropriação da população perante aquele



espaço. Afinal, gerir um espaço a partir do conceito do *placemaking* é uma tarefa complexa que exige, mais do que investimento financeiro e engajamento, persistência e paciência.

5 ANÁLISE COMPARATIVA: PRAÇA HORÁCIO SABINO X VICTOR CIVITÀ

Cruzando as informações obtidas nas duas praças, observa-se que na Horácio Sabino houve uma apropriação intensa da população durante todo o processo de sua transformação, enquanto a Victor Cività sofreu abandono após a perda do patrocínio privado. Isso ilustra quão frágil se torna uma administração dependente de uma única iniciativa, como era o caso da participação público-privada que acontecia nesta última.

Concomitantemente, a configuração desses dois espaços tem características físicas bem diferentes. Enquanto a praça Horácio Sabino está localizada no centro de uma região predominantemente residencial, sem muros para o seu acesso e com oferta de equipamentos para crianças e adultos, a praça Victor Cività está bem ao lado de uma via de trânsito rápido e com entorno imediato predominantemente comercial, o que acaba condicionando sua restrição de acesso através de um gradil. A praça torna-se também pouco convidativa devido ao desequilíbrio entre suas áreas livres e ofertas de equipamentos de lazer.

O engajamento da sociedade civil na participação da administração da praça Horácio Sabino é muito mais evidente do que na Victor Cività, que parece ter perdido, em algum momento, a relação da comunidade no seu processo de revitalização. Independente da fonte da verba de manutenção de um local, a ausência de uma participação contínua da população compromete a sua vitalidade. A falta da relação de pertencer, cuidar e identificar-se com esses espaços são os fatores principais que contribuem para a sua degradação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da percepção da crescente degradação dos espaços públicos da cidade de São Paulo, o presente estudo identificou que as principais dificuldades da manutenção e gestão desses locais estão atreladas tanto à dependência quase que exclusiva de iniciativas públicas, quanto ao distanciamento da população em sua apropriação. Assim, ressaltou-se a importância da aproximação da comunidade na concepção desses espaços através de gestões participativas. O conceito de *placemaking* pode auxiliar nessas demandas já que propõem através do engajamento social o planejamento e gestão de lugares que se tornem cada vez mais agradáveis e atrativos.

A partir dos estudos dos processos de transformação das praças, pode-se afirmar que quando aplicado como uma ferramenta prática, o *placemaking* pode efetivamente contribuir para a requalificação e reestruturação de espaços públicos subutilizados, como aconteceu no caso bem-sucedido da Praça Horácio Sabino.

REFERÊNCIAS

BARTALINI, Vladimir. Áreas verdes e espaço livres urbanos. **Paisagem e Ambiente**, n. 1-2, p. 49-56, 10 dez. 1986. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133974>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

BRITO, Bárbara Moreira Barbosa de; SILVEIRA, Antonio Henrique Pinheiro. Parceria público-



privada: compreendendo o modelo brasileiro. **Revista do Serviço Público Brasília** 56 (1): 7-21. Jan/Mar 2005.

CALLIARI, Mauro Sérgio Procópio. **Espaços públicos de São Paulo: o resgate da urbanidade**. 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

CIDADES.CO. **Praças.co**. Página inicial. Disponível em: <<https://www.praças.co/>>. Acessado em: 18 ago. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço urbano, O**. 4. ed. [S.l.]: Ática/Atena, 2000.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2015.

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola C. **Guia do espaço Público: Para inspirar e transformar**. São paulo: 2015.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

HÖFLING, ELOISA DE et al. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, 2001.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2011.

Minha querida e saudosa praça Victor Civitá. **Levisky Arquitetos**. Disponível em: <<https://leviskyarquitetos.com.br/minha-querida-e-saudosa-praca-victor-civita/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MORETTI, Juliene; QUINTELLA, Sérgio; DE ASSIS, Tatiane. Quintal Bem Cuidado. **Veja São Paulo**. São Paulo, 9 jan. 2019.

OLIVEIRA, Luciana; PISANI, Maria Augusta Justi. Os Espaços Públicos de Propriedade Privada: Os POPS de Nova York. **Revista Paisagem e Ambiente: Ensaios**. n.39. 2017. p. 113-132.

Praça Victor Civita / Levisky Arquitetos e Anna Julia Dietzsch. **Archdaily**. 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>>. Acesso em: 9 mar. 2019.

Project For Public Spaces: Disponível em < <https://www.pps.org/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

REIS, Elisa Maria Pereira. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, 1988.

SÃO PAULO; URBANISMO, São Paulo; URBANO, Secretaria Municipal de Desenvolvimento. **Guia de Boas Práticas dos Espaços Públicos de São Paulo**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/2017-02-03-visualizacao.pdf>>. Acessado em: 10 mar. 2019.

_____. **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano->



diretor/texto-da-lei-ilustrado/>. Acessado em: 10 jan. 2019.

_____ ; **Programa Adote Uma Praça:** Decreto nº 57.583 de 23 de janeiro de 2017 . São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/ipiranga/arquivos/Termo.pdf>>. Acessado em: 16 jan. 2019.



Permanências, apagamentos e transformações na Prainha, Vila Velha-ES

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

MELO, Cláudia Inez Resende (1); MENDONÇA, Eneida Maria Souza (2);

(1) Mestrado em Geografia, UFES, claudiarmelo@hotmail.com

(2) Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFES, eneidamendonca@gmail.com

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o processo de ocupação da área da Prainha, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, detectando-se elementos que permaneceram, que foram apagados e os que se transformaram. O recorte temporal corresponde ao período Republicano do Brasil. Almeja-se que este enfoque favoreça estudos futuros e o planejamento do lugar, de modo específico. A pesquisa é baseada na análise de bibliografia sobre o tema, documentos e fotografias sobre a evolução urbana e principalmente mapas, seguindo metodologia da escola inglesa de morfologia urbana. A cartografia apropriada foi selecionada, redesenhada, georreferenciada e sobreposta à ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015. Alguns elementos arquitetônicos permaneceram até a atualidade como o Convento da Penha, a igreja Nossa Senhora do Rosário, o forte São Francisco Xavier, o eixo da atual rua Luciano da Neves e o caminho que leva até o Convento de Nossa Senhora da Penha. Alguns elementos foram apagados como as ilhas da Forca e dos Timbebas. Dentro deste contexto, conclui-se que a planta da cidade, as vias, são os elementos mais persistentes às transformações ocorridas com o tempo. A primeira planta cadastral de Vila Velha, de 1894, deixou vestígios, à primeira vista não tão evidentes, mas claramente apontados com a sobreposição dos mapas.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Urbana, Prainha, Permanências, Transformações.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de uma dissertação, defendida no programa de pós-graduação de Geografia da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) e tem por objetivo documentar e analisar o processo de ocupação e urbanização da área da Prainha, na cidade de Vila Velha cidade do estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. O estudo, com recorte temporal no período Republicano do Brasil, pretende detectar além dos aterros, que alteraram a linha do mar na Prainha e das edificações históricas ainda presentes, outros elementos morfológicos significativos que permaneceram, que foram apagados e os que se transformaram. Foram considerados dois períodos evolutivos, o primeiro de 1889 a 1950 e o segundo, de 1950 a 2019. O primeiro inicia com a criação do município, é marcado por fatos relevantes como a chegada da luz elétrica em Vila Velha em 1910, a instalação dos bondes, o incentivo à industrialização por parte do Estado e a inauguração da ponte Florentino Avidos, viabilizando a ligação terrestre da cidade à capital Vitória. O segundo é marcado pelo início dos grandes aterros na área da Prainha, pelo crescimento da cidade de Vila Velha em direção ao sul e a consolidação de novas centralidades.

A análise morfológica apresentada foi realizada, segundo a escola inglesa, através da análise comparativa de mapas, plantas, fotos, documentação de arquivos e pesquisa de campo, objetivando entender, principalmente, os processos morfológicos adotados por esta abordagem, listados no quadro a seguir (Figura 1).

Figura 1 – quadro esquemático processos morfológicos



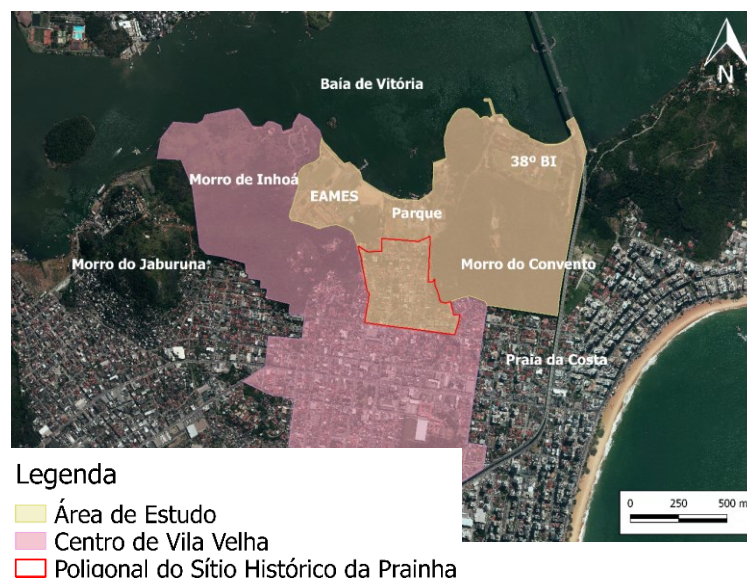
Fonte: Elaborado pela autora 2019

O método desenvolvido por Conzen (2012), considerado o precursor desta escola, é denominado visão tripartite e se baseia na análise das formas pertencentes a três categorias sistemáticas: o plano urbano, o tecido urbano e o padrão de uso e ocupação do solo. Estudos recentes de Costa e Netto (2015), que aplicaram os conceitos e métodos das tradicionais Escolas de Morfologia Urbana Inglesa e Italiana para analisar o processo de formação da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, apontam a importância de descobrir o que deve permanecer na forma urbana e compreender a paisagem como reflexo cultural da sociedade. Foram selecionados documentos cartográficos deste intervalo temporal que contêm o sistema viário, estes foram redesenhados, georeferenciados e sobrepostos com o mapa atual.

A única demarcação oficial existente hoje, com a denominação Prainha, é a Poligonal do Sítio Histórico da Prainha de Vila Velha, determinada pela lei municipal Nº 044/2015. No entanto, como objeto deste artigo, fica considerada Prainha, a área da poligonal citada, acrescida das áreas da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo, do 38º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, do convento Nossa Senhora da Penha pertencente à congregação dos Franciscanos e do Parque da Prainha, pertencente ao Estado do Espírito Santo (Figura 2).



Figura 2 – A demarcação da área de estudo.



Fonte: Mapa base orthofoto produzida no projeto mapeamento ES2012-2015, com interferências da autora.

Esta área, conhecida como Prainha, possui características peculiares, quanto à história, ao patrimônio natural, cultural, material e imaterial. Ali, em 1535, iniciou a colonização portuguesa no Espírito Santo. Neste sítio encontram-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma das mais antigas do Brasil, e o Outeiro e Convento de Nossa Senhora da Penha, tombados pelo IPHAN.

A imagem e a “identidade” da Prainha, além das edificações especiais já protegidas por tombamentos estaduais e federais, devem ser valorizadas e preservadas e suas potencialidades e fragilidades podem ser evidenciadas e entendidas por meio da análise morfológica. Estes estudos podem abrir novas perspectivas para a compreensão do lugar, permitindo uma avaliação qualitativa do espaço e apontando caminhos tanto para a preservação quanto para a requalificação desta área.

2 PERÍODO REPUBLICANO :1889 – 2019

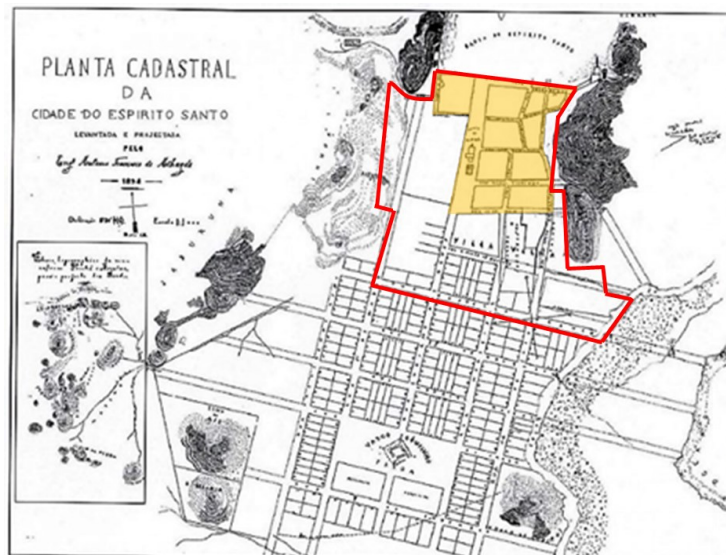
2.1- 1889-1950 – A criação do município

De acordo com Bittencourt (2006), a independência política do Brasil trouxe poucas mudanças para o Espírito Santo, que permanecia demograficamente estagnado, sendo um posto militar. Mendonça (2009), afirma ainda que mesmo a capital do estado, Vitória, até 1890, não tinha infraestrutura mínima, como esgoto, água, ou iluminação pública. Foi a agricultura voltada para a exportação do café a propulsora das mudanças urbanas da época (NEMER, 2018).

Em 1894, o engenheiro Antônio Athayde elabora a primeira planta cadastral da cidade do Espírito Santo, atual Vila Velha. O aglomerado urbano da Cidade do Espírito Santo em 1910,

resumia-se a poucas ruas, sendo bem menor do que a poligonal que hoje delimita o sítio histórico da Prainha (Figura 3).

Figura 3 – Planta cadastral de 1894, em amarelo, o aglomerado urbano em 1910, segundo Lima (2002) e em vermelho a poligonal do Sítio Histórico da Prainha.



Fonte: Casa da Memória, com intervenções da autora.

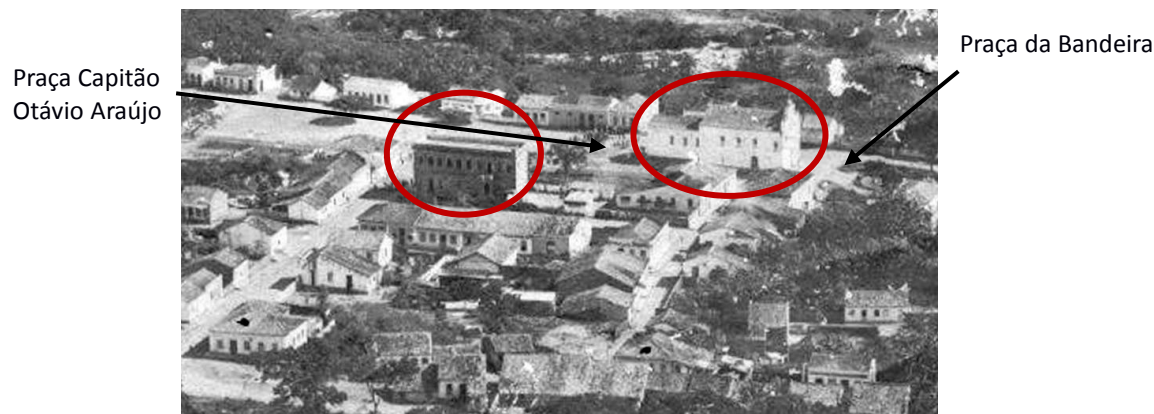
No período de 1913 a 1915 o primeiro prefeito eleito, Manoel Francisco Duarte, seguindo os ideais sanitaristas, transferiu o cemitério que até então situava-se no terreno atrás da igreja Nossa Senhora do Rosário para fora dos limites da Prainha (Santos, 1999). Segundo o mesmo autor, o espaço que compreende hoje as duas praças, indo da linha do mar até a rua vinte e três de maio, com a igreja do Rosário ao centro, era conhecido primeiramente como Largo da Matriz (Figura 4). A igreja dividia esta área em duas grandes “praças”, sendo a da frente posteriormente conhecida como Praça da Bandeira e a outra, depois da remoção do cemitério recebeu o nome de praça Capitão Otávio Araújo.

O primeiro aterro da Prainha foi executado entre 1916 e 1920, pelo “presidente” do Estado Bernardino de Souza Monteiro. Tratou-se na verdade, de um pequeno trecho com arrimos e aterros que aumentava o raio da linha de bondes para possibilitar sua chegada até o quartel (Gurgel, 2010).

No período de sua atuação como prefeito, o autor da primeira planta cadastral da cidade, o engenheiro Antônio Athayde (1918-1921) “desapropriou e demoliu na Prainha casas velhas construídas fora do alinhamento da rua, executou serviços de paisagismo e melhorou a iluminação da nova avenida na orla da enseada.” GURGEL (2010, p.35). Santos (1999), acrescenta como obras do prefeito a “retificação” do canal da Enserica e a “melhoria” do traçado da Rua Luiza Grinalda.

À frente da Igreja do Rosário, foi construído o Jardim de Athayde, também denominado Praça ou Parque Dr. Athayde, onde foi instalado um coreto, inaugurado em 27 de abril de 1919. Entre 1937 e 1943, Eugênio Pacheco de Queiroz alterou o traçado de algumas ruas, modernizou o jardim da Praça da Bandeira e, construiu no mesmo padrão o jardim da Praça Otavio Araújo. Definiu a caixa de várias ruas, implantando meio-fio e incentivou moradores a construir calçadas (Santos, 1999).

Figura 4 – Fotografia Largo da Matriz, sem data, em destaque, Hotel João Nava e matriz Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: acervo pessoal Gether Lima

Nestes primeiros anos da república, ainda que tenham despontado outros núcleos urbanos na cidade de Vila Velha, Argolas e São Torquato no oeste do município, a Prainha continuava como protagonista da vida urbana, contribuindo para tal, a presença da sede da prefeitura, da Matriz Nossa Senhora do Rosário, do convento de Nossa Senhora da Penha, do mercado municipal, das escolas, do cinema, dos clubes e bares e do exército. As praças cumpriam sua função social, por ali circulava o bonde, as pessoas podiam ver e serem vistas, eram palco de carnavais e retretas no coreto. A chegada da luz elétrica e de novos equipamentos urbanos impulsionaram novos costumes e um novo modo de vida que chegou juntamente com a República.

Dos mapas pesquisados deste período, entre 1889 e 1950, apenas a Planta Cadastral do Engenheiro Antônio Athayde de 1894, foi elaborado especificamente para Vila Velha. Sendo assim, este foi redesenhado e complementado com o Plano Hydrographico da Barra e Porto da Victória do ano de 1888, onde se encontram elementos que não estavam presentes na Planta cadastral, como as ilhas da Forca e dos Timbebas, o forte São Francisco Xavier, o convento de Nossa Senhora da Penha e a via de ligação da Prainha até ele, hoje conhecida popularmente como Ladeira da Penitência ou Ladeira das Sete Voltas. O mapa redesenhado foi georeferenciado e sobreposto à ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, para possibilitar a análise dos processos morfológicos (Figura 5).

Percebe-se neste primeiro período evolutivo, com relação ao traçado urbano, o processo morfológico de adaptação. As formas das vias foram alteradas, algumas vias foram retificadas, alargadas, outras desapareceram. As formas das vias preexistentes condicionaram as das vias atuais, apesar de sofrerem deformações.

No caso específico da rua Luciano das Neves, percebe-se um processo morfológico de estagnação, representando um elemento de forte persistência. A análise dos mapas deixa clara a consolidação da rua Luciano das Neves, como eixo importante de ligação, começando na enseada, na linha do mar, passando pela Igreja Nossa Senhora do Rosário, chegando até a nova praça Duque de Caxias projetada. Seu uso e apropriação, no entanto, se modificaram. Nos anos de 1920, a Prainha era uma centralidade importante em Vila Velha e a rua Luciano das Neves, uma importante via de ligação, sendo o percurso da linha de bondes. Com a expansão da cidade surgiram novas centralidades e a rua Luciano das Neves se tornou uma importante via



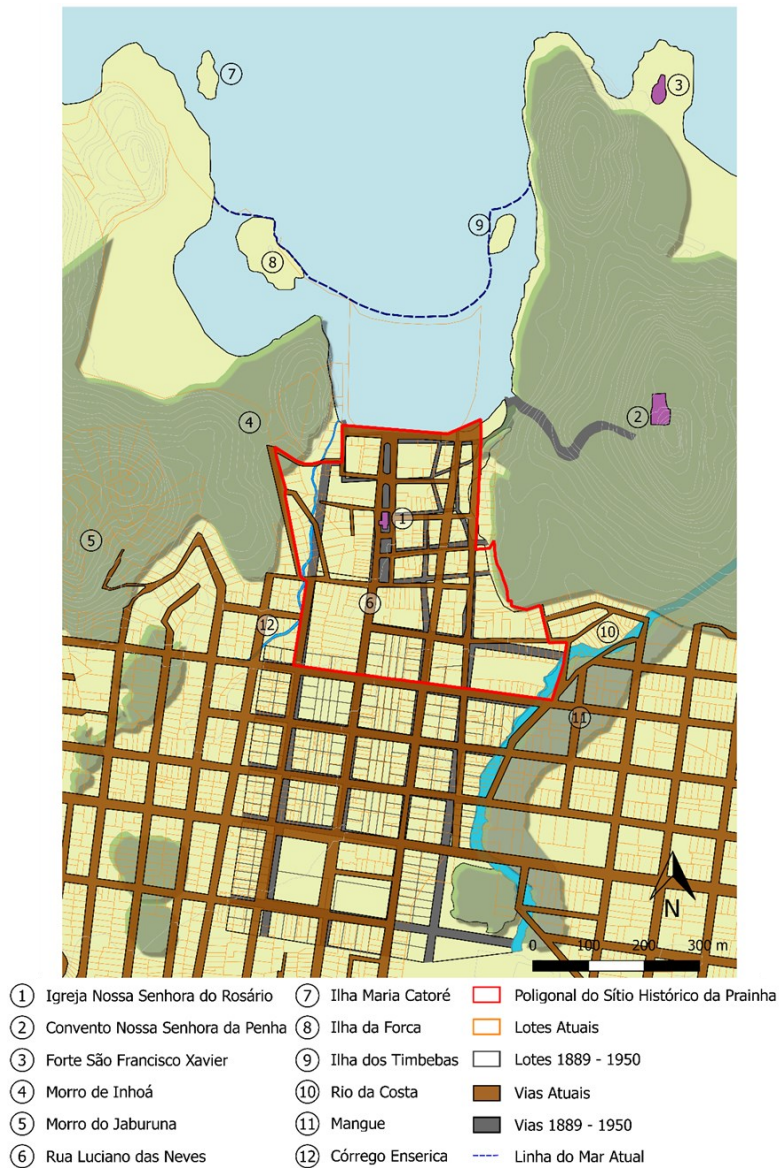
arterial de Vila Velha. Em 2017, esta tornou-se uma rua compartilhada entre modais, na Prainha, com faixa de pedestres elevada e velocidade máxima de 30Km por hora, o que reforça o comportamento já existente antes desta implantação. Principalmente nos horários de entrada e saída da Escola Estadual Godofredo Schineider nas imediações, a via é tomada por pedestres, bicicletas, automóveis, skates e outros modais.

Outra importante persistência diz respeito ao caminho que leva ao convento Nossa Senhora da Penha. Este está representado de forma figurativa no mapa de 1888, usado para o redesenho, comprovando sua existência na época, apesar da provável imprecisão. Observa-se que o referido caminho representado no documento cartográfico de 1888, não aparece na ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, onde está encoberto pela vegetação, nem tampouco nas plantas cadastrais atuais da cidade de Vila Velha. No entanto, visita de campo e fotografias de períodos distintos permitem confirmar o caminho existente como percurso construído no período colonial.

Ainda de acordo com o mesmo mapa, a área de expansão ao sul, demonstra a opção pelo traçado ortogonal, tendo como eixo de simetria a rua Luciano das Neves partindo da rua Castelo Branco até a Praça Duque de Caixas. É possível notar a inexistência de marcação dos lotes na provável área do levantamento. De acordo com relato de Roberto Abreu, morador da Prainha, e membro da Casa da Memória de Vila Velha, até 1910, a área vivia em função do convento e das festas de Nossa Senhora da Penha e existiam ali, principalmente chácaras e casas de veraneio de famílias abastadas de Vitória, supondo-se, portanto, que os lotes tinham dimensões avantajadas. Sendo assim, pode-se concluir que durante este período houve um processo morfológico de transformação, com a metamorfose dos lotes, sendo divididos dando origem a lotes menores e de formas irregulares. A sobreposição com o mapa atual (Figura 5) revela as dimensões e formas irregulares dos lotes na Prainha e uma subdivisão dos lotes projetados na planta de 1894. Alguns destes parecem seguir a inclinação das antigas ruas.

No Brasil, os espaços que originaram as praças, foram os largos, primeiros espaços livres públicos urbanos surgidos no entorno de edifícios de caráter religioso. As praças, no século XIX, foram caracterizadas por ajardinamentos e elementos simbólicos, como fontes, quiosques e coretos, ícones da vida social urbana, utilizados para passeio e contemplação. (ROBBA e MACEDO, 2010). Na Prainha, as praças passaram por estas metamorfoses e são outros elementos de persistência, sendo no primeiro momento um grande largo com a igreja matriz ao centro, na parte posterior, um cemitério e na frontal, um espaço de convivência social de acordo com documentos textuais. O seu uso e ocupação, a sua função social primeira, de encontros e contemplação, permanece até a atualidade. Os outros processos de adaptação das praças se concentraram nas formas.

Figura 5 – Sobreposição dos mapas período 1889-1950 e atual



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

Através da consulta a Santos (1999), de conversas informais com Gether Lima e Roberto Abreu, membros da casa da memória e da análise de fotos, pode-se concluir que entre os anos de 1916 e 1918, a Praça da Bandeira à frente da Matriz, foi reformada, ganhando uma forma elíptica e duas alamedas em frente a esta, com quatro palmeiras imperiais cada uma. No final dos anos de 1930, já havia a conformação de duas praças, uma na porção frontal e outra na porção posterior da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Foram construídas no mesmo padrão, de formato retangular, piso cimentado, jardins bem delimitados e meio fio fazendo a transição da via para as praças com canteiros mais definidos, atendendo a demandas por uma estética “moderna”.

2.2 1950-2019 – Aterros e crescimento demográfico

Na década de 1950, foi inaugurada a rodovia Carlos Lindenberg, ligando Vila Velha à capital Vitória, o que contribuiu para a criação e expansão de novos bairros em Vila Velha. O município duplicou sua população nesta década e continuou nas seguintes com alto índice de crescimento demográfico. (ABE, 1999)

De acordo com Chalhub Junior (2009), o prefeito Tuffy Nader (1959-1962) aprovou a primeira lei sobre a Planificação Municipal (Lei nº 478/59). Esta espelhava a ideia do urbanismo como desenho urbano de melhoramento e embelezamento da cidade.

Neste período, a incorporação de novas áreas urbanas, junto ao “novo centro”, próximo à Praça Duque de Caxias, desloca o núcleo urbano que, até então, se expandia junto aos bairros de Paul, São Torquato e Argolas, na região oeste da cidade, para a região junto ao antigo núcleo fundacional de Vila Velha, a Prainha.

Neste período, de 1950 até 2019, a Prainha sofreu grandes modificações na sua relação com as águas. A primeira grande transformação diz respeito ao segundo aterro, iniciado na década de 1950, que apagou a praia de Inhoá e a ilha da Forca, à sua frente. Esta área foi ocupada pelo Ministério da Marinha com a construção da Escola de Aprendizes Marinheiros, e as famílias de pescadores que ali residiam foram transferidas para a área do antigo matadouro, que por questões sanitárias deveria ser afastado do centro da cidade (Santos, 1999).

Ainda nesta década, o Rio da Costa é desviado e afastado do Morro do Convento, sendo iniciada sua canalização, quase paralelamente à orla e parcialmente ocultado em 1962 quando foi concluída a obra do canal da Costa (Chalub Junior, 2009). Atualmente este rio está degradado e esquecido, devido à grande ruptura de sua relação com a cidade e a população, seja no que diz respeito ao lazer, ou ao trabalho. Devido a despejos de esgoto doméstico e de pequenas indústrias, o antigo leito se encontra totalmente poluído (Ferreira e Souza Filho, 2019).

O terceiro aterro da Prainha já na década de 1970, de acordo com Franchini (2016) pode ter sido iniciado como consequência das obras relacionadas ao aprofundamento da baía de Vitória, servindo como depósito do material proveniente da dragagem. Este processo afastou definitivamente a linha do mar e as práticas de lazer relacionadas às águas, se caracterizou pelo apagamento de elementos, como o Cais dos Padres e a ilha dos Timbebas e pelo surgimento de uma imensa área sem objetivo aparente. Este vazio, posteriormente deu lugar ao Parque Estadual da Prainha e ao Aquaviário. O Terminal Aquaviário fazia o transporte direto para a capital por via marítima, através da baía de Vitória e funcionou por cerca de 20 anos, entre 1978 e 1998, quando foi desativado (Franchini 2016). O Parque da Prainha foi inaugurado em 1989 e demolido em 2009, em função de interesses imobiliários e turísticos de alcance internacional (Franchini, 2016). Na atualidade, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) do município de Vila Velha, classifica a Prainha, nesta região do Sítio Histórico como imprópria para banho, restando assim, apenas a atividade de contemplação do mar e a venda de pescados, tradição que ainda resiste, tanto artesanalmente, por pescadores autônomos que ali ancoram seus pequenos barcos, quanto pela cooperativa de pesca que funciona no local.

Com relação ao córrego Enserica, não foi possível saber ao certo quando foi canalizado, mas nenhum tipo de documento deste período seja cartográfico, fotográfico ou textual faz referência à sua existência ou às atividades exercidas em suas águas, levando a conclusão de que já não fazia mais parte do cotidiano da população como no período anterior.



Quanto à vida social, a Prainha perdeu seu protagonismo neste período com o acelerado crescimento populacional da cidade de Vila Velha e a consequente criação de novos bairros e novas centralidades nos novos eixos de expansão. A partir de 1951, com a rodovia Carlos Lindenberg concluída, os ônibus passaram a concorrer com o transporte de bondes, que desapareceram cerca de dez anos depois, afetando certamente o movimento no entorno das praças e ruas da Prainha, por onde passavam os trilhos dos bondes.

Ainda na década de 1960, com a construção da nova Praça Duque de Caxias e a sede da Prefeitura, um novo centro de comércio e serviços se instalou ao sul do centro histórico.

Segundo Aguiar Filho (2017), na área de estudo, no período do primeiro mandato do prefeito Américo Bernardes (1963-1966) as praças da Prainha foram remodeladas mais uma vez e a Avenida Beira Mar foi concluída, com o corte de uma centenária castanheira. A praça Almirante Tamandaré foi construída em 1964. Esta foi a última praça a ser construída, apesar de já vir sendo utilizada como tal, como visto no período anterior. Atualmente, estão localizados ali um ponto de bicicletas compartilhadas, a Casa da Memória e o Fórum.

Atualmente, os espaços públicos livres são bastante apropriados pela população, sendo moradores locais ou turistas. O parque da Prainha, apesar de ter sido desconstruído pelo poder público, continua sendo muito utilizado, conta com pouquíssima infraestrutura, uma quadra de futebol, a área destinada à venda de frutos do mar e nada mais, apenas um grande espaço vazio, usado para descanso, passeio de bicicleta ou apreciar a vista da baía de Vitória. A prefeitura tem promovido no local, eventos gastronômicos e culturais. Nestas ocasiões, a área do parque ganha infraestrutura provisória como tendas, palco, banheiros e iluminação, situações em que o entorno das praças também se movimenta.

O mais tradicional evento religioso do Estado, a Festa da Penha, celebrada de forma ininterrupta desde 1571, tem início no domingo de Páscoa e segue por oito dias, encerrando no dia de Nossa Senhora da Penha, com uma celebração, que acontece na área do parque da Prainha.

As praças à frente da igreja Nossa Senhora do Rosário, a da Bandeira e a Praça Tamandaré e a Praça Otávio de Araújo, situada na parte posterior, passaram por diferentes configurações espaciais durante este período, mas sempre foram palco de práticas sociais que perduram até os dias de hoje.

Os mapas deste período, entre 1950 e 2019, encontrados durante a pesquisa, nos quais figuram as vias de Vila Velha são os Cadastros imobiliários urbanos do Município de Vila Velha de 1970, 1982 e 1991. Vale ressaltar que nestes não estão marcados lotes ou edificações, apenas quarteirões, sendo a pesquisa mais uma vez concentrada nas vias. Nos mapas de 1970 e 1982, pode-se perceber a evolução dos aterros da enseada e da canalização do Rio da Costa, enquanto no de 1991 encontra-se, em termos de estrutura viária, igual à ortofoto produzida no Projeto mapeamento ES2012-2015, utilizada para a sobreposição. Sendo assim, o mapa de 1991 foi descartado, enquanto os outros dois foram redesenhados e georreferenciados para sobreposição com à ortofoto para possibilitar a análise dos processos morfológicos (Figuras 6 e 7).

Neste segundo período evolutivo da República, o processo morfológico mais evidenciado é o de adição, com o acréscimo de áreas resultantes do segundo aterro iniciado em 1950, do terceiro, cerca de vinte anos depois e da canalização do rio da Costa. Estes acréscimos, em contrapartida, geraram o apagamento de outros elementos. Com o segundo aterro, a área

acrescida foi usada pela Marinha Brasileira para a instalação da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo – EAMES e apagou a Ilha da Força e a praia de Inhoá. A área conquistada pelo terceiro aterro foi utilizada para a construção do Parque Estadual da Prainha e do Aquaviário e apagou a ilha dos Timbebas e o cais dos Padres. Nestes casos, o processo de adição não se refere à extensão dos traçados das vias ou do tecido urbano, apenas uma extensão territorial, uma justaposição de áreas criadas com finalidade única, ainda que no caso do Parque da Prainha não previamente determinada.

Figura 6 – Sobreposição dos mapas de 1970 e atual



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

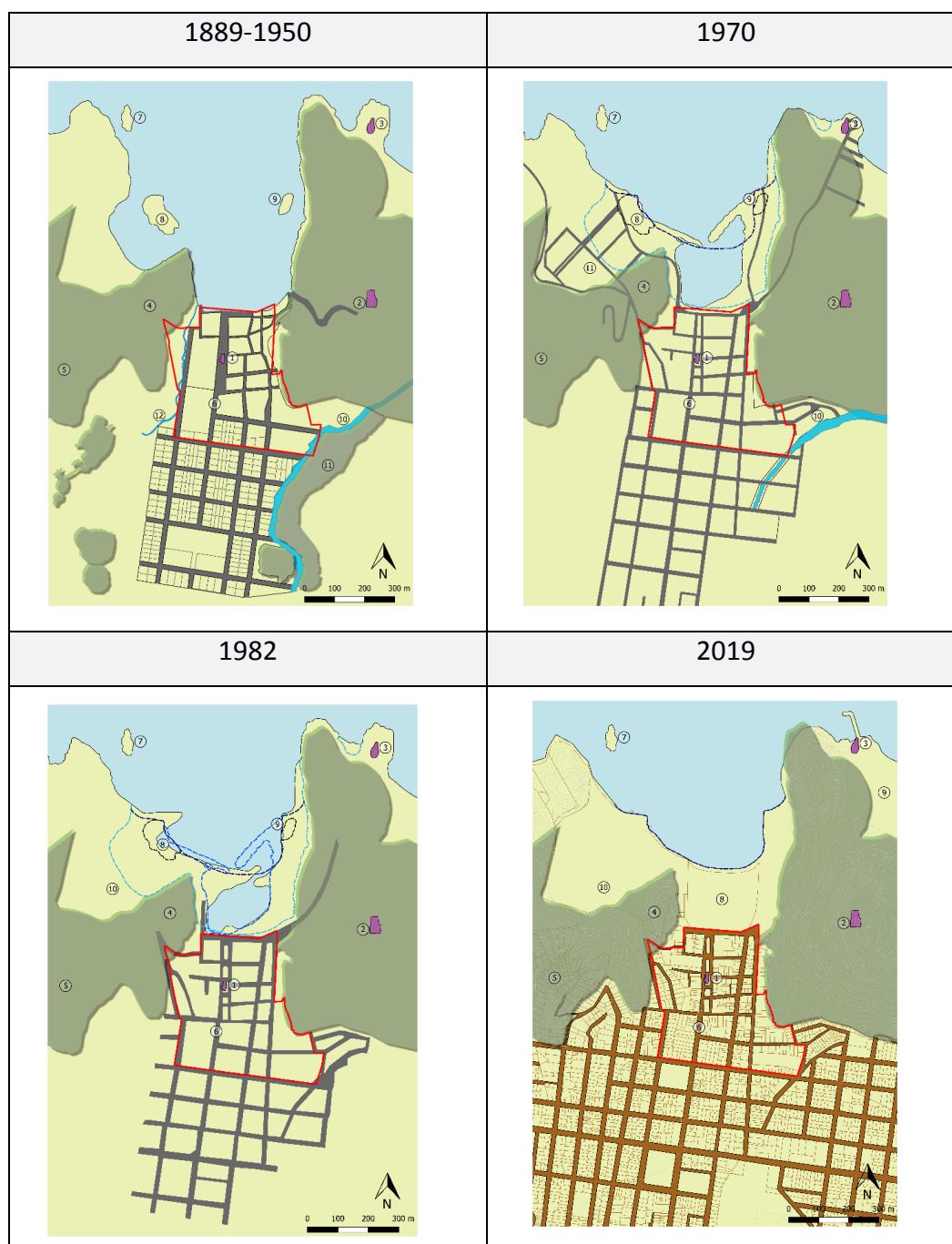
Figura 7 – Sobreposição dos mapas de 1982 e atual



Fonte: elaborado pela autora, executado por Lucas Aleixo da Fonseca

O desvio e a canalização do Rio da Costa, na década de 1960, com o afastamento do leito do rio do pé do morro do Convento Nossa Senhora da Penha e sua canalização, quase que paralelamente à orla, originaram grandes porções de terra junto ao núcleo central da nova praça Duque de Caxias. Esse processo influenciou no traçado e expansão das vias, sendo o antigo caminho do rio um elemento de permanência morfológica, um processo de estagnação, onde sua forma anterior, originou a Rua América do Sul, já no mapa de 1970 e consolidada no mapa de 1982.

Figura 8 – mapas comparativos sistema viário período Republicano.



Fonte: Elaborado pela autora 2019

Este estudo demonstra que a análise morfológica é capaz de evidenciar outros elementos, além daqueles arquitetônicos de caráter especial já protegidos por tombamentos, que contribuem para a imagem e a “identidade” da Prainha e devem ser valorizados e preservados.

A Prainha não é um bairro oficialmente, no entanto, é um espaço que é vivido e sentido de forma identitária tanto por seus moradores quanto por visitantes. As práticas cotidianas e

banais realizadas ali se diferenciam do restante da cidade e do bairro centro ao qual pertence administrativamente. Os espaços públicos, as praças, a igreja, o convento, a área do parque da prainha, narram enredos através de ações ordinárias que criam uma identidade específica do lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abe, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999.

Aguiar filho, Walter de. **A âncora da Prainha**. Texto disponibilizado em 26 de dezembro de 2017. Disponível em :<<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-ancora-da-prainha.html>> Acesso em 8 de maio de 2019.

Bittencourt, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário**. Vitória: [s.n.], 2006.

Botechia, Flávia Ribeiro. **A forma indelével: estudos morfológicos sobre a persistência elementar em Maruípe**. Tese de doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo-Universidade Presbiteriana Makenzie, 2017.

Chalhub Junior, Antônio. **O imaginário da cidade no pacto socioambiental de um plano diretor municipal: o planejamento urbano e a lei em Vila Velha, ES**. Dissertação de mestrado. Vitória: PPGAU-UFES, 2009.

Conzen, M.R.G. **L'analisi dela forma urbana Alnwick, Northumberland**. Edizione italiana a cura de Giancarlo Cataldi, Gian Luigi Maffei, Marco Maretto, Nicola Marzot, Giuseppe Strappa. Milano: Franco Angeli, 2012.

Costa, Stael de Alvarenga Pereira. Netto, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos de Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

Ferreira, Giovanilton Andre Carretta. Souza Filho, Eliomar Venâncio. **O Rio da Costa e suas fases de transformações: De rico manancial hídrico ao “valão”**. In Anais XVIII ENANPUR. Natal, 2019.

Franchini, Filipe Barreto. **A produção do espaço livre público do Parque da Prainha em Vila Velha – Espírito Santo: disputa territorial em projetos urbanos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Gurgel, Antonio de Pádua. **História Política e Econômica de Vila Velha**. Vitória: Pro texto Comunicação e Cultura, 2010.

Lima, Dijairo Gonçalves. **Vila Velha: seu passado e sua gente**. Vila Velha: [s.n.], 2002.

Mendonça, Eneida Maria Souza. **Cidade prospectiva: o projeto Saturnino de Brito para Vitória**. São Paulo: Annablume, 2009.

Nemer, Luciana. **Centro de Vitória-habitação social ontem e hoje**. Serra: Milfontes, 2018.

Oliveira, Vítor Manuel Araújo. **Diferentes abordagens em Morfologia Urbana. Contributos**



luso-brasileiros. Porto: Feup, 2018. Disponível em < <http://vitoroliveira.fe.up.pt/Oliveira%20-2014.pdf> > acesso em :28 de set.2017.

Robba, Fábio; Macedo, Silvio Soares. **Praças brasileiras.** São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial do Estado, 2010. (Coleção Quapá).

Santos, Jair. **Vila Velha, onde começou o Estado do Espírito Santo:** fragmentos de uma história. 1.ed.Vila Velha: Ed. Do Autor, 1999.



CÓRREGO BOTAFOGO: SISTEMAS DE ÁREAS VERDES SUBORDINADO AO SISTEMA VIÁRIO EM GOIÂNIA – GO

LINHA TEMÁTICA 3: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

PANTALEÃO, SANDRA CATHARINNE (1); PIRES, ANA CLARA MARTINS (2);

(1) Doutora, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pantascp@gmail.com

(2) Arquiteta e Urbanista, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, anapiresarq05@gmail.com

RESUMO

Apesar de ser uma cidade nova, Goiânia teve sua forma urbana alterada, superando os limites previstos no plano inicial. Diante dessa perspectiva, esse estudo caracteriza a transformação de uma barreira leste-oeste, “o Córrego Botafogo”. Destacam-se os momentos de transformação presentes nos instrumentos de planejamento urbano, em especial, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDIG) de 1969. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na análise morfológica do espaço livre de uso público e seu tratamento nas legislações urbanísticas. Para tanto, foram analisadas imagens históricas que possibilitaram atestar o crescimento de Goiânia (1933-2018) e a elaboração de uma cartografia do eixo do Córrego Botafogo e sua transformação em via expressa. Diante das circunstâncias que envolvem a malha viária e desenvolvimento urbano em Goiânia, optou-se pelo foco em alguns trechos considerados de vital importância para o entendimento de seu crescimento e problemas notórios como loteamentos irregulares e desapropriações; Trecho 1: Mutirama e Parque Botafogo - Setor Central e Vila Nova; Trecho 2: Praça Cívica e Universitária; Trecho 3: Início da Marginal e CEPAL. A Marginal Botafogo é um dos símbolos da urbanização de Goiânia e foi construída em 1991, sendo um contraponto presente na maioria das metrópoles: a natureza cede lugar aos eixos viários na estruturação urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Córrego Botafogo; Goiânia; Plano de Desenvolvimento Integrado.

1 INTRODUÇÃO

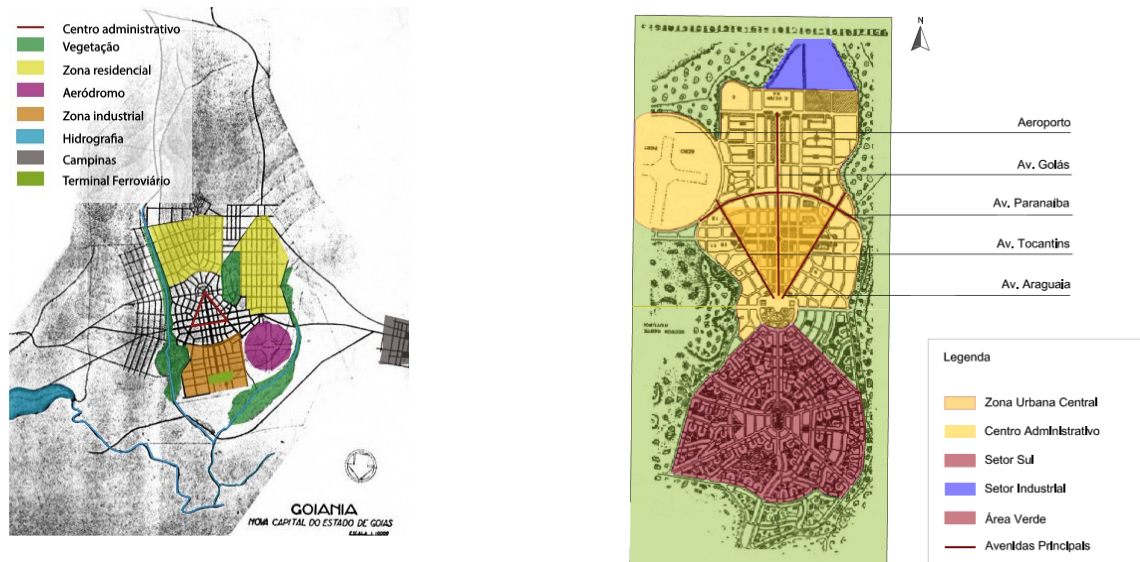
Até a primeira metade do século XX, a urbanização acontecia sob forte influência da Revolução Industrial, em que o solo urbano era pensado e planejado priorizando as fases do processo industrial: produção, circulação e distribuição. À medida que a cidade se expandiu e absorveu novos usos em seu território houve a transformação das formas urbanas tradicionais, apresentando a fragmentação e a dispersão como característica presente. A ocupação de áreas periféricas, desconexas do tecido urbano, gerou a necessidade de abrir grandes vias que promovessem articulação entre as frações da cidade e, ao mesmo tempo, a superação das barreiras naturais, mesmo em cidades constituídas no século passado.

Goiânia, cidade nova, foi proposta pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira na década de 1930 como alternativa à antiga capital de Goiás com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado e alavancar o povoamento do interior do país. Para tanto, dever-se-ia superar as condições tidas como insalubres de Vila Boa e propor uma cidade com as mais modernas ideias da época, construindo uma nova sede administrativa para o Estado.

A legislação urbanística da nova capital inicia-se na gênese de sua fundação pelo Relatório elaborado por seu projetista: Atílio Correa Lima (entre 1933-35), cujas premissas apoiam-se no ideário modernista de zoneamento funcional e no movimento *city beautiful*. As discussões

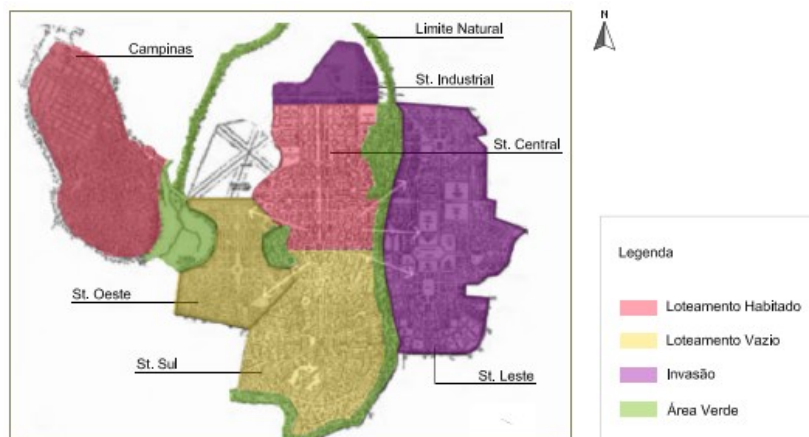
acerca da incipiente disciplina urbanismo corroboram para a formação da paisagem urbana de Goiânia, sendo o primeiro Plano Diretor revisado entre 1936-1938, quando a construção da nova capital já estava sob a administração dos irmãos Coimbra e Bueno (figura 1). Até meados dos anos 1950, a proposta definida nesse plano foi atendida, cabendo ao Estado o controle da ocupação, conforme a Planta Geral de Urbanização de 1947 (figura 2).

Figura 1: Plano de Attílio Corrêa Lima, de 1933 e Planta Geral de Armando de Godoy (1938).



Fonte: PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1994. Org. Menezes, 2017.

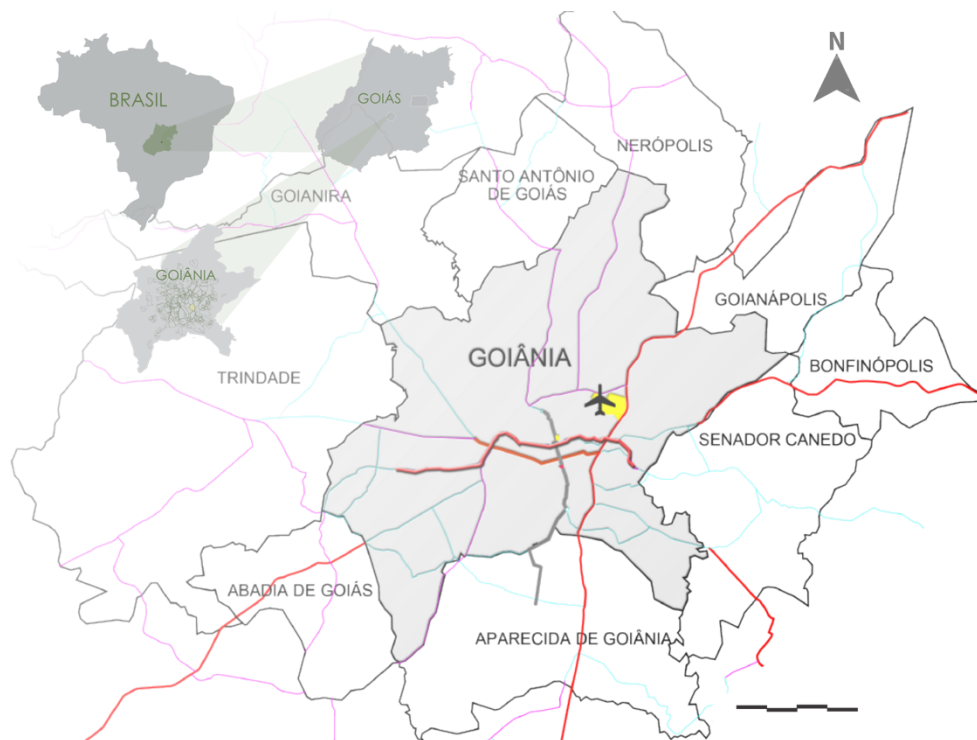
Figura 221: Planta Geral de Urbanização de Goiânia (1947).



Fonte: RIBEIRO, 2004. Org. MENEZES, 2017.

Goiânia foi alçada à categoria de metrópole regional, tendo em vista as dinâmicas que implicam na formação de uma rede urbana, estabelecidas em seu planejamento urbano nos anos 1960-80, quando definiram-se estratégias para o controle e indução de expansão urbana. No entanto, assistiu-se à fragmentação do território e à formação de outras dinâmicas não previstas nesse planejamento (figura 3).

Figura 3: Região Metropolitana de Goiânia, com destaque à Goiânia, metrópole regional.



Fonte: Base de dados: Prefeitura de Goiânia, Mapa Fácil, 2018. Organizado pelas autoras, 2019.

De um a cidade planejada para 50 mil habitantes e delimitada pelos fundos de vale, hoje configura-se como uma metrópole, dispersa e segregada, fruto, em grande parte, da expansão urbana, em que a atuação dos agentes públicos e privados foram decisivos para os diferentes usos atribuídos aos fundos de vale. Apesar de ter havido indicações de que deveriam ser urbanizados e oferecer lazer à população, os cursos d'água mais serviram como depositários do esgotamento sanitário ou como espaço destinado às habitações precárias da população de menor poder aquisitivo. Como solução para a urbanização destes elementos, vistos como barreiras ao crescimento, foram propostos programas e projetos para recuperação dos córregos e a implantação de eixos viários. Com isso, as atribuições de "cinturão verde" e de espaços de lazer são substituídas por discursos que prezavam o deslocamento, convertendo as margens dos córregos em vias expressas.

A partir das questões expostas, o presente estudo busca compreender como o sistema viário de Goiânia, especificamente a Marginal Botafogo, delimita e caracteriza certas regiões da cidade. Num primeiro momento, devido às ocupações irregulares das margens do Córrego Botafogo e, posteriormente, como via expressa articulando as regiões sul e norte. Parte-se da análise do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1969) e como o ordenamento territorial, orientado pela expansão urbana da década de 1970, contribuiu para a fragmentação do território de Goiânia. Pretende-se a partir dessa questão identificar o papel da Marginal Botafogo como elemento de expansão urbana no sentido norte-sul – linha de crescimento e, ao mesmo tempo, como barreira leste-oeste, conforme Panerai (2006) quanto aos elementos reguladores de crescimento das aglomerações.

Como resultado foi desenvolvida a cartografia das transformações urbanas desse trecho além das relações com as políticas urbanas, permitindo uma melhor compreensão dos agentes

públicos na produção do espaço. Soma-se também uma reflexão acerca da visão urbana desse período, cujo expoente foi Jorge Wilhelm e suas contribuições para as práticas do planejamento urbano em diversas cidades brasileiras. A pesquisa, de forma geral, busca o mapeamento e registro das transformações da paisagem urbana de Goiânia, com enfoque nos eixos viários, tomando o eixo do Córrego Botafogo como objeto de estudo. Isso permitiu evidenciar os momentos de transformação, destacados pelos instrumentos de planejamento urbano, em especial, os Planos Diretores.

A fragmentação observada é uma característica do território de Goiânia que foi produzida pela somatória dos planos e das ações sobre o espaço, incluindo as posturas profissionais que ignoraram o elemento natural como condicionante do crescimento da cidade. O tecido urbano revela processos sociais e práticas que levaram à criação, ocupação e transformação do espaço intraurbano e a análise do sistema viário enquanto influenciador dessas ações. Por meio desses processos foram identificadas as seguintes fases de desenvolvimento em Goiânia, reafirmando as discussões de Moraes (1991): 1933 a 1950 – a criação do lugar; 1950 a 1964 – a ampliação do espaço; 1964 a 1975 – a concentração de lugares no espaço; 1975 a 1992 – a expansão urbana. Complementam-se mais duas fases: 1992 a 2000 – espaços urbanos segregados e 2000 aos dias atuais – metropolização e condição urbana contemporânea.

2 PDIG: SISTEMA VIÁRIO COMO ESTRUTURADOR DO ESPAÇO URBANO

O PDIG (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1969), sob responsabilidade da municipalidade, é um documento em três volumes, sendo dividido em: diagnóstico, mapeamentos e a proposição da legislação urbanística, respaldada pelas políticas de desenvolvimento urbano a nível federal. Wilhelm constatou a densidade demográfica como um dos fatores necessários ao ordenamento urbano, por meio da implantação de conjuntos habitacionais, que pudessem absorver a população migrante e, ao mesmo tempo, oferecer diversas frentes de trabalho. Essa estratégia possibilitaria a ocupação dos loteamentos aprovados nos anos 1950 que eram vazios urbanos.

O PDIG enfatiza o esgarçamento do território, uma vez que o plano original de Goiânia limitava o perímetro urbano aos limites dos Córregos Botafogo e Capim Puba, além da ocupação do Setor Sul. No entanto, na década de 1960, a expansão urbana se acentuou devido à intensa urbanização da população brasileira. Em Goiânia, em específico, houve o impacto proporcionado pela construção de Brasília: a população da cidade triplicou – de 53.389 habitantes, em 1950, para 151.013, em 1960 (Censos do IBGE, 1950 e 1960) (tabela 1).

Tabela 1 - Goiás, região de expansão de Goiânia: População e Domicílios.

MUNICÍPIO	1950			1960			1970		
	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS	POPULAÇÃO DOMICÍLIOS
Goiânia	53.389	10.041	5,32	151.013	27.738	5,44	380.773	71.979	5,29
Estado de Goiás	1.214.921	231.449	5,25	1.917.460	348.593	5,50	2.938.667	535.716	5,49

Fonte: Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970)

A criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU¹ visava o planejamento e a

¹ O SERFHAU foi criado juntamente com o Serviço Federal de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) pela lei federal nº 4380, de 21 de agosto de 1964, com o objetivo de traçar as políticas de habitação e urbanização do território.

elaboração de planos diretores, sendo o primeiro órgão voltado ao planejamento urbano em nível federal. A principal destas condições era a criação de órgãos locais de planejamento e desenvolvimento local, permanentes. Neste momento foram instituídos os chamados “planos locais de desenvolvimento integrado”, para os quais havia um roteiro elaborado pelo SERFAU. A partir das temáticas abordadas, o PDIG foi estruturado em Diagnóstico e Recomendações e Diretrizes (Quadro 1).

Quadro 1. Dados sobre as divisões do PDIG de 1969.

Diagnóstico	
Situação urbanística	Estrutura do sítio urbano, sistema de uso da cidade
As redes de infraestrutura	Sistema viário, energia elétrica, abastecimento e saneamento
Aspectos demográficos	Crescimento e distribuição da população do município
Aspectos socioculturais	Dinâmica sociocultural, educação e saúde
Aspectos econômicos	Dados comparativos, pesquisas de campo e resultados.
Recomendações e diretrizes	
Urbanísticas	Estratégia e critérios gerais, estruturas e sistema viário, uso do solo, paisagem urbana e habitação
Infraestrutura	Sistema viário, saneamento dos córregos a curto e médio prazo
Socioculturais	Desenvolvimento comunitário, educação e saúde
Econômicas	Dados comparativos, pesquisas de campo e resultados.
Institucionais	Legislações, diretrizes Administrativas e Fiscais

Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1969. Elaborado pelas autoras, 2018.

Dessas diretrizes, pode-se determinar as prioridades do município para contemplar a proposta do PDIG, por meio da legislação urbanística a cargo da municipalidade. A proposta de Wilhelm definiu o ordenamento territorial a partir de estratégias de adensamento e expansão. O objetivo era estimular a ocupação de áreas periféricas, denominadas por suburbanas e oferecer o desenvolvimento econômico por meio de atividades comerciais, industriais e de serviços. O zoneamento tornou-se uma das premissas para esse controle, sendo o sistema viário o vetor de crescimento ou indutor da ocupação. (Quadro 2)

Quadro 2. Dados sobre as estratégias do PDIG.

Entre as estratégias do PDIG, relacionadas à expansão e ao adensamento urbano, tem-se:	
Adensamento:	Promover a ocupação dos setores a oeste, sudoeste, sul e sudeste do centro;
	Desestimular a ocupação a leste da BR 153
	Destinava a instalação de indústrias na região norte e alocava a função recreativa nos fundos de vale.
Expansão:	Estimular o crescimento urbano no sentido oeste-sudoeste
	Rompendo o uso reincidente do eixo anhanguera
	O plano propunha um desenvolvimento linear para o oeste com a rodovia BR-153 e a Av. Anhanguera como pontos de referência;
	Reforçava a função comercial dos eixos norte-sul;
	Desenvolver consideravelmente o caráter urbano da cidade, mediante sua pavimentação prioritária e extensiva

Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1969. Elaborado pelas autoras, 2018.

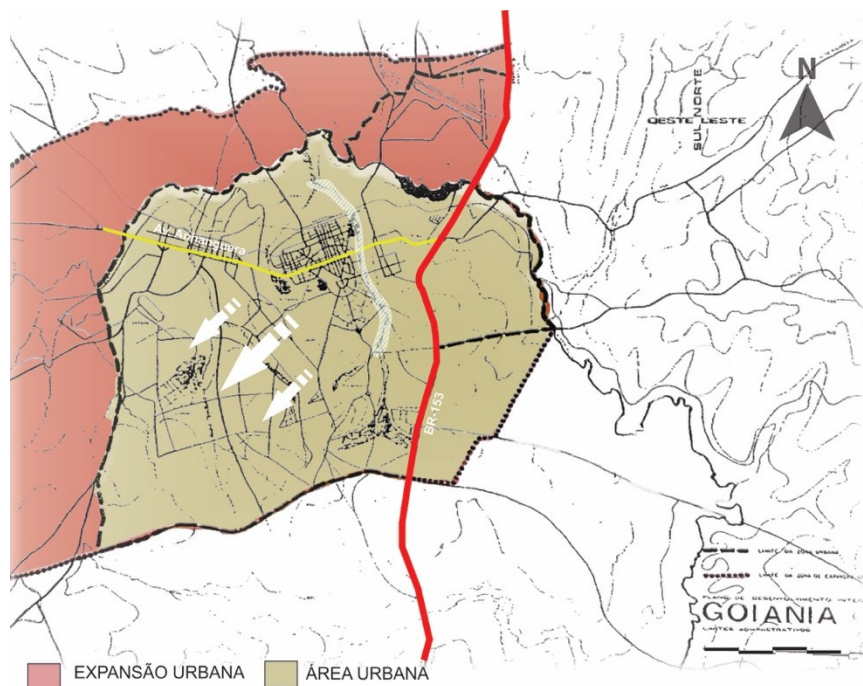
A partir do Estudo Preliminar, foram propostas e aprovadas quatro leis (Lei 40345/1968) emergenciais que visavam preservar a cidade da especulação, além de conter a situação diagnosticada pela equipe do PDIG, notadamente quanto à falta de infraestrutura e a ocupação espraiada, além do crescimento exponencial da população, num horizonte de mais de 1.000.000 de habitantes até 1980. Entre as medidas adotadas, houve a proibição de aprovar novos loteamentos até que o PDIG fosse implantado, além de inibir mais construções nos

fundos de vales e nas margens da BR-153.

Uma das principais preocupações expostas por Wilhelm (1969) era garantir o crescimento ordenado, mediante o controle da expansão urbana, sendo prioritário definir o zoneamento e o sistema viário e a localização residencial. O desenvolvimento urbano deveria proporcionar uma ocupação efetiva da zona urbana, mediante projetos e programas complementares, como as políticas habitacionais e o sistema de transporte, que, articulados, possibilitariam a localização residencial conforme os objetivos traçados no PDIG, além de reurbanizar os fundos de vale.

O objetivo do PDIG era estimular a ocupação de áreas periféricas, denominadas suburbanas e oferecer o desenvolvimento econômico por meio de atividades comerciais, industriais e serviços, definidos pelo zoneamento e limites da área urbana e de expansão urbana. O PDIG visava desenvolver a cidade para sudoeste, com o objetivo de ocupar regiões pouco adensadas, destacando os planos de reestruturação do sistema viário e implantação de atrativos – equipamentos de grande porte e conjuntos habitacionais em áreas periféricas ou fora do perímetro urbano, numa visão desenvolvimentista e progressista (figura 4). Os pontos elencados no PDIG e sua estruturação no território demarcam bem a relação entre a visão das políticas federais, estimulando a política habitacional proposta via SFH e BNH. No entanto, do ponto de vista, urbano, houve uma ocupação rarefeita a oeste, visto as condições naturais e a sobreposição aos limites iniciais.

Figura 4: Limites Administrativos do PDIG 1969



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1969 com intervenção das autoras, 2018.

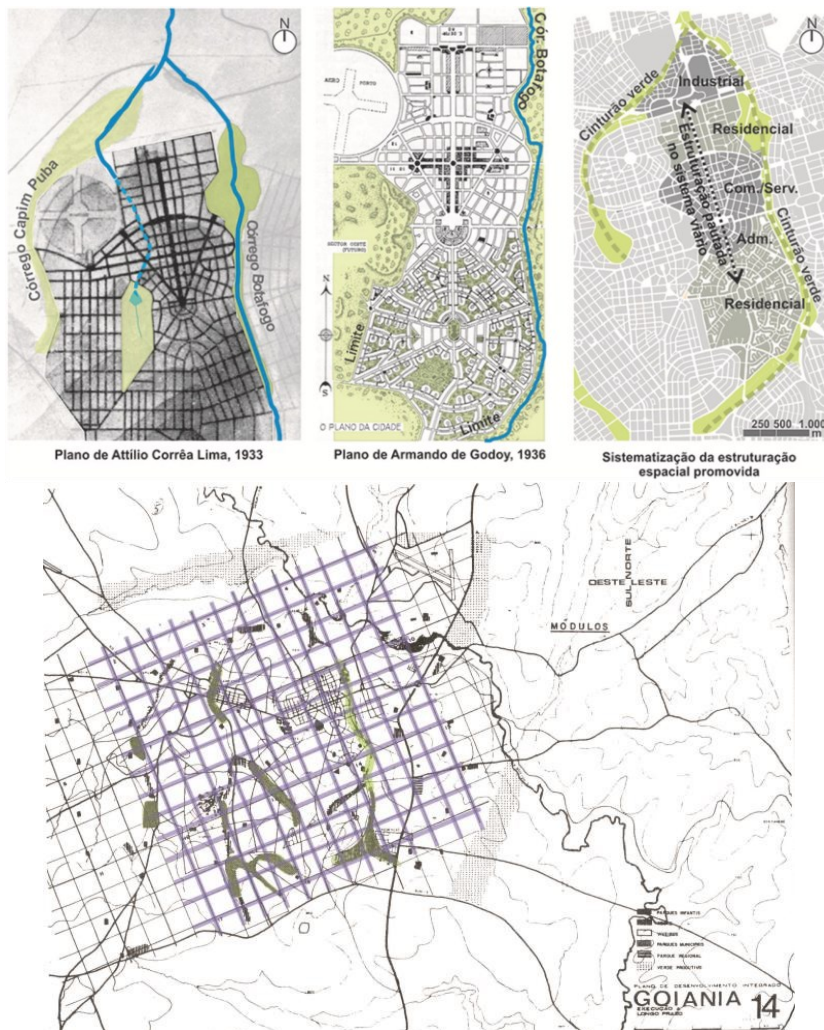
Wilhelm enfatizou os limites da cidade e, ao mesmo tempo, o papel dessas vias para a expansão urbana. O mapa aponta as principais vias que orientam o sentido de expansão de Goiânia, a Av. Anhangüera e a BR-153, eixos norteadores. Em relação às manchas internas, o perímetro marrom é o limite da zona urbana; em vermelho, a projeção da zona de expansão urbana. As setas indicam o sentido de crescimento urbano mediante às condições naturais para o uso e ocupação do solo. A mancha em branco seria a delimitação das margens do

Córrego Botafogo, objeto de análise desse processo.

No plano de Atílio Correa Lima, quando Goiânia foi idealizada, o Córrego Botafogo foi caracterizado como limite da zona de expansão urbana até a BR-153. Ao comparar as propostas dos limites administrativos de 1938 ao de 1969, é visível uma ocupação em todos os sentidos do Córrego, porém com maior adensamento a Leste. Para Jorge Wilhelm, o limite de desenvolvimento deveria ir até a BR-153, não incentivando o adensamento para o sentido leste.

Até o PDIG, o Córrego limitava a zona urbana, mas passou a ser uma linha de crescimento norte-sul à medida que suas margens foram ocupadas e, com a regularização do Setor Universitário, passou a ser um elemento de fragmentação do território no sentido leste-oeste, mas não foi considerado como potencial elemento de estruturação. Ao contrário, considerou-se o sistema viário como elemento de estruturação urbana e, conseqüente, expansão urbana (figura 5).

Figura 5 Diagramas de inserção do Córrego Botafogo no tecido urbano de Goiânia. Legenda: Plano de Atílio Corrêa Lima (1933); Plano de Armando de Godoy (1938); Proposta de Luis Saia (1961) – não implantado; e PDIG (1969), proposto por Jorge Wilhelm.

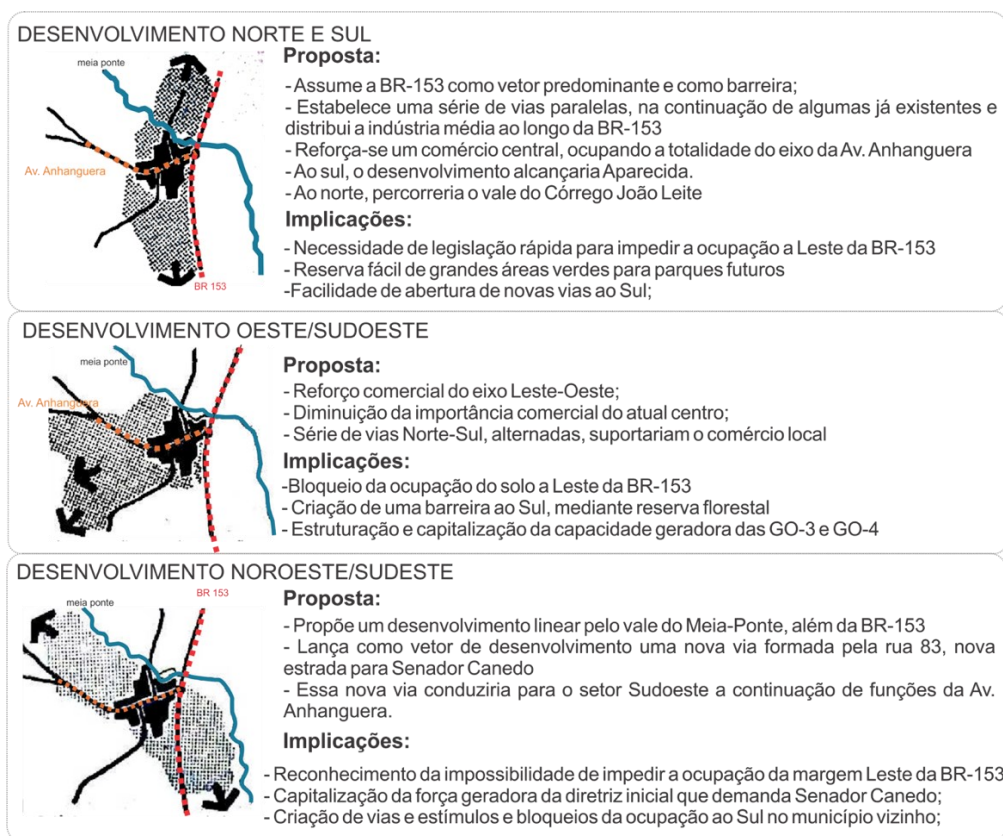


Fonte: Veloso e Zárate (2014)

Em seu estudo, antes de definir pela proposta final de expansão a sudoeste, Wilhelm precisou analisar a situação encontrada na capital, levando-o a três hipóteses de desenvolvimento urbano (quadro 3).

Segundo Wilhelm (1969), nas três opções de desenvolvimento linear, apareceria o “caráter germinativo” das vias, porém, somente na hipótese selecionada para implantação foi acrescentado o “caráter específico”, no caso de Goiânia, a casa própria. No diagnóstico, o desenvolvimento norte sul não levaria aos limites do vale do João Leite e à Aparecida de Goiânia, sendo necessária uma legislação que evitasse a ocupação para além da BR-153, vista como barreira ao crescimento conforme define Panerai (2006). Tanto no desenvolvimento norte-sul quanto leste-oeste além das barreiras físicas, Wilhelm vislumbrava a criação de parques como limitantes à ocupação e o papel das vias como polos de crescimento. No entanto, as propostas destes espaços livres foram apenas citadas, sem que se desenvolvessem programas ou projetos específicos.

Quadro 3 – alternativas de vetores lineares de expansão para Goiânia.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1969, com intervenção das autoras, 2019.

O sistema viário é considerado um limite artificial, criado pelo homem devido suas necessidades de desenvolvimento e planejamento e, portanto, adequado para o ordenamento territorial. Os eixos viários conectam bairros e polos importantes, e, entre esses traçados, se formam o parcelamento do solo e a construção dos edifícios, sendo uma das principais estratégias para a estruturação urbana (figura 6).

Essa perspectiva levou à proposição das vias estruturais da cidade, em que se destacam quatro no sentido leste oeste e outras quatro no sentido norte sul. Os eixos norte-sul, com exceção da Avenida Anhanguera, foram definidos como vias preferenciais de integração urbana, ou seja,

desempenhariam o papel de favorecer a circulação entre os bairros; por outro lado, as vias leste-oeste deveriam ser preferencialmente de expansão, visando o desenvolvimento urbano.

Pelo mapa, percebe-se a delimitação do desenho urbano pelo perímetro das vias. As principais classificações das vias são dadas de acordo com a suas orientações: de integração (norte-sul) e de expansão (leste-oeste). Muito do tipo e classificação da via influenciou a proposta de zoneamento do seu entorno, no caso da BR-153, como via de fluxo expresso, propõe margens não edificadas de até 100m e no restante predomínio de indústrias. No mapa, tem-se os traços iniciais da Marginal Botafogo, chamada de Avenida; é possível perceber que sua implantação às margens do Córrego se torna além de uma barreira um aniquilamento das margens do fundo do vale.

Figura 622: Sistema viário proposto no PDIG de 1969.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1969 com intervenção da autora, 2019.

Na época, Wilhelm evidenciou a confusão da nomenclatura das ruas e a inexistência de uma correta comunicação visual, levando à indicação das seguintes diretrizes: Hierarquia de vias compreendendo rodovias, vias de desenvolvimento e de integração, avenidas (no sentido

norte-sul), alamedas (no sentido leste-oeste) e ruas (de veículos e de pedestres). A numeração de vias, em lugar de um nome, poderá ser combinada, mas obedecerá a uma lógica crescente. Assim, o plano propunha a correta comunicação visual dessa nomenclatura, com projetos de placas, símbolos etc. (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1969)

As áreas a leste da BR-153 não deveriam ter sua ocupação estimulada, conferindo certa independência ao Setor Palmito, além da criação do Parque Leste, impedindo o loteamento da região. Da mesma forma, dever-se-ia evitar o crescimento para o norte (vale do Anicuns e do Meia-Ponte), criando-se um faixa de verde produtivo (mini-hortas). Para estimular e conduzir o crescimento para oeste, foi proposta uma trama viária em malha aberta, na qual as vias leste-oeste (paralelas a Anhanguera) são conceituadas como vias de desenvolvimento e as vias norte-sul (paralelas a Av. Goiás) são conceituadas como vias de integração. Quanto aos fundos de vale, tem-se a visão dos planos diretores anteriores (quadro 4):

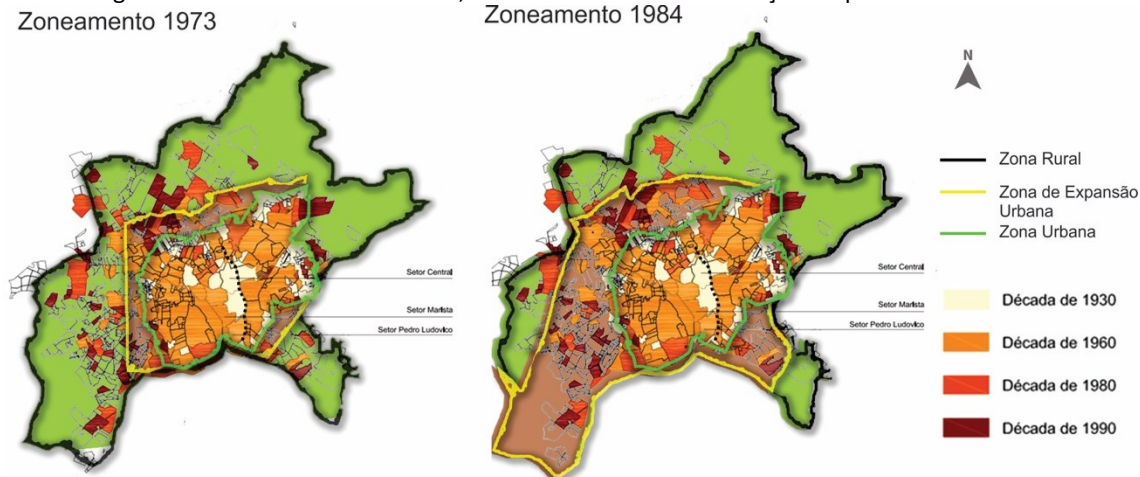
Quadro 4. Descrição das visões dos primeiros planos diretores.

1933 – Plano de Atílio Correa Lima	Propôs um traçado que formava uma rede de parques e <i>parkways</i> , provendo a capital de áreas verdes com função higiênica e recreativa, nas áreas dos Córregos Botafogo e Capim Puba.
1938 – Armando Godoy	Respeitava e mantinha a proposta dos <i>parkways</i> , bem como a organização da cidade no sentido Norte- Sul.
1960 – Luis Saia	Identificava diversos potenciais para as áreas por onde passavam os córregos.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Observa-se que a expansão urbana se intensificou nas décadas de 1970-90, uma vez que as leis municipais promoveram a alteração do perímetro urbano (figura 7), à medida que novos loteamentos foram aprovados. Houve a efetiva expansão para oeste, superando, inclusive o Vale do Ribeirão Anicuns sem que houvesse a implementação dos parques e das áreas verdes.

Figura 8: Zoneamento de Goiânia, décadas de 1970-80. Alteração do perímetro urbano.



Fonte: Prefeitura de Goiânia (1970). Organização das autoras, 2019.

O PDIG promoveu o crescimento das áreas periféricas de Goiânia, com o estímulo ao desenvolvimento fora das regiões centrais consolidadas. Além disso, facilitou o processo de expansão urbana, focando na criação de conjuntos habitacionais, resultando em momentos específicos de ocupação do solo, conforme aponta Moraes (1991), ilustrados abaixo (figura 8).

Figura 9: Fases da expansão de Goiânia, com destaque ao núcleo original (em verde) e sentido de expansão da cidade ao longo das décadas.



Fonte: Moraes (1991), adaptado e atualizado pelas autoras, 2019.

Em seu plano, Wilhelm, na parte de Saneamento dos Córregos, definiu que o uso dos córregos para drenagem, obriga a sua retificação, dragagem e canalização. Naquele momento, os Córregos Cascavel e Capim-Puba, e, em menor escala, o Rio Meia Ponte, já estavam retificados, mesmo que parcialmente. Posteriormente, com a canalização do Córrego Botafogo, surgiu a proposta de estruturar essa margem por meio do sistema viário, surgindo as primeiras projeções da Marginal Botafogo, somente na década de 1990.

O Córrego Botafogo, por sua vez, possui nascentes no Jardim Botânico Amália Hermano Teixeira e Parque Areião, com extensão de, aproximadamente, 10 km da nascente à foz, parcialmente canalizada (figura 9).

Figura 10: Localização do Córrego Botafogo na malha urbana de Goiânia.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, mapa digital com adaptação das autoras, 2019.

Na nascente do Córrego tem-se o Jardim Botânico e o Parque Botafogo próximo a sua foz, importantes sítios de vegetação natural remanescente existente na Macrozona Urbana de

Goiânia. Recebe contribuições dos córregos Areião e Capim Puba, desaguando no Ribeirão. Para melhor compreensão do papel da Marginal Botafogo, são apresentadas análises do seu entorno, nos trechos 1 e 2 localizadas às margens Córrego Botafogo (figura 10).

Figura 11: Trechos da Marginal Botafogo, selecionados para análise.

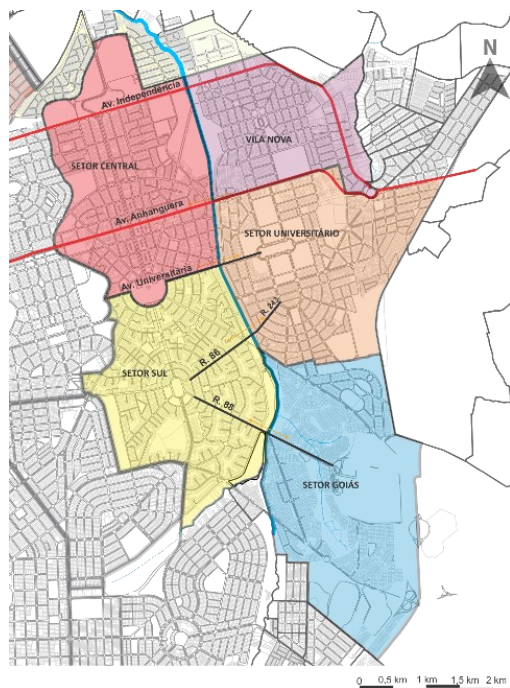


Fonte: Prefeitura de Goiânia, mapa digital com adaptação da autora, 2019.

O trecho selecionado corresponde às primeiras fases de implantação da Marginal Botafogo, além de ser a parte mais urbanizada e consolidada, sendo um divisor entre os bairros Setor Central e Vila Nova; Setor Central e Setor Universitário; Setor Sul e Setor Universitário e Setor Sul e Setor Jardim Goiás (figuras 11 e 12).

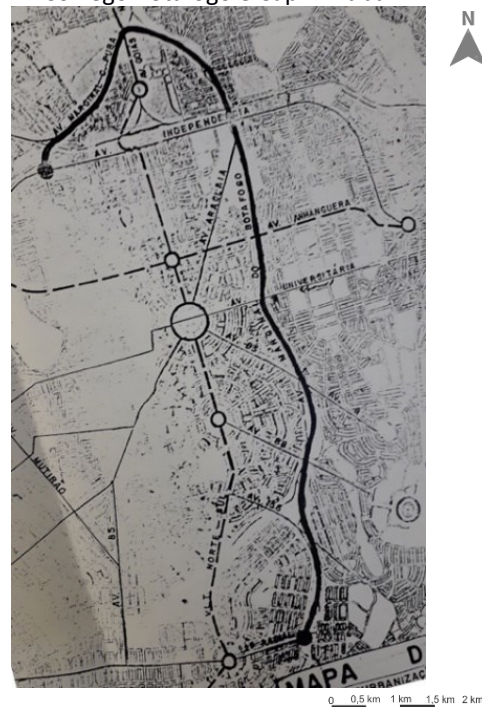
Outra questão comum aos trechos analisados são as inundações que ocorrem na época da chuva, indicando a necessidade de aumento da capacidade da rede de drenagem pluvial. A maior parte das construções localizadas nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) às margens de 50m do Córrego Botafogo foram identificadas nos bairros Setores Pedro Ludovico, Jardim Goiás e Central. Já ocupação da APP às margens de 30m, nos bairros Criméia Leste, Vila Redenção e Jardim Goiás.

Figura 12: Bairros limítrofes à Marginal Botafogo.



Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Figura 13: Proposta de Canalização e dragagem do Córrego Botafogo e Capim Puba.



Fonte: Prefeitura de Goiânia, 1991

Segundo Ribeiro (2004), a solução dada por Jorge Wilhelm para os leitos dos fundos de vale sempre consistia em sua retificação, dragagem e canalização da área para ser totalmente ocupada com equipamentos culturais, recreativos, viveiros e verde produtivo. Essas soluções colocariam em risco toda malha verde da cidade, mas por sorte ou ineficiência do poder público, o plano de Wilhelm não foi implantado integralmente. Apenas parte do córrego Botafogo foi canalizado e as áreas públicas do Setor Sul foram descaracterizadas dos projetos iniciais.

3 ANÁLISE HISTÓRICO-MORFOLÓGICA DO EIXO DO CÓRREGO BOTAFOGO

Abaixo são apresentados os trechos estudados e suas transformações, reforçando a predominância do sistema viário sobre o de áreas verdes. O Parque Botafogo foi definido no plano original em 1933, pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, como uma área verde importante para a cidade e que deveria ser protegida contra as ocupações, principalmente usos industriais.

O Parque Botafogo área remanescente do cinturão verde proposto no plano original hoje encontra-se dividido pela Marginal Botafogo e pela Avenida Araguaia em três partes: o Parque de Diversões Mutirama (a esquerda no mapa); a parte entre as vias (mais a sul), área destinada à preservação ambiental, onde estão represadas as águas do córrego e uma fração no Setor Vila Nova (à direita no mapa), onde há equipamentos de esporte e pista de caminhada (Figura 13).

Figura 14: Mapa da Marginal Botafogo, situação atual.



Fonte: Organizado pelas autoras, 2019.

O crescimento desenfreado não afetou apenas o meio natural, mas trouxe também mudanças no cenário urbano e social de Goiânia. As margens do Córrego Botafogo, em sua maioria, foram ocupadas por invasões, demarcando um espaço de favelização e de crescimento desordenado, tidas como áreas de risco e inadequadas para a ocupação, devido às constantes inundações e desabamentos em períodos de chuvas. Essas invasões foram acentuadas pelas obras de canalização do fundo de vale, uma vez que se definiu uma via de integração norte-sul (figura 14).

Figura 15: Canalização do Córrego e ocupações irregulares em 1976.



Fonte: SEPLANH.

No ano de 1976, não havia saneamento básico e tampouco energia e água que abastecesse todo a área. Era um assentamento subnormal com carência de infraestrutura urbana que pudesse promover uma vida digna para quem buscava se abrigar naquele local. As mudanças no traçado viário desse trecho também são perceptíveis nas fotos aéreas das décadas de 1970 e 1980, visto a canalização do córrego e a implantação da extensão da Avenida Araguaia até a Avenida Independência (figura 17).

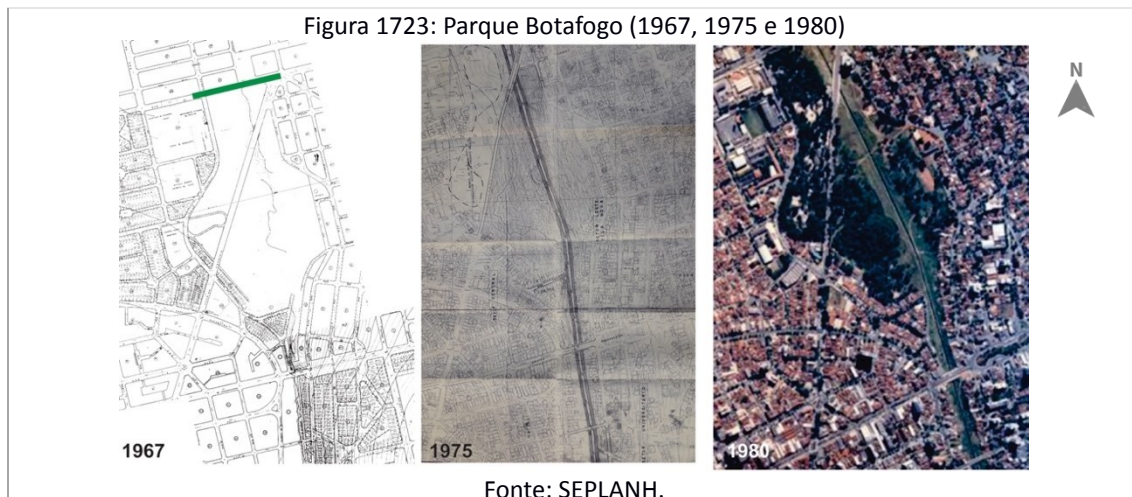
Figura 16: Mudanças no traçado viário no entorno do Parque Mutirama e diminuição da área de preservação ambiental. À esquerda, foto aérea da década de 1970 e à direita, anos 1980.



Fonte: SEPLANH.

Com uma área inicial de 54 hectares, a área do Parque Botafogo sofreu vários recortes, culminando com o serviço de drenagem e canalização do córrego Botafogo e a construção da via Marginal do córrego e a Av. Araguaia. A área atual do parque ficou restrita à 17,20 ha (SEMMA, 2006). O Parque é cortado pelo Córrego Botafogo e pela Marginal Botafogo (Figura 16), resultando em duas áreas distintas.

Figura 1723: Parque Botafogo (1967, 1975 e 1980)



Fonte: SEPLANH.

Urbanizado entre os anos de 1994 e 1995, a porção na margem esquerda que possuía mata com espécies nativas e várias nascentes, foi contemplada com caminhos, estares com mesas, bancos e lago. Já a área da margem direita, por estar mais degradada, foi urbanizada com equipamentos de lazer e mobiliário urbano. Ambas tiveram reflorestamento com um tratamento paisagístico e, para uni-las, foi construída uma ponte, posteriormente demolida.

A implantação da Marginal Botafogo intensificou a segregação do parque, estabelecendo diferentes usos em cada uma das partes, além de não configurar como uma área apropriada pela população em sua totalidade. Desse modo, verifica-se que a concepção do traçado viário em detrimento às áreas verdes ocasiona diversos problemas urbanísticos, que envolvem questões socioespaciais.

Em 1994, para a construção do Parque Botafogo, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), desocupou diversas áreas para que começassem as obras de reflorestamento do local. A maioria dos moradores notificados eram residentes de invasões à beira do córrego, situadas no trecho entre a Vila Nova e o Setor Central. Nessa área, constavam

diversas residências e escolas, uma creche e a antiga Churrascaria Estância (localizada na Av. Araguaia), que em sua maioria estavam irregulares.

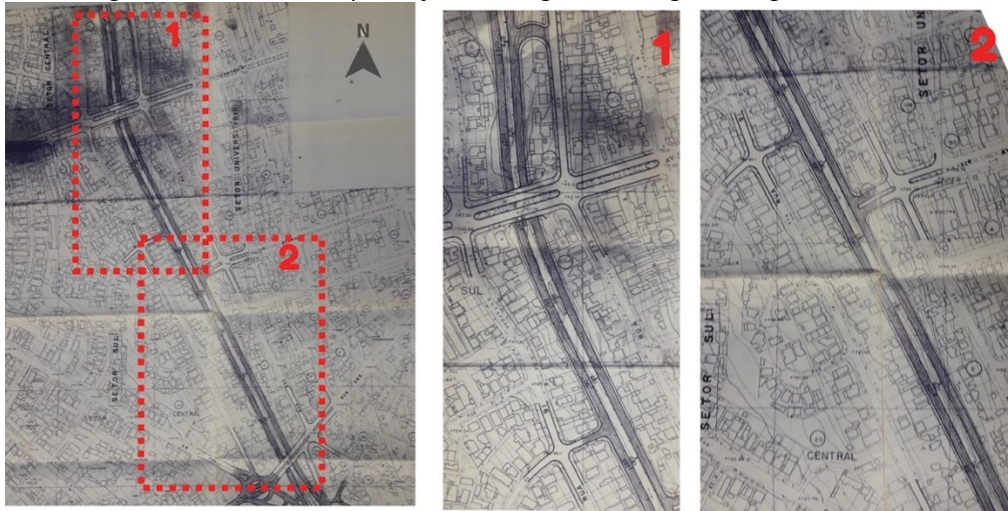
A esse respeito, o líder comunitário Sebastião, morador de uma ocupação no Setor Universitário em Goiânia, afirmou que a ocupação do Setor Universitário se iniciou a partir de 1933; ocorreu com a tolerância do Estado e dos proprietários de terras, interessados na mão-de-obra barata que garantiria a construção da nova capital. Embora houvesse propaganda de venda de lotes do Setor Sul, em 1943, este só foi implantado em 1950. (figuras 17 e 18)

Figura 18: Trecho 2, entre Praça Cívica e Praça Universitária – décadas de 1970-1980



Fonte: Mapas 1967, 1975 e 1980. SEPLANH.

Figura 19: trechos de implantação da Marginal Botafogo ao longo dos anos 1990.

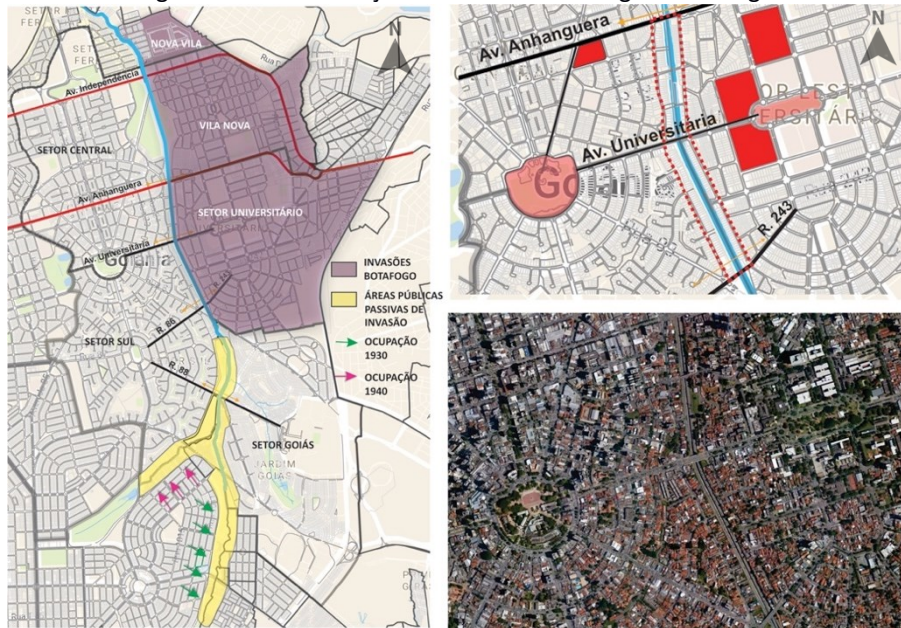


Fonte: Mapas 1990. SEPLANH, 2019

Algumas dessas reservas junto a região, apesar de grande parte ser uma área estatal, como ficou comprovado pelas escrituras, foi tomada por assentamentos que originaram o setor Vila Nova, Nova Vila e o Leste Universitário. A primeira fração, compreendida entre a Avenida Anhanguera e a Rua 10 (figura 19), considerava as parcelas do Plano de Corrêa Lima.

É uma porção extremamente vinculada à memória coletiva e à identidade local, pois essas foram as quadras destinadas à residência das pessoas que trabalhavam na administração da cidade quando esta foi construída (figura 20).

Figura 20: Caracterização do Entorno da Marginal Botafogo.



Fonte: Organizado pelas autoras, 2019.

Figura 21: Implantação da Marginal Botafogo



Fonte: Organizado pelas autoras, 2019.

Apesar da desconsideração do setor Leste, nesta fase (1934) parte dessa área já se encontrava edificada, servindo de local de moradia a uma grande parcela da população operária de Goiânia. Surgindo assim as primeiras ocupações “ilegais” – assentamentos espontâneos às margens do córrego Botafogo, Vila Nova e Nova Vila – que vieram a ser regularizados entre 1947 e 1954.

Para a construção da Marginal, mais de 1500 famílias que moravam às margens do córrego Botafogo e Capim Puba (Setor Pedro Ludovico – Setor Norte Ferroviário) foram removidas obrigatoriamente de suas casas, sendo que a primeira etapa da construção se iniciou no trecho entre a feira coberta do Setor Sul e a Avenida Independência, a partir de 1991.

As invasões se seguiram para o Setor Pedro Ludovico (Macambira). Ribeiro (2004, p. 49) comenta que ao longo da década de 1950, destacou-se a invasão do Setor Sul por não ter o mesmo caráter sócio-econômico das demais: um trecho da rua 115, à esquerda do córrego Botafogo, foi invadido pela classe de maior poder aquisitivo, o que levou a diversas divergências quanto às remoções para que a via pudesse ser implantada, uma vez que essas ocupações, também irregulares não foram objeto de desafetação.

O Trecho 4 se estabelece entre a Rua 83 e a Av. Deputado Jamel Cecílio, no qual as pistas da

Marginal Botafogo se afastam, abrindo espaço para a formação de um bolsão verde entre elas. Essa área recebe os afluentes do Córrego Botafogo, o Córrego Areião, cuja nascente está no Parque Areião, e o Córrego Vertente, cuja nascente está no Parque Flamboyant (Figura 21).

Figura 22: Caracterização do trecho entre Cepal do Setor Sul e Jardim Goiás, décadas de 1970-80.



Fonte: Mapas 1967,1975 e 1980. SEPLANH.

Entre a Rua 115 e a Marginal Botafogo, no cruzamento com a Rua 83, tem-se um equipamento importante: o Centro Popular de Abastecimento e Lazer (CEPAL) do Setor Sul. Ele abriga feiras diurnas às quartas e sábados, mas é um espaço subutilizado nos demais dias da semana, e que poderia aproveitar melhor seu potencial para o abastecimento e comércio. Deste ponto até na Jamel Cecílio, as quadras entre a Rua 115 e a Marginal Botafogo são utilizadas como chácaras, com algumas exceções, como a concessionária de veículos Chevrolet Sempre.

Do outro lado do Córrego, é possível identificar um número considerável de conjuntos habitacionais populares, vários terrenos livres ou subutilizados, mas também equipamentos relevantes como a Receita Federal, o Ministério Público, a sede da SANEAGO e o Campus V da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. É a área de conexão direta da região 22 central com o Jardim Goiás, subcentro da cidade, onde localizam-se o Paço Municipal, o Fórum, o Estádio Serra Dourada, o Centro Cultural Oscar Niemeyer e o Shopping Flamboyant.

Em 2007, a Secretaria Municipal de Obras e Habitação (Seohab), constatou que 287 famílias ocupavam irregularmente a área. Na época, apenas 53 foram removidas pelo programa Pró-Moradia e as restantes, ao longo do tempo, estão sendo cadastradas sem que exista algum projeto que beneficie área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do PDIG de 1969, percebeu-se que o sistema viário teve e ainda tem importância significativa em relação à expansão urbana, tornando-se um dos principais instrumentos de ordenamento territorial, conforme descrito nas legislações decorrentes do PDIG e subsequentes. Foi igualmente utilizada a habitação como um indutor para atrair ocupação de áreas a serem adensadas, muitas vezes, localizadas na zona de expansão urbana e o sistema de áreas verdes, apesar de mencionado não foi tratado como um importante elemento de estruturação do território. No Plano Diretor de 1994, da mesma forma, houve um incentivo para que a cidade continuasse a crescer nas proximidades dos eixos viários. Com esses planos, houve uma busca de adensar os loteamentos que não estavam ocupados.

Em relação aos mapas, foi possível verificar a importância das vias para a morfologia urbana e como caracteriza-se como um sistema estruturador da expansão urbana, uma vez que

possibilita o espraiamento e a modificação do perímetro urbano. No caso da Marginal, nos planos anteriores ao PDIG de 1969, não existia a possibilidade do entorno das margens do Córrego Marginal se tornar uma via expressa, por se tratar de uma área de preservação natural e pouco adensada. Uma avenida em meio ao córrego representaria uma barreira Leste-Oeste e incentivaria a ocupação no entorno imediato, de forma ilegal, ou seja, sua realização só se tornaria plausível com análises e diagnósticos que comprovassem a real necessidade e seus zoneamentos definidos de forma prevenida e restrita. Nesse contexto, a bacia do Córrego Botafogo tem grande importância na existência de áreas verdes, uma vez que dão vida a uma quantidade significativa dos maiores parques da cidade. No entanto, cabe destacar que essas áreas, espaços livres de uso público, muitas vezes são cercadas por edifícios de habitação coletiva, reforçando a segregação sócio espacial da cidade.

O estudo realizado aponta as consequências da dispersão e fragmentação do tecido urbano, evidenciadas na descaracterização de áreas de expressão da história e da identidade local, a degradação de áreas de preservação ambiental e a queda da qualidade de vida em prol de uma visão desenvolvimentista tendo em vista o sistema viário como principal elemento de estruturação urbana.

Nesse contexto a bacia do Córrego Botafogo tem grande importância na existência de áreas verdes, uma vez que dão vida a uma quantidade significativa dos maiores parques da cidade. A concentração de um grande número de pessoas nos centros urbanos provoca o esgotamento dos recursos naturais e traz malefícios para saúde dos seus habitantes. A Marginal Botafogo é um dos símbolos da urbanização de Goiânia e foi construída em 1991. A via representa o contraponto que a maioria das metrópoles sofre durante sua ascensão: a natureza cede lugar ao crescimento. Nesta via, em meio a blocos de concreto, pontes, asfalto e cor cinza predominante.

De modo geral, analisar e compreender a importância que o sistema viário tem para a composição e formação da capital, enquanto cidade contemporânea, resulta de um processo dinâmico e intenso de transformações, contribuindo para o campo disciplinar, uma vez que a caracterização das últimas quatro décadas de Goiânia, ainda é incipiente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPQ pelo incentivo e bolsas no desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLORIO, G. B. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos Planos Diretores (1968-2007)**. Goiânia, 2013.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. *Censo demográfico 2010*. Brasília: IBGE, 2010.
- BRANDÃO, Simone. **De Obsolescência a Parque Linear Em Goiânia: Intervenções contemporâneas no antigo leito da ferrovia**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2013.
- GOIÂNIA. **Prefeitura Municipal de Goiânia, Serete S.A. Engenharia**, Jorge Wilhelm – Arquitetos Associados. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia*. Goiânia, 1969.
- MEDEIROS, Wilton. **PDIG/Goiânia (1969): A inserção da questão habitacional na metodologia**



urbanística de Jorge Wilhelm. CIEC/UNICAMP, V. 6, Nº 8, JUN. 2014.

MORAES, Sérgio de. **O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985)**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991. (Dissertação de Mestrado Arquitetura e Urbanismo).

MOYSES, Aristides. **Goiânia: MetrÓpole não planejada**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2004. PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RIBEIRO, M. E. J. **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes**. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

WILHEIM, Jorge. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Saga: Rio de Janeiro, 1969.

ZÁRATE E VELOSO, Halina; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. **Análise da fragmentação urbana em Goiânia o Caso do Botafogo**. *Estudos* (Goiânia. Online), v. 41, p. 137-154, 2015.

ZÁRATE, H. V. **O córrego Botafogo na dinâmica urbana: potencial de espaço público**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.



Arborização de ruas centrais de traçado colonial O caso da Rua das Árvores em Maceió/AL

LINHA TEMÁTICA: PLANOS, POLÍTICAS E PROJETOS. ESTAMOS AVANÇANDO?

CALHEIROS, Fernanda Madeira (1); FARIA, Geraldo Majela Gaudêncio (2);

(1) Arquiteta e Urbanista, Universidade Federal de Alagoas, fernandamadeiracalheiros@gmail.com

(2) Professor Doutor em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, ggfaria@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda a temática da arborização de ruas centrais de traçado colonial, com ênfase no caso da Rua das Árvores em Maceió/AL. Os centros urbanos brasileiros que se estabeleceram no período colonial a partir do século XIX começaram a ser modificados com o surgimento do paisagismo e dos movimentos de planejamento urbano. No século XXI, com o processo de ascensão e queda desses centros, a modificação do perfil de usos e ocupações e a interlocução com as tecnologias, o espaço urbano encontra desafios quanto a requalificação paisagística de seu espaço. Este trabalho tem objetivo de compreender como se deu o processo de arborização das áreas centrais e como podem ser trabalhadas propostas para seu melhoramento paisagístico. Os procedimentos metodológicos utilizados foram embasamento teórico, visitas a campo, estudos temáticos e desenvolvimento de anteprojeto paisagístico. Conclui-se que é possível propor estratégias e projetos para a requalificação paisagística de centros urbanos coloniais preservando seu patrimônio construído e natural e respeitando as particularidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Arborização; Traçado colonial; Requalificação; Espaço Público; Rua das Árvores.

1 INTRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza se confunde com o surgimento humano e transformou-se ao longo de milênios. Nas sociedades antigas existia uma propensão de reverência pela sacralidade atribuída ao ambiente natural e também por temor às consequências de seu desrespeito. No entanto, com o progresso tecnológico e um maior entendimento sobre o seu funcionamento, “o homem assume inequivocamente a posição de domínio, achando-se capaz de controlar, transformar e direcionar os recursos naturais de acordo com suas vontades, diversas vezes nomeadas como necessidades.” (MENDES, 2010)

Com o domínio sobre a natureza, a técnica de trabalhar os elementos naturais, principalmente os vegetados, tomou a forma conhecida como paisagismo a partir do século XIX, quando surgiu na Inglaterra e se consolidou nos Estados Unidos (MACEDO, 1993). “O Paisagismo surge como uma forma de conhecimento e um instrumento indicador de ações que procuram dar algumas respostas que objetivam contornar uma série de problemas detectados nas diferentes formas de organização espacial produzidas” (MACEDO, 1993, p.49). A partir daí três movimentos principais surgiram para rever o planejamento das cidades sob a ótica do paisagismo, foram eles: o Movimento Cidade-Jardim, o Movimento *City Beautiful* e o Movimento Moderno.

Na Inglaterra, o Movimento Cidade-Jardim surgiu em resposta às transformações urbanas advindas da Revolução Industrial, que resultou em cidades insalubres, sem saneamento básico, com poluição dos recursos hídricos e pouca arborização. As habitações eram pequenas, pouco iluminadas e com ventilação insuficiente (HALL, 2016). O movimento Cidade-Jardim tinha como

objetivo propor comunidades de retorno ao ambiente rural, integrando a cidade ao campo com o objetivo de proporcionar a limpeza urbana através de: traçado orgânico orientado pelas conformações geográficas, investimento em espaços livres, arborização viária e jardins (REGO, 2015).

No início do século XX, o Movimento *City Beautiful* surge nos Estados Unidos como uma concepção de planejamento urbano *grand manner*, inspirado no urbanismo tradicional europeu, propondo o embelezamento e a monumentalidade de forma a resultar em um ordenamento cívico. Tinha como características a construção de monumentos arquitetônicos, avenidas retas e largas com arborização, tendo em vista a ordem, o embelezamento e a limpeza. Quanto ao paisagismo, trabalhou-o apenas como atributo estético e como solução para questões sanitárias e ambientais (REGO, 2015).

O Movimento Moderno teve como marco o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1930 e postulava que a cidade tem como objetivo atender à quatro necessidades humanas: habitar, trabalhar, circular e lazer. A conformação da cidade moderna era proposta de forma que a vegetação fosse moldura para a arquitetura construída, funcionando como uma barreira para o adensamento e aglomerações, mantendo os aspectos sanitários em ordem, e também servindo para contemplação de dentro do objeto construído (REGO, 2015).

É possível observar que nos três movimentos o uso da vegetação no planejamento urbano está ligado a questões sanitárias e ambientais e também à questões estéticas, no entanto cada um dos movimentos vê esse aspecto por uma ótica diferente, na cidade-jardim o embelezamento é buscado através da aproximação com a paisagem rural, no *City Beautiful* vem da natureza controlada, podada e ordenada, e no Moderno está no delineamento das edificações com a vegetação.

2 PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO EM RUAS DE TRAÇADO COLONIAL

2.1 O traçado das cidades coloniais brasileiras

Apesar do paisagismo só ter se estabelecido no século XIX, existem cidades que foram formadas séculos antes que tiveram como estratégias de planejamento os conhecimentos acumulados até o momento de sua formação e ao longo de sua existência, além das normativas propostas pelos colonizadores. No Brasil, parte das cidades iniciaram sua ocupação como povoados que cresceram, se conurbaram e compõe os atuais centros urbanos (CALDANA, 2015; CALHEIROS, 2019).

Os núcleos urbanos do Brasil colonial eram organizados em torno da igreja e de seu largo, já o traçado urbano e a construção de edificações eram executados à medida que se tornavam necessários, por expansão da população ou das atividades econômicas e políticas, também para a conquista e o controle territorial por parte dos colonizadores (GODOY, 2011). Motivo pelo qual os traçados dos centros urbanos brasileiros de origem colonial/pré-industrial costumavam apresentar ruas estreitas – por vezes, tortuosas – com fachadas dos edifícios alinhadas com acesso direto às calçadas, também estreitas, para a passagem de pedestres, em nível superior ao leito carroçável que servia para o transporte de produtos e pessoas em modal de tração animal ou humana. A arborização nas vias públicas era pouco presente, ficando restrita à jardins e quintais (HOLSTON, 1993).



As características coloniais ainda estão presentes em vários centros urbanos brasileiros, em alguns com maior concentração e completude como em Ouro Preto e Salvador, que tiveram seus conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados como Patrimônio Cultural Brasileiro; em outros, apenas algumas características permanecem em meio às transformações proporcionadas pela modernidade, pelo advento de ascensão e queda dos centros urbanos e pelos projetos de recuperação desses (CALDANA, 2015; CALHEIROS, 2019).

A arborização urbana no Brasil teve início concomitantemente ao surgimento do paisagismo, no século XIX, no entanto, foi praticada de forma empírica, sem consideração das especificidades e das necessidades do local, objetivando apenas o melhoramento estético e a limpeza dos ambientes, tanto que acreditava-se que a vegetação seria favorável a saúde humana se fosse cultivada de forma controlada, já as florestas não eram consideradas favoráveis a higiene (DUARTE EL AL, 2017; MACHADO, 2011).

A partir do século XIX e principalmente no século XX, as ideias higienistas e os movimentos internacionais pelo planejamento das cidades influenciaram a produção urbana brasileira que tiveram entre os elementos propostos: alargamento e abertura de vias, criação de praças, arborização, construção de redes de esgotos, sistematização da coleta de lixo, construção de fontes e chafarizes, entre outros (MACHADO, 2011). Parte dos núcleos urbanos coloniais foram transformados, desvaneceram-se as características originais, no entanto, parte se encontra preservada e faz parte dos centros urbanos brasileiros.

Esses centros urbanos de formação colonial, com ruas estreitas e arborização recente, que sofreram o processo de ascensão e queda, consistem em áreas de denso uso comercial e de serviços – por vezes, institucional – que demandam atributos que favoreçam a sua utilização pela diversidade socioeconômica que os compõem mediante o crescimento demográfico urbano nas últimas décadas, os fluxos de saída dos moradores das áreas centrais, o crescimento das cidades de forma espraiada, a degradação do Patrimônio Cultural e o aumento dos prestadores de comércio e serviços informais. As atividades desenvolvidas no espaço urbano exigem: acessibilidade; espaço viário para a circulação de modais não motorizados, motorizados coletivos e motorizados individuais; arborização e sombreamento; estacionamento para os veículos particulares; áreas de carga e descarga para abastecimento dos estabelecimentos comerciais e de serviço; infraestrutura de apoio a transportes coletivos e não motorizados; infraestrutura que incentive o uso e a permanência dos usuários; e interlocução com as tecnologias em vigor, que permitem a conectividade do local ao global.

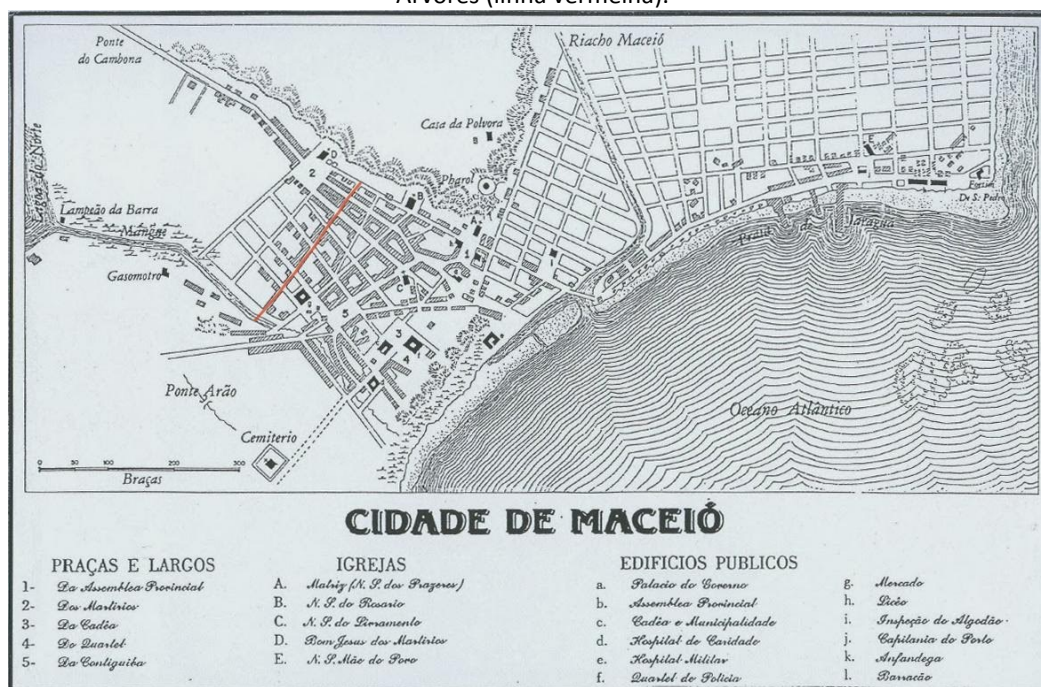
Conhecendo esta problemática que atinge os centros urbanos brasileiros, a seguir será apresentado o caso da rua das Árvores em Maceió abrangendo seu histórico, caracterização e propostas para sua requalificação. O estudo acerca da rua das Árvores teve como objetivo principal o desenvolvimento de propostas de requalificação para o melhoramento da configuração paisagística desta via. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: (a) embasamento teórico em temáticas como mobilidade urbana, apropriação de espaços públicos, centros urbanos, histórico da cidade de Maceió e referências projetuais; (b) visitas a campo e estudos temáticos que possibilitavam maior apreensão do objeto de estudo através de observação, registro fotográfico, conversas informais, confecção de mapas temáticos e quadros sínteses da caracterização do centro urbano de Maceió e da rua das Árvores; (c) desenvolvimento de Anteprojeto Paisagístico, que abrangeu a concretização da problemática, a exploração de possibilidades projetuais com três propostas com suas respectivas diretrizes e linhas de ação e a finalização com a proposta em formato de anteprojeto.

2.2 O caso da Rua das Árvores em Maceió/AL

O povoamento que deu origem a cidade de Maceió remonta ao final do século XVIII. Conformava-se como um povoado que tinha como atividade econômica principal escoamento e venda de madeira nativa e de produtos dos engenhos das proximidades (COSTA, 2001; MACEIÓ, 1995).

Os imóveis históricos dos séculos XVIII, XIX e XX, assim como a própria configuração urbana das vias, praças e lotes demonstram características de sua formação colonial, como os lotes estreitos e profundos, as ruas estreitas, as edificações geminadas, a construção de igrejas com praça ou largo à frente (MISHINA e HIDAKA, 2015).

Figura 1: Reprodução da Planta de Maceió em 1868 por Cavalcanti (1998). Destaque para a Rua das Árvores (linha vermelha).



Fonte: CAVALCANTI, 1998, p. 69 (adaptado).

A rua das Árvores, ou rua Augusta segundo sua denominação oficial, já aparece traçada na Planta de Maceió no ano de 1868 (Figura 1), a planta é uma reprodução da tese da professora doutora em Arquitetura e Urbanismo Verônica Robalinho Cavalcanti (1998) a partir da existente no Atlas do império do Brasil, organizado por Cândido Mendes de Almeida, que traz o levantamento do núcleo urbano existente mais as propostas do Plano de Remodelação de Carlos Bolterstern de 1865 (COSTA, 2001; MACEIÓ, 1995; CAVALCANTI, 1998).

Ao longo da bibliografia acerca da cidade de Maceió (COSTA, 2001; MACEIÓ, 1995; LIMA JÚNIOR, 2014) a rua das Árvores não é tratada como protagonista, mas sim como coadjuvante das ruas de maior importância econômica, institucional, política, religiosa e simbólica, visto que não apresentava um marco construído, como igreja ou monumento e tinha a maioria de seus lotes ocupados para uso residencial. Geralmente é retratada em relação à outra via para auxiliar o leitor à localizar o trecho ao qual o autor se refere. Outra maneira que foi

referenciada se deu através dos melhoramentos propostos pelos governantes municipais ao longo dos anos como: nivelamento das sarjetas em 1907; calçamento da rua em 1924 e 1931; construção de 54 metros de meio-fio em 1928; e asfaltamento entre 1971 e 1975 (MACEIÓ, 1995).

Uma das particularidades desta rua é justamente a concentração dos oitizeiros da espécie *Licania Tomentosa*, que lhe conferem a toponímia popular, estima-se que foram plantadas nas primeiras décadas do século XX durante as administrações municipais de Manoel Sampaio Marques (1905-1907) ou de Firmino de Aquino Vasconcelos (1913-1915) que foram períodos em que se investiu em arborização na cidade de Maceió, com a plantação de mais de 100 árvores das espécies “Oiti-Silvestre”, “Carolina”, “Eucalyptus”, “Ficus Benjaminis”, entre outras (COSTA, 2001; MACEIÓ, 1995). Foi a arborização e sua localização distanciada da praça Dom Pedro II (praça defronte à Catedral Metropolitana) e das vias de maior concentração de comércio e serviços, que lhe conferiu ambiência mais agradável que seu entorno. A rua das Árvores era mais reservada aos moradores, que aproveitavam para se apropriar do espaço público (Figura 02).

Figura 2: Fotografia da Rua das Árvores na primeira metade do século XX.



Fonte: MISA, 1920 apud MARQUES, 1999.

O cenário do século XX, onde as senhoras conversavam na porta de casa, os jovens passeavam pelas ruas e as crianças brincavam no período do fim da tarde até a noite foi substituído. O uso noturno diminuiu até se tornar quase imperceptível e o uso diurno, principalmente no horário comercial, aumentou e se agitou (Figura 3).

Figura 3: Fotografia da rua das Árvores no período diurno (Trecho 06).



Fonte: CALHEIROS, 2019, p. 58.

No século XXI, a rua das Árvores segue o padrão de usos de seu entorno, aumentou gradualmente as atividades de comércio e serviços formais e informais, que foram tomando o espaço das residências e dispersando os moradores remanescentes (MARQUES, 1999; RUA DAS ÁRVORES, 2013).

O trabalho “Requalificação da Rua Augusta” (MARQUES, 1999) e o Documentário “Rua das Árvores” dirigido pela arquiteta urbanista, realizadora audiovisual, fotógrafa e designer gráfica Alice Jardim (RUA DAS ÁRVORES, 2013) ressaltam que apesar da rua ser pouco valorizada e pouco visada em projetos de intervenções, é uma via marcante para os frequentadores dos bairros centrais e também para a população maceioense que conviveu no Centro Urbano do início do século XX.

2.3 Caracterização

A rua das Árvores, localizada nos bairros Centro e Levada da cidade de Maceió apresenta variedade de comércio e serviços formais e informais, repartições públicas, escola, Centro de Cultura (Sesc Centro), Mercado do Artesanato e Estação de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). É uma das vias que devem permanecer abertas para o tráfego de veículos na região, além de ser corredor de ônibus. A variedade de usos e ocupações existente na via proporcionam vitalidade urbana, caracterizada por variedade de usuários e modais de transportes durante o período diurno (Figura 4).

Ao longo desse tópico será discutida a caracterização da rua das Árvores dividida em temáticas. Vale ressaltar que são mencionados três tipologias de elementos encontrados na via: estáticos, dinâmicos e temporários. Neste trabalho, serão tratados como elementos estáticos aqueles

que não apresentam mobilidade, se encontram fixos como as fachadas das edificações, as árvores e a infraestrutura, são elementos que podem sofrer variações e mudanças, mas que permanecem uma vez instalados. Os elementos dinâmicos são aqueles que apresentam habilidade de deslocamento autônomo gerando os fluxos de pedestres, veículos, ciclistas e vendedores ambulantes. Os elementos temporários são efêmeros, portanto não costumam apresentar constância como cavaletes, placas, cones, bancos, cadeiras, caixotes de feira, manequins e exposição de mercadorias, que podem estar localizados em lugar em um dia e no outro já ter sido colocado em outro local.

Figura 4: Vista aérea da Rua das Árvores.



Fonte: Google Earth, 2018, adaptado, 2019.

A vegetação desempenha um papel de identificação da via e ao percorrer os trechos arborizados da rua das Árvores (trechos 04, 05 e 06) é como se o passageiro adentrasse em um microclima onde a ventilação pode ser percebida de forma mais acentuada, os sons são amenizados e o ritmo corrido da Área Central é refreado. Até a fiação elétrica se esconde entre as copas das árvores. Mas a realidade vai além das sensações agradáveis, os oitizeiros são centenários e não são acompanhados pelos órgãos municipais de meio ambiente e infraestrutura urbana, não existem estudos quanto a sua saúde, estabilidade, vida útil e suas raízes destroem o calçamento dos passeios e a pavimentação das vias, que também não estão sujeitos a manutenções constantes, o que tornam as calçadas pouco acessíveis ou até mesmo inacessíveis, a depender do segmento.

De acordo com decreto municipal Nº 5586 (PMM, 1996), os 36 oitizeiros existentes na via no ano de 1996 se tornavam imunes aos corte. Cerca de 23 anos após a publicação do decreto, cinco exemplares já foram cortados por comprometimento de sua integridade física e por oferecer risco à vida dos usuários, aos edifícios e a infraestrutura da rua. O decreto teve como potencialidade a preservação desse patrimônio natural maceioense e consequentemente tornou mais oportuna a apropriação dos espaços públicos pelos usuários, que mesmo sem infraestrutura para a permanência através de mobiliário urbano, criam estratégias para aproveitar o sombreamento propiciado pelas arbóreas.

A mobilidade na rua das Árvores é composta por diversidade modal: desde o automóvel e

motocicleta individual, passando pelos meios não motorizados como a pé, bicicleta, carroças e carros de mão, e entre os veículos coletivos estão o ônibus urbano e o veículo leve sobre trilhos (VLT). Apesar dessa diversidade, existe pouca integração entre eles e não existe infraestrutura para todos, a exemplo da inexistência de ciclovia, de paraciclos/bicicletários, de abrigos nos pontos de ônibus e de faixas de pedestres acessíveis e sinalizadas. Além da falta de integração entre os modais também existe uma interrupção no fluxo da rua no cruzamento com o trilho do VLT, que é isolado por muros.

A infraestrutura das calçadas é incompatível com a norma de Acessibilidade Urbana (NBR 9050/2015), isto apresenta dificuldades para todos os pedestres da região, em especial aqueles que apresentam mobilidade reduzida. A inexistência de lixeiras e outros mobiliários urbanos que favoreçam a apropriação e permanência no espaço público podem ser notados através dos lançamentos de resíduos sólidos e líquidos nos passeios, vias e raízes das árvores e também através da criação improvisada de estratégias para a apropriação e permanência no espaço público por parte dos usuários.

Os usos encontrados na rua são: Comercial, Serviço, Serviço Estacionamento, Institucional, Vazio construído subutilizado, um exemplar residencial (uso misto com comercial) e uma área pública de interesse paisagístico, a saber: a antiga Praça Emílio Maia, que foi ocupada por quiosques irregulares, além dos lotes mistos, que compartilham dois dos usos citados acima. Os usos comercial e de serviço representam 78,16% dos lotes estudados, que apresentam uma das suas fachadas voltadas para a rua das Árvores. Em seguida, estão os lotes vazios construídos mas subutilizados que representam 10,34% e os lotes voltados ao uso institucional que representam 9,20% (Figura 5).

Figura 5: Quadro de Uso e Ocupação dos lotes da rua das Árvores.

Quadro de Uso e Ocupação dos lotes na rua das Árvores		
Tipos de Uso	Quantidade	Porcentagem
Comercial	31	35,63%
Serviço	20	22,99%
Institucional	8	9,20%
Vazio Construído Subutilizado	9	10,34%
Serviço Estacionamento	5	5,75%
Área Pública Paisagística	1	1,15%
Misto: Comercial + Serviço	10	11,49%
Misto: Comercial + Serviço Estacionamento	1	1,15%
Misto: Comercial + Residencial	1	1,15%
Misto: Serviço + Serviço Estacionamento	1	1,15%
Total	87	100%

Fonte: Quadro produzido pela autora, baseado nos levantamentos em campo, 2019.

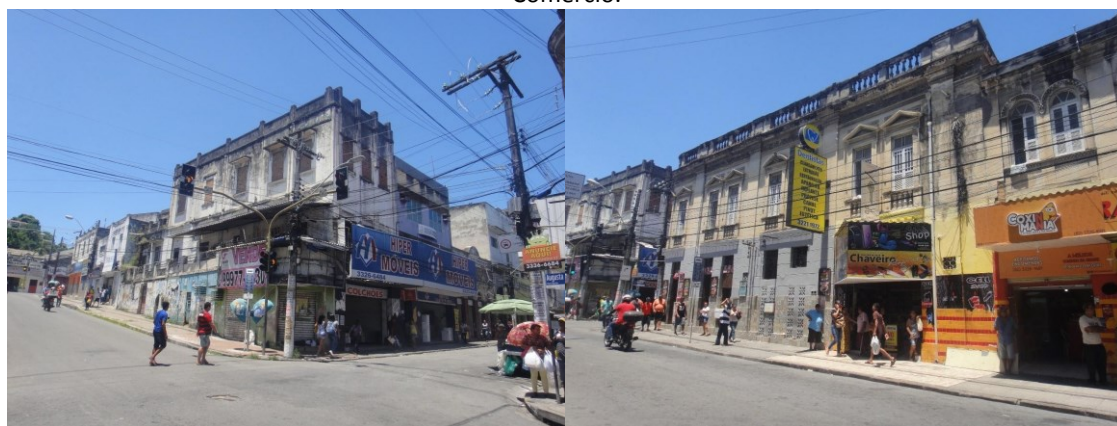
Como resultado do levantamento, percebe-se que o uso do solo dos lotes na região é diverso. A rua apresenta cerca de 87,36% dos lotes voltados aos usos comercial, serviço e institucional, que costumemente funcionam em horário comercial (segunda à sexta das 8h às 18h e sábado das 8h às 12h), com exceção da estação de VLT e do Sesc Centro que apresentam horário especial de acordo com as atividades desenvolvidas. Somado à isso, 10,34% dos lotes são vazios construídos subutilizados, que não estimulam a dinâmica urbana. Sendo assim, a rua

apresenta intensa circulação de pessoas e veículos no período diurno, no entanto, a dinâmica noturna e nos finais de semanas é pouco significativa, visto que após o horário comercial, a circulação de veículos diminui e são poucas as pessoas que circulam pelo local. Quanto a apropriação do espaço público, são encontradas variedades de usos e ocupações formais e informais como: vendedores ambulantes, quiosques e exposição de mercadoria nas calçadas e na faixa de rolamento, pontos de moto táxi, pontos de ônibus e até um exemplar de *parklet*, em frente ao Sesc Centro.

Quanto ao Patrimônio Construído e Natural, a rua apresenta parte de sua extensão situada no Setor de Preservação Rigorosa 01 (SPR – 01), que correspondem aos trechos que designamos como 05, 06, 07 e 08. Os trechos 02, 03 e 04 também situados no bairro do Centro estão situados no Setor de Preservação de Entorno 01 (SPE – 01), ambos fazem parte da Zona Especial de Preservação 02 do bairro Centro (ZEP-02), que foi estabelecida no Plano Diretor Estratégico (PMM, 2005) como estratégia para preservação do patrimônio construído em Maceió.

Em razão de a rua das Árvores fazer parte do conjunto construído da ZEP-02, podem ser encontrados imóveis de relevância arquitetônica e histórica para a cidade de Maceió, por representarem o patrimônio cultural edificado de valor simbólico. Esse instrumento legislativo foi responsável pelo reconhecimento desses imóveis de importância histórica, no entanto, alguns dos imóveis selecionados como de preservação rigorosa estão descaracterizados, em degradação ou apresentam sua fachada coberta por engenhos publicitários (Figura 6). A rua ainda conta com alguns exemplares que estão inseridos nas atividades econômicas do Centro, que podem ser valorizados com restauração e com regulação dos anúncios publicitários. Além de edifícios do século XX, que representam estilos mais modernos, mas que fazem parte da história da cidade.

Figura 6: Imóveis de importância cultural e histórica: em degradação (à esquerda) e inserido nas atividades econômicas do Centro (à direita), localizados na esquina da rua das Árvores com a rua do Comércio.



Fonte: CALHEIROS, 2019, p. 81 e 82.

Os elementos dinâmicos e temporários utilizados para apropriação do espaço público são responsáveis tanto por tornar a rua mais atrativa e estimulante, quanto por tornarem a circulação nos passeios e na faixa de rolamento mais difícil e até mais suscetível a acidentes. Esses elementos, recorde-se, são: vendedores ambulantes, cavaletes, placas, cones, bancos, cadeiras, caixotes de feira, manequins e exposição de mercadorias.



A tradição de vendedores ambulantes no Centro de Maceió remonta ao século XVIII. Ao longo dos séculos foram denominados de: mascates, tropeiros, caixeiros-viajantes, vendedores ambulantes e camelôs. Nos séculos XVIII e XIX, os mascates eram responsáveis pelo comércio porta-a-porta e pela rápida interiorização dos produtos que chegavam ao Porto de Jaraguá; os quitutes eram vendidos pelas ruas das cidades em locais estratégicos de grande movimento de pedestres; e os trabalhadores sem propriedade privada se apropriavam das praças e calçadas para oferecer serviços como de sapateiro e engraxate (COSTA, 2001; MACEIÓ, 1995; LIMA JÚNIOR, 2014).

A rua das Árvores tornou-se mais recentemente um ambiente propício para a expansão e estabelecimento de vendedores ambulantes devido ao sombreamento, uma das atividades responsáveis por manter a vitalidade da via, mas, também usufruindo dessa vitalidade. Tradicionalmente, os ambulantes já utilizam este espaço há pelo menos cinco anos, sendo encontrados trabalhadores que estão lá a mais de vinte anos e contam com clientes cativos. No entanto, atualmente existe uma “superlotação”, trabalhadores que não costumavam se estabelecer naquela rua, mas passaram a ocupá-la. Duas hipóteses para esse aumento: a crise econômica nacional que aumentou a informalidade e às repetidas tentativas de retiradas dos trabalhadores ambulantes dos calçadões, que migraram para esta rua.

A problemática da rua das Árvores consiste na dificuldade de preservação de seu patrimônio natural e construído, mediante aos conflitos entre seus elementos estáticos, dinâmicos e temporários na ocupação do espaço público.

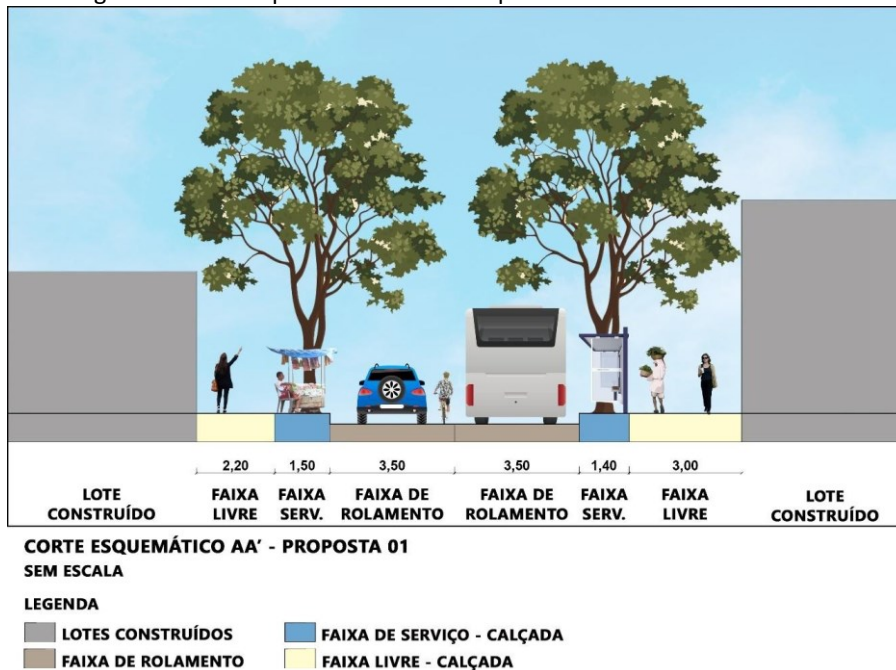
Em síntese, a rua das Árvores é conhecida entre a população maceioense como uma das ruas mais agradáveis climaticamente e esteticamente devido aos seus indivíduos arbóreos, também conhecida pela existência e permanência de grupos de vendedores ambulantes praticando sua atividade produtiva. Sendo a presença da vegetação, dos vendedores ambulantes e o corredor de ônibus urbano as características mais marcantes daquela via.

Ao analisar a funcionalidade e o funcionamento da rua, poderia ser questionado quanto a necessidade de uma requalificação paisagística, pois as atividades socioeconômicas, os fluxos de pedestres e de outros modais e o serviço de transporte público funcionam e atendem aos usuários. No entanto, percebe-se que devido à falta de acessibilidade, a ausência de mobiliário urbano e de infraestrutura de suporte aos modais coletivos e não motorizados, os usuários que são pedestres, apresentam mobilidade reduzida, utilizam transporte coletivo ou se deslocam através de modais não motorizados são os que mais sentem a necessidade de uma melhora nos itens anteriormente mencionados.

2.4 Propostas de Cenários

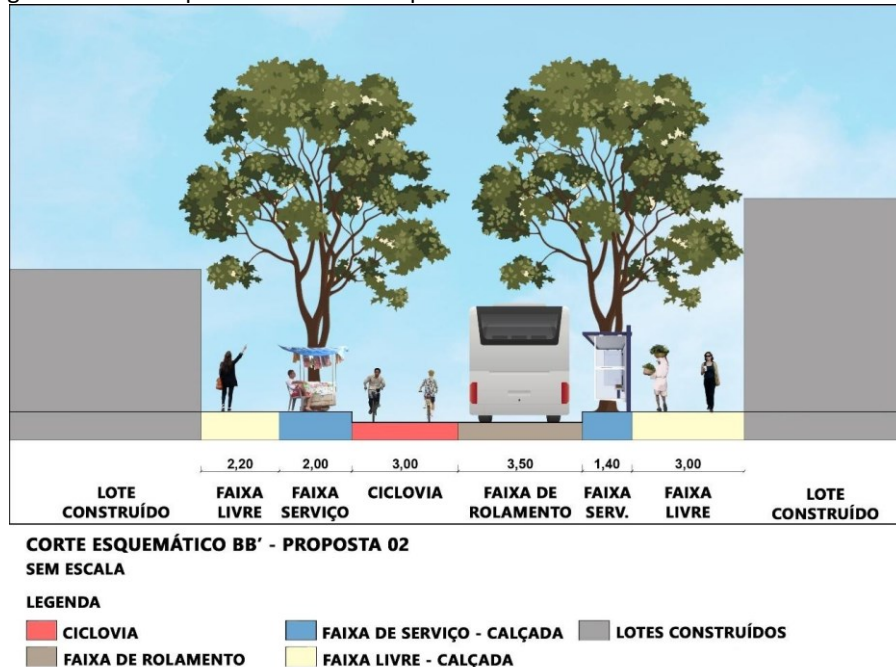
Após a caracterização da rua das Árvores foi possível perceber que sua dinâmica é complexa e apresenta elementos intrincados, somado a isso o espaço entre os edifícios - que corresponde ao espaço público - apresenta dimensões fixas. Por esse motivo, foram pensadas três propostas que seguem a mesma ideia central de requalificar e ordenar o espaço urbano, mas com perspectivas diferentes quanto aos modais favorecidos (Figuras 7, 8 e 9). O objetivo de pensar em três cenários demonstra que uma mesma problemática pode ser solucionada a partir de mais de uma proposição a depender dos objetivos.

Figura 7: Corte Esquemático AA' da Proposta 01 - Modais Motorizados.



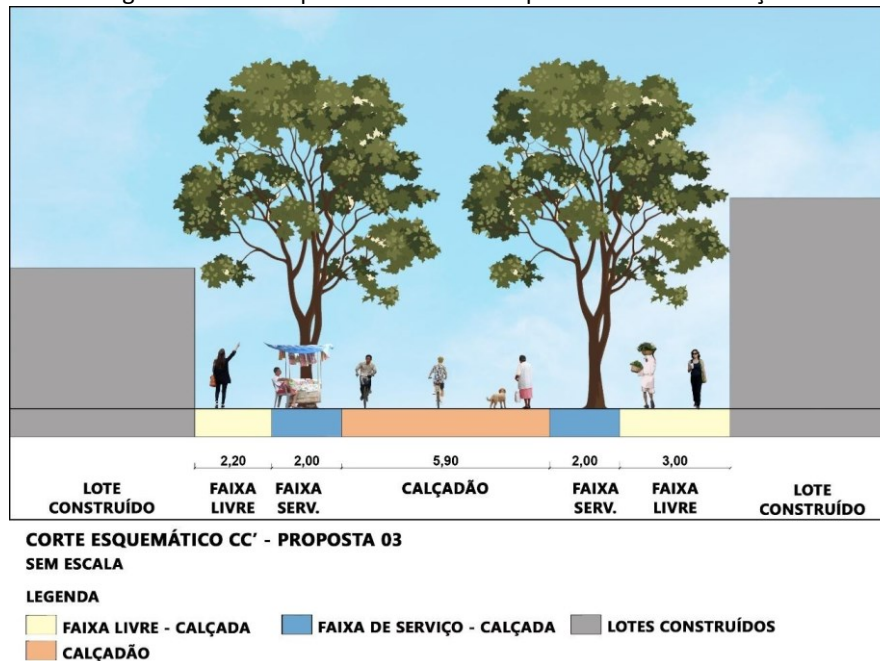
Fonte: Corte produzido pela autora, 2019.

Figura 8: Corte Esquemático BB' da Proposta 02 - Modais Não Motorizados e Coletivos.



Fonte: Corte produzido pela autora, 2019.

Figura 9: Corte Esquemático CC' da Proposta 03 – Pedestriização.



Fonte: Corte produzido pela autora, 2019.

A visualização de cenários possíveis se traduziu em três propostas: Proposta 01 - Favorecimento dos Modais Motorizados, que consiste na manutenção do desenho existente, apenas com a ampliação dos passeios. Proposta 02 - Favorecimento dos Modais Não Motorizados e Coletivos, que consiste na criação de uma ciclovia e no fechamento da via para veículos particulares, tornando a faixa de rolamento exclusiva para os ônibus urbanos. Proposta 03 – Pedestriização, que consiste na transformação de toda a via em um calçadão, com a possibilidade de circulação de veículos não motorizados. Analisando os elementos, os usuários e suas necessidades. Percebeu-se a Proposta 02 - Favorecimento dos Modais Não Motorizados e Coletivos como a mais adequada porque nessa proposta são favorecidos o transporte coletivo e os modais não motorizados, sem excluir completamente a circulação de modais motorizados, mas distribuindo proporcionalmente entre todos os modais o espaço viário.

2.5 Proposta de Requalificação Paisagística

A requalificação da Rua das Árvores é uma proposta que visa reorganizar o espaço urbano buscando estratégias projetuais e de desenho urbano para atender aos diversos usuários e modais de transporte com o objetivo de melhorar a segurança viária, instalar mobiliário urbano que favoreça a apropriação já existente e outras que possam ser desenvolvidas e valorizar o patrimônio natural e construído da rua, atendendo especialmente aos pedestres, aos usuários de modais coletivos ou não motorizados e a população de mobilidade reduzida.

O anteprojeto foi orientado por diretrizes e linhas de ação que estruturaram a proposta que a seguir será apresentada.

Diretriz 01: Ordenar e integrar a mobilidade

- a) Canalizar os fluxos com a diminuição da faixa de rolamento para que as calçadas possam ser alargadas para dar espaço a faixa livre e faixa de serviço que contemple: os abrigos dos pontos de ônibus, os vendedores ambulantes, o ponto de moto táxi, mobiliário urbano e vegetação (Figura 10);
- b) Implantar faixa compartilhada entre pedestres e ciclistas para conceder espaço a esse modal que é frequente na região, mas que não é contemplado no planejamento;
- c) Reabrir a passagem para modais não motorizados no cruzamento com a linha férrea, permitindo a conexão de todos os trechos da rua (Figura 11);
- d) Restringir o fluxo de automóveis particulares no trecho entre a rua Fernandes de Barros e a Rua do Sol, sendo permitida apenas a circulação de ônibus urbanos, táxis, moto táxis, veículos de serviços urbanos e de abastecimento dos estabelecimentos comerciais (em horário e local regulado);
- e) Remover os quiosques irregulares no espaço público dos trechos 02 e 03.

Figura 10: Vista de ponto de ônibus e faixa compartilhada.



Fonte: Perspectiva produzida pela autora, 2019.

Figura 11: Nivelamento da passagem de modais não motorizados com a linha férrea.



Fonte: Perspectiva produzida pela autora, 2019.

Diretriz 02: Regularizar e ordenar os vendedores ambulantes

- a) Regularizar o cadastro dos vendedores ambulantes junto à Secretaria Municipal de

Segurança Comunitária e Convívio Social (SEMSCS);

b) Verificar o espaço disponível para alocação dos vendedores ambulantes, que terá como resultado o estabelecimento de uma capacidade máxima permitida, com a manutenção dos ambulantes que já fazem comércio na via.

Diretriz 03: Incentivar usos, ocupações e atividades que estimulem a vitalidade urbana

a) Propor novos usos aos lotes que tinham como uso serviço de estacionamento e aos lotes vazios construídos subutilizados para manutenção da atividade urbana no período diurno e fortalecimento no período noturno e nos finais de semana (Figura 12);

b) Implantar uma feira de ambulantes no estacionamento existente na frente do edifício da Oi (Figura 13);

c) Incentivar o uso residencial, em especial voltado à habitação de interesse social (HIS);

d) Incentivar usos mistos e fachadas ativas e convidativas, como forma de permitir uma maior amplitude no horário de funcionamento das edificações e maior interação entre o espaço público e os lotes;

e) Incentivar atividades culturais, esportivas, educativas e de lazer no período noturno e nos finais de semana como forma de trazer a população para se apropriar da rua.

Figura 12: Uso alternativo – Horta Urbana.



Fonte: Perspectiva produzida pela autora, 2019.

Figura 13: Feira de Ambulantes / Espaço Multifuncional.

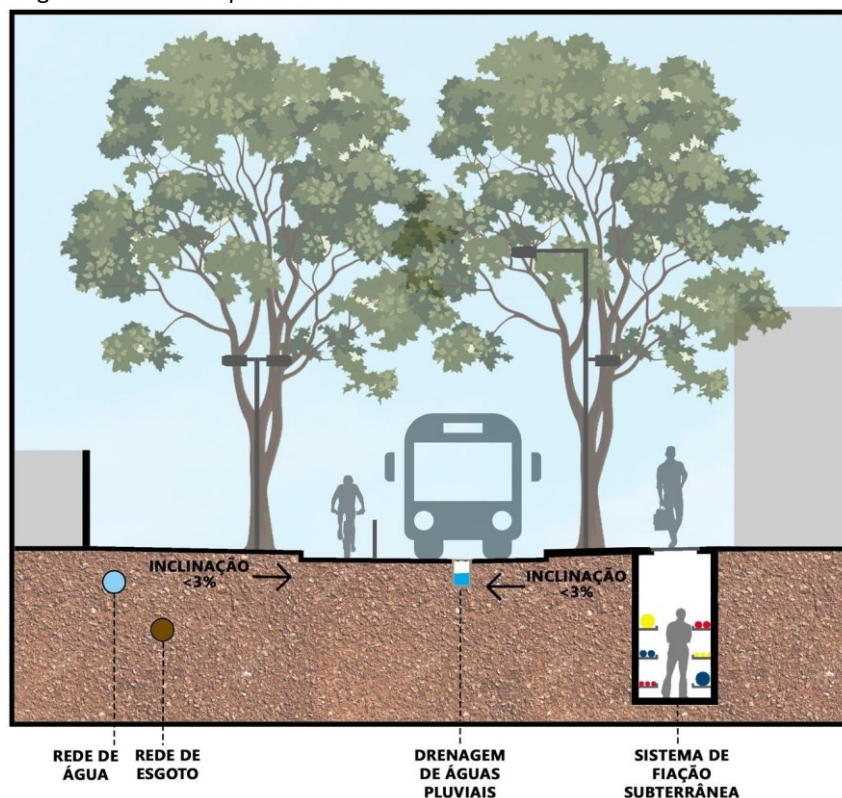


Fonte: Perspectiva produzida pela autora, 2019.

Diretriz 04: Requalificar a infraestrutura, o mobiliário urbano e a vegetação

- Avaliar os exemplares arbóreos existentes, prever a remoção dos que tiverem patologias irreversíveis, fazer manutenção dos que estão saudáveis e serão mantidos e planejar tratamento paisagístico;
- Instalar sistema de fiação subterrânea para a redes elétrica, de gás, de água, de esgoto, telefônica, de televisão (Figura 14);
- Planejar a otimização da sinalização, videomonitoramento e mobiliários urbanos;
- Prever bicicletário coberto próximo à estação de VLT e paraciclos ao longo da rua.

Figura 14: Corte Esquemático dos sistemas subterrâneos da rua das Árvores.



Fonte: Corte produzido pela autora, 2019.

Diretriz 05: Regulamentar os anúncios publicitários

- Regulamentar a disposição, as dimensões, os materiais, as cores e a iluminação dos anúncios publicitários e de outros acréscimos à faixa das edificações com o objetivo de padronizar comunicação visual e diminuir a poluição visual;
- Disposição de placas informativas com *Qrcode*, acerca das edificações e histórico da rua.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os centros urbanos são espaços privilegiados que concentram a história das cidades e funcionam como *locus* das atividades urbanas, principalmente de encontro e de troca (CALDANA, 2015). A integração do paisagismo nesses núcleos, tendo como principal estratégia



a arborização, foi responsável por tornar as cidades mais agradáveis ambientalmente e esteticamente, mas também trouxe mais um elemento para compor as ruas estreitas de traçado colonial.

O exemplo da rua das Árvores demonstra que a qualidade paisagística dessas ruas pode ser melhorada, preservando o patrimônio natural e construído. No entanto, torna-se possível apenas com uma caracterização detalhada e com uma proposição que respeite as particularidades encontradas. Deve-se evitar generalizações e aplicação de modelos propostos para outras localidades, visto que cada centro urbano apresenta suas próprias características e o investimento em soluções que potencializem suas características positivas podem ser essenciais para o sucesso da proposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDANA, Valter. Prefácio à terceira edição. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2015.

CALHEIROS, Fernanda Madeira. **Proposta de Requalificação Paisagística da Rua das Árvores no Centro de Maceió/AL**. 2019. 135f. Trabalho Final de Graduação (TFG) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Maceió, 2019.

CAVALCANTI, Veronica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. 1998. 430f. Tese de doutorado em Desenvolvimento econômico e social. Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne. Paris, 1998.

COSTA, Craveiro. **Maceió**. Maceió: Edições Catavento, 2001.180p.

DUARTE, Taise Ernestina Prestes Nogueira; ANGEOLETTO, Fabio; RICHARD, Enrique; VACCHIANO, Marcelo Caetano; LEANDRO, Deleon da Silva; BOHRER, João Fernando Copetti; LEITE, Leandro Bernardo; SANTOS, Jeater Waldemar Maciel Corrêa. Arborização urbana no Brasil: um reflexo de injustiça ambiental. **TerraPlural**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p. 291-303, jul/dez 2017.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A Cidade no Brasil: período colonial. **Caminhos de Geografia**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia. Uberlândia, v.12, n.38, p. 8-15, jun 2011.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2016, p.287-349.

HOLSTON, James. A morte da rua. In:_____. **Cidade Modernista: Uma Crítica de Brasília e Sua Utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. cap. 4, p. 109-149.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Maceió de Outrora**. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2014. E-book.

MACEDO, Sílvio Soares. Paisagismo e paisagem introduzindo questões. **Paisagem e Ambiente**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. n.5. p. 49 -57. 1993.

MACEIÓ. **Maceió: 180 Anos de História**. Maceió: Instituto Théo Brandão, 1995.

MACHADO, Gisele Cardoso de Almeida. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas conseqüências espaciais. In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH). **Anais...** São Paulo, 2011.



MARQUES, Danielly Christine Pereira. **Requalificação da Rua Augusta**. 1999. 143f. Trabalho de Conclusão de Curso - Centro de Tecnologia (CTEC) da Universidade Federal de Alagoas. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 1999.

MENDES, Ana Stela Vieira. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI. **Anais...** Fortaleza, 2010.

MISHINA, L. N. C. ; HIDAKA, L. T. F. . Análise Tipológica de Monumentos e Imóveis Históricos de Interesse Patrimonial do Setor De Preservação Rigorosa 1 no bairro do Centro, em Maceió/AL. In: **4º Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação**, 2015, Belo Horizonte. 4º Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (PMM). **Decreto Nº 5.586**. Diário Oficial do Município: Maceió, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ (PMM). **Plano Diretor**. Maceió, 2005.

REGO, Renato Leão. Forma urbana e arborização no século 20: As distintas abordagens na cidade jardim, na cidade bela e na cidade funcional. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 177.02, Vitruvius, fev. 2015. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5477>. Acesso em: 17 out. 2019.

RUA DAS ÁRVORES. Produção: Matheus Nobre e Alice Jardim. Roteiro: Alice Jardim; Nadja Rocha; Nataska Conrado e Nivaldo Vasconcelos. Maceió: 2013. (20min)



XV ENEPEN

Campos dos Goytacazes - 2020

RUPTURAS OU CONTINUIDADES?